

Affonso Duarte Ribeiro

Escripturario do Thesouro Nacional

Indice Geral

— DA —

Legislação Brasileira

Comprehendendo completos indices alphabeticos
e remissivos dos actos do Governo Provisorio
e dos poderes Legislativo e Executivo, se-
guidos da ementa dos mesmos actos.

1.º VOLUME

1889 a 1900

"EDITORA CARIOCA"

- 1922 -

10.844
A 340.098
D 812
1922

Reservados os direitos autoraes

PROMPTUARIO DO IMPOSTO DE CONSUMO — Compreendendo os decretos ns. 11.951 de 1916 e 12.351 de 1917, na integra, annotados e precedidos de indice alphabetico e remissivo, seguidos de 279 decisões, por ordem chronologica, tambem com indice alphabetico e remissivo (esgotado)

ANNUARIO DE LEGISLAÇÃO DE FAZENDA — Collecção de leis, avisos, decretos, circulares, decisões, ordens, instrucções, portarias, etc., expedidos pelo Ministerio da Fazenda, com indices alphabeticos e remissivos. Estão publicados os seguintes volumes:

1. anno (relativo a 1916), com 360 paginas brochado	6\$000
2. anno (relativo a 1917), com 767 paginas, brochado	10\$000
3. anno (referente a 1918), com 659 paginas brochado	8\$000
4. anno (referente a 1919), com 672 paginas brochado	8\$000
5. anno (relativo a 1920), com 730 paginas brochado	8\$000

ABECEDARIO DO IMPOSTO DO SELLO—

Contendo o decreto n. 3.564, de 22 de Janeiro de 1900, competentemente annotado, a summa das principaes decisões, por ordem chronologica, até 31 de dezembro de 1917, precedidos de indices alphabeticos e remissivos. Um volume de 210 paginas (esgotado)

A NOVA LEI DO SELLO—Decreto n. 3.966, de 25 de dezembro de 1919, na integra, precedido de um completo indice alphabetico e remissivo. Um folheto com 51 paginas (esgotado)

A' venda nas principaes livrarias do Rio de Janeiro e dos Estados

PEDIDOS AO AUTOR

Telephone Sul 1503 Caixa Postal 1807 End. Telegraphico "Affonario"

— RIO DE JANEIRO —

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

Este volume acha-se registrado

sob número 593

do ano de 1946

Aos dignos collegas e amigos

Antonio Filéto de Sampaio Marques

Joaquim Liberato Barroso

Antonio Gustaquio Coelho

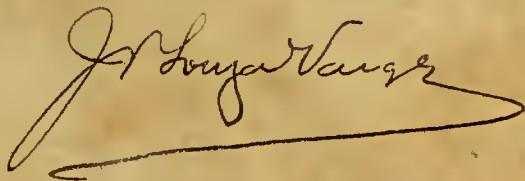
O autor.

A instabilidade característica das nossas leis e regulamentos, constitue, porventura, o maior embaraço aos estudiosos da litteratura administrativa.

Toda a copiosa legislação encontra-se dispersa ou seriada, chronologicamente, em muitissimos volumes; ter-se-ia de compulsal-os um por um, querendo-se conhecer a disciplina peculiar de um acto ou facto juridico qualquer no seu completo desenvolvimento. O «Índice Geral da Legislação Brasileira», organizado pacientemente e intelligentemente pelo Sr. Affonso Duarte Ribeiro, trouxe relativa solução ao problema, obviando difficuldades aparentemente insuperaveis. É um trabalho methodico, caprichoso, exacto e preciso nas suas indicações. Poderia, quiçá, ser mais desenvolvido, abrangendo nas indicações vocabulares, a resumpta das leis e regulamentos respectivos; resultaria, porém, excessivamente volumoso, sem maior alcance pratico. Tratando-se de um «índice», andou com acerto seu autor, não indo além da seriação rigorosamente alphabetica dos vocabulos essenciaes de cada lei ou regulamento, com a indicação precisa e chronologica da legislação respectiva, catalogada numericamente com as datas e ementas.

O pendor subjectivista dos escriptores patrios tem orientado a nossa litteratura juridica de modo a ser sacrificada a essencia pela forma, a lei pela doutrina, o facto pelo commentario. O sr. Duarte, vantajosamente, fugiu a essa orientação, por vezes prejudicial. Não doutrinou, não commentou; dispoz com methodo, intelligencia e fidelidade. Essa é a maior virtude do seu trabalho, que vai enriquecer a nossa bibliotheca juridica, tornando-se o guia preferido e indispensavel de quantos tenham de compulsar a legislação patria abundante e complexa, compensando, assim, um esforço intelligente e nobre, que muito honra o illustre publicista, autor de outras obras de valor indiscutivel.

Rio de Janeiro, 21 de Março de 1922.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'J. P. Louzartez', with a long, sweeping horizontal flourish extending to the right.

Procurador da Fazenda

Primeira Parte
Actos do Governo Provisorio
1889 a 1891

(Decretos ns. 1 a 1432)

I	Indice alphabetico e remissivo	Pag.	1
II	» chronologico	»	104

Segunda Parte
Actos do Poder Legislativo
1891 a 1900

(Decretos ns. 1 a 754)

I	Indice alphabetico e remissivo	Pag.	212
II	» chronologico	»	277

Terceira Parte
Actos do Poder Executivo
1891 a 1900

(Decretos ns. 1 a 3889)

I	Indice alphabetico e remissivo	Pag.	341
II	» chronologico	»	559

O presente indice alphabetico e remissivo foi organizado pela ementa que figura na collecção de leis. Mas, como isso possa dar logar a imperfeições, o autor resolveu dar outra orientação ao trabalho, guiando-se pelo texto dos decretos e, nessa conformidade, tenciona preparar os volumes seguintes, já tendo bastante adiantada a sua taréfa.

PRIMEIRA PARTE

Índice alfabético e remissivo dos actos do governo provisório

1889 - 1891

A

Abaloamentos — Manda executar o regulamento para os evitar, no mar (decr. 1257).

Abertura — Ver **Avenida** — **Concessão** — **Contractos** — **Creditos** — **Desapropriações**.

Abolição — De títulos, fôros de nobresa e ordens honoríficas (decr. 276 F); do juramento especial que é deferido em cada feito "á lide", aos curadores e outros (decr. 764); declara a da pena de galés perpetuas (decr. 774).

Abono — Ver **Gratificação** — **Meio soldo** — **Vencimentos**.

Accitação — De letras hypothecarias dos bancos de credito real, nas fianças e cauções (decr. 399).

Accesso — Regula o dos postos de officiaes das differentes armas e corpos do exercito (decr. 1351).

Accões — Concede á Companhia Economica Publica autorização para reduzir o numero e augmentar o valor das suas (decr. 1278).

Accrescimo — De uma clausula ás que baixaram com o decr. 758 de 1890 (decr. 795).

Aquisição — Ver **Material** — **Observatorio**.

Actos — Declara quaes os do Conselho da Intendencia Municipal da Capital Federal dependentes de autorização ou approvação do governo (decr. 218); crea o Tribunal de Contas para o exame, revisão e julgamento dos concernentes á receita e despeza (decr. 966 A).

Additamento — De providencias relativas ao processo de eleição para o Congresso Nacional (decr. 663).

Adeantamento — Ao Sr. D. Pedro de Alcantara, de prestações, por conta de suas propriedades (decr. 245 A).

Administrações — Transfere para a municipal os serviços de carris e de telephones (decr. 199); separa os serviços do trafego e da construcção das estradas de ferro de Porto Alegre a Cacequy e de Bagé a Uruguayana em duas distinctas (decr. 506); separa a das estradas de ferro de Pernambuco (decr. 624); transfere aos inspectores das thesourarias de fazenda as attribuições que competiam aos presidentes das extinctas provincias quanto ao serviço da de fazenda geral (decr. 781); crea mais um logar de primeiro e um de terceiro official na dos Correios da Bahia e dois de primeiro official na de Pernambuco (decr. 1351 C) — Ver **Direcção**.

Admissão — Ver **Concursos**.

Adopção — Do hymno da proclamação da Republica (decr. 171); do plano de uniformes para officiaes e praças de pret do Corpo de Policia (decr. 175 A); declara temporariamente faculta-

tiva a do systema da diffusão (decr. 819); no Ministerio da Marinha, de algumas disposições do Ministerio da Guerra, afim de harmonizar as vantagens pecuniarias concedidas aos officiaes do exercito com as dos officiaes da armada (decr. 1181); de tabellas para fornecimento de fardamento aos corpos arregimentados do exercito e dos sentenciados militares (decr. 1431).

Agencias — Rectifica o decr. 10437 de 1889 que autorizou a companhia "London Assurance" a estabelecer em diversas praças (decr. 308).

Aguas — Concede ao bacharel João José do Monte autorização para utilizar as da cachoeira Paulo Affonso (decr. 1113).

Ajudantes — Extingue os logares dos de ordens dos governadores dos Estados (decr. 296); eleva ao dobro a porcentagem do de fiscal de loterias (decr. 361); eleva os vencimentos do de porteiro da Repartição do Quartel Mestre General (decr. 374); crea o logar de do inspector de saude do porto de Santos (decr. 423); equipara o vencimento dos de inspector geral de saude dos portos ao vencimento dos de inspector geral de hygiene (decr. 451); extingue os logares de do porteiro dos hospitaes de 2ª classe (decr. 526); extingue o logar de engenheiro da Inspectoria Geral de Hygiene (decr. 649); crea mais um logar de do inspector geral de saude dos portos (decr. 1115).

Ajudas de custo — Arbitra a cada ministro do governo provisorio a de 3:000\$ (decr. 133); regula as que devem ser abonadas aos officiaes da armada, classes annexas e empregados civis do Ministerio da Marinha (decr. 890); fixa a importancia das dos officiaes do exercito, não generaes, nomeados commandantes das armas ou de districto militar, no Estado de Matto Grosso (decr. 1282 A).

Alargamento — Concede permissão ao Dr. José Ferreira de Souza Araujo e Giuseppe Fogliani para transferirem ao Dr. Antonio Brissay a concessão para o da rua Senhor dos Passos (decr. 788); abre o credito de 9.020:228\$500 para as despesas com o da bitola da E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 1182).

Alcances — Estabelece o processo executivo para a cobrança dos (decr. 360).

Alfandega do Rio de Janeiro — Altera as taxas de armazenagem das mercadorias depositadas nos seus armazens (decr. 191); eleva o numero, classes e vencimentos dos empregados da (decr. 248); determina que a policia dos armazens, coxias, pateos e dependencias da seja feita pela força dos guardas (decr. 680).

Alfandegas — Crea um logar de fiel de armazem na do Pará (decr. 192); altera o numero, classes e vencimentos dos empregados das (decr. 391 B); manda cobrar uma porcentagem dos direitos em ouro nas (decr. 391 C); manda executar em todas as da Republica a nova tarifa (decr. 836) — Ver **Consolidação — Força**.

Alienados — Ver **Assistencia**.

Alistamento — Declara que são considerados cidadãos brasileiros e incluidos no eleitoral os estrangeiros que o requererem (decr. 277 D); dá providencias concernentes ao processo de eleitoral (decr. 277 E); declara como devem proceder as commissões municipaes de eleitoral (decr. 480).

Alterações — Ver **Alfandegas** — **Clausulas** — **Codigos** — **Comarcas** — **Concursos** — **Consolidação** — **Corretores** — **Decretos** — **Empregados** — **Estatutos** — **Planos** — **Portos** —

Quadros — Regulamentos — Secretarias — Sociedades — Uniformes — Vencimentos.

Alumnos — Estabelece novo plano para os uniformes das escolas militares (decr. 694); crea, no Collegio Militar, tres logares de inspectores de (decr. 866); manda observar o plano de uniformes dos da Escola Naval (decr. 1035); eleva o soldo dos aspirantes da Escola Naval (decr. 1308).

Amanuenses — Crea mais um logar de na Secretaria de Policia do Amazonas (decr. 385); crea o logar de na Fabrica de Polvora da Estrella (decr. 933); crea mais um logar de na Secretaria de Policia do Rio Grande do Sul (decr. 1251).

Amortização — Regula a da divida interna fundada (decr. 823 A) — Ver Leis.

Ampliação — Do quadro do corpo de estado maior de 1ª classe (decr. 118 A); do praso da concessão de garantia de juros para o estabelecimento de um engenho central á Companhia Agricola de Campos (decr. 299); da competencia civil dos juizes de paz, conferindo a attribuição de nomear os seus escrivães (decr. 546); ás professoras publicas jubiladas da disposição do decr. 498 de 1890 (decr. 585); da permissão concedida ao Dr. José Ferreira de Souza Araujo e outro pelo decr. 788 de 1890 (decr. 842); do quadro do pessoal do Laboratorio Chimico-Pharmaceutico Militar (decr. 922); das attribuições dos substitutos dos juizes sectionaes (decr. 1420 A).

Animacs — Ver Cavallos.

Aperfeçoamento — Institue premios para o do fabrico do asucar (decr. 819).

Apolices — Crea um banco de emissão sobre (decr. 194); proroga em favor dos possuidores de o praso marcado pelo decr. 823 A de 1890 (decr. 1045 A); permite que a Irmandade da Santa Cruz dos Militares permute por predios as que possui (decr. 1045 B); proroga o praso para a conversão de 5 % a que têm direito os accionistas da Companhia E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 1115 C).

Aposentadorias — Firma a competencia da autoridade federal e dos governadores dos Estados, quanto á de algumas classes de funcionarios (decr. 12 A); confirma a que foi concedida a Theophilo das Neves Leão (decr. 57); concede o direito de aos empregados da E. de F. Central do Brasil (decr. 221); concede aos empregados da E. de F. do Recife a Caruarú e prolongamento da do Recife ao S. Francisco o direito á (decr. 405); concede aos empregados de todas as estradas de ferro o direito de (decr. 565); concede aos empregados da repartição fiscal junto á Companhia Rio de Janeiro "City Improvements" direito á (decr. 753); estabelece regras sobre a dos juizes e empregados federaes (decr. 1018).

Apparelho — Ver Noticias.

Appliação — Aos institutos de ensino secundario dos Estados do disposto no art. 430 do decr. 1232 F de 1891 (decr. 1389).

Approvação — Ver Actos — Contractos — Datas — Designações — Estatutos — Estudos — Estradas — Instrucções — Modelos — Planos — Plantas — Posturas — Programmas — Regulamentos — Tabellas — Traçados.

Aprendizes — Ver Arsenaes.

Apresentação — Ver Engenhos — Estudos — Planos.

Arbitragem — De ajuda de custo aos ministros do governo provisório (decr. 133).

Archipelago. — Declara que o de Fernando de Noronha continúa a pertencer ao Estado de Pernambuco (decr. 1371) — Ver Logares.

Archivistas — Extingue os logares de da Repartição Sanitaria do Exercito e dos hospitaes militares (decr. 526); a função de da Secretaria da Instrução Publica compete a primeiro official (decr. 907); crea o logar de na Secretaria das Relações Exteriores (decr. 1120).

Archivo — Altera a denominação do Publico (decr. 10).

Armada — Reduz o tempo de serviço de algumas classes da (decr. 3); altera o quadro dos officiaes da (decr. 108 A); augmenta o soldo dos officiaes dos corpos da (decr. 113 C); estabelece novo plano para os uniformes dos officiaes da (decr. 155 A); declara as salvas e distinctivos que competem aos officiaes da investidos de autoridade (decr. 216 E); manda executar o regulamento para os fogueistas contractados da (decr. 273); menciona casos em que officiaes de corpos da devem passar para a reserva (decr. 329); altera os quadros dos corpos de Saude, Fazenda e Machinistas da (decr. 336 A); altera o plano dos uniformes do corpo da (decr. 425); firma o direito ao soldo da patente aos officiaes da em comissões e empregos (decr. 474 B); concede ás viúvas e orphãos dos officiaes do corpo da o meio soldo (decr. 475); crea o codigo disciplinar da (decr. 509); dá novo regulamento ao Corpo de Saude da (decr. 683); dá novo regulamento ao Corpo de Fazenda da (decr. 703); dá regulamento para o concurso de admissão aos logares de cirurgião e pharmaceutico de 3ª classe do Corpo de Saude da (decr. 833); regula as ajudas de custo e gratificações que devem ser abonadas aos officiaes da (decr. 890); abre ao Ministerio da Marinha o credito de 447:114\$807, supplementar, ao corpo da (decr. 891); crea uma brigada de escreventes da (decr. 941); crea o Commissariado Geral da (decr. 946); estabelece um codigo penal para a (decr. 949); torna extensivas as disposições do art. 7º do decr. 1232 de 1890 á (decr. 1344); torna extensivas as disposições do decr. 1319 de 1891 á (decr. 1345) — Ver Material — Officiaes.

Armamento — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1.000:000\$ á verba — do exercicio de 1890 (decr. 216 B); abre ao Ministerio da Marinha o credito de 300:000\$ á verba — do exercicio de 1890 (decr. 427).

Armas — Estabelece o distinctivo das nacionaes (decr. 4); extingue o commando das do Estado do Amazonas e crea um das no Estado do Paraná (decr. 241); crea os logares de encarregados do material e do pessoal do exercito, nos logares onde não existem commandos de (decr. 296); crea no commando das do Rio Grande do Sul duas secções de expediente (decr. 336) — Ver Acesso.

Armazenagem — Altera as taxas de das mercadorias depositadas nos armazens da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. 191).

Armazens — Altera as taxas de armazenagem das mercadorias depositadas nos da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. 191); crea um logar de fiel de na Alfandega do Pará (decr. 193); determina que a policia dos da Alfandega do Rio de Janeiro seja feita pela força dos guardas (decr. 680).

Arrazamento — Modifica o contracto para o do morro de Santo Antonio (decr. 476); approva as plantas das obras para o do morro de Santo Antonio (decr. 615); concede autorização a Manoel Matto e Dr. Carlos Cesar de Oliveira Sampaio para o do morro do Castelló (decr. 758); rectifica o art. 3º do decr. 496 de

1890 que modificou o contracto para o do morro de Santo Antonio (decr. 871); transfere á Empreza Industrial de Melhoramentos no Brasil a concessão para o do morro do Castello (decr. 1370).

Arrecadação — Reforma o serviço de do imposto de gado (decr. 58 C).

Arsenacs — Augmenta os vencimentos da mestrança e dos operariõs do de Marinha do Rio de Janeiro (decr. 74 C); faz extensivo ás praças do corpo e companhias de operarios militares dos de guerra o decr. 43 de 7 de dezembro ultimo (decr. 120); eleva os vencimentos do de Guerra da Capital Federal (decr. 372); eleva os vencimentos da mestrança, operarios e aprendizes das officinas do de Guerra da Capital Federal (decr. 428); dá nova organização ao pessoal das embarcações do de Guerra da Capital Federal (decr. 433); classifica os de guerra e marca os vencimentos (decr. 534); reforma os de marinha (decr. 745); altera o quadro do pessoal das officinas annexas á directoria das obras hydraulicas do de Marinha do Rio de Janeiro (decr. 942); manda observar o desenho do distinctivo para os uniformes dos empregados civis dos de marinha (decr. 1321) — Ver Equiparação.

Arte — Ver Obras.

Artifices — Crea uma brigada de militares (decr. 948).

Artigos — Ver Corpos — Decretos — Direitos — Regulamentos — Tabellas.

Artilharia — Eleva o numero dos corpos de do exercito (decr. 56); eleva o numero dos officiaes do corpo do estado maior de (decr. 247).

Aspirantes — Eleva o soldo dos alumnos da Escola Naval (decr. 1308).

Assembléas — Dissolve e extingue as provinciaes (decr. 7); fixa, até ulterior deliberação da constituinte, o subsidio do chefe do governo provisorio (decr. 27 G); designa o dia 15 de setembro de 1890 para a eleição da constituinte (decr. 78 B); providencia sobre a convocação das legislativas dos Estados (decr. 802); dá providencias relativamente á primeira eleição das legislativas dos Estados (decr. 1189).

Assistencia — Crea a medico-legal de alienados (decr. 206 A); estabelece bases para a organização da á infancia desvalida (decr. 439); approva o regulamento para a medico-legal de alienados (decr. 508).

Associações — Crea secções de estatistica commercial annexas ás commerciaes (decr. 216 C); prorroga o praso marcado á Brasileira de Mineração para medir e demarcar datas mineaes em Minas Geraes (decr. 269); autoriza a entrega á Geral de Auxilios Mutuos da E. de F. Central do Brasil da importancia das multas impostas ao pessoal (decr. 707); manda equiparar aos ordenados dos praticos e praticantes da de Praticagem do Estado de Pernambuco as pensões que cabem aos mesmos e aos seus herdeiros (decr. 1055).

Assucar — Ver Premios.

Asylo de Mendicidade — Dá novo quadro de empregados ao da Capital Federal e marca-lhes os vencimentos (decr. 1019).

Asylo de Meninos Desvalidos — Dá novo regulamento ao (decr. 658).

Attribuições — Fixa as dos governadores dos Estados (decr. 7); estabelece o limite das dos chefes dos Estados (decr. 12); passa para a Repartição Fiscal do Ministerio da Guerra a da to-

mada de contas de responsaveis (decr. 277 A); transfere aos inspectores das thesourarias de fazenda as que competiam aos presidentes das extinctas provincias (decr. 781); amplia as dos substitutos dos juizes seccionaes (decr. 1420 A).

Auditores — Manda commetter as funcções dos de guerra e marinha a autoridades independentes do Ministerio da Justiça (decr. 1065) — Ver Logares.

Augmento — De vencimentos dos cirurgiões do Regimento Policial da Capital-Federal (decr. 203); altera a planta approvada pelo decr. 10186 de 1889 para o da estação de Santos, da E. de F. de Santos a Jundiahy (decr. 246); do numero de cirurgiões do Regimento Policial da Capital Federal (decr. 388); do numero de artigos mencionados nas tabellas annexas ao decr. 640 de 1890 (decr. 990).

Aula — Eleva á categoria de cadeira a de historia e tactica naval da Escola Naval (decr. 27 A).

Ausentes — Ver Juizos.

Autoridades — Firma a competencia da federal quanto á nomeação, aposentadoria, demissão, suspensão e licença de algumas classes de funcionarios (decr. 12 A); prohibe a intervenção da federal e dos Estados em materia religiosa (decr. 119 A); declara, as salvas e distinctivos que competem aos officiaes da armada investidos de (decr. 216 E); manda commetter as funcções dos auditores de guerra e marinha a independentes do Ministerio da Justiça (decr. 1065).

Autorização — Concede ao engenheiro civil Joaquim da Costa Chaves Faria para o estabelecimento de communicações telephonicas entre a Capital Federal, Petropolis e Nictheroy (decr. 936) — Ver Aguas—Arrazamento — Bancos—Cabos — Caixas — Camaras — Centros — Concessões — Conselhos — Emprezas — Engenhos — Estradas — Guarda nacional — Intendencias — Licenças — Linhas — Noticias — Obras — Saladeiros — Sociedades.

Auxiliar — Ver Extincção.

Avaliadores — Crea dois logares de privativos da Fazenda Nacional (decr. 391).

Avenida — Torna effectivos quanto ao Dr. Antonio Brissay ou á companhia que organizar os favores relativos á abertura de uma em substituição da rua Senhor dos Passos (decr. 1066); prorroga o prazo para organização da companhia que tem de abrir uma em substituição da rua Senhor dos Passos (decr. 1315).

113

Bacharel — Ver Faculdades.

Baixas — Ver Praças.

Banco do Brasil — Approva as alterações nos estatutos do (decr. 17); concede a faculdade de emittir bilhetes convertiveis em ouro ao (decr. 23); estatue acerca de emissões sobre metal e apolices concedidas ao (decr. 253); estende o encargo do resgate do papel moeda ao (decr. 255).

Bancos — Concede ao Mercantil de Santos a faculdade de emissão e approva a reforma dos estatutos (decr. 13); approva as alterações nos estatutos do Predial (decr. 15); approva as alterações nos estatutos do Provincial de Minas Geraes (decr. 16); approva as alterações nos estatutos do de Credito Real de S. Paulo (decr. 18); concede ao de Credito Real do Brasil a faculdade de

emitir bilhetes convertiveis em ouro (decr. 19); concede ao Commercial do Rio de Janeiro a faculdade de emitir bilhetes convertiveis em ouro (decr. 24); concede ao Mercantil da Bahia permissão para emitir bilhetes convertiveis em ouro (decr. 33); approva a alteração feita nos estatutos do Mercantil de Santos (decr. 34); concede ao de Pernambuco permissão para emitir bilhetes convertiveis em ouro (decr. 50 B); concede ao Commercial: Pelotense permissão para emitir bilhetes convertiveis (decr. 50 C); concede ao União da Bahia permissão para emitir bilhetes convertiveis em ouro (decr. 50 D); concede ao da Bahia permissão para emitir bilhetes convertiveis em ouro (decr. 50 E) approva os estatutos do de Credito Real do Rio Grande do Sul (decr. 50 F); autoriza a substituição do paragrapho unico do art. 57 dos estatutos do do Brasil (decr. 69); fixa em tres mezes o praso concedido aos de emissão para fazerem uso della (decr. 99 A); pro-vê a organização dos de emissão (decr. 165); concede ao dos Estados Unidos do Brasil autorização para funcionar (decr. 190); crea um de emissão sobre apolices (decr. 194); autoriza o das Classes Laboriosas a funcionar e approva os seus estatutos (decr. 250 A); estatue acerca de emissões sobre metal e apolices concedidas aos do Brasil, Nacional do Brasil e dos Estados Unidos do Brasil (decr. 253); concede permissão ao visconde da Cruz Alta para incorporar o emissor da região dos Estados do Rio Grande do Sul e Matto Grosso (decr. 336 B); approva os estatutos do União de S. Paulo (decr. 351); concede autorização ao de Credito Real do Brasil para elevar o seu capital (decr. 355); approva os estatutos do Sul Americano de Pernambuco (decr. 367 A); manda resgatar os emprestimos feitos a diversos (decr. 390); approva os estatutos do Emissor da Bahia (decr. 394); declara sem effeito o decr. 367 A de 1890 na parte em que alterou os arts. 9º e 24 dos estatutos do Sul Americano de Pernambuco (decr. 395); manda aceitar letras hypothecarias dos de credito real, nas fianças e cauções (decr. 399); approva os estatutos do Emissor do Norte (decr. 499); substitue a disposição da 1ª parte do art. 7º dos estatutos do Emissor do Sul (decr. 583); provê a criação do Hypothecario Nacional (decr. 612); autoriza o Auxiliar a transferir á Empreza Industrial de Melhoramentos no Brasil as concessões de que é cessionario (decr. 687); concessão ao Territorial Mercantil de Minas para organizar a Companhia Ceres Brasileira (decr. 700); regula a emissão complementar assegurada ao dos Estados Unidos do Brasil (decr. 700 A); concede autorização ao dos Operarios para organizar uma secção cooperativa de consumo e produção (decr. 739); concede a Antonio José de Abreu autorização para incorporar o dos Funcionarios Publicos (decr. 771); contém diferentes providencias sobre os de circulação (decr. 782 A); approva as modificações feitas nos estatutos do de Credito Real de Minas Geraes (decr. 833); concede diversos favores ao dos Operarios para os edificios que construir (decr. 843); approva os estatutos do Emissor de Pernambuco (decr. 880); concede ao Colonial do Brasil e outro autorização para organizarem o de Credito Popular do Brasil (decr. 1036 B); concede privilegio ao do Povo para a construção, uso e gozo de uma cidade de banhos, na praia de Guaratiba (decr. 1058); concede ao dos Lavradores autorização para funcionar (decr. 1112); concede autorização a Francisco Moreira da Fonseca e outros para fundarem o Rio e Matto Grosso (decr. 1149); autoriza a fusão do dos Estados Unidos do

Brasil com o Nacional do Brasil, sob a denominação de da Republica dos Estados Unidos do Brasil (decr. 1154); concede autorização aos Colonizadores e Agricolas de Portugal e do Brasil e Luso-Brasileiro para organizarem a Companhia Pastoril Industrial Sul do Brasil (decr. 1178); approva os estatutos do de Credito Popular (decr. 1208); concede permissão ao bacharel Firmo de Albuquerque Diniz e outros para fundarem o de Credito e Garantia Real (decr. 1219); approva os estatutos do da Republica (decr. 1227); concede ao Emissor do Norte autorização para construir e explorar linhas telephonicas, em Manãos (decr. 1250); prorroga o praso para organização do Nacional Hypothecario (decr. 1295); concede autorização ao de Penhor e Hypotheca para organizar a Companhia Commercio e Industria do Brasil (decr. 1335); transfere ao Central Mineiro a concessão feita por decr. 927 de 1890 (decr. 1359); concede ao "Italia-Brasile" autorização para organizar a sociedade anonyma "L'Italia" (decr. 1722) — Ver Estatutos.

Bandeira — Estabelece o distinctivo da nacional (decr. 4).

Banimento — Estabelece o do territorio nacional dos cidadãos Affonso Celso de Assis Figueiredo e Carlos Affonso de Assis Figueiredo (decr. 78); estabelece o de D. Pedro de Alcântara e sua familia do territorio nacional (decr. 78 A); revoga o dos cidadãos Affonso Celso de Assis Figueiredo e Carlos Affonso de Assis Figueiredo (decr. 1037) — Ver Desterro.

Barras — Autoriza a execução das obras de melhoramentos da do porto do Rio Grande do Sul (decr. 160); declara organizada a commissão das obras da do Rio Grande do Sul (decr. 751); abre um credito extraordinario de 548:850\$ para as despezas com a execução das obras da do Rio Grande (decr. 779).

Bases — Estabelece as para a organização da assistencia á infancia desvalida (decr. 439); approva as do contracto com a Companhia Rio de Janeiro "City Improvements" para o serviço de esgotos do Jardim Botânico, Andarahy Pequeno, Engenho Novo, Todos os Santos e officinas (decrs. 783 e 784).

Batalhões — Eleva o soldo das praças do naval (decr. 74 A); estabelece novo plano para os uniformes do naval (decr. 193 B); regula o fornecimento de fardamento ás praças do naval (decr. 209); constitue um academico na Capital Federal (decr. 242); dá nova organização ao naval (decr. 272) — Ver Guarda nacional.

Bens de Ausentes — Ver Curador.

Bibliotheca — Reune a da Marinha ao Museu Nacional (decr. 363).

Bibliotheca Nacional — Crea uma repartição de permutas internacionaes annexa á decr. 197; approva o regulamento para a (decr. 856).

Bibliothecario — Crea na Escola de Minas de Ouro Preto o logar de (decr. 1094).

Bilhetes — Concede ao Banco de Credito Real do Brasil a faculdade de emittir convertiveis em ouro (decr. 19); concede á Sociedade de Commercio a faculdade de emittir convertiveis em ouro (decr. 20); concede ao Banco do Brasil a faculdade de emittir convertiveis em ouro (decr. 23); concede ao Banco Commercial do Rio de Janeiro a faculdade de emittir convertiveis em ouro (decr. 24); concede permissão ao Banco Mercantil da Bahia para emittir convertiveis em ouro (decr. 33); concede permissão ao Banco de Pernambuco para emittir convertiveis em ouro (decr. 50 B);

concede ao Banco Commercial Pelotense permissão para emitir convertíveis em ouro (decr. 50 C); concede ao Banco União da Bahia permissão para emitir convertíveis em ouro (decr. 50 D); concede permissão ao Banco da Bahia para emitir convertíveis em ouro (decr. 50 E); permite a livre venda dos de loterias dos Estados (decr. 207); concede permissão á companhia que Antonio Carneiro Brandão organizar para emitir de mercadorias (decr. 725); eleva o prazo marcado para o recolhimento dos de loterias não reclamados (decr. 1232 A).

Bitola — Ver Alargamento.

Boatos — Todos os que derem origem a alarmantes ficam sujeitos ao regimen do decr. 85 A de 1889 (decr. 295).

Bombeiros — Ver Estação.

Bonés — Altera a disposição do plano dos emblemas dos de officiaes das classes annexas da armada (decr. 472).

Bons serviços — Ver Empregados.

Brasil Great Southern Railway — Ver Capital.

Brigada — Crea uma de escreventes da armada, equiparados aos guardiães do Corpo de Officiaes Marinheiros (decr. 941); crea uma de artifices militares (decr. 948); dá regulamento para a Policia da Capital Federal (decr. 958) — Ver Regimento.

Bronze — Ver Moedas.

Cabos — Concede á "Western and Brazilian Telegraph Comp. Limited" autorização para lançar um segundo submarino (decr. 944); concede autorização a João Cordeiro da Graça Junior para lançar diversos submarinos e terrestres entre a Capital Federal e Angra dos Reis. (decr. 1177) — Ver Concessões.

Cachoeira — Ver Aguas.

Cadeiras — Eleva á categoria de a aula de historia e tactica naval da Escola Naval (decr. 27 A); eleva á categoria de a aula de geometria descriptiva e topographia da Escola Naval (decr. 66); crea a de violoncello e contra-baixo no Instituto Nacional de Cegos. (decr. 708); supprime a de direito ecclesiastico dos cursos juridicos do Recife e S. Paulo (decr. 1036 A); crea no Instituto Nacional dos Cegos a de geographia universal e chorographia do Brasil e a do curso primario (decr. 1294) — Ver Escolas.

Cadernos — Ver Loterias.

Caducidade — Ver Companhias — Decretos.

Caes — Declara de utilidade publica a desapropriação do situado entre os predios 2 D e 2 F, da rua Retiro Saudoso (decr. 409); concede á Empreza Industrial de Melhoramentos no Brasil autorização para a construcção de um de atracação, entre a ponte do Arsenal de Marinha e a do Caju' (decr. 849); autoriza a Empreza das Obras de Melhoramentos do Porto de Santos a prolongar o em construcção (decr. 966).

Caixa de Amortização — Regula o numero, classes e vencimentos dos empregados da (decr. 249); altera o numero, classes e vencimentos dos empregados da (decr. 995 A).

Caixas — Eleva a 6 % os juros abonados pelas economicas (decr. 661); concede autorização ao conselho fiscal da Economica e Monte de Soccorro da Capital Federal para dispensar o comparecimento dos empregados com 30 annos ou mais de serviços (decr. 981).

Camaras — Dissolve a Ilma. Municipal (decr. 50 A); autoriza os governadores dos Estados a dissolver as municipais (decr. 107).

Canaes — Substitue a denominação do "Príncipe D. Affonso" pela denominação de "Laguna a Porto Alegre" (decr. 398); ratifica o contracto para abertura dos de junção entre varios rios do Estado de Sergipe (decr. 626); crea a commissão de melhoramentos dos maritimos dos Estados do Paraná e Santa Catharina (decr. 925); abre um credito de 94:400\$ para as despesas com o pessoal e material da commissão dos maritimos do Paraná e Santa Catharina (decr. 942 C); prorroga o praso para o começo dos estudos definitivos do de Laguna a Porto Alegre (decr. 1062); transfere á Companhia Industrial e de Construções Hydraulicas o privilegio para construcção, uso e gozo do de Laguna a Porto Alegre (decr. 1078) — Ver Inspectorias — Obras.

Capellas — Ver Provedoria.

Capitães — Eleva o numero dos de engenheiros (decr. 247).

Capital — Autoriza o cidadão Joaquim Ignacio Pereira a empregar em um só engenho central o de 1.150:000\$ (decr. 98); concede garantia de juros sobre o empregado no estabelecimento de um engenho central (decr. 215); eleva a 3.000:000\$ o da Companhia de Engenhos Centraes (decr. 239); autoriza a Companhia Agricola de Campos a levantar o necessario para execução das obras do engenho central em Aryses (decr. 300); concede autorização ao Banco de Credito Real do Brasil para a elevação de (decr. 355); eleva a 60.000:000\$ o a que se refere o art. 2º da lei 2687 de 6 de novembro de 1895 (decr. 525); autoriza a "Brasil Great Southern Railway Co. Limited", a fazer uma chamada de (decr. 678); fixa o garantido da Companhia E. de F. Sorocabana (decr. 874); fixa em 6.153:857\$750 o garantido á Companhia E. de F. Mogyana para a construcção do prolongamento até o Rio Grande e ramal de Poços de Caldas (decr. 885); concede garantia de juros sobre o que for fixado para a construcção, uso e gozo das obras de melhoramentos do porto de Jaraguá (decr. 904); concede garantia de juros ao empregado na construcção do prolongamento da E. de F. e Minas de S. Jeronymo (decr. 906); eleva o garantido pelo decr. 9774 de 1887 para construcção do prolongamento do Parahyba ao Cabedello (decr. 959); prorroga os prazos da garantia de juros sobre o fixado para as obras do porto de Fortaleza (decr. 1001); concede á Companhia Industrial e de Construções Hydraulicas privilegio e garantia de juros sobre o que for empregado na construcção das obras do porto de Laguna (decr. 1034).

Carcereiro — Crea o lugar de da cidade de Jahú (decr. 1096).

Cargos — Crea o de secretario geral do Conselho de Ministros (decr. 113 E); estabelece que o de presidente do Supremo Tribunal de Justiça e das Relações seja preenchido por eleição (decr. 210); autoriza os officiaes do exercito e da armada a exercerem os da directoria da Cooperativa Militar do Brasil (decr. 1036 C).

Carnes verdes — Ver Empresas.

Carris — Transfere para a administração municipal o serviço de urbanos (decr. 199).

Cartas — Substitue os modelos das conferidas por estabelecimentos de ensino (decr. 30).

Carvão — Concede permissão á D. Elmira Revertel de Lima para lavrar de pedra, no Rio Grande do Sul (decr. 243); concede permissão a Benjamin de Nofrio Matta para explorar mina

do de pedra (decr. 675); concede permissão ao Dr. Tiberio Cesar de Lemos para o explorar, de pedra, no Maranhão (decr. 812); concede permissão a João Francisco de Lemos e outros para o explorar em S. Paulo (decr. 876); prorroga o prazo marcado a Francisco de Assis, Paula Assumpção para o explorar em São Paulo (decr. 910); concede permissão a Annibal Fernandes Pinheiro e Pantaleão José da Costa e Souza para o explorarem no Espirito Santo (decr. 1143); concede permissão a Adam Benaion para o explorar no Estado do Pará (decr. 1168); concede permissão ao bacharel João Roquete Carneiro de Mendonça para o explorar nos municípios de Lima Duarte e Barbacena (decrs. 1169 e 1170); declara, caduca a concessão feita ao visconde de Barbacena para o explorar em Santa Catharina (decr. 1285).

Casa da Moeda. — Altera o numero, classes e vencimentos dos empregados da (decr. 995 A).

Casa de Correção — Manda applicar aos empregados e operarios da as disposições do art. 154 do decr. 5322 de 1874 (decr. 466).

Casa de Detenção — Eleva os vencimentos dos empregados da (decr. 465).

Casa de S. José — Dá regulamento á (decr. 657).

Casados — Ver Mulheres.

Casamentos — Promulga a lei sobre o civil (decr. 181); manda observar as instrucções para execução da lei que promulgou o civil (decr. 233); designa a ordem de substituição dos juizes de (decr. 233 A); regula os efeitos civis dos celebrados antes da execução do decr. 181 de 1839 (decr. 278); crea na capital de cada Estado uma vara privativa de juiz de (decr. 320); altera a divisão dos districtos dos juizes de (decr. 468); crea o lugar de porteiro no juizo de (decr. 469); prohibe ceremonias religiosas matrimoniaes antes de celebrado o civil (decr. 521); determina que sejam remettidos trimensalmente á Directoria Geral de Estatistica os mappas dos registrados (decr. 722); declara o meio de supprir a certidão de idade para o (decr. 773); crea na capital da Bahia mais uma vara privativa de juiz de direito, um official do registro e um escrivão de (decr. 807); crea na capital de Pernambuco mais uma vara de juiz de direito de (decr. 828). — Ver Juizes.

Casas — Regula o serviço medico das enfermarias das de Detenção e Correção (decr. 201) — Ver Desapropriações.

Casos — Menciona os em que os officiaes de corpos da armada e classes annexas devem passar para a reserva (decr. 329).

Castigo — Extingue o corporal na armada (decr. 3).

Categoria — Eleva á de cadeira a aula de historia e tactica naval da Escola Naval (decr. 27 A); eleva á de cadeira a aula de geometria descriptiva e topographia da Escola Naval (decr. 66); eleva a Secretaria de Policia do Estado do Pará á igual ás secretarias da Bahia, Pernambuco e S. Paulo (decr. 571); eleva a da Secretaria de Policia do Estado do Ceará (decr. 576); eleva á de consulado o vice-consulado do Havre (decr. 1430) — Ver Guarda nacional.

Cauções — Manda acceitar letras hypothecarias dos bancos de credito real nas prestadas ao Ministerio da Agricultura (decr. 399).

Causas — Revoga as leis que exigem a tentativa de conciliação como formalidade nas civeis e commerciaes (decr. 859); manda observar, nas civeis, o regulamento 737 de 1850 (decr.

763); declara que, nas em que for nomeado curador a ausente, tenha o dito curador privativa e indispensável audiência, independente de nomeação dos juizes (decr. 767).

Cavallaria — Eleva o numero dos corpos de do exercito (decr. 56); extingue o curso de da Escola Militar do Ceará (decr. 274) — Ver Guarda nacional.

Cavалlos — Determina que todos os introduzidos na Republica sejam marcados com um signal (decr. 1414).

Cégos — Ver Institutos.

Central do Brasil — Ver Estrada de ferro.

Central de Macahé — Ver Estradas.

Cemiterios — Estabelece a secularização dos (decr. 789).

Centros — Concede autorização a Carlos Eduardo Thompson para estabelecer de communicações telephonicas nas cidades de Bagé, Uruguayana e Santa Maria da Bocca do Monte (decr. 968); concede autorização á Companhia Telephonica de S. Paulo para ligar os telephonicos de Santos e S. Paulo (decr. 1044); concede autorização a Francisco Jorge Ferreira para estabelecer telephonicos em Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre (decr. 1093); confirma a concessão feita pela Intendencia Municipal de Limeira a Antonio Maria da Silva Gordinho para estabelecer um telephonic (decr. 1249); concede permissão a João Bernardo da Cruz Junior para estabelecer telephonicos nas cidades de Victoria, S. Matheus, Benevente, Itapemerim e Linhares, ligando-as entre si (decr. 1289); concede permissão a Manoel Augusto Pereira de Amorim para estabelecer telephonicos em Porto Novo do Cunha, Cantagallo, Leopoldina e nos centros populosos de permeio (decr. 1309).

Cerimonias — Prohibe as religiosas matrimoniaes, antes de celebrado o casamento civil (decr. 521).

Certidões — Autoriza os tabelliães e escrivães a passarem independentemente de despacho dos juizes (decr. 470); declara o meio de supprir a de idade para o casamento civil (decr. 773).

Certificado — Autoriza os juizes de direito privativos dos casamentos a dispensar os proclamas e mandar passar o de habilitação (decr. 481).

Cervejaria — Ver Companhia.

Chamada — Ver Capital.

Chefes — Estabelece o limite das attribuições dos dos Estados relativamente á nomeação e demissão de empregados (decr. 12); fixa o subsidio do do governo provisorio (decr. 27 G); crea os logares de 1° e 2° vice do governo provisorio (decr. 113).

Chumbo — Concede permissão a Raphael Descio para o explorar no Estado de S. Paulo (decr. 1318 B).

Cidadãos — Considera eleitores todos os brasileiros que souberem ler e escrever (decr. 6); declara que são considerados brasileiros os estrangeiros que o requererem (decr. 277 D); prorroga o praso para as declarações dos estrangeiros residentes no Brasil que não desejarem ser considerados brasileiros (decr. 479); providencia para que possam exercer o direito de voto os qualificados eleitores em virtude da lei 3029 de 1881 (decr. 648) — Ver Naturalização.

Circulação — Todos os que concorrerem para a de noticias falsas ou boatos alarmantes ficam sujeitos ao regimen do decr. 85 A de 1889 (decr. 295).

Cirurgiães — Ver Concursos — Regimentos.

Classes — Reduz o tempo de serviço de algumas da armada (decr. 8); firma a competencia da autoridade federal e dos go-

vereadores dos Estados quanto á nomeação, aposentadoria, demissão, suspensão e licença de algumas de funcionarios (decr. 12 A); estabelece novo plano para os uniformes dos officiaes das annexas (decr. 155 A); regula as dos empregados das thesourarias de fazenda (decr. 240 A); altera as dos empregados da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. 248); eleva as dos empregados da Caixa de Amortização (decr. 249); menciona casos em que officiaes das annexas devem passar para a reserva (decr. 329); altera as dos empregados das alfandegas (decr. 391 B); altera o plano dos uniformes das annexas á armada (decr. 425); altera a disposição do plano dos emblemas dos bonets dos officiaes das annexas á armada (decr. 472); firma o direito ao soldo da patente aos officiaes das annexas ao exercito e á armada, em commissões e empregos (decr. 474 B); concede ás viúvas e orphãos dos officiaes das annexas á armada o meio soldo (decr. 475); regula as dos empregados de fazenda do Estado do Ceará (decr. 584); concede ao Banco dos Operarios diversos favores para os edificios que construir para habitação das pobres (decr. 843); regula as ajudas de custo e gratificações que devem ser abonadas aos officiaes das annexas á armada (decr. 890); concede á Companhia Nacional de Construcções diversos favores para os edificios que construir para habitação das pobres (decr. 894); concede á Companhia Technica Constructora diversos favores relativamente aos edificios que construir para habitação das pobres (decr. 895); altera as de empregados da Caixa de Amortização e da Casa da Moeda (decr. 995 A); faz extensivas aos officiaes das annexas ao corpo da armada as disposições do decr. 644 de 1852 (decr. 1346) — Ver Força — Officiaes.

Classificação — Regula a dos decretos (decr. 11); dá a auditores de guerra (decr. 257) — Ver Arsenaes — Comarcas — Decretos — Regulamentos.

Clausulas — Rectifica a XXI do decr. 7959 de 1880 (decr. 237); modifica as annexas ao decr. 10409 de 1889 (decr. 267); modifica as da concessão da E. de F. de Itararé a Santa Maria da Bocca do Monte (decr. 462); acrescenta uma ás que baixaram com o decr. 758 de 1890 (decr. 795); altera as que baixaram com o decr. 718 de 1890 (decr. 838); altera as annexas ao decr. 10409 de 1889 (decr. 1048); prorroga o praso marcado no § 2º da 3ª do decr. 646 de 1890 (decr. 1151); prorroga o praso marcado no § 2º da 3ª do decr. 645 de 1890 (decr. 1153); altera as que baixaram com o decr. 1027 de 1890 (decr. 1209); altera a 3ª, annexa ao decr. 10208 de 1889 (decr. 1304); altera as do decr. 597 A de 1890 (decr. 1382); altera as que baixaram com o decr. 10183 de 1889 (decr. 1387) — Ver Prastos.

Cobrança — Providencia sobre a execução do decr. 68, na parte referente á executiva das multas (decr. 88); estabelece o processo executivo para a das multas e dos alcances dos empregados publicos (decr. 360); estabelece nas alfandegas e mesas de rendas a de uma porcentagem dos direitos em ouro (decr. 391 C); estabelece a em ouro dos direitos de importação (decr. 804).

Cobre — Concede permissão ao visconde de S. Luiz do Maranhão e outro para explorarem minas de no municipio da Chapada (decr. 1146); concede permissão ao Dr. Antonio Felicio dos Santos e outro para explorarem minerios de no Estado de Minas Geraes (decr. 1245); torna extensivo a outros mineraes a concessão feita ao visconde de S. Luiz do Maranhão e outro para explorarem minas de no municipio da Chapada (decr. 1246);

declara a caducidade da concessão a Boris Frères para o explorar no Estado do Ceará (decr. 1276); concede permissão a Frederico Lopes Branco para o explorar no Estado do Paraná (decr. 1318 A).

Codigos — Crea o disciplinar da armada (decr. 509); promulga o penal (decr. 847); reforma o commercial, na parte III (decr. 917); estabelece o penal para a armada (decr. 949); altera o art. 24 do decr. 509 de 1890 que crea o disciplinar da armada (decr. 1091); marca praso para ter execução o penal (decr. 1127); altera a redacção dos arts. 205 e 206 do criminal (decr. 1162).

Collegios — Altera a denominação do de Pedro II (decr. 9); approva o regulamento para o Militar (decr. 371); crea no Militar tres logares de inspectores de alumnos (decr. 866); altera o art. 28 do regulamento de 2 de maio de 1890 para o Militar (decr. 1421).

Colonias — Crea nacionaes, no territorio da Guyana Brasileira (decr. 163); provê a nomeação de juizes de districtos nas militares (decr. 861); prorroga o praso para a inauguração das obras da E. de F. de Pelotas ás de S. Lourenço (decr. 863).

Comarcas — Declara a entrancia da de Itatiba (decr. 24 A); declara a entrancia da de S. José do Barreiro (decr. 24 B); declara a entrancia da de Soccorro (decr. 24 C); declara a entrancia da de Santa Isabel (decr. 28); declara a entrancia da de São João da Boa Vista (decr. 36); declara a entrancia da de Cachoeiro de Itapemerim (decr. 40); declara a entrancia da de Santa Leopoldina (decr. 41); declara a entrancia da de Agua Preta (decr. 45); declara a entrancia da de Gloria de Goitá (decr. 46); declara a entrancia da de Maragogipe (decr. 47); declara a entrancia da de Gravatá (decr. 48); declara a entrancia da de São Bento (decr. 49); declara a entrancia da de S. Lourenço (decr. 50); declara a entrancia da de Goyaninha (decr. 51); declara a entrancia da de Quixadá (decr. 53); declara a entrancia da de Triunpho (decr. 54); declara a entrancia da de Itaperuna (decr. 59); altera a classificação da de Rio Lambary (decr. 60); crea os logares de juiz municipal e de orphãos em diversas do Estado de Minas Geraes (decr. 61); declara a entrancia da de Boa Vista (decr. 62); declara a entrancia da de Palmeira (decr. 63); deroga o decr. 10183 de 1888, na parte referente á de S. João do Rio Claro (decr. 65); declara a entrancia da de Bãbalha (decr. 71); declara a entrancia da do Carmo (decr. 72); declara a entrancia da de Jaboticabal (decr. 73); declara a entrancia da de Morrinhos (decr. 74); declara a entrancia da de Granito (decr. 75); declara a entrancia da de Princeza (decr. 76); declara a entrancia da de Pilão Arcado (decr. 80); declara a entrancia da de Parana-pama (decr. 81); declara a entrancia da de Cunha (decr. 82); declara a entrancia da de Pombal (decr. 83); declara a entrancia da de Barra do Rio de Contas (decr. 84); declara a entrancia da de Lima Duarte (decr. 85); altera a classificação da de Areas (decr. 89); declara a entrancia da de Silveiras (decr. 90); declara a entrancia da de Coroatá (decr. 91); declara a entrancia da de Palmas (decr. 92); declara a entrancia da de Acary (decr. 93); declara a entrancia da de Philadelphia (decr. 103); declara a entrancia da de Pomba (decr. 104); declara a entrancia da de São Francisco Xavier de Joinville (decr. 105); declara a entrancia da de Maragogy (decr. 106); declara a entrancia da de Mariá (decr. 111); declara a entrancia da de Sapucaia (decr. 112); declara a entrancia da de Santo Antonio de Padua (decr. 113);

declara a entrancia da de Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 114); declara a entrancia da de Guamá (decr. 115); declara a entrancia da de Rio Novo (decr. 116); declara a entrancia da de Alemquer (decr. 118); declara a entrancia da de Potengy (decr. 121); declara a entrancia da de S. Paulo de Blumenau (decr. 122); declara a entrancia da de S. Francisco de Paula de Cima da Serra (decr. 123); declara a entrancia da de Capivary (decr. 124); declara a entrancia da de Paraty (decr. 125); declara a entrancia da de Porto Feliz (decr. 126); declara a entrancia da de S. Sebastião (decr. 127); declara a entrancia da de Monção (decr. 128); declara a entrancia da de Saquarema (decr. 130); declara especial a de S. Lourenço da Matta (decr. 132); declara a entrancia da de Villa Nova (decr. 133); declara a entrancia da de Chaves (decr. 140); declara a entrancia da de Santo Ignácio do Pinheiro (decr. 141); declara a entrancia da de Sant'Anna de Mattos (decr. 144); declara a entrancia da de Triumpho (decr. 146); declara a entrancia da de S. João de Santa Cruz (decr. 147); altera a classificação da de Santo Antonio de Padua (decr. 148); declara a entrancia da de Poconé (decr. 149); declara a entrancia da de Iguará (decr. 151); declara a entrancia da de S. Francisco (decr. 152); declara a entrancia da de Rio Pardo (decr. 153); declara a entrancia da de Livramento (decr. 156); declara a entrancia da de Cajuru (decr. 167); declara a entrancia da de Caçapava (decr. 168); declara a entrancia da de S. João Baptista do Rio Verde (decr. 173); altera a classificação da de Pastos Bons (decr. 174); altera a classificação da de Saquarema (decr. 175); declara a entrancia da de S. Felix (decr. 176); declara especiaes as de Guaratininguê, Itatiba, Caçapava e Jundiáhy (decr. 177); altera a classificação da de Caçapava (decr. 178); declara a entrancia da de Muzambinho (decr. 179); altera a classificação da de Marianna (decr. 185); declara a entrancia da de Itaparica (decr. 186); declara a entrancia da de Mirador (decr. 187); deroga o decr. 10083 de 1888, na parte referente á de Tatuhy (decr. 188); declara a entrancia da de Entre Rios (decr. 189); declara a entrancia da do Alto Parnahyba (decr. 200); declara a entrancia da de Rosario (decr. 202); altera a classificação da de Lima Duarte (decr. 204); declara a entrancia da de Orobó (decr. 206); declara a entrancia da de Santo Antonio da Estrella (decr. 223); declara a entrancia da de S. Lourenço (decr. 224); declara a entrancia da de Pirapetinga (decr. 225); declara a entrancia da de Barra de Sergipe do Conde (decr. 226); declara a entrancia da de Sacramento (decr. 227); declara a entrancia da de Piahy (decr. 228); declara a entrancia da de Ouro Fino (decr. 229); declara a entrancia da de Abaeté (decr. 230); declara a entrancia da de Monte Alegre (decr. 231); declara a entrancia da de Conceição do Arroio (decr. 232); alteração da classificação da de Barbacena (decr. 261); altera a classificação da de Sorocaba (decr. 262); declara a entrancia da de Rio Coxim (decr. 263); declara a entrancia da de Santarém (decr. 264); declara a entrancia da de Barra do Pirahy (decr. 265); declara a entrancia da de S. Vicente (decr. 276); declara a entrancia da de S. Sebastião de Tijucas (decr. 280); altera a classificação da de Marolm (decr. 281); declara a entrancia da de Arroio Grande (decr. 284); declara a entrancia da de S. Martinho (decr. 285); declara a entrancia da de Patos (decr. 293); declara a entrancia da de Conceição (decr. 294); declara a entrancia da de União (decr. 301); crea mais um logar de promotor publico na da capital do Pará (decr. 303); altera a classificação da de Ceará-mirim (decr.

316); altera a classificação da de Feira de Sant'Anna (decr. 317); declara a entrancia da de Serrinha (decr. 318); declara a entrancia da de Santo Antonio da Palmeira (decr. 319); altera a classificação da de Porto Calvo (decr. 322); declara a entrancia da de S. Miguel de Gunhães (decr. 324); declara a entrancia da de Varginha (decr. 326); declara a entrancia da de Benevente (decr. 343); altera a classificação da de Iguassú (decr. 382); declara a entrancia da de S. Francisco (decr. 383); declara a entrancia da de Quarahy (decr. 384); declara a entrancia da de S. Luiz (decr. 386); declara a entrancia da de Barra de S. João (decr. 387); declara a entrancia da de Alto Solimões (decr. 392); declara a entrancia da de Simão Dias (decr. 397); declara a entrancia da de Curuçá (decr. 401); declara a entrancia da de Muaná (decr. 402); declara a entrancia da de Ponta de Pedras (decr. 403); altera a classificação da de Itacoatiara (decr. 404); declara especial a de Campos (decr. 411); declara a entrancia da de Entre Rios (decr. 413); declara a entrancia da de Bom Conselho (decr. 414); declara a entrancia da de Andaraí (decr. 415); declara a entrancia da de Santo Antonio do Machado (decr. 445); altera a classificação da de Alfenas (decr. 445 A); altera a classificação das de Mogy das Cruzes e Lorena (decr. 467); declara a entrancia da de Palma (decr. 473); declara a entrancia da de Araripe (decr. 474); declara a entrancia da de Santa Thereza (decr. 478); altera a classificação da de Magé (decr. 482); altera a classificação da de Guaratinguetá (decr. 483); altera a classificação da de Timbaúba (decr. 484); altera a classificação da de Cuyabá (decr. 485); altera a classificação da de Alagoinhas (decr. 489); crea mais um lugar de juiz de direito na de Campos (decr. 490); declara especial a de Barra do Pirahy (decr. 491); declara a entrancia da de Sapucahy (decr. 492); declara a entrancia da de Tiradentes (decr. 493); altera a classificação da de Campina Grande (decr. 494); altera a classificação da de Queluz (decr. 495); altera a classificação da de Morrinhos (decr. 501); declara a entrancia da de Rio Vermelho (decr. 502); declara a entrancia da de Canguassú (decr. 503); declara a entrancia da de Boa Vista do Tremedal (decr. 507); altera a classificação da de Santa Cruz (decr. 514); altera a classificação da de Itaperuna (decr. 533); declara a entrancia da de Araranguá (decr. 535); declara a entrancia da de Batalhão (decr. 537); declara a entrancia da de Soledade (decr. 538); declara a entrancia da de Itabaiana (decr. 539); declara a entrancia da de Santa Rita (decr. 540); declara a entrancia da de Pirassununga (decr. 548); declara a entrancia da de S. Bento do Sapucahy (decr. 549); altera a classificação da de S. Roque (decr. 550); declara a entrancia da de Colonia (decr. 551); declara a entrancia da de Corrente (decr. 552); declara a entrancia da de Picos (decr. 553); declara a entrancia da de Serro Azul (decr. 557); declara a entrancia da de Tibagy (decr. 558); declara a entrancia da de Capim Grosso (decr. 559); altera a classificação da de Baturité (decr. 560); declara a entrancia da de Vianna (decr. 562); declara a entrancia da de Gamelleira (decr. 563); declara a entrancia da de Cabaceiras (decr. 566); declara a entrancia da de Umbuzeiro (decr. 567); declara a entrancia da de Rosario (decr. 569); declara a entrancia da de Belmonte (decr. 577); declara a entrancia da de Alagoa de Baixo (decr. 578); declara a entrancia da de Ipojuca (decr. 579); declara a entrancia da de Leopoldina (decr. 580); declara a entrancia da de Parahyba (decr. 589); declara a entrancia da de Milagres (decr. 590); declara a entrancia da de Campo Grande (decr.

592); declara a entrancia da de Marvão (decr. 594); declara a entrancia da de S. Francisco de Assis (decr. 625); altera a classificação da de Saquarema (decr. 655); declara a entrancia da de S. Miguel (decr. 656); deroga o decr. 10141 de 1888, na parte que declarou especial a de Lorena (decr. 676); declara a entrancia da de Arauá (decr. 677); altera a classificação da de Parahyba (decr. 696); altera a classificação da de Imperatriz (decr. 698); altera a classificação da de União (decr. 702); altera a classificação da de Alfenas (decr. 726); altera a classificação da de Villa Nova da Rainha (decr. 743); altera a classificação da de Ponta de Pedras (decr. 792); altera a classificação da de Uruguayana (decr. 806); declara especial a de Pindamonhangaba (decr. 860); altera a classificação da de Ponte Nova (decr. 872); declara a entrancia da de Canhotinho (decr. 873); declara a entrancia da de Piancó (decr. 912); declara a entrancia da de Carmo da Franca (decr. 913); declara especial a de Santa Thereza (decr. 923); altera a classificação da de Pacatuba (decr. 939); altera a classificação da de Nossa Senhora da Graça (decr. 940); altera a classificação da de S. José dos Campos (decr. 945); altera a entrancia da de Pacatuba (decr. 973); altera a entrancia da de Granja (decr. 974); altera a classificação da de Araripe (decr. 975); altera a classificação da de Uruguayana (decr. 1007); altera a classificação da de Manãos (decr. 1015); altera a classificação da de Cametá (decr. 1016); altera a classificação da de Itacoatiara (decr. 1017); declara a entrancia da de Rio Pardo (decr. 1022); declara a entrancia da de Itabapoana (decr. 1023); altera a classificação da de Breves (decr. 1042); altera a classificação da de Brejo (decr. 1064); declara a entrancia da de Corurupú (decr. 1105); declara a entrancia da de Affuá (decr. 1106); declara a entrancia da de Itaituba (decr. 1107); declara a entrancia da de Baião (decr. 1108); revoga o decr. 1064 de 1890 que alterou a classificação da de Brejo (decr. 1115 B); altera a classificação da de Santo Angelo (decr. 1129); declara a entrancia da de Carangola (decr. 1130); altera a classificação da de Sapucahy (decr. 1131); altera a classificação da de Muzambinho (decr. 1132); altera a classificação da de Livramento (decr. 1133); declara a entrancia da de Cataguazes (decr. 1134); declara a entrancia da de Viçosa (decr. 1135); declara a entrancia da de Santa Catharina (decr. 1136); declara a entrancia da de Cambuhy (decr. 1137); declara a entrancia da de Santa Rita (decr. 1138); declara a entrancia da de Monte Santo (decr. 1139); declara a entrancia da de Barrêtos (decr. 1140); altera a classificação da de Canindé (decr. 1141); altera a classificação da de Camisão (decr. 1190); altera a classificação da de Rio Novo (decr. 1191); altera a classificação da de Ouro Fino (decr. 1210); declara a entrancia da de Sant'Anna dos Ferros (decr. 1211); declara a entrancia da de Inhaúma (decr. 1212); declara a entrancia da de Araguay (decr. 1213); declara a entrancia da de Abre Campo (decr. 1214); declara a entrancia da de Serra Negra (decr. 1242); declara a entrancia da de Bom Sucesso (decr. 1259); altera a classificação da de Itajubá (decr. 1279); altera a classificação da de Diamantina (decr. 1296); altera a classificação da de Amargosa (decr. 1297) — Ver Guarda Nacional.

Começo — Ver Estudos — Obra — Obrigatoriedade.

Commandante — Ver Ajudas de custo.

Commandos — Extingue o das armas do Estado do Amazonas e crea um no Estado do Paraná (decr. 241); crea os logares de encarregados do pessoal e do material do exercito nos logares

onde não existem de armas (decr. 296); crea no das armas do Rio Grande do Sul duas secções de expediente (decr. 336) — Ver **Guarda nacional**.

Commissariado — Crea o Geral da Armada (decr. 946).

Commissões — Nomeia uma para elaborar um projecto de constituição (decr. 29); crea uma para preparar a regulamentação do decreto n. 6 de 1889 (decr. 70 A); crea uma militar para julgamento dos crimes de conspiração (decr. 85 A); abre o credito de 50:000\$ para as despesas com a exploradora das Missões (decr. 158); declara como devem proceder as municipaes de alistamento eleitoral (decr. 489); declara organizada a das obras da barra e do porto do Rio Grande do Sul (decr. 751); extingue a de conservação dos portos e obras publicas de Pernambuco (decr. 808); regula as ajudas de custo e gratificações que devem ser abonadas aos officiaes da armada, classes annexas e empregados civis do Ministerio da Marinha nas de que forem incumbidos (decr. 890); crea a de melhoramentos dos portos e canaes marítimos dos Estados do Paraná e Santa Catharina (decr. 925); abre um credito extraordinario de 94:400\$ para as despesas da de portos e canaes marítimos do Paraná e Santa Catharina (decr. 942 C); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 75:570\$880 para as despesas com a exploradora das Missões (decr. 995); extingue a Geral de Viação Ferrea e Fluvial (decr. 1332).

Comunicação — Ver **Centros** — **Concessões**.

Companhias — Autoriza a de S. Christovão a transferir os privilegios de que é concessionaria (decr. 22); approva os estatutos da Pastoril Mineira e autoriza a funcionar (decr. 42 A); concede á Manufactora de Conservas Alimenticias autorização para funcionar (decr. 100); approva a reforma dos estatutos da Hydraulica Porto Alegrense (decr. 109); autoriza a "Equitable Life Insurance" a funcionar (decr. 110); transfere a Thomaz Keene & Mello a concessão feita á de Mineração de S. José d'El-Rei para lavar mineraes (decr. 161); autoriza a "Americale d'Eclairage" a funcionar (decr. 162); approva a reforma dos estatutos da do Queimado (decr. 193 C); determina que a concessão feita pelo decr. 10196 de 1889, á que Joaquim Xavier Carneiro de Lacerda organizar passe a ser regida pelo decr. 10393 de 1889 (decr. 214); determina que a concessão á Lavoura, Industria e Colonização passe a ser regida pelo decr. 10393 de 1889 (decr. 217); approva a reforma dos estatutos da Manufactora de Conservas Alimenticias (decr. 235); autoriza a transferencia á da Estrada de Ferro do Sapucahy da concessão de uma estrada de ferro da bahia de Botafogo a Angra dos Reis (decr. 236); concede á "Norddeutscher Fuerversicherung-Gesellschaft", autorização para continuar a funcionar (decr. 238); altera a concessão á de Engenhos Centraes (decr. 239); altera a planta approvada pelo decr. 10186 de 1889 para augmento da estação de Santos, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy (decr. 246); prorroga novamente o prazo concedido á E. de F. Sorocabana para apresentação dos estatutos do trecho entre Santa Cruz do Rio Pardo e as margens do Paranapanema (decr. 256); concede autorização á Manufactora de Massas Alimenticias para se organisar (decr. 275); approva a reforma dos estatutos da de Aguas do Gran-Pará (decr. 283); approva as alterações nos estatutos da "Northern Assurance" (decr. 286); rectifica o decr. 10437 de 1889 que autorizou a "London Assurance" a estabelecer diversas agencias (decr. 308);

amplia o praso da concessão para o estabelecimento de um engenho central feito á Agricola de Campos (decr. 299); prorroga o praso para a incorporação da E. de F. de Caxias a S. José das Cajazeiras (decr. 313); transfere á de Engenhos Centraes a concessão feita a Joaquim Xavier Carneiro de Lacerda, pelo decr. 214 de 1890. (decr. 321); approva os estatutos definitivos e prorroga os prazos para a incorporação da que deve construir a E. de F. de Taubaté a Ubatuba (decr. 332); manda rescindir o contracto celebrado com a E. de F. D. Pedro I para a construção da mesma estrada (decr. 333); concede permissão á Minas de Jacobina para explorar ouro e outros mineraes, no Estado da Bahia (decr. 367); prorroga o praso estipulado para a incorporação da que deve construir o trecho da E. de F. Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo. (decr. 368); concede permissão á Haup & C^a, e outros para organizarem a Cervejaria Bavaria (decr. 369); concede as vantagens e regalias de paquetes aos vapores da que J. J. Drumm organizar (decr. 375); concede permissão a Emílio Paulo de Lima Barbosa para organizar a de Cerveja Guanabara (decr. 410); declara a caducidade das concessões á "Minas and Rio Railway" para a construção do ramal de Campanha e do prolongamento até o Rio Verde (decr. 419); autoriza a Estrada de Ferro do Carangola a transferir as concessões á E. de F. Barão de Araruama (decr. 420); concede autorização ao dr. Carlos Pereira de Sá Fortes e outro para organizarem a de Lactícinos (decr. 432); prorroga o praso concedido para a organização da de Engenhos Centraes da Parahyba do Norte e Sergipe (decr. 438); prorroga o praso concedido á "Pelotas and Colonies Railway" para o começo das obras da respectiva estrada (decr. 448); abre um credito extraordinario de £ 405.000 ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, para indemnização á D. Pedro Railway (decr. 452); transfere á Assucareira de Pernambuco as concessões dos decrs. 10195 e 10436 de 1889 e 214 e 215 de 1890 (decr. 477); concede a Carlos Pereira de Sá Fortes e outro autorização para reformarem o art. 10 dos estatutos da de Lactícinos (decr. 497); concede autorização á Cooperativa Portugueza e ao Banco Cooperativo para reformarem os estatutos da Cooperativa de Cerveja (decr. 505); substitue a concessão feita á da E. de F. Bahia e Minas para o prolongamento da estrada de Philadelphia a S. João Baptista de Minas Novas (decr. 574); concede autorização á de Salinas Norte e Sul do Brasil para se organizar (decr. 582); concede autorização a João Antonio Guimarães Pinto e Arthur Barbosa para organizarem a Nacional de Panificação (decr. 587); concede autorização á Nacional de Salinas Mossoró Assú para se organizar (decr. 588); concede autorização á "Navigazione Generale Italiana Società Reunite Florio & Rubantino" para funcionar (decr. 597); concede autorização á União do Commercio do Estado de S. Paulo para se organizar (decr. 606); concede autorização á Ceres Paulista para se organizar (decr. 611); concede autorização á Guilherme Cogomo de Oliveira e outro para organizarem a Importadora de Vinhos Portuguezes (decr. 622); prorroga o praso concedido para a incorporação da Engenho Central de Magé (decr. 630); concede autorização a Luiz de Paula Mascarenhas e outros para organizarem a Fabril e Industrial de Vinagre (dec. 631); renova a concessão feita á "Bahia Central Sugar Factories", para os engenhos centraes Iguape e Rio Fundo

(decr. 635); approva os planos dos edificios que a Evoneas Fluminense tem de construir (decr. 639); concede autorização á de Navegação a Vapor Lloyd Austro Hungaro para funcionar (decr. 641); concede autorização a José Antonio Marques de Abreu e outro para organizarem a Utilidade Publica (decr. 652); concede á dos Engenhos Centraes da Parahyba e Sergipe garantia de juros para o estabelecimento de quatro engenhos centraes em Alagoas e Sergipe (decr. 653); concede á Industrial Lavoura e Viação de Macahé garantia de juros para o seu engenho central, no Estado do Rio de Janeiro (decr. 662); concede autorização a Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves e outros para organizarem a Provisor a de Conservas Alimenticias (decr. 674); concede as vantagens e regalias de paquetes aos vapores da de Estradas de Ferro e Navegação do Norte do Brasil (decr. 685); concede autorização a Antonio Pinheiro dos Santos Bastos para organizar a Nacional de Pesca (decr. 688); concede autorização a Dias Pereira & Almeida para organizarem a Alliança Mercantil (decr. 699); concede autorização ao Banco Territorial Mercantil de Minas para organizar a Ceres Brasileira (decr. 700); concede autorização a Francisco Candido Soares da Silva para organizar a Cremerie Fluminense (decr. 705); concede autorização a Francisco Pereira dos Santos e outro para organizarem a Economia Publica (decr. 712); concede autorização a Heitor Bastos Cordeiro e outro para organizarem a Cooperativa de Comestiveis (decr. 714); concede á Nacional Salinas Mossoró Assú para reformar os seus estafutos (decr. 715); concede á que for organizada por Antonio Carneiro Brandão permissão para emittir bilhetes de mercadorias e isenção de impostos de importação sobre o café vendido nos leilões da companhia (decr. 725); transfere á de Engenhos Centraes de Café do Brasil a concessão feita a Paulino Luiz Tinoco (decr. 727); autoriza a transferencia á E. de F. Leopoldina das concessões relativas ás estradas de ferro Barão de Araruama e do Carangola (decr. 734); transfere á Industrial do Brasil a concessão feita por decr. 10312 de 1889 á Empresa Brasil Metallurgica para lavar ferro e outros mineraes em S. Paulo (decr. 735); concede autorização a Germain Bloch e H. Bauman para organizarem a Padaria Central Viennense (decr. 747); concede a José Candido de Barros e outro autorização para organizarem a Lactea Fluminense (decr. 752); concede autorização a José Proost de Souza e Gregorio Carneiro Bastos para organizarem a Santista de Pesca (decr. 754); approva a transferencia da E. de F. Santa Luzia do Carangola á Geral de Estradas de Ferro no Brasil (decr. 759); prorroga o praso para a incorporação da Engenho Central de Macahé (decr. 762); concede autorização a Emilio Paulo de Lima Barbosa para organizar a de Trituração e Moagem (decr. 765); concede autorização a Domingos de Souza Guedes e outros para organizarem a Brasileira Commercio de Cereaes (dec. 768); concede a José Antonio Machado e outros autorização para organizarem a Zootechnica e Industrial (decr. 770); concede autorização a Adolpho Paulo de Oliveira Lisboa e outros para organizarem a Industrial da Ipuca (decr. 782); concede autorização a Henrique de Souza Ramos e outros para organizarem a de Seguros Protectora dos Operarios (decr. 794); autoriza a E. de F. do Norte á transferir o ramal da Tijuca á E. de F. da Tijuca (decr. 815); concede a Heitor Bastos Cordeiro e outros autorização para refor-

marem os estatutos da Cooperativa de Comestíveis (decr. 817); concede a Luiz Toledo Piza e Almeida e outros autorização para organizarem a de Avicultura Paulista (decr. 820); concede a Herminio Augusto Moreira Lemos e outros autorização para organizarem a Paulista de Indústria e Commercio (decr. 821); concede ao Dr. Arthur Fernandes Campos da Paz autorização para organizar a Geral de Vinhos Brasileiros (decr. 824); concede autorização a Estevão José da Silva e outros para organizarem a Nacional Distillação e Perfumarias (decr. 841); concede á da E. de F. Muzambinho privilegio para a construcção do prolongamento da E. de F. Minas e Rio, até o Rio Verde e privilegio e garantia de juros para a do ramal de Campanha (decr. 846); concede a Manoel Gomes da Costa Figueiredo ou á que organizar, alguns favores para o estabelecimento de uma fabrica de velas stearinas (decr. 861 A); concede á de Restaurantes Populares autorização para funcionar (decr. 864); concede ao capitão Augusto Paranhos da Silva Velloso autorização para organizar a Cremerie Brasileira (decr. 865); concede a Francisco Leite Ribeiro Guimarães e outros autorização para organizarem a Central Paulista (decr. 867); concede a Antonio José da Silva e outro autorização para organizarem a Cooperativa de Consumo Domestica e Agricola (decr. 869); fixa o capital garantido da E. de F. Sorocabana (decr. 874); fixa o capital garantido da E. de F. Mogyana em 6.153:857\$750, para a construcção até o Rio Grande e do ramal de Poços de Caldas (decr. 885); approva a designação dos municípios para os engenhos centraes concedidos á de Engenhos Centraes da Parahyba e Sergipe (decr. 887); modifica os prazos para a de Engenhos Centraes da Parahyba e Sergipe começar e concluir as obras de que é cessionaria (decr. 888); concede á Nacional de Construcções favores para os edificios que construir para operarios (decr. 894); concede á Technico-Constructora favores para os edificios que construir destinados a operarios (decr. 895); concede á Mercantil e Industrial de S. Paulo autorização para funcionar (decr. 897); concede ao Dr. João Luiz dos Santos Titara e outros autorização para organizarem a denominada Abastecimento de Carnes Verdes (dec. 902); concede a Antonio Fernandes da Costa Guimarães autorização para organizar a denominada Distillação Central (decr. 905); concede á que o engenheiro Aarão Reis organizar, privilegio, garantia de juros e mais favores para a construcção de uma estrada de ferro ligando a navegação do rio Itapicurú ás dos rios Tocantins e Araguaya (decr. 909); concede á Paulista de Carnes Verdes autorização para funcionar (decr. 926); concede vantagens e regalias de paquetes aos vapores da de Paquetes Brasil Oriental e Diques Fluctuantes (decr. 928); concede ao bacharel João Antonio de Segadas Vianna autorização para organizar a Industrial Italo-Santista (decr. 929); concede favores á Industrial Assucareira para estabelecer engenhos centraes e refinações (decr. 937); concede autorização a Nicolas Alotti para organizar a União e Progresso, de seguro contra fogo (decr. 942 G); concede autorização á "Western and Brazilian Telegraph" para lançar um segundo cabo submarino (decr. 944); proroga o praso para a Agricola de Campos concluir as obras do engenho Ayrises e transformação da Usina Barcellos (decr. 951); concede autorização a Tertuliano Ramos e outro para organizarem a Commercio de Matte (decr. 962); concede autorização á Metropolitana para organizar uma sob a denominação do Zapoterina (decr. 965); concede á Geral de Estradas

de Ferro, privilegio, garantia de juros e outros favores para construção do prolongamento da E. de F. Leopoldina, de Itabira a Jatobá (decr. 970); transfere á Fabricação e Commercio de Assucar as concessões feitas por decrs. 616 e 689 de 1890 (decr. 976); concede autorização a João Carlos de Mendonça Furtado e outros para organizarem a Alliança Economica (decr. 986); concede a João Carlos de Mendonça Furtado e outros autorização para organizarem a denominada Agricola e Manufactora Brasileira (decr. 987); approva a reforma dos estatutos da Alliança Mercantil (decr. 988); concede a Herminio Augusto Moreira Lemos e outro autorização para organizarem a Lupton (decr. 989); transfere á Industrial e de Construções Hydraulicas a concessão constante do decr. 904 de 1890 (decr. 991); transfere á Industrial e de Construções Hydraulicas o privilegio para a construção das obras do porto de Icapará e do canal de Varadouro (decr. 998); revoga a concessão dos favores concedidos á organizada por Antonio Carneiro Brandão (decr. 998 B); concede a João Gomes Pereira autorização para organizar a de Avicultura (decr. 1002); concede a Joaquim José de Azevedo e outros autorização para organizarem a denominada Padaria Fluminense (decr. 1006); modifica as clausulas da concessão feita á E. de F. Muzambinho (decr. 1009); concede ao visconde de Ibituruna autorização para organizar uma sociedade anonyma, sob a denominação de Mutuação Commercial e Agricola (decr. 1031); concede á Industrial e de Construções Hydraulicas privilegio para a construção das obras do porto de Laguna (decr. 1034); concede a José Antonio Machado e outro autorização para reformarem os estatutos da Zootechnica e Industrial (decr. 1040); concede a Ernesto Canac e outros autorização para organizarem a Industrial Catharinense (decr. 1041); concede a Miguel Del Vecchio autorização para organizar a Propagadora de Vinhos e Generos Italianos (decr. 1056); concede a João Joaquim Corrêa autorização para organizar a denominada União Commercial de Refinação de Assucar e Confeitarias (decr. 1057); concede a Paulino J. S. de Souza Junior e outro autorização para organizarem a Importadora e Introductora do Rio de Janeiro (decr. 1059); declara o prazo em que a organizada para a construção da E. de F. de Itararé a Bocca do Monte deve effectuar o deposito de 10.000.000 de francos (decr. 1061); concede ao Dr. Agostinho Corrêa e outros autorização para organizarem a Melhoramentos do Estado do Paraná. (decr. 1063); transfere á Industrial e de Construções Hydraulicas o privilegio para a construção, uso e gozo do canal da Laguna a Porto Alegre (decr. 1078); concede autorização a Antonio Coelho Ferreira Pacheco para organizar a Gordorifica Industrial e Mercantil (decr. 1080); concede autorização ao Dr. Enio Marinho de Souza Coelho para organizar a Salinas de Cabo Frio (decr. 1097); concede autorização ao Dr. Rodrigo Pereira Barreto e outros para organizarem a Leitaria Paulista (decr. 1100); concede á Pastoril e Carnes Verdes, de Campinas, autorização para funcionar (decr. 1111); prorroga o prazo para a conversão das apolices de 5 % a que têm direito os accionistas da de E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 1115 C); concede autorização ao Dr. Antonio da Rocha Fernandes Leão e Alfredo Watson para organizarem a de Centros Pastoris do Brasil (decr. 1116); concede ao Dr. José Rodrigues dos Santos e outro autorização para organizarem a denominada Cremerie Parisiense (decr. 1145); concede autorização á Hollando-Americana de Navegação a Vapor para funcionar (decr. 1175); concede a Antonio Moreira

da Silva Sobrinho e outro autorização para organizarem a de seguros mutuos Garantidora da Sementeira (decr. 1176); concede autorização aos bancos Colonizador e Agrícola, de Portugal e do Brasil e Luso-Brasileiro, para organizarem a Pastoril-Industrial Sul do Brasil (decr. 1178); concede autorização ao Dr. Liberalino de Albuquerque e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Moagem do Café do Brasil (decr. 1179); concede autorização a Diogo Salles de Menezes e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Pastoril Fluminense (decr. 1185); approva os estudos definitivos feitos pela da E. de F. de Muzambinho, do prolongamento da Minas e Rio, de Tres Corações até Salto Grande da Motuca (decr. 1186); concede autorização a Francisco José Gomes da Silva e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Moagem de Cereaes (decr. 1193); concede as vantagens e regalias de paquetes aos vapores da Hollando-Americana de Navegação a Vapor (decr. 1195); concede autorização a Antonio Antunes Guimarães e outros para organizarem a Commercio e Industria Botafogo (decr. 1215); concede permissão a Domingos Theodoro de Azevedo Junior e outros para transferirem á Brasileira Torrens a concessão para organização da sociedade anonyma Registro Torrens Urbano (decr. 1232 B); concede á Fabricação e Commercio de Asucar autorização para funcionar (decr. 1263); concede autorização a Jayme Gomes de Souza Lemos e outros para organizarem a Agrícola e Pastoril Sul e Oeste de Minas (decr. 1266); autoriza o coronel Dyonisio Cerqueira e outros a transferirem á Estreito e S. Francisco ao Chopin a concessão a que se refere o decr. 896 de 1890 (decr. 1267); autoriza o Dr. Carlos José da Costa Pimentel Junior e outro a transferirem á da E. de F. do Peçanha ao Araxá a concessão de uma estrada de ferro ligando o Araxá á linha de Itabira a Jatobá (decr. 1268); concede á Economia Publica autorização para reduzir o numero e augmentar o valor das suas acções (decr. 1278); concede autorização ao Dr. Henrique de Salles para organizar á Industrial e Agrícola de Villa Rica (decr. 1283); transfere á Industrial e Agrícola Sul Mineira a concessão constante do decr. 654 de 1890 (decr. 1286); altera a clausula 3ª, annexa ao decr. 10208 de 1889, que autoriza a celebração de novo contracto com a Pernambucana de Navegação a Vapor (decr. 1304); prorroga o praso para organização da que vae abrir uma avenida em substituição da rua Senhor dos Passos (decr. 1315); concede autorização a Francisco Ferreira da Varzea e outros para organizarem a Commercial Industrial de Generos Alimenticios (decr. 1328); concede autorização a Francisco José Corrêa Quintella para organizar a de Cerveja Brasil (decr. 1331); concede autorização ao Banco de Penhor e Hypotheca para organizar a Commercio e Industrial do Brasil (decr. 1335); concede á Commercial e de Panificação Paulista autorização para funcionar (decr. 1336); concede autorização a Julio Soares da Silva e outros para organizarem a Commercio de Conta Propria e Commissions (decr. 1342); concede autorização ao Banco de Santos para organizar a Santista de Panificação (decr. 1343); transfere a concessão feita pelo decr. 219 de 1890 á Industrial de Melhoramentos da Bahia (decr. 1347); concede á Central do Brasil autorização para funcionar (decr. 1351 B); concede autorização a Francisco Manoel Garcia e outros para organizarem a Omnibus (decr. 1360); concede a Samuel A. das Neves autorização para organizar á Inicialadora Paulista (decr. 1361); approva a planta para desapropriação do terreno á rua Dr. Dias Ferreira, necessario ao estabelecimento

mento da casa de machinas da Rio de Janeiro "City Improvements", no Jardim Botânico (decr. 1363); concede autorização a M. Freitas Paranhos para organizar a de Distillação e Aguas Mineraes Christoffel & Stupakoff (decr. 1376); concede á Agricola do Alto Parahyba autorização para funcionar (decr. 1410); concede autorização á Pedro Tomás y Martin para organizar a Securitas (decr. 1411); concede á Confeitaria Nacional autorização para funcionar (decr. 1413); concede autorização para alteração dos estatutos da Agricola e Pastoril Sul e Oeste de Minas (decr. 1420); concede autorização a José Thomaz Pimentel Barbosa e outros para organizarem a Cooperativa Mineira (decr. 1426); concede autorização á Industrial e Agricola da Bahia para funcionar (decr. 1427); concede á Manufactora Sul Paulista autorização para funcionar (decr. 1428); concede autorização a Manoel de Souza Campos Filho e outros para organizarem a Leitaria Bahiana (decr. 1429).

Compagnie de Fer Sud-Ouest Brésilien — Ver Concessões.

Compagnie Nationale de Navigation de Marseille — Ver Concessões.

Competencia — Firma a da autoridade federal e dos governadores dos Estados quanto á nomeação, aposentadoria, demissão, suspensão e licença de algumas classes de funcionarios (decr. 12 A); estabelece a dos delegados de policia nas cidades em que houver mais de um (decr. 436); estabelece regras sobre a do governo federal e dos Estados para a concessão de estradas de ferro (decr. 524); amplia a civil dos juizes de paz e lhes confere attribuição de nomear seus escrivães (decr. 546); estabelece a primeiro official da Secretaria da Instrução a da função de archivista (decr. 907 A).

Compra — Autoriza a abertura do credito especial de 100:000\$ para pagamento das despesas com a dos predios em que funcionam as escolas particulares do ex-imperador, na Quinta da Boa Vista e Fazenda de Santa Cruz (decr. 1119).

Concessões — Regulá a de naturalizações (decr. 13 A); determina que a feita pelo decr. 10196 de 1889 passe a ser regida pelo decr. 10393 de 1889 (decr. 214); determina que a feita pelo decr. 9887 de 1888 passe a ser regida pelo decr. 10393 de 1889 (decr. 217); declara effectiva a feita pelo decr. 10432 de 1889 (decr. 305); dá a José Alfredo da Cunha Vieira & C., para a abertura de uma rua nova (decr. 532); sem effeito declara a constante do decr. 639 de 1890 (decr. 679); elimina da contida no decr. 9560 de 1886 as obrigações a que se referem as clausulas 22ª, 23ª e 24ª do decr. 9511 de 1885 (decr. 681); de privilegio ao engenheiro Eduardo José de Moraes para a construção, uso e gozo de uma via de navegação de Icapará a Paranaguá (decr. 684); amplia a permissão da feita ao Dr. José Ferreira de Souza Araujo e outros pelo decr. 788 de 1890 (decr. 842); declara caduca a feita pelo decr. 599 de 1890 (decr. 978); autoriza a transferencia da feita pelo decr. 193 D de 1890 (decr. 1039); transfere a Henrique Deslandes a constante do decr. 645 de 1890 (decr. 1152); autoriza a de meio soldo ás familias dos officiaes reformados do exercito (decr. 1232 E); declara caduca a feita ao visconde de Barbacena para explorar carvão de pedra em Santa Catharina (decr. 1285); declara caduca a feita pelo decr. 746 de 1890 (decr. 1324); declara caduca a feita pelos decrs. 10433 de 1889 e 642 de 1890 (decr. 1325); declara caduca a feita pelo decr. 692 de 1890 (decr. 1326); declara caduca a feita pelo decr. 215 de 1890 (decr. 1327); declara caduca a feita pelo decr. 728 de

1890 (decr. 1369); declara caduca a feita pelo decr. 1049 de 1890 (decr. 1350); declara caduca a feita pelo decr. 761 de 1890 (decr. 1367) — Ver Aposentadorias — Bancos — Cabos — Caixas — Carvão — Centros — Cobre — Cooperativas — Crystal — Datas — Dispensa — Emprezas — Engenhos — Estradas — Fabricas — Favores — Ferro — Herva doce — Isenção — Kaolim — Licenças — Meio soldo — Minas — Mineraes — Minerios — Navegação — Nitreiras — Obras — Ouro — Peixe — Petroleo — Prasos — Quadros — Ramie — Rêde — Saladeiros — Salinas — Serviços — Sociedades — Systemas — Turfa — Veciros.

Conclusão — Ver Prasos.

Conciliação — Ver Leis.

Concursos — Altera em alguns pontos o processo para os logares de professores e substitutos do Instituto Nacional de Instrução Secundaria (decr. 486); dá novo regulamento para o de admissão aos logares de cirurgião e pharmaceutico de 3.^a classe do Corpo de Saude da Armada (decr. 833).

Condução de presos — Ver Creditos.

Conductores — Concede permissão a Edmundo Perimon e outro para explorarem um systema destinado a pôr ao abrigo das intemperies quaesquer electricos (decr. 1291).

Conferencia — Manda executar o regulamento para evitar abaloamentos no mar, conforme as deliberações da Maritima International de Washington (decr. 1257).

Confirmação — Ver Aposentadorias.

Concessão — Ver Pensões.

Congresso — Manda observar o regulamento para a eleição do primeiro Nacional (decr. 511); addita providencias relativas ao processo da eleição do primeiro Nacional (decr. 663).

Conselhos — Crea o da Intendencia Municipal (decr. 50 A); crea o cargo de secretario geral do de ministros (decr. 113 E); constitue o da Saude Publica (decr. 169); regula o modo pelo qual o de Intendencia se fará representar em Juizo (decr. 198); declara quaes os actos do da Intendencia Municipal da Capital Federal dependentes de autorização ou approvação do governo (decr. 218); eleva os vencimentos dos empregados da secretaria do Supremo Militar (decr. 373); approva a postura do da Intendencia Municipal sobre a criação de porcos (decr. 787); approva a postura do da Intendencia Municipal sobre hotéis e estabelecimentos congeneres (decr. 1003); crea um de instrução superior (decr. 1232 G); fixa os vencimentos dos membros do Supremo Militar quando não exercerem outro emprego (decr. 1319); torna extensivas á armada as disposições do decr. 1319 de 1891, fixando os vencimentos dos membros do Supremo Militar, quando não exercerem outro emprego (decr. 1345).

Conservação — Ver Hymno.

Consolidação — Altera algumas disposições da das leis das alfandegas e mesas de rendas (decr. 355 A); altera algumas disposições da das leis das alfandegas e mesas de rendas (decr. 680).

Conspiração — Ver Crimes.

Constituição — Nomeia uma commissão para elaborar um projecto de dos Estados Unidos do Brasil (decr. 29); do Conselho de Saude Publica (decr. 180); de um batalhão academico, na Capital Federal (decr. 242); publica a dos Estados Unidos do Brasil (decr. 510); publica a dos Estados Unidos do Brasil, submettida ao

congresso constituinte (decr. 914 A); dá regras para execução do decr. 850 sobre a das sociedades anonymas (decr. 997).

Construção — Ver Caes — Companhias — Dique — Estradas — Linhas — Navegação — Obras — Prastos — Ramaes — Saladeiros.

Consulados — Crea um geral na Suecia e Noruega (decr. 150); designa os districtos dos nós Estados Unidos (decr. 1327 C); eleva á categoria de o vice-consulado no Havre (decr. 1430) — Ver Tabellas.

Consumo — Ver Obras.

Contadorias — Eleva os vencimentos da de Marinha e reforma o respectivo regulamento (decr. 277 C); estabelece o pessoal que deve ter a de Marinha (decr. 292); crea a Geral da Guerra (decr. 348); manda observar o plano de uniformes dos empregados da de Marinha (decr. 381); iguala os vencimentos dos praticantes da de Marinha aos do Thésouro Nacional (decr. 682); irea na Geral da Guerra mais um logar de fiel do pagador (decr. 1200).

Contagem — Ver Serviços.

Contas — Passa para a Repartição Fiscal do Ministerio da Guerra a attribuição da tomada de dos responsaveis (decr. 277 A).

Continuos — Eleva o numero dos da Secretaria da Guerra (decr. 1284) — Ver Directorias.

Contrabando — Crea uma delegacia fiscal para a repressão do no Rio Grande do Sul (decr. 196).

Contractados — Ver Foguistas.

Contractos—Approva o celebrado com Aleixo Gary & C., para o serviço de limpeza da cidade (decr. 55); approva os celebrados para fornecimentos de cannas ao engenho central de que é cessionario Joaquim Xavier Carneiro de Lacerda (decr. 99); revoga todas as leis relativas aos de locação de serviço agricola (decr. 213); approva os celebrados para o fornecimento de cannas ao engenho central de que é cessionario o Barão de Muniz Aragão (decr. 240); approva os celebrados para fornecimentos de cannas ao engenho central que Honorio Lima organizar (decr. 258); manda rescindir o celebrado com a Companhia E. de F. D. Pedro I para a construção da mesma estrada (decr. 333); modifica o para arrazamento do morro de Santo Antonio (decr. 476); rectifica o para abertura de canaes de junção em varios rios de Sergipe e melhoramentos da barra do Cotinguiba (decr. 626); pro-roga os prastos estipulados no a que se refere o decr. 10433 de 1889 (decr. 642); approva as bases do com a "Rio de Janeiro "City Improvements" para o serviço de esgotos do Jardim Botânico, Andarahy Pequeno, Engenho Novo, Todos os Santos e officinas (decrs. 783 e 784); rectifica o art. 3º do decr. 476 de 1890 que modificou o celebrado para o arrazamento do morro de Santo Antonio (decr. 871); autoriza o com o Dr. Carlos Gross e outro para as obras de melhoramentos da lagoa Rodrigo de Freitas (decr. 1079); abre o credito extraordinario de 3.004:249\$120 para liquidação do rescindido com os herdeiros de Francisco Justiniano de Castro Rebello (decr. 1159); resolve que as concessões para os de introdução de immigrants sejam feitas por autorização do congresso (decr. 1187); altera a clausula 3ª annexa ao decr. 10208 de 1889 que autoriza a celebração de novo com a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor (decr. 1304).

Contribuições — Concede á Sociedade Cooperativa Militar isenção das de penna d'agua (decr. 889).

Convenção — Promulga a firmada em Bruxellas em 1890, creando a União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras (decr. 1327 B).

Convento — Ver Desapropriação.

Conversão — Regula a da divida interna fundada (decr. 823 A); prorroga o praso para a das apolices a que têm direito os accionistas da Companhia E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 115 C) — Ver Amortização.

Convocação — Da reunião da assembléa constituinte (decr. 78 B); providencia sobre a das assembléas legislativas dos Estados (decr. 802).

Cooperativas — Autoriza os officiaes do exercito e da armada a exercerem cargos da Militar do Brasil (decr. 1036 C); concede a Victor Manoel de Souza Monteiro e outro autorização para organizarem a Operaria de Consumo de Peixe (decr. 1047); concede a Manoel Thimoteo da Costa e outros autorização para organizarem a dos Funcionarios Publicos (decr. 1070); concede a Antonio Joaquim Dias da Silva autorização para organizar a de Consumo de Construcções e Produccões, do Congresso Operario (decr. 1101); concede a Antonio Francisco Bandeira Junior autorização para organizar a Suburbana (decr. 1240); concede autorização a Julio Antonio Barreiros e outro para organizarem a Fluminense (decr. 1272) — Ver Estatutos — Sociedades.

Corpos — Eleva o numero dos de artilharia, cavallaria e infantaria do exercito (decr. 56); eleva o soldo das praças do de marinheiros nacionaes (decr. 74 A); amplia o quadro do de estado maior de 1ª classe (decr. 118 A); approva e manda adoptar o plano de uniformes para officiaes e praças de pret do de policia (decr. 175 A); fixa as gratificações aos officiaes de Fazenda nomeados para servirem nos de marinha (decr. 181 A); manda o regulamento para o de praticos do estuario do Rio da Prata e seus affluentes (decr. 271); reorganiza o de Saude do Exercito (decr. 277); crea no de engenheiros navaes (decr. 327); menciona casos em que os officiaes dos da armada e classes annexas devem passar para a reserva (decr. 329); altera os quadros dos de Saude, Fazenda e Machinistas da Armada (decr. 336 A); equipara o soldo dos officiaes do de Bombeiros ao soldo que percebem os officiaes do exercito e eleva o soldo das praças (decr. 379); altera o plano dos uniformes do da armada e classes annexas (decr. 425); dá nova organização ao Quartel General da Marinha, annexando-se os de officiaes marinheiros, machinistas, fazenda e saude (decr. 430); estabelece novo plano de uniformes para o de marinheiros nacionaes (decr. 442); concede ás viuvas e orphãos dos officiaes do da armada o meio soldo (decr. 475); determina que o fornecimento de livros e artigos de expediente dos arregimentados do exercito seja feito por conta do Estado (decr. 640); manda por em execução o regulamento para o de marinheiros nacionaes (decr. 673); dá novo regulamento ao de Saude da Armada (decr. 683); dá novo regulamento ao de Fazenda da Armada (decr. 703); crea o logar de quartel mestre em cada um dos do Regimento Policial (decr. 756); dá regulamento para o concurso de admissão aos logares de cirurgião e pharmaceutico de 3ª classe do de Saude da Armada (decr. 833); dá novo regulamento ao de machinistas navaes (decr. 855); abre ao Ministerio da Marinha o credito supplemtar de 447:114\$800 ao da Armada (decr. 891); marca as gratificações que devem perceber os pharmaceuticos do de Saude da Armada (decr. 898); estabelece o novo regulamento para o de officiaes marinheiros (decr. 921); crea uma brigada de escreven-

tes da armada, equiparados aos guardiães do de officiaes marinheiros (decr. 941); reorganiza o Diplomatico Brasileiro (decr. 997 A); organiza o Consular Brasileiro (decr. 997 B); autoriza o governador do Rio Grande do Sul a crear de guardas nacionaes, no territorio do mesmo Estado (decr. 1051); crea um de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pão de Assucar (decr. 1157); restabelece nos de cavallaria e artilharia de campanha de guarnição na Capital, o logar de picador (decr. 1243); suspende temporariamente as baixas do de Marinheiros Nacionaes (decr. 1365); autoriza a modificar o regulamento do de Engenheiros Navaes (decr. 1378); altera o quadro do pessoal do de Saude da Armada (decr. 1420); manda adoptar as tabellas para fornecimento de fardamento aos arregimentados do exercito (decr. 1431) — **Ver Accessos — Guarda nacional — Officiaes.**

Correios — Deroga o art. 2º do decr. 12 de 1889, na parte referente á nomeação de empregados dos (decr. 297); reforma os da Republica (decr. 368 A); altera o regulamento dos (decr. 1216) — **Ver Secretaria.**

Corretores — Eleva o numero dos de fundos publicos (decr. 487); crea mais dez logares de (decr. 522); eleva a fiança dos de fundos publicos (decr. 882); altera o decr. 882, na parte relativa ás fianças dos de fundos publicos (decr. 1026); prorroga o praso para os de fundos publicos prestarem fiança (decr. 1232 C); prorroga o praso para os de fundos publicos prestarem a fiança exigida pelo decr. 1026 (decr. 1322).

Costas — Providencia sobre a praticagem das (decr. 79).

Coudelaria — Concede a Ernesto de Campos Lima e Fernando Schneider garantia de juro para o estabelecimento de uma Normal, no Estado do Paraná (decr. 599).

Coxias — **Ver Policia.**

Creação — **Ver Assistencia — Bancos — Brigadas — Colonias — Commissariado — Commissões — Conselhos — Consulados — Codigos — Corpos — Delegacias — Enfermarias — Escolas — Estabelecimentos — Guarda nacional — Inspectorias — Logares — Medalhas — Montepio — Museus — Officios — Registro — Repartições — Secções — Secretarias — Tribunaes — Varias.**

Creditos — Abre ao Ministerio da Marinha um suplementar á verba munições navaes (decr. 27 B); abre um suplementar á verba hospitaes (decr. 27 C); abre o de 50:000\$ para as despezas com a comissão exploradora das Missões (decr. 158); dispõe sobre operações de movel em beneficio da lavoura e industrias auxiliares (decr. 165 A); abre o extraordinario de 1.000:000\$ á verba armamento do exercicio de 1890 (decr. 216 B); abre o suplementar de 491\$345 á verba — condução de presos (decr. 282); abre o de 300:000\$ á verba armamento, do exercicio de 1890 — do Ministerio da Marinha (decr. 427); abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um extraordinario de £ 405.000 para indemnização á "D. Pedro 1º Railway Company" (decr. 452); abre ao Ministerio do Interior um extraordinario de 5.500:000\$ (decr. 454); abre ao Ministerio da Guerra um extraordinario de 701.837\$468 (decr. 474 C); abre ao Ministerio do Interior um suplementar de 300:000\$ á verba soccorros publicos, do exercicio 1890 (decr. 500); abre um especial de 720:000\$ para a triplicação do fio telegraphico de Belem a Jaguarão (decr. 556); abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas

um extraordinario de 50:000\$ para despesas da E. F. do Camocim a Sobral (decr. 604); abre um especial de 10:000\$ para pagamento do custo da linha telegraphica ligando Campinas a S. Paulo (decr. 607 A); abre ao Ministerio do Interior um supplementar de 300:000\$ á verba — soccorros publicos do exercicio de 1890 (decr. 633); abre ao Ministerio da Marinha o de 300:000\$ para munições navaes; 200:000\$ para material de construcção naval e 120:000\$ para eventuaes (decr. 666); abre um extraordinario de 1.059:000\$ ao Ministerio do Interior para as despesas do segundo recenseamento (decr. 755); abre um extraordinario de 548:850\$ para occorrer ás despesas com a execução das obras da barra e do porto do Rio G. do Sul (decr. 779); abre um de 150:722\$450 á verba exercicios findos, de 1890, para pagamento ao Dr. João Alves Carrilho e outros (decr. 780); abre um extraordinario de 660:000\$ á verba Telegraphos do exercicio de 1890 (decr. 785); abre um supplementar de 100:000\$ á verba eventuaes do exercicio de 1890 (decr. 786); abre um de 600:000\$ para a construcção de edificios para o Pedagogium, Escola Modelo e Inspectoria Geral de Instrução Publica (decr. 809); abre um especial de 350:000\$ para desapropriação dos predios contiguos ao Museu Nacional (decr. 811); abre ao Ministerio da Justiça um de 8:000\$ (decr. 822); abre ao Ministerio da Agricultura um extraordinario de 10.000:000\$ em titulos, para resgate da E. F. S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 825); abre ao Ministerio da Justiça um especial de 25:000\$ (decr. 827); abre ao Ministerio do Interior um supplementar de 300:000\$, á verba—soccorros publicos, do exercicio de 1890 (decr. 830); abre um extraordinario de 350:000\$ para as despesas com a transferencia, edificações e aquisições de instrumentos para o Observatorio do Rio de Janeiro (decr. 845); abre ao Ministerio da Marinha o supplementar de 606:700\$731 para o corpo da armada e reformados (decr. 891); abre um extraordinario de 94:400\$ para as despesas da commissão de portos e canaes maritimos do Paraná e Santa Catharina (decr. 942 C); abre um extraordinario de 125:000\$ para as despesas com a aquisição do material para o porto de Natal (decr. 942 D); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o supplementar de 492.108\$344 para despesas em 1890 (decr. 994); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 75:570\$880 para despesas com a Comissão Exploradora das Missões decr. 995); abre ao Ministerio da Fazenda um supplementar de 9.103:657\$403 para occorrer a despesas, no exercicio de 1890 (decr. 996); abre ao Ministerio do Interior um supplementar de 150:000\$ para soccorros publicos (decr. 1013); abre ao Ministerio da Justiça um supplementar de 211:595\$792 (decr. 1014); abre um extraordinario de 100:000\$ para despesas com a desapropriação de predios contiguos ao edificio do Instituto Nacional de Musica (decr. 1102); abre um especial de 100:000\$ para compra das escolas particulares do ex-imperador, na Quinta da Boa Vista e Fazenda da Santa Cruz (decr. 1119); abre um supplementar de 150:000\$ á verba soccorros publicos (decr. 1158); abre um extraordinario de 3.004:249\$120, para liquidação do contracto rescindido com os herdeiros do fallecido Francisco Justiniano de Castro Rebello (decr. 1159); abre o supplementar de 345:477\$996 para munições navaes e de bocca (decr. 1163); abre um de 9.020:228\$500 para o alargamento da bitola da E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 1182); abre o extraordinario

de 10:121\$736 para pagamento ao bacharel Eduardo Callado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em disponibilidade (decr. 1198); abre um supplementar de 116:471\$836 (decr. 1232 D); abre um especial de 179:174\$ á verba Escola Polytechnica (decr. 1269); abre um extraordinario de 200:000\$ para melhoramentos das obras do porto da Parahyba (decr. 1303); abre ao ministerio da Guerra um supplementar de 9.664:020\$945 para despesas de diversas verbas do exercicio de 1890 (decr. 1330); abre ao ministerio da Marinha um extraordinario de 5.000:000\$ para renovar o material fluctuante da armada (decr. 1364); concede ao ministerio da Marinha um de 15.000:000\$ para despesas do exercicio de 1891 (decr. 1366); abre um extraordinario de 505:000\$ para despesas com as inspectorias de portos maritimos (decr. 1381); abre um supplementar de 6.205:249\$899 ao ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, para liquidação do exercicio de 1890 (decr. 1420 G).

Credito movel — Manda observar o regulamento para execução do decr. 169 A de 1890 sobre operações de (decr. 370).

Criação — Approva a postura do Conselho da Intendencia Municipal sobre a de suinos (decr. 787).

Crimes — Crea uma commissão militar contra os de conspiração (decr. 85 A).

Crystal — Concede permissão a Leonel Alves da Silva para explorar o de rocha no Estado de Minas Geraes (decr. 504).

Cultos — Consagra a plena liberdade de (decr. 119 A).

Cultura — Ver Favores.

Cunhagem — Approva os desenhos e autoriza a de moedas de novo typo (decr. 54 B).

Curadores — Crea mais um logar do de heranças jacentes e bens de ausentes (decr. 87); crea o logar privativo do de fiscal das massas fallidas (decr. 139); declara abolido o juramento especial que é deferido em cada feito dos "á lide" (decr. 764); determina que nas causas em que for nomeado a ausente, tenha o dito curador privativa e indispensavel audiencia (decr. 767).

Corpos — Extingue o de cavallaria e infantaria da Escola Militar do Ceará (decr. 274); supprime a cadeira de direito ecclesiastico dos juridicos do Recife e S. Paulo (decr. 1036 A). — Ver Disposições — Escolas.

Custas — Regula as dos escrivães dos feitos da Fazenda Municipal (decr. 304); exime a Intendencia Municipal da Capital Federal do pagamento de (decr. 416).

Custo — Ver Linhas.

Datas — Proroga o praso marcado á Associação Brasileira de Mineração para medir e demarcar mineraes, no Estado de Minas Geraes (decr. 269); concede a Antonio Francisco de Azevedo o Guilherme José da Costa Vianna mais 50 mineraes, no Estado de Matto Grosso (decr. 338); approva a medição e marcação das mineraes concedidas a Antonio José dos Santos e Antonio de Paula Santos (decr. 601); concede a Alberto Birabeu mais 99 mineraes (decr. 738).

Declarações — Proroga o praso para as dos estrangeiros residentes no Brasil que não desejarem ser considerados cidadãos brasileiros (decr. 479).

Decretos — Regula a sua classificação e numeração (decr. 11); deroga o de n. 10139 de 1888 (decr. 64); deroga o de

n. 10183 de 1888 (decr. 65); altera o de n. 1285 de 1853, na parte que designou as férias para o fôro (decr. 67); crea uma comissão para regulamentar o de n. 6 de 1889 (decr. 70 A); revoga o de n. 10305 (decr. 77); revoga o de n. 1889 (decr. 78 A); providencia sobre a execução do de n. 68 de 1889 (decr. 88); declara sem efeito o de n. 10272 de 1889 (decr. 96); deroga o de n. 10083 de 1888 na parte referente á comarca de Tatuhy (decr. 188); rectifica a clausula XXI do de n. 7959 de 1880 (decr. 237); altera o de n. 1043 de 1889 (decr. 239); declara sem efeito o de n. 142 de 1890 (decr. 244); modifica clausulas annexas ao de n. 10409 de 1889 (decr. 267); altera algumas disposições do regulamento annexo ao de n. 10231 de 1889 (decr. 277 G); regula os effeitos civis dos casamentos antes de entrar em execução o de n. 181 de 1889 (decr. 278); torna extensivo á guarda nacional dos Estados da União limitrophes com os de outras nacionalidades as disposições do de n. 2029 de 1857 (decr. 279); altera algumas disposições do regulamento que acompanhou o de n. 10202 de 1889 (decr. 290); sujeita ao regimen do de n. 85 A de 1889 todos os que derem origem a falsas noticias e boatos alarmantes (decr. 295); deroga o art. 2.º do de n. 12 de 1889, na parte referente á nomeação dos empregados dos Correios (decr. 297); rectifica o de n. 10437 de 1889 que autorizou a companhia London Assurance a estabelecer agencias no Brasil (decr. 308); revoga o de n. 10185 de 1889 (decr. 333); deroga o de n. 10084 de 1888 (decr. 340); declara caducas as concessões feitas pelos de ns. 10050 e 10051 de 1888 para explorar ouro e outros mineraes, no Estado de Minas (decr. 352); declara sem effeito o de n. 367 A de 1890 na parte que alterou os estatutos do Banco Sul Americano de Pernambuco (decr. 395); altera a disposição do de n. 1258 A de 1866, relativo ao montepio de marinha (decr. 426); declara de nenhum effeito o decr. 321 de 1890 (decr. 438); altera o § 1.º do art. 6.º do de n. 108 A de 1889 (decr. 443); fixa o momento em que começa a obrigatoriedade dos do governo federal (decr. 572); revoga o § 1.º do art. 5.º do de n. 416 de 1890 (decr. 575); altera o de n. 183 de 1890, que fixou a despeza do ministerio do Interior para 1890 (decr. 632); altera o de n. 10933 de 1889 (decr. 642); deroga o de n. 411 A de 1845 (decr. 673); deroga o de n. 10141 de 1888, na parte que declarou especial a comarca de Lorena (decr. 676); declara sem effeito a concessão constante do de n. 639 de 1890 (decr. 679); altera algumas disposições do de n. 196 de 1890 (decr. 805); altera e amplia algumas disposições do de n. 528 de 1890 (decr. 964); dá regras para a execução do de n. 850 de 1890 (decr. 997); altera o de n. 882 de 1890, sobre fianças de corretores (decr. 1026); revoga o de n. 78 de 1889 (decr. 1037); revoga os de ns. 85 A de 1889 e 295 de 1890 (decr. 1069); proroga os prazos estipulados pelos de ns. 219, 457 e 803 de 1890 (decr. 1076); revoga o de n. 1064 de 1890 (decr. 1115 B); marca praso para ter execução o de n. 1030 de 1890 (decr. 1127); declara sem effeito a caducidade do de n. 978 de 1890 (decr. 1144); manda vigorar, no anno de 1891, os de ns. 26 e 27 de 1889 (decr. 1232 F); altera o art. 28 e seus paragraphos do de n. 267 A de 1890 (decr. 1271); revoga o de n. 1302 de 1891 (decr. 1333); proroga os prazos constantes do de n. 704 de 1890 (decr. 1339); altera as clausulas do de n. 597 A de 1890 (decr. 1382); torna extensivo o de n. 956 de 1890 aos magistrados que não forem aproveitados na organização da justiça dos Estados (decr. 1420 C); altera o de n. 18 de 1890 (decr. 1420 D);

altera o quadro do pessoal do corpo de saúde da armada (decr. 1420 F) — Ver Prastos.

Delegacia — Crea uma fiscal para repressão de contrabando no Rio Grande do Sul (decr. 196).

Delegados — Estabelece a competência dos de polícia nas cidades em que houver mais de um (decr. 436); fixa os vencimentos dos de polícia (decr. 464).

Demarcação — Ver Datas — Terras.

Demissão — Estabelece o limite das attribuições dos chefes de Estado relativamente á de empregados (decr. 12); firma a competência da autoridade federal e dos governadores dos Estados, quanto á de algumas classes de funcionarios (decr. 12 A).

Denominação — Altera a do Collegio de Pedro II (decr. 9); altera a do Archivo Publico do Imperio (decr. 10); altera a do Instituto dos Meninos Cegos (decr. 193); altera a dos postos dos officiaes generaes do exercito (decr. 350); substitue a de canal Principe D. Affonso pela de canal Laguna a Porto Alegre (decr. 398).

Dépendencia — Ver Alfandega do Rio de Janeiro.

Depositos — Fixa as gratificações dos officiaes de fazenda nomeados para servirem no do trem (decr. 181 A); declara o praso em que a companhia organizada para a construção da E. de F. Itararé a Santa Maria da Bocca do Monte deve effectuar o de 10.000.000 de francos (decr. 1061); approva o regulamento para a organização do geral (decr. 1024).

Derogação — Ver Decretos.

Desapropriações — Declara de utilidade publica a do terreno e cões situados entre os predios 2 D e 2 F, da rua do Retiro Saudoso (decr. 409); declara de utilidade municipal a de predios ás ruas S. Januario e S. Luiz Gonzaga (decr. 440); estabelece o processo para as por utilidade municipal (decr. 602); declara de utilidade publica municipal a de predios e terrenos necessarios para abertura de uma avenida e diversas ruas (decr. 638); declara de utilidade publica municipal a de predios e terrenos para substituição da rua Sete de Setembro por uma avenida (decr. 665); deroga o decr. 1041 de 1888 (decr. 676); declara de utilidade publica a da fazenda de Pinheiro (decr. 686); declara de utilidade publica as escolas da Fazenda de Santa Cruz e da Quinta da Boa Vista (decr. 715 A); abre um credito especial de 350:000\$ para a dos predios contiguos ao Museu Nacional (decr. 811); declara de utilidade publica a de terrenos na ilha do Governador (decr. 893); considera de utilidade publica a dos predios da praça da Republica e rua Visconde do Rio Branco (decr. 935); considera de utilidade publica a de predio da praça da Republica (decr. 999); declara de utilidade publica a do predio n. 3 da rua do Russell (decr. 1004); declara de utilidade publica municipal a de predios e terrenos necessarios ao prolongamento da avenida a que se refere o decr. 638 de 1890 (decr. 1098); abre um credito extraordinario de 100:000\$ para as despesas com a de predios contiguos ao edificio do Instituto Nacional de Musica (decr. 1102); declara de utilidade publica municipal a de predios e terrenos para o prolongamento das ruas Senador Corrêa e Martins Ribeiro (decr. 1125); declara de utilidade publica municipal a de predios e terrenos ao lado do convento da Ordem Carmelitana Fluminense, no largo da Lapa (decr. 1126); considera de utilidade publica os predios da rua Luiz de Camões ns. 58 e 60 para o fim de (decr. 1232); considera de utilidade publica para

o fim de os predios 59 a 63 da rua dos Invalidos (decr. 1244); approva a do terreno á rua Dr. Dias Ferreira, necessario ao estabelecimento da casa de machinas da Rio de Janeiro "City Improvements" no Jardim Botânico (decr. 1363); approva a planta para a por utilidade publica do terreno para a estação de bombeiros á rua Oito de Dezembro (decr. 1423).

Desembargadores — Regula as gratificações dos nomeados para o Supremo Tribunal de Justiça (decr. 260) — Ver Juizes.

Desenhista — Ver Logares.

Desenhos — Approva os de moedas de novo typo (decr. 54 B); approva os apresentados por Joaquim Ignacio Pereira, concessionario do engenho central do Ceará-mirim (decr. 447); manda observar o do distinctivo para uniforme dos empregados civis dos arsenaes de marinha (decr. 1321).

Designação — Do dia para a eleição geral da assembléa constituinte (decr. 78 B); da extracção das loterias em 1890 (decr. 100 B); da ordem de substituição dos juizes privativos dos casamentos (decr. 233 A); approva a dos municipios para os engenhos centraes concedidos á Companhia de Engenhos Centraes da Parahyba e Sergipe (decr. 887); das loterias que deverão ser extrahidas em 1891 (decr. 1226); dos districtos dos actuaes consulados nos Estados Unidos (decr. 1327 C).

Despacho — Autoriza os tabelliães e escrivães a passarem certidões independentemente de dos juizes (decr. 470).

Despezas — Arbitra aos ministros do governo provisório a ajuda de custo para as de estabelecimento (decr. 133); abre o credito de 50:000\$ para as com a commissão exploradora das Missões (decr. 158); fixa a do ministerio dos Negocios Interiores para o exercicio de 1890 (decr. 183); fixa a do ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, no exercicio de 1890 (decr. 435); fixa a do ministerio da Justiça, para o exercicio de 1890 (decr. 515); abre um credito extraordinario da importancia de 50:000\$ para as da E. de F. de Camocim a Sobral (decr. 604); altera o decr. 183 de 1890, que fixou a do ministerio do Interior para 1890 (decr. 632); abre ao ministerio do Interior um credito extraordinario de 1.059:000\$ para as do segundo recenseamento (decr. 755); abre um credito extraordinario de 548:850\$ para occorrer ás com a execução das obras da barra e porto do Rio Grande (decr. 779); abre um credito extraordinario de 350:000\$ para as com a transferencia, edificações e acquisição de instrumentos para o Observatorio do Rio de Janeiro (decr. 845); abre um credito de 94:400\$ para as com o pessoal e material da commissão de portos e canaes maritimos do Paraná e Santa Catharina (decr. 942 C); abre um credito extraordinario de 125:000\$ para as com a acquisição de material para o porto de Natal (decr. 942 D); abre ao ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 492:108\$344 para as de todas as rubricas no exercicio de 1890 (decr. 994); abre ao ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 75:570\$880 para as com a commissão exploradora das Missões (decr. 995); abre ao ministerio da Fazenda um credito supplementar de 9.103:657\$403 para pagamento de no exercicio de 1890 (decr. 996); abre um credito extraordinario de 100:000\$ para as com a desapropriação de predios contiguos ao Instituto Nacional de Musica (decr. 1102); abre um credito especial de 100:000\$ para pagamento das com a compra das escolas do ex-imperador, na Quinta da Boa Vista e Fazenda de Santa Cruz (decr. 1119); abre

o credito de 9.020:228\$500 para as com o alargamento da bitola da E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 1182); abre um credito extraordinario de 200:000\$ para occorrer ás com o melhoramento das obras do porto da Parahyba (decr. 1303); abre ao ministerio da Guerra um credito supplementar de 9.664:020\$945 para as de diversas verbas, no exercicio de 1890 (decr. 1330); concede ao ministerio da Marinha um credito de 15.000:000\$ para as do exercicio de 1891 (decr. 1366); abre um credito extraordinario de 505:000\$ para occorrer ás com as inspectorias de portos maritimos (decr. 1381); fixa a do ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos para o exercicio de 1891 (decr. 1420 F) — Ver Tribunal de Contas.

Desterro — Estabelece o do cidadão Gaspar Silveira Martins para o continente europeu (decr. 78); revoga o decr. 78 de 1890 que estabeleceu o do cidadão Gaspar da Silveira Martins (decr. 1037).

Dias — Declara os de festa nacional (decr. 155 B).

Diffusão — Ver Fabrico.

Diplomas — Substitue os modelos dos conferidos por estabelecimentos de ensino (decr. 30).

Dique — Approva os planos e orçamentos para a construção do de que trata o decr. 10277 de 1889, no porto de Santos (decr. 1155).

Direcção — Determina que a das obras do prolongamento da E. de F. de Baturité fique a cargo da administração da mesma estrada (decr. 54 A); determina que a das obras do prolongamento da E. de F. do Sobral fique a cargo da administração da mesma estrada (decr. 142); determina que a das obras do prolongamento da E. de F. do Sobral fique a cargo da administração da mesma estrada (decr. 742).

Directorias — Restaura e reorganiza a Geral de Estatistica (decr. 113 D); dá novo regulamento á Geral de Estatistica (decr. 331); eleva os vencimentos do porteiro, continuo e serventes da Geral de Obras Militares (decr. 620); determina que sejam remetidos trimestralmente á Geral de Estatistica mappas de nascimentos, casamentos e obitos registrados (decr. 722); restabelece o quadro do pessoal das officinas annexas á das obras hydraulicas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (decr. 942).

Direitos — Considera eleitores todos os cidadãos brasileiros no gozo dos seus civis e politicos (decr. 6); manda cobrar nas alfandegas e mesas de rendas uma porcentagem dos de consumo em ouro (decr. 391 C); declara subsistentes os annexos ás mercês conferidas no regimen monarchico (decr. 459); providencia para que possa exercer o de voto, os cidadãos qualificados eleitores em virtude da lei 3029 de 1881 (decr. 648); manda cobrar em ouro os de importação (decr. 804); concede á Sociedade Cooperativa Militar do Brasil isenção dos de consumo para os artigos que importar (decr. 839); isenta dos de importação as obras de arte de reconhecido valor artistico (decr. 879); regula e fiscaliza as concessões de isenção dos de importação (decr. 947 A); concede a John Grandt & C., isenção de para a materia prima destinada as suas fabricas em Maranhú (decr. 1176 B); isenta dos de importação e estabelece redução de 25 % para diversos artigos procedentes dos Estados Unidos (decr. 1338) — Ver Aposentadorias — Juizes — Soldo.

Dispensa — Autoriza, pelos juizes de direito dos casamentos, a dos proclamas e manda passar o certificado de habilitação

(decr. 481); concede das leis de amortização ao Seminário Episcopal da Diocese do Rio Grande do Sul (decr. 723); concede autorização ao conselho fiscal da Caixa Economica e Monte de Socorro da Capital Federal para a do comparecimento dos empregados com trinta ou mais annos de serviço que se invalidarem (decr. 961); concede das leis de amortização, ao Seminário Episcopal do Pará afim de adquirir a fazenda da Engenhoca (decr. 1000).

Disposições — Altera provisoriamente algumas do regulamento annexo ao decr. 10231 de 1889 (decr. 277 G); torna extensiva á guarda nacional dos Estados da União, limitrophes com os de outras nacionalidades, as do decr. 2029 de 1857 (decr. 279); altera algumas do regulamento que acompanhou o decr. 10202 de 1889 (decr. 290); altera algumas da consolidação das leis das alfandegas e mesas de rendas (decr. 355 A); altera a do decr. 1258 A de 1866 sobre montepio da marinha (decr. 426); altera a do plano de que trata o decr. 425 de 1890 (decr. 472); substitue a da 1ª parte do art. 7º dos estatutos do Banco Emissor do Sul (decr. 583); amplia ás professoras publicas jubiladas a do decr. 498 de 1890 (decr. 585); declara extensiva a todas as multas impostas pelo presidente do jury a do § 2º do art. 1º do decr. 416 de 1890 (decr. 595); prorroga a do art. 19 do regulamento approved pelo decr. 379 de 1890 (decr. 740); altera algumas do decr. 196 de 1890 (decr. 805); modifica a do art. 19, n. 3, do decr. 695 de 1890 que estabelece o montepio para as familias dos officiaes do exercito (decr. 901); altera e amplia algumas do decr. 528 de 1890 (decr. 964); faz extensivas aos empregados effectivos e aposentados do Ministerio da Marinha as do decr. 942 de 1890 (decr. 984); altera a do art. 3º da lei de 6 de novembro de 1827 (decr. 1029); altera algumas relativas aos uniformes adoptados (decr. 1067); adopta no ministerio da Marinha algumas do mesmo ministerio sobre vantagens pecuniarias aos officiaes (decr. 1181); manda suspender as dos regulamento dos institutos officiaes de instrucção (decr. 1340); altera as do regulamento que baixou com o decr. 1232 F de 1891 e as dos cursos de instrucção superior e a dos cursos annexos, relativas a nomeações (decr. 1341); torna extensivas á armada as do art. 7º do decr. 1232 de 1890 (decr. 1344); torna extensivas á armada as do decr. 1319 de 1891 (decr. 1345); faz extensivas aos officiaes das classes annexas ao corpo da armada as do decr. 644 de 1852 (decr. 1346); applica aos institutos de ensino secundario dos Estados a do art. 430 do decr. 1232 F de 1891 (decr. 1389).

Dissolução — Da Illma. Camara Municipal (decr. 50 A); das camaras municipaes nos Estados (decr. 107).

Distinctivos — Estabelece os da bandeira e das armas, dos sellos e sinetes (decr. 4); declara os que competem aos officiaes da armada investidos de autoridade (decr. 216 E); manda observar o desenho do para uniformes dos empregados civis dos arsenaes de marinha (decr. 1321).

Distribuição — Dá nova aos serviços a cargo da secretaria do Interior (decr. 366).

Districtos — Altera a divisão dos de juizes de casamentos na Capital Federal (decr. 468); divide o litoral em seis maritimos (decr. 1109); designa os dos actuaes consulados nos Estados Unidos (decr. 1327 C).

Dividas — Releva de prescripção as de que são credores o bacharel Trajano Viriato de Medeiros e os herdeiros do 1.º tenente Joaquim da Silva Gusmão (decr. 613); releva de prescripção a de que é credor o desembargador Bento Luiz de Oliveira Lisboa (decr. 766); regula a amortização e conversão da interna fundada (decr. 823 A); releva a prescripção da de que é credor o juiz de direito, bacharel Joaquim Jonas Bezerra Montenegro (decr. 834); releva da prescripção a de que é credor o juiz de direito bacharel Paulino Rodrigues Fernandes Chaves (decr. 1176 A); releva a prescripção da de que é credor o juiz de direito Joaquim Jacintho de Mendonça (decr. 1204); releva da prescripção a de que é credor Iclerericco Narbal Pamplona, de vencimentos (decr. 1217); releva da prescripção a de que é credor o desembargador Justiniano Baptista Madureira (decr. 1218).

Divisão — Do logar de escrivão da provedoria de capellas e registro geral de hypothecas (decr. 137); do logar de escrivão dos feitos da Fazenda da Capital Federal (decr. 157); em tres zonas de emissão, da região do Norte do Brasil (decr. 251 A); altera a dos districtos dos juizes de casamentos na Capital Federal (decr. 468); manda executar o regulamento sobre a das terras particulares (decr. 720); do litoral em seis districtos maritimos (decr. 1109); dá nova ás secções da Secretaria das Relações Exteriores (decr. 1120).

Doação — Autoriza a Intendencia Municipal de Araras a acceptar a do terreno em que se acha edificada a mesma cidade (decr. 358).

Dobro — Ver Porcentagem.

Domínio — Incorpora ao do Estado as terras dadas em dote á ex-imperatriz (decr. 1050).

Edade — Declara o meio de supprir a certidão de para o casamento (decr. 773).

Edifícios — Approva os planos dos que a Companhia Evoneas Fluminense tem de construir (decr. 639); abre um credito de 600:000\$ para a construcção de proprios para o Pedagogium, Escola Modelo e Inspectoria Geral de Instrucção Publica (decr. 809); concede ao Banco dos Operarios diversos favores relativamente aos que construir (decr. 843); concede á Companhia Nacional de Construcções diversos favores para os que construir destinados a operarios (decr. 894); concede á Companhia Technico Construtora diversos favores para os que construir, destinados a operarios (decr. 895).

Effeitos — Regula os civis dos casamentos celebrados antes da execução do decr. 181 de 1890 (decr. 278); declara de nenhum o decr. 321 de 1890 (decr. 438).

Eleições — Designa o dia 15 de setembro de 1890 para a da assembléa constituinte (decr. 78 B); estabelece a para os cargos de presidente do Supremo Tribunal de Justiça e das Relações (decr. 210); determina a dos presidentes das juntas commerciaes annualmente (decr. 298); manda observar o regulamento para a do primeiro Congresso Nacional (decr. 511); addita providencias relativas ao processo da do primeiro Congresso Nacional (decr. 663); estabelece o processo para a das assembléas dos Estados (decr.

802); facilita a votação nas das juntas commerciaes aos eleitores commerciantes que residirem fóra da séde (decr. 1005); dá providencias sobre a dos membros da Junta Commercial de S. Paulo (decr. 1054); dá providencias relativamente á primeira das assembleas legislativas dos Estados (decr. 1189 — Ver Regulamentos.

Eleitores — Considera todos os cidadãos brasileiros que souberem ler e escrever (decr. 6); determina a eliminação dos nomes dos estrangeiros alistados que não acceitarem a nacionalidade brasileira (decr. 277 E); providencia para que possam exercer o direito de voto os cidadãos qualificados em virtude da lei 3029 de 1881 (decr. 648).

Elevação — Ver Capital — Consulados — Corretores — Escolas — Guarda nacional — Juros — Officiaes — Praças — Praços — Regimento — Secretarias — Vencimentos.

Eliminação — Determina o modo de se proceder a dos nomes dos estrangeiros alistados eleitores que não acceitarem a nacionalidade brasileira (decr. 277 E); na concessão contida no decr. 9560 de 1886 das obrigações a que se referem as clausulas 22ª, 23ª e 24ª do decr. 9511 de 1885 (decr. 681).

Emancipação — Ver Fundo.

Embarcações — Approva o regulamento para a lotação, classificação e vistorias das a vapor, mercantes (decr. 216 D); dá nova organização ao pessoal das do Arsenal de Guerra da Capital Federal e marca o vencimento (decr. 433).

Emblemas — Altera a disposição do plano relativo aos dos bonets de officiaes das classes annexas da armada (decr. 472).

Emissão — Concede ao Banco do Brasil a faculdade de (decr. 13); divide em tres zonas de a região do norte do Brasil (decr. 251 A); estatue acerca de sobre metal e apolices concedida ao Banco do Brasil (decr. 253); regula a complementar assegurada ao Banco dos Estados Unidos do Brasil (decr. 700 A); concede permissão á companhia que Antonio Carneiro Brandão organizar para a de bilhetes de mercadorias (decr. 725); regula a do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil (decr. 1154).

Emolumentos — Altera provisoriamente a tabella dos consulares (decr. 1327 D).

Empregados — Estabelece o limite das attribuições dos chefes dos Estados, relativamente á nomeação e demissão dos (decr. 12); reforma o quadro dos da Secretaria do Interior (decr. 27 F); altera o numero e os vencimentos dos da Secretaria da Fazenda, do Thesouro Nacional e da recebedoria da capital (decr. 172); eleva os vencimentos dos da Secretaria da Justiça (decr. 184); concede o direito de aposentadoria aos da E. de F. Central do Brasil (decr. 221); regula os vencimentos dos das thesourarias de Fazenda (decr. 240 A); altera o numero, classes e vencimentos dos da Alfandega do Rio de Janeiro decr. 248); regula o numero, classes e vencimentos dos da Caixa de Amortização (decr. 249); eleva os vencimentos dos da Secretaria da Guerra (decr. 254); eleva os vencimentos dos da Secretaria da Marinha (decr. 267 A); eleva os vencimentos dos da Contadoria da Marinha (decr. 277 C); eleva os vencimentos dos da Secretaria das Relações Exteriores (decr. 291); deroga o art. 2.º do decr. 12 de 1889, na parte referente á nomeação de dos Correios (decr. 297); estabelece o processo executivo para a cobrança dos alcances dos publicos (decr. 360); eleva os vencimentos da In-

tendencia e do Arsenal de Guerra da Capital Federal (decr. 372); manda observar o plano de uniformes dos da Secretaria e vencimentos dos das alfandegas (decr. 391 B); concede aos da E. de F. do Rêfice a Caruaru' e prolongamento da E. de F. do Recife ao S. Francisco, direito á aposentadoria (decr. 405); equipára os vencimentos dos do Laboratorio Pirotechnico do Campinho aos do Arsenal de Guerra da Capital Federal (decr. 434); fixa o numero e vencimentos dos da Secretaria de Policia da Capital Federal (decr. 464); eleva os vencimentos dos da Casa de Detenção (decr. 465); manda applicar aos da Casa de Correção as disposições do art. 154 do decr. 5322 de 1874 (decr. 466); eleva os vencimentos dos da Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça (decr. 513); concede aos de todas as estradas de ferro o direito á aposentadoria (decr. 565); regula o numero, classes e vencimentos dos de Fazenda, no Estado do Ceará (decr. 584); approva e põe em execução a tabella de vencimentos dos do Presidio de Fernando de Noronha (decr. 608); concede aos da repartição fiscal junto á Companhia Rio de Janeiro City Improvements, direito á aposentadoria (decr. 753); regula as ajudas de custo e gratificações que devem ser abonadas aos civis do Ministerio da Marinha (decr. 890); torna extensivo aos do Ministerio da Justiça o montepio creado pelo decr. 942 A de 1890 (decr. 956); concede autorização ao Conselho fiscal da Caixa Economica e Monte de Soccorro da Capital Federal para dispensa do comparecimento dos que contarem trinta ou mais annos de bons serviços e se invalidarem (decr. 961); faz extensivas aos effectivos e aposentados do Ministerio da Marinha as disposições do decr. 942 A de 1890 (decr. 984); altera o numero, classes e vencimentos dos da Caixa de Amortização e da Casa da Moeda (decr. 995 A); estabelece regras sobre a aposentação dos federaes (decr. 1018); dá novo quadro aos do Asylo de Mendicidade (decr. 1019); torna extensivo aos activos ou aposentados do Ministerio do Interior o montepio creado pelo decr. 942 A de 1890 (decr. 1036); faz extensivo aos do Ministerio da Agricultura o montepio creado pelo decr. 942 A de 1890 (decr. 1045); torna extensivo aos do Ministerio da Instrucção Publica o montepio creado pelo decr. 942 A de 1890 (decr. 1077); torna extensivo aos do ministerio do Exterior o montepio creado pelo decr. 942 A de 1890 (decr. 1092); faz extensivo aos civis do Ministerio da Guerra o montepio creado pelo decr. 942 A de 1890 (decr. 1318 E); manda observar o desenho do distinctivo para os uniformes dos civis dos arsenaes de marinha (decr. 1321).

Empregos — Ver Soldo — Vencimentos.

Empréstimos — Manda resgatar os feitos a diversos bancos (decr. 390); manda garantir os externos a favor dos Estados da Republica (decr. 660 A); prescreve o recolhimento do de 1889 (decr. 823 B).

Empresas — Concede subvenção a uma de vapores frigorificos (decr. 337); concede á da E. de F. do Ribeirão ao Bonito privilegio e garantia de juros (decr. 471); concede á de Obras Publicas no Brasil garantia de juros para a construcção da E. de F. de Aracaju' a Simão Dias (decr. 619); autoriza o Banco Auxiliar a transferir á Industrial de Melhoramentos no Brasil as concessões de que é cessionario (decr. 687); concede subvenção a uma de conservação e transporte de carnes verdes (decr. 693); transfere á Industrial de Melhoramentos no Brasil a concessão feita ao engenheiro Palmerio de Carvalho Cantanhede (decr. 737); concede

á Industrial de Melhoramentos no Brasil autorização para construir um caes de atracação entre as pontas do Arsenal de Marinha e do Caju' (decr. 849); concede a Manoel Gomes da Costa Figueiredo ou a que organizar alguns favores (decr. 861 A); transfere á Industrial de Melhoramentos no Brasil a concessão feita a Frederico Augusto de Sousa Nogueira para estabelecer quatro saladeiros, no Maranhão (decr. 881); autoriza á das Obras de Melhoramentos do Porto de Santos a prolongar o caes em construcção e prorroga o praso das suas concessões (decr. 966); autoriza a Industrial de Melhoramentos no Brasil a prolongar á rua do caes, em projecto, entre o Arsenal de Marinha e a Ponta do Caju' (decr. 1156); concede vantagens e regalias de paquetes aos vapores da Esperança Maritima (decr. 1199); autoriza Augusto Alves Portella Filho a transferir á Industrial de Melhoramentos no Brasil a concessão de uma estrada de ferro entre Caruaru' e Crato (decr. 1235); concede permissão ao engenheiro Joaquim da Costa Chaves Faria para transferir a concessão constante do decr. 936 de 1891 á de Obras Publicas no Brasil (decr. 1288); transfere á Industrial de Melhoramentos no Brasil a concessão constante dos decrs. 705 e 708 de 1890 (decr. 1370); concede autorização a Vicente Werneck Pereira da Silva para transferir á Industrial do Gran Pará a concessão do decr. 9958 de 1888' (decr. 1391).

Encarregados — Crea os logares de do pessoal e material do exercito nos Estados onde não existem commandos de armas (decr. 296).

Enfermarias — Crea uma de marinha no Estado da Bahia (decr. 74 D); regula o serviço das pertencentes ás casas de Detenção e Correccão (decr. 201).

Enfermeiros — Ver Escolas.

Engenheiros — Concede ao naval mais antigo, que contar 20 annos de serviço, graduação de posto (decr. 1090); revoga o decr. 1090 de 1890 que concede graduação de posto ao naval mais antigo, contando 20 annos de serviço (decr. 1879) — Ver Capitães — Corpos — Logares — Zelador.

Engenhos — Autoriza o cidadão Joaquim Ignacio Pereira a empregar em um só central o capital de 1.150:000\$ (decr. 98); approva os contractos celebrados para fornecimento de cannas ao central de que é cessionario Joaquim Xavier Carneiro de Lacerda (decr. 99); determina que a concessão feita pelo decr. 10196 de 1889 para estabelecimento de central passe a ser regida pelo decr. 10393 de 1889 (decr. 214); concede a João Pires Gonçalves da Silva a garantia de 6 % sobre o capital empregado no estabelecimento de um central (decr. 215); determina que a concessão feita á Companhia Lavoura, Industria e Commercio, para estabelecimento de um central passe a ser regida pelo decr. 10393 de 1889 (decr. 217); marca praso para o Central de Magé (decr. 222); altera o decr. 10439 de 1889 que concedeu á Companhia de Engenhos Centraes garantia de juros para a construcção de quatro centraes (decr. 239); approva o contracto para o fornecimento de cannas ao central de que é concessionario o Barão de Muniz de Aragão (decr. 240); determina que a concessão para o estabelecimento de um central, feita pelo decr. 10160 de 1889, passe a ser regida pelo decr. 10393 de 1889 (decr. 245); approva os contractos celebrados para o fornecimento de cannas ao central que Honorio Lima organizar (decr. 258); amplia a concessão de garantia de juros para o estabelecimento de um central á Companhia Agri-

cola de Campos (decr. 299); autoriza a Companhia Agrícola de Campos a levantar no paiz o capital necessario para a execução das obras no central, em Aryses (decr. 300); transfere á Companhia de Centraes a concessão feita a Joaquim Xavier Carneiro de Lacerda pelo decr. 214 de 1890 (decr. 321); approva as plantas desenhos, processos e orçamento, apresentados por Joaquim Ignacio Pereira, concessionario do central de Ceará-mirim (decr. 447); concede garantia de juros para o estabelecimento de dois centraes ao engenheiro Palmerio de Carvalho Cantanhede (decr. 610); concede aos engenheiros José de Barros Wanderley de Mendonça e Luiz Felipe Alves da Nobrega garantia de juros para o estabelecimento de dois centraes, em Alagoas (decr. 616); concede a Joaquim Firmino Ferreira da Veiga autorização para estabelecer um central, em Ubatuba decr. 617(; concede a Theotonio Santiago de Miranda garantia de juros para estabelecer um central em Jacarépaguá (decr. 618); concede ao bacharel João dos Reis de Souza Dantas Filho e outros garantia de juros para o estabelecimento de um central, na Bahia (decr. 623); renova a concessão feita á "Bahia Central Sugar Factories Co.", para os centraes Ipojuca e Rio Fundo (decr. 635); concede ao bacharel Francisco José de Medeiros garantia de juros para o estabelecimento de um central em Pernambuco (decr. 636); concede a Carlos Napoleão Poeta garantia de juros para o estabelecimento de um central em Santa Catharina (decr. 637); concede ao engenheiro Newton Cesar Burlamaqui e outros garantia de juros para o estabelecimento de dois centraes, no Espirito Santo (decr. 645); concede a José Domingos Mendes garantia de juros para estabelecer um central na Bahia (decr. 646); concede a Joaquim Mariano Alves de Castro, garantia de juros para estabelecer um central, no Estado do Rio de Janeiro (decr. 647); concede á Companhia dos Engenhos Central de Parahyba e Sergipe garantia de juros para o estabelecimento de quatro centraes, em Alagoas e Sergipe (decr. 653); concede a Juvenal Damasceno e outro garantia de juros para o estabelecimento de um central, em Minas Geraes (decr. 654); concede garantia de juros á Companhia Industrial Lavoura e Viação de Macahé para o central, no Estado do Rio de Janeiro (decr. 662); concede a Augusto Candido Haralhe garantia de juros para o estabelecimento de dois centraes, na Bahia (decr. 664); concede a Carlos Dias de Oliveira garantia de juros para o estabelecimento de um central, em Pernambuco (decr. 689); concede a Antonio Guedes Valente e outros garantia de juros para o estabelecimento de dois centraes, na Parahyba (decr. 692); concede garantia de juros ao engenheiro Antonio Fialho para estabelecer nove centraes, em Pernambuco (decr. 704); concede ao bacharel Bento José da Costa garantia de juros para estabelecer um central, em Pernambuco (decr. 710); transfere á Companhia de Centraes de Café do Brasil a concessão feita a Paulino Luiz Tinoco (decr. 727); concede a João Manoel de Miranda Barbosa um central, no Estado de S. Paulo (decr. 728); concede garantia de juros a Augusto Sylvestre de Faria e outros para um central, na Bahia (decr. 746); concede garantia de juros a Candido Fonseca Vianna e outros para estabelecerem um central, em Minas Geraes decr. 760); concede a Adolpho Ribeiro Guimarães garantia de juros para estabelecimento de um central, em Sergipe (decr. 772); declara que a garantia de juros de que trata o decr. 664 de 1890 passa a ser

para cinco (decr. 844); concede a Antonio Ferreira da Silva Carneiro garantia de juros para estabelecimento de um central, em S. Paulo (decr. 875); approva a designação dos municipios para os centraes concedidos á Companhia de Engenhos Centraes da Parahyba e Sergipe (decr. 887); modifica os prazos para a Companhia de Engenhos Centraes da Parahyba e Sergipe começar e concluir as obras dos oito centraes de que é cessionaria (decr. 888); concede a João Carlos de Mendonça e outro garantia de juros para um central, em Minas Geraes (decr. 927); concede garantia de juros para José Ferreira da Silva estabelecer dois centraes, em Sergipe (decr. 930); concede favores á Companhia Industrial Assucareira para estabelecer centraes (decr. 937); prorroga o prazo para a Companhia Agricola de Campos concluir as obras do em Ayrises (decr. 951); prorroga o prazo para a apresentação das plantas do Central de Paraty (decr. 979); concede ao visconde de S. Laurindo e outro garantia de juros para dois centraes em S. Paulo (decr. 1049); concede a Augusto Severo de Albuquerque Maranhão garantia de juros para o estabelecimento de um central, no Rio Grande do Norte (decr. 1160); concede a Manoel Alves Vieira de Araujo e outro autorização para estabelecerem um central de assucar e alcool, no Rio Grande do Norte (decr. 1161); concede favores ao conde de Moreira Lima para estabelecer dois centraes, no Estado de S. Paulo (decr. 1164); declara caduca a concessão de garantia de juros ao coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro para estabelecimento de dois centraes, no Estado de Sergipe (decr. 1323); declara caduca a concessão de garantia de juros para o central de Pão d'Alho, de que trata o decr. 245 de 1890 (decr. 1341); transfere ao Banco Central Mineiro a concessão para um central em Minas Geraes (decr. 1359); declara caduca a concessão de garantia de juros e mais favores para o central de Jacarépaguá (decr. 1369); declara caduca a concessão feita a Augusto Candido Haralhe para estabelecer cinco centraes, no Estado da Bahia (decr. 1415); declara caduca a concessão para o central de Maricá (decr. 1416); approva o plano e orçamento das obras do central de Ubatuba (decr. 1417); declara caduca a concessão de garantia de juros e mais favores para um central, no Estado do Ceará (decr. 1432) — Ver Companhias.

Ensino — Promulga o regulamento que reorganiza o nas escolas do exercito (decr. 330); crea um estabelecimento de profissional sob a denominação de Pedagogium (decr. 667); approva o regulamento das instituições de juridico (decr. 1232 H); applica aos institutos de secundario dos Estados o disposto no art. 430 do decr. 1232 de 1891 (decr. 1389).

Entrancia — Ver Comarcas.

Equiparação — Ver Ordenados — Soldos — Vencimentos.

Escolas — Altera algumas disposições do regulamento das do exercito (decr. 42); approva o programma da Pratica de Agricultura e Viticultura a se fundar no municipio de Taquary (decr. 119); fixa as gratificações que devem perceber os officiaes de fazenda nomeados para servirem nas de aprendizes marinheiros (decr. 181 A); extingue o curso de cavallaria e infantaria da Militar do Ceará (decr. 274); promulga o regulamento que reorganiza o ensino nas do exercito (decr. 330); approva o regulamento para a Normal da Capital Federal (decr. 407); crea o lugar de preparador da 1ª cadeira do 1º anno do curso de sciencias physi-

cas e naturaes da Polytechnica (decr. 540); estabelece novo plano para os uniformes dos alumnos das militares (decr. 694); eleva a 140 o numero de adjuntas ás primarias (decr. 709); declara de utilidade publica as da Fazenda de Santa Cruz e da Quinta da Boa Vista (decr. 715 A); crea no Hospicio Nacional de Alienados uma profissional de enfermeiros (decr. 791); crea no Observatorio do Rio de Janeiro uma de Astronomia e de Engenharia Geographica (decr. 859); approva os estatutos para a Normal da Capital Federal (decr. 982); approva os estatutos para a Nacional de Bellas Artes (decr. 983); manda observar o plano dos uniformes dos alumnos da Naval (decr. 1035); approva os estatutos da Polytechnica (decr. 1073); crea na de Minas de Ouro Preto o logar de bibliothecario (decr. 1094); abre um credito especial de 100:000\$ para compra dos predios onde funcionaram as particulares do ex-imperador na Quinta da Boa Vista e Fazenda de Santa Cruz (decr. 1119); altera o regulamento da Naval (decr. 1256); approva o regulamento da de Minas (decr. 1258); eleva o soldo dos aspirantes alumnos da Naval (decr. 1308) — Ver Edificios — Elevação.

Escriptorio — Ver Logares.

Escurpturarios — Eleva os vencimentos dos da Repartição do Quartel Mestre General (decr. 374); equipara os vencimentos dos primeiros e segundos da Repartição Geral dos Telegraphos aos dos primeiros e segundos officiaes da Directoria Geral dos Correios (decr. 1147).

Escrivães — Divide em dois o logar de da provedoria de capellas e reziduos na Capital Federal (decr. 136); crea mais um officio de do juizo de auzentes na Capital Federal (decr. 138); divide em dois o logar de dos feitos da Fazenda (decr. 157); crea o logar de privativo do juizo de casamentos (decr. 211); regula as custas de dos feitos da Fazenda Municipal (decr. 304); crea em cada Estado um privativo de casamentos (decr. 320); autoriza-os a passar certidões independentemente de despacho dos juizês (decr. 470); confere aos juizes de paz a attribuição de os nomear (decr. 546); crea o logar de do registro de casamentos, na capital da Bahia (decr. 807); crea o logar de do registro de casamentos (decr. 828); crea o logar de no archipelago de Fernando de Noronha (decr. 854).

Esgotos — Ver Serviço.

Esmeril — Concede permissão ao Dr. João Caetano de Oliveira e outro para o explorar no Estado de S. Paulo (decr. 362).

Esquadrão — Ver Guarda nacional.

Estabelecimentos — Supprime a denominação de imperial de varios dependentes do ministerio do Interior (decr. 9); substitue os modelos dos diplomas e cartas conferidos pelos de ensino (decr. 30); concede privilegio ao Dr. Raphael de Paula Souza para montar e explorar um hydro-therapico em S. Paulo (decr. 1027) — Ver Agencias — Aposentadorias — Assistencia — Bancos — Cemiterios — Codigos — Competencia — Coudelaria — Decretos — Eleições — Engenhos — Fabricas — Fibras — Linhas — Officiaes — Penas — Pessoal — Planos — Prases — Processos — Reformas — Registro — Regulamentos — Saladeiros — Salinas — Systema.

Estações — Altera a planta approvada relativa ao terreno destinado ao augmento da de Santos da E. de F. de Santos a Jundiahy (decr. 246); reorganiza a Agronomica de Campinas (decr. 1012); approva a planta para a desapropriação por utili-

dade publica do terreno para a de bombeiros á rua Oito de Dezembro (decr. 1423).

Estados-maiores — Amplia o quadro do corpo do de 1ª classe (decr. 118 A); eleva o numero dos officiaes do corpo do de artilharia (decr. 247); organiza os do presidente da Republica, do ministro da Guerra, do ajudante general e quartel mestre general (decr. 985).

Estados — Estabelece as normas pelas quaes se devem reger os federaes (decr. 1); manda garantir os empréstimos externos a favor dos da Republica (decr. 660 A).

Estafeta — Ver Repartições.

Estanho — Concede permissão a Felipe Wanderley e outro para explorarem minas de no Estado de Minas Geraes (decr. 1183).

Estatística — Restaura e reorganiza a Directoria Geral de (decr. 113 D); crea secções de Commercial annexas ás associações commerciaes (decr. 216 C).

Estatutos — Approva a reforma dos do Banco Mercantil de Santos (decr. 13); approva as alterações dos do Banco Predial (decr. 15); approva as alterações dos do Banco Provincial de Minas Geraes (decr. 16); approva as alterações dos do Banco do Brasil (decr. 17); approva as alterações dos do Banco de Credito Real de S. Paulo (decr. 18); approva as alterações dos do Banco do Brasil (decr. 23); approva as alterações dos do Banco Commercial do Rio de Janeiro (decr. 24); approva a alteração dos do Banco Mercantil de Santos (decr. 34); approva os da Companhia Pastoril Mineira (decr. 42 A); approva os do Banco de Pernambuco (decr. 50 B); approva os do Banco Commercial Pelotense (decr. 50 C); approva as alterações dos do Banco União da Bahia (decr. 50 D); approva as alterações dos do Banco da Bahia (decr. 50 E); approva os do Banco de Credito Real do Rio Grande do Sul (decr. 50 F); autoriza a substituição do parographo unico do art. 57 dos do Banco do Brasil (decr. 69); declara sem effeito o decr. 10272 de 1889, salvo á "Equitable Life Assurance Co." o direito de os submeter novamente á aprovação do governo (decr. 96); approva a reforma dos da Companhia Hydraulica Porto Alegrense (decr. 109); approva os do Banco dos Estados Unidos do Brasil (decr. 190); approva a reforma dos da Companhia de Queimado (decr. 193 C); approva os do Monte Pio Popular (decr. 195); approva a reforma dos da Companhia Manufactora de Conservas Alimenticias (decr. 235); approva os do Banco das Classes Laboriosas (decr. 250 A); approva a reforma das da Companhia das Aguas de Gran-Pará (decr. 283); approva as alterações dos da "Northern Assurance Company" (decr. 286); approva os do Banco Emissor da região dos Estados do Rio Grande do Sul e Matto Grosso (decr. 336 B); approva os do Banco União de S. Paulo (decr. 351); approva os do Banco Sul Americano de Pernambuco (decr. 367 A); approva os do Banco Emissor da Bahia (decr. 394); declara sem effeito o decr. 367 de 1890, na parte em que alterou os do Banco Americano de Pernambuco (decr. 395); concede a Carlos Pereira de Sá Fortes e outro autorização para reformarem os da Companhia de Lactinios (decr. 497); approva os do Banco Emissor do Norte (decr. 499); concede autorização para a reforma dos da Companhia Coooperativa de Cerveja (decr. 505); substitue a disposição da 1ª parte do art. 7º dos do Banco Emissor do Sul (decr. 583); concede á Companhia Nacional Salinas Mossoró Assd autorização para reformar os seus (decr. 715); concede a Heitor Bastos Cordeiro e

outros autorização para reformarem os da Companhia Cooperativa de Comestíveis (decr. 817); approva as modificações dos do Banco de Credito Real de Minas Geraes (decr. 835); approva os do Banco Emissor de Pernambuco (decr. 880); approva os da Escola Normal de Bellas Artes (decr. 982); approva a reforma dos da Companhia Alliança Mercantil (decr. 988); concede autorização a Carlos Vidal de Oliveira Freitas e outros para reformarem os da Cooperativa Militar do Brasil (decr. 1028); concede a José Antonio Machado e outro autorização para reformarem os da Companhia Zootechnica e Industrial (decr. 1040); approva os da Escola Polytechnica (decr. 1073); approva os do Banco de Credito Popular (decr. 1208); approva os do Banco de Credito e Garantia Real (decr. 1219); approva os do Banco da Republica (decr. 1227); approva a reforma dos da Companhia Nacional de Seguros Mutuos Contra Fogo (decr. 1293); prorroga o praso para a apresentação dos do Banco Nacional Hypothecario (decr. 1295); concede autorização para a alteração dos da Companhia Agricola e Pastoril Sul e Oeste de Minas (decr. 1420).

Estrada de Ferro de Baturité — Ver Estradas.

Estrada de Ferro Central da Bahia — Ver Estradas.

Estrada de Ferro Central do Brasil — Concede o direito de aposentadoria aos empregados da (decr. 221); modifica o regulamento da (decr. 234); dá novo regulamento á (decr. 406); autoriza o resgate da E. de F. São Paulo e Rio de Janeiro para ser incorporada á (decr. 701); autoriza a entrega á Associação Geral de Auxilios Mutuos da importancia das multas impostas ao pessoal da (decr. 707); dá novo regulamento á parte em construcção da (decr. 713).

Estradas — Approva os estudos relativos ao prolongamento da de Ferro Sorocabana, de Tatuhy a Itararé e de Botacatú a Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 32); approva os estudos do prolongamento da de Ferro Minas e Rio até o ponto navegavel do Rio Verde (decr. 37); determina que a direcção e construcção das obras da de Ferro de Baturité fiquem a cargo da administração da mesma estrada (decr. 54 A); prorroga o praso concedido ao engenheiro Nicolau Vergueiro Le Cocq para a apresentação da de E. de F. de Caxias a Cajazeiras (decr. 70); determina que a direcção e construcção das obras do prolongamento da de Ferro de Sobral fiquem a cargo da administração da mesma Estrada (decr. 142); concede ao tenente coronel Joaquim Verissimo do Rego Barros privilegio e garantia de juros para a construcção de uma do porto de Tamandaré á estação da Barra, no prolongamento da de Ferro do Recife ao S. Francisco (decr. 193 D); prorroga o praso estabelecido para a apresentação dos estudos do trecho da de Ferro da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 220); concede o direito de aposentadoria aos empregados da de E. de F. Central do Brasil (decr. 221); autoriza a transferencia á Companhia de Ferro Sapucahy de uma de ferro da bahia de Botafogo a Angra dos Reis (decr. 236); rectifica a clausula XXI decreto 7959 de 1880 relativa á zona privilegiada das de ferro (decr. 237); altera a planta approvada pelo decreto 10186 de 1889, para augmento da estação de Santos, da de Ferro de Santos a Jundiahy (decr. 246); concede á "Societé Anonyme du Chemin de Fér de Benevente - Minas" prorrogação de praso para apresentação dos estudos definitivos da de ferro que, partindo de Santa Luzia do Caranzola, vá entroncar na da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 270); approva as modificações feitas no

traçado da de E. de F. do Norte (decr. 287); concede privilegio e garantia de juros para a construcção de um ramal da de Ferro Central da Bahia (decr. 289); declara effectiva a concessão feita pelo decreto 10432 de 1889, na parte dependente da approvação do Poder Legislativo, para a construcção da de Ferro de Itararé a Santa Maria da Bocca do Monte (decr. 305); approva os estudos definitivos de uma variante da de Ferro Central de Macahé (decr. 306); prorroga o praso para a apresentação dos estudos da de Ferro de Caxias a Cajazeiras (decr. 313); prorroga o praso para a conclusão das obras da de Ferro do Norte (decr. 314); approva os estudos definitivos da de Ferro de Pelotas ás colonias de S. Lourenço (decr. 315); approva os estudos definitivos e prorroga os prazos para incorporação da companhia que deve construir a de Ferro de Taubaté a Ubatuba (decr. 332); manda rescindir o contracto celebrado com a Companhia da de Ferro D. Pedro I para a construcção da mesma (decr. 333); prorroga o praso marcado para a apresentação dos estudos definitivos da de Ferro do Ceará-Mirim (decr. 356); concede garantia de juros á de Ferro de Itú a Iguapé (decr. 365); prorroga o praso para a incorporação da companhia que deve construir o trecho da de Ferro da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 368); concede privilegio e garantia de juros para construcção do prolongamento da de Ferro de Quarahim a Itaqui (decr. 380); concede aos empregados da de Ferro do Recife a Caruaru' e prolongamento da do Recife a S. Francisco o direito á aposentadoria (decr. 405); autoriza a Companhia da de Ferro Barão de Araruama (decr. 420); modifica as clausulas da concessão da de Ferro de Itararé a Santa Maria da Bocca do Monte (decr. 462); concede á empreza da de Ferro do Ribeirão ao Bonito privilegio e garantia de juros (decr. 471; reúne as de ferro de Porto Alegre a Cacequy e de Bagé a Uruguayana (decr. 503); estabelece regras sobre a competencia do governo federal e o dos Estados para a concessão de (decr. 524); concede permissão para a transferencia da concessão da de Ferro de Itú a Iguape (decr. 527); autoriza a transferencia da concessão da de Ferro de Caxias a Cajazeiras (decr. 529); modifica o traçado do ramal de Assembléa na de Ferro Central de Alagoas (decr. 543); concede aos empregados de todas as de ferro o direito de aposentadoria (decr. 565); prorroga o praso concedido para o começo das obras da de ferro que, partindo de Santa Luiza do Carangola, deve entroncar na da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 570); approva os estudos definitivos da de Ferro entre a cidade de Natal e o valle de Ceará-mirim (decr. 573); substitue a concessão feita á Companhia da de Ferro Bahia e Minas para o prolongamento da de Philadelphia a S. João Baptista de Minas (decr. 574); concede a Trajano Viriato de Medeiros e outro autorização para construir uma de ferro, da enseada de São Domingos das Torres a Porto Alegre (decr. 579 A); concede privilegio para a construcção, uso e gozo do prolongamento da de Ferro e Minas de S. Jeronymo, com um ramal a se entroncar com a de Ferro de Bagé a Cacequy, no Rio Grande do Sul (decr. 600); abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito extraordinario da quantia de 500:000\$ para despesas da de Ferro de Camocim a Sobral (decr. 604); dá

novo regulamento á de Ferro de Baturité (decr. 607); concede á Empreza de Obras Publicas garantia de juros para a construcção da de Ferro de Aracaju' a Simão Dias (decr. 619); separa a administração das de ferro de Pernambuco (decr. 624); autoriza á "Brasil Great Southern Railway Co., Limited", a fazer uma chamada de capitaes para as despesas com o prolongamento da até Santo Angelo (decr. 678); dá novo regulamento á de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 691); autoriza o resgate da de Ferro S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 701); prorroga o praso para conclusão das obras do ramal da de Ferro do Norte (decr. 706); dá novo regulamento ás de ferro Central e Sul de Pernambuco (decr. 721); autoriza a transferencia á Companhia Leopoldina das concessões relativas ás de ferro Barão de Araruama e do Carangola (decr. 734); determina que a direcção e construcção das obras do prolongamento da de Ferro de Sobral fiquem a cargo da administração da mesma (decr. 742); approva a transferencia da de Ferro de Santa Luzia do Carangola á Companhia Geral de Estradas de Ferro no Brasil (decr. 759); approva a nova modificação feita no traçado da de Ferro do Norte (decr. 777); abre ao Ministerio da Agricultura um credito extraordinario de 10.000.000\$ em titulos para resgate da de Ferro S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 825); prorroga o praso para conclusão das obras de construcção dos prolongamentos da de Ferro Sorocabana (decr. 826); prorroga o praso para inauguração das obras da de Ferro de Pelotas ás colonias de S. Lourenço (decr. 863); approva os estudos do prolongamento da de Ferro Sorocabana, entre Santa Cruz do Rio Pardo e o ponto terminal (decr. 874); prorroga o praso para apresentação dos estudos definitivos da de Ferro do Rio Bonito a Cabo Frio (decr. 877); fixa em 6.153:857\$750 o capital garantido á de Ferro Mogyana para a construcção do prolongamento até o Rio Grande e do ramal de Poços de Caldas (decr. 885); concede privilegio e garantia de juros para construcção de uma de ferro entre o Estreito, em Santa Catharina, e o valle do rio Iguassu' (decr. 896); concede garantia de juros ao capital empregado na construcção do prolongamento da de Ferro e Minas de São Jeronymo (decr. 906); concede privilegio e garantia de juros para a construcção do prolongamento da de Ferro do Paraná, do porto Amazonas a Ponta Grossa (decr. 907); concede á companhia, que o engenheiro Aarão Reis organizar, privilegio, garantia de juros e mais favores para a construcção de uma de ferro ligando a navegação dos rios Itapecuru', Tocantins e Araguaya (decr. 909); autoriza José de Aguiar Vallini & Comp. a transferirem a Domingos Moutinho a de Ferro do Bananal (decr. 918); faz extensiva a concessão da de Ferro do Itararé á Santa Maria da Bocca do Monte á do sub-ramal de Guarapuava á foz do Iguassu' (decr. 920); approva a tabella para o pessoal technico das de ferro geraes do Estado (decr. 943); concede á de Ferro da Tijuca autorização para assentar trilhos na estrada nova da Tijuca (decr. 954); concede garantia de juros para a construcção de uma de ferro de Macció á ex-colonia Leopoldina passando por Porto Calvo (decr. 955); approva os estudos definitivos e o orçamento da de Ferro de Quarahim a Itaquí (decr. 960); concede á Companhia Geral de Estradas de Ferro, privilegio, garantia de juros e outros favores para construcção do prolongamento da de Ferro Leopoldina, de Itabira a Jatobá (decr. 970); concede

permissão para transferencia da concessão feita para a construção da de Ferro do Ceará-mirim (decr. 992); concede fiança de juro garantido sobre o capital destinado á construção de uma de ferro que, partindo de Alagoas, vá se entroncar na de Ferro Paulo Affonso (decr. 993); modifica as clausulas da concessão feita á Companhia da de Ferro Muzambinho (decr. 1009); organiza o serviço da de Ferro S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 1033); autoriza a transferencia da concessão feita pelo decreto 193 D de 1890 para a construção da de Ferro de Tamandaré á Barra (decr. 1039); dá novo regulamento ao prolongamento da de Ferro da Bahia a S. Francisco (decr. 1052); concede privilegio e garantia de juros para a construção de uma de ferro entre Caruaru' e Crato (decr. 1060); declara o praso em que a companhia organizada para construção da de Ferro de Itararé a Santa Maria da Bocca do Monte deve effectuar o deposito de 10.000.000 de francos (decr. 1061); manda observar na de Ferro Paulo Affonso o regulamento approved pelo decreto 607 de 1890 (decr. 1081); concede privilegio e garantia de juros, a Augusto José Ferreira e outro, para construção de uma de ferro que ligue Araxá á linha de Itabira e Jatobá (decr. 1082); concede privilegio e garantia de juros ao engenheiro civil Joaquim José Barrão e outro para construção de uma de ferro entre Petrolina e o littoral do Piahy (decr. 1083); proroga o praso para a conversão das apolices de 5 % a que têm direito os accionistas da de Ferro S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 1115 C); approva o regulamento para a de Ferro S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 1225); approva o estudo das variantes do traçado da de Ferro do Natal ao Ceará-mirim (decr. 1234); autoriza Augusto Alves Portella Filho a transferir á Empreza Industrial de Melhoramentos no Brasil a concessão de uma de ferro entre Caruaru' e Crato (decr. 1235); approva os novos estudos da secção Mathilde da de ferro que, partindo de Santa Luzia do Carangola, deve entroncar-se na da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 1264); proroga o praso para inauguração das obras da de Ferro de Pelotas ás colonias de S. Lourenço (decr. 1312); approva os estudos definitivos da de Ferro do Rio Bonito a Cabo Frio (decr. 1337); approva os estudos definitivos do primeiro trecho da de Ferro de Botafogo e Angra dos Reis (decr. 1377); approva os estudos definitivos dos 20 kilometros da de Ferro Minas e Rio (decr. 1419); approva os estudos do prolongamento da de Ferro Mogyana, de Uberaba a S. Pedro de Uberabinha (decr. 1424); modifica o traçado do prolongamento da de Ferro do Paraná (decr. 1425)

— Ver Companhias — Estudos.

Estrangeiros — Providencia sobre a naturalização dos residentes na Republica (decr. 58 A); declara que são considerados cidadãos brasileiros e incluídos no alistamento eleitoral os que o requererem (decr. 277 D); determina o modo de se proceder á eliminação dos nomes dos alistados eleitoraes que não acceitarem a nacionalidade brasileira (decr. 277 E); estabelece providencias tendentes a facilitar a execução do art. 1.º do decr. relativo á naturalização dos residentes na Republica (decr. 396); proroga o praso para as declarações dos residentes no Brasil que não desejarem ser considerados cidadãos brasileiros (decr. 479).

Estuario — Ver Corpos.

Estudos — Proroga o praso concedido á "Pelotas and Colonies Railway Co. Limited", para a apresentação dos (decr. 101);

proroga o praso concedido á Companhia Estrada de Ferro Sorocabana para apresentação dos do trecho entre Santa Cruz do Rio Pardo e as margens do Paranapanema (decr. 256); approva os definitivos feitos pela Companhia E. de F. Muzambinho, do prolongamento da Minas e Rio, de Tres Corações até Salto Grande da Motuca (decr. 1186); approva os para o prolongamento do ramal de Ouro Preto (decr. 1221); approva os do prolongamento da E. de F. Mogyana, de Uberaba a S. Pedro de Uberabinha (decr. 1424).

Eventuaes — Ver Verbas.

Exame — Approva o regulamento para o de machinistas de embarcações a vapor, mercantes (decr. 216 D); crea o Tribunal de Contas para o dos actos da receita e despeza (decr. 966 A).

Execução — Ver Codigos — Decretos — Instrucções — Leis — Obras — Regulamentos — Tabellas — Tarifas.

Exercício — Manda vigorar no de 1890 as leis ns. 3396 e 3397 de 1888 (decr. 108); fixa a despeza do Ministerio do Interior para o de 1890 (decr. 183); manda vigorar no de 1890 as leis nos 3396 e 3397 de 1888 (decr. 998 A); manda vigorar no de 1891 o organimento municipal approved para o de 1890 (decr. 1327 A).

Exercício findo — Abre o credito de 150:722\$450 á verba do orgamento de 1890 para pagamento ao Dr. João Alves Carrilho e outros (decr. 780).

Exercito — Crea um quadro extranumerario no (decr. 8); approva o plano de uniformes do decr. 21); altera algumas disposições do regulamento das escolas do (decr. 42); eleva o soldo das praças de pret (decr. 43); eleva o numero de corpos de artilharia, cavallaria e infantaria do (decr. 56); eleva o soldo dos officiaes do (decr. 113 A); reorganiza o corpo de saude e o serviço hospitalar do (decr. 277); crea os logares de encarregados do pessoal e do material do nos Estados onde não existem commandos de armas (decr. 296); approva o regulamento para o serviço sanitario do (decr. 307); promulga o regulamento que reorganiza o ensino nas escolas do (decr. 330); crea no commando das armas do Rio Grande do Sul duas secções de expediente para o pessoal e material do (decr. 336); altera as denominações dos postos dos officiaes generaes do (decr. 350); firma o direito ao soldo da patente aos officiaes do em commissões e empregos (decr. 474 B); modifica o regulamento para o serviço sanitario do (decr. 672); crea o montepio para as familias dos officiaes do (decr. 695) — Ver Corpos — Officiaes.

Expedição — Ver Regulamentos.

Exploração — Ver Carvão de pedra — Crystal — Ferro — Herva-doce — Industrias — Kaolim — Lavras — Linhas — Marmore — Marne — Minas — Minaes — Oleos — Ouro — Petroleo — Prata — Ramie — Salinas — Turfa.

Exportação — Ver Impostos.

Exposições — Institue premios para as Agricolas Regionaes (decr. 837).

Extensão — Ver Disposições — Minaes — Montepio — Multas — Operações — Sociedades.

Extensão — Ver — Disposições — Operações — Minaes — Montepio — Multas — Sociedades.

Extincção — Das recebedorias de rendas internas na Bahia e Pernambuco (decr. 58 B); do Conservatorio de Musica (decr. 143); do commando das armas do Estado do Amazonas (decr.

214); dos cursos de cavallaria e infantaria da Escola Militar do Ceará (decr. 275); dos logares de ajudantes de ordens dos governadores dos Estados (decr. 296); da Repartição Fiscal do Ministerio da Guerra e da Pagadoria das Tropas da Capital (decr. 348); dos logares de archivista da Repartição Sanitaria do Exercito e dos hospitaes militares, e dos ajudantes de porteiro dos hospitaes de 2ª classe (decr. 526); dos logares de engenheiro sanitario e ajudante auxiliar da Inspectoria Geral de Hygiene e do de desenhista (decr. 649); de todos os impostos geraes de exportação da herva-matte (decr. 724); da commissão dos melhoramentos da barra do Rio Grande de Sul (decr. 751); da taxa adicional de 5 % para o fundo de emancipação (decr. 804); da commissão de conservação dos portos e obras publicas de Pernambuco (decr. 808); do logar de porteiro do escriptorio do director da Fabrica de Polvora da Estrella (decr. 933); da Intendencia de Marinha (decr. 946); da Commissão Geral de Vição Ferrea e Fluvial (decr. 1332).

Extracção — Designa a das loterias em 1890 (decr. 100 B).

F

Fabricas — Concede permissão ao Dr. Joaquim Xavier Peireira da Cunha para estabelecer de purificação de sal, no Rio Grande do Sul (decr. 453); concede permissão a Theotonio Gomes Braga para estabelecer de purificação de sal, no E. do R. de Janeiro (decr. 488); eleva os vencimentos do pessoal da de Polvora da Estrella (decr. 793); concede a Manoel Gomes da Costa Figueira ou a empreza ou companhia que organizar, alguns favores para o estabelecimento de uma de velas stearinhas (decr. 861 A); extingue o logar de porteiro do escriptorio do director da de Polvora da Estrella (decr. 933); concede permissão a Frederico Vicente Massa e outro para estabelecerem destinadas á purificação do sal, em terrenos devolutos, no Paraná (decr. 1032); concede a John Grandt & Comp. isenção de direitos para a materia prima destinada ás de productos chimicos em Marahu' (decr. 1176 B); concede a Manoel Rodrigues Lages e outro garantia de juros para o estabelecimento de duas de tecidos, no Piauhy (decr. 1205); estabelece providencias para regularizar o trabalho de menores, empregados nas da Capital Federal (decr. 1313); autoriza a venda da de Ferro de S. João do Ipanema (decr. 1384).

Fabrico — Declara temporariamente facultativa a adopção do systema da diffusão e institue premios para animar o aperfeiçoamento do de assucar (decr. 819).

Facilidades — Determina para a votação nas eleições das juntas commerciaes (decr. 1005).

Faculdades — Concede ao Banco Mercantil de Santos a de emissão (decr. 13); concede ao Banco de Credito Real do Brasil a de emittir bilhetes convertiveis em ouro (decr. 19); concede á Sociedade de Commercio a de emittir bilhetes ao portador (decr. 20); concede ao Banco do Brasil a de emittir bilhetes convertiveis em ouro (decr. 23); concede ao Banco Commercial do Rio de Janeiro a de emittir bilhetes convertiveis em ouro (decr. 24); separa da de Medicina do Rio de Janeiro o Instituto de Hygiene (decr. 372 B); declara o modo por que deve ser conferido o grão de bacharel nas de direito (decr. 668); reorganiza as de medicina (decr. 1270).

Famílias — Provê a decencia da posição da do ex-imperador (decr. 2); autoriza a concessão de meio soldo ás dos officiaes reformados do exercito (decr. 1232 E) — Ver Montepio.

Fardamento — Regula o fornecimento de ás praças do Batalhão Naval (decr. 209); manda adoptar as tabellas para fornecimento de aos corpos arregimentados do exercito e aos sentenciados militares (decr. 1431).

Favores — Concede ao engenheiro Fanor Cumplido os especificados no art. 8º do decr. 10393 de 1889 (decr. 251); concede a Manoel de Jesus Valdetaro e outro os constantes do § 4º do art. 8º do decr. 10393 de 1889 (decr. 530); concede a Paulino Luiz Tinoco os constantes do § 4º do art. 8º do decr. 10393 de 1889 (decr. 564); concede ao Dr. Antonio da Rocha Fernandes Leão e outro para exploração da industria pastoril, nos Estados do Rio de Janeiro, norte de S. Paulo e sul de Minas (decr. 832); concede a Frederico Augusto de Souza Nogueira para a construção, uso e gozo de quatro saladeiros, no Maranhão (decr. 840); concede ao Banco dos Operarios diversos, relativamente aos edificios que construir (decr. 843); concede alguns a Manoel Gomes da Costa Figueiredo, ou á empreza ou companhia, que organizar, para o estabelecimento de uma fabrica de velas stearinas (decr. 861 A); concede para o estabelecimento de um systema de viação geral (decr. 862); concede ao engenheiro Ricardo de Menezes para explorar a cultura da ramie e outros vegetaes, nos Estados do norte (decr. 886); concede á Companhia Nacional de Construções diversos para os edificios que construir destinados a operarios (decr. 894); concede á Companhia Technico-Constructora diversos para os edificios que construir, destinados a operarios (decr. 895); concede á companhia que o engenheiro Aarão Reis organizar para a construção de uma estrada de ferro ligando a navegação do rio Itapicurú á navegação dos rios Tocantins e Araguaya (decr. 909); concede ao engenheiro Augusto Guedes de Carvalho para a construção, uso e gozo de saladeiros centraes, em S. Paulo, Santa Catharina, Paraná e Rio Grande do Sul (decr. 915); concede á Companhia Industrial Assucareira para estabelecer engenhos, centraes e refinações (decr. 937); concede a João de Deus Freitas os constantes do § 4º do art. 3º do decr. 10393 de 1889 (decr. 938); concede a Domingos Theodoro de Azevedo Junior e outro para a exploração da industria pastoril, no Estado do Rio de Janeiro (decr. 963); concede á Companhia Geral de Estradas de Ferro para a construção do prolongamento da E. de F. Leopoldina, de Itabira a Jatobá (decr. 970); revoga a concessão dos concedidos á companhia organizada por Antonio Carneiro Brandão (decr. 998 B); concede a José Morales os constantes do § 4º do art. 8º do decr. 10393 de 1889 (decr. 1008); torna effectivos, quanto ao Dr. Antonio Brissay, ou á companhia que organizar, os de que trata o decr. 10351 de 1889 (decr. 1066); concede ao bacharel Antonio Pereira de Queiroz diversos para desenvolver a industria de seda, lã e linho, em S. Paulo (decr. 1118); concede ao conde de Moreira Lima para estabelecer dois engenhos centraes no Estado de S. Paulo (decr. 1164).

Fazenda — Augmenta o soldo dos officiaes do corpo de da armada (decr. 113 C); divide em dois o lugar de escrivão dos feitos de da Capital Federal (decr. 157); regula as custas dos escrivão dos feitos da Nacional (decr. 304); altera o quadro do corpo de da armada (decr. 336 A); crea dois logares de avaliadores privativos da Nacional (decr. 391); crea dois logares de peritos examinadores privativos da Nacional (decr. 614); de-

clara de utilidade publica a desapropriação da de Pinheiro (decr. 686); declara de utilidade publica a escola da de Santa Cruz (decr. 715 A) — Ver Alcanccs — Concessões — Corpos.

Férias — Altera o decr. 1285 de 1853 na parte que designou as para o fóro (decr. 67) — Ver Escrivães.

Ferro — Concede permissão a Augusto de Almeida Torres para a exploração de, no Estado do Rio de Janeiro (decr. 339); declara caduca a concessão feita ao capitão-tenente João Cordeiro da Graça para o explorar, no Estado do Paraná (decr. 422); concede permissão ao engenheiro João Cordeiro da Graça para explorar minas de, no Paraná (decr. 711); transfere á Companhia Industrial do Brasil a concessão feita pelo (decr. 10312 de 1889 á Empresa Brasil Metallurgico para o lavar, em S. Paulo (decr. 735); concede permissão a Alonso Pestana de Aguiar para o explorar, no Estado do Rio de Janeiro (decr. 798); concede permissão a Francisco Couto da Silva para o explorar, em Matto Grosso (decr. 1038); concede permissão a Theodüreto Caílos de Faria Souto e outros para explorarem, no município de Sant'Anna dos Ferros (decr. 1188); concede permissão ao bacharel José Osorio de Faria Alvim para explorar minas de, no Estado de Minas Geraes (decr. 1253).

Festa — Declara os dias de nacional (decr. 155 B).

Fianças — Manda acceitar letras hypothecarias dos bancos de credito real nas prestadas ao Ministerio da Agricultura (decr. 399); eleva a dos corretores de fundos publicos (decr. 882); altera o decr. 882 de 1890, na parte relativa ás de corretores de fundos publicos (decr. 1026); prorroga o praso para os corretores de fundos publicos prestarem a exigida (decr. 1232 C); prorroga o praso para os corretores de fundos publicos prestarem a de que trata o decr. 1026 de 1890 (decr. 1322).

Fibras — Concede ao engenheiro Ricardo de Menezes favores para a montagem de estabelecimentos para o preparo dos productos das de ramie e outros vegetaes (decr. 886).

Fieis — Crea um logar do de armazem na Alfandega do Pará (decr. 192); crea na Contadoria Geral da Guerra mais um logar de do pagador (decr. 1200).

Filhos — Altera a disposição do art. 3º da lei de 6 de novembro de 1827, na parte relativa ao abono de meio soldo aos varões dos officiaes do exercito (decr. 1029).

Fios — Abre um credito especial de 720:000\$ para a triplificação do telegraphico, entre Belém e Jaguarão (decr. 556); concede a Benedicto Nichols para correr, de aramé na cidade do Rio de Janeiro, com o fim de transmittir noticias commerciaes (decr. 1292).

Firmas — Crea o registro de commerciaes (decr. 916).

Fiscal — Crea o logar de das massas fallidas (decr. 139); eleva ao dobro a porcentagem marcada ao das loterias e seu ajudante (decr. 361).

Fiscalização — Das concessões de direitos de importação ou consumo (decr. 947 A); crea uma inspectoría geral para a das linhas ferreas e fluviaes (decr. 1302); revoga o decr. 1302 de 1891 que creou uma inspectoría geral para a das linhas ferreas e fluviaes (decr. 1333) — Ver Commissões.

Fixação — Das gratificações a officiaes do fazenda (decr. 181 A); da despesa do Ministerio do Interior para o exercicio de 1890 (decr. 183); da despesa do Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, no exercicio de 1890 (decr. 435); do nu-

mero e vencimentos dos empregados da Secretaria de Polícia da Capital Federal, dos delegados, médicos e demais auxiliares (decr. 464); da despesa do Ministério da Justiça para o exercício de 1890 (decr. 515); da despesa da Intendencia Municipal para o exercício de 1890 (decr. 517); do momento em que começa a obrigatoriedade das leis e dos decretos federaes (decr. 572); do capital garantido da Companhia E. de F. Sorocabana (decr. 894); em 6.153:857\$750, do capital da Companhia E. de F. Mogyana para a construção do prolongamento até o Rio Grande do ramal de Poços de Caldas (decr. 885); da importancia das ajudas de custo dos officiaes do exercito não generaes (decr. 1282 A); dos vencimentos dos membros do Conselho Supremo Militar, quando não exercerem outro emprego (decr. 1319); da força naval para 1891 (decr. 1380); da despesa do Ministério da Instrução Publica, Correios e Telegraphos para o exercício de 1891 (decr. 1420 F)

— Ver Conselhos.

Foguistas — Manda executar o regulamento para os da armada, contractados (decr. 273).

Força — Fixa a naval para 1890 (decr. 74 B); altera a organização da policial da Capital Federal (decr. 155); eleva a 2001 praças a do regimento policial da Capital Federal (decr. 342); dá nova organização á dos guardas das alfandegas (decr. 391 B); determina que a policia dos armazens, coxias, pateos e dependencias da Alfandega do Rio de Janeiro seja feita pela dos guardas (decr. 680); fixa a naval para 1891 (decr. 1380).

Formulas — Estabelece regras sobre as forenses (decr. 25).

Fornecimentos — Ver Engenhos — Fardamento — Livros — Tabellas.

Fôro — Ver Férias — Trabalhos.

Fóros — Abolição de todos os de nobreza (decr. 277 F).

Frigoríficos — Ver Vapores.

Funcionamento — Autoriza o da "Equitable Life Insurance Co." (decr. 110); autoriza o da "Compagnie d'Eclairage (decr. 162); autoriza o do Banco das Classes Laboriosas (decr. 250 A).

— Ver Autorização — Companhias — Concessões.

Funções — Regula as do logar de engenheiro zelador dos proprios nacionaes (decr. 100 A); estabelece que ao primeiro official da Secretaria da Instrução Publica compete a de archivista (decr. 907); manda commetter as de auditores de guerra e marinha a autoridades independentes do Ministério da Justiça (decr. 1065).

Fundação — Resolve que as concessões para a de nucleos de imigrantes sejam feitas por autorização do Congresso (decr. 1187) — Ver Estabelecimentos.

Fundos — Eleva o numero dos correctores de publicos (decr. 487); extingue a taxa addicional de 5 % para o de emancpação (decr. 804); eleva a fiança dos corretores de publicos (decr. 882); altera o decr. 882 de 1890, na parte relativa ás fianças dos corretores de publicos (decr. 1026).

Fusão — Autoriza a do Banco dos Estados Unidos do Brasil com o Banco Nacional do Brasil, sob a denominação de Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil (decr. 1154).

G

Gaço — Ver Impostos.

Galés — Declara abolida a pena de perpetuas (decr. 774).

Garantia — Eleva a de juros concedida pelo decr. 10161 de 1889 a 750:000\$ (decr. 219); estabelece para os empréstimos a favor dos Estados da Republica (decr. 660 A) — **Ver Companhias** — **Emprezas** — **Engenhos** — **Estradas** — **Fabricas** — **Industrias** — **Obras** — **Ramaes** — **Systemas**.

Generaes — **Ver Denominação**.

Governadores — Fixa provisoriamente as attribuições dos estaduaes (decr. 7); firma a competencia dos de Estados quanto á nomeação, aposentadoria, demissão, suspensão e licença de algumas classes de funcionarios (decr. 12 A); extingue os logares de ajudantes de ordens dos de Estados (decr. 296).

Governo — Fixa o subsidio do chefe do provisorio (decr. 27 G); crea os logares de 1º e 2º vice-chefes do provisorio (decr. 113 B); arbitra ajuda de custo a cada um ministro do provisorio (decr. 133).

Gradação — De auditores de guerra (decr. 257); concede ao engenheiro naval mais antigo, que contar 20 annos de serviço, a do posto immediatamente superior (decr. 1090); revoga o decr. 1090 de 1890 que concede ao engenheiro naval mais antigo, contando 20 annos de serviço (decr. 1379).

Grão — **Ver Faculdades**.

Gratificações — Fixa as que devem perceber os officiaes de fazenda (decr. 181 A); regula as dos desembargadores, juizes de direito, juizes municipaes, juizes de orphãos ou substitutos (decr. 260); regula as que devem ser abonadas aos officiaes da armada, classes annexas e empregados civis do Ministerio da Marinha (decr. 890); marca as que devem perceber os pharmaceuticos do corpo de saude da armada (decr. 898); estabelece as que devem perceber os officiaes da armada e classes annexas (decr. 1310); marca a de 1:800\$ annuaes ao procurador da Republica (decr. 1420 B).

Guarda nacional — Torna extensivo á dos Estados da União limitrophes com os de outras nacionalidades as disposições do decr. 2029 de 1857 (decr. 279); crea o commando superior da na comarca de União (decr. 914); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Itaborahy (decr. 969); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Pacatuba (decr. 1020); crea o commando superior da na comarca de Milagres (decr. 1021); crea o commando superior da na comarca de Barbalha (decr. 1025); autoriza o governador do Rio Grande do Sul a crear commandos superiores e corpos da no territorio do mesmo Estado (decr. 1051); crea um batalhão de infantaria na da comarca de Aguiraz (decr. 1084); crea um batalhão de infantaria da na capital do Maranhão (decr. 1085); crea um batalhão de artilharia da na capital do Estado do Rio de Janeiro (decr. 1086); crea um batalhão de infantaria da na capital do Ceará (decr. 1088); dá nova organização á da Capital Federal (decr. 1121); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Parnahyba (decr. 1122); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Barras (decr. 1123); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Correntes (decr. 1124); crea um corpo de cavallaria da na comarca de Pão de Assucar (decr. 1157); crea dois batalhões de infantaria da na capital do Estado do Piauhy (decr. 1165); approva o plano de uniformes para a da Capital Federal (decr. 1167); crea o commando superior da na comarca de Tiradentes (decr. 1192); crea o commando superior da na comarca de Picos (decr. 1202); crea um corpo de cavallaria e uma secção de reserva da na comarca de

Iguassú (decr. 1203); crea o commando superior da na comarca de Araripe (decr. 1207); crea o commando superior da na comarca de Quixadá (decr. 1222); crea o commando superior da na comarca de Campo Grande (decr. 1223); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Maria Pereira (decr. 1224); crea o commando superior da na comarca de Santa Philomena (decr. 1228); crea o commando superior da na comarca de Gurgueia (decr. 1229); crea o commando superior da na comarca de Humildes (decr. 1230); crea um batalhão de infantaria da na capital do Estado do Pará (decr. 1231); eleva á categoria de batalhão a 5ª secção de batalhão de infantaria da nas comarcas de Maroim, Japoratuba e Capella (decr. 1236); crea o commando superior da na comarca de S. José d'Além Parahyba (decr. 1237); crea um batalhão de infantaria da na capital do Estado do Ceará (decr. 1254); crea o commando superior da na comarca de Maragogy (decr. 1260); eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão de infantaria da na comarca de Penedó (decr. 1261); crea uma secção de batalhão do serviço de reserva da na comarca de Cururipe (decr. 1262); crea um batalhão de reserva da na comarca de Penedó (decr. 1280); crea o commando superior da na comarca de Pinheiro (decr. 1281); eleva á categoria de batalhão a 5ª secção de batalhão da na comarca de Vigia (decr. 1282); crea o commando superior da na comarca de Cururupú (decr. 1298); crea um batalhão da na comarca de Guimarães (decr. 1299); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Cintra (decr. 1300); crea um batalhão de infantaria da nas comarcas de Santarém e Monte Alegre (decr. 1301); crea o commando superior da na comarca de Palmas (decr. 1352); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Granjá (decr. 1353); crea um batalhão de reserva e dois esquadrões de cavallaria da na comarca de Laranjeiras (decr. 1354); crea o commando superior da na comarca de Camamú (decr. 1356); crea o commando superior e um batalhão de infantaria da nas comarcas de Timbaúba e Itambé (decr. 1357); crea um corpo de cavallaria da na comarca de Pacatuba (decr. 1358); crea o commando superior da nas comarcas de Itabaiana e Umbuzeiro (decr. 1372); crea uma secção de batalhão de reserva da na comarca do Pilar (decr. 1373); eleva o numero de companhias do batalhão 104 da na comarca de Cannavieiras (decr. 1374); crea uma secção de batalhão do serviço activo da na comarca de Cannavieiras (decr. 1375); crea o commando superior da na comarca de Gravatá (decr. 1392); crea o commando superior da nas comarcas de Cachoeiro de Itapemirim, Rio Pardo e Itabapoana (decr. 1393); crea o commando superior da na comarca de Riachuelo (decr. 1394); crea o commando superior da na comarca de Villa Nova (decr. 1395); crea o commando superior da na comarca de S. Christovão (decr. 1396); crea o commando superior da na comarca de Simão Dias (decr. 1397); crea um esquadrão de cavallaria no commando superior da na comarca de Campo Maior (decr. 1398); crea o commando superior da nas comarcas de Conceição da Serra e Santa Cruz (decr. 1399); crea um corpo de cavallaria da na comarca de Bom Jardim (decr. 1400); crea o commando superior da na comarca de Gamelleira (decr. 1401); crea o commando superior da na comarca de Bezerros (decr. 1402); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Chique-Chique (decr. 1403); crea uma secção do batalhão da na comarca de Urubú (decr. 1404); crea o commando superior da na comarca de Barra de Sergipe do Conde (decr. 1405); crea um

batalhão de infantaria da na comarca da capital do Estado de Santa Catharina (decr. 1406); crea o commando superior da na comarca de Itajahy (decr. 1407); crea o commando superior da na comarca do Rio Purús (decr. 1408); crea um batalhão da na comarca do Crato (decr. 1409).

Guardas — Dá nova organização á força dos das alfandegas (decr. 391 B); declara o modo por que devem ser considerados os vencimentos dos de linha da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 644).

Guardiães — Ver Brigadas.

Guerra — Crea o logar de auditor de no Estado de Pernambuco (decr. 145); crea o logar de auditor de no Estado da Bahia (decr. 166); extingue a Repartição Fiscal do Ministerio da e crea uma repartição com o titulo de Contadoria Geral da (decr. 348); classifica os arsenaes de (decr. 534) — Ver Contadoria.

Guyana — Crea colonias brasileiras no territorio da Brasileira (decr. 163).

Gymnasio — Approva o regulamento para o Nacional (decr. 1075).

ME

Habitação — Approva os planos dos edificios que a Companhia Evoneas Fluminense tem de construir para a de operarios e classes pobres (decr. 639); concede á Companhia Nacional de Construcções diversos favores para os edificios que construir, destinados á de operarios e classes pobres (decr. 894); concede á Companhia Technico-Constructora diversos favores relativamente aos edificios que construir para a de operarios e classes pobres (decr. 895).

Heranças — Ver Curadores.

Herva-matte — Declara intransferiveis as concessões para a colheita de (decr. 376); declara a caducidade da concessão feita ao Dr. Ernesto de Castro Moreira para a colher no Estado de Matto Grosso (decr. 519); concede permissão a Thomaz Laranjeira para a exploração, em Matto Grosso, de (decr. 520); extingue todos os impostos geraes de exportação de (decr. 724); concede permissão a José de Azevedo Silva e outro para a exploração de no Paraná (decr. 769); concede permissão ao Dr. Francisco de Paula Castro para a explorar no Paraná (decr. 801); concede permissão a João Ignacio Pereira Lima para a explorar no Paraná (decr. 1072); concede permissão a Ernesto Canac e outros para a explorarem no Estado de Santa Catharina (decr. 1273).

Historia — Eleva á categoria de cadeira a aula de da Escola Naval (decr. 27 A).

Homenagem — Institue á memoria de Benjamin Constant (decr. 1320).

Honras — Declara subsistentes ás conferidas no regimen monarchico (decr. 459); institue á memoria de Benjamin Constant (decr. 1320).

Hospicio — O de D. Pedro II passa a ser denominado Nacional de Alienados (decr. 142 A); crea no Nacional de Alienados uma escola profissional de enfermeiros (decr. 791); crea no Nacional de Alienados um museu anatomo-pathologico (decr. 1180).

Hospitaes — Extingue o de Marinha da Bahia (decr. 74 D); desannexa do da Santa Casa o Hospicio D. Pedro II (decr. 142 A);

dá novo regulamento para o de Marinha do Rio de Janeiro (decr. 429); extingue os militares (decr. 526) — Ver Verbas.

Hoteis — Approva a postura do Conselho da Intendencia Municipal sobre (decr. 1003).

Hymno — Conserva o nacional e adopta o da proclamação da Republica (decr. 171).

Hypothecas — Ver Registro.

I

Igreja — Ver Desapropriações.

Igualdade — Ver Vencimentos.

Iluminação — Ver Inspectorias.

Immigrantes — Regulariza o serviço de introdução e localização de (decr. 528); resolve que as concessões para contractos de introdução de sejam feitas pelo Congresso (decr. 1187).

Imoveis — Estabelece a transmissão de pelo systema Torrens (decr. 451 B); promulga o regulamento que estabelece o registro e a transmissão de pelo systema Torrens (decr. 955 A).

Imperador — Ver Famílias.

Imperial — Supprime a denominação de em varios estabelecimentos (decr. 10).

Importação — Ver Direitos.

Impostos — Reforma o serviço de arrecadação do de gado (decr. 58 C); revoga a tabella A do de industrias e profissões (decr. 86); extingue todos os geraes de exportação de herva-matte (decr. 724); concede isenção dos de exportação sobre o café vendido nos leilões da companhia que fôr organizada por Antonio Carneiro Brandão (decr. 725); concede isenção do predial á Sociedade Cooperativa Militar do Brasil (decr. 839); isenta da taxa adicional do predial os estabelecimentos industriaes (decr. 878); manda substituir pela multa de 10 a 50 % sobre a importancia do de sello, a revalidação de que trata o decr. 8946 de 1883 (decr. 1115 A) — Ver Isenção.

Inauguração — Ver Prasos.

Incorporação — Ver Bancos — Companhias.

Indemnização — Manda rescindir, mediante uma justa, o contracto celebrado com a Companhia da E. de F. D. Pedro I (decr. 333); abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito extraordinario de £ 405.000 para á "D. Pedro I Railway Company" (decr. 452).

Industrias — Dispõe sobre as operações de credito movel em beneficio das auxiliares da lavoura (decr. 165 A); proroga o prazo concedido pelo decr. 10183 de 1889 para o estabelecimento da de seda (decr. 357); concede garantia de juros e mais favores ao Dr. Antonio Rocha Fernandes Leão e outro para a exploração da pastoril, nos Estados do Rio de Janeiro, norte de S. Paulo e sul de Minas (decr. 832); concede garantia de juros e mais favores a Domingos Theodoro da Silva Junior e outro para a exploração da pastoril, no Estado do Rio de Janeiro (decr. 963); concede ao bacharel Antonio Pereira de Queiroz diversos favores para desenvolver, em S. Paulo, a de seda, lã e linho (decr. 1118).

Industrias e profissões — Ver Impostos.

Infancia — Ver Assistencia.

Infantaria — Eleva o numero dos corpos de do exercito (decr.

56); extingue o curso de da Escola Militar do Ceará (decr. 274)

— Ver Guarda nacional.

Infracções — Regula o processo e julgamento das de posturas municipais na Capital Federal (decr. 458).

Infractores — Ver Sanção.

Inspecção — Approva o regulamento para a Geral de Obras Publicas (decr. 364).

Inspectores — Transfere aos das thesourarias de fazenda as attribuições que competiam aos presidentes das extinctas provincias (decr. 781); crea no Collegio Militar tres logares de dos alumnos (decr. 866); crea mais um logar de ajudante do geral de saude dos portos (decr. 1115) — Ver Ajudantes.

Inspectorias — Separa da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e transfere para a Geral de Hygiene com a denominação de Instituto Nacional de Hygiene, o Instituto de Hygiene (decr. 372 B); crea um logar de official na Geral de Instrucção Primaria e Secundaria (decr. 516); reorganiza e dá novo regulamento ás commerciaes (decr. 596); reorganiza a Geral das Terras e Colonização (decr. 603); extingue os logares de engenheiro sanitario, ajudante, auxiliar e desenhista da Geral de Hygiene (decr. 649); crea a dos Portos e Obras Publicas do Estado de Pernambuco (decr. 808); dá novo regulamento á Geral de Illuminação (decr. 967); crea uma para os serviços de melhoramentos de portos e canaes em cada districto maritimo (decr. 1109); crea uma para fiscalização das linhas ferreas e fluviaes (decr. 1302); revoga o decr. 1302 de 1891 que creou uma para a fiscalização das linhas ferreas e fluviaes (decr. 1333); abre um credito extraordinario de 505:000\$ para as despesas das de portos maritimos (decr. 1381); altera a tabella do pessoal da Geral de Illuminação (decr. 1385) — Ver Edificios.

Instituição — De uma ordem militar e civil denominada Ordem de Colombo (decr. 456); de premios para animar o aperfeiçoamento do assucar (decr. 819); de premios para exposições agricolas regionaes (decr. 837); de honras e homenagens á memoria do general de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães (decr. 1320) — Ver Ensino.

Institutos — Crea o Nacional de Musica (decr. 143); altera a denominação do dos Meninos Cegos (decr. 193); separa da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o de Hygiene (decr. 372 B); approva o regulamento para o Nacional dos Cegos (decr. 408); altera em alguns pontos o processo dos concursos para os logares de professores do Nacional de Instrucção Secundaria (decr. 486); crea a cadeira de violoncello e contra baixo no Nacional dos Cegos (decr. 708); dá novo regulamento ao Nacional de Musica (decr. 934); abre um credito extraordinario de 100:000\$ para as despesas com a desapropriação de predios contiguos ao Nacional de Musica (decr. 1102); crea no Nacional dos Cegos as cadeiras de geographia universal, chorographia do Brasil e a do curso primario (decr. 1294); manda suspender as disposições dos regulamentos dos officiaes de instrucção (decr. 1340); applica aos de ensino secundario dos Estados o disposto no art. 430 do decr. de 1891 (decr. 1389).

Instrucção — Ver Conselhos — Regulamentos — Secretarias.

Instrucções — Approva as a que so refere o decr. 142 A de 1890 (decr. 206 A); manda observar as para execução do decr.

181 de 1890 (decr. 233); manda observar as para o segundo recenseamento da população do Brasil (decr. 659); approva as regulando o abono de vencimentos militares (decr. 946 A); approva as para o serviço telephonico, a cargo da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 1043); approva as para execução do decr. 1351 de 1890 (decr. 1388).

Instrumentos — Ver Observatorio.

Intendencias — Crea o Conselho da Municipal (decr. 50 A); autoriza a Municipal da cidade de Araras a acceitar a doação do terreno em que se acha edificada a mesma cidade (decr. 358); eleva os vencimentos dos empregados da de Guerra (decr. 372); exime a Municipal da Capital Federal do pagamento de custas (decr. 416); approva a postura da Municipal sobre jogos e brinquedos que possam embaraçar as linhas telephonicas (decr. 441); orça a receita e fixa a despesa da Municipal para o exercicio de 1890 (decr. 517); approva a postura do Conselho da Municipal sobre a criação de suínos (decr. 787); extingue a de Marinha (decr. 946); confirma a concessão feita pela Municipal de Limeira a Antonio Maria da Silva Gordinho para estabelecer um centro telephonico (decr. 1249); confirma a concessão feita pela Municipal de Fortaleza a Arnulpho Pamplona para o estabelecimento de linhas telephonicas na mesma cidade (decr. 1290). — Ver Concessões.

Interpretação — Ver Regulamentos.

Intervenção — Prohibe a da autoridade federal e dos Estados em materia religiosa (decr. 119 A).

Introdução — Ver Concessões — Imigrantes.

Irmandade — Concede isenção do imposto predial aos predios pertencentes á da Santa Cruz dos Militares (decr. 421); permite que a da Santa Cruz dos Militares permute por predios as apolices que possui (decr. 1045 B).

Isenção — Concede do imposto predial aos predios da Irmandade da Santa Cruz dos Militares (decr. 421); concede de impostos de exportação sobre o café vendido nos leilões da companhia que Antonio Carneiro Brandão organizar (decr. 725); concede de impostos á Sociedade Cooperativa Militar do Brasil (decr. 839); de taxa addicional do imposto predial dos estabelecimentos industriaes (decr. 878); dos direitos de importação para as obras de arte de valor artistico (decr. 879); regula e fiscaliza as concessões de dos direitos de importação (decr. 947 A); concede a John Grandt & Comp., de direitos para a materia prima destinada ás fabricas de kerozene e outros productos chimicos, sitas em Marahu' (decr. 1176 B); de direitos de importação para diversos artigos procedentes dos Estados Unidos (decr. 1338).

J

Jardim Botanico — Reorganiza-o (decr. 518); altera a tabella de vencimentos e outras despesas do (decr. 1334).

Jazidas — Ver Tarifas.

Jubilação — Manda contar ao capitão de fragata Olympio José Chavantes o tempo de serviço militar para os effeitos de (decr. 252).

Juizes — Designa a ordem em que os substitutos deverão cooperar com os de direito e os substituir (decr. 26); designa a ordem da substituição reciproca dos de direito (decr. 27); crea mais um officio de escrivão do de ausentes, na Capital Federal

(decr. 138); crea duas varas privativas do de casamentos (decr. 211); designa a ordem dos privativos de casamentos (decr. 233 A); regula a gratificação dos de direito nomeados desembarcadores (decr. 260); restabelece o lugar de 3º substituto, na capital da Bahia (decr. 302); crea na capital de cada Estado uma vara privativa do de casamentos (decr. 320); altera a divisão dos districtos dos de casamentos (decr. 468); autoriza os tabelliães e escrivães a passar certidões, independentemente de despacho dos (decr. 470); autoriza os de direito privativos dos casamentos a dispensar os proclamas e mandar passar o certificado de habilitação (decr. 481); amplia a competencia civil dos de paz (decr. 546); crea na capital da Bahia mais uma vara privativa de dos casamentos (decr. 807); restabelece o lugar de substituto do da capital do Ceará (decr. 823); crea na capital de Pernambuco mais uma vara privativa do de direito dos casamentos (decr. 828); crea o lugar de de direito, no archipelago de Fernando de Noronha (decr. 854); provê sobre a nomeação dos de paz nos districtos que não os tiverem eleitos (decr. 861); estabelece regras sobre a aposentação dos (decr. 1018); amplia as attribuições dos substitutos dos seccionaes (decr. 1420 A) — Ver Logares.

Juizes — Crea o lugar de porteiro no dos casamentos, na Capital Federal (decr. 469).

Julgamento — Ver Infracções — Tribunal de Contas.

Juntas commerciaes — Determina que os seus presidentes sejam annualmente eleitos (decr. 298); reorganiza e dá novo regulamento ás (decr. 596); facilita a votação nas eleições aos eleitores commerciantes que residirem fóra da séde das (decr. 1005); dá providencias sobre a eleição dos membros da de S. Paulo (decr. 1054).

Juramento — Declara abolido o especial que é deferido em cada feito "á lide" aos curadores e outros (decr. 764).

Jurisdicção — Marca a dos juizes de direito de casamentos (decr. 468).

Juros — Ver Caixas — Garantia.

Jury — Declara extensiva a todas as multas impostas pelo presidente do a disposição do § 2º do art. 1º do decr. 416 de 1890 (decr. 595).

Justiça — Organiza a Federal (decr. 848); organiza a no Districto Federal (decr. 1030); faz extensivo o decr. 956 de 1890 aos magistrados que não forem aproveitados na organização da dos Estados (decr. 1420 C) — Ver Secretarias.

KK

Kaolim — Concede permissão ao bacharel Antonio Carmelino de Mesquita Barros e outro para o explorarem, em S. Paulo (decr. 748); concede permissão ao barão do Rio Pardo para o explorar, no Estado de S. Paulo (decr. 1206); concede permissão a Honorio Lima para o explorar, nos municipios de Angra dos Reis e Paraty (decrs. 1238 e 1239).

Kerozene — Ver Isenção.

LL

Lã — Ver Productos.

Laboratorio — Reorganiza o serviço do de physiologia experimental denominando-o de Biologia do Ministerio da Agricultura (decr. 1314).

Laboratorio Chimico-Pharmaceutico Militar — Amplia o quadro e marca os vencimentos do pessoal do (decr. 922).

Lagoa — Autoriza o contracto com o Dr. Carlos Gross e outros para as obras de melhoramentos da Rodrigo de Freitas (decr. 1079).

Lavoura — Dispõe sobre as operações de credito movel em beneficio da (decr. 165 A).

Lavras — Regula a transferencia de mineraes e veda a transferencia de explorações de (decr. 288); concede permissão a Tito Livio Martins para a de petroleo e outros mineraes, em Tatuhy (decr. 670).

Leis — Regula a execução da primeira parte do art. 114 da de n. 3348 de 1887 (decr. 65 A); manda vigorar, no exercicio de 1890, as de ns. 3396 e 3397 de 1888 (decr. 108); reforma a de n. 3150 de 1882 (decr. 164); substitue as de ns. 1237 e 3272 de 1885 (decr. 169 A); promulga a sobre o casamento civil (decr. 181); revoga as que exigem passaporte em tempo de paz (decr. 212); revoga todas as relativas aos contractos de locação de serviço agricola (decr. 213); manda observar as instruções para execução da sobre o casamento civil (decr. 233); revoga as que exigem a tentativa de conciliação como formalidade nas causas civis e commerciaes (decr. 359); fixa o momento em que começa a obrigatoriedade das da União (decr. 572); concede dispensa das de amortização ao Seminario Episcopal da Diocese do Rio Grande do Sul (decr. 723); manda vigorar, no exercicio de 1890, as de ns. 3396 e 3397 de 1888 (decr. 998 A); altera a disposição do art. 3º da de 6 de novembro de 1827 (decr. 1029).

Legislação — Altera a vigente, quanto á realização do capital das sociedades anonymas (decr. 850).

Lente — Ver Vencimentos.

Letras — Crea o lugar de official privativo dos protestos de, na Capital Federal (decr. 135); manda acceptar hypothecarias dos bancos de credito real nas fianças e cauções (decr. 399).

Liberdade — Consagra a plena de cultos (decr. 119 A).

Licenças — Firma a competencia da autoridade federal e dos governadores, quanto á de algumas classes de funcionarios (decr. 12 A); autoriza a concessão de a ministros do Supremo Tribunal Federal para tratamento de saude (decr. 250); autoriza a conceder ao desembargador Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque (decr. 512); autoriza a conceder ao ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Antonio de Souza Mendes (decr. 568); autoriza a conceder seis mezes de ao desembargador da Relação de S. Salvador, Antonio Agnello Ribeiro (decr. 627); autoriza a conceder seis mezes de ao desembargador da Relação de Belém, Joaquim de Paula Pessoa de Lacerda (decr. 628); autoriza a conceder seis mezes de ao desembargador da Relação de seis mezes de (decr. 690); autoriza a conceder ao ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Joaquim Tiburcio Ferreira Gomes (decr. 749); autoriza a conceder ao desembargador da Relação de Belém, José Antonio Rodrigues (decr. 775); autoriza a conceder ao desembargador da Relação de Fortaleza, Umbelino Moreira de Oliveira Lima (decr. 776); autoriza a conceder quatro mezes de ao desembargador da Relação de S. Salvador, Esteves Vaz Pereira (decr. 800); autoriza a conceder uma ao desembargador da Relação de Fortaleza, Antonio Firmo Figueira de Mello (decr. 814); autoriza a conceder ao juiz de direito do Ceará-mirim, José Ignacio Fernandes de Barros, um anno de (decr. 851);

autoriza a conceder ao bacharel José Ferreira Nobre Formiga, juiz de direito de Santa Christina do Pinhal, seis meses de (decr. 853); autoriza a conceder ao auditor de guerra, no Pará, Napoleão Simões de Oliveira (decr. 883); autoriza a conceder ao 1º official da Secretaria da Justiça, Alfredo Deocleciano da Silva Tavares (decr. 899); autoriza a conceder ao bacharel Zacharias do Rego Monteiro, juiz substituto da comarca de Barra do Pirahy (decr. 911); autoriza a conceder ao desembargador da Relação da Capital Federal, Justiniano Baptista Madureira (decr. 924); autoriza a conceder ao desembargador da Relação de Belém, Romualdo de Souza Paes de Andrade (decr. 957); autoriza a conceder ao continuo da Secretaria da Justiça, Constantino Gonçalves, seis meses de (decr. 971); concede ao Seminário Episcopal do Pará para adquirir a Fazenda de Engenhoca (decr. 1000); autoriza a conceder ao desembargador da Relação da Capital Federal, Antonio Carneiro de Campos (decr. 1087); autoriza a conceder ao bacharel Augusto do Couto Delgado, juiz de direito de Jahú, (decr. 1103); autoriza a conceder ao 2º official da Secretaria da Justiça, bacharel Antonio Manoel dos Reis (decr. 1117); autoriza a conceder ao bacharel Enéas Carrilho de Vasconcellos, juiz municipal e de orphãos em Pirahy (decr. 1128); autoriza a conceder ao desembargador da Relação de Porto Alegre, Antonio de Souza Martins (decr. 1150); autoriza a conceder ao bacharel Salustiano Gomes da Silveira, juiz de direito da comarca do Rio Maranhão (decr. 1201).

Limite — Estabelece o das attribuições dos chefes de Estados (decr. 12).

Limpeza — Approva o contracto para o serviço de da cidade (decr. 55).

Linhas — Transfere para a administração municipal os serviços das de carris urbanos (decr. 199); approva a postura da Intendencia Municipal sobre jogos e brinquedos que possam embaraçar as telephonicas (decr. 441); autoriza a mandar prolongar a telephonica de Belém a Manãos (decr. 461); abre um credito extraordinario de 10:000\$ para pagamento do custo da telephonica de Campinas a S. Paulo (decr. 607 A); concede autorização a Sydney Martin Simonsen para estabelecer uma telephonica entre a Capital Federal e S. Paulo (decr. 889); concede autorização a Joaquim Manoel Pimentel para o estabelecimento de telephonicas ligando Therezopolis, Nova Friburgo e Campos á Capital Federal (decr. 942 E); concede autorização a Antonio Maria da Silva Gordinho para construir telephonicas para quaesquer pontos do município de Limeira (decr. 1249); concede ao Banco Emissor do Norte autorização para construir e explorar telephonicas em Manãos (decr. 1250); confirma a concessão feita pela Intendencia Municipal de Fortaleza para o estabelecimento de telephonicas naquella cidade (decr. 1290); crea uma inspeccoria geral para fiscalização das ferreas e fluvias (decr. 1302) — Ver **Industrias** — **Inspectorias**.

Listas — Ver **Loterias**.

Litoral — Devida o da Republica em seis districtos maritimos (decr. 1109).

Livros — Approva os modelos dos de registro de hypothecas e da providencias para a regularidade de sua escripturação (decr. 544); determina que o fornecimento dos para o exercito seja feito por conta do Estado (decr. 640).

Lloyd — Ver **Companhias**.

Lloyd Brasileiro — Organiza-o (decr. 208); regula o serviço do (decr. 857).

Locação — Ver Contractos.

Localização — Ver Immigrantes.

Logares — Crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Carmo (decr. 35); crea o de juiz municipal e de orphãos em cada um dos termos do Carmo do Rio Claro e Campo Bello (decr. 39); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Cachoeiro de Santa Leopoldina (decr. 41); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Quixadá (decr. 53); crea o de juiz municipal e de orphãos em diversas comarcas do Estado de Minas Geraes (decr. 61); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Morrinhos (decr. 74); crea mais um de curador geral de heranças jacentes e bens de ausentes (decr. 87); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Espirito Santo do Pinhal (decr. 94); crea o de juiz municipal e de orphãos nos termos de Serra Negra e Dois Corregos (decr. 95); crea o de engenheiro zelador dos proprios nacionaes (decr. 100 A); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Riachuelo (decr. 102); crea o de juiz municipal e de orphãos em Santo Antonio de Padua (decr. 113); crea os de 1º e 2º vice-chefes do governo provisório (decr. 113 B); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Santo Antonio da Cachoeira (decr. 117); crea o de juiz municipal e de orphãos em Macahyba (decr. 121); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Francisco de Paula de Cima da Serra (decr. 123); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Monção (decr. 128); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Santa Isabel (decr. 129); crea o de juiz municipal e de orphãos em São José do Rio Pardo (decr. 131); crea o de official privativo dos protestos de letras, na Capital Federal (decr. 135); divide em dois o de escrivão da provedoria de capellas e residuos, na Capital Federal (decr. 136); divide em dois o de official de registro geral de hypothecas, na Capital Federal (decr. 137); crea o privativo de curador das massas fallidas (decr. 139); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Santo Antonio do Pinheiro (decr. 141); crea o de auditor de guerra no Estado de Pernambuco (decr. 145); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Triumpho (decr. 146); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Vargem Grande (decr. 151); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Francisco (decr. 152); crea o de juiz municipal e de orphãos em Labrea (decr. 153); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Santa Rita de Passa Quatro (decr. 154); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Livramento (decr. 156); divide em dois o de escrivão dos feitos da fazenda (decr. 157); crea o de auditor de guerra na capital do Estado da Bahia (decr. 166); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Simão (decr. 170); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Felix (decr. 176); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Espirito Santo dos Barretos (decr. 180); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Mirador (decr. 187); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Entre Rios (decr. 189); crea os de ajudante de guarda-mór e um fiel de armazem, na Alfandega do Pará (decr. 192); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo do Alto Parnahyba (decr. 200); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Rosario (decr. 202); crea o de juiz municipal e de

orphãos no termo de Ouro Fino (decr. 229); crea os de auditores de guerra (decr. 257); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Vicente (decr. 276); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Martinho (decr. 285); crea o de juiz municipal e de orphãos em Conceição (decr. 294); extingue os de ajudantes de ordens dos governadores dos Estados (decr. 296); crea os de encarregados do pessoal e material do exercito, onde não existem commandos de armas (decr. 296); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de União (decr. 301); restabelece o de 3º juiz substituto na capital da Bahia (decr. 302); crea mais um de promotor publico na comarca da capital do Pará (decr. 303); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Barra do Pirahy (decr. 314 A); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Serrinha (decr. 318); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Miguel de Guanhões (decr. 324); crea mais um de juiz de direito na capital do Estado do Pará (decr. 335); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Santa Thereza (decr. 341); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Manoel (decr. 344); crea mais um de amanuense na Secretaria da Policia do Amazonas (decr. 385); crea dois de avaliadores privativos da Fazenda Nacional (decr. 391); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Paulo de Olivença (decr. 392); crea o de juiz municipal e de orphãos nos termos de Vizeu, Sanzel, Abaeté, Mazagão e Mocajuba (decr. 400); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Marapinim (decr. 401); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Camocim (decr. 412); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Bom Conselho (decr. 414); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Andarahy (decr. 415); crea o de ajudante do inspector de saude do porto de Santos (decr. 423); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Tibagy (decr. 424); crea o de juiz municipal e de orphãos nos termos de Bocaina e Cruzeiro (decr. 450); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo do Rio Negro (decr. 455); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Palma (decr. 473); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Araripe (decr. 474); altera em alguns pontos o processo dos concursos para os de professores do Instituto Nacional de Instrução Secundaria (decr. 486); crea mais um de juiz de direito na comarca de Campos (decr. 490); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Boa Vista do Tremedal (decr. 507); crea mais um de official na Inspectoria Geral de Instrução (decr. 516); crea mais 10 de corretores de fundos publicos (decr. 522); extingue os de archivistas da Repartição Sanitaria do Exercito e dos hospitaes militares e os de ajudantes de porteiro dos hospitaes de 2ª classe (decr. 526); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Araranguá (decr. 535); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Bento (decr. 536); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Batalhão (decr. 537); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Soledade (decr. 538); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Itabaiana (decr. 539); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Santa Rita (decr. 540); crea o de preparador da 1ª cadeira do 1º anno do curso de sciencias physicas e naturaes da Escola Polytechnica (decr. 540); revalida a creação de dois de juiz municipal no Estado da Bahia (decr. 545); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Picos

(decr. 553); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Santa Branca (decr. 561); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Vianna (decr. 562); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Umbuzeiro (decr. 567); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Belmonte (decr. 577); crea o de 3º procurador dos feitos da fazenda (decr. 589); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Milagres (decr. 590); crea o de juiz do Paraíso (decr. 593); crea dois de peritos examinadores privativos da Fazenda Nacional (decr. 614); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Francisco de Assis (decr. 625); extingue os de engenheiro sanitario, ajudante, auxiliar e desenhista da Inspectoria Geral de Hygiene (decr. 649); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Miguel (decr. 656); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Arauá (decr. 677); revalida a criação do de juiz municipal e de orphãos no termo de Curralinho (decr. 697); crea o de quartel mestre em cada corpo do regimento policial da Capital Federal (decr. 756); restabelece o de juiz substituto na capital do Ceará (decr. 823); dá regulamento para o concurso de admissão aos de cirurgião e pharmaceutico de 3ª classe do corpo de saúde da armada (decr. 833); crea os de juiz de direito, promotor publico e escrivão no archipelago de Fernando de Noronha (decr. 854); crea no Collegio Militar tres de inspectores de alumnos (decr. 866); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Canhotinho (decr. 873); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de S. José dos Campos Novos do Paranapanema (decr. 884); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Burity dos Lopes (decr. 900); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Carmo de Franca (decr. 913); extingue o de porteiro do escriptorio do director da Fabrica de Polvora da Estrella e crea o de amanuense (decr. 933); crea na Escola de Minas de Ouro Preto o de bibliothecario (decr. 1094); crea o de carcereiro da cidade de Jahu' (decr. 1096); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Affuá (decr. 1106); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Itaituba (decr. 1107); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Barão (decr. 1108); crea mais um de ajudante de inspector geral de saúde dos portos (decr. 1115); crea o de archivista na Secretaria das Relações Exteriores (decr. 1120); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Santa Rita do Sapucahy (decr. 1136); crea na Contadoria Geral da Guerra mais um de fiel de pagador (decr. 1200); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Araguay (decr. 1213); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Abre Campo (decr. 1214); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Serra Negra (decr. 1242); restabelece nos corpos de cavallaria e de artilharia de campanha, da guarnição, na Capital Federal, o de picador (decr. 1243); crea mais um de amanuense na Secretaria da Policia do Rio Grande do Sul (decr. 1251); crea mais um de primeiro e um de terceiro official na Administração dos Correios da Bahia e dois de primeiro official na Administração de Pernambuco (decr. 1351 C).

London Assurance — Ver Agencias.

Lotação — Approva o regulamento para a das embarcações (decr. 216 D).

Loterias — Designa as que deverão ser extrahidas em 1890 (decr. 100 B); permittê a livre venda dos bilhetes das dos Estados (decr. 207); expede regulamento sobre as da Capital Federal

(decr. 277 B); eleva ao dobro a porcentagem marcada ao fiscal e ajudante das (decr. 361); altera o § 2º do art. 2º do decr. 277 B de 1890 (decr. 563 A); designa as que devem ser extrahidas em 1891 (decr. 1226); eleva o praso marcado para recolhimento dos premios, bilhetes, listas, notas e cadernos de da Capital Federal (decr. 1232 A).

M

Machinistas — Approva o regulamento para o das embarcações a vapor, mercantes (decr. 216 D); altera o quadro do corpo de da armada (decr. 336 A); dá novo regulamento ao corpo de da armada (decr. 855) — Ver **Corpos**.

Magistrados — Torna extensivo o decr. 956 de 1890 aos que não forem aproveitados na organização da justiça dos Estados (decr. 1420 C).

Manifestações — Estabelece as officiaes de sympathia e gratidão que devem ser prestadas á Republica Argentina (decr. 42 B).

Mappas — Determina que sejam remettidos trimensalmente á Directoria Geral de Estatistica os dos nascimentos, casamentos e obitos registrados (decr. 722).

Marcação — De praso para terem execução o codigo penal e o decr. 1030 de 1890 (decr. 1127); determina a de todos os cavallos, introduzidos na Republica, com um signal (decr. 1414).

Marinha — Ver **Arsenacs** — **Contadorias** — **Hospitacs** — **Montepio** — **Reunião** — **Secretarias**.

Marinheiros — Ver **Corpos**.

Marmore — Concede permissão a Honorio Lima para o explorar, nos municipios de Angra dos Reis e Paraty (decrs. 1238 e 1239) — Ver **Exploração**.

Marne — Concede permissão ao dr. Augusto Las Casas dos Santos para o explorar, em Alagoas (decr. 1046).

Massas — Crea o logar privativo de curador fiscal das fallidas (decr. 139).

Materia — Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados em religiosa (decr. 119 A); concede a John Grandt & Comp. isenção de direitos para a prima destinada ás suas fabricas em Marahú (decr. 1176 B).

Material — Crea o logar de encarregado de do exercito nos logares onde não existem commandos de armas (decr. 296); abre o credito de 200:000\$ para o de construcção naval (decr. 666); abre um credito extraordinario de 125:000\$ para as despesas com aquisição de para o porto de Natal (decr. 942 D); abre ao Ministerio da Marinha um credito extraordinario para renovar o fluctuante da armada (decr. 1364 — Ver **Creditos**).

Medalhas — Crea a de distincção para remunerar serviços prestados á humanidade (decr. 58).

Medição — Ver **Datas**.

Medidas — Adopta para impedir ou attenuar o desenvolvimento de quaesquer epidemias (decr. 68).

Meio — Declara o de supprir a certidão de idade para o casamento (decr. 773).

Melo soldo — Concede ás viúvas e orphãos dos officiaes do corpo da armada e classes annexas o de seus maridos e paes (decr. 475); estabelece que as mulheres casadas podem receber directamente as pensões de (decr. 498); altera a disposição do art. 3º da lei de 6 de novembro de 1827, na parte relativa ao abono de aos

filhos varões dos officiaes do exercito (decr. 1029) ; autoriza a concessão de ás familias dos officiaes reformados do exercito (decr. 1232 F).

Melhoramentos — Autoriza a execução das obras de da barra do porto do Rio Grande do Sul (decr. 160) ; ratifica o contracto para as da barra do Cotinguiba (decr. 626) — **Ver Comissões** — **Desapropriações** — **Obras.**

Membros — **Ver Vencimentos.**

Memoria — **Ver Honras.**

Menores — **Ver Fabricas.**

Mercadorias — Manda cobrar em ouro os direitos de importação das estrangeiras (decr. 804) — **Ver Taxas.**

Mercês — Declara subsistentes as honras, direitos e isenções annexos ás conferidas pelo regimen monarchico (decr. 459).

Mesas — Manda cobrar nas de rendas uma porcentagem dos direitos em ouro (decr. 391 C) ; manda executar em todas as de rendas a nova tarifa (decr. 836).

Mestrança — Augmenta os vencimentos da e dos operarios do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (decr. 74 C) ; elêva os vencimentos da do Arsenal de Guerra da Capital Federal (decr. 428).

Minas — **Ver Cobre** — **Estanho** — **Ferro** — **Ouro.**

Mineraes — Concede permissão ao engenheiro Nelson Vasconcellos de Almeida para os lavar, no Estado do Rio de Janeiro (decr. 27 D) ; concede permissão á baroneza de Villa Maria para os lavar, no Estado de Matto Grosso (decr. 44) ; transfere a Thomaz Keene & Mello a concessão feita á Companhia de Mineração de S. José d'El-Rei para os lavar (decr. 161) ; regula a transferencia de (decr. 288) ; prorroga a concessão feita a Manoel Antonio da Silva Reis para a exploração de, no Estado de Minas Geraes (decrs. 310, 311 e 312) ; concede permissão a Martiniano Fonseca Reis Brandão para os lavar, no Estado de Minas Geraes (decr. 323) ; prorroga o praso marcado a Charles H. Ward para exploração de, no Estado de Matto Grosso (decr. 334) ; concede permissão a Augusto de Almeida Torres para a exploração de, no Estado do Rio de Janeiro (decr. 339) ; concede permissão ao conego Francisco de Paula Victor para a exploração de, em Tres Pontas e Dôres da Esperança (decr. 347) ; declara caducas as concessões feitas a Justo Monteiro de Queiroz por decrs. 10050 e 10051 de 1888 para os explorar, no Estado de Minas Geraes (decr. 352) ; concede permissão a Justo Monteiro de Queiroz para a exploração de, no municipio de Campanha (decr. 353) ; concede permissão a Justo Monteiro de Queiroz para os explorar, no municipio de S. Gonçalo de Sapucahy (decr. 354) ; concede permissão aos Drs. João Caetano de Oliveira e Arthur Prado de Queiroz Telles para os explorar, no Estado de S. Paulo (decr. 362) ; concede permissão á Companhia Minas de Jacobina para os explorar, no Estado da Bahia (decr. 367) ; concede permissão ao barão da Villa do Conde para os explorar, no Estado da Bahia (decr. 389) ; concede permissão ao engenheiro Augusto Frederico de Lacerda para os explorar, no Estado da Bahia (decr. 417) ; declara caduca a concessão feita ao engenheiro João Antonio Luiz Coelho e outro para os explorarem, no Estado do Pará (decr. 418) ; declara caduca a concessão feita ao capitão-tenente João Cordeiro da Graça para os explorar, no Estado do Paraná (decr. 422) ; declara caduca a concessão feita a Nicholas Thomas Williams para os explorar, no Estado de S. Paulo (decr. 431) ; concede permissão a Agostinho José dos Santos e outro para os explorarem, no Estado

de Minas Geraes (decr. 554); concede permissão a Raphael Verlangnêre para os explorar, no Estado de Matto Grosso (decr. 581); concede permissão ao bacharel Agostinho Maximo Nogueira Penido para os explorar, no Estado de Minas Geraes (decr. 609); concede permissão a Luiz de Souza Ribeiro para os explorar, no Estado de Minas Geraes (decr. 629); concede a Francisco Raymundo Luiz dos Santos e outros permissão para os explorar, em S. João d'El-Rey (decr. 643); concede permissão a Tito Livio para a lavra de, em Tatuhy (decr. 670); concede permissão a Benjamin de Nofrio Matta para os explorar, no Paraná (decr. 675); concede permissão a Charles H. Ward para os lavar, em Poconé, Livramento e Cuyabá (decrs. 716, 717 e 719); concede permissão a Agostinho José dos Santos e Emilio Dinarde para os explorar, no Estado de Minas Geraes (decr. 729); transfere á Companhia Industrial do Brasil a concessão feita, por decr. 10312 de 1889, para os lavar, em S. Paulo (decr. 735); concede permissão ao engenheiro Pedro Berudes e Bernardes para os explorar, em Lavras (decr. 736); concede mais 99 datas mineraes a Alberto Biraben, em Matto Grosso (decr. 738); concede ao engenheiro Pedro Berudes e Bernardes para os explorar, em Caçapava (decr. 744); concede permissão a Linino Ribeiro Quinta para os explorar, em Goyaz (decr. 757); concede permissão a Alonso Pestana de Aguiar para os explorar, no Estado do Rio de Janeiro (decr. 798); concede permissão ao Dr. Tiberio Cesar de Lemos para os explorar, no Maranhão (decr. 812); concede ao engenheiro Ayres Pompeu Carvalho de Souza renovação da concessão para os lavar, em Matto Grosso (decr. 818); concede permissão a Antonio Alves de Oliveira Castro e outros para os explorarem, na Bahia (decr. 831); concede, a, Agostinho Pereira Liberato, renovação da concessão para os lavar, em Santa Catharina (decr. 858); concede permissão ao bacharel João Candido Murtinho para os lavar, em Matto Grosso (decr. 868); concede permissão a José Paulo Ribeiro de Almeida para os lavar, em Matto Grosso (decr. 903); proroga o praso marcado a Francisco de Assis Paula Assumpção para os explorar, em S. Paulo (decr. 910); proroga o praso marcado a Rodolpho Marques Perdigão para os explorar, no Pará (decr. 952); concede permissão a Francisco Couto da Silva para os explorar, em Matto Grosso (decr. 1038); concede permissão ao barão de Santo Antonio da Barra para os explorar, no Estado da Bahia (decr. 1095); concede permissão a Richard Creagh para os explorar, no Estado de S. Paulo (decr. 1142); concede permissão aos engenheiros Annibal Fernandes Pinheiro e Pantaleão José da Costa e Souza para os explorarem, no Espirito Santo (decr. 1143); concede permissão a Adam Benaion para os explorar, no Estado do Pará (decr. 1168); concede permissão ao bacharel João Roquete Carneiro de Mendonça para os explorar, nos municipios de Lima Duarte e Barbacena (decrs. 1169 e 1170); concede permissão a João Carlos da Costa Barradas para os explorar, no Estado de Goyaz (decr. 1174); concede permissão a Felipe Wanderley e outro para os explorarem, no Estado de Minas Gerães (decr. 1183); concede permissão a James Monroe Keittia para os explorar, no Estado de S. Paulo (decr. 1194); concede permissão ao barão de Monte Carmello para os explorar, no Estado do Paraná (decr. 1220); concede permissão ao bacharel José do Faria Alvim para os explorar, no Estado de Minas Geraes (decr. 1253); concede permissão a Antonio de Souza Ribeiro

para os explorar, no Estado de Minas Geraes (decr. 1265); declara a caducidade da concessão a Boris Frères para os explorar, no Estado do Ceará (decr. 1276); concede permissão a Valentim dos Reis Carneiro para os explorar, na Capital Federal (decr. 1277); concede permissão a João Vieira de Souza Neves para os explorar, nos municípios de Buquirá, Patrocínio de Santa Isabel e São José dos Campos (decrs. 1305, 1306 e 1307); concede permissão ao engenheiro José Alioni e outros para os explorarem, no Estado do Paraná (decr. 1318); concede permissão a Frederico Lopes Branco para os explorar, no Estado do Paraná (decr. 1318 A); concede permissão a Raphael Descio para os explorar, no Estado de S. Paulo (decr. 1318 B); renova a concessão feita ao bacharel Carlos Honorio Benedicto Ottoni para os explorar, no Estado de Minas Geraes (decr. 1318 C); concede permissão a João Francisco de Paula Castro para os explorar, no Estado de Minas Geraes (decr. 1418).

Minérios — Ver Cobre.

Ministerios — Fixa a despesa do do Interior no exercício de 1890 (decr. 183); passa para a Repartição Fiscal do da Guerra a attribuição da tomada de contas de responsaveis (decr. 277 A); extingue a Repartição Fiscal do da Guerra e crea, em substituição, uma repartição com o titulo de Contadoria Geral da Guerra (decr. 348); fixa a despesa do da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos no exercício de 1890 (decr. 435); regula as ajudas de custo e gratificações que devem ser abonadas aos empregados civis do da Marinha (decr. 890); adopta no da Marinha algumas disposições do da Guerra sobre vantagens pecuniarias aos officiaes (decr. 1181); fixa a despesa do da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos para o exercício de 1891 (decr. 1420 F) — Ver Creditos — Montepio — Officiaes — Secretarias.

Ministros — Fixa o subsidio dos de Estado (decr. 27 H); arbitra a cada um dos do governo provisorio a ajuda de custo de 3:000\$ (decr. 133); autoriza a concessão de licença a do Supremo Tribunal Federal (decr. 250); regula as gratificações dos desembargadores nomeados para do Supremo Tribunal de Justiça (decr. 260).

Missões — Ver Comissões.

Modelos — Substitue os dos diplomas e cartas conferidos por estabelecimentos de ensino (decr. 30); approva os dos livros de registro de hypothecas (decr. 544).

Modificação — Ver Clausulas — Contractos — Decretos — Estradas — Prazos — Regulamentos — Traçados.

Modo — Providencia sobre o de organização de um plano de viação federal (decr. 159); regula o pelo qual o Conselho da Intendencia Municipal se fará representar em julzo (decr. 198); determina o de se proceder á eliminação dos nomes dos estrangeiros alistados eleitores que não acceitaram a nacionalidade brasileira (decr. 277 E); declara o por que devem ser considerados os vencimentos dos guardas de linha, operarios e estafetas da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 644); declara o por que deve ser conferido o grão de bacharel nas faculdades de direito (decr. 668).

Moedas — Approva os desenhos e autoriza a cunhagem das de novo typo (decr. 54 B).

Momento — Ver Obrigatoriedade.

Montepio — Altera a disposição do decr. 1258 A de 1866, relativo ao da marinha (decr. 426); estabelece que as mulheres casadas podem receber directamente as pensões de (decr. 498);

crea o para as familias dos officiaes do exercito, similar ao da marinha (decr. 695); modifica a disposição do art. 19, n. 3, do decr. 695 de 1890, que estabelece o para as familias dos officiaes do exercito (decr. 901); crea o obrigatorio dos empregados do Ministerio da Fazenda (decr. 942 A); torna extensivo aos empregados do Ministerio da Justiça o creado pelo decr. 942 A de 1890 (decr. 956); faz extensivas aos empregados do Ministerio da Marinha as disposições do decr. 942 A de 1890 (decr. 984); torna extensivo aos empregados do Ministerio do Interior o creado pelo decr. 942 A de 1890 (decr. 1036); faz extensivo aos empregados do Ministerio da Agricultura o creado pelo decr. 942 A de 1890 (decr. 1045); torna extensivo aos empregados do Ministerio da Instrução Publica o creado pelo decr. 942 A de 1890 (decr. 1077); torna extensivo aos empregados do Ministerio das Relações Exteriores o creado pelo decr. 942 A de 1890 (decr. 1092); faz extensivo aos empregados civis do Ministerio da Guerra o creado pelo decr. 942 A de 1890 (decr. 1318 E); faz extensivas aos officiaes das classes annexas ao corpo da armada as disposições do decr. 644 de 1852 relativas ao da marinha (decr. 1347).

— Ver Estabelecimentos.

Morro — Ver Arrasamento.

Movimento — Ver Noticias.

Mulheres — Estabelece que as casadas podem receber por si as pensões de meio soldo ou montepio (decr. 498).

Multas — Providencia sobre a execução do decr. 68 na parte referente á cobrança executiva das (decr. 88); estabelece o processo executivo para a cobrança de (decr. 360); declara extensiva a todas as impostas pelo presidente do Jury a disposição do § 2º do art. 1º do decr. 416 de 1890 (decr. 595); autoriza a entrega á Associação Geral de Auxilios Mutuos da E. de F. Central do Brasil da importancia das impostas ao pessoal (decr. 707).

Munições — Ver Creditos — Verbas.

Museu — Reune a Bibliotheca da Marinha ao Naval (decr. 363); reorganiza o Nacional (decr. 379 A); substitue o capitulo III do regulamento do Nacional (decr. 810); abre um credito especial de 350:000\$ para a desapropriação dos predios contiguos ao Nacional (decr. 811); crea no Hospicio Nacional de Alienados um anatomo-pathologico (decr. 1180).

N

Nacionalidade — Determina o modo de se proceder á eliminação dos nomes dos estrangeiros alistados eleitores o não acceitam a brasileira (decr. 277 E).

Nascimentos — Ver Mappas.

Naturalizações — Regula a concessão de (decr. 13 A); providencia sobre a dos estrangeiros residentes na Republica (decr. 58 A); estabelece providencias afim de facilitar a execução do art. 1º do decr. relativo á dos estrangeiros residentes na Republica (decr. 396).

Navegação — Concede a Joaquim Barbosa dos Santos Werneck privilegio para o da a vapor do Rio Preto (decr. 741); declara caduca a concessão feita a João Corrêa de Moraes para a dos rios Araguaya, Tocantins e Vermelho (decr 1010).

Nickel — Ver Moedas.

Nitreiras — Concede permissão a Ernesto Cybrão para lavrar as existentes nas bacias dos rios S. Francisco, Jequitinhonha e das

Velhas, nos Estados de Minas Geraes e Bahia (decr. 1196); concede permissão a Ernesto Cybrão para lavrar as existentes na bacia e no valle dos rios de Contas e Sincorá (decr. 1412).

Nobreza — Ver **Titulos**.

Nomeação — Estabelece o limite das attribuições dos chefes dos Estados relativamente á de empregados (decr. 12); firma a competencia da autoridade federal e dos governadores dos Estados quanto á de algumas classes de funcionarios (decr. 12 A); deroga o art. 2º do decr. 12 de 1889 na parte referente á de empregados dos Correios (decr. 297); provê a de juizes de paz nos districtos que não os tiverem eleitos (decr. 861) — Ver **Disposições**.

Nomes — Ver **Estrangeiros**.

Normas — Estabelece as pelas quaes se devem reger os Estados Federaes (decr. 1).

Noticias — Todos os que derem falsas ficam sujeitos ao regimen do decr. 85 A de 1889 (decr. 295); concede autorização a Francisco Secco e outros para introduzirem e explorarem um apparelho electrico para as transmittir, do movimento da praça (decr. 1248); concede a Benedicto Nichols permissão para correr fios de arame na cidade do Rio de Janeiro, com o fim de transmittir commerciaes (decr. 1292).

Nucleos — Provê sobre a nomeação de juizes de paz nos coloniaes (decr. 861); resolve que as concessões para a fundação de sejam feitas por autorização do congresso (decr. 1187).

Numeração — Regula a dos decretos (decr. 11).

Numero — Eleva o dos corpos de artilharia, cavallaria e infantaria do exercito (decr. 56); regula o dos empregados das thesourarias de fazenda (decr. 240 A); eleva o de officiaes do corpo do estado maior de artilharia e o de capitães de engenheiros (decr. 247); altera o dos empregados da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. 248); eleva o dos empregados da Caixa de Amortização (decr. 249); augmenta o de cirurgiões do regimento policial da Capital Federal (decr. 388); altera o dos empregados das alfandegas (decr. 391 B); fixa o dos empregados na Secretaria de Policia da Capital Federal (decr. 464); eleva o de corretores de fundos publicos (decr. 487); regula o dos empregados de fazenda do Estado do Ceará (decr. 584); eleva a 140 o de adjuntas ás escolas primarias (decr. 709); augmenta o de artigos mencionados nas tabellas annexas ao decr. 640 de 1890 (decr. 990); altera o dos empregados da Caixa de Amortização e Casa da Moeda (decr. 995 A); eleva o de continuos da Secretaria da Guerra (decr. 1284); eleva o de companhias do batalhão 104 da guarda nacional da comarca de Cannavieiras (decr. 1374).

Obitos — Ver **Mappas**.

Obras — Determina que a direcção e a construcção das do prolongamento da E. de F. de Baturité fiquem a cargo da administração da mesma estrada (decr. 54 A); marca prazos para a conclusão das do engenho central de que é cessionario Joaquim Ignacio Pereira (decr. 98); determina que a direcção e construcção das do prolongamento da E. de F. do Sobral fiquem a cargo da administração da mesma estrada (decr. 142); autoriza as de melhoramentos da barra do porto do Rio Grande do Sul (decr. 160); autoriza á Companhia Agricola de Campos a levantar capital para execução das do engenho central em Ayrises (decr.

300); prorroga o praso para a conclusão das da E. de F. do Norte (decr. 314); approva o regulamento para a Inspeção Geral das Publicas (decr. 364); prorroga o praso concedido á "Pelotas and Colonies Railway Co." para o começo das (decr. 448); prorroga o praso concedido para o começo das da estrada de ferro que, partindo de Santa Luzia do Carangola, deve entroncar na da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 570); approva as plantas das do arrasamento do morro de Santo Antonio (decr. 615); prorroga o praso marcado para a conclusão das da E. de F. do Norte (decr. 706); determina que a direcção e construcção das do prolongamento da E. de F. do Sobral fiquem a cargo da administração da mesma estrada (decr. 742); declara organizada a commissão da da barra e do porto do Rio Grande do Sul (decr. 751); abre um credito extraordinario de 548:850\$ para occorrer ás despesas com a execução das da barra e porto do Rio Grande (decr. 779); approva os estudos para a construcção das do prolongamento de Ouro Preto a Marianna (decr. 797); prorroga o praso para a conclusão das de construcção dos prolongamentos da E. de F. Sorocabana (decr. 826); prorroga o praso para inauguração das da E. de F. de Pelotas ás colonias de S. Lourenço (decr. 863); isenta dos direitos de importação ou de consumo as de arte, de reconhecido valor artistico (decr. 879); modifica os prazos para a Companhia de Engenhos Centraes da Parahyba e Sergipe começar e concluir as de que é cessionaria (decr. 888); concede ao engenheiro Luiz Felipe Alves da Nobrega e outro, privilegio e garantia de juros para a construcção, uso e gozo das de melhoramento do porto de Jaraguá (decr. 904); concede autorização para as de melhoramentos do porto da capital do Maranhão (decr. 909); prorroga o praso para a Companhia Agricola de Campos concluir as do engenho em Ayrises (decr. 951); autoriza a Empresa das do Melhoramentos do Porto de Santos a prolongar o cões em construcção e prorroga o praso das suas concessões (decr. 966); transfere á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas a concessão relativa ás de melhoramentos do porto de Jaraguá (decr. 991); transfere á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas o privilegio para a construcção das do porto de Icapará e do canal de Varadouro (decr. 998); prorroga os prazos para a conclusão das do porto de Fortaleza (decr. 1001); concede á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas privilegio para a construcção, uso e gozo das de melhoramentos do porto da Laguna (decr. 1034); autoriza o contracto com o Dr. Carlos Gross e outro para as de melhoramentos da lagoa Rodrigo de Freitas (decr. 1079); abre um credito extraordinario de 100:000\$ para occorrer ás despesas com a desapropriação de predios contiguos ao edificio do Instituto Nacional de Musica e com as de melhoramentos de que carece esse instituto (decr. 1102); concede a Frederico Mercí e outro autorização para construírem de melhoramentos no porto de S. Salvador (decr. 1233); abre um credito extraordinario de 200:000\$ para as despesas com as de melhoramentos do porto da Parahyba (decr. 1303); prorroga o praso para inauguração das da E. de F. de Pelotas ás colonias de S. Lourenço (decr. 1312); approva o plano e orçamento das projectadas do engenho central de Muribeça (decr. 1351 A); approva o plano e orçamento das do engenho central de Ubatuba (decr. 1417) — Ver Directorias.

Obrigações — Ver Concessões — Inspectorias — Serviços.

Obrigatoriedade — Fixa o momento em que começa a das leis da União e dos decretos do governo federal (decr. 572).

Observatorio — Reorganiza o do Rio de Janeiro (decr. 451 A); abre um credito extraordinario de 350:000\$ para as despesas com a transferencia, edificação e aquisição de instrumentos para o do Rio de Janeiro (decr. 845); crea no do Rio de Janeiro uma escola de astronomia e de engenharia geographica (decr. 859).

Officiaes — Altera o quadro dos da armada (decr. 108 A); eleva o soldo dos do exercito (decr. 113 A); augmenta o soldo dos pertencentes aos corpos da armada, saude e fazenda (decr. 113 C); crea o logar de privativo dos protestos de lettras, na Capital Federal (decr. 135); divide em dois o logar de do registro geral de hypothecas, na Capital Federal (decr. 137); estabelece novo plano para os uniformes dos da armada e classes annexas (decr. 155 A); approva e manda adoptar o plano de uniformes para os do corpo de policia (decr. 175 A); fixa as gratificações que devem perceber os de fazenda nomeados para servirem nas escolas de aprendizes marinheiros, no deposito do trêm naval e nos corpos de marinha (decr. 181 A); estabelece regras para a reforma dos do exercito (decr. 193 A); crea o logar de do registro no juizo de casamentos (decr. 211); declara as salvas e distinctivos que competem aos da armada (decr. 216 E); eleva o numero dos do corpo do estado maior de artilharia (decr. 247); crea na capital de cada Estado um de registro de casamentos (decr. 320); menciona casos em que os do corpo da armada e classes annexas devem passar para a reserva (decr. 329); estabelece regras pelas quaes devem os dos corpos de saude, fazenda e machinistas da armada ser reformados (decr. 336); altera a denominação dos postos dos generaes do exercito (decr. 350); equipara o soldo dos do corpo de bombeiros ao que percebem os do exercito (decr. 379); altera a disposição do plano dos emblemas dos bonets dos das classes annexas da armada (decr. 472); firma o direito ao soldo da patente aos do exercito, da armada e classes annexas, em commissões empregos (decr. 474 B); concede ás viúvas e orphãos dos do corpo da armada e classes annexas o meio soldo (decr. 475); estabelece novo plano par os uniformes dos do exercito (decr. 694); crea na capital da Bahia o logar de do registro de casamento (decr. 807); crea um logar de do registro de casamento (decr. 828); regula as ajudas de custo e gratificações que devem ser abonadas aos da armada e classes annexas (decr. 890); modifica a disposição do art. 19, n. 3, do decr. 695 de 1890, que estabelece o montepio para as familias dos do exercito (decr. 901); estabelece que a primeiro, da Secretaria da Instrução Publica, compete a função de archivista (decr. 907); estabelece novo regulamento para o corpo de marinheiros (decr. 921); declara qual o vencimento que compete aos reformados e honorarios do exercito quando exercerem emprego não militar (decr. 932); autoriza os do exercito e da armada a exercerem cargos da directoria da Cooperativa Militar do Brasil (decr. 1036 C); adopta no Ministerio da Marinha algumas disposições do Ministerio da Guerra, afim de harmonizar as vantagens pecuniarias concedidas aos do exercito com os da armada e classes annexas (decr. 1181); autoriza a concessão de meio soldo ás familias dos reformados do exercito (decr. 1232 E); fixa a importancia das ajudas de custo para os do exercito, não generaes (decr. 1282 A); estabelece as gratificações que devem perceber os da armada e classes annexas (decr. 1310); faz extensivas aos das classes annexas ao corpo da armada as disposições do decr. 644 de 1852 (decr. 1346); regula o accesso aos postos de das dif-

ferentes armas e corpos do exercito (decr. 1351) — Ver **Corpos** — **Meio soldo**.

Officinas — Ver **Arsenacs** — **Pessoal** — **Quadros**.

Offícios — Crea mais um de escrivão do juizo de ausentes, na Capital Federal (decr. 138).

Oleos — Concede permissão ao Dr. Almir Parga Nina para explorar mineraes, no Estado do Maranhão (decr. 393); prorroga o prazo marcado a Raulino Julio Adolpho Horn para os explorar, em Santa Catharina (decr. 1114).

Operações — Dispõe sobre as de credito movel em beneficio da lavoura (decr. 165 A); manda observar o regulamento para execução do decr. 169 de 1890 sobre de credito móvel (decr. 370); concede autorização á "Commercial Union Assurance Company Limited", para as estender aos Estados de S. Paulo e do Rio Grande do Sul (decr. 542); concede autorização á Sociedade Seguro Mutuo Progreso para proseguir em suas (decr. 799).

Operarios — Augmenta os vencimentos dos do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (decr. 74 C); faz extensivo ás praças do corpo e companhias de militares dos arsenaes de guerra o decr. 43 de 1889 (decr. 120); eleva os vencimentos dos das officinas do Arsenal de Guerra da Capital Federal (decr. 428); manda applicar aos da Casa de Correção as disposições do art. 154 do decr. 5322 de 1874 (decr. 466); declara o modo por que devem ser considerados os vencimentos dos da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 644); concede ao Banco dos diversos favores relativamente aos edificios que construir para habitação de (decr. 843); concede á Companhia Nacional de Construcções diversos favores para os edificios que construir, destinados a (decr. 894); concede á Companhia Technico-Constructora diversos favores para os edificios que construir, destinados a (decr. 895).

Orçamentos — Approva o apresentado por Joaquim Ignacio Pereira, concessionario do engenho central do Ceará-mirim (decr. 447); da receita e da despesa da Intendencia Municipal para o exercicio de 1890 (decr. 517); approva o do prolongamento da E. de F. de Quarahim a Itaquy (decr. 960); approva o para construção do dique no porto de Santos (decr. 1155); manda vigorar no exercicio de 1891 o municipal approved para o exercicio de 1890 (decr. 1327 A); approva o das obras projectadas do engenho central de Muribeca (decr. 1351 A).

Ordem — Designa a em que os juizes substitutos deverão cooperar com os de direito e se substituir reciprocamente (decr. 26); designa a de substituição dos juizes de direito (decr. 27); designa a de substituição dos juizes privativos de casamentos (decr. 233 A); institue uma militar e civil com a denominação de Colombo (decr. 456); regula a concessão da militar de Aviz (decr. 671); declara de utilidade publica municipal a desapropriação de predios e terrenos sitos ao lado da igreja e convento da Carmelitana Fluminense (decr. 1126).

Ordenado — Marca o do promotor publico de Agua Preta (decr. 45); marca o do promotor publico de Gravatá (decr. 48); marca o do promotor publico de Granito (decr. 75) — Ver **Gratificações** — **Vencimentos**.

Ordens — Declara abolidas as honorificas, com excepção das de Aviz e do Cruzeiro (decr. 277 F).

Organização — Ver **Alfandegas** — **Arsenacs** — **Assistencia** — **Bancos** — **Batalhões** — **Companhías** — **Cooperativas** — **Decretos** — **Força** — **Guarda nacional** — **Inspectorias** — **Juizes** — **Justiça**

— Lloyd — Meio soldo — Orphãos — Planos — Secretarias — Sociedades.

Ouro — Concede permissão ao engenheiro Nelson Vasconcellos de Almeida para o lavrar, no Estado do Rio de Janeiro (decr. 27 D); concede permissão á baroneza de Villa Maria para o lavrar, no Estado de Matto Grosso (decr. 44); approva os desenhos e autoriza a cunhagem de moedas de (decr. 54 B); concede permissão para o lavrar a João Maria Moussier e outro, em S. Lourenço de Manhuassu' (decr. 259); concede permissão a Martiniano da Fonseca Reis Brandão para o lavrar, no Estado de Minas Geraes (decr. 323); proroga o praso marcado a Charles H. Ward para o explorar, no Estado de Minas Geraes (decr. 334); concede permissão ao conego Francisco de Paula Victor para explorar minas de (decr. 347); declara caducas as concessões feitas a Justo Monteiro de Queiroz, por decrs. 10050 e 10051 de 1888 para a exploração de, no Estado de Minas Geraes (decr. 352); concede permissão a Justo Monteiro de Queiroz para o explorar, no município de Campanha (decr. 353); concede permissão a Justo Monteiro de Queiroz para o explorar, no município de S. Gonçalo de Sapucahy (decr. 354); concede permissão á Companhia Minas de Jacobina para o explorar, no Estado da Bahia (decr. 367); manda cobrar nas alfandegas e mesas de rendas uma porcentagem dos direitos em moeda de (decr. 391 C); concede permissão ao engenheiro Augusto Frederico de Lacerda para o explorar, no Estado da Bahia (decr. 417); declara caduca a concessão feita ao engenheiro João Antonio Luiz Coelho e outro para o explorarem, no Estado do Pará (decr. 418); declara caduca a concessão feita a Nicholas Thomaz Williams para o explorar no Estado de S. Paulo (decr. 431); concede permissão a Agostinho José dos Santos e outro para o explorarem, no Estado de Minas Geraes (decr. 554); concede permissão ao bacharel Agostinho Maximo Nogueira Penido para a exploração de, no Estado de Minas Geraes (decr. 609); concede a Francisco Raymundo Luiz dos Santos e outro permissão para o explorarem, em S. João d'El-Rey (decr. 643); concede permissão a Benjamin de Nofrio Matta para explorar minas de (decr. 675); concede permissão a Charles H. Ward para o lavrar, em Poconé (decr. 716); concede permissão a Charles H. Ward para o lavrar, em Livramento e Cuyabá (decres. 717 e 719); concede permissão a Agostinho José dos Santos e outro para o explorarem, em Minas Geraes (decr. 729); concede permissão a Linino Ribeiro Quinta para o explorar em Goyaz (decr. 757); concede permissão a Mauricio José de Souza Dantas para o explorar, no município de Tucano (decr. 778); concede renovação da concessão ao engenheiro Ayres Pompeu Carvalho de Souza para o lavrar, em Matto Grosso (decr. 818); concede permissão a Antonio Alves de Oliveira Castro e outros para o explorarem, na Bahia (decr. 831); concede permissão ao bacharel João Candido Murtinho para o lavrar, em Matto Grosso (decr. 868); concede permissão a José Paulo Ribeiro de Almeida para o lavrar, em Matto Grosso (decr. 903); concede a Antonio de Souza Silva Brito e outros renovação da concessão feita para o lavrarem, em Minas Geraes (decr. 908); proroga o praso da concessão feita a Marcos Rosenwald para o lavrar, em Matto Grosso (decr. 1011); concede permissão ao barão de Santo Antonio da Barra para o explorar, no Estado da Bahia (decr. 1095); concede permissão a Richard Creagh para

o explorar, no Estado de S. Paulo (decr. 1142); concede permissão aos engenheiros Annibal Fernandes Pinheiro e Pantaleão José da Costa e Souza para o explorarem, no Espírito Santo (decr. 1143); concede permissão ao bacharel João Roquete Carneiro de Mendonça para o explorar, nos municípios de Lima Duarte e Barbacena (decrs. 1169 e 1170); concede permissão a João Carlos da Costa para o explorar, no Estado de Goyaz (decr. 1174); concede permissão a James Monroe Keitha para o explorar, no Estado de S. Paulo (decr. 1194); concede permissão ao barão de Monte Carmello para o explorar, no Estado do Paraná (decr. 1220); declara a caducidade da concessão feita a Boris Frères para o explorarem, no Estado do Ceará (decr. 1276); concede permissão a Valentim dos Reis Carneiro para o explorar, na Capital Federal (decr. 1277); concede permissão a João Vieira de Souza Neves para o explorar, no município do Buquira (decr. 1305); concede permissão ao engenheiro José Alioni para o explorar, no Estado do Paraná (decr. 1318); concede permissão a Raphael Descio para o explorar, no Estado de S. Paulo (decr. 1318 B); renova a concessão feita ao bacharel Carlos Honorio Benedicto Ottoni para o explorar, no Estado de Minas Geraes (decr. 1318 C); concede permissão a João Francisco de Paula Castro para o explorar, no Estado de Minas Geraes (decr. 1418) — Vêr Direitos.

P

Padroado — Extingue o (decr. 119 A).

Pagadoria — Extingue a das Tropas (decr. 348).

Pagador-fiel — Vêr Contadores.

Pagamento — Vêr Despezas — Vencimentos.

Papel — Estende ao Banco do Brasil o resgate do moeda (decr. 255).

Paquetes — Vêr Vapores.

Passaporte — Revoga as leis que o exigem em tempo de paz (decr. 212).

Patente — Firma o direito ao soldo da aos officiaes do exercito, da armada e das classes annexas em commissões ou empregos (decr. 474 B).

Pateo — Vêr Policia.

Pedagogium — Dá novo regulamento ao da Capital Federal (decr. 980) — Vêr Edificios — Estabelecimentos.

Peixe — Concede praso a Antonio Candido de Siqueira para os trabalhos de pesca, salga e sécca de (decr. 1311).

Penas — Declara abolida a de galés perpetuas (decr. 774) — Vêr Isenção.

Pensões — Assegura a continuação de diversas mantidas pelo ex-imperador (decr. 5); confirma as concedidas no dominio do antigo regimen (decr. 27 E); estabelece que as mulheres casadas podem receber directamente as de meio soldo ou montepio (decr. 498).

Peritos — Crea dois logares de privativos da Fazenda Nacional (decr. 614).

Permissão — Vêr Apolices — Bancos — Bilhetes — Carvão — Centros — Companhias — Crystal — Decretos — Empresas — Esmeril — Estradas — Fabricas — Herva-matte — Kaolim

— Marmore — Minas — Mineraes — Minerios — Nitreiras — Petroleo — Oleos — Ouro — Ruas — Sal — Salinas — Sociedades — Systemas — Turfa — Veeiros.

Permuta — Ver Irmandade — Repartições,

Pesca — Ver Peixe.

Pessoal — Estabelece o que deve ter a Contadoria de Marinha (decr. 292); crea os logares de encarregados do pertencente ao exercito, onde não existem commandos de armas (decr. 296); dá nova organização ao das embarcações do Arsenal de Guerra da Capital Federal (decr. 433); marca os vencimentos do dos arsenaes de guerra (decr. 534); eleva os vencimentos do da administração e das officinas da Fabrica de Polvora da Estrella (decr. 793); amplia o quadro do pertencente ao Laboratorio Chimico-Pharmaceutico Militar (decr. 922); approva a tabella de vencimentos para o technico das estradas de ferro geraes do Estado (decr. 943); altera a tabella do da Inspectoria Geral de Illuminação (decr. 1385); altera o quadro do pertencente ao corpo de saude da armada (decr. 1420 F) — Ver Despezas — Material — Quadros.

Petroleo — Concede permissão a Tito Livio Martins para o lavar, em Tatuhy (decr. 670); proroga o praso marcado a Raulino Julio Adolpho Horn para o explorar, em Santa Catharina (decr. 1114).

Pharmaceuticos — Marca os vencimentos dos do regimento policial da Capital Federal (decr. 388); dá regulamento para o concurso de admissão aos logares de do corpo de saude da armada (decr. 833); marca as gratificações que devem perceber os do corpo de saude da armada (decr. 898).

Planos — Approva o de uniformes do exercito (decr. 21); estabelece novo para os uniformes dos officiaes da armada e classes annexas (decr. 155 A); providencia sobre o modo de organização de um de viação federal (decr. 159); approva e manda adoptar o de uniformes para officiaes e praças do corpo de policia (decr. 175 A); estabelece novo para os uniformes das praças do batalhão naval (decr. 193 B); manda observar o de uniformes dos empregados da Secretaria e da Contadoria da Marinha (decr. 381); altera o dos uniformes do corpo da armada e classes annexas (decr. 425); estabelece novo de uniformes para o corpo de marinheiros nacionaes (decr. 442); altera a disposição do de que trata o decr. 425 de 1890 (decr. 472); approva os dos edificios que a Companhia Evoneas Fluminense tem de construir (decr. 639); estabelece novo para os uniformes dos officiaes e praças do exercito e dos alumnos das escolas militares (decr. 694); manda observar o de uniformes dos alumnos da Escola Naval (decr. 1035); torna dependente de apresentação dos definitivos a direcção da avenida em substituição da rua Senhor dos Passos (decr. 1066); approva os para a construcção do dique, de que trata o decr. 10277 de 1889, no porto de Santos (decr. 1155); approva o de uniformes feito para a guarda nacional da Capital Federal (decr. 1167); approva o das obras projectadas do Engenho Central de Muribeca (decr. 1351 A); approva o das obras do engenho central de Ubatuba (decr. 1417).

Plantas — Altera a approvada pelo decr. 10186 de 1889 (decr. 246); approva a para a desapropriação de terrenos á rua Dr. Dias Ferreira para o serviço de esgoto do Jardim Botânico (decr. 1363); approva a para a desapropriação do terreno para a

estação de bombeiros da rua Oito de Dezembro (decr. 1423) — Ver **Engenhos** — **Obras**.

Polícia — Dá providencias relativas ao serviço de sanitaria (decr. 68); eleva a Secretaria de do Estado de S. Paulo á categoria igual ás da Bahia e Pernambuco (decr. 325); crea mais um lugar de amanuense na Secretaria de do Amazonas (decr. 358); dá novo regulamento para a Secretaria de da Capital Federal (decr. 463); fixa o numero e vencimentos dos empregados da Secretaria de da Capital Federal (decr. 464); determina que a dos armazens, pateos e dependencias da Alfandega do Rio de Janeiro seja feita pela força dos guardas (decr. 680) — Ver **Secretarias**.

População — Manda observar as instrucções para o segundo recenseamento da do Brasil (decr. 659).

Porcentagem — Eleva ao dobro a marcada ao fiscal das loterias e seu ajudante (decr. 361); manda cobrar nas alfandegas e mesas de rendas uma de direitos em ouro (decr. 391 C).

Porteiro — Eleva os vencimentos do ajudante do da Repartição do Quartel Mestre General (decr. 374); crea o lugar de no juizo de casamentos, na Capital Federal (decr. 469); eleva os vencimentos do da Directoria Geral de Obras Militares (decr. 620); extingue o lugar de do escriptorio do director da Fabrica de Polvora da Estrella (decr. 933).

Portos — Sobre a praticagem dos (decr. 79); autoriza a execução das obras de melhoramentos da barra do da cidade do Rio Grande (decr. 160); crea o lugar de ajudante do inspector de saude do de Santos (decr. 423); concede a Trajano Viriato de Medeiros e outro autorização para construírem um artificial na enseada de S. Domingos das Torres (decr. 597 A); declara organizada a comissão das obras da barra e do da cidade do Rio Grande (decr. 751); abre um credito extraordinario de 548:850\$ para occorrer ás despesas com a execução das obras do da cidade do Rio Grande (decr. 779); crea a comissão de melhoramentos dos situados nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul (decr. 925); abre um credito de 94:400\$ para as despesas com o pessoal e material da comissão de no Paraná e Santa Catharina (decr. 942 C); abre o credito extraordinario de 125:000\$ para as despesas com aquisição de material para o de Natal (decr. 942 D); prorroga os prazos para a conclusão das obras do de Fortaleza (decr. 1001) — Ver **Construcções** — **Inspectorias**.

Possuidores — Ver **Apolices**.

Postos — Altera a denominação dos de officiaes generaes do exercito (decr. 350); concede ao engenheiro naval mias antigo, que contar 20 annos de serviço, a graduação do immediatamente superior (decr. 1090); regula o accesso aos de officiaes das diferentes armas e corpos do exercito (decr. 1351).

Postura — Approva a da Intendencia Municipal sobre jogos e brinquedos que possam embarçar as linhas telephonicas (decr. 441); approva o do Conselho da Intendencia Municipal sobre a criação de suinos (decr. 787); approva o do Conselho da Intendencia Municipal sobre hotéis e estabelecimentos congeneres (decr. 1003).

Praças — Eleva o soldo das de pret do exercito (decr. 43); faz extensivo ás do corpo e companhias de operarios militares dos arsenaes de guerra o decr. 43 de 1890 (decr. 120); approva e manda adoptar o plano de uniformes para as de pret do corpo de policia (decr. 175 A); estabelece novo plano de uniformes para os do batalhão naval (decr. 193 B); regula o

fornecimento ás de pret (decr. 209); eleva a 2001 a força do regimento policial da Capital Federal (decr. 342); eleva o soldo das do corpo de bombeiros (decr. 379); estabelece novo plano para os uniformes das do exercito (decr. 694); suspende temporariamente as baixas das do corpo de marinheiros nacionais (decr. 1365).

Prasos — Proroga o concedido ao engenheiro Nicolau Vergueiro Le Cocq para a apresentação dos estudos definitivos da E. de F. de Caxias a S. José das Cajazeiras (decr. 70); marca o para apresentação de documentos exigidos pelo art. 20. § 1º, do regulamento de 1889 ao cidadão Joaquim Ignacio Pereira (decr. 98); fixa em tres mezes o concedido aos bancos de emissão para fazerem uso della (decr. 99 A); proroga o concedido á "Pelotas and Colonies Railway Co. Limited" para apresentação dos respectivos estudos (decr. 101); marca para assignatura do contracto para a organização da companhia de que é cessionario Joaquim Xavier Carneiro de Lacerda (decr. 214); marca o da garantia de juros concedida pelo decr. 10161 de 1889 (decr. 219); proroga o estabelecido para a apresentação dos estudos do trecho da E. de F. da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 220); marca para o Engenho Central de Magé (decr. 222); proroga o concedido á Companhia E. de F. Sorocabana para apresentação de estudos do trecho de Santa Cruz do Rio Pardo ás margens do Paranapanema (decr. 256); proroga o marcado á Associação Brasileira de Mineração para medir e demarcar datas mineraes no Estado de Minas Geraes (decr. 269); proroga o marcado á "Société Anonyme de Chemin de Fer de Benevente-Minas" para apresentação de estudos definitivos da estrada de ferro (decr. 270); amplia o da concessão, para o estabelecimento de um engenho central, á Companhia Agricola de Campos (decr. 299); proroga o concedido ao engenheiro Nicolau Vergueiro Le Cocq para incorporação e apresentação dos estudos definitivos da E. de F. de Caxias a S. José das Cajazeiras (decr. 313); proroga o marcado para a conclusão das obras da E. de F. do Norte (decr. 314); proroga o para incorporação da companhia que deve construir a E. de F. de Taubaté a Ubatuba (decr. 332); proroga o marcado a Charles H. Ward para explorar ouro e outros mineraes no Estado de Matto Grosso (decr. 334); proroga o marcado para a apresentação dos estudos definitivos da E. de F. do Ceará-mirim (decr. 356); proroga o concedido pelo decr. 10183 de 1889 para o estabelecimento da industria de seda (decr. 357); proroga o estipulado para a incorporação da companhia que deve construir o trecho da E. de F. da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 368); declara que o para o começo dos trabalhos do ramal da companhia da E. de F. Minas e Rio deve ser contado de 11 de dezembro de 1889 (decr. 377); proroga o concedido para organização da Companhia de Engenhos Centraes nos Estados da Parahyba do Norte e Sergipe (decr. 438); proroga o concedido á "Pelotas and Colonies Railway Co., limited" para o começo das obras da respectiva estrada (decr. 448); proroga os concedidos pelo decr. 219 de 1890 (decr. 457); proroga os estipulados no decr. 258 de 1890 (decr. 460); proroga o concedido pelo decr. 58 A. de 1889 (decr. 479); proroga o concedido para o começo das obras da estrada de ferro que, partindo de Santa Luzia do Carangola, vá se entroncar na da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 570); proroga o para incorporação da Companhia Engenho Central de Magé (decr. 630); proroga os esti-

pulados no contracto a que se refere o decr. 10433 de 1889 (decr. 642); proroga o marcado para a conclusão das obras do ramal da E. de F. do Norte (decr. 706); proroga o para incorporação da Companhia Engenho Central de Magé (decr. 762); proroga os estipulados nos deers. 219 e 417 de 1890 (decr. 803); proroga o para conclusão das obras de construção dos prolongamentos da E. de F. Sorocabana (decr. 826); proroga o para a inauguração das obras da E. de F. de Pelotas ás colonias de S. Lourenço (decr. 863); proroga o para apresentação dos estudos definitivos da E. de F. do Rio Bonito a Cabo Frio (decr. 877); modifica os para a Companhia de Engenhos Centraes da Parahyba e Sergipe começar e concluir as obras de que é concessionaria (decr. 888); proroga o mercado a Francisco de Assis Assumpção para explorar carvão de pedra e outros mineraes em S. Paulo (decr. 910); proroga os constantes do decr. 637 de 1890 (decr. 931); proroga e para a Companhia Agricola de Campos concluir as obras do engenho em Ayrises e transformação da usina Barcellos (decr. 951); proroga o marcado a Rodolpho Marques Perdigão para explorar mineraes no Pará (decr. 952); proroga o das concessões constantes dos deers. 9979 de 1888 e 10277 de 1889 (decr. 966); proroga o para apresentação das plantas do Engenho Central de Paraty (decr. 979); proroga os para a conclusão das obras do porto de Fortaleza (decr. 1001); proroga o da concessão feita a Marcos Rosenwald para lavar ouro em Matto Grosso (decr. 1011); proroga o marcado no decr. 823 A de 1890 (decr. 1045 A); declara o em que a Companhia E. de F. de Itararé a Santa Maria da Bocca do Monte deve effectuar o deposito de 10.000.000 de francos (decr. 1061); proroga o para começo dos estudos definitivos do canal de Laguna a Porto Alegre (decr. 1062); proroga os estipulados pelos deers. 219, 457 e 803 de 1890 (decr. 1076); proroga o marcado no § 2º da clausula 3ª do decr. 623 de 1890 (decr. 1099); proroga o marcado a Raulino Julio Adolpho Horn para explorar petroleo e outros oleos mineraes em Santa Catharina (decr. 1114); proroga o marcado para serem apresentadas á conversão as apolices á que têm direito os accionistas da Companhia E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 1115 C); marca o para terem execução o codigo penal e o decr. 1030 de 1890 (decr. 1127); proroga o marcado no art. 4º, § 1º, do decr. 947 A de 1890 (decr. 1148); proroga o marcado no § 2º da clausula 3ª do decr. 646 de 1890 (decr. 1151); proroga o marcado no § 2º da clausula 3ª do decr. 645 de 1890 (decr. 1153); proroga o marcado no § 2º da clausula 3ª do decr. 655 de 1890 (decr. 1171); eleva o marcado para recolhimento de premios e bilhetes de loterias não reclamados (decr. 1232 A); proroga o para os corretores prestarem fiança (decr. 1232 C); concede á baroneza de Villa Maria prorogação do marcado no decr. 8780 de 1882 (decr. 1252); proroga o marcado no art. 62 do decr. 612 de 1890 para a organização do Banco Hypothecario e apresentação dos respectivos estatutos (decr. 1295); concede a Antonio Candido de Siqueira para encetar os trabalhos de pesca, salga e sécca de peixe (decr. 1311); proroga o concedido para inauguração das obras da E. de F. de Pelotas ás colonias de S. Lourenço (decr. 1312); proroga o para a organização da companhia que tem de abrir uma avenida em substituição á rua Senhor dos Passos (decr. 1315); proroga o para os corretores prestarem a fiança exigida pelo decr. 1026 de 1890 (decr. 1322); proroga os constantes

do decr 610 de 1890 (decr. 1329); prorroga os constantes do decr. 704 de 1890 (decr. 1339).

Prata — Ver Exploração.

Praticagem — Providencia sobre a dos portos, costas e rios navegaveis dos Estados Unidos do Brasil (decr. 79) — Ver Associações.

Praticantes — Iguala os vencimentos dos da Contadoria de Marinha aos do Thesouro Nacional (decr. 682).

Predios — Ver Desapropriações — Escolas — Irmandade — Utilidade.

Premios — Institue para o aperfeiçoamento do fabrico do assucar (decr. 819); eleva o praso marcado para o recolhimento dos de loterias não reclamados (decr. 1232 A).

Preparador — Ver Logares.

Prescrição — Releva a das dividas de que são credores o bacharel Trajano Viriato de Medeiros e os herdeiros do 1º tenente Joaquim da Silva Gusmão (decr. 613); releva a da divida de que é credor o desembargador Bento Luiz de Oliveira Lisboa (decr. 766); estabelece a das penas (decr. 774); do recolhimento do emprestimo de 1889 (decr. 823 B); releva a da divida de que é credor o juiz de direito, bacharel Joaquim Jonas Bezerra Montenegro (decr. 834); releva a da divida de que é credor o juiz de direito, bacharel Paulino Rodrigues Fernandes Chaves (decr. 1176 A); releva a da divida de que é credor o juiz de direito, bacharel Joaquim Jacintho de Mendonça (decr. 1204); releva a da divida de que é credor Icleberico Narbal Pamplona, de vencimentos não recebidos (decr. 1217); releva a da divida de que é credor o desembargador Justiniano Baptista Madureira, de vencimentos (decr. 1218).

Presidentes — Determina que os das juntas commerciaes sejam annualmente eleitos (decr. 298); declara extensiva a todas as multas impostas pelo do Jury a disposição do § 2º do art. 1º do decr. 416 de 1890 (decr. 595).

Presidio — Ver Tabellas.

Presos pobres — Ver Custas.

Prestações — Adeanta ao Sr. D. Pedro do Alcantara, em dinheiro, por conta de suas propriedades (decr. 245 A).

Prisão — Manda computar a preventiva na execução (decr. 774).

Privilegios — Autoriza a Companhia de S. Christovão a transferir os de que é concessionaria (decr. 22); concede ao tenente-coronel Joaquim Verissimo do Rego Barros para a construcção de uma estrada de ferro do porto de Tamandaré á estação, no prolongamento da E. de F. do Recife ao S. Francisco (decr. 193 D); concede para a construcção de um ramal da E. de F. Central da Bahia (decr. 289); concede para construcção do prolongamento da E. de F. Quarahim a Itaquí (decr. 380); concede á empresa da E. de F. do Ribeirão ao Bonito (decr. 471); concede para construcção, uso e goso do prolongamento da E. de F. e Minas de S. Jeronymo (decr. 600); concede ao engenheiro Eduardo José de Moraes para a construcção, uso e goso de uma vida de navegação de Icapará a Paranaguá (decr. 684); concede a Joaquim Barbosa dos Santos Werneck para o serviço de navegação a vapor no Rio Preto (decr. 741); concede á Companhia E. de F. Muzambinho para a construcção do prolongamento da E. de F. Minas e Rio até o Rio Verde e do ramal da Campanha (decr. 846); concede para o estabelecimento de um systema de viação geral (decr.

862); concede para construção de uma estrada de ferro entre o Estreito, em Santa Catharina, e o valle do rio Iguassú (decr. 896); concede ao engenheiro Luiz Felipe Alves da Nobrega para a construção, uso e gozo das obras de melhoramentos do porto de Jaraguá (decr. 904); concede para a construção do prolongamento da E. de F. do Paraná, do porto Amazonas a Ponta Grossa (decr. 907); concede ao engenheiro Aarão Reis para a construção de uma estrada de ferro ligando a navegação do rio Itapicurú á dos rios Tocantins e Araguaya (decr. 909); concede á Companhia Geral de Estradas de Ferro para a construção do prolongamento da E. de F. Leopoldina, de Itabira a Jatobá (decr. 970); transfere á Companhia Industrial de Construções Hydraulicas para a construção das obras do porto de Icapará e do canal do Varadouro (decr. 998); concede ao Dr. Raphael de Paula Souza para montar e explorar um estabelecimento hydrotherapico em S. Paulo (decr. 1027); concede á Companhia Industrial de Construções Hydraulicas para a construção, uso e gozo das obras de melhoramentos do porto de Laguna (decr. 1034); concede ao Banco do Povo para a construção, uso e gozo de uma cidade de banhos na praia de Guaratiba (decr. 1058); concede para a construção de uma estrada de ferro entre Caruarú e Crato (decr. 1060); transfere á Companhia Industrial de Construções Hydraulicas para a construção, uso e gozo do canal da Laguna a Porto Alegre (decr. 1078); concede a Augusto José Ferreira para construção de uma estrada de ferro que ligue Araxá á linha de Itabira e Jatobá (decr. 1082); concede a Joaquim José Barrão e outro para construção de uma estrada de ferro entre Petrolina e o litoral do Piahy (decr. 1083).

Processo — Dá providencias concernentes ao do alistamento eleitoral (decr. 277 E); estabelece o executivo para a cobrança das multas e dos alcances dos empregados publicos (decr. 360); regula o das infracções de posturas municipaes, na Capital Federal (decr. 458); altera em alguns pontos o dos concursos para os logares de professores no Instituto Nacional de Instrução Secundaria (decr. 486); estatue para os infractores de ceremonias religiosas matrimoniaes antes de celebrado o casamento civil (decr. 521); estabelece o para as desapropriações por utilidade municipal (decr. 602); addita providencias relativas ao da eleição do primeiro Congresso Nacional (decr. 663); manda observar no das causas civeis o regulamento 937 de 1850 (decr. 763); estabelece o para eleição das assembléas legislativas dos Estados (decr. 802).

Proclamação — Adopta o hymno da da Republica (decr. 171).

Procurador — Crea o logar de 3º dos feitos da fazenda (decr. 586); marca a gratificação de 1:800\$ annuaes ao geral da Republica (decr. 1420 B).

Productos — Ver Fabricas — Fibras.

Professoras — Amplia ás publicas jubiladas a disposição do decr. 498 de 1890 (decr. 585).

Professores — Altera em alguns pontos o processo dos concursos para os logares de do Instituto Nacional de Instrução Secundaria (decr. 486).

Programma — Approva o da Escola Prática de Agricultura e Viticultura, a se fundar no municipio de Taquary (decr. 119).

Prohibição — De intervenção de autoridade federal e dos Estados em materia religiosa (decr. 119 A); de ceremonias religiosas antes de celebrado o casamento civil (decr. 521).

Projecto — Nomeia uma comissão para elaborar o da constituição (decr. 29).

Prolongamento — Ver Desapropriações — Estradas — Es-tudos — Linhas — Ruas.

Promotores — Marca o vencimento do publico de Cachoeiro de Itapemerim (decr. 40); marca o vencimento do publico de Cachoeiro de Santa Leopoldina (decr. 41); marca o ordenado do publico de Agua Preta (decr. 45); marca o vencimento do publico de Gloria de Goitá (decr. 46); marca o vencimento do publico de Maragogipe (decr. 47); marca o ordenado do publico de Gravatá (decr. 48); marca o vencimento do publico de S. Bento (decr. 49); marca o vencimento do publico de S. Lourenço (decr. 50); marca o vencimento do publico de Goyaninha (decr. 51); marca o vencimento do publico de Quixadá (decr. 53); marca o vencimento do publico de Triumpho (decr. 54); marca o vencimento do publico de Itaperuna (decr. 59); marca o vencimento do publico de Boa Vista (decr. 62); marca o vencimento do publico de Palmeira (decr. 63); marca o vencimento do publico de Barbalha (decr. 71); marca o vencimento do publico de Carmo (decr. 72); marca o vencimento do publico de Jaboticabal (decr. 73); marca o vencimento do publico de Morrinhos (decr. 74); marca o ordenado do publico de Granito (decr. 75); marca o vencimento do publico de Princeza (decr. 76); marca o vencimento do publico de Remanso do Pilão, Arcado (decr. 80); marca o vencimento do publico de Parana-panema (decr. 81); marca o vencimento do publico de Cunha (decr. 82); marca o vencimento do publico do Pombal (decr. 83); marca o vencimento do publico de Barra do Rio de Contas (decr. 84); marca o vencimento do publico de Lima Duarte (decr. 85); marca o vencimento do publico de Silveiras (decr. 90); marca o vencimento do publico de Coroatá (decr. 91); marca o vencimento do publico de Palmas (decr. 92); marca o vencimento do publico de Acary (decr. 93); marca o vencimento do publico de Philadelphia (decr. 103); marca o vencimento do publico de Pomba (decr. 104); marca o vencimento do publico de S. Francisco Xavier de Joinville (decr. 105); marca o vencimento do publico de Maragogy (decr. 106); marca o vencimento do publico de Maricá (decr. 111); marca o vencimento do publico de Sapucaia (decr. 112); marca o vencimento do publico de Santo Antonio de Padua (decr. 113); marca o vencimento do publico de Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 114); marca o vencimento do publico de Guamá (decr. 115); marca o vencimento do publico de Rio Novo (decr. 116); marca o vencimento do publico de Alemquer (decr. 118); marca o vencimento do publico de Macahyba (decr. 121); marca o vencimento do publico de S. Paulo de Blumenau (decr. 122); marca o vencimento do publico de S. Francisco de Paula de Cima da Serra (decr. 123); marca o vencimento do publico de Capivary (decr. 124); marca o vencimento do publico de Paraty (decr. 125); marca o vencimento do publico de Porto Feliz (decr. 126); marca o vencimento do publico de S. Sebastião (decr. 127); marca o vencimento do publico de Mongão (decr. 128); marca o vencimento do publico de Saquarema (decr. 130); marca o vencimento do publico de Villa Nova (decr. 134); marca o vencimento do publico de Chaves (decr. 140); marca o vencimento do publico de Santo Ignacio do Pinheiro (decr. 141); marca o vencimento do publico de Sant'Anna de Mattos (decr. 144); marca o vencimento do publico de Triumpho (decr. 146); marca o vencimento do publico de S. João de Santa Cruz (decr. 147); marca o vencimento do publico de Poconé (decr. 149);

marca o vencimento do publico de S. Francisco (decr. 152);
marca o vencimento do publico; de Rio Pardo (decr. 153)
marca o vencimento do publico de Livramento (decr.
156); marca o vencimento do publico de Cajuru' (decr.
167); marca o vencimento do publico de Caçapava (decr.
168); marca o vencimento do publico de S. João Baptista do
Rio Verde (decr. 173); marca o vencimento do publico de S. Felix
(decr. 176); marca o vencimento do publico de Muzambinho
(decr. 179); marca o vencimento do publico de Itaparica
(decr. 186); marca o vencimento do publico de Entre Rios
(decr. 189); marca o vencimento do publico de Parnahyba
(decr. 200); marca o vencimento do publico de Rosario (decr. 202);
marca o vencimento do publico de Orobó (decr. 206); marca o ven-
cimento do publico de S. A. da Estrella (decr. 223); marca o
vencimento do publico de S. Lourenço (decr. 224); marca o ven-
cimento do publico de Piratininga (decr. 225); marca o vencimento
do publico de Barra de Sergipe do Conde (decr. 226); marca o
vencimento do publico de Sacramento (decr. 227); marca o ven-
cimento do publico de Piumhy (decr. 228); marca o vencimento do
publico de Ouro Fino (decr. 229); marca o vencimento do publico
de Abaeté (decr. 230); marca o vencimento do publico de Monte
Alegre (decr. 231); marca o vencimento do publico de Conceição
do Arroio (decr. 232); marca o vencimento do publico de Rio Coxim
(decr. 263); marca o vencimento do publico de Santarém
(decr. 264); marca o vencimento do publico de Barra do Pirahy
(decr. 265); marca o vencimento do publico de S. Vicente
(decr. 276); marca o vencimento do publico de S. Sebastião de
Tijucas (decr. 280); marca o vencimento do publico de Arroio
Grande (decr. 284); marca o vencimento do publico de S. Martinho
(decr. 285); marca o vencimento do publico de Patos (decr. 293);
marca o vencimento do publico de Conceição (decr. 294); marca o
vencimento do publico de União (decr. 301); crêa mais um logar
de publico na capital do Estado do Pará (decr. 303); marca o ven-
cimento do publico de Serventia (decr. 318); marca o vencimento
do publico de Santo Antonio da Palmeira (decr. 319); marca o ven-
cimento do publico de S. Miguel de Guanhões (decr. 324); marca
o vencimento do publico de Varginha (decr. 326); marca o venci-
mento do publico de Benevente (decr. 343); marca o vencimento do
publico de S. Francisco (decr. 383); marca o vencimento do publico
de Quarahy (decr. 384); marca o vencimento do publico de S. Luiz
(decr. 386); marca o vencimento do publico da comarca da Barra
de S. João (decr. 387); marca o vencimento do publico do Alto
Solimões (decr. 392); marca o vencimento do publico de Simão
Dias (decr. 397); marca o vencimento do publico de Curuçu
(decr. 401); marca o vencimento do publico de Muaná (decr. 402);
marca o vencimento do publico de Ponta de Pedras (decr. 403);
marca o vencimento do publico de Entre Rios (decr. 413); marca o
vencimento do publico de Bom Conselho (decr. 414); marca o ven-
cimento do publico de Andarahy (decr. 415); marca o vencimento do
publico de Santo Antonio do Machado (decr. 445); marca o venci-
mento do publico de Palma (decr. 473); marca o vencimento do
publico de Araripe (decr. 474); marca o vencimento do publico de
Santa Thereza (decr. 478); marca o vencimento do publico de
Sapucahy (decr. 492); marca o vencimento do publico de Tiradentes
(decr. 493); marca o vencimento do publico de Rio Vermelho
(decr. 502); marca o vencimento do publico de Cançussú (decr. 503);
marca o vencimento do publico de Boa Vista do Tremedal

(decr. 507); marca o vencimento do publico de Araranguá (decr. 535); marca o vencimento do publico de Batalhão (decr. 537); marca o vencimento do publico de Soledade (decr. 538); marca o vencimento do publico de Itabaiana (decr. 539); marca o vencimento do publico de Santa Rita (decr. 540); marca o vencimento do publico de Pirassununga (decr. 548); marca o vencimento do publico de S. Bento do Sapucahy (decr. 549); marca o vencimento do publico de Corrente (decr. 552); marca o vencimento do publico de Picos (decr. 553); marca o vencimento do publico de Serro Azul (decr. 557); marca o vencimento do publico de Tibagy (decr. 558); marca o vencimento do publico de Capim Grosso (decr. 559); marca o vencimento do publico de Vianna (decr. 562); marca o vencimento do publico de Gamelleira (decr. 563); marca o vencimento do publico de Cabeceiras (decr. 566); marca o vencimento do publico de Umbuzeiro (decr. 567); marca o vencimento do publico de Rosario (decr. 569); marca o vencimento do publico de Belmonte (decr. 577); marca o vencimento do publico de Alagôa de Baixo (decr. 578); marca o vencimento do publico de Ipojuca (decr. 579); marca o vencimento do publico de Leopoldina (decr. 580); marca o vencimento do publico da comarca de Parahyba (decr. 589); marca o vencimento do publico de Milagres (decr. 590); marca o vencimento do publico de Campo Grande (decr. 592); marca o vencimento do publico de Marvão (decr. 594); marca o vencimento do publico de S. Francisco de Assis (decr. 625); marca o vencimento do publico de S. Miguel (decr. 656); marca o vencimento do publico de Arauá (decr. 677); declara abolido o juramento especial que é deferido em cada feito aos publicos interinos (decr. 764); crea o logar de publico no archipelago de Fernando de Noronha (decr. 854); marca o vencimento do publico de Canhotinho (decr. 873); marca o vencimento do publico de Piancó (decr. 912); marca o vencimento do publico de Carmo da Franca (decr. 913); marca o vencimento do publico de Rio Pardo (decr. 1022); marca o vencimento do publico de Itabapoana (decr. 1023); marca o vencimento do publico de Cururupú (decr. 1105); marca o vencimento do publico de Affuá (decr. 1106); marca o vencimento do publico de Itaiatuba (decr. 1107); marca o vencimento do publico de Baião (decr. 1108); marca o vencimento do publico de Carangola (decr. 1130); marca o vencimento do publico de Cataguazes (decr. 1134); marca o vencimento do publico de Viçosa (decr. 1135); marca o vencimento do publico de Santa Catharina (decr. 1136); marca o vencimento do publico de Cambuhy (decr. 1137); marca o vencimento do publico de Santa Rita (decr. 1138); marca o vencimento do publico de Monte Santo (decr. 1139); marca o vencimento do publico de Barretos (decr. 1140); marca o vencimento do publico de Sant'Anna dos Ferros (decr. 1211); marca o vencimento do publico de Inhau'ma (decr. 1212); marca o vencimento do publico de Araguay (decr. 1213); marca o vencimento do publico de Abre Campo (decr. 1214); marca o vencimento do publico de Serra Negra (decr. 1242); marca o vencimento do publico de Bom Successo (decr. 1259).

Promulgação — Da lei sobre o casamento civil (decr. 181); do regulamento eleitoral (decr. 200 A); do regulamento que reorganiza o ensino nas escolas do exercito (decr. 330); do codigo penal (decr. 847); do regulamento para execução do decr. 451 B de 1890 (decr. 955 A); da convenção firmada em Bruxellas em 1890 creando uma União Internacional para a publicação de tarifas aduaneiras (decr. 1327 B).

Propriedades — Ver **Adeantamentos**.

Proprios — Crea o lugar de engenheiro zelador dos nacionaes (decr. 100 A).

Prorogação — Ver **Concessões** — **Disposições** — **Prasos**.

Protestos — Crea o lugar de official privativo do de letras, na Capital Federal (decr. 135).

Provedoria — Divide em dois o lugar de escrivão da de capellas e residuos, na Capital Federal (decr. 136).

Providencias — Estabelece tendentes a facilitar a execução do art. 1º do decr. 58 A de 1889 (decr. 396); addita relativas ao processo da eleição do primeiro Congresso Nacional (decr. 663); contém differentes sobre bancos de circulação (decr. 782 A); estabelece sobre convocação das assembléas legislativas dos Estados (decr. 802); dá sobre a eleição dos membros da Junta Commercial de S. Paulo (decr. 1054); dá relativamente á primeira eleição das assembléas legislativas dos Estados (decr. 1189); estabelece sobre a organização de sociedades anonymas (decr. 1362).

Provinimento — Sobre o de nomeação de juizes de paz nos districtos que não os tiverem eleitos (decr. 861).

Publicação — Da Constituição dos Estados Unidos do Brasil (decr. 510); da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, submettida ao congresso constituinte (decr. 914 A) — Ver **Convenção**.

Purificação — Ver **Sal**.



Quadros — Crea um extranumerario no exercito (decr. 8); reforma o dos empregados da Secretaria do Interior (decr. 27 F); altera o dos officiaes da armada (decr. 108 A); amplia o do corpo de estado maior de 1ª classe (decr. 118 A); altera os dos corpos de saude, fazenda e machinistas da armada (decr. 336 A); concede o subsidio de \$:000\$ a Decio Villares para a realização do denominado "Epopéa Africana do Brasil" (decr. 444); amplia o do pessoal do Laboratorio Chimico-Pharmaceutico Militar (decr. 922); restabelece o do pessoal das officinas annexas á directoria das obras hydraulicas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (decr. 942); dá novo de empregados ao Asylo de Mendicidade (decr. 1019); altera o do pessoal do corpo de saude da armada (decr. 1420 F).

Quartel — Dá nova organização ao general da Marinha (decr. 430) — Ver **Regimento policial**.

Quartzo — Concede permissão ao barão do Rio Pardo para o explorar, no Estado de S. Paulo (decr. 1206).

Quinta — Ver **Escolas**.

R

Rações — Manda substituir as tabellas regulando o fornecimento de no porto e em viagem (decr. 181 B).

Ramaes — Concede privilegio e garantia de juros para a construção de um da E. de F. Central da Bahia na direcção de Orobó (decr. 289); declara o praso para começo dos trabalhos da Companhia E. de F. Minas e Rio (decr. 377); modifica o tratado da Assembléa na E. de F. Central de Alagoas (decr. 543); approva os estudos definitivos para a construção do ferreo, entre Pequenvir e Imperatriz (decr. 1071); approva os estudos para prolongamento do de Ouro Preto (decr. 1221) — Ver **Estradas**.

Ramie — Concede ao engenheiro Ricardo de Menezes favores para explorar a cultura da (decr. 886) — Ver **Concessões**.

Razões — Crea o registro de commerciaes (decr. 916).

Recebedorias — Reforma o regulamento da do Rio de Janeiro (decr. 14); extingue as de rendas internas na Bahia e Pernambuco (decr. 58 B); altera o numero e os vencimentos dos empregados da da Capital Federal (decr. 172).

Receita — Orça a da Intendencia Municipal para o exercicio de 1890 (decr. 517) — Ver **Despezas** — **Tribunal de Contas**.

Recenseamento — Manda proceder ao segundo da população do Brasil (decr. 113 D); manda observar as instrucções para o segundo da população do Brasil (decr. 659); abre um credito extraordinario de 1.059:000\$, ao Ministerio do Interior, para as despesas do segundo da população do Brasil (decr. 755).

Recolhimento — Prescreve o do emprestimo de 1889 (decr. 823 B); eleva o praso para o de premios e bilhetes de loterias não reclamados (decr. 1232 A).

Ratificação — Do contracto para abertura de canaes de junção em varios rios de Sergipe e melhoramentos na barra do Cotinguiba (decr. 626).

Rectificação — Da clausula XXI do decr. 7959 de 1880 (decr. 237); do decr. 10437 de 1889 que autorizou a "London Assurance" a estabelecer agencias em diversas praças do Brasil (decr. 308); concede permissão ao Dr. José Ferreira de Souza Araujo e outro para transferirem ao Dr. Antonio Brissay a concessão para a da rua Senhor dos Passos (decr. 788); do art. 3º do decr. 476 de 1890 (decr. 871).

Recursos — Regula os das deliberações do Conselho da Intendencia Municipal da Capital Federal (decr. 218).

Rêde — Concede permissão a Pierre Labourdenne Saint Julien para estabelecer uma telephonica entre a capital de S. Paulo e diversas cidades do interior (decr. 1247); concede a Eugénio Lopes de Souza autorização para montar uma telephonica na Parahyba do Norte, ligando-a a Cabedello e Recife (decr. 1287).

Reducção — A 30 annos, da pena de galés perpetuas (decr. 774); estende á sociedade Cooperativa Militar do Brasil a de 50 % sobre a taxa dos telegrammas (decr. 942 B); estabelece a de 25 % para diversos artigos procedentes dos Estados Unidos (decr. 1338).

Refinações — Ver **Concessões**.

Reforma — Approva a feita nos estatutos do Banco Mercantil de Santos (decr. 13); faz a do quadro dos empregados da Secretaria do Interior (decr. 27 F); estabelece regra para a dos officiaes da armada (decr. 108 A); approva a dos estatutos da Companhia Hydraulica Porto Alegrense (decr. 109); da lei 3150 de 1882 (decr. 164); estabelece regras para a dos officiaes do exercito (decr. 193 A); approva a dos estatutos da Companhia do Queimado (decr. 193 C); approva a dos estatutos da Companhia Manufactora de Conservas Alimenticias (decr. 235); do regulamento da Secretaria da Marinha (decr. 267 A); do regulamento da Contadoria da Marinha (decr. 277 C); approva a dos estatutos da Companhia das Aguas do Gran-Pará (decr. 283); estabelece regras para a dos officiaes dos corpos de saude, fazenda e machinistas da armada (decr. 336 A); os correios (decr. 368 A); concede autorização para a dos estatutos da Companhia de Lacticinios (decr. 497); concede á Cooperativa Portuguesa e ao Banco Cooperativo autorização para a dos

estatutos da Companhia Cooperativa de Cerveja (decr. 505); concede á Companhia Nacional Salinas Mossoró-Assu' autorização para a dos seus estatutos (decr. 715); do regulamento dos arsenaes de marinha (decr. 745); concede autorização para a dos estatutos da Companhia Cooperativa de Comestiveis (decr. 817); do codigo commercial, na parte III (decr. 917); approva a dos estatutos da Companhia Alliança Mercantil (decr. 988); concede autorização a Carlos Vidal de Oliveira Freitas e outros para a dos estatutos da Cooperativa Militar do Brasil (decr. 1028); approva a dos estatutos da Companhia Nacional de Seguros Mutuos Contra Fogo (decr. 1293).

Reformados — Abre ao Ministerio da Marinha o credito supplemental de 159:585\$920 á verba (decr. 891).

Regalias — Ver Vapores.

Regimen — Confirma as pensões concedidas no dominio do antigo e que se achavam pendentes de approvação (decr. 27 E); sujeita ao do decr. 85 A de 1889 todos aquelles que derem origem a falsas noticias e boatos alarmantes (decr. 295).

Regimento — Augmenta os vencimentos dos cirurgiões do policial da Capital Federal (decr. 203); eleva a 2001 praças a força do policial da Capital Federal (decr. 342); augmenta os vencimentos dos cirurgiões e marca o do pharmaceutico do policial da Capital Federal (decr. 388); crea o lugar de quartel mestre em cada um dos corpos do policial da Capital Federal (decr. 756); eleva á brigada o policial da Capital Federal (decr. 852).

Registro — Divide em dois o lugar de official do geral de hypothecas (decr. 137); crea um lugar de official do de casamentos, na capital de cada Estado (decr. 320); estabelece o pelo systema Torrens (decr. 451 B); approva os modelos dos livros do de hypothecas e dá providencias para a regularidade de sua escripturação (decr. 544); crea um official do de casamentos, na capital da Bahia (decr. 807); crea um lugar de official do de casamentos (decr. 828); crea o de firmas ou razões commerciaes (decr. 916); promulga o regulamento que estabelece o de immoveis pelo systema Torrens (decr. 955 A); concede autorização a Domingos Theodoro de Azevedo Junior e outros para organizarem a sociedade anonyma sob a denominação de Torrens Urbano (decr. 1155 A).

Regras — Estabelece provisorias sobre formulas e tratamento forenses (decr. 25); estabelece pelas quaes devem os officiaes da armada ser reformados (decr. 108 A); estabelece para a reforma dos officiaes do exercito (decr. 193 A); estabelece para a reforma dos officiaes dos corpos de saude, fazenda e machinistas da armada (decr. 336 A); estabelece sobre a competencia do governo federal e dos Estados para a concessão de estradas de ferro (decr. 524); estabelece sobre justificação de idade (decr. 773); dá para a execução do decr. 850 de 1890 (decr. 997); estabelece sobre a aposentação dos juizes e empregados federaes (decr. 1018).

Regulamentos — Approva o da Recebedoria do Rio de Janeiro (decr. 14); altera algumas disposições do das escolas do exercito (decr. 42); promulga o eleitoral (decr. 200 A); approva o para a lotação, classificação, exame de machinistas e vistorias das embarcações, a vapor e mercantes (decr. 216 D); reforma o da Secretaria da Marinha (decr. 267 A); manda executar o para o corpo de praticos do estuario do Rio da Prata (decr.

271); manda executar o para os foguistas da armada, contractados (decr. 273); expede o sobre loterias (decr. 277 B); altera algumas disposições do annexo ao decr. 10231 de 1889 (decr. 277 G); dá para a transferencia de lavras mineraes (decr. 288); altera algumas disposições do que acompanhou o decr. 10202 de 1889 (decr. 290); approva o para o serviço sanitario do exercito (decr. 307); promulga o que reorganiza o ensino nas escolas do exercito (decr. 330); dá novo á Directoria Geral de Estatistica (decr. 331); manda executar o da Bibliotheca da Marinha e do Museu Naval (decr. 363); approva o para a Inspeção Geral de Obras Publicas (decr. 364); manda observar o para execução do decr. 169 A de 1890, sobre operações de credito movel (decr. 370); approva o do Collegio Militar (decr. 371); dá para a Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 372 A); dá novo á E. de F. Central do Brasil (decr. 406); approva o para a Escola Normal da Capital Federal (decr. 407); approva o para Instituto Nacional dos Cegos (decr. 408); dá novo para o Hospital de Marinha do Rio de Janeiro (decr. 429); dá novo á Secretaria da Agricultura (decr. 449); dá novo para a Secretaria de Policia da Capital Federal (decr. 463); altera a ultima parte do art. 225 do approvedo pelo decr. 330 de 1890 (decr. 474); approva o para a Assistencia Medico Legal de Alienados (decr. 508); manda observar para a eleição do primeiro Congresso Nacional (decr. 511); interpreta algumas disposições do de registro geral de hypothecas (decr. 544); altera o § 2º do art. 2º do que baixou com o decr. 277 A de 1890 (decr. 563 A); dá novo ás juntas e inspectorias commerciaes (decr. 596); altera os arts. 5º e 22 do annexo ao decr. 9886 de 1888 (decr. 605); dá novo á E. de F. de Baturité (decr. 607); modifica o § 1º do art. 176 do da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 621); dá á Casa de S. José (decr. 657); dá novo ao Asylo de Meninos Desvalidos (decr. 658); modifica o para o serviço sanitario do exercito (decr. 672); manda pôr em execução o para o corpo de marinheiros nacionaes (decr. 673); dá novo ao corpo de saude da armada (decr. 683); dá novo á E. de F. de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 691); do montepio militar para as familias dos officiaes do exercito (decr. 695); dá novo ao corpo de fazenda da armada (decr. 703); dá novo á parte em construcção da E. de F. Central do Brasil (decr. 713); manda executar o sobre divisão e demarcação das terras particulares (decr. 720); dá novo ás estradas de ferro Central e Sul de Pernambuco (decr. 721); proroga a disposição do art. 19 do approvedo por decr. 379 A de 1890 (decr. 740); reforma o dos arsenaes de marinha (decr. 745); revoga o paragrapho unico do art. 72 do da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 790); substitue todo o capitulo III do a que se refere o decr. 379 A de 1890 (decr. 810); deroga o § 2º do art. 105 do annexo ao decr. 10201 de 1889 (decr. 816); dá novo para o concurso de admissão aos logares de cirurgião e pharmaceutico de 3ª classe do corpo de saude da armada (decr. 833); dá novo ao corpo de machinistas navaes (decr. 855); approva o para a Bibliotheca Nacional (decr. 856); dá novo para o corpo de officiaes marinheiros (decr. 921); approva o da commissão de melhoramentos dos portos e canaes maritimos dos Estados do Paraná e Santa Catharina (decr. 925); dá novo ao Instituto Nacional de Musica (decr. 934); promulga o para execução do decr. 451 B de 1890 (decr. 955 A); dá para a Brigada Policial da Capital Federal

(decr. 958); dá novo á Inspectoria Geral de Illuminação (decr. 967); dá novo ao Pedagogium (decr. 980); approva o da instrução primaria e secundaria (decr. 981); approva o para a organização do Deposito Geral (decr. 1024); dá novo ao prolongamento da E. de F. Bahia a S. Francisco (decr. 1052); approva o para o Gymnasio Nacional (decr. 1075); manda observar, na E. de F. Paulo Affonso, o approved pelo decr. 607 de 1890 (decr. 1081); altera o dos Correios (decr. 1216); approva o para a E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 1225); approva o das instituições de ensino juridico (decr. 1232 H); altera o art. 4º do que baixou com o decr. 720 de 1890 (decr. 1241); altera o da Escola Naval (decr. 1256); manda executar o para evitar abalroamentos no mar, (decr. 1257); approva o da Escola de Minas (decr. 1258); manda suspender as disposições dos actuaes dos institutos officiaes de instrução (decr. 1340); autoriza a modificar o do corpo de engenheiros-navaes (decr. 1378); altera a tabella annexa ao approved pelo decr. 697 de 1890 (decr. 1385); altera o art. 28 do de 2 de maio de 1890 para o Collegio Militar (decr. 1421) — Ver Disposições.

Regularização — Do serviço de introdução e localização de immigrants (decr. 528); da emissão complementar assegurada ao Banco dos Estados Unidos do Brasil (decr. 700 A); da amortização e conversão da divida interna fundada (decr. 823 A); do serviço do Lloyd Brasileiro (decr. 857); das concessões de isenção de direitos de importação (decr. 947); estabelece providências para a do trabalho dos menores nas fabricas da Capital Federal (decr. 1313); do accesso aos postos de officiaes das differentes armas e corpos do exercito (decr. 1351).

Relações — Estabelece o preenchimento do cargo de presidente das, por eleição (decr. 210).

Relevação — De prescripção das dividas de que são credores o bacharel Trajano Viriato de Medeiros e os herdeiros do 1º tenente Joaquim da Silva Gusmão (decr. 613); de prescripção da divida de que é credor o desembargador Bento Luiz de Oliveira Lisboa (decr. 766); de prescripção da divida de que é credor o juiz de direito, bacharel Joaquim Jonas Bezerra Montenegro (decr. 834); de prescripção da divida de que é credor o juiz de direito, bacharel Paulino Rodrigues Fernandes Chaves (decr. 1176 A); de prescripção da divida de que é credor o juiz de direito, bacharel Joaquim Jacintho de Mendonça (decr. 1204); de prescripção da divida de que é credor Ielczerico Narbal Pamplona de vencimentos (decr. 1217); de prescripção da divida de que é credor o desembargador Justiniano Baptista Madureira, de vencimentos (decr. 1218).

Remuneração — Crea medalhas de distincção para a de serviços prestados á humanidade (decr. 58).

Rendas — Extingue as recebedorias de internas na Bahia e Pernambuco (decr. 58 B).

Renovação — Ver Concessões — Material.

Reorganização — Ver Corpos — Directorias — Ensino — Faculdade — Inspectorias — Jardim Botânico — Juntas — Laboratorios — Observatorios — Secretarias — Serviço.

Repartições — Crea uma de permutas internacionaes, annexas á Bibliotheca Nacional (decr. 197); passa para a Fiscal do Ministerio da Guerra a attribuição da tomada de contas de responsaveis (decr. 277 A); extingue a Fiscal do Ministerio da Guerra e crêa uma com o titulo de Contadoria Geral da Guerra

(decr. 348); dá regulamento para a Geral dos Telegraphos (decr. 372 A); eleva os vencimentos dos escripturarios e do ajudante do porteiro da Repartição do Quartel Mestre General (decr. 374); extingue o logar de archivista da Secretaria do Exercito (decr. 526); modifica o § 1º do art. 176 do regulamento da Geral dos Telegraphos (decr. 621); declara o modo por que devem ser considerados os vencimentos dos guardas de linha, operarios de officina e estafetas da Geral dos Telegraphos (decr. 644); concede aos empregados da Fiscal junto á Companhia Rio de Janeiro "City Improvements" direito á aposentadoria (decr. 753); revoga o paragrapho unico do art. 72 do regulamento da Geral dos Telegraphos (decr. 790); approva as instrucções para o serviço telephonico, a cargo da Geral dos Telegraphos (decr. 1048); equipara os vencimentos dos primeiros e segundos escripturarios da Geral dos Telegraphos aos dos primeiros e segundos officiaes da Directoria Geral dos Correios (decr. 1147) — Ver Correios.

Repressão — Ver Contrabando.

Republica — Proclama a federativa como fórmula de governo (decr. 1); estabelece as manifestações officiaes que devem ser prestadas á Argentina (decr. 42 B).

Rescisão — Manda fazer a do contracto celebrado com a Companhia E. de F. D. Pedro I (decr. 333).

Reserva — Menciona casos em que officiaes da armada e classes annexas devem passar para a (decr. 319).

Resgate — Estende ao Banco do Brasil o do papel moeda (decr. 255); estabelece o de empréstimos feitos a diversos bancos (decr. 390); autoriza o da E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 701); abre ao Ministerio da Agricultura um credito extraordinario de 10.000:000⁰⁰ em titulos para o da E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 825); prorroga o prazo para a conversão das applicaes a que têm direito os accionistas, pelo da Companhia E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 1115 C); provê o do papel moeda (decr. 1154).

Restabelecimento — Do logar de 3º juiz substituto da capital da Bahia (decr. 302); da segunda vara civil, na capital do Estado da Bahia (decr. 547); do logar de juiz substituto na capital do Ceará (decr. 823); do quadro do pessoal das officinas annexas á directoria das obras hydraulicas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (decr. 942); do logar de picador nos corpos de cavallaria e de artilharia de campanha, na Capital Federal (decr. 1243).

Resíduos — Ver Capellas.

Responsaveis — Ver Tomada de contas.

Reunião — Das varas de orphãos e municipal do termo de Cachoeira (decr. 266); da Bibliotheca da Marinha ao Museu Nacional (decr. 363); das estradas de ferro de Porto Alegre a Cacequy e de Bagé a Uruguayana (decr. 506).

Revalidação — Da criação de dois logares de juiz municipal, no Estado da Bahia (decr. 545); da criação do logar de juiz municipal e de orphãos, no termo de Curralinho (decr. 697); manda substituir, pela multa de 10 a 50 % sobre a importancia do sello, a a que se refere o decr. 8946 de 1883 (decr. 1115 A).

Revisão — Ver Tribunal de Contas.

Revogação — Ver Concessões — Decretos — Leis.

Rios — Providencia sobre a praticagem dos navegaveis (decr. 79) — Ver Nitreiras.

Ruas — Concede permissão ao Dr. José Ferreira de Souza

Araujo e outro para transferirem ao Dr. Antonio Brissay a concessão para o alargamento, rectificação e prolongamento da do Senhor dos Passos (decr. 788); autoriza a Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil a prolongar a do cães, em projecto, entre o Arsenal de Guerra e a Ponta do Cajú (decr. 1156) — Ver Avenida — Desapropriações.

S

Sal — Concede permissão ao Dr. Anfrísio Fialho para explorar o gemm, no Paraná (decr. 950); concede permissão a Frederico Vicente Massa e outro para estabelecerem fabricas destinadas á purificação do em terrenos devolutos no Paraná (decr. 1032) — Ver Salinas.

Saladeiras — Concede favores a Frederico Augusto de Souza Nogueira para a construcção, uso e gozo de quatro, no Maranhão (decr. 840); transfere á Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil a concessão feita a Frederico Augusto de Souza Nogueira para estabelecer quatro, no Maranhão (decr. 881); concede favores ao engenheiro Augusto Guedes de Carvalho para a construcção, uso e gozo de centraes em S. Paulo, Santa Catharina, Paraná e Rio Grande do Sul (decr. 915); concede autorização a José Hypólito Salgado de Menezes para a construcção, uso e gozo de cinco, no Piauí (decr. 1068); supprime a concessão de ao engenheiro Augusto Guedes de Carvalho, no Rio Grande do Sul (decr. 1110).

Salinas — Concede permissão ao Dr. Joaquim Xavier Pereira da Cunha para as estabelecer no Rio Grande do Sul (decr. 453); concede permissão a Theotônio Gomes Braga para as explorar no Estado do Rio de Janeiro (decr. 488); concede permissão a Frederico Vicente Massa e outro para as explorarem em terrenos devolutos no Paraná (decr. 1032) — Ver Companhias — Sociedades.

Salitre — Concede permissão a Agostinho Peixoto para o explorar no Estado de Minas Geraes (decr. 1172).

Salvas — Declara as que competem aos officiaes da armada, investidos de autoridade (decr. 216 E).

Sanção — Estatue a penal aos infractores de cerimoniaes religiosas matrimoniaes antes de celebrado o casamento civil (decr. 521).

Santa Casa — Ver Hospitales.

Saude — Augmenta o soldo dos officiaes do corpo de da armada (decr. 113 C); constitue o conselho da publica (decr. 169); altera o quadro do corpo de da armada (decr. 336 A); dá regulamento para o concurso de admissão aos logares de cirurgião e pharmaceutico de 3ª classe do corpo de da armada (decr. 833).

Secções — Ver Commandos — Corpos — Estatistica Commercial — Guarda nacional.

Schisto — Concede permissão a João Francisco de Lemos e outros para o explorarem, em S. Paulo (decr. 876); concede permissão a Caetano José de Mesquita e outros para explorarem jazidas de betuminoso, em Alagoas (decr. 892).

Secretarias — Reforma o quadro dos empregados da do Interior (decr. 27 F); altera o numero e os vencimentos dos empregados da de Estado da Fazenda (decr. 172); eleva os vencimentos dos empregados da de Estado da Justiça (decr. 184); dá nova organização á do Interior (decr. 216); eleva os vencimentos dos empregados da de Estado da Guerra (decr. 254); eleva os

vencimentos dos empregados da de Estado da Marinha e reforma o respectivo regulamento (decr. 267 A); altera a organização e eleva os vencimentos dos empregados da de Estado das Relações Exteriores (decr. 291); eleva a de Policia do Estado de S. Paulo a categoria igual ás da Bahia e Pernambuco (decr. 325); crea a de Estado da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos (decr. 346); dá nova distribuição aos serviços a cargo da do Interior (decr. 366); eleva os vencimentos da do Conselho Supremo Militar (decr. 373); organiza a de Estado da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos (decr. 377 A); manda observar o plano de uniformes dos empregados da de Estado da Marinha (decr. 381); crea mais um lugar de amanuenses na de Policia do Amazonas (decr. 385); dá novo regulamento á da Agricultura (decr. 449); dá novo regulamento á de Policia da Capital Federal (decr. 463); fixa o numero e vencimentos dos empregados da de Policia da Capital Federal (decr. 464); eleva os vencimentos dos empregados da do Supremo Tribunal de Justiça (decr. 513); eleva a de Policia do Estado do Pará a categoria igual ás da Bahia, Pernambuco e S. Paulo (decr. 571); eleva a categoria da de Policia do Estado do Ceará (decr. 576); dá nova divisão ás secções da de Estado das Relações Exteriores, supprime uma secção e crea o lugar de archivista (decr. 1120); crea mais um lugar de amanuense na de Policia do Rio Grande do Sul (decr. 1251); reorganiza a do Senado (decr. 1390).

Secretario — Eleva o vencimento que percebe o da Capitania do Porto do Estado do Rio de Janeiro (decr. 97); crea o cargo de geral do Conselho de Ministros (decr. 113 E).

Secularização — Estabelece a dos cemiterios (decr. 789).

Seda — Ver **Industrias**.

Segurança — Providencia sobre o serviço de publica (decr. 77).

Seguros — Ver **Companhias**.

Sello — Estabelece o distinctivo do da Republica (decr. 4).

Sem effeito — Declara o decr. 142 de 1890 (decr. 244); declara o decr. 367 de 1890, na parte que alterou os arts. 9º e 24 dos estatutos do Banco Sul Americano de Pernambuco (decr. 395); declara a concessão constante do decr. 639 de 1890 (decr. 679); declara a caducidade do decr. 978 de 1890 (decr. 1144) — Ver **Effeitos**.

Seminario — Ver **Dispensa**.

Senado — Reorganiza a secretaria do (decr. 1390).

Sentenciados — Manda adoptar as tabellas para fornecimento de fardamento aos militares (decr. 1431).

Separação — Ver **Administrações** — **Faculdade**.

Servente — Ver **Directorias**.

Serviço — Reduz o tempo de em algumas classes da armada (decr. 3); approva o contracto para o de limpeza da cidade (decr. 55); crea medalhas de distincção para remunerar prestado á humanidade (decr. 58); reforma o de arrecadação do imposto do gado (decr. 58 C); dá providencias relativas ao de policia sanitaria (decr. 68); revoga o decr. 10305 de 1890 e providencia sobre o de segurança publica (decr. 77); reorganiza o sanitario terrestre da Republica (decr. 169); transfere para a administração municipal o de carris e telephones (decr. 199); regula o medico das enfermarias das casas de Correccão e de Detenção (decr. 201); revoga todas as leis e disposições relativas aos contractos de locação de agricola (decr. 213); manda contar ao capitão de fragata Olympio José Chavantes o tempo de mi-

litar (decr. 252); reorganiza o hospitalar do exercito (decr. 277); approva o regulamento para o sanitario do exercito (decr. 307); crea o geographico (decr. 451 A); regulariza o da introdução e localização de immigrants (decr. 528); modifica o regulamento para o sanitario do exercito (decr. 672); concede a Joaquim Barboza dos Santos Werneck privilegio para o de navegação a vapor do Rio Preto (decr. 741); regula o do Lloyd Brasileiro (decr. 857); confirma a concessão feita a Edgard Ferreira pela Intendencia Municipal de S. João do Rio Clar para o estabelecimento de um telephonico naquella cidade (decr. 942); organiza o da E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 1033); approva as instruções para o telephonico, a cargo da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 1043); concede ao engenheiro naval mais antigo, que contar 20 annos de effectivo, gradação de posto (decr. 1090); reorganiza o do Laboratorio de Physiologia Experimental dando-lhe a denominação de Laboratorio de Biologia do Ministerio da Agricultura (decr. 1314); revoga o decr. 1090 de 1890 que concede gradação de posto ao engenheiro naval mais antigo, contando 20 annos de (decr. 1379).

Serviços — Dá nova distribuição aos da Secretaria do Interior (decr. 366); separa os do trafego e da construção das estradas de ferro de Porto Alegre a Cacequy e de Bagé a Uruguayana (decr. 506); approva as bases do contracto com a Companhia Rio de Janeiro "City Improvements" para os dos esgotos do Jardim Botânico, Andarahy Pequeno, Engenho Novo, Todos os Santos e Officinas (decrs. 783 e 784); crea uma inspectoría para os de melhoramentos de portos e canaes em cada districto marítimo (decr. 1109).

Silicato — Concede permissão ao barão do Rio Pardo para o explorar, no Estado de S. Paulo (decr. 1206).

Signal — Ver Cavallos.

Sinetes — Estabelece o distinctivo dos da Republica (decr. 4).

Soccerros publicos — Ver Creditos.

Sociedades — Concede á de Commercio a faculdade de emittir bilhetes ao portador (decr. 20); concede autorização ao Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes e outro para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia de Lacticínios (decr. 432); concede autorização á Sociedade Portuguesa e ao Banco Cooperativo para organizarem uma anonyma sob a denominação de Cooperativa de Cerveja (decr. 437); concede autorização ao Dr. Adolpho Bezerra de Menezes e outro para organizarem uma anonyma Salina Nacional (decr. 634); concede autorização a José Antonio Marques de Abreu e Carlos Ventura Pinto para organizarem a anonyma Companhia Utilidade Publica (decr. 652); concede autorização a Francisco Candido Soares da Silva para organizar uma anonyma sob a denominação de Companhia Cremérie Fluminense (decr. 705); concede autorização a Francisco Pereira dos Santos e outro para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Economia Publica (decr. 712); concede autorização a Heitor Bastos Cordeiro e outro para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Cooperativa de Comestiveis (decr. 714); concede autorização a José Pinto do Carmo Cintra e outros para organizarem as anonymas Companhia Central Moinhos Paulista e Companhia Cooperativa Paulista (decrs. 730 e 731); concede autorização ao Dr. José Ferreira Garcia Redondo e outros

para organizarem a anonyma Companhia Paulista Importadora de Vinhos Portuguezes (decr. 732); concede autorização ao Dr. Pedro Luiz Soares de Souza e outros para organizarem a anonyma Companhia Progresso Industrial de Cabo Frio (decr. 733); concede autorização a Germain Bloch e H. Baumann para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Padaria Central Vienneuse (decr. 747); concede ao barão de Araujo Maia autorização para organizar a anonyma sob a denominação de Hertha Mineira (decr. 760); concede autorização a Emilio Paulo de Lima Barboza para organizar uma anonyma sob a denominação de Companhia de Trituração e Moagem (decr. 765); concede a Domingos de Souza Guedes e outros autorização para organizarem a anonyma sob a denominação de Companhia Brasileira Commercio de Cereaes (decr. 768); concede a José Antonio Machado e outros autorização para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Zootechnica e Industrial (decr. 770); concede a Adolpho Paulo de Oliveira Lisboa e outros autorização para organizarem a anonyma Companhia Industrial da Ipuca (decr. 782); concede autorização ao capitão-tenente Carlos Vidal de Oliveira Freitas e outros para organizarem uma anonyma sob a denominação de Cooperativa Militar do Brasil (decr. 796); concede autorização á Seguro Mutuo Progresso para proseguir em suas operações (decr. 799); concede a Luiz Toledo Piza e Almeida e outros autorização para organiza. em a anonyma, denominada Companhia de Avicultura Paulista (decr. 820); concede a Herminio Augusto Moreira Lemos e outros autorização para organizarem a anonyma sob a denominação de Companhia Paulista de Industria e Commercio (decr. 821); concede ao Dr. Arthur Fernandes Campos da Paz autorização para organizar a anonyma sob a denominação de Companhia Geral de Vinhos Brasileiros (decr. 824); concede a Estevão José da Silva e outros autorização para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Nacional Distillação e Perfumarias (decr. 841); altera a legislação vigente, quanto á realização do capital das anonymas (decr. 850); concede ao capitão Augusto Paranhos da Silva Velloso autorização para organizar uma anonyma sob a denominação de Companhia Cremerie Brasileira (decr. 865); concede a Francisco Leite Ribeiro Guimarães e outros autorização para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Central Paulista (decr. 867); concede autorização a Antonio José da Silva e outro para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Cooperativa de Consumo Domestico e Agricola (decr. 869); concede autorização á commanditaria, por acções, Henrique Dell'Acqua & Comp., estabelecida em Milão, para funcionar no Brasil (decr. 870); concede ao Dr. João Luiz dos Santos Titara e outro autorização para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Abastecimento de Carnes Verdes (decr. 902); concede a Antonio Fernandes da Costa Guimarães autorização para organizar uma anonyma sob a denominação de Companhia Distillação Central (decr. 905); concede ao bacharel João Antonio de Segadas Vianna autorização para organizar a anonyma sob a denominação de Companhia Industrial Italo-Santista (decr. 929); extende á Cooperativa Militar do Brasil a redução de 50 % sobre taxa de telegrammas (decr. 942 B); concede autorização a Tertuliano Ramos e outro para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Commercio de Matte (decr. 962); concede autorização á Companhia Metropolitana para organizar uma anonyma sob a denominação de Companhia Zoosterina (decr. 965);

concede a João Carlos de Mendonça Furtado e outros autorização para a organizarem a anonyma sob a denominação de Companhia Aliança Economica (decr. 986); concede a João Carlos de Mendonça Furtado e outros autorização para organizarem a anonyma sob a denominação de Companhia Agricola e Manufactora Brasileira (decr. 987); concede a Herminio Augusto Moreira Lemos e outro autorização para organizarem a denominada Companhia Lupton (decr. 989); dá regras para a execução do decr. 850 sobre a constituição das anonymas (decr. 997); concede a João Gomes Pereira autorização para organizar uma anonyma sob a denominação de Companhia de Avicultura (decr. 1002); concede a Joaquim José de Azevedo e outros autorização para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Padaria Fluminense (decr. 1006); concede ao capitão-tenente Carlos Vidal de Oliveira Freitas e outros autorização para reformarem os estatutos da Cooperativa Militar do Brasil (decr. 1028); concede ao visconde de Ibituruna autorização para organizar uma anonyma sob a denominação de Companhia Mutuação Commercial e Agricola (decr. 1031); concede a Ernesto Canac e outros autorização para organizarem uma anonyma sob a denominação da Companhia Industrial Catharinense (decr. 1041); concede a Victor Manoel de Souza Monteiro e outro autorização para organizarem uma anonyma sob a denominação de Cooperativa Operaria de Consumo de Peixe (decr. 1047); concede a Antonio Candido da Rocha autorização para organizar a anonyma Commercial Paulista (decr. 1053); concede a Miguel Del Vecchio autorização para organizar a anonyma sob a denominação de Companhia Propagadora dos Vinhos e Generos Italianos (decr. 1056); concede a João Joaquim Corrêa autorização para organizar a anonyma Companhia União Commercial de Refinação de Assucar e Confeitarias (decr. 1057); concede a Paulino J. S. de Souza Junior e outro autorização para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Importadora e Introductora do Rio de Janeiro (decr. 1059); concede ao Dr. Agostinho Corrêa e outros autorização para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Melhoramentos do Estado do Paraná (decr. 1063); concede a Manoel Thimotheo da Costa e outros autorização para organizarem a anonyma Cooperativa dos Funcionarios Publicos (decr. 1070); concede autorização a Antonio Coelho Ferreira Pacheco para organizar a anonyma denominada Companhia Gordorifica Industrial Mercantil (decr. 1080); concede autorização ao Dr. Rodrigo Pereira Barreto e outros para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Leitaria Paulista (decr. 1100); concede a Antonio Joaquim Dias da Silva autorização para organizar a anonyma sob a denominação de Cooperativa de Consumo, de Construções e Produções do Congresso Operario (decr. 1101); concede permissão ao Dr. Antonio da Rocha Fernandes Leão e outro para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Centros Pastoris (decr. 1116); concede ao Dr. José Rodrigues dos Santos e outro autorização para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Cremerie Parisiense (decr. 1145); concede autorização a Domingos Theodoro de Azevedo Junior e outros para organizarem a anonyma sob a denominação de Registro Torrens Urbano (decr. 1155); concede autorização aos bancos Colonizador e Agricola, de Portugal e do Brasil e Luso Brasileiro para organizarem a anonyma Companhia Pastoral e Industrial Sul do Brasil (decr. 1178); concede autorização ao Dr. Liberalino de Albu-

querque e outros para organizarem a anonyma sob a denominação de Companhia Mogyana de Café do Brasil (decr. 1179); concede autorização a Diogo Salles de Menezes e outro para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Pastoril Fluminense (decr. 1185); concede autorização a Francisco José Gomes da Silva e outro para organizarem a anonyma Companhia Moagem de Cereaes (decr. 1193); concede permissão a Theotônio Gomes Braga para transferir á anonyma Salina Nacional, a concessão do decr. 488 de 1890 (decr. 1197); concede autorização a Antonio Antunes Guimarães e outros para organizarem a anonyma Companhia Commercio e Industria Botafogo (decr. 1215); concede permissão ao bacharel Firmo de Albuquerque Diniz e outros para fundarem a anonyma bancaria — Banco de Credito e Garantia Real (decr. 1219); concede autorização a Antonio Francisco Bandeira Junior para organizar uma anonyma sob a denominação de Cooperativa Suburbana (decr. 1240); concede autorização a Jayme Gomes de Souza Lemos e outros para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Agricola e Pastoril Sul e Oeste de Minas (decr. 1266); concede autorização a Julio Antonio Barreiros e outro para organizarem uma anonyma sob a denominação de Cooperativa Fluminense (decr. 1272); concede á anonyma Padaria Luso Brasileira autorização para funcionar (decr. 1274); concede autorização ao Dr. Henrique de Salles para organizar a anonyma sob a denominação de Companhia Industrial e Agricola de Villa Rica (decr. 1283); concede autorização a Francisco Ferreira da Varzea e outros para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Commercial Industrial de Generos Alimenticios (decr. 1328); concede autorização a Francisco José Corrêa Quintella para organizar uma anonyma sob a denominação de Companhia de Cerveja Brasil (decr. 1331); concede autorização ao Banco de Penhor e Hypotheca para organizar uma anonyma sob a denominação de Companhia Commercio e Industria do Brasil (decr. 1335); concede autorização a Julio Soares da Silva e outros para organizarem uma anonyma sob a denominação de Companhia Commercio de Conta Propria e Comissões (decr. 1342); concede autorização ao Banco de Santos para organizar uma anonyma sob a denominação de Companhia Santista de Panificação (decr. 1343); concede autorização a Francisco Manoel Garcia e outros para organizarem a anonyma sob a denominação de Companhia Omnibus (decr. 1360); concede autorização a Samuel A. das Neves para organizar uma anonyma sob a denominação de Companhia Paulista (decr. 1361); providencia sobre a organização das anonymas (decr. 1362); concede autorização a M. Freitas Paranhos para organizar a anonyma sob a denominação de Companhia de Distillação e Aguas Mineraes Christoffel & Stupakoff (decr. 1376); revoga os arts. 11 e 12 do decr. 1362 de 1891 (decr. 1386); concede autorização a Pedro Tomás y Martin para organizar uma anonyma sob a denominação de Companhia Securitas (decr. 1411); concede autorização ao Banco "Italia-Brasil" para organizar a anonyma "L'Italia" (decr. 1421); concede autorização a José Thomaz Pimentel Barboza e outros para organizarem a anonyma sob a denominação de Companhia Cooperativa Mineira (decr. 1426); concede autorização a Manoel de Souza Campos Filho e outros para organizarem a anonyma sob a denominação de Companhia Leitaria Bahiana (decr. 1429).

Société — Ver Concessões.

Soldo — Eleva o das praças de pret do exercito (decr. 43); eleva o das praças do batalhão naval e corpo de marinheiros nacionaes (decr. 74 A); eleva o dos officiaes do exercito (decr. 113 A); augmenta o dos officiaes dos corpos da armada, saude e fazenda (decr. 112 C); faz extensivo ás praças do corpo e companhias de operarios militares dos arsenaes de guerra o decr. que augmentou o das praças de pret do exercito (decr. 120); equipara o dos officiaes do corpo de bombeiros ao que percebem os officiaes do exercito (decr. 379); firma o direito ao da patente aos officiaes do exercito, da armada e das classes annexas em commissões ou empregos (decr. 474 B); eleva o dos aspirantes alumnos da Escola Naval (decr. 1308).

Subsidio — Assegura a continuação do com que o ex-impe-rador pensionava a diversas pessoas (decr. 5); fixa o do chefe do governo provisório (decr. 27 G); fixa o dos ministros de Estado (decr. 27 H); concede o de 8:000\$ a Decio Villares para a realização do seu quadro "Epopeia africana no Brasil" (decr. 444).

Substituição — Designa a ordem da reciproca dos juizes de direito (decr. 27); dos modelos de diplomas e cartas conferidos por estabelecimentos de ensino (decr. 30); autoriza a do para-grapho unico dos estatutos do Banco do Brasil (decr. 69); das leis 1237 de 1864 e 3212 de 1885 (decr. 169 A); das tabellas annexas aos decrs. 9935 e 9974 de 1888, regulando o fornecimento de rações (decr. 181 B); designa a ordem de dos juizes de casa-mentos (decr. 233 A); regula a dos presidentes das juntas com-merciaes (decr. 298); da denominação do canal Principe D. Af-onso, pela denominação de canal de Laguna a Porto Alegre (decr. 398); da concessão feita á Companhia da E. de F. Bahia e Minas para o prolongamento da estrada de Philadelphia a S. João Baptista de Minas Novas (decr. 574); da disposição da 1ª parte do art. 7º dos estatutos do Banco Emissor do Sul (decr. 583); de todo o capitulo III do regulamento do Museu Nacional (decr. 810); da revalidação, pela multa de 10 a 50 % sobre a importan-cia do sello (decr. 1115 A).

Substitutos — Ver Concursos — Juizes.

Subvenção — Concede a uma empresa de vapores frigorificos (decr. 337); concede a uma empresa de conservação e transporte de carnes verdes (decr. 693).

Suinos — Ver Criação.

Supremo Tribunal — Regula as gratificações dos desembar-gadores nomeados para o de Justiça (decr. 260); eleva os ven-cimentos dos empregados da Secretaria do de Justiça (decr. 513).

Suppressão — Da cadeira de direito ecclesiastico nos cursos juridicos do Recife e S. Paulo (decr. 1036 A); da concessão de saladeiros ao engenheiro Augusto Guedes de Carvalho, no Rio Grande do Sul (decr. 1110); de uma secção na Secretaria das Relações Exteriores (decr. 1120).

Supprimimento — Ver Edade.

Suspensão — Firma a competencia da autoridade federal e dos governadores dos Estados, quanto á de algumas classes de funcionarios (decr. 12 A); dos trabalhos ordinarios do fôro do termo de Campinas (decr. 268); determina a das disposições dos regulamentos dos institutos officiaes de instrucção (decr. 1340); das baixas das praças do corpo de marinheiros nacionaes (decr. 1365).

Systema — Declara temporariamente facultativa a adopção do de diffusão (decr. 819); concede privilegio, garantia de juro e mais favores para o estabelecimento de um de viação geral (decr. 862) — Ver Registro.

Tabellas — Revoga a do imposto de industrias e profissões (decr. 86); manda substituir as annexas aos deocrs. 9935 e 9974 de 1888, regulando o fornecimento de rações (decr. 181 B); approva e põe em execução a de vencimentos dos empregados do Presídio de Fernando de Noronha (decr. 608); approva a de vencimentos do pessoal tecnico das estradas de ferro geraes do Estado (decr. 743); augmenta o numero dos artigos mencionados nas annexas ao decr. 640 de 1890 (decr. 990); altera a dos emolumentos consulares (decr. 1327 D); altera a de vencimentos do pessoal do Jardim Botânico (decr. 1334); altera a do pessoal da Inspectoria Geral da Illuminação (decr. 1385); manda adoptar as para fornecimento de fardamento aos corpos arregimentados do exercito e aos sentenciados (decr. 1431).

Tabelliães — Autoriza-os a despachar certidões independentemente de despacho dos juizes (decr. 470).

Tarifas — Manda executar a nova das alfandegas (decr. 836); promulga a convenção firmada em Bruxellas em 1890 creando a União Internacional para a publicação das aduaneiras (decr. 1327 B).

Taxas — Altera as de armazénagem das mercadorias depositadas nos armazens da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. 191); eleva a 6 % a dos juros abonados pelas caixas economicas (decr. 661); extingue a adicional de 5 % para o fundo de emancipação (decr. 804); isenta da adicional do imposto predial os estabelecimentos industriaes (decr. 878) — **Ver Reducção.**

Telegrammas — Estende á sociedade Cooperativa Militar do Brasil a redução de 50 % sobre a taxa de (decr. 942 B).

Telegraphos — Abre um credito extraordinario de 660:000\$ á verba — no exercicio de 1890 (decr. 785) — **Ver Repartições** — **Secretarias.**

Telephones — **Ver Centros** — **Concessões** — **Linhas** — **Rêde** — **Serviço.**

Tempo — Reduz o do serviço de algumas classes da armada (decr. 3); manda contar ao capitão de fragata Olympio José Chavantes o de serviço militar (decr. 252).

Termo — **Ver Comarcas.**

Terras — Manda executar o regulamento sobre divisão e demarcação das particulares (decr. 720); incorpora ao dominio do Estado as dadas em dote á ex-imperatriz (decr. 1050).

Terrenos — Autoriza a Intendencia Municipal da cidade de Araras a acceitar a doação do em que se acha edificada a mesma cidade (decr. 358); declara de utilidade publica a desapropriação do situado entre os predios 2 D e 2 F, da rua Retiro Saudoso (decr. 409); concede permissão ao Dr. Francisco Teixeira de Magalhães para explorar marmore em devolutos no Estado da Bahia (decr. 541); declara de utilidade publica a desapropriação de na ilha do Governador (decr. 893); declara de utilidade publica a desapropriação dos a que se refere o decr. 638 de 1890 (decr. 1098); declara de utilidade publica a dos necessarios para o prolongamento das ruas Senador Corrêa e Martins Ribeiro (decr. 1125); declara de utilidade publica a desapropriação dos situados ao lado da igreja e convento da Ordem Carmelitana no largo da Lapa (decr. 1126); approva a desapropriação do da rua Dr. Dias Ferreira, necessario ao estabelecimento da casa de machinas da Rio de

Janeiro "City Improvements", no Jardim Botânico (decr. 1363).

— **Ver Desapropriações — Fabricas.**

Territorio — Crea colonias nacionaes no da Guyana Brasileira (decr. 163); concede permissão a Charles H. Ward para explorar determinado em Matto Grosso (decr. 719).

Thesourarias — Regula o numero, classes e vencimentos dos empregados das de fazenda (decr. 240 A); transfere aos inspectores das de fazenda as attribuições que competiam aos presidentes das extinctas provincias (decr. 781).

Thesouro Nacional — Altera o numero e vencimentos dos empregados do (decr. 172); iguala os vencimentos dos praticantes da Contadoria da Marinha aos do (decr. 682).

Titulos — Abolição de todos os de nobreza (decr. 277 F) — **Ver Resgate.**

Tomada de contas — Passa para a Repartição Fiscal do Ministerio da Guerra a attribuição da dos responsaveis (decr. 277).

Trabalhos — Suspende os ordinarios do fôro do termo de Campinas (decr. 268); declara qual o praso para o começo dos do ramal da E. de F. Minas e Rio (decr. 377); concede praso a Antonio Candido de Siqueira para encetar os de pesca, salga e sécca de peixe (decr. 1311); estabelece providencias para regularizar o dos menores nas fabricas da Capital Federal (decr. 1313).

Traçado — Approva as modificações feitas no da E. de F. do Norte (decr. 287); modifica o do ramal da Assembléa, na E. de F. Central de Alagoas (decr. 543); approva a nova modificação feita no da E. de F. do Norte (decr. 777); approva os estudos das variantes do da E. de F. do Natal ao Ceará-mirim (decr. 1234); modifica o do prolongamento da E. de F. do Paraná (decr. 1425).

Trafejo — **Ver Serviços.**

Transferencias — Autoriza a Companhia de S. Christovão a fazer a dos privilegios de que é concessionaria (decr. 22); da concessão feita á Companhia de Mineração de S. José d'El-Rey para lavar minas (decr. 161); para a administração municipal dos serviços das linhas de carris urbanos e de telephone (decr. 199); autoriza a da concessão de uma estrada de ferro da bahia de Botafogo a Angra dos Reis (decr. 236); regula a de lavras mineiras (decr. 288); á Companhia de Engenhos Centraes da concessão feita a Joaquim Xavier Carneiro de Lacerda pelo decr. 214 de 1890 (decr. 321); á Companhia da E. de F. Barão de Araruama da concessão feita á Companhia E. de F. do Carangola (decr. 420); á Companhia Assucareira de Pernambuco das concessões dos decrs. 10195 e 436 de 1889 e 214 e 215 de 1890 (decr. 477); concede permissão para a da concessão da E. de F. de Itú a Iguape (decr. 527); á Empreza Industrial de Melhoramentos do Brasil das concessões de que é cessionario o Banco Auxiliar (decr. 689); á Companhia E. de F. Leopoldina das concessões relativas ás estradas de ferro Barão de Araruama e do Carangola (decr. 734); á Companhia Industrial do Brasil da concessão feita pelo decr. 1031 de 1889 á Empreza Brasil Metalurgico para lavar ferro e outros mineraes, em S. Paulo (decr. 735); á Empreza Industrial de Melhoramentos no Brasil da concessão feita ao engenheiro Palmerio de Carvalho Cantanhede (decr. 737); approva a da E. de F. de Santa Luzia do Carangola á Companhia Geral de Estradas de Ferro no Brasil (decr. 759); aos inspectores das thesourarias de fazenda das

atribuições que competiam aos presidentes de províncias (decr. 781); concede permissão ao Dr. José Ferreira de Souza Araujo e a Giuseppe Fogliani para a da concessão do alargamento, rectificação e prolongamento da rua Senhor dos Passos ao Dr. Antonio Brissay (decr. 788); autoriza a Companhia E. de F. do Norte a fazer a do ramal da Tijuca á Companhia E. de F. da Tijuca (decr. 815); abre um credito extraordinario de 350:000\$ para as despesas com a do Observatorio do Rio de Janeiro (decr. 845); da concessão feita a Frederico Augusto de Souza Nogueira para estabelecer quatro saladeiros, no Maranhão, á Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil (decr. 881); a Domingos Moutinho da E. de F. do Bananal (decr. 918); á Companhia Fabricação e Commercio de Assucar das concessões feitas pelos decrs. 616 e 689 de 1890 (decr. 976); á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas da concessão constante do decr. 904 de 1890 (decr. 991); concede permissão para a da concessão feita para construcção da E. de F. do Ceará-mirim (decr. 992); á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas do privilegio para a construcção das obras do porto de Icapará e do canal do Varadouro (decr. 998); autoriza a da concessão feita pelo decr. 193 de 1890 (decr. 1039); á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas do privilegio para a construcção, uso e goso do canal de Laguna a Porto Alegre (decr. 1078); para Henrique Deslandes da concessão do decr. 645 de 1890 (decr. 1152); concede permissão a Domingos Theodoro de Azevedo Junior e outros para á Companhia Brasileira Torrens da concessão que obtiveram para organizarem a sociedade anonyma Registro Torrens Urbano (decr. 1232 B); á Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil da concessão feita pelo decr. 1060 de 1890 (decr. 1235); autoriza a da concessão a que se refere o decr. 896 de 1890 á Companhia Estreito e S. Francisco ao Chopim (decr. 1267); á Companhia da E. de F. do Peçanha a Araxá da concessão de uma estrada de ferro ligando o Araxá á linha de Itabira a Jatobá (decr. 1268); á Companhia Industrial e Agricola Sul Mineira da concessão constante do decr. 654 de 1890 (decr. 1286); concede permissão ao engenheiro Joaquim da Costa Chaves Faria para a da concessão constante do decr. 936 de 1890 á Empresa de Obras Publicas do Brasil (decr. 1288); da concessão feita pelo decr. 219 de 1890 á Companhia Industrial de Melhoramentos da Bahia (decr. 1347); ao Banco Central Mineiro da concessão feita pelo decr. 927 de 1890 (decr. 1359); á Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil da concessão constante dos decrs. 705 e 708 de 1890 (decr. 1370); concede autorização a Vicente Werneck Pereira da Silva para a da concessão do decr. 9958 de 1888 á Empresa Industrial do Gran-Pará (decr. 1391).

Transformação — Ver Usina.

Transmissão — Estabelece a de immoveis pelo systema Torrens (decr. 451 B); promulga o regulamento que estabelece a de immoveis pelo systema Torrens (decr. 955 A); concede autorização a Francisco Secco e outro para introduzirem e explorarem um apparelho para a de noticias do movimento da praça (decr. 1248).

Tratamento — Estabelece regras sobre o forense (decr. 25).

Tribunal — Estabelece o preenchimento por eleição do cargo de presidente do Supremo de Justiça (decr. 210).

Tribunal de Contas — Crea-o para exame, revisão e julgamento dos actos concernentes á receita e despesa (decr. 966 A).

Triplificação — Ver Fios.

Tropas — Extingue a Pagadoria das (decr. 348).

Turfa — Concede permissão a Caetano José de Mesquita e outros para explorarem jazidas de, em Alagoas (decr. 592).

U

União — Promulga a convenção firmada em Bruxellas, em 1890, creando a Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras (decr. 1327 B).

Uniformes — Estabelece novo plano para os dos officiaes da armada e classes annexas (decr. 155 A); manda observar o plano de dos empregados da Secretaria e da Contadoria da Marinha (decr. 381); altera o plano dos do corpo da armada e classes annexas (decr. 425); estabelece novo plano de para o corpo de marinheiros nacionaes (decr. 442); estabelece novo plano para os dos officiaes e praças do exercito e dos alumnos das escolas militares (decr. 694); manda observar o plano de dos alumnos da Escola Naval (decr. 1035); altera algumas disposições relativas aos adoptados (decr. 1067); approva o plano de para a guarda nacional da Capital Federal (decr. 1167); manda observar o desenho do distinctivo para os dos empregados civis dos arsenaes de marinha (decr. 1321).

Usina — Autoriza a Companhia Agricola de Campos a transformar a Barcellos (decr. 300); prorroga o praso para a Companhia Agricola de Campos concluir as obras de transformação da Barcellos (decr. 951).

Utilidade — Ver Desapropriações.

Utilização — Concede ao bacharel João José do Monte a das aguas da cachoeira Paulo Affonso (decr. 1113).

V

Valor — Isenta dos direitos de importação as obras de arte de artistico (decr. 879).

Vantagens — Adopta no Ministerio da Marinha algumas disposições do Ministerio da Guerra, afim de harmonizar as decuniaras concedidas aos officiaes (decr. 1181) — Ver *Vapores*.

Vapores — Concede subvênção a uma empreza de frigorificos (decr. 337); concede as vantagens e regalias de paquetes aos da companhia que J. J. Drumm organizar (decr. 375); concede as vantagens e regalias de paquete ao denominado "Faria Lemos" (decr. 523); concede as vantagens e regalias de paquetes aos da Companhia Estradas de Ferro e Navegação do Norte do Brasil (decr. 685); concede as vantagens e regalias de paquetes aos da Companhia de Paquetes Brasil Oriental e Diques Fluctuantes (decr. 928); concede as vantagens e regalias de paquetes aos da Companhia Hollando-Americana de Navegação a Vapor (decr. 1195); concede as vantagens e regalias de paquetes aos da Empreza Esperança Maritima (decr. 1199); concede as vantagens e regalias de paquetes aos pertencentes a Lage Irmãos (decr. 1383).

Varas — Restabelece a segunda civil, na capital do Estado da Bahia (decr. 547); crea na capital da Bahia mais uma privativa de juiz de direito de casamentos (decr. 807); crea na capital de Pernambuco mais uma privativa de juiz de direito de casamentos (decr. 828) — Ver *Reunião*.

Variante — Ver Estudos.

Veciros — Concede permissão a Edwin Gracie Wyiatt para explorar auríferos, no município de S. Sepé (decr. 1275).

Vegetaes — Ver Favores.

Velas — Ver Fabricas.

Vencimentos — Augmenta o da mestrança e dos operarios das officinas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (decr. 74 C); eleva o que percebe o secretario da Capitania do Porto do Estado do Rio de Janeiro (decr. 97); altera os dos empregados da Secretaria da Fazenda, do Thesouro Nacional e Recebedoria da Capital (decr. 172); eleva o dos empregados da Secretaria da Justiça (decr. 184); augmenta o dos cirurgiões do regimento policial da Capital Federal (decr. 203); regula o dos empregados das thesourarias de fazenda (decr. 240 A); altera os dos empregados da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. 248); regula o dos empregados da Caixa de Amortização (decr. 249); eleva os dos empregados da Secretaria da Guerra (decr. 254); eleva os dos empregados da Secretaria da Marinha (decr. 267 A); eleva os dos empregados da Contadoria da Marinha (decr. 277 C); eleva os dos empregados da Secretaria das Relações Exteriores (decr. 291); eleva a 4:800\$ os do lente da 4ª cadeira do curso superior da Escola de Minas (decr. 349); eleva os dos empregados da Intendencia e do Arsenal de Guerra da Capital Federal (decr. 372); eleva os dos empregados da secretaria do Conselho Supremo Militar (decr. 373); eleva os dos escripturarios e do ajudante do porteiro da Repartição do Quartel Mestre General (decr. 374); augmenta os dos cirurgiões e marca o do pharmaceutico do regimento policial da Capital Federal (decr. 388); altera os dos empregados das alfandegas (decr. 391 B); eleva os da mestrança, operarios e aprendizes das officinas do Arsenal de Guerra da Capital Federal (decr. 428); marca o do pessoal das embarcações do Arsenal de Guerra da Capital Federal (decr. 433); equipara os dos empregados do Laboratorio Pirotecnico do Campinho aos dos empregados do Arsenal de Guerra da Capital Federal (decr. 434); equipara os dos ajudantes do inspector geral de saude dos portos aos dos ajudantes do inspector geral de hygiene (decr. 451); fixa os dos empregados da Secretaria de Policia da Capital Federal e dos delegados, medicos e auxiliares (decr. 464); eleva os dos empregados da Casa de Detenção (decr. 465); eleva os dos empregados da secretaria do Supremo Tribunal de Justiça (decr. 513); marca os do pessoal dos arsenaes de guerra (decr. 534); regula os dos empregados de fazenda no Estado do Ceará (decr. 584); eleva os do porteiro, continuo e serventes da Directoria Geral de Obras Militares (decr. 620); declara o modo pr que devem ser considerados os dos guardas de linha, operarios e estafetas da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 644); iguala os dos praticantes da Contadoria da Marinha aos do Thesouro Nacional (decr. 682); eleva os do pessoal da Fabrica de Polvora da Estrella (decr. 793); marca os do pessoal do Laboratorio Chimico-Pharmaceutico Militar (decr. 922); declara qual o que compete aos officiaes reformados e honorarios do exercito, quando exercerem emprego militar (decr. 932); approva a tabella dos do pessoal tecnico das estradas de ferro geraes do Estado (decr. 943); approva as instrucções regulando o abono de militares (decr. 946 A); altera os dos empregados da Caixa de Amortização e da Casa da Moeda (decr. 995 A); marca os dos empregados do Asylo de Mendicidade (decr. 1019);

equipara os dos primeiros e segundos escripturarios da Repartição Geral dos Telegraphos aos dos primeiros e segundos officiaes da Directoria Geral dos Correios (decr. 1147); abre o credito extraordinario de 10:121\$736 para pagamento de ao bacharel Eduardo Callado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, em disponibilidade (decr. 1198); releva de prescripção a divida de Iclerico Narbal Pamplona (decr. 1319); releva de prescripção a divida do desembargador Justiniano Baptista Madsureira (decr. 1218); fixa os dos membros do Conselho Supremo Militar, quando não exercerem outro emprego (decr. 1319); altera a tabella de do pessoal do Jardim Botânico (decr. 1334); torna extensivas á armada as disposições do decr. 1319 de 1891, fixando os dos membros do Conselho Supremo Militar, quando não exercerem outro emprego (decr. 1345) — Ver Gratificações — Promotores.

Venda — Permite a livre de bilhetes de loterias dos Estados (decr. 207); autoriza a da Fabrica de Ferro de S. João do Ipanema (decr. 1334).

Verbas — Abre ao Ministerio da Marinha um credito supplementar á — Munições navaes (decr. 27 B); abre um credito supplementar á — Hospitaes (decr. 27 C); abre ao Ministerio do Interior um credito supplementar á — Soccorros publicos, do exercicio de 1890 (decr. 500); abre um credito extraordinario de 660:000\$ á — Telegraphos, do exercicio de 1890 (decr. 785); abre um credito supplementar da quantia de 100:000\$ á — Eventuaes, do exercicio de 1890 (decr. 786); abre um credito supplementar á — Soccorros publicos, do exercicio de 1890 (decr. 830); abre um credito especial de 179:174\$ ás — Escola Polytechnica e Secretaria e Gabinete da Escola Polytechnica (decr. 1269); abre ao Ministerio da Guerra um credito supplementar de 9.664:020\$945 para as despesas de diversas, no exercicio de 1890 (decr. 1330).

Viação — Providencia sobre o modo de organização de um plano de federal (decr. 159); concede privilegio, garantia de juros e mais favores para o estabelecimento de um systema de geral (decr. 862).

Vistorias — Approva o regulamento para a das embarcações a vapor, mercantes (decr. 216 D).

Viúvas — Ver Meio soldo.

Votação — Facilita a nas eleições das juntas commerciaes aos eleitores commerciantes que residirem fóra da séde (decr. 1005).

Voto — Providencia para que possam exercer o direito de os cidadãos qualificados eleitores em virtude da lei 3029 de 1881 (decr. 648).



Zelador — Ver Logares.

Zonas — Rectifica a clausula XXI do decr. 7959 de 1880, relativamente á privilegiada das estradas de ferro (decr. 227); divide em tres de emissão a região do norte do Brasil (decr. 251 A).

PRIMEIRA PARTE

II

Indice chronologico dos actos do governo provisório

1889 - 1891

- N. 1 — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 15 de novembro de 1889 — Proclama provisoriamente e decreta como a fórma de governo da nação brasileira a Republica Federativa, e estabelece as normas pelas quaes se devem reger os Estados Federaes.
- N. 2 — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 16 de novembro de 1889 — Provê a decencia da posição da familia do ex-imperador e as necessidades do seu estabeecimento no estrangeiro.
- N. 3 — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 16 de novembro de 1889 — Reduz o tempo de serviço de algumas classes da armada e extingue nesta o castigo corporal.
- N. 4 — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 19 de novembro de 1889 — Estabelece os distinctivos da bandeira e das armas nacionaes, e dos sellos e sinetes da Republica.
- N. 5 — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 19 de novembro de 1889 — Assegura a continuação do subsidio com que o ex-imperador pensionava do seu bolso a necessitados e enfermos, viúvas e orphãos.
- N. 6. — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 19 de novembro de 1889 — Declara que se consideram eleitores para as camaras geraes, provinciaes e municipaes todos os cidadãos brasileiros, no goso dos seus direitos civis e politicos, que souberem ler e escrever.
- N. 7 — INTERIOR — Decreto de 20 de novembro de 1889 — Dissolve e extingue as assembléas provinciaes e fixa provisoriamente as attribuições dos governadores dos Estados.
- N. 8 — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 21 de novembro de 1889 — Crea um quadro extranumerario no exercito.
- N. 9 — INTERIOR — Decreto de 21 de novembro de 1889 — Altera a denominação do antigo Collegio de Pedro II e supprime a de imperial de varios estabelecimentos dependentes do Ministerio dos Negocios do Interior.
- N. 10 — INTERIOR — Decreto de 21 de novembro de 1889 — Altera a denominação do Archivo Publico do Imperio.
- N. 11 — INTERIOR — Decreto de 23 de novembro de 1889 — Regula a classificação e numeração dos decretos.
- N. 12 — INTERIOR — Decreto de 23 de novembro de 1889 — Estabelece o limite das attribuições dos chefes dos Estados no que toca á nomeação e demissão dos empregados.
- N. 12 A — INTERIOR — Decreto de 25 de novembro de 1889

- Firma a competencia da autoridade federal e dos governadores dos Estados quanto á nomeação, aposentadoria, demissão, suspensão e licenças de algumas classes de funcionários.
- N. 13 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1889 — Concede ao Banco Mercantil de Santos a faculdade de emissão e approva a reforma feita nos seus estatutos.
- N. 13 A — INTERIOR — Decreto de 26 de novembro de 1889 — Regula a concessão de naturalizações.
- N. 14 — FAZENDA — Decreto de 27 de novembro de 1889 — Reforma o regulamento da Recebedoria do Rio de Janeiro.
- N. 15 — FAZENDA — Decreto de 23 de novembro de 1889 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco Predial.
- N. 16 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1889 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco Provincial de Minas Geraes.
- N. 17 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1889 — Approva a alteração feita nos estatutos do Banco do Brasil, na parte relativa ao regimen administrativo de sua caixa filial de S. Paulo.
- N. 18 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1889 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo.
- N. 19 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1889 — Concede ao Banco de Credito Real do Brasil, com sede nesta capital, a faculdade de emittir bilhetes ao portador e á vista, convertiveis em ouro.
- N. 20 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1889 — Concede á Sociedade Commercio, estabelecida na capital da Bahia, a faculdade de emittir bilhetes ao portador, convertiveis em moeda metalleja, e á vista.
- N. 21 — GUERRA — Decreto de 28 de novembro de 1889 — Approva o plano de uniformes do exercito.
- N. 22 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de novembro de 1889 — Autoriza a Companhia de S. Christovão a transferir a outrem os privilegios de que é cessionaria, ficando o novo cessionario sujeito ás mesmas obrigações.
- N. 23 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1889 — Concede ao Banco do Brasil a faculdade de emittir bilhetes á vista e ao portador, convertiveis em ouro, e approva com alterações as emendas feitas nos seus estatutos.
- N. 24 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1889 — Concede ao Banco Commercial do Rio de Janeiro a faculdade de emittir bilhetes á vista e ao portador, convertiveis em ouro, e approva as alterações dos seus estatutos.
- N. 24 A — JUSTIÇA — Decreto de 29 de novembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Itatiba, no Estado de S. Paulo.
- N. 24 B — JUSTIÇA — Decreto de 29 de novembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de S. José do Barreiro, no Estado de S. Paulo.
- N. 24 C — JUSTIÇA — Decreto de 29 de novembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Soccorro, no Estado de S. Paulo.
- N. 25 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de novembro de 1889 — Estabelece regras provisórias sobre formulas e tratamento forenses.

- N. 26 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de novembro de 1889 — Designa a ordem em que os juizes substitutos desta capital deverão cooperar com os juizes de direito e substituir-se reciprocamente no anno de 1890.
- N. 27 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de novembro de 1889 — Designa a ordem de substituição reciproca dos juizes de direito desta capital no anno de 1890.
- N. 27 A — MARINHA — Decreto de 30 de novembro de 1889 — Eleva á categoria de cadeira a aula de historia e tactica naval da Escola Naval.
- N. 27 B — MARINHA — Decreto de 30 de novembro de 1889 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha um credito suplementar, na importancia de 284:981\$131, á verba — Munições navaes, do exercicio de 1889.
- N. 27 C — MARINHA — Decreto de 30 de novembro de 1889 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha um credito suplementar, na importancia de 36:546\$378, á verba — Hospitaes, do exercicio de 1889.
- N. 27 D — AGRICULTURA — Decreto de 30 de novembro de 1889 — Concede permissão ao engenheiro Nelson Vasconcellos de Almeida para lavar ouro e outros mineraes no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 27 E — INTERIOR — Decreto de 30 de novembro de 1889 — Confirma as pensões concedidas no dominio do antigo regimen e que se achavam pendentes de approvação.
- N. 27 F — INTERIOR — Decreto de 1 de dezembro de 1889 — Reforma o quadro dos empregados da Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, e dá outras providencias.
- N. 27 G — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 1 de dezembro de 1889 — Fixa, até ulterior resolução da assembléa constituinte, o subsidio do chefe do governo provisório.
- N. 27 H — INTERIOR — Decreto de 1 de dezembro de 1889 — Fixa, provisoriamente, o subsidio dos ministros de Estado.
- N. 28 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Santa Isabel, no Estado de Minas Geraes.
- N. 29 — INTERIOR — Decreto de 3 de dezembro de 1889 — Nomeia uma comissão para elaborar um projecto de constituição dos Estados Unidos do Brasil.
- N. 30 — INTERIOR — Decreto de 3 de dezembro de 1889 — Substitue os modelos dos diplomas e cartas que são conferidos por varios estabelecimentos de ensino a cargo do Ministerio dos Negocios do Interior.
- N. 31 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca do Rio das Pedras, no Estado de Goyaz.
- N. 32 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de dezembro de 1889 — Approva os estudos relativos ao prolongamento da E. de F. Sorocabana, de Tatuhy a Itararé e de Botucatu á Santa Cruz do Rio Pardo.
- N. 33 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1889 — Concede ao Banco Mercantil da Bahia permissão para emittir bilhetes ao portador e á vista, convertiveis em ouro, e approva as alterações feitas nos respectivos estatutos.
- N. 34 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1889 —

- Approva a alteração feita no art. 30 dos estatutos do Banco Mercantil de Santos.
- N. 35 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de dezembro de 1889 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do Carmo, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 36 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de S. João da Boa Vista, no Estado de S. Paulo.
- N. 37 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de dezembro de 1889 — Approva os estudos do prolongamento da E. de F. Minas e Rio, até ao ponto navegavel do Rio Verde, ao qual se referem os decretos ns. 10122 de 15 de dezembro de 1888 e 10309 de 10 de agosto de 1889, e fixa o respectivo capital garantido.
- N. 38 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de dezembro de 1889 — Concede autorização á "Pelotas and Colonies Railway Company, Limited", para funcionar.
- N. 39 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1889 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos em cada um dos termos do Carmo do Rio Claro e Campo Bello, no Estado de Minas Geraes.
- N. 40 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espirito Santo, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 41 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Santa Leopoldina, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de Cachoeiro de Santa Leopoldina, no Estado do Espirito Santo.
- N. 42 — GUERRA — Decreto de 6 de dezembro de 1889 — Altera provisoriamente algumas disposições do regulamento das escolas do exercito.
- N. 42 A — AGRICULTURA — Decreto de 6 de Dezembro de 1889 — Approva os estatutos da Companhia Pastoril Mineira e autoriza-a a funcionar.
- N. 42 B — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 6 de dezembro de 1889 — Estabelece as manifestações officiaes de sympathia e gratidão que devem ser prestadas á Republica Argentina no dia 8 de dezembro de 1889.
- N. 43 — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 7 de dezembro de 1889 — Eleva o soldo das praças de pret do exercito.
- N. 44 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de dezembro de 1889 — Concede permissão á baroneza de Villa Maria para lavrar ouro e outros mineraes no Estado de Matto Grosso.
- N. 45 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Agua Preta, marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de Pernambuco.
- N. 46 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Gloria de Goitá, no Estado de Pernambuco, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 47 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Maragogipe, no Esta-

- do da Bahia, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 48 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Gravatá, marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de Pernambuco.
- N. 49 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de S. Bento, no Estado de Pernambuco, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 50 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de S. Lourenço, no Estado de Pernambuco, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 50 A — INTERIOR — Decreto de 7 de dezembro de 1889 — Dissolve a Ilma. Camara Municipal e crea um Conselho da Intendencia Municipal.
- N. 50 B — FAZENDA — Decreto de 8 de dezembro de 1889 — Concede ao Banco de Pernambuco permissão para emitir bilhetes ao portador e á vista, convertiveis em ouro, e approva, com alteração, os respectivos estatutos.
- N. 50 C — FAZENDA — Decreto de 8 de dezembro de 1889 — Concede permissão ao Banco Commercial Pelotense para emittir bilhetes ao portador e á vista, convertiveis em ouro, e approva os respectivos estatutos.
- N. 50 D — FAZENDA — Decreto de 8 de dezembro de 1889 — Concede ao Banco União da Bahia permissão para emitir bilhetes ao portador e á vista, convertiveis em ouro, e approva, com alterações, os respectivos estatutos.
- N. 50 E — FAZENDA — Decreto de 8 de dezembro de 1889 — Concede ao Banco da Bahia permissão para emittir bilhetes ao portador e á vista, convertiveis em ouro, e approva, com modificações, as alterações feitas nos respectivos estatutos.
- N. 50 F — FAZENDA — Decreto de 8 de dezembro de 1889 — Approva os estatutos do Banco de Credito Real do Rio Grande do Sul.
- N. 51 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Goyanninha, no Estado do Rio Grande do Norte, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 52 — (Com este numero não foi publicado acto algum).
- N. 53 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Quixadá, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos, no termo do mesmo nome, no Estado do Ceará.
- N. 54 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Triumpho, no Estado de Pernambuco, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 54 A — AGRICULTURA — Decreto de 13 de dezembro de 1889 — Determina que a direcção e construcção das obras do prolongamento da E. de F. de Baturité fiquem a cargo da administração da mesma estrada.
- N. 54 B — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1889 — Approva os desenhos e autoriza a cunhagem de moedas de ouro, prata, nickel e bronze, de novo typo.

- N. 55 — INTERIOR — Decreto de 14 de dezembro de 1889 —
 Approva, quanto á parte do praso que excede o corrente
 anno financeiro, o contracto celebrado com Aleixo Gary
 & Comp. para o serviço de limpeza da cidade.
- N. 56 — GUERRA — Decreto de 14 de dezembro de 1889 —
 Eleva o numero dos corpos de artilharia, cavallaria e in-
 fantaria do exercito.
- N. 57 — INTERIOR — Decreto de 14 de dezembro de 1889
 — Confirma a aposentadoria que no dominio do antigo re-
 gimen foi concedida ao bacharel Theophilo das Neves
 Leão no logar de secretario da Inspectoria Geral da In-
 strucção Primaria e Secundaria desta cidade.
- N. 58 — INTERIOR — Decreto de 14 de dezembro de 1889
 — Crea medalhas de distincção para remunerar serviços
 prestados á humanidade.
- N. 58 A — INTERIOR — Decreto de 14 de dezembro de 1889
 — Providencia sobre a naturalização dos estrangeiros re-
 sidentes na Republica.
- N. 58 B — FAZENDA — Decreto de 14 de dezembro de 1889
 — Extingue as recebedorias de rendas internas na Bahia
 e Pernambuco.
- N. 58 C — FAZENDA — Decreto de 14 de dezembro de 1889
 — Reforma o serviço de arrecadação do imposto do gado.
- N. 59 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de dezembro de 1889 —
 Declara a entrancia da comarca de Itaperuna, marca o
 vencimento do respectivo promotor publico e crea o lo-
 gar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo
 nome, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 60 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de dezembro de 1889 —
 Altera a classificação da comarca do Rio Lambary, no Es-
 tado de Minas Geraes.
- N. 61 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de dezembro de 1889 —
 Crea o logar de juiz municipal e de orphãos em cada um
 dos termos de Santa Luzia do Carangola, S. José de Além-
 Parahyba, S. João Nepomuceno, Visconde do Rio Branco,
 Sant'Anna dos Ferros, Tres Corações do Rio Verde, Mu-
 zambinho, Santo Antonio do Machado, Dolores do Indaiá,
 Philadelphia e Espirito Santo da Varginha, todos no Estado
 de Minas Geraes.
- N. 62 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de dezembro de 1889 —
 Declara a entrancia da comarca de Boa Vista, no Estado
 do Paraná, e marca o vencimento do promotor publico.
- N. 63 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de dezembro de 1889 —
 Declara a entrancia da comarca de Palmeira, no Estado do
 Paraná, e marca o vencimento do promotor publico.
- N. 64 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de dezembro de 1889 —
 Deroga o decreto n. 10139 de 29 de dezembro de 1888.
- N. 65 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de dezembro de 1889 —
 Deroga o decreto n. 10083 de 24 de novembro do anno
 passado, na parte referente á comarca de S. João do Rio
 Claro, no Estado de S. Paulo.
- N. 65 A — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1889
 — Regula a execução da primeira parte do art. 14 da lei
 n. 3348 de 20 de outubro de 1887.
- N. 66 — MARINHA — Decreto de 17 de dezembro de 1889
 — Eleva á categoria de cadeira a aula de geometria des-
 criptiva e topographia da Escola Naval.
- N. 67 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de dezembro de 1889 —

- Altera o decreto n. 1285 de 30 de novembro de 1853, na parte que designou as férias para o fôro.
- N. 68 — INTERIOR — Decreto de 18 de dezembro de 1889 —
Dá providencias relativas ao serviço de policia sanitaria e adopta medidas para impedir ou attenuar o desenvolvimen-
to de quaesquer epidemias.
- N. 69 — FAZENDA — Decreto de 19 de dezembro de 1889 —
Autoriza a substituição do paragrapho unico do art. 57 dos estatutos do Banco do Brasil.
- N. 70 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de dezembro de 1889 —
Proroga por tres mezes o praso concedido ao engenheiro Nicoláo Vergueiro Le Cocq para a apresentação dos estudos definitivos da E. de F. de Caxias a S. José das Cajazeiras, no Estado do Maranhão.
- N. 70 A — INTERIOR — Decreto de 19 de dezembro de 1889 —
Crea uma comissão de tres membros para preparar a regulamentação do decreto n. 6 de 19 de novembro de 1889.
- N. 71 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de dezembro de 1889 —
Declara a entrancia da comarca de Barbalha, no Estado do Ceará, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 72 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de dezembro de 1889 —
Declara a entrancia da comarca do Carmo, no Estado do Rio de Janeiro, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 73 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de dezembro de 1889 —
Declara a entrancia da comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 74 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de dezembro de 1889 —
Declara a entrancia da comarca de Morrinhos, marca o vencimento annual do promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de Goyaz.
- N. 74 A — MARINHA — Decreto de 20 de dezembro de 1889 —
Eleva o soldo das praças do batalhão naval e do corpo de marinheiros nacionaes.
- N. 74 B — MARINHA — Decreto de 20 de dezembro de 1889 —
Fixa a força naval para 1890.
- N. 74 C — MARINHA — Decreto de 20 de dezembro de 1889 —
Augmenta os vencimentos da mestrança e dos operários das officinas de carapinas, poleeiros e torneiros do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.
- N. 74 D — MARINHA — Decreto de 20 de dezembro de 1889 —
Extingue o Hospital de Marinha da Bahia e crea uma enfermaria no mesmo Estado.
- N. 75 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de dezembro de 1889 —
Declara a entrancia da comarca de Granito, no Estado de Pernambuco, e marca o ordenado do respectivo promotor publico.
- N. 76 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de dezembro de 1889 —
Declara a entrancia da comarca de Princeza, marca o vencimento do promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado da Parahyba.
- N. 77 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de dezembro de 1889 —

- Revoga o decreto n. 10305 de 9 de outubro ultimo e providencia sobre o serviço de segurança publica.
- N. 78 — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 21 de dezembro de 1889 — Bane do territorio nacional os cidadãos Affonso Celso de Assis Figueiredo, intitulado visconde de Ouro Preto, e Carlos Affonso de Assis Figueiredo, e desterra para o continente europeu o cidadão Gaspar Silveira Martins.
- N. 78 A — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 21 de dezembro de 1889 — Bane do territorio nacional o Sr. D. Pedro de Alcantara e sua familia, revoga o decreto n. 2 de 16 de novembro de 1889, e estabelece outras providencias.
- N. 78 B — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 21 de dezembro de 1889 — Designa o dia 15 de setembro de 1890 para a eleição geral da assembléa constituinte e convoca a sua reunião para dois mezes depois, na capital da Republica Federal.
- N. 79 — MARINHA — Decreto de 23 de dezembro de 1889 — Providencia sobre a praticagem dos portos, costas e rios navegaveis dos Estados Unidos do Brasil.
- N. 80 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca do Remanso do Pilão Arcado, no Estado da Bahia, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 81 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Paranapanema, no Estado de S. Paulo, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 82 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Cunha, no Estado de S. Paulo, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 83 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Pombal, no Estado da Bahia, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 84 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca da Barra do Rio das Contas, no Estado da Bahia, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 85 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Lima Duarte, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de Minas Geraes.
- N. 85 A — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 23 de dezembro de 1889 — Crea uma commissão militar para julgamento dos crimes de conspiração contra a Republica e seu governo, applicando-lhes as penas militares da sedição.
- N. 86 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1889 — Revoga a tabella A do imposto de industrias e profissões que acompanhou o decreto n. 9870 de 22 de fevereiro de 1888.
- N. 87 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1889 — Crea mais um lugar de curador geral de heranças jacentes e bens de ausentes.

- N. 88 — INTERIOR — Decreto de 24 de dezembro de 1889 — Providencia sobre a execução do decreto n. 68 de 18 do mesmo mez e anno, na parte referente á cobrança executiva das multas.
- N. 89 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de dezembro de 1889 — Altera a classificação da comarca de Arêas, no Estado de S. Paulo.
- N. 90 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Silveiras, no Estado de S. Paulo, e marca o ordenado do respectivo promotor publico.
- N. 91 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Coroatá, no Estado do Maranhão, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 92 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Palmas, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Paraná.
- N. 93 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Acary, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 94 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de dezembro de 1889 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do Espirito Santo do Pinhal, no Estado de S. Paulo.
- N. 95 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de dezembro de 1889 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos em cada um dos termos de Serra Negra e Dois Corregos, no Estado de São Paulo.
- N. 96 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de dezembro de 1889 — Declara sem effeito o decreto n. 10.272 de 20 de julho de 1889, salvo á companhia "Equitable Life Assurance" o direito de submetter novamente á approvação do governo os seus estatutos com as alterações nelles feitas.
- N. 97 — MARINHA — Decreto de 27 de dezembro de 1889 — Eleva a 4:800\$ o vencimento annual de 3:600\$ que percebe o secretario da Capitania do Porto do Estado do Rio de Janeiro.
- N. 98 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de dezembro de 1889 — Autoriza o cidadão Joaquim Ignacio Pereira a empregar em um só engenho central, destinado ao fabrico de assucar e alcool de canna pelo systema de diffusão, o capital de 1.150:000\$ sobre o qual lhe concedem garantia de juros de 6 % o decreto n. 10235 de 22 de abril de 1889; marca prazos para a apresentação dos documentos, exigidos pelo § 1º do art. 20 do regulamento de 9 de Outubro do mesmo anno, e conclusão das respectivas obras.
- N. 99 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de dezembro de 1889 — Approva os contractos celebrados para fornecimento de cannas ao engenho central de que é concessionario Joaquim Xavier Carneiro de Lacerda, no municipio de Jaboatão, no Estado de Pernambuco.
- N. 99 A — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1889 — Fixa em tres mezes o prazo concedido aos bancos de emissão para fazerem uso della.

- N. 100 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de dezembro de 1889 — Concede á Companhia Manufactora de Conservas Alimenticias autorização para organizar-se.
- N. 100 A — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1889 — Crea o logar de engenheiro zelador dos proprios nacionaes e regula as funcções respectivas.
- N. 100 B — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1889 — Designa as loterias que deverão ser extrahidas em 1890.
- N. 101 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de dezembro de 1889 — Proroga por 30 dias o praso concedido á companhia "Pelotas and Colonies Railway, Limited" para apresentação dos respectivos estudos.
- N. 102 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de dezembro de 1889 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do Riachuelo, no Estado de Sergipe.
- N. 103 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Philadelphia, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 104 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca do Pomba, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 105 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de S. Francisco Xavier de Joinville, no Estado de Santa Catharina, e marca o ordenado do respectivo promotor publico.
- N. 106 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Maragogy, no Estado de Alagoas, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 107 — INTERIOR — Decreto de 30 de dezembro de 1889 — Autoriza os governadores dos Estados a dissolver as camaras municipaes.
- N. 108 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1889 — Manda vigorar no exercicio de 1890 as leis ns. 3396 e 3397 de 24 de novembro de 1888.
- N. 108 A — MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1889 — Altera o quadro dos officiaes da armada, estabelecendo regras pelas quaes devem os mesmos ser reformados voluntaria ou compulsoriamente.
- N. 109 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de dezembro de 1889 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense.
- N. 110 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de dezembro de 1889 — Autoriza a companhia "Equitable Life Assurance" a funcionar.
- N. 111 JUSTIÇA — Decreto de 31 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Maricá, no Estado do Rio de Janeiro, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 112 — JUSTIÇA — Decreto de 31 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Sapucaia, no Estado do Rio de Janeiro, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 113 — JUSTIÇA — Decreto de 31 de dezembro de 1889 — Declara a entrancia da comarca de Santo Antonio de Padua, marca o ordenado do respectivo promotor publico e

- crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 113 A — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1889 — Eleva o soldo dos officiaes do exercito.
- N. 113 B — INTERIOR — Decreto de 31 de dezembro de 1889 — Crea os logares de 1º e 2º vice-chefes do governo provisório.
- N. 113 C — MARINHA — Decreto de 2 de janeiro de 1890 — Augmenta o soldo dos officiaes dos corpos da armada, saude e fazenda.
- N. 113 D — INTERIOR — Decreto de 2 de janeiro de 1890 — Restaura e reorganiza a Directoria Geral de Estatistica, creada pelo art. 2º da lei n. 1829 de 9 de setembro, e manda proceder ao segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brasil.
- N. 113 E — INTERIOR — Decreto de 2 de janeiro de 1890 — Crea o cargo de secretario geral do Conselho de Ministros.
- N. 114 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de S. Paulo.
- N. 115 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da Comarca de Guama, no Estado do Pará, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 116 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca do Rio Novo, no Estado de S. Paulo, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 117 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de janeiro de 1890 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de Santo Antonio da Cachoeira, no Estado de S. Paulo.
- N. 118 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Alemquer, no Estado do Pará, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 118 A — GUERRA — Decreto de 4 de janeiro de 1890 — Amplia o quadro do corpo de estafeta maior de 1ª classe.
- N. 119 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de janeiro de 1890 — Approva o programma da Escola Pratica de Agricultura e Viticultura, que o Dr. Aurélio Beuigno Castilho, em virtude do contracto celebrado com o governo, tem que fundar no municipio de Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 119 A — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 7 de janeiro de 1890 — Prohibe a interyenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado, e estabelece outras providencias.
- N. 120 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1890 — Faz extensivo ás praças do corpo e companhias de operarios militares dos arsenaes de guerra o decreto n. 43 de 7 de dezembro ultimo, que augmentou o soldo das praças de pret do exercito.
- N. 121 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Poténgy, marca o or-

- denado do respectivo promotor publico e crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo de Macahyba, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 122 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de S. Paulo de Blumenau, no Estado de Santa Catharina, e marca o ordenado do respectivo promotor.
- N. 123 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de S. Francisco de Paula de Cima da Serra, marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 124 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Capivary, no Estado do Rio de Janeiro, e marca o ordenado do respectivo promotor publico.
- N. 125 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, e marca o ordenado do respectivo promotor publico.
- N. 126 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Porto Feliz, no Estado de S. Paulo, e marca o ordenado do respectivo promotor publico.
- N. 127 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de S. Sebastião, no Estado do Rio Grande do Sul, e marca o ordenado do respectivo promotor publico.
- N. 128 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Monção, marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 129 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de janeiro de 1890 — Crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo de Santa Isabel, no Estado de S. Paulo.
- N. 130 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro, e marca o ordenado do respectivo promotor publico.
- N. 131 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de janeiro de 1890 — Crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo de S. José do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo.
- N. 132 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de janeiro de 1890 — Declara especial a comarca de S. Lourenço da Matta, no Estado de Pernambuco.
- N. 133 — INTERIOR — Decreto de 10 de janeiro de 1890 — Arbitra a cada um dos ministros do governo provisório a ajuda de custo de 3:000\$ para as despesas de estabelecimento.
- N. 134 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Villa Nova, no Estado de Sergipe, e marca o ordenado do respectivo promotor publico.
- N. 135 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1890 — Crea o lugar de official privativo dos protestos de letras, na Capital Federal.

- N. 136 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1890 — Divide em dois o logar de escrivão da provedoria de capellas e residuos, na Capital Federal.
- N. 137 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de janeiro de 1890 — Divide em dois o logar de official de registro goral de hypothecas, na Capital Federal.
- N. 138 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1890 — Crea mais um officio de escrivão do juizo de ausentes, na Capital Federal.
- N. 139 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1890 — Crea na Capital Federal, o logar privativo de curador fiscal das massas fallidas.
- N. 140 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Chaves, no Estado do Pará, e marca o ordenado do respectivo promotor publico.
- N. 141 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Santo Ignacio do Pinheiro, no Estado do Maranhão, marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome.
- N. 142 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1890 — Determina que a direcção e construcção das obras do prolongamento da E. de F. do Sobral fiquem a cargo da administração da mesma estrada.
- N. 142 A — INTERIOR — Decreto de 11 de janeiro de 1890 — Desannexa do hospital da Santa Casa da Misericordia desta capital, o Hospicio de Pedro II, que passa a denominar-se Hospicio Nacional de Alienados.
- N. 143 — INTERIOR — Decreto de 12 de janeiro de 1890 — Extingue o Conservatorio de Musica e crea o Instituto Nacional de Musica.
- N. 144 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Sant'Anna de Mattos, no Estado do Rio Grande do Norte, e marca o ordenado do respectivo promotor publico.
- N. 145 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de janeiro de 1890 — Crea o logar de auditor de guerra, no Estado de Pernambuco.
- N. 146 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca do Triumpho, marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 147 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de S. João de Santa Cruz, marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de Santa Cruz, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 148 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de janeiro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Santo Antonio de Padua, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 149 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Poconó, no Estado de Matto Grosso, e marca o ordenado do respectivo promotor publico.
- N. 150 — EXTERIOR — Decreto de 14 de janeiro de 1890 — Crea um consulado geral na Suecia e Noruega.
- N. 151 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de janeiro de 1890 —

- Declara a entrancia da comarca de Iguará, marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de Vargem Grande, no Estado do Maranhão.
- N. 152 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de S. Francisco, marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Maranhão.
- N. 153 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca do Rio Pardo, marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de Labrea, no Estado do Amazonas.
- N. 154 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de janeiro de 1890 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de Santa Rita de Passa Quatro, no Estado de S. Paulo.
- N. 155 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de janeiro de 1890 — Altera a organização da força policial da Capital Federal.
- N. 155 A — MARINHA — Decreto de 14 de janeiro de 1890 — Estabelece novo plano para os uniformes dos officiaes da armada e classes annexas.
- N. 155 B — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 14 de janeiro de 1890 — Declara os dias de festa nacional.
- N. 156 — JUSTIÇA — Decreto de 15 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Livramento, marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de Matto Grosso.
- N. 157 — JUSTIÇA — Decreto de 15 de janeiro de 1890 — Divide em dois o logar de escrivão dos feitos da fazenda, na Capital Federal.
- N. 158 — EXTERIOR — Decreto de 15 de janeiro de 1890 — Abre o credito extraordinario de 50:000\$ para as despesas com a commissão exploradora das Missões.
- N. 159 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de janeiro de 1890 — Providencia sobre o modo de organização de um plano de viação federal.
- N. 160 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de janeiro de 1890 — Autoriza a execução das obras de melhoramentos da barra do porto do Rio Grande do Sul.
- N. 161 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de janeiro de 1890 — Transfere a Thomaz Keene & Mello a concessão feita á Companhia de Mineração de S. José d'El-Rei para lavrar mineraes no Estado de Minas Geraes.
- N. 162 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de janeiro de 1890 — Autoriza á "Compagnie Americaine d'Eclairage" a funcionar.
- N. 163 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de janeiro de 1890 — Crea colonias nacionaes no territorio da Guyana Brasileira.
- N. 164 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1890 — Reforma a lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882.
- N. 165 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1890 — Provê a organização de bancos de emissão.
- N. 165 A — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1890 —

- Dispõe sobre as operações de credito movel a beneficio da lavoura e industrias auxiliares.
- N. 166 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de janeiro de 1890 — Crea o logar de auditor de guerra, na capital do Estado da Bahia.
- N. 167 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Cajuru, no Estado de S. Paulo, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 168 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 169 — INTERIOR — Decreto de 18 de janeiro de 1890 — Constitue o Conselho da Saude Publica e reorganiza o serviço sanitario terrestre da Republica.
- N. 169 A — FAZENDA — Decreto de 19 de janeiro de 1890 — Substitue as leis ns. 1237 de 24 de setembro de 1864 e 3272 de 5 de outubro de 1885.
- N. 170 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de janeiro de 1890 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Simão, no Estado de S. Paulo.
- N. 171 — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 20 de janeiro de 1890 — Conserva o hymno nacional e adopta o da proclamação da Republica.
- N. 172 — FAZENDA — Decreto de 21 de janeiro de 1890 — Altera o numero e vencimentos dos empregados da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, do Thesouro Nacional e da Recebedoria da Capital, e dá outras providencias.
- N. 173 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de S. João Baptista do Rio Verde, no Estado de S. Paulo, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 174 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de janeiro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 175 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de janeiro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 175 A — JUSTIÇA — Decreto de 22 de janeiro de 1890 — Approva e manda adoptar o plano de uniformes para officiaes e praças de pret do corpo de policia.
- N. 176 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de S. Felix, marca o vencimento, respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado da Bahia.
- N. 177 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de janeiro de 1890 — Declara especiaes as comarcas de Guaratinguetá, Itatiba, Caçapava e Jundiáhy, no Estado de S. Paulo.
- N. 178 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de janeiro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo.
- N. 179 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Muzambinho, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 180 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de janeiro de 1890 —

- Crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do Espírito Santo dos Barretos, no Estado de S. Paulo.
- N. 181 — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 24 de janeiro de 1890 — Promulga a lei sobre o casamento civil.
- N. 181 A — MARINHA — Decreto de 24 de janeiro de 1890 — Fixa as gratificações que devem perceber os officiaes de fazenda nomeados para servir nas escolas de aprendizes marinheiros, no deposito do trem naval e nos corpos de marinha.
- N. 181 B — MARINHA — Decreto de 24 de janeiro de 1890 — Manda substituir as tabellas annexas aos decretos ns. 9935 e 9974 de 25 de abril e 27 de julho de 1888, regulando o fornecimento de rações no porto e em viagem.
- N. 182 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 183 — INTERIOR — Decreto de 27 de janeiro de 1890 — Fixa a despeza do Ministerio dos Negocios do Interior para o exercicio de 1890.
- N. 184 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de janeiro de 1890 — Eleva os vencimentos dos empregados da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça.
- N. 185 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de janeiro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Marianna, no Estado de Minas Geraes.
- N. 186 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Itaparica, no Estado da Bahia, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 187 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca do Mirador, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Maranhão.
- N. 188 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de janeiro de 1890 — Deroga o decreto n. 10083 de 24 de novembro de 1888, na parte referente á comarca de Tatuhy, no Estado de São Paulo.
- N. 189 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Entre-Rios, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de Goyaz.
- N. 190 — FAZENDA — Decreto de 29 de janeiro de 1890 — Concede ao Banco dos Estados Unidos do Brasil autorização para funcionar e approva os respectivos estatutos.
- N. 191 — FAZENDA — Decreto de 30 de janeiro de 1890 — Altera as taxas de armazenagem das mercadorias depositadas nos armazens da Alfandega do Rio de Janeiro.
- N. 192 — FAZENDA — Decreto de 30 de janeiro de 1890 — Crea os logares de ajudante do guarda-mór e um fiel de armazem na Alfandega do Pará.
- N. 193 — INTERIOR — Decreto de 30 de janeiro de 1890 — Altera a denominação do Instituto dos Meninos Cegos.
- N. 193 A — GUERRA — Decreto de 30 de janeiro de 1890 — Estabelece novo plano para os uniformes das praças do ser reformados voluntaria ou compulsoriamente.
- N. 193 B — MARINHA — Decreto de 30 de janeiro de 1890 — Estabelece novo plano, para os uniformes das praças do batalhão naval.

- N. 193 C — AGRICULTURA — Decreto de 30 de janeiro de 1890 —
— Approva a reforma dos estatutos da Companhia do Queimado.
- N. 193 D — AGRICULTURA — Decreto de 30 de janeiro de 1890 —
— Concede ao tenente-coronel Joaquim Verissimo do Rego Barros privilegio e garantia de juros para a construcção de uma estrada de ferro do porto de Tamandaré á estação da Barra, no prolongamento da estrada de ferro denominada do Recife ao S. Francisco.
- N. 194 — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1890 —
— Crea mais um banco de emissão sobre apolices e fixa a importancia total della nos Estados Unidos do Brazil.
- N. 195 — INTERIOR — Decreto de 31 de janeiro de 1890 —
— Approva os estatutos do Montepio Popular.
- N. 196 — FAZENDA — Decreto de 1 de fevereiro de 1890 —
— Crea uma delegacia fiscal para a repressão do contrabando no Estado de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e dá outras providencias.
- N. 197 — INTERIOR — Decreto de 1 de fevereiro de 1890 —
— Crea na Capital Federal uma repartição de permutas internacionaes annexa á Bibliotheca Nacional.
- N. 198 — INTERIOR — Decreto de 6 de fevereiro de 1890 —
— Regula o modo pelo qual o Conselho da Intendencia Municipal se fará representar em juizo.
- N. 199 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de fevereiro de 1890 —
— Transfere para a administração municipal da Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil os serviços relativos ás linhas de carris urbanos e telephonicas, comprehendidas na área do respectivo municipio e seu termo.
- N. 200 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de fevereiro de 1890 —
— Declara a entrancia da comarca do Alto Parnahyba, no Estado do Maranhão, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome.
- N. 200 A — INTERIOR — Decreto de 8 de fevereiro de 1890 —
— Promulga o regulamento eleitoral.
- N. 201 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de fevereiro de 1890 —
— Regula o serviço medico das enfermarias das casas de Detenção e Correção da Capital Federal.
- N. 202 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de fevereiro de 1890 —
— Declara a entrancia da comarca do Rosario, no Estado do Rio Grande do Sul, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome.
- N. 203 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de fevereiro de 1890 —
— Augmenta os vencimentos dos cirurgiões do regimento policial da Capital Federal.
- N. 204 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de fevereiro de 1890 —
— Altera a classificação da comarca de Lima Duarte, no Estado de Minas Geraes.
- N. 205 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de fevereiro de 1890 —
— Altera a classificação da comarca do Ipu', no Estado de Ceará.
- N. 206 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de fevereiro de 1890 —
— Declara a entrancia da comarca de Orobó, no Estado da Bahia, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.

- N. 206 A — INTERIOR — Decreto de 15 de fevereiro de 1890 —
 Approva as instrucções a que se refere o decreto n. 142 A de
 11 de janeiro ultimo e crea a assistencia medico-legal de
 alienados.
- N. 207 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1890 —
 Permite a livre venda nesta capital dos bilhetes das loterias
 dos Estados.
- N. 208 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de fevereiro de 1890
 — Organiza o Lloyd Brasileiro.
- N. 209 — MARINHA — Decreto de 20 de fevereiro de 1890 —
 Regula o fornecimento de fardamentos ás praças do batalhão
 naval.
- N. 210 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de fevereiro de 1890 —
 Estabelece que os cargos de presidentes do Supremo Tri-
 bunal de Jnstiça e das Relações sejam preenchidas por
 eleição.
- N. 211 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de fevereiro de 1890 —
 Crea no municipio da Capital Federal duas varas privativas
 do juizo de casamentos e dois officiaes de registro e escri-
 vães privativos do mesmo juizo.
- N. 212 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de fevereiro de 1890 —
 Revoga as leis que exigem passaporte em tempo de paz.
- N. 213 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de fevereiro de 1890 —
 Revoga todas as leis e disposições relativas aos contractos
 de locação de serviço agricola.
- N. 214 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de fevereiro de
 1890 — Determina que as concessões feitas pelo decreto
 n. 10196 de 23 de fevereiro de 1889, de garantia de juros
 de 6 % ao anno sobre o capital de 750:000\$ á companhia que
 Joaquim Xavier Carneiro de Lacerda organizar, para o es-
 tabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico
 de assucar e alcool de canna, no municipio de Jaboatão,
 Estado de Pernambuco, passe a ser regido pelas disposições
 do regulamento approved pelo decreto n. 10393 de 9 de
 outubro de 1889, e marca prazos para a assignatura do
 contracto, para a organização da companhia, para a Inaugu-
 ração do engenho central e apresentação dos documentos
 exigidos pelo § 1º do art. 20 do citado decreto 10.393.
- N. 215 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de fevereiro de 1890
 — Concede a João Pires Gonçalves da Silva, garantia de
 Juros de 6 % sobre o capital empregado no estabelecimento
 de um engenho central no Estado de Pernambuco.
- N. 216 — INTERIOR — Decreto de 22 de fevereiro de 1890
 — Dá nova organização á Secretaria do Interior.
- N. 216 A — AGRICULTURA — Decreto de 22 de fevereiro de
 1890 — Concede autorisação ás companhias francezas
 "Société Générale des Telephones" e Société Française des
 Telegraphes Sous-Marins", para estabelecerem communica-
 ções telegraphicas, por meio de um ou mais cabos submarinos,
 entre a Villa de Vizeu, no Estado do Pará, e o litoral dos
 Estados Unidos da America do Norte .
- N. 216 B — MARINHA — Decreto de 22 de fevereiro de 1890
 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha um credito
 extraordinario, na importancia de 1.000:000\$, á verba —
 Armamentos, do exercicio de 1890.
- N. 216 C — FAZENDA — Decreto de 22 de fevereiro de 1890 —

- Crea secções de estatística commercial annexas as associações commerciaes.
- N. 216 D — MARINHA — Decreto de 22 de fevereiro de 1890 —
 — Approva o regulamento para a lotação das embarcações a vapor, mercantes, classificação, exame de machinistas e vistorias das mesmas embarcações.
- N. 216 E — MARINHA — Decreto de 22 de fevereiro de 1890
 — Declara as salvas e distinctivos que competem aos officiaes da armada investidos de autoridade em cargo especial.
- N. 217 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de fevereiro de 1890 —
 — Determina que a concessão feita pelo decreto n. 9887 de 7 de março de 1888 de garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 1.500:000\$ à Companhia Lavoura, Industria e Colónização, para o estabelecimento de um engenho central na Barra do Pirahy, Estado do Rio de Janeiro, passe a ser régida pelas disposições do regulamento approvado pelo decreto n. 10393 de 9 de outubro de 1889.
- N. 218 — INTERIOR — Decreto de 25 de fevereiro de 1890 —
 — Declara quaes os actos do Conselho da Intendencia Municipal da Capital Federal dependentes de autorização ou approvação do governo, e regula os recursos das deliberações daquella corporação.
- N. 219 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de fevereiro de 1890 —
 — Eleva a garantia de juros concedida pelo decreto n. 10161 de 15 de janeiro de 1889 a 750:000\$, e marca os respectivos prazos.
- N. 220 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de fevereiro de 1890 —
 — Proroga o prazo estabelecido para apresentação dos estudos do trecho da E. de F. da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo, entre aquella cidade e o entroncamento da E. de F. de Santa Luzia do Carangola a Cacoheiro do Itape-
 mirim.
- N. 221 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de fevereiro de 1890 —
 — Concede aos empregados da E. de F. Central do Brasil direito á aposentadoria.
- N. 222 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de fevereiro de 1890 —
 — Marca prazos para o Engenho Central de Magé, no municipio desse nome, Estado do Rio de Janeiro, concedido a Francisco Rebello de Carvalho pelo decreto n. 10442 de 9 de novembro de 1889.
- N. 223 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1890 —
 — Declara a entrancia da comarca de Santo Antonio da Estrella, no Estado do Rio Grande do Sul, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 224 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1890 —
 — Declara a entrancia da comarca de S. Lourenço, no Estado do Rio Grande do Sul, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 225 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1890 —
 — Declara a entrancia da comarca de Pirapetinga, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 226 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1890 —
 — Declara a entrancia da comarca de Abaeté, no Estado de de, no Estado da Bahia, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.

- N. 227 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 228 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Piumhy, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 229 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Ouro Fino, e marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de Minas Geraes.
- N. 230 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Abaeté, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 231 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Monte Alegre, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 232 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Conceição do Arroio, no Estado do Rio Grande do Sul, e marca o vencimento annual do respectivo promotor publico.
- N. 233 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1890 — Manda observar as instrucções para execução do decreto n. 181 de 24 de janeiro deste anno, que promulgou a lei sobre o casamento civil.
- N. 233 A — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1890 — Designa a ordem da substituição dos juizes privativos de casamentos do municipio desta capital, no corrente anno.
- N. 234 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de fevereiro de 1890 — Modifica o regulamento da E. de F. Central do Brasil.
- N. 235 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de fevereiro de 1890 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Manufactora de Conservas Alimenticias.
- N. 236 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de fevereiro de 1890 — Autoriza o engenheiro João dos Reis de Souza Dantas Sobrinho a transferir á Companhia da E. de F. do Sapucahy a concessão de uma estrada de ferro da bahia de Botafogo a Angra dos Reis, de que trata o decreto n. 10145 de 26 de outubro de 1889.
- N. 237 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de março de 1890 — Rectifica a clausula XXI do decreto n. 7959 de 20 de dezembro de 1880, relativa á zona privilegiada das estradas de ferro.
- N. 238 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de março de 1890 — Concede autorização á companhia denominada "Norddeutsche Feuerversicherungs-Gesellschaft" para continuar a funcionar.
- N. 239 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de março de 1890 — Altera o decreto n. 10439 de 9 de novembro de 1889, que concedeu á Companhia de Engenhos Centraes, nos Estados da Parahyba do Norte e Sergipe, a garantia de juros para

- a construção de tres engenhos centraes neste Estado e de um naquelle, elevando o respectivo capital a 3.000:000\$000.
- N. 240 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de março de 1890 — Approva os contractos celebrados para fornecimento de cannas ao engenho central de que é concessionario o barão de Moniz de Aragão, no municipio de Villa de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, no Estado da Bahia.
- N. 240 A — FAZENDA — Decreto de 3 de março de 1890 — Regula o numero, classes e vencimentos dos empregados das thesourarias de fazenda, e dá outras providencias.
- N. 241 — GUERRA — Decreto de 4 de março de 1890 — Extingue o commando das armas do Estado do Amazonas e crea um no Estado do Paraná.
- N. 242 — GUERRA — Decreto de 4 de março de 1890 — Constitue um batalhão academico na Capital Federal e approva o respectivo regulamento.
- N. 243 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de março de 1890 — Concede permissão á D. Elvira Revertel de Lima, viuva do brigadeiro Manoel Lucas de Lima, para lavrar carvão de pedra no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 244 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de março de 1890 — Declara sem effeito o decreto n. 141 de 10 de janeiro do corrente anno, pelo qual foi determinado que a direcção e construção das obras do prolongamento da E. de F. do Sobral ficassem a cargo da administração da mesma estrada.
- N. 245 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de março de 1890 — Determina que a concessão de garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 750:000\$, feita pelo decreto n. 10160 de 5 de janeiro de 1889 a Justino Epaminondas de Assumpção Neves e Manoel do Nascimento Vieira da Cunha Sobrinho, ou á companhia que organizarem, para o estabelecimento de um engenho central no valle do rio Carahy, municipio de Pão d'Alho, Estado de Pernambuco, passe a ser regida pelas disposições do regulamento approvado pelo decreto n. 10393 de 9 de outubro de 1889.
- N. 245 A — INTERIOR — Decreto de 5 de março de 1890 — Adeanta ao Sr. D. Pedro de Alcantara prestações em dinheiro por conta e sob garantia de suas propriedades no paiz.
- N. 246 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de março de 1890 — Altera a planta approvada pelo decreto n. 10186 de 9 de fevereiro de 1889, relativa ao terreno destinado aos augmentos da estação que possui em Santos a Companhia E. de F. de Santos a Jundiahy.
- N. 247 — GUERRA — Decreto de 6 de março de 1890 — Eleva o numero dos officiaes do corpo do estado maior de artilharia e o de capitães de engenheiros.
- N. 248 — FAZENDA — Decreto de 6 de março de 1890 — Altera o numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega do Rio de Janeiro, e dá outras providencias.
- N. 249 — FAZENDA — Decreto de 6 de março de 1890 — Regula o numero, classes e vencimentos dos empregados da Caixa de Amortização, e dá outras providencias.
- N. 250 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de março de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça a conceder licença, com todos os vencimentos, aos ministros do Supremo Tribunal, Luiz

José de Sampaio e Luiz Corrêa de Queiroz Barros, para tratarem de sua saúde.

- N. 250 A — FAZENDA — Decreto de 6 de março de 1890 — Autoriza o Banco das Classes Laboriosas a funcionar e approva com algumas modificações os respectivos estatutos.
- N. 251 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de março de 1890 — Concede ao engenheiro Fanor Cumplido os favores especificados nos § 2º, 3º, 4º e 5º do art. 8º do regulamento approved pelo decreto n. 10393 de 9 de outubro de 1889.
- N. 251 A — FAZENDA — Decreto de 7 de março de 1890 — Divide em tres zonas de emissão a região do norte do Brasil.
- N. 252 — MARINHA — Decreto de 8 de março de 1890 — Manda contar ao capitão de fragata Olympio José Chavantes, para os effeitos da jubilação, o tempo de serviço militar.
- N. 253 — FAZENDA — Decreto de 8 de março de 1890 — Estatue acerca da emissão sobre metal e apolices, concedida ao Banco do Brasil, ao Banco Nacional do Brasil e ao Banco dos Estados Unidos do Brasil.
- N. 254 — GUERRA — Decreto de 8 de março de 1890 — Eleva os vencimentos dos empregados da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra.
- N. 255 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1890 — Extende ao Banco do Brasil o encargo do resgate do papel-moeda.
- N. 256 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de março de 1890 — Proroga novamente o prazo concedido á Companhia da E. de F. Sorocabana para a apresentação dos estudos do trecho entre Santa Cruz do Rio Pardo e as margens do Paranapanema.
- N. 257 — MARINHA — Decreto de 12 de março de 1890 — Crea logares de auditores de guerra e dá classificação e graduação áquelles funcionarios.
- N. 258 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de março de 1890 — Approva, mediante clausulas, os contractos celebrados para fornecimentos de cannas ao engenho central que construir, no municipio de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, a companhia que para esse fim organizar o cidadão Honório Lima.
- N. 259 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de março de 1890 — Concede permissão a João Maria Moussier e Cornélio de Lacerda para lavrarem ouro e outros mineraes no municipio de S. Lourenço de Manhuassú, no Estado de Minas Geraes.
- N. 260 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1890 — Regula as gratificações dos desembargadores nomeados ministros do Supremo Tribunal de Justiça, dos juizes de direito nomeados desembargadores e dos bachareis nomeados juizes de direito, municipaes, de orphãos ou substitutos dos juizes de direito.
- N. 261 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1890 — Altera a classificação da comarca de Barbacena, no Estado de Minas Geraes.
- N. 262 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1890 — Altera a classificação da comarca de Sorocaba, no Estado de S. Paulo.
- N. 263 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1890 — De-

declara a entrancia da comarca do Rio Coxim, no Estado de Goyaz, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.

N. 264 — JUSTIÇA — Decreto de 15 de março de 1890 — Declara a entrancia da comarca do Rio Coxim, no Estado de Bahia, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.

N. 265 — JUSTIÇA — Decreto de 15 de março de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Barra do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.

N. 266 — JUSTIÇA — Decreto de 15 de março de 1890 — Reúne a vara de orphãos á municipal do termo de Cachoeira, no Estado da Bahia.

N. 267 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de março de 1890 — Modifica as clausulas 1^a, 4^a e 5^a das annexas ao decreto n. 10409 de 19 de outubro de 1889.

N. 267-A — MARINHA — Decreto de 15 de março de 1890 — Eleva os vencimentos dos empregados da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e reforma o respectivo regulamento.

N. 268 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de março de 1890 — Suspende os trabalhos ordinarios do fóro do termo de Campinas, no Estado de S. Paulo.

N. 269 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de março de 1890 — Proroga por mais dois annos o prazo marcado á Associação Brasileira de Mineração para medir e demarcar datas de mineraes no Estado de Minas Geraes.

N. 270 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de março de 1890 — Concede á “Société Anonyme de Chemin de Fer de Be-nevente-Minas”, prorogação, até 31 de março do corrente anno, do prazo marcado na clausula 3^a do decreto n. 10120 de 15 de dezembro de 1888 para apresentação dos estudos definitivos da estrada de ferro que, partindo de Santa Luzia do Carangola, deve entroncar-se na E. de F. da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo.

N. 271 — MARINHA — Decreto de 18 de março de 1890 — Manda executar o regulamento para o corpo de praticos do questuario do Rio da Prata e seus afluentes.

N. 272 — MARINHA — Decreto de 18 de março de 1890 — Dá nova organização ao batalhão naval.

N. 273 — MARINHA — Decreto de 18 de março de 1890 — Manda executar o regulamento para os foguistas da armada, contractados.

N. 274 — GUERRA — Decreto de 18 de março de 1890 — Extingue o curso de cavallaria e infantaria da Escola Militar do Ceará.

N. 275 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de março de 1890 — Concede autorização á Companhia Manufactora de Massas Alimenticias para organizar-se.

N. 276 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1890 — Declara a entrancia da comarca de S. Vicente, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 277 — GUERRA — Decreto de 22 de março de 1890 — Reorganiza o corpo de saúde e o serviço hospitalar de exercito.

- N. 277 A — GUERRA — Decreto de 22 de março de 1890 —
Passa para a Repartição Fiscal do Ministério da Guerra a
atribuição da tomada de contas de responsáveis deste mi-
nistério.
- N. 277 B — FAZENDA — Decreto de 22 de março de 1890 —
Expede o regulamento sobre loterias da Capital Federal.
- N. 277 C — MARINHA — Decreto de 22 de março de 1890 —
Eleva os vencimentos dos empregados da Contadoria da
Marinha e reforma o respectivo regulamento.
- N. 277 D — INTERIOR — Decreto de 22 de março de 1890 —
Declara que serão considerados cidadãos brasileiros e in-
cluídos no alistamento eleitoral os estrangeiros que o reque-
rêrem, tendo os requisitos legais.
- N. 277 E — INTERIOR — Decreto de 22 de março de 1890 —
Determina o modo de proceder-se à eliminação dos nomes
dos estrangeiros alistados eleitores que, dentro do prazo
marcado no art. 1.º do decreto n. 58 A de 14 de dezembro de
1889, houverem declarado não aceitar a nacionalidade bra-
sileira, e dá outras providências concernentes ao processo
do alistamento eleitoral.
- N. 277 F — INTERIOR — Decreto de 22 de março de 1890 —
Declara abolidos todos os títulos, fóros de nobreza e ordens
honoríficas estabelecidos pelo antigo regimen, com excepção
das ordens de Aviz e do Cruzeiro.
- N. 277 G — INTERIOR — Decreto de 22 de março de 1890 —
Altera algumas disposições do regulamento anexo ao de-
creto n. 10231 de 13 de abril de 1889.
- N. 278 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de março de 1890 — Re-
gula os efeitos civis dos casamentos celebrados antes de
entrar em execução o decreto n. 181 de 24 de janeiro deste
anno.
- N. 279 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de março de 1890 — Tor-
na extensivas à guarda nacional dos Estados da União Bra-
sileira limitrophes com os de outra nacionalidade as dispo-
sições do decreto n. 2029 de 18 de novembro de 1857.
- N. 280 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de março de 1890 — De-
clara a entrada da comarca de S. Sebastião de Tijucas, no
Estado de Santa Catharina, e marca o vencimento do
respectivo promotor publico.
- N. 281 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de março de 1890 — Al-
tera a classificação da comarca de Maroim, no Estado de
Sergipe.
- N. 282 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de março de 1890 —
Abre ao Ministério dos Negocios da Justiça o credito sup-
plementar de 491\$345 á verba — Condução de presos de
justiça.
- N. 283 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de março de 1890
— Approva a reforma feita nos estatutos da Companhia das
Águas do Gran-Pará.
- N. 284 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de março de 1890 — De-
clara a entrada da comarca do Arroio Grande, no Estado
do Rio Grande do Sul, e marca o vencimento do respectivo
promotor publico.
- N. 285 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de março de 1890 — De-
clara a entrada da comarca de S. Martinho, marca o ven-
cimento do respectivo promotor publico e crea o logar de
juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no
Estado do Rio Grande do Sul.

- N. 286 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de março de 1890 — Approva as alterações feitas nos estatutos da "Northern Assurance Company".
- N. 287 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de março de 1890 — Approva as modificações feitas no traçado já adoptado na E. de F. do Norte.
- N. 288 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de março de 1890 — Regula a transferencia de lavras mineraes e veda a de explorações.
- N. 289 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de março de 1890 — Concede privilegio e garantia de juros para a construção de um ramal da E. de F. Central da Bahia na direcção das terras do Orobó, e do prolongamento da mesma estrada até ao valle do Rio de Contas, a partir de Olhos d'Agua.
- N. 290 — GUERRA — Decreto de 29 de março de 1890 — Altera algumas disposições do regulamento que acompanhou o decreto n. 10202 de 9 de março de 1889.
- N. 291 — EXTERIOR — Decreto de 29 de março de 1890 — Altera a organização da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e eleva os vencimentos dos seus empregados.
- N. 292 — MARINHA — Decreto de 29 de março de 1890 — Estabelece o pessoal que deve ter a Contadoria da Marinha.
- N. 293 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de março de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Patos, no Estado da Parahyba, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 294 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de março de 1890 — Declara a entrancia da comarca da Conceição, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado da Parahyba.
- N. 295 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de março de 1890 — Sujeita ao regimen do decreto n. 85 A de 23 de dezembro de 1889, todos aquelles que derem origem a falsas noticias e boatos alarmantes dentro ou fóra do paiz ou concorrerem pela imprensa ou telegramma, ou por qualquer modo, para pôl-os em circulação.
- N. 296 — GUERRA — Decreto de 29 de março de 1890 — Extingue os logares de ajudantes de ordens dos governadores dos Estados do Brasil e crea os de encarregados do pessoal e material do exercito nos Estados onde não existem commandos de armas.
- N. 297 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de março de 1890 — Deroga o art. 2º do decreto n. 12 de 23 de novembro de 1889, na parte referente á nomeação dos empregados dos Correios.
- N. 298 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de abril de 1890 — Determina que os presidentes das juntas commerciaes sejam annualmente eleitos dentre os membros que as compõem e regula a fórmula da eleição e da substituição.
- N. 299 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de abril de 1890 — Amplia o praso da concessão de garantia de juros, para o estabelecimento de um engenho central, feita á Companhia Agricola de Campos.
- N. 300 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de abril de 1890 — Autoriza a Companhia Agricola de Campos a levantar no paiz ou no estrangeiro o capital necessario para a execução das obras do engenho central em Ayrises, no municipio de

Campos, e transformação da usina Barcellos, no de S. João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro.

- N. 301 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de abril de 1890 — Declara a entrancia da comarca da União; marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Piahy.
- N. 302 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de abril de 1890 — Restabelece o logar de 3º juiz substituto da capital do Estado da Bahia.
- N. 303 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de abril de 1890 — Crea mais um logar de promotor publico na comarca da capital do Estado do Pará.
- N. 304 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de abril de 1890 — Regula as custas dos escrivães dos feitos da Fazenda Nacional.
- N. 305 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de abril de 1890 — Declara effectiva a concessão feita pelo decreto n. 10432 de 9 de novembro de 1889, na parte em que havia ficado dependente da approvação do poder legislativo, para a construção da E. de F. de Itararé a Santa Maria da Bocca do Monte.
- N. 306 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de abril de 1890 — Approva os estudos definitivos de uma variante da E. de F. Central de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 307 — GUERRA — Decreto de 7 de abril de 1890 — Approva o regulamento para o serviço sanitario do exercito.
- N. 308 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de abril de 1890 — Rectifica o decreto n. 10347 de 9 de novembro de 1889 que autorizou a companhia "London Assurance" a estabelecer agencias em diversas praças do Brasil.
- N. 309 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de abril de 1890 — Proroga a concessão feita a Manoel Antonio da Silva Reis para explorar mineraes no Estado de Minas Geraes.
- N. 310 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de abril de 1890 — Proroga a concessão feita a Manoel Antonio da Silva Reis para explorar mineraes no Estado de Minas Geraes.
- N. 311 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de abril de 1890 — Proroga a concessão feita a Manoel Antonio da Silva Reis para explorar mineraes no Estado de Minas Geraes.
- N. 312 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de abril de 1890 — Proroga a concessão feita a Manoel Antonio da Silva Reis para explorar mineraes no Estado de Minas Geraes.
- N. 313 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de abril de 1890 — Proroga por mais um anno o praso concedido ao engenheiro Nicolau Vergueiro Le Cocq para incorporação da companhia e apresentação dos estudos definitivos da E. de F. de Caxias a S. José das Cajazeiras, no Estado do Maranhão.
- N. 314 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de abril de 1890 — Proroga por um anno o praso marcado para a conclusão das obras da E. de F. do Norte.
- N. 314 A — JUSTIÇA — Decreto de 10 de abril de 1890 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo da Barra do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 315 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de abril de 1890 — Approva os estudos definitivos da E. de F. de Pelotas ás colonias de S. Lourenço, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 316 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de abril de 1890 — Al-

- tera a classificação da comarca de Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 317 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de abril de 1890 — Altera a classificação da comarca da Feira de Sant'Anna, no Estado da Bahia.
- N. 318 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de abril de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Serrinha, marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado da Bahia.
- N. 319 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de abril de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Santo Antonio da Palmeira, no Estado do Rio Grande do Sul, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 320 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de abril de 1890 — Crea na capital de cada Estado da União uma vara privativa de juiz de direito de casamentos e um official de registro e escriptão privativo do mesmo juizo, e marca a respectiva jurisdição.
- N. 321 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de abril de 1890 — Transfere á Companhia de Engenhos Centraes nos Estados da Parahyba do Norte e Sergipe a concessão feita a Joaquim Xavier Carneiro de Lacerda pelo decreto n. 214 de 22 de fevereiro de 1890.
- N. 322 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de abril de 1890 — Altera a classificação da comarca de Porto Calvo, no Estado de Alagoas.
- N. 323 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de abril de 1890 — Concede permissão ao engenheiro Martiniano da Fonseca Reis Brandão para lavrar ouro e outros mineraes, em terreno de sua propriedade, no Estado de Minas Geraes.
- N. 324 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de abril de 1890 — Declara a entrancia da comarca de S. Miguel dos Guanhões, marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de Minas Geraes.
- N. 325 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de abril de 1890 — Eleva a Secretaria de Policia do Estado de S. Paulo a categoria igual ás da Bahia e Pernambuco.
- N. 326 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de abril de 1890 — Declara a entrancia da comarca da Varginha, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 327 — MARINHA — Decreto de 12 de abril de 1890 — Crea o corpo de engenheiros navaes.
- N. 328 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 329 — MARINHA — Decreto de 12 de abril de 1890 — Menciona outros casos em que officiaes de corpos da armada e classes annexas devem passar para a reserva.
- N. 330 — GUERRA — Decreto de 12 de abril de 1890 — Promulga o regulamento que reorganiza o ensino nas escolas do exercito.
- N. 331 — INTERIOR — Decreto de 12 de abril de 1890 — Dá novo regulamento á Directoria Geral de Estatistica.
- N. 332 — INTERIOR — Decreto de 12 de abril de 1890 — Dá Approva os estudos definitivos e proroga os prazos para incorporação da companhia que deve construir a E. de F. de

- Taubaté a Ubatuba, no Estado de S. Paulo, e para o começo dos respectivos trabalhos.
- N. 333 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de abril de 1890 — Revoga o decreto n. 10158 de 9 de fevereiro de 1889 e manda rescindir mediante justa indemnização o contracto celebrado com a companhia da E. de F. D. Pedro I para a construcção da mesma estrada.
- N. 334 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de abril de 1890 — Proroga por dois annos o praso marcado a Charles H. Ward para explorar ouro e outros mineraes no Estado de Matto Grosso.
- N. 335 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de abril de 1890 — Crea mais um logar de juiz de direito na capital do Estado do Pará.
- N. 336 — GUERRA — Decreto de 12 de abril de 1890 — Crea no commando das armas do Rio Grande do Sul duas secções de expediente, uma para o pessoal e outra para o material do exercito.
- N. 336 A — MARINHA — Decreto de 16 de abril de 1890 — Altera os quadros dos corpos de saude, fazenda e machinistas da armada, estabelecendo regras pelas quaes devem os officiaes dos ditos corpos ser reformados voluntaria ou compulsoriamente.
- N. 336 B — FAZENDA — Decreto de 16 de abril de 1890 — Concede ao visconde da Cruz Alta permissão para incorporar o banco emissor da região dos Estados do Rio Grande do Sul e Matto Grosso, e approva, com alterações, os respectivos estatutos.
- N. 337 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de abril de 1890 — Concede subvenção a uma empreza de vapores frigorificos.
- N. 338 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de abril de 1890 — Concede a Antonio Francisco Azeredo e Guilherme José da Costa Vianna mais 50 datas mineraes no Estado de Matto Grosso.
- N. 339 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de abril de 1890 — Concede permissão a Augusto de Almeida Torres para explorar ferro e outros mineraes no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 340 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de abril de 1890 — Deroga o decreto n. 10084 de 24 de novembro de 1888.
- N. 341 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de abril de 1890 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de Santa Thereza, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 342 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de abril de 1890 — Eleva a 2001 praças a força do regimento policial da Capital Federal.
- N. 343 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de abril de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Benevente, no Estado do Espirito Santo, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 344 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de abril de 1890 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Manoel, no Estado de S. Paulo.
- N. 345 — (Com este numero não foi publicado acto algum).
- N. 346 — INTERIOR — Decreto de 19 de abril de 1890 — Crea a Secretaria de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos.

- N. 347 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de abril de 1890 —
Concede permissão ao conego Francisco de Paula Victor para explorar minas de ouro e outros mineraes nos municipios de Tres Pontas e Dôres da Boa Esperança, Estado de Minas Geraes.
- N. 348 — GUERRA — Decreto de 19 de abril de 1890 —
Extingue a Repartição Fiscal do Ministerio da Guerra e a Pagadoria das Tropas da capital e crea para substituil-as uma repartição com o titulo de — Contadoria Geral da Guerra.
- N. 349 — INTERIOR — Decreto de 19 de abril de 1890 —
Eleva a 4:800\$ annuaes o vencimento do lente da 4ª cadeira do 3º anno do curso superior da Escola de Minas.
- N. 350 — GUERRA — Decreto de 19 de abril de 1890 —
Altera as denominações dos postos dos officiaes generaes do exercito.
- N. 351 — FAZENDA — Decreto de 19 de abril de 1890 —
Approva com modificações os estatutos do Banco União de S. Paulo.
- N. 352 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de abril de 1890 —
Declara caducas as concessões feitas a Justo Monteiro de Queiroz, pelos decretos ns. 10050 e 10051 de 25 de setembro de 1888 para explorar ouro e outros mineraes no Estado de Minas Geraes.
- N. 353 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de abril de 1890 —
Concede permissão a Justo Monteiro de Queiroz para explorar ouro e outros mineraes no municipio de Campanha, no Estado de Minas Geraes.
- N. 354 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de abril de 1890 —
Concede permissão a Justo Monteiro de Queiroz para explorar ouro e outros mineraes no municipio de S. Gonzalo de Sapucahy, no Estado de Minas Geraes.
- N. 355 — FAZENDA — Decreto de 25 de abril de 1890 —
Concede autorização ao Banco de Credito Real do Brasil para elevar o capital de suas carteiras hypothecarias e correspondente emissão de seis mil acções integralizadas de 200\$ cada uma.
- N. 355 A — FAZENDA — Decreto de 25 de abril de 1890 —
Altera algumas disposições da consolidação das leis das alfandegas e mesas de rendas.
- N. 356 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de abril de 1890 —
Proroga por 30 dias, a findar em 7 de maio de 1890, o prazo marcado na clausula IV do decreto n. 10370 de 28 de setembro de 1889 para apresentação dos estudos definitivos da E. de F. do Cerrá-mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 357 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de abril de 1890 —
Proroga por um anno o prazo concedido pelo decreto n. 10183 de 9 de fevereiro de 1889 a Luiz Ribeiro de Souza Rezende e outros para estabelecimento da industria da seda.
- N. 358 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de abril de 1890 —
Autorisa a Intendencia Municipal da cidade de Araras, no Estado de S. Paulo, a acceitar, independentemente de insinuação e mediante condições e encargos pios especificados, a doação feita pelo barão de Araras, pelo barão de Arary e sua mulher, do terreno em que se acha edificada e se prolonga a mesma cidade.

- N. 359 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de abril de 1890 — Revoga as leis que exigem a tentativa da conciliação preliminar ou posterior como formalidade essencial nas causas cíveis e commerciaes.
- N. 360 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de abril de 1890 — Estabelece o processo executivo para a cobrança das multas e dos alcances dos empregados publicos que forem devidos á Fazenda Nacional, á dos Estados e ás municipalidades.
- N. 361 — FAZENDA — Decreto de 26 de abril de 1890 — Eleva ao dobro a porcentagem marcada ao fiscal das loterias da capital e seu ajudante pelo art. 7º §§ 1º e 2º, do decreto n. 227 B de 22 de março do corrente anno.
- N. 362 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de abril de 1890 — Concede permissão aos Drs. João Caetano de Oliveira e Arthur Bravo de Queiroz Telles para explorarem esmeril e outros mineraes no Estado de S. Paulo.
- N. 363 — MARINHA — Decreto de 26 de abril de 1890 — Reune a Bibliotheca da Marinha ao Museu Naval e manda executar o respectivo regulamento.
- N. 364 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de abril de 1890 — Approva o regulamento para a Inspeção Geral das Obras Publicas da Capital Federal.
- N. 365 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de abril de 1890 — Concede garantia de juros de 6 % ao anno, durante 30 annos, á E. do F. de Itu' a Iguape, no Estado de São Paulo.
- N. 366 — INTERIOR — Decreto de 26 de abril de 1890 — Dá nova distribuição aos serviços a cargo da Secretaria de Estado dos Negocios do Interior.
- N. 367 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de abril de 1890 — Concede permissão á Companhia Minas de Jacobina para explorar ouro e outros mineraes no Estado da Bahia.
- N. 367 A — FAZENDA — Decreto de 30 de abril de 1890 — Approva com alterações os estatutos do Banco Sul-Americano de Pernambuco.
- N. 368 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de maio de 1890 — Proroga o praso estipulado para a incorporação da companhia que deve construir o trecho da E. de F. da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado do Espirito Santo.
- N. 368 A — AGRICULTURA — Decreto de 1 de maio de 1890 — Reforma os Correios da Republica.
- N. 369 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de maio de 1890 — Concede permissão a Haupt & Comp., Dr. Ernesto Frederico da Cunha e Ignacio de Loyola Gomes da Silva para organizarem uma companhia sob a denominação de — Cervejaria Bavaria.
- N. 370 — FAZENDA e JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1890 — Manda observar o regulamento para a execução do decreto n. 169 A de 19 de janeiro de 1890 que substituiu as leis ns. 1237 de 24 de setembro de 1864 e 3272 de 5 de outubro de 1885 e do decreto n. 165 A de 17 de janeiro de 1890, sobre operações de credito movel.
- N. 371 — GUERRA — Decreto de 2 de maio de 1890 — Approva o regulamento para o Collegio Militar.
- N. 372 — GUERRA — Decreto de 2 de maio de 1890 — Eleva

- os vencimentos dos empregados da Intendencia e do Arsenal de Guerra da Capital Federal.
- N. 372 A — AGRICULTURA — Decreto de 2 de maio de 1890 —
Dá regulamento para a Repartição Geral dos Telegraphos.
- N. 372 B — INTERIOR — Decreto de 2 de maio de 1890 — Se-
para da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o Instituto
de Hygiene e transfere-o para a Inspectoria Geral de Hy-
giene com a denominação de — Instituto Nacional de
Hygiene.
- N. 373 — GUERRA — Decreto de 5 de maio de 1890 — Eleva
os vencimentos dos empregados da secretaria do Conselho
Supremo Militar.
- N. 374 — GUERRA — Decreto de 5 de maio de 1890 — Eleva
os vencimentos dos escripturarios e do ajudante de porteiro
da Repartição do Quartel-Mestre General.
- N. 375 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de maio de 1890 —
Concede as vantagens e regalias de paquetes aos vapores da
companhia que J. J. Drumm organizar para a navegação
a vapor entre a Capital Federal e os portos do Norte e Sul
da Republica.
- N. 376 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de maio de 1890 —
Declara intransferiveis as concessões para colheita de herva-
matte.
- N. 377 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de maio de 1890 —
Declara que o praso para o começo dos trabalhos do ramal
da companhia da E. de F. Minas e Rio deve ser contado de
11 de dezembro de 1889.
- N. 377 A — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 5 de maio
de 1890 — Organiza a Secretaria de Estado dos Negocios da
Instrução Publica, Correios e Telegraphos.
- N. 378 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de maio de 1890 —
Approva os estudos definitivos da estrada de ferro que, par-
tindo de Santa Luzia do Carangola, deve entroncar-se na da
Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo.
- N. 379 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de maio de 1890 —
Equipara o soldo dos officiaes do corpo de bombeiros ao que
ora percebem os do exercito e eleva o das praças do dito
corpo, de conformidade com as tabellas B e D que ao presente
acompanham.
- N. 379 A — AGRICULTURA — Decreto de 8 de maio de 1890 —
Reorganiza o Museu Nacional.
- N. 380 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de maio de 1890 —
Concede privilegio e garantia de juros para construção do
prolongamento da E. de F. Quarahim a Itaqui até Santo
Angelo, com um ramal para Passo de S. Borja.
- N. 381 — MARINHA — Decreto de 9 de maio de 1890 — Manda
observar o plano de uniformes dos empregados da Secretaria
de Estado e da Contadoria da Marinha.
- N. 382 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1890 — Altera
a classificação da comarca de Iguassu', no Estado do Rio de
Janeiro.
- N. 383 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1890 — Declara
a entrancia da comarca de S. Francisco, no Estado do Ceará,
e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 384 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1890 — Declara
a entrancia da comarca de Quarahim, no Estado do Rio

- Grande do Sul, é marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 385 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1890 — Crea mais um lugar de amanuense na Secretaria de Policia do Estado do Amazonas.
- N. 386 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1890 — Declara a entrancia da comarca de S. Luiz, no Estado do Rio Grande do Sul, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Luiz Gonzaga.
- N. 387 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1890 — Declara a entrancia da comarca da Barra de S. João, no Estado do Rio de Janeiro, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 388 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1890 — Augmenta o numero de cirurgiões do regimento policial da Capital Federal e marca os vencimentos do respectivo pharmaceutico.
- N. 389 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de maio de 1890 — Concede permissão ao barão da Villa do Conde para explorar mineraes em terras de sua propriedade, no Estado da Bahia.
- N. 390 — FAZENDA — Decreto de 10 de maio de 1890 — Manda resgatar os empréstimos feitos a diversos bancos em virtude da lei n. 3263 de 18 de julho de 1885.
- N. 391 — FAZENDA — Decreto de 10 de maio de 1890 — Crea dois logares de avaliadores privativos da Fazenda Nacional.
- N. 391 A — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 391 B — FAZENDA — Decreto de 10 de maio de 1890 — Altera o numero, classes e vencimentos dos empregados das alfandegas e dá nova organização á força dos guardas.
- N. 391 C — FAZENDA — Decreto de 10 de maio de 1890 — Manda cobrar nas alfandegas e mesas de rendas habilitadas uma porcentagem dos direitos de consumo em moeda de ouro pelo valor legal.
- N. 392 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de maio de 1890 — Declara a entrancia da comarca do Alto Solimões, no Estado do Amazonas, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Paulo de Olivença.
- N. 393 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de maio de 1890 — Concede permissão ao Dr. Almir Parga Nina, por si ou por meio de uma companhia, explorar oleos mineraes no Estado do Maranhão.
- N. 394 — FAZENDA — Decreto de 12 de maio de 1890 — Approva, com alterações, os estatutos do Banco Emissor da Bahia.
- N. 395 — FAZENDA — Decreto de 12 de maio de 1890 — Declara sem effeito o decreto n. 367 A de 30 de abril do corrente anno, na parte em que alterou os arts. 9º e 24 dos estatutos do Banco Sul-Americano de Pernambuco.
- N. 396 — INTERIOR — Decreto de 15 de maio de 1890 — Estabelece providencias tendentes a facilitar a execução do art. 1º do decreto 58 A de 14 de dezembro de 1889, relativo á naturalização dos estrangeiros residentes na Republica.
- N. 397 — JUSTIÇA — Decreto de 15 de maio de 1890 — Declara

- a entrada da comarca de Simão Dias, no Estado de Sergipe, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 398 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de maio de 1890 — Substitue a denominação do canal Principe D. Affonso pela de canal da Laguna a Porto Alegre.
- N. 399 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de maio de 1890 — Manda acceitar letras hypothecarias dos bancos de credito real nas fianças e cauções prestadas ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.
- N. 400 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de maio de 1890 — Crea o lugar de juiz municipal e de orphãos nos termos de Vizeu, Souzel, Abaeté, Mazagão e Mocajuba, no Estado do Pará.
- N. 401 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de maio de 1890 — Declara a entrada da comarca de Curuçá, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o lugar de juiz municipal e de orphãos, no termo de Marapanim, no Estado do Pará.
- N. 402 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de maio de 1890 — Declara a entrada da comarca de Muaná, no Estado do Pará, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 403 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de maio de 1890 — Declara a entrada da comarca de Ponta de Pedras, no Estado do Pará, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 404 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de maio de 1890 — Altera a classificação da comarca de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.
- N. 405 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de maio de 1890 — Concede aos empregados da E. de F. do Recife a Caruaru e prolongamento da do Recife a S. Francisco direito á aposentadoria.
- N. 406 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de maio de 1890 — Dá novo regulamento á E. de F. Central do Brasil.
- N. 407 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de maio de 1890 — Approva o regulamento para a Escola Normal da Capital Federal.
- N. 408 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de maio de 1890 — Approva o regulamento para o Instituto Nacional dos Cegos.
- N. 409 — INTERIOR — Decreto de 17 de maio de 1890 — Declara de utilidade publica a desapropriação do terreno e caes situados entre os predios 2 D e 2 F da rua do Retiro Saudoso.
- N. 410 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de maio de 1890 — Concede permissão a Emilio Paulo de Lima Barbosa para organizar uma companhia sob a denominação de — Companhia de Cerveja Guanabara.
- N. 411 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de maio de 1890 — Declara especial a comarca de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 412 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de maio de 1890 — Crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo de Camocim, no Estado do Ceará.
- N. 413 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de maio de 1890 — Declara a entrada da comarca de Entre-Rios, no Estado da Bahia, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 414 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de maio de 1890 — Declara a entrada da comarca do Bom-Conselho, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o lugar

- de juiz municipal e de orphãos, no termo do mesmo nome, no Estado da Bahia.
- N. 415 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de maio de 1890 — Declara a entrância da comarca de Andarahy, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado da Bahia.
- N. 416 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de maio de 1890 — Exime a Intendencia Municipal da Capital Federal do pagamento de custas dos processos em que decahir o promotor publico ou a que forem condemnados os presos pobres, e dá outras providencias.
- N. 417 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de maio de 1890 — Concede permissão ao engenheiro Augusto Frederico de Lacerda para explorar ouro e outros mineraes no Estado da Bahia.
- N. 418 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de maio de 1890 — Declara caduca a concessão feita ao engenheiro João Antonio Luiz Coelho e Arthur Figueiredo pelo decreto n. 9925 de 4 de abril de 1888 para explorarem ouro e outros mineraes em Vizeu, no Estado do Pará.
- N. 419 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de maio de 1890 — Declara a caducidade das concessões feitas á companhia "Minas and Rio Railway" para a construcção do ramal da cidade da Companhia e do prolongamento da respectiva estrada até o ponto navegavel do Rio Verde.
- N. 420 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de maio de 1890 — Autoriza a Companhia da E. de F. do Carangola a transferir as respectivas concessões á Companhia da E. de F. Barão de Araruama.
- N. 421 — FAZENDA — Decreto de 24 de maio de 1890 — Concede isenção do imposto predial aos predios pertencentes á Irmandade da Santa Cruz dos Militares.
- N. 422 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de maio de 1890 — Declara caduca a concessão feita ao capitão-tenente João Cordeiro da Graça, pelo decreto n. 10155 de 5 de janeiro de 1889 para explorar ferro e outros mineraes no municipio de Antonina, no Estado do Paraná.
- N. 423 — INTERIOR — Decreto de 24 de maio de 1890 — Crea o logar de ajudante do inspector de saude do porto de Santos, no Estado de S. Paulo.
- N. 424 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de maio de 1890 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de Tibagy, no Estado do Paraná.
- N. 425 — MARINHA — Decreto de 24 de maio de 1890 — Altera o plano dos uniformes do corpo da armada e classes annexas, posto em execução pelo decreto n. 155 A de 14 de janeiro do corrente anno.
- N. 426 — MARINHA — Decreto de 24 de maio de 1890 — Altera a disposição do decreto n. 1258 A de 20 de abril de 1866, relativo ao montepio da marinha.
- N. 427 — MARINHA — Decreto de 24 de maio de 1890 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha o credito de 300:000\$ á verba — Armamentos, do presente exercicio.
- N. 428 — GUERRA — Decreto de 24 de maio de 1890 — Eleva os vencimentos da mestrança, operarios e aprendizes das officinas do Arsenal de Guerra da Capital Federal.
- N. 429 — MARINHA — Decreto de 29 de maio de 1890 — Da

- novo regulamento para o Hospital de Marinha do Rio de Janeiro, em substituição ao que baixou com o decreto n. 1704 de 3 de janeiro de 1853.
- N. 430 — MARINHA — Decreto de 29 de maio de 1890 — Dá nova organização ao Quartel General da Marinha, annexando-se os corpos de officiaes marinheiros, machinistas, fazendeiros e saúde.
- N. 431 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de maio de 1890 — Declara caduca a concessão feita a Nicholas Thomaz Williams, por decreto n. 9863 de 8 de fevereiro de 1888, para explorar ouro e outros mineraes no Estado de S. Paulo.
- N. 432 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de maio de 1890 — Concede autorização ao Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes e Carlos Baptista de Castro para organizarem uma sociedade anonyma com a denominação de — Companhia de Lacticiños.
- N. 433 — GUERRA — Decreto de 30 de maio de 1890 — Dá nova organização ao pessoal das embarcações do Arsenal de Guerra da Capital Federal e marca o respectivo vencimento.
- N. 434 — GUERRA — Decreto de 30 de maio de 1890 — Equipara os vencimentos dos empregados do Laboratorio Pyrotechnico do Campinho aos dos do Arsenal de Guerra da Capital Federal.
- N. 435 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 30 de maio de 1890 — Fixa a despesa do Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos no exercicio de 1890.
- N. 436 — JUSTIÇA — Decreto de 31 de maio de 1890 — Estabelece a competencia cumulativa, administrativa e criminal dos delegados de policia nas cidades em que houver mais de um.
- N. 437 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de maio de 1890 — Concede autorização á Sociedade Cooperativa Portu-gueza e ao Banco Cooperativo para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Cooperativa da Cerveja.
- N. 438 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de maio de 1890 — Declara de nenhum effeito o decreto n. 321 de 11 de abril de 1890 e prorroga o praso concedido para organização da Companhia de Engenhos Centraes nos Estados da Parahyba do Norte e Sergipe.
- N. 439 — INTERIOR — Decreto de 31 de maio de 1890 — Estabelece as bases para a organização da assistencia á infancia desvalida.
- N. 440 — INTERIOR — Decreto de 31 de maio de 1890 — Declara de utilidade municipal a desapropriação de parte dos predios 1, 3, 5 e 7 da rua S. Januario e 28 da rua São Luiz Gonzaga e terrenos annexos.
- N. 441 — INTERIOR — Decreto de 31 de maio de 1890 — Approva a postura da Intendencia Municipal sobre jogos e brincuedos que possam embaraçar o funcionamento das linhas telephonicas.
- N. 442 — MARINHA — Decreto de 31 de maio de 1890 — Estabelece novo plano de uniformes para o corpo de marinheiros nacionaes.
- N. 443 — MARINHA — Decreto de 31 de maio de 1890 — Altera o § 1º do art. 6º do decreto n. 103 A de 30 de dezembro de 1889.

- N. 444 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 31 de maio de 1890 — Concede o subsídio máximo de 8:000\$ ao artista brasileiro Decio Villares para a realização do seu quadro "Epopéa Africana no Brasil".
- N. 445 — JUSTIÇA — Decreto de 31 de maio de 1890 — Declara a entrada da comarca de Santo Antonio do Machado, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 446 — JUSTIÇA — Decreto de 31 de maio de 1890 — Altera a classificação da comarca de Alfenas, no Estado de Minas Geraes.
- N. 447 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de maio de 1890 — Approva as plantas, desenhos, processos e orçamentos, apresentados pelo cidadão Joaquim Ignacio Pereira, concessionario do Engenho Central do Ceará-mirim.
- N. 448 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de maio de 1890 — Proroga o prazo concedido á companhia "Pelotas and Colonies Railway, Limited" para o começo das obras da respectiva estrada.
- N. 449 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de maio de 1890 — Dá novo regulamento á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.
- N. 450 — JUSTIÇA — Decreto de 31 de maio de 1890 — Crea o lugar de juiz municipal e de orphãos nos termos reunidos de Bocaina e Cruzeiro, no Estado de S. Paulo.
- N. 451 — INTERIOR — Decreto de 31 de maio de 1890 — Equipara o vencimento dos ajudantes do inspector geral de saude dos portos ao dos ajudantes do inspector geral de hygiene.
- N. 451 A — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 31 de maio de 1890 — Reorganiza o Observatorio do Rio de Janeiro, creando o serviço geographico, que lhe ficará annexo, e transfere-o para o Ministério da Guerra.
- N. 451 B — FAZENDA, JUSTIÇA e AGRICULTURA — Decreto de 31 de maio de 1890 — Estabelece o registro e transmissão de immoveis pelo systema Torrens.
- N. 452 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de junho de 1890 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito extraordinario de £ 405.000 para indemnização á "D. Pedro I Railway Company".
- N. 453 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de junho de 1890 — Concede permissão ao Dr. Joaquim Xavier Pereira da Cunha para estabelecer salinas e fabricas destinadas á purificação do sal em terrenos devolutos do Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 454 — INTERIOR — Decreto de 6 de junho de 1890 — Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior um credito extraordinario de 5.000:000\$000.
- N. 455 — INTERIOR — Decreto de 6 de junho de 1890 — Crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo do Rio Negro, no Estado do Paraná.
- N. 456 — INTERIOR — Decreto de 6 de junho de 1890 — Institue uma ordem militar e civil com a denominação de — Ordem de Colombo.
- N. 457 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Proroga os prazos concedidos pelo decreto n. 219 de 23 de fevereiro de 1890.

- N. 458 — INTERIOR — Decreto de 7 de junho de 1890 — Regula o processo e julgamento das infracções de posturas municipaes, na Capital Federal.
- N. 459 — INTERIOR — Decreto de 7 de junho de 1890 — Declara subsistentes as honras, direitos e isenções annexos ás mercês conferidas no regimen monarchico.
- N. 460 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Proroga por dois mezes os prazos estipulados no decreto 258 de 12 de março do corrente anno.
- N. 461 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Autoriza o governo a mandar prolongar a linha telegraphica de Belém até Manáos.
- N. 462 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Modifica os clausulas da concessão da E. de F. de Itararé a Santa Maria da Bocca do Monte.
- N. 463 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Dá novo regulamento para a Secretaria de Policia da Capital Federal.
- N. 464 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Fixa o numero e vencimentos dos empregados da Secretaria de Policia da Capital Federal e bem assim os dos delegados, medicos e mais auxiliares.
- N. 465 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Eleva os vencimentos dos empregados da Casa de Detenção da Capital Federal.
- N. 466 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Mandam applicar aos empregados e operarios da Casa de Correção da Capital Federal, não comprehendidos no art. 17 do decreto n. 3386 de 14 de janeiro de 1882 as disposições do art. 154 do n. 5322 de 2 de maio de 1874.
- N. 467 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Altera a classificação das comarcas de Mogy das Cruzes e Lorena, no Estado de S. Paulo.
- N. 468 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Altera a divisão dos districtos dos juizes de casamentos, na Capital Federal.
- N. 469 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Crea o lugar de porteiro no juizo de casamentos, na Capital Federal.
- N. 470 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Autoriza os tabellães e escrivães a passar certidões independentemente de despacho dos juizes.
- N. 471 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Concede á Empresa da E. de F. do Ribeirão ao Bonito, ou á companhia que organizar, privilegio e garantia de juros para construcção de uma estrada de ferro, da estação do Ribeirão á villa de Bonito, no Estado de Pernambuco.
- N. 472 — MARINHA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Altera a disposição do plano de que trata o decreto n. 425 de 24 de maio ultimo, relativo aos emblemas dos bonets dos officiaes das classes annexas da armada.
- N. 473 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Palma, no Estado do Ceará, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome.
- N. 474 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Araripe, no Estado do

- Ceará, marca o vencimento do promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome.
- N. 474 A — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Altera a ultima parte do art. 225 do regulamento approved pelo decreto n. 330 de 12 de abril ultimo.
- N. 474 B — MARINHA e GUERRA — Decreto de 10 de junho de 1890 — Firma o direito ao soldo da patente aos officiaes do exercito, da armada e das classes annexas, em quaesquer commissões ou empregos que exerçam.
- N. 474 C — GUERRA — Decreto de 7 de junho de 1890 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Guerra um credito extraordinario de 701:337\$468.
- N. 475 — MARINHA — Decreto de 11 de junho de 1890 — Concede ás viúvas e orphãos dos officiaes do corpo da armada e das classes annexas o meio soldo de seus maridos e páes.
- N. 476 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de junho de 1890 — Modifica o contracto celebrado em 25 de outubro de 1889 para o arrasamento do morro de Santo Antonio.
- N. 477 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de junho de 1890 — Transfere á Companhia Assucareira de Pernambuco as concessões constantes dos decretos ns. 10195 de 23 de fevereiro, 10436 de 9 de novembro de 1889 e 214, e 215 de 22 de fevereiro de 1890.
- N. 478 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de junho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Santa Thereza, no Estado do Rio de Janeiro e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 479 — INTERIOR — Decreto de 13 de junho de 1890 — Proroga o prazo concedido pelo decreto n. 58 A de 14 de dezembro de 1889 para as declarações dos estrangeiros residentes no Brasil no dia 15 de novembro anterior que não desejarem ser considerados cidadãos brasileiros.
- N. 480 — INTERIOR — Decreto de 13 de junho de 1890 — Declara como devem proceder as commissões municipaes de alistamento eleitoral, que não puderem dar cumprimento ao disposto na 2ª parte do art. 1º do decreto n. 277 E de 22 de março ultimo.
- N. 481 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Autoriza os juizes de direito privativos dos casamentos e, na falta ou impedimento, os outros juizes de direito, a dispensar os proclamas e mandar passar o certificado de habilitação exigido pelo art. 3º do decreto n. 181 de 24 de janeiro de 1890.
- N. 482 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Altera a classificação da comarca de Magé, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 483 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Altera a classificação da comarca de Guaratinguetá, no Estado de S. Paulo.
- N. 484 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Altera a classificação da comarca de Timbaúba, no Estado de Pernambuco.
- N. 485 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Altera a classificação da comarca de Cuyabá, no Estado de Matto Grosso.

- N. 486 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Altera em alguns pontos o processo dos concursos para os logares de professores e substitutos do Instituto Nacional de Instrução Secundaria, regulado pelo decreto n. 8602 de 23 de junho de 1882.
- N. 487 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Eleva o numero de corretores de fundos publicos da praça commercial do Rio de Janeiro.
- N. 488 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Concede permissão a Theotônio Gomes Braga para explorar salinas e estabelecer fabricas destinadas á purificação do sal em terrenos devolutos no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 489 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Altera a classificação da comarca de Alagoinhas, no Estado da Bahia.
- N. 490 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Crea mais um logar de juiz de direito na comarca de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 491 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Declara especial a comarca da Barra do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 492 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Sapucahy, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 493 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Tiradentes, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 494 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Altera a classificação da comarca de Campina Grande, no Estado da Parahyba.
- N. 495 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Altera a classificação da comarca de Queluz, no Estado de Minas Geraes.
- N. 496 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Altera a classificação das comarcas de Leopoldina e Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.
- N. 497 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de junho de 1890 — Concede a Carlos Pereira de Sá Fortes e Carlos Baptista da Costa autorização para reformarem o art. 10 dos estatutos da Companhia de Lactícinios.
- N. 498 — FAZENDA — Decreto de 19 de junho de 1890 — Estabelece que as mulheres casadas que estiverem no gozo de pensão, meio soldo ou montepio podem recebê-los directamente por si, independente de procuração ou outorga de seus maridos.
- N. 499 — FAZENDA — Decreto de 19 de junho de 1890 — Approva com alterações os estatutos do Banco Emissor do Norte.
- N. 500 — INTERIOR — Decreto de 19 de junho de 1890 — Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior um credito supplementar de 300.000\$ á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1890.
- N. 501 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de junho de 1890 — Altera a classificação da comarca de Morrinhos, no Estado de Goyaz.

- N. 502 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de junho de 1890 — Declara a entrancia da comarca do Rio Vermelho, no Estado do Rio Grande do Sul, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 503 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de junho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Cangussú, no Estado do Rio Grande do Sul, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 504 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de junho de 1890 — Concede permissão a Leonel Alves da Silva para explorar crystal de rocha no Estado de Minas Geraes.
- N. 505 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de junho de 1890 — Concede á Cooperativa Portuguesa e ao Banco Cooperativo autorização para reformarem os estatutos da Companhia Cooperativa de Cerveja.
- N. 506 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de junho de 1890 — Reunê em uma só as duas estradas de ferro de Porto Alegre a Cacequy e de Bagé a Uruguayana, separando os serviços do trafego e da construcção em duas administrações distinctas.
- N. 507 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de junho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Boa-Vista do Tremedal, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de Minas Geraes.
- N. 508 — INTERIOR — Decreto de 21 de junho de 1890 — Approva o regulamento para a Assistencia Medico-Legal de Alienados.
- N. 509 — MARINHA — Decreto de 21 de junho de 1890 — Crea o código disciplinar para a armada.
- N. 510 — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 22 de junho de 1890 — Publica a Constituição dos Estados Unidos do Brasil.
- N. 511 — INTERIOR — Decreto de 23 de junho de 1890 — Manda observar o regulamento para a eleição do primeiro Congresso Nacional.
- N. 512 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de junho de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça para conceder licença com todos os vencimentos ao desembargador Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque.
- N. 513 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de junho de 1890 — Eleva os vencimentos dos empregados da Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça.
- N. 514 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de junho de 1890 — Altera a classificação da comarca de Santa Cruz, no Estado do Espirito Santo.
- N. 515 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de junho de 1890 — Fixa a despesa do Ministerio da Justiça para o exercicio de 1890.
- N. 516 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 23 de junho de 1890 — Crea mais um lugar de official na Inspectoria Geral da Instrucção Primaria e Secundaria da Capital Federal.
- N. 517 — INTERIOR — Decreto de 23 de junho de 1890 — Orça a receita e fixa a despesa da Intendencia Municipal para o exercicio de 1890.

- N. 518 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de junho de 1890 — Reorganiza o Jardim Botânico,
- N. 519 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de junho de 1890 — Declara a caducidade da concessão feita ao Dr. Ernesto de Castro Moreira pelo decreto n. 9878 de 29 de fevereiro de 1888 para colher herva-matte, no Estado de Matto Grosso.
- N. 520 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de junho de 1890 — Concede permissão ao cidadão Thomaz Laranjeira para a exploração de herva-matte no Estado de Matto Grosso.
- N. 521 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de junho de 1890 — Prohibe cerimonias religiosas matrimoniaes antes de celebrado o casamento civil e estatue a sanção penal, processo e julgamento applicaveis aos infractores.
- N. 522 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de junho de 1890 — Crea mais dois logares de corretores de fundos publicos para a praça do commercio do Rio de Janeiro.
- N. 523 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de junho de 1890 — Concede as vantagens e regalias de paquete ao vapor "Faria Lemos", de propriedade da Companhia E. de F. Bahia e Minas.
- N. 524 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de junho de 1890 — Estabelece regras sobre a competencia do governo federal e a dos Estados Unidos do Brasil para a concessão de estradas de ferro.
- N. 525 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de junho de 1890 — Eleva a 60.000:000\$ o capital de 30.000:000\$ a que se refere o art. 2º da lei n. 2687 de 6 de novembro de 1875.
- N. 526 — GUERRA — Decreto de 26 de junho de 1890 — Extingue os logares de archivista da Repartição Sanitaria do exercito e dos hospitaes militares e os de ajudantes de porteiro dos hospitaes de 2ª classe.
- N. 527 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de junho de 1890 — Concede permissão para transferencia da concessão da E. de F. de Itu' a Iguaçu, no Estado de S. Paulo.
- N. 528 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de junho de 1890 — Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brasil.
- N. 529 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de junho de 1890 — Autoriza a transferencia da concessão da E. de F. de Caxias a S. José das Cazajeyras, no Estado do Maranhão.
- N. 530 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de junho de 1890 — Concede ao engenheiro Manoel de Jesus Valdetaro e a João Baptista Ferreira da Costa os favores constantes do § 4º do art. 8º do decreto n. 10393 de 9 de outubro de 1889 e outros.
- N. 531 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de junho de 1890 — Concede autorização á "Compagnie National de Navigation de Marseille" para funcionar nos Estados Unidos do Brasil.
- N. 532 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de junho de 1890 — Concede permissão a José Alfredo da Cunha Vieira & Comp., ou á empresa que organizarem, para abertura de uma rua nova, em frente á praça Vinte e oito de setembro, e alargamento das ruas S. Bento e Conselheiro Saraiva, nesta Capital.
- N. 533 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de junho de 1890 —

- Altera a classificação da comarca de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 534 — GUERRA — Decreto de 28 de junho de 1890 — Classifica os arsenaes de guerra da Republica e marca os vencimentos do seu pessoal.
- N. 535 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de junho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Araranguá, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de Santa Catharina.
- N. 536 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de junho de 1890 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Bento, no Estado de Santa Catharina.
- N. 537 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de junho de 1890 — Declara a entrancia da comarca do Batalhão, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome,, no Estado da Parahyba.
- N. 538 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de junho de 1890 — Declara a entrancia da comarca da Soleiade, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado da Parahyba.
- N. 539 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de junho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Itabaiana, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado da Parahyba.
- N. 540 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de junho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Santa Rita, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado da Parahyba.
- N. 540 A — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 1 de julho de 1890 — Crea o logar de preparador da 1ª cadeira do 1º anno do curso de sciencias physicas e naturaes da Escola Polytechnica.
- N. 541 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de julho de 1890 — Concede permissão ao Dr. Francisco Teixeira de Magalhães para explorar marmore em terrenos devolutos no Estado da Bahia.
- N. 542 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de julho de 1890 — Concede autorização á "Commercial Union Assurance Company, Limited", para estender suas operações aos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.
- N. 543 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de julho de 1890 — Modifica o traçado do ramal da Assembléa, pertencente á E. de F. Central de Alagoas.
- N. 544 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de julho de 1890 — Approva os modelos dos livros do registro de hypothecas, dá providencias para regularidade de sua escripturação e interpreta algumas das disposições do respectivo regulamento.
- N. 545 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de julho de 1890 — Revalida a criação de dois logares de juiz municipal, no Estado da Bahia.

- N. 546 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de julho de 1890 — Amplia a competencia civil dos juizes de paz e confere-lhes a attribuição de nomear os seus escrivães.
- N. 547 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de julho de 1890 — Restabelece a segunda vara civil, na capital do Estado da Bahia.
- N. 548 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de julho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Pirassinunga, no Estado de S. Paulo, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 549 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de julho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de S. Bento de Sapucahy, no Estado de S. Paulo, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 550 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de julho de 1890 — Altera a classificação da comarca de S. Roque, no Estado de S. Paulo.
- N. 551 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de julho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Colonia, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Piahy.
- N. 552 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de julho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Corrente, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Piahy.
- N. 553 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de julho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Picos, marca o vencimento do promotor publico e crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Piahy.
- N. 554 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de julho de 1890 — Concede permissão a Agostinho José dos Santos, Dr. Alfredo Xavier de Almeida e coronel José Antonio de Almeida para explorarem ouro e outros mineraes no Estado de Minas Geraes.
- N. 555 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de julho de 1890 — Concede permissão a Agostinho José dos Santos, Dr. Alfredo Xavier de Almeida e coronel José Antonio de Almeida para explorarem ouro e outros mineraes no Estado de Minas Geraes.
- N. 556 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 10 de julho de 1890 — Abre um credito especial de 720:000\$, para ser applicado na triplicação do fio telegraphico de Belém a Jaguarão.
- N. 557 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de julho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Serro Azul, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Paraná.
- N. 558 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de julho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Tibagy, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Paraná.
- N. 559 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de julho de 1890 —

- Declara a entrancia da comarca do Capim Grosso, no Estado da Bahia, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 560 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de julho de 1890 — Altera a classificação da comarca de Baturité, no Estado do Ceará.
- N. 561 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de julho de 1890 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de Santa Branca, no Estado de S. Paulo.
- N. 562 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de julho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Vianna, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Espirito Santo.
- N. 563 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de julho de 1890 — Declara a entrancia da comarca da Gamelleira, no Estado de Pernambuco, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 563 A — FAZENDA — Decreto de 10 de julho de 1890 — Altera o § 2º do art. 2º do regulamento que baixou com o decreto n. 277 B de 22 de março do corrente anno para a execução do decreto n. 207 de 19 de fevereiro anterior.
- N. 564 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de julho de 1890 — Concede ao cidadão Paulino Luiz Tinoco os favores constantes do § 4º do art. 8º do decreto n. 10393 de 9 de outubro de 1889.
- N. 565 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de julho de 1890 — Concede aos empregados de todas as estradas de ferro geraes da Republica direito de aposentadoria.
- N. 566 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de julho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Cabaceiral, no Estado da Parahyba, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 567 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de julho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Umbuzeiro, no Estado da Parahyba, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado da Parahyba.
- N. 568 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de julho de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça a conceder licença com todos os vencimentos ao ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Antonio de Souza Mendes.
- N. 569 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de julho de 1890 — Declara a entrancia da comarca do Rosario, no Estado de Sergipe, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 570 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de julho de 1890 — Proroga o praso concedido para o começo das obras da estrada de ferro que, partindo de Santa Luzia do Carangola, deve entroncar-se na da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo.
- N. 571 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de julho de 1890 — Eleva a Secretaria de Policia do Estado do Pará a categoria igual ás da Bahia, Pernambuco e S. Paulo.
- N. 572 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de julho de 1890 — Fixa o momento em que começa a obrigatoriedade das leis da União e dos decretos do governo federal.

- N. 573 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de julho de 1890 —
 Approva os estudos definitivos da estrada de ferro entre a cidade de Natal e o valle do Ceará-mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 574 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de julho de 1890 —
 Substitue a concessão feita á companhia da E. de F. Bahia e Minas para o prolongamento da sua estrada de Philadelphia a S. João Baptista de Minas Novas, pela E. de F. da Victoria a Pessanha.
- N. 575 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de julho de 1890 —
 Revoga o § 1º do art. 5º do decreto n. 416 de 22 de maio de 1890.
- N. 576 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de julho de 1890 —
 Eleva a categoria da Secretaria de Policia do Estado do Ceará.
- N. 577 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de julho de 1890 —
 Declara a entrancia da comarca de Belmonte, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de Pernambuco.
- N. 578 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de julho de 1890 —
 Declara a entrancia da comarca de Alagoa de Baixo, no Estado de Pernambuco, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 579 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de julho de 1890 —
 Declara a entrancia da comarca de Ipojuca, no Estado de Pernambuco, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 580 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de julho de 1890 —
 Declara a entrancia da comarca de Leopoldina, no Estado de Pernambuco, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 581 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de julho de 1890 —
 Concede permissão a Raphael Verlangnère para explorar mineraes no Estado de Matto Grosso.
- N. 582 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de julho de 1890 —
 Concede autorização á Companhia de Salinas Norte e Sul do Brasil, para organizar-se.
- N. 583 — FAZENDA — Decreto de 19 de julho de 1890 —
 Substitue a disposição da 1ª parte do art. 7º dos estatutos do Banco Emissor do Sul.
- N. 584 — FAZENDA — Decreto de 19 de julho de 1890 —
 Regula o numero, classes e vencimentos dos empregados de fazenda do Estado do Ceará.
- N. 585 — FAZENDA — Decreto de 19 de julho de 1890 —
 Amplia ás professoras publicas jubiladas a disposição do decreto n. 498 de 19 de junho do corrente anno.
- N. 586 — FAZENDA — Decreto de 19 de julho de 1890 —
 Crea o logar de 3º procurador dos feitos da fazenda, na Capital Federal.
- N. 587 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de julho de 1890 —
 Concede autorização a João Antonio Guimarães Pinto e Arthur Barbosa para organizarem a Companhia Nacional de Panificação.
- N. 588 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de julho de 1890 —

Concede autorização á Companhia Nacional de Salinas Mos-soró-Assu' para organizar-se.

- N. 589 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de julho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Parahyba, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 590 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de julho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Milagres, mrca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Ceará.
- N. 591 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de julho de 1890 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de Alagoa de Baixo, no Estado de Pernambuco.
- N. 592 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de julho de 1890 -- Declara a entrancia da comarca de Campo Grande, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Ceará.
- N. 593 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de julho de 1890 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos, no termo de Santa Rita do Paraíso, no Estado de S. Paulo.
- N. 594 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de julho de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Marvão, no Estado do Piauhy, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 595 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de julho de 1890 — Declara extensiva a todas as multas impostas pelo presidente do Jury a disposição do § 2º do art. 1º do decreto n. 416 de 22 de maio do corrente anno.
- N. 596 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de julho de 1890 — Reorganiza as juntas e inspectorias commerciaes e dá-lhes novo regulamento.
- N. 597 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de julho de 1890 — Concede autorização á companhia "Navegazione Generale Italiana Societá Reunité Floria & Rubattino", para funcconar nos Estados Unidos do Brasil.
- N. 597 A — AGRICULTURA — Decreto de 19 de julho de 1890 — Concede aos cidadãos Trajano Viriato de Medeiros e Alfredo Dillon autorização para construirem um porto artificial na enseada de S. Domingos das Torres, no Estado do Rio Grande do Sul, e uma estrada de ferro desse porto á cidade de Porto-Alegre.
- N. 598 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 599 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de julho de 1890 — Concede a Ernesto de Campos Lima e Fernandes Schneider a garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 250:000\$ para o estabelecimento de uma coudelaria normal no Estado do Paraná.
- N. 600 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de julho de 1890 — Concede privilegio para construcção, uso e goso do prolongamento da E. de F. Minas de S. Jeronymo, com um ramal a entroncar-se com a E. de F. Bagé a Cacequi, no Estado do Rio Grande do Sul.

- N. 601 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de julho de 1890 —
 Approva a medição e demarcação das datas mineraes concedidas a Antonio José dos Santos e Antonio de Paula Santos pelo decreto n. 8957 de 16 de junho de 1883.
- N. 602 — INTERIOR — Decreto de 24 de julho de 1890 —
 Estabelece o processo para as desapropriações por utilidade municipal, na Capital Federal.
- N. 603 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de julho de 1890 —
 Reorganiza a Inspectoria Geral das Terras e Colonização.
- N. 604 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de julho de 1890 —
 Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito extraordinario da quantia de 50:000\$ para a despesa da verba — Estrada de Ferro de Camocim a Sobral.
- N. 605 — INTERIOR — Decreto de 26 de julho de 1890 —
 Altera os arts. 5º e 22 do regulamento annexo ao decreto n. 9886 de 7 de março de 1888.
- N. 606 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de julho de 1890 —
 Concede autorização á Companhia União do Commercio, no Estado de S. Paulo, para organizar-se.
- N. 607 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de julho de 1890 —
 Dá novo regulamento á E. de F. de Baturité.
- N. 607 A — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 28 de julho de 1890 — Abre um credito especial de 10:000\$ para ser applicado ao pagamento do custo da linha telegraphica ligando a cidade de Campinas a S. Paulo.
- N. 608 — JUSTIÇA — Decreto de 31 de julho de 1890 —
 Approva e põe em execução a tabella dos vencimentos dos empregados do presidio de Fernando de Noronha, a que se refere o decreto n. 9356 de 10 de janeiro de 1885.
- N. 609 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de julho de 1890 —
 Concede permissão ao bacharel Agostinho Maximo Nogueira Penido para explorar ouro e outros mineraes no Estado de Minas Geraes.
- N. 610 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de julho de 1890 —
 Concede ao engenheiro Palmerio de Carvalho Cantanhede a garantia de juros de 6 % ao anno para o estabelecimento de dois engenhos centraes no Estado do Maranhão.
- N. 611 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de julho de 1890 —
 Concede autorização á Companhia Ceres Paulista para organizar-se.
- N. 612 — FAZENDA — Decreto de 31 de julho de 1890 —
 Provê a criação do Banco Hypothecario Nacional.
- N. 613 — FAZENDA — Decreto de 31 de julho de 1890 —
 Releva da prescripção as dividas de que são credores o bacharel Trajano Viriato de Medeiros e os herdeiros do 1º tenente do 4º batalhão de artilharia Joaquim da Silva Gusmão.
- N. 614 — FAZENDA — Decreto de 31 de julho de 1890 —
 Crea dois logares de peritos examinadores privativos da Fazenda Nacional.
- N. 615 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de julho de 1890 —
 Approva as plantas apresentadas pelos concessionarios das obras do arrasamento do morro de Santo Antonio.
- N. 616 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de julho de 1890 —

Concede aos engenheiros José de Barros Wanderley de Mendonça e Luiz Philipe Alves da Nobrega garantia de juros de 6 % ao anno para o estabelecimento de dois engenhos centraes no Estado de Alagoas.

N. 617 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de agosto de 1890 — Concede a Joaquim Firmino Ferreira da Veiga autorização para estabelecer um engenho central, com garantia de juros de 6 % ao anno, no municipio de Ubatuba, no Estado de S. Paulo.

N. 618 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de agosto de 1890 — Concede a Theotônio Santiago de Miranda garantia de juros de 6 % ao anno, sobre o capital de 600:000\$, para estabelecer um engenho central em Jacarépaguá.

N. 619 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de agosto de 1890 — Concede á Empreza das Obras Publicas do Brasil, ou á companhia que organizar, garantia de juros do Estado para construcção da E. de F. de Aracaju' a Simão Dias, com um ramal para Capella, no Estado de Sergipe, e approva os estudos definitivos da 1ª secção da mesma estrada.

N. 620 — GUERRA — Decreto de 2 de agosto de 1890 — Eleva os vencimentos do porteiro, continuo e serventes da Directoria Geral de Obras Militares.

N. 621 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 2 de agosto de 1890 — Modifica o § 1º do art. 176 do regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos, approved pelo decreto n. 372 A de 2 de maio do corrente anno.

N. 622 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de agosto de 1890 — Concede autorização a Guilherme Augusto Cogorno de Oliveira e Guilherme Malheiro de Macedo para organizarem uma companhia sob a denominação de — Companhia Importadora de Vinhos Portuguezes.

N. 623 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de agosto de 1890 — Concede aos bachareis João dos Reis de Souza Dantas Filho e José Pacheco Pereira e ao coronel Aristides Novaes garantia de juros de 6 % ao anno para estabelecimento de um engenho central no Estado da Bahia.

N. 624 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de agosto de 1890 — Separa a administração das estradas de ferro do Estado de Pernambuco e manda construir o ramal de Paquevira á cidade de Imperatriz, no Estado de Alagoas.

N. 625 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1890 — Declara a entrancia da comarca de S. Francisco de Assis, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 626 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de agosto de 1890 — Ratifica, com modificação, o contracto para abertura de canaes de junção entre varios rios, do Estado de Sergipe, e melhoramentos da barra do Cotinguiba, no mesmo Estado, celebrado pelo respectivo governo a 30 de dezembro de 1889, concedendo a fiança da garantia de juros de 6 % ao anno, durante 30 annos, sobre o capital que for fixado.

N. 627 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de agosto de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça para conceder seis mezes

- de licença com todos os vencimentos ao desembargador da Relação de S. Salvador, Antonio Agnello Ribeiro, para tratar de sua saúde.
- N. 628 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de agosto de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça para conceder seis mezes de licença com todos os vencimentos ao desembargador da Relação de Belém, Joaquim de Paula Pessoa de Lacerda, para tratar de sua saúde.
- N. 629 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de agosto de 1890 — Concede permissão a Luiz de Souza Ribeiro, para explorar mineraes no Estado de Minas Geraes.
- N. 630 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de agosto de 1890 — Proroga o praso para incorporação da Companhia Engenho Central de Magé.
- N. 631 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de agosto de 1890 — Concede autorização a Luiz de Paula Mascarenhas e outros para organizarem a Companhia Fabril e Industrial de Vinagre.
- N. 632 — INTERIOR — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Altera o decreto n. 183 de 27 de janeiro do corrente anno que fixou a despeza do Ministerio dos Negocios do Interior para o exercicio actual.
- N. 633 — INTERIOR — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior um credito suplementar de 300:000\$ á verba — Soccorros publicos do exercicio de 1890.
- N. 634 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Concede autorização ao Dr. Adolpho Bezerra de Menezes e João José Gonçalves Junior, directores da Companhia Nacional de Construcções, para organizarem a Sociedade Anonyma Salina Nacional.
- N. 635 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Renova a concessão feita á companhia "The Bahia Central Sugar Factories, Limited" para os dois engenhos centraes, Iguape e Rio Fundo, no Estado da Bahia.
- N. 636 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Concede ao bacharel Francisco José de Medeiros garantia de juros para o estabelecimento de um engenho central no Estado de Pernambuco.
- N. 637 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Concede ao cidadão Carlos Napoleão Poeta garantia de juros para o estabelecimento de um engenho central no Estado de Santa Catharina.
- N. 638 — INTERIOR — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos predios e terrenos necessarios para abertura de uma avenida entre a praça da Republica e a rua Conde d'Eu e de diversas ruas, prolongamento e melhoramento de outras, na área comprehendida entre as ruas Visconde de Itauna, Visconde de Sapucahy e Conde d'Eu, na referida praça.
- N. 639 — INTERIOR — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Approva os planos dos edificios que a Companhia Evoneas Fluminense tem de construir para a habitação de operarios e classes pobres.
- N. 640 — GUERRA — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Determina que o fornecimento de livros e artigos para a es-

- cripturação e expediente dos corpos arregimentados do exercito seja feito por conta do Estado.
- N. 641 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Concede autorização á Companhia de Navegação a Vapor Lloyd Austro-Hungaro para funcconar nos Estados Unidos do Brasil.
- N. 642 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Altera o decreto n. 10433 de 9 de novembro de 1889 e prorroga os prazos estipulados no respectivo contracto.
- N. 643 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Concede a Francisco Raymundo Luiz dos Santos e Souza Ribeiro & Irmão permissão para explorarem ouro e outros mineraes no municipio de S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes.
- N. 644 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Declara o modo por que devem ser considerados os vencimentos dos guardas de linha, operarios da officina e estafetas da Repartição Geral dos Telegraphos.
- N. 645 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Concede ao engenheiro Newton Cezar Burlamaqui e Henrique Deslandes, garantia de juros para o estabelecimento de dois engenhos centraes no Estado do Espirito Santo.
- N. 646 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Concede ao cidadão José Domingos Mendes garantia de juros para estabelecer um engenho central no Estado da Bahia.
- N. 647 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Concede ao cidadão Joaquim Mariano Alves de Castro garantia de juros para estabelecer um engenho central no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 648 — INTERIOR — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Providencia para que possam exercer o direito de voto os cidadãos qualificados eleitores, em virtude da lei n. 3029 de 9 de janeiro de 1881, que não tenham sido incluídos no recente alistamento eleitoral.
- N. 649 — INTERIOR — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Extingue os logares de engenheiro sanitario da Inspectoria Geral de Hygiene, os de ajudantes e auxiliar do mesmo engenheiro e do desenhista, e incumbe o respectivo serviço ao engenheiro das obras do Ministerio do Interior.
- N. 650 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 651 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 652 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Concede autorização a José Antonio Marquês de Abreu e Carlos Ventura Teixeira Pinto para organizarem a sociedade anonyma — Companhia Utilidade Publica.
- N. 653 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Concede á Companhia dos Engenhos Centraes da Parahyba e Sergipe garantia de juros para o estabelecimento de quatro engenhos centraes nos Estados de Alagoas e Sergipe.
- N. 654 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de agosto de 1890 — Concede a Juvenal Damasceno e Augusto Cezar a garantia de juros de 6 % ao anno para o estabelecimento de um engenho central no Estado de Minas Geraes.
- N. 655 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1890 — Altera a classificação da comarca de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro.

- N. 656 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1890 — Declara a entrancia da comarca de S. Miguel, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 657 — INTERIOR — Decreto de 12 de agosto de 1890 — Dá regulamento á Casa de S. José.
- N. 658 — INTERIOR — Decreto de 12 de agosto de 1890 — Dá novo regulamento ao Asylo de Meninos Desvalidos.
- N. 659 — INTERIOR — Decreto de 12 de agosto de 1890 — Manda observar as instrucções para o segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brasil.
- N. 660 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de agosto de 1890 — Altera a classificação da comarca de Santa Cruz do Corumbá, no Estado de Matto Grosso.
- N. 660 A — FAZENDA — Decreto de 14 de agosto de 1890 — Manda garantir pelo governo os empréstimos externos que se effectuarem, até a somma de 50.000:000\$, a favor dos Estados da Republica.
- N. 661 — FAZENDA — Decreto de 15 de agosto de 1890 — Eleva a 6 % a taxa de 5 1/2 % dos juros abonados pelos dinheiros depositados nas caixas economicas.
- N. 662 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de agosto de 1890 — Concede á Companhia Industrial Lavoura e Viação de Macahé garantia de juros para seu engenho central no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 663 — INTERIOR — Decreto de 15 de agosto de 1890 — Addita providencias relativas ao processo da eleição do primeiro Congresso Nacional.
- N. 664 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de agosto de 1890 — Concede ao cidadão Augusto Candido Harache garantia de juros para o estabelecimento de dois engenhos centraes no Estado da Bahia.
- N. 665 — INTERIOR — Decreto de 16 de agosto de 1890 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos predios e terrenos necessarios para substituição da rua Sete de Setembro por uma avenida unindo as praças Tiradentes e Quinze de Novembro.
- N. 666 — MARINHA — Decreto de 16 de agosto de 1890 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha o credito de 620:000\$, assim distribuido: — Munições navaes 300:000\$; — Material de construção naval, 200:000\$; — Eventuaes, 120:000\$000.
- N. 667 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 16 de agosto de 1890 — Crea um estabelecimento de ensino profissional sob a denominação de Pedagogium.
- N. 668 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 18 de agosto de 1890 — Declara o modo por que deve ser conferido o grão de bacharel nas faculdades de direito da Republica.
- N. 669 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de agosto de 1890 — Declara a caducidade das concessões feitas á "Alagoas Railway Company, Limited" para a construção de um ramal terminando na extincta colonia militar Leopoldina.
- N. 670 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de agosto de 1890 — Concede permissão a Tito Livio Martins para a lavra de petroleo e outros mineraes no municipio de Tatuhy, no Estado de S. Paulo.
- N. 671 — GUERRA — Decreto de 18 de agosto de 1890 — Re-

- gula a concessão da ordem militar de Aviz.
- N. 672 — GUERRA — Decreto de 18 de agosto de 1890 — Modifica o regulamento para o serviço sanitario do exercito.
- N. 673 — MARINHA — Decreto de 21 de agosto de 1890 — Deroga o decreto n. 471 A de 5 de janeiro de 1845 e manda pôr em execução o regulamento para o corpo de marinheiros nacionaes.
- N. 674 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de agosto de 1890 — Concede autorização a Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves e outros para organizarem uma companhia sob a denominação de — Companhia Provisora de Conservas Alimentares.
- N. 675 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de agosto de 1890 — Concede permissão a Benjamin de Nofrio Matta para explorar minas de ouro, carvão de pedra e outros mineraes, no Estado do Paraná.
- N. 676 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de agosto de 1890 — Deroga o decreto n. 10141 de 29 de dezembro de 1888, na parte que declarou especial a comarca de Lorena, no Estado de S. Paulo.
- N. 677 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de agosto de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Arauá, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de Sergipe.
- N. 678 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de agosto de 1890 — Autoriza a companhia "Brazil Great Southern Railway, Limited" a fazer uma chamada de capitães para ser applicada ás despesas preliminares com o prolongamento da respectiva estrada até Santo Angelo.
- N. 679 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de agosto de 1890 — Declara sem effeito a concessão constante do decreto n. 639 de 9 de agosto de 1890.
- N. 680 — FAZENDA — Decreto de 23 de agosto de 1890 — Determina que a policia dos armazens, coxias, pateos e dependencias da Alfandega do Rio de Janeiro seja feita pela força dos guardas, e altera algumas disposições da consolidação das leis das alfandegas e mesas de rendas, de accôrdo com as necessidades do serviço.
- N. 681 — INTERIOR — Decreto de 23 de agosto de 1890 — Elimina da concessão contida no decreto n. 9560 de 27 de fevereiro de 1886 as obrigações a que se referem as clausulas 22ª, 23ª e 24ª das que baixaram com o decreto n. 9511 de 17 de outubro de 1885.
- N. 682 — MARINHA — Decreto de 23 de agosto de 1890 — Iguala os vencimentos dos praticantes da Contadoria da Marinha aos do Thesouro Nacional.
- N. 683 — MARINHA — Decreto de 23 de agosto de 1890 — Dá novo regulamento ao corpo de saude da armada.
- N. 684 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de agosto de 1890 — Concede privilegio ao engenheiro Eduardo José de Moraes para a construcção, uso e gozo de uma via de navegção interior, desde o porto de Icapará, no Estado de S. Paulo, á bahia de Paranaguá, no do Paraná.
- N. 685 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de agosto de 1890 — Concede as vantagens e regalias de paquetes aos vapo-

res da Companhia Estradas de Ferro e Navegação do Norte do Brasil.

- N. 686 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de agosto de 1890 — Declara de utilidade publica a desapropriação da fazenda do Pinheiro, na estação da E. de F. Central, do mesmo nome.
- N. 687 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de agosto de 1890 — Autoriza o Banco Auxiliar a transferir á Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil as concessões, de que é cessionario, feitas pelos decretos ns. 7181 e 7302 de 8 de março e 24 de maio de 1879.
- N. 688 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de agosto de 1890 — Concede autorização a Antonio Pinheiro dos Santos Bastos para organizar a Companhia Nacional de Pesca.
- N. 689 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de agosto de 1890 — Concede ao cidadão Carlos Dias de Oliveira garantia de juros para o estabelecimento de um engenho central no Estado de Pernambuco.
- N. 690 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de agosto de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça para conceder dois mezes de licença com todos os vencimentos ao desembargador da Relação da Capital Federal, Antonio Carneiro de Campos, para tratar de sua saude.
- N. 691 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de agosto de 1890 — Dá novo regulamento á E. de F. de Porto Alegre a Uruguayana.
- N. 692 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de agosto de 1890 — Concede ao cidadão Antonio Guedes Valente, Dr. Bartholomeu Leopoldino Dantas e Joaquim Garcia de Castro garantia de juros para o estabelecimento de dois engenhos centraes no Estado da Parahyba.
- N. 693 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de agosto de 1890 — Concedê subvenção a uma empresa de conservação e transporte de carnes verdes.
- N. 694 — GUERRA — Decreto de 28 de agosto de 1890 — Estabelece novo plano para os uniformes dos officiaes e praças do exercito e dos alumnos das escolas militares.
- N. 695 — GUERRA — Decreto de 28 de agosto de 1890 — Crea o montepio para as familias dos officiaes do exercito, similar ao da marinha, e regula o modo de sua fundação e applicação.
- N. 696 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de agosto de 1890 — Altera a classificação da comarca de aPrahyba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 697 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de agosto de 1890 — Revalida a criação do logar de juiz municipal e de orphãos no termo de Curralinho, no Estado da Bahia.
- N. 698 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de agosto de 1890 — Altera a classificação da comarca da Imperatriz, no Estado de Goyaz.
- N. 699 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de agosto de 1890 — Concede autorização a Dias Pereira & Almeida e outros para organizarem uma companhia sob a denominação de — Companhia Alliança Mercantil.

- N. 700 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de agosto de 1890 —
Concede autorização ao Banco Territorial Mercantil de Minas
para organizar uma companhia sob a denominação de —
Companhia Ceres Brasileira.
- N. 700 A — FAZENDA — Decreto de 29 de agosto de 1890 —
Regula a emissão complementar assegurada ao Banco dos
Estados Unidos do Brasil pelos decretos de 31 de janeiro e
8 de março de 1890.
- N. 701 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de agosto de 1890
— Autoriza o resgate da E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro
para o fim de, transformada a bitola, ser incorporada á E.
de F. Central do Brasil.
- N. 702 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de agosto de 1890 —
Altera a classificação da comarca da União, no Estado do
Piauí.
- N. 703 — MARINHA — Decreto de 30 de agosto de 1890 —
Dá novo regulamento ao corpo de fazenda da armada.
- N. 704 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de agosto de 1890 —
Concede garantia de juros ao engenheiro Antonio Fialho
para estabelecer nove engenhos centraes no Estado de
Pernambuco.
- N. 705 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de agosto de 1890
— Concede autorização a Francisco Candido Soares da Silva
para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação
de — Companhia Cremerie Fluminense.
- N. 706 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de agosto de 1890
— Proroga até 23 de julho o prazo marcado para con-
clusão das obras do ramal da E. de F. do Norte, que deve
terminar na Tijuca.
- N. 707 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de agosto de 1890
— Autoriza a entrega á Associação Geral de Auxílios Mutuos
da E. de F. Central do Brasil da importancia das multas
impostas ao pessoal da mesma estrada.
- N. 708 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 2 de setembro
de 1890 — Crea no Instituto Nacional dos Cegos a cadeira
de violoncello e contra-baixo, separada das de instrumentos
de corda.
- N. 709 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 2 de setembro
de 1890 — Eleva a 140 o numero de adjuntos ás escolas
publicas primarias da Capital Federal.
- N. 710 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de setembro de 1890
— Concede ao bacharel Bento José da Costa garantia de juros
para um engenho central no Estado de Pernambuco.
- N. 711 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de setembro de 1890
— Concede permissão ao engenheiro João Cordeiro da Graça
para explorar minas de ferro e outros mineraes no Estado
do Paraná.
- N. 712 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de setembro de 1890
— Concede autorização a Francisco Pereira dos Santos
Lisboa e outro para organizarem uma sociedade anonyma
sob a denominação de — Companhia Economia Publica.
- N. 713 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de setembro de 1890

- Dá novo regulamento á parte em construcção da E. de F. Central do Brasil.
- N. 714 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de setembro de 1890 — Concede autorização a Heitor Basto Cordeiro e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Cooperativa de Comestiveis.
- N. 715 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de setembro de 1890 — Concede á Companhia Nacional Salinas Mossoró-Assu', autorização para reformar os seus estatutos.
- N. 715 A — INSTRUCÇÃO PUBLICA — Decreto de 4 de setembro de 1890 — Declara de utilidade publica, para serem expropriadas, as escolas da fazenda de Santa Cruz e da Quinta da Boa Vista.
- N. 716 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de setembro de 1890 — Concede permissão a Charles H. Ward para explorar ouro e outros mineraes no municipio de Poconé, no Estado de Matto Grosso.
- N. 717 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de setembro de 1890 — Concede permissão a Charles H. Ward para lavrar ouro e outros mineraes no municipio do Livramento, no Estado de Matto Grosso.
- N. 718 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de setembro de 1890 — Concede permissão a Charles H. Ward para explorar o territorio comprehendido entre 14 grãos de longitude oeste e 22 grãos tambem oeste, e desde 10 grãos de latitude sul a 15 sul, no Estado de Matto Grosso.
- N. 719 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de setembro de 1890 — Concede permissão a Charles H. Ward para lavrar ouro e outros mineraes no municipio de Cuyabá, no Estado de Matto Grosso.
- N. 720 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de setembro de 1890 — Manda executar o regulamento sobre divisão e demarcação das terras particulares.
- N. 721 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1890 — Dá novo regulamento ás estradas de ferro Central e Sul de Pernambuco.
- N. 722 — INTERIOR — Decreto de 6 de setembro de 1890 — Determina que sejam remetidas trimensalmente á Directoria Geral de Estatística mappas dos nascimentos, casamentos e obitos registrados na conformidade das disposições em vigor.
- N. 723 — INTERIOR — Decreto de 6 de setembro de 1890 — Concede dispensa das leis de amortização ao Seminario Episcopal da Diocese do Rio Grande do Sul afim de possuir um predio que lhe foi legado.
- N. 724 — FAZENDA — Decreto de 6 de setembro de 1890 — Extingue todos os impostos geraes de exportação da herva-matte, seja qual fór a sua procedencia ou destino.
- N. 725 — FAZENDA — Decreto de 6 de setembro de 1890 — Concede á companhia que for organizada por Antonio Carneiro Brandão permissão para emittir bilhetes de mercadorias, e isenção, durante dois annos, dos impostos de exportação sobre o café vendido nos leilões da mesma companhia.

- N. 726 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de setembro de 1890 —
Altera a classificação da comarca de Alfenas, no Estado de Minas Geraes.
- N. 727 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1890 —
— Transfere á Companhia de Engenhos Centraes de Café do Brasil a concessão feita a Paulino Luiz Tinoco.
- N. 728 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1890 —
— Concede a João Manoel de Miranda Barbosa um engenho central, com garantia de juros, no Estado de S. Paulo.
- N. 729 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1890 —
— Concede permissão a Agostinho José dos Santos e Emilio Dinardo para explorarem ouro e outros mineraes no Estado de Minas Geraes.
- N. 730 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1890 —
— Concede autorização a José Pinto do Carmo Cintra e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Central Moinhos Paulistas.
- N. 731 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1890 —
— Concede autorização a José Pinto do Carmo Cintra e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Cooperativa Paulista.
- N. 732 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1890 —
— Concede autorização ao Dr. José Teixeira Garcia Redondo e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Paulista Importadora de Vinhos Portuguezes.
- N. 733 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1890 —
— Concede autorização ao Dr. Pedro Luiz Soares de Souza e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Progresso Industrial de Cabo-Frio.
- N. 734 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1890 —
— Autoriza a transferencia á Companhia E. de F. Leopoldina das concessões relativas ás estradas de ferro Barão de Araruama e do Carangola.
- N. 735 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1890 —
— Transfere á Companhia Industrial do Brasil a concessão feita por decreto n. 10312 de 10 de agosto de 1889 á Empreza Brasil Metallurgico para lavar ferro e outros mineraes no Estado de S. Paulo.
- N. 736 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1890 —
— Concede permissão ao engenheiro Pedro Berudes e Primavera para explorar mineraes no municipio de Lavras, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 737 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1890 —
— Transfere á Empreza Industrial de Melhoramentos no Brasil a concessão feita ao engenheiro Palmerio de Carvalho Cantanhede.
- N. 738 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de setembro de 1890 —
— Concede a Alberto Birabeu mais 99 datas mineraes, no Estado de Matto Grosso.
- N. 739 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de setembro de 1890 —
— Concede autorização ao Banco dos Operarios para organizar uma secção cooperativa de consumo e producção.

- N. 740 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 11 de setembro de 1890 — Deroga a disposição do art. 19 do regulamento approved pelo decreto n. 379 A de 8 de maio de 1890.
- N. 741 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de setembro de 1890 — Concede ao cidadão Joaquim Barbosa dos Santos Werneck privilegio; por 10 annos, para o serviço de navegação a vapor do Rio Preto, entre as estações terminaes das estradas de ferro Santa Izabel do Rio Preto e União Valenciana.
- N. 742 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de setembro de 1890 — Determina que a direcção e construcção das obras do prolongamento da E. de F. do Sobral fiquem a cargo da administração da mesma estrada.
- N. 743 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Villa Nova da Rainha, no Estado da Bahia.
- N. 744 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de setembro de 1890 — Concede permissão o engenheiro Pedro Berudes e Primavera para explorar mineraes no municipio de Caçapava, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 745 — MARINHA — Decreto de 12 de setembro de 1890 — Reforma o regulamento dos arsenaes de marinha da Republica dos Estados Unidos do Brasil.
- N. 746 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de setembro de 1890 — Concede aos cidadãos Augusto Silvestre de Faria e Fortunato Pinho, Avellar & Comp. garantia de juros para um engenho central no Estado da Bahia.
- N. 747 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de setembro de 1890 — Concede autorização a Germain Bloch & Bauman para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Padaria Central Viennense.
- N. 748 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de setembro de 1890 — Concede permissão ao bacharel Antonio Cornellino de Mesquita Barros e outro para explorarem kaolim no Estado de S. Paulo.
- N. 749 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de setembro de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça para conceder licença com todos os vencimentos ao ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Joaquim Tiburcio Ferreira Gomes.
- N. 750 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de setembro de 1890 — Concede autorização á "Société Franco-Brésilienne de Travaux Publics" para funcionar nos Estados Unidos do Brasil.
- N. 751 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de setembro de 1890 — Declara organizada a comissão das obras da barra e do porto do Rio Grande do Sul, no Estado do mesmo nome, e extinta a comissão de melhoramentos da barra do mesmo Estado.
- N. 752 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de setembro de 1890 — Concede a José Candido de Barros e outro autorização para organizarem uma companhia sob a denominação de — Companhia Lactea Fluminense.
- N. 753 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de setembro de 1890 — Concede aos empregados da Repartição Fiscal do Governo

- junto á Companhia Rio de Janeiro "City improvements", direito á aposentadoria.
- N. 754 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de setembro de 1890 — Concede autorização a José Proost de Souza e Gregorio Carneiro Bastos para organizarem uma companhia sob a denominação de — Companhia Santista de Pesca.
- N. 755 — INTERIOR — Decreto de 16 de setembro de 1890 — Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior um credito extraordinario de 1.059:000\$ para as despesas do segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brasil.
- N. 756 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de setembro de 1890 — Crea o logar de quartel mestre em cada um dos corpos do regimento policial da Capital Federal.
- N. 757 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de setembro de 1890 — Concede permissão a Linino Ribeiro Quinta para explorar ouro e outros mineraes no Estado de Goyaz.
- N. 758 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de setembro de 1890 — Concede autorização ao cidadão Manoel Mato e Dr. Carlos Cesar de Oliveira Sampaio para arrasarem o morro do Castello.
- N. 759 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de setembro de 1890 — Approva a transferencia, que a "Société Anonyma du Chemin de Fer Benevente a Minas" fez á Companhia Geral de Estradas de Ferro no Brasil, da E. de F. de Santa Luzia do Carangola e do ramal que deve ligal-a ao porto de Benevente.
- N. 760 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de setembro de 1890 — Concede ao barão de Araujo Maia autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de—Companhia Hertha Mineira.
- N. 761 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de setembro de 1890 — Concede garantias de juros para Candido da Fonseca Viana, Caetano Mascarenhas e Francisco Domingos Contijo estabelecerem um engenho central no Estado de Minas Geraes.
- N. 762 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de setembro de 1890 — Proroga por mais 30 dias o praso para incorporação de Companhia Engenho Central de Magé.
- N. 763 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de setembro de 1890 — Manda observar no processo das causas civis em geral o regulamento 737 de 25 de novembro de 1850, com algumas excepções e outras providencias.
- N. 764 — JUSTIÇA — Decreto de 19 de setembro de 1890 — Declara abolido o juramento especial que é deferido em cada feito dos curadores "á lide", promotores publicos interinos e outros agentes do Ministerio Publico.
- N. 765 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de setembro, de 1890 — Concede autorização a Emilio Paulo de Lima Barbosa para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia de Trituração e Moagem.
- N. 766 — FAZENDA — Decreto de 20 de setembro de 1890 — Releva da prescripção a divida de que é credor o desembargador Bento Luiz de Oliveira Lisboa.
- N. 767 — FAZENDA — Decreto de 20 de setembro de 1890 — Determina que nas causas em que for nomeado curador a ausente, tenha o dito curador privativa e indispensavel audien-

- cia, independente de nomeação dos juizes, e dá outras providências.
- N. 768 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de Setembro de 1890 — Concede a Domingos de Souza Guedes e outros, autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Brasileira Commercio de Cereaes.
- N. 769 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de setembro de 1890 — Concede permissão a José de Azevedo Silva e Tertuliano Ramos para exploração da herva-matte no Estado do Paraná.
- N. 770 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de setembro de 1890 — Concede a José Antonio Machado e outros autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Zootechnica e Industrial.
- N. 771 — FAZENDA — Decreto de 20 de setembro de 1890 — Concede a Antonio José de Abreu, funcionario publico, autorização para incorporar o Banco dos Funcionários Publicos.
- N. 772 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de setembro de 1890 — Concede ao cidadão Adolpho Ribeiro Guimarães garantia de juros para estabelecimento de um engenho central de asucar e alcool de canna no Estado de Sergipe.
- N. 773 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de setembro de 1890 — Declara o meio de supprir a certidão de idade para a casa-mento, e estabelece regras sobre a justificação desse e outros requisitos.
- N. 774 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de setembro de 1890 — Declara abolida a pena de galés, reduz a 30 annos as penas perpetuas, manda computar a prisão preventiva na execução, e estabelece a prescrição das penas.
- N. 775 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de setembro de 1890 — Autoriza o Ministerio da Justiça para conceder licença, com todos os vencimentos, ao desembargador da Relação de Belém, José Antonio Rodrigues.
- N. 776 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de setembro de 1890 — Autoriza o Ministerio da Justiça para conceder licença com todos os vencimentos ao desembargador da Relação de Fortaleza, Umbelino Moreira de Oliveira Lima.
- N. 777 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de setembro de 1890 — Approva a nova modificação feita no tracado da E. de F. do Norte, no seu prolongamento até á Capital Federal.
- N. 778 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de setembro de 1890 — Concede permissão a Mauricio José de Souza Dantas para explorar ouro no municipio de Tucano, no Estado da Bahia.
- N. 779 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de setembro de 1890 — Abre um credito extraordinario de 548:850\$ para occorrer ás despesas com a execução das obras da barra e do porto do Rio Grande do Sul.
- N. 780 — FAZENDA — Decreto de 25 de setembro de 1890 — Abre um credito de 150:722\$450 á verba — Exercícios fin-dos, de 1890, para pagamento de igual quantia de que são credores o Dr. João Alves Carrilho, como representante de sua mulher, e outros herdeiros de Manoel José Teixeira Barbosa.
- N. 781 — FAZENDA — Decreto de 25 de setembro de 1890 — Transfere aos inspectores das thesourarias de fazenda

- N. 782 — FAZENDA — Decreto de 25 de setembro de 1890 —
Contém diferentes providencias sobre bancos de circulação.
as attribuições que competiam aos presidentes das extintas
provincias, quanto ao serviço da administração da Fazenda
Geral, e dá outras providencias.
- N. 782 A — FAZENDA — Decreto de 25 de setembro de 1890 —
— Concede a Adolpho Paulo de Oliveira Lisboa e outros au-
torização para organizarem uma sociedade anonyma sob a de-
nominação de — Companhia Industrial da Ipuca.
- N. 783 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de setembro de 1890
— Approva as bases do contracto com a companhia Rio de
Janeiro "City Improvements" para o serviço dos esgotos do
subúrbio do Jardim Botânico.
- N. 784 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de setembro de 1890
— Approva as bases do contracto com a companhia Rio de
Janeiro "City Improvements" para as obras e serviços de es-
gotos nos subúrbios do Andarahy Pequeno, Engenho Novo,
Todos os Santos e Officinas.
- N. 785 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 26 de Setem-
bro de 1890 — Abre um credito extraordinario na importan-
cia de 660:000\$ á verba — telegraphos, do exercicio de 1890.
- N. 786 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 26 de setembro
de 1890 — Abre um credito suplementar da quantia de
100:000\$ á verba — Eventuaes, do exercicio de 1890.
- N. 787 — INTERIOR — Decreto de 27 de setembro de 1890
Approva a postura do Conselho da Intendencia Municipal so-
bre a criação de suínos.
- N. 788 — INTERIOR — Decreto de 27 de setembro de 1890 —
Concede permissão ao Dr. José Ferr.^a de Souza Araujo e a Giu-
seppe Fogliani, concessionarios do alargamento, rectificação
e prolongamento da rua Senhor dos Passos, para transferirem
a mesma concessão ao dr. Antonio Brissay.
- N. 789 — INTERIOR — Decreto de 27 de setembro de 1890 —
Estabelece a secularização dos cemiterios.
- N. 790 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 27 de setem-
bro de 1890 — Revoga o paragrapho unico do art. 72 do
regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos, approva-
do pelo decreto 372 A de 2 de maio do corrente anno.
- N. 791 — INTERIOR — Decreto de 27 de setembro de 1890 —
Crea no Hospicio Nacional de Alienados uma escola profissio-
nal de enfermeiros e enfermeiras.
- N. 792 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de setembro de 1890 —
Altera a classificação da comarca de Ponta de Pedras, no
Estado de Paraná.
- N. 793 — GUERRA — Decreto de 27 de setembro de 1890 —
Eleva os vencimentos do pessoal da administração e das of-
ficinas da Fabrica de Polvora da Estrella.
- N. 794 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de setembro de 1890
— Concede a Henrique de Souza Ramos e outros autoriza-
ção para organizarem uma companhia sob a denominação de
— Companhia de Seguros Protectora dos Operarios.
- N. 795 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de setembro de 1890
— Acrescenta uma clausula ás que baixaram com o decreto
758 de 18 de setembro de 1890, que concedeu aos cidadãos
Manoel Mato e Dr. Carlos Cesar de Oliveira Sampaio autori-
zação para arrasarem o morro do Castello.

- N. 796 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de outubro de 1890 — Concede autorização ao capitão-tenente Carlos Vidal de Oliveira Freitas e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Sociedade Cooperativa Militar do Brasil.
- N. 797 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de outubro de 1890 — Approva os estudos para construção das obras do prolongamento do ramal de Ouro Preto até a cidade de Marianna.
- N. 798 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de outubro de 1890 — Concede permissão a Alonso Pestana de Aguiar para explorar ferro e outros mineraes no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 799 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de outubro de 1890 — Concede autorização á Sociedade Seguro Mutuo Progresso para proseguir em suas operações, satisfeitas as formalidades deste decreto.
- N. 800 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de outubro de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça para conceder quatro mezes de licença com vencimentos ao desembargador da Relação de S. Salvador, Estevão Vaz Pereira, para tratar de sua saúde.
- N. 801 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Concede ao Dr. Francisco de Paula Castro permissão para explorar herva-matte no Estado do Paraná.
- N. 802 — INTERIOR — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Providencia sobre a convocação das assembléas legislativas dos Estados e estabelece o processo para a respectiva eleição.
- N. 803 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Proroga por mais dois mezes os prazos estipulados nos decretos 219 de 25 de fevereiro e 457 de 7 de junho do corrente anno.
- N. 804 — FAZENDA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Manda cobrar em ouro, pelo valor legal, todos os direitos de importação devidos pelas mercadorias estrangeiras despachadas nas alfandegas e mesas de rendas habilitadas da Republica, e extingue a taxa adicional de 5 % para o fundo de emancipação.
- N. 805 — FAZENDA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Altera algumas disposições do decreto 196 de 1 de fevereiro do corrente anno.
- N. 806 — JUSTIÇA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Uruguayana, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 807 — JUSTIÇA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Crea na capital do Estado da Bahia mais uma vara privativa de juiz de direito dos casamentos e um official do registro e escrivão do mesmo juizo.
- N. 808 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Organiza a Inspectoria dos Portos e Obras Publicas Federaes no Estado de Pernambuco e declara extinta a comissão de conservação dos portos e obras publicas do mesmo Estado.
- N. 809 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Abre um credito de 600:000\$ para ser applicado á construção de edificios proprios para o Pedagogium, Escola-Modelo e Inspectoria Geral de Instrução Publica.
- N. 810 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Substitue todo o capítulo III do regulamento do Mu-

- seu Nacional, a que se refere o decreto 379 A de 8 de maio de 1890.
- N. 811 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Abre um credito especial de 350:000\$ para ser applicado á desapropriação dos predios contiguos ao Museu Nacional, e concertos e melhoramentos urgentes e indispensaveis.
- N. 812 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Concede permissão ao Dr. Tiberio Cesar de Lemos para explorar carvão de pedra e outros mineraes no Estado do Maranhão.
- N. 813 — JUSTIÇA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Itapecerica, no Estado de Minas Geraes.
- N. 814 — JUSTIÇA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Autoriza o Ministerio da Justiça para conceder licença com os vencimentos ao desembargador da Relação de Fortaleza, Antonio Firmo Figueira de Saboia, para tratar de sua saude.
- N. 815 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Autoriza a Companhia E. de F. do Norte a transferir o ramal da Tijuca á Companhia E. de F. da Tijuca.
- N. 816 — MARINHA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Deroga o § 2º do art. 105 do regulamento annexo ao decreto n. 10201 de 9 de março de 1889.
- N. 817 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Concede a Heitor Basto Cordeiro e outros autorização para reformarem os estatutos da Companhia Cooperativa de Combustiveis.
- N. 818 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Concede ao engenheiro Ayres Pompeu Carvalho de Souza renovação da concessão que lhe foi feita para lavrar ouro e outros mineraes no Estado de Matto Grosso.
- N. 819 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Declara temporariamente facultativa a adopção do systema da diffusão e institue premios para animar o aperfeiçoamento progressivo do fabrico do assucar no Brasil.
- N. 820 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Concede a Luiz de Toledo Piza e Almeida e outros autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia de Avicultura Paulista.
- N. 821 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Concede a Herminio Augusto Moreira Lemos e outros autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Paulista de Industria e Comercio.
- N. 822 — JUSTIÇA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Justiça um credito de 8:000\$.
- N. 823 — JUSTIÇA — Decreto de 4 de outubro de 1890 — Restabelece o logar de juiz substituto da Capital do Estado do Ceará.
- N. 823 A — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1890 — Regula a amortização e conversão da divida interna fundada.
- N. 823 B — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1890 — Prescreve o recolhimento do emprestimo de 1889.
- N. 824 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de outubro de 1890 — Concede ao Dr. Arthur Fernandes Campos da Paz autori-

- zação para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Geral de Vinhos Brasileiros.
- N. 825 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de outubro de 1890 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito extraordinario da quantia de 10.000:000\$ em titulos do juro de 5 % ao anno para resgate da E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro.
- N. 826 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de outubro de 1890 — Proroga o prazo para conclusão das obras de construção dos prolongamentos da E. de F. Sorocabana.
- N. 827 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de outubro de 1890 — Abre ao Ministerio da Justiça um credito especial de 25:000\$000.
- N. 828 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de outubro de 1890 — Crea na capital do Estado de Pernambuco mais uma vara privativa de juiz de direito dos casamentos e um official do registro e escrivão do mesmo juizo.
- N. 829 — INTERIOR — Decreto de 9 de outubro de 1890 — Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior um credito extraordinario de 600:000\$000.
- N. 830 — INTERIOR — Decreto de 9 de outubro de 1890 — Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior um credito suplementar de 300:000\$ á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1890.
- N. 831 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de outubro de 1890 — Concede permissão a Antonio Alves de Oliveira Castro e outros para explorarem ouro e outros mineraes no Estado da Bahia.
- N. 832 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Concede garantias de juros e mais favores aos cidadãos Dr. Antonio da Rocha Fernandes Leão e Alfredo Matson para exploração da industria pastoril nos Estados do Rio de Janeiro, norte de S. Paulo e sul de Minas Geraes.
- N. 833 — MARINHA — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Dá regulamento para o concurso de admissão aos logares de cirurgião e pharmaceutico de 3ª classe do corpo de saude da armada.
- N. 834 — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Releva da prescripção a divida de que é credor o juiz de direito, bacharel Joaquim Jonas Bezerra Montenegro.
- N. 835 — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Approva as modificações feitas nos estatutos do Banco de Credito Real de Minas Geraes.
- N. 836 — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Manda executar em todas as alfandegas e mesas de rendas habilitadas da Republica a nova tarifa e suas disposições preliminares.
- N. 837 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Institue premios para exposições agricolas regionaes.
- N. 838 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Altera as clausulas que baixaram com o decreto n. 718 de 5 de setembro do corrente anno.
- N. 839 — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Concede á Sociedade Cooperativa Militar do Brasil, isenção do pagamento do imposto predial e contribuição de penna de agua e dos direitos de consumo para os artigos que importar directamente para uso dos seus associados.

- N. 840 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Concede favores ao cidadão Frederico Augusto de Souza Nogueira para a construção, uso e gozo de quatro saladeiros centrais no Estado do Maranhão.
- N. 841 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Concede a Estevão José da Silva e outros, autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Nacional Distillação e Perfumarias.
- N. 842 — INTERIOR — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Amplia a permissão concedida ao Dr. José Ferreira de Souza Araujo e Giuseppe Fogliani pelo decreto n. 788 de 27 de setembro de 1890.
- N. 843 — INTERIOR — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Concede ao Banco dos Operarios, diversos favores, relativamente aos edificios que construir para habitação de operarios e classes pobres.
- N. 844 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de outubro de 1890 — Declara que a garantia de juros para os dois engenhos centrais concedidos por decreto n. 664 de 16 de agosto ultimo a Augusto Candido Harache passa a ser para cinco engenhos.
- N. 845 — GUERRA e INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Abre um credito extraordinario de 350:00\$ para occorrer ás despesas com a transferencia e edificação do Observatorio do Rio de Janeiro e aquisição de instrumentos para o mesmo.
- N. 846 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Concede á Companhia E. de F. Muzambinho privilegio para a construção do prolongamento da E. de F. Minas e Rio até ao ponto navegavel do rio Verde e privilegio e garantia de juros para a do ramal da Campanha desta mesma estrada.
- N. 847 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Promulga o codigo penal.
- N. 848 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Organiza a justiça federal.
- N. 849 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de outubro de 1890 — Concede á Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil autorização para construção de um caes de atracação entre a ponta do Arsenal de Marinha da Capital Federal e a da Chichorra e dahi á ponta do Caju, com os onus e vantagens da lei n. 1746 de 13 de outubro de 1869.
- N. 850 — FAZENDA — Decreto de 13 de outubro de 1890 — Altera a legislação vigente, quanto á realização do capital das sociedades anonymas.
- N. 851 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça para conceder licença com todos os vencimentos ao juiz de direito da comarca do Ceará-mirim, no Rio Grande do Norte, José Ignacio Fernandes de Barros.
- N. 852 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1890 — Eleva á brigada o regimento policial da Capital Federal.
- N. 853 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça para conceder seis mezes de licença com vencimentos ao bacharel José Ferreira Nobre Formiga, juiz de direito da comarca de Santa Christina do Pi-

- nhal, no Estado do Rio Grande do Sul, para tratar de sua saúde.
- N. 854 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1890 — Crea os logares de juiz de direito, promotor publico e escrivão no archipelago de Fernando de Noronha, e dá outras providências.
- N. 855 — MARINHA — Decreto de 13 de outubro de 1890 — Dá novo regulamento ao corpo de machinistas navaes e revoga o decreto n. 273 de 18 de março do corrente anno.
- N. 856 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 13 de outubro de 1890 — Approva o regulamento para a Bibliotheca Nacional.
- N. 857 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de outubro de 1890 — Regula o serviço do Lloyd Brasileiro.
- N. 858 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de outubro de 1890 — Concede a Agostinho Pereira Liberato renovação da concessão que lhe foi feita para lavrar mineraes no Estado de Santa Catharina.
- N. 859 — GUERRA e INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 13 de outubro de 1890 — Crea no Observatorio do Rio de Janeiro, uma escola de astronomia e de engenharia geographica.
- N. 860 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1890 — Declara especial a comarca de Pindamonhangaba, no Estado de S. Paulo.
- N. 861 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1890 — Provê sobre a nomeação de juizes de paz nos districtos que não os tiverem eleitos, nas colonias militares e nucleos coloniaes.
6. 861 A — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1890 — Concede a Manoel Gomes da Costa Figueiredo, ou á empresa ou companhia que elle organizar, alguns favores, mediante diversas clausulas e onus, para o estabelecimento de uma fabrica de velas stearinas.
- N. 862 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de outubro de 1890 — Concede privilegio, garantia de juros e mais favores para o estabelecimento de um systema de viação geral, ligando diversos Estados da União á Capital Federal.
- N. 863 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de outubro de 1890 — Proroga o praso para a inauguração das obras da E. de F. de Pelotas ás colonias de S. Lourenço.
- N. 864 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de outubro de 1890 — Concede á Companhia Restaurantes Populares, autorização para funcionar.
- N. 865 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de outubro de 1890 — Concede ao capitão Augusto Paranhos da Silva Velloso, autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Cremerie Brasileira.
- N. 866 — GUERRA — Decreto de 16 de outubro de 1890 — Crea no Collegio Militar tres logares de inspectores de alumnos.
- N. 867 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de outubro de 1890 — Concede a Francisco Leite Ribeiro Guimarães e outros, autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Central Paulista.
- N. 868 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de outubro de 1890 — Concede permissão ao bacharel João Cândido Murtinho

- para lavrar ouro e outros mineraes no Estado de Matto Grosso.
- N. 869 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de outubro de 1890 — Concede a Antonio José da Silva e outro autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Cooperativa do Consumo Domestico e Agricola.
- N. 870 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de outubro de 1890 — Concede á sociedade commanditaria por acções, estabelecida em Milão, sob a razão social Henrique Dell'Acqua & Comp., autorização para funcionar nos Estados Unidos do Brasil.
- N. 871 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de outubro de 1890 — Rectifica o art. 3º do decreto n. 476 de 11 de junho de 1890, que modificou o contracto celebrado em 25 de outubro de 1885 para o arrasamento do morro de Santo Antonio.
- N. 872 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de outubro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Ponte Nova, no Estado de Minas Geraes.
- N. 873 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de outubro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Canhotinho, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de Pernambuco.
- N. 874 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Approva os estudos do prolongamento da E. de F. Sorocabana, comprehendido entre Santa Cruz do Rio Pardo e o ponto terminal, á margem do rio Paranapanema, e fixa o capital garantido, á respectiva companhia pelo decreto 10090 de 24 de novembro de 1888.
- N. 875 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Concede a Antonio Ferreira da Silva Carneiro a garantia de juros de 6 % ao anno para o estabelecimento de um engenho central no Estado de S. Paulo.
- N. 876 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Concede permissão a João Francisco de Lemos e outros, para explorarem carvão de pedra e schisto no Estado de S. Paulo.
- N. 877 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Proroga o praso para apresentação dos estudos definitivos da E. de F. do Rio Bonito a Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 878 — FAZENDA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Isenta da taxa adicional do imposto predial os estabelecimentos industriaes, ainda que possuidos por sociedades anonymas.
- N. 879 — FAZENDA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Isenta dos direitos de importação ou consumo as obras de arte de reconhecido valor artistico.
- N. 880 — FAZENDA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Approva com alterações os estatutos do Banco Emissor de Pernambuco.
- N. 881 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Transfere á Empreza Industrial de Melhoramentos, no Brasil a concessão feita a Frederico Augusto de Souza Nogueira para estabelecer quatro saladeiros no Estado do Maranhão.

- N. 882 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Eleva a fiança dos corretores de fundos publicos, e dá outras providencias.
- N. 883 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça para conceder licença com todos os vencimentos ao juiz de direito, auditor de guerra do Estado do Pará, Napoleão Simões de Oliveira, para tratar de sua saúde.
- N. 884 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos, no termo de S. José dos Campos Novos do Paranapanema, no Estado de S. Paulo.
- N. 885 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Fixa definitivamente em 6.153:857\$750 o capital garantido á Companhia E. de F. Mogyana, para a construcção de prolongamento da mesma estrada até ao Rio Grande e do ramal de Poços de Caldas.
- N. 886 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Concede ao engenheiro Ricardo de Menezes favores para explorar a cultura da ramie e outros vegetaes nos Estados do norte da Republica, e montagem de estabelecimentos para o preparo dos productos das fibras de taes plantas.
- N. 887 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Approva a designação dos municipios para os engenhos centraes concedidos á Companhia de Engenhos Centraes da Parahyba e Sergipe pelo decreto n. 239 de 1 de março do corrente anno.
- N. 888 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Modifica os prazos para a Companhia de Engenhos Centraes da Parahyba e Sergipe começar e concluir as obras de oito engenhos centraes de que é concessionaria.
- N. 889 — INSTRUÇÃO PÚBLICA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Concede autorização ao cidadão inglez Sydney Martin Simonsen para estabelecer uma linha telephonica entre esta capital e a de S. Paulo.
- N. 890 — MARINHA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Regula as ajudas de custo e gratificações que devem ser abonadas aos officiaes da armada, classes annexas e empregados civis do Ministerio da Marinha nas diversas commissões de que forem incumbidos.
- N. 891 — MARINHA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha o credito suppleментар de 606:700\$731, assim distribuido: — Corpo da armada, etc., 447:114\$807; Reformados, 159:585\$924.
- N. 892 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Concede permissoão a Caetano José de Mesquita e outros para explorarem jazidas de turfa, schisto betuminoso e seus congenes no Estado das Alagoas.
- N. 893 — INTERIOR — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Declara de utilidade publica a desapropriação dos terrenos da parte occidental da ilha do Governador até aos limites da fazenda de S. Bento com a de Santa Cruz.
- N. 894 — INTERIOR — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Concede á Companhia Nacional de Construcções diversos favores relativamente aos edificios que construir para habitação de operários e classes pobres.

- N. 895 — INTERIOR — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Concede á Companhia Technico-Constructora diversos favores relativamente aos edificios que construir para habitação de operarios e classes pobres.
- N. 896 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Concede privilegio e garantia de juros para construção de uma estrada de ferro, entre o Estreito, no Estado de Santa Catharina, e o valle do rio Iguaçu, em frente á foz do rio Chopim, com ramaes para o porto de S. Francisco e para Passo Fundo e Porto Alegre.
- N. 897 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Concede á Companhia Mercantil e Industrial de S. Paulo autorização para funcionar.
- N. 898 — MARINHA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Marca as gratificações que devem perceber os pharmaceuticos do corpo de saude da armada.
- N. 899 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça para conceder licença com todos os vencimentos ao 1º official da mesma repartição, Alfredo Deocleciano da Silva Távares.
- N. 900 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de outubro de 1890. — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de Burity dos Lopes, no Estado do Piahy.
- N. 901 — GUERRA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Modifica a disposição do art. 19, n. 3, do decreto n. 695 de 28 de agosto deste anno, que estabelece o montepio para as familias dos officiaes do exercito.
- N. 902 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Concede ao Dr. João Luiz dos Santos Titara e outro autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Abastecimento de Carnes Verdes.
- N. 903 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Concede permissão a José Paulo Ribeiro de Almeida para lavrar ouro e outros mineraes no Estado de Matto Grosso.
- N. 904 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Concede ao engenheiro Luiz Felipe Alves da Nóbrega e a Carlos Dias de Oliveira privilegio por 90 annos, com garantia de juros de 6 o/o ao anno, durante 30 annos, sobre o capital que for fixado para a construção, uso e gozo das obras de melhoramento do porto de Jaraguá, no Estado das Alagoas.
- N. 905 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Concede a Antonio Fernandes da Costa Guimarães autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Distillação Central.
- N. 906 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Concede garantia de juros de 6 o/o ao anno do capital que for empregado na construção do prolongamento da E. de F. e Minas de S. Jeronymo.
- N. 907 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Concede privilegio e garantia de juros para a construção do prolongamento da E. de F. do Paraná, desde o porto Amazonas até Ponta Grossa, passando por Palmeira.
- N. 907-A — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 18 de outubro de 1890 — Estabelece que a 1º official com-

pete a função de archivista na Secretaria de Estado dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos.

- N. 908 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de outubro de 1890 — Concede a Antonio de Souza Silva Brito e outro renovação da concessão que lhes foi feita para lavrarem ouro no Estado de Minas Geraes.
- N. 909 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de outubro de 1890 — Concede ao engenheiro Aarão Reis, ou á companhia que organizar, privilegio, garantia de juros e mais favores para a construção de uma estrada de ferro ligando a anvegação do rio Itapicurú ás dos rios Tocantins e Araguaia, e autorização para a construção das obras de melhoramento do porto da capital do Estado do Maranhão.
- N. 910 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de outubro de 1890 — Proroga por mais dois annos o praso marcado a Francisco de Assis Paula Assumpção para explorar carvão de pedra e outros mineraes no Estado de S. Paulo.
- N. 911 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de outubro de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça para conceder licença com todos os vencimentos ao bacharel Zacharias do Rego Monteiro, juiz substituto da comarca de Barra do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 912 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de outubro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Piancó, no Estado da Parahyba, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 913 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de outubro de 1890 — Declara a entrancia da comarca do Carmo da Franca, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de S. Paulo.
- N. 914 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de outubro de 1890 — Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão de reserva da guarda nacional da comarca da União, no Estado do Piahy, e crea um commando superior de guardas nacionaes na mesma comarca.
- N. 914-A — GOVERNO PROVISORIO — Decreto de 23 de outubro de 1890 — Publica a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, submettida pelo Governo Provisorio ao Congresso Constituinte.
- N. 915 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de 1890 — Concede favores ao engenheiro Augusto Guedes de Carvalho para a construção, uso e gozo de saladelros centraes nos Estados de S. Paulo, Santa Catharina, Paraná e Rio Grande do Sul.
- N. 916 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de outubro de 1890 — Crea o registro de firmas ou razões commerciaes.
- N. 917 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de outubro de 1890 — Reforma o código commercial, na parte III.
- N. 918 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de 1890 — Autoriza José de Aguiar Vallim & Comp. a transferirem a Domingos Moutinho a E. de F. do Bananal.
- N. 919 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de 1890 — Concede autorização á "Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésilien" para funcionar.
- N. 920 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de 1890 — Faz extensiva á concessão da E. de F. do Itararé a

Santa Maria da Bocca do Monte a do sub-ramal de Guaru-
puava á foz do rio Iguassu'.

- N. 921 — MARINHA — Decreto de 24 de outubro de 1890 —
Estabelece o novo regulamento para o corpo de officiaes
marinheiros.
- N. 922 — GUERRA — Decreto de 24 de outubro de 1890 —
Amplia o quadro do pessoal do Laboratorio Chimico-
Pharmaceutico Militar e marca os respectivos vencimentos.
- N. 923 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de outubro de 1890 —
Declara especial a comarca de Santa Thereza, no Estado
do Rio de Janeiro.
- N. 924 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de outubro de 1890 —
Autoriza o ministro da Justiça para conceder licença com
todos os vencimentos ao desembargador da Relação da
Capital Federal, Justiniano Baptista Madureira, para tra-
tar de sua saude.
- N. 925 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de
1890 — Crea a commissão de melhoramentos dos portos e
canaes maritimos dos Estados do Paraná e Santa Cathari-
na e approva o respectivo regulamento.
- N. 926 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de
1890 — Concede á Companhia Paulista de Carnes Verdes
autorização para funcconar.
- N. 927 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de
1890 — Concede aos cidadãos João Carlos de Mendonça
Furtado e Ananias Barbosa garantia de juros para um en-
genho central em Minas Geraes.
- N. 928 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de
1890 — Concede vantagens e regalias de paquetes aos va-
pores da Companhia de Paquetes Brasil Oriental e Diques
Fluctuantes.
- N. 929 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de
1890 — Concede ao bacharel João Antonio de Segadas
Vianna autorização para organizar uma sociedade anony-
ma sob a denominação de — Companhia Industrial Italo-
Santista.
- N. 930 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de
1890 — Concede garantia de juros para o cidadão José
Ferreira da Silva estabelecer dois engenhos centraes de
assucar e alcool de canna no Estado de Sergipe.
- N. 931 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de
1890 — Proroga os prazos constantes do decreto n. 637 de
9 de agosto de 1890.
- N. 932 — GUERRA — Decreto de 24 de outubro de 1890 —
Declara qual o vencimento que compete aos officiaes re-
formados e honorarios do exercito quando excercerem em-
pregos que não forem de caracter essencialmente militar.
- N. 933 — GUERRA — Decreto de 24 de outubro de 1890 —
Extingue o logar de porteiro do escriptorio do director da
Fabrica de Polvora da Estrella e crea mais um logar de
amanuense.
- N. 934 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 24 de outu-
bro de 1890 — Dá novo regulamento ao Instituto Nacio-
nal de Musica.
- N. 935 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 24 de outu-
bro de 1890 — Considera de utilidade publica, para o fim
de serem desapropriados, os predios 2 e 4 da praça da
Republica e 52 e 54 da rua Visconde do Rio Branco.

- N. 936 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 24 de outubro de 1890 — Concede ao engenheiro civil Joaquim da Costa Chaves Faria autorização para o estabelecimento de communicações telephonicas entre esta capital e as cidades de Petropolis e Nictheroy.
- N. 937 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de 1890 — Concede favores á Companhia Industrial Assuacreira para estabelecer engenhos centraes e refinações.
- N. 938 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de 1890 — Concede ao cidadão João de Deus Freitas os favores constantes do § 4º do art. 3º do decreto n. 10393 de 9 de outubro de 1889.
- N. 939 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de outubro de 1890. — Altera a classificação da comarca de Pacatuba, no Estado do Ceará.
- N. 940 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de outubro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Nossa Senhora da Graça, no Estado de Santa Catharina.
- N. 941 — MARINHA — Decreto de 30 de outubro de 1890 — Crea uma brigada de escreventes da armada, equiparados aos guardiães do corpo de officiaes marinheiros.
- N. 942 — MARINHA — Decreto de 31 de outubro de 1890 — Restabelece o quadro do pessoal das officinas annexas á directoria das obras hydraulicas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.
- N. 942-A — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1890 — Crea o montepio obrigatorio dos empregados do Ministerio da Fazenda.
- N. 942-B — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 31 de outubro de 1890 — Estende á sociedade Cooperativa Militar do Brasil a redução de 50 % sobre a taxa dos telegraphos pelos telegraphos da Republica.
- N. 942 C — AGRICULTURA — Decreto de 31 de outubro de 1890 — Abre um credito extraordinario de 94:400\$000 para occorrer ás despezas com o pessoal e material da commissão de portos e canaes maritimos dos Estados do Paraná e Santa Catharina.
- N. 942 D — AGRICULTURA — Decreto de 31 de outubro de 1890 — Abre um credito extraordinario de 125:000\$000 para occorrer ás despezas com a aquisição de materia preciso para melhorar o porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 942 E — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 31 de outubro de 1890 — Concede autorização a Joaquim Manoel Pimentel para o estabelecimento de linhas telephonicas que liguem as cidades de Therezopolis, Nova Friburgo e Campos a esta capital.
- N. 942 F — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 31 de outubro de 1890 — Confirma a concessão feita pela Intendencia Municipal da cidade de S. João do Rio Claro, no Estado de S. Paulo, ao cidadão Edgard Ferreira para o estabelecimento de um serviço telephónico naquella cidade.
- N. 942 G — AGRICULTURA — Decreto de 31 de outubro de 1890 — Concede autorização a Nicoláo Alotti para organizar uma companhia de seguro mutuo contra fogo, sob a denominação de — União e Progresso.
- N. 943 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de novembro de 1890 — Approva a tabella de vencimentos para o pessoal

- technico das estradas de ferro geraes do Estado, em construcção ou a construir.
- N. 944 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de novembro de 1890 — Concede autorização á companhia "The Western and Brazilian Telegraph, Limited", para lançar um segundo cabo submarino.
- N. 945 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1890 — Altera a classificação da comarca de S. José dos Campos, no Estado de S. Paulo.
- N. 946 — MARINHA — Decreto de 1 de novembro de 1890 — Extingue a Intendencia de Marinha e crea um Commissariado Geral da Armada.
- N. 946-A — GUERRA — Decreto de 1 de novembro de 1890 — Approva as instrucções regulando o abono de vencimentos militares.
- N. 947 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de novembro de 1890 — Approva os estudos para o prolongamento do ramal de Ouro Preto, da cidade de Marianna a Antonio Pereira.
- N. 947 A — FAZENDA — Decreto de 4 de novembro de 1890 — Regula e fiscaliza as concessões de isenção de direitos de importação ou consumo.
- N. 948 — MARINHA — Decreto de 5 de novembro de 1890 — Crea uma brigada de artifices militares.
- N. 949 — MARINHA — Decreto de 5 de novembro de 1890 — Estabelece um código penal para a armada.
- N. 950 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de novembro de 1890 — Concede permissão ao Dr. Anfrasio Fialho para explorar sal-gemma no Estado do Paraná.
- N. 951 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de novembro de 1890 — Proroga o prazo para a Companhia Agricola de Campos concluir as obras do seu engenho em Ayrises e transformação da usina Barcellos.
- N. 952 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de novembro de 1890 — Proroga por mais um anno o prazo marcado a Rodolpho Marques Perdigão para explorar mineraes no Estado do Pará.
- N. 953 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de novembro de 1890 — Transfere á Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil, ou á companhia que organizar, a concessão feita ao engenheiro Aarão Reis pelo decreto n. 909 de 23 de outubro de 1890.
- N. 954 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de novembro de 1890 — Concede á Companhia E. de F. da Tijuca autorização para assentar trilhos na estrada nova da Tijuca, reduzindo a bitola.
- N. 955 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de novembro de 1890 — Concede garantia de juros para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo da cidade de Maceió, vá á ex-colônia Leopoldina com um ramal para Porto Calvo.
- N. 955 A — FAZENDA, AGRICULTURA e JUSTIÇA — Decreto de 5 de novembro de 1890 — Promulga o regulamento para execução do decreto n. 451 B de 31 de maio do corrente anno, que estabeleceu o registro e transmissão de immoveis pelo systema Torrens.

- N. 956 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de novembro de 1890
— Torna extensivo aos empregados do Ministerio da Justiça o montepio obrigatorio, creado pelo decreto n. 942 A de 31 de outubro de 1890.
- N. 957 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de novembro de 1890
— Autoriza o ministro da Justiça para conceder licença com todos os vencimentos ao desembargador da Relação de Belém, Romualdo de Souza Paes de Andrade.
- N. 958 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de novembro de 1890
— Dá regulamento para a brigada policial da Capital Federal.
- N. 959 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de novembro de 1890 — Eleva a £ 69.272 o capital de £ 59.272 garantido pelo decreto n. 9774 de 14 de julho de 1887 para construção do prolongamento da Parahyba ao Cabedello compreendendo o molhe neste porto.
- N. 960 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de novembro de 1890 — Approva os estudos definitivos e o orçamento do prolongamento da E. de F. de Quarahim a Itaquy, no trecho comprehendido entre Itaquy a Camaquan.
- N. 961 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1890 — Concede autorização ao conselho fiscal da Caixa Economica e Monte de Soccorro da Capital Federal para dispensar de comparecerem á repartição os empregados que ahí contarem 30 ou mais annos de bons serviços e se invalidarem.
- N. 962 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de novembro de 1890 — Concede autorização a Tertuliano Ramos e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Commercio de Matte.
- N. 963 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de novembro de 1890 — Concede garantia de juros e mais favores aos cidadãos Domingos Theodoro de Azevedo Junior e barão de Souza Lima para a exploração da industria pastoril no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 964 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de novembro de 1890 — Altera e amplía algumas disposições do decreto n. 528 de 28 de junho ultimo, adicionando outras.
- N. 965 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de novembro de 1890 — Concede autorização á Companhia Metropolitana para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Zoosterina.
- N. 966 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de novembro de 1890 — Autoriza á Empreza das Obras de Melhoramento do Porto de Santos, no Estado de S. Paulo, a prolongar o caes em construção e prorroga o praso das concessões constantes dos decretos ns. 9979 de 2 1de julho de 1888 e 10277 de 30 de julho de 1889.
- N. 966 A — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1890 — Crea um Tribunal de Contas para o exame, revisão e julgamento dos actos concernientes á receita e despesa da Republica.
- N. 967 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Dá novo regulamento á Inspectoria Geral da Illuminação da Capital Federal.
- N. 968 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Concede autorização a Carlos Eduardo Thompson para

- estabelecer centros de communicações telephonicas nas cidades de Bagé, Uruguayana e Santa Maria da Bocca do Monte, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 969 — JUSTIÇA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itaborahy, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 970 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Concede á Companhia Geral de Estradas de Ferro no Brasil privilegio, garantia de juros e outros favores para construcção do prolongamento da E. de F. Leopoldina, de Itabira a Jatobá.
- N. 971 — JUSTIÇA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça a conceder seis mezes de licença com todos os vencimentos ao continuo da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, Constantino Gonçalves, para tratar de sua saúde.
- N. 972 — (Com este numero não foi publicado acto algum).
- N. 973 — JUSTIÇA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Altera a entrança da comarca de Pacatuba, no Estado do Ceará.
- N. 974 — JUSTIÇA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Altera a entrança da comarca de Granja, no Estado do Ceará.
- N. 975 — JUSTIÇA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Araripe, no Estado do Ceará.
- N. 976 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Transfere á Companhia Fabricação e Commercio de Asucar as concessões feitas pelos decretos 616 e 639 de 31 de julho e 23 de agosto ultimos.
- N. 977 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Concede permissão a Julio C. Rossi e outros para transferirem á Companhia Industrial de Seda e Ramie a concessão constante do decreto n. 10183 de 9 de fevereiro de 1890.
- N. 978 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 599 de 24 de julho do corrente anno.
- N. 979 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Proroga o praso para a apresentação das plantas do Engenho Central de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 980 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Dá novo regulamento ao Pedagogium da Capital Federal.
- N. 981 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Approva o regulamento da instrucção primaria e secundaria do Districto Federal.
- N. 982 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Approva os estatutos para a Escola Normal da Capital Federal.
- N. 983 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Approva os estatutos para a Escola Nacional de Bellas Artes.
- N. 984 — MARINHA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Faz extensivas aos empregados civis effectivos e aposentados do Ministerio da Marinha, as disposições do decreto

- n. 942 A de 31 de outubro de 1890, que creou o montepio obrigatorio dos empregados do Ministerio da Fazenda.
- N. 985 — GUERRA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Organiza os estados-maiores do Presidente da Republica, do Generalissimo, ministro da Guerra, ajudante general e quartel-mestre general.
- N. 986 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Concede autorização a João Carlos de Mendonça Furtado e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Alliança Economica.
- N. 987 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Concede a João Carlos de Mendonça Furtado e outros autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Agricola e Manufactora Brasileira.
- N. 988 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Alliança Mercantil.
- N. 989 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Concede a Herminio Augusto Moreira Lemos e outro autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Lupton.
- N. 990 — GUERRA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Augmenta o numero de artigos mencionados nas tabellas annexas ao decreto n. 640 de 9 de agosto ultimo.
- N. 991 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Transfere á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas a concessão constante do decreto n. 904, de 18 de outubro de 1890, relativa ás obras de melhoramento do porto de Jaraguá, no Estado das Alagoas.
- N. 992 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Concede permissão para transferencia da concessão feita para construcção da E. de F. do Ceará-mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 993 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1890 — Concede, durante 30 annos, fiança do juro de 6 % ao anno, garantido pelo governador do Estado das Alagoas, sobre o maximo capital de 30:000\$, por kilometro, destinado á construcção de uma estrada de ferro que, partindo da cidade das Alagoas, vá entroncar-se na E. de F. de Paulo Affonso.
- N. 994 — EXTERIOR — Decreto de 9 de novembro de 1890 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito complementar de 492:108\$344 para as despesas de todas as rubricas, no exercicio de 1890.
- N. 995 — EXTERIOR — Decreto de 9 de novembro de 1890 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de extraordinario de 75:570\$880 para as despesas com a Commissão Exploradora das Missões.
- N. 995 A — FAZENDA — Decreto de 10 de novembro de 1890 — Altera o numero, classes e vencimentos dos empregados da Caixa de Amortização e da Casa da Moeda.
- N. 996 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1890 — Abre ao Ministerio da Fazenda um credito supplementar, na importancia de 9.103:657\$403, para occorrer a despesas de diversas verbas, no exercicio de 1890.
- N. 997 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1890 —

- Dá regras para a execução do decreto n. 850 de 13 de outubro ultimo, sobre a constituição das sociedades anonymas.
- N. 997 A — EXTERIOR — Decreto de 11 de novembro de 1890 — Reorganiza o Corpo Diplomatico Brasileiro.
- N. 997 B — EXTERIOR — Decreto de 11 de novembro de 1890 — Organiza o Corpo Consular Brasileiro.
- N. 998 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de novembro de 1890 — Transfere para a Companhia Industrial e de Construções Hydraulicas o privilegio para a construção das obras de melhoramento da barra e porto do Icapára, no Estado de S. Paulo, e do canal marítimo do isthmo do Varadouro, entre aquelle Estado e o do Paraná.
- N. 998 A — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1890 — Manda vigorar no futuro exercicio as leis ns. 3396 e 3397 de 24 de novembro de 1888, e dá outras providencias.
- N. 998 B — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1890 — Revoga a concessão dos favores concedidos á companhia organizada por Antonio Carneiro Brandão.
- N. 999 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 13 de novembro de 1890 — Considera de utilidade publica, para o fim de serem desapropriados, os predios 68 e 10 da praça da Republica.
- N. 1000 — INTERIOR — Decreto de 13 de novembro de 1890 — Concede licença e dispensa das leis de amortização ao Seminario Episcopal do Pará afim de adquirir e possuir para seu patrimonio a fazenda da Engenhoca, pertencente á Ordem Carmelitana Fluminense.
- N. 1001 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de novembro de 1890 — Proroga até 31 de dezembro de 1891 os prazos para a conclusão das obras do porto da Fortaleza, no Estado do Ceará, e de garantia do juro de 6 % ao anno sobre o capital fixado de 2.500:000\$000.
- N. 1002 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de novembro de 1890 — Concede a João Gomes Pereira, autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Avicultura.
- N. 1003 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de novembro de 1890 — Approva a postura do Conselho da Intendencia Municipal sobre hotéis e estabelecimentos congeneres.
- N. 1004 — INTERIOR — Decreto de 13 de novembro de 1890 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação do predio 3 da rua Russell.
- N. 1005 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de novembro de 1890 — Facilita a votação nas eleições das juntas commerciaes aos eleitores commerciantes que residirem fóra dos Estados em que têm ellas a sua séde, e dá outras providencias.
- N. 1006 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Concede a Joaquim José de Azevedo e outros autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Padaria Fluminense.
- N. 1007 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Uruguayana, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 1008 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Concede ao cidadão José Morales os favores constantes do § 4º do art. 8º do decreto n. 10393 de 9 de outubro de 1889.

- N. 1009 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Modifica as clausulas da concessão feita á Companhia E. de F. Muzambinho pelo decreto n. 846 de 11 de outubro de 1890.
- N. 1010 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Declara caduca a concessão feita a João Corrêa de Moraes e por elle transferida á companhia "Pará Transportation Trading" para a navegação a vapor dos rios Araguaya, Tocantins e Vermelho.
- N. 1011 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Proroga o praso da concessão feita a Marcos Rosenwald para lavar ouro no Estado de Matto Grosso.
- N. 1012 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Reorganiza a Estação Agronomica de Campinas.
- N. 1013 — INTERIOR — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior um credito supplementar de 150:000\$ á verba — Soccoros publicos, de 1890.
- N. 1014 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Abre ao Ministerio da Justiça um credito supplementar de 211:595\$792.
- N. 1015 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Manáos, no Estado do Amazonas.
- N. 1016 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Cametá, no Estado do Pará.
- N. 1017 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.
- N. 1018 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Estabelece regras sobre a aposentação dos juizes e empregados federaes.
- N. 1019 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Dá novo quadro de empregados ao Asylo de Mendicidade da Capital Federal e marca-lhe os vencimentos.
- N. 1020 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pacatuba, no Estado do Ceará.
- N. 1021 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Milagres, no Estado do Ceará.
- N. 1022 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca do Rio Pardo, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Espirito Santo.
- N. 1023 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Itabapoana, marca o vencimento do respectivo promotor publico, e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Espirito Santo.
- N. 1024 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Approva o regulamento para a organização do Deposito Geral desta capital.
- N. 1025 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de novembro de 1890

- Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Barbalha, no Estado do Ceará.
- N. 1026 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Altera o decreto n. 882 de 18 do mez findo, na parte relativa ás fianças dos corretores de fundos publicos, e dá outras providencias.
- N. 1027 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Concede privilegio ao Dr. Raphael de Paula Souza para montar e explorar um estabelecimento hydrotherapico no Estado de S. Paulo.
- N. 1028 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Concede ao capitão-tenente Carlos Vidal de Oliveira Freitas e outros autorização para reformarem o § 1º do art. 6º dos estatutos da sociedade Cooperativa Militar do Brasil.
- N. 1029 — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Altera a disposição do art. 3º da lei de 6 de novembro de 1827, na parte relativa ao abono do meio soldo aos filhos varões dos officiaes do exercito.
- N. 1030 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Organiza a justiça do Districto Federal.
- N. 1031 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Concede ao visconde de Ibituruna autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Mutuação Commercial e Agricola.
- N. 1032 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Concede permissão a Frederico Vicente Massa e Domingos Gravina para explorarem salinas e estabelecerem fabricas destinadas á purificação do sal em terrenos devolutos, no Estado do Paraná.
- N. 1033 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Organiza o serviço da E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro de modo a fazer-se a transição do regimen da administração particular para a do Estado e executar-se a transformação da linha para a bitola larga.
- N. 1034 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Concede, de accôrdo com as leis ns. 1746 de 13 de outubro de 1869 e 3314 de 16 de outubro de 1886, á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas privilegio por 40 annos, com a garantia de juros de 6 % ao anno, durante 30 annos, sobre o capital que for effectivamente necessario, até ao maximo de 4.000:000\$, para a construcção, uso e gozo das obras de melhoramento da barra e porto da Laguna, no Estado de Santa Catharina.
- N. 1035 — MARINHA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Manda observar o plano de uniformes dos alumnos da Escola Naval.
- N. 1036 — INTERIOR — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Torna extensivo aos empregados activos ou aposentados do Ministerio do Interior o montepio obrigatorio creado pelo decreto n. 942 A de 31 de outubro de 1890.
- N. 1036 A — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Supprime a cadeira de direito ecclesiastico dos cursos juridicos do Recife e S. Paulo.
- N. 1036 B — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1890 — Concede ao Banco Colonial do Brasil e a Arthur Ferreira

- Torres autorização para organizarem uma companhia sob a denominação de — Banco de Credito Popular do Brasil.
- N. 1036 C — GUERRA, MARINHA e JUSTIÇA — Decreto de 18 de novembro de 1890 — Autoriza os officiaes do exercito e da armada a exercerem cargos da directoria da Cooperativa Militar do Brasil.
- N. 1037 — INTERIOR — Decreto de 19 de novembro de 1890 — Revoga o decreto n. 78 de 21 de dezembro de 1889, que baniu os cidadãos Affonso Celso de Assis Figueiredo e Carlos Affonso de Assis Figueiredo e desterrou o cidadão Gaspar Silveira Martins.
- N. 1038 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de novembro de 1890 — Concede permissão a Francisco Couto da Silva para explorar ferro e outros mineraes no Estado de Matto Grosso.
- N. 1039 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de novembro de 1890 — Autoriza a transferencia da concessão feita pelo decreto n. 193 D de 30 de janeiro do corrente anno, para a construção da E. de F. de Tamandaré a Barra, no Estado de Pernambuco.
- N. 1040 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de novembro de 1890 — Concede a José Antonio Machado e outro, autorização para reformarem os estatutos da Companhia Zootechnica e Industrial.
- N. 1041 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de novembro de 1890 — Concede a Ernesto Canac e outros autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Industrial Catharinense.
- N. 1042 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de novembro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Breves, no Estado do Pará.
- N. 1043 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 20 de novembro de 1890 — Approva as instrucções para o serviço telephonico a cargo da Repartição Geral dos Telegraphos.
- N. 1044 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 20 de novembro de 1890 — Concede autorização á Companhia Telephonica de S. Paulo para ligar seus dois centros telephonicos das cidades de Santos e S. Paulo.
- N. 1045 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de novembro de 1890 — Faz extensivo aos empregados do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o montepio obrigatorio creado pelo decreto n. 942 A de 31 de outubro de 1890.
- N. 1045 A — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1890 — Proroga em favor dos possuidores de apolices residentes fóra do paiz o praso marcado no decreto n. 823 A de 6 de outubro ultimo.
- N. 1045 B — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1890 — Permite que a Irmandade da Santa Cruz dos Militares permute por predios as apolices que possui e empregue na compra de outros os saldos que adquirir até 5.000:000\$000.
- N. 1046 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de novembro de 1890 — Concede permissão ao Dr. Augusto Las Casas dos Santos para explorar marne no Estado das Alagoas.
- N. 1047 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de novembro de 1890 — Concede a Victor Manoel de Souza Monteiro e outro autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob

a denominação de — Cooperativa Operaria de Consumo de Peixe.

- N. 1048 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de novembro de 1890 — Altera as clausulas 1ª e 32ª das annexas ao decreto n. 10409 de 19 de outubro de 1889.
- N. 1049 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de novembro de 1890 — Concede ao visconde de S. Laurindo e Dr. Rodrigo Pereira Leite garantia de juros para dois engenhos no Estado de S. Paulo.
- N. 1050 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de novembro de 1890 — Incorpora ao dominio do Estado as terras dadas em dote á ex-princeza imperial do Brasil.
- N. 1051 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de novembro de 1890 — Autoriza o governador do Estado do Rio Grande do Sul a crear commandos superiores e corpos de guardas nacionaes no territorio do mesmo Estado.
- N. 1052 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Dá novo regulamento ao prolongamento da E. de F. da Bahia a S. Francisco.
- N. 1053 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Concede a Antonio Candido da Rocha autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — A Commercial Paulista.
- N. 1054 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Dá providencias sobre a eleição dos membros da Junta Commercial de S. Paulo.
- N. 1055 — MARINHA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Manda equiparar aos ordenados fixos dos praticos e praticantes da Associação da Praticagem do Estado de Pernambuco as pensões que cabem aos mesmos e aos seus herdeiros.
- N. 1056 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Concede a Miguel Del Vecchio autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Propagadora dos Vinhos e Generos Italianos.
- N. 1057 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Concede a João Joaquim Corrêa autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia União Commercial de Refinação de Assucar e Confeitarias.
- N. 1058 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Concede privilegii ao Banco do Povo para construcção, uso e goso de uma cidade de banhos, na praia comprehendida entre o morro da Babylonía e a Pedra do Relógio, na praia de Guaratiba.
- N. 1059 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Concede a Paulino J. S. de Souza Junior e outro autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Importadora e Introdutora do Rio de Janeiro.
- N. 1060 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Concede privilegio e garantia de juros para construcção de uma estrada de ferro entre Caruaru', no Estado de Pernambuco, e Crato, no do Ceará.
- N. 1061 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Declara o praso em que a companhia organizada para construcção da E. de F. de Itararé a Santa Maria da

- Bocca do Monte deve effectuar o deposito de 10.000.000 de francos a que se refere a clausula II, § 1º, do decreto n. 462 de 7 de junho do corrente anno.
- N. 1062 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Proroga por mais seis mezes o praso para o começo dos estudos definitivos do canal da Laguna a Porto Alegre, nos Estados de Santa Catharina e Rio Grande do Sul.
- N. 1063 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Concede ao Dr. Agostinho Corrêa e outros autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Melhoramentos do Estado do Paraná.
- N. 1064 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Altera a classificação da comarca do Brejo, no Estado do Maranhão.
- N. 1065 — JUSTIÇA, GUERRA e MARINHA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Manda commetter as funcções dos auditores de guerra e marinha a autoridades independentes do Ministerio da Justiça.
- N. 1066 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Torna effectivos quanto ao Dr. Antonio Brissay, ou á companhia que for por elle organizada, os favores de que trata o decreto n. 10351 de 14 de setembro de 1889, relativos á abertura de uma avenida em substituição da rua Senhor dos Passos e, dependente da apresentação dos planos definitivos, a direcção da mesma avenida.
- N. 1067 — MARINHA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Altera algumas disposições relativas aos uniformes adoptados.
- N. 1068 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Concede autorização ao cidadão José Hypolito Salgado de Menezes para a construcção, uso e gozo de cinco saladeiros centraes no Estado do Piahy.
- N. 1069 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Revoga os decretos ns. 85 A de 23 de dezembro de 1889 e 295 de 29 de março de 1890.
- N. 1070 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Concede a Manoel Thimotheo da Costa e outros autorização para organizarem a sociedade anonyma — Cooperativa dos Funcionarios Publicos.
- N. 1071 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Approva os estudos definitivos para a construcção do ramal ferreo entre Paquevira, no Estado de ernambuco, e a cidade da Imperatriz, no de Alagoas.
- N. 1072 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Concede permissão a João Ignacio Pereira Lima para explorar herva-matte no Estado do Paraná.
- N. 1073 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Approva os estatutos da Escola Polytechnica.
- N. 1074 — (Com este numero não foi publicado acto algum).
- N. 1075 — INSTRUCÇÃO PUBLICA — Decreto de 22 de novembro de 1890 — Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional.
- N. 1076 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de novembro de 1890 — Proroga por mais tres mezes os prazos estipulados nos decretos ns. 219 de 25 de fevereiro, 457 de 7 de junho e 808 de 4 de outubro do corrente anno.

- N. 1077 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 27 de novembro de 1890 — Torna extensivo aos empregados activos, jubilados e aposentados do Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos o montepio obrigatorio, creado pelo decreto n. 942 A de 21 de outubro de 1890.
- N. 1078 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de novembro de 1890 — Transfere á Companhia Industrial e de Construções Hydraulicas o privilegio para construção, uso e gozo do canal da Laguna a Porto Alegre, nos Estados de Santa Catharina e Rio Grande do Sul.
- N. 1079 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de novembro de 1890 — Autoriza o contracto com o Dr. Carlos Gross e José Augusto Vieira para as obras de melhoramento da lagoa Rodrigo de Freitas.
- N. 1080 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de novembro de 1890 — Concede autorização a Antonio Coelho Ferreira Pacheco para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Gordorifica Industrial e Mercantil.
- N. 1081 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de novembro de 1890 — Manda observar na E. de F. Paulo Affonso o regulamento approved pelo decreto n. 607 de 26 de julho do corrente anno, na parte relativa ao trafego.
- N. 1082 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de novembro de 1890 — Concede privilegio e garantia de juros a Augusto José Ferreira e Carlos José da Costa Pimentel Junior para construção de uma estrada de ferro que ligue Araxá á linha de Itabira e Jatobá.
- N. 1083 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de novembro de 1890 — Concede privilegio e garantia de juros de 6 % ao engenheiro civil Joaquim José Barrão e Agostinho Corrêa para construção de uma estrada de ferro entre Petrolina e o litoral do Estado do Piahy.
- N. 1084 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de novembro de 1890 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Aquiraz, no Estado do Ceará.
- N. 1085 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de novembro de 1890 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado do Maranhão.
- N. 1086 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de novembro de 1890 — Crea um batalhão de guardas nacionaes de artilharia na capital do Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1087 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de novembro de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça para conceder licença com vencimentos ao desembargador da Relação da Capital Federal, Antonio Carneiro de Campos.
- N. 1088 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de novembro de 1890 — Crea um batalhão de guardas nacionaes na capital do Estado do Ceará.
- N. 1089 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1090 — MARINHA — Decreto de 28 de novembro de 1890 — Concede ao engenheiro naval mais antigo, que contar 20 annos de serviço effectivo, graduação do posto immediatamente superior.
- N. 1091 — MARINHA — Decreto de 28 de novembro de 1890 — Altera o art. 24 do decreto n. 509 de 21 de junho de 1890 que crea o codigo disciplinar da armada.

- N. 1092 — INTERIOR — Decreto de 28 de novembro de 1890 — Torna extensivo aos empregados do Ministerio das Relações Exteriores o montepio obrigatorio, creado pelo decreto n. 942 A de 31 de outubro de 1890.
- N. 1093 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 28 de novembro de 1890 — Concede autorização a Francisco Jorge Ferreira Leite para estabelecer centros telephonicos nas cidades do Rio Grande, Pelotas e Porto-Alegre.
- N. 1094 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 28 de novembro de 1890 — Crea na Escola de Minas de Ouro Preto o lugar de bibliothecario com o vencimento de 3:600\$ annuaes.
- N. 1095 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Concede permissão ao barão de Santo Antonio da Barra para explorar ouro e outros mineraes no Estado da Bahia.
- N. 1096 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Crea o lugar de carcereiro da cidade de Jahu', no Estado de S. Paulo.
- N. 1097 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Concede autorização ao Dr. Erico Marinho de Souza Coelho e outros para organizarem uma companhia sob a denominação de — Companhia Salinas de Cabo Frio.
- N. 1098 — INTERIOR — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos predios e terrenos necessarios para o prolongamento da avenida, a que se refere o decreto n. 638 de 9 de agosto ultimo, até a praça de Estacio de Sá, e alargamento e rectificação das ruas Machado Coelho e S. Christovão, na parte proxima á mesma praça.
- N. 1099 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Proroga por quatro mezes o praso marcado no § 2º da clausula 3ª do decreto n. 623 de 2 de agosto ultimo.
- N. 1100 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Concede autorização ao Dr. Rodrigo Pereira Barretto e outros para organisarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Leitaria Paulista.
- N. 1101 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Concede a Antonio Joaquim Dias da Silva, autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Cooperativa de Consumo, de Construcções e Produções do Congresso Operario.
- N. 1102 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Abre um credito extraordinario de 100:000\$ para occorrer ás despesas com a desapropriação de predios contiguos ao edificio do Instituto Nacional de Musica e com as obras de melhoramentos de que carece esse instituto.
- N. 1103 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça a conceder licença com todos os vencimentos ao bacharel Augusto do Couto Delgado, juiz de direito na comarca de Jahu', no Estado de S. Paulo.
- N. 1104 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Mazagão, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Pará.

- N. 1105 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Corurupu', no Estado do Maranhão, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 1106 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Affuá, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Pará.
- N. 1107 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Itaituba, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos na comarca do mesmo nome, no Estado do Pará.
- N. 1108 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Baião, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado do Pará.
- N. 1109 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Divide em seis districtos maritimos o litoral da Republica dos Estados Unidos do Brasil, creando em cada um delles uma inspectoría especial para os serviços de melhoramento dos respectivos portos e canaes.
- N. 1110 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Supprime a concessão de saladeiros ao engenheiro Augusto Guedes de Carvalho, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 1111 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Concede á Companhia Pastoril e Carnes Verdes de Campinas autorização para funcconar.
- N. 1112 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Concede ao Banco dos Lavradores autorização para funcconar.
- N. 1113 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Concede ao bacharel João José do Monte, autorização para utilizar as aguas da cachoeira de Paulo Affonso, no rio S. Francisco.
- N. 1114 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Proroga o praso marcado a Raulino Julio Adolpho Horn, para explorar petroleo e outros oleos mineraes no Estado de Santa Catharina.
- N. 1115 — INTERIOR — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Crea mais um logar de ajudante do inspector geral de saude dos portos.
- N. 1115 A — INTERIOR — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Manda substituir pela multa de 10 a 50 % sobre a importancia do imposto do sello a revalidação a que se refere o art. 33 do regulamento annexo ao decreto n. 8946, de 19 de maio de 1883.
- N. 1115 B — JUSTIÇA — Decreto de 29 de novembro de 1890 — Revoga o decreto n. 1064 de 22 do corrente, que alterou a classificação da comarca do Brejo, no Estado do Maranhão.
- N. 1115 C — FAZENDA — Decreto de 1 de dezembro de 1890 — Proroga por 20 dias o praso marcado para serem apresenta-

- das á conversão as apolices de 5 % a que têm direito os accionistas da Companhia E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro pelo resgate da mesma estrada.
- N. 1116 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de dezembro de 1890 — Concede autorização ao Dr. Antonio da Rocha Fernandes Leão e Alfredo Watson para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Centros Pastoris do Brasil.
- N. 1117 — JUSTIÇA — Decreto de 4 de dezembro de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça para conceder licença com todos os vencimentos ao 2º official da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, bacharel Antonio Manoel dos Reis.
- N. 1118 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de dezembro de 1890 — Concede ao bacharel Antonio Pereira de Queiroz diversos favores para desenvolver em grande escala, no Estado de São Paulo, a industria de seda, lã e linho.
- N. 1119 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 5 de dezembro de 1890 — Abre um credito especial da quantia de 100:000\$ para pagamento das despesas com a compra dos predios onde funcionaram as escolas particulares do imperador, na Quinta da Boa Vista e Fazenda de Santa Cruz.
- N. 1120 — EXTERIOR — Decreto de 5 de dezembro de 1890 — Dá nova divisão ás secções da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, suprime uma e crea o lugar de archivista.
- N. 1121 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de dezembro de 1890 — Dá nova organização á guarda nacional da Capital Federal.
- N. 1122 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de dezembro de 1890 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Parnahyba, no Estado do Piahy.
- N. 1123 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de dezembro de 1890 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barras, no Estado do Piahy.
- N. 1124 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de dezembro de 1890 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Correntes, pertencente ao commando superior das de Paranaguá, Gorgueia e Santa Philomena, no Estado do Piahy.
- N. 1125 — INTERIOR — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos predios e terrenos necessarios para o prolongamento das ruas Senador Corrêa e Martins Ribeiro.
- N. 1126 — INTERIOR — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos pequenos predios e terrenos sitos ao lado oriental da egreja e convento da Ordem Carmelitana Fluminense, no largo da Lapa.
- N. 1127 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Marca o praso para terem execução o codigo penal brasileiro e o decreto n. 1030 de 14 do mez findo.
- N. 1128 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça para conceder licença com todos os vencimentos ao bacharel Enéas Carrilho de Vasconcellos, juiz municipal e de orphãos do termo do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1129 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Santo Angelo, no Estado do Rio Grande do Sul.

- N. 1130 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Carangola, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 1131 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Sapucahy, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1132 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Muzambinho, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1133 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Altera a classificação da comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1134 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Cataguazes, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 1135 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Viçosa, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 1136 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Santa Catharina, marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de Santa Rita do Sapucahy, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1137 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Cambuhy, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 1138 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Santa Rita, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 1139 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Monte Santo, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 1140 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Barretos, no Estado de S. Paulo, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 1141 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Canindé, no Estado do Ceará.
- N. 1142 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Concede permissão a Richard Creagh para explorar ouro e outros mineraes no Estado de S. Paulo.
- N. 1143 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Concede permissão aos engenheiros Annibal Fernandes Pinheiro e Pantaleão José da Costa e Souza para explorarem carvão de pedra, ouro e outros mineraes no Estado do Espirito Santo.
- N. 1144 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Declara sem effeito a caducidade constante do decreto n. 978 de 8 de novembro do corrente anno, cujos favores e obrigações são conferidos ao cidadão Fernando Schneider.
- N. 1145 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de dezembro de 1890

- Concede ao Dr. José Rodrigues dos Santos e outro autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Cremerie Parisiense.
- N. 1146 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Concede permissão ao visconde de S. Luiz do Maranhão e outro para explorarem minas de cobre no município da Chapada, no Estado do Maranhão.
- N. 1147 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Equipara os vencimentos dos primeiros e segundos escripturarios da Repartição Geral dos Telegraphos aos dos primeiros e segundos officiaes da Directoria Geral dos Correios.
- N. 1148 — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Proroga até o fim do corrente mez o praso de 30 dias marcado no art. 4º, § 1º, do decreto n. 947 A de 4 de novembro ultimo.
- N. 1149 — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Concede autorização a Francisco Moreira da Fonseca e outros para fundarem um estabelecimento de credito sob a denominação de — Banco Rio e Matto Grosso.
- N. 1150 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça para conceder licença com os vencimentos ao desembargador da Relação de Porto Alegre, Antonio de Souza Martins.
- N. 1151 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Proroga por quatro mezes o praso marcado no § 2º da clausula 3ª do decreto n. 646 de 9 de agosto ultimo.
- N. 1152 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Transfere para Henrique Deslandes a concessão constante do decreto n. 645 de 9 de agosto ultimo.
- N. 1153 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de dezembro de 1890 — Proroga por quatro mezes o praso marcado no § 2º da clausula 3ª do decreto n. 645 de 9 de agosto ultimo.
- N. 1154 — FAZENDA — Decreto de 7 de dezembro de 1890 — Autoriza a fusão do Banco dos Estados Unidos do Brasil com o Banco Nacional do Brasil, sob a denominação de — Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil, regulando a emissão do novo estabelecimento e provendo ao resgate de papel-moeda.
- N. 1155 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de dezembro de 1890 — Approva os planos e orçamentos para a construcção do dique, de que trata o decreto n. 10277 de 30 de julho de 1889, no porto de Santos, no Estado de S. Paulo.
- N. 1155 A — FAZENDA — Decreto de 10 de dezembro de 1890 — Concede autorização a Domingos Theodoro de Azevedo Junior e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Registro Torrens Urbano.
- N. 1156 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de dezembro de 1890 — Autoriza á Empreza Industrial de Melhoramentos no Brasil a prolongar a rua do cães em projecto entre o Arsenal de Marinha e a Ponta do Cajú.
- N. 1157 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de dezembro de 1890 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pão de Assucar, no Estado de Alagoas.
- N. 1158 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de dezembro de 1890 — Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior um credito supplemẽtar de 150:000\$ á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1890.

- N. 1159 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de dezembro de 1890 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito extraordinario de 3.004:249\$120 para occorrer á liquidacão do contracto rescindido com os herdeiros do fallecido Francisco Justiniano de Castro Rebello.
- N. 1160 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de dezembro de 1890 — Concede ao cidadão Augusto Severo de Albuquerque Maranhão garantia de juros para o estabelecimento de um engenho central no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 1161 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de dezembro de 1890 — Concede aos cidadãos Manoel Alves-Vieira de Araujo e Fabricio Gomes de Albuquerque Maranhão autorização para estabelecerem um engenho central de assucar e alcool de canna no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 1162 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de dezembro de 1890 — Altera a redacção dos arts. 205 e 206 do codigo criminal.
- N. 1163 — MARINHA — Decreto de 13 de dezembro de 1890 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha o credito supplemtar na importancia de 345:477\$996, assim distribuidos: — Munções navaes, 166:611\$177; — Munções de bocca, 178:866\$779.
- N. 1164 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de dezembro de 1890 — Concede favores ao conde de Moreira Lima para estabelecer dois engenhos centraes no Estado de S. Paulo.
- N. 1165 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de dezembro de 1890 — Crea mais dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado do Piahy.
- N. 1166 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de dezembro de 1890 — Crea um esquadrão de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Parnahyba, no Estado do Piahy.
- N. 1167 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de dezembro de 1890 — Approva o plano de uniformes feito para a guarda nacional da Capital Federal.
- N. 1168 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de dezembro de 1890 — Concede permissão a Adam Benaion para explorar carvão de pedra e outros mineraes no Estado do Pará.
- N. 1169 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de dezembro de 1890 — Concede permissão ao bacharel João Roquete Carneiro de Mendonça para explorar ouro, prata, carvão de pedra e outros mineraes no município de Lima Duarte; no Estado de Minas Geraes.
- N. 1170 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de dezembro de 1890 — Concede permissão ao bacharel João Roquete Carneiro de Mendonça para explorar ouro, prata, carvão de pedra e outros mineraes no município de Barbacena, Estado de Minas Geraes.
- N. 1171 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de dezembro de 1890 — Proroga por quatro mezes o praso marcado no § 2º da clausula 3ª do decreto n. 655 de 9 de agosto ultimo.
- N. 1172 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de dezembro de 1890 — Concede permissão a Agostinho Peixoto para explorar salitre no Estado de Minas Geraes.
- N. 1173 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de dezembro de 1890 — Altera a parte 2ª, n. 3, da clausula 1ª e clausula 23ª annexas ao decreto n. 857 de 13 de outubro de 1890.
- N. 1174 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de dezembro de

- 1890 — Concede permissão a João Carlos da Costa Barradas para explorar ouro e outros mineraes no Estado de Goyaz.
- N. 1175 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de dezembro de 1890 — Concede autorização á Companhia Hollando-Americana de Navegação a Vapor para funcionar nos Estados Unidos do Brasil.
- N. 1176 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de dezembro de 1890 — Concede a Antonio Moreira da Silva Sobrinho e outro autorização para organizarem uma companhia de seguros mutuos denominada — Garantidora da Sementeira.
- N. 1176 A — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1890 — Releva da prescripção a divida de que é credor o juiz de direito, bacharel Paulino Rodrigues Fernandes Chaves.
- N. 1176 B — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1890 — Concede a John Grandt & Comp., proprietarios das fabricas de kerozene e outros productos chimicos, sitas em Maranhú, no Estado da Bahia, isenção por 15 annos dos direitos de importação sobre a materia prima destinada ás mesmas fabricas.
- N. 1177 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 18 de dezembro de 1890 — Concede autorização a José Cordeiro da Graça Junior para lançar diversos cabos submarinos ou terrestres entre a Capital Federal e a cidade de Angra dos Reis.
- N. 1178 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de dezembro de 1890 — Concede autorização aos bancos Colonizador e Agrícola, de Portugal e do Brasil, e Luso-Brasileiro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Pastoril-Industrial Sul do Brasil.
- N. 1179 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de dezembro de 1890 — Concede autorização ao Dr. Liberalino de Albuquerque e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Moagem do Café do Brasil.
- N. 1180 — INTERIOR — Decreto de 18 de dezembro de 1890 — Crêa no Hospicio Nacional de Alienados um museu anatomico-pathologico, e dá outras providencias.
- N. 1181 — MARINHA — Decreto de 19 de dezembro de 1890 — Adopta no Ministerio da Marinha algumas disposições do da Guerra afim de harmonizar as vantagens pecuniarias concedidas aos officiaes do exercito com as dos officiaes da armada e classes annexas, em circumstancias identicas, de ambas as corporações.
- N. 1182 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de dezembro de 1890 — Abre ao Ministerio da Agricultura um credito extraordinario de 9.020:228\$500 afim de fazer face aos gastos com o alargamento da bitola da E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro e outras despesas.
- N. 1183 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de dezembro de 1890 — Concede permissão a Felipe Wanderley e outro para explorarem minas de estanho e outros mineraes no Estado de Minas Geraes.
- N. 1184 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de dezembro de 1890 — Concede permissão a Agostinho José dos Santos e Emilio Dinardo para lavrarem as minas de ouro de Marzagão, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1185 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de dezembro de 1890 — Concede autorização a Diogo Salles de Menezes e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Pastoril Fluminense.

- N. 1186 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de dezembro de 1890 — Approva os estudos definitivos feitos pela Companhia E. de F. de Muzambinho dos tres primeiros kilometros do prolongamento da Minas e Rio, de Tres Corações até Salto Grande da Motuca.
- N. 1187 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de dezembro de 1890 — Resolve que de ora em diante as concessões para fundação de nucleos e novos contractos para a introdução de imigrantes sómente sejam feitas por autorização do Congresso.
- N. 1188 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de dezembro de 1890 — Concede permissão a Theodureto Carlos de Faria Souto e outros para explorarem minas de ferro no municipio de Sant'Anna dos Ferros, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1189 — INTERIOR — Decreto de 20 de dezembro de 1890 — dá providencias relativamente á primeira eleição das assembléas legislativas dos Estados.
- N. 1190 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de dezembro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Camisão, no Estado da Bahia.
- N. 1191 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de dezembro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Rio Novo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1192 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de dezembro de 1890. — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca de Tiradentes, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1193 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de dezembro de 1890 — Concede autorização a Francisco José Gomes da Silva e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Moagem de Cereaes.
- N. 1194 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de dezembro de 1890 — Concede permissão a James Monroe Keitha para explorar ouro e outros mineraes no Estado de S. Paulo.
- N. 1195 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de dezembro de 1890 — Concede as vantagens e regalias de paquetes aos vapores da Companhia Hollando-Americana de Navegação a Vapor.
- N. 1196 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de dezembro de 1890 — Concede permissão a Ernesto Cybrão para lavar as nitreiras existentes nas bacias dos rios S. Francisco, Jequitinhonha e das Velhas, nos Estados de Minas Geraes e Bahia.
- N. 1197 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de dezembro de 1890 — Concede permissão a Theotonio Gomes Braga para transferir á Sociedade Anonyma Salina Nacional a concessão constante do decreto n. 488 de 14 de junho ultimo.
- N. 1198 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de dezembro de 1890 — Abre o credito extraordinario de 10:121\$736 para pagamento de ordenado ao bacharel Eduardo Callado, como enviado extraordinario e ministro plenipotenciário em disponibilidade.
- N. 1199 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de dezembro de 1890 — Concede as vantagens e regalias de paquetes aos vapores da Empreza Esperança Maritima.
- N. 1200 — GUERRA — Decreto de 20 de dezembro de 1890 — Crea na Contadoria Geral da Guerra mais um logar de fiel do pagador.
- N. 1201 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de dezembro de 1890 — Autoriza o ministro da Justiça para conceder licença, com

- todos os vencimentos ao bacharel Salustino Gomes da Silveira, juiz de direito da comarca do Rio Maranhão, no Estado de Goyaz.
- N. 1202 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de dezembro de 1890 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Picos, no Estado do Piahy.
- N. 1203 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de dezembro de 1890 — Crea um corpo de cavallaria e uma secção de reserva da guarda nacional na comarca do Iguatu', no Estado do Ceará.
- N. 1204 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1890 — Releva da prescripção a divida de que é credor o juiz de direito, bacharel Joaquim Jacintho de Mendonça.
- N. 1205 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de dezembro de 1890 — Concede aos cidadãos Manoel Rodrigues Lages e João Leopoldo Modesto Leal garantia de juros para o estabelecimento de duas fabricas de tecidos de algodão no Estado do Piahy.
- N. 1206 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de dezembro de 1890 — Concede permissão ao barão do Rio Pardo para explorar kaolim, silicato de potassa e quartzo no Estado de S. Paulo.
- N. 1207 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de dezembro de 1890 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Araripe, no Estado do Ceará.
- N. 1208 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1890 — Approva os estatutos do Banco de Credito Popular.
- N. 1209 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de dezembro de 1890 — Altera as clausulas 1ª e 9ª das que baixaram com o decreto n. 1027 de 14 de novembro do corrente anno.
- N. 1210 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Altera a classificação da comarca de Ouro Fino, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1211 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Sant'Anna dos Ferros, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 1212 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Inhaúma, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 1213 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Araguary, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1214 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Declara a entrancia da comarca de Abre-Campo, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1215 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Concede autorização a Antonio Antunes Guimarães e outros para organizarem uma sociedade anonyma denominada — Companhia Commercio e Industria Botafogo.
- N. 1216 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Altera o regulamento dos Correios da Re-

- publica, approved pelo decreto n. 368 A de 1º de maio de 1890.
- N. 1217 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Releva da prescrição a dívida de que é credor Iclerico Narbal Pamplona, proveniente do vencimento que deixou de receber como serventuario vitalicio do officio de escrivão dos Feitos da Fazenda da Capital Federal.
- N. 1218 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Releva da prescrição a dívida de que é credor o desembargador Justiniano Baptista Madureira, proveniente do vencimento que deixou de receber como juiz de direito avulso.
- N. 1219 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Concede permissão ao bacharel Firmo de Albuquerque Diniz e outros para fundarem na praça do Rio de Janeiro uma sociedade anonyma bancaria sob a denominação de — Banco de Credito e Garantia Real, e approva, com alterações, os respectivos estatutos.
- N. 1220 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Concede permissão ao barão de Monte Carmello para explorar ouro e outros mineraes no Estado do Paraná.
- N. 1221 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Approva os estudos para prolongamento do ramal de Ouro Preto.
- N. 1222 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Crea o commando superior de guardas nacionaes na comarca de Quixadá, no Estado do Ceará.
- N. 1223 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Campo Grande, no Estado do Ceará.
- N. 1224 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Maria Pereira, no Estado do Ceará.
- N. 1225 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Approva o regulamento para a E. de F. S. Paulo e Rio de Janeiro.
- N. 1226 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1890 — Designa as loterias que deverão ser extrahidas em 1891.
- N. 1227 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1890 — Approva, com alterações, os estatutos do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil.
- N. 1228 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de dezembro de 1890 — Crea o commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Philomena, no Estado do Piahy.
- N. 1229 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de dezembro de 1890 — Crea o commando superior de guardas nacionaes na comarca de Gurgeia, no Estado do Piahy.
- N. 1230 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de dezembro de 1890 — Crea o commando superior de guardas nacionaes na comarca de Humildes, no Estado do Piahy.
- N. 1231 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de dezembro de 1890 — Crea mais um batalhão de infantaria da guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Pará.
- N. 1232 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 30 de dezembro de 1890 — Considera de utilidade publica, para o

- fim de serem desapropriados, os predios da rua Luiz de Camões 58 e 60.
- N. 1232 A — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1890 — Eleva a quatro mezes o praso marcado para serem recolhidos ao Thesouro Nacional a importancia dos premios não reclamados, os bilhetes pagos e as listas, notas e cadernos relativos á extracção de cada loteria da Capital Federal.
- N. 1232 B — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1890 — Concede permissão a Domingos Theodoro de Azevedo Junior e outros afim de transferirem á Companhia Brasileira Torrens a concessão que obtiveram para organizarem a sociedade anonyma Registro Torrens Urbano.
- N. 1232 C — JUSTIÇA — Decreto de 31 de dezembro de 1890 — Proroga o praso para os corretores de fundos publicos da praça do Districto Federal prestarem a fiança exigida pelo decreto 1026 de 14 do mez findo.
- N. 1232 D — JUSTIÇA — Decreto de 31 de dezembro de 1890 — Abre ao Ministerio da Justiça um credito supplementar de 116:471\$836.
- N. 1232 E — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1890 — Autoriza a concessão de meio soldo ás familias dos officiaes reformados do Exercito, e dá outras providencias.
- N. 1232 F — JUSTIÇA — Decreto de 31 de dezembro de 1890 — Manda vigorar no anno de 1891 os decretos ns. 26 e 27 de 30 de novembro de 1889.

1891

- N. 1232 G — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 2 de janeiro de 1891 — Crea um conselho de instrucção superior na Capital Federal.
- N. 1232 H — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 2 de janeiro de 1891 — Approva o regulamento das instituições de ensino juridico dependentes do Ministerio da Instrucção Publica.
- N. 1233 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Concede a Frederico Mercí e Augusto Candido Harache autorização para construirem obras de melhoramentos no porto de S. Salvador, no Estado da Bahia.
- N. 1234 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Approva o estudo das variantes do traçado da E. de F. de Natal ao valle do Ceará-mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 1235 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Autoriza Augusto Alves Portella Filho a transferir á Empreza Industrial de Melhoramentos no Brasil a concessão de uma estrada de ferro entre Caruarú, no Estado de Pernambuco, e Crato, no do Ceará, feita pelo decreto n. 1060 de 20 de novembro ultimo.
- N. 1236 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 5ª secção de batalhão de infantaria da guarda nacional das comarcas de Maroim, Jara-patuba e Capella, no Estado de Sergipe.
- N. 1237 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca de S. José d'Além Parahyba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1238 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de janeiro de 1891

- Concede permissão a Honório Lima para explorar kaolim e marmore no municipio de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1239 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Honório Lima para explorar kaolim e marmore no municipio de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1240 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Concede autorização a Antonio Francisco Bandeira Junior para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Cooperativa Suburbana.
- N. 1241 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Altera o art. 40 do regulamento que baixou com o decreto n. 720 de 5 de setembro de 1890.
- N. 1242 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de janeiro de 1891 — Declara a entrância da comarca de Serra Negra, marca o yencimento do respectivo promotor publico e crea o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de S. Paulo.
- N. 1243 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Restabelece nos corpos de cavallaria e de artilharia de campanha de guarnição na Capital Federal o lugar de picador.
- N. 1244 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Considera de utilidade publica, para o fim de serem desapropriados, os predios 59, 61 e 63 da rua dos Invalidos.
- N. 1245 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Concede permissão ao Dr. Antonio Felicio dos Santos e outro para explorarem minerios de cobre no Estado de Minas Geraes.
- N. 1246 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Torna extensiva a outros mineraes a concessão feita ao visconde de S. Luiz do Maranhã e outro para explorarem minas de cobre no municipio de Chapada, no Estado do Maranhão.
- N. 1247 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Pierre Labourdenne Saint Julien para estabelecer uma rêde telephonica entre a capital do Estado de S. Paulo e as cidades de S. Roque, Sorocaba, Porto Feliz, Tatuhy, Tietê, Itapetininga, Faxina e Botucatú.
- N. 1248 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Concede autorização a Francisco Secco, Candido Matheus da Silva Pardal e Lourenço da Cruz Cardoso para introduzirem e explorarem um apparelho electrico destinado a transmittir noticias do movimento da praça do commercio.
- N. 1249 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Confirma a concessão feita pela Intendencia Municipal da cidade de Limeira a Antonio Maria da Silva Gordinho para estabelecer um centro telephonico na mesma cidade e concede-lhe autorização para construir linhas telephonicas para quesquer pontos daquelle municipio.
- N. 1250 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Concede ao Banco Emissor do Norte autorização para construir e explorar linhas telephonicas em Manãos.
- N. 1251 — JUSTIÇA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Crea mais um lugar de amanuense na Secretaria de Policia do Estado do Rio Grande do Sul.

- N. 1252 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Concede á baroneza de Villa Maria prorrogação, por mais dois annos, do praso marcado no decreto n. 8780, de 25 de novembro de 1882.
- N. 1253 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de janeiro de 1891 — Concede permissão ao bacharel José Cesario de Faria Alvim para explorar minas de ferro e outros mineraes no Estado de Minas Geraes.
- N. 1254 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de janeiro de 1891 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado do Ceará.
- N. 1255 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1256 — MARINHA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Altera o regulamento da Escola Naval, mandado executar pelo decreto n. 10201 de 9 de março de 1899.
- N. 1257 — MARINHA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Manda executar o regulamento para evitar abalroamentos no mar, conforme as deliberações da Conferencia Maritima Internacional de WASHINGTON.
- N. 1258 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Approva o regulamento da Escola de Minas.
- N. 1259 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Declara a entrancia da comarca do Bomsuccesso, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.
- N. 1260 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Maragogy, no Estado das Alagôas.
- N. 1261 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão de infantaria do serviço activo da guarda nacional de comarca de Penedo, no Estado das Alagôas.
- N. 1262 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Crea um secção de batalhão do serviço de reserva da guarda nacional da comarca de Cururipe, no Estado das Alagoas.
- N. 1263 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Concede á Companhia Fabricação e Commercio de Assucar autorização para funcionar.
- N. 1264 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Approva os novos estudos da secção Mathilde, da estrada de ferro que, partindo de Santa Luzia do Carangola, deve entroncar-se na da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo, e os da vertente entre as duas primeiras secções e a mesma estrada.
- N. 1265 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Antonio de Souza Ribeiro para explorar mineraes no Estado de Minas Geraes.
- N. 1266 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Concede autorização a Jayme Gomes de Souza Lemos e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Agricola e Pastoril Sul e Oeste de Minas.
- N. 1267 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Autoriza o coronel Dionysio Cerqueira e outros a transferirem á Companhia Estreito e S. Francisco ao Chopim a concessão da estrada de ferro entre o Estreito, no Estado de

Santa Catharina, e o valle do rio Iguaçu, a que se refere o decreto n. 896 de 18 de outubro de 1890.

- N. 1268 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Autoriza os cidadãos Dr. Carlos José da Costa Pimentel Junior e Augusto José Ferreira a transferirem á Companhia da E. de F. do Peçanha ao Araxá a concessão de uma estrada de ferro ligando o Araxá á linha de Itabira a Jatobá.
- N. 1269 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Abre um credito especial de 179:174\$ ás verbas — Escola Polytechnica — e — Secretaria e Gabinete da Escola Polytechnica, do Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos.
- N. 1270 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Reorganiza as faculdades de medicina dos Estados Unidos do Brasil.
- N. 1271 — MARINHA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Altera o art. 28 e seus paragraphos do decreto n. 267 A de 15 de março de 1890.
- N. 1272 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Concede autorização a Julio Antonio Barreiros e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Cooperativa Fluminense.
- N. 1273 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Ernesto Canac e outros para explorarem herva-matte no Estado de Santa Catharina.
- N. 1274 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Concede á sociedade anonyma Padaria Luso-Brasileira autorização para funcionar.
- N. 1275 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Edwin Gracie Wyatt para explorar veios auríferos no municipio de S. Sepé, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 1276 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Declara a caducidade da concessão feita a Boris Freres para explorarem ouro, prata, cobre e outros mineraes no Estado do Ceará.
- N. 1277 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Valentim dos Reis Carneiro para explorar ouro, prata e outros mineraes na Capital Federal.
- N. 1278 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Concede á Companhia Economia Publica autorização para reduzir o numero de suas acções e para augmentar o valor das mesmas.
- N. 1279 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Altera a classificação da comarca de Itajubá, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1280 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Crea um batalhão de reserva de guardas nacionaes na comarca de Penedo, no Estado das Alagoas.
- N. 1281 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Crea o commando superior de guardas nacionaes na comarca de Pinheiro, no Estado do Maranhão.
- N. 1282 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 5ª secção de batalhão da guarda nacional da comarca de Vigia, no Estado do Pará.
- N. 1282 A — GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1891 —

- Fixa a importancia das ajudas de custo de ida e volta para os officiaes do exercito que, não sendo generaes, forem nomeados commandantes das armas ou de districto militar, no Estado de Matto Grosso.
- N. 1283 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de janeiro de 1891 — Concede autorização ao Dr. Henrique Salles para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Industrial e Agricola de Villa Rica.
- N. 1284 — GUERRA — Decreto de 15 de janeiro de 1891 — Eleva o numero de continuos da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra.
- N. 1285 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de janeiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita ao visconde de Barbacena para explorar carvão de pedra no Estado de Santa Catharina.
- N. 1286 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Transfere á Companhia Industrial e Agricola Sul-Mineira a concessão constante do decreto n. 654 de 9 de agosto de 1890.
- N. 1287 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede a Eugenio Lopes de Souza autorização para montar uma rêde telephonica na cidade da Parahyba do Norte, ligando-a ao porto e cidade de Cabedello e á cidade do Recife.
- N. 1288 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão ao engenheiro Joaquim da Costa Chaves Faria para transferir a concessão constante do decreto n. 936 de 24 de outubro de 1890 á Empreza de Obras Publicas no Brasil.
- N. 1289 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão ao cidadão João Bernardo da Cruz Junior para estabelecer centros telephonicos nas cidades de Victoria, S. Matheus, Benevente, Itapemerim e Linhares, no Estado do Espirito Santo, ligando-as entre si.
- N. 1290 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Confirma a concessão feita pela Intendencia Municipal da cidade de Fortaleza ao cidadão Arnulpho Pamplo na para o estabelecimento de linhas telephonicas no municipio daquella cidade.
- N. 1291 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Edmundo Perimon e José Ramos Pena para explorarem um systema destinado a pôr ao abrigo das intemperies quaesquer conductores electricos.
- N. 1292 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede a Benedicto Nichols permissão para correr fios de arame na cidade do Rio de Janeiro, com o fim de transmittir noticias commerciaes.
- N. 1293 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Nacional de Seguros Mutuos Contra Fogo.
- N. 1294 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Crea no Instituto Nacional dos Cegos a cadeira de geographia universal e especialmente do Brasil e choro-graphia do Brasil e a do curso primario.
- N. 1295 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Proroga por seis mezes o praso marcado no art. 62 do de-

creto n. 612 de 31 de julho de 1890 para organização do Banco Nacional Hypothecario e apresentação dos respectivos estatutos.

- N. 1296 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Altera a classificação da comarca de Diamantina, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1297 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de janeiro de 1891. — Altera a classificação da comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.
- N. 1298 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Crea o commando superior de guardas nacionaes na comarca de Cururupu', no Estado do Maranhão.
- N. 1299 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Crea mais um batalhão da guarda nacional na comarca de Guimarães, no Estado do Maranhão, e eleva á categoria de batalhão a 3ª secção de reserva da mesma guarda, da referida comarca.
- N. 1300 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cintra, no Estado do Pará.
- N. 1301 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes nas comarcas de Santarém e Monte Alegre, no Estado do Pará.
- N. 1302 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Crea uma inspectoría geral para fiscalização de linhas ferreas e fluviaes.
- N. 1303 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Abre um credito extraordinario de 200:000\$ para occorrer ás despesas com o pessoal e material necessario ao melhoramento das obras do porto do Estado da Parahyba do Norte.
- N. 1304 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Altera a clausula 3ª, annexa ao decreto n. 10208 de 16 de março de 1889, que autorizou a celebração do novo contracto com a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor.
- N. 1305 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão a João Vieira de Souza Neves para explorar minas de ouro e outros mineraes no municipio de Buquira, no Estado de S. Paulo.
- N. 1306 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão a João Vieira de Souza Neves para explorar minas de ouro e outros mineraes no municipio de Patrocínio de Santa Isabel, no Estado de S. Paulo.
- N. 1307 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão a João Vieira de Souza Neves para explorar minas de ouro e outros mineraes no municipio de S. José dos Campos, no Estado de S. Paulo.
- N. 1308 — MARINHA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Eleva o soldo dos aspirantes alumnos da Escola Naval.
- N. 1309 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Manoel Augusto Pereira de Amorim para estabelecer centros telephonicos em Porto Novo do Cunha, Cantagallo e Leopoldina e nos centros populosos que estiverem ao permeio, ligando-os entre si.

- N. 1310 — MARINHA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Estabelece as gratificações que devem perceber os officiaes da armada e classes annexas.
- N. 1311 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede o praso de um anno a Antonio Candido de Siqueira para encetar os trabalhos de pesca, salga e sécca do peixe, a que se refere o decreto n. 9794, de 21 de outubro de 1887.
- N. 1312 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Proroga novamente o praso concedido para inauguração das obras da E. de F. de Pelotas ás colonias de São Lourenço.
- N. 1313 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Estabelece providencias para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fabricas da Capital Federal.
- N. 1314 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Reorganiza o serviço do laboratorio de physiologia experimental, dando-lhe a denominação de Laboratorio de Biologia do Ministerio da Agricultura.
- N. 1315 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Proroga por mais um anno o praso para organização da companhia que tem de levar a effeito a abertura de uma avenida, em substituição da rua Senhor dos Passos.
- N. 1316 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1317 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1318 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão ao engenheiro José Alioni e outros para explorarem ouro e outros mineraes no Estado do Paraná.
- N. 1318 A — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Frederico Lopes Branco para explorar cobre e outros mineraes no Estado do Paraná.
- N. 1318 B — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Raphael Descio para explorar ouro, chumbo e outros mineraes no Estado de S. Paulo.
- N. 1318 C — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Renova a concessão feita ao bacharel Carlos Honório Benedicto Ottoni para explorar ouro e outros mineraes no Estado de Minas Geraes.
- N. 1318 D — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Regula as obrigações e favores dependentes do Ministerio da Fazenda na concessão feita pela Intendencia Municipal ao Dr. João Luiz dos Santos Titára e outros.
- N. 1318 E — GUERRA — Decreto de 20 de janeiro de 1891 — Faz extensivo aos empregados civis do Ministerio da Guerra o montepio obrigatorio, creado pelo decreto n. 842 A de 31 de outubro do anno passado.
- N. 1319 — GUERRA — Decreto de 20 de janeiro de 1891 — Fixa os vencimentos dos membros do Conselho Supremo Militar, quando não exercerem outro emprego.
- N. 1320 — INTERIOR — Decreto de 24 de janeiro de 1891 — Institue honras e homenagens á memoria do eminente cidadão, o general de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães.
- N. 1321 — MARINHA — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Manda observar o desenho do distinctivo para os uniformes

dos empregados civis dos arsenaes de marinha da Capital Federal e dos Estados.

- N. 1322 — JUSTIÇA — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Proroga por mais 30 dias o praso para os corretores de fundos publicos da praça do Districto Federal prestarem a fiança exigida pelo decreto n. 1026 de 14 de novembro ultimo.
- N. 1323 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Declara caduca a concessão da garantia de juros ao coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro para estabelecimento de dois engenhos centraes no Estado de Sergipe.
- N. 1324 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita pelo decreto numero 746 de 12 de setembro de 1890.
- N. 1325 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita pelos decretos numeros 10433 de 9 de novembro de 1889 e 642 de 9 de agosto de 1890.
- N. 1326 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 692 de 28 de agosto de 1890.
- N. 1327 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 215 de 22 de fevereiro de 1890.
- N. 1327 A — INTERIOR — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Manda vigorar no exercicio de 1891 o orçamento municipal approved para o de 1890.
- N. 1327 B — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Promulga a convenção firmada em Bruxellas, em 5 de julho de 1890, entre varios Estados, creando uma união internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, e bem assim o respectivo regulamento de execução.
- N. 1327 C — INTERIOR — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Designa os districtos dos actuaes consulados nos Estados Unidos da America do Norte.
- N. 1327 D — INTERIOR — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Altera provisoriamente a tabella dos emolumentos consulares.
- N. 1328 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a Francisco Ferreira da Varzea e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Commercial-Industrial de Generos Alimenticios.
- N. 1329 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Proroga os prazos constantes do decreto n. 610 de 31 de julho de 1890.
- N. 1330 — GUERRA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito supplementar de 9.664:020\$945 para occorrer ás despesas de diversas verbas no exercicio de 1890.
- N. 1331 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a Francisco José Corrêa Quintella para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia de Cerveja Brasil.
- N. 1332 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Extingue a Commissão Geral de Vição Ferrea e Fluvial.

- N. 1333 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Revoga o decreto n. 1302 de 17 de janeiro do corrente anno, que creou uma inspectoría geral para fiscalização das linhas ferreas e fluviaes da Republica.
- N. 1334 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Altera a tabella de vencimentos e outras despesas do Jardim Botânico.
- N. 1335 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Concede autorização ao Banco de Penhor e Hypotheca para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Commercio e Industrial do Brasil.
- N. 1336 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Concede á Companhia Commercial e de Panificação Paulista autorização para funcionar.
- N. 1337 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de fevereiro de 1891 — Approva os estudos definitivos da E. de F. do Rio Bonito a Cabo Frio.
- N. 1338 — FAZENDA — Decreto de 5 de fevereiro de 1891 — Isenta de direitos de importação diversos artigos procedentes dos Estados Unidos da America, e estabelece a redução de 25 % em identicos direitos, a que estão sujeitos outros artigos da mesma procedencia.
- N. 1339 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de fevereiro de 1891 — Prorroga os prazos constantes do decreto n. 704 de 30 de agosto de 1890.
- N. 1340 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 6 de fevereiro de 1891 — Manda suspender provisoriamente as disposições dos actuaes regulamentos dos institutos officiaes de instrução.
- N. 1341 — INSTRUÇÃO PÚBLICA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Altera as disposições do regulamento que baixou com o decreto n. 1232 F de 2 de fevereiro de 1891 e as dos cursos de instrução superior e technica e cursos annexos, relativas a nomeações.
- N. 1342 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a Julio Soares da Silva e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Commercio de Conta Propria e Commissões.
- N. 1343 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Concede autorização ao Banco de Santos para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Santista de Panificação.
- N. 1344 — MARINHA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Torna extensivas á armada a disposições do art. 7º do decreto n. 1232 E de 31 de dezembro de 1890.
- N. 1345 — MARINHA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Torna extensivas á armada as disposições do decreto n. 1319 de 20 de janeiro do corrente anno, fixando os vencimentos dos membros do Conselho Supremo Militar, quando não exercerem outro emprego.
- N. 1346 — MARINHA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Faz extensivas aos officiaes das classes annexas ao corpo da armada as disposições do decreto n. 644 de 15 de julho de 1852, relativas ao montepio da marinha, com as condições do paragrapho unico do decreto n. 475 de 11 de junho de 1890, art. 8º.

- N. 1347 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Transfere a concessão feita pelo decreto n. 219 de 25 de fevereiro de 1890 á Companhia Industrial de Melhoramentos da Bahia.
- N. 1348 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão constante do decreto n. 10441 de 9 de fevereiro de 1889.
- N. 1349 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão da garantia de juros para o engenho central de Páo d'Alho, de que trata o decreto n. 245 de 5 de março de 1890.
- N. 1350 — GUERRA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 1049 de 21 de novembro de 1890.
- N. 1351 — GUERRA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891. — Regula o accesso aos postos de officiaes das differentes armas e corpos do exercito.
- N. 1351 A — AGRICULTURA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenhos dosapparehos e descripção dos methodos de fabricação do Engenho Central de Muribeca, no Estado de Pernambuco.
- N. 1351 B — AGRICULTURA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Concede á Companhia Central do Brasil autorização para funcionar.
- N. 1351 C — INTERIOR — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Crea mais um lugar de 1º official e um de 3º na Administração dos Correios do Estado da Bahia e dois de 1º official na de Pernambuco.
- N. 1352 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Crea o commando superior de guardas nacionaes na comarca de Palmas, no Estado de Ceará.
- N. 1353 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Granja, no Estado do Ceará.
- N. 1354 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Crea um batalhão de reserva e dois esquadrões de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.
- N. 1355 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Crea o commando superior de guardas nacionaes na comarca de Capella, no Estado de Sergipe.
- N. 1356 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Camamu', no Estado da Bahia.
- N. 1357 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Crea o commando superior da guarda nacional da comarca de Timbaúba e um batalhão de infantaria da mesma guarda na de Itambé, ambas no Estado de Pernambuco.
- N. 1358 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pacatuba, no Estado do Ceará.
- N. 1359 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Transfere ao Banco Central Mineiro a concessão feita pelo decreto n. 227 de 24 de outubro de 1890 para um engenho central em Minas Geraes.

- N. 1360 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a Francisco Manoel Garcia e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Omnibus.
- N. 1361 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Concede a Samuel A. das Neves autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Iniciadora Paulista.
- N. 1362 — FAZENDA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Providencia sobre a organização das sociedades anonymas.
- N. 1363 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Approva a planta apresentada pela Companhia Rio de Janeiro "City Improvements" para a desapropriação, por utilidade publica, do terreno da rua Dr. Dias Ferreira, necessario ao estabelecimento da casa de machinas para o serviço de esgoto do bairro do Jardim Botânico.
- N. 1364 — MARINHA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Abre ao Ministerio da Marinha um credito extraordinario de 5.000:000\$ para renovar o material fluctuante da armada.
- N. 1365 — MARINHA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Suspende temporariamente as baixas das praças do corpo de marinheiros nacionaes.
- N. 1366 — MARINHA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Concede ao Ministerio dos Negocios da Marinha um credito de 15.000:000\$ para as despesas do exercicio de 1891, ficando revogado o decreto de 12 de novembro que concedeu o de 14.059:190\$873.
- N. 1367 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 761 de 19 de setembro de 1890.
- N. 1368 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão da garantia de juros e mais favores para o Engenho Central de Jacarépaguá.
- N. 1369 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 728 de 6 de setembro de 1890.
- N. 1370 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Transfere á Empreza Industrial de Melhoramentos no Brasil a concessão constante dos decretos n. 758 de 18 de setembro de 1890 e n. 705 de 27 de setembro de 1890, relativos ao arrasamento do morro do Castello.
- N. 1371 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Declara que o archipelago de Fernando de Noronha continúa a pertencer ao Estado de Pernambuco.
- N. 1372 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Crea o commando superior de guardas nacionaes nas comarcas de Itabaiana e Umbuzeiro, no Estado da Parahyba.
- N. 1373 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Crea uma secção de batalhão do serviço da reserva da guarda nacional na comarca do Pilar, no Estado da Parahyba.
- N. 1374 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Eleva o numero de companhias do batalhão n. 104 da guarda nacional da comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.
- N. 1375 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 —

- Crea uma secção de batalhão do serviço activo da guarda nacional na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.
- N. 1376 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a M. Freitas Paranhos para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia de Distillação e Aguas Mineraes Christoffel & Stupakoff.
- N. 1377 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Approva os estudos definitivos do primeiro trecho da E. de F. de Botafogo a Angra dos Reis.
- N. 1378 — MARINHA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Autoriza o ministro e secretario de Estado dos Negocios da Marinha a modificar o regulamento do corpo de engenheiros navaes, promulgado pelo decreto n. 327 de 12 de abril de 1890.
- N. 1379 — MARINHA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Revoga o decreto n. 1090 de 28 de novembro de 1890, que concede ao engenheiro naval mais antigo, que contar 20 annos de serviço, a graduação do posto immediatamente superior.
- N. 1380 — MARINHA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Fixa a força naval para 1891
- N. 1381 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Abre um credito extraordinario de 505:000\$ para occorrer ás despesas com o pessoal e material das inspectorias de portos maritimos.
- N. 1382 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de fevereiro de 1891 — Altera as clausulas do decreto n. 597 A de 19 de julho de 1890, e concede garantia de juro annual de 6 % ao capital necessario ás obras de que trata o mesmo decreto.
- N. 1383 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de fevereiro de 1891 — Concede as vantagens e regalias de paquetes aos vapores pertencentes a Lage Irmãos.
- N. 1384 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de fevereiro de 1891 — Autoriza a venda da Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema.
- N. 1385 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de fevereiro de 1891 — Altera a tabella do pessoal da Inspectoria Geral da Illuminação desta capital, annexa ao regulamento approved pelo decreto n. 967 de 8 de novembro de 1890.
- N. 1386 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de fevereiro de 1891 — Revoga os arts. 11 e 12 do decreto de 14 do corrente mez que providencia sobre a organização das sociedades anonymas.
- N. 1387 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Altera as clausulas 1ª e 4ª das que baixaram com o decreto n. 10183 de 9 de fevereiro de 1889.
- N. 1388 — GUERRA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Approva as instrucções para execução do decreto n. 1351 de 7 do corrente.
- N. 1389 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Applica aos institutos de ensino secundario dos Estados o disposto no art. 430 do regulamento approved pelo decreto n. 1232 F de 2 de janeiro de 1891.
- N. 1390 — INTERIOR — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Reorganiza a secretaria do Senado.
- N. 1391 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 21 de feverei-

- ro de 1891. — Concede autorização a Vicente Werneck Pereira da Silva, como procurador da Empresa de Telephones do Pará, para transferir á Empresa Industrial do Gran-Pará a concessão que lhe foi transferida pelo decreto n. 9958 de 30 de maio de 1888.
- N. 1392 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea o commando superior da guarda nacional na comarca de Gravatá, no Estado de Pernambuco.
- N. 1393 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea o commando superior de guardas nacionaes nas comarcas de Cachoeiro de Itapemirim, Rio Pardo e Itabapoana, no Estado do Espirito Santo.
- N. 1394 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea o commando superior de guardas nacionaes na comarca do Riachuelo, no Estado de Sergipe.
- N. 1395 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea o commando superior de guardas nacionaes na comarca de Villa Nova, no Estado de Sergipe.
- N. 1396 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea o commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Christovão, no Estado de Sergipe.
- N. 1397 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea o commando superior de guardas nacionaes da comarca de Simão Dias, no Estado de Sergipe.
- N. 1398 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea o commando superior de guardas nacionaes nas comarcas da guarda nacional na comarca de Campo Maior, no Estado do Piahy.
- N. 1399 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea o commando superior de guardas nacionaes nas comarcas de Conceição da Serra e de Santa Cruz, no Estado do Espirito Santo.
- N. 1400 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bom Jardim, no Estado de Pernambuco.
- N. 1401 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea o commando superior da guarda nacional na comarca de Gamelleira, no Estado de Pernambuco.
- N. 1402 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea o commando superior da guarda nacional na comarca de Bezerras, no Estado de Pernambuco.
- N. 1403 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria da guarda nacional na comarca de Chique-Chique, no Estado da Bahia.
- N. 1404 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea uma secção de batalhão da guarda nacional na comarca de Urubu, no Estado da Bahia.
- N. 1405 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea o commando superior da guarda nacional na comarca da Barra de Sergipe do Conde, no Estado da Bahia.
- N. 1406 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de Santa Catharina.
- N. 1407 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea o commando superior da guarda nacional na comarca de Itajaby, no Estado de Santa Catharina.
- N. 1408 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 —

- Crea o commando superior da guarda nacional na comarca de Rio Purús, no Estado do Amazonas.
- N. 1409 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria da guarda nacional na comarca do Crato, no Estado do Ceará.
- N. 1410 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Concede á Companhia Agricola do Alto Parahyba autorização para funcionar.
- N. 1411 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a Pedro Tomás y Martin para organizar uma sociedade anonyma, destinada a indemnizar ás victimas de desastres ou suas familias, sob a denominação de — Companhia Securitas.
- N. 1412 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Concede permissão á Ernesto Cybrão para lavar nitreiras existentes na bacia do rio das Contas e no valle do rio Sincorá (Brejo Grande), no Estado da Bahia.
- N. 1413 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Concede á Companhia Confeitaria Nacional autorização para funcionar.
- N. 1414 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Determina que todos os cavallos introduzidos na Republica dos Estados Unidos do Brasil sejam marcados com um signal, e dá outras providencias, afim de evitar que animaes importados figurem como nascidos na Republica.
- N. 1415 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita ao cidadão Augusto Candido Harache para estabelecer cinco engenhos centraes no Estado da Bahia.
- N. 1416 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão da garantia de juros e mais favores para o Engenho Central de Maricá.
- N. 1417 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Approva o plano e orgamento das obras projectadas, desenho dos appparelhos e descripção dos methodos de fabricação do Engenho Central de Ubatuba, no Estado de S. Paulo.
- N. 1418 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Concede permissão a João Francisco de Paula Castro para explorar ouro e outros mineraes no Estado de Minas Geraes.
- N. 1419 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Approva os estudos definitivos de mais 20 kilometros do prolongamento da E. de F. Minas e Rio e dos 10 primeiros kilometros do ramal da Campanha.
- N. 1420 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a Antonio Baptista de Oliveira Barros Junior e outro para alterarem o art. 2º dos estatutos da Companhia Agricola e Pastoril Sul e Oeste de Minas.
- N. 1420 A — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Amplia as attribuições dos substitutos dos juizes seccionaes, e dá outras providencias.
- N. 1420 B — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891

- Marca a gratificação de 1:800\$ annuaes ao procurador geral da Republica, e dá outras providencias.
- N. 1420 C — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Faz extensivo o decreto n. 956 de 6 de novembro de 1890 aos magistrados que não forem aproveitados na organização da justiça dos Estados e continuarem a perceber vencimentos pelos cofres federaes.
- N. 1420 D — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Altera o decreto n. 1018 de 14 de novembro de 1890.
- N. 1420 E — MARINHA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Altera o quadro do pessoal do corpo de saude da armada, dando-lhe nova classificação.
- N. 1420 F — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 22 de fevereiro de 1891 — Fixa a despesa do Ministerio dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos para o exercicio de 1891.
- N. 1420 G — AGRICULTURA — Decreto de 22 de fevereiro de 1891 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, para liquidação do exercicio de 1890, o credito supplementar de 6.205:249\$899.
- N. 1421 — GUERRA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Altera o art. 28 do regulamento de 2 de maio de 1890 para o Collegio Militar.
- N. 1422 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Concede autorização ao Banco "Italia-Brasile" para organizar a Sociedade Anonyma "L'Italia".
- N. 1423 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Approva a planta para desapropriação, por utilidade publica, do terreno necessario á estação de bombeiros, em construção, á rua Oito de Dezembro.
- N. 1424 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Approva provisoriamente, com modificações, os estudos do prolongamento da E. de F. Mogyana, a que se refere o decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, de Uberaba a S. Pedro de Uberabinha, e reduz o respectivo orçamento.
- N. 1425 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Modifica o traçado do prolongamento da E. de F. do Paraná.
- N. 1426 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a José Thomaz Pimentel Barbosa e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Cooperativa Mineira.
- N. 1427 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Concede á Companhia Industrial e Agricola da Bahia autorização para funcionar.
- N. 1428 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Concede á Companhia Manufactora Sul-Paulista autorização para funcionar.
- N. 1429 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a Manoel de Souza Campos Filho e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Leitaria Bahiana.
- N. 1430 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Eleva á categoria de consulado o vice-consulado no Havre.

- N. 1431 — GUERRA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 —
Manda adoptar as tabellas para fornecimento de fardamen-
to aos corpos arregimentados do exercito e aos sentenciados
militares.
- N. 1432 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de
1891 — Declara caduca a concessão de garantia de juros e
mais favores para um engenho central no Estado do Ceará.
-

SEGUNDA PARTE

I

Indice alphabetico e remissivo dos actos do Poder Legislativo

1891-1900

A

Abastecimento — Ver Agua.

Abertura — Ver Creditos.

Abolição — Declara a das transferencias para o estado-maior do exercito dos tenentes e 1.ºs tenentes das tres armas (decr. 716).

Abono — Estabelece o de todos os vencimentos dos officiaes alumnos das escolas militares (decr. 33); autoriza ao Dr. Evaristo Nunes Pires o da gratificação de professor interino de geographia do Gymnasio Nacional (decr. 56); autoriza á D. Constancia Iphigenia Coelho o do meio soldo correspondente á patente de seu pae, tenente-coronel Vicente Coelho (decr. 107); das faltas dadas na Escola Naval pelo capitão de fragata Dr. João Nepomuceno Baptista, lente da cadeira de physica (decr. 130) — Ver Pensões.

Absolvição — Ver Conselho.

Academia Brasileira de Letras — Autoriza a dar permanente instalação, em predio publico, á (decr. 726).

Acção — Amplia a penal por denuncia do Ministerio Publico (decr. 628).

Accessos — Ver Armas.

Accidentes — Ver Inferiores.

Accórdos — Approva o feito entre o Brasil e o Peru' sobre execução do cartas rogatorias (decr. 14 A); approva o celebrado entre o governo e a Sociedade Anonyma do Gaz pelo decr. 826 do 24 de maio de 1892 (decr. 114); autoriza a entrar em com a "S. Paulo Railway Company, Limited", para modificar os contractos existentes (decr. 126); approva o sobre reclamações italianas (decr. 425); approva o sobre permutação de encomendas postaes entre o Brasil e Portugal (decr. 536); approva o sobre permuta de cartas, encomendas com valor declarado e vales postaes, firmado em Washington em 15 de junho de 1897 (decr. 537).

Acontecimentos — Concede amnistia aos implicados nos politicos de 10 de abril de 1892 (decr. 72 B); concede amnistia ás pessoas implicadas nos politicos occorridos, em 1893, em Santa Catharina, e, em 1892, em Pernambuco (decr. 174); concede amnistia ás pessoas implicadas nos politicos occorridos em Alagoas e Goyaz (decr. 305).

Aquisição — Autoriza a despendar a quantia necessaria com a da casa em que falleceu Benjamin Constant (decr. 65).

Actos — Approva os praticados pelo Poder Executivo constantes dos deers. 10 e 12 de 1892 (decr. 72 A); publica a resolução que approva os praticados pelo Poder Executivo por motivo da revolta de 6 de setembro de 1893 (decr. 273); publica a resolução que approva os praticados pelo Poder Executivo e seus agentes por motivo do attentado de 5 de novembro de 1897 (decr. 503); approva o que concedeu effectividade de posto a dois alferes graduados e promoveu diversas praças do exercito por actos de bravura (decr. 525).

Açudes — Abre um credito de 400:000\$ para a construção de nos Estados do Piahy e da Parahyba (decr. 96).

Adicional — Ver Gratificações.

Addidos — Ver Empregados.

Additamento — De providencias relativas ás eleições para membros do Congresso Nacional e para Presidente e Vice-Presidente da Republica (decr. 184).

Adeantamento — Ver Relevação.

Adiamento — Das eleições federaes para senadores e deputados, no triennio de 1897 a 1899 (decr. 411).

Adjuntos — Ver Concurso — Lentés.

Administração — Reorganização dos serviços da federal (decr. 23); regula a do Districto Federal (decr. 543).

Administrador — Declara que a aposentadoria concedida a Bernardino José Borges no lugar de da Recebedoria da Capital Federal é com todos os vencimentos (decr. 45).

Admissão — A exames de generalidades dos alumnos das escolas Militar e Naval que o requererem (decr. 206).

Agencias — Autoriza a abrir o credito supplementar de 115:100\$ para as despezas com a Central de Immigração (decr. 367); autoriza a abrir o credito especial de 21:500\$ para pagamento de vencimentos dos empregados do extincto Official de Colonização (decr. 437).

Agua — Isenta de impostos os materiaes para os serviços de (decr. 41); isenta do imposto de importação o material destinado á canalização de na villa de Curralinho (decr. 56); isenta de direitos de importação o material metallico destinado ao abastecimento de á cidade de Macahé (decr. 565); autoriza a abrir o credito de 36:400\$ para pagamento a Antonio Lucio de Medeiros, contractante do supprimento de aos estabelecimentos de marinha (decr. 670); isenta de direitos o material importado para o abastecimento de da cidade de S. Luiz do Maranhão (decr. 721).

Ajudante-general — Ver Estados-maiores.

Ajudas de custo — Fixa a dos senadores e deputados na proxima legislatura (decr. 182); autoriza a abrir credito supplementar á verba (decr. 183 D); fixa a dos senadores e deputados na proxima legislatura (decr. 407); autoriza a abrir o credito de 9:750\$, supplementar, á verba (decr. 466); abre o credito de 21:000\$, supplementar, á verba — Exercicios findos, para pagamento de aos empregados do fazenda encarregados da tomada de contas das estradas de ferro (decr. 547); autoriza a abrir o credito de 3:550\$ para pagamento de aos membros do Congresso Nacional (decr. 739).

Ajustes — Approva os postaes concluidos em Vienna em 1891 (decr. 67 A); approva os constantes da Convenção Postal Universal (decr. 537).

Alcance — Ver **Dívidas**.

Alfandegamento — Autoriza o dos portos de Gargahu', Macahé e Angra dos Reis (decr. 31); das mesas de rendas de Itajahy, Laguna, Antonina e Itapemerim (decr. 148 A).

Alfandegas — Declara que a aposentadoria concedida a Antonio Pereira Bastos, no lugar de inspector da da Bahia, é com o ordenado (decr. 44 A); manda estabelecer uma na capital de S. Paulo e outra em Juiz de Fôra (decr. 149 A); eleva á categoria de a Mesa de Rendas de Pelotas (decr. 361); autoriza a abrir o credito supplementar de 7:707\$ para a do Espirito Santo (decr. 389); crea uma de 4ª classe em Sant'Anna do Livramento (decr. 417); eleva á categoria de a Mesa de Rendas de Caravellas (decr. 495); autoriza a demolição dos dois armazens da de Santos, na praça Antonio Telles (decr. 615); restabelece a de Porto Alegre (decr. 630); altera varias disposições da tarifa das (decr. 651); autoriza a abrir o credito extraordinario de 17:703\$894 para pagamento de vencimentos de tres fieis de armazem da do Pará (decr. 697).

Alfres — Determina que, emquanto os houver aggregados, um terço das vagas seja preenchido por inferiores (decr. 669).

Alienação — Autoriza a das sobras dos immoveis adquiridos para melhoramentos da E. de F. Central do Brasil, entre Central e S. Diogo (decr. 704).

Altars — Ver **Isenção**.

Alteração — Das disposições do art. 3º da lei 35 de 1892 (lei 69); autoriza a do traçado da 1ª secção da E. de F. Central Alagoana (decr. 192); do regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 193); das disposições relativas á organização do Conselho Municipal (decr. 248); da disposição do § 1º do art. 3º da lei 354 de 1895 (decr. 566); de varias disposições da tarifa das alfandegas e mesas de rendas (decr. 651) — Ver **Derogação**.

Alumnos — Manda abonar aos officiaes das escolas militares todos os vencimentos (decr. 33); autoriza a considerar como approvados os das escolas Militar e Naval que tiverem frequentado as aulas até 6 de setembro de 1893 (decr. 206); estende as disposições do decr. 206 a todos os das escolas militares (decr. 220); concede aos do curso superior das faculdades de direito, matriculados antes da lei 314 de 1895, as regallas da legislação anterior (decr. 444); permite transferencia aos das escolas Polytechnica, de Minas e Militar (decr. 450); declara não attingirem aos da Escola Polytechnica, matriculados sob o regimen do regulamento de 1874, as disposições da consolidação que baixou, com o aviso de 30 de março de 1898, e torna extensiva aos da Escola Naval o favor concedido pelo decr. 450 de 1897 aos das escolas Militar e de Minas (decr. 516); autoriza a conceder, aos que tiverem excedido o praso regulamentar, mais um anno para completarem os estudos preparatorios (decr. 667); manda conferir aos officiaes da Escola Militar do Brasil, que concluirem o curso de engenharia, os mesmos titulos scientificos passados aos que o fizeram pelo regulamento de 1874 (decr. 731) — Ver **Premios**.

Amnistia — Concede aos que tomaram parte nos movimentos armados do Pará (decr. 8); concede aos implicados nos acontecimentos de 10 de abril de 1892 (decr. 72B); concede aos que tomaram parte nos movimentos revolucionarios de Matto Grosso e se envolveram nos do Rio Grande do Sul (decr. 83); concede ás pessoas implicadas nos acontecimentos politicos, occorridos, em 1883, em Santa Catharina, e, em 1892, em Pernambuco (decr. 174); concede ás pessoas implicadas no movimento de 2 de margo de 1893, no Maranhão (decr. 175); concede aos individuos que tomaram parte no movimento occorrido em Catalão, no Estado de Goyaz (decr. 176); concede ás pessoas implicadas nos acontecimentos politicos occorridos em Alagoas e Goyaz (decr. 305); todas as pessoas envolvidas nos movimentos revolucionarios até 23 de agosto de 1895 (decr. 310); concede a todas as pessoas que tenham tomado parte no movimento de 4 de setembro de 1896, no Estado de Sergipe (decr. 406); supprime as restricções postas á concedida pela lei 310 de 1895 (lei 533).

Ampliação — Da organização da Procuradoria da Republica e Fazenda Federal (decr. 173 B); ao exercito do codigo penal da armada (decr. 612); da acção penal por denuncia do Ministerio Publico (decr. 628).

Annulação — Dos decrs. 3128 e 3129 de 1898 (decr. 653).

Antiguidade — Manda contar de 16 de abril de 1894 a de posto dos officiaes da armada, promovidos por decr. de 30 de agosto de 1894 (decr. 390).

Apolices — Ver Titulos.

Aposentadorias — Autoriza a considerar a dada ao desembargador da Relação da Bahia, Daniel Luiz Rosa, com o vencimento de ministro do Supremo Tribunal de Justiça (decr. 11); declara que a concedida a Antonio Pereira Bastos, inspector da Alfandega da Bahia, é com o ordenado (decr. 44 A); manda contar para a de Manoel Pereira da Silva Junior, o tempo de serviço no arsenal de guerra (decr. 44 C); declara que a concedida a Bernardino José Borges, administrador da Recebedoria da Capital Federal, é com todos os vencimentos (decr. 45); autoriza a melhorar a concedida a João Paulo da Costa, 1.º escripturario do Thesouro Nacional (decr. 45 B); autoriza a conceder a Bellarmino Brasilense Pessoa de Mello, no cargo de director da Casa de Correção (decr. 50); autoriza a reformar os calculos referentes ás dos ex-secretario e sub-secretario da Faculdade de Medicina da Bahia, Drs. Cincinato Pinto da Silva, e Thomaz Aquino Gaspar (decr. 108); manda computar integralmente, nas já concedidas ou que o forem, aos juizes federaes, o tempo de serviço prestado anteriormente (decr. 113); regulariza a concessão de aos funcionarios publicos (decr. 117); autoriza a concessão de ao Dr. Antonio Martins Pinheiro, ajudante do inspector da saude dos portos (decr. 253); autoriza a do coronel Pedro Paulino da Fonseca, no cargo que exerce (decr. 298); regula a dos membros da Côrte de Appellação (decr. 372); resolve sobre o computo do tempo para a do engenheiro Miguel de Teive e Argollo (decr. 453); autoriza a do engenheiro civil Adolpho Dilermando de Aguiar no emprego immediato ao de director da E. de F. de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 491).

Aposentados — Garante os direitos adquiridos pelos empregados (lei 44 B); autoriza a abrir credito supplementar á verba (decr. 183 D); dispõe sobre o modo de pagamento dos

vencimentos dos funcionarios publicos (decr. 381) — Ver **Creditos — Vencimentos.**

Apparelhos — Isenta de impostos de exportação os destinados á exploração do carvão de pedra (decr. 275) — Ver **Vendas.**

Appliação — Autoriza a do producto da alienação das sobras dos immoveis adquiridos para melhoramentos da E. de F. Central do Brasil, na realização do plano approved pelo decr. 2985 de 1898 (decr. 704).

Approvação — Do accôrdo feito entre o Brasil e o Peru' sobre a execução de cartas rogatorias (decr. 14 A); do tratado de arbitramento entre o Brasil e varios Estados americanos (decr. 48 A); dos ajustes postaes concluidos em Vienna, em 1891 (decr. 67 A); da despeza feita com a mudança do Museu Nacional para a Quinta da Boa Vista (decr. 88); do accôrdo celebrado entre o governo e a Sociedade Anonyma do Gaz (decr. 114); do decr. 1167 de 1892, sobre a fusão do Banco da Republica com o do Brasil (decr. 183 C); do tratado de commercio e navegação entre o Brasil e o Peru' (decr. 203); do credito extraordinario de 5:720\$ para pagamento de vencimentos dos escriptães e officiaes de justiça do extinto juizo dos feitos da fazenda, no exercicio de 1893 (decr. 207); dos decrs. 1594 A, 1594 B, 1594 C, 1682, 1687 e 1688 de 1894 (decr. 214); do codigo das disposições communs ás instituições de ensino superior (decr. 230); do credito supplementar de 1.420:580\$833 á verba — Caixa de Amortização, para as despesas com encomendas e assignaturas de notas (decr. 243); do credito supplementar de 150:000\$ á verba — Exercicios findos (decr. 244); do tratado de amizade, commercio e navegação entre o Brasil e o Japão (decr. 419); do accôrdo sobre reclamações italianas (decr. 425); do tratado de arbitramento para a fixação das fronteiras do Brasil e da Guyana Franceza (decr. 474); do credito extraordinario de 13:570\$400, aberto para os funeraes do marechal Carlos Machado Bittencourt (decr. 492); da convenção celebrada entre o Brasil e o Chile, sobre o exercicio das profissões liberaes (decr. 494); da convenção entre o Brasil e os Paizes Baixos para a extradicação de criminosos (decr. 502); dos ajustes constantes da Convenção Postal Internacional, do accôrdo sobre permuta de cartas e encomendas com valor declarado e de vales postaes (decr. 537) — Ver **Alumnos.**

Aprendizes — Ver **Escolas.**

Apuração — Ver **Eleições.**

Arbitramento — Approva o tratado de entre o Brasil e varios Estados americanos (decr. 48 A); approva o tratado de para a fixação das fronteiras do Brasil e da Guyana Franceza (decr. 474); approva o tratado de entre o Brasil e o Chile (decr. 601).

Archivo Publico Nacional — Autoriza a reformar o (decr. 187).

Armada — Fica extensiva aos officiaes da, eleitos membros dos congressos dos Estados, a disposição do art. 1º do decr. 1388 de 1891 (decr. 34); determina que o montepio dos officiaes da e classes annexas seja regulado pelo mesmo decr. que trata do montepio dos officiaes do exercito (decr. 288) — Ver **Creditos — Inferiores — Officiaes — Reversão — Soldo.**

Armamento — Autoriza a despende a quantia de 18.000:000\$ com a substituição de do exercito (decr. 141).

Armas — Autoriza a transferencia para as de infantaria e cavallaria dos 1.os e 2.os tenentes de artilharia que, por falta de habilitação scientifica, não possam ter accesso (decr. 112); declara abolidas as transferencias para o estado maior do exercito dos tenentes e 1.os tenentes das tres comba-
tentes (decr. 716).

Armazens — Autoriza a demolição dos dois da Alfandega de Santos, situados na praça Antonio Telles (decr. 615).

Arrecadação — Ver Impostos.

Arsenaes de guerra — Autoriza a equiparar os primeiros e segundos patrões do da Capital Federal aos machinistas do mesmo, a elevar patrões arvorados á categoria de terceiros patrões, e a equiparar os vencimentos dos machinistas das lanchas aos de igual categoria do arsenal de marinha (decr. 129); converte em ordenado a diaria, jornal e gratificação da mestrança dos (decr. 157); determina os vencimentos dos funcionarios civis dos (decr. 240); autoriza a mandar pagar as etapas devidas aos patrões, machinistas, foguistas e remadores dos de Matto Grosso e do Rio Grande do Sul (decr. 690) — Ver Disposições — Vencimentos.

Arsenaes de marinha — Institue montepio para os operarios effectivos do da Capital Federal (decr. 127); autoriza a abertura de creditos supplementares para pagamento do augmento de vencimentos dos patrões das embarcações do da Capital Federal (decr. 235); determina os vencimentos dos funcionarios civis dos (decr. 240); autoriza a proceder a escolha do local para a mudança do da Capital Federal (decr. 378).

Artigo — Altera as disposições do 3º da lei 35 de 1892 (lei 69) — Ver Decretos — Leis.

Aspirantes — Ver Serviços.

Assentamento — Ver Cabo.

Assignaturas — Approva o credito supplementar de 1.420:580\$833 á verba — Caixa de Amortização, para as despesas com as de notas (decr. 243).

Associações — Proroga o contracto da Sergipense para o serviço de reboque a vapor nas barras de Cotinguiba, S. Christovão e Estancia (decr. 82); regula a organização das que se fundarem nos termos do art. 72, § 3º, da Constituição (decr. 173).

Asylo — Approva o tratado de entre o Brasil e o Peru (decr. 557); approva o tratado de entre o Brasil e a Argentina (decr. 558) — Ver Soldo.

Attentado — Ver Actos.

Auditores — Declara que os só perdem seus logares em virtude de sentença e têm direito a fazer montepio (decr. 38); crea no 4º districto militar o logar de da guerra (decr. 93).

Augmento — Autoriza o governo a abrir credito supplementar para pagamento da despesa com o dos telegraphistas (decr. 70); autoriza a abertura do credito supplementar de 18.000\$ para pagamento do de vencimentos aos lentes do Gymnasio Nacional (decr. 88); estabelece o de 40 % nos vencimentos e salarios do pessoal da Imprensa Nacional e "Diario Official" (decr. 125); autoriza a abertura de um credito supplementar para dos vencimentos dos remadores e patrões das capitancias de portos (decr. 170); autoriza a abertura de creditos supplementares para pagamento do de vencimentos dos patrões das embarcações do Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. 235); de vencimentos dos empregados da E. de F.

Central do Brasil (decr. 268); de vencimentos dos officiaes inferiores dos corpos e brigadas de marinha (decr. 304); de vencimentos dos membros do Supremo Tribunal Federal (decr. 363).

Autorização — **Ver** **Acquisição** — **Aposentadorias** — **Companhias** — **Creditos** — **Empréstimos** — **Gratificações** — **Honras** — **Isenção** — **Licenças** — **Pagamento** — **Pensões** — **Prescrição** — **Regulamentos** — **Reintegração** — **Reversão** — **Sobras** — **Transporte** — **Tratados** — **Vencimentos**.

Auxilio — Presta um pecuniario não excedente de 10:000\$ ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (decr. 151 A); autoriza o por empréstimo á Municipalidade do Districto Federal da quantia de 3.700:000\$ (decr. 352).

B

Baixa — Autoriza a conceder transporte as praças que obri-verem de serviço (decr. 52).

Bancos — Approva a fusão do da Republica com o do Brasil (decr. 183 C); declara que os nacionaes de deposito não estão sujeitos ao deposito de que trata o art. 19 da lei 559 de 1898 (decr. 589); concede favores aos nacionaes (decr. 703).

Barras — **Ver** **Serviços**.

Batalhão — **Ver** **Obras**.

Bebidas — Prohibe importar e fabricar rotulos que se pres-tem a fabricação de com o fim de as vender como si fossem es-trangeiros (decr. 452).

Bibliotheca Nacional — Abre o credito extraordinario de 3:600\$ para pagamento de vencimentos em 1894 aos emprega-dos da (decr. 295).

Bilheteiros — **Ver** **Vencimentos**.

Bilhetes — Determina que o Thesouro assuma a responsa-bilidade dos bancarios em circulação (decr. 427).

Brasil e Perú — **Ver** **Accórdos**.

Breu — **Ver** **"Briquettes"**.

Brigada Policial — Autoriza a criação de uma caixa bene-ficente na da Capital Federal (decr. 231); determina que os vencimentos dos officiaes da sejam os mesmos dos officiaes do exercito (decr. 258) — **Ver** **Officiaes**.

"Briquettes" — Isenta de impostos de importação o pixe e o breu destinados ao fabrico de (decr. 275).

C

Cabo — Autoriza a contractar o assentamento de um sub-fluvial entre as capitaes dos Estados do Pará e Amazonas (decr. 267).

Cabotagem — Regula a navegação de (decr. 123); fixa o praso para que os navios que se entregam á navegação de se nacionalizem (decr. 227 A); define quaes os direitos de que é livre o commercio de (decr. 410).

Cachoeiras — **Ver** **Plano**.

Caixa — Autoriza a criação de uma beneficente na briga-da policial da Capital Federal (decr. 231).

Caixa de Amortização — Approva o credito suplementar de 1.420:580\$833 á verba, para occorrer a despezas com as

encommendas e assignaturas de notas (decr. 243); autoriza a abrir o credito supplementar de 28:000\$ para as despesas da (decr. 307).

Calculos — Ver Aposentadorias.

Camara dos Deputados — Providencia sobre credito supplementar á verba — Secretaria da (decr. 2); autoriza a abrir o credito especial de 14:000\$ para despesas de material da secretaria e para as obras de conservação e segurança do predio da (decr. 752).

Camas — Ver Direitos.

Campanha — Ver Dividas.

Canallização — Autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 193:000\$ para a de aguas na cidade de Macão (decr. 308) — Ver Agua.

Canhões — Ver Venda.

Capital — Eleva a 4.874:000\$ o da "Ceará Harbour Corporation" (decr. 48); autoriza a abrir o credito extraordinario de 200:000\$ para as despesas com a continuação dos estudos da nova da Republica (decr. 415).

Capitanias — Autoriza a abertura de um credito supplementar de 18:480\$ para augmento dos vencimentos dos remadores e patrões das de portos (decr. 170).

Cargos — Estabelece as incompatibilidades entre os federaes e estaduais (decr. 28); declara que os officiaes reformados que os occuparem em mais de um ministerio, poderão optar pelo que lhes convier (decr. 32); manda computar nas aposentadorias dos juizes federaes o tempo de serviço prestado anteriormente nos de magistratura ou semelhantes (decr. 113); autoriza a mandar pagar ao Dr. José Borges Ribeiro da Costa e pharmaceutico Augusto Cesar Diogo, exonerados e reintegrados nos de preparadores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o ordenado que deixaram de perceber (decr. 239); declara de livre escolha diversos de repartições de fazenda (decr. 358); fixa o dia em que se deverá proceder á eleição para os de senadores e deputados (decr. 380).

Carta marítima — Ver Creditos.

Cartas — Approva o accôrdo feito entre o Brasil e o Perú sobre a execução de rogatorias (decr. 14 A); approva os ajustes e o accôrdo sobre a permuta de, firmados em Washington, em 15 de junho de 1899 (decr. 537).

Carvão — Isenta dos impostos de importação as empresas que se propuzerem á exploração do de pedra (decr. 275).

Casa — Autoriza a despende a quantia necessaria com a aquisição da em que falleceu Benjamin Constant (decr. 6).

Casa da Moeda — Dá providencias sobre a (decr. 358).

Casos — Ver Competencia.

Categoria — Eleva á de alfandega de 4ª ordem a Mesa de Rendas de Pelotas (decr. 361).

"Ceará Harbour Corporation" — Ver Contractos—Creditos.

Cidadão — Ver Direitos.

Claros — Dispõe sobre o preenchimento dos existentes na força naval (decr. 478).

Cobrança — Autoriza a dos impostos de exportação nos Estados e na Capital Federal (decr. 410).

Cobre — Ver Creditos.

Codigo — Approva o das disposições communs ás instituições de ensino superior (decr. 230); providencia sobre o julgamento dos crimes de moeda falsa, contrabando, peculato e ou-

tros, qualificados nos arts. 221 e 223 do penal (decr. 515); approva e amplia ao exercito nacional o penal para a armada (decr. 612).

Collocação — Ver Poços.

Colonias — Autoriza o governo a fundar uma nacional na fazenda da Boa Vista (decr. 145); autoriza a abrir o credito especial de 76:000\$ para pagamento de despezas com a Correccional de Dois Rios (decr. 337); reorganiza as militares (decr. 733).

Colonização — Autoriza a abrir o credito extraordinario de 898:486\$840 para pagamento de despezas com a do Rio Grande do Sul em 1893 (decr. 290).

Commandantes — Ver Creditos.

Commercio — Ver Cabotagem.

Commissão — Autoriza a nomear uma de membros da Directoria Geral de Saude Publica para verificar a efficacia do serum anti-variolooso, descoberto pelo Dr. Felipe Pereira Caldas (decr. 460); autoriza a abrir o credito extraordinario de 35:556\$418 para ser applicado ao pagamento da de estudos da E. de F. de Catalão a Cuyabá (decr. 692).

Comunicação — Ver Competencia.

Companhias — Concede isenção de qualquer imposto de importação ás de aguas e trafego maritimo no Estado do Maranhão (decr. 60); autoriza a conceder os favores constantes do aviso 75 de 30 de julho de 1889 á Fabril, Industrial e Construtora (decr. 98); concede á Piscatoria Sul-Americana os favores do art. 3.º §§ 2º e 3º, do decr. 8338 de 1881 (decr. 116); autoriza a entrar em accôrdo com a "S. Paulo Railway, Limited" para modificar os contractos existentes (decr. 126); autoriza a prorogar os prazos concedidos á de Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya para explorar e estabelecer a navegação no rio Tocantins (decr. 131); autoriza a conceder á de E. de F. e Minas de S. Jeronymo prorogação de praso para a construcção de estradas (decr. 133); regula a emissão de empréstimos em obrigações ao portador, das (decr. 177 A); concede á Industrial e de Construcções Hydraulicas prorogação de praso para inicio das obras do porto de Jaraguá (decr. 215); releva a Geral de Melhoramentos no Maranhão, cessionaria da E. de F. de Caxias a S. José de Cajazeiras, do pagamento de multas (decr. 241); dispõe sobre as estrangeiras de seguros de vida que funcionam no territorio do Brasil (decr. 294); autoriza a "Brasil Great Southern Railway" a construir a ponte sobre o rio Quarahim (decr. 339); autoriza a modificar o contracto de vias ferreas da E. de F. Norte do Brasil (decr. 384); autoriza a abertura do credito de 649:644\$864 á verba — Exercícios findos, para pagamento á União Sorocabana e Ituana (decr. 393); autoriza a abertura do credito de 661:658\$824 para pagamento á Lloyd Brasileiro por fretamento de vapores (decr. 399); exclue da disposição do art. 5º, § 2º, "c", do decr. 2304 de 1896 as de navegação de costeagem (decr. 405) —

Ver Contractos — Estradas de ferro — Sociedades.

Competencia — Fixa os casos de dos poderes federaes e estaduais para resolverem sobre o estabelecimento de vias de comunicação fluviaes ou terrestres (decr. 109).

Compra — Ver Petrechos.

Compromissos — Ver Immigrantes.

Computo — Ver Tempo.

Concerto — Ver Navios.

Concessão — Ver **Amnistia** — **Aposentadorias** — **Creditos** — **Direitos** — **Emprezas** — **Favores** — **Gratificações** — **Honras** — **Licenças** — **Pensões** — **Portos** — **Proprios nacionaes** — **Reformas** — **Subvenção** — **Vantagens**.

Conclusão — Ver **Obras** — **Prasos**.

Concurrencia — Autoriza a abrir publica para um projecto de monumento á memoria de Tiradentes (decr. 147).

Concurso — Dispensa de os adjuntos do serviço sanitario do exercito (decr. 148).

Congresso Nacional — Autoriza a abertura de credito para pagamento de despeza com a sessão extraordinaria do (decr. 36); addita providencias relativas ás eleições federaes para membros do (decr. 184) — Ver **Ajudas de custo** — **Resoluções**.

Congressos — Torna extensiva aos officiaes do exercito e da armada, eleitos membros dos estaduaes, a disposição do art. 1.^o do decr. 1388 de 1891 (decr. 34).

Conselho — Manda que todo militar que, submettido a de guerra, obtiver absolvição, seja indemnizado das vantagens pecuniarias que houver perdido (decr. 529) — Ver **Verbas**.

Conselho Municipal — Declara reelegiveis os membros do (decr. 479); regula a suspensão das leis e resoluções do (decr. 493) — Ver **Organização**.

Construcção — Abre um credito de 400:000\$ para a de açudes nos Estados do Piahy e da Parahyba (decr. 96); autoriza a conceder á Empreza Industrial de Melhoramentos no Brasil privilegio para a de um ramal de S. Francisco Xavier ao Commercio (decr. 132); autoriza a conceder á Companhia de E. de F. e Minas de S. Jeronymo prorogação de praso para a de estradas (decr. 133); manda empregar officiaes e praças do exercito na da E. de F. de Catalão a Cuyabá (decr. 183); prorroga os prasos para a da E. do F. de Alcobaca á Praia da Rainha (decr. 211); prorroga o praso para a da E. de F. de Ribeirão a Bonito (decr. 212); prorroga o praso para inicio dos trabalhos de da E. de F. de Caxias ao Araguaya (decr. 277); autoriza a abrir um credito de 830:800\$, suplementar á verba — **Obras**, do Ministerio da Marinha, para a de um quartel para o batalhão de infantaria de marinha, reparos de proprios nacionaes na ilha das Cobras e fabricação de uma porta-caixão para o dique Guanabara (decr. 303); autoriza o Poder Executivo a permittir á companhia "Brasil Great Southern Railway" a da ponte sobre o rio Quarahim (decr. 339); autoriza a contractar com Ayres Pompeu de Carvalho e Souza e José Augusto Vieira a de um ramal ferreo de Sapopemba á ilha do Governador (decr. 553); autoriza a considerar interrompidos os prasos do contracto celebrado com a Companhia Fluvial do Tocantins e Araguaya para a da linha ferrea de Alcobaca á Praia da Rainha (decr. 631); autoriza a conceder á E. de F. de Araraquara a de uma estrada de ferro de S. José do Rio Preto a Cuyabá (decr. 748) — Ver **Estradas de ferro**.

Consulados — Crea um na cidade de Cayenna (decr. 279); crea diversos (decr. 322).

Consumo — Ver **Impostos**.

Contagem — Ver **Tempo**.

Contas — Autoriza a mandar trancar as do ex-almoxarife do Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Theophilo Antunes de Miranda (decr. 487); autoriza a abrir o credito de 21:000\$.

supplementar á verba — Exercícios findos, para pagamento de ajudas de custo aos empregados de fazenda "encarregados" da tomada de das estradas de ferro (decr. 547); autoriza a recolher em corrente ao Banco da Republica 1.000.000 esterlinos (decr. 689); autoriza a abrir o credito especial de 308.825\$121 para liquidação de do exercicio de 1899 (decr. 728); autoriza a abrir os creditos de francos 220.555 e 11.792 para saldos de com o Telegrapho Oriental (decr. 751).

Contrabando — Providencia sobre o julgamento dos crimes de (decr. 515).

Contractos — Innova o da "Ceará Harbour Corporation, Limited" (decr. 48); prorroga o da Associação Sergipense para o serviço de reboque a vapor nas barras de Cotinguiba, S. Christovão e Estancia (decr. 82); autoriza o com Julio Benevides para a navegação e transporte de mercadorias pelo Iça e Putumayo (decr. 99); autoriza o do serviço de reboque nas barras dos rios Itapemerim e Benevente e Itajahy e Laguna (decr. 104); autoriza a entrar em accôrdo com a "S. Paulo Railway Company, Limited" para modificar os existentes (decr. 126); autoriza o para assentamento de um cabo subfluvial entre as captaes do Pará e Amazonas (decr. 267); autoriza a estabelecer para os serviços de viagens mensaes dos portos de S. Francisco e Amarante ao da Tutoya (decr. 351); autoriza a modificar o das vias ferreas da E. de F. Norte do Brasil (decr. 384); autoriza a rever o da illuminação publica da Capital Federal (decr. 542); autoriza o com o engenheiro Ayres Pompeu de Carvalho e Souza e José Augusto Vieira para a construcção de um ramal ferreo á ilha do Governador (decr. 553); considera interrompidos os prazos do celebrado com a Companhia Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya para a construcção da linha ferrea de Alcobaça á Praia da Rainha (decr. 631) — Ver Serviços.

Contribuição — Isenta as praças de infantaria de marinha, officiaes marinheiros e marinheiros nacionaes da mensal de um dia de soldo para o Asylo de Invalidos da Patria (decr. 477); permite a para o montepio pelos officiaes da armada, reformados antes de instituido o meio soldo (decr. 523).

Convenções — Approva a celebrada entre o Brasil e o Chile para o exercicio de profissões liberaes (decr. 494); approva a firmada entre o Brasil e os Paizes Baixos para a extradicação de criminosos (decr. 502); approva os ajustes constantes da Postal Universal, firmados em Washington, em 15 de junho de 1897 (decr. 537); approva a para o exercicio de profissões liberaes entre o Brasil e a Bolivia (decr. 600).

Conversão — Em ordenado, da diaria, jornal e gratificação da mestrança dos arsenaes de guerra (decr. 157).

Corpo de Bombeiros — Concede aos 1º e 2º cirurgiões do os postos de major e capitão (decr. 257); determina que os vencimentos dos officiaes do sejam os mesmos dos officiaes do exercito (decr. 258); autoriza a abrir o credito de 27.000\$, supplementar á rubrica (decr. 668).

Corporação — Ver Corretores.

Corpos — Dá nova organização ao diplomatico (decr. 322); autoriza a abrir creditos parciaes até 14.000.000\$ para as despesas extraordinarias com os patrióticos, no Estado do Rio Grande do Sul (decr. 357); autoriza a mandar pagar ao ex-1º sargento do de operarios militares do Arsenal de Guerra da Capital Federal, Augusto Candido Pereira Baptista de Oliveira,

a gratificação de engajado até a data da baixa do serviço (decr. 645) — Ver **Engenheiros — Inferiores — Officiaes — Praças.**

Correios — Autoriza a reorganização do Federal (decr. 194); autoriza a abrir o credito supplementar de 330:000\$ á verba (decr. 527); autoriza a transportar as sobras de consignações, até a quantia de 90:000\$, na verba (decr. 718) — Ver **Directoria Geral dos Correios.**

Corretores — Reorganiza a corporação dos de fundos publicos (decr. 354).

Côrte de Appellação — Regula a aposentadoria dos membros da do Districto Federal (decr. 372).

Couraçado — Ver **Creditos.**

Creação — Ver **Alfandegas — Caixa — Consulados — Curso — Escolas — Estados-maiores — Gymnasio Nacional — Mezas de rendas.**

Creditos — Providencia sobre os supplementares ás verbas — Subsidios dos senadores e deputados — e — Secretarias do Senado e da Camara (decr. 2); autoriza a abertura de para pagamento de subsidio do Vice-Presidente da Republica (decr. 9); autoriza a abertura de diversos supplementares (decr. 36); autoriza a abertura de supplementar para pagamento de despesas com o augmento de vencimentos a telegraphistas (decr. 70); abre o extraordinario de 486:215\$ ao Ministerio da Justiça (decr. 73); concede um de. £ 1.466-5-10 para pagamento a Louis Cohen & Sons (decr. 75); autoriza a abertura de um supplementar de 5.674:579\$518 para os serviços da E. de F. Central do Brasil (decr. 84); autoriza a abertura de um supplementar na importancia de 18:000\$ para pagamento do augmento de vencimentos aos lentes do Gymnasio Nacional (decr. 88); autoriza a abertura de, na importancia de 3.471:209\$214, para occorrer a diversas despesas do Ministerio da Marinha (decr. 89); autoriza a abrir o supplementar de 540:000\$ á verba 17.º do art. 7.º da lei 26 de 1891 (decr. 90); autoriza a abrir um de 160:000\$ para despesas do Ministerio do Exterior (decr. 92); abre o de 400:000\$ para a collocação de poços artesianos ou construção de açudes e represas nos Estados do Piahy e da Parahyba (decr. 96); autoriza a abertura de um supplementar de £ 33.826-0-0 para conclusão das obras do prolongamento da E. de F. do Sobral (decr. 103); autoriza a abertura de um de 9:425\$144 para indemnizar Augusto Francisco Maria Glaziou da despesa feita no jardim da praça da Republica, em 1883 (decr. 106); autoriza a abertura de especiaes aos Estados da Parahyba, Goyaz e Piahy (decr. 120); autoriza a abertura do de 267:041\$600, no exercicio de 1892, para que o Ministerio da Marinha satisfaça as despesas com as occurrencias de Matto Grosso e do desastre do encouraçado "Solimões" (decr. 124); autoriza a abertura do necessario para as despesas de installação de um externato ou Gymnasio Nacional (decr. 142); autoriza a abertura dos de 12:317\$174, para despesas da verba — Soccorros publicos, no Estado de Santa Catharina, e de 2:000\$ para da Camara dos Deputados (decr. 160); autoriza a abrir um supplementar de 955:125\$106, no exercicio de 1893, para as obras do Ministerio da Justiça (decr. 163); autoriza a abertura de um supplementar de 18:480\$ para augmento de vencimentos dos remadores e patrões das capitánias de portos (decr. 170); autoriza a abrir um extraordinario de 1.200:000\$ para

despesas com os serviços a cargo dos Estados do Piahy, Parahyba e Goyaz (decr. 173 A); autoriza a abrir o necessario para pagamento do subsidio dos senadores e deputados na prorogação da sessão legislativa de 1893 (decr. 183 B); autoriza a abrir supplementares ás verbas — Aposentados — Ajudas de custo — e — Despesas eventuaes, do Ministerio da Fazenda (decr. 183 D); autoriza a abertura do extraordinario de 265:980\$ para despesas da Directoria Sanitaria, do Laboratorio Bacteriologico e dos hospitaes de isolamento (decr. 185); autoriza a abrir o extraordinario de £ 28.875-0-0 para pagamento dos juros devidos á “Ceará Harbour Corporation” (decr. 191); autoriza a abertura do supplementar de 32:150\$ á verba — Repartição da Carta Maritima, para despesas do pessoal e material de pharões (decr. 195); approva o extraordinario de 5:720\$ para pagamento dos vencimentos dos escriptães e officiaes de justiça do extincto juizo dos feitos da fazenda, e autoriza a abrir o de 6:020\$ para identico fim (decr. 207); autoriza a abrir o necessario para pagamento de serviços de stenographia, redacção e publicação de debates (decr. 217); autoriza a abrir o necessario para pagamento do subsidio dos deputados e senadores nas prorogações da sessão legislativa de 1894 (decr. 218); promulga a resolução que autoriza a abrir o necessario para pagamento de vencimentos dos empregados das secretarias das duas camaras (decr. 223); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 524:442\$ para as verbas — Conselho Supremo Militar — e — Eventuaes (decr. 223 A); autoriza a abrir o supplementar de 37:047\$ á rubrica 3ª do art. 2º da lei 191 B de 1893 (decr. 233); autoriza a abrir um extraordinario de 25.500:000\$ para as despesas do Ministerio da Guerra (decr. 234); autoriza a abertura de supplementares para pagamento do augmento de vencimentos dos patrões das embarcações do Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. 235); abre o de 1.462:000\$ para diversas despesas (decr. 236); approva o supplementar de 1.420:580\$833 á verba — Caixa de Amortização, para as despesas com encomendas e assignaturas de notas (decr. 243); approva o supplementar de 150:000\$ á verba — Exercicios findos (decr. 244); autoriza a abrir o extraordinario de 800:000\$ para as despesas com a recepção de officiaes orientaes (decr. 245); autoriza a abrir o extraordinario de 200:000\$ para despesas com a demarcação da fronteira entre o Brasil e a Bolivia (decr. 252); autoriza a abrir um supplementar de 474:734\$905 para despesas com a policia, no exercicio de 1894 (decr. 254); concede aos ministerios da Guerra e da Marinha o de 27.000:000\$ para reconstituição do material do exercito e da armada (decr. 255); autoriza a abertura do extraordinario de 100:000\$ para pagamento das terras e aguas do rio Covança (decr. 259); autoriza a abrir o necessario para a despesa com a representação dos ministros de Estado, no exercicio de 1895 (decr. 260); autoriza a abrir, no exercicio de 1894, diversos (decr. 261); autoriza a abrir um extraordinario de 285:435\$768 para a reconstrução de paíões de polvora na ilha do Boqueirão e outro de 731:580\$ para despesas em estabelecimentos militares (decr. 263); autoriza a abrir o supplementar de 3.341:816\$713 á rubrica — Garantia de juros a estradas de ferro, no exercicio de 1891 (decr. 277 A); autoriza a abrir um extraordinario de 6:000\$ para custeio de tres officinas no Instituto Benjamin Constant

(decr. 278); autoriza a abrir o suplementar de 600:000\$ para despesas da verba 38ª do orçamento de 1895 (decr. 286); autoriza a abrir o suplementar de 4.516:323\$080 ao Ministério da Marinha para despesas do orçamento de 1893 (decr. 287); autoriza a abrir o extraordinário de 898:486\$840 para pagamento de despesas de colonização no Rio Grande do Sul, em 1893 (decr. 290); autoriza a abrir os extraordinários de 54:000\$ á verba 5ª e 60:000\$ á verba 7ª, art. 2º, da lei 266 de 1894 (decr. 291); abre o extraordinário de 3:600\$ para pagamento de vencimentos a empregados da Bibliotheca Nacional, em 1894 (decr. 295); autoriza a abertura do suplementar de 108:713\$995 ao n. 15, art. 6º, da lei 126 B de 1892 (decr. 296); autoriza a abertura do suplementar de 7.905:410\$565 para despesas do Ministério da Guerra (decr. 297); autoriza a abertura do de 1.700:000\$ á verba — Reposições e restituições (decr. 299); autoriza a abrir os extraordinários de 381:000\$ para execução do § 1º do art. 2º da lei 242 de 1894 e de 1.883:575\$080 para pagamento de fretes e reparos de vapores armados em cruzadores, durante a revolta de 1893 (decr. 300); autoriza a abrir o de 830:800\$, suplementar á verba — Obras, do orçamento do Ministério da Marinha (decr. 303); autoriza a abrir o suplementar de 44:826\$423 para pagamento de despesas em 1894 (decr. 306); autoriza a abrir o suplementar de 28:000\$ para despesas da Caixa de Amortização (decr. 307); autoriza a abrir o suplementar de 193:000\$ á verba — Exercícios findos (decr. 308); autoriza a abrir o suplementar de 4.700:000\$ á verba — Exercícios findos (decr. 311); autoriza a abrir o suplementar de 566:226\$610 para despesas do art. 2º da lei 266 de 1894 (decr. 313); autoriza a abrir ao Ministério da Guerra o de 3.000:000\$ para restauração e melhoramentos das fortalezas da Republica (decr. 319); autoriza a abrir o extraordinário de 2.096:135\$872 para despesas por conta da verba — Terras publicas e colonização (decr. 320); autoriza a abrir ao Ministério da Justiça o suplementar de 76:036\$ para despesas da verba — Policia do Districto Federal (decr. 321); autoriza a abrir o suplementar de 19:500\$ á verba 1ª do art. 3º da lei 266 de 1894 (decr. 329); autoriza a abrir o extraordinário de 257:168\$518 para despesas relativas á organização do Hospital de Marinha (decr. 330); autoriza a abrir o suplementar de 819:000\$ á verba 4ª do art. 6º da lei 266 de 1894 (decr. 333); autoriza a abrir o extraordinário de 9:873\$760 para resgate de compromissos das commissões examinadoras da Sociedade Anonyma do Gaz, da fazenda do Ariró e do Laboratorio de Biologia (decr. 334); autoriza a abrir o suplementar de 7.616:993\$250 ao art. 4º da lei 266 de 1894 (decr. 335); autoriza a abrir o especial de 76:000\$ para despesas com a Colonia Correccional de Dois Rios (decr. 337); approva o decr. 2126 de 1895, abrindo o extraordinário de 53:364\$190 para pagamento de despesas com o funeral do marechal Floriano Peixoto (decr. 343); autoriza a abrir parciaes até 14.000:000\$ para despesas extraordinarias com o exercito e corpos patrioticos, no Estado do Rio Grande do Sul (decr. 357); autoriza a abrir o de 6:333\$310 para pagamento do pessoal e expediente da Delegacia de Terras e Colonização, no Estado de Minas Geraes (decr. 366); autoriza a abrir o suplementar de 115:100\$ para despesas da verba — Agencia Central de Imigração (decr. 367); autoriza a abertura de um suplementar de 21:840\$366 á verba

— Exercícios findos (decr. 268); autoriza a abertura do suplementar de 128:828\$500 para despesas com o fabrico de moedas de nickel e bronze (decr. 370); autoriza a abrir o especial de 2.220:000\$ para indemnizar prejuizos consequentes da revolta de 6 de setembro de 1893 (decr. 373); concede o suplementar de 5:716\$129 para pagamento de vencimentos do mestre da officina de coronheiros do Arsenal de Guerra da Capital Federal (decr. 374); autoriza a abrir, á verba — Exercícios findos, um de 350:000\$ para pagar a Galeano y Solato e outros (decr. 375); autoriza a abrir o de 186:467\$680, suplementar a diversas rubricas da lei 360 de 1895 (decr. 377); autoriza a abrir um até a quantia de 300:000\$ para a mudança do Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. 378); autoriza a abrir o de 34:000\$, suplementar á verba 17^a do art. 4^o da lei 360 de 1895 (decr. 386); autoriza a abrir o de 336:018\$428, suplementar á verba 17^a do art. 7^o da lei 360 de 1895 (decr. 387); autoriza a abrir o suplementar de 5.522:847\$682 á verba — Reposições e substituições (decr. 388); autoriza a abrir o suplementar de 7:707\$ á verba — Alfandegas (decr. 389); autoriza a abrir o de 649:644\$863 para pagamento de garantia de juros á Companhia União Sorocabana e Ituana (decr. 393); autoriza a abrir o especial de 23:592\$827 para pagamento de despesas feitas com a execução das leis 266 de 1894 e 348 e 360 de 1895 (decr. 397); autoriza a abrir o de 668:260\$, suplementar a diversas rubricas do orçamento para 1896 (decr. 398); autoriza a abrir o de 661:658\$824 para pagamento á companhia Lloyd Brasileiro (decr. 399); autoriza a abrir o de 6.524:426\$606, suplementar á verba — Exercícios findos (decr. 400); autoriza a abrir o especial de 37:939\$975 para pagamento ao Dr. José Antonio de Pinho Fortes (decr. 406); autoriza a abrir o necessario para pagamento de etapas ao capitão-tenente Tancredo de Castro Jaufré, instructor do Collegio Militar (decr. 414); autoriza a abrir o extraordinario de 200:000\$ para occorrer ás despesas com os estudos da nova capital (decr. 415); autoriza a abrir os necessarios para dar execução á lei que reorganizou o Tribunal de Contas (decr. 420); autoriza a abrir o de 1.115:208\$500 á verba — Exercícios findos (decr. 421); autoriza a abrir o de 2.500:280\$744, suplementar a diversas rubricas do art. 5^o da lei 360 de 1895 (decr. 422); autoriza a abrir o de 1.787:802\$270, suplementar a diversas rubricas do orçamento de 1896 (decr. 423); autoriza a abrir o suplementar de 70:000\$ á verba 13^a do art. 2^o da lei 360 de 1895 (decr. 430); autoriza a abrir um de 88:215\$806, para saldar as despesas com quatro paídes de polvora na ilha do Boqueirão (decr. 432); autoriza a abrir o especial de 21:500\$ para pagamento de vencimentos dos empregados da extincta Agencia Official de Colonização (decr. 437); autoriza a abrir o especial de 111:095\$100 para pagamento de vencimentos dos officiaes que reverteram ao serviço do exercito e da armada (decr. 439); autoriza a abrir o de 14:125\$100, suplementar á verba — Exercícios findos, para pagamento dos empregados das obras do porto do Recife (decr. 440); autoriza a abrir o de 132:809\$998 á rubrica — Exercícios findos (decr. 457); autoriza a abrir o de 380:000\$ para pagamento de vencimentos de magistrados aposentados (decr. 459); autoriza a abrir os de 9:750\$, suplementar á verba 9^a — Ajudas de custo, e de 5:480\$ á verba 29^a — Despesas com os exames de preparatorios

(decr. 466); autoriza a abrir o de 200:000\$, complementar á verba — Hospitales (decr. 467); autoriza a abrir um de 30:000\$, complementar á rubrica 4ª do art. 3º da lei 429 de 1896 (decr. 468); autoriza a abrir o de 94:000\$, complementar á verba — Diligencias policiaes (decr. 469); autoriza a abrir o de 255:757\$119, complementar a diversas verbas (decr. 470); autoriza a abrir o extraordinario de 259:982\$930 para as obras da Fabrica de Polvora da Estrella (decr. 472); approva os na importancia de 4.000:000\$ para as despesas com operações militares na Bahia (decr. 473); autoriza a abrir o de 450:000\$, complementar á verba — Reposições e restituções (decr. 475); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o de 1.447:715\$168, complementar a diversas verbas (decr. 476); autoriza a abrir os extraordinarios, especiaes e supplementares, na importancia de 27.346:149\$845, para pagamento de diversas despesas (decr. 480); autoriza a abrir o complementar de 6:000\$ para completar o pagamento dos vencimentos de 10 bilheteiros da E. de F. Central do Brasil (decr. 481); autoriza a abrir o de 1.388:702\$498 ao Ministerio da Guerra e o de 72:000\$, ao da Fazenda (decr. 482); approva o extraordinario de 13:570\$400, aberto para os funeraes do marechal Carlos Machado Bittencourt (decr. 492); autoriza a abrir o extraordinario de 82:000\$ para pagamento de vencimentos do pessoal addido á Secretaria da Industria (decr. 498); autoriza a abrir o especial de 815:067\$120 para pagamento das indemnizações concedidas a reclamantes italianos (decr. 499); autoriza a abrir o especial de 90:000\$ ao cambio de 27 d. para solver despesas com a missão de limites com a Guyana Franceza (decr. 500); autoriza a abrir o de 17:900\$, complementar á verba 9ª do art. 2º da lei 490 de 1897 (decr. 504); autoriza a abrir o de 100:000\$, complementar á verba 14ª da lei 490 de 1897, para diligencias policiaes (decr. 505); autoriza a abrir o de 127:083\$600, complementar á verba 37ª do art. 2º da lei 490 de 1897 (decr. 507); autoriza a abrir o necessario para pagamento das gratificações do pessoal que compõe os estados-maiores do ministro da Guerra, do ajudante-general e do quartel-mestre general (decr. 517); abre o especial de 100:000\$ destinado ás despesas com a demarcação da fronteira das missões com a Republica Argentina (decr. 519); autoriza a abrir o especial de 100:000\$ para as despesas com a substituição de marcos na fronteira do Brasil com o Peru (decr. 520); autoriza a abrir o de 1:700\$, complementar á verba 10ª do art. 22 da lei 490 de 1897 (decr. 521); autoriza a abrir o extraordinario de 16:608\$440 para pagar vencimentos devidos ao Dr. Arthur Fernandes Campos da Paz (decr. 522); autoriza a abrir o complementar de 330:000\$ á verba — Correios (decr. 527); autoriza a abrir o de 1.098:390\$792 para liquidação de dividas de exercicios findos (decr. 531); autoriza a abrir o especial de 800:000\$ para soccorrer diversos Estados flagellados pela secca (decr. 532); autoriza a abrir o de 15:000\$, complementar ao n. 3 do art. 3º da lei 490 de 1897 (decr. 534); autoriza a abrir o de 21:473\$300 para indemnizar o empreiteiro da E. de F. Central de Pernambuco (decr. 535); autoriza a abrir o de 60:000\$ para obras no Laboratorio Pyrotechnico do Campinho (decr. 540); autoriza a abrir o de 417:204\$778, complementar á verba 14ª do art. 2º da lei 490 de 1897 (decr. 541); autoriza a abrir o de 44:400\$, complementar á verba 6ª do art. 8º da lei 490 de 1897 (decr.

544); autoriza a abrir o extraordinario de 2:499\$990 para pagamento ao capitão do exercito Luiz Bello Lisboa (decr. 545); autoriza a abrir o de 21:000\$, suplementar á verba — Exercícios findos (decr. 547); autoriza a abrir o especial de 7:300\$ para o pagamento do transporte de duas lanchas ao porto de Santos (decr. 548); autoriza a abrir o de 253:077\$840, suplementar ás verbas 8^a, 11^a e 14^a dos arts. 23 e 2^o da lei 490 de 1897 (decr. 549); autoriza a abrir o de 1.770:950\$936, suplementar a diversas verbas (decr. 551); autoriza a abrir o extraordinario de 956\$ para pagamento de etapa ao Dr. João José Duarte Guimarães (decr. 552); autoriza a abrir o de 74:075\$060, suplementar ás verbas 7^a e 16^a do art. 8^o da lei 490 de 1897 (decr. 554); autoriza a abrir o de 964:835\$804 ás verbas 15^a e 16^a do orçamento para 1898 (decr. 555); autoriza a abrir o extraordinario de 27:471\$794 para pagamento a professores da Escola e do Collegio Militar e a dois commandantes de vapores mercantes em comissão (decr. 556); autoriza a abrir o de 7:200\$ para pagamento de empregados addidos á Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 562); autoriza a abrir o de £ 1.098-19-2 para indemnização dos prejuizos causados ao vapor inglez "Staumont" (decr. 563); autoriza a abrir o de 201:231\$100, suplementar a diversas verbas (decr. 564); autoriza a abrir o suplementar necessario ao pagamento de porcentagem aos empregados de repartições arrecadadoras (decr. 567); autoriza a abrir especial para pagamento de varias despesas da secretaria do Senado (decr. 568); autoriza a abrir o extraordinario de 4:200\$ para premio ao alumno José Antonio de Figueiredo Rodrigues (decr. 573); autoriza a abrir um de 260:000\$, suplementar ás verbas 6^a e 7^a do art. 42 da lei 560 de 1898 (decr. 575); autoriza a abrir o de 51:820\$150, suplementar ás verbas 10^a e 11^a do art. 19 da lei 560 de 1898 (decr. 578); autoriza a abrir o de 1:061\$812, suplementar á verba — Exercícios findos (decr. 583); autoriza a abrir o extraordinario de 7:500\$ para pagamento á viuva Mathew Lowrie de serviços prestados pela lancha de sua propriedade ás forças legaes (decr. 590); autoriza a abrir o de 848:175\$055, suplementar á verba 16^a do art. 19 da lei 560 de 1898 (decr. 591); autoriza a abrir o de 21:250\$, suplementar ás verbas 20^a a 22^a do art. 2^o da lei 560 de 1898 (decr. 592); autoriza a abrir o de 28:810\$ para indemnizar a Felipe Maxwell do gado arrebanhado, de sua propriedade, pelas forças legaes (decr. 595); autoriza a abrir os de 2:400\$ e 78.453\$637 e os que forem necesarios para pagamento de magistrados aposentados e revertidos á disponibilidade (decr. 604); autoriza a abrir os necesarios para pagamento das despesas com a recepção do presidente da Republica Argentina (decr. 607); autoriza a abrir o de 1.266:588\$, suplementar á verba 16^a do art. 19 da lei 560 de 1898 (decr. 608); autoriza a abrir o de 50:000\$, suplementar á rubrica 4^a do art. 12 da lei 560 de 1898 (decr. 609); autoriza a abrir o de 39:352\$500, suplementar ás verbas 1^a e 4^a do art. 19 da lei 560 de 1898 (decr. 610); autoriza a transferir para o Ministerio da Fazenda o constante do n. 17 do art. 2^o da lei 560 de 1898 (decr. 616); autoriza a abrir o de 96:946\$911 para liquidar reclamações de diversas legações estrangeiras (decr. 617); autoriza a abrir os especiaes de 13.162:961\$027, \$ 6.442,66 e £ 5.507-12-0 (decr. 622); autoriza a abrir o de 100:000\$, suplementar á verba 14^a — Di-

ligencias policiaes (decr. 623); autoriza a abrir o de 5:950\$, complementar á verba 9ª do art. 2º da lei 560 de 1898 (decr. 638); autoriza a abrir o de 1:616\$935, complementar á verba — Justiça federal (decr. 639); autoriza a abertura dos precisos para as despesas de representação (decr. 647); autoriza a abrir o de 2.977:768\$045 para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. 650); abre o especial de 200:000\$ para as despesas com a demarcação de limites com a Republica Argentina (decr. 653); autoriza a abrir o de 117:920\$509, complementar ás verbas 14ª, 19ª e 31ª da lei 560 de 1898 (decr. 655); autoriza a abrir o extraordinario de 4:200\$ ao cambio de 27 d. para premio ao bacharel José Augusto Barreto de Mello Rocha. (decr. 656); autoriza a abrir o necessario para pagamento dos juizes de direito, nomeados antes da organização judiciaria do respectivo Estado (decr. 657); autoriza a abrir o de 1.206:750\$, destinado a suplementar a verba — E. de F. Central do Brasil (decr. 659); autoriza a abrir o extraordinario de 3:350\$ para pagamento de diarias a que tem direito o capitão reformado do exercito Carlos Augusto Ferreira de Assumpção (decr. 665); autoriza a abrir o extraordinario de 1:666\$666 para pagamento de vencimentos ao major honorario do exercito João Bernardo de Azevedo Coimbra, professor da Escola Militar do Brasil (decr. 666); autoriza a abrir o de 27:000\$, complementar á rubrica — Corpo de Bombeiros, e o extraordinario de 8:000\$ para indemnização ao Dr. João Paulo de Carvalho (decr. 668); autoriza a abrir o de 36:400\$ para pagamento a Antonio Lucio de Medeiros, contractante do supprimento d'agua e da illuminação a gaz aos navios da armada (decr. 670); autoriza a abrir o extraordinario de 4:200\$ ao cambio de 27 d. para prêmio ao Dr. Tito Passos de Almeida Rosas (decr. 671); autoriza a abrir o extraordinario de 880\$645 para pagamento de vencimentos ao preparador da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Ernani Carlos de Almeida Pinto (decr. 672); autoriza a abrir o de 3:252\$, complementar á verba 12ª do art. 2º da lei 652 de 1899 (decr. 673); autoriza a abrir o extraordinario de 6:656\$591 para pagamento ao lente de inglez do Gymnasio Nacional, Alfredo Alexander (decr. 675); autoriza a abrir um especial de 200:000\$ para as despesas com a verificação da nascente do rio Javary (decr. 679); autoriza a abrir o extraordinario de 714:910\$750 para pagamento de trabalhos na fortaleza da Lage (decr. 680); autoriza a abrir o de 12:000\$, complementar á verba 13ª do art. 21 da lei 652 de 1899 (decr. 683); autoriza a abrir o extraordinario de 86:260\$832 para pagamento dos juros garantidos á "Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil" (decr. 684); autoriza a abrir o extraordinario de 17:173\$333 para pagamento de ordenado ao juiz de direito Dinamerico Augusto do Rego Rangel (decr. 691); autoriza a abrir o extraordinario de 35:556\$418 para as despesas com a comissão de estudos da E. de F. de Catalão a Cuyabá (decr. 692); autoriza a abrir o extraordinario de 17:703\$894 para pagamento de vencimentos de tres fieis de armazem da Alfandega do Pará (decr. 697); autoriza a abrir o extraordinario de 832:252\$ para indemnização a Joaquim da Silva Garcez, ex-porteiro do Pedagogium (decr. 699); autoriza a abrir o de 80:000\$, complementar á verba 14ª do art. 2º da lei 652 de 1899 (decr. 702); autoriza a abrir o especial de 1:020\$ para liquidação de compromissos com o transporte de immigrantes da

Europa (decr. 705); autoriza a abrir o de 80:000\$, complementar ao art. 7º, n. 7, da lei 652 de 1899 (decr. 706); autoriza a abrir, até a quantia de 1.000:000\$, para socorrer as populações flagelladas pela secca (decr. 707); autoriza a abrir o extraordinario de 17:164\$517 para pagamento ao capitão de fragata Alfredo Augusto de Lima Barros e outros, professores do Collegio Militar desta capital (decr. 712); autoriza a abrir o especial de 4:978\$064 para pagamento do encarregado da guarda e conservação da fazenda Dois Rios, José Joaquim Raymundo Sobrinho (decr. 720); autoriza a abrir o especial de 2:400\$ para pagamento de ordenado ao ex-secretario do Arsenal da Bahia, Odorico Carneiro Ribeiro (decr. 722); autoriza a abrir o especial de 300:000\$ para reforçar o que foi aberto pelo decr. 3528 de 1899 (decr. 723); autoriza a abrir o extraordinario de 1:400\$ para pagamento ao bacharel Maximino de Araujo Maciel de gratificação que deixou de receber como professor do Collegio Militar (decr. 724); autoriza a abrir o especial de 834\$676 para pagamento de vencimentos do escrevente juramentado do Juizo Federal, Antonio Rodrigues Gonçalves de Macedo (decr. 725); autoriza a abrir o especial de 308:825\$121 para liquidação de contas de 1899 (decr. 728); autoriza a abrir o necessario para pagamento ao almirante Jeronymo Francisco Gonçalves de differença de vencimentos (decr. 729); autoriza a abrir o de 1.778:353\$, complementar á verba 11ª do art. 17 da lei 652 de 1899 (decr. 730); autoriza a abrir o extraordinario de 5:419\$720 para pagamento ao 1º tenente da armada, Nelson de Vasconcellos e Almeida, de vencimentos como professor do Collegio Militar (decr. 734); autoriza a abrir o especial de 9:138\$ para pagamento a Severino Tossas Nunes de restituição de pedagio sobre a ponte Vaccahy, na E. de F. de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 735); autoriza a abrir o de 77:247\$080 para pagamento de material fornecido á Casa da Moeda (decr. 736); autoriza a abrir o especial de 4:222\$220 para pagamento de vencimentos a Manoel Antonio Fernandes Trigo de Loureiro, ex-inspector da Caixa de Amortização (decr. 737); autoriza a abrir o de 600:000\$, complementar ao art. 43, § 2º, da lei 652 de 1899 (decr. 738); autoriza a abrir o de 3:550\$, complementar á verba 9ª do art. 2º da lei 652 de 1899 (decr. 739); autoriza a abrir o de 3:117\$194, complementar á verba 26ª do art. 2º da lei 652 de 1899 (decr. 740); autoriza a abrir o de 1.699:730\$376, papel, e 28:547\$434, ouro, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. 742); autoriza a abrir o especial de 497:778\$, ouro, e 350:000\$, papel, para pagamento da ultima prestação do couraçado "Floirion" de outras encomendas e de obras no cruzador "Trajano" (decr. 743); autoriza a abrir o necessario para pagamento de ordenado a Francisco de Paula Albuquerque Maranhão, ex-conferente da Alfandega do Ceará (decr. 744); autoriza a abrir o de 2.912:675\$525, complementar á verba 17ª do art. 21 da lei 652 de 1899 (decr. 749); autoriza a abrir o de 287:894\$920, complementar ao autorizado pelo decr. legislativo 622 de 1899 (decr. 750); autoriza a abrir os de francos 220.555 e 11.792 para pagamento de saldos de contas e indemnizações devidos ao Telegrapho Oriental (decr. 751); autoriza a abrir o de 4:000\$ para despesas com o material da secretaria e o que for preciso para as obras de conservação e segurança do predio em que funciona a Camara dos Deputados (decr. 752).

Crimes — Regula o processo e julgamento do Presidente da Republica e dos ministros de Estado nos communs (decr. 27); promulga a lei sobre os de responsabilidade do Presidente da Republica (decr. 30); providencia sobre a penalidade e processo dos de furto de productos da lavoura e industria (decr. 121); providencia sobre o julgamento dos de moeda falsa, contrabando e outros qualificados nos arts. 221 a 223 e outros do codigo penal (decr. 515).

Criminosos — Regula a extradição de entre os Estados (decr. 39); approva a convenção firmada entre o Brasil e os Paizes Baixos para a extradição de (decr. 502); approva o tratado entre o Brasil e o Chile para a extradição de (decr. 602).

Cruzador — Ver Creditos.

Curso — Creação de um de nautica, no Estado do Pará (decr. 102); manda conferir aos officiaes alumnos da Escola Militar do Brasil, que concluirem o de engenharia, os mesmos titulos scientificos passados aos que o fizeram pelo regulamento de 1894 (decr. 731).

Custas — Dá aos secretarios da Côrte de Appellação e do Tribunal Civil e Criminal o direito de as perceber (decr. 77); autoriza a rever o regimento de judiciarias (decr. 225); dispõe sobre judiciarias (decr. 539).

Custelo — Ver Officinas.

D

Data — Ver Eleições.

Debates — Ver Creditos.

"Debentures" — Regula a emissão de emprestimos em obrigações (decr. 177 A).

Declaração — Do estado de sitio até 31 de agosto de 1894 (decr. 201).

Decretação — Do estado de sitio por espaço de 10 dias (decr. 172).

Decretos — Manda que continuem em vigor as disposições do de s. 3463 de 1883 (decr. 21); torna extensiva aos officiaes do exercito e da armada, eleitos membros dos congressos dos Estados, a disposição do art. 1º do de n. 1388 de 1891 (decr. 34); approva os actos praticados pelo Poder Executivo e constantes dos de 10 e 12 de abril de 1892 (decr. 72 A); approva os de ns. 1594 A, 1594 B, 1594 C, 1682, 1687 e 1688 de 1894 (decr. 214); faz extensivas aos arsenaes de guerra dos Estados as disposições do de n. 157 de 1893 (decr. 292); annulla os de ns. 3128 e 3129 de 1898 (decr. 653).

Definição — Dos direitos autoraes (decr. 496).

Delegacias — Crea fiscaes nos Estados do Pará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul (decr. 358); autoriza a abertura do credito de 6:333\$310 para pagamento do pessoal e expediente da de Terras e Colonização, em Minas Geraes (decreto 366).

Demarcação — Ver Despezas.

Demolição — Autoriza a dos armazens da Alfandega de Santos, situados na praça Antonio Telles (decr. 615).

Denuncia — Ver Acção.

Depósitos — Declara que os bancos nacionaes de não estão sujeitos ao de que trata o art. 19 da lei 559 de 1898 (decr. 589).

Deputados — Ver Ajudas de custo — Eleições — Subsídios.

Derogação — Da disposição do § 2º do art. 3º da lei 354 de 1895 (decr. 566).

Desastre — Ver Despesas.

Designação — Da data da eleição para deputados e para a renovação do terço do Senado (decr. 620).

Desobstrução — Autoriza a prorogar o prazo para a do rio das Velhas (decr. 118).

Despesas — Manda que a família de Benjamin Constant seja indemnizada das feitas com a locação da casa em que falleceu o mesmo Benjamin Constant (decr. 6); fixa a geral da Republica para o exercicio de 1892 (lei 26); autoriza o pagamento da de 408:622\$821 a Antonio de Alcantara Fonseca Guimarães pela verba — Exercícios findos (decr. 65); autoriza a abertura do credito supplementar para pagamento das com o augmento de vencimentos dos telegraphistas (decr. 70); approva a feita com a mudança do Museu Nacional (decr. 88); autoriza a abertura de creditos na importancia de 3.471:209\$214 para occorrer a diversas do Ministerio da Marinha (decr. 89); autoriza a abrir um credito de 160:000\$ para do Ministerio das Relações Exteriores (decr. 92); autoriza a abertura do credito de 9:425\$144 para indemnizar Augusto Francisco Maria Glaziou de feitas no jardim da praça da Republica em 1883 (decr. 106); autoriza a despender até 400:000\$ para a ligação da estrada de ferro no Estado da Bahia entre as estradas Central e S. Francisco e S. Francisco e Jacú (decr. 111); autoriza a da quantia necessaria com lazaretos nos Estados de Matto Grosso, Bahia, Pernambuco e Pará (decr. 122); autoriza a abertura do credito de 267:041\$600, no exercicio de 1892, para que o Ministerio da Marinha satisfaça o pagamento das realizadas com as occurrencias de Matto Grosso e o desastre do encouraçado "Solimões" (decr. 124); fixa a para o exercicio de 1893 (decr. 126 B); autoriza a da quantia de 12.000:000\$ com a reforma do batalhão naval (decr. 140); autoriza a da quantia de 18.000:000\$ com a substituição do armamento do exercito (decr. 141); autoriza a abertura do credito necessario para as de instalação de um externato ou Gymnasio Nacional na cidade de Campanha (decr. 142); autoriza a abertura dos creditos de 12:917\$174 para pagamento de feitas em Santa Catharina, por conta da verba — Soccorros publicos, em 1891, e de 2:000\$ para o pagamento da com os vencimentos do continuo da Camara dos Deputados, Luiz Ferreira de Barros (decr. 160); autoriza a abrir um credito extraordinario de 1.200:000\$ para as com os serviços a cargo dos Estados do Piahy, Parahyba e Goyaz (decr. 173 A); autoriza a abrir creditos supplementares ás verbas — Aposentados — Ajudas de custo — e — eventuaes, do Ministerio da Fazenda (decr. 183 D); autoriza a abertura do credito extraordinario de 265:980\$ para as da Directoria Sanitaria, do Laboratorio Bacteriologico e dos hospitaes de isolamento (decr. 185); fixa a geral da Republica para o exercicio de 1894 (lei 191 B); autoriza a abertura do credito supplementar de 32:150\$ para as do pessoal e material dos pharões em construcção (decr. 195); autoriza a abrir um credito extraordinario de 25.500:000\$ para occorrer ás do Ministerio da Guerra (decr. 234); abre o credito de 1.462:000\$ para diversas (decr. 236); approva o credito supplementar de 1.420:580\$833 á verba — Caixa de Amortização, para as com encomendas e assignaturas de notas (decr. 243); autoriza a abrir o credito extraordinario de 800:000\$ para as com a rece-

pção dos officiaes orientaes (decr. 245); autoriza a abrir o credito extraordinario de 200:000\$ para as com a demarcação da fronteira entre o Brasil e a Bolivia (decr. 252); autoriza a abrir o credito supplementar de 474:734\$905 para as com a policia no exercicio de 1894 (decr. 254); autoriza a abrir um credito de 731:580\$ para as com obras urgentes em estabelecimentos militares (decr. 262); fixa a para o exercicio de 1895 (decr. 266); autoriza a até a quantia de 25:000\$ com o estabelecimento de um pharol em Macapá (decr. 274); autoriza a abrir o credito supplementar de 600:000\$ para as com a verba 38ª do orçamento vigente (decr. 286); autoriza a abrir um credito supplementar de 4.516:323\$080 para pagamento de do orçamento de 1893 (decr. 287); autoriza a abrir o credito extraordinario de 398:486\$840 para pagamento de com a colonização no Rio Grande do Sul, em 1893 (decr. 290); autoriza a abrir o credito supplementar de 7.905:410\$565 para as com diversas rubricas do Ministerio da Guerra (decr. 297); autoriza a abrir o credito supplementar de 44:826\$423 ao Ministerio da Justiça para pagamento de no exercicio de 1894 (decr. 306); autoriza a abrir o credito supplementar de 28:000\$ para as da Caixa de Amortização (decr. 307); autoriza a abrir o credito extraordinario de 2.096:135\$872 para as por conta da verba — Terras publicas e colonizações (decr. 320); autoriza a abrir o credito supplementar de 76:036\$ para as com a policia do Districto Federal (decr. 321); autoriza a abrir o credito extraordinario de 257:168\$518 para diversas com a organização do Hospital de Marinha (decr. 330); autoriza a abrir o credito especial de 76:000\$ para pagamento das com a Colonia Correccional de Dois Rios (decr. 337); approva o decr. 2126 de 1890, abrindo o credito extraordinario de 53:364\$190 para pagamento de com o funeral do marechal Floriano Peixoto (decr. 343); autoriza a abrir creditos parciaes até 14.000:000\$ para extraordinarias com o exercito e corpos patrioticos, no Estado do Rio Grande do Sul (decr. 357); fixa a geral para o exercicio de 1896 (lei 360); autoriza a abertura do credito supplementar de 115:100\$ para as da verba — Agencia Central de Imмиграção (decr. 367); autoriza a abertura de um credito supplementar de 21:840\$366 para as com o serviço quarentenario de Santa Catharina em 1893 (decr. 368); autoriza a abertura do credito supplementar de 128:828\$500 para as com o fabrico de moedas de nickel e bronze (decr. 370); autoriza a abrir o credito especial de 23:592\$827 para pagamento das feitas com a execução das leis 266 de 1894 e 348 e 360 de 1895 (decr. 397); autoriza a abrir o credito extraordinario de 200:000\$ para as com a continuação dos estudos da nova capital (decr. 415); fixa a geral para o exercicio de 1897 (lei 429); autoriza a abrir um credito de 88:215\$806 para saldar as feitas com a construção de quatro paíões de polvora na ilha do Boqueirão (decreto 432); autoriza a abrir o credito de 5:480\$ para as com os exames de preparatorios (decr. 466); approva os creditos na importancia de 4.000:000\$. para as com operações militares na Bahia (decr. 473); autoriza a abrir os creditos na importancia de 27.346:149\$845 para pagamento de pertencentes ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas (decr. 480); fixa a geral para o exercicio de 1898 (lei 490); autoriza a abrir o credito especial de 90:000\$ ao cambio de 27 d. para solver as com a missão encarregada de limites com a Guyana Franceza (decr. 500); autoriza a abrir o credito especial de 100:000\$

destinado ás com a demarcação da fronteira das Missões com a Republica Argentina (decr. 519); autoriza a abrir o credito de 100:000\$ para occorrer ás com a substituição dos marcos na fronteira do Brasil com o Perú (decr. 520); fixa a geral para o exercicio de 1899 (lei 560); autoriza a abrir credito especial para pagamento de varias da secretaria do Senado (decr. 568); autoriza a abrir os necessarios creditos para pagamento das feitas com a recepção do presidente da Republica Argentina (decreto 607); autoriza a abertura dos creditos precisos para as de representação (decr. 647); fixa a geral da Republica para o exercicio de 1900 (lei 652); abre o credito especial de 200:000\$ destinado ás com a demarcação de limites com a Republica Argentina (decr. 653); autoriza a abrir um credito especial de 200:000\$ para as com a verificação da nascente do rio Javary (decr. 679); autoriza a abrir o credito extraordinario de 35:556\$418 para pagamento das com a commissão de estudos da E. de F. de Catalão a Cuyabá (decr. 692); fixa a geral para o exercicio de 1901 (lei 746) — Ver Creditos — Exames — Orçamento — Populações.

Destino — Ver Proprios nacionaes.

Diarias — Abre o credito extraordinario de 3:350\$ para pagamento de a que tem direito o capitão reformado do exercito Carlos Augusto Ferreira da Assumpção (decr. 665).

"Diario Official" — Augmenta de 40 % os vencimentos e salarios do pessoal do (decr. 125).

Differenças — Ver Meio Soldo — Soldo.

Diligencias policiaes — Autoriza a abrir o credito de 94:000\$, supplementar á verba (decr. 469); autoriza a abrir o credito de 100:000\$, supplementar á verba (decr. 505); autoriza a abrir o credito de 100:000\$, supplementar á verba (decr. 623); autoriza a abrir o credito de 80:000\$, supplementar á verba (decr. 702).

Diplomas — Reconhece como de caracter official os conferidos pelas Escola Polytechnica de S. Paulo e Escola de Engenharia de Porto Alegre (decr. 727).

Directoria Geral dos Correios — Autoriza a rever o regulamento da (decr. 272 B).

Directoria Sanitaria — Ver Despezas.

Direito — Reconhece a DD. Paulina Huet Bacellar Pinto Guedes e outra o á percepção de meio soldo (decr. 58); concede á D. Adelaide de Telles Pires, o á percepção do soldo integral que cabia ao seu marido, Antonio Telles Pires, capitão de artilharia (decr. 68); dá aos secretarios da Côte de Appellação e do Tribunal Civil e Criminal o de perceber custas (decr. 77).

Direitos — Autoriza a concessão á Sociedade Academica do Commercio de Juiz de Fóra de isenção dos de importação (decr. 7); concede isenção de para os materiaes importados para a installação de luz electrica em S. Carlos (decr. 42); concede isenção de ao materjal importado para illuminação a gaz da capital do Pará (decr. 43); autoriza a isenção de para o material destinado ao monumento de 2 de julho de 1823 (decr. 44); garante os já adquiridos por empregados vitalicios e aposentados (decr. 44 B); concede isenção dos de importação para materiaes e preparamos do Hospital da Misericórdia da capital do Pará (decr. 47); manda isentar dos aduaneiros cinco altares, pertenças e imagens, destinados á matriz da freguezia da Lagoa (decr. 158 B); define quaes os de que é livre o commercio de cabotagem (decr. 410); define e garante os autoraes (decr. 496); isenta dos de

importação o material metallico para o abastecimento d'agua á cidade de Macahé (decr. 565); determina as condições de perda e reacquirição dos politicos (decr. 569); isenta de aduaneiros dois volumes importados pelo pintor Victor Meirelles de Lima para o panorama do descobrimento do Brasil (decr. 619); isenta, de quaesquer, um regulador para a torre da matriz de Uberaba e as camas e trens de cozinha para o Hospital de Caridade de Florianopolis (decr. 661); autoriza a dispensar os do material metallico da empresa "Parahyba Water Company" e os do material de ensino para o Collegio de S. José de Lages, em Santa Catharina (decr. 662) — Ver Impostos.

Disciplina — Declara que, naquillo que não for contrario aos principios da militar, o art. 7º da lei 560 de 1898 é comprehensivo dos lentes substitutos e professores dos estabelecimentos militares de ensino dependentes do Ministerio da Guerra (decr. 356).

Discriminação — Estabelece as regras a que deve obedecer a das taxas de sello (decr. 585).

Dispensa — De concurso os adjuntos do serviço sanitario do exercito (decr. 148); autoriza a conceder aos officiaes e praças do exercito, que requererem matricula nos institutos de ensino militar, a de idade exigida (decr. 667).

Disponibilidade — Considera em o juiz de direito Augusto Carlos de Amorim Garcia (decr. 210); autoriza a abrir o credito de 380:000\$ para pagamento de vencimentos dos magistrados aposentados e readmittidos á (decr. 459).

Disposições — Manda que continuem em vigor as do decr. 3463 de 1883 (decr. 21); torna extensiva aos officiaes do exercito e da armada, eleitos membros dos congressos dos Estados, a do art. 1º do decr. 1388 de 1891 (decr. 34); altera as do art. 3º da lei 35 de 1892 (decr. 69); faz extensivas a todos os officiaes reformados de accôrdo com o decr. 193 A de 1890 as do decr. legislativo 18 de 1891 (decr. 216); estende as do decr. 206 de 1894 aos alumnos de todas as escolas militares (decr. 220); approva o codigo das communis ás instituições de ensino (decr. 230); altera as relativas á organização do Conselho Municipal (decr. 248); faz extensivas aos arsenaes de guerra dos Estados as do decr. 157 de 1893 decr. 292); exclue da do art. 5º, § 2º, c, do decr. 2304 de 1896 as companhias de navegação de costea-gem (decr. 405); manda observar nas eleições federaes a do art. 6º da lei 248 de 1894 (decr. 426); declara não attingirem aos alumnos da Escola Polytechnica, matriculados sob o regimen do regulamento de 1874, as da consolidação que baixou com o aviso de 30 de março de 1890, e torna extensivo aos da Escola Naval o favor concedido pelo decr. 450 de 1897 aos das escolas militares e de Minas (decr. 516); altera a do § 1º e deroga a do § 2º do art. 3º da lei 354 de 1895 (decr. 566); altera varias da tarifa das alfandegas e mesas de rendas (decr. 651).

Districto Federal — Estabelece a organização do (lei 85); regula as férias no (decr. 546).

Districtos — Divide os Estados em eleitoraes (decr. 153).

Dividas — Autoriza a abertura de credito para a liquidação das de exercicios findos (decr. 36); perdôa a D. Rosalina Pires de Bittencourt Barcellos a contrahida por seu fallecido marido, Dr. Israel Rodrigues Barcellos (decr. 99 A); declara extincta a do coronel do exercito Wenceslão Freire de Carvalho (decr.

369); autoriza a abrir o credito supplementar de 5.522:847\$682 para pagamento da para com o Estado de S. Paulo (decr. 388); autoriza a abrir o credito de 6.524:426\$606, supplementar á verba — Exercicios findos, para pagamento das de exercicios findos (decr. 400); autoriza a abrir o credito de 1.098:390\$792 para liquidação das de exercicios findos (decr. 531); releva a de 3:000\$ contrahida pelo coronel Pedro Nunes Baptista Ferreira Tamarindo (decr. 605); declara remidas as deixadas pelos officiaes e praças que pereceram na campanha de Canudos (decr. 611); concede o perdão dos premios da em que ficou alcançado o ex-collector João Paulo de Lacerda (decr. 642); autoriza a abrir o credito de 2.979:768\$045 para pagamento das de exercicios findos (decr. 650); autoriza a abrir o credito de, 1.699:730\$376, papel, e 28:547\$434, ouro, para pagamento das de exercicios findos (decr. 742).

Divisão — Dos Estados em districtos eleitoraes (decr. 153).

Doações — Concede isenção de impostos para as feitas á Sociedade Amante da Instrução, ao Lyceu de Artes e Officios e ao Collegio dos Orphãos de S. Joaquim (decr. 46).

Dotação — Concede a José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco a annual de 24:000\$ (decr. 754).

E

Edade — Sanciona a resolução que regula a para reforma voluntaria ou compulsoria dos officiaes do exercito (decr. 18); autoriza a relevar o excesso de do ex-alumno da Escola Naval, Roberto de Barros (decr. 528); autoriza a conceder aos officiaes e praças do exercito, que requerem matricula nos institutos de ensino militar, dispensa da exigida (decr. 667).

Edificio — Ver Permuta.

Effectividade — Ver Postos.

Effectos — Manda cessar os da reforma do capitão João José de Oliva Freitas (decr. 86); autoriza a mandar contar ao 1º tenente reformado Joaquim de Oliveira Fernandes, para os da jubilação no lugar de professor do Externato do Gymnasio Nacional, o tempo que serviu no exercito (decr. 238).

Eleições — Estabelece o processo para as federaes (decr. 35); addita providencias relativas ás federaes para membros do Congresso Nacional e para Presidente e Vice-Presidente da Republica (decr. 184); regula o processo para as de que trata o art. 83 da lei 85, de 1892 (decr. 248); regula o processo de apuração na de Presidente e Vice-Presidente da Republica (decr. 374); fixa o dia em que se deverão proceder ás para os cargos de senador e deputado (decr. 380); adia, para 30 de dezembro de 1896, as federaes para senadores e deputados, no triennio de 1897 a 1899 (decr. 411); manda observar nas federaes o disposto no art. 6º da lei 248 de 1894 (decr. 426); designa a data das para deputados e para a renovação do terço do Senado (decr. 620).

Elevação — A 100\$, por mez, da pensão concedida á D. Maria Josephina Pereira Pinto de Andrade (decr. 45 A); do capital da "Ceará Harbour Corporation, Limited" a 4.874:000\$ (lei 48); de patrões arvorados á categoria de terceiros patrões do Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. 129); á quantia de 300\$ mensaes da pensão concedida á D. Maria Gertrudes da Motta

Vieira da Silva, repartidamente com sua filha (decr. 156); á categoria de alfandega de 4.^a ordem da Mesa de Rendas de Pelotas (decr. 361); á categoria de alfandega da Mesa de Rendas de Caravellas (decr. 495); da pensão mensal de 60\$, concedida á D. Amelia Rosa da Fonseca Amaral (decr. 745).

Embarcações. — Ver **Patrões-móres**.

Embarque. — Ver **Tempo**.

Emissão. — Regula a de empréstimos em obrigações ao portador — “debentures” (decr. 177 A).

Empregados. — Torna extensivo aos das secretarias do Senado e da Camara o montepio creado pelo decr. 942 A de 31 de outubro de 1890 (decr. 3); garante os direitos adquiridos por vitalícios (lei 44 B); regula o numero e os vencimentos dos das repartições de saúde dos portos (decr. 198); promulga a resolução que autoriza a abrir o credito necessario para pagamento de vencimentos dos das secretarias das duas camaras (decr. 223); augmenta os vencimentos dos da E. de F. Central do Brasil (decr. 268); abre o credito extraordinario de 3:600\$ para pagamento de vencimentos a da Bibliotheca Nacional em 1894 (decr. 295); autoriza a abrir o credito de 14:125\$100, supplementar á verba — Exercícios findos, para pagamento dos das obras do porto do Recife (decr. 440); autoriza a abrir o credito de 21:000\$, supplementar á verba — Exercícios findos, para pagamento de ajudas de custo aos de fazenda (decr. 547); autoriza a abrir o credito de 7:200\$ para pagamento de vencimentos aos addidos á Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 562); autoriza a abrir o credito supplementar necessario para pagamento de porcentagens aos de repartições arrecadadoras (decr. 567).

Empregos. — De officiaes e praças do exercito no estudo e construção da E. de F. de Catalão a Cuyabá (decr. 183); autoriza a aposentar o engenheiro civil Adolpho Dilermando de Aguiar, no immediato ao de director da E. de F. de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 491).

Empréstimos. — Regula a emissão de em obrigações ao portador “debentures” (decr. 177 A); autoriza o de 4.000:000\$ aos Estados do Paraná e Santa Catharina, repartidamente (decr. 270); autoriza auxillar a municipalidade do Districto Federal, com um da quantia de 3.700:000\$ (decr. 352).

Emprezas. — Autoriza a conceder á Industrial de Melhoramentos no Brasil privilegio para a construção, uso e gozo de um ramal da E. de F. de S. Francisco Xavier a Commercio (decr. 132); isenta dos impostos de importação, as que se produzem á exploração do carvão de pedra (decr. 275).

Encarregados. — Ver **Legações**.

Encomendas. — Approva o accôrdo sobre permutação de postaes entre o Brasil e Portugal (decr. 536); approva os ajustes e o accôrdo sobre a permuta de com valor declarado, firmados em Washington a 15 de junho de 1897 (decr. 537) — Ver **Notas**.

Engenheiros. — Dá novo regulamento ao corpo de navaes (decr. 105); suspende, quanto aos navaes, a reforma compulsoria (decr. 523).

Ensino. — Ver **Creditos** — **Estabelecimentos militares**.

Entrada. — Permite a livre de immigrants de nacionalidade chinesa e japoneza (decr. 97).

Equiparação. — Autoriza a dos primeiros e segundos patrões do Arsenal de Guerra da Capital Federal aos machinistas do mes-

mo arsenal e dos vencimentos dos machinistas das lanchas aos machinistas de igual categoria do Arsenal de Marinha (decr. 129).

Erecção — Ver Estatua.

Escolas — Manda abonar aos officiaes alumnos das militares todos os vencimentos (decr. 33); crea uma de machinistas no Estado do Pará (decr. 101); autoriza a conceder licença para matricular-se na Militar de Porto Alegre ao alferes do 12º batalhão de infantaria, Joaquim Pereira de Macedo Couto Sobrinho (decr. 129 A); abona as faltas dadas, na Naval, pelo capitão de fragata Dr. João Nepomuceno Baptista, lente da cadeira de physica (decr. 130); autoriza a considerar como approvados os alumnos das Militar e Naval que tiverem frequentado com aproveitamento as aulas até 6 de setembro de 1893 (decr. 206); crea uma de aprendizes marinheiros em Alagoas (decr. 207 B); estende as disposições do decr. 206 de 1894 aos alumnos de todas as militares (decr. 220); autoriza a reformar os estatutos da Polytechnica (decr. 364); permite transferencia aos alumnos das Polytechnica, de Minas e Militar (decr. 450); declara não attingirem aos alumnos da Polytechnica, matriculados sob o regimen do regulamento de 1874, as disposições da consolidação que baixou com o aviso de 30 de março de 1898, e torna extensivo aos alumnos da Naval o favor concedido pelo decr. 450 de 1897 aos alumnos da Militar e de Minas (decr. 516); manda considerar validos, na Polytechnica e vice-versa, os exames prestados na Militar (decr. 621); autoriza a prorogar o praso para a realização de exames parciaes do curso preparatorio para a matricula nas de ensino superior (decr. 694); reconhece como de character official os diplomas conferidos pelas Polytechnica de S. Paulo e de Engenharia de Porto Alegre (decr. 727) — **Ver Vencimentos.**

Escolha — Declara de livre do governo, diversos cargos de repartições de fazenda (decr. 358).

Escrivães — Ver Custas — Vencimentos.

Esgotos — Ver Serviços — Taxas.

Esquadra legal — Ver Navios — Tempo.

Estabelecimento — De incompatibilidade entre os cargos federaes e estaduaes (decr. 28); do processo para eleições federaes (decr. 35); da organização do Districto Federal (lei 85); fixa os casos de competencia dos poderes federaes e estaduaes para resolverem sobre o de vias de comunicação fluviaes ou terrestres (decr. 109); de uma alfandega na capital de S. Paulo e outra em Juiz de Fôra (decr. 149 A); autoriza a despendar até á quantia de 25:000\$ com o de um pharol em Macapá (decr. 274); de regras a que deve obedecer a discriminação das taxas de sello (decr. 585); approva o tratado para o fim de completar o da linha divisoria entre o Brasil e a Argentina (decr. 587); autoriza a conceder privilegio ao Dr. Pedro de Souto Mayor para o de um plano de navegação a vapor no rio Madeira (decr. 594); do processo de arrecadação dos impostos de consumo (lei 641) — **Ver Obras.**

Estabelecimentos militares — Autoriza a reorganização dos de ensino (decr. 463).

Estado — Decreta o de sitio por espaço de 10 dias (decr. 172); declara o de sitio até 31 de agosto de 1894 (decr. 201); crea o maior do exercito (decr. 403); declara em de sitio o território do Districto Federal e o da comarca de Nietheroy (decr. 456).

Estados-maiores — Organiza os do Presidente da Republica, do ministro da Guerra, do ajudante-general e do quartel-mestre general do exercito (decr. 232); autoriza a abrir o necessario credito para pagamento das gratificações do pessoal dos do ministro da Guerra, do ajudante-general e do quartel-mestre general (decr. 517).

Estampilhas — Autoriza a venda a praso das necessarias para a sellagem de mercadorias attingidas, pelos impostos de consumo (decr. 580) — **VerCodigo — Falsificação.**

Estatua — Manda erigir uma do marechal Deodoro da Fonseca (decr. 200).

Estatutos — Autoriza a reforma dos da Escola Polytechnica (decr. 364).

Estrada de Ferro Central do Brasil — Autoriza a abertura de um credito supplementar de 5.674:579\$518 para os serviços da (decr. 84); augmenta os vencimentos dos empregados da (decr. 268); autoriza a abrir o credito supplementar de 6:000\$ para completar o pagamento de vencimentos de 10 bilheteiros da (decr. 481); autoriza a alienar as sobras dos immoveis adquiridos para melhoramentos da, entre Central e S. Diogo (decr. 704).

Estradas de ferro — Autoriza a abertura de um credito supplementar de £ 33.826-0-0 para conclusão das obras do prolongamento da do Sobral (decr. 103); autoriza a despendar até 400:000\$ para a ligação da no Estado da Bahia, entre as Central e S. Francisco e S. Francisco e Jacú (decr. 111); autoriza a conceder á Empreza Industrial de Melhoramentos no Brasil privilegio para a construcção, uso e gozo de uma de S. Francisco Xavier a Commercio (decr. 132); autoriza a conceder á Companhia de E. de F. e Minas de S. Jeronymo prorrogação de praso para a construcção de (decr. 133); manda empregar officiaes e praças do exercito no estudo e construcção da de Catalão a Cuyabá (decr. 183); autoriza a alterar o traçado da 1ª secção da Central Alagoana (decr. 192); proroga os prazos para a construcção da de Alcobaça á Praia da Rainha (decr. 211); proroga o praso para a construcção da de Ribeirão a Bonito (decr. 212); proroga os prazos para a conclusão das obras das de Aracaju a Simão Dias, Tamandaré a Barra, Catalão a Palmas e Caxias a Cajazeiras (decr. 271); proroga o praso para início dos trabalhos de construcção da de Caxias ao Araguaya (decr. 277); approva o regulamento annexo ao (decr. 2043 de 1895, na parte que eleva os vencimentos e crea novos empregos na de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 344); proroga o praso concedido á Nordeste do Brasil para o começo dos seus trabalhos (decr. s/n de 19 de junho de 1895); proroga o praso para a construcção da do Natal ao Ceará-mirim (decr. s/n de 19 de junho de 1895); proroga o praso concedido á Leopoldina para a conclusão das obras da linha de Santo Eduardo a Cachoeiro do Itapemerim (decr. 362); autoriza a prorogar o praso concedido para as que já houverem completado os estudos ou iniciado a construcção (decr. 385); autoriza a abrir o credito de 1.115:208\$500, supplementar á verba — Exercícios findos, para pagamento de igual somma devida pela de Baturité (decr. 421); autoriza a mandar pagar ao empreiteiro da do Porto de Cima a Figueira do Braço a quantia de 18:973\$280 (decr. 572); autoriza a abrir o credito extraordinario de 35:556\$418 para as despesas com a de Catalão a Cuyabá (decr. 692); autoriza a conceder á de Araraquara a constru-

ção, uso e gozo de uma de S. José do Rio Preto a Cuyabá (decr. 748) — Ver Contas — Garantia.

Estudos — Autoriza a abrir o credito extraordinario de 200:000\$ para as despesas com a continuação dos da nova capital (decr. 415); autoriza a conceder aos alumnos e ex-alumnos que tiverem excedido o praso regulamentar mais um anno para terminarem os preparatorios (decr. 667); autoriza a abrir o credito extraordinario de 35:556\$418 para pagamento das despesas com a commissão de da E. de F. de Catalão a Cuyabá (decr. 692).

Etapas — Regula a dos officiaes effectivos e praças do exercito e da armada (decr. 247); autoriza a abrir o credito necessario para pagamento de ao capitão-tenente Tancredo de Castro Jaufret, instructor do Collegio Militar (decr. 414); autoriza a mandar pagar as devidas aos patrões, machinistas, foguistas e remadores da Intendencia Geral da Guerra e dos arsenaes de guerra do Rio Grande e Matto Grosso (decr. 690); autoriza a abrir o credito de 1.778:353\$, supplementar á verba (decr. 730).

Eventuaes — Ver Creditos.

Exames — Manda admittir a de generalidades os que os requererem e a finais os habilitados naquelles (decr. 206); autoriza a abrir o credito de 5:480\$ para despesas com os de preparatorios (decr. 466); manda considerar validos na Escola Polytechnica e vice-versa os prestados na Escola Militar (decr. 621); autoriza a prorogar o praso para a realização de parciaes de preparatorios (decr. 694); autoriza a abrir o credito supplementar de 3:117\$194 para despesas com os de preparatorios (decr. 740).

Excesso — Autoriza a relevar o de idade do ex-alumno da Escola Naval Roberto de Barros (decr. 528).

Exclusão — Da disposição do art. 5º, § 2º, "c", do decr. 2304 de 1896 ás companhias de navegação de costeagem que tinham contracto anterior (decr. 405).

Execução — Autoriza a abrir o credito especial de 23:592\$827 para pagamento das despesas com a das leis 266 de 1894 e 348 e 36 de 1895 (decr. 397); autoriza a abrir os creditos necessarios para a da lei que reorganizou o Tribunal de Contas (decr. 420); autoriza a fazer as necessarias operações de credito para a das sentenças passadas em julgado (decr. 597); autoriza a fazer as necessarias operações de credito para a das sentenças passadas em julgado (decr. 686).

Exercício — Approva a convenção celebrada entre o Brasil e o Chile sobre o das profissões liberaes (decr. 494); approva a convenção para o de profissões liberaes entre o Brasil e a Bolivia (decr. 600).

Exercícios findos — Autoriza a abertura de credito para liquidação e pagamento de dividas de (decr. 36); autoriza a despende, pela verba, a quantia de 408:622\$821 para pagamento a Antonio de Alcantara Fonseca Guimarães (decr. 65); approva o credito supplementar de 150:000\$ á verba (decr. 244); abre o credito supplementar de 193:000\$ á verba (decr. 308); autoriza a abrir o credito supplementar de 4.700:000\$ á verba (decr. 311); autoriza a abertura de um credito supplementar de 21:840\$366 á verba (decr. 368); autoriza a abrir, á verba, um credito de 350:000\$ para pagar a Galcano y Soto e outros (decr. 375); autoriza a abrir o credito de 649:644\$864, á verba, para pagamento de garantia de juros á Companhia União

Sorocabana e Ituana (decr. 393); autoriza a abrir o credito de 6.524:426\$606, suplementar, á verba (decr. 400); autoriza a abrir o credito de 1.115:208\$500, suplementar, á verba (decr. 421); autoriza a abrir o credito de 14:125\$100, suplementar, á verba, para pagamento dos empregados das obras do porto do Recife (decr. 440); autoriza a abrir o credito de 132:809\$998 á verba (decr. 457); autoriza a abrir o credito de 1.098:390\$792 para liquidação de dividas de (decr. 531); autoriza a abrir o credito de 21:000\$, suplementar, á verba (decr. 547); autoriza a abrir o credito de 1:061\$812, suplementar, á verba (decr. 583); autoriza a abrir o credito de 2.979:768\$045 para pagamento de dividas de (decr. 650); autoriza a abrir o credito de 1.699:730\$376, papel, e 28:547\$434, ouro, para pagamento de dividas de (decr. 742).

Exercito — Sancciona a resolução que regula a idade para a reforma dos officiaes do (decr. 18); fica extensiva aos officiaes do, eleitos membros dos congressos dos Estados, a disposição do art. 1º do decr. 1388 de 1891 (decr. 34); manda readmittir no quadro effectivo do o tenente reformado Raymundo Perdigo de Oliveira (decr. 61); autoriza a despende a quantia de 18.000:000\$ com a substituição do armamento do (decr. 141); regula o soldo e a etapa dos officiaes e praças do (decr. 247); autoriza a abrir creditos parciaes até 14.000:000\$ para despesas extraordinarias com o, no Rio Grande do Sul (decr. 357); crea o estado maior do (decr. 403); amplia ao nacional o codigo penal para a armada (decr. 612) — **Ver** **Corpos** — **Creditos** — **Vagas**.

Exoneração — **Ver** **Cargos**.

Exploração — **Ver** **Carvão** — **Prasos**.

Expressão — Interpreta a — com aproveitamento — do artigo unico, § 1º, do decr. 206 de 1894 (decr. 263).

Extensão — Das disposições do decr. 206 de 1894 aos alumnos de todas as escolas militares (decr. 220) — **Ver** **Escolas**.

Externato — Crea um na cidade de Campanha (decr. 142).

Extinção — Declara a da divida do coronel Wenceslão Freire de Carvalho (decr. 369).

Extradição — Regula a de criminosos entre os Estados (decr. 39); approva a convenção entre o Brasil e os Paizes Baixos para a de criminosos (decr. 502); approva o tratado de celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos (decr. 550); approva o tratado de entre o Brasil e o Perú (decr. 557); approva o tratado de entre o Brasil e a Argentina (decr. 558); approva o tratado entre o Brasil e o Chile para a de criminosos (decr. 602) — **Ver** **Asylo**.

F

Fabricação — Prohibe a de rotulos que se prestem á de bebidas e outros productos nacionaes com o fim de vender estes como si fossem estrangeiros (decr. 452).

Fabricas — Concede isenção de qualquer imposto de importação ás de fiiação e tecidos, no Estado de Maranhão (decr. 60); autoriza a abrir o credito extraordinario de 259:982\$930 para as obras da de Polvora da Estrella (decr. 472).

Fabrico — Ver Moedas.

Faculdades — Reorganiza o ensino das de direito (decr. 314)

— Ver Lentos — Licenças.

Fallecimento — Regula o modo de provar o de qualquer official de terra ou mar para habilitação ao meio soldo ou montepio (decr. 282).

Falsificação — Ver Codigo.

Faltas — Ver Abono.

Favores — Autorizá a conceder á Companhia Fabril Industrial e Constructora os constantes do aviso 75 de 30 de julho de 1889 (decr. 98); concede á Companhia Piscatoria Sul-Americana os de que trata o art. 3º, § 2º e 3º, do decr. 8388 de 1881 (decr. 116); concede aos bancos nacionaes (decr. 703).

Fazenda — Amplia a organização da Federal (decr. 173 B).

Férias — Regula as na justiça federal e no Districto Federal (decr. 546).

Ficis — Autoriza a abrir o credito extraordinario de 17.703\$894 para pagamento de vencimentos a tres de armazem da Alfandega do Pará (decr. 697).

Filciras — Ver Tempo.

Fins — Ver Associações.

Fiscal — Ver Licenças.

Fixação — Dos subsidios do Presidente e Vice-Presidente da Republica (lei 9); da pensão de D. Pedro de Alcantara (lei 20); da despeza geral para 1892 (lei 26); das forças de terra para o exercicio de 1892 (lei 39 A); da força naval para o exercicio de 1892 (lei 40); das forças de terra para o exercicio de 1893 (lei 80); da força naval para o exercicio de 1893 (lei 87); da força naval para o exercicio de 1894 (decr. 144 B); das forças de terra para o exercicio de 1894 (decr. 161); do subsidio e da ajuda de custo dos senadores e deputados na proxima legislatura (decr. 182); da despeza geral para 1894 (decr. 191 B); da força naval para o anno de 1895 (decr. 242); das forças de terra para o exercicio de 1895 (decr. 264); das forças de terra para o exercicio de 1896 (lei 284); da força naval para o exercicio de 1896 (lei 285); do dia em que se deverá proceder á eleição para os cargos de senador e deputado (decr. 380); da força naval para o exercicio de 1897 (lei 382); das forças de terra para o exercicio de 1897 (decr. 394); do subsidio e da ajuda de custo dos senadores e deputados na proxima legislatura (decr. 407); da força naval para o exercicio de 1898 (lei 433); das forças de terra para o exercicio de 1898 (decr. 448); approva o tratado de arbitramento para a das fronteiras do Brasil e da Guyana Franceza (decr. 474); da despeza geral para o exercicio de 1898 (lei 490); da força naval para o anno de 1889 (lei 512); do subsidio do Presidente e Vice-Presidente da Republica no periodo de 15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902 (decr. 514); das forças de terra para o exercicio de 1899 (decr. 520); da força naval para o anno de 1900 (decr. 579); das forças de terra para o exercicio de 1900 (lei 606); do subsidio dos senadores e deputados na legislatura de 1900 a 1902 (decr. 614); da despeza geral da Republica para o exercicio de 1900 (decr. 652); da força naval para o anno de 1901 (lei 678); das forças de terra para o exercicio de 1901 (lei 687); da despeza geral para o exercicio de 1901 (decr. 746).

Flagellados — Ver Soccorros publicos.

Flotilha — Ver Servicos.

Foguistas — Ver Etapas.

Forças — Fixa as de terra para o exercício de 1892 (lei 39 A); fixa a naval para o exercício de 1892 (lei 40); fixa as de terra para o exercício de 1893 (lei 80); fixa a naval para o exercício de 1893 (lei 87); fixa a naval para o exercício de 1894 (decr. 144 B); fixa as de terra para o exercício de 1894 (decr. 161); fixa a naval para o ano de 1895 (decr. 242); fixa as de terra para o exercício de 1895 (lei 264); fixa as de terra para o exercício de 1896 (lei 284); fixa a naval para o exercício de 1896 (decr. 285); fixa a naval para o exercício de 1897 (lei 382); fixa as de terra para o exercício de 1897 (decr. 394); fixa a naval para o exercício de 1898 (lei 433); fixa as de terra para o exercício de 1898 (lei 448); dispõe sobre o preenchimento dos claros existentes na naval (decr. 478); fixa a naval para o ano de 1899 (lei 512); fixa as de terra para o exercício de 1899 (lei 530); fixa a naval para o ano de 1900 (lei 579); fixa as de terra para o exercício de 1900 (decr. 606); fixa a naval para o ano de 1901 (lei 678); fixa as de terra para o exercício de 1901 (lei 681).

Forças léguas — Ver Créditos.

Fortalezas — Autoriza a abrir ao Ministério da Guerra o crédito de 3.000.000\$ para restauração e melhoramentos das (decr. 319); autoriza a abrir o crédito extraordinário de 714.910\$750 para pagamento de trabalhos realizados na da Lagoa (decr. 680). — **Ver Revolta.**

Fretamento — Autoriza a abrir o crédito de 661.658\$824 para pagamento á companhia Lloyd Brasileiro pelo de vapores (decr. 399).

Fronteira — Ver Despezas — Tratados.

Funcionários — Regulariza a concessão de aposentadoria aos publicos (decr. 117); determina os vencimentos dos civis dos arsenaes de marinha e de guerra (decr. 240); regula os vencimentos do aposentado pelo decr. 50 de 1892 (decr. 246); dispõe sobre o modo de pagamento dos vencimentos dos publicos aposentados (decr. 381).

Funções — Declara temporarias as dos órgãos do Ministério Publico (decr. 280).

Fundação — Autoriza a de uma colonia nacional na fazenda da Boa Vista (decr. 145).

Fundo — Crea um especial applicavel ao resgate e outro para garantia do papel moeda em circulação (decr. 581). — **Ver Corretores.**

Funeraes — Approva o decr. 2126 de 1895, abrindo o crédito extraordinario de 53.364\$190 para pagamento de despezas com o do marechal Floriano Peixoto (decr. 343); approva o crédito extraordinario de 13.572\$100 aberto para os do marechal Carlos Machado Bittencourt (decr. 492).

Furtos — Ver Crimes.

Fusão — Ver Bancos.

G.

Gado — Ver Créditos.

Garantia — Estabelece a dos direitos já adquiridos por empregados vitalicios e aposentados (lei 44 B); autoriza a abrir o crédito suplementar de 3.341.816\$713 para pagamento da de juros a estradas de ferro, no exercício de 1894

(decr. 277 A); autoriza a modificar o contracto de vias ferreas da Companhia E. de F. Norte do Brasil em relação ao regimen da de juros (decr. 384); autoriza a abrir o credito de 649:644\$864 para pagamento da de juros á Companhia União Sorocabana e Itauna (decr. 393); dos direitos autoraes (decr. 496); crea um fundo para do papel moeda em circulação (decr. 581).

Generaes — Ver Patentes.

Graduação — Manda considerar no posto immediato, com a do posto subsequente, a reforma compulsoria ou voluntaria dos officiaes de terra e mar (decr. 29); declara que a do posto de tenente-coronel, conferida ao major de infantaria Braz Abrantes, deve ser considerada de 21 de março de 1891 (decr. 171 A); autoriza a no primeiro posto do exercito de todas as praças commissionadas até 3 de novembro de 1894 (decr. 350).

Gratificações — Autoriza a mandar pagar ao capitão de fragata Olympio José Chavantes, lente jubilado da Escola Naval, a adicional que lhe é devida (decr. 13); manda abonar a dos officiaes alumnos das escolas militares e a de subalternos de corpos não montados (decr. 33); autoriza a abonar ao Dr. Evaristo Nunes Pires a de professor interino de geographia do Gymnasio Nacional (decr. 56); concede aos ministros de Estado uma mensal de 1:000\$ para representação (decr. 260); autoriza a mandar pagar ao major Felisberto José de Menezes, professor do Collegio Militar da Capital Federal, a quantia de 505\$554, da que não recebeu (decr. 577); autoriza a mandar pagar ao ex-1º sargento do corpo de operarios militares do Arsenal de Guerra da Capital Federal, Augusto Candido Pereira Baptista de Oliveira, a de engajado até a data da baixa do serviço (decr. 645); autoriza a abrir o credito extraordinario de 1:400\$ para pagamento ao bacharel Maximino de Araujo Maciel da que deixou de receber como professor do Collegio Militar desta Capital (decr. 724).

Guarda nacional — Manda regular pelo decr. 146 de 1891 a (decr. 431).

Guerra — Declara que os auditores de só perdem seus logares em virtude de sentença, e têm direito a fazer montepio (decr. 38); autoriza a reorganização de diversas repartições do Ministerio da (lei 54); crea no 4º districto militar o logar de auditor de (decr. 93); determina os vencimentos dos funcionarios civis dos arsenaes de (decr. 240).

Gymnasio Nacional — Autoriza a abertura do credito suplementar de 18:000\$ para pagamento do augmento de vencimentos aos lentes do (decr. 88); crea um na cidade de Campanha (decr. 142); autoriza a abrir o credito extraordinario de 6:656\$591 para pagamento a Alfredo Alexander, lente de inglez do (decr. 675).

H

Habilitação — Autoriza a transferencia para as armas de infantaria e cavallaria dos primeiros e segundos tenentes de artilharia que, por falta de scientifica, não possam ter accesso (lei 112); regula o modo de provar o fallecimento de qualquer official de terra ou mar para a ao meio soldo e montepio (decr. 282).

Hennas — Autoriza a conceder as de capitão de fragata a Adolpho Fortunato Hasselmann (decr. 59).

Hospitais — Concede isenção de direitos de importação para materiaes e preparos do da Misericordia da capital do Pará (decr. 47); autoriza a abertura de credito extraordinario para despezas dos de isolamento (dec. 185); autoriza a abrir o credito extraordinario de 257:168\$518 para despezas do de Marinha (decr. 330); autoriza a abrir o credito supplementar de 200:000\$, supplementar á verba (decr. 467).

I

Iluminação — Determina que continue a cargo da União o serviço de da Capital Federal (decr. 542) — Ver Creditos — Direitos.

Imagens — Ver Isenção.

Immigração — Autoriza a indemnização ao padre Antonio Martucci, por serviços prestados á (decr. 72); permite a chineza e a japoneza (decr. 97).

Immigrantes — Autoriza o pagamento de passagens de (decr. 114); autoriza a abrir o credito especial de 1.020:000\$ para liquidação de compromissos com o transporte de (decr. 705); autoriza a pagar a Estevão Cunha as terras de sua propriedade em que foram localizados, na ex-colônia Brusque (decr. 753).

Immoveis — Autoriza a alienar as sobras dos adquiridos para melhoramentos da E. de F. Central do Brasil, entre Central e S. Diogo (decr. 703).

Importação — Prohibe a de rotulos que se prestem á fabricação de bebidas e outros productos com o fim de os vender como si fossem estrangeiros (decr. 452).

Impostos — Isenta de os materiaes importados para os serviços de agua, esgoto e iluminação da cidade de Tatuhy (decr. 41); isenta de quaesquer os legados e doações feitos á Sociedade Amante da Instrução, ao Lyceu de Artes e Officios e ao Collegio dos Orphãos de S. Joaquim (decr. 46); isenta do de importação o material destinado á canalização de agua na villa de Curralinho (decr. 56 A); concede isenção de qualquer de importação ás fabricas de fiação e tecidos, companhias e aguas e trafego maritimo, no Estado do Maranhão (decr. 60); isenta dos de exportação nos Estados e na Capital Federal (decr. 410); autoriza a venda a praso das estampilhas necessarias para a sellagem das mercadorias attingidas pelos de consumo (decr. 580); autoriza a abrir o credito de 96:946\$911 para liquidar as reclamações de diversas legações estrangeiras pelo sobre navios indevidamente cobrado (decr. 617); estabelece o processo de arrecadação dos de consumo (lei 641) — Ver Creditos.

Imprensa Nacional — Augmenta de 40 % os vencimentos e salarios do pessoal da (decr. 125).

Incompatibilidades — Estabelece entre os cargos federaes e estaduais (decr. 28); revoga a lei 28 de 1892 sobre (decr. 342).

Indemnização — Manda fazer, das vantagens que tiveram perdido, aos officiaes e praças unanimemente absolvidos

(decr. 49); autoriza a de serviços prestados á immigração, pelo padre Antonio Martucci (decr. 72); autoriza a abertura do credito de 9:425\$144 para a Augusto Francisco Maria Glaziou de despesas feitas no jardim da praça da Republica em 1883 (decr. 106); autoriza a da quantia de 439:496\$532 ao Estado de Maranhão, relativa ás obras do Furo ou canal do Arapahy (decr. 117 A); autoriza pagar ao bacharel Manoel José Chaves, professor jubilado do curso annexo á Faculdade de Direito de S. Paulo, a das gratificações que deixou de receber (decr. 139); autoriza a abrir o credito especial de 37:939\$975 para ao Dr. José Antonio de Pinho Fortes (decr. 408); autoriza a abrir o credito especial de 815:067\$120 para pagamento da concedida a reclamantes italianos (decr. 499); autoriza a abrir o credito de 21:473\$300 para ao empreiteiro da E. de F. Central de Pernambuco, Manoel José Gonçalves Braga (decr. 535); autoriza a abrir o credito de £ 1.098-19-2 para occorrer á despesa com a dos prejuizos causados ao vapor inglez "Staumore" (decr. 563); autoriza a de todas as vantagens pecuniarias de que tiver sido privado o capitão-tenente Rodolpho Lopes da Cruz (decr. 646); autoriza a abrir o credito extraordinario de 8:000\$ para ao Dr. João Paulo de Carvalho (decr. 668); autoriza a abrir o credito extraordinario de 832\$252 para a devida a Joaquim da Silva Garcez, ex-porteiro do Pedagogium (decr. 699); autoriza a abrir os creditos de francos 220.555 e 11.792 para a devida ao Telegraph Oriental (decr. 751) — Ver Vantagens.

Individuos — Ver Amnistia.

Industria — Providencia sobre a penalidade e processo de crimes de furto de productos da (decr. 121).

Inferiores — Concede vantagens aos dos corpos de marinha, quando doentes nos hospitaes e enfermarias militares (decr. 51); determina que, enquanto houver alferes aggregados, um terço das vagas seja preenchida por definitivamente habilitados (decr. 669).

Inicio — Ver Prasos.

Innovação — Do contracto da "Ceará Harbour Corporation, Limited" (lei 48).

Installação — Concede isenção de direitos para os materiaes importados para a de luz electrica em S. Carlos (decr. 42); autoriza a abertura do credito necessario para as despesas da de um externato ou Gymnasio Nacional, na cidade de Campanha (decr. 142); autoriza a dar permanente, em predio publico, á Academia Brasileira de Letras (decr. 726).

Instituição — De montepio para os operarios effectivos do Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. 127).

Instituições — Approva o codigo das disposições communs ás de ensino (decr. 230).

Instituto — Presta um auxilio pecuniario, não excedente de 10:000\$, ao da Ordem dos Advogados Brasileiros (decr. 151 A) — Ver Dispensa.

Instituto Benjamin Constant — Autoriza a abrir o credito extraordinario de 6:000\$ para o custeio de tres officinas do (decr. 278).

Intendencia — Crea a Geral da Guerra (decr. 403); autoriza a mandar pagar as etapas devidas aos patrões, machinistas, foguistas e remadores da (decr. 690).

Interpretação — Da expressão — com aproveitamento — do artigo unico, § 1º, do decr. 206 de 1894 (decr. 263).

Interrupção — Ver Prasos.

Isenção — Autoriza a concessão, á Sociedade Academica do Commercio de Juiz de Fôra, de dos direitos de importação (decr. 7); estabelece a de impostos para os materiaes importados para os serviços de agua, esgoto e iluminação da cidade de Tatuhy (decr. 41); concede de direitos para os materiaes importados para installação de luz electrica em S. Carlos (decr. 42); concede de direitos ao material importado para a iluminação a gaz da capital do Pará (decr. 43); autoriza a de direitos para o material importado com destino ao monumento de 2 de julho de 1823 (decr. 44); concede de quaesquer impostos aos legados e doações feitos á Sociedade Amante da Instrução, ao Lyceu de Artes e Officios e ao Collegio dos Orphãos de S. Joaquim (decr. 46); concede de direitos de importação para materiaes e preparos do Hospital da Misericordia do Pará (decr. 47); concede do imposto de importação ao material destinado á canalização de agua na villa de Curralinho (decr. 56 A); concede de qualquer imposto ás fabricas de fição e tecidos, companhias de aguas e trafego marítimo, no Estado do Maranhão (decr. 60); concede de direitos aduaneiros para cinco altares, pertenças e imagens, destinados á matriz da Lagoa (decr. 158 B); de impostos de importação para as emprezas que se propuzerem á exploração do carvão de pedra (decr. 275); declara quaes os telegrammas officiaes que gosam de das respectivas taxas (decr. 391); da contribuição mensal de um dia de soldo, para o Asylo de Invalidos da Patria, ás praças de infantaria, de marinha, aos officiaes marinheiros e aos marinheiros nacionaes (decr. 477); de direitos de importação para o material metallico destinado ao abastecimento d'agua á cidade de Macahé (decr. 565); de direitos aduaneiros para dois volumes importados pelo pintor Victor Meirelles de Lima para o panorama do descobrimento do Brasil (decr. 619); de direitos aos volumes contendo um regulador destinado á torre da matriz de Uberaba e ás camas de ferro e trens de cosinha destinados ao Hospital de Caridade de Florianopolis (decr. 661); de direitos ao material importado pela Companhia das Aguas de S. Luiz do Maranhão (decr. 721).

Italianos — Ver Reclamantes.**J**

Jubilção — Autoriza a contar para a de D. Maria Thomazia de Oliveira e Silva o tempo em que serviu como adjunta de professora (decr. 167); manda contar para a do ex-professor de esgrima da Escola Naval, José Diogo Osorio de Oliveira; o tempo em que serviu no exercito (decr. 197); autoriza a mandar contar ao 1º tenente reformado, Joaquim de Oliveira Fernandes, para os effeitos da no lugar de professor do Externato Gymnasio Nacional, o tempo em que serviu nas fileiras (decr. 238).

Julzes — Manda computar nas aposentadorias já concedidas ou que o forem, aos federaes, o tempo de serviço prestado anteriormente (decr. 113); considera em disponibilidade o de direito Augusto Carlos de Amorim Garcia (decr. 210); autoriza a abrir o credito necessario para pagamento dos de direito nomeado antes da organização judiciaria do respectivo Estado (decr. 567).

Juizo — Marca os vencimentos dos escriptães do secciona (decr. 205) — **Ver Vencimentos.**

Julgamento — Regula o do Presidente da Republica e dos ministros de Estado nos crimes communs (decr. 27); providencia sobre os dos crimes de moeda falsa, contrabando e outros, qualificados nos arts. 221 e 223 e outros no codigo penal (decr. 515).

Juros — Autoriza a abrir o credito de 86:260\$832 para pagamento dos garantidos á "Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil" (decr. 684).

Justiça — Completa a organização da Federal (decr. 221); regula as férias na Federal (decr. 546).

L

Laboratorio — Autoriza a abrir o credito extraordinario de 60:000\$ para as obras do Pyrotechnico do Campinho (decr. 540) — Ver Despezas.

Lanchas — Ver Arsenaes de marinha.

Lazaretos — Autoriza a despende a quantia necessaria com a creação e installação de nos Estados de Matto Grosso, Bahia, Pernambuco e Pará (decr. 122).

Legações — Determina que as em Venezuela, no Japão e no Equador e Colombina sejam regidas por encarregados de negocios, sem secretarios (decr. 644).

Legados — Concede isenção de impostos para os feitos á Sociedade Amante da Instrução, ao Lyceu de Artes e Officios e ao Collegio dos Orphãos de S. Joaquim (decr. 46).

Legislação — Ver Alumnos.

Leis — Revoga a de n. 28 de 1892 (decr. 342); regula a suspensão das do Conselho Municipal do Districto Federal (decr. 493) — Ver Orçamento.

Lentes — Autoriza a abertura do credito supplementar de 18:000\$ para pagamento do augmento de vencimentos aos do Gymnasio Nacional (decr. 88); manda considerar substitutos das faculdades de medicina os adjuntos e os preparadores (decr. 138); autoriza a pagar aos das escolas militares os vencimentos que deixaram de perceber desde janeiro de 1895 (decr. 517); autoriza a reintegração, no lugar de cathedratico, do Dr. Innocencio Serzedello Corrêa (decr. 688) — Ver Vencimentos.

Licenças — Autoriza a concessão de seis mezes de ao Dr. Antonio Luiz dos Santos Werneck, juiz federal da secção de S. Paulo (decr. 1); autoriza a concessão de um anno de ao Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo (decr. 4); autoriza a concessão de um anno de ao Dr. Amancio João Cardoso de Andrade, professor da Faculdade de Medicina da Bahia (decr. 5); autoriza a prorrogação por um anno da concedida ao Dr. Nuno de Andrade, lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. 12); autoriza a concessão de um anno de a Antonio Olavo Rodrigues da Costa, escrivão da 7ª pretoria (decr. 15); autoriza a concessão de um anno de a Archias do Espirito Santo de Menezes, escrivão da 10ª pretoria (decr. 16); autoriza a concessão de um anno de a Joaquim Marcellino Lobo d'Avilla, porteiro do Arsenal de Marinha (decr. 17); concede um anno de ao capitão Antonio Pinto de Almeida (decr. 19); concede um anno de aos tenentes do estado-maior de 1ª classe (vidio Abrantes e Fileto Pires Ferreira (decr. 24); concede um anno de ao tenente do corpo do estado-maior de 1ª classe João de Albu-

querque Serejo (decr. 53); concede um anno de ao capitão de artilharia Octavio Gonçalves da Silva (decr. 62); autoriza a conceder seis mezes de a Antonio Vianna Gonçalves Fraga (decr. 66); autoriza a conceder a Ernesto Rudge da Silva Ramos, procurador seccional da Republica, no Estado de São Paulo, 10 mezes de (decr. 67); autoriza a concessão de seis mezes de ao Dr. Manoel da Silva Mafra, juiz do Tribunal Civil e Criminal (decr. 74); autoriza a conceder, para matricular-se na Escola Militar de Porto Alegre, ao alferes do 12º batalhão de infantaria, Joaquim Pereira de Macedo Couto Sobrinho (decr. 129 A); autoriza a conceder seis mezes de ao fiscal de 4ª classe, engenheiro Eduardo Macedo Azambuja (decr. 134); autoriza a conceder ao engenheiro Augusto Teixeira Colmbra um anno de (decr. 143); concede um anno de a Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Federal (decr. 150); autoriza a conceder seis mezes de, em prorrogação, ao escrivão do juiz seccional no Estado da Bahia, Manoel de Mello Mattos (decr. 151); autoriza a conceder a José Alves de Carvalho, chefe de secção de contabilidade da Casa de Correção, um anno de (decr. 154); autoriza a conceder ao Dr. João Evangelista de Castro Cerqueira, lente da Faculdade de Medicina da Bahia, um anno de (decr. 162); autoriza a prorogar por seis mezes a concedida ao Dr. Henrique Autran de Mattos e Albuquerque, assistente de clinica pediatria da Faculdade de Medicina da Bahia (decr. 168); autoriza a conceder um anno de ao 2º escripturario da extincta Thesouraria de Fazenda da Parahyba, Francisco Paulino de Figueiredo (decr. 183 A); autoriza a conceder ao bacharel João Francisco Poggi de Figueiredo, juiz seccional no Amazonas, um anno de (decr. 188); autoriza a conceder ao bacharel Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, auditor de guerra, um anno de (decr. 189); autoriza a conceder ao Dr. José Antonio Pedreira de Magalhães Castro, lente da Escola Naval, um anno de (decr. 196); concede a Antonio da Silva Netto, chefe de secção da Directoria Geral de Estatistica, um anno de (decr. 202); autoriza a conceder a José Gonçalves de Oliveira, mestre das officinas do Arsenal de Marinha da Capital Federal, um anno de (decr. 207 A); autoriza a conceder ao 2º official da Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas, José Fernandes Ribeiro da Costa, um anno de (decr. 222); concede tres mezes de a Carlos Alberto do Espirito Santo, official da Administração dos Correios da Capital Federal (decr. 234 A); autoriza a conceder ao escripturario da E. de F. Paulo Affonso, Antonio Candido da Silva Leão, um anno de (decr. 249); autoriza a conceder ao lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Epitacio Pessoa, um anno de (decr. 250); autoriza a conceder ao bacharel Joaquim Pires de Amorim, juiz seccional no Estado do Espirito Santo, um anno de (decr. 251); concede ao 1º official da Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas, Jacintho Dias Cardoso, um anno de (decr. 253 A); autoriza a conceder ao Dr. Manoel Fernandes de Sá Antunes, professor do curso anexo á Faculdade de Direito do Recife, um anno de (decr. 256); autoriza a conceder ao Dr. João Alvares de Azevedo Macedo, lente da Escola Nacional de Bellas Artes, um anno de (decr. 281); autoriza a conceder ao bacharel Manoel Porfirio de Oliveira Santos, juiz seccional do Rio Grande do Norte, um anno de (decr. 283); autoriza a conceder ao engenheiro Pedro Pereira de Andrade um anno de (decr. 312); autoriza a conceder a Julio Trajano de Moura, director da 4ª secção do Museu Nacional, um anno de (decr. 316); autoriza a conceder a Olympio Ferreira das

Neves, 1º official da Bibliotheca Nacional, um anno de (decr. 317); autoriza a conceder ao engenheiro José Dias Delgado de Carvalho Junior, lente do Gymnasio Nacional, um anno de (decr. 318); autoriza a conceder a Emilio José Moreira Junior, 3º escripturario da Alfandega de Manãos, um anno de (decr. 325); autoriza a conceder ao escripturario da E. de F. Paulo Affonso, Luiz Fernandés de Araujo Besouro Filho, um anno de (decr. 326); autoriza a conceder a Alcides Catão da Rocha Medrado, bibliothecário da Escola de Minas de Ouro Preto, um anno de (decr. 327); autoriza a conceder a Antonio Leocadio de Menezes Amorim, 1º escripturario do Thesouro Federal, um anno de (decr. 328); autoriza a conceder ao Dr. Ladislau José Carvalho de Araujo, médico da Hospedaria de Immigrantes em Pinheiro, um anno de (decr. 331); autoriza a conceder ao fiscal das Docas de Santos, Ulberico de Souza Mursa, um anno de (decr. 348); autoriza a conceder a Joaquim Augusto Freire, 1º escripturario da Alfandega do Rio de Janeiro, um anno de (decr. 349); autoriza a conceder ao conferente da Alfandega da Bahia, Candido Guedes Chagas, um anno de (decr. 353); autoriza a conceder um anno de ao amanuense da secretaria da Assistencia Medico-Legal de Alienados, Arthur Gomes da Cruz (decr. 379); concede um anno de ao Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal (decr. 396); autoriza a conceder um anno de a Adolpho Gentil, conferente da Alfandega do Recife (decr. 401); autoriza a conceder ao professor do Gymnasio Nacional, Dr. José Dias Delgado de Carvalho Junior, um anno de (decr. 402); autoriza a conceder um anno de ao escrivão da repartição de costuras do Arsenal de Guerra da Capital Federal, Joaquim Ignacio da Silva Abreu (decr. 413); autoriza a conceder ao 2º official da Administração dos Correios do Ceará, José Alfredo Coelho de Ardua (decr. 416); autoriza a conceder seis mezes de ao conferente de 1ª classe da E. de F. Central do Brasil, José Antonio Pinto Carneiro (decr. 424); concede oito mezes de ao bacharel Octaviano de Siqueira Cavalcante (decr. 436); autoriza a conceder um anno de ao medico auxiliar da Directoria de Saude Publica, Dr. Candido Barroso do Amaral (decr. 441); autoriza a conceder a Luiz Rodolpho Cavalcanti de Albuquerque, director das Rendas Publicas do Thesouro Federal, um anno de (decr. 443); autoriza a conceder ao telegraphista-chefe da Repartição Geral dos Telegraphos, Alfredo de Lima Albuquerque Mello, um anno de (decr. 445); autoriza a conceder ao conferente da Alfandega do Pará, Raymundo Paiva Sodré e Silva, um anno de (decr. 454); autoriza a conceder ao conferente da Alfandega de Santos, José Joaquim de Miranda, um anno de (decr. 455); autoriza a conceder ao Dr. Joaquim Pires de Amorim, juiz federal na secção do Espirito Santo, seis mezes de (decr. 458); autoriza a conceder ao amanuense da secretaria da Faculdade de Medicina da Bahia, João Antonio Ferreira, um anno de (decr. 461); autoriza a conceder a José Joaquim de Negreiros Sayão Lobato, chefe de secção da Secretaria da Industria, um anno de (decr. 462); autoriza a conceder a Candido Guedes Chagas, conferente da Alfandega da Bahia, 10 mezes de (decr. 464); autoriza a conceder ao telegraphista de 4ª classe, Ernesto Manoel da Silva Filho, um anno de (decr. 471); autoriza a conceder ao Dr. Felicissimo Rodrigues Fernandes um anno de (decr. 497); promulga a resolução que autoriza a conceder ao Dr. Candido Barroso do Amaral, medico auxiliar da Directoria Geral de Saude Publica, a prorrogação de mais um anno de (decr. 508); autoriza a conceder a Alexandre

Alvares Gomes Barroso, 2º official da Bibliotheca Nacional, um anno de (decr. 509); autoriza a conceder ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente cathedratice da Faculdade de Direito de S. Paulo, nove mezes de (decr. 510); autoriza a conceder ao bacharel Salustiano Gomes da Silveira, juiz seccional do Amazonas, um anno de (decr. 511); concede ao bacharel Antonio Acauassú Nunes, juiz federal na secção do Pará, oito mezes de (decr. 582); autoriza a conceder ao Dr. Raymundo Lustosa Nogueira, juiz substituto na secção do Piahy, oito mezes de (decr. 584); autoriza a conceder ao telegraphista da E. de F. Central do Brasil, Procopio Marques de Oliveira Neves, um anno de (decr. 593); autoriza a concessão de ao engenheiro civil Agliberto Xavier (decr. 598); autoriza a conceder um anno de ao ajudante de guarda-mór da Alfandega de Santos (decr. 599); autoriza a concessão de ao Dr. Fernando Terra (decr. 618); autoriza a concessão de a Jesuino Barroso de Mello (decr. 625); autoriza a conceder ao Dr. Bernardino Baptista Pereira, medico adjunto do exercito, 10 mezes de (decr. 626); autoriza a concessão de ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima (decr. 627); autoriza a conceder ao porteiro da Alfandega do Maranhão, Pacifico da Silva Bessa, um anno de (decr. 633); autoriza a conceder ao 4º escripturario da Alfandega do Ceará, Arcadio de Almeida Fortuna, um anno de (decr. 634); autoriza a conceder ao ajudante do porteiro da Alfandega de Pernambuco, Arthur Heracleio de Carvalho Guimarães, seis mezes de (decr. 635); autoriza a conceder ao 4º escripturario da Alfandega de Manãos, Bernardo Pereira de Berredo, um anno de (decr. 636); autoriza a conceder a Antonio José da Costa Rodrigues, official e bibliothecario da Escola Naval, seis mezes de (decr. 637); autoriza a conceder ao escripturario da Delegacia Fiscal em Pernambuco, Francisco Jorge de Souza, um anno de (decr. 643); concede um mez de ao Presidente da Republica (decr. 647); autoriza a concessão de a João das Chagas Rosa Junior (decr. 648); autoriza a concessão de um anno de ao official addido da Secretaria da Industria, Antonio Manoel Xavier Bittencourt (decr. 649); autoriza a conceder tres mezes de ao pharmaceutico adjunto do exercito Eutychio Conceição da Maia (decr. 654); autoriza a concessão de a Ignacio Lazaro Bastos (decr. 660); autoriza a conceder 10 mezes de ao conferente da Alfandega de Santos, José Joaquim Guedes de Miranda (decr. 663); autoriza a conceder ao Dr. Fernando Terra (decr. 664); autoriza a prorogar a em cujo goso se acha o Dr. Raul de Souza Martins, juiz federal na secção de Matto Grosso (decr. 674); autoriza a prorogar a do Dr. José Isidoro Martins Junior (decr. 676); autoriza a conceder a Manoel Joaquim Ferreira, porteiro addido da extincta Inspectoria de Estradas de Ferro, um anno de (decr. 677); autoriza a prorogar a concedida ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima (decr. 681); autoriza a concessão de ao thesoureiro da Administração dos Correios de Minas Geraes, Theophilo Brandão (decr. 682); autoriza a concessão ao Dr. José Machado de Oliveira, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, de um anno de (decr. 698); autoriza a conceder ao 1º escripturario da E. de F. Central do Brasil, José dos Santos Ferreira da Rocha (decr. 700); autoriza a prorogar a concedida ao engenheiro civil Agliberto Xavier, preparador da Escola Polytechnica (decr. 708); autoriza a conceder ao Dr. Rodrigues Bretas de Andrade, procurador da Republica na secção de Minas, um anno de (decr. 710); autoriza a conceder a Antonio José da Costa Rodrigues, 1º official e bibli-

thecario da Escola Naval (decr. 711); autoriza a conceder um anno de ao escripturario da Alfandega de Florianopolis, Theodorico Duarte Silva (decr. 713); autoriza a conceder ao Dr. Agostinho José de Souza Lima, lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, um anno de (decr. 714); autoriza a concessão de seis mezes de ao amanuense da Bibliotheca Nacional, bacharel Manoel Eugenio Pereira Maia (decr. 715); autoriza a conceder seis mezes de a Joaquim Julio Alves da Silva, agente de 2ª classe da E. de F. Central do Brasil (decr. 747).

Ligação — Ver Estradas de ferro.

Linhas — Autoriza a mandar delinear um plano geral para as telegraphicas (decr. 22); autoriza a mandar prolongar a telegraphica pelo interior do Maranhão até á cidade de Palma, em Goyaz (decr. 227); dá providencias sobre trafego de telegraphicas (decr. 391); approva o tratado para completar o estabelecimento da divisoria entre o Brasil e a Argentina (decr. 587); autoriza a concessão de ao bacharel Tristão de Alencar Araripe (decr. 588) — Ver Construcção — Telegrammas.

Liquidação — Ver Duvidas — Reclamações.

Livre entrada — Permite, no territorio da Republica, de imigrantes chinezes e japonezes (decr. 97).

Logares — Os auditores de guerra e de marinha só perdem os seus em virtude de sentença (decr. 38); crea no 4º districto militar o de auditor de guerra (decr. 93).

Luz — Concede isenção de direitos para os materiaes destinados á installação de electrica em S. Carlos (decr. 42).

M

Machinas — Isenta de impostos de importação as destinadas á exploração de carvão de pedra (decr. 275).

Machinistas — Ver Arsenaes de guerra — Etapas.

Magistrados — Ver Creditos — Vencimentos.

Magistratura — Ver Juizes.

Manutenção — Ver Nucleos.

Marcos — Autoriza a abrir o credito especial de 100:000\$ para occorrer ás despesas com a substituição de na fronteira do Brasil com o Perú (decr. 520); abre o credito de 200:000\$ destinado ás despesas com a demarcação de limites com a Republica Argentina e ás da substituição dos arruinados na fronteira do Brasil com o Perú (decr. 653).

Marinha — Declara que os auditores de só perdem seus logares em virtude de sentença, e têm direito a fazer montepio (decr. 38); concede vantagens aos inferiores dos corpos de, quando doentes nos hospitaes (decr. 51); autoriza a reorganização de diversas repartições do Ministerio da (decr. 54); determina os vencimentos dos funcionarios civis dos arsenaes de (decr. 240) — Ver Creditos — Forças.

Marinheiros — Isenta os nacionaes da contribuição mensal de um dia de soldo para o Asylo de Invalidos da Patria (decr. 477).

Materiaes — Isenta de impostos os importados para os serviços de agua, esgoto e iluminação da cidade de Tatuhy (decr. 41); concede isenção de direitos aos importados para a installação de luz electrica em S. Carlos (decr. 42); concede isenção de direitos para o importado com destino á iluminação a gaz

da capital do Pará (decr. 43); autoriza a isenção de direitos para o importado com destino ao monumento commemorativo de 2 de julho de 1823 (decr. 44); concede isenção de direitos para os do Hospital da Misericórdia da capital do Pará (decr. 47); isenta do imposto de importação o destinado á canalização de agua na villa de Curralinho (decr. 56); autoriza a despende a quantia de 12.000:000\$ com a reforma do naval (decr. 140); isenta de direitos de importação o metallico destinado ao abastecimento d'agua á cidade de Macahé (decr. 565); autoriza a dispensar os direitos do metallico da empresa "Water Company" e do de ensino do Collegio S. José das Lages, de Santa Catharina (decr. 662); isenta de direitos o importado pela Companhia das Aguas de S. Luiz do Maranhão (decr. 721); autoriza a abrir o credito especial de 77:247\$080 para pagamento do fornecido á Casa da Moeda (decr. 736); autoriza a abrir o credito especial de 14:000\$ para despesas com o da secretaria da Camara dos Deputados (decr. 752) — Ver Creditos — Impostos.

Matricula — Ver Dispensa — Escolas.

Meio soldo — Declara que a pensão concedida á viuva de Benjamin Constant e a seus filhos, não prejudica o direito que lhes assiste ao da patente (decr. 37); reconhece a DD. Paulina Huet de Bacellar Pinto Guedes e outra o direito a percepção de (decr. 58); autoriza o abono á D. Constança Iphigenia Coelho do correspondente á patente de seu pae, o tenente-coronel Vicente Coelho (decr. 107); releva á D. Carolina Luiza de Oliveira Pereira Pinto a prescripção para o recebimento de (decr. 140 A); manda reverter em favor de D. Carolina Angelina de Andrade e Vasconcellos a outra parte do da patente de seu pae, o tenente-coronel José Joaquim de Andrade Vasconcellos (decr. 156 A); reverte á D. Hermedina Maria Ferreira Cavalcante, filha do major Pedro Affonso Ferreira, o que percebia sua mãe, D. Virginia Fernandes Ferreira (decr. 158 A); releva á D. Maria dos Santos Lucas a prescripção em que incorreu para perceber o a que tem direito (decr. 219); releva á D. Francisca da Serra Carneiro Dutra a prescripção em que incorreu para receber a differença de a que tem direito (decr. 309); determina que continuará a ser pago á D. Mathilde Accioli Lins o de seu finado filho, o alferes Sebastião Carlos Accioli Lins (decr. 356); reconhece á D. Anna Rosa da Serra Oliveira direito ao, como filha do alferes Lupercio Francisco da Serra Martins (decr. 586) — Ver Contribuição — Fallecimento — Montepio — Pensões.

Melhoramentos — Concede de reforma ao capitão do exercito Luiz José da Fonseca Ramos (decr. 55); da reforma do 1º tenente da armada Camillo de Lellis e Silva (decr. 337); autoriza a conceder privilegio ao Dr. Pedro de Souto Mayor para os nas cachoeiras do rio Madeira (decr. 594); — Ver Fortalezas.

Membros — Ver Ajudas de custo — Congressos — Conselho Municipal.

Mercadorias — Autoriza a contractar com Julio Benevides o serviço de navegação e o transporte de (decr. 99); autoriza a venda a praso das estampilhas necessarias á sellagem das attinidas pelos impostos de consumo (decr. 580).

Mesas de rendas — Alfandéga as das cidades de Itajahy e Laguna e Antonina e Itapemerim (decr. 148 A); eleva á categoria de alfandega de 4ª ordem, a de Pelotas (decr. 361); crea uma de 1ª ordem em S. João da Barra (decr. 409); eleva á categoria de alfandega, a de Caravellas (decr. 495).

Mestrança — Converte em ordenado, a diaria, jornal e gratificação da dos arsenaes de guerra (decr. 157); autoriza a abrir o credito supplementar de 44:400\$ para pagamento de vencimentos á, em disponibilidade, das officinas dos arsenaes de guerra (decr. 544).

Metacs — Ver Venda.

Militar — Ver Conselho.

Ministerio Publico — Declara temporarias as funcções dos orgãos do (decr. 280); amplia a accção penal por denuncia do (decr. 628).

Ministerios — Declara que os officiaes reformados, que occuparem cargos em mais de um, poderão optar pelo que lhes convier (decr. 32); autoriza a incluir num dos corpos militares subordinados ao da Justiça o major Benevenuto de Souza Magalhães (decr. 332).

Ministros — Autoriza a considerar a aposentadoria dado ao desembargador da Relação da Bahia, Daniel Luiz Rosa, com o vencimento devido aos do Supremo Tribunal de Justiça (decr. 11); regula o processo e julgamento dos de Estado, nos crimes communs (decr. 27); organiza o estado-maior do da Guerra (decr. 232); concede aos de Estado uma gratificação mensal de 1:000\$ para representação (decr. 260).

Missões — Autoriza a abrir o credito especial de 90:000\$ ao cambio de 27 d. para resolver despesas com a encarregada de limites com a Guyana Franceza (decr. 500); autoriza a abrir o credito especial de 100:000\$ destinado ás despesas com a demarcação das com a Republica Argentina (decr. 519).

Modificação — Ver Contractos.

Modo — Dispõe sobre o de pagamento dos vencimentos dos funcionarios publicos aposentados (decr. 381).

Moedas — Autoriza a abertura do credito supplementar de 128:828\$500 para as despesas com as fabricadas de nikel e bronze (decr. 370); providencia sobre o julgamento dos crimes de falsa, qualificados nos artigos do codigo penal (decr. 515); prohibe que sejam recebidos ou circulem, como titulos de credito, (decr. 561).

Montepio — Torna extensivo aos empregados das secretarias do Senado e da Camara o creado pelo decr. 942 A de 1890 (decr. 3); declara que os officiaes reformados que occuparem cargos em mais de um ministerio, com direito a, poderão optar pelo ministerio que lhes convier (decr. 32); os auditores de guerra e de marinha podem fazer (decr. 38); os auditores de operarios effectivos do Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. 127); determina que o dos officiaes da armada e classes annexas seja regulado pelo mesmo decr. que trata do dos officiaes do exercito (decr. 288); garante á D. Laura Augusta de Moraes a pensão de assegurada pelo decr. 942 A de 1890 (decr. 340); garante á D. Rosa Sanchez de Souza Carneiro, D. Anna de Aguiar Prado e D. Thereza Angelica de Souza a pensão de assegurada pelo decr. 942 A de 1890 (decr. 341); determina que continuará a ser pago á D. Mathilde Accioli Lins o de seu filho, o alferes Sebastião Carlos Accioli Lins (decr. 356); revoga a 2ª parte do art. 1º da lei 288 de 1895, que manda abonar á viuva do official a pensão integral do (decr. 632) — Ver Fallecimentos.

Monumentos — Autoriza a isenção de direitos para o material importado com destino ao commemorativo de 2 de julho de 1823 (decr. 44); autoriza a abertura de concorrência pu-

blica para um projecto de á memoria de Tiradentes (decr. 147); manda erigir um ao marechal Manoel Deodoro da Fonseca (decr. 200) — Ver Estatua.

Movimentos — Concede amnistia aos que tomaram parte nos armados do Pará (decr. 8); concede amnistia aos que tomaram parte no revolucionario de Matto Grosso e aos que se envolveram nos do Rio Grande do Sul (decr. 83); concede amnistia ás pessoas implicadas nos de 2 de março de 1893, no Maranhão (decr. 175); concede amnistia aos individuos que tomaram parte no occorrido em Catalão, Estado de Goyaz (decr. 17); concede amnistia a todas as pessoas envolvidas nos revolucionarios até 23 de agosto de 1895 (decr. 310); concede amnistia a todas as pessoas que tenham tomado parte no de 4 de setembro de 1896 (decr. 406) — Ver Acontecimentos.

Mudança — Ver Arsenaes de marinha — Museu Nacional.

Multas — Releva á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, cessionaria da E. de F. de Caxias á S. José das Cajazeiras, o pagamento de por excesso de praso para a conclusão de obras (decr. 241).

Municipalidade — Autoriza a auxiliar, por emprestimo, á do Districto Federal, com a quantia de 3.700:000\$ (decr. 352).

Museu Nacional — Approva a despesa com a mudança do para a Quinta da Boa Vista (decr. 88).

N

Nacionalização — Ver Cabotagem.

Nautica — Ver Curso.

Navegação — Autoriza a contractar o serviço de, pelo Iça e Putumayo, com Julio Benevides (decr. 99); regula a de cabotagem (decr. 123); fixa o praso para que os navios que se entregam á de cabotagem se nacionalizem (decr. 227 A) — Ver Companhias.

Navios — Fixa o praso para que os que se entregam á navegação de cabotagem se nacionalizem (decr. 227 A); autoriza a despendar até a quantia de 2.000:000\$ com o concerto dos da esquadra (decr. 743) — Ver Impostos.

Nickel — Ver Creditos.

Notas — Ver Assignaturas.

Nucleos — Autoriza a despendar até 1.000:000\$ com a manutenção e desenvolvimento de colonias á margem direita do Araguay (decr. 269).

Numero — Ver Empregados.

O

Obras — Autoriza a abertura de um credito supplementar de £ 33.826-0-0 para conclusão das do prolongamento da E. de F. do Sobral (decr. 103); autoriza a indemnizar o Estado do Maranhão da quantia de 439:496\$532, relativa ás do Furo ou canal do Arapapahy (decr. 117 A); autoriza a abertura, no exercicio de 1893, de um credito supplementar de 955:125\$106 para as do Ministerio da Justica (decr. 163); concede á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas prorrogação de praso para serem iniciadas as do porto de Jaraguá (decr. 215); autoriza a aber-

tura do credito de 731:580\$ para as despesas com urgentes em estabelecimentos militares (decr. 262); prorroga os prazos para a conclusão das do porto de Laguna (decr. 271); autoriza a abrir o credito de 830:800\$, supplementar á verba, do Ministerio da Marinha (decr. 303); prorroga o prazo concedido á E. de F. Leopoldina para a conclusão das da linha de Santo Eduardo a Cachoeiro de Itapemerim (decr. 362); autoriza a abrir o credito extraordinario de 259:982\$930 para as da Fabrica de Polvora da Estrella (decr. 472); autoriza a abrir o credito extraordinario de 60:000\$ para as do Laboratorio Pyrotechnico do Campinho (decr. 540); autoriza a abrir o credito que fôr preciso para as de conservação e segurança do predio da Camara dos Deputados (decr. 752) — Ver Estradas de ferro.

Obrigações — Ver “Debentures”.

Occorrencias — Ver Despezas.

Officiaes — Sanciona a resolução que regula a idade para a reforma dos do exercito (decr. 18); mandá considerar no posto immediato, com a gradação do posto subseqüente a reforma compulsoria ou voluntaria dos de terra e mar (decr. 29); declara que os reformados, que occuparem cargos em mais de um ministerio, poderão optar pelo que lhes convier (decr. 32); manda abonar aos alumnos das escolas militares todos os vencimentos (decr. 33); fica extensiva aos do exercito e da armada, eleitos membros dos congressos estaduais, a disposição do art. 1º do decr. 1388 de 1891 (decr. 34); manda indemnizar os que forem absolvidos, das vantagens pecuniarias que tiverem perdido (decr. 49); manda rectificar as patentes dos do exercito, reformados nos postos de generaes, effectuadas ou comprehendidas como compulsorias (decr. 136); manda empregar os do exercito no estudo e construção da E. de F. de Catalão a Cuyabá (decr. 183); faz extensivas a todos os do exercito, reformados de accordo com o decr. 193 A, de 1890, as disposições do decr. legislativo 18 de 1891 (decr. 216); autoriza a abrir o credito extraordinario de 800:000\$ para as despesas com a recepção dos orientaes (decr. 245); regula o soldo e a etapa dos effectivos e praças do exercito e da armada (decr. 247); determina que os vencimentos dos da brigada policial e corpo de bombeiros sejam os mesmos dos do exercito (decr. 258); determina que o montepio dos da armada e classes annexas seja regulado pelo mesmo decr. que trata do montepio dos do exercito (decr. 288); augmenta os vencimentos dos inferiores dos corpos e brigadas de marinha (decr. 304); manda contar de 16 de abril de 1894 a antiguidade de posto dos da armada promovidos por decr. de 30 de agosto do mesmo anno (decr. 390); autoriza a abertura do credito especial de 111:095\$100 para pagamento dos vencimentos dos que reverteram ao serviço do exercito e da armada (decr. 439); dispõe sobre a contagem da prisão de, antes de ser condemnado (decr. 449); isenta os marinheiros da contribuição mensal de um dia de soldo para o Asylo de Invalidos da Patria (decr. 477); permite aos da armada, reformados antes de instituido o meio soldo, contribuirem para o montepio (decr. 523); autoriza a conceder aos do exercito, que requererem matricula nos institutos de ensino militar, dispensa de idade exigida (decr. 667); providencia sobre a reforma dos marinheiros (decr. 695); manda conferir aos alumnos da Escola Militar do Brasil, que concluirem o curso de engenharia, os mesmos titulos scientificos passados aos que o fizeram pelo regulamento de 1874 (decr. 731); reorganiza o quadro dos da armada (decr. 732) — Ver Dividas — Vencimentos.

Officinas — Autoriza a abrir um credito extraordinario para o custeio de tres do Instituto Benjamin Constant (decr. 278); autoriza a abrir o credito suplementar de 44:400\$ para pagamento de vencimentos á mestrança, em disponibilidade, das dos arsenaes de guerra (decr. 544).

Opção — Declara que os officiaes reformados que occuparem cargos em mais de um ministerio poderão fazer a pelo ministerio que lhes convier (decr. 32).

Operações — Providencia sobre as realizadas pelos corretores de fundos publicos (decr. 354); approva os creditos, na importancia de 4.000:000\$, para as despesas com os militares na Bahia (decr. 473); autoriza a fazer as de credito necessarias para dar execução ás sentenças passadas em julgado (decr. 597); autoriza a fazer as de credito para dar execução ás sentenças passadas em julgado (decr. 686).

Operarios — Institue montepio para os effectivos do Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. 127).

Orçamento — Da receita para o exercicio de 1892 (lei 25); da despesa para o exercicio de 1892 (lei 26); da receita para o exercicio de 1893 (lei 126 A); da despesa para o exercicio de 1893 (lei 126 B); da receita para o exercicio de 1894 (lei 191 A); da receita para o exercicio de 1894 (lei 265); da despesa para o exercicio de 1895 (decr. 266); da receita para o exercicio de 1896 (lei 359); da despesa geral para 1896 (decr. 360); da receita para o exercicio de 1897 (lei 428); da despesa para o exercicio de 1897 (lei 429); da receita geral para o exercicio de 1898 lei 489); da despesa geral para o exercicio de 1898 (lei 490); da receita geral para o exercicio de 1899 (lei 559); da despesa geral para o exercicio de 1899 (lei 560); da receita geral para o exercicio de 1900 (lei 640); da receita geral para o exercicio de 1901 (decr. 741).

Ordenado — Autoriza a mandar pagar ao Dr. José Borges Ribeiro da Costa e ao pharmaceutico Augusto Cesar Diogo o que de xaram de perceber (decr. 239) — **Ver Vencimentos.**

Organização — Estabelece a municipal do Districto Federal (lei 85); dá a do Supremo Tribunal Militar (decr. 149); regula a das associações que se fundarem nos termos do art. 72, § 3º, da constituição (decr. 173); amplia a da Procuradoria da Republica e Fazenda Federal (decr. 173 B); completa a da Justiça Federal (decr. 221); dos estados-maiores do Presidente da Republica, do ministro da Guerra, do ajudante-general e do quartel-mestre general do exercito (decr. 232); regula as disposições relativas á do Conselho Municipal (decr. 248); dá nova ao corpo diplomatico (decr. 322); autoriza a abrir o credito necessario para pagamento dos juizes de direito nomeados antes da judiciaria do respectivo Estado (decr. 657).

Orgãos — **Ver Funções.**

P

Pagamento — Autoriza a abertura de credito suplementar para o do augmento de vencimentos a telegraphistas (decr. 70); autoriza o de vencimentos, do lugar de pagador do Thesouro Nacional, a Justiniano José de Barros (decr. 78); providencia sobre o de subsidios de senadores e deputados, durante a pro-rogação da sessão legislativa, e do serviço telegraphico, de re-

dacção dos debates e publicações (decr. 95); autoriza o, ao alferes honorário do exercito Antonio Paes de Sá Barreto, da quantia de 2:592\$, de differença de soldo que deixou de receber (decr. 137); autoriza o, ao bacharel Manoel José Chaves, professor jubilado do curso annexo á Faculdade de Direito de S. Paulo, dos vencimentos integraes do cargo (decr. 139); autoriza o de 114:997\$848 á D. Maria Carolina Rheingantz (decr. 152); providencia sobre o da pensão concedida á D. Maria Augusta Ferreira de Souza (decr. 179); manda fazer ao major reformado do exercito Eugenio Frederico da Lössio e Seiblitx o do soldo que deixou de receber (decr. 272); dispõe sobre o modo de dos vencimentos dos funcionários publicos aposentados (decr. 381); autoriza a relevar do pessoal addido á Secretaria da Industria (decr. 498); autoriza ao major Antonio Caetano Rodrigues Horta, collector do juiz de Fóra, o da quantia de 6:531\$900 (decr. 488); autoriza a abrir o credito extraordinario de 62:000\$, para o de vencimentos do pessoal addido á Secretaria da Industria (decr. 498); autoriza a abrir o credito supplementar necessario ao de porcentagens aos empregados de repartições arrecadadoras (decr. 567); autoriza o de 18:978\$280 a Alceste Petterle, empreiteiro da E. de Fl. de Porto de Cima á Figueira do Braço (decr. 572); autoriza o da quantia de 505\$554 ao major Felisberto José de Menezes, professor do Collegio Militar da Capital Federal, de gratificação que não recebeu (decr. 577); autoriza a abrir o credito extraordinario de 7:500\$ para o de serviços prestados pela lancha "Promptus", de propriedade da viuva Mathew Loivrie, ás forças legaes (decr. 590); autoriza a abrir os necessarios creditos para o das despesas com a recepção do presidente da Republica Argentina (decr. 607); autoriza o da importancia das terras, de propriedade de Estevão Cunha, em que foram localizados imigrantes, na ex-colonia Brusque (decr. 753) — Ver Muitas — Vencimentos.

Países — Autoriza a abrir um credito extraordinario de 285:435\$768 para a reconstrução dos de polvora, na ilha do Boqueirão (decr. 262); autoriza a abrir um credito de 88:215\$806 para saldar as despesas com a construção de quatro de polvora, na ilha do Boqueirão (decr. 432).

Panorama — Ver Direitos.

Papel moeda — Regula o resgate do (decr. 427); crea um fundo especial applicavel ao resgate e outro para garantia do em circulação (decr. 581).

Passagens — Autoriza o pagamento de em favor de imigrantes (decr. 144).

Patentes — Manda rectificar as dos officiaes do exercito, reformados nos postos de generaes, effectuadas ou comprehendidas como compulsorias (decr. 136).

Patrões-móres — Providencia sobre a concessão de vantagens, regalias e reforma dos da Republica (decr. 695) — Ver Arsenaes de guerra — Arsenaes de marinha — Mapas — Vencimentos.

Peculato — Ver Codigo.

Pedagio — Ver Restituição.

Pedagogium — Autoriza a mandar pagar a Arthur Herculano de Almeida os vencimentos que lhe competirem como empregado, e á viuva do Dr. Joaquim José de Menezes Vieira os que este deixou de receber como director do (decr. 485).

Pena — Autoriza a relevar a de prescrição em que incorreu D. Olympia Candida Guimarães do Amaral (decr. 71).

Penalidades — Ver Crimes.

Pensões — Concede á D. Anolina Gonçalves de Almeida, viuva do dr. Antonio Euzebio Gonçalves de Almeida (decr. 10); fixa a de D. Pedro de Alcantara, ex-imperador do Brasil (lei 20); declara que a concedida á viuva de Benjamin Constant e a seus filhos, não prejudica o direito ao meio soldo da patente e aos montepios instituidos (decr. 37); eleva a 100\$ por mez a concedida á D. Maria Josephina Pereira Pinto de Andrade (decr. 45 A); autoriza a concessão de á D. Clara de Faro Montes, correspondente ao soldo que percebia seu filho, o alferes voluntario José Antonio de Cerqueira Montes (decr. 57); autoriza a concessão á D. Isabel Curvello de Menezes de uma vitalicia de 50\$ mensaes (decr. 63); concede á viuva e filhos de Tobias Barreto a annual de 3:600\$ (decr. 64); manda reverter á D. Adelia Carolina de Oliveira Ennes Bandeira e sua filha, Adelia Ennes Bandeira, a que percebia D. Carolina Cecilia Campos de Oliveira (decr. 68 A); concede á D. Anna Maria das Neves Damasio a annual de 1:200\$ (decr. 91); concede á D. Olympia Rodrigues Vaz a de 36\$ mensaes (decr. 94); autoriza a conceder ao cabo de esquadra reformado, João Coelho de Mello, uma de \$500 diários (decr. 110); concede á D. Maria do Carmo Alcebiades de Amorim Rangel a annual de 1:440\$, repartidamente com sua filha (decr. 144 A); concede á D. Thereza Florentina de Cantalice, irmã do capitão de fragata Francisco Flaviano de Cantalice, uma mensal equivalente ao meio soldo da patente (decr. 155); eleva á quantia de 300\$ mensaes a concedida á D. Maria Gertrudes da Matta Vieira da Silva e sua filha (decr. 156); reverte á D. Hermedina Maria Ferreira Cavalcante, filha do major Pedro Affonso Ferreira, a que percebia sua mãe, D. Virginia Zenandes Ferreira (decr. 158 A); concede á D. Henriqueta Carneiro de Mendonça Fauve a de 300\$ mensaes (decr. 164); transfere para D. Maria Euridice de Araujo Neves a de 21\$700 mensaes que percebia sua mãe, D. Carolina Leopoldina de Araujo Neves (decr. 165); concede a DD. Lulza Guilhermina de Campos e Anna Julia de Campos a reversão da parte da que cabia a sua irmã, D. Emilia Adelaide de Miranda Ribeiro (decr. 166); providencia sobre o pagamento da concedida á D. Maria Augusta Ferreira de Souza (decr. 179); concede á D. Maria Cecilia Meirelles da Fonseca a annual de 6:000\$ (decr. 180); concede á viuva e filhas do desembargador Caetano Estellita Cavalcante Pessoa a de 2:400\$ annuaes (decr. 181); concede á D. Elisa Augusta da Silveira, repartidamente com seus filhos, a de 80\$ mensaes (decr. 186); concede a Dom José Pereira da Silva Barros a annual de 3:600\$ (decr. 272 A); manda repartir por suas filhas DD. Narcisca Josephina de Andrade e Silva e Anna Joaquina de Andrade Aguiar, a que percebia sua mãe, D. Narcisca Candida de Andrade (decr. 276); concede a Cyrilla Rodrigues da Silva a annual de 2:000\$ (decr. de 7 de novembro de 1895); concede á D. Francisca Amalia Bittencourt Cardoso a annual de 1:200\$ (decr. 324); concede á D. Maria Lins Velloso da Silveira a de 100\$ mensaes (decr. de 9 de novembro de 1895); autoriza a conceder ao cabo de esquadra reformado Amaro da Costa Soares a de 1\$ diários (decr. de 9 de novembro de 1895); autoriza a conceder ao cabo de rinda Moura Barreto Ferreira a concedida á D. Balbina Carneiro da Fontoura Menna Barreto (decr. 336); garante á D. Laura Augusta de Moraes a assegurada pelo art. 31 do decr. 942 A de 1890 (decr. 340); garante á D. Rosa Sanches de Souza Carneiro, D. Anna de Aguiar Prado e D. Thereza Angelica de Souza a assegurada pelo decr. 942 A de 1890 (decr. 341); concede á

D. Rosa da Cunha e Silva, viuva do tenente do exercito Alfredo Silva, a annual de 1:200\$ (decr. 346); concede á D. Brasília Augusta Pinheiro a annual de 3:600\$ (decr. 365); declara que a de 264\$ annuaes concedida ao coronel Affonso de Albuquerque Mello é sem prejuizo do meio soldo que lhe compete (decr. 371); concede á viuva e aos filhos do marechal Carlos Machado Bittencourt (decr. 483); concede a cada uma das filhas do marechal Floriano Peixoto (decr. 484); concede a mensal de 30\$ ao 2º sargento reformado do exercito Januario da Rosa Franco (decr. 570); concede a mensal de 30\$ ao soldado reformado do exercito Franklin Ferreira de Moura (decr. 571); concede á D. Ludovina Alves Portocarrero, viuva do marechal Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, uma igual ao meio soldo que percebe (decr. 576); revoga a 2ª parte do art. 1º da lei 288 de 1895, ficando restabelecida a disposição do decr. 695 de 1890, que manda abonar á viuva do official a integral de montepio (decr. 632); eleva a mensal de 60\$ concedida á D. Amelia Rosa da Fonseca Amaral (decr. 745).

Perda — Ver Direitos.

Perdão — Concede o dos premios da divida em que ficou alcançado o ex-collector João Paulo de Lacerda (decr. 642) — Ver Dividas.

Permissão — De entrada livre de immigrants chinezes e japonezes (decr. 47); aos alumnos das escolas Polytechnicas, de Minas e Militar, para transferencia (decr. 450); aos officiaes da armada, reformados antes de instituido o meio soldo, para contribuirem para o montepio (decr. 532) — Ver Construcção.

Permuta — Declara definitiva a feita com a Santa Casa de Misericórdia do Recife, do edificio da Hospedaria de Immigrantes, pelo predio da Casa dos Expostos (decr. 211 A); approva o accôrdo sobre a de encomendas postaes entre o Brasil e Portugal (decr. 536); approva os ajustes constantes da Convenção Postal Universal, do accôrdo sobre a de cartas, encomendas e vales postaes (decr. 537).

Pernoite — Ver Transporte.

Pessoal — Augmenta de 40 % os vencimentos e salarios da Imprensa Nacional e "Diario Official" (decr. 125); autoriza a abrir o credito extraordinario de 82:000\$ para pagamento de vencimentos do pessoal addido á Secretaria da Industria (decr. 498) — Ver Creditos.

Pessoas — Determina que todas as habilitadas para a vida civil poderão passar procuração de proprio punho (decr. 79) — Ver Amnistia.

Petrechos — Autoriza a despender a quantia de 18.000:000\$ com a substituição do armamento do exercito e compra de bellicos (decr. 141).

Pharões — Ver Creditos — Despezas.

Pixe — Ver "Briquettes".

Plano — Manda delinear um geral para as linhas telegraphicas (decr. 22); autoriza a conceder privilegio ao Dr. Pedro de Souto Mayor para estabelecer um de navegação a vapor no rio Madeira (decr. 594) — Ver Applicação.

Poços — Abre um credito de 400:000\$ para a collocação de artesianos nos Estados de Piauhy e da Parahyba (decr. 96).

Poder Executivo — Approva os actos praticados pelo, e constantes dos decrs. 10 e 12 de 1892 (decr. 7 2A).

Poderes — Ver Competencia.

Policia — Autoriza a abrir o credito supplementar de 474:734\$905 para as despesas com a do Districto Federal, no exercicio de 1894 (decr. 254); autoriza a abrir o credito supplementar de 76:036\$ para as despesas com a do Districto Federal (decr. 321).

Ponte — Autoriza o Poder Executivo a permittir á Companhia "Brazil Great Southern Railway" a construcção da sobre o rio Quarahim (decr. 339).

Populações — Autoriza a despende até á quantia de 10.000:000\$ para soccorrer ás flagelladas pela secca (decr. 707).

Porcentagem — Ver Pagamento.

Portador — Ver Titulos.

Portos — Autoriza a alfandegar os de Gargahu', Macahé e Angra dos Reis (decr. 31); — Ver Obras — Repartições.

Postos — Manda considerar no immediato a reforma compulsoria ou voluntaria dos officiaes de terra e mar (decr. 29); autoriza a conceder as honras do de capitão de fragata a Adolpho Fortunato Hasselmann (decr. 59); concede aos 1º e 2º cirurgiões do corpo de bombeiros os de major e capitão (decr. 257); autoriza a graduar, no primeiro do exercito, todas as praças commissionadas até 3 de novembro de 1894 (decr. 350); autoriza a reformar, no de alferes, o tenente honorario do exercito e sargento aggregado do batalhão academico, Arcilio de Freitas (decr. 438); determina que a reforma do general de brigada, graduado, João de Oliveira Mello, será considerada effectiva neste (decr. 524); approva o acto que concedeu effectividade de a dois alferes graduados, e promoveu ao mesmo diversas praças do exercito por actos de bravura (decr. 525); autoriza a considerar como promovido ao de alferes de infantaria o 1º cadete Antonio Rodrigues de Araujo (decr. 603) — Ver Antiguidade — Gradação — Reversão — Vagas.

Praças — Manda indemnizar as que forem unanimemente absolvidas, das vantagens pecuniarias que tiverem perdido (decr. 49); concede vantagens ás de pret da armada quando baixarem aos hospitaes e enfermarias militares, por accidentes a bordo dos navios (decr. 51); autoriza a conceder transporte ás praças que obtiverem baixa de serviço (decr. 52); manda empregar as do exercito no estudo e construcção da E. de F. de Catalão a Cuyabá (decr. 183); regula o soldo e a etapa das do exercito e da armada (decr. 247); autoriza a graduar no primeiro posto do exercito todas as commissionadas até 3 de novembro de 1894 (decr. 350); dispõe sobre a contagem da prisão da de pret antes de ser condemnada (decr. 449); isenta as do corpo de infantaria de marinha da contribuição mensal de um dia de soldo para o Asylo de Invalidos da Patria (decr. 477); approva o acto que promoveu ao posto de alferes diversas do exercito (decr. 525); autoriza a conceder ás do exercito, que requererem matricula nos institutos de ensino militar, dispensa de idade exigida (decr. 667).

Prasos — Autoriza a prorogação do para a conclusão das obras da "Ceará Harbour Corporation" (lei 48); autoriza a prorogação do para a desobstrucção do rio das Velhas (decr. 118); autoriza a prorogar os concedidos á Companhia de Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya para explorar e estabelecer a navegação no rio Tocantins (decr. 131); proroga os estatuidos para a construcção da E. de F. de Alcobaça á Praia da Rainha (decr. 211); proroga o concedido para a construcção da E. de F. de

Ribeirão Bonito (decr. 212); concede á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas prorrogação de para iniciar as obras do porto de Jaraguá (decr. 215); fixa o para que os navios de cabotagem se nacionalizem (decr. 227 A); prorroga os para a conclusão das obras das estradas de ferro de Aracaju' a Simão Dias, Tamandaré a Barra, Catalão a Palmas e Caxias a Cajazeiras, e para o inicio das obras do porto de Laguna (decr. 271); prorroga o para serem iniciados os trabalhos da construcção da E. de F. de Caxias ao Araguaya (decr. 277); reduz a tres mezes o estabelecido no paragrapho unico do art. 30 da lei 35 de 1892, para duração de incompatibilidades (decr. 342); prorroga o concedido á Companhia E. de F. Nordeste do Brasil para começar os seus trabalhos (decr. de 19 de junho de 1895); prorroga o para a construcção da E. de F. do Natal ao Ceará-mirim (decr. de 19 de junho de 1895); prorroga o concedido á E. de F. Leopoldina para a conclusão das obras da linha de Santo Eduardo a Cachoeiro de Itapemerim (decr. 362); autoriza a prorogar o concedido para as estradas de ferro que já houverem completado os estudos ou iniciado a construcção (decr. 385); autoriza a considerar interrompidos os do contracto celebrado com a companhia Vição Fereira e Fluvial do Tocantins e Araguaya para a construcção da linha ferrea de Alcobaça á Praia da Rainha (decr. 631); autoriza a prorrogação do para a realização de exames parciaes de preparatórios (decr. 694) — Ver Estudos — Multas.

Predios — Ver Permuta.

Preenchimento — Dispõe sobre o dos claros existentes na força naval (decr. 478).

Premios — Autoriza a nomear uma commissão de membros da Directoria Geral de Saude Publica para verificar a efficacia do serum anti-varioloso, descoberto pelo Dr. Felipe Pereira Caldas, e lhe entregar o de 50:000\$ (decr. 460); autoriza a abrir o credito extraordinario de 4:200\$ para ao alumno José Antonio Figueiredo Rodrigues (decr. 575); concede perdão dos da divida em que ficou alcançado o ex-collector João Paulo de Lacerda (decr. 642); autoriza a abrir o credito extraordinario de 4:200\$, ao cambio de 27 d., para ao bacharel José Augusto Barreto de Mello Rocha (decr. 656); autoriza a abrir o credito extraordinario de 4:200\$, ao cambio de 27 d., para pagamento de ao Dr. Tito Passos de Almeida Rosas (decr. 671); concede a José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco o de 300:000\$ (decr. 754).

Preparadores — Ver Lentos — Ordenado.

Preparatorios — Ver Estudos — Exames.

Prescripção — Autoriza a relevar a em que incorreu D. Olympia Candida Guimarães do Amaral (decr. 71); releva a D. Carolina Luiza de Oliveira Pereira Pinto a para o recebimento de meio soldo (decr. 140 A); releva a em que incorreu D. Maria dos Santos Lucas para perceber o meio soldo a que tem direito (decr. 219); releva a em que incorreu D. Maria da Penha de Oliveira, viuva do alferes reformado do exercito, Luiz Antonio de Oliveira (decr. 289); releva á D. Francisca da Serra Carneiro Dutra a em que incorreu, para receber a differença de meio soldo a que tem direito (decr. 309).

Presidente — Regula o processo e julgamento do da Republica nos crimes communs (decr. 27); promulga a lei sobre os crimes de responsabilidade do da Republica (decr. 30); addita providencias relativas ás eleições federaes para o cargo de da Republica (decr. 184); organiza o estado-maior do da Republica (decr. 232); regula o processo de apuração na eleição para

o cargo de da Republica (decr. 347); fixa o subsidio do da Republica, no periodo de 15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902 (decr. 514); concede um mez de licença ao da Republica (decr. 647).

Presidio — Prohibe o recebimento de sentenciados, no de Fernando de Noronha (decr. 226).

Prestação — Ver Creditos.

Prisão — Dispõe sobre a contagem da preventiva de official ou praça de pret, antes de ser condemnado (decr. 449).

Privilegio—Autoriza a conceder ao Dr. Pedro de Souto Mayor para estabelecer um plano de navegação a vapor no rio Madeira (decr. 594).

Processo — Regula o do Presidente da Republica e dos ministros de Estado nos crimes communs (decr. 27); estabelece o para as eleições federaes (decr. 35); providencia sobre o de crimes de furto de productos da lavoura e industria (decr. 121); regula o para as eleições de que trata o art. 83 da lei 85 de 1892 (decr. 248); estabelece o de arrecadação dos impostos de consumo (decr. 641).

Procuração — Determina que todas as pessoas habilitadas para a vida civil podem passar de proprio punho (decr. 79).

Procuradoria — Amplia a organização da da Republica (decr. 173 B).

Productos — Prohibe importar e fabricar rotulos que se pretem á fabricação de nacionaes com o fim de vender estes como estrangeiros (decr. 452).

Professores — Autoriza a abrir o credito extraordinario de 27:471\$794 para pagamento a da Escola e do Collegio Militar (decr. 556) — Ver Vencimentos.

Profissões liberaes — Approva a convenção celebrada entre o Brasil e o Chile sobre o exercicio das (decr. 494); approva a convenção para o exercicio das, entre o Brasil e a Bolivia (decr. 600).

Proibição — Do recebimento de sentenciados, no presidio de Fernando de Noronha (decr. 226); de importação e fabricação de rotulos que se prestem á fabricação de bebidas e outros productos com o fim de os vender como si fossem estrangeiros (decr. 452); para que sejam recebidos ou circulem como moeda titulos de credito (decr. 561).

Projecto — Autoriza a abrir concorrência para o de um monumento a Tiradentes (decr. 147).

Prolongamento — Ver Estradas de ferro — Linhas.

Promoção — Ver Postos.

Promulgação — Da lei sobre crimes de responsabilidade do Presidente da Republica (decr. 30); da resolução que autoriza a abertura do credito para pagamento dos vencimentos dos empregados das secretarias das duas camaras (decr. 223); da resolução que autoriza a conceder ao Dr. Candido Barroso do Amaral, medico auxiliar da Directoria Geral de Saude Publica, a prorrogação de mais um anno de licença (decr. 508).

Propriedade industrial — Approva os protocolos formulados na conferencia de Madrid, em 1890, para a protecção da (decr. 376).

Proprios nacionaes — Manda que continue a ter o mesmo destino diversos, no Estado de Pernambuco (decr. 222 A); concede ao Estado de Goyaz diversos de que a União não precisa (decr. 225 A); providencia sobre a applicação do producto li-

quido da venda dos desnecessarios ao serviço do Ministerio da Guerra (decr. 658) — Ver Construcção.

Proprio punho — Ver Procuração.

Prorogação — Ver Licenças — Prastos — Sessões.

Protocollos — Approva os formulados na conferencia de Madrid, em 1890, para a protecção da propriedade industrial (decr. 376).

Prova — Regula a do fallecimento de qualquer official de terra ou de mar para habilitação ao meio soldo e montepio (decr. 282).

Providencias — Addita relativas ás eleições federaes para membros do Congresso Nacional e para Presidente e Vice-Presidente da Republica (decr. 184).

Publicação — Ver Actos — Creditos — Pagamentos — Sessões.

Q

Quadros — Manda readmittir no do exercito o tenente reformado Raymundo Perdigão de Oliveira (decr. 61); reorganiza o dos officiaes da armada (decr. 732).

Quantia — Releva á D. Idalina Alice de Menezes da de 1:500\$ recebida por seu marido, capitão Fernando Carlos de Menezes, 2º official da Contadoria da Guerra, a titulo de adiantamento (decr. 190).

Quartel-mestre — Ver Estados-maiores.

R

Ramal — Autoriza a contractar com o engenheiro Ayres Pompeu de Carvalho e Souza e José Augusto Vieira a construcção de um ferreo de Sapopemba á ilha do Governador (decr. 553).

Readmissão — No quadro do exercito, do tenente reformado Raymundo Perdigão de Oliveira (decr. 61).

Reboque — Ver Serviços.

Recebimento — Prohibe o de sentenciados, no presidio de Fernando de Noronha (decr. 226).

Receita — Orça a geral para o exercicio de 1892 (lei 25); orça a geral para o exercicio de 1893 (lei 126 A); orça a geral para o exercicio de 1894 (lei 191 A); orça a geral para o exercicio de 1895 (lei 265); orça a geral para o exercicio de 1896 (lei 359); orça a geral para o exercicio de 1897 (lei 428); orça a geral para o exercicio de 1898 (lei 489); orça a geral para o exercicio de 1899 (lei 559); orça a geral para o exercicio de 1900 (lei 640); orça a geral para o exercicio de 1901 (decr. 741) — Ver Orçamento.

Recolhimento — Autoriza o de 1.000.000 esterlinos ao Banco da Republica (decr. 689).

Reclamações — Approva o accôrdo sobre as italianas (decr. 425); autoriza a abrir o credito de 96:946\$911 para liquidar as de diversas legações estrangeiras (decr. 617).

Reclamantes — Autoriza o abrir o credito especial de 815:067\$120 para o pagamento das indemnizações concedidas a italianos (decr. 499).

Recompensa — Concede a José Maria da Silva Paranhos do

Rio-Branco a dotação annual de 24:000\$ e o premio de 300:000\$, como uma nacional (decr. 754 — Ver *Subvenção*).

Reconhecimento — De direito á percepção de meio soldo a D. D. Paulina Huet de Bacellar Pinto Guedes e outra (decr. 58).

Reconstrução — Autoriza a abrir um credito extraordinario de 285:435\$768 para a de paões de polvora, na ilha do Boqueirão (decr. 262).

Rectificação — Das patentes dos officiaes do exercito reformados nos postos de generaes, effectuadas ou comprehendidas como compulsorias (decr. 136).

Redacção — Ver *Debates*.

Reducção — Para tres mezes, do praso estabelecido para duração das incompatibilidades definidas no art. 30 da lei 35 de 1892 (decr. 342).

Reeleição — Ver *Conselho Municipal*.

Reforço — Autoriza a abrir o credito especial de 300:000\$ para o do credito aberto pelo decr. 3528 de 1899 (decr. 723).

Reformados — Declara que os officiaes, que occuparem cargos em mais de um ministerio poderão optar pelo que lhes convier (decr. 32) — Ver *Officiaes*.

Reformas — Sancciona a resolução que regula a idade para a voluntaria ou compulsoria dos officiaes do exercito (decr. 18); manda considerar no posto immediato, com a graduacão do posto subsequente, a compulsoria ou voluntaria dos officiaes de terra e mar (decr. 29); concede melhoramento de ao capitão do exercito Luiz José da Fonseca Ramos (decr. 55); manda cessar os effectos da do capitão João José de Oliveira Freitas (decr. 86); autoriza a dos calculos referentes ás aposentações dos ex-secretario e sub-secretario da Faculdade de Medicina da Bahia, Drs. Cincinato Pinto da Silva e Thomaz Aquino Gaspar (decr. 108); autoriza a considerar a compulsoria dada ao official de fazenda de 2ª classe, Antonio Marianno Barreto Pereira Pinto, na effectividade do posto de 1º tenente (decr. 119); autoriza, no posto de tenente do extincto corpo de policia da Capital Federal, do capitão honorario do exercito Antonio José Alves (decr. 128); autoriza a despende a quantia de 12.000:000\$ com a do material naval (decr. 140); declara que a concedida ao capitão aggregado á arma de infantaria, Antonio Galdino Travassos Alves, deve ser no posto de major (decr. 158); declara que a do brigadeiro Joaquim Antonio Xavier do Valle será no posto de general de brigada (decr. 178); autoriza a do Archivo Publico Nacional (decr. 187); manda rever a concedida ao general de brigada Frederico Chrystiano Buys (decr. 209); melhora a do 1º tenente da armada Camillo de Lellis e Silva (decr. 237); autoriza a dos regulamentos das vias ferreas da União (decr. 344); autoriza a dos estatutos da Escola Polytechnica (decr. 364); autoriza a do tenente honorario do exercito e sargento ajudante aggregado do batalhão academico, Arcilio de Freitas (decr. 438); autoriza a pagar ao tenente reformado do exercito, José Severo Filho, o soldo da que deixou de receber (decr. 486); suspende, quanto aos engenheiros navaes, a da compulsoria (decr. 523); determina que a do general de brigada graduado, João de Oliveira Mello, será considerada effectiva neste posto (decr. 524); providencia sobre a de patrões-móres e de officiaes marinheiros (decr. 695) — Ver *Serviços*.

Regalias — Concede aos alumnos do curso superior das fa-

culdades de direito, matriculados antes da lei 314 de 1895, as da legislação anterior (decr. 444); providencia sobre a concessão de aos padrões-móres (decr. 695).

Regimen — Ver **Garantia**.

Regimento — Autoriza a rever o de custas judiciais (decr. 225) — Ver **Custas**.

Regras — Estabelece para a discriminação das taxas de sello (decr. 585).

Regulador — Ver **Direitos**.

Regulamentação — Ver **Organização** — **Processo**.

Regulamentos — Dá novo ao corpo de engenheiros navaes (decr. 105); altera o da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 193); autoriza a rever o da Directoria Geral dos Correios (decr. 272 B); approva o annexo ao decr. 2043 de 1895, na parte que eleva vencimentos e crea empregos na E. de F. de Porto Alegre a Uruguayana, e autoriza a reformar os das demais vias ferreas (decr. 344).

Regularização — De aposentadoria aos funcionarios publicos (decr. 117); da emissão de emprestimos em obrigações ao portador "debentures" (decr. 177 A); do numero e do vencimento dos empregados das repartições de saude dos portos (decr. 198); do processo de apuração na eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Republica (decr. 347).

Reintegração — Autoriza a, no posto de fiel de 1ª classe da armada, do ex-fiel Theodomiro da Gama (decr. 159); autoriza a do Dr. Innocencio Serzedello Corrêa no lugar de lente cathedra (decr. 688); autoriza a, no serviço activo da armada, do vice-almirante reformado Arthur Jaceguay (decr. 701).

Relevação — Autoriza a da pena de prescrição em que incorreu D. Olympia Cândida Guimarães (decr. 71); á D. Idalina Alice de Menezes, viuva do capitão Fernando Carlos de Menezes, 2.º official da Contadoria da Guerra, da quantia de 1:500\$ recebida a titulo de adeantamento por seu marido (decr. 190); á D. Maria dos Santos Lucas da prescrição em que incorreu, para perceber o meo soldo a que tem direito (decr. 219); do pagamento da multa á Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão, cessionaria da E. de F. de Caxias a S. José das Cajazeiras (decr. 241); da prescrição em que incorreu D. Maria da Penha Oliveira, viuva do alferes reformado do exercito Luiz Antonio de Oliveira (decr. 289); á D. Francisca da Serra Carneiro Dutra, da prescrição em que incorreu, para receber a differença de meo soldo a que tem direito (decr. 309); autoriza a do pagamento da quantia de 6:531\$900 ao major Antonio Caetanô Rodrigues Horta, collecto de Juiz de Fora (decr. 488); autoriza a do excesso de idade do ex-alumno da Escola Naval, Roberto de Barros (decr. 528); da divida de 5:000\$, contrahida pelo coronel Pedro Nunes Baptista Ferreira Tamarindo (decr. 605).

Remador — Ver **Foguistas** — **Vencimentos**.

Remissão — Declara a das dividas deixadas pelos officiaes e praças que pereceram em Canudos (decr. 611).

Reorganização — Dos serviços da administração federal (decr. 23); autoriza a de diversas repartições dos ministerios da Guerra e da Marinha (lei 54); do serviço policial do Districto Federal (lei 76); do serviço da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 193); autoriza a do Correio Federal (decr. 194); do ensino das faculdades de direito (decr. 314); da corporação

dos corretores de fundos publicos do Districto Federal (decr. 354); do Tribunal de Contas (decr. 392); autoriza a abrir os creditos necessarios para dar execução á lei que estabeleceu a do Tribunal de Contas (decr. 420); autoriza a dos estabelecimentos militares de ensino (decr. 463); do quadro dos officiaes da armada (decr. 732); das colonias militares (decr. 733) — Ver **Serviços**.

Repartição da Carta Maritima — Ver **Creditos**.

Repartição Geral dos Telegraphos — Autoriza o governo a abrir credito supplementar para pagamento do augmento de vencimentos aos telegraphistas da (decr. 70); reorganiza o serviço da, e altera o regulamento (decr. 193); autoriza a abrir o credito de 7:200\$ para pagamento de vencimentos aos empregados addidos da (decr. 562).

Repartições — Autoriza a reorganização de diversas dos ministerios da Guerra e da Marinha (lei 54); regula o numero e os vencimentos dos empregados das de saude dos portos (decr. 198); declara de livre escolha diversos cargos das de fazenda (decr. 358); autoriza a abrir o credito supplementar necessario ao pagamento de porcentagens aos empregados de arrecadadoras (decr. 567).

Reposições e restituições — Autoriza a abertura do credito supplementar de 1.700:000\$ á verba (decr. 299); autoriza a abrir o credito supplementar de 5.522:847\$682 á verba (decr. 388); autoriza a abrir o credito de 450:000\$, supplementar á verba (decr. 475).

Represas — Abre um credito de 400:000\$ para a construção de nos Estados do Piahy e da Parahyba (decr. 96).

Representação — Ver **Despezas** — **Gratificações**.

Resgate — Regula o do papel moeda (decr. 427); crea um fundo especial applicavel ao do papel moeda (decr. 581).

Resoluções — Sanciona a que regula a idade para a reforma voluntaria ou compulsoria dos officiaes do exercito (decr. 18); promulga a que autoriza a abrir o credito necessario para pagamento dos vencimentos dos empregados das secretarias das duas camaras (decr. 223); publica a que approva os actos praticados por motivo da revolta de 6 de setembro de 1893 (decr. 273); regula a suspensão das do Conselho Municipal do Districto Federal (decr. 493); publica a que approva os actos praticados pelo Poder Executivo e seus agentes por motivo do attentado de 5 de novembro de 1897 (decr. 503); promulga a que autoriza a conceder ao dr. Candido Barroso do Amaral, medico auxiliar da Directoria Geral de Saude Publica, a prorrogação de mais um anno de licença (decr. 508) — Ver **Publicação**.

Responsabilidade — Promulga a lei sobre os crimes de do Presidente da Republica (decr. 30); determina que o thesouro assumo a dos bilhetes bancarios em circulação (decr. 427).

Restabelecimento — Da Alfandega de Porto Alegre (decr. 630); da disposição do decr. 695 de 1890, que manda abonar á viuva do official a pensão integral do montepio (decr. 632).

Restauração — Autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 3.000:000\$ para a das fortalezas da Republica (decr. 319).

Restituição — Autoriza a da quantia de 3:000\$ ao ex-theoureiro de Thesouraria de Fazenda de Minas Geraes, Agostinho José Cabral (decr. 574); autoriza a abrir o credito especial do

9:138\$ para pagamento a Severino Tossas Nunes da do pedagio sobre a ponte Vaccahy, na E. de F. de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 935).

Restricções — Supprime as postas á amnistia concedida pela lei 310 de 1895 (lei 533).

Reversão — Determina a da pensão que percebia D. Carolina Cecilia Campos de Oliveira para D. Adelia Carolina de Oliveira Ennes Bandeira e sua filha, Adelia Ennes Bandeira (decr. 68 A); estabelece em favor de D. Carolina Angelina de Andrade Vasconcellos a de outra parte do meio soldo da patente de seu pae, o tenente-coronel Joaquim José de Andrade Vasconcellos (decr. 156 A); á D. Hermedina Maria Ferreira Cavalcante, filha do major Pedro Affonso Ferreira, do meio soldo e pensão que percebia sua mãe, D. Virginia Zenandes Ferreira (decr. 158 A); concede a D. D. Luiza Guilhermina de Campos e Anna Julia de Campos a da parte da pensão que cabia a sua irmã, D. Emilia Adelaide de Miranda Ribeiro (decr. 166); ao serviço activo da armada, do vice-almirante reformado Jeronymo Francisco Gonçalves (decr. 199); em favor de D. Florinda Barreto Pereira, da pensão concedida á D. Balbina Carneiro da Fontoura Menna Barreto (decr. 336); autoriza a do tenente reformado do exercito, Carlos Augusto de Gogoy, á 1ª classe do exercito (decr. 345); autoriza a ao serviço activo do exercito com a patente que tinha, reintegrando-o no lugar de lente cathedratico, do Dr. Innocencio Serzedello Corrêa (decr. 688).

Revisão — Manda fazer a da reforma concedida ao general de brigada Frederico Chrystiano Buys (decr. 209); manda fazer a do regimento de custas judicarias (decr. 225); autoriza o governo a fazer a do regulamento da Directoria Geral dos Correios (decr. 272 B).

Revogação — Da 2ª parte do art. 1º da lei 288 de 1895, ficando restabelecida a disposição do decr. 695 de 1890 (decr. 632).

Revolta — Concede amnistia aos implicados na das fortalezas da Lage e Santa Cruz (decr. 72 B); publica a resolução que approva os actos praticados por motivo da de 6 de setembro de 1893 (decr. 273); autoriza a abrir o credito especial de 2.220:000\$ para indemnizar prejuizos consequentes da do 6 de setembro de 1893 (decr. 373).

Rios — Ver Creditos — Desobstrucção.

Rotulos — Prohibe importar e fabricar os que se prestem á fabricacção de bebidas e outros productos nacionaes, com o fim de vender estes como si fossem estrangeiros (decr. 452).

Rubricas — Autoriza a abrir o credito de 186:467\$680, supplementar a diversas, da lei 360 de 1895 (decr. 377); autoriza a abrir o credito de 668:260\$, supplementar a diversas do orçamento para 1896 (decr. 398); autoriza a abrir o credito de 2.500:280\$744, supplementar a diversas do art. 5º da lei 360 de 1895 (decr. 422); autoriza a abrir o credito de 1.787:802\$270, supplementar, a diversas do orçamento de 1896 (decr. 423); autoriza a abrir um credito de 30:000\$, supplementar á 4ª do art. 3º da lei 429 de 1896 (decr. 468); autoriza a abrir o credito de 50:000\$, supplementar á 4ª do art. 12 da lei 560 de 1898 (decr. 609) — Ver Creditos.

S

Salários — Augmenta de 40 % os do pessoal da Imprensa Nacional e "Diário Official" (decr. 125).

Santa Casa De Misericórdia — Declara definitiva, pela do Recife, a permuta do edificio da Hospedaria de Immigrantes pelo predio da Casa dos Expostos (decr. 211 A); manda que continuem a ter o mesmo destino diversos proprios nacionaes no Estado de Pernambuco, entregues á do Recife (decr. 222 A).

Saude — Ver Repartições.

Secca — Ver Populações — Soccorros publicos.

Secretaria da Camara dos Deputados — Providencia sobre credito supplementar á verba (decr. 2).

Secretaria do Senado Federal — Providencia sobre credito supplementar á verba (decr. 2).

Secretarias — Torna extensivo aos empregados das do Senado e da Camara o montepio creado pelo decr. 942 A de 31 de outubro de 1899 (decr. 3); promulga a resolução que autoriza a abrir o credito necessario para pagamento de vencimentos dos empregados das das camaras (decr. 223); autoriza a abrir o credito extraordinario de 82:000\$ para pagamento de vencimentos ao pessoal addido á da Industria (decr. 498); autoriza a abrir credito especial para pagamento de varias despezas da do Senado (decr. 568) — Ver Ministerios.

Secretarios — Dá aos da Côrte de Appellação e do Tribunal Civil e Criminal o direito de perceber custas (decr. 77).

Seguros — Dispõe sobre as companhias estrangeiras dos de vida que funcionam no territorio do Brasil (decr. 294).

Sello — Estabelece as regras a que deve obedecer a discriminação das taxas de (decr. 585).

Senado Federal — Providencia sobre credito supplementar á verba — Secretaria do (decr. 2).

Senadores — Ver Ajudas de custo — Eleições — Subsidios.

Sentenças — Autoriza a fazer as necessarias operações de credito para dar execução ás passadas em julgado (decr. 597); autoriza a fazer as necessarias operações de credito para dar execução ás passadas em julgado (decr. 686) — Ver Creditos.

Sentenciados — Ver Presidio.

Serum — Autoriza a nomear uma commissão de membros da Directoria Geral de Saude Publica para verificar a efficacia do anti-variolosos, descoberto pelo Dr. Felipe Pereira Caldas (decr. 460).

Serviços — Reorganização dos da administração federal (decr. 23); isenta de impostos os materiaes importados para os de agua, esgoto e iluminação da cidade de Tatuhy (decr. 41); manda contar para a aposentadoria de Manoel Pereira da Silva Junior o tempo de no Arsenal de Guerra (decr. 44 C); autoriza a indemnização ao padre Antonio Martucci, pelos prestados á imigração (decr. 72); reorganiza o policial do Districto Federal (decr. 76); prorroga o contracto para o de reboque a vapor nas barras de Cotinguiba, S. Christovão e Estancia (decr. 82); autoriza a abertura de um credito supplementar de 5.674:579\$518 para os da E. de N. Central do Brasil (decr. 84); providencia sobre o pagamento do tachygraphico na prorrogação da sessão legislativa de 1892 (decr. 95); autoriza a contractar o de navegação e transporte de mercadorias, pelo Içá e Putumayo, com Julio Benevides (decr. 99); autoriza a contractar o de reboque, nas bar-

ras dos rios Itapemerim e Benevente e Itajahy e Laguna (decr. 104); manda computar integralmente nas aposentadorias dos juizes federaes o prestado anteriormente (decr. 113); concede a subvenção annual de 150:000\$ para o de desobstrução do rio das Velhas (decr. 118); dispensa de concurso os adjuntos do sanitario do exercito que tenham mais de dois annos de effectivo (decr. 148); autoriza a abrir um credito extraordinario de 1.200:000\$ para as despesas com os a cargo dos Estados do Piauhy, Parahyba e Goyaz (decr. 173 A); reorganiza o da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 193); manda contar para a jubilação do ex-professor de esgrima da Escola Naval, José Diogo Ozorio de Oliveira, o tempo de no exercito (decr. 197); manda reverter ao activo da armada o vice-almirante reformado Jeronymo Francisco Gonçalves (decr. 199); manda contar ao capitão de cavallaria Antonio Lago, como de effectivo, o tempo em que esteve fóra das fileiras (decr. 229); autoriza a contractar o de viagens mensaes dos portos de S. Francisco e Amarante ao da Tutoya (decr. 351); manda contar ao 1º tenente da armada Arthur Waldemiro da Serra Belfort e aos aspirantes o tempo de na esquadra legal e flotilhas (decr. 494); autoriza a abrir o credito especial de 111:095\$100 para pagamento de vencimentos dos officiaes que reverteram ao do exercito e da armada (decr. 439); determina que continue a cargo da União o de iluminação da Capital Federal (decr. 542); autoriza a abrir o credito extraordinario de 7:500\$ para pagar á viuva Mathew Lowrie os prestados pela sua lancha "Promptus" ás forças legaes (decr. 590); autoriza a reverter ao activo do exercito o Dr. Innocencio Serzedello Corrêa (decr. 688); autoriza a reintegrar no activo da armada o vice-almirante reformado Arthur Jacaguay (decr. 700) — **Ver Creditos — Reformas.**

Sessões — Publica a resolução prorogando a legislativa até 15 de novembro de 1891 (decr. 14); autoriza a abertura de credito para pagamento da despesa com a extraordinaria do Congresso Nacional (decr. 36); publica a resolução prorogando a legislativa até 12 de outubro de 1892 (decr. 81); providencia sobre o pagamento do subsidio de senadores e deputados durante a prorrogação da legislativa de 1892 (decr. 95); publica a resolução prorogando a legislativa até 31 de outubro de 1892 (decr. 100); publica a resolução prorogando a legislativa até 12 de novembro de 1892 (decr. 115); publica a resolução prorogando a legislativa até 15 de setembro de 1893 (decr. 169); publica a resolução prorogando a legislativa até 25 de setembro de 1893 (decr. 177); publica a resolução prorogando até 7 de outubro de 1894 a legislativa (decr. 204); publica a resolução prorogando até 6 de novembro de 1894 a legislativa (decr. 208); publica a resolução prorogando até 30 de novembro de 1894 a legislativa (decr. 213); publica a resolução prorogando até 10 de dezembro de 1894 a legislativa (decr. 224); publica a resolução prorogando até 20 de dezembro de 1894 a legislativa (decr. 228); publica a resolução prorogando até 4 de outubro de 1895 a legislativa (decr. 293); publica a resolução prorogando até 3 de novembro de 1895 a legislativa (decr. 301); publica a resolução prorogando até 30 de novembro de 1895 a legislativa (decr. 315); publica a resolução prorogando até 20 de dezembro de 1895 a legislativa (decr. 338); publica a resolução prorogando a legislativa até 30 de dezembro de 1895 (decr. 355); publica a resolução prorogando a legislativa até 14 de outubro de 1896 (decr. 383); publica a resolução prorogando a legislativa até 14 de novembro de 1896 (decr. 395); publica a resolução prorogando a legislativa até 30 de novembro de 1896 (decr. 412); publica a resolução prorogando

a legislativa até 10 de dezembro de 1896 (decr. 418); publica a resolução prorogando a legislativa até 5 de outubro de 1897 (decr. 442); publica a resolução prorogando a legislativa até 4 de novembro de 1897 (decr. 447); publica a resolução prorogando a legislativa até 4 de dezembro de 1897 (decr. 451); publica a resolução prorogando a legislativa até 10 de dezembro de 1897 (decr. 465); publica a resolução prorogando a legislativa até 2 de outubro de 1898 (decr. 501); publica a resolução prorogando a legislativa até o dia 1 de novembro de 1898 (decr. 506); publica a resolução prorogando a legislativa até 1 de dezembro de 1898 (decr. 513); publica a resolução prorogando a legislativa até 20 de dezembro de 1898 (decr. 326); publica a resolução prorogando a legislativa até 30 de dezembro de 1898 (decr. 538); publica a resolução prorogando a legislativa até 2 de outubro de 1899 (decr. 596); publica a resolução prorogando a legislativa até 2 de novembro de 1899 (decr. 613); publica a resolução prorogando a legislativa até o dia 22 de novembro de 1899 (decr. 629); publica a resolução que proroga a legislativa até 2 de outubro de 1900 (decr. 685); publica a resolução prorogando a legislativa até 1 de novembro de 1900 (decr. 693); publica a resolução prorogando a legislativa até 1 de dezembro de 1900 (decr. 709); publica a resolução prorogando a legislativa até 30 de dezembro de 1900 (decr. 719).

Sítio — Ver Estado.

Sobras — Autoriza a applicar as da verba — Empreitada, da E. de F. Central da Parahyba, no pagamento do pessoal da mesma estrada (decr. 302); autoriza a alienar as dos imoveis adquiridos para melhoramentos da E. de F. Central do Brasil, entre Central e S. Diogo (decr. 704); autoriza a transportar as da consignação — Pernoite aos correios ambulantes, até á quantia de 90:000\$, para a consignação — Gratificação ao pessoal dos correios ambulantes de mar e outros, na verba — Correios (decr. 718).

Soccorros publicos — Autoriza a abertura do credito de 12:317\$174 para pagamento das despesas feitas em Santa Catharina, no exercicio de 1891, por conta da verba (decr. 160); autoriza a abrir o credito especial de 800:000\$ para os a diversos Estados flagellados pela secca (decr. 532).

Sociedades — Autoriza a concessão á Academia do Commercio de Juiz de Fóra de isenção dos direitos de importação e transporte gratuito de materiaes de contrucção e objectos para a instalação escolar (decr. 7); approva o accôrdo celebrado entre o governo e a Anonyma do Gaz pelo decr. 826 de 24 de maio ultimo (decr. 114); regula a emissão de emprestimos em obrigações ao portador das anonymas (decr. 177 A).

Soldo — Concede direito ao integral á D. Adelaide Telles Pires, viuva do capitão de artilharia Antonio Telles Pires (decr. 68); autoriza a mandar pagar ao alferes honorario do exercito, Antonio Paes de Sá Barreto, a quantia de 2:592\$ de differença de que deixou de receber (decr. 137); regula o dos officiaes e praças do exercito e da armada (decr. 247); manda fazer ao major reformado do exercito, Eugenio Frederico de Lossio e Seibnitz, o pagamento do que deixou de receber (decr. 272); isenta as praças de infantaria de marinha, officiaes marinheiros e marinheiros nacionaes da contribuição mensal de um dia de para o Asylo de Invalidos da Patria (decr. 477); autoriza a pagar ao tenente reformado, do exercito, José Severo Filho, o de sua reforma desde que deixou de receber (decr. 486).

Stenographia — Ver Creditos.

Subsidios — Providencia sobre creditos supplementares ás verbas — dos senadores e dos deputados (decr. 2); fixa os do Presidente e Vice-Presidente da Republica, no periodo de 1894 a 1898 (decr. 9); providencia sobre o pagamento de aos senadores e deputados na prorogação da sessão legislativa de 1892 (decr. 95); fixa o dos senadores e deputados na proxima legislatura (decr. 182); autoriza a abrir o credito necessario para pagamento de aos senadores e deputados na prorogação da sessão legislativa de 1893 (decr. 183 B); autoriza a abertura do credito necessario para pagamento de dos deputados e senadores nas prorogações da sessão legislativa de 1894 (decr. 218); fixa o dos senadores e deputados na proxima legislatura (decr. 407); fixa o do Presidente e Vice-Presidente da Republica no periodo de 15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902 (decr. 514); fixa o dos senadores e deputados na legislatura de 1900 a 1902 (decr. 614) — Ver Subvenção.

Substituição — Autoriza a despende a quantia de 18.000:000\$ com a do armamento do exercito (decr. 141); regula a dos bilhetes bancarios em circulação (decr. 427); autoriza a abrir o credito especial de 100:000\$ para occorrer ás despesas com a de marcos na fronteira do Brasil com o Perú (decr. 520); abre o credito especial de 200:000\$ destinado as despesas com a demarcação de l'imites com a Argentina e ás despesas com a dos marcos arruinados na fronteira do Perú (decr. 653).

Substituto — Ver Vencimentos.

Subvenção — Concede a annual de 150:000\$ para a desobstrucção do rio das Velhas (decr. 118); concede ao Dr. Eduardo Chapot Prevost a de 40:000\$ como recompensa nacional (decr. 717).

Supressão — Das restricções postas á amnistia concedida pela lei 310 de 1895 (lei 533).

Supprimento — Autoriza a abrir o credito de 36:400\$ para pagamento a Antonio Lucio de Medeiros, contractante de agua e de illuminação aos estabelecimentos de marinha (decr. 670).

Supremo Tribunal Federal — Augmenta os vencimentos dos membros e de outros funcionarios do (decr. 363).

Supremo Tribunal Militar — Dá organização ao (decr. 149).

Suspensão — Regula a das leis e resoluções do Conselho Municipal do Districto Federal (decr. 493); da reforma compulsoria quanto aos engenheiros navaes (decr. 523).

T

Tarifa — Altera varias disposições da das alfandegas e mesas de rendas (decr. 651).

Taxas — Declara quaes são os telegraphmas officiaes isentos de (decr. 391); estabelece as regras a que deve obedecer a discriminação das de sello (decr. 585); autoriza a abrir o credito supplementar de 2.912:675\$525 para pagamento das de esgoto da Capital Federal (decr. 749).

Telegraphmas — Declara quaes são os officiaes isentos de taxas (decr. 391).

Telegraphistas — Autoriza o governo a abrir credito supplementar para pagamento do augmento de vencimentos aos da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 70).

Telegrapho — Autoriza a abrir os creditos de francos 220.555

e 11.792 para pagamento de contas e indemnizações ao Oriental (decr. 751) — Ver Repartição Geral dos Telegraphos.

Tempo — Manda contar para a aposentadoria de Manoel Pereira da Silva Junior o de serviço no Arsenal de Guerra (decr. 44 C); autoriza a contar para a jubilação de D. Maria Thomazia de Oliveira e Silva o em que serviu como adjunta de professora (decr. 167); autoriza a contar ao capitão de fragata Pedro Nolasco Pereira da Cunha, como de embarque, o em que commandou a galeota "Quinze de novembro" (decr. 171); manda contar para a jubilação do ex-professor de esgrima da Escola Naval José Diogo Ozorio de Oliveira, o em que serviu no exercito (decr. 197); manda contar ao capitão de cavallaria Antonio Lago, como de effectivo serviço, o em que esteve fóra das fileiras (decr. 229); autoriza a mandar contar ao 1º tenente reformado, Joaquim de Oliveira Fernandes, o em que serviu nas fileiras do exercito (decr. 238); manda contar ao 1º tenente da armada, Arthur Waldemiro da Serra Belfort, e aos aspirantes, o em que serviram na esquadra legal e flotilhas (decr. 404); dispõe sobre o da prisão preventiva do official ou praça de pret, antes de ser condemnado (decr. 449); resolve sobre o computo do para a aposentadoria do engenheiro Miguel de Teive e Argollo (decr. 453) — Ver Serviços.

Terras — Autoriza a pagar a Estevão Cunha a importancia das de sua propriedade em que foram localizados immigrants, na ex-colônia Brusque (decr. 753) — Ver Creditos.

Terrenos — Ver Venda.

Tiradentes — Autoriza a abrir concorrência publica para um projecto de monumento á memoria de (decr. 147).

Titulos — Dispõe sobre os ao portador (decr. 149 B); prohibe que sejam recebidos ou circulem como moeda quae quer de creditos (decr. 561); manda conferir aos officiaes alumnos da Escola Militar do Brasil, que concluirem o curso de engenharia, os mesmos scientificos passados aos que o fizeram pelo regulamento de 1874 (decr. 731).

Trabalhos — Ver Construcção.

Traçado — Autoriza a alterar o da 1ª secção da E. de F. Central Alagoana (decr. 192).

Trafego — Ver Linhas.

Trancamento — Autoriza o das contas do ex-almoxarife do Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Theophilo Antunes de Miranda (decr. 487).

Transferencias — Autoriza a para ás armas de infantaria e cavallaria dos primeiros e segundos tenentes de artilharia que, por falta de habilitação scientifica, não possam ter accesso (lei 112); estabelece para D. Maria Euridice de Araujo Neves a da pensão de 21\$700, mensaes, que percebia sua mãe, D. Carolina Leopoldina de Araujo Neves (decr. 165); autoriza a, do quadro do exercito para um dos corpos militares subordinados ao Ministerio da Justiça, do major Benevenuto de Souza Magalhães (decr. 322); autoriza a, para o Ministerio da Fazenda, do credito constante do n. 17 do art. 2º da lei 560 de 1898 (decr. 616); autoriza a, da verba 8ª para a 7ª, da quantia de 107:155\$178. e da consignação 23 para a 21 da de 31:181\$700 (decr. 696); declara abolidas as para o estado-maior do exercito dos tenentes e primeiros tenentes das tres armas combatentes (decr. 716).

Transporte — Autoriza a concessão á Sociedade Academica do Commercio, de Juiz de Fóra de gratuito, na E. de F. Central.

do Brasil, para materiaes de construcção (decr. 7); autoriza a conceder ás praças que obtiverem baixa de serviço (decr. 52); autoriza a contractar com Julio Benevides o de mercadorias, pelo Yçá e Putomayor (decr. 99); autoriza o das obras da consignaço — Pernoite aos correios ambulantes, até á quantia de 90:000\$, para a consignaço — Gratificação ao pessoal dos correios ambulantes de mar e outros, na verba — Correios (decr. 718); — Ver **Immigrantes**.

Tratados — Approva o de arbitramento entre o Brasil e varios Estados americanos (decr. 48 A); autoriza a promover a execução do de 5 de setembro de 1890, com a China, e a celebrar com o Japão (decr. 97); approva o de commercio e navegação entre o Brasil e o Perú (decr. 203); approva o de amizade, commercio e navegação entre o Brasil e o Japão (decr. 419); approva o de arbitramento para a fixação das fronteiras do Brasil e da Guyana Franceza (decr. 474); approva o de extradição celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos (decr. 550); approva o de asylo e de extradição entre o Brasil e o Perú (decr. 557); approva o de asylo e extradição entre o Brasil e a Argentina (decr. 558); approva o para completar o estabelecimento da linha divisoria entre o Brasil e a Argentina (decr. 587); approva o de arbitramento entre o Brasil e o Chile (decr. 601); approva o entre o Brasil e o Chile para a extradição de criminosos (decr. 602).

Trem de cosinha — Ver **Direitos**.

Tribunaes — Dá organização ao Supremo Militar (decr. 149); reorganiza o de Contas (decr. 392); autoriza a abrir os creditos necessarios para dar execução á lei que reorganizou o de Contas (decr. 420).

V

Vagas — Determina que, enquanto houver alferes aggregados, um terço das deste posto seja preenchido por inferiores (decr. 669).

Vales — Approva os ajustes e o accôrdo sobre a permuta de postaes, firmados em Washington em 15 de junho de 1897 (decr. 537) — Ver **Falsificação**.

Validez — Ver **Exames**.

Vantagens — Manda indemnizar os officiaes e praças, unanimemente absolvidos, das pecuniarias que tiverem perdido (decr. 49); concede aos inferiores dos corpos de marinha e ás praças de pret da armada, quando doentes ou quando baixarem aos hospitaes e enfermarias militares, por motivo de accidentes (decr. 51); concede aos primeiros e segundos cirurgiões do corpo de bombeiros os postos de major e capitão com as que lhes são inherentes (decr. 257); manda que todo o militar que, submettido a conselho de guerra, obtiver absolvição, seja indemnizado das pecuniarias que houver perdido (decr. 529); autoriza a mandar indemnizar ao capitão-tenente Rodolpho Lopes da Cruz de todas as pecuniarias de que tiver sido privado (decr. 646); providencia sobre a concessão de aos patrões-móres (decr. 695).

Vapores — Ver **Fretamento**.

Vencimentos — Autoriza a considerar a aposentadoria dada ao desembargador da Relação da Bahia, Daniel Luiz Rosa, com os devidos aos ministros do Supremo Tribunal de Justiça (decr. 11);

manda abonar aos officiaes alumnos das escolas militares todos os (decr. 33); autoriza a abertura de credito para pagamento do augmento de a telegraphistas (decr. 70); autoriza a mandar pagar a Justiniano José de Barros os do logar de pagador do Thezouro Nacional (decr. 78); autoriza a abertura do credito supplementar de 18:000\$ para pagamento do augmento de aos lentos do Gymnasio Nacional (decr. 88); augmenta de 40 % os do pessoal da Imprensa Nacional e "Diario Official" (decr. 125); autoriza a pagar ao bacharel Manoel José Chaves, professor jubilado do curso annexo á Faculdade de Direito de S. Paulo, os integraes que percebiam no exercicio do cargo (decr. 139); autoriza a abertura do credito de 2:000\$ para pagamento de ao continuo da Camara dos Deputados, Luiz Ferreira de Barros (decr. 160); autoriza a abertura de um credito supplementar para augmento de dos remadores e patrões das capitancias de portos (decr. 170); regula o numero e os dos empregados das repartições de saude dos portos (decr. 198); marca os dos escrivães do juizo seccional (decr. 205); approva o credito extraordinario de 5:720\$ para pagamento de aos escrivães e officiaes de justiça do juizo dos feitos da fazenda e autoriza a abrir o credito de 6:020\$ para identico fim (decr. 207); promulga a resolução que autoriza a abrir o credito necessario para pagamento de aos empregados das secretarias das duas camaras (decr. 223); autoriza a abertura de creditos supplementares para pagamento do augmento de dos patrões das embarcações do Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. 235); determina os dos funcionarios civis dos arsenaes de marinha e de guerra (decr. 240); regula os de funcionarios aposentados pelo decr. 50 de 1892 (decr. 246); determina que os dos officiaes da brigada policial e corpo de bombeiros sejam os mesmos dos officiaes do exercito (decr. 258); augmenta os dos empregados da E. de F. Central do Brasil (decr. 268); abre o credito extraordinario de 3:600\$ para pagamento de a empregados da Bibliotheca Nacional, em 1893 (decr. 295); augmenta os dos officiaes inferiores dos corpos e brigadas de marinha (decr. 304); approva o regulamento annexo ao decr. 2043 de 1895, na parte que eleva os do pessoal da E. de F. de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 344); augmenta os dos membros do Supremo Tribunal Federal (decr. 363); concede o credito supplementar de 5:716\$129 para pagamento dos do mestre da officina de coroneiros do Arsenal de Guerra da Capital Federal (decr. 374); dispõe sobre o modo de pagamento de dos funcionarios publicos aposentados (decr. 381); autoriza a mandar pagar ao carteiro de 1ª classe da Repartição Geral dos Correios, Philomeno Jocelyn Ribeiro, os que deixou de receber (decr. 434); autoriza a mandar pagar ao 3º official da Repartição Geral dos Correios, José Francisco Rodrigues, os que deixou de receber (decr. 435); autoriza a abrir o credito especial de 111:095\$100 para pagamento de dos officiaes que reverteram ao serviço do exercito e da armada (decr. 439); autoriza a pagar ao Dr. Tiburcio Valeriano Pecogueiro do Amaral, preparador de medicina legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, os que deixou de receber (decr. 446); autoriza a abrir o credito de 380:000\$ para pagamento de dos magistrados aposentados (decr. 459); autoriza a abrir o credito supplementar de 6:000\$ para completar o pagamento dos de 10 bilheteiros da E. de F. Central do Brasil (decr. 481); autoriza a mandar pagar a Arthur Herculano de Almeida, empregado do Pedagogium, os que lhe competirem e á viuva do Dr. Joaquim José de Menezes Vieira, os que este deixou de receber como director do mesmo estabeleci-

mento (decr. 485); autoriza a abrir o credito extraordinario de 82:000\$ para pagamento de ao pessoal addido á Secretaria da Industria (decr. 498); autoriza a pagar ao major medico do exercito, Dr. Affonso Lopes Machado, e aos demais lentes e professores da Escola Militar desta Capital, os que deixaram de perceber desde janeiro de 1895 (decr. 517); autoriza a abrir o credito extraordinario de 16:608\$440 para pagamento de ao Dr. Arthur Fernandes Campos da Paz (decr. 522); autoriza a abrir o credito supplementar de 44:400\$ para pagamento de á mestrança em disponibilidade das officinas dos arsenaes de guerra (decr. 544); autoriza a abrir o credito de 7:200\$ para pagamento de a empregados addidos á Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 562); autoriza a abrir o credito de 1:616\$935, supplementar á verba — Justiça federal, para pagamento de ao escrivão seccional de S. Paulo, Antero Gomes Barbosa (decr. 639); autoriza a abrir o credito extraordinario de 880\$645 para pagamento de ao preparador da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Ernani Carlos de Almeida Pinto (decr. 672); autoriza a abrir o credito extraordinario de 17:703\$894 para pagamento de a tres fieis de armazem da Alfandega do Pará (decr. 697); autoriza a abrir o credito extraordinario de 17:164\$517 para pagamento ao capitão de fragata Alfredo Augusto de Lima Barros e outros, professores do Collegio Militar desta Capital, dos que deixaram de receber (decr. 712); autoriza a abrir o credito especial de 2:400\$ para pagamento de ao ex-secretario do Arsenal da Bahia, Odorico Carneiro Ribeiro (decr. 722); autoriza a abrir o credito especial de 834\$676 para pagamento dos que competem ao escrevente juramentado do Juizo Federal, Antonio Rodrigues Gonçalves de Macedo (decr. 725); autoriza a abrir o credito necessario para pagamento, ao almirante Jeronymo Francisco Gonçalves, da differença de (decr. 729); autoriza a abrir o credito extraordinario de 5:419\$720 para pagamento ao 1° tenente da armada, Nelson de Vasconcellos e Almeida, dos que deixou de receber como professor do Collegio Militar (decr. 734); autoriza a abrir o credito especial de 4:222\$220 para pagamento de a Manoel Antonio Fernandes Trigo de Loureiro, ex-inspector da Caixa de Amortização (decr. 737); autoriza a abrir o credito necessario para pagamento de a Francisco de Paula Albuquerque Maranhão, ex-conferente da Alfandega do Ceará (decr. 744).

Venda — Provisencia sobre a applicação do producto liquido da de canhões, metaes imprestaveis e de proprios nacionaes e terrenos desnecessarios ao Ministerio da Guerra (decr. 658).

Verbas — Ver Creditos.

Viagem — Ver Serviços — Subvenção.

Vice-presidente — Ver Subsídios.

Vigor — Ver Disposições.

SEGUNDA PARTE

II

Indice chronologico dos actos de Poder Legislativo

1891.1890

1891

- N. 1 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de julho de 1891 — Autoriza o governo a conceder seis mezes de licença com ordenado ao juiz federal na secção de S. Paulo, Dr. Antonio Luiz dos Santos Werneck, para tratar de sua saúde.
- N. 2 — INTERIOR — Decreto de 8 de agosto de 1891 — Provisão sobre creditos supplementares ás verbas — Subsídios dos senadores e dos deputados e — Secretarias do Senado e da Camara dos Deputados, do exercicio de 1891.
- N. 3 — INTERIOR — Decreto de 8 de agosto de 1891 — Torna extensivo aos empregados das secretarias do Senado e Camara dos Deputados o montepio creado pelo decreto n. 942 A de 31 de outubro de 1890.
- N. 4 — JUSTIÇA — Decreto de 8 de agosto de 1891 — Autoriza o governo a conceder ao lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, um anno de licença, sem vencimentos, para tratar da saúde de pessoa de sua familia.
- N. 5 — JUSTIÇA — Decreto de 8 de agosto de 1891 — Autoriza o governo a conceder ao professor da cadeira de botanica e zoologia da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Amancio João Cardoso de Andrade, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.
- N. 6 — INTERIOR — Decreto de 29 de agosto de 1891 — Autoriza o Presidente da Republica a despendar a quantia necessaria, com a aquisição, para o Estado, da casa em que faleceu o Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães e manda que a familia deste seja indemnizada das despezas por ella feitas com a locação da mesma casa.
- N. 7 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 29 de agosto de 1891 — Autoriza o governo a conceder á Sociedade Academica do Commercio de Juiz de Fora" isenção de direitos de importação e transporte gratuito na E. de F. Central do Brasil para os materiaes de construcção e objectos necessarios á installação do estabelecimento escolar.
- N. 8 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de setembro de 1891 — Concede amnistia aos que tomaram parte nos movimentos armados do Estado do Pará.
- N. 9 — INTERIOR — Lei de 22 de setembro de 1891 — Fixa os subsídios dos Presidente e Vice-Presidente da Republica

- para o periodo de 15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898 e autoriza a abertura de credito para pagamento do subsidio do Vice-Presidente, no corrente exercicio.
- N. 10 — INTERIOR — Decreto de 19 de setembro de 1891 — Concede pensão á D. Anolina Gonçalves de Almeida, viuva do Dr. Antonio Euzebio Gonçalves de Almeida e a seus filhos.
- N. 11 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de setembro de 1891 — Autoriza o governo a considerar a aposentadoria dada ao desembargador da Relação da Bahia, Daniel Luiz Rosa, feita com os vencimentos devidos aos ministros do Supremo Tribunal de Justiça.
- N. 12 — JUSTIÇA. — Decreto de 26 de setembro de 1891 — Autoriza o governo a conceder ao Dr. Nuno de Andrade, lente da 1ª cadeira de chimica medica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, prorrogação por um anno, sem vencimentos, da licença em cujo goso se acha.
- N. 13 — MARINHA — Decreto de 26 de setembro de 1891 — Autoriza o governo a mandar pagar ao capitão de fragata Olympio José Chavantes, lente jubulado da Escola Naval, a gratificação adicional que lhe é devida.
- N. 14 — INTERIOR — Lei de 16 de outubro de 1891 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando a actual sessão legislativa até 15 de novembro proximo vindouro.
- N. 14. A — INTERIOR — Decreto de 16 de outubro de 1891 — Approva o accôrdo feito entre o Brasil e o Perú sobre a execução de cartas rogatorias.
- N. 15 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Autoriza o governo a conceder ao escrivão da 7ª pretoria desta Capital, Antonio Olavo Rodrigues da Costa, um anno de licença para tratar de sua saude.
- N. 16 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Autoriza o governo a conceder ao escrivão da 10ª pretoria desta Capital, Archias do Espirito Santo de Menezes, um anno de licença para tratar de sua saude.
- N. 17 — MARINHA — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Autoriza o governo a conceder ao 1º porteiro do Arsenal de Marinha da Capital Federal, Joaquim Marcellino Lobo d'Avilla, um anno de licença.
- N. 18 — GUERRA — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Sanciona a resolução do Congresso Nacional que regula a idade para a refôrma voluntaria ou compulsoria dos officiaes do exercito.
- N. 19 — GUERRA — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Concede um anno de licença ao capitão Antonio Pinto de Almeida.
- N. 20 — INTERIOR — Lei de 22 de outubro de 1891 — Fixa em 120:000\$ annuaes a pensão a que tem direito D. Pedro de Alcantara, ex-Imperador do Brasil.
- N. 21 — JUSTIÇA — Lei de 24 de outubro de 1891 — Manda que continuem em vigor as disposições do decreto n. 3463 de 7 de julho de 1883.
- N. 22 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Autoriza o governo a mandar delinear um plano geral para as linhas telegraphicas da Republica.
- N. 23 — FAZENDA — Decreto de 30 de outubro de 1891 — Reorganiza os serviços da administração federal.
- N. 24 — GUERRA — Decreto de 28 de dezembro de 1891 —

- Concede um anno de licença aos tenentes do corpo de estado-maior de 1ª classe, Ovidio Abrantes e Fileto Pires Ferreira.
- N. 25 — FAZENDA — Lei de 30 de dezembro de 1891 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1892, e dá outras providencias.
- N. 26 — FAZENDA — Lei de 30 de dezembro de 1891 — Fixa a despeza geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1892, e dá outras providencias.

1892

- N. 27 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de janeiro de 1892 — Regula o processo e julgamento do Presidente da Republica e dos ministros de Estado nos crimes communs.
- N. 28 — INTERIOR — Lei de 8 de janeiro de 1892 — Estabelece as incompatibilidades entre os cargos federaes e os estaduais.
- N. 29 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 8 de janeiro de 1892 — Manda considerar no posto immediato, com a gradação do subseguente, a refôrma compulsoria ou voluntaria dos officiaes de terra e mar que contarem mais de 40 annos de serviço.
- N. 30 — JUSTIÇA — Decreto de 8 de janeiro de 1892 — Promulga a lei sobre os crimes de responsabilidade do Presidente da Republica.
- N. 31 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1892 — Autoriza o Poder Executivo a alfandegar os portos de Gargahú, Macahé e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 32 — MARINHA E GUERRA — Decreto de 12 de janeiro de 1892 — Declara que os officiaes reformados, que occuparem cargos em mais de um ministerio, com o direito a montepio, poderão optar livremente pelo ministerio que mais lhes convier.
- N. 33 — GUERRA — Decreto de 12 de janeiro de 1892 — Manda abonar aos officiaes alumnos das escolas militares todos os vencimentos, sendo a gratificação de subalternos de corpos não montados.
- N. 34 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 12 de janeiro de 1892 — Faz extensiva aos officiaes do exercito e da armada, eleitos membros dos congressos dos Estados, a disposição do art. 1º do decreto n. 1388 de 21 de fevereiro de 1891.
- N. 35 — INTERIOR — Lei de 26 de janeiro de 1892 — Estabelece o processo para as eleições federaes.
- N. 36 — FAZENDA — Decreto de 26 de janeiro de 1892 — Autoriza o governo a abrir credito para a verba — Extraordinarias do exterior, do exercicio de 1892, credits supplementares para diversas verbas de 1891 e para pagamento da despeza effectuada com a sessão extraordinaria do Congresso Nacional; bem assim a liquidar e pagar as dividas de exercicios findos, que não foram satisfeitas em virtude da lei n. 3018 de 1890.
- N. 37 — FAZENDA — Decreto de 26 de janeiro de 1892 — Declara que a pensão concedida á viuva do general Dr Benjamin Constant Botelho de Magalhães e a seus filhos não prejudica o direito que lhes assiste ao meio soldo da patente e aos montepios que tenham sido por elle instituidos.
- N. 38 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 29 de janeiro de 1892 — Declara que os auditores de guerra e de marinha só perdem seus logares em virtude de sentença passada em jul-

- gado e têm direito a fazer montepio como empregados civis dos respectivos ministerios.
- N. 39 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de janeiro de 1892 — Regula a extradição dos criminosos entre os Estados do Brasil.
- N. 39 A — GUERRA — Lei de 30 de janeiro de 1892 — Fixa as forças de terra para o exercício de 1892.
- N. 40 — MARINHA — Decreto de 2 de fevereiro de 1892 — Fixa a força naval para o exercício de 1892.
- N. 41 — FAZENDA — Decreto de 5 de fevereiro de 1892 — Isenta de impostos os materiaes importados para os serviços de agua, esgoto e iluminação da cidade de Tatuhy, em S. Paulo.
- N. 42 — FAZENDA — Decreto de 5 de fevereiro de 1892 — Concede isenção de direitos para os materiaes que forem importados com destino á instalação de luz electrica em S. Carlos do Pinhal.
- N. 43 — FAZENDA — Decreto de 5 de fevereiro de 1892 — Concede isenção de direitos ao material que fór importado com destino á iluminação a gaz da capital do Pará.
- N. 44 — FAZENDA — Decreto de 5 de fevereiro de 1892 — Autoriza isenção de direitos para o material que fór importado com destino ao monumento commemorativo de 2 de julho de 1823.
- N. 44 A — FAZENDA — Decreto de 24 de maio de 1892 — Declara que a aposentadoria concedida a Antonio Pereira Bastos, no lugar de inspéctor da Alfandega da Bahia, é com o ordenado do mesmo emprego.
- N. 44 B — INTERIOR — Lei de 2 de junho de 1892 — Garante os direitos já adquiridos por empregados vitalícios e aposentados.
- N. 44 C — INTERIOR — Decreto de 3 de junho de 1892 — Manda que o governo conte para a aposentadoria do ex-porteiro da Escola Nacional de Bellas Artes, Manoel Pereira da Silva Junior, o tempo de effectivo serviço do mesmo no Arsenal de Guerra desta Capital.
- N. 45 — FAZENDA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Declara que a aposentadoria concedida a Bernardino José Borges, no lugar de administrador da Recebedoria da Capital Federal, é com todos os vencimentos.
- N. 45 A — INTERIOR — Decreto de 7 de junho de 1892 — Eleva a 100\$ por mez a pensão concedida a D. Maria Josephina Pereira Pinto de Andrade.
- N. 45 B — FAZENDA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Autoriza o governo a melhorar, com o accrescimo da gratificação, a aposentadoria concedida com o ordenada a João Paulo da Costa no lugar de 1º escripturario do Thesouro Nacional.
- N. 46 — FAZENDA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Concede isenção de quaesquer impostos, dos que se acham sob a alçada da União, aos legados e doações feitos á Sociedade Amante da Instrução, ao Lyceu de Artes e Officios e aos feitos, em apolices da divida publica federal, ao Collegio dos Orphãos de S. Joaquim, na capital do Estado da Bahia.
- N. 47 — FAZENDA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Concede isenção de direitos de importação para materiaes e preparos do Hospital da Misericórdia da capital do Estado do Pará.
- N. 48 — AGRICULTURA — Lei de 7 de junho de 1892 — Innova o contracto da "The Ceará Harbour Corporation, Limited", eleva o seu capital a 4.874:000\$ com garantia de juros

por 25 annos, e autoriza a prorrogação de praso para conclusão das respectivas obras.

- N. 48 A — EXTERIOR — Decreto de 7 de junho de 1892 — Approva o tratado de arbitramento concluido em Washington, em 28 de abril de 1890, entre o Brasil e varios Estados americanos.
- N. 49 — GUERRA — Decreto de 11 de junho de 1892 — Manda indemnizar os officiaes e praças, que forem unanimemente absolvidos em conselho de guerra, das vantagens pecuniarias que tiverem perdido.
- N. 50 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de junho de 1892 — Autoriza o governo a conceder a Bellarmino Brazilense Pessoa de Mello aposentadoria no cargo de director da Casa de Correção da Capital Federal.
- N. 51 — MARINHA — Decreto de 13 de junho de 1892 — Concede vantagens aos inferiores dos corpos de marinha, quando doentes nos hospitaes e enfermarias militares, e ás praças de pret da armada, quando baixarem aos mesmos estabelecimentos por motivo de accidentes a bordo dos navios.
- N. 52 — GUERRA — Decreto de 13 de junho de 1892 — Autoriza o governo a dar transporte para os seus Estados nataes ás praças que obtiverem baixa do serviço e a requererem.
- N. 53 — GUERRA — Decreto de 13 de junho de 1892 — Concede ao tenente do corpo de estado-maior de 1ª classe, João Albuquerque Serejo, um anno de licença para praticar em trabalhos de engenharia.
- N. 54 — GUERRA e MARINHA — Lei de 13 de junho de 1892 — Autoriza a reorganização das diversas repartições dos ministerios da Guerra e Marinha, da arma de engenharia e dos corpos de engenheiros e de estado-maior de 1ª classe e artilharia, e dá outras providencias.
- N. 55 — GUERRA — Decreto de 18 de junho de 1892 — Concede melhoramento de reforma ao capitão reformado do exercito, Luiz José da Fonseca Ramos.
- N. 56 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 18 de junho de 1892 — Autoriza o Poder Executivo a mandar abonar ao Dr. Evaristo Nunes Pires a gratificação de professor interino de geographia do externato do Gymnasio Nacional.
- N. 56 A — FAZENDA — Decreto de 28 de junho de 1892 — Isenta do imposto de importação todo o material destinado á canalização de agua potavel na ilha do Curralinho, do Estado da Bahia.
- N. 57 — INTERIOR — Decreto de 29 de junho de 1892 — Autoriza o Poder Executivo a conceder á D. Clara de Faro Montes a pensão correspondente ao soldo que percebia seu filho, o alferes voluntario da patria José Antonio de Cerqueira Montes, morto em combate no Paraguay.
- N. 58 — FAZENDA — Decreto de 1 de julho de 1892 — Reconhece a DD. Paulina Huet de Bacellar Pinto Guedes e outra o direito á percepção do meo soldo, como filhas do major reformado do exercito, Vicente Huet de Bacellar Pinto Guedes.
- N. 59 — MARINHA — Decreto de 1 de julho de 1892 — Autoriza o governo a conceder ás honras do posto de capitão de fragata da armada nacional a Adolpho Fortunato Hasselmann, actual ajudante da Inspectoria da Alfandega desta Capital.

- N. 60 — FAZENDA — Decreto de 5 de julho de 1892 — Concede isenção de qualquer imposto de importação ás fabricas de fiação e tecidos, companhias de aguas e trafego marítimo, no Estado do Maranhão.
- N. 61 — GUERRA — Decreto de 6 de julho de 1892 — Manda readmittir no quadro effectivo do exercito o tenente reformado Raymundo Perdigo de Oliveira.
- N. 62 — GUERRA — Decreto de 6 de julho de 1892 — Concede um anno de licença, sem vencimentos, ao capitão de artilharia Octavio Gonçalves da Silva.
- N. 63 — INTERIOR — Decreto de 11 de julho de 1892 — Autoriza o governo a conceder á D. Isabel Curvello de Menezes a pensão vitalicia de 50\$ mensaes.
- N. 64 — INTERIOR — Decreto de 21 de julho de 1892 — Concede á viuva e filhos do Dr. Tobias Barreto de Menezes a pensão annual de 3:600\$000.
- N. 65 — FAZENDA — Decreto de 21 de julho de 1892 — Autoriza o Poder Executivo a despende pela verba—Exercicios findos, a quantia de 408:622\$821 para pagamento de Antonio de Alcantara Fonseca Guimarães.
- N. 66 — FAZENDA — Decreto de 22 de julho de 1892 — Autoriza o governo a conceder a Antonio Vianna Gonçalves Fraga seis mezes de licença com os vencimentos do seu emprego.
- N. 67 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de julho de 1892 — Autoriza o governo federal a conceder ao bacharel Ernesto Rudge da Silva Ramos, procurador seccional da Republica, no Estado de S. Paulo, 10 mezes de licença, sem ordenado, para tratar de sua saude.
- N. 67 A — EXTERIOR — Decreto de 28 de julho de 1892 — Approva os ajustes postaes concluidos em Vienna, em 4 de julho de 1891, entre o Brasil e varios Estados.
- N. 68 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1892 — Concede direito á D. Adelaide Telles Pires, viuva do capitão de artilharia Antonio Telles Pires, á percepção do soldo integral que cabia ao dito official na época em que falleceu.
- N. 68 A — INTERIOR — Decreto de 29 de julho de 1892 — Manda reverter á D. Adelia Carolina de Oliveira Ennes Bandeira e á sua filha menor, Adelia Ennes Bandeira, repartidamente, a pensão que percebia D. Carolina Cecilia Campos de Oliveira.
- N. 69 — INTERIOR — Lei de 1 de agosto de 1892 — Altera as disposições do art. 3º da lei n.35, de 26 de janeiro de 1892.
- N. 70 — INTERIOR — Decreto de 1 de agosto de 1892 — Autoriza o governo a abrir, desde já, o credito suplementar necessario para occorrer ás despesas com o pagamento do augmento de vencimentos a que têm direito os telegraphistas de 1ª, 2ª e 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos.
- N. 71 — FAZENDA — Decreto de 5 de agosto de 1892 — Autoriza o Poder Executivo a relevar a pena de prescripção em que incorreu, D. Olympia Candida Guimarães do Amaral.
- N. 72 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de agosto de 1892 — Autoriza o governo a indemnizar ao padre Antonio Martucci serviços prestados á immigração.
- N. 72 A — INTERIOR — Decreto de 5 de agosto de 1892 — Approva os actos praticados pelo Poder Executivo e constantes dos decretos de 10 e 12 de abril de 1892.
- N. 72 B — INTERIOR — Decreto de 5 de agosto de 1892 — Concede amnistia aos cidadãos implicados nos acontecimentos

políticos de 10 de abril de 1892, bem como nas revoltas das fortalezas da Lage e Santa Cruz, occorridas em janeiro do mesmo anno.

- N. 73 — JUSTIÇA — Decreto de 8 de agosto de 1892 — Abre ao Ministerio da Justiça um credito extraordinario de 486:215\$000.
- N. 74 — JUSTIÇA — Decreto de 8 de agosto de 1892 — Autoriza o governo federal a conceder ao Dr. Manoel da Silva Mafra, juiz do Tribunal Civil e Criminal, seis mezes de licença com os respectivos vencimentos, para tratar de sua saude.
- N. 75 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de agosto de 1892 — Concede ao governo um credito de £ 1.466-5-10, para pagamento a Louis Cohen & Sons.
- N. 76 — JUSTIÇA — Lei de 16 de agosto de 1892 — Reorganiza o serviço policial do Districto Federal.
- N. 77 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de agosto de 1892 — Dá direito aos secretarios da Côrte de Appellação e do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal a perceber custas, quando trabalharem como escrivães.
- N. 78 — FAZENDA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — Autoriza o governo a mandar pagar a Justiniano José de Barros os vencimentos do logar de pagador do Thesouro Nacional, durante o tempo em que esteve privado de exercel-o.
- N. 79 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — Determina que todas as pessoas habilitadas para a vida civil podem passar procuração particular de proprio junho.
- N. 80 — GUERRA — Lei de 27 de agosto de 1892 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1893.
- N. 81 — INTERIOR — Decreto de 11 de setembro de 1892 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando a actual sessão legislativa até 12 de outubro proximo futuro.
- N. 82 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de setembro de 1892 — Proroga por cinco annos o contracto da Associação Sergipense, para o serviço de reboque a vapor, nas barras de Cotinguiba, S. Christovão e Estancia.
- N. 83 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de setembro de 1892 — Concede amnistia aos individuos que tomaram parte nos movimentos revolucionarios do Estado de Matto Grosso, e aos que se envolveram directa ou indirectamente nos do Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 84 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de setembro de 1892 — Autoriza o governo a abrir, no corrente exercicio, um credito suplementar de 5.674:579\$518, para serviços da E. de F. Central do Brasil.
- N. 85 — INTERIOR — Lei de 20 de setembro de 1892 — Estabelece a organização municipal do Districto Federal.
- N. 86 — GUERRA — Decreto de 20 de setembro de 1892 — Manda cessar os effeitos da reforma do capitão João José de Oliveira Freitas.
- N. 87 — MARINHA — Decreto de 20 de setembro de 1892 — Fixa a força naval para o exercicio de 1893.
- N. 88 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 20 de setembro de 1892 — Autoriza o governo a abrir, desde já, um credito suplementar na importancia de 18:000\$ para o pagamento do augmento de vencimentos aos lentes do Gymnasio Nacional, o approva a despeza feita com a mudança do Museu Nacional para a Quinta da Boa Vista, na importancia de 25:000\$000.

- N. 89 — MARINHA — Decreto de 24 de setembro de 1892 — Autoriza o governo a abrir créditos na importância de 3.471:009\$214, para occorrer a diversas despesas do Ministério da Marinha no exercício em vigor.
- N. 90 — GUERRA — Decreto de 27 de setembro de 1892 — Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar de 540:000\$ á verba 17^a do art. 7^o da lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891.
- N. 91 — INTERIOR — Decreto de 30 de setembro de 1892 — Concede á D. Anna Maria das Neves Damasio a pensão annual de 1:200\$000.
- N. 92 — EXTERIOR — Decreto de 30 de setembro de 1892 — Autoriza o governo a abrir um crédito de 160:000\$ para occorrer á despesa do Ministério das Relações Exteriores no exercício em vigor.
- N. 93 — GUERRA — Decreto de 1 de outubro de 1892 — Crea no 4^o districto militar o lugar de auditor de guerra, sendo a séde na capital de S. Paulo.
- N. 94 — INTERIOR — Decreto de 4 de outubro de 1892 — Concede á D. Olympia Rodrigues Vaz a pensão de 36\$ mensaes.
- N. 95 — INTERIOR — Decreto de 4 de outubro de 1892 — Providencia sobre o pagamento de subsidio de senadores e deputados durante a prorrogação da actual sessão legislativa, assim como do serviço tachygraphico, de redacção dos debates e publicações nas duas casas do Congresso.
- N. 96 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de outubro de 1892 — Abre um crédito de 400:000\$ para a collocação de poços artesianos ou construcções de açudes e represas de ribeiros, nos Estados do Piahy e da Parahyba.
- N. 97 — AGRICULTURA — Lei de 5 de outubro de 1892 — Permite livre entrada, no territorio da Republica, de immigrantes de nacionalidade chinesa e japoneza; autoriza o governo a promover a execução do tratado de 5 de setembro de 1890 com a China; a celebrar tratado de commercio, paz e amizade com o Japão, e dá outras providencias attinentes á immigração daquellas procedencias.
- N. 98 — FAZENDA — Decreto de 7 de outubro de 1892 — Autoriza o Poder Executivo a conceder á Companhia Fabril Industrial e constructora os favores constantes do aviso n. 75, de 30 de julho de 1889.
- N. 99 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de outubro de 1892 — Autoriza a contractar com o cidadão peruano Julio Benevides o serviço de navegação e transporte de mercadorias pelo Içá e Putumayo.
- N. 99 A — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1892 — Perdôa á D. Rosalina Pires de Bittencourt Barcellos a divida contrahida com a fazenda nacional por seu fallecido marido, Dr. Israel Rodrigues Barcellos.
- N. 100 — INTERIOR — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando unanimemente a segunda sessão da actual legislatura até o dia 31 do corrente mez.
- N. 101 — MARINHA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Crea uma escola de machinistas no Estado do Pará.
- N. 102 — MARINHA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Crea um curso de nautica no Estado do Pará.

- N. 103 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de outubro de 1892 —
Autoriza o governo a abrir, no corrente exercício, um credito
supplementar de £ 33.826-0-0 para a conclusão das obras do
prolongamento da E. de F. do Sobral.
- N. 104 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de outubro de 1892 —
Autoriza a contractar o serviço de reboque, por meio de va-
pores, nas barras dos rios Itapemerim e Benevente, no Estado
do Espirito Santo, e nas de Itajahy e Laguna, no de Santa Ca-
tharina.
- N. 105 — MARINHA — Decreto de 13 de outubro de 1892 —
Dá novo regulamento ao corpo de engenheiros navaes.
- N. 106 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de outubro de 1892 —
Autoriza o Poder Executivo a abrir um credito de 9:425\$144
para indemnizar o cidadão Augusto Francisco Maria Glaziou
de despezas feitas no jardim da praça da Republica, em
1893.
- N. 107 — FAZENDA — Decreto de 14 de outubro de 1892 — Au-
toriza o Poder Executivo a mandar abonar á D. Constancia
Iphigenia Coelho o meio soldo correspondente á patente de
seu fallecido pae, o tenente-coronel Vicente Coelho.
- N. 108 — FAZENDA — Decreto de 14 de outubro de 1892 —
Autoriza o governo a mandar reformar os calculos referentes
às aposentações dos ex-secretario e sub-secretario da Fa-
culdade de Medicina da Bahia, Drs. Cincinato Pinto da Silva
e Thomaz Aquino Gaspar.
- N. 109 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de outubro de 1892
— Fixa os casos de competencia dos poderes federaes e
estaduaes para resolverem sobre o estabelecimento de vias
de communicação fluviaes ou terrestres entre a União e os
Estados e destes entre si.
- N. 110 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1892
— Autoriza o Poder Executivo a conceder ao cabo de esqua-
dra reformado João Coelho de Mello uma pensão de \$500
diarios, sem prejuizo do respectivo soldo.
- N. 111 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1892
— Autoriza o governo a despender até á quantia de
400:000\$ para a realização da ligação da estrada de ferro
no Estado da Bahia entre as estradas Central e S. Francisco
e S. Francisco e Jacú.
- N. 112 — GUERRA — Lei de 20 de outubro de 1892 — Au-
toriza a transferencia para as armas de infantaria e caval-
laria dos primeiros e segundos tenentes de artilharia que,
por falta de habilitações scientíficas, não possam ter accesso,
passando daquellas armas para esta, numero correspondente
de officiaes com o respectivo curso.
- N. 113 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de outubro de 1892 —
Manda computar integralmente nas aposentadorias já con-
cedidas, ou que o forem, aos juizes federaes, o tempo do
serviço prestado anteriormente nos cargos da magistratura
ou semelhante.
- N. 114 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de outubro de 1892
— Approva o accôrdo celebrado entre o governo e a Socieda-
de Anonyma do Gaz, pelo decreto. n. 826, de 24 de maio do
corrente anno.
- N. 115 — INTERIOR — Decreto de 29 de outubro de 1892 —
Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando no-
vamente a actual sessão legislativa até 12. de novembro
do corrente anno.

- N. 116 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de outubro de 1892 — Concede á Companhia Piscatoria Sul-Americana os favores de que trata o art. 3º, § 2º e 3º, do regulamento mandado observar por decreto n. 8338, de 17 de dezembro de 1881.
- N. 117 — FAZENDA — Decreto de 4 de novembro de 1892 — Regulariza a concessão de aposentadoria aos funcionarios publicos.
- N. 117 A — FAZENDA — Decreto de 4 de novembro de 1892 — Autoriza o governo a indemnizar o Estado do Maranhão da quantia de 439:496\$531, relativa ás obras do Furo ou canal do Arapapahy.
- N. 118 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de novembro de 1892 — Autoriza o governo a prorogar o prazo para a desobstrução do rio das Velhas, facultando-lhe fixar para o ponto inicial da navegação a barra do Paraúna, e concede para esse serviço a subvenção annual de 150:000\$000.
- N. 119 — MARINHA — Decreto de 5 de novembro de 1892 — Autoriza o governo a considerar a reforma compulsoria, dada ao official de fazenda de 2ª classe Antonio Mariano Barreto Pereira Pinto, na effectividade de posto de 1º tenente, passando sua graduação á do posto immediato.
- N. 120 — FAZENDA — Decreto de 8 de novembro de 1892 — Autoriza a abertura de creditos especiaes aos Estados da Parahyba, Goyaz e Piahy.
- N. 121 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Providencia sobre a penalidade e processo de crimes de furto de productos da lavoura e industria.
- N. 122 — INTERIOR — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Autoriza o Poder Executivo a despender a quantia necessaria com lazaretos nos Estados de Matto Grosso, Bahia, Pernambuco e Pará.
- N. 123 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Regula a navegação de cabotagem.
- N. 124 — MARINHA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Autoriza o governo a abrir o credito de 267:041\$600, no corrente exercicio, para que o Ministerio da Marinha satisfaça os pagamento das despesas realizadas não só com as occorrenças de Matto Grosso, como tambem com o desastre do encouraçado "Solimões".
- N. 125 — FAZENDA — Decreto de 18 de novembro de 1892 — Augmenta com 40 % os actuaes vencimentos e salarios do pessoal da Imprensa Nacional e do "Diario Official".
- N. 126 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de novembro de 1892 — Autoriza o Poder Executivo a entrar em accordo com a companhia "S. Paulo Railway, Limited", no sentido de modificar os contractos existentes.
- N. 126 A — FAZENDA — Lei de 21 de novembro de 1892 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1893, e dá outras providencias.
- N. 126 B — FAZENDA — Lei de 21 de novembro de 1892 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1893, e dá outras providencias.
- N. 127 — MARINHA — Decreto de 29 de novembro de 1892 — Institue montepio para os operarios effectivos do Arsenal de Marinha da Capital.

- N. 128 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de maio de 1893 — Autoriza a reformar no posto de tenente do extinto corpo de policia desta Capital, na fórmula da lei vigente, o capitão honorario do exercito, ex-tenente deste corpo, Antonio José Alves.
- N. 129 — GUERRA — Decreto de 18 de maio de 1893 — Autoriza o Poder Executivo a equiparar os primeiros e segundos patrões do Arsenal de Guerra da Capital Federal aos machinistas do mesmo arsenal, a elevar patrões arvorados á categoria de terceiros patrões e a equiparar os vencimentos dos machinistas das lanchas do mesmo arsenal aos machinistas das de igual categoria do Arsenal de Marinha desta Capital.
- N. 129 A — GUERRA — Decreto de 18 de maio de 1893 — Autoriza o governo a conceder licença, para matricular-se na Escola Militar de Porto Alegre, ao alferes do 12º batalhão de infantaria, Joaquim Pereira de Macedo Couto Sobrinho.
- N. 130 — MARINHA — Decreto de 25 de maio de 1893 — Abona para todos os efeitos, em virtude de amnistia, as faltas dadas na Escola Naval pelo capitão de fragata Dr. João Nepomuceno Baptista, lente da cadeira de physica da mesma escola.
- N. 131 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1893 — Autoriza o governo a prorogar os prazos concedidos á Companhia de Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya para explorar e estabelecer a navegação no primeiro destes rios e seus affluentes.
- N. 132 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1893 — Autoriza o Poder Executivo a conceder á Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil privilegio para construcção, uso e gozo de um ramal do tráfego de sua concessão da E. de F. de São Francisco Xavier ao Commercio.
- N. 133 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1893 — Autoriza o Poder Executivo a conceder á Companhia E. de F. e Minas de São Jeronymo prorrogação de prazo para construcção das estradas de que é concessionaria.
- N. 134 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1893 — Autoriza o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença, com o respectivo ordenado, ao fiscal de 4ª classe, engenheiro Eduardo Macedo Azambuja.
- N. 135 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 136 — GUERRA — Decreto de 10 de junho de 1893 — Mandar rectificar as patentes dos officiaes do exercito reformados, voluntariamente ou não, nos postos de generaes, effectuadas ou comprehendidas como compulsorias, nos termos do decreto n. 193 A, de 30 de janeiro de 1890 e da resolução do Congresso Nacional, sob o n. 20, de 8 de janeiro do corrente anno.
- N. 137 — GUERRA — Decreto de 15 de junho de 1893 — Autoriza o governo a mandar pagar ao alferes honorario do exercito, Antonio Paes de Sá Barreto, a quantia de 2:592\$ proveniente da differença de saldos que deixou de receber de 18 de agosto de 1877 a 30 de outubro de 1885.

- N. 138 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de junho de 1893 — Manda considerar lentes substitutos das faculdades de medicina os adjuntos que passaram a preparadores, os adjuntos actuaes que não foram contemplados na ultima reforma, e os preparadores que, tendo feito concurso para adjunto, foram classificados.
- N. 139 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1893 — Autoriza o Poder Executivo a pagar ao bacharel Manoel José Chaves, professor jubilado philosophia do curso annexo á Faculdade de Direito de S. Paulo, os vencimentos integraes que percebia durante o exercicio deste cargo, bem como indemnizal-o da importância das gratificações que deixou de receber desde a data em que foi jubilado, abrindo para este fim o credito necessario.
- N. 140 — MARINHA — Decreto de 28 de junho de 1893 — Autoriza o Poder Executivo a despendar a quantia de doze mil contos de réis (12.000:000\$), ao cambio de 27 d. esterlinos, com a reforma do material naval.
- N. 140 A — FAZENDA — Decreto de 30 de junho de 1893 — Releva á D. Carolina de Oliveira Pereira Pinto a prescripção do tempo decorrido desde 14 de dezembro de 1869 a 28 de agosto de 1877, para o recebimento do meio soldo de seu finado marido, o tenente reformado do exercito, João Carlos Pereira Pinto.
- N. 141 — GUERRA — Decreto de 5 de julho de 1893 — Autoriza o Poder Executivo a despender a quantia de 18.000:000\$ com a substituição do armamento do exercito e compra de outros petrechos bellicos.
- N. 142 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1893 — Crea na cidade de Campanha, Estado de Minas Geraes, um externato ou Gymnasio Nacional e autoriza o Poder Executivo a abrir o credito necessario para as despezas de installação.
- N. 143 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Autoriza o governo a conceder ao engenheiro Augusto Teixeira Coimbra um anno de licença, com o respectivo ordenado.
- N. 144 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Autoriza o pagamento de passagens de imigrantes.
- N. 144 A — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1893 — Concede á D. Maria do Carmo Alcebiades de Amorim Rangel a pensão annual de 1:440\$ repartidamente com sua filha D. Henriqueta Augusta de Amorim Silva.
- N. 144 B — MARINHA — Decreto de 8 de julho de 1893 — Fixa a força naval para o exercicio de 1894.
- N. 145 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1893 — Autoriza o governo a fundar uma colonia cirreccional no proprio nacional Fazenda da Boa Vista, existente na Parahyba do Sul, ou onde melhor lhe parecer, e dá outras providencias.
- N. 146 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 147 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1893 — Autoriza o Poder Executivo a abrir concorrência publica para um projecto de monumento á me-

moria do alferes Joaquim José da Silva Xavier — o Tira-dentes.

- N. 148 — GUERRA — Decreto de 13 de julho de 1893 — Dispensa de concurso os adjuntos do serviço sanitario do exercito que tenham mais de dois annos de serviço effectivo, e dá outras providencias.
- N. 148 A — FAZENDA — Decreto de 13 de julho de 1893 — Alfandega as mesas de rendas das cidades de Itajahy e Laguna, no Estado de Santa Catharina, a de Antonina, no do Paraná, e a de Itapemirim, no do Espirito Santo.
- N. 149 — GUERRA — Decreto de 18 de julho de 1893 — Da organização ao Supremo Tribunal Militar.
- N. 149 A — FAZENDA — Decreto de 20 de julho de 1893 — Manda estabelecer uma alfandega na capital do Estado de S. Paulo e outra na cidade de Juiz de Fôra, no de Minas Geraes, e dá outras providencias.
- N. 149 B — FAZENDA — Decreto de 20 de julho de 1893 — Dispõe sobre os títulos ao portador.
- N. 150 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de julho de 1893 — Concede um anno de licença, com ordenado, ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, para tratar de sua saude onde lhe convier.
- N. 151 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1893 — Autoriza o governo a conceder seis mezes de licença, em prorrogação, ao escrivão do juiz seccional no Estado da Bahía, Manoel de Mello Mattos, para tratar de sua saude em Estado do Sul.
- N. 151 A — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1893 — Presta um auxilio pecuniario não excedente de 10:000\$ á associação denominada Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, para a realização da exposição da trabalhos juridicos em agosto do corrente anno.
- N. 152 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de julho de 1893 — Autoriza o pagamento de 114:997\$848 á D. Maria Carolina Rheingantz.
- N. 153 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Divide os Estados da União em districtos eleitoraes, de accôrdo com o art. 36 da lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892.
- N. 154 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a José Alves de Carvalho, chefe de secção da contabilidade da Casa de Correção da Capital Federal, um anno de licença, sem vencimentos, para tratar de sua saude.
- N. 155 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Concede á D. Thereza Florentina de Cantalice, irmã do capitão de fragata Francisco Flaviano de Cantalice, uma pensão mensal equivalente ao meio soldo daquella patente.
- N. 156 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Eleva á quantia de 300\$ mensaes a pensão concedida por decreto de 22 de fevereiro de 1890 á D. Maria Gertrudes da Matta Vieira da Silva, repartidamente com sua filha, D. Helena Vieira da Silva.
- N. 156 A — FAZENDA -- Decreto de 4 de agosto de 1893 —

- Manda reverter em favor de D. Carolina Angelina de Andrade Vasconcellos a outra parte do meio soldo da patente do seu finado pae, o tenente-coronel Joaquim José de Andrade Vasconcellos.
- N. 157 — GUERRA — Decreto de 5 de agosto de 1893 — Converte em ordenado, a diaria, jornal e gratificação que recebe a mestrança do Arsenal de Guerra, de accôrdo com a tabella actualmente em vigor.
- N. 158 — GUERRA — Decreto de 5 de agosto de 1893 — Declara que a reforma concedida ao capitão agregado á arma de infantaria, Antonio Galdino Travassos Alves, deve ser considerado no posto de major, com o respectivo soldo e gradação de tenente-coronel.
- N. 158 A — FAZENDA — Decreto de 10 de agosto de 1893 — Reverte á D. Hermedina Maria Ferreira Cavalcanti, filha do major do exercito Pedro Affonso Ferreira, o meio soldo e pensão que percebia sua mãe, D. Virginia Zenandes Ferreira.
- N. 158 B — FAZENDA — Decreto de 10 de agosto de 1893 — Manda isentar de direitos aduaneiros cinco altares, pertencas e imagens, destinados á matriz da freguezia da Lagoa, da Capital Federal.
- N. 159 — MARINHA — Decreto de 12 de agosto de 1893 — Autoriza o governo a reintegrar no posto de fiel de 1ª classe da armada, com direito ao Asylo de Invalidos, o ex-fiel Theodmiro da Gama.
- N. 160 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de agosto de 1893 — Autoriza o Poder Executivo a abrir os creditos: de 12:317\$174 para pagamento de despesas feitas no Estado de Santa Catharina por conta da verba — Socorros publicos, do exercicio de 1891, e de 2:000\$ para o dos vencimentos a que tem direito, durante o exercicio de 1893, o continuo da secretaria da Camara dos Deputados, Luiz Ferreira de Barros.
- N. 161 — GUERRA — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1894.
- N. 162 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1893 — Autoriza o governo a conceder ao Dr. João Evangelista de Castro Cerqueira, lente cathedratico de chimica organica e biologia da Faculdade de Medicina da Bahia, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.
- N. 163 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1893 — Autoriza o governo a abrir, no corrente exercicio, um credito supplementar de 955:125\$106 para as obras do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.
- N. 164 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1893 — Concede á D. Henriqueta Carneiro de Mendonça Fauve a pensão de 300\$ mensaes.
- N. 165 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Transfere para D. Maria Euridice de Araujo Neves a pensão de 21\$700 mensaes que percebia sua fallecida mãe, D. Carolina Leopoldina de Araujo Neves.
- N. 166 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Concede a DD. Luiza Guilhermina de Campos e Anna Julia de Campos a reversão da parte que

- cabia a sua irmã, D. Emilia Adelaide de Miranda Ribeiro, na pensão de que as mesmas gosaram repartidamente.
- N. 167 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Autoriza o Poder Executivo a contar para a jubilação de D. Maria Thomasia de Oliveira e Silva, professora jubilada da 2ª escola publica da freguezia do Engenho Velho, o tempo em que serviu como adjunta da escola da freguezia do Sacramento.
- N. 168 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Autoriza o governo a prorogar por seis mezes, sem ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier, a licença concedida ao Dr. Henrique Autran de Mattos e Albuquerque, assistente de clinica pediatria da Faculdade de Medicina da Bahia.
- N. 169 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando a actual sessão legislativa até 15 de setembro proximo futuro.
- N. 170 — MARINHA — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Autoriza o governo a abrir um credito supplementar de 18:480\$ para augmento dos vencimentos dos remadores e patrões das capitancias de portos, no corrente exercicio.
- N. 171 — MARINHA — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Autoriza o governo a contar ao capitão de fragata Pedro Nolasco da Cunha, como de embarque, o tempo em que commandou a galeota "Quinze de Novembro".
- N. 171 A — GUERRA — Decreto de 4 de setembro de 1893 — Declara que a graduação do posto de tenente-coronel, conferida por decreto de 4 de novembro de 1891 ao major de infantaria Braz Abrantes, hoje tenente-coronel effectivo, deve ser considerada de 21 de março do mesmo anno.
- N. 172 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1893 — Decreta o estado de sitio na Capital Federal e na cidade de Nicttheroy, por espaço de 10 dias e autoriza o governo a extendel-o quando julgar conveniente.
- N. 173 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1893 — Regula a organização das associações que se fundarem para fins religiosos, moraes, scientificos, artisticos, politicos ou de simples recreio, nos termos do art. 72, § 3º da constituição.
- N. 173 A — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1893 — Autoriza o governo a abrir, desde já, um credito extraordinario de 1 200:000\$, no corrente exercicio, para occorrer as despesas com os serviços a cargo dos Estados do Piauihy, Parahyba e Goyaz.
- N. 173 B — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1893 — Amplia a organização da Procuradoria da Republica e Fazenda Federal.
- N. 174 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1893 — Concede amnistia ás pessoas implicadas nos acontecimentos politicos occorridos em 1893, no Estado de Santa Catharina, e em 1892, nos municipios do Triumphi e outros do Estado de Pernambuco.
- N. 175 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1893 — Concede amnistia ás pessoas implicadas nos movimentos de 2 de março antecedente, no Estado do Maranhão.

- N. 176 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1893 — Concede amnistia aos individuos que directa ou indirectamente tomaram parte no movimento occorrido na comarca de Catalão, no Estado de Goyaz.
- N. 177 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de setembro de 1893 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando a actual sessão legislativa até 25 do corrente mez.
- N. 177 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de Regula a emissão de emprestimos em obrigações ao portador, "debentures", das companhias ou sociedades anonymas.
- N. 178 — GUERRA — Decreto de 16 de setembro de 1893 — Declara que a reforma do brigadeiro graduado Joaquim Antonio Xavier do Valle, será no posto de general de brigada effectivo, com as vantagens do decreto n. 18, de 17 de outubro de 1891.
- N. 179 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1893 — Providencia sobre o pagamento da pensão concedida á D. Maria Augusta Ferreira de Souza.
- N. 180 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1893 — Concede á D. Mariana Cecilia Meirelles da Fonseca a pensão annual de 6:000\$000.
- N. 181 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1893 — Concede á viuva e filhos do desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa uma pensão de 2:400\$ annuaes.
- N. 182 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1893 — Fixa o subsidio e a ajuda de custo dos senadores e deputados na proxima legislatura.
- N. 183 — GUERRA e INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de setembro de 1893 — Manda empregar officiaes e praças do exercito no estudo e construcção da Estrada de Ferro de Catalão á Cuyabá, consignando-se verba para gratificações especiaes no orçamento do Ministerio da Industria.
- N. 183 A — FAZENDA — Decreto de 20 de setembro de 1893 — Autoriza o governo a conceder um anno de licença, com ordenado ao 2º escriptuario da extincta Thesouraria de Fazenda do Estado da Parahyba, addido á alfandega do mesmo Estado, Francisco Paulino de Figueiredo.
- N. 183 B — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1893 — Autoriza o Poder Executivo a abrir credito necessario para pagamento do subsidio dos senadores e deputados na prorrogação da actual sessão legislativa.
- N. 183 C — FAZENDA — Decreto de 23 de setembro de 1893 — Approva, com modificações, o decreto n. 1167 de 17 de dezembro de 1892, sobre a fusão do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil com o Banco do Brasil.
- N. 183 D — FAZENDA — Decreto de 23 de setembro de 1893 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, no corrente exercicio, creditos supplementares ás verbas — Aposentados — Ajudas de custo — Despezas eventuaes, do Ministerio da Fazenda.
- N. 184 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1893 — Addita providencias relativas ás eleições federaes de 30 de outubro do corrente anno, para membros do Congresso Nacional, e de 1 de março vindouro, para Presidente e Vice-Presidente da Republica.
- N. 185 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de

- 23 de setembro de 1893 — Autoriza a abertura no corrente exercício, do credito extraordinario de 265:980\$, para despesas da Directoria Sanitaria da Capital Federal, do Laboratorio Bacteriologico e dos hospitaes de isolamento.
- N. 186 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1893 — Concede á D. Elisa Augusta da Silveira Galvão, repartidamente com seus tres filhos, a pensão de 80\$ mensaes.
- N. 187 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1893 — Autoriza o governo e reformar o Archivo Publico Nacional.
- N. 188 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1893—Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao bacharel João Francisco Poggi de Figueiredo, juiz seccional do Estado do Amazonas, para tratar de sua saude onde lhe convier.
- N. 189 — GUERRA — Decreto de 28 de setembro de 1893 — Autoriza o Poder executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao bacharel Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, auditor de Guerra do 5º districto militar.
- N. 190 — GUERRA — Decreto de 28 de setembro de 1893 — Releva á D. Idalina Alice de Menezes, viuva do capitão Fernando Carlos de Menezes, 2º official da Contadoria Geral da Guerra, a quantia de 1:500\$, que recebeu seu finado marido da fazenda nacional, a titulo de adeantamento, para tratar-se de molestia a que succumbiu.
- N. 191 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de setembro de 1893 — Autoriza o governo a abrir um credito extraordinario de £ 28.875.0-0 para pagamento dos juros devidos á "Ceará Harbours Corporation", fazendo as operações de credito necessarias para esse fim.
- N. 191 A — FAZENDA — Lei de 30 de setembro de 1893 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1894 e dá outras providencias.
- N. 191 B — FAZENDA — Lei de 30 de setembro de 1893 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1894 e dá outras providencias.
- N. 192 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de outubro de 1893 — Autoriza o Poder Executivo a alterar o traçado, já approvedo, da 1ª seccão da Estrada de Ferro Central Alagoana, até á cidade de S. Miguel, a partir da de Atalaya.
- N. 193 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1893 — Reorganiza o serviço da Repartição Geral dos Telegraphos e altera o respectivo regulamento.
- N. 194 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1893 — Autoriza a reorganização do Correio Federal.
- N. 195 — MARINHA — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Autoriza o governo a abrir o credito supplementar de 32:150\$ á verba — Repartição da Carta Maritima, no corrente exercicio, para as despesas do pessoal e material dos pharões que se estão erigindo nos Estados do Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Espirito Santo, S. Paulo e Santa Catharina.
- N. 196 — MARINHA — Decreto de 20 de outubro de 1893 — Autoriza o governo a conceder ao Dr. José Antonio Pedreira

de Magalhães Castro, lente cathedratico da Escola Naval, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde.

N. 197 — MARINHA — Decreto de 20 de outubro de 1893 — Manda contar para a jubilação do ex-professor de esgrima da Escola Naval, José Diogo Ozorio de Oliveira, o tempo em que serviu no exercito até ao posto de tenente, em que foi reformado.

1894

- N. 198 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 18 de julho de 1894 — Regula o numero e os vencimentos dos empregados das repartições de saúde dos portos.
- N. 199 — MARINHA — Lei de 30 de julho de 1894 — Manda reverter ao serviço activo da armada, no posto de almirante e sem prejuizo do respectivo quadro, o vice-almirante reformado Jeronymo Francisco Gonçalves.
- N. 200 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1894 — Manda erigir no Campo da Republica nesta capital, uma estatua ao marechal Manoel Deodoro da Fonseca, e no cemiterio de S. Francisco Xavier um monumento em que se guardarão as suas cinzas.
- N. 201 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1894 — Declara em estado de sitio, até 31 de agosto do corrente anno, o Districto Federal, a comarca de Nictheroy e os Estados de S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, com as limitações dos arts. 19 e 20 da constituição.
- N. 202 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1894 — Concede a Antonio da Silva Netto, chefe da 2ª secção da Directoria Geral de Estatistica, nove mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.
- N. 203 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de agosto de 1894 — Approva o tratado de commercio e navegação celebrado em 10 de outubro de 1891 entre o governo do Brasil e o da Republica do Perú.
- N. 204 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1894 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando até 7 de outubro do corrente anno a presente sessão legislativa.
- N. 205 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1894 — Marca os vencimentos dos escriptães do juizo seccional.
- N. 206 — MARINHA e GUERRA — Decreto de 26 de setembro de 1894 — Autoriza o governo a considerar como approvados os alumnos das escolas Militar e Naval que tiverem frequentado com aproveitamento as aulas das ditas escolas até 6 de setembro de 1893, a mandar admittir a exames de generalidades os que os requererem e a exames finaes os que forem habilitados naquelles.
- N. 207 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1894 — Approva o credito extraordinario de 5:720\$, aberto sob a responsabilidade da Presidencia da Republica para pagamento dos vencimentos dos escriptães e officiaes de justiça do extincto Juizo dos Feitos da Fazenda que passaram a servir perante o juizo seccional, no exercicio

- de 1893, e autoriza o governo a abrir no presente exercício o credito de 6:020\$ para identico fim.
- N. 207 A — MARINHA — Decreto de 26 de setembro de 1894 — Autoriza o governo a conceder a José Gonçalves de Oliveira, mestre das officinas de caldeiros de ferro do Arsenal de Marinha da Capital Federal, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.
- N. 207 B — MARINHA — Decreto de 26 de setembro de 1894 — Crea uma escola de aprendizes marinheiros no Estado de Alagoas.
- N. 208 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1894 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando até 6 de novembro do corrente anno a actual sessão legislativa.
- N. 209 — GUERRA — Decreto de 3 de outubro de 1894 — Manda rever a reforma concedida ao general de brigada Frederico Christiano Buys.
- N. 210 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1894 — Considera em disponibilidade o juiz de direito Augusto Carlos de Amorim Garcia.
- N. 211 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de outubro de 1894 — Proroga por um anno os prazos estatuidos para a construcção da Estrada de Ferro de Alcobaça á Praia da Rainha, a que se refere o decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890.
- N. 211 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1894 — Declara definitiva a permuta feita com a Santa Casa de Misericordia do Recife, do edificio que serviu de hospedaria de immigrants na Jaqueira, Estado de Pernambuco, pelo predio da Casa dos Expostos, sito na praça Barão de Lucena, no mesmo Estado.
- N. 212 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1894 — Proroga por dous annos o prazo concedido para a construcção da Estrada de Ferro da estação de Ribeirão a Villa do Bonito, no Estado de Pernambuco, a que se refere o decreto n. 471 de 7 de junho de 1890.
- N. 213 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1894 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando até 30 de novembro do corrente anno a actual sessão legislativa.
- N. 214 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1894 — Approva os decretos ns. 1594 A, 1594 B e 1594 C, de 4, 6 e 7 de novembro do anno findo, 1682, de 28 de fevereiro, e 1687 e 1688, de 17 de março do corrente anno.
- N. 215 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de outubro de 1894 — Concede á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas prorogação de prazo até o mez de maio de 1896 para serem iniciadas as obras do porto de Jaraguá, no Estado de Alagoas.
- N. 216 — GUERRA — Decreto de 31 de outubro de 1894 — Faz extensivas a todos os officiaes do exercito reformados de accordo com o decreto n. 193 A de 30 de janeiro de 1890, voluntaria ou compulsoriamente, antes da sua promulgação, as disposições do decreto legislativo n. 18 de 17 de outubro de 1891.

- N. 217 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1894 — Autoriza o Poder Executivo a abrir no corrente exercício, ás respectivas verbas do orçamento do Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito necessario para o pagamento dos serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante o tempo das prorrogações da actual sessão legislativa.
- N. 218 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1894 — Autoriza o Poder Executivo a abrir no corrente exercício, ás respectivas verbas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito necessario para occorrer ao pagamento do subsidio dos deputados e senadores, durante as prorrogações da actual sessão legislativa.
- N. 219 — GUERRA — Decreto de 10 de novembro de 1894 — Releva á D. Maria dos Santos Lucas a prescripção, em que incorreu, para perceber o meio soldo, a que tem direito, de 1853 a 1892.
- N. 220 — GUERRA — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Estende as disposições do decreto n. 206 de 26 de setembro do corrente anno aos alumnos de todas as escolas militares que estiverem nas condições citadas pelo mesmo decreto.
- N. 221 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de novembro de 1894 — Completa a organização da justiça federal da Republica.
- N. 222 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de novembro de 1894 — Autoriza o governo a conceder ao 2.º official da Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas, José Fernandes Ribeiro da Costa, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.
- N. 222 A — FAZENDA — Lei de 23 de novembro de 1894 — Mandado que continue a ter o mesmo destino a que estão servindo diversos proprios nacionaes no Estado de Pernambuco, que por lei do antigo regimen foram entregues á Santa Casa de Misericórdia do Recife.
- N. 223 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1894 — Promulga a resolução do Congresso Nacional que autoriza o Poder Executivo a abrir o credito necessario para pagamento dos vencimentos dos empregados das secretarias das duas camaras.
- N. 223 A — MARINHA — Decreto de 26 de novembro de 1894 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Marinha, no corrente exercício o credito de 527:442\$ para as verbas — Conselho Supremo Militar — e Eventuaes deste anno.
- N. 224 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1894 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando até 10 de dezembro do corrente anno a actual sessão legislativa.
- N. 225 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1894 — Autoriza o governo a revêr o actual regimento de custas judiciais, e dá outras providencias.
- N. 225 A — FAZENDA — Decreto de 1 de dezembro de 1894 — Concede ao Estado de Goyaz diversos proprios nacionaes, situados no mesmo Estado e de que a União não precisa para serviços federaes.
- N. 226 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1894 — Prohibe o recebimento de sentença-

- dos no presidio de Fernando de Noronha, e dá outras providencias.
- N. 227 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1894 — Autoriza o governo a mandar prolongar a linha telegraphica pelo interior do Estado do Maranhão até a cidade de Palma, no de Goyaz.
- N. 227 A—FAZENDA—Decreto de 5 de dezembro de 1894 — Fixa o praso de dois annos para que os navios que se entregam á navegação de cabotagem entre os portos maritimos ou fluviaes, se nacionalizem de accôrdo com a lei.
- N. 228 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1894 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando até 20 do corrente mez a actual sessão legislativa.
- N. 229 — GUERRA — Decreto de 6 de dezembro de 1894 — Manda contar ao capitão de cavallaria Antonio Lago, como tempo de effectivo serviço, o periodo decorrido de 28 de fevereiro de 1867 a 27 de agosto de 1873, em que esteve fóra das fileiras do exercito, em consequencia de refimento recebido em combate.
- N. 230 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1894 — Aprova comm modificações e addita-mentos, o codigo das disposições communs ás instituições do ensino superior, que baixou com o decreto n. 1159, de 3 de dezembro de 1892.
- N. 231 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1894 — Autoriza a creação de uma caixa ben-eficente na Brigada Policial da Capital Federal.
- N. 232 — GUERRA — Decreto de 7 de dezembro de 1894 — Orga-niza os estados-maiores do Presidente da Republica, do Minis-tro da Guerra, do ajudante general do exercito e do quartel mestre general.
- N. 233 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1894—Autoriza o Poder Executivo a abrir um credito supplementar de 37:047\$ á rubrica 3ª do art. 2º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893.
- N. 234 — GUERRA — Decreto de 10 de dezembro de 1894 — Au-toriza o governo a abrir um credito extraordinario de 25.500:000\$ para occorrer ás despesas do Ministerio da Guer-ra, até liquidação do exercicio vigente.
- N. 234 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — De-creto de 10 de dezembro de 1894 — Concede tres mezes de li-cença a Carlos Alberto do Espirito Santo, 2º official da Admi-nistração dos Correios do Districto Federal.
- N. 235 — MARINHA — Decreto de 11 de dezembro de 1894 — Autoriza a abertura do credito supplementar destinado ao pa-gamento do augmento de vencimento dos patrões das embarca-ções do Arsenal de Marinha desta capital.
- N. 236 — MARINHA — Decreto de 11 de dezembro de 1894 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 1.462:000\$ para ser applicado a diversas verbas do actual orçamento.
- N. 237 — MARINHA —Decreto de 11 de dezembro de 1894—Me-lhora a reforma do 1º tenente da armada, Camillo de Lellis e Silva.
- N. 238 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1894—Autoriza o Poder Executivo a man-dar contar ao 1º tenente reformado Joaquim de Oliveira Fer-nandes, para os efeitos da jubilação no logar de professor do

- 1º externato do Gymnasio Nacional, o tempo que serviu nas fileiras do exercito.
- N. 239 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Autoriza o governo a mandar pagar ao Dr. José Borges Ribeiro da Costa e ao pharmaceutico Augusto Cesar Diogo, preparadores do laboratorio, de chimica inorganica e de pharmacia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, exonerados destes cargos e nelles reintegrados em virtude do art.1º da lei n.42, de 2 de julho de 1892, o ordenado que deixaram de perceber do intervallo da exoneração á reintegração.
- N. 240 — MARINHA e GUERRA — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Determina os vencimentos dos funcionarios civis dos arsenaes de marinha e guerra da Republica.
- N. 241 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Releva á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, cessionaria da Estrada de Ferro Caxias a S. José de Cajazeiras, do pagamento da multa por excesso de praso para conclusão das obras da mesma estrada.
- N. 242 — MARINHA — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Fixa a força naval para o anno de 1895.
- N. 243 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Approva o credito supplementar de 1.420:580\$833, aberto pelo decreto n. 1852, de 22 de outubro de 1894, á verba — Caixa de Amortização, para occorrer ás despesas, até ao fim do corrente exercicio, com as encomendas e assignaturas de notas.
- N. 244 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Approva o credito supplementar de 150:000\$ aberto pelo decreto n. 1858 de 27 de outubro de 1894 á verba — Exercicios findos, para regularizar a despesa já effectuada e solver outras que não foram reclamadas ou satisfeitas opportunamente.
- N. 245 — GUERRA — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Autoriza o governo a abrir o credito extraordinario de 800:000\$ para occorrer ás despesas com festejos e recepção da commissão de officiaes orientaes.
- N. 246 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Regula os vencimentos do funcionario aposentado por effeito do decreto legislativo n. 50 de 13 de junho de 1892.
- N. 247 — MARINHA e GUERRA — Lei de 15 de dezembro de 1894 — Regula o soldo e etapa dos officiaes effectivos e praças do exercito e da armada.
- N. 248 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 15 de dezembro de 1894 — Altera as disposições do art. 7º. relativas á organização do Conselho Municipal do Districto Federal e regula o processo para as eleições de que trata o art. 83 da lei n. 85 de 20 de setembro de 1892.
- N. 249 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de dezembro de 1894 — Autoriza o governo a conceder ao escriptuario da Estrada de Ferro de Paulo Afonso, Antonio Candido da Silva Leão, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.
- N. 250 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1894 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao

lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Epitácio da Silva Pessôa.

- N. 251 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1894 — Autoriza o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença, com ordenado, ao bacharel Joaquim Pires de Amorim, juiz seccional do Estado do Espírito Santo, para tratar de sua saúde onde lhe convier.
- N. 252 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1894 — Autoriza o governo a abrir o credito extraordinario de 200:000\$, para occorrer ás despesas com a demarcação da fronteira entre o Brasil e a Bolivia.
- N. 253 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1894 — Autoriza o poder executivo a apresentar o Dr. Antonio Martins Pinheiro, no cargo de ajudante do inspector geral da saúde dos portos.
- N. 253 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de dezembro de 1894 — Concede ao 1º official da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, Jacintho Dias Cardoso, um anno de licença, com o respectivo ordenado.
- N. 254 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1894 — Autoriza o governo a abrir o credito supplementar de 474:734\$905 para occorrer á despesa com a Policia do Districto Federal, no exercicio vigente.
- N. 255 — MARINHA e GUERRA — Decreto de 19 de dezembro de 1894 — Concede aos Ministerios da Guerra e da Marinha o credito de 27.000:000\$, ao cambio de 27 d. esterlinos, para reconstituição do material do exercito e da armada.
- N. 256 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1894 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao Dr. Manoel Fernandes Sá Antunes, professor da 1ª cadeira da 2ª série do curso annexo á Faculdade de Direito do Recife, um anno de licença, com o respectivo ordenado.
- N. 257 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1894 — Concede aos 1º e 2º cirurgiões do Corpo de Bombeiros, desta Capital os postos de major e capitão, com as vantagens que lhes são inherentes.
- N. 258 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1894 — Determina que os vencimentos dos officiaes da Brigada Policial e Corpo dos Bombeiros sejam os mesmos marcados para os officiaes do exercito.
- N. 259 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1894 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 100:000\$ para occorrer ao pagamento das terras e aguas do rio Covanca, adquiridas ao Dr. Joaquim José de Siqueira e sua mulher.
- N. 260 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1894 — Concede aos ministros de Estado uma gratificação mensal de 1:000\$ para representação, além dos seus vencimentos, e autoriza a abertura do necessario credito para occorrer á despesa no exercicio de 1895.
- N. 261 — FAZENDA — Lei de 20 de dezembro de 1894 — Autoriza o governo a abrir no corrente exercicio de 1894 diversos creditos aos ministerios da Fazenda, da Justiça e Negocios Interiores, das Relações Exteriores e da Industria, Viação e Obras Publicas.
- N. 262 — GUERRA — Decreto de 20 de dezembro de 1894 — Autoriza o Poder Executivo a abrir no corrente exercicio

- financeiro um credito extraordinario de 285:435\$768, para a reconstrucção de paídes de polvora na ilha do Boqueirão, e outro de 731:580\$, para as despesas com obras urgentes em diversos estabelecimentos militares.
- N. 263 — GUERRA — Decreto de 20 de dezembro de 1894 — Interpreta a expressão — com aproveitamento — do artigo unico § 1º do decreto legislativo n. 206, de 26 de setembro de 1894.
- N. 264 — GUERRA — Decreto de 20 de dezembro de 1894 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1895.
- N. 265 — FAZENDA — Lei de 24 de dezembro de 1894 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1895, e dá outras providencias.
- N. 266 — FAZENDA — Lei de 24 de dezembro de 1894 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1895, e dá outras providencias.
- N. 267 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1894 — Autoriza o governo a contractar com Richard J. Reidy, ou com quem melhores vantagens offerecer, o assentamento de um cabo subfluvial entre as capitaes dos Estados do Pará e Amazonas.
- N. 268 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1894 — Augmenta os vencimentos dos empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 269 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1894 — Autoriza o governo a despende até 1.000:000\$ com a manutenção e desenvolvimento dos nucleos coloniaes da margem direita do Araguay, no Estado do Pará.
- N. 270 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1894 — Autoriza o governo a emprestar aos Estados do Paraná e Santa Catharina a quantia de quatro mil contos de réis (4.000:000\$) repartidamente.
- N. 271 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1894 — Proroga os prazos para a conclusão das obras das estradas de ferro de Aracajú a Simão Dias, Tamandaré a Barra, Catalão a Palmas e Caxias a Cajazeiras; e bem assim para o inicio das obras do porto de Laguna.

1895

- N. 272 — GUERRA — Decreto de 27 de maio de 1895 — Manda pagar ao major reformado do exercito, Eugenio Frederico de Lossio e Selblitz o soldo que deixou de receber de 1862 a 1864.
- N. 272 A — FAZENDA — Decreto de 30 de maio de 1895 — Concede a Dom José Pereira da Silva Barros a pensão annual de 3:600\$, sem prejuizo da congrua que percebe como serventuario do culto catholico.
- N. 272 B — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de junho de 1895 — Autoriza o governo a rever o regulamento da Directoria Geral dos Correios, aprovado pelo decreto n. 1692 A de 10 de abril de 1894.
- N. 273 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1895 — Publica a resolução do Congresso

- Nacional que approva os actos praticados pelo poder executivo e seus agentes por motivo da revolta de 6 de setembro de 1893.
- N. 273 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de junho de 1895 — Proroga por dous annos o praso concedido á Companhia Estrada de Ferro Nordeste do Brasil, para começar os seus trabalhos.
- N. 273 B — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de junho de 1895 — Proroga por 18 mezes a contar de 28 de setembro de 1894, o prazo para a construção da Estrada de Ferro do Natal ao Ceará-mirim.
- N. 274 — MARINHA — Decreto de 28 de junho de 1895 — Autoriza o governo a despendar até á quantia de 25:000\$, com o estabelecimento de um pharol de 5ª classe no porto de Macapá, no Estado do Pará.
- N. 275 — FAZENDA — Decreto de 4 de julho de 1895 — Isenta de imposto de importação em beneficio das emprezas industriaes ou collectivas que se propuzerem á exploração de carvão de pedra, os materiaes, machinas eapparelhos destinados a essa exploração, e o pixe e o breu destinados ao fabrico de "briquettes".
- N. 276 — FAZENDA — Decreto de 4 de julho de 1895 — Manda repartir proporcionalmente por D. Narcisa Candida de Andrada e suas duas filhas, DD. Narcisa Josephina de Andrada e Silva e Anna Joaquina de Andrada Aguiar a pensão que aquella percebe por decreto de 13 de outubro de 1877.
- N. 277 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1895 — Proroga até 31 de dezembro de 1896 o prazo para serem iniciados os trabalhos de construção da Estrada de Ferro de Caxias ao Araguaya.
- N. 277 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de julho de 1895 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 3.341:816\$713, applicado á rubrica — Garantia de juros a estradas de ferro no exercicio de 1894.
- N. 278 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de julho de 1895 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, no corrente exercicio, um credito extraordinario de 6:000\$, para o custeio de tres officinas do Instituto Benjamin Constant.
- N. 279 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1895 — Crea um consulado na cidade de Cayenna.
- N. 280 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1895 — Declara temporarias as funções dos órgãos do ministerio publico.
- N. 281 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao Dr. João Alvares de Azevedo Macedo, lente de anatomia e physiologia da Escola Nacional de Bellas Artes, um anno de licença com ordenado para tratar de sua saude.
- N. 282 — MARINHA E GUERRA — Decreto de 29 de julho de 1895 — Regula o modo de provar o fallecimento de qualquer official de terra ou mar para habilitação ao meio soldo e montepio.
- N. 283 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a con

- ceder um anno de licença, com ordenado, ao bacharel Manoel Porfirio de Oliveira Santos, juiz seccional do Estado do Rio Grande do Norte, para tratar de sua saude onde lhe convier.
- N. 284 — GUERRA — Lei de 30 de julho de 1895 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1896.
- N. 285 — MARINHA — Lei de 1 de agosto de 1895 — Fixa a força naval para o exercicio de 1896.
- N. 286 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1895 — Autoriza o governo a abrir o credito supplementar de 600:000\$, para occorrer ás despesas a fazer até ao mez de setembro do corrente exercicio pela verba 38ª do art. 2º da lei do orcamento vigente.
- N. 287 — MARINHA — Decreto de 2 de agosto de 1895 — Autoriza o governo a abrir um credito supplementar ao Ministerio da Marinha, na importancia de 4.516:323\$080, para pagar ás despesas já reconhecidas e excedentes ás consignações votadas na lei do orcamento n. 191 B, de 30 de setembro de 1893.
- N. 288 — MARINHA E GUERRA — Lei de 6 de agosto de 1895 — Determina que o montepio dos officiaes da armada e classes annexas, a que se refere a resolução de 23 de setembro de 1795, seja regulado pelo mesmo decreto que trata do montepio dos officiaes do exercito.
- N. 289 — FAZENDA — Decreto de 8 de agosto de 1895 — Revela da prescripção, em que incorreu, D. Maria da Penha Oliveira, viuva do alferes reformado do exercito, Luiz Antonio de Oliveira.
- N. 290 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de agosto de 1895 — Autoriza o governo a abrir o credito extraordinario de 898:486\$840 para pagamento do excesso das despesas com o serviço de colonização no Estado do Rio Grande do Sul, no exercicio de 1893.
- N. 291 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de agosto de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a abrir no corrente exercicio os creditos extraordinarios de 54:000\$, á verba 5ª e de 60:000\$, á verba 7ª do art. 2º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 292 — GUERRA — Decreto de 3 de setembro de 1895 — Faz extensivas aos arsenaes de guerra dos Estados as disposições do decreto n. 157, de 5 de agosto de 1893.
- N. 293 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1895 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando a actual sessão legislativa até 4 de outubro proximo vindouro.
- N. 294 — FAZENDA — Decreto de 5 de setembro de 1895 — Dispõe sobre as companhias estrangeiras de seguros de vida que funcconam no territorio do Brasil.
- N. 295 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:600\$ para pagamento de vencimentos a empregados da Bibliotheca Nacional, no exercicio de 1894.
- N. 296 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1895 — Autoriza a abertura do credito supplementar de 108:713\$995 ao n. 15, art. 6º, da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892.
- N. 297 — GUERRA — Decreto de 16 de setembro de 1895 —

- Autoriza o Poder Executivo a abrir, no exercício corrente, o credito supplementar de 7.905:410\$565 para occorrer ás despesas com diversas rubricas do Ministerio da Guerra.
- N. 298 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de setembro de 1895 — Autoriza a aposentar, com todos os vencimentos, no cargo que actualmente exerce, o coronel Pedro Paulino da Fonseca.
- N. 299 — FAZENDA — Decreto de 30 de setembro de 1895 — Autoriza a abertura do credito supplementar de 1.700:000\$ á verba — Reposições e restituições, do exercício vigente, art. 7º, n. 29, da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 300 — MARINHA — Decreto de 30 de setembro de 1895 — Autoriza o governo a abrir no exercício vigente os creditos extraordinarios de 381:000\$, para dar execução ao § 10 do art. 2º da lei n. 242 de 13 de dezembro de 1894 e de 1.883:575\$080 para pagamento de fretes e reparos dos vapores "Santos", "S. Salvador" e "Itaipú", armados em cruzadores para attender ás necessidades do serviço publico durante a revolta de 6 de setembro de 1893.
- N. 301 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1895 — Publica a resolução do Congresso Nacional, prorogando a actual sessão legislativa até 3 de novembro proximo vindouro.
- N. 302 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de outubro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a applicar as sobras da verba — Empreitada, da Estrada de Ferro Central da Parahiba ao pagamento do pessoal da mesma via-ferrea.
- N. 303 — MARINHA — Decreto de 10 de outubro de 1895 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 830:000\$, supplementar á verba — Obras, do orçamento em vigor para occorrer á construcção de um quartel para o batalhão de infantaria de marinha, aos reparos indispensaveis a diversos proprios nacionaes na Ilha das Cobras, e á fabrica de um porta-caixão para o doque Guanabara.
- N. 304 — MARINHA — Lei de 10 de outubro de 1895 — Augmenta os vencimentos dos officiaes inferiores dos corpos e brigadas de marinha e equiparados.
- N. 305 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de outubro de 1895 — Concede amnistia ás pessoas implicada nos acontecimentos politicos ultimamente occorridos no Estado de Alagoas e na cidade da Boa Vista, em Goyaz.
- N. 306 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de outubro de 1895 — Autoriza o governo a abrir o credito supplementar de 44:826\$423 ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, no exercício de 1894, para occorrer ao pagamento das despesas autorizadas pela lei n. 198 de 18 de julho de 1894.
- N. 307 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1895 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 28:000\$ para occorrer ás despesas da rubrica 11ª do art. 7º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894 — Caixa de Amortização.
- N. 308 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1895 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Fazenda no corrente exercício, á verba — exercicios findos, da lei n. 266,

- de 24 de dezembro de 1894, o credito supplementar de 193:000\$ para canalização de guas na cidade Macaó.
- N. 309 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1895 — Releva á D. Francisca da Serra Carneiro Dutra a prescripção em que incorreu para receber a differença do meio soldo a que tem direito de 1871 a 1887.
- N. 310 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1895 — Amnistia todas ás pessoas que directa ou indirectamente se tenham envolvido nos movimentos revolucionarios occorridos no territorio da Republica até 23 de agosto do corrente anno, com as restricções que estabelece.
- N. 311 — FAZENDA — Decreto de 24 de outubro de 1895 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 4:700\$ á verba — exercicios findos — da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 312 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença ao engenheiro Pedro Pereira de Andrade, fiscal de 3ª classe da Inspectoria Geral de Estradas de Ferro.
- N. 313 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1895 — Autoriza o governo a abrir, no corrente exercicio, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito supplementar de 566:226\$610, destinado a diversas verbas do art. 2º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 314 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 30 de outubro de 1895 — Reorganiza o ensino das faculdades de direito.
- N. 315 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1895 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando a actual sessão legislativa até o dia 30 de novembro proximo vindouro.
- N. 316 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Julio Trajano de Moura, director da 4ª secção do Museu Nacional e do Laboratorio Anatomo, Pathologico da Assistencia de Alienados, um anno de licença, sem vencimentos.
- N. 317 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao 1º official da Bibliotheca Nacional, Olympio Ferreira das Neves, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude, fóra do paiz.
- N. 318 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao engenheiro civil José Dias Delgado de Carvalho Junior, lente do Externato do Gymnasio Nacional e professor do Collegio MMITar, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.
- N. 319 — GUERRA — Decreto de 31 de outubro de 1895 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 3.000:000\$ para restauração e melhoramento das fortalezas da Republica.
- N. 320 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1895 — Autoriza o governo a abrir o credito extraordinario de 2.096:135\$872, para occorrer aos pa-

- gamentos das despesas realizadas e a realizar por conta da verba — Terras publicas e colonização.
- N. 321 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 7 de novembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito supplementar de 76:036\$ para occorrer ás despesas do n. 13 do art. 2º da lei de orçamento em vigor — Policia do Districto Federal (brigada policial).
- Decreto de 7 de novembro de 1895 — Concede a Cyrillo Rodrigues da Silva a pensão annual de 2:000\$000.
- N. 322 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Lei de 8 de novembro de 1895 — Dá nova organização ao corpo diplomatico e crea diversos consulados.
- N. 323 — (Com este numero não foi publicado acto algum —
- N. 324 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de novembro de 1895 — Concede á D. Francisca Amalia Bittencourt Cardoso a pensão annual de 1:200\$000.
- N. 324 A — **FAZENDA** — Decreto de 9 de novembro de 1895 — Concede á D. Maria Lins Velloso da Silveira a pensão de 100\$ mensaes.
- N. 324 B — **FAZENDA** — Decreto de 9 de novembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao cabo dè esquadra reformado, Amaro da Costa Soares, a pensão de 1\$ diarios, sem prejuizo do respectivo soldo.
- N. 325 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de novembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Emilio José Moreira Junior, terceiro escripturario da Alfandega de Manáos, um anno de licença, sem vencimentos.
- N. 326 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 11 de novembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao escripturario da E. de F. Paulo Affonso, Luiz Fernandes de Araujo Besouro Filho, um anno de licença, com ordenado.
- N. 327 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 11 de novembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Alcides Catão da Rocha Medrado, bibliothecario da Escola de Minas de Ouro Preto, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.
- N. 328 — **FAZENDA** — Decreto de 12 de novembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Antonio Leocadio de Menezes Amorim, 1º escripturario do Thesouro Federal, um anno de licença, com o respectivo ordenado.
- N. 329 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 12 de novembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, no corrente exercicio, ao Ministerio das Relações Exteriores, o credito supplementar de 19:500\$, á verba 1ª, do art. 3º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 330 — **MARINHA** — Decreto de 14 de novembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha, o credito extraordinario de 257:168\$518 para diversas despesas relativas á organização do Hospital de Marinha.
- N. 331 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 14 de novembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao Dr. Ladisláo José Carvalho de Araujo, medico da Hospedaria de Imigração, em Pinheiro, um anno de licença, com o respectivo ordenado.

- N. 332—JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES e GUERRA—Decreto de 14 de novembro de 1895—Autoriza o Poder Executivo a transferir do quadro do exercito e incluir como effectivo em um dos corpos militares subordinados ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o major auxiliar tecnico do mesmo ministerio, Benevenuto de Souza Magalhães.
- N. 333 — INDUSTRIA. VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de novembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito supplementar de 819:000\$, á verba 4.^a do art. 6º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 334 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de novembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, no actual exercicio, o credito extraordinario de 9:873\$760 para resgate dos compromissos da commissão examinadora da Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro, da Fazenda do Ariró e Laboratorio de Biologia.
- N. 335 — MARINHA — Decreto de 25 de novembro de 1895 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 7.616:993\$250, ao art. 4º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 336 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1895 — Reverte em favor de D. Florinda Menna Barreto Ferreira a pensão concedida á D. Balbina Carneiro da Fontoura Menna Barreto.
- N. 337 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1895 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 76:000\$, para pagamento das despesas até ao fim do actual exercicio, com o pessoal e material da Colonia Correccional de Dois Rios.
- N. 338 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1895 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando a actual sessão legislativa até o dia 20 de dezembro proximo vindouro.
- N. 339. — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a permittir á companhia "Brasil Great Southern Railway" a construcção da ponte sobre o rio Quarahim, no Rio Grande do Sul, para ligar a Estrada de Ferro Quarahim a Itaqui á ferro-via Oriental do Salto á Santa Rosa.
- N. 340 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1895 — Garante á D. Laura Augusta de Moraes a pensão assegurada pelo art. 31 do regulamento approved por decreto n. 942 A. de 31 de outubro de 1890.
- N. 341 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1895 — Garante á D. Rosa Sanches de Souza Carneiro, D. Anna de Aguiar Prado e D. Thereza Angelica de Souza a pensão assegurada pelo art. 31 do regulamento approved por decreto n. 942 A. de 31 de outubro de 1890.
- N. 342 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 2º de dezembro de 1895 — Reduz a tres mezes o prazo estabelecido no paragrapho unico do art. 39 da lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892, para duração das incompatibilidades definidas no referido artigo, e revoga a lei n. 28, de 8 do mesmo mez e anno.

- N. 343 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1895 — Approva o decreto do Poder Executivo n. 2126, de 10 de outubro de 1895, abrindo o credito extraordinario de 53:364\$190 para pagamento das despesas realizadas com o funeral do marechal Floriano.
- N. 344 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de dezembro de 1895 — Approva o regulamento anexo ao decreto do Poder Executivo n. 2043, de 15 de julho do corrente anno, na parte que eleva vencimentos e crea novos empregos na Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, e autoriza a reformar os regulamentos das demais vias-ferreas da União.
- N. 345 — GUERRA — Decreto de 5 de dezembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a reverter á 1ª classe do exercito o tenente reformado de cavallaria, Carlos Augusto de Cogoy.
- N. 346 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1895 — Concede á D. Rosa da Cunha e Silva, viuva do tenente do exercito Alfredo Silva, a pensão annual de 1:200\$000.
- N. 347 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 7 de dezembro de 1895 — Regula o processo de apuração na eleição para cargos de Presidente e Vice-Presidente da Republica.
- N. 348 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de dezembro de 1895 — Autoriza o governo a conceder licença por um anno, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier, ao fiscal das Docas de Santos, Ulrico de Souza Mursa.
- N. 349 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a conceder, ao 1º escriptuario da Alfandega do Rio de Janeiro, Joaquim Augusto Freire, um anno de licença, sem vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.
- N. 350 — GUERRA — Lei de 9 de dezembro de 1895 — Autoriza o governo a graduar no primeiro posto do exercito todas as praças commissionadas nesse posto até 3 de novembro de 1894.
- N. 351 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a contractar, por cinco annos, com companhia ou particular, o serviço de duas viagens mensaes dos portos de São Francisco e Amarante, no rio Parnahyba, ao da Tutoya, no Maranhão, com escalas.
- N. 352 — FAZENDA — Lei de 12 de dezembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a auxillar, por empréstimo, a municipalidade do Districto Federal, com a quantia de 3.700:000\$000.
- N. 353 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1895 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao conferente da Alfandega da Bahia, Candido Guedes Chagas, para tratar de sua saude onde lhe convier.
- N. 354 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1895 — Reorganiza a corporação dos corretores de fundos publicos do Districto Federal e providencia sobre as operações por elles realizadas na Bolsa.
- N. 355 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de

- 19 de dezembro de 1895 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando a actual sessão legislativa até o dia 30 de dezembro do corrente anno.
- N. 356 — FAZENDA — Decreto de 19 de dezembro de 1895 — Determina que continuarão a ser pagos á D. Mathilde Accioli Lins o montepio e meio soldo do seu finado filho, o alferes Sebastião Carlos Accioli Lins, desde 1 de julho de 1892.
- N. 357 — GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1895 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Guerra creditos especiaes até 14.000:000\$, para occorrer ás despesas extraordinarias com o exercito e corpos patrioticos no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 358 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1895 — Declara de livre escolha do governo diversos cargos de repartições de fazenda, crea delegacias fiscaes no Estado do Pará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, e dá outras providencias sobre a Casa da Moeda.
- N. 359 — FAZENDA — Lei de 30 de dezembro de 1895 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1896 e dá outras providencias.
- N. 360 — FAZENDA — Lei de 30 de dezembro de 1895 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1896, e dá outras providencias.

1896

- N. 361 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1896 — Eleva á categoria de alfandega de 4.^a ordem a Mesa de Rendas da cidade de Pelotas.
- N. 362 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1896 — Proroga por dois annos o prazo concedido á E. de F. Leopoldina para conclusão das obras da linha de Santo Eduardo a Cachoeiro de Itapemerim e dá outras providencias.
- N. 363 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1896 — Augmenta os vencimentos dos membros do Supremo Tribunal Federal e de outros funcionarios.
- N. 364 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1896 — Autoriza o Poder Executivo a reformar os estatutos da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.
- N. 365 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1896 — Concede á D. Brasília Augusta Pinheiro da Cunha a pensão annual de 3:600\$000.
- N. 366 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1896 — Autoriza o governo a abrir o credito de 6:333\$310 para pagamento do pessoal e expediente da delegacia de Terras e Colonização, no Estado de Minas Geraes.
- N. 367 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1896 — Autoriza o governo a abrir o credito supplementar de 115:100\$ para occorrer ás despesas da verba — Agencia Central de Immigração, n. 3, do art. 6.^o da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.
- N. 368 — FAZENDA — Decreto de 26 de maio de 1896 — Autoriza a abertura de um credito supplementar de 21:840\$366 á verba — Exercicios findes, para occorrer ás despesas

que forem liquidadas com o serviço quarentenario de Santa Catharina durante o anno de 1893.

- N. 369 — GUERRA — Decreto de 22 de junho de 1896 — Declara extinta a divida em que ficou para com a fazenda nacional o fallecido coronel do exercito Wenceslão Freire de Carvalho.
- N. 370 — FAZENDA — Decreto de 22 de junho de 1896 — Autoriza a abertura do credito supplementar de 128:828\$500 á verba 34^a do art. 7.^o da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, para occorrer ás despesas com o fabrico de moedas de nickel e bronze.
- N. 371 — FAZENDA — Decreto de 13 de julho de 1896 — Declara que a pensão de 264\$ annuaes concedida ao coronel Affonso de Albuquerque Mello, com sobrevivencia para sua mulher, D. Maria Barbara de Albuquerque, deve entender-se que é sem prejuizo do meio soldo que lhe compete.
- N. 372 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de julho de 1896 — Regula a aposentadoria dos membros da Côrte de Appellação do Districto Federal.
- N. 373 — GUERRA — Decreto de 20 de julho de 1896 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 2.220:000\$, para indemnizar prejuizos consequentes da revolta de 6 de setembro de 1893.
- N. 374 — GUERRA — Decreto de 23 de julho de 1896 — Concede ao governo, no corrente exercicio, o credito supplementar de 5:716\$129, para pagamento dos vencimentos do mestre da officina de coronheiros do Arsenal de Guerra desta capital.
- N. 375 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1896 — Autoriza o governo a abrir á verba — Exercicios findos, do Ministerio da Fazenda, um credito de 350:000\$ para pagar a Galeano y Souto e outros, como indemnização dos prejuizos resultantes da repulsa indevida dos navios "Centauro" e "Celina".
- N. 376 — RELAÇÕES EXTERIORES — Lei de 30 de julho de 1896 — Approva os quatro protocollos formulados na conferencia de Madrid, em abril de 1890, para a protecção da propriedade industrial e o regulamento elaborado pela secretaria internacional respectiva.
- N. 377 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1896 — Autoriza o governo a abrir no corrente exercicio o credito de 186:467\$680 supplementar a diversas rubricas do art. 2.^o da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895.
- N. 378 — MARINHA — Decreto de 8 de agosto de 1896 — Autoriza o Poder Executivo a proceder á escolha do local apropriado á mudança do Arsenal de Marinha da Capital Federal e abrir um credito até á quantia de trezentos contos (300:000\$000).
- N. 379 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1896 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença ao amanuense da secretaria da Assistencia Medico-Legal de Allenados, Arthur Gomes da Cruz.
- N. 380 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1896 — Fixa o dia em que se deverá proceder á eleição ordinaria para os cargos de deputado e senador ao Congresso Nacional.

- N. 381 — FAZENDA — Decreto de 24 de agosto de 1896 — Dispõe sobre o modo de pagamento dos vencimentos dos funcionários públicos aposentados.
- N. 382 — MARINHA — Lei de 27 de agosto de 1896 — Fixa a força naval para o exercício de 1897.
- N. 383 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1896 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando a actual sessão legislativa até o dia 14 de outubro do corrente anno.
- N. 384 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de setembro de 1896 — Autoriza o Poder Executivo a modificar o contracto de vias-ferreas da Companhia Estradas de Ferro Norte do Brasil, em relação ao regimen de garantia de juros e prazo para conclusão das obras.
- N. 385 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de setembro de 1896 — Autoriza o governo a prorogar até 31 de dezembro de 1896 o prazo concedido nos respectivos contractos para aquellas estradas de ferro que já houverem completado os estudos ou iniciado a construcção.
- N. 386 — MARINHA — Decreto de 17 de setembro de 1896 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 34:000\$ supplementar á verba 17^a do art. 4^o da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895.
- N. 387 — FAZENDA — Decreto de 21 de setembro de 1896 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 336:018\$428, supplementar á verba 17^a do art. 7^o da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895.
- N. 388 — FAZENDA — Decreto de 21 de setembro de 1896 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 5.522:847\$682, á verba — Reposições e restituições, para pagamento da divida da União para com o Estado de S. Paulo.
- N. 389 — FAZENDA — Decreto de 24 de setembro de 1896 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 7:707\$ á verba — Alfandegas, art. 7^o, n. 12, do orçamento de 1895, para occorrer á despeza da Alfandega do Estado do Espirito Santo.
- N. 390 — MARINHA — Decreto de 2 de outubro de 1896 — Manda contar de 16 de abril de 1894 a antiguidade de posto dos officiaes da armada promovidos por decreto de 30 de agosto do mesmo anno.
- N. 391 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1896 — Declara quaes são os telegrammas officiaes isentos das respectivas taxas, e dá providencias sobre o trafego de linhas telegraphicas.
- N. 392 — FAZENDA — Decreto de 8 de outubro de 1896 — Reorganiza o Tribunal de Contas.
- N. 393 — FAZENDA — Decreto de 8 de outubro de 1896 — Autoriza o governo a abrir á verba — Exercícios findos, do Ministerio da Fazenda, do orçamento vigente, o credito de 649:644\$864, para pagamento de igual quantia devida por garantia de juros á Companhia União Sorocabana e Ituana, concessionaria das linhas ferreas de Botucatu, a Tibagy e de Tatuhy a Itararé.
- N. 394 — GUERRA — Lei de 9 de outubro de 1896 — Fixa as forças de terra para o exercício de 1897.
- N. 395 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1896 — Publica a resolução do Congresso

- Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até 14 de novembro do corrente anno.
- N. 396 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1896 — Concede um anno de licença com todos vencimentos ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida, para tratar de sua saúde onde lhe convier.
- N. 397 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de outubro de 1896 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 23:592\$827 para pagamento das despesas feitas com a execução das leis ns. 266, de 24 de dezembro de 1894, 348, de 9 e 360, de 30 de dezembro de 1895.
- N. 398 — MARINHA — Decreto de 22 de outubro de 1896 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 668:260\$, supplementar a diversas rubricas do orçamento em vigor, para a execução da lei n. 304 de 10 de outubro de 1895.
- N. 399 — GUERRA — Decreto de 22 de outubro de 1896 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 661:658\$824 para pagamento á companhia Lloyd Brasileiro por fretamento dos vapores "Iris" e "Aymoré".
- N. 400 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1896 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 6.524:426\$606, supplementar á verba Exercícios findos, n. 32, do art. 7º da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, para pagamento de dividas de exercícios findos aos diversos ministerios.
- N. 401 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1896 — Autoriza o governo a conceder um anno de licença com o respectivo ordenado ao conferente da Alfandega do Recife, Adolpho Gentil, para tratar de sua saúde onde lhe convier.
- N. 402 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1896 — Autoriza o governo a conceder ao professor de francez do Gymnasio Nacional, Dr. José Delgado de Carvalho Dias Junior um anno de licença sem vencimentps.
- N. 403 — GUERRA — Lei de 24 de outubro de 1896 — Crea o estado-maior do exercito e a Intendencia Geral da Guerra, e dá outras providencias.
- N. 404 — MARINHA — Decreto de 24 de outubro de 1896 — Autoriza o Poder Executivo a mandar contar, ao 1º tenente da armada Arthur Waldemiro da Serra Belfort mais oito mozes e 28 dias, para os effeitos da reforma e aos Aspirantes, para todos os effeitos o tempo que serviram na esquadra legal e flotilhas, commissionados em guarda-marinha, como serviço de campanha.
- N. 405 — FAZENDA — Decreto de 28 de outubro de 1896 — Exclue da disposição do art. 5º, § 2º, letra "c" do regulamento approved pelo decreto n. 2304, de 2 de julho de 1896, as companhias de navegação de costagem, que tinham contracto com o governo nacional anterior a essa data.
- N. 406 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1896 — Concede amnistia a todas as pessoas que tenham tomado parte no movimento de 4 de setembro do corrente anno, occorrido no Estado de Sergipe.
- N. 407 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de

- 6 de novembro de 1896 — Fixa o subsídio e a ajuda de custo dos senadores e deputados na proxima legislatura.
- N. 408 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de novembro de 1896 — Autoriza a abertura do credito especial de 37:939\$975 para pagamento de indemnização ao Dr. José Antonio de Pinho Borges, de conformidade com a sentença do Supremo Tribunal Federal de 25 de fevereiro de 1895.
- N. 409 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1896 — Crea uma mesa de rendas de 1ª ordem em S. João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.
- N. 410 — FAZENDA — Lei de 12 de novembro de 1896 — Autoriza a cobrança dos impostos de exportação nos Estados e na Capital Federal, e define quaes os direitos de que é livre o commercio de cabotagem.
- N. 411 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1896 — Adia para 30 de dezembro de 1896, as eleições federaes para senadores e deputados. no triennio de 1897 a 1899.
- N. 412 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1896 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando a actual sessão legislativa até o dia 30 de novembro corrente.
- N. 413 — GUERRA — Decreto de 12 de novembro de 1896 — Autoriza o governo a conceder um anno de licença com ordenado ao escrivão da repartição de costuras do Arsenal de Guerra desta Capital, Joaquim Ignacio da Silva Abreu.
- N. 414 — GUERRA — Decreto de 12 de novembro de 1896 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito necessario para pagamento das etapas a que tem direito o capitão-tenente Tancredo de Castro Jaufré, como instructor do Collegio Militar.
- N. 415 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de novembro de 1896 — Autoriza o governo a abrir, no corrente exercicio, ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, o credito extraordinario de 200:000\$ para occorrer ás despesas com a continuação dos estudos da nova Capital, no planalto central.
- N. 416 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1896 — Autoriza o governo a conceder licença com ordenado por um anno, ao 2º official da Administração dos Correios do Ceará, José Alfredo Coelho de Arruda, para tratar de sua saude onde lhe convier.
- N. 417 — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1896 — Crea uma alfandega de 4ª classe em Sant'Anna do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 418 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1896 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando a actual sessão legislativa até o dia 10 de dezembro proximo futuro.
- N. 419 — RELAÇÕES EXTERIORES — Lei de 27 de novembro de 1896 — Approva o tratado de amizade, commercio e navegação celebrado em 5 de novembro de 1895 entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e o Imperio do Japão.
- N. 420 — FAZENDA. — Decreto de 30 de novembro de 1896 —

- Autoriza o governo a abrir os creditos necessarios para dar execução á lei que reorganizou o Tribunal de Contas.
- N. 421 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1896. — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de mil cento e quinze contos duzentos e oito mil e quinhentos réis, (1.115:208\$500), supplementar á verba — Exercícios findos, do orçamento em vigor, para pagamento de igual somma devida pela Estrada de Ferro Baturité.
- N. 422 — GUERRA — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 2.500:280\$744, supplementar a diversas rubricas do art. 5º da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895.
- N. 423 — MARINHA — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 1.787:802\$270, supplementar a diversas rubricas do orçamento em vigor.
- N. 424 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Autoriza o governo a conceder seis mezes de licença, com ordenado, ao conferente de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil. José Antonio Pinto Carneiro.
- N. 425 — RELAÇÕES EXTERIORES — Lei de 5 de dezembro de 1896 — Approva o accordo firmado em 19 de novembro de 1896 com o ministro de S. M. o rei da Italia sobre as reclamações italianas, e dá outras providencias.
- N. 426 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 7 de dezembro de 1896 — Manda observar, nas eleições federaes, o disposto no art. 6º da lei n. 248, de 15 de dezembro de 1894, sempre que se dê o caso previsto no § 2º do art. 43 da de n. 35, de 26 de janeiro de 1892, e dá outras providencias.
- N. 427 — FAZENDA — Lei de 9 de dezembro de 1896 — Determina que o thesouro assuma a responsabilidade exclusiva dos bilhetes bancarios actualmente em circulação e regula a substituição dos mesmos e o resgate do papel moeda.
- N. 428 — FAZENDA — Lei de 10 de dezembro de 1896 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1897, e dá outras providencias.
- N. 429 — FAZENDA — Lei de 10 de dezembro de 1896 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1897, e dá outras providencias.
- N. 430 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1896 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 70:000\$, á verba n. 133 do art. 2º da lei n. 360, de 20 de dezembro de 1895.
- N. 431 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1896 — Manda regular a guarda nacional pelo decrto n. 146, de 18 de abril de 1891, e dá outras providencias.

1897

- N. 432 — GUERRA — Decreto de 24 de maio de 1897 — Autoriza o governo a abrir um credito de 88:215\$806, para saldar as despesas feitas com a construção de quatro paíões de polvra na ilha do Boqueirão, e mais obras accessorias.

- N. 433 — MARINHA — Lei de 12 de junho de 1897 — Fixa a força naval para o exercício de 1898.
- N. 434 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de junho de 1897 — Autoriza o Poder Executivo a mandar pagar ao carteiro de 1ª classe da Repartição Geral dos Correios, Philomeno Jocelyn Ribeiro, os vencimentos que deixou de perceber.
- N. 435 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de junho de 1897 — Autoriza o governo a mandar pagar pela verba — Exercícios findos, ao 3º official da Repartição Geral dos Correios, José Francisco Rodrigues, os vencimentos que deixou de perceber de 29 de agosto de 1894 a 28 de junho de 1895.
- N. 436. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1897 — Concede oito mezes de licença, sem vencimentos, ao bacharel Octaviano de Siqueira Cavalcanti, substituto do juiz federal na secção do Amazonas.
- N. 437 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1897 — Autoriza o governo a abrir o credito especial de 21:500\$, para pagamento dos vencimentos, no exercício vigente, dos empregados da extincta Agencia Official de Colonização, addidos á secretaria do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.
- N. 438 — CONGRESSO NACIONAL — Decreto de 17 de agosto de 1897 — Autoriza o poder Executivo a reformar, no posto de alferes, o tenente honorario do exercito e sargento-ajudante aggregado do batalhão academico, Arcilio de Freitas.
- N. 439 — GUERRA — Decreto de 24 de agosto de 1897 — Autoriza o governo a abrir o credito especial de 111:095\$100 para pagamento dos vencimentos dos officiaes que reverteram ao serviço do exercito e da armada.
- N. 440 — FAZENDA — Decreto de 30 de agosto de 1897 — Autoriza o governo a abrir o credito de 14:125\$100, supplemmentar á verba — Exercícios findos, do orçamento em vigor, para pagamento dos empregados das obras do porto de Recife.
- N. 441 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1897 — Autoriza o governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao medico auxiliar da Directoria da Saude Publica, Dr. Candido Barroso do Amaral.
- N. 442 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1897 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando a actual-sessão legislativa até o dia 5 de outubro do corrente anno.
- N. 443 — FAZENDA — Decreto de 2 de setembro de 1897 — Autoriza o governo a conceder ao cidadão Luiz Rodolpho Cavalcanti de Albuquerque, director das rendas publicas do Thesouro Federal, um anno de licença para tratar de sua saude onde lhe convier.
- N. 444 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1897 — Concede aos alumnos do curso superior das faculdades de direito, matriculados antes da lei n. 314, de 30 de outubro de 1895, as regalias da legislação anterior.
- N. 445 — CONGRESSO NACIONAL — Decreto de 15 de setembro de 1897 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao telegraphista

chefe da Repartição Geral dos Telegraphos, Alfredo de Lima Albuquerque Mello.

- 446 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1897 — Autoriza o Poder Executivo a pagar ao Dr. Tiburcio Valeriano Pecegheiro do Amaral, preparador de medicina legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, os vencimentos que deixou de perceber, desde 28 de outubro de 1892 até 26 de maio de 1893, do lugar de preparador da cadeira de chimica inorganica medica da mesma faculdade.
- N. 447 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1897 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando novamente a actual sessão legislativa até o dia 4 de novembro do corrente anno.
- N. 448 — GUERRA — Lei de 6 de outubro de 1897 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1898.
- N. 449 — GUERRA — Lei de 11 de outubro de 1897 — Dispõe sobre a contagem da prisão preventiva do official, ou praça de pret do exercito, antes de ser condemnado.
- N. 450 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1897 — Permite aos alumnos da Escola Polytechnica, que se matricularam de accôrdo com as exigencias preparatórias dos estatutos approvados pelo decreto n. 5600, de 25 de abril de 1874 e aos alumnos das Escolas de Minas e Militar, que requereram até esta data a transferencia para aquella escola, concluirem os respectivos cursos pelos ditos estatutos.
- N. 451 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1897 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando novamente a actual sessão legislativa até 4 de dezembro do corrente anno.
- N. 452 — FAZENDA — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Prohibe importar e fabricar rótulos que se prestem á fabricação de bebidas e quaesquer outros productos nacionaes, com o fim de vender estes como si fossem estrangeiros, e dá outras providencias.
- N. 453 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Resolve sobre o computo do tempo para o effeito da aposentadoria do engenheiro Miguel de Teive e Argollo.
- N. 454 — FAZENDA — Decreto de 9 de novembro de 1897 — Autoriza o governo a conceder ao conferente da Alfandega do Pará, Raymundo Paiva Sodré e Silva, um anno de licença, com o respectivo ordenado.
- N. 455 — FAZENDA — Decreto de 9 de novembro de 1897 — Autoriza o governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao conferente da Alfandega de Santos, José Joaquim de Miranda.
- N. 456 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1897 — Declara em estado de sitio, por 30 dias, o territorio do Districto Federal e da comarca de Nitheroy.
- N. 457 — FAZENDA — Decreto de 18 de novembro de 1897 — Autoriza o governo a abrir o credito de 132:809\$998 sob a rubrica — Exercícios findos, destinado ao pagamento do nickel e cobre importados no exercicio de 1896.
- N. 458 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1897 — Autoriza o governo a conceder seis

- mezes de licença, com ordenado, ao Dr. Joaquim Pires de Amorim, juiz federal na secção do Espírito Santo, para tratar de sua saúde onde lhe convier.
- N. 459 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1897 — Autoriza o governo a abrir o credito de 380:000\$ para pagamento dos ordenados, vencidos e por vencer, dos magistrados aposentados pelo decreto n. 2056 de 25 de julho de 1895 e readmittidos á disponibilidade por decisão da justiça federal.
- N. 460 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1897 — Autoriza o governo a nomear uma comissão de membros da Directoria Geral de Saúde Publica para verificar a efficacia do serum anti-varioloso, descoberto pelo Dr. Felipe Pereira Caldas, e a entregar a este um premio de 50:000\$000.
- N. 461 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1897 — Autoriza o governo a conceder ao amanuense da Secretaria da Faculdade da Bahia, João Antonio Ferreira, um anno de licença, com ordenado, para tratar de saúde onde lhe convier.
- N. 462 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS. — Decreto de 22 de novembro de 1897 — Autoriza o governo a conceder um anno de licença, com ordenado, a José Joaquim de Negreiros Sayão Lobato, chefe de secção da Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas, para tratar de sua saúde onde lhe convier.
- N. 463 — GUERRA — Lei de 25 de novembro de 1897 — Autoriza a reorganização dos estabelecimentos militares de ensino.
- N. 464 — FAZENDA — Decreto de 27 de novembro de 1897 — Autoriza o governo a conceder ao conferente da Alfandega da Bahia, Candido Guedes Chagas, 10 mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.
- N. 465 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1897 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando novamente a actual sessão legislativa até o dia 10 de dezembro do corrente anno.
- N. 466 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a abrir os creditos de 9:750\$, complementar á verba 9ª — Ajudas de custo, e de 5:480\$, a verba 29ª — Despesas imprescindiveis com os exames geraes de preparatorios.
- N. 467 — MARINHA — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a abrir o credito de 200:000\$, complementar á verba—Hospitaes, n. 16 do art. 4º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.
- N. 468 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores um credito de 30:000\$, ao cambio de 27 d., complementar á rubrica 4ª, do art. 3º, da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.
- N. 469 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a abrir o credito de 94:000\$, complementar á verba — Diligencias policiaes, n. 14 do art. 2º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.
- N. 470 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a abrir o credito de 255:757\$119, complementar a diversas verbas do art. 2º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

- N. 471 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao telegraphista de 4.ª classe, Ernesto Manoel da Silva Filho, para tratar de sua saúde onde lhe convier.
- N. 472 — GUERRA — Decreto de 6 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a abrir o credito extraordinario de 259:982\$930 para occorrer ás obras necessarias na Fabrica de Polvora da Estrella.
- N. 473 — GUERRA — Decreto de 6 de dezembro de 1897 — Approva os creditos necessarios, na importancia de 4.000:000\$, para occorrer ás despesas com as operações militares no Estado da Bahia.
- N. 474 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de dezembro de 1897 — Approva o tratado de arbitramento para a fixação das fronteiras do Brasil e da Guyana Franceza, celebrado em 10 de abril de 1897 entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Republica Franceza.
- N. 475 — FAZENDA — Decreto de 8 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a abrir o credito de 450:000\$, suplementar á verba — Reposições e restituições.
- N. 476 — MARINHA — Decreto de 9 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a abrir o credito de 1.447:715\$168, suplementar a diversas verbas do art. 4.º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.
- N. 477 — MARINHA — Decreto de 9 de dezembro de 1897 — Isenta, desde já, as praças dos corpos de infantaria de marinha, officiaes marinheiros e marinheiros nacionaes da contribuição mensal de um día de soldo para o Asylo de Invalidos da Patria.
- N. 478 — MARINHA — Decreto de 9 de dezembro de 1897 — Dispõe sobre o preenchimento dos claros existentes na força naval e dá outras providencias.
- N. 479 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 9 de dezembro de 1897 — Declara reelegiveis os membros do Conselho Municipal e dá outras providencias.
- N. 480 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas creditos extraordinarios, especiaes e supplementares, na importancia total de 27.346:149\$845, para occorrer ao pagamento de despesas pertencentes ao mesmo ministerio.
- N. 481 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a abrir o credito suplementar de 6:000\$ para completar o pagamento dos vencimentos de 10 bilheteiros da Estrada do Ferro Central do Brasil.
- N. 482 — GUERRA E FAZENDA — Decreto de 10 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a abrir o credito de 1.388:702\$498, ao Ministerio da Guerra, e de 72:000\$, ao da Fazenda.
- N. 483 — FAZENDA — Decreto de 10 de dezembro de 1897 — Concede pensão á viuva e aos filhos do marechal Carlos Machado Bittencourt.
- N. 484 — FAZENDA — Decreto de 10 de dezembro de 1897 — Concede pensão a cada uma das cinco filhas do marechal Floriano Peixoto.

- N. 485 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a mandar pagar a Arthur Herculano de Almeida, empregado do Pedagogium, os vencimentos que lhe competirem; e á viuva do Dr. Joaquim José de Menezes Vieira, os que este deixou de receber como director do mesmo estabelecimento.
- N. 486 — FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a pagar ao tenente reformado do exercito, José Severo Filho, o soldo de sua reforma desde a data em que deixou de recebê-lo.
- N. 487 — FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a mandar trancar as contas do ex-almo-xarife do Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Theophilo Antunes de Miranda.
- N. 488 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a relevar ao major Antonio Caetano Rodrigues Horta, collector das rendas do municipio de Juiz de Fôra, o pagamento da quantia de 6:531\$900.
- N. 489 — FAZENDA — Lei de 15 de dezembro de 1897 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1898, e dá outras providencias.
- N. 490 — FAZENDA — Lei de 16 de dezembro de 1897 — Fixa a despeza geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1898, e dá outras providencias.
- N. 491 — CONGRESSO NACIONAL — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Autoriza o governo a aposentar o engenheiro civil Adolpho Dilermando de Aguiar no emprego immediato ao de director da Estrada de Ferro Porto Alegre a Uruguayana.

1898

- N. 492 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1898 — Approva o crédito extraordinario de 13:570\$400 aberto pelo Poder Executivo para os funeraes do marechal Carlos Machado Bittencourt.
- N. 493 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 19 de julho de 1898 — Regula a suspensão das leis e resoluções do Conselho Municipal do Districto Federal.
- N. 494 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1898 — Approva a convenção celebrada entre o Brasil e o Chile, em 4 de maio de 1897, sobre o exercicio das profissões liberaes.
- N. 495 — CONGRESSO NACIONAL — Decreto de 26 de julho de 1898 — Eleva á categoria de alfandega a Mesa de Rendas de Caravellas, no Estado da Bahia e dá outras providencias.
- N. 496 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES. — Lei de 1 de agosto de 1898 — Define e garante os direitos autoraes.
- N. 497 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença com ordenado, ao Dr. Felicissimo Rodrigues Fernandes.
- N. 498 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de agosto de 1898 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o crédito extraordinario de 82:000\$ para pagamento de vencimentos do pessoal addido á Secretaria de Estado do mesmo ministerio.
- N. 499 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de agosto

- de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de \$15:067\$120 para pagamento das indemnizações concedidas a reclamantes italianos, de accôrdo com o protocollo de 12 de fevereiro de 1896.
- N. 500 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 23 de agosto de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 90:000\$ ao cambio de 27 d, para o fim de solver as despezas com, a missão que for encarregada de defender o direito da nação brasileira, na questão de limites com a Guayana Franceza.
- N. 501 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 1 de setembro de 1898 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando a actual sessão legislativa até o dia 2 de outubro do corrente anno.
- N. 502 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Décreto de 12 de setembro de 1898 — Approva a convenção firmada em 21 de dezembro de 1895, entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e os Paizes Baixos, para a extradicação de criminosos.
- N. 503 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de setembro de 1898 — Publica a resolução do Congresso Nacional que approva os actos praticados pelo Poder Executivo e seus agentes por motivo do attentado de 5 de novembro de 1897.
- N. 504 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de setembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 17:900\$, supplementar á verba 9ª do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.
- N. 505 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de setembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 100:000\$, supplementar á verba 14ª da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, para diligencias policiaes.
- N. 506 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de setembro de 1898 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando novamente a actual sessão legislativa até o dia 1 de novembro do corrente anno.
- N. 507 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 127:083\$600, supplementar á verba 37ª do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.
- N. 508 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 7 de outubro de 1898 — Promulga a resolução do Congresso Nacional que autoriza o Poder Executivo a conceder ao Dr. Candido Barroso do Amaral, medico auxiliar da Directoria Geral de Saude Publica, a prorrogação de mais um anno de licença, sem vencimentos.
- N. 509 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 7 de outubro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao 2º official da Bibliotheca Nacional, Alexandre Alvares Gomes Barroso, para tratar de sua saude onde lhe convier.
- N. 510 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 7 de outubro de 1898 — Autoriza o poder executivo a conceder ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente ca-

- thedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, nove mezes de licença para tratar de sua saúde.
- N. 511 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1898 — Autoriza o governo a conceder ao bacharel Salustiano Gomes da Silveira, juiz seccional do Estado do Amazonas, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde.
- N. 512 — MARINHA — Lei de 31 de outubro de 1898 — Fixa a força naval para o anno de 1899.
- N. 513 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1898 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando novamente a actual sessão legislativa até 1 de dezembro do corrente anno.
- N. 514 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1898 — Fixa o subídio do Presidente e Vice-Presidente da Republica no periodo de 15 de novembro do corrente anno a 15 de novembro de 1902.
- N. 515 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 3 de novembro de 1898 — Providencia sobre o julgamento dos crimes de moeda falsa, contrabando, peculato, falsificação de estampilhas, sellos adhesivos, vales postaes e outros, qualificados nos arts. 221 a 223, 239 a 244, 246, 247, 250 e 265 do codigo penal.
- N. 516 — CONGRESSO NACIONAL — Decreto de 5 de novembro de 1898 — Declara não attingirem aos alumnos da Escola Polytechnica, matriculados sob o regimen do regulamento de 1874 e decisões complementares, as disposições da consolidação que baixou com o aviso de 30 de março de 1898, sendo-lhes garantidas todas as vantagens de que estavam de posse, de accordo com o decreto n. 450, de 13 de outubro de 1897; e torna extensivo aos alumnos da Escola Naval o favor concedido pelo citado decreto os das escolas Militar e de Minas.
- N. 517 — GUERRA P Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o necessario credito para pagamento das gratificações do pessoal que compõe os estados-maiores do ministro da Guerra, do ajudante-general e do quartel-mestre general.
- N. 518 — GUERRA — Decreto de 16 de novembro de 1898 — Autoriza o governo a pagar ao major medico de 3ª classe do exercito, Dr. Affonso Lopes Machado, os vencimentos de professor da Escola Militar desta Capital que deixou de perceber desde janeiro de 1895; bem assim aos demais lentes e professores vitalicios das escolas militares que estejam em identicas condições.
- N. 519 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 100:000\$ destinado ás despesas com a demarcação da fronteira das Missões com a Republica Argentina.
- N. 520 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 100:000\$ para occorrer ás despesas com a substituição dos marcos na fronteira do Brasil com a Republica do Perú.
- N. 521 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o

- credito de 1:700\$, complementar á verba 10^a do art. 22 da lei n. 490, de 6 de dezembro de 1897.
- N. 522 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo á abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario de 16:608\$440, para pagar vencimentos devidos ao Dr. Arthur Fernandes Campos da Paz.
- N. 523 — MARINHA — Lei de 25 de novembro de 1898 — Permite aos officiaes da armada, reformados antes de instituido o meio soldo para suas familias, contribuir para o montepio, e suspende, quanto aos engenheiros navaes, a reforma compulsoria.
- N. 524 — GUERRA — Decreto de 26 de novembro de 1898 — Determina que a reforma do general de brigada graduado João de Oliveira Mello será considerada effectiva neste posto com a gradação de general de divisão.
- N. 525 — GUERRA — Decreto de 26 de novembro de 1898 — Approva o acto do Poder Executivo de 18 de novembro de 1897 que concedeu effectividade do posto a dois alferes graduados e promoveu ao mesmo posto diversas praças do exercito por actos de bravura.
- N. 526 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1898 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando novamente a actual sessão legislativa até o dia 20 de dezembro do corrente anno.
- N. 527 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de novembro de 1898 — Autoriza o governo á abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito suplementar de 330:\$000, á verba — Correios, afim de ser applicado ás diversas sub-consignações da mesma verba no corrente exercicio.
- N. 528 — MARINHA — Decreto de 1 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a relevar o excesso de idade do ex-alumno da Escola Naval, Roberto de Barros.
- N. 529 — GUERRA — Decreto de 2 de dezembro de 1898 — Manda que todo o militar que for submettido a conselho de guerra e obtiver absolvição, seja indemnizado das vantagens pecuniarias que, "ex-vi" do processo, houver perdido.
- N. 530 — GUERRA — Lei de 2 de dezembro de 1898 — Fixa as forças de terra, para o exercicio de 1899.
- N. 531 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito de 1.098:390\$792 para liquidação de dividas de exercicios findos.
- N. 532 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 800:000\$, para soccorrer os Estados do Piahy, Parahyba, Sergipe e Rio Grande do Norte, flagellados pela secca.
- N. 533 — MARINHA E GUERRA — Lei de 7 de dezembro de 1898 — Supprime as restricções postas á amnistia concedida pela lei n. 310, de 21 de outubro, e dá outras providencias.
- N. 534 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores, o credito de 15:000\$, complementar ao n. 3 do art. 3^o, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

- N. 535 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 13 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo, a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, o credito de 21:473\$800 para indemnizar o empreiteiro da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, Manoel José Gonçalves Braga.
- N. 536 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 17 de dezembro de 1898 — Approva o accordo sobre permutação de encomendas postaes, sem valor declarado, entre esta Republica e o Reino de Portugal, firmado nesta Capital, em 9 de maio de 1898.
- N. 537 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 17 de dezembro de 1898 — Approva os ajustes constantes da Convenção Postal Universal, do accordo sobre a permuta de cartas e encomendas com valor declarado e do accordo relativo aos vales postaes, etc., firmados em Washington, a 15 de junho de 1897.
- N. 538 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 17 de dezembro de 1898 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de dezembro do corrente anno.
- N. 539 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 19 de dezembro de 1898 — Dispõe sobre custas judicias e dá outras providencias.
- N. 540 — **GUERRA** — Decreto de 20 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 60:000\$, para obras no Laboratorio Pyrotechnico do Campinho.
- N. 541 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 20 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 417:204\$778, suplementar á verba 14ª do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.
- N. 542 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 22 de dezembro de 1898 — Determina que continue a cargo da União o serviço de iluminação da Capital Federal ficando o Poder Executivo autorizado, a rever o respectivo contracto, sem augmento de onus para o thesouro, nem para o consumidor.
- N. 543 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 23 de dezembro de 1898 — Regula a administração do Districto Federal.
- N. 544 — **GUERRA** — Decreto de 24 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 44:400\$, suplementar á verba 6ª do art. 8º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, para pagamento de vencimentos á mestrança em disponibilidade das officinas de alfaiates, correeiros e laticeiros dos arsenaes de guerra.
- N. 545 — **GUERRA** — Decreto de 24 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito extraordinario de 2:499\$990, para pagamento de gratificação ao capitão do exercito, Luiz Bello Lisboa.
- N. 546 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 24 de dezembro de 1898 — Regula as férias da Justiça Federal e no Districto Federal.
- N. 547 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 21:000\$, suplementar á verba — Exercícios

findos, para pagamento das ajudas de custo aos empregados de fazenda encarregados da apuração de contas de estradas de ferro.

- N. 548 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 7:300\$ para pagamento de transporte de duas lanchas ao porto de Santos.
- N. 549 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 252:077\$840, supplementar ás verbas 8ª, do art. 23 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e n. 11ª e 14ª do art. 2º da mesma lei.
- N. 550 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1898 — Approva o tratado de extradição celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da America, em 14 de maio de 1897, com as modificações nelle introduzidas pelo protocollo assignado em 28 de maio deste anno pelos plenipotenciarios dos mesmos paizes.
- N. 551 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 1.770:950\$936, supplementar á diversas verbas do art. 7º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.
- N. 552 — GUERRA — Decreto de 29 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito extraordinario de 956\$ para pagamento de etapa ao Dr. João José Duarte Guimarães.
- N. 553 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a contractar com o engenheiro Ayres Pompeu de Carvalho e Souza e José Augusto Vieira, ou com quem maiores vantagens offerecer, a construção de um ramal ferreo, de Sapopemba á ilha do Governador.
- N. 554 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 74:075\$060, supplementar ás verbas 7ª e 16ª do art. 8º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.
- N. 555 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito supplementar de 964:835\$804, ás verbas 15ª e 16ª do orçamento vigente.
- N. 556 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 27:471\$794 para pagamento a professores da Escola e do Collegio Militar e a dous commandantes de vapores mercantes em commissão do mesmo Ministerio.
- N. 557 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1898 — Approva o tratado de asylo e extradição, firmado nesta capital em 6 de agosto de 1898 pelos plenipotenciarios do Brazil e da Republica do Perú.
- N. 558 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1898 — Approva o tratado de asylo e extradição, firmado pelos plenipotenciarios do Brasil e da Republica Argentina, nesta capital, em 28 de outubro de 1896.
- N. 559 — FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1898 — Orça

- a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1899 e dá outras providencias.
- N. 560 — FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1898 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1899 e dá outras providencias.
- N. 561 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Prohibe que sejam recebidos como moeda, ou nesta qualidade circulem no paiz, quaesquer titulos de credito ao portador ou com o nome deste em branco, que forem emitidos pelos governos dos Estados ou dos municipios, sejam taes titulos, apolices ou outros de denominação differente.
- N. 562 — INDUSTRIA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 7:200\$ para pagamento dos vencimentos, no corrente exercicio dos empregados addidos á Repartição Geral dos Telegraphos em virtude de lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.
- N. 563 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1.098-192-0 para occorrer á despesa com a indemnização dos prejuizos causados pela occorrença havida em Santos com o vapor inglez "Stanmore".
- N. 564 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 201:231\$100 supplementar a diversas verbas do art. 2.º da lei n. 490 de 16 de dezembro de 1897.

1899

- N. 565 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1899 — Isenta de direitos de importação o material metallico destinado ao abastecimento de agua á cidade de Macahé.
- N. 566 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1899 — Altera a disposição do § 1º e deroga a do § 2º do art. 3º da lei n. 354, de 16 de dezembro de 1895.
- N. 567 — FAZENDA — Decreto de 16 de janeiro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar necessario ao pagamento de porcentagens aos empregados de repartições arrecadadoras.
- N. 568 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de junho de 1899 — Autoriza o governo a abrir, no corrente exercicio, credito especial para pagamento de varias despesas da secretaria do Senado, inclusive os vencimentos do bibliothecario da mesma Camara, relativos ao exercicio de 1898.
- N. 569 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de junho de 1899 — Determina as condições de perda e reacquisição dos direitos politicos e de cada cidadão brasileiro.
- N. 570 — GUERRA — Decreto de 9 de junho de 1899 — Concede a pensão mensal de 30\$ ao 2º sargento reformado do exercito Januario da Rosa Franco.
- N. 571 — GUERRA — Decreto de 9 de junho de 1899 — Concede a pensão mensal de 30\$ ao soldado reformado do exercito Franklin Ferreira de Moura.

- N. 572 — **INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS** — Decreto de 13 de junho de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a mandar pagar a Alceste Petterle, empreiteiro da Estrada do Porto de Cima a Figueira de Braço, no Estado do Paraná, a quantia de 18:973\$280.
- N. 573 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 28 de junho de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinário de 4:200\$ para prêmio ao aluno José Antonio Figueiredo Rodrigues.
- N. 574 — **FAZENDA** — Decreto de 3 de julho de 1899 — Autoriza o governo a mandar restituir ao ex-thesoureiro da Thesouraria de Fazenda de Minas Geraes, Agostinho José Cabral, a quantia de 3:000\$, com que foi obrigado a entrar para os cofres públicos.
- N. 575 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 5 de julho de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores um crédito de 260:000\$, suplementar ás verbas 6ª e 7ª do art. 42 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.
- N. 576 — **FAZENDA** — Decreto de 6 de julho de 1899 — Concede a Ludovina Alves Portocarrero, viuva do marechal Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, uma pensão igual ao meio soldo que percebe.
- N. 577 — **GUERRA** — Decreto de 7 de julho de 1899 — Autoriza o governo a mandar pagar ao major Felisberto José de Menezes, professor do Collegio Militar da Capital Federal, a quantia de 505\$554, de gratificação que venceu e não recebeu em tempo opportuno.
- N. 578 — **GUERRA** — Decreto de 7 de julho de 1899 — Autoriza o governo a abrir ao Ministério da Guerra, no corrente exercicio o crédito da quantia de 51:820\$150, suplementar ás verbas 10ª e 11ª do art. 19 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.
- N. 579 — **MARINHA** — Lei de 19 de julho de 1899 — Fixa a força naval para o anno de 1900.
- N. 580 — **FAZENDA** — Decreto de 19 de julho de 1899 — Autoriza a venda, a praso, das estampilhas necessarias para que sejam selladas desde já as mercadorias que os fabricantes e mercadores, attingidas pelos impostos de consumo, tiverem em deposito.
- N. 581 — **FAZENDA** — Lei de 20 de julho de 1899 — Crêa um fundo especial applicavel ao resgate e outro para garantia do papel-moeda em circulação.
- N. 582 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 22 de julho de 1899 — Concede ao bacharel Antonio Acauassú Nunes, juiz federal na secção do Pará, oito mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.
- N. 583 — **FAZENDA** — Decreto de 25 de julho de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito de 1:061\$812, suplementar á verba—Exercicios findos.
- N. 584 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de julho de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao Dr. Raymundo Lustosa Nogueira, juiz substituto na secção do Piahy, oito mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

- N. 585 — FAZENDA — Decreto de 31 de julho de 1899 — Estabelece as regras a que deve obedecer a discriminação das taxas de sello que a União e os Estados podem decretar.
- N. 586 — FAZENDA — Decreto de 1 de agosto de 1899 — Reconhece á D. Anna Rosa da Serra Oliveira o direito ao meio-soldo, como filha legitima do alferes Lupercio Francisco da Serra Martins.
- N. 587 — EXTERIOR — Lei de 5 de agosto de 1899 — Approva o tratado, assignado nesta Capital em 6 de outubro de 1898, para o fim de completar o estabelecimento da linha divisoria entre o Brasil e a Republica Argentina.
- N. 588 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1899 — Autoriza a concessão de licença ao bacharel Tristão de Alencar Araripe Junior.
- N. 589 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1899 — Declara que os bancos nacionaes de deposito, instituidos nos Estados, não estão sujeitos ao deposito de que trata o art. 19 da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898.
- N. 590 — GUERRA — Decreto de 14 de agosto de 1899 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 7:500\$, para pagar á viuva de Mathew Lowrie os serviços prestados pela lancha de sua propriedade "Promptus", ás forças legaes que operaram em Nitheroy.
- N. 591 — GUERRA — Decreto de 14 de agosto de 1899 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 848:175\$055, supplementar á verba 16ª — Pessoal despesas especiaes, do art. 19 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.
- N. 592 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 21:250\$, supplementar ás verbas 20ª, 21ª e 22ª do art. 2º da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.
- N. 593 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1899 — Autoriza a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao telegraphista de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Procopio Marques de Oliveira Neves, para tratar de sua saude onde lhe convier.
- N. 594 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1899 — Autoriza a conceder privilegio, por 25 annos, ao Dr. Pedro de Souto Mayor, para estabelecer um plano de navegação a vapor entre Santo Antonio, no rio Madeira, e o lugar que fica perto da fóz do rio Beni, ou para melhoramentos nas cachoeiras existentes no mesmo espaço, sem onus algum para o Estado.
- N. 595 — GUERRA — Decreto de 25 de agosto de 1899 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 28:810\$, para indemnizar a Felipe Maxwell do gado levantado e arrebanhado de sua propriedade pelas forças legaes que operaram no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 596 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1899 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando a actual sessão legislativa até o dia 2 de outubro do corrente anno.
- N. 597 — FAZENDA — Decreto de 29 de agosto de 1899 — Au-

toriza o poder executivo a fazer as necessárias operações de credito para dar execução ás sentenças da justiça federal, passadas em julgado, mediante accôrdo com os respectivos credores sobre o "quantum" a liquidar.

- N. 598 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1899 — Autoriza a concessão de licença ao engenheiro civil Agliberto Xavier.
- N. 599 — FAZENDA — Decreto de 5 de setembro de 1899 — Autoriza o poder executivo a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao ajudante de guarda-mór da Alfândega de Santos, José Lobo Vianna.
- N. 600 — EXTERIOR — Decreto de 6 de setembro de 1899 — Approva a convenção para o exercicio de profissões liberaes, firmada entre o Brasil e a Bolivia em 14 de novembro de 1896.
- N. 601 — EXTERIOR — Decreto de 6 de setembro de 1899 — Approva o tratado de arbitramento entre o Brasil e o Chile, firmado em 18 de maio de 1899.
- N. 602 — EXTERIOR — Decreto de 6 de setembro de 1899 — Approva o tratado celebrado a 4 de maio de 1897, entre o Brasil e o Chile, para a extradição de criminosos.
- N. 603 — GUERRA — Decreto de 8 de setembro de 1899 — Autoriza o governo a considerar como effectivamente promovido ao posto de alferes de infantaria em data de 14 de agosto de 1894 o então 1º cadete do 8º batalhão da mesma arma, Antonio Rodrigues de Araujo.
- N. 604 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:400\$, e ao da Fazenda o de 78:453\$637; bem assim os que forem necessarios para pagamento de magistrados aposentados e revertidos á disponibilidade por força do decreto n. 3310, de 10 de junho ultimo, ou por sentença anterior a este decreto.
- N. 605 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1899 — Releva a divida de 5:000\$, contrahida para com a fazenda nacional pelo finado coronel Pedro Nunes Baptista Ferreira Tamarindo.
- N. 606 — GUERRA — Lei de 20 de setembro de 1899 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1900.
- N. 607 — FAZENDA — Decreto de 21 de setembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir os necessarios creditos para pagamento das despesas feitas com a recepção do Sr. Presidente da Republica Argentina.
- N. 608 — GUERRA — Decreto de 22 de setembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 1,266:588\$, supplementar á verba 16ª, n. 28, do art. 19 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.
- N. 609 — EXTERIOR — Decreto de 28 de setembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 50:000\$, ao cambio de 27. supplementar á rubrica 4ª do art. 12 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.
- N. 610 — GUERRA — Decreto de 29 de setembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 39:352\$500, supplementar ás verbas 1ª e 4ª do art. 19 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.

- N. 611 — GUERRA — Decreto de 29 de setembro de 1899 — Declara que ficam remidas as dividas para com a fazenda nacional deixadas pelos officiaes e praças que pereceram na campanha de Canudos.
- N. 612 — MARINHA — Lei de 29 de setembro de 1899 — Approva e amplia ao exercito nacional o código penal para a armada que acompanhou o decreto n. 18, de 7 de março de 1891.
- N. 613 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1899 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 2 de novembro do corrente anno.
- N. 614 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1899 — Fixa o subsídio dos senadores e deputados na proxima legislatura.
- N. 615 — FAZENDA — Decreto de 3 de outubro de 1899 — Autoriza a demolição dos dois armazens da Alfandega de Santos, situados na praça Antonio Telles.
- N. 616 — FAZENDA — Decreto de 3 de outubro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a transferir para o Ministerio da Fazenda o credito constante do n. 17 do art. 2º da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.
- N. 617 — EXTERIOR — Decreto de 5 de outubro de 1899 — Autoriza o governo a abrir o credito de 96:946\$911 para liquidar as reclamações de diversas legações estrangeiras, pelo imposto sobre navios das respectivas nacionalidades indevidamente cobrado pelos Estados de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.
- N. 618 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1899 — Autoriza a concessão de licença ao Dr. Fernando Terra.
- N. 619 — FAZENDA — Decreto de 10 de outubro de 1899 — Isenta do pagamento de quaesquer direitos aduaneiros dois volumes, importados pelo pintor Victor Meirelles de Lima, para o panorama representando o descobrimento do Brasil.
- N. 620 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1899 — Designa a data da eleição para deputados e para a renovação do terço do Senado, e dá outras providencias.
- N. 621 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1899 — Manda considerar validos na Escola Polytechnica e "vice-versa" os exames prestados na Escola Militar.
- N. 622 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de outubro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas creditos especiaes nas importancias totaes de 13.162:961\$027, de \$ 6.442,66 e de £ 5.507-12-0, e dá outras providencias.
- N. 623 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 100:000\$, suplementar á verba 14ª — Diligencias policiaes.
- N. 624 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1899 — Autoriza a concessão de licença ao engenheiro João Antonio Coqueiro.
- N. 625 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De-

- creto de 23 de outubro de 1899 — Autoriza a concessão de licença a Jesuino Barroso de Mello.
- N. 626 — GUERRA — Decreto de 27 de outubro de 1899 — Autoriza o governo a conceder ao Dr. Bernardino Baptista Pereira, medico adjunto do exercito, 10 mezes de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.
- N. 627 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1899 — Autoriza a concessão de licença ao Dr. Alfredo Moreira de Bárros Oliveira Lima, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo.
- N. 628 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 28 de outubro de 1899 — Amplia a accão penal por denuncia do Ministerio Publico, e dá outras providencias.
- N. 629 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1899 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 22 de novembro do corrente anno.
- N. 630 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1899 — Restabelece a alfandega da cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 631 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a considerar interrompidos por tres annos os prazos do contracto celebrado com a Companhia Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya para a construcção da linha ferrea de Alcobaca á Praia da Rainha.
- N. 632 — MARINHA — Lei de 6 de novembro de 1899 — Revoga a segunda parte do art. 1º da lei n. 288, de 6 de agosto de 1895, ficando restabelecida a disposição do regulamento annexo ao decreto n. 695, de 28 de agosto de 1890, que manda abonar á viuva do official a pensão integral do montepio, e dá outras providencias.
- N. 633 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao porteiro da Alfandega do Maranhão, Pacifico da Silva Bessa.
- N. 634 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao 4º escripturario da Alfandega do Ceará, Arcadio de Almeida Fortuna.
- N. 635 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença, com ordenado, ao ajudante do porteiro da Alfandega de Pernambuco, Arthur Heraclio de Carvalho Guimarães.
- N. 636 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 4º escripturario da Alfandega de Manáos, Bernardo Pereira de Berredo.
- N. 637 — MARINHA — Decreto de 8 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Antonio José da Costa Rodrigues, 1º official e bibliothecario da Escola Naval, seis mezes de licença, com ordenado, para tratamento de sua saude.
- N. 638 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de

- 5:590\$, complementar á verba 9ª do art. 2º da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.
- N. 639 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:616\$935, complementar á verba, — Justiça federal, do actual exercício, para o pagamento dos vencimentos do escrivão seccional do Estado de S. Paulo, Antero Gomes Barbosa.
- N. 640 — FAZENDA — Lei de 14 de novembro de 1899 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1900, e dá outras providencias.
- N. 641 — FAZENDA — Lei de 14 de novembro de 1899 — Estabelece o processo de arrecadação dos impostos de consumo.
- N. 642 — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1899 — Concede o perdão dos premios da divida em que ficou alcançado para com a fazenda publica o ex-collector João Paulo de Lacerda
- N. 643 — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 3º escripturario da Delegacia Fiscal em Pernambuco, Francisco Jorge de Souza.
- N. 644 — EXTERIOR — Decreto de 16 de novembro de 1899 — Determina que as legações do Brasil em Venezuela, no Japão, e no Equador e Colombia sejam regidas por encarregados de negocios effectivos sem secretarios, e dá outras providencias.
- N. 645 — GUERRA — Decreto de 17 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a mandar pagar ao ex-sargento do corpo de operarios militares do Arsenal de Guerra da Capital Federal, Augusto Candido Pereira Baptista de Oliveira, a importancia da gratificação de engajado, de 7 de dezembro de 1899 até a data que teve baixa do serviço.
- N. 646 — MARINHA — Decreto de 18 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a mandar indemnizar o capitão-tenente Rodolpho Lopes da Cruz de todas as vantagens pecuniarías de que tiver sido privado por força do processo a que respondeu.
- N. 647 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1899 — Concede licença, ao Presidente da Republica, de um mez, afim de que possa retirar-se para fóra do paiz, e autoriza a abertura dos credits precisos para occorrer ás respectivas despesas de representação.
- N. 648 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de novembro de 1899 — Autoriza a concessão de licença a João das Chagas Rosa Junior.
- N. 649 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de novembro de 1899 — Autoriza a concessão de licença, por um anno, ao 1º official addido da Secretaria de Estados dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, Antonio Manoel Xavier Bittencourt.
- N. 650 — FAZENDA — Decreto de 21 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.979:768\$045, para pagamento de dividas de exercicios findos.
- N. 651 — FAZENDA — Lei de 22 de novembro de 1899 — Altera varias disposições da tarifa das alfandegas e mesas de rendas.
- N. 652 — FAZENDA — Lei de 23 de novembro de 1899 — Fixa

- à despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1900, e dá outras providencias.
- N. 653 — EXTERIOR — Decreto de 23 de novembro de 1899 — Annulla os decretos ns. 3128 e 3129, de 19 de novembro de 1898, e abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 200:000\$, destinados ás despesas com a demarcação de limites com a Republica Argentina e ás da substituição dos marcos arruinados na fronteira do Brasil com a Republica do Perú.
- N. 654 — GUERRA — Decreto de 24 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a conceder tres mezes de licença, sem vencimentos, ao pharmaceutico adjunto do exercito, Eutychio Conceição da Maia, para tratar de sua saude onde lhe convier.
- N. 655 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 117:920\$509, suplementar ás verbas 14^a, 19^a e 31^a da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, art. 2^o.
- N. 656 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ao cambio de 27, para premio ao bacharel José Augusto de Mello Rocha.
- N. 657 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito necessario para pagamento dos juizes de direito nomeados pelo governo federal, antes da organização judiciaria do respectivo Estado.
- N. 658 — GUERRA — Decreto de 28 de novembro de 1899 — Providencia sobre a applicação do producto liquido da venda de canhões imprestaveis e metaes pertencentes ao Ministerio da Guerra e de proprios nacionaes e terrenos que se consideram definitivamente desnecessarios ao serviço do mesmo ministerio e não sejam reclamados para os de qualquer outro.
- N. 659 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de novembro de 1899 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito, na importancia de 1.206:750\$, destinado a suplementar a verba — Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 660 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de novembro de 1899 — Autoriza a concessão de licença á Ignacio Lazaro Bastos.
- N. 661 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1899 — Isenta do pagamento de quaesquer direitos, na Alfandega da Capital Federal ou na de Santos, os volumes contendo um regulador destinado á torre da matriz de Uberaba; e, na de Santa Catharina, as camas de ferro e trem de cozinha destinados ao Hospital de Caridade de Florianopolis.
- N. 662 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1899 — Autoriza o governo a dispensar os direitos de importação de 450 toneladas de material metallico da empresa "Parahyba Water Company" e os do material de ensino importado pelo Collegio de S. José de Lages, no Estado de Santa Catharina.

1900

- N. 663 — FAZENDA — Decreto de 7 de julho de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a conceder dez mezes de licença ao conferente da Alfandega de Santos, José Joaquim de Miranda.
- N. 664 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de julho de 1900 — Autoriza a concessão de licença ao Dr. Fernando Terra.
- N. 665 — GUERRA — Decreto de 20 de julho de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 3:350\$, para pagamento de diarias a que tem direito o capitão reformado do exercito, Carlos Augusto Ferreira de Assumpção.
- N. 666 — GUERRA — Decreto de 27 de julho de 1900 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:666\$666, para occorrer ao pagamento ao maior honorario do exercito, João Bernardo de Azevedo Coimbra, professor da Escola Militar do Brasil, de vencimentos, correspondentes ao tempo em que esteve dirigindo uma turma de alumnos da aula de arithmetica da mesma Escola.
- N. 667 — GUERRA — Decreto de 27 de julho de 1900 — Autoriza o governo a conceder aos officiaes e praças do exercito, que requererem matricula nos institutos de ensino militar, dispensa de idade exigida nos respectivos regulamentos, e aos alumnos e ex-alumnos, que tiverem excedido o praso regulamentar marcado para completarem os estudos preparatorios, mais um anno para terminarem esses estudos.
- N. 668 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negccios Interiores o credito de 27:000\$, supplementar á rubrica — Corpo de bombeiros, do exercicio de 1899, e o extraordinario de 8:000\$, para indemnização ao Dr. João Paulo de Carvalho.
- N. 669 — GUERRA — Decreto de 8 de agosto de 1900 — Determina que, emquanto houver no exercito, alferes aggregados aos respectivos quadros, um terço das vagas deste posto seja preenchido por inferiores definitivamente habilitados.
- N. 670 — MARINHA — Decreto de 10 de agosto de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 6:400\$, para pagamento de serviços prestados por Antonio Lucio de Medeiros, contractante do supprimento de agua e illuminação a gaz aos navios da armada e estabelecimentos de marinha.
- N. 671 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de agosto de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ao cambio de 27, para premio ao Dr. Tito dos Passos de Almeida Rosas.
- N. 672 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de agosto de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 880\$645 para pagamento dos vencimentos que competem ao preparador da cadeira de histologia da

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Ernani Carlos de Almeida Pinto.

- N. 673 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de agosto de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 3:252\$, supplementar á verba 12ª do art. 2º da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899.
- N. 674 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de agosto de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por oito mezes, com ordenado, a licença em cujo gozo se acha o Dr. Raul de Souza Martins, juiz federal na secção de Matto Grosso.
- N. 675 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES. — Decreto de 11 de agosto de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:656\$591, para pagamento ao lente de inglez do Gymnasio Nacional, Alfredo Alexander.
- N. 676 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de agosto de 1900 — Autoriza a prorogar a licença do Dr. José Izidoro Martins Junior.
- N. 677 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Manoel Joaquim Ferreira, porteiro addido da extincta Inspectoria de Fiscalização de Estradas de Ferro, um anno de licença, com ordenado.
- N. 678 — MARINHA — Decreto de 21 de agosto de 1900 — Fixa a força naval para o anno de 1901.
- N. 679 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de agosto de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores um credito especial de 200:000\$, moeda do paiz, destinado a occorrer ás despesas com a verificação da nascente do rio Javary.
- N. 680 — GUERRA — Decreto de 24 de agosto de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra, o credito extraordinario de 714:910\$750, para pagamento de trabalhos realizados, no exercicio de 1899, na fortaleza da Lage.
- N. 681 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1900 — Autoriza a prorogar por um anno a licença concedida ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima.
- N. 682 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1900 — Autoriza a concessão de licença ao thesoureiro da Administração dos Correios do Estado de Minas Geraes, Theophilo Brandão.
- N. 683 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1900—Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 12:000\$, supplementar á verba 13ª do art. 21 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899 — Pessoal — Escriptorio — 4ª divisão.
- N. 684 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 86:260\$832, para pagamento dos juros garantidos á "Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil", correspondentes ao exercicio findo de 1899.
- N. 685 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1900 — Publica a resolução do Congresso

- Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 2 de outubro do corrente anno.
- N. 686 — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo dentro do actual exercicio, a fazer as necessarias operações de credito, para dar execução ás sentenças da Justiça Federal, passadas em julgado, mediante accordo com os respectivos credores sobre o "quantum" a liquidar.
- N. 687 — GUERRA — Decreto de 14 de setembro de 1900 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1901.
- N. 688 — GUERRA — Decreto de 18 de setembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a reverter para o serviço activo do exercito, com a patente que tinha ao tempo em que pediu sua demissão, reintegrando-o no logar de lente cathedratico, o Dr. Innocencio Serzedello Corrêa.
- N. 689 — FAZENDA — Decreto de 20 de setembro de 1900 — Autoriza o governo a recolher em conta corrente ao Banco da Republica até a somma de 1.000.000 esterlino, e dá outras providencias.
- N. 690 — GUERRA — Decreto de 21 de setembro de 1900 — Autoriza o governo a mandar pagar, pelo § 11 do art. 17 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, as etapas devidas aos patrões, machinistas, foguistas e remadores da Intendencia Geral da Guerra e dos arsenaes de guerra do Rio Grande do Sul e Matto Grosso.
- N. 691 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 17:173\$333, para occorrer ao pagamento do ordenado que compete ao juiz de direito Dinamerico Augusto do Rego Rangel.
- N. 692 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de setembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 35:556\$418, afim de ser applicado ao pagamento das despezas da comissão de estudos da Estrada de Ferro de Catalão a Cuyabá.
- N. 693 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1900 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 1 de novembro do corrente anno.
- N. 694 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1900 — Autoriza a prorogar até 31 de dezembro de 1904 o praso para a realização de exames parciaes do curso preparatorio exigido para a matricula nas escolas de ensino superior.
- N. 695 — MARINHA — Decreto de 3 de outubro de 1900 — Providencia sobre a concessão de vantagens e regalias aos patrões-móres da Republica e sobre as reformas destes e dos officiaes marinheiros.
- N. 696 — GUERRA — Decreto de 5 de outubro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a transferir da verba 8ª — Laboratorios, para a verba 7ª — Fabricas, do art. 17 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, a quantia de 107:155\$178, e da consignação n. 23 para a de n. 21 da verba 16ª — Material, do mesmo artigo a de 31:181\$700, para completar a execução do n. 11 do art. 18 da citada lei.

- N. 697 — FAZENDA — Decreto de 5 de outubro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 17:703\$894 para pagamento de vencimentos de tres fieleis de armazem da Alfandega do Pará.
- N. 698 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de outubro de 1900 — Autoriza a concessão de um anno de licença ao lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. José Machado de Oliveira, para tratamento de saude.
- N. 699 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de outubro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 832\$252, para indemnização á Joaquim da Silva Garcez, ex-porteiro do Pedagogium desta Capital.
- N. 700 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença, com ordenado, ao 1º escripturario da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, José dos Santos Ferreira da Rocha.
- N. 701 — MARINHA — Decreto de 10 de outubro de 1900 — Autoriza o governo a reintegrar no serviço activo da armada, com a patente de vice-almirante e sem prejuizo do respectivo quadro, o vice-almirante reformado Arthur Jaceguay.
- N. 702 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 80:000\$, suplementar á verba 14ª do art. 2º da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, para — Diligencias policiaes.
- N. 703 — FAZENDA — Decreto de 10 de outubro de 1900 — Concede favores aos bancos nacionaes.
- N. 704 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de outubro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a alienar as sobras dos immoveis adquiridos para melhoramentos da Estrada de Ferro Central do Brasil, entre as estações de Central e S. Diogo, e applicar o respectivo producto á realização total do plano approved pelo decreto n. 2985, de 9 de maio de 1898.
- N. 705 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de outubro de 1900 — Autoriza a abertura do credito especial de 1.020:000\$, para liquidação definitiva dos compromissos contrahidos com as companhias de navegação que transportaram immigrantes da Europa para o paiz.
- N. 706 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de outubro de 1900 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 80:000\$, em moeda corrente, suplementar ao art. 7º, n. 7, da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899.
- N. 707 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a despende até a quantia de 10.000:000\$ para soccorrer as populações do norte flagelladas pela secca.
- N. 708 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por um anno, sem vencimento algum, a licença concedida ao engenheiro civil Agliberto Xavier, preparador de chimica organica na Escola Polytechnica desta Capital, para tratar de sua saude.

- N. 709 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1900 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 1 de dezembro do corrente anno.
- N. 710 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1900 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Rodrigues Bretas de Andrade, procurador da Republica na secção de Minas Geraes, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.
- N. 711 — MARINHA — Decreto de 31 de outubro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Antonio José da Costa Rodrigues, 1º official e bibliothecario da Escola Naval, um anno de licença para tratamento de sua saude onde lhe convier.
- N. 712 — GUERRA — Decreto de 5 de novembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 17:164\$517 para occorrer ao pagamento ao capitão de fragata Alfredo Augusto de Lima Barros e outros. professores do Collegio Militar desta Capital, de ordenados que deixaram de receber.
- N. 713 — FAZENDA — Decreto de 9 de novembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, sem ordenado, ao 2º escripturario da Alfandega de Florianopolis, Theodorico Duarte Silva.
- N. 714 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao Dr. Agostinho José de Souza Lima, lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, um anno de licença, com ordenado para tratar de sua saude fóra do paiz.
- N. 715 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1900 — Autoriza a concessão de seis meses de licença ao amanuense da Bibliotheca Nacional, bacharel Eugenio Pereira Maia.
- N. 716 — GUERRA — Decreto de 13 de novembro de 1900 — Declara abolidas as transferencias para o estado-maior do exercito dos tenentes e primeiros tenentes das tres armas combatentes.
- N. 717 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1900 — Concede ao Dr. Eduardo Chapot Prevost a subvenção de 40:000\$ como recompensa nacional, para subsidio á sua viagem á Europa.
- N. 718 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a transportar as sobras da consignação. — Permite aos correios ambulantes, até a quantia de 90:000\$, para a consignação — Gratificação ao pessoal dos correios ambulantes de mar e outros, do regulamento respectivo em vigor.
- N. 719 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1900 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de dezembro do corrente anno.
- N. 720 — FAZENDA — Decreto de 4 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 4:978\$064, para pagamento do encarregado da guarda e conservação da fazenda de Dois Rios, José Joaquim Raymundo Sobrinho.
- N. 721 — FAZENDA — Decreto de 4 de dezembro de 1900 —

Isenta de direitos o material importado pela Companhia das Aguas de S. Luiz do Maranhão para o abastecimento de agua da mesma cidade.

N. 722 — MARINHA — Decreto de 5 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 2:400\$ para pagamento do ordenado devido, no actual exercicio, ao ex-secretario do Arsenal da Bahia, Odorico Carneiro Ribeiro.

N. 723 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1900 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 300:000\$, em moeda corrente, para reforçar o que foi aberto pelo decreto n. 3528, de 1899, em execução do decreto legislativo n. 653, de 23 de novembro do mesmo anno.

N. 724 — GUERRA — Decreto de 7 dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:400\$ para occorrer ao pagamento ao bacharel Maximino de Araujo Maciel de gratificação que deixou de receber como professor do Collegio Militar desta Capital.

N. 725 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 834\$676 para pagamento dos vencimentos que competem ao escrevente juramentado do Juizo Federal, Antonio Rodrigues Gonçalves de Macedo.

N. 726 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de dezembro de 1900 — Autoriza o governo a dar permanente installação, em predio publico de que possa dispôr, á Academia Brasileira de Letras, fundada na Capital da Republica, e decreta outras providencias.

N. 727 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de dezembro de 1900 — Reconhece como de caracter official os diplomas conferidos pelas escolas Polytechnica de S. Paulo e de Engenharia de Porto Alegre.

N. 728 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 308:825\$121, applicado á liquidação de contas da receita de 1899.

N. 729 — MARINHA — Decreto de 12 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito necessario para o pagamento ao almirante Jeronymo Francisco Gonçalves da differença de vencimentos desde a data da sua reforma até a sua reversão ao serviço activo da armada.

N. 730 — GUERRA — Decreto de 13 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 1.778:353\$, supplementar á verba 11.^a — Etapas, do art. 17 da lei n. 652, de 2 de novembro de 1899.

N. 731 — GUERRA — Decreto de 14 de dezembro de 1900 — Manda conferir aos officiaes alumnos da Escola Militar do Brasil, que concluirem o curso de engenharia pelo actual

- regulamento, os mesmos titulos scientificos passados aos que o fizeram pelo de 1874, e aos que terminarem o respectivo curso geral, o de agrimensor.
- N. 732 — MARINHA — Decreto de 20 de dezembro de 1900 — Reorganiza o quadro dos officiaes da armada, e dá outras providencias.
- N. 733 — GUERRA — Decreto de 21 de dezembro de 1900 — Reorganiza as colonias militares.
- N. 734 — GUERRA — Decreto de 21 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 5:419\$720 para occorrer ao pagamento ao 1º tenente da armada, Nelson de Vasconcellos e Almeida dos vencimentos que deixou de receber como professor do Collegio Militar da Capital Federal.
- N. 735 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 9:138\$, para occorrer ao pagamento de Severino Tossas Nunez, proveniente da restituição do pedagio sobre a ponte Vaccacahy, na Estrade de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.
- N. 736 — FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 77:247\$080 para pagamento do material fornecido á Casa da Moeda.
- N. 737 — FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 4:222\$220 para pagamento de vencimentos do ex-inspector da Caixa de Amortização, Manoel Antonio Fernandes Trigo de Loureiro.
- N. 738 — FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 600:000\$, supplementar ao art. 43, § 20, da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899.
- N. 739 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 3:550\$, supplementar á verba 9ª — Ajuda de custo, aos membros do Congresso Nacional, do art. 2º da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899.
- N. 740 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 3:117\$194, supplementar á verba 26ª do art. 2º da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, para despezas com exames de preparatorios.
- N. 741 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1900 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil, para o exercicio de 1901, e dá outras providencias.
- N. 742 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.699:730\$376, papel, e 28:547\$434, ouro, para pagamento de dividas de exercicios findos.
- N. 743 — MARINHA — Decreto de 27 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 497:778\$, ouro, e 350:000\$, papel,

para occorrer ao pagamento da ultima prestação do couraçado "Floriano", ao de outras encomendas, e ao das obras feitas no cruzador "Trajano", e bem assim a despende até á importância de 2.000:000\$, para concerto dos navios da esquadra.

N. 744 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito necessario para pagamento de ordenados do ex-conferente da Alfandega do Ceará, Francisco de Paula Albuquerque Maranhão, relativos ao periodo de 6 de setembro de 1894 a 5 de novembro de 1898.

N. 745 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1900 — Eleva a 200\$ a pensão mensal de 60\$ concedida á D. Amelia Rosa da Fonseca Amaral.

N. 746 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1900 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1901, e dá outras providencias.

N. 747 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença a Joaquim Julio Alves da Silva, agente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 748 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1900 — Autoriza o governo a conceder á Estrada de Ferro de Araraquara a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro, de S. José do Rio Preto, no Estado de S. Paulo, a Cuyabá, passando pela villa de Sant'Anna de Parahyba, no de Matto Grosso.

N. 749 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, o credito supplemẽtær de 2.912:675\$525 á verba 17ª do art. 21 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, para occorrer ao pagamento das taxas de esgoto da Capital Federal no corrente exercicio.

N. 750 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 287:894\$920, supplemẽtær ao autorizado pelo decreto legislativo n. 622 de 1899.

N. 751 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, os creditos de francos 220.555 e 11.792, para pagamento de saldo de contas atrazadas e indemnizações devidas á Administração do Telegrapho Oriental.

N. 752 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, no corrente exercicio, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 14:000\$ para pagamento de despesas com o material da Secretaria da Camara dos Deputados, bem como o que for preciso para as obras de conservação e segurança do prédio onde funcionou a mesma camara.

N. 753 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1900 — Autoriza o Poder Executivo a pagar a Estevão Cunha a importância das terras de sua

propriedade, em que foram localizados imigrantes, na ex-colônia Brusque.

N. 754 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 31 de dezembro de 1900 — Concede ao cidadão José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco a dotação annual de 24:000\$ e mais o premio de 300:000\$, como recompensa nacional, e dá outras providencias.

TERCEIRA PARTE

I

Indice alphabetico e remissivo dos actos do Poder Executivo

1891-1900

A

Abalroamentos — Altera algumas disposições do decreto n. 1.257, de 1891, sobre (decr. 605); adopta as modificações propostas ás regras estabelecidas na Conferencia Maritima Internacional de Washington para os evitar (decr. 1.988); acceta as modificações adoptadas sobre as regras estabelecidas na Conferencia Maritima de Washington para os evitar (decr. 2.402).

Abatimento — Approva o da tarifa de transporte de lenha pela Estrada de Ferro Conde d'Eu (decr. 3.355); approva o de fretes de generos nacionaes pelo prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Araruama (decr. 3.404).

Abertura — Ver Canaes — Desapropriações — Plantas.

Abonos — Ver Officiaes — Praças.

Abrigos — Ver Estações.

Acceltação — Ver Propriedade.

Acesso — Amplia o decreto n. 1.251, de 1891, que regula o dos officiaes do exercito (decr. 404).

Accções — Ver Companhias — Titulos.

Accórdão — Ver Creditos — Processos.

Accórdos — Approva o celebrado com a "Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro" (decr. 326); manda executar o ampliativo sobre a execução das cartas rogatorias, concluido entre o Brasil e o Perú (decr. 1.395); publica a adhesão da Servia ao de Vienna, relativo ao serviço de vales postaes (decr. 2.106); publica a adhesão da Servia ao relativo á intervenção do correio nas assignaturas de jornaes e publicações periodicas, concluido em Vienna, em 1891 (decr. 2.217); manda executar o firmado em 1896 com o ministro da Italia sobre as reclamações italianas (decr. 2.397); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 4.000:000\$ para execução do sobre reclamações italianas (decr. 2.401); publica a adhesão do governo peruano ao relativo ao serviço de vales postaes, concluido em Vienna, em 1891 (decr. 2.452); publica a adhesão do territorio allemão da Africa do Sudoeste ao relativo ao serviço de vales postaes (decr. 2.659); publica a adhesão da Republica Peruana aos relativos á introdução dos certificados de identidade no serviço postal internacional e á intervenção do correio nas assignaturas de jornaes e periodicos (decr. 2.936); manda executar o, sobre permutação de encommendas postaes, entre o Brasil e Portugal (decr. 3.168); manda executar os sobre permuta

de cartas e encomendas, com valor declarado e o relativo aos vales postaes (decr. 3.170); publica a adesão da Grã-Bretanha e Irlanda ao relativo á permutação de cartas e encomendas com valor declarado (decr. 3.222); publica a adesão da India Britannica ao relativo á permutação de cartas e encomendas com valor declarado (decr. 3.223); publica a adesão da colonia britannica do Ceylão ao de Washington, de 1897, relativo á troca de cartas e de caixas com valor declarado (decr. 3.309); publica a adesão da Republica de Honduras aos de Washington, de 1897 (decr. 3.418); publica a adesão da colonia britannica de Terra Nova ao de Washington, relativo á permuta de cartas e encomendas (decr. 3.512); publica a adesão da Republica de S. Salvador ao relativo ao serviço de vales postaes (decr. 3.513); publica a adesão da colonia britannica da Jamaica ao de Washington, relativo á permuta de cartas e encomendas com valor declarado (decr. 3.514); publica a adesão da colonia britannica das ilhas Leeward (Antilhas) ao de Washington de 1897, relativo á permuta de cartas e encomendas com valor declarado (decr. 3.586); publica a adesão da colonia britannica dos Straits Settlements, ao de Washington, de 1897, relativo á permuta de cartas e encomendas com valor declarado (decr. 3.587); faz publico que a Republica de S. Salvador não adheriu ao de Washington, relativo á permuta de cartas e encomendas com valor declarado (decr. 3.590); publica a adesão da Republica Peruana ao de Washington, relativo ao serviço de vales postaes (decr. 3.645); publica a adesão do Principado de Montenegro ao de Washington, relativo ao serviço de vales postaes (decr. 3.734).

Accrescimento — Ver Obras.

Aquisição — Ver Alfandegas — Arsenaes.

Acudes — Abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 400:000\$ para despesas com as obras complementares do de Quixadá e a construcção de outros no Ceará (decr. 3.818); approva a planta e orçamento das obras do de Quixadá, no Ceará (decr. 3.819).

Additamento — Ver Accórdos — Convenção — Correios — Declaração — União.

Adiamento — Ver Eleições — Serviços.

Adjunto — Ver Institutos — Vencimentos.

Administração — Resolve incorporar á da parte em trafego da Estrada de Ferro Central do Brasil os serviços de prolongamento e ramaes (decr. 376); declara desligada da federal a Inspectoria de Hyg. de S. Paulo (decr. 666); declara desligada da federal a Inspeç. de Hyg. de Sergipe (decr. 682); declara desligada da federal a Inspectoria de Hygiene de Santa Catharina (decr. 700); declara desligada da federal a Inspectoria de Hygiene da Bahia (decr. 711); declara desligada da federal a Inspectoria de Hygiene do Espirito Santo (decr. 712); declara desligada da federal a Inspectoria de Hygiene de Minas Geraes (decr. 713); declara desligada da federal a Inspectoria de Hygiene de Pernambuco (decr. 732); declara desligada da federal a Inspectoria de Hygiene de Alagoas (decr. 897); declara desligada da federal a Inspectoria de Hygiene do Paraná (decr. 967); declara desligada da federal a Inspectoria de Hygiene do Rio Grande do Sul (decr. 1.036); declara desligada da federal a Inspectoria de Hygiene de Matto Grosso (decr. 1.096); declara desligada da federal a Inspectoria de Hygiene do Maranhão (decr. 1.200); declara desligada da federal a Inspectoria de Hygiene do Piahy (decr. 1.201); declara desligada da federal a Inspectoria de Hygiene do Ceará (decr. 1.214); declara desligada da federal a

Inspectoria de Hygiene da Parahyba (decr. 1.215); declara desligada da federal a Inspectoria de Hygiene do Rio Grande do Sul (decr. 1.216); declara desligada da federal a Inspectoria de Hygiene de Goyaz (decr. 1.217); desliga a de varios ramaes da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco (decr. 1.551); diuide a das estradas de ferro Sul e Central de Pernambuco (decr. 1.705 A); reune em uma só os prolongamentos da Estrada de Ferro Conde d'Eu, de Mulungú a Campina Grande e de Guarabira a Nova Cruz (decr. 1.933); transfere o Hospital de S. Sebastião para a municipal (decr. 2.435); estabelece regras para a militar (decr. 3.239) — Ver Secretaria.

Administrador — Ver Imprensa.

Admissão — Ver Concursos — Condições.

Adopção — Ver Código — Fardamento — Modelo.

Agave Americano — Ver Companhias.

Agencia — Supprime a Central de Imigração (decr. 2.426); transfere para a Directoria Geral da Industria os serviços actualmente a cargo da Central de Imigração (decr. 2.427); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 21:500\$ para pagamento dos vencimentos dos empregados da extincta Official de Colonização (decr. 2.584); concede autorização á companhia de seguros "Maunheimer Versicherungs Gesellschaft" para estabelecer uma em S. Paulo (decr. 3.231) — Ver Autorização — Companhias — Creditos — Sociedades.

Agentes — Declara que os consulares do Brasil, em Portugal, têm direito ás percentagens e taxas das tabellas dos respectivos governos nos processos de heranças (decr. 2.292); autoriza os inspectores das alfandegas e delegados fiscaes a reconhecerem a firma dos consulares brasileiros (decr. 2.320); altera a comissão dos de leilões nas vendas judiciais (decr. 3.478) — Ver Casas.

Águas — Ver Concessões — Creditos — Obras — Taxas.

Ajudante — Ver Logares.

Ajudas de custo — Faz extensivo a todos os commandantes e commissarios nomeados para as escolas de aprendizes marinheiros a marcada no decreto n. 890, de 1890 (decr. 374); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito suplementar de 107:250\$ para pagamento de no exercicio de 1891 (decr. 759); abre ao Ministerio da Guerra o credito suplementar de 150:000\$ á verba (decr. 809); altera o regimento das dos empregados do Corpo Diplomatico (decr. 1.951); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 9:750\$, suplementar, á verba (decr. 2.696); abre ao Ministerio da Fazenda o credito suplementar de 21:000\$ para pagamento de a empregados de fazenda encarregados da apuração de contas das estradas de ferro (decr. 3.163); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 48:125\$730, suplementar á verba (decr. 3.228); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 25:000\$, suplementar á verba (decr. 3.600); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 3:550\$, suplementar á verba (decr. 3.875) — Ver Creditos.

Ajustes — Manda executar os postaes entre o Brasil e varios Estados (decr. 1.063); manda executar os constantes da Convenção Postal Universal, firmados em Washington em 1897 (decr. 3.170).

"Alagoas Railway Company, Limited" — Ver Companhias.

Alargamento — Permitta o da faixa util do cães de Santos (decr. 74); declara de utilidade publica municipal a desapropriação de predios e terrenos necessarios ao da rua Nova do Quivdor (decr. 369); concede permissão para que seja transferida

à União Industrial dos Estados Unidos do Brasil a concessão feita ao Dr. Antonio Brissay, nos termos do decreto n.º 842, de 1890, para o da rua Senhor dos Passos (decr. 710); manda desapropriar os terrenos necessários ao da área do edificio da Casa da Moeda (decr. 1.742); autoriza o da bitola da Estrada de Ferro da Tijuca (decr. 2.658).

Alfandegas — Crea na do Rio de Janeiro mais um lugar de 1.º escripturario e dois de conferentes (decr. 574); dá categoria á de Macahé (decr. 1.499); fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados das (decr. 1.582); abre o credito até a quantia de 120:000\$ para a construcção das obras necessárias á de Maceió e aquisição de um guindaste e uma lancha a vapor (decr. 1.706); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 800:000\$ para as despesas com as de S. Paulo e Juiz de Fóra (decr. 1.747); marca o numero, classe e vencimentos dos empregados, das de S. Paulo e Juiz de Fóra (decr. 1.748); dá regulamento para o serviço da de S. Paulo (decr. 1.876); equipara aos extinctos os empregados da de Juiz de Fóra, cujas nomeações ficam annulladas (decr. 1.997); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 138:000\$ para as obras da de Macahé (decr. 2.068); equipara aos extinctos os empregados da de S. Paulo, cujas nomeações ficam annulladas (decr. 2.079); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 43:983\$700 para concluir as obras da de Macahé (decr. 2.260); manda executar a nova tarifa das (decr. 2.261); manda fazer algumas rectificações na tarifa das (decr. 2.279); approva as instrucções de 10 de dezembro de 1895 sobre o serviço de descarga no porto de Santos e o encaminhamento das mercadorias para a de S. Paulo (decr. 2.290); autoriza os inspectores das a reconhecerem a firma dos agentes consulares, brasileiros (decr. 2.320); sujeita á jurisdicção da de Florianopolis a Mesa de Rendas de Itajahy (decr. 2.335); fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados da de Macahé (decr. 2.336); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 123:950\$ para aquisição de moveis, etc. para a de Macahé (decr. 2.343); abre ao Ministerio da Fazenda o credito suplementar de 7:707\$ para despesas da do Espirito Santo (decr. 2.348); manda executar em todas a nova tarifa (decr. 2.469); dá regulamento para emissão de titulos de deposito pelas (decr. 2.502); reduz o numero e classe dos empregados da de S. Paulo (decr. 2.576); sujeita á jurisdicção da de Penedo a Mesa de Rendas de Villa Nova (decr. 2.630); manda executar em todas a nova tarifa (decr. 2.743); altera algumas disposições da nova consolidação das leis das (decr. 2.765); abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 72:000\$ para aquisição de duas lanchas para a do Rio de Janeiro (decr. 2.776); supprime a de Porto Alegre (decr. 2.781); altera o art. 568 da nova consolidação das leis das (decr. 3.294); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 45:000\$ para pagamento do aluguel de armazens para a de Maceió (decr. 3.361); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 100:800\$788, suplementar á verba (decr. 3.521); dá instrucções para execução da lei n.º 640, de 1899, concernente aos serviços das (decr. 3.529); crea um serviço especial de estatística commercial na do Rio de Janeiro (decr. 3.547); fixa os vencimentos, classe e numero dos empregados da de Sant'Anna do Livramento (decr. 3.548); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 114:231\$081, suplementar á verba (decr. 3.579); approva a revisão das tarifas das (decr. 3.617); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 184:262\$505 para estabelecimento da de Porto Alegre (decr. 3.685); abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 17:703\$894

para pagamento de vencimentos de tres fieis de armazem da do Pará (decr. 3.788). — Ver Consolidação — Contractos.

Alienação — Ver Terrenos.

Alienados — Ver Assistencia.

Alinhamento — Ver Estradas de ferro.

"Alliance Assurance" — Ver Companhias.

Alterações — Ver Capital — Clausulas — Decretos — Disposições — Escalas — Estatutos — Instrucções — Regulamentos

— Tabellas — Tarifas.

Alugueis — Ver Armazens — Guindastes — Preços.

Alumnos — Ver Collegio — Guardas — Uniformes.

Amanuense — Ver Logares.

Amarração — Ver Boias.

"Amazon Steam Navigation Company, Limited" — Ver Contractos — Escalas.

"Amazon Telegraph Company, Limited" — Ver Autorização — Contractos.

"Amazonas Rubber States Company, Limited" — Ver Autorização.

Amnistia — Ver Officiaes.

Amortização — Ver Apolices — Empréstimo.

Ampliação — Ver Disposições — Instrucções — Regulamentos.

Analyses — Substitue as tabellas das taxas de (decr. 2.770) — Ver Laboratorio.

Annexação — Ver Delegacias — Guarda nacional.

Annullação — Ver Consulados — Decretos.

Apolices — Revoga os arts. 3.^o a 7.^o do decreto n. 823 A, de 1890, relativos á conversão de (decr. 653); revoga arts. do decr. 822 A, de 1890, que fixaram a quota de 2 % sobre o valor das do juro de 5 % para amortização (decr. 671); manda cumprir o disposto no art. 6.^o é seguintes da lei n. 183 C, de 1893, sobre a conversão de capital e juro-ouro em dos lastros dos bancos emissores (decr. 1.553 E); autoriza o ministro da Fazenda a contrahir um empréstimo na importancia de 100.000.000\$ emittindo do valor de 1.000\$, juros de 5 % (decr. 1.936); providencia sobre o modo de pagar os juros das ao portador, emittidas em virtude do decreto n. 1.936 de 1895 (decr. 2.308); autoriza o ministro da Fazenda a contrahir um empréstimo na importancia de 60.000.000\$ emittindo do valor de 1.000\$, juros de 6 % (decr. 2.695); dá regulamento para a cobrança do sello das de companhias de seguros que não têm sede no paiz (decr. 2.769); regula a conversão dos juros de 4 %, ouro, das da divida publica interna em juros de 5 %, papel (decr. 2.907); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 520.200\$ para pagamento das cujos possuidores não acceitaram a conversão (decr. 2.985); abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2.804.737\$500 para pagamento de despesas oriundas da reversão de juros de (decr. 3.024); faculta a permuta das ao portador, do empréstimo interno de 1895, por nominativas (decr. 3.038).

Aposentadoria — Ver Creditos — Magistrados.

Aposentados — Ver Creditos.

Apparelhos — Ver Engenhos — Estradas de ferro — Mensageiros.

Appliação — Manda reservar no Thesouro Federal, com extra orçamentaria, a quantia de 65.000\$, para execução dos decretos ns. 1.338 e 1.339, de 1893. (decr. 1.340); approva a das bases de tarifas differencias na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay (decr. 2.691).

Approvação — Ver Contractos — Estatutos — Estudos — Instrucções — Obras — Planos — Plantas — Tabellas.

Aprendizes — Extingue as companhias de artifices (decr. 3.195) — Ver Escolas.

Apresentação — Dispensa a de attestados de frequencia nos cursos praticos das faculdades de medicina (decr. 1.028) — Ver Estudos — Obras.

Ar — Ver Officinas.

Arbitramento — Ver Tratado.

Archivista — Compete, ao da Secretaria das Relações Exteriores a guarda das estampilhas de emolumentos consulares (decr. 2.257).

Archivos — Desliga do Publico a parte do serviço que lhe cabe na execução do decreto n. 8.820, de 1882 (decr. 547); re-forma o Publico Nacional (decr. 1.580); dá providencias sobre a guarda e entrega dos das legações e consulados (decr. 3.210);

Armada — Estabelece o novo código penal para a (decr. 18); approva as instrucções que devem reger o serviço de embarque e outros, commettidos a officiaes da (decr. 29); estabelece gratificações aos officiaes do corpo da e classes annexas pelo desempenho de commissões (decr. 389); regula o interstício para a promoção dos officiaes da (decr. 640 B); estabelece regras sobre a contribuição para o montepio dos officiaes da (decr. 885); torna as disposições do decreto n. dos officiaes da (decr. 885); torna as disposições do decreto n. 901, de 1890, extensivas á (decr. 1.034); torna extensivo á o disposto no n. 1 do § 1º do art. 7º da lei n. 26, de 1891 (decr. 1.485); torna extensivo á o decreto n. 3.320, de 1899 (decr. 3.362). — **Ver** Corpos — Decretos — Fardamentos — Formularios — Meio-soldo — Montepio — Officiaes — Planos — Praças — Quadro — Uniformes — Vencimentos.

Armaento — Ver Creditos — Navios.

Armas — Ver Commandantes — Corpos.

Armazemagens — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 546:970\$821 para attender á restituição de cobradas nas alfandegas do Rio Grande do Sul (decr. 2.739).

Armazens — Approva os planos e orçamentos do de n. 1 da Empresa de Obras e Melhoramentos do Porto de Santos (decr. 813); approva os planos e orçamentos do de n. 2, apresentados pela Empresa de Obras e Melhoramentos do Porto de Santos (decr. 943); approva o orçamento de mais cinco para o serviço do cães de Santos (decr. 1.069); autoriza a "Alagoas Railway Company, Limited, a construir um para recebimento de mercadorias, na estação de Jaguará (decr. 1.138); autoriza a "Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens" a construir um novo na estação de Curityba (decr. 1.371); approva a planta e orçamento para augmento de na estação de Campos, da Estrada de Ferro de Carangola (decr. 1.983 B); approva o projecto e orçamento para a construção de um provisorio de cargas na estação de Ribeirão Pires, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby (decr. 2.306); approva as plantas e orçamentos para construção de um provisorio no Alto da Serra, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby (decr. 2.500); approva o projecto de augmento dos de Limoeiro e Nazareth, da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro (decr. 2.518); approva a planta e orçamento para a construção de um em Tupacretan, da Estrada de Ferro de Santa Maria ao

Uruguay (decr. 3.216); abre ao Ministerio da Fazenda o crédito de 45:000\$ para pagamento de aluguel de para a Alfandega de Maceió (decr. 3.361); approva o orçamento do de n. 2 da Companhia Docas de Santos (decr. 3.561) — Ver Desvios — Estradas de ferro.

Arizamento — Ver Concessões — Empresas — Morros — Prasos.

Arrecadação — Ver Bens — Impostos.

Arreio — Ver Planos.

Arrendamento — Decreta o das estradas de ferro do Governo Federal (decr. 655); declara de nenhum effeito o decreto n. 655, de 1891, que determinou o das estradas de ferro do Governo Federal (decr. 696); estabelece as bases para o das estradas de ferro da União (decr. 2.413); manda abrir concorrência para o das estradas de ferro de Baurité, Central, Sul de Pernambuco, Paulo Affonso e S. Francisco (decr. 2.660); contracta com Affonso Spée o da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 2.830); contracta com o engenheiro Alfredo Novis o da Estrada de Ferro de Baurité (decr. 2.836); contracta com o engenheiro Antonio de Sampaio Pires Ferreira o da Estrada de Ferro Central de Pernambuco (decr. 2.850); contracta com o engenheiro Miguel Teive e Argollo o da Estrada de Ferro de S. Francisco (decr. 3.565);

Arsenaes — Equipara os 1.º e 2.º patrões do de Guerra da Capital Federal aos machinistas do mesmo arsenal (decr. 1.487); eleva a 7\$123 diários os vencimentos dos patrões das lanchas do de Marinha do Rio de Janeiro (decr. 1.545); restabelece as seções de officinas de tanqueiros e funileiros do de Guerra de Matto Grosso (decr. 1.711); fixa a verdadeira intelligencia do art. 7.º do decreto n. 27, de 1892, sobre montepio de operarios dos de Marinha (decr. 1.712); crea uma directoria de electricidade e torpedos no de Marinha de Matto Grosso (decr. 1.715); dá instruções para o serviço da officina de electricidade e torpedos do de Marinha de Matto Grosso (decr. 1.726); dá regulamento á lei n. 127, de 1892, que instituiu o montepio para os operarios dos de marinha (decr. 2.091); altera o art. 340 do regulamento dos de guerra (decr. 2.182); crea duas officinas no de Guerra de Matto Grosso (decr. 2.238); abre o credito de 300:000\$ para as despesas com os estudos e aquisição de terrenos para a mudança do de Marinha da Capital Federal (decr. 2.326); dá novo regulamento para o montepio dos operarios e serventes dos de marinha (decr. 2.819); supprime os de marinha de Pernambuco e da Bahia (decr. 3.188); supprime os de guerra do Pará, Pernambuco e Bahia e dispõe sobre os terrenos e predios (decr. 3.195); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 300:000\$ para pagamento do pessoal da officina de alfaiates do de Guerra da Capital Federal (decr. 3.325); altera a tabella de distribuição de fardamento ao pessoal das embarcações dos de guerra (decr. 3.764) — Ver Créditos — Vencimentos.

Artefactos — Ver Fabrica.

Artigos — Ver Decretos — Depósitos — Estatutos — Instruções — Regulamentos.

Artilharia — Ver Batalhão — Direcção.

Assentamento — Ver Cabos — Mensageiros.

Assignaturas de jornaes — Ver Accórdos — Correios.

Assistencia — Consolida as disposições relativas aos serviços da Medico Legal de Alienados (decr. 896); altera o disposto no

paragrapho unico do art. 16 do regulamento da Medico-Legal de Alienados (decr. 1.252); reorganiza o serviço da Medico-Legal de Alienados (decr. 1.559); providencia sobre o pagamento de despesas da de Alienados (decr. 1.593 A); organiza a Judiciaria no Districto Federal (decr. 2.457); dá novo regulamento para a Medico-Legal de Alienados (decr. 2.467); reorganiza a de Alienados (decr. 3.244) — Ver Concursos.

Associações — Concede autorização á de seguros mutuos — Brasil para funcionar (decr. 1.530); manda adoptar o modelo do livro de inscripção das a que se refere o decreto legislativo n. 173, de 1893 (decr. 1.649); concede autorização para funcionar á de auxilios mutuos entre os funcionarios do Estado do Rio, denominada — Mutualidade (decr. 2.680); concede ao Banco do Estado do Rio de Janeiro autorização para organizar a agricola e commercial — Mutualidade Fluminense (decr. 2.879); approva os estatutos da de auxilios mutuos entre os funcionarios do Estado do Rio — Mutualidade (decr. 3.229) — Ver Montepio.

Astronomo — Ver Observatorio.

Asylos — Autoriza o recolhimento das praças de pret da guarda nacional; dos corpos de policia e de outras corporações, ao de Invalidos da Patria (decr. 1.594 C) — Ver Creditos.

Aterro — Ver Estradas de ferro.

"Atlas Assurance Company, Limited" — Ver Autorização.

Attestados — Regula o modo por que devem ser passados os de obito (decr. 680); dispensa a apresentação dos de frequencia nos cursos práticos das faculdades de medicina (decr. 1.028).

Atribuições — Approva as instrucções que regulam as da Procuradoria da Republica e Fazenda Federal (decr. 1.562); marca as da Mesa de Rendas de Itajahy (decr. 2.335) — Ver Imprensa.

Auditores — Fixa os vencimentos dos de guerra e do geral de marinha (decr. 355).

Augmento — Ver Armazens — Capital — Contribuições — Estações — Estradas de ferro — Salarios — Vencimentos.

Aula — Ver Cadeira.

Ausentes — Ver Bens.

"Austrian Lloyd's Steam Navigation Company" — Ver Autorização.

Autorização — Concede a Agostinho José de Andrade Queiroz e outros para organizarem a sociedade anonyma Companhia Industrial de Vinhos (decr. 19); concede a Antonio Joaquim Marques Peixoto para organizar a sociedade anonyma Companhia Suburbana de Comestiveis dos Varegistas (decr. 20); concede a Firmino Francisco Fontes para organizar a sociedade anonyma Companhia Luso-Brasileira Manufactora de Cervejas e Aguas Gazosas (decr. 22); concede ao Dr. Domingos Felipe de Souza Leão e outro para organizarem a sociedade anonyma Confeitaria Paulista (decr. 23); concede a Cicero Pontes e outros para organizarem a sociedade anonyma Companhia Industrial e Mercantil, no Estado do Piahy (decr. 24); concede ao capitão Octaviano Marcondes para organizar a sociedade anonyma Companhia Commercio de Carne Secca e Mantimentos (decr. 25); concede ao Banco Commercio e Industria do Brasil para organizar a sociedade anonyma Companhia Salinas Lindembuerg, da Cabo Frio (decr. 26); concede a Augusto Durand para organizar a Companhia Nacional de Biscoutos e Bolachas (decr. 44); concede a João Guimarães para organizar a sociedade anonyma Coopera-

tiva Rural (decr. 52); concede ao Banco Mutuo e ao capitão-tenente Orozimbo Muniz Barreto para organizarem a Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Matto Grosso (decr. 70); concede a Tancredo Pedró de Azevedo Leal e outros para organizarem a Companhia Criadora e Fornecedora de Aves Domesticas, Gado e Carvão de Matto Virgem (decr. 71); concede a Antonio Joaquim Dias da Silva para reformar os estatutos da Cooperativa de Consumo, de Construções e de Produção do Congresso Operario (decr. 77); concede á Companhia Nietheroyense Manufactora de Pão e Massas para funcionar (decr. 78); concede a Custodio Justino das Chagas para organizar a Companhia Alimenticia S. Paulo e Santos (decr. 80); concede a João de Carvalho Borges Junior para organizar a Companhia Cooperativa de Panificação (decr. 97); concede a Affonso Veridiano e outro para organizarem a Companhia Fornecedora de Leite (decr. 98); concede a Francisco Ferreira Varzea e outros para reformarem o art. 5º dos estatutos da Companhia Industrial de Generos Alimenticios (decr. 101); concede á Companhia Fabril de Biscoutos Internacional para reformar os seus estatutos (decr. 102); concede ao Dr. Antonio Pereira dos Santos Leal para organizar o "Petit Banque" dos Estados Unidos do Brasil (decr. 116); concede á Companhia Commercial e de Panificação Paulista para reformar o art. 4º de seus estatutos (decr. 121); concede a Domingos de Souza Carneiro para organizar a Companhia Manufactora de Cerveja, Gelo e Aguas Mineraes, em Petropolis (decr. 122); concede a José Antonio de Oliveira Moraes e outros para organizarem a Companhia Consumo de Farinha de Trigo (decr. 123); concede a Antonio Coutinho de Moraes e outro para organizarem a Companhia de Seccos e Molhados de S. Christovão (decr. 124); concede a Cornelio de Souza Lima e outro para organizarem a Companhia Norte do Rio (decr. 125); concede á Companhia Italo-Paulista para funcionar (decr. 126); concede a João José de Moura Magalhães e outro para organizarem a Companhia Paulista de Industria Fabril (decr. 127); concede a Edwards William Parsoné para lançar cabos submarinos da costa da Africa ao littoral de Pernambuco (decr. 128); concede a Antonio José Fontes Junior para organizar a Companhia Commercio e Cabotagem (decr. 136); concede a Antonio Pereira Cardoso e outro para organizarem a Companhia Vinicola Internacional (decr. 138); concede a José Thomaz Pimentel Barbosa e outro para reformarem o art. 1º dos estatutos da Companhia Cooperativa Mineira (decr. 141); concede a José Villa-Flor para collocar boias para amarração de vapores e navios (decr. 143); concede a Antonio Vieira da Costa Machado e outros para organizarem a Companhia S. Paulo Hotel (decr. 144); concede a Julio Procopio Favilla Nunes para collocar boias para amarração de vapores e navios, nos portos do Pará e outros (decr. 162); concede ao coronel João Carlos Leite Penteado e outro para organizarem a sociedade anonyma Niagara Paulista (decr. 164); concede á Companhia Geral de Commercio e Industria para funcionar (decr. 165); concede a Guilherme Klerk e outro para organizarem a Companhia Agricola Commercial Rio e Campos (decr. 170); concede a Leite Borges & Irmão para organizarem a sociedade anonyma Companhia Industrial de Productos Nacionais (decr. 174); concede á Companhia Commercio Nacional para funcionar (decr. 176); concede a Firmino Francisco Fontes para modificar o art. 4º dos estatutos da Companhia Luso-Brasileira Manufactora de Cervejas e Aguas Gaseosas (decr. 177); concede á Companhia Commercio e Industria Nacional para funcionar (decr. 178); con-

concede a Manoel Augusto Pereira de Amorim para transferir ao Banco de Credito Brasileiro a concessão do decreto n. 1.309, de 1891 (decr. 179); concede a Companhia Mercante S. Paulo e Norte do Brasil para funcionar (decr. 211); concede a Companhia de Melhoramentos em Sergipe para funcionar (decr. 212); concede a Empresa Telephonica da Bahia para transferir a Companhia Docas e Melhoramentos da Bahia a concessão feita pelo decreto n. 9.244, de 1888 (decr. 216); concede a Companhia Antartica Paulista para funcionar (decr. 217); concede a Companhia Agricola e Commercial do Brasil para funcionar (decr. 266); concede a Manoel Joaquim Cafezeiro e outro para organizarem a Companhia Carnes Verdes e Industrias Accessorias (decr. 267); concede a Companhia Industria e Commercio Norte de Minas para funcionar (decr. 268); concede a Eduardo Augusto Pereira Nunes e outros para organizarem o Banco União Commercial Progresso dos Taverneiros (decr. 269); concede a José da Silva Loyo Junior e outro para transferirem a Companhia de Obras Hydraulicas no Brasil a concessão constante do decreto n. 10.157, de 1889 (decr. 271); concede a Companhia de Molhados, Cereaes e Comissões para funcionar (decr. 285); concede a Antonio Joaquim Marques Peixoto para reformar os estatutos da Companhia Suburbana de Comestiveis dos Varejistas (decr. 312); concede a João Alves Cardoso e outro para organizarem a Companhia Alcoolica da Bahia (decr. 314); concede a Companhia Auxiliadora de Industrias para funcionar (decr. 321); concede a Antonio Emilio Pinto Garcia e outro para organizarem a Companhia Taurina Brasileira (decr. 322); concede ao Dr. Nemesio do Rego Quadros e outro para organizarem a Companhia Porvir Fluminense (decr. 324); concede a João Baptista de Oliveira e outro para organizarem a Companhia Brasileira Commercio de Carne Secca (decr. 325); concede a Antonio Candido da Rocha para organizar a Companhia Matarazzo (decr. 336); concede a José Pinto da Silva Moreira e outros para organizarem a Companhia Salinas de Margarida (decr. 341); concede ao Banco da Bolsa de Pernambuco para organizar a Companhia Recifense de Panificação (decr. 342); concede a Companhia Frigorifica e Pastoril Brasileira para funcionar (decr. 343); concede a Antonio Francisco Loureiro e outro para organizarem a Companhia Industrial Commercio de Estiva (decr. 356); concede a Francisco Carnevale Rimoli para organizar a Companhia Cooperativa Italiana (decr. 359); concede a Carlos de Almeida Gonzaga para organizar a Companhia Cooperativa Popular (decr. 366); concede a Alvaro de Almeida Gama para organizar a Companhia Mercantil (decr. 371); concede ao Dr. Manoel de Assis Souza e outros para organizarem a Companhia Auxiliar de Commercio e Lavourea (decr. 382); concede ao conde de Estrella e outros para organizarem a Companhia Mineira Industrial e Commissaria (decr. 383); concede a Carlos Grasse e outro para organizarem a Companhia Industrial de S. Roque (decr. 384); concede a Antonio Pereira da Costa para organizar a Companhia Centro de Comestiveis da Cidade Nova (decr. 385); concede a Companhia de Industrias Saccharinas e Alcoolicas para funcionar (decr. 387); concede ao Banco de Credito e Comissões para organizar a Companhia Internacional Rio-Santos (decr. 393); concede a João Antonio da Costa Pereira para organizar a Companhia Restaurantes Maritimos a Vapor (decr. 395); concede a Gustavo Americo Hasselman para organizar a Companhia Abastecedora e Predial (decr. 401); concede ao Banco Popular da Bolsa da Bahia para organizar a Companhia Emporio do Sal de Sergipe (decr. 435); concede

a Thomaz Laranjeira para organizar a Companhia Matte Laranjeira (decr. 436 C); concede a Joaquim José Teixeira para organizar o Banco Agrícola do Brasil, de credito real (decr. 439); concede a Rodolpho Augusto França e outros para organizarem a Companhia Banha Rio-Grandense Alves (decr. 450); concede a João Boaventura Allen e outros para organizarem a Companhia Geral de Lubrificação (decr. 452); concede á Companhia Boulevard Bandeira Junior para funcconar (decr. 453); concede á Companhia Cervejaria Petropolitana para funcconar (decr. 456); concede á Companhia Petropolis Industrial e Agrícola para funcconar (decr. 461); concede a João de Pino Machado para organizar a Companhia Cooperativa Hespanhola (decr. 470); concede a Paulo Alpinus e outros para organizarem a Companhia Charcuteria Fluminense (decr. 475); concede a John Grandt & Comp. para transferirem á Companhia Internacional de Marahú a concessão de isenção de direitos obtida pelo decreto n. 476 B, de 1890 (decr. 487); concede a João Alberto Caetano Bouças para estabelecer linhas telephonicas ligando Leopoldina, Cataguazes e São Paulo de Muriahé (decr. 490); concede á Companhia Industria e Lavoura Progredior para funcconar (decr. 498); concede a Victor José de Freitas Reis para construir um theatro lyrico (decr. 499); concede a Affonso Henriques Pereira de Carvalho e outros para organizarem a Grande Companhia de Vinhos (decr. 502); concede ao Banco de Credito Rural e Internacional para se constituir como sociedade de credito real (decr. 505); concede ao engenheiro Francisco de Siqueira Queiroz para organizar a Companhia Providencia Popular (decr. 506); concede a João Ferreira Lemos e outros para organizarem a Companhia Constructora e Comercio Paula Mayrink (decr. 507); concede ao Dr. Joaquim de Oliveira Bastos para organizar o Banco de Credito Predial Urbano (decr. 508); concede a Ignacio do Lago Parga e outros para organizarem a Companhia de Distillação, Bebidas e Gelo (decr. 528); concede á Companhia Promotora de Indústrias e Melhoramentos para funcconar (decr. 552); concede á Companhia Pará e Amazonas para funcconar (decr. 553); concede á Companhia Piscatoria Sul-Americana para funcconar (decr. 558); concede a José Candido Teixeira para organizar a Companhia Cooperativa Paulista Italiana (decr. 562); concede a Antonio do Nascimento Silva e outros para organizarem a Companhia Industria Pecuaria (decr. 570); concede a Eduardo Augusto Pereira Nunes e outros para reformarem os estatutos do Banco União Commercial Progresso dos Taverneiros (decr. 572); concede á Companhia Brasileira de Electricidade para collocar lampadas electricas na rua do Ouvidor (decr. 577); concede á Companhia Brasileira de Electricidade para transmittir electricidade para illuminação (decr. 578); concede ao "London and River Plate Bank, Limited" para estabelecer uma filial e agencias (decr. 591); concede ao "English Bank of Rio de Janeiro, Limited" para continuar a funcconar sob a denominação de — "British Bank of South America, Limited" (decr. 592); concede a Benito Nichols para assentar na Capital Federal os apparelhos denominados — mensageiros electricos (decr. 597); concede a Antonio Fortunato do Nascimento para organizar a Companhia Commercio de Farinha de Trigo (decr. 608); concede aos incorporadores do Banco União Agrícola do Brasil, de credito real, para reduzir o numero de acções, e o capital (decr. 614); concede a José Francisco da Rocha Pombo para organizar a Companhia Consumo de Carnes (decr. 623); concede a José Francisco da Rocha Pombo para organizar a Companhia Mercantil e Industrial Paranaense (decr. 624); concede á Com-

panhia Nacional Manufactora de Doces para funcionar (decr. 645); concede ao Banco de Credito Brasileiro para fundar carteira hypothecaria (decr. 662); concede á companhia de seguro mutuo contra o fogo — Americana para funcionar (decr. 673); torna extensiva aos Estados da União a concedida ao "English Bank of Rio de Janeiro, Limited", pelo decreto n. 592, de 1891 (decr. 692); concede a Silva Guimarães & Comp. para organizarem a Companhia Mercantil de Generos de Estiva (decr. 695); concede a Guilherme A. C. de Oliveira para organizar a sociedade em commandita por accões C. de Oliveira & Comp. (decr. 701); concede á "Société des Mines d'Or de Faria" para augmentar o seu capital e elevar o numero dos seus directores (decr. 706); concede a Ramiro Fortes de Barcellos para organizar a sociedade anonyma — A Meridional (decr. 721); concede á Companhia Vinicola Internacional para substituir o paragrapho unico do art. 22 de seus estatutos (decr. 726); concede a José Leão Ferreira Souto para organizar a sociedade anonyma Companhia Central de Restaurantes (decr. 738); concede ao Banco das Classes Laboriosas para operar sobre seguro de vida (decr. 742); concede á C.^a Upton Importadora para funcionar (decr. 764); concede a Manoel Lopes de Carvalho para organizar a sociedade em commandita Carvalho & Comp. (decr. 815); concede ao Dr. João Landell para organizar a Companhia Alliança do Sul (decr. 818); concede á Companhia Commercio de Lenha, Madeiras e Materiaes para incluir entre os seus fins o commercio de generos alimentícios (decr. 819); concede ao Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes e outros para organizarem o Banco União de Minas (decr. 823); concede ao Banco União Agrícola do Brasil para augmentar o seu capital (decr. 833); concede á "Dom Pedro Gold Mining Company Limited" para funcionar (decr. 919); concede a José Antonio Rodrigues Nunes e outro para organizarem a companhia de seguros mutuos contra fogo — Colombo (decr. 922); concede á companhia denominada "The New York Commercial" para funcionar (decr. 923); concede a Affonso Pedreira de Cerqueira e outro para organizarem a Companhia Abastecedora de Agua da Feira de Sant'Anna (decr. 964); concede a Edward William Parsoné para transferir a concessão da "India Rubber Gutta Percha and Telegraph Works Company" á "South American Company" (decr. 965 A); concede á Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para construir o prolongamento de sua linha de Resaca a Santos (decr. 977); concede á companhia de seguros contra fogo — Hamburgo Magdeburgo para estender suas operações ao Estado de S. Paulo (decr. 986); concede á sociedade anonyma "The Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited" para continuar a funcionar (decr. 1.051); concede á Companhia Ceres Brasileira para reformar seus estatutos (decr. 1.084); concede á "Imperial Fire Insurance Company" para continuar a funcionar (decr. 1.091); concede á "Alliance Marine and General Assurance" para continuar a funcionar (decr. 1.123); concede á "Austrian Lloyd's Steam Navigation Company" para funcionar (decr. 1.139); concede á Companhia Brasileira Torrens para construir obras de melhoramentos no porto da Victoria (decr. 1.173); concede ao Banco da Bolsa do Recife para organizar a Companhia Pecuaria Fabril (decr. 1.237); concede á Companhia Cooperativa Industrial para funcionar (decr. 1.241); concede á Companhia Nacional Mossoró-Assu para reduzir o seu capital (decr. 1.249); concede ao "Brazilianische Bank für Deutschland" para

estabelecer uma filial na capital de São Paulo (decr. 1.330); concede á sociedade commanditaria por acções Rodrigues Fontes Oliveira & Comp. para funcionar (decr. 1.388); concede a Ferdinand Rodde e outro para fundarem na Capital Federal uma estação telephonica em communicação com a rede telephonica do Estado do Rio de Janeiro (decr. 1.393); concede á "Norton Megaw & Company, Limited, para funcionar (decr. 1.455); concede á associação de seguros mutuos — Brasil para funcionar (decr. 1.530); concede ao Ouro Preto Gold Mines of Brazil, Limited", para continuar a funcionar (decr. 1.772); concede ao "Brazilianische Bank für Deutschland" para estabelecer uma caixa filial em Santos (decr. 1.847); concede a Pêdro de Sá & Comp. para organizarem a Empresa Beneficiadora de Arroz (decr. 1.864); concede a Tiburcio Alves de Carvalho e outros para organizarem a Companhia Centro Commercial (decr. 1.925); concede á "Royal Insurance Company" para estabelecer uma agencia no Paraná (decr. 1.935); concede á "Royal Insurance Company" para estabelecer uma agencia em Santa Catharina (decr. 1.935 A); concede á Companhia Magdeburgo para funcionar (decr. 1.979); concede a Richard J. Reidy para estabelecer communicação telegraphica, por cabo sub-fluvial entre os Estados do Pará e Amazonas (decr. 2.000); concede ao "British Bank of South America, Limited", para estabelecer uma caixa filial na cidade de S. Salvador (decr. 2.002); concede á sociedade anonyma "Compagnie des Produits Cibilis" para funcionar no Brasil (decr. 2.007); concede ao Banco dos Funcionarios Publicos para transferir á Sociedade de Credito Popular, no Pará, os direitos que lhe foram outorgados pelo decreto n. 771, de 1890 (decr. 2.017); concede a Manoel Vicente Ribeiro Junior e outros para organizarem a companhia Agave Americano (decr. 2.037); concede á "Rio de Janeiro Flower Mills and Granaries, Limited", para continuar a funcionar (decr. 2.078); concede a Orozimbo Muniz Barreto para ligar os Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes por meio de uma linha telephonica (decr. 2.108); concede á sociedade em commandita Cervejaria Brahma-George Maschke & Comp. para funcionar (decr. 2.115); concede ao engenheiro Joaquim Guilherme de Souza Leitão Maldonado para reformar os estatutos da Sociedade Anonyma Quatorze de Julho (decr. 2.142); concede á "Compagnie de Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens" para continuar a funcionar (decr. 2.180); concede á "Amazon Telegraph Company" para funcionar (decr. 2.192); concede a Roberto J. Kinsmann Benjamin para organizar a sociedade anonyma Cooperativa Nacional (decr. 2.214); concede á "Compagnie Chemins de Fer Orientaux du Brésil" para funcionar (decr. 2.271); concede á Companhia E. de F. Espirito Santo e Minas para funcionar (decr. 2.272); concede á sociedade em commandita por acções Cervejaria Brahma — George Maschke & Comp. para reformar os seus estatutos (decr. 2.274); concede á companhia "Minas and Goyaz, Limited", para funcionar (decr. 2.281); concede á Orozimbo Muniz Barreto para ligar a Capital Federal ás capitães do Espirito Santo, Bahia e Pernambuco por linhas ou cabos telephonicos (decr. 2.298); concede á "National Brazilian Harbour Company, Limited", para funcionar (decr. 2.357); concede á "Société Anonyme d'Exploitation aux Etats Unis du Brésil des Brevets L. Reuse" para funcionar (decr. 2.368); concede á "Société Anonyme Belge d'Industrie au Brésil" para funcionar (decr. 2.394); concede á "Manchester

Fire Assurance Company" para funcionar (decr. 2.395); concede á companhia "La Foncière" para funcionar (decr. 2.396); concede á "Banque Française du Brésil" para estabelecer uma caixa filial ou succursal na Capital Federal e agencias em Santos e S. Paulo (decr. 2.423); concede á "Sant'Anna Gold Mining Company, Limited", para funcionar (decr. 2.429); concede a R. J. Kinsmann Benjamin para reformar os estatutos da Sociedade Cooperativa Nacional (decr. 2.441); concede a R. J. Kismann Benjamin para reformar os estatutos da Sociedade Cooperativa Nacional (decr. 2.479); concede á "Société Anonyme des Mines "Ouro Preto Golds Mines of Brazil, Limited", para continuar a funcionar (decr. 2.491); concede á "Faria Gold Minig Company of Brazil, Limited", para funcionar (decr. 2.508); concede ao "London and Brazilian Bank, Limited", para funcionar por mais 20 annos (decr. 2.511); concede á "Brazilian Gold Exploring Syndicate, Limited", para funcionar (decr. 2.516); concede á "S. Paulo Coffee Stats Company, Limited", para funcionar (decr. 2.535); concede á "S. Bento Gold Stats, Limited", para funcionar (decr. 2.536); concede á Sociedade Hygienica de Distillação para funcionar (decr. 2.540); concede á "Guardian Fire and Life Assurance Company, Limited", para continuar a funcionar (decr. 2.552); concede a Joaquim B. Pinto Machado e outros para organizarem a Companhia de Seguros Providencia Mercantil (decr. 2.554); concede á Companhia da Boa Vista para funcionar (decr. 2.589); concede á "Espírito Santo and Caravellas Railway Company, Limited", para funcionar (decr. 2.632); concede á Associação de Auxílios Mutuos dos Funcionarios do Estado do Rio para funcionar (decr. 2.680); concede á Sears Pará Rubber Company" para funcionar (decr. 2.681); concede ao "Brazilianische Bank für Deutschland" para estabelecer uma caixa filial em Porto Alegre (decr. 2.694); concede á "Manchester Fire Assurance Company" para estabelecer novas agencias nos Estados (decr. 2.724); concede á companhia de seguros "L'Union" para funcionar (decr. 2.784); concede á "Naumann Gepp & Company, Limited", para funcionar (decr. 2.785); concede á "Leopoldina Railway Company para funcionar (decr. 2.797); concede ao Banco do Estado do Rio de Janeiro para organizar a Associação Agrícola e Commercial Mutualidade Fluminense (decr. 2.879); concede á Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil" para funcionar (decr. 2.884); concede á "Faria Gold Mining of Brazil, Limited" para funcionar (decr. 2.890); concede á "Atlas Assurance Company" para funcionar (decr. 2.916); concede a Eduardo Augusto Pereira Nunes, para organizar a Companhia Credito Agricola e Industrial do Paraná (decr. 2.939); concede á companhia de seguros — Garantia do Porto, para continuar a funcionar (decr. 2.963); concede á companhia de seguros mutuos contra fogo — Providencia, para funcionar (decr. 2.987); concede á "Commercial Union Assurance Company, Limited" para estender suas operações a diversos Estados (decr. 3.067); concede a L. Paulino & Comp. para organizarem a Fabrica de Conservas Alimentares (decr. 3.217); concede á companhia de seguros "Maunheimer Versicherungs Gesellschaft" para estabelecer uma agencia em S. Paulo (decr. 3.231); concede á "Brazilianische Elektricitats Gesellschaft" para funcionar (decr. 3.250); concede á "Rio de Janeiro Harbour and Dock Company", para funcionar (decr. 3.282); concede á companhia deno-

minada "Sucrerie de Piracicaba" para funcionar (decr. 3.330); concede a F. S. Hampshire & Comp. para funcionarem (decr. 3.331); concede á "Société Anonyme de la Sucrerie Villa-Rafard", para funcionar (decr. 3.333); concede á "S. Paulo Railway Light and Power" para funcionar (decr. 3.349); concede á Geraldo Barbosa Lima e outros para organizarem a companhia de seguros sobre animaes de trabalho — Santa Cruz (decr. 3.354); concede á "Amazonas Rubber States, Limited", para funcionar (decr. 3.365); concede ao "Comptoir Colonial Français" para funcionar (decr. 3.391); concede ao almirante reformado Pedro B de Cerqueira Lima para explorar a industria da pesca na ilha de Atoll (decr. 3.406); concede ao bacharel Virgílio Brigido para incorporar o Banco de Credito Real de Sergipe (decr. 3.416); concede á "Société Anonyme des Mines de Manganése d'Ouro Preto" para funcionar (decr. 3.457); concede ao engenheiro Ayres Pompeu Carvalho de Souza e outro para construírem um ramal ferreo de Sapopemba á ilha do Governador (decr. 3.477); concede á sociedade anonyma Empresa de Sal e Navegação para funcionar (decr. 3.526); concede á "Société Anonyme des Distilleries Brésiliennes" para funcionar (decr. 3.530); concede á "Société Italiana de Esportazioni Eurico Dell'acqua para funcionar (decr. 3.544); concede á Companhia Diamantina para funcionar (decr. 3.555); concede á "Western Telegraph Company, Limited", para funcionar (decr. 3.557); concede á sociedade anonyma Mala Real Portugueza para funcionar (decr. 3.558); concede a Augusto Oscar Guimarães para organizar o Monte de Piedade Fluminense (decr. 3.566); concede á "Henry Rogers Sons & Comp. of Brazil, Limited", para funcionar (decr. 3.567); concede ao capitão de fragata José Maria da Conceição Junior para explorar a industria da pesca nos Abrolhos (decr. 3.572); concede á sociedade em commandita Monzini Schiffini & Comp. para funcionar (decr. 3.610); concede a João Kastrup para organizar a companhia de seguros--Guanabara (decr. 3.612); concede á "Lancashire Insurance Company para funcionar (decr. 3.615); concede á Sociedade Anonyma Bananal para funcionar (decr. 3.655); concede á sociedade anonyma "Sucrerie de Cupim" para funcionar (decr. 3.663); concede á "H. B. Perry & Company, Limited", para funcionar (decr. 3.713); concede a B. Rymkiewicz & Comp. para executarem as obras de melhoramentos do porto de Manaus (decr. 3.725); concede á "Compagnie des Goutchouc du Matto Grosso" para funcionar (decr. 3.731); concede á sociedade em commandita por accções Cervejaria Brahma — George Maschke para reformar os seus estatutos (decr. 3.761); concede á Companhia de Lacticínios para reformar o art. 1.º dos seus estatutos (decr. 3.762); concede á sociedade anonyma "Banque Belge de Prêts Fonciers" para estabelecer uma succursal na Capital Federal (decr. 3.776); concede á Sociedade Anonyma Minas de Cobre de Camaquã para funcionar (decr. 3.783); concede á "Rubber of Pará, Limited", para funcionar (decr. 3.784); concede á "Electro-Motion Corporation, Limited", para funcionar (decr. 3.794); concede á sociedade anonyma mutua de economia "La Accumulativa" para funcionar (decr. 3.830); concede á "Cotelburo, Limited", sociedade anonyma, para funcionar (decr. 3.831); concede á "Nord Deutsche Versicherungs Gesellschaft" para funcionar (decr. 3.869) — Ver Bancos — Companhias — Concessões — Contra-

ctos — Empresas — Licença — Mudança — Notas — Transfere-
rencia.

Auxiliar — Ver Postos.

Auxílios — Ver Créditos.

Avenidas — Ver Desapropriações.

B

Bagagem — Ver Tarifas.

Baixas — Ver Praças.

Balisamento — Transfere para o Ministerio da Marinha o
serviço de dos portos (decr. 786).

Bancos — Concede autorização a caixa filial do Emissor de Pernambuco para organizar a Companhia Generos de Estiva (decr. 12); concede autorização ao Fiscal para organizar a Companhia Commercial (decr. 13); approva com alterações os estatutos do Hypothecario Nacional (decr. 28); approva com alterações os estatutos do dos Funcionarios Publicos (decr. 105); concede autorização a Manoel Augusto Pereira de Amorim para transferir ao de Credito Brasileiro a concessão do decreto n. 1.309, de 1891 (decr. 179); concede autorização a Eduardo Augusto Pereira Nunes e outros para organizarem a União Commercial Progresso dos Taverneiros (decr. 269); concede ao de Credito Rural e Internacional os favores do decreto n. 213, de 1891 (decr. 327); approva alterações dos estatutos do das Classes Laboriosas (decr. 339); concede autorização ao da Bolsa de Pernambuco para organizar a Companhia Recifense de Panificação (decr. 342); approva as emendas feitas nos estatutos do de Credito Real de Minas Geraes (decr. 394); concede autorização ao Popular da Bolsa da Bahia para organizar a Companhia Emporio do Sal de Sergipe (decr. 435); concede autorização a Joaquim José Teixeira para organizar o União Agricola do Brasil, de credito real (decr. 439); approva a reforma dos estatutos do Sul-Americano (decr. 473); manda executar o regulamento para a fiscalização dos de emissão (decr. 493); concede autorização ao de Credito Rural e Internacional para se constituir em de credito real (decr. 505); concede ao Dr. Joaquim de Oliveira Bastos autorização para organizar o de Credito Predial Urbano (decr. 508); concede autorização a Eduardo Augusto Pereira Nunes e outros para reformarem os estatutos do União Commercial Progresso dos Taverneiros (decr. 572); permite aos incorporadores do União Agricola do Brasil, de credito real, alterarem os arts. 4º e 10º dos respectivos estatutos (decr. 575); approva a reforma dos estatutos do de Credito e Comissões (decr. 601); concede autorização aos incorporadores do União Agricola do Brasil, de credito real, para reduzirem o numero de acções e o capital (decr. 614); concede ao Dr. Joaquim de Oliveira Bastos permissão para transferir ao de Credito e Comissões a autorização para organizar o de Credito Predial Urbano (decr. 615); concede ao dos Funcionarios Publicos autorização para transferir ao Auxiliar das Classes os direitos outorgados pelo decreto n. 771, de 1890 (decr. 640 C); approva o projecto de reforma dos estatutos do de Credito Real de Pernambuco (decr. 651); approva a reforma dos estatutos do da Bolsa (decr. 652); concede ao de Credito Brasileiro autorização para fundar carteira hypothecaria (decr. 662); substitue o regimen

de fiscalização collectiva de pelo regimen de fiscalização singular (decr. 727); approva as alterações feitas nos estatutos do da Republica dos Estados Unidos do Brasil (decr. 733 A); concede autorização ao das Classes Laboriosas para operar sobre seguros de vida (decr. 742); approva as alterações feitas nos estatutos do de Credito Real de Minas Geraes (decr. 747); approva as modificações feitas nos estatutos do de Credito Rural e Internacional (decr. 748); approva as alterações feitas nos estatutos do de Credito Brasileiro (decr. 774); concede ao de S. Paulo a renuncia do direito de emittir bilhetes ao portador (decr. 804); approva as alterações feitas nos estatutos do dos Funcionarios Publicos (decr. 811); concede ao Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes e outros autorização para organizarem o União de Minas (decr. 823); approva as alterações feitas nos estatutos do Sul-Americano (decr. 824); concede ao da Bahia a renuncia do direito de emittir bilhetes ao portador (decr. 852); approva o projecto de reforma dos estatutos do de Credito Real de S. Paulo (decr. 882); concede autorização ao União do Brasil para augmentar o seu capital (decr. 883); approva a reforma de algumas disposições dos estatutos do de Credito Popular do Brasil (decr. 944); concede permissão ao de Credito Brasileiro para transferir a José Rabello e outro a faculdade de effectuar operações de empréstimos hypothecarios nos Estados de S. Paulo e Minas (decr. 1.073); approva as alterações feitas nos estatutos do de Credito e Garantia Real (decr. 1.090); autoriza a fusão do da Republica dos Estados Unidos do Brasil com o do Brasil sob a denominação de — Republica do Brasil (decr. 1.167); concede autorização ao da Bolsa do Recife para organizar a Companhia Pecuaria Fabril (decr. 1.237); approva os estatutos do da Republica do Brasil (decr. 1.253); approva os novos estatutos do Industrial e Constructor do Paraná (decr. 1.255); approva os estatutos do de Credito Real de S. Paulo e Minas (decr. 1.305); autoriza o da Republica do Brasil a emittir "bonus" até a somma de 100.000:000\$ (decr. 1.308); autoriza o de Credito Popular no Brasil a se transformar em hypothecario (decr. 1.312); approva os estatutos do Hypothecario do Brasil (decr. 1.361); autoriza o vice-presidente do da Republica do Brasil a tambem assignar "bonus" emittidos pelo mesmo estabelecimento (decr. 1.380); approva as alterações feitas nos estatutos do Sul-Americano (decr. 1.547); approva as alterações feitas nos estatutos de Credito Rural e Internacional (decr. 1.625); approva as alterações feitas nos estatutos do de Credito Real de S. Paulo (decr. 1.629); concede ao presidente do da Republica do Brasil autorização para designar empregados para assignar notas (decr. 1.756); approva as alterações feitas nos estatutos do de Credito Brasileiro (decr. 1.883); autoriza a Empresa Industrial do Grã-Gará a transferir ao Norte do Brasil a concessão feita pelo decreto n. 8.344, de 1881 (decr. 1.885); concede ao dos Funcionarios Publicos autorização para transferir á Sociedade de Credito Popular, no Pará, os direitos que lhe foram outorgados pelo decreto n. 771, de 1890 (decr. 2.017); approva os estatutos do de Credito Commercial (decr. 2.021); approva as alterações feitas nos estatutos do Hypothecario do Brasil (decr. 2.185); consente na mudança do nome do de Credito Predial Urbano para o nome de Sociedade de Credito Urbano (decr. 2.254); approva os novos estatutos do Hypothecario e Commercial do Maranhão (decr. 2.323); approva as alterações

feitas nos estatutos do de Credito Real de S. Paulo e Minas (decr. 2.329); approva os estatutos do dos Funcionarios Publicos (decr. 2.375); regula a substituição dos "bonus" do da Republica por notas do Thesouro Nacional (decr. 2.405); institue uma commissão para apresentar um plano de revisão dos estatutos e colligir esclarecimentos acerca dos bens e propriedades do da Republica (decr. 2.408); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 14.630:105\$ para indemnização aos regionaes (decr. 2.462); approva os novos estatutos do da Republica (decr. 2.509); autoriza a transferencia da Estrada de Ferro de Victória a Peganha ao Constructor do Brasil (decr. 2.539); approva as alterações feitas nos estatutos do Hypothecario e Commercial do Maranhão (decr. 2.793); approva as alterações feitas nos estatutos do de Credito Rural e Internacional (decr. 2.814); approva as alterações feitas nos estatutos do da Bolsa (decr. 2.899); autoriza o resgate da emissão concedida ao da Bahia pelo decreto n. 2.140, de 1858 (decr. 2.972); autoriza o Constructor do Brasil a organizar companhia ou empresa para explorar a concessão da Estrada de Ferro de Victoria a Peganha (decr. 3.266); approva as alterações feitas nos estatutos do de Credito Rural e Internacional (decr. 3.377); concede ao bacharel Virgilio Brigido autorização para incorporar o de Credito Real de Sergipe (decr. 3.416); approva os estatutos do dos Funcionarios Publicos (decr. 3.595); approva os estatutos do de Credito Real de S. Paulo (decr. 3.605); providencia sobre a liquidación dos debitos e encargos do da Republica com o Thesouro (decr. 3.606); approva os estatutos do da Republica (decr. 3.797); providencia sobre a organização do da Republica (decr. 3.810) — Ver Apolices — Autorização — Faculdades — Impostos — Mudança.

Bandeira — Manda substituir a côr branca das de ns. 2 e 3 da 5.ª estampa, do código de signaes, pela encarnada (decr. 3.283).

"Banque Belge de Prêts Fonciers" — Ver Autorização.

"Banque Belge de Prêts Fonciers" — Ver Autorização.

Barracões — Ver Estrada de Ferro Central do Brasil — Estradas do ferro.

Barras — Ver Código — Estudos — Melhoramentos — Obras.

Bases — Estabelece as para o arrendamento das estradas de ferro da União (decr. 2.413); altera as das tarifas da Estrada de Ferro D. Thereza Christina (decr. 2.515); approva as da tarifa da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco (decr. 2.553); approva as de tarifas do ramal de Timbó, da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco (decr. 2.601); altera as das tarifas de passageiros na linha principal da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco (decr. 2.631); approva a applicação das de tarifas differencas na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay (decr. 2.671); approva as das tarifas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 2.695); altera as das tarifas moveis em vigor na Estrada de Ferro de Alagoas (decr. 3.772) — Ver Tarifas.

Batalhão — Altera o plano de uniformes do naval (decr. 596); torna extensivo ao naval as disposições do decreto n. 1.365, de 1891 (decr. 659); revoga os decretos ns. 659 e 1.365, de 1891, que suspenderam as baixas das praças do naval (decr. 687); modifica o regulamento do academico (decr. 697); modifica o plano de uniformes para o academico (decr. 982); crea mais um provisorio de artilharia de posição (decr. 1.688); modifica o regulamento do academico (decr. 1.729); crea o corpo de infantaria de

marinha em substituição ao naval (decr. 1.968) — Ver **Guarda nacional**.

Bebidas — Ver **Impostos**.

Bens — Estabelece providencias relativamente aos que constituiram o dote da ex-princesa D. Isabel e ao palacete Leopoldina (decr. 447); completa o regulamento de 15 de junho de 1859 sobre arrecadação dos de defuntos e ausentes (decr. 3.271).

Bibliotheca Nacional — Approva o regulamento da (decr. 1.195); approva o regulamento da (decr. 1.766).

Bilheteiros — Ver **Estrada de Ferro Central do Brasil**.

Bilhetes — Concede ao Banco de S. Paulo a renuncia do direito de os emittir (decr. 804); concede ao Banco da Bahia a renuncia do direito de os emittir ao portador (decr. 852); approva e manda executar o regulamento sobre a venda dos de loterias estaduais (decr. 1.287); modifica o regulamento sobre a venda dos de loterias estaduais no Districto Federal e providencia sobre as loterias federaes (decr. 1.941); modifica o regulamento sobre a venda dos de loterias estaduais no Districto Federal (decr. 2.418); supprime os especiaes de passagens de ida e volta para a estação de Caldas, da Estrada de Ferro Mogiana (decr. 3.232).

Bitola — Ver **Alargamento**.

Blusa — Ver **Fardamento**.

Boeiros — Ver **Orçamentos**.

Boías — Concede a José Villa-Flor autorização para collocar para amarração de vapores e navios no porto da Capital Federal (decr. 143); concede a Julio Procopio Favilla Nunes autorização para collocar de segurança para amarração de vapores e navios nos portos do Pará e outros (decr. 162); declara caduca a concessão feita a José Villa-Flor para a collocação de no porto da Capital Federal (decr. 1.159 A).

"Bonus" — Autoriza o Banco da Republica do Brasil a emitir, até á somma de 100.000:000\$ (decr. 1.308); autoriza o vice-presidente do Banco da Republica do Brasil a assignar tambem os emittidos pelo mesmo banco (decr. 1.380); regula a substituição dos do Banco da Republica por notas do thesouro (decr. 2.405).

"Brazil Great Southern Railway Company, Limited" — Ver **Linhas** — **Pontes**.

"Brazilian Bank für Deutschland" — Ver **Autorização**.

"Brazilian Contracts Corporation" — Ver **Autorização**.

"Brazilian Gold Exploring Syndicate, Limited" — Ver **Autorização**.

"Brazilianische Elektricitäts Gesellschaft" — Ver **Autorização**.

Brigada — Dá nova organização á policial da Capital Federal (decr. 1.033); dá novo regulamento para a policial da Capital Federal (decr. 1.263 A); providencia sobre o pagamento de despesa relativa á policial (decr. 1.662); dá nova organização á de artifices militares (decr. 2.207); dá nova organização á policial (decr. 2.788); dá nova organização á policial da Capital Federal (decr. 3.274); approva novo plano para os uniformes da policial (decr. 3.835) — Ver **Commandantes** — **Guarda nacional**.

"British Bank of South America, Limited" — Ver **Autorização**.

C

Cabos — Concede autorização a Edwards William Parsoné para lançar submarinos da costa da Africa ao litoral de Pernambuco.

co (decr. 128); concede permissão a Orozimbo Muniz Barreto para o assentamento de um submarino entre a Capital Federal e Niteroy (decr. 500); concede permissão ao capitão-tenente Orozimbo Muniz Barreto para ligar a Capital Federal á ilha de Paquetá, por meio de (decr. 669); prorroga o prazo marcado no decreto n. 1.177, de 1.890, que autoriza o lançamento de submarinos entre a Capital Federal e Angra dos Reis (decr. 1.353); concede autorização a Richard J. Reidy para estabelecer comunicação por sub-fluvial, entre as capitães dos Estados do Pará e Amazonas (decr. 2.000); concede a Orozimbo Muniz Barreto autorização para ligar as capitães do Espirito Santo, Bahia e Pernambuco por meio de telephonicos (decr. 2.298) — Ver **Convenção**.

Cabotagem — Approva o regulamento para a navegação de (decr. 2.304); altera varias disposições do decreto n. 2.304, de 1896 (decr. 3.678).

Cadeira — Eleva á categoria de as aulas de geometria descriptiva e topographia do curso geral das escolas militares (decr. 1.544); equipara o numero de preparadores da de histologia ao de preparadores da de anatomia descriptiva da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. 3.266) — Ver **Gymnasio**.

Caducidade — Ver **Concessões** — **Decretos** — **Engenhos** — **Estradas de ferro** — **Patentes**.

Cães — Modifica a clausula 1.^a do decreto n. 9.979, de 1888, para a construcção do de Santos (decr. 74); commette á Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão a conclusão do de Sagração (decr. 380); approva os planos e orçamentos para as obras necessarias ao escoamento das aguas pluvias através do aterro e muralha do de Santos (decr. 789); approva a planta apresentada pela Empresa das Obras de Melhoramentos do Porto de Santos para o prolongamento do (decr. 790); autoriza o prolongamento do de Santos (decr. 942); approva os orçamentos para construcção de 384,0m de, pela Companhia Dócas de Santos (decr. 1.129); approva as plantas e orçamentos das obras do prolongamento do de Santos, de Paquetá a Outeirinho (decr. 2.456); approva as modificações propostas pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil, no plano das obras do entre o Arsenal de Marinha e a Ponta do Cajú (decr. 3.323); concede ao engenheiro Ayres Pompeu Carvalho de Souza e outro autorização para estabelecerem na ilha do Governador um para o serviço de carga e descarga de mercadorias do ramal ferreo de Sapemba á ilha do Governador (decr. 3.477); prorroga o prazo para apresentação dos planos e detalhes para inicio da construcção do entre o Arsenal de Marinha e a Ponta do Cajú (decr. 3.568); approva os planos e orçamentos das obras do entre o Arsenal de Marinha e a Ponta do Cajú (decr. 3.749) — Ver **Obras** — **Portos** — **Terrenos**.

Caixas — Concede autorização á filial do Banco Emissor de Pernambuco para organizar a sociedade anonyma Companhia Generos de Estiva (decr. 12); concede á de Beneficencia do Corpo de Bombeiros a importancia descontada das praças licenciadas (decr. 744); dá nova tabella de empregados da Economica e Monte de Soccorro do Rio de Janeiro (decr. 1.018); approva a tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Economica do Rio Grande do Sul (decr. 1.107); manda observar a nova tabella do pessoal das economicas que estavam annexas ás thesourarias de fazenda (decr. 1.204); concede ao "Brazilianische Bank für Deutschland" autorização para estabelecer uma filial na cidade de S. Paulo (decr. 1.330); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 170:000\$ para encomendas de notas para a de Amortização

(decr. 1.581); fixa o numero, classe e vencimentos dos empregador da de Amortização (decr. 1.582); concede autozização ao "Brazilianische Bank für Deutschland" para estabelecer uma filial em Santos (decr. 1.847); abre á de Amortização o credito supplementar de 1.420:580\$833 (decr. 1.852); concede ao "British Bank of South America, Limited" autorização para estabelecer uma filial na cidade de S. Salvador (decr. 2.002); abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 98:000\$ para despesas com a de Amortização (decr. 2.136); abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 279:747\$960, á verba — Juros dos depositos das economicas e montes de soccorros (decr. 2.250); concede á "Banque Française du Brésil" autorização para estabelecer uma filial na Capital Federal (decr. 2.423); concede ao Brazilianische Bank für Deutschland" autorização para estabelecer uma filial em Porto Alegre (decr. 2.694); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 808:252\$690, supplementar á verba — de Amortização (decr. 2.801); annexa ás delegacias fiscaes as economicas em alguns Estados (decr. 2.882); annexa á delegacia fiscal a Economica do Pará (decr. 2.904); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:200\$, supplementar á verba — de Amortização (decr. 3.242); abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 59:964\$566, á verba — Juros dos depositos das economias (decr. 3.245); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 115:057\$500 para indemnização á Municipal de Beneficencia do Rio de Janeiro (decr. 3.583).

Cal — Rescinde o contracto da Companhia Brasileira de Phosphato de para a exploração de jazidas de em Fernando de Noronha (decr. 761).

Calçado — Ver Impostos.

Camara — Dá competencia á Criminal do Tribunal Civil e Criminal para o processo de crimes previstos no codigo penal (decr. 3.475); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 97:351\$ para as obras de conservação e segurança do predio em que funciona a dos Deputados (decr. 3.886); abre ao Ministerio da Justiça o credito especial de 14:000\$ para pagamento de despesas com o material da secretaria da dos Deputados (decr. 3.887) — Ver Creditos.

Cambio — Fixa a taxa de para pagamento de juros á Estrada de Ferro do Paraná (decr. 1.180).

Canacs — Declara a caducidade dos favores concedidos pelo decreto n. 626, de 1890, para abertura dos de junção de varios rios, no Estado de Sergipe (decr. 1.676); approva a nova planta apresentada pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil para a construção do prolongamento do do Mangue (decr. 1.831); approva o regulamento para os servicos de construção e melhoramentos de (decr. 2.917); abre o do baixio de Taboleiro, em Santa Catharina, á navegação dos navios mercantes de todas as nações (decr. 3.839) — Ver Concessões.

Candidatos — Ver Instruções.

Canhamo — Ver Fabrico.

Cannas — Ver Fornecimentos — Transportes.

Capital — Fixa provisoriamente em 1.941:000\$ o garantido do ramal da Estrada de Ferro de Aracajú a Simão Dias (decr. 53); concede á "Société des Mines d'Or de Faria" autorização para augmentar o seu (decr. 706); concede autorização ao Banco União Agrícola do Brasil para augmentar o seu (decr. 883); fixa provisoriamente o garantido da Companhia Estrada de Ferro Oes-

te de Minas (decr. 1.060); fixa em 5.269:440\$ o empregado no prolongamento e ramaes da Estrada de Ferro do Paraná (decr. 1.473); fixa o maximo do garantido para o prolongamento da "Tram-road de Nazareth" (decr. 1.477); fixa em 810:000\$ o relativo á 1ª secção do prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Araruama (decr. 1.787); fixa em 2.156:134\$200 o empregado na linha de Restinga Secca a Ponta Grossa, da Estrada de Ferro do Paraná (decr. 1.891); fixa provisoriamente o correspondente á 4ª secção do prolongamento da Estrada de Ferro do Paraná — Lapa ao Rio Negro (decr. 2.030); fixa definitivamente em 4.817:805\$ o da linha de Santa Maria a Cruz Alta (decr. 2.055); altera o definitivo da linha de Santa Maria a Cruz Alta (decr. 2.114); autoriza a elevação, até o maximo de £ 200.000, do flu-tuante da "S. Paulo Railway Company, Limited" (decr. 2.355); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 200:000\$ para despesas com os estudos da nova no planalto cen-tral (decr. 2.382); fixa provisoriamente em 3.000:000\$ o empre-gado no trecho em trafego de Cruz Alta ao kilometro 100 da li-nha ferrea de Cruz Alta ao Uruguay e ramal de Ijuhy (decr. 2.670); fixa definitivamente em 2.165:495\$912 o empregado na construcção da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras (decr. 2.740); fixa provisoriamente em 5.769:746\$556 o empregado na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay e ramal de Ijuhy Grande (decr. 2.938); eleva o fixado para a duplicação da linha da E. de F. de Santos a Jundiahy (decr. 3.585); fixa em 7:564\$200 o empregado no trecho comprehendido entre as estações de Pirahy e Antonio Rebouças, da Estrada de Ferro de Itararé ao Uruguay (decr. 3.691); autoriza a incluir na conta do da Companhia Docas de Santos a despesa com o material adquirido e com as obras (decr. 3.699); fixa em 9.179:855\$100 o empregado no prolon-gamento da Estrada de Ferro de Paranaguá a Curitiba (decr. 3.721) — Ver Contractos — Portos.

Capital Federal — Ver Sítio.

Capitanias — Torna extensiva aos secretarios das de portos a disposição do art. 27 do regulamento annexo ao decreto n. 1.195 A, de 1892 (decr. 1.646); approva o regulamento para as dos portos (decr. 3.334).

Captação — Ver Estradas de ferro.

Caracteristicos — Ver Sello.

Carnes verdes — Ver Despesas.

Carreira — Autoriza a construcção de uma, no porto de Santos. (decr. 2.562).

Carris — Ver Linhas.

Carta Maritima — Ver Repartições.

Cartas — Manda executar o accôrdo ampliativo sobre exe-cução das rogatorias, entre o Brasil e o Peru' (decr. 1.395); publi-ca a adhesão da Grã-Bretanha e Irlanda ao accôrdo relativo á per-mutação de (decr. 3.222); publica a adhesão da India Britan-nica ao accôrdo relativo á permutação de (decr. 3.223); publica a adhesão da colonia britannica de Ceylão ao accôrdo de Washin-gton, de 1897, relativo á troca de com valor declarado (decr. 3.309); publica a adhesão de diversas colonias britannicas á convenção de Washington concernente á troca de (decr. 3.419); publica a adhesão da colonia britannica de Terra Nova ao accôr-do de Washington, relativo á permuta de (decr. 3.512); publica a adhesão da colonia britannica da Jamaica ao accôrdo de Washin-gton relativo á permuta de (decr. 3.514); publica a adhesão da

colonia britannica das ilhas Leeward (Antilhas), ao accôrdo de Washington, de 1897, relativo á permuta de (decr. 3.586); publica a adhesão da colonia britannica da Straite Settlements ao accôrdo de Washington de 1897, relativo á permuta de (decr. 3.587); faz publico que a Republica de S. Salvador não adheriu ao accôrdo de Washington relativo á permuta de (decr. 3.590).

Cartas de jogar — Ver Impostos.

Carteira — Ver Bancos.

Casas — Autoriza a "Alagoas Railway Company, Limited", a desapropriar (decr. 1.170); fixa o numero, classe e vencimento dos empregados da Moeda (decr. 1.582); manda desapropriar os terrenos necessarios ao alargamento da área do edificio de da Moeda (decr. 1.742); approva o projecto e orçamento de para residencia dos agentes da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemerim (decr. 2.014); approva o projecto de transformação de uma turma da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaqui em escriptorio de desenho (decr. 2.063); approva a planta e orçamento para construcção de uma de residencia do mestre de linha, em Pombal, da Estrada de Ferro Central da Bahia (decr. 2.179); approva o orçamento das obras accrescidas na de machinas do cães de Santos (decr. 2.461); regula a inspecção das de espectaculos da Capital Federal (decr. 2.558); providencia sobre a revisão do contracto celebrado com a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro para construcção de para operarios e classes pobres (decr. 2.575); approva a planta e orçamento para construcção de uma destinada ao mestre de linha da 6ª secção do ramal do Rio Negro da Estrada de Ferro do Paraná (decr. 2.750); dá regulamento para a de Detenção da Capital Federal (decr. 3.641); dá regulamento á de Correção do Districto Federal (decr. 3.647); abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 77:247\$030 para pagamento do material fornecido á da Moeda (decr. 3.872) — Ver Companhias — Desapropriações.

Categoria — Dá á Alfandega de Macahé (decr. 1.499) — Ver Consulados — Guarda nacional.

Cavallos — Approva o regulamento para marcar os estrangeiros que forem importados e registrar os nacionaes (decr. 390).

"Ceará Harbour Corporation" — Ver Concessões — Contractos — Creditos — Obras — Prastos.

Celebração — Ver Contractos.

Certidões — Determina que as de divida activa passem a ser remetidas ao procurador seccional (decr. 340).

Cessionarios — Ver Companhias — Estradas de ferro.

Chancelleres — Ver Logares.

Chefe de districto — Ver Repartições.

Chefes — Ver Policia.

"Chemins de Fer Orientaux du Brésil" — Ver Autorização.

Cidadãos — Ver Successões.

Circumscripções — Marca as delimitações das policiaes do Districto Federal (decr. 1.034 B); determina os limites das policiaes do Districto Federal (decr. 3.889).

Cirurgião — Ver Logares.

Classes — Ver Armada — Empregados — Tabellas — Vencimentos.

Classificação — Ver Comarca — Decretos — Estradas de ferro — Tarifas.

Clausulas — Modifica a 1.^a do decreto n. 9.979, de 1888, para a construcção do cães de Santos (decr. 74); altera o art. 6.^o da 1.^a, annexa ao decreto n. 857, de 1890 (decr. 79); prorroga o praso marcado na XVIII, n. 2, do decreto n. 9.964, de 1888 (decr. 458); prorroga os prazos marcados nas 2.^a e 5.^a do decreto n. 862, de 1890, relativos á Estrada de Ferro de Catalão a Palmas (decr. 463); altera a 6.^a das que baixaram com o decreto n. 1.233, de 1891 (decr. 935); modifica a 1.^a parte da 8.^a do decreto n. 397, de 1891 (decr. 968); altera algumas do decreto n. 155, de 1891 (decr. 1.029); dá nova interpretação á 15.^a do decreto n. 977, de 1892 (decr. 1.049); altera a 5.^a do decreto n. 9.979, de 1888 (decr. 1.072); elimina as 3.^a e 4.^a das que baixaram com o decreto n. 919, de 1892 (decr. 1.146); dá nova redacção á X das que baixaram com o decreto n. 977, de 1892 (decr. 1.174 A); altera a da concessão feita a Ferdinand Rodde e outro pelo decreto n. 1.393, de 1893 (decr. 1.418); prorroga o praso fixado na 3.^a do decreto n. 862, de 1890 (decr. 1.428); prorroga o praso fixado na 6.^a do decreto n. 10.250, de 1889 (decr. 1.429 A); altera a 4.^a das que baixaram com o decreto n. 906, de 1890 (decr. 1.678); altera a 2.^a do decreto n. 1.044, de 1890 (decr. 1.788); substitue a 32.^a do decreto n. 862, de 1890 (decr. 1.789); altera a 2.^a parte da 7.^a das que baixaram com o decreto 9.964, de 1888 (decr. 1.952); approva a modificação da 28.^a do contracto approved pelo decreto n. 857, de 1890 (decr. 1.985 B); altera a 2.^a das que acompanharam o decreto n. 1.790, de 1894 (decr. 2.016); altera a condição 4.^a da 21.^a do decreto n. 1.791, de 1894 (decr. 2.233); prorroga o praso fixado na 4.^a das que acompanharam o decreto n. 436 F, de 1891 (decr. 2.361); prorroga o praso fixado na 3.^a do decreto n. 155, de 1891, para conclusão das obras da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo (decr. 2.403); supprime a ultima parte da 2.^a das que baixaram com o decreto n. 2.192, de 1895 (decr. 2.741); supprime a ultima parte da 2.^a das que baixaram com o decreto n. 2.535, de 1897 (decr. 2.804); modifica as III e XIX do contracto da Companhia de Navegação a Vapor das Lagoas Norte e Manguaba (decr. 3.088); substitue a 32.^a do decreto n. 862, de 1890 (decr. 3.270); altera a XIII das que baixaram com o decreto n. 3.307, de 1899 (decr. 3.415); declara sem effeito a IV do decreto n. 3.557, de 1900 (decr. 3.597); substitue diversas das que acompanharam o decreto n. 3.540, de 1899 (decr. 3.603); declara sem effeito as que baixaram com o decreto n. 3.567, de 1900 (decr. 3.614); prorroga o praso estipulado na IV do decreto n. 3.566, de 1900 (decr. 3.619); modifica a VI, a que se refere o decreto n. 3.544, de 1889 (decr. 3.620); declara sem effeito as que baixaram com o decreto n. 3.655, de 1900 (decr. 3.674); supprime a alinea do § 1.^o da XV dos decretos ns. 3.540 e 3.603, de 1900 (decr. 3.624); substitue o § 1.^o da II do decreto n. 462, de 1890 (decr. 3.775); altera algumas e consolida todas as annexas aos decretos ns. 862 e 3.412, de 1890 e 1899, concernentes ás linhas ferrea e fluvial de que é cessionaria a Companhia Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya (decr. 3.812); modifica as acompanharam o decreto n. 3.544, de 1889, que autorizou a "Società Italiana di Esportazione Enrico Del'acqua" a funcionar (decr. 3.832) — Ver Bancos — Concessões.

Cobrança — Determina como procederão os consules na de emolumentos (decr. 557); autoriza a de fretes por distancias per-

corridas pelos trens, na Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, para o transporte de canhas e lenha para a Usina Engenho d'Agua (decr. 2.38); dá regulamento para a do sello das apolices das companhias de seguros que não têm séde no paiz (decr. 2.369) — Ver Contractos — Convenio — Impostos.

Cobre — Ver Exercicios findos.

Código — Estabelece o penal para a armada (decr. 18); approva o das disposições communs ás instituições de ensino superior (decr. 1.159); manda adoptar o de signaes, commum a todos os portos e barras da Republica (decr. 2.661); proroga o prazo estabelecido no decreto n. 2.661, de 1897, para ser adoptado o de signaes, commum a todos os portos e barras (decr. 2.820); manda completar a tabella n. 4 do de signaes, commum a todos os portos e barras (decr. 3.194); declara as faltas com que foi impresso o commercial (decr. 3.257); substitue a cor branca das bandeiras ns. 2 e 3 pela cor encarnada e acrescenta novos signaes aos da tabella n. 1 do de signaes, commum a todos os portos e barras (decr. 3.283).

Cofre — Dá regulamento para o de Depositos Publicos da Capital Federal (decr. 2.846).

Collegio — Divide o Commercial da Capital Federal em cinco secções (decr. 1.323); approva o plano de uniformes para os alumnos e inspectores do Militar (decr. 1.465); altera o regulamento do Militar (decr. 1.775 A); concede ao Abilio as vantagens de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.499); concede ao Pio Americano as vantagens de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.543); concede ao de Nossa Senhora da Conceição, de S. Leopoldo, as vantagens de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.580); concede ao Paula Freitas as vantagens de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.592); concede ao Alfredo Gomes as vantagens de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.649); concede ao Diocesano de S. José as vantagens de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.650); concede ao de Caraca as vantagens de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.701); concede ao Diocesano de S. Paulo as vantagens de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.730); concede ao S. Vicente de Paulo, de Petropolis, as vantagens de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.746); concede ao de S. Salvador, na Bahia, as vantagens de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.757); concede ao Anchieta as vantagens de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.822); concede ao de S. Luiz, de Itá as vantagens de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.829).

Collegio Militar — Approva o regulamento para o (decr. 750 A); substitue os arts. 28 e 29 do regulamento do (decr. 1.730); firma o direito dos officiaes da armada no exercicio do magisterio no, ao abono de quantitativo para criado (decr. 2.437); abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 17:164\$517 para pagamento de vencimentos ao capitão de fragata Alfredo Augusto de Lima Barros e outros professores do da Capital Federal (decr. 3.820); abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:400\$ para pagamento ao bacharel Maximino de Araujo Maciel de gratificação como professor do (decr. 3.848); abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 5:410\$720 para pagamento ao 1º tenente da armada, Nelson de Vasconcellos e Almeida, de vencimentos como professor do (decr. 3.866).

Collocação — Ver Boias — Lampadas.

Colonias — Abre o credito especial de 89:000\$ para as despesas com a organização da Correccional de Dois Rios (decr. n. 1.795); abre o credito especial de 76:000\$ para pagamento do pessoal e material da Correccional de Dois Rios (decr. 2.178); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 500:000\$; abre as fundar nas fronteiras (decr. 2.231); extingue a Correccional de Dois Rios (decr. 2.432) — Ver Creditos.

Colonização — Ver Creditos.

Comarca — Declara a entrancia da de Palmyra (decr. 218); altera a classificação da de Santo Angelo (decr. 440); altera a classificação da de Triumpho (decr. 441).

Combate — Ver Praças.

Combustível — Ver Creditos.

Começo — Ver Empresas.

Commandante — Extingue os logares dos de armas e de brigada (decr. 431) — Ver Creditos — Escolas.

Commandos — Approva o regulamento dos de districtos militares (decr. 3.199); estabelece regras para as nomeações de militares (decr. 3.238) — Ver Guarda nacional.

Commercio — Concede á Companhia Commercio de Lenha e Materiaes autorização para incluir entre os seus fins o de generos alimenticios (decr. 819) — Ver Fabrica — Tratado.

Commissariado — Declara extincto o Executivo (decr. 1.199 A).

Commissarios — Ver Escolas.

Commissões — Estabelece gratificações aos officiaes do corpo da armada e classes annexas pelo desempenho de (decr. 389); denomina technica militar consultiva a de melhoramentos do material de guerra (decr. 433); amplia o art. 4º, § unico, do regulamento para a technica militar consultiva (decr. 892); extingue a das obras da barra do Rio Grande do Sul (decr. 1.767); abre o credito extraordinario de 800:000\$ para as despesas com a de officiaes orientaes (decr. 1.916); crea uma especial para se encarregar das obras das linhas ferreas de Sant'Anna do Livramento ao Saycan (decr. 1.937); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 9:873\$760, destinado ao resgate dos compromissos da examinadora da escripturação da Sociedade Anonyma do Gaz, da Fazenda de Ariró e do Laboratorio de Biologia (decr. 2.176); institue uma de cinco membros, sob a chefia do presidente do Banco da Republica para apresentar um plano de revisão dos estatutos do mesmo banco e colligir esclarecimentos acerca dos bens e propriedades do banco (decr. 2.408); fixa a que devem perceber os syndicos da liquidação forçada das sociedades anonymas, com séde na Capital Federal (decr. 2.577); modifica o pessoal da de Obras da Barra do Porto do Rio Grande do Sul (decr. 3.230); estabelece regras para o tempo de duração das militares (decr. 3.239); altera a dos agentes de leilões nas vendas judiciais (decr. 3.478); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 35:556\$418 para despesas da de estudos da Estrada de Ferro de Catalão a Cuyabá (decr. 3.793) — Ver Creditos.

"Compagnie Auxillare de Chemins de Fer au Brésil" — Ver Autorização — Estradas de ferro — Juros.

"Compagnie de Caoutchoucs du Matto Grosso" — Ver Autorização.

"Compagnie des Produits Cíbils" — Ver Autorização.

"Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens" — Ver Armazens — Projectos.

"Compagnie Générale de Chemins de Fer Sud - Ouest Brésiliens" — Ver Autorização — Companhias — Estudos.

Companhias — Approva os novos estatutos da Commercio de Matte (decr. 5); concede autorização à caixa filial do Banco Emissor de Pernambuco para organizar a de Generos de Estiva (decr. 12); concede autorização ao Banco Fiscal para organizar a Commercial (decr. 13); concede autorização a Balthazar Cortiço para organizar a Mercantil de Generos Mineiros (decr. 14); concede autorização a Joaquim Payão para organizar a sociedade anonyma Payão, Bricolla e Borges (decr. 15); concede autorização a Agostinho José de Andrade Queiroz e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Industrial de Vinhos (decr. 19); concede autorização a Antonio Joaquim Marques Peixoto para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Suburbana de Comestiveis dos Varejistas (decr. 20); concede autorização a Firmino Francisco Fontes para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Luso-Brasileira Manufactora de Cerveja e Aguas Gaseosas (decr. 22); concede autorização a Cicero de Pontes e outros para organizarem a sociedade anonyma sob a denominação de Industrial e Mercantil, no Estado do Piahy (decr. 24); concede autorização ao capitão Octaviano Marcondes para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Commercio de Carne Secca e Mantimentos (decr. 25); concede autorização ao Banco Commercio e Industria do Brasil para organizar a Salinas Lindemberg de Cabo Frio (decr. 26); decreta a transferencia á de Melhoramentos de S. Paulo e Paraná dos favores concedidos a Fernando Schneider para estabelecimento de uma coudelaria no Paraná (decr. 43); concede autorização a Augusto Durand para organizar a Nacional de Biscoitos e Bolachas (decr. 44); concede autorização ao Banco Mutuo e ao capitão-tenente Orozimbo Muniz Barreto para organizarem a Fomento Industrial e Agricola de Matto Grosso (decr. 70); concede autorização a Tancredo Pedro de Azevedo Leal e outros para organizarem a Criadora e Fornecedor de Aves Domesticas, Gado e Carvão de Matto Virgem (decr. 71); concede á Nictheroyense Manufactora de Pão e Massas autorização para funcionar (decr. 78); concede autorização a Custodio Justino das Chagas para organizar a Alimenticia S. Paulo e Santos (decr. 80); approva o contracto celebrado entre as de estradas de ferro Minas e Rio e Muzambinho (decr. 85); approva a reforma dos estatutos da Fabricação e Commercio de Assucar (decr. 96); concede autorização a João de Carvalho Borges Junior para organizar a Cooperativa de Panificação (decr. 97); concede autorização a Affonso Veridiano e outro para organizarem a Fornecedor de Leite (decr. 98); concede autorização a Francisco Ferreira Varzea e outros para reformarem o art. 5º dos estatutos da Commercial Industrial de Generos Alimenticios (decr. 101); concede autorização á Fabrica de Biscoitos Internacional para reformar os seus estatutos (decr. 103); transfere á de Melhoramentos em Sergipe a concessão de um engenho central feita a Adolpho Ribeiro Guimarães (decr. 119); transfere á de Melhoramentos em Sergipe a concessão de dois engenhos centrais feita a José Ferreira da Silva (decr. 120); concede autori-

zação á Commercial e de Panificação Paulista para reformar o art. 4º dos seus estatutos (decr. 121); concede autorização a Domingos de Souza Carneiro para organizar a Manufactora de Cerveja, Gelo e Aguas Mineraes, em Petropolis (decr. 122); concede autorização a José Antonio de Oliveira Moraes e outros para organizarem a Consumo de Farinha de Trigo (decr. 123); concede autorização a Antonio Coutinho de Moraes e outro para organizarem a de Seccos e Molhados de S. Christovão (decr. 124); concede autorização a Cornelio de Souza Lima e outro para organizarem a Norte do Rio (decr. 125); concede autorização á Italo-Paulista para funcionar (decr. 126); concede autorização a João José de Moura Magalhães e outro para organizarem a Paulista de Industria Fabril (decr. 127); concede autorização a Antonio José Fontes Junior para organizar a Commercio e Cabotagem (decr. 136); transfere á de Obras Hydraulicas no Brasil a concessão de que trata o decreto n. 10.372, de 1889 (decr. 137); concede autorização a Antonio Pereira Cardoso e outro para organizarem a Vinicola Internacional (decr. 138); concede autorização a José Thomaz Pimentel Barbosa e outro para reformarem o art. 1º dos estatutos da Cooperativa Mineira (decr. 141); concede autorização a Antonio Vieira da Costa Machado e outros para organizarem a S. Paulo Hotel (decr. 144); transfere á Colonização e Industria de Santa Catharina a concessão de um engenho central feita a Carlos Napoleão Poeta (decr. 158); transfere á Agricola e Industrial Fluminense a concessão de um engenho central de que é cessionaria a Companhia Engenho Central de Paraty (decr. 163); concede á Geral de Commercio e Industria autorização para funcionar (decr. 165); approva a reforma dos estatutos da Manufactora de Massas Alimenticias (decr. 167); concede autorização a Guilherme Klerk e outro para organizarem a Agricola Commercial Rio e Campos (decr. 170); concede autorização a Leite Borges & Irmão para organizarem a Industria de Productos Nacionais (decr. 174); concede á Commercio Nacional autorização para funcionar (decr. 176); concede autorização a Firmino Francisco Fontes para modificar o art. 4º dos estatutos da Luso-Brasileira Manufactora de Cerveja e Aguas Gzosas (decr. 177); concede á Commercio e Industria Nacional autorização para funcionar (decr. 178); concede á Mercante S. Paulo e Norte do Brasil autorização para funcionar (decr. 211); concede á que o visconde de Duprat e outros organizarem diversos favores para os edificios que construir para a habitação de operarios e classes pobres (decr. 213); concede autorização á Empresa Telephonica da Bahia para transferir á Docas e Melhoramentos da Bahia a concessão para exploração de linhas telephonicas (decr. 216); concede á Antartica Paulista autorização para funcionar (decr. 217); concede á Agricola e Commercial do Brasil autorização para funcionar (decr. 266); concede autorização a Manoel Joaquim Cafezeiro e outro para organizarem a de Carnes Verdes e Industrias Accessorias (decr. 267); concede á Industria e Commercio Norte de Minas autorização para funcionar (decr. 268); autoriza José da Silva Loyo Junior e outro a transferirem á de Obras Hydraulicas, do Brasil a concessão do decreto n. 10.757 de 1889 (decr. 271); concede á de Molhados, Cereaes e Commissions autorização para funcionar (decr. 285); permite que dois engenhos centraes de que é cessionaria a de Melhoramentos no Maranhão sejam estabelecidos no valle do rio Pericumã (decr.

286); concede a Antonio Joaquim Marques Peixoto autorização para reformar os estatutos da Suburbana de Comestíveis dos Varejistas (decr. 312); concede autorização a João Alves Cardoso e outro para organizarem a Alcoolica da Bahia (decr. 314); concede á Auxiliadora de Indústrias autorização para funcionar (decr. 321); concede autorização a Antonio Emilio Pinto Garcia e outro para organizarem a Taurina Brasileira (decr. 322); concede autorização ao Dr. Nemesio do Rego Quadros e outro para organizarem a Porvir Fluminense (decr. 324); concede autorização a João Baptista de Oliveira e outro para organizarem a Brasileira Commercio de Carne Secca (decr. 325); concede á que for organizada pelo engenheiro Carlos Penna os favores do decreto n. 213, de 1891 (decr. 326); concede á Iniciadora de Melhoramentos os favores constantes do decreto n. 213, de 1891 (decr. 328); concede á que for organizada pelo Dr. Joaquim Anselmo Nogueira e outros os favores constantes do decreto n. 213, de 1891 (decr. 329); concede á que for organizada por João Teixeira de Abreu e outro os favores constantes do decreto n. 213, de 1891 (decr. 330); concede á que for organizada por Daniel Gonçalves Teixeira de Oliveira e outros os favores constantes do decreto n. 213, de 1891 (decr. 331); concede á que for organizada por Ernani Lodi Batalha os favores constantes do decreto n. 213, de 1891 (decr. 332); transfere á Frigorifica e Pastoril Brasileira o contracto e concessão feita pelo decreto n. 963, de 1890 (decr. 335); concede autorização a Antonio Candido da Rocha para organizar a Matarazzo (decr. 336); concede autorização a José Pinto da Silva Moreira e outros para organizarem a Salinas de Margarida (decr. 341); concede autorização ao Banco da Bolsa de Pernambuco para organizar a Recifeense de Panificação (decr. 342); concede autorização á Frigorifica e Pastoril Brasileira para funcionar (decr. 344); approva a reforma dos estatutos da Alliança Mercantil (decr. 345); concede autorização a Antonio Francisco Loureiro e outro para organizarem a Industrial Commercio de Estiva (decr. 356); concede autorização a Francisco Carnevale Rimoli para organizar a Cooperativa Italiana (decr. 359); concede autorização a Carlos de Almeida Gonzaga para organizar a Cooperativa Popular (decr. 366); concede autorização a Alvaro de Almeida Gama para organizar a Mercantil (decr. 371); commette á Geral de Melhoramentos do Maranhão o serviço de conservação do porto da capital e a conclusão do cães de Sagração (decr. 380); concede autorização ao Dr. Manoel de Assis e Souza e outros para organizarem a Auxiliar do Commercio e Lavoura (decr. 382); concede autorização ao conde de Estrella e outros para organizarem a Mineira Industrial e Commissaria (decr. 383); concede autorização a Carlos Grassl e outro para organizarem a Industrial de S. Roque (decr. 384); concede autorização a Antonio da Costa Pereira para organizar a Centro de Comestíveis da Cidade Nova (decr. 385); concede á de Indústrias Sacharinas e Alcoolicas autorização para funcionar (decr. 387); transfere á Progresso Industrial do Espirito Santo a concessão feita a Henrique Deslandes de dois engenhos centraes no Espirito Santo (decr. 392); concede autorização ao Banco de Crédito e Commissões para organizar a Internacional Rio-Santos (decr. 393); concede autorização a João Augusto da Costa Pereira para organizar a Restaurantes Marítimos a Vapor (decr. 395); concede á Paulo-

ta de Comissões e Agencia autorização para funcionar (decr. 396); autoriza a "Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens" a transferir á União Industrial dos Estados do Brasil a construção da Estrada de Ferro de Santa Maria da Bocca do Monte a Itararé (decr. 397); concede á Colonizadora Industrial Paulista autorização para funcionar (decr. 398); transfere á de Obras Hydraulicas do Brasil a concessão a que se refere o contracto celebrado entre o Estado de Sergipe e o tenente-coronel de engenheiros Eduardo José de Moraes, em 30 de dezembro de 1889, e ratificado pelo decreto n. 626, de 1890 (decr. 400 A); concede autorização a Gustavo Americo Hasselman para organizar a Abastecedora e Predial (decr. 401); concede autorização a Thomaz Laranjeira para organizar a Matte Laranjeira (decr. 436 C); concede á Estrada de Ferro Lavoura Rio e S. Paulo privilegio para a construção de um ramal entre Cruzeiro e Santa Cruz (decr. 436 E); concede privilegio á Estrada de Ferro Sorocabana para a construção de prolongamento de S. João ao porto de Santos (decr. 436 F); concede autorização a Rodolpho Augusto França e outros para organizarem a Banha Rio Grandense Alves (decr. 450); autoriza a "Brazil Great Southern Railway a transferir á "Brazil Great Southern Santo Angelo Extension Railway" a concessão para a construção do prolongamento de Itaquí até Santo Angelo (decr. 451); concede autorização a João Boaventura Allen e outros para organizarem a Geral de Lubrificação (decr. 452); concede autorização á Boulevard Bandeira Junior para funcionar (decr. 453); eleva de seis mezes o praso para a apresentação dos estudos definitivos pela Estrada de Ferro e Minas S. Jeronymo (decr. 454); concede á Cervejaria Petropolitana autorização para funcionar (decr. 456); approva os estatutos da Commercio de Conta Propria e Comissões (decr. 457); concede autorização á Petropolis Industrial e Agricola para funcionar (decr. 461); concede autorização a João de Pino Machado para organizar a Cooperativa Hespanhola (decr. 470); concede autorização a Paulo Alpinus e outros para organizarem a Charcuterie Fluminense (decr. 475); concede autorização a John Grandt & Comp. para transferirem á Internacional de Marahú a concessão de isenção de direitos obtida pelo decreto n. 476 B, de 1890 (decr. 487); autoriza a organização da Auxiliar de Estradas de Ferro no Brasil (decr. 491); approva o plano e orçamento das obras projectadas para os engenhos centraes de que é cessionaria a Geral de Melhoramentos no Maranhão (decr. 494); permite a transferencia do engenho central de que é cessionaria a de Melhoramentos em Sergipe, de Capella para Laranjeiras (decr. 496); concede á Industria e Lavoura Progredior autorização para funcionar (decr. 498); approva a reforma dos estatutos da Economia Publica (decr. 501); concede autorização a Affonso Henriques Pereira de Carvalho e outros para organizarem a Grande de Vinhos (decr. 502); approva a reforma dos estatutos da Distillação Central (decr. 503); concede autorização ao engenheiro Francisco de Siqueira Queiroz para organizar a Providencia Popular (decr. 506); concede autorização a João Ferreira Lemos e outros para organizarem a Constructora e Commercio Paula Mayrink (decr. 507); approva os estatutos da Hydraulica Rio Grandense (decr. 509); permite a transferencia, por um dos cessionarios, da via ferrea de Catalão ás fronteiras da Bolivia, á Viação Ferrea Sa-

pucahy (decr. 511); concede á Estrada de Ferro Leopoldina prorrogação para a conclusão das obras do prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Araruama (decr. 516); approva o plano e orçamento das obras projectadas e dos methodos de fabricação do engenho central de que é cessionaria a Docas e Melhoramentos da Bahia (decr. 522); approva o plano e orçamento das obras projectadas e dos methodos de fabricação dos engenhos centraes da Progresso Industrial do Espirito Santo (decr. 523); concede autorização a Ignacio do Lago Parga e outros para organizarem a de Distillação, Bebidas e Gelo (decr. 528); prorroga o prazo para a de Melhoramentos em Sergipe apresentar as plantas e orçamento das obras dos seus engenhos centraes em Sergipe (decr. 548); approva a reforma dos estatutos da de Distillação e Aguas Mineraes Christoffel-Stupakoff (decr. 551); concede autorização á Promotora de Industrias e Melhoramentos para funcionar (decr. 552); concede autorização á Pará e Amazonas para funcionar (decr. 553); concede á Piscatoria Sul-Americana autorização para funcionar (decr. 558); approva os novos estatutos da Organização Agricola Mineira (decr. 560); prorroga o prazo para a Geral de Melhoramentos no Maranhão inaugurar dois engenhos centraes (decr. 561); concede autorização a José Candido Teixeira para organizar a Cooperativa Paulista Italiana (decr. 562); approva os estudos definitivos, apresentados pela Estrada de Ferro do Oeste de Minas, referentes á linha ferrea de Barra Mansa a Catalão (decr. 569); concede autorização a Antonio do Nascimento Silva e outros para organizarem a Industria Pecuaria (decr. 570); concede á Propagadora de Vinhos e Generos Italianos autorização para reformar os seus estatutos (decr. 571); approva a reforma dos estatutos da de Melhoramentos em Sergipe (decr. 573); concede autorização á Brasileira de Electricidade para collocar lampadas electricas na rua do Ouvidor (decr. 577); concede autorização á Brasileira de Electricidade para transmittir electricidade para illuminação (decr. 578); prorroga o prazo para a Geral de Melhoramentos no Maranhão apresentar os planos para saladeiros centraes no Maranhão (decr. 584); autoriza a Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil a transferir á Geral de Melhoramentos em Pernambuco a concessão constante dos decretos ns. 1.060 e 1.235, de 1890 e 1891 (decr. 585); concede á Geral de Estradas de Ferro no Brasil prorrogação para conclusão das obras da via ferrea Benevente e Minas (decr. 586); approva a reforma dos estatutos da Progresso Industrial de Cabo Frio (decr. 593); approva os estudos do trecho da linha de S. Pedro de Uberabinha, da Estrada de Ferro Mogyana (decr. 598); approva e manda executar o regulamento das anonymas (decr. 603); prorroga o prazo marcado á Geral de Melhoramentos no Maranhão para a apresentação dos estudos definitivos das obras de melhoramentos do porto do mesmo Estado (decr. 604); concede autorização a Antonio Fortunato do Nascimento para organizar a Commercio de Farinha de Trigo (decr. 608); approva a fusão da Lloyd Brasileiro com a Empresa de Obras Publicas no Brasil (decr. 611); concede autorização a José Francisco da Rocha Pombo para organizar o Consumo de Carnes (decr. 623); concede autorização a José Francisco da Rocha Pombo para organizar a Mercantil e Industrial Paranaense (decr. 624); transfere á Promotora de Industrias e Melhoramentos as concessões de tres engenhos centraes em

Porto Calvo, Maragogy e Barreiros (decr. 637); approva as plantas apresentadas pela Estrada de Ferro Sorocabana referentes a construcção de duas estações, nos kilometros 334 -|- 4 e 365 (decr. 638); autoriza a Brasileira de Estradas de Ferro e Navegação a transferir á Empresa de Obras Publicas no Brasil as concessões para construcção das estradas de ferro de Natal ao Ceará-Mirim, de Tamandaré a Barra e de Aracaju' a Simão Dias (decr. 640); approva o plano e orçamento das obras do Engenho Central de Cucuí de que é cessionaria a Geral de Melhoramentos de Pernambuco (decr. 644); concede autorização á Nacional Manufactora de Doces para funcçãoar (decr. 645); concede á Estrada de Ferro da Tijuca privilegio para construcção do prolongamento de sua linha (decr. 660); concede á de seguro mutuo contra fogo Americana autorização para funcçãoar (decr. 673); approva a variante proposta pela "Tram-Road de Nazareth" em substituição ao traçado já approved (decr. 674); approva a reforma dos estatutos da Restaurantes Populares (decr. 684 D); concede autorização á Silva Guimarães & Comp. para organizarem a Mercantil de Generos de Estiva (decr. 695); approva o plano e orçamento das obras do engenho central na Palhoça, de que é cessionaria a Colonização e Industria de Santa Catharina (decr. 708); concede permissão para transferencia á União Industrial dos Estados do Brasil da concessão feita pelos decretos ns. 9.707, de 1887, e 10.351, de 1889, e nos termos do decreto n. 842, de 1890 (decr. 710); autoriza a transferencia da Estrada de Ferro Rio Claro á Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes (decr. 719); concede á Vinicola Internacional autorização para substituir o paragrapho unico do art. 22 dos seus estatutos (decr. 726); concede autorização a José Leão Ferreira Souto para organizar a Central de Restaurantes (decr. 738); transfere o Engenho Central de Magé á Engenho Central de Guapy-Mirim (decr. 740); approva as plantas para os engenhos centraes de que é cessionaria a Geral de Melhoramentos no Maranhão (decr. 756); rescinde o contracto da Brasileira de Phosphato de Cal para a exploração de jazidas de cal em Fernando de Noronha (decr. 761); concede á Upton Importadora autorização para funcçãoar (decr. 764); approva as plantas para a construcção de saladeiros centraes, no Maranhão, de que é cessionaria a Geral de Melhoramentos no Maranhão (decr. 768); autoriza a transferencia da Estrada de Ferro de Itú a Iguape á Viação Ferrea Sapucahy (decr. 769); approva a reforma dos estatutos da Fabril e Industrial de Vinagre (decr. 777); approva a variante proposta pela "Tram-road de Nazareth" em substituição ao traçado já approved (decr. 778); approva a reforma dos estatutos da Nacional de Salinas Mossoró-Assu' (decr. 784); approva a reforma dos estatutos da Salinas de Margarida (decr. 793); accoita da Agricola de Campos a desistencia que faz da garantia de juros do Engenho Central de Ayrizes (decr. 798); approva a reforma dos estatutos da Geral do Commercio e Industria (decr. 799); approva a reforma dos estatutos da Commercio e Industria Nacional (decr. 801); approva a planta para a desapropriação de terrenos pela Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 814); concede ao Dr. João Landell autorização para organizar a Alliança do Sul (decr. 818); concede á Commercio de Lenha e Materiaes autorização para incluir entre os seus fins o commercio de generos alimenticios (decr. 819); approva os estatutos da Vinicola Internacional (decr. 820); ap-

prova os estudos definitivos dos 40 primeiros kilometros da Estrada de Ferro e Minas S. Jeronymo (decr. 833); autoriza a fusão da Empresa de Navegação a Vapor do Baixo S. Francisco com a de Navegação Pernambucana (decr. 851); approva com alterações a reforma dos estatutos da Cooperativa de Consumo Domestico e Agricola de Nova Friburgo (decr. 895 A); approva a planta apresentada pela Estrada de Ferro Sorocabana para modificação da sua linha (decr. 917); approva os estudos definitivos do trecho do prolongamento entre S. Vicente e Santos, da Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 918); autoriza a denominada Banha Rio-Grandense Alves a reformar os seus estatutos (decr. 920); concede a José Antonio Rodrigues Nunes e outro autorização para organizarem a de seguros maritimos contra fogo Colombo (decr. 922); approva os estatutos da Zoosterina (decr. 924); autoriza a "Alliance British Foreign Life and Fire Assurance" a substituir essa denominação pela de "Alliance Assurance" (decr. 926); declara caduca a concessão de garantia de juros e mais favores feita ao Engenho Central S. João, de propriedade da Industria e Commercio (decr. 930); approva a reforma dos estatutos da Commercio Nacional (decr. 931); approva a fusão da Bahiana de Navegação a Vapor com a Lloyd Brasileiro (decr. 956); approva as alterações feitas nos estatutos da de seguros contra fogo "The Royal Insurance" (decr. 957); autoriza a ingleza "Alliance Assurance" a estabelecer uma agencia no Estado de S. Paulo (decr. 958); concede autorização a Affonso Pedreira de Cerqueira e outro para organizarem a Abastecedora de Agua da Feira de Sant'Anna (decr. 964); declara caduca a concessão da garantia de juros e mais favores para um engenho central em Mutupiranga, de que é cessionaria a Industrial e de Melhoramentos da Bahia (decr. 965); modifica a 1ª parte da clausula 8ª do decreto n. 397, de 1891, que transfere para a União Industrial dos Estados do Brasil o trecho da via ferrea de Cruz Alta a Itararé e ramaes (decr. 968); concede á Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação autorização para construir o prolongamento da sua linha, de Resaca a Santos (decr. 977); approva a reforma dos estatutos da Frigorifica e Pastoril Brasileira (decr. 980); approva a reforma dos estatutos da Agricola e Commercial do Brasil (decr. 981); autoriza a Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes a prolongar sua linha ao porto de Santos (decr. 983); concede autorização á de seguros contra fogo "Hamburgo Magdeburgo" para estender suas operações ao Estado de S. Paulo (decr. 986); approva as alterações feitas nos estatutos da Commercio e Industrial do Brasil (decr. 987); approva os estudos definitivos da linha entre Jaguará e Palmeira dos Indios apresentados pela Estrada de Ferro Central Alagoana (decr. 988); approva os estudos da linha de Barra Mansa a Catalão apresentados pela Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. 1.014); declara effectiva a transferencia da concessão constante do decreto n. 1.060, de 1890, á Geral de Melhoramentos em Pernambuco (decr. 1.017); approva a reforma dos estatutos da do Beberibe (decr. 1.030); approva os contractos apresentados pela "North Brazilian Sugar Factories, Limited", para o fornecimento de cannaes á sua fabrica de S. Lourenço da Matta (decr. 1.037); approva os contractos apresentados pela "North Brazilian Sugar Factories, Limited", para o fornecimento de cannaes para as suas fabricoas (decr. 1.088); approva a reforma dos esta-

tutos da Auxiliar do Commercio e Lavoura (decr. 1.040); approva a reforma dos estatutos da Matte Laranjeira (decr. 1.045); concede á "Rio de Janeiro City Improvements" autorização para funcionar, (decr. 1.051); prorroga o praso para a conclusão das obras da Estrada de Ferro da Tijuca (decr. 1.057); fixa o capital garantido da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. 1.060); approva a reforma dos estatutos da de Lactícinios (decr. 1.070); approva a reforma dos estatutos da Alcoolica da Bahia (decr. 1.079); approva a reforma dos estatutos da Pastoril Industrial Sul do Brasil (decr. 1.080); concede autorização á Ceres Brasileira para reformar seus estatutos (decr. 1.084); approva os estudos definitivos, do trecho entre Cruz Alta e o Rio Uruguay, da Estrada de Ferro de Itararé a Cruz Alta, apresentados pela União Industrial dos Estados do Brasil (decr. 1.088); approva os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Torres apresentados pela União Industrial dos Estados do Brasil (decr. 1.089); concede autorização para funcionar á denominada "Imperial Fire Insurance" (decr. 1.091); approva os estudos definitivos dos cinco primeiros kilometros da linha de Santos para o interior e a directriz do traçado apresentado pela Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação (decr. 1.098); concede autorização á "Alliance Marine and General Assurance" para continuar a funcionar (decr. 1.123); approva a reforma dos estatutos da Manufactora de Conservas Alimenticias (decr. 1.125); autoriza a alterar o contracto celebrado com a "United States and Brazil Mail Steam Ship" (decr. 1.126); approva os orçamentos para a construcção de 384,0 pela Docas de Santos (decr. 1.129); autoriza a "Alagoas Railway" a construir um novo armazem para recebimento de mercadorias na estação de Jaraguá (decr. 1.138); concede autorização á "Austrian Lloyd's Steam Navigation" para funcionar (decr. 1.139); declara caducas as concessões de tres engenhos centraes de que é cessionaria a de Melhoramentos de Sergipe (decr. 1.140); declara caduca a concessão de dois engenhos centraes da Industria e Construcção (decr. 1.141); declara caduca a concessão á Geral de Estradas de Ferro no Brasil para a construcção do prolongamento da Estrada de Ferro Leopoldina, de Itabira a Jatobá, e para o trecho entre Saude e Itabira (decr. 1.163); autoriza a "Alagoas Railway" a desapropriar casas e terrenos (decr. 1.170); concede á Brasileira Torrens autorização para construir obras de melhoramentos no porto da Victorina (decr. 1.173); approva a reforma dos estatutos da Agricola e Commercial do Brasil (decr. 1.175); approva a reforma dos estatutos da Commercial e Industrial de Generos Alimenticios (decr. 1.181); approva a reforma dos estatutos da Cooperativa de Panificação (decr. 1.219); concede autorização ao Banco da Bolsa do Recife para organizar a Pecuaria Fabril (decr. 1.237); concede á Cooperativa Industrial autorização para funcionar (decr. 1.241); prorroga o praso para terminação das obras da Telephonica de S. Paulo e Rio (decr. 1.243); concede á Nacional de Mossoró-Assu, autorização para reduzir seu capital (decr. 1.249); approva a reforma dos estatutos da Salinas Lindenberg, de Cabo Frio (decr. 1.321); approva os novos estatutos da Aliança Mercantil (decr. 1.349); autoriza a Banha Rio-Grandense Alves a integralizar as suas acções reduzindo o seu capital (decr. 1.383); autoriza a Empresa União Industrial a transfe-

rir á S. Paulo-Rio Grande a concessão relativa á Estrada de Ferro de Itararé a Cruz Alta (decr. 1.386); approva a reforma dos estatutos da de Distillação e Aguas Mineraes Cristoffel-Stupakoff (decr. 1.414); approva a reforma dos estatutos da Hydraulica Pe-lotense (decr. 1.419); approva a reforma dos estatutos da Commercial (decr. 1.420); proroga o praso marcado á Geral de Melhoramentos no Maranhão para o inicio da construção de quatro saladeiros (decr. 1.427); declara de nenhum effeito a concessão de garantia de juros feita á Progreso Agricola para o estabelecimento de um engenho central no Maranhão (decr. 1.436); proroga o praso para a terminação das obras da Telephonica de S. Paulo e Rio (decr. 1.445); approva a reforma dos estatutos da Petropolis Industrial e Agricola (decr. 1.452); approva a reforma dos estatutos da Agricola e Commercial do Brasil (decr. 1.471); proroga o praso marcado á Geral de Melhoramentos no Maranhão para promptificação de dois engenhos centraes (decr. 1.512); approva a reforma dos estatutos da Commercio Industrial do Brasil (decr. 1.522); approva a reforma dos estatutos da Antarctica Paulista (decr. 1523); approva a reforma dos estatutos da Industrial de Productos Nacionaes (decr. 1.524); proroga o praso concedido á de seguros Fidelidade para continuar a funcionar (decr. 1.523); approva a reforma dos estatutos da de Cerveja Guanabara (decr. 1.576); abre ao Ministerio da Industria o credito de 1.274:156\$250 para pagamento de serviços a cargo da "Rio de Janeiro City Improvements" (decr. 1.611); autoriza a transferencia para a de Estradas de Ferro do Norte do Brasil das concessões das estradas de ferro de Tamandaré a Barra e de Aracajú a Simão Dias (decr. 1.613); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 30:000\$ para pagamento da subvenção devida á de Vição Ferrea e Fluvial (decr. 1.645 B); declara caducas as concessões de tres engenhos centraes de que é concessionaria a Promotora de Industrias e Melhoramentos (decr. 1.660); approva os estatutos da de seguro mutuo Cruzeiro (decr. 1.661); approva a reforma dos estatutos da Industria e Commercio de Estivas (decr. 1.680); approva a reforma dos estatutos da Geral de Commercio e Industria (decr. 1.725); concede autorização á "Ouro Preto Gold Mines of Brazil, Limited" para continuar a funcionar (decr.1.772); declara caduca a concessão do 2º grupo de engenhos centraes de que é concessionaria a Industria e Construcção (decr. 1.780); autoriza a Norte-Mineira a substituir no Engenho Central de Cannavieiras o systema de diffusão pelo de moendas de triplice bateria (decr. 1.785); substitue a clausula 32º do decreto n. 862, de 1890, referente á Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação (decr. 1.789); innova o contracto celebrado com a Pernambucana de Navegação (decr. 1.790); innova o contracto para o serviço de navegação a vapor no rio S. Francisco, a cargo da Pernambucana de Navegação (decr. 1.791); approva a reforma dos estatutos da Provisora de Conservas Alimenticias (decr.1.796); approva a reforma dos estatutos da Lloyd Brasileiro (decr. 1.815 A); autoriza a celebração de contracto com a de Navegação a Vapor do Maranhão para o serviço de navegação entre Belém e Fortaleza (decr. 1.835); autoriza a Francisco José Corrêa Quintella e outos a organizarem a de seguros Phenix Brasileira (decr. 1.850); approva a reforma dos estatutos da Cervejaria Bavaria (decr. 1.886); concede autorização a Tiburcio Alves de Carvalho e outros para organizarem a Centro Commercial (decr.

1.925); approva a reforma dos estatutos da Banha Rio-Grandense Alves (decr. 1.932); concede á ingleza "Royal Insurance" autorização para estabelecer uma agencia no Paraná (decr. 1.935); approva a reforma dos estatutos da Industrial Catharinense (decr. 1.960); approva a reforma dos estatutos da Distillação Central (decr. 1.961); approva a reforma dos estatutos da Commercio Nacional (decr. 1.973); concede autorização á Magdeburgo para funcionar (decr. 1.979); proroga o praso-marcado á Industrial e de Construcções Hydraulicas para o inicio das obras de melhoramento do porto de Laguna (decr. 1.981); approva a reforma dos estatutos da Recifense de Panificação (decr. 1.983); autoriza a Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande a transferir á "Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens" a parte da concessão relativa ao trecho de Cruz Alta ao Rio Uruguay e o ramal de Ijuhy Grande (decr. 1.983 A); autoriza a celebração de contracto com a de Navegação a Vapor do Maranhão, em additamento ao decreto n. 1.835, de 1894 (decr. 2.015); approva provisoriamente as instrucções regulamentares e tarifas para vigorarem nas linhas ferreas de Tatuhy a Itararé e de Botucatú a Tibagy, da União Sorocabana e Ituana (decr. 2.020); concede autorização a Manoel Vicente Ribeiro Junior e outros para organizarem a Agave Americano (decr. 2.037); approva a reforma dos estatutos da Banha Rio-Grandense Alves (decr. 2.075); proroga o praso fixado no decreto n. 1.079, de 1890, para a Melhoramentos da Lagoa e Botafoego terminar as obras de saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas (decr. 2.105); approva a reforma dos estatutos da Nacional de Salinas Mossoró-Assú (decr. 2.119); approva a reforma dos estatutos da Nacional de seguros mutuo contra fogo (decr. 2.131); suspende a garantia de juros concedida á "North Brazilian Sugar Factories, Limited" para o estabelecimento de um engenho central em Pernambuco (decr. 2.132); dá regulamento para execução da lei n. 294, de 1895, sobre as estrangeiras de seguros de vida, que funcionam no Brasil (decr. 2.153); approva a reforma dos estatutos da de Lacticínios (decr. 2.157); autoriza a Estrada de Ferro Central Alagoana a construir a estação de Atalaia em logar differente do que se acha nos estudos approvados (decr. 2.209); proroga o praso concedido á Industrial e de Construcções Hydraulicas para iniciar as obras do porto de Jaraguá (decr. 2.228); proroga o praso concedido á Industrial e Construcções Hydraulicas para iniciar as obras de melhoramento da barra e do porto de Laguna (decr. 2.229); abre ao Ministerio da Industria o credito de 32:000\$ para pagamento de differença de subvenção á de Navegação do Maranhão (decr. 2.242); concede autorização á Estrada de Ferro Espirito Santo a Minas para funcionar (decr. 2.272); approva a reforma dos estatutos da Industrial da Ipuca (decr. 2.273); concede autorização á "Minas and Goyaz, Limited" para funcionar (decr. 2.281); approva a reforma dos estatutos da Commercio Nacional (decr. 2.299); approva a reforma dos estatutos da Geral de Commercio e Industria (decr. 2.350); autoriza a elevação, até o maximo de £ 200.000, do capital fluctuante da "S. Paulo Railway, Limited" (decr. 2.355); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 649:644\$864, para pagamento de garantia de juros á União Sorocabana e Ituana (decr. 2.359); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 661:658\$842 para pagamento á Lloyd Brasileiro por fretamento dos vapores "Iris" e "Aymoré" (decr. 2.366); concede autorização

á "La Foncière" para funcionar (decr. 2.396); autoriza a Docas de Santos a fazer a dragagem e desobstrução do porto de Santos (decr. 2.411); altera os estatutos da de seguros de vida Auxiliadora (decr. 2.483); autoriza á "Brazil Great Southern Railway" a construir sobre o rio Quarahim a ponte internacional para ligar o Brasil ao Estado Oriental (decr. 2.486); approva a reforma dos estatutos da Protectora da Industria Pastoril do Pará (decr. 2.488); approva o orçamento de guindastes, material rodante e outros para o trafego do porto de Santos e a planta geral do caes, apresentados pela Docas de Santos (decr. 2.490); autoriza a celebração do contracto com a de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba (decr. 2.514); concede autorização a Joaquim Bernardo Pinto Machado e outros para organizarem a de Seguros Providencia Mercantil (decr. 2.554); providencia sobre a revisão do contracto celebrado com a de Saneamento do Rio de Janeiro para construção de casas para operarios e classes pobres (decr. 2.575); concede á da Boa Vista autorização para funcionar (decr. 2.589); approva os orçamentos de diversas obras complementares apresentados pelas Docas de Santos (decr. 2.646); dá regulamento para a cobrança do selo das apolices das de seguros que não têm séde no paiz (decr. 2.769); concede autorização á de seguros "L'Union" para funcionar (decr. 2.784); transfere á "Leopoldina Railway, Limited" as concessões, privilegios, garantia de juros e demais favores de que gosava a Estrada de Ferro Leopoldina (decr. 2.896); prorroga o praso marcado á Brasileira Torrens para inicio das obras do porto da Victoria (decr. 2.901); concede autorização a Eduardo Augusto Pereira Nunes para organizar a Credito Agricola e Industrial do Paraná (decr. 2.939); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 10:816\$550, complementar ao credito de 138:064\$180, para pagamento á de navegação "Norddeutscher Lloyd de Bremen" (decr. 2.962); concede autorização á de seguros Garantia, do Porto, para continuar a funcionar (decr. 2.963); concede autorização á de seguros mutuos contra fogo Providencia para funcionar (decr. 2.987); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.425:150\$ para occorrer á restituição devida á Luz Stearica (decr. 3.085); modifica clausulas do contracto com a de Navegação a Vapor das Lagoas Norte e Manguaba (decr. 3.088); approva o orçamento do material de dragagem e desobstrução do porto de Santos apresentado pela Docas de Santos (decr. 2.131); extingue as de operarios militares e de aprendizes artifices (decr. 3.195); prorroga o praso fixado no decreto n. 1.079, de 1890, para a de Melhoramentos da Lagoa e Botafogo terminar as obras da lagoa Rodrigo de Freitas (decr. 3.203); concede autorização á de seguros "Mannheimer Versicherungs Gesellschaft" para estabelecer uma agencia em S. Paulo (decr. 3.231); substitue a clausula 32ª do decreto n. 862, de 1890, com referencia á Estrada de Ferro Petrolina e Parnahyba (decr. 3.270); approva os estatutos da Brasileira de Seguros para a Vida (decr. 3.293); autoriza as "Brazilian Submarine Telegraph" e "Western and Brazilian Telegraph" a funcionarem sob a denominação de — "Western Telegraph, Limited" (decr. 3.307); approva a reforma dos estatutos da Antartica Paulista (decr. 3.348); concede autorização a Geraldo Barbosa Lima e outros para organizarem a de seguros sobre a vida dos animaes de trabalho Santa Cruz (decr. 3.354); approva o projecto e orçamento para as obras de melhoramento do porto

de Jaraguá contractadas com a Industrial e de Construções Hydraulicas (decr. 3.360); obriga a Colonização e Industria de S. Catharina a introduzir os immigrants necessarios aos nucleos no Estado de Santa Catharina (decr. 3.376); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 26:515\$162 para indemnização á Geral de Serviços Maritimos (decr. 3.533); regula a introdução de immigrants em virtude do contracto com a Norte Mineira (decr. 3.539); concede á Diamantina autorização para funcionar (decr. 3.555); approva o orçamento dos boeiros, gradil, calçamento e linhas de trilho no trecho entre o armazem n. 5, e o segundo oitão do de n. 11 da Docas de Santos (decr. 3.560); approva o orçamento do armazem n. 2, de alvenaria, da Docas de Santos (decr. 3.561); approva o orçamento das obras complementares executadas pela Docas de Santos para solidez e estabilidade das obras do cães (decr. 3.562); renova o contracto para o serviço de navegação a vapor no rio S. Francisco, a cargo da Pernambucana de Navegação (decr. 3.609); concede autorização a João Kastrup para organizar a de seguros Guanabara (decr. 3.612); prorroga o praso marcado á Brasileira Torrens para inicio das obras de melhoramento do porto da Victoria (decr. 3.666); approva os planos e orçamentos das obras executadas e material adquirido pela Docas de Santos (decr. 3.699); approva as alterações feitas nos estatutos da Manufactora de Conservas Alimenticias (decr. 3.719); approva os estatutos da Matte Laranjeira (decr. 3.741); concede autorização á de Lacticos para reformar os seus estatutos (decr. 3.762); prorroga os prazos para a conclusão das obras de que é cessionaria a Docas de Santos (decr. 3.807); altera algumas e consolida todas as clausulas concernentes ás linhas ferrea e fluvial de que é cessionaria a Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya (decr. 3.812); approva as alterações feitas nos estatutos da Brasileira de Seguros para a Vida (decr. 3.825); approva a planta dos terrenos accrescidos ao cães da Sagração a cargo da Geral de Melhoramentos no Maranhão (decr. 3.867) — Ver Clausulas — Concessões — Corpos — Estradas de ferro — Impositos — Sociedades.

Competência — Amplia ao chefe de Policia e aos seus delegados a para impôr a multa do § 6º do art. 1º do decreto n. 1.026, de 1890 (decr. 402) — Ver Justiça.

"Comptoir Colonial Français" — Ver Autorização.

Compras — Ver Conselhos.

Concessões — Autoriza o engenheiro Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim a transferir á Companhia Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya a feita pelo decreto n. 862, de 1890 (decr. 11); declara caduca a de garantia de juros e mais favores feita ao bacharel Bento José da Costa para um engenho central em Pernambuco (decr. 16); declara caduca a de garantia de juros e mais favores para o Engenho Central de Iguape (decr. 17); a Antonio Alvares Leite Penteadado de privilegio para o fabrico de artefactos da fibra de juta ou canhamo (decr. 21); transfere á Companhia de Docas e Melhoramentos da Bahia a de um engenho central feita ao bacharel João dos Reis de Souza Dantas Filho e outro (decr. 42); transfere á Empresa União Industrial dos Estados Unidos do Brasil a do porto artificial de São Domingos das Torres e estrada de ferro ligando-o a Porto Alegre (decr. 72); transfere á Companhia de Melhoramentos em Sergipe a de um engenho central feita a Adolpho Ribeiro Guimã-

rães, (decr. 119); transfere á Companhia de Melhoramentos em Sergipe a de dois engenhos centraes feita a José Ferreira da Silva (decr. 120); transfere á Companhia de Obras Hydraulicas no Brasil a de que trata o decreto n. 10.372, de 1889 (decr. 137); transfere á Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina a de um engenho central feita a Carlos Napoleão Poeta (decr. 158); permite ao engenheiro Antonio Fialho transferir a sua de engenhos centraes no Estado de Pernambuco (decr. 161); transfere á Companhia Agricola e Industrial Fluminense a de um engenho central de que é cessionaria a Companhia Engenho Central de Paraty, (decr. 163); concede autorização a Manoel Augusto Pereira de Amorim para transferir ao Banco de Crédito Brasileiro a do decreto n. 1.309, de 1891 (decr. 179); concede autorização á Empresa Telephonica da Bahia para transferir á Companhia Docas e Melhoramentos da Bahia a feita pelo decreto n. 9.244, de 1888 (decr. 216); autoriza José da Silva Loyo Junior e outro a transferirem á Companhia de Obras Hydraulicas no Brasil a das obras de melhoramento do porto de Pernambuco (decr. 271); transfere á Companhia Frigorifica Pastorel Brasileira a feita pelo decreto n. 963, de 1890 (decr. 335); transfere á Companhia Progresso Industrial do Espirito Santo a feita a Henrique Deslandes de dois engenhos centraes no Espirito Santo (decr. 391); transfere á Companhia de Obras Hydraulicas no Brasil a para abertura de canaes de junção entre varios rios e melhoramentos da barra do Cotinguiba e o serviço de navegação entre a capital do mesmo Estado e a Europa (decr. 400 A); declara caducas as a que se referem os decretos ns. 942 E, 968 e 1.093, de 1890 (decr. 403); declara sem effeito a feita a Ernesto Canac e outros para a exploração de herva-matte, em Santa Catharina, (decr. 436 D); autoriza a "Brazil Great Southern Railway Company", a transferir á "Brazil Great Southern Santo Angelo Extension Railway Company" a para construcção do prolongamento de Itaquí até Santo Angelo (decr. 451); permite que a "Pelotas and Colonies Railway Company, Limited", transfira á Empresa Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul a constante do decreto n. 10.151, de 1889 (decr. 485); renova em parte a favor do engenheiro Carlos Hargreaves as de quatro engenhos centraes, no Estado de Pernambuco, declaradas caducas pelo decreto n. 10.011, de 1888 (decr. 486); concede autorização a John Grandt & Comp. para transferirem á Companhia Internacional de Marahú a de isenção de direitos obtida pelo decreto n. 1.176 B, de 1890 (decr. 487); declara caduca a do decreto n. 1.309, de 1891 (decr. 489); transfere á empresa do arrazamento do morro do Castello a constante dos decretos ns. 758 e 795, de 1890 (decr. 527); autoriza a Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil a transferir á Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco a constante dos decretos ns. 1.060 e 1.235, de 1890 (decr. 585); declara caduca a de que trata o decreto n. 213, de 1891 (decr. 617); concede progação de praso quanto á de que trata o decreto n. 322, de 1891 (decr. 618); autoriza a transferencia da feita ao bacharel João Candido Murtinho á Empresa de Melhoramentos no Brasil (decr. 619); transfere á Companhia Promotora de Industrias e Melhoramentos as de tres engenhos centraes em Porto Calvo, Maragary e Barreiros (decr. 637); autoriza a Companhia Brasileira de Estradas de Ferro e Navegação a transferir á Empresa de Obras

Publicas no Brasil as para construcção das estradas de ferro de Natal ao Ceará-Mirim, de Tamandaré a Barra e de Aracajú a Simão Dias (decr. 640 A); declara caduca a feita pelo decreto n. 10.334, de 1889 (decr. 663); transfere a Joaquim Caetano Pinto Junior a feita pelo decreto n. 474, de 1891 (decr. 684); declara caduca a feita pelo decreto n. 337, de 1890 (decr. 684 B); declara caduca a da Estrada de Ferro Benevente e Minas (decr. 765); concede ao Dr. Joaquim Anselmo Nogueira e outro prorogação de praso quanto á do decreto n. 329, de 1891 (decr. 780); concede ao engenheiro Carlos Poma a prorogação de praso quanto á do decreto n. 326, de 1891 (decr. 781); declara caduca a de que tratam os decretos ns. 322 e 618, de 1891, relativamente aos edificios que Ernani Lodi Batalha tinha de construir para operarios e classes pobres (decr. 783); declara caduca a de garantia de juros e mais favores feita ao Engenho Central S. João, da Companhia Industria e Construcção (decr. 930); declara caduca a da garantia de juros para um engenho central em Mutupiranga (decr. 965); concede autorização a Edward William Parsoné para transferir a da "India Rubber Gutta Percha and Telegraph Works Company" á "South American Cable Company" (decr. 965 A); declara effectiva a transferencia da constante do decreto n. 1.060, de 1890, á Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco (decr. 1.017); altera clausulas do decreto n. 155, de 1891, relativo á da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo (decr. 1.029); declara caduca a de favores para o Engenho Central de Terra Nova (decr. 1.050); declara caduca a constante do decreto n. 1.980, de 1887 (decr. 1.065); autoriza a transferencia da cons ante do decreto n. 862, de 1890 (decr. 1.127); declara caducas as de tres engenhos centraes de que é cessionaria a Companhia Melhoramentos de Sergipe (decr. 1.140); declara caduca a de dois engenhos centraes da Companhia Industria e Construcção (decr. 1.141); declara caduca a feita a José de Villa-Flor pelo decreto n. 143, de 1891 (decr. 1.159 A); declara caduca a de um engenho central feita a Firmino Joaquim Ferreira da Veiga, no Estado de S. Paulo (decr. 1.161); declara caduca a feita á Companhia Geral de Estradas de Ferro no Brasil para a construcção do prolongamento da Estrada de Ferro Leopoldina, de Itabira a Jatobá, e para o trecho entre Saude e Itabira (decr. 1.163); declara caduca a de garantia de juros feita a Newton Cesar Burlamaqui e outro para estabelecimento de dois engenhos centraes no Espirito Santo (decr. 1.272); declara caduca a relativa ao prolongamento da Estrada de Ferro Principe do Grã-Pará (decr. 1.341); declara caduca a feita á "Brazil Southern Railway Company" para prolongar a Estrada de Ferro de Quarahim a Itaqui até Santo Angelo (decr. 1.384); autoriza a Empresa União Industrial a transferir á Companhia S. Paulo-Rio Grande a relativa á Estrada de Ferro de Itararé a Cruz Alta (decr. 1.386); declara caduca a feita para construcção da Estrada de Ferro de Catalão a Matto Grosso (decr. 1.390); declara sem effeito o decreto n. 550, de 1891, que autorizou a para construcção de uma estrada de ferro entre Ponta Grossa e Corumbá (decr. 1.410); altera clausulas da feita a Ferdinand Rodde e outro pelo decreto n. 1.393, de 1893 (decr. 1.418); declara de nenhum effeito a de garantia de juros feita pelo decreto n. 10.127, de 1888 (decr. 1.436); declara caduca a constante do decreto n. 955, de 1890 (decr. 1.468); declara caduca a feita a José Thomaz Pires Machado Portella para um engenho central em Pernambuco (decr. 1474); autoriza a transferencia para a Companhia Estradas de

Ferro do Norte do Brasil das relativas ás estradas de ferro de Tamandaré a Barra e de Aracajú a Simão Dias (decr. 1.613); transfere a João Pedro Caminha a constante do decreto n. 9.244, de 1884 (decr. 1.620); declara caduca a constante dos decretos ns. 597 A e 1.382, de 1890 e 1891 (decr. 1.645); declara caduca a para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro da Tijuca (decr. 1.655); declara caducas as de tres engenhos centraes de que é cessionaria a Companhia Promotora de Industria e Melhoramentos (decr. 1.660); regula a de passagens para as pessoas de familia dos officiaes da armada e classes annexas (decr. 1.684); declara caduca a para construção de uma estrada de ferro entre Humayta e a confluencia dos rios Guaporé e Mamoré (decr. 1.720); declara caduca a constante do decreto n. 594, de 1891 (decr. 1.743); declara caduca a de terras devolutas de que tratam as clausulas 10^a e 15^a dos contractos approvados pelos decretos ns. 4.735, de 1871, e 6.826 A, de 1877 (decr. 1.769); declara caduca a do grupo de engenhos centraes de que trata o decreto n. 888, de 1890 (decr. 1.780); declara caducas as de engenhos centraes feitas pelos decretos ns. 10.435, de 1889, e 637, 647, 654, 728, 769, 927 e 1.048, de 1890 (decr. 1.874); declara caduca a da Estrada de Ferro do Estreito ao Chopim (decr. 1.853); declara caduca a do decreto n. 10.370, de 1889 (decr. 1.855); declara sem effeito o decreto n. 1.468, de 1893, que considerou caduca a relativa á Estrada de Ferro de Mació a Leopoldina (decr. 1.860); autoriza a Empresa Industrial do Grã-Pará a transferir ao Banco Norte do Brasil a feita pelo decreto n. 8.334, de 1881 (decr. 1.885); declara caducas as de engenhos centraes feitas pelos decretos ns. 1.164, de 1890, e 117, 160 e 175, de 1891 (decr. 1.980); declara caduca a feita pelo decreto n. 10.175 de 1889 (decr. 1.982); transfere á Empresa Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul a constante do decreto n. 9.244, de 1884 (decr. 1.988); declara caduca a feita a Francisco Rebello de Carvalho para estabelecimento de um engenho central em Magé (decr. 2.010); revalida a da Estrada de Ferro da Tijuca (decr. 2.039); transfere a Felisberto Ignacio da Cunha a constante do decreto n. 9.244, de 1884 (decr. 2.052); declara caduca a constante do decreto n.373, de 1891, para construção da Estrada de Ferro de Ouro Preto a Peganha (decr. 2.270); declara caduca a do privilegio para construção do ramal ferreo do Cruzeiro a Santa Cruz (decr. 2.341); transfere á "National Brazilian Harbour Company, Limited", a constante do decreto n. 904, de 1890 (decr. 2.364); dá regulamento para emissão de titulos de deposito pelas docas (decr. 2.502); declara caduca a feita pelo decreto n. 10.372, de 1889, para varias obras de melhoramento na cidade e no porto do Rio de Janeiro (decr. 2.682); dá regulamento para a de isenção de direitos (decr. 2.744); declara caduca a feita á "Ceará Harbour Corporation" para as obras do porto de Fortaleza (decr. 2.816); transfere á "Leopoldina Railway Company, Limited", as de que gozava a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina (decr. 2.896); approva o regulamento para a de agua dos encanamentos publicos da Capital Federal (decr. 3.056); autoriza o Banco Constructor do Brasil a organizar companhia ou empresa para explorar a da Estrada de Ferro de Victoria a Peganha (decr. 3.264); transfere á "Rio de Janeiro Harbour and Docks Company, Limited" a de que trata o decreto n. 10.372, de 1889 (decr. 3.295); transfere a José Marcellino Pereira de Moraes a dos decretos ns. 10.407 e 476, de 1889 e 1890, para o arrazamento do morro de Santo Antonio (decr.

3.296); transfere a Fernando Moitinho e outros a da Estrada de Ferro do Bananal (decr. 3.332); declara caduca a feita pelo decreto n. 719, de 1890 (decr. 3.405); declara caducas todas as para mineração, cujos trabalhos não tenham tido começo nos prazos a que se refere o decreto n. 3.250 A, de 1864 (decr. 3.432); revalida, amplia e transfere para John Jones a feita pelo decreto n. 1.292, de 1891, para transmissão de noticias commerciaes na Capital Federal (decr. 3.442); prorroga o prazo da relativa á linha de carris entre Santa Cruz e Itaguahy (decr. 3.570); declara caduca a de terras devolutas, nas antigas provincias da Bahia e Minas Geraes (decr. 3.677) — Ver Autorizações — Bancos — Companhias — Decretos — Direitos — Permissão — Prazos.

Conclusão — Ver Estradas de ferro — Obras.

Concurrencia — Manda abrir para o arrendamento das estradas de Ferro de Baturité, Sul de Pernambuco, Central de Pernambuco, Paulo Affonso e S. Francisco (decr. 2.660).

Concursos — Dá novo regulamento para o de admissão de cirurgião e pharmaceutico do corpo de saude da armada (decr. 518); regula de novo os para empregados de fazenda (decr. 1.651); approva as instrucções para os de amanuenses e officiaes da Secretaria das Relações Exteriores (decr. 1.940); dá instrucções para os aos logares de assistentes de clinica das faculdades de medicina (decr. 3.284).

"Conde d'Eu Railway Company, Limited" — Ver Contractos.

Condensadores — Ver Planos.

Condições — Estabelece as de admissão dos medicos e pharmaceuticos da Repartição Sanitaria do Exercito (decr. 1.731); approva as modificações nas regulamentares da Estrada de Ferro de Santa Maria a Cruz Alta (decr. 2.088); altera a 4ª da clausula 21ª do decreto n. 1.791, de 1894 (decr. 2.233); substitue a 2ª parte do § 2º do art. 5º das regulamentares da Estrada de Ferro Minas e Rio (decr. 2.513); substitue a 1ª do art. 90 do decreto n. 2.497, de 1897, que modificou diversos artigos do regulamento e tarifas da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro (decr. 2.528); regula as dos officiaes do exercito, graduados em postos superiores, como chefes de classe, comprehendidos na lei n. 533, de 1898 (decr. 3.320) — Ver Serviços.

Confeitaria — Ver Sociedades.

Conferencias — Aceita as modificações adoptadas sobre as regras estabelecidas na Maritima de Washington para evitar abaloamentos (decr. 2.402); approva as modificações que, segundo revisão feita na de Budapest, devem soffrer as tarifas e o regulamento da Convenção Telegraphica Internacional (decr. 2.529); publica a acceitação, pelo governo da Servia, do protocollo III da de Madrid, de 1891, sobre a união para a protecção da propriedade industrial (decr. 2.789) — Ver Protocollos.

Confirmação — Ver Guardas.

Congregação — Ver Escolas.

Congresso Nacional — Dissolve o (decr. 641); convoca o para o dia 3 de maio de 1891 (decr. 677); convoca o para o dia 18 de dezembro de 1891 (decr. 685); adia as eleições de deputados e senadores ao (decr. 1.574); adia as eleições de deputados e senadores ao (decr. 1.608).

Conselhos — Extingue o Director de Instrucção Primaria e Secundaria do Districto Federal (decr. 1.177; dá nova regulamentação aos de compras de marinha (decr. 3.258) approva o regulamento

para o Naval (decr. 3.297); modifica o economico dos hospitaes (decr. 3.522 — Ver Officiaes — Praças.

Conservação — Ver Serviços.

Conservas — Ver Impostos.

Conservatorio — Extingue o Dramatico (decr. 2.557).

Consiguação — Transfere da 23^a para a 21^a da verba 16^o do art. 17 da lei n. 652, de 1889, a quantia de 31:181\$700 (decr. 3.787) — Ver Sobras.

Consolidação — Determina que, entre os documentos mencionados no § 1^o do art. 491 da das leis das alfandegas e mesas de rendas, sejam comprehendidas as facturas consulares (decr. 169); das disposições relativas aos differentes serviços da Assistencia Medico-Legal de Alienados (decr. 896); interpreta o art. 17 do decreto n. 355 A, de 1890, que altera algumas disposições da das leis das alfandegas (decr. 1.697); altera algumas disposições da nova das leis das alfandegas (decr. 2.765); approva a das leis referentes á justiça federal (decr. 3.084); approva a das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Consular brasileiro (decr. 3.259); approva a das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Diplomatico brasileiro (decr. 3.263); altera o art. 568 da nova das leis das alfandegas (decr. 3.294); altera varias disposições da nova das alfandegas e mesas de rendas (decr. 3.678) — Ver Disposições.

Constituição — Providencia sobre a execução dos arts. 3^o e 4^o das disposições transitorias da (decr. 433); indica quaes os artigos da que têm de ser revistos (decr. 677); dá instrucções para a do patrimonio e reconhecimento official das faculdades e escolas livres (decr. 3.576).

Construção — Ver Armazens — Cães — Carreira — Casas — Companhias — Edifícios — Estações — Estradas de ferro — Linhas — Obras — Paíões — Pharões — Pontes — Privilegio Proprios nacionaes — Ramaes — Saladeiros — Theatros.

Consulados — Determina o numero dos e a sua distribuição (decr. 375); crea um em Santa Fé (decr. 488); crea um em Glasgow (decr. 520); crea um em Roma (decr. 521); crea um na cidade de Malaga (decr. 556); crea um em Guatemala (decr. 601); crea um em Vienna (decr. 621); crea um em Cardiff (decr. 622); muda a categoria do da Suecia e Noruega (decr. 751); crea um em Moçambique (decr. 812); crea um em Macão (decr. 817); crea tres (decr. 1.429); supprime o em Cardiff (decr. 1.931 A); supprime o em Argel (decr. 1.969); supprime o em Nova Orleans (decr. 1.977); transfere o em Odessa para S. Petersburgo (decr. 2.013); supprime o em Malaga (decr. 2.026); supprime o em Macão (decr. 2.027); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 7:000\$ para occorrer ás despesas com o de Cayenna (decr. 2.059); supprime o em Helsingsfors (decr. 2.188); estabelece regras a respeito de (decr. 2.194); eleva a o vice em Fiume (decr. 2.256); crea um na Republica de Nicaragua (decr. 2.278); crea um na Republica de S. Salvador (decr. 2.282); crea um na Palestina (decr. 2.310); crea um na ilha de Jamaica (decr. 2.363); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 200:000\$ para despesas com a criação dos no Japão (decr. 2.494); crea um geral de 1^a classe com séde em Yokoama (decr. 2.495); crea um na Republica da Bolívia (decr. 2.525); crea um em Port au Prince (decr. 2.653); designa a séde dos no Japão (decr. 2.786); crea um em Glasgow (decr. 2.829); crea um em Rosarió de Santa Fé (decr. 2.886); crea um em Brú-

xellas (decr. 2.887); crea um em Vigo (decr. 2.970); crea um em Munich (decr. 2.999); crea um em Dresde (decr. 3.118); annulla a creação do em Munich (decr. 3.119); crea um em Milão (decr. 3.149); supprime o em Rosario (decr. 3.192); dá providencias sobre a guarda e entrega dos archivos dos (decr. 3.210); annulla a creação do em Dresde (decr. 3.218); crea um em Berlim (decr. 3.335); crea um em New Castle (decr. 3.392); crea um em La Pallice (decr. 3.395); crea um em Porto Alonso (decr. 3.495); transfere para o Havre a séde do Geral em França (decr. 3.515); crea um em La Plata (decr. 3.536); crea um em Manchester (decr. 3.845) — Ver Emolumentos — Legações.

Consules — Determina como procederão os na cobrança dos emolumentos e como serão pagos os seus vencimentos e despesas (decr. 557); limita a quota dos que não percebem vencimentos (decr. 792); approva as instrucções para exame dos candidatos aos logares de (decr. 1.921). Ver Percentagens.

Consumo — Ver Impostos — Taxas.

Contadoria — Fixa o pessoal da Geral da Guerra (decr. 2.780).

Contagem — Ver Tempo.

Contas. — Manda trancar as do ex-almoxarife do Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Theophilo Antunes de Miranda (decr. 2.736); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 308:825\$121 para liquidação de companhias de cabos telegraphicos (decr. 3.851).

Continencias — Approva a tabella das que devem ser observadas no exercito (decr. 100).

Contractos — Approva o celebrado entre as companhias de estradas de ferro Minas e Rio e Muzambinho (decr. 85); transfere á Companhia Frigorifica Pastoril Brasileira o de que trata o decreto n. 963, de 1890 (decr. 335); rescinde o da Companhia Phosphato de Cal para a exploração de jazidas de cal em Fernando de Noronha (decr. 761); autoriza a transferencia do para a construcção da Estrada de Ferro de Maceló á Colonia Leopoldina (decr. 800); autoriza a transferencia d: para a construcção de uma estrada de ferro de Maceló á extincta Colonia Leopoldina (decr. 834); innova o com a Empresa de Melhoramentos do Porto de Santos (decr. 942); innova o com a "Ceará Harbour Corporation, Limited", de accôrdo com a lei n. 48, de 1892 (decr. 1.022); approva os apresentados pela companhia "The North Brazilian Sugar Factories, Limited", para o fornecimento de cannas a sua fabrica de S. Lourenço da Matta (decr. 1.037); approva os apresentados pela companhia "The North Brazilian Sugar Factories, Limited", para o fornecimento de cannas para suas fabricas (decr. 1.035); autoriza a alterar o celebrado com a "United States and Brazil Mail Steam Ship Company, Limited", (decr. 1.126); prorroga o a que se refere o decreto n. 9.540, de 1885 (decr. 1.169); manda executar o additamento do approvado pelo decreto n. 574, de 1891 (decr. 1.335); autoriza um provisorio com o Lloyd Brasileiro para o serviço de navegação nas linhas do Norte e Matto Grosso (decr. 1.624); declara caduca a concessão de terras devolutas de que tratam as clausulas 10^a e 15^a dos approvados pelos decretos ns. 4.735, de 1871, e 6.826 A, de 1877 (decr. 1.769); innova o celebrado com a Companhia Pernambucana de Navegação (decr. 1.790); innova o para o serviço a vapor no rio S. Francisco, a cargo da Companhia Pernambucana de Navegação (decr. 1.791); autori-

za a celebração de com a Companhia de Navegação a vapor do Maranhão para o servigode navegação entre Belém e Fortaleza (decr. 1.835); rescinde o celebrado com o engenheiro Miran Latif para obras de preparação do leito no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 1.950); approva a modificação da clausula 28ª do approvedo pelo decr. n. 857, de 1890 (decr. 1.985 B); autoriza a novação dos da "São Paulo Railway Company, Limited (decr. 1.999); autoriza a celebração de com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão em additamento ao de que trata o decreto n. 1.835, de 1894 (decr. 2.015); concede novo praso para a celebração do da "S. Paulo Railway Company, Limited" (decr. 2.040); rescinde os celebrados com o Estado de Minas Geraes para a cobrança pelas alfandegas da União de impostos de exportação (decr. 2.046; autoriza a celebração de com a "Amazon Steam Navigation Company, Limited", para a navegação nos Estados do Amazonas e Pará (decr. 2.054); autoriza a celebração de com a Companhia de Navegação a Vapor das Lagoas Norte e Manguaba para o serviço dessa navegação (decr. 2.120); abre ao Ministerio da Industria o credito de 3.757:400\$ para pagamento de indenizações nos rescindidos (decr. 2.506); autoriza a celebração de com a Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parna-hyba (decr. 2.514); rescinde o para construção da Estrada de Ferro de Paraty a Iguape (decr. 2.547); providencia sobre a revisão do celebrado com a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro para a construção de habitações para operarios e classes pobres (decr. 2.575); autoriza varias alterações no firmado com a "Amazon Steam Navigation Company, Limited", para a navegação nos Estados do Amazonas e Pará (decr. 2.876); modifica os celebrados com a Empresa Vição do Brasil para a navegação dos rios S. Francisco e das Velhas (decr. 3.015); modifica clausulas do da Companhia de Navegação a Vapor das Lagoas Norte e Manguaba (decr. 3.088); autoriza o com a "Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil" para a conclusão do prolongamento da Estrada do Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, no trecho de S. Sebastião a S. Gabriel (decr. 3.184); autoriza a com Carlos Alegre para concluir e trafegar o trecho do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, entre Carvoracy e Alegrete (decr. 3.208); innova o celebrado com a Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro (decr. 3.329); autoriza o com a "Great Western Brazil Company, Limited", para concluir o trecho da estrada de Timbaúba ao Pilar (decr. 3.467); declara interrompidos os prazos do para construção da Estrada de Ferro de Alcobaca á Praia da Rainha (decr. 3.493); autoriza o com a "Conde d'Eu Railway Company, Limited", para concluir o trecho de estrada de ferro de Mulungú a Alagoa Grande (decr. 3.531); autoriza a revisão do com a "Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited" (decr. 3.540); innova o para conclusão das obras de melhoramento do porto da Bahia (decr. 3.569); substitue clausulas das que acompanharão o de que trata o decreto n. 3.540, de 1889 (decr. 3.603); renova o para o serviço de navegação a vapor no rio São Francisco (decr. 3.609); supprime a alinea do § 1º da clausula XV do com a "Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited" (decr. 3.724) — Ver Arrendamento — Empréstimo.

Contribuições — Explica como se deve proceder com refe-

rencia á dos machinistas navaes para o montepio (decr. 779 C); estabelece algumas regras sobre a para o montepio dos officiaes da armada (decr. 885); estabelece algumas regras sobre a para o meio soldo e montepio dos officiaes do exercito (decr. 1.054); augmenta as dos pensionistas do Hospicio Nacional de Allenados (decr. 2.779) — Ver Montepio.

Convenção — Dá por finda a sanitaria celebrada entre o Brasil e as Republicas Argentina e Oriental (decr. 1.498); publica a adhesão da "Halifax and Bermudas Cable Company" á telegraphica internacional (decr. 1.970); publica a adhesão da Republica de Nicaragua á Postal Universal, concluida em Vienna decr. 2.006); publica a adhesão da Republica de Honduras á Postal Universal (decr. 2.074); publica a adhesão do Paraguay á Postal Universal (decr. 2.123); publica a adhesão dos protectorados britannicos de Zanzibar e da Africa Oriental á Postal Universal (decr. 2.204); publica a adhesão do governo portuguez á telegraphica internacional de S. Petersburgo (decr. 2.246); publica a adhesão do governo francez á telegraphica internacional de São Petersburgo, quanto á colonia da Nova Caledonia (decr. 2.268); publica a adhesão do governo britannico á telegraphica internacional de S. Petersburgo, pela colonia de Queensland (decr. 2.294); publica a adhesão da Noruega á internacional para a publicação de tarifas aduaneiras (decr. 2.339); publica a adhesão das colonias britannicas da Ascensão e de Santa Helena á Postal Universal (decr. 2.358); publica a adhesão do governo peruano á relativa á permutação de encomendas postaes (decr. 2.454); publica a adhesão do protectorado britannico de Sarawak á Postal Universal (decr. 2.493); publica a entrada da colonia ingleza de Ceylão na telegraphica internacional (decr. 2.507); approva as modificações que devem soffrer as tarifas e o regulamento da telegraphica internacional (decr. 2.529); publica a adhesão da Companhia Allemã de Telegraphos Maritimos á telegraphica internacional de S. Petersburgo, quanto ao cabo submarino de Borkum e Vigo (decr. 2.530); publica a adhesão da Coréa á Postal Universal (decr. 2.560); publica a adhesão definitiva do governo do Perú á sobre permutação de encomendas postaes (decr. 2.580); publica a adhesão do Estado Livre de Orange á Postal Universal (decr. 2.679); publica a decisão do governo japoniez, extendendo á ilha Formosa, as disposições do regulamento n. 18, de 1885, concernente ás repressões das infracções á de 14 de março de 1884, para protecção de cabos submarinos (decr. 2.795); publica a adhesão do Estado Livre de Orange á Postal Universal de Washington, de 1897 (decr. 2.909); manda executar a de 4 de maio de 1897, que regula o exercicio das profissões liberaes, entre o Brasil e o Chile (decr. 2.997); publica a adhesão da Republica Dominicana á Postal Universal de Washington (decr. 3.086); manda executar a firmada em 1895 entre o Brasil e os Paizes Baixos (decr. 3.169); manda executar os ajustes constantes da Postal Universal, firmados em Washington em 1897 (decr. 3.170); publica a adhesão da Republica de Honduras á Postal Universal de Washington, de 1897 (decr. 3.418); publica a adhesão da diversas colonias britannicas á de Washington, de 1897 (decr. 3.419); publica a adhesão da Republica de S. Salvador á Postal Universal de Washington (decr. 3.513); publica as modificações do regulamento para a execução da Postal Universal (decr. 3.588); publica a adhesão definitiva da Coréa á Postal Universal

de Washington (decr. 3.591); publica a adesão da Republica Peruana á sobre a permuta de encomendas postaes (decr. 3.645); publica a adesão dos Estados Unidos á de Washington, pelas ilhas Hawai, Porto Rico, Philippinas, de Guam e de Cuba (decr. 3.646); publica a adesão de Nicaragua á Postal Universal de Washington (decr. 3.726).

Convenio — Approva o celebrado entre o ministro da Fazenda e o presidente do Rio Grande do Sul (decr. 305); approva o celebrado em 17 de outubro de 1895 entre Pernambuco e Alagoas para fiscalização e cobrança dos direitos nas suas estações limitrophes (decr. 2.328).

Conversão — Ver Apolices.

Convocação — Ver Congresso Nacional.

Cooperativas. — Concede autorização a João Guimarães para organizar a Rural (decr. 52); concede autorização a Antonio Joaquim Dias da Silva para reformar os estatutos da de Consumo, de Construções e de Produção do Congresso Operario (decr. 77); approva a reforma dos estatutos da Militar do Brasil (decr. 1.848); concede autorização ao engenheiro Joaquim Guilherme de Souza Leitão Maldonado para organizar a Quatorze de Julho (decr. 1.895); autoriza a transformação da Quatorze de Julho em sociedade em commandita por acções, sob a firma de Maldonado & Comp. (decr. 2.392). Ver Companhias — Sociedades.

Côr. — Ver Bandeira.

Corpos — Altera as disposições do regulamento annexo ao decreto n. 327, de 1890, que creou o de engenheiros navaes (decr. 270); approva os regulamentos para o serviço dos arregimentados do exercito (decr. 338); estabelece gratificações aos officiaes da armada, pelo desempenho de commissões (decr. 389); dá novo regulamento para o concurso de admissão aos logares de cirugião e pharmaceutico do de saude da armada (decr. 518); revoga os decretos ns. 1.365 e 659, de 1891, que suspenderam as baixas do de marinheiros (decr. 687); manda substituir o art. 8º do regulamento provisorio dos arregimentados do exercito (decr. 703); eleva a etapa das praças e faz reverter á Caixa de Beneficencia do de bombeiros a importancia descontada das praças licenciadas (decr. 744); manda adoptar o fardamento para apresentações, rondas de theatros e passeio dos officiaes do de bombeiros (decr. 753); crea a 4ª companhia do de bombeiros (decr. 755); dá execução ao art. 2º do decreto n. 1.340, de 1891, com referencia ao docente da Escola Nacional de Bellas Artes (decr. 1.256); dá novo regulamento ao de saude da armada (decr. 1.348); estabelece o distinctivo para o de engenheiros navaes (decr. 1.567); restabelece o regulamento o de saude da armada, baixado com o decreto n. 633, de 1890, e annulla o que baixou com o decreto n. 1.348, de 1893 (decr. 1.572 A); altera o plano de uniformes para os medico e pharmaceutico do exercito (decr. 1.605); crea, no exercito, provisorios nas armas de artilharia, cavallaria e infantaria (decr. 1.682); approva provisoriamente o novo regulamento do de bombeiros (decr. 1.685 A); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 164:041\$450 para despesas com o de bombeiros (decr. 1.690); altera o plano de uniformes do de marinheiros nacionaes e aprendizes marinheiros (decr. 1.714); declara o plano de uniformes dos sanitarios do exercito (decr. 1.830); altera o regimen das ajudas de custo dos empregados do Diplomatico e do Consular

(decr. 1.951); crea o de infantaria de marinha (decr. 1.968); manda adoptar novo plano de uniformes para o da armada e classes annexas (decr. 2.036); manda observar o plano de uniformes para os inferiores e praças do de infantaria de marinha (decr. 2.051); determina que os vencimentos do Diplomático e do Consular sejam pagos por mezes vencidos (decr. 2.146); approva o regulamento para o fornecimento de viveres e forragens aos do exército (decr. 2.213); approva o regulamento do de bombeiros da Capital Federal (decr. 2.224); approva o plano para os uniformes do de bombeiros (decr. 2.234); rectifica erro de impressão do regulamento do de bombeiros (decr. 2.480); modifica o regulamento approved pelo decreto n. 2.213, de 1896, para o serviço de fornecimento de viveres e forragens aos do exército (decr. 2.905); reorganiza o de engenheiros navaes (decr. 3.196); approva o regulamento geral do de officiaes inferiores da armada (decr. 3.234); approva a consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Consular brasileiro (decr. 3.259); approva a consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao diplomático brasileiro (decr. 3.263); dá numeração aos de artilharia da guarda nacional de Capital Federal (decr. 3.319); altera o art. 21 do decreto n. 8.666, de 1882, que creou um de foguistas para os navios da armada (decr. 3.604); abre ao Ministerio de Justiça o credito supplementar de 27:000\$ para despesa com o de bombeiros (decr. 3.727); declara de utilidade publica a desapropriação dos terrenos ns. 44 e 46 e do predio n. 44 da rua do Humaytá, occupados pela estação sudoeste do de bombeiros (decr. 3.779); autoriza a installação definitiva da estação sudoeste do de bombeiros (decr. 3.780); crea o de patrões-móres da marinha (decr. 3.843). Ver Districtos — Fardamento — Guarda nacional.

Correcção — Ver Decretos.

Correios. — Approva o regulamento dos da Republica (decr. 1.692 A); abre o credito supplementar de 995:000\$ á verba (decr. 1.930); publica a adhesão da Republica de S. Salvador ao accôrdo relativo á intervenção do nas assignaturas de jornaes e periodicos (decr. 2.102); publica a adhesão da Servia ao accôrdo relativo á intervenção dos nas assignaturas de jornaes e periodicos, concluido em Vienna em 1891 (decr. 2.217); approva o regulamento dos (decr. 2.230). Ver Accôrds — Creditos.

Correspondencias — Publica a declaração do governo da China de que, tendo intenção de se associar á União Postal Universal, admittira, de janeiro de 1897 em deante, as franqueadas com as taxas da União (decr. 2.327).

Corretores — Ver Juntas — Regulamentos.

Côrte de Appellação — Ver Processos.

Coudelaria — Ver Companhias.

Courinhos — Ver Tarifas.

Creação — Ver Consulados — Corpos — Delegacias — Escolas — Guarda nacional — Institutos — Logares — Mesas.

Creditos — Abre ao Ministerio do Interior o supplementar de 500:000\$ á verba — Soccorros publicos (decr. 4); eleva a 928:000\$ o extraordinario aberto pelo decreto n. 829, de 1890 (decr. 1.66); abre ao Ministerio do Interior supplementares ás verbas — Subsídios aos senadores e deputados e — Secretarias do Senado Federal e da Camara dos Deputados (decr. 492); abre ao Ministerio do Interior o de 30:321\$428 para pagamento do subsidio do vice-presidente da Republica no exercicio de 1891 (decr.

525); abre o especial de 10.000:000\$ ao Ministerio da Marinha para diversas verbas (decr. 656); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 400:000\$ para construcção de pharões (decr. 657); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 13.000:000\$ para compra de armamento, etc. (decr. 664); abre o de 1.360:895\$ para despesas com as obras publicas da Capital Federal e a Estrada de Ferro Rio d'Ouro (decr. 717); abre ao Ministerio do Interior para despesas de varios serviços (decr. 720); abre o de 1.409:560\$ para occorrer ás despesas com o serviço da instrucção primaria do primeiro e segundo grãos, da Capital Federal (decr. 722 A); abre ao Ministerio da Justiça para despesas com varios serviços (decr. 723); abre ao Ministerio da Agricultura para despesas com alguns serviços a cargo da União (decr. 736)); abre ao Ministerio da Agricultura o de 299:237\$537 para occorrer á liquidacão de dividas de exercicios findos (decr. 737); abre ao Ministerio da Justiça o de 146:988\$ para despesas com serviços no Estado de Sergipe (decr. 749 A); abre ao Ministerio da Agricultura o de 1.268:156\$250 para despesas com o serviço de esgotos (decr. 752); eleva a 309:920\$ o de 141:600\$, aberto pelo decreto n. 720, de 1892, para as despesas com os Estados confederados (decr. 753); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 107:250\$ para despesas da rubrica — Ajudas de custo (decr. 759); abre ao Ministerio da Marinha o supplementar de 219:546\$842 á verba — Munições navaes (decr. 766); abre o de 6:780\$ para custeio da Fazenda Boa Vista (decr. 767); abre ao Ministerio do Interior o de 3.000:000\$ para despesas com soccorros publicos (decr. 770); abre ao Ministerio da Agricultura o extraordinario de 559:045\$ para as despesas com a illuminacão publica (decr. 772); abre ao Ministerio do Interior o extraordinario de 110:000\$ para despesas determinadas pelo art. 8º das disposições transitorias da constituição (decr. 788); abre ao Ministerio do Interior supplementares para despesas que excederem ás verbas do orçamento (decr. 794); abre ao Ministerio da Justiça o de 73:500\$ para despesas com o Asylo de Mendicidade (decr. 795); abre o de 6:800\$ para melhoria dos salarios do pessoal dos jardins (decr. 797); abre ao Ministerio da Guerra o supplementar de 150:000\$ á verba — Ajudas de custo (decr. 809); abre o supplementar de 50:564\$420 para a verba — Obras do Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos (decr. 820); abre ao Ministerio da Justiça o de 19:505\$444 para pagamento de diversos serviços no Estado da Bahia (decr. 840); abre o de 1.360:895\$ para as despesas com as obras publicas da Capital Federal e a Estrada de Ferro Rio d'Ouro (decr. 899); abre ao Ministerio da Agricultura o extraordinario de 1.268:156\$250 para as despesas com o serviço de esgotos (decr. 938); abre ao Ministerio da Agricultura o de 559:045\$ para as despesas com a illuminacão publica (decr. 939); abre o de 500:000\$ para pagamento do augmento de vencimentos de telegraphistas (decr. 978); abre o supplementar de 43:000\$ para despesas dos externatos do Gymnasio Nacional e Museu Nacional (decr. 1.056); abre ao Ministerio da Guerra o supplementar de 540:000\$ para as despesas do n. 17 do art. 7º da lei n. 26, de 1891 (decr. 1.058); abre ao Ministerio da Justiça o de 1.255:888\$597 (decr. 1.086); abre ao Ministerio da Agricultura o extraordinario de 87:365\$, destinado ás despesas com a desapropriacão de terrenos necessarios ao estabelecimento da casa

de machinas para o serviço de esgotos do Jardim Botânico (decr. 1.099); abre ao Ministerio do Interior um extraordinario para continuação das despesas com o recenseamento (decr. 1.145); abre ao Ministerio do Interior o suplementar de 3.000:000\$ á verba — Soccorros publicos (decr. 1.158); abre ao Ministerio da Industria o de 232:000\$ para despesas com a illuminação publica (decr. 1.211); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 285:000\$ para as despesas com a illuminação publica (decr. 1.212); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 1.274:156\$250 para as despesas com o serviço de esgotos (decr. 1.213); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 122:493\$750 para o custeio do Presidio de Fernando de Noronha (decr. 1.234); abre ao Ministerio da Industria o de 1.418:345\$ para as despesas com os serviços a cargo da Inspectoria Geral de Illuminação Publica (decr. 1.262); abre ao Ministerio da Industria o de £ 16.875-0-0 para pagamento de juros á "Ceará Harbour Corporation" (decr. 1.263); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de 267:598\$212 para despesas de diversas verbas (decr. 1.265); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 680:802\$061 para despesas de diversas verbas (decr. 1.266); abre ao Ministerio da Justiça o de 680:800\$ para pagamento do ordenado dos magistrados postos em disponibilidade (decr. 1.267); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 50:000\$ para despesas com o serviço de hygiene (decr. 1.273); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 2.495:556\$ para attender á execução de diversos serviços (decr. 1.290); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 99:000\$ para despesas com o material do thesouro, Tribunal de Contas e delegacias fiscaes (decr. 1.292); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 400:000\$ para as despesas com o montepio (decr. 1.292 A); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 32:150\$ á verba — Repartição da Carta Maritima (decr. 1.309); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1.500:000\$ para construção de um lazareto, em Pernambuco (decr. 1.310 A); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 200:000\$ para despesas com a pacificação de Estados (decr. 1.315); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 99:200\$ para execução de diversos serviços (decr. 1.317) abre ao Ministerio das Relações Exteriores o suplementar de 374:581\$670 para diversas despesas (decr. 1.318); abre ao Ministerio da Industria o de 16:200\$, para pagamento de salarios de serventes (decr. 1.325); abre o de 12:779\$065 para pagamento de despesas com o serviço de instrucção (decr. 1.326); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 150:000\$ para cumprimento do disposto no art. 2º da lei n. 97, de 1892 (decr. 1.331); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 36:280\$ (decr. 1.346); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 34:808\$252 para despesas com o pessoal da Repartição da Policia e com os vencimentos dos magistrados do Estado da Parahyba (decr. 1.358); abre o extraordinario de 400:000\$ á verba — Pensionistas (decr. 1.360); abre o extraordinario de 5:280\$700 para pagamento de premio ao Dr. José Luiz de Almeida Couto, e da impressão de sua obra "Lições de Clinica Medica e Therapeutica" (decr. 1.374); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de \$ 15.000 para pagamento á Via-Ferreá Intercontinental (decr. 1.381); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de

379:185\$141 para despesas com o serviço de iluminação publica (decr. 1.399); abre ao Ministerio da Industria o de 41:418\$345\$ para despesas da Inspeção Geral das Obras Publicas (decr. 1.469); abre ao Ministerio da Industria o de 1.828:838\$635 para pagamento de passagens de immigrants (decr. 1.470); abre ao Ministerio da Industria o de 114:997\$848 para pagamento da Colonia S. Lourenço (decr. 1.513); abre o de 12:317\$174 para despesas em Santa Catharina, por conta da verba — Soccorros publicos, e de 2:000\$ para pagamento de vencimentos do continuo da secretaria da Camara dos Deputados, Luiz Ferreira Barros (decr. 1.515); abre o de 955:126\$106 para obras no Ministerio da Justica (decr. 1.528); abre ao Ministerio da Fazenda o de 9.601:830\$972 para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. 1.541 A); abre o supplementar de 10:000\$ para auxiliar a realização de trabalhos juridicos (decr. 1.543); abre o supplementar de 453:950\$ para pagamento do subsidio aos deputados e senadores, na prorogação (decr. 1.547 A); abre o extraordinario de 265:980\$ para despesas da Directoria Sanitaria, do Laboratorio Bacteriologico e dos hospitaes de isolamento (decr. 1.548); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 8.000:000\$ (decr. 1.550); abre ao Ministerio da Industria o de 721:590\$ para despesas com o serviço de iluminação (decr. 1.552); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario £ 28.875-0-0 para pagamento de juros devidos á "Ceará Harbour Corporation" (decr. 1.553); abre ao Ministerio da Justica o extraordinario de 122:493\$750\$ para custeio do Presidio de Fernando de Noronha (decr. 1.555); abre ao Ministerio da Marinha o de 3.021:113\$738 para diversas despesas (decr. 1.556); abre supplementares ás verbas — Apontados,—Ajudas de custo e—Despesas eventuaes, do Ministerio da Fazenda (decr. 1.561); abre ao Ministerio da Justica o supplementar, á verba — Soccorros publicos, na importancia de 769\$600 (decr. 1.575); abre ao Ministerio da Fazenda o de 170:000\$ para encomendas de notas (decr. 1.581); abre o supplementar de 600:000\$ á verba — Exercicios findos (decr. 1.583); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o supplementar de 110:000\$ para despesas das rubricas — Ajudas de custo e — Extraordinarias no exterior (decr. 1.594); abre o extraordinario de 100:000\$ ao Ministerio das Relações Exteriores para a missão da China (decr. 1.596); abre o de 36:756\$660 para despesas com o serviço de fiscalização da iluminação da Capital Federal (decr. 1.599); abre ao Ministerio da Industria o supplementar na importancia de 930:631\$362 para pagamento do excesso de despesas com o serviço do Correio Geral (decr. 1.600); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2:800\$ para pagamento de vencimentos aos adjuntos do procurador da Republica e solicitador do Districto Federal (decr. 1.609 B); abre ao Ministerio da Industria o de 1.274:156\$250 para pagamento de serviços a cargo da companhia "Rio de Janeiro City Improvements" (decr. 1.611); abre ao Ministerio da Industria o de 150:000\$ á verba — Telegraphos (decr. 1.612); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 6.000:000\$ (decr. 1.623); abre ao Ministerio da Justica o extraordinario de 240:000\$ á verba — Policia do Districto Federal (decr. 1.628); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 12.216:023\$701 para despesas com estradas de ferro (decr. 1.630); abre ao Ministerio da Industria o extra-

ordinario de 150:000\$ para despesas com as da porto do Recife (decr. 1.631); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 16:000\$ para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. 1.632); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 27:017\$978 para occorrer a diversos servicos (decr. 1.642); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de 18:480\$ á verba — Capitancias de portos (decr. 1.643); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de 32:150\$ á verba — Repartição da Carta Maritima (decr. 1.644); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 263:974\$725 para as despesas a cargo da Inspeção Geral de Obras Publicas (decr. 1.645 A); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 30:00\$ para pagamento da subvenção á Companhia de Vição Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya (decr. 1.645 B); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 898:486\$840 para despesas com o serviço de colonização no Rio Grande do Sul (decr. 1.645 C); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 200:000\$ para despesas com a pacificação de Estados (decr. 1.656); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 122:493\$750 para custeio do Presidio de Fernando de Noronha (decr. 1.657); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 2:000\$ por insuficiencia do aberto pelo decreto n. 1.556, de 1893 (decr. 1.669); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 8:400\$ para pagamento de vencimentos de adjuntos do procurador da Republica e do solicitador da Fazenda (decr. 1.671); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 16.000:000\$ (decr. 1.675); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 4:191\$692 para pagamento do aluguel da casa em que funciona a secretaria de Estado (decr. 1.682 A); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1.000:000\$, destinado a auxiliar a Municipalidade do Districto Federal (decr. 1.686); abre ao Ministerio da Justiça o de 19:642\$933 (decr. 1.689); abre ao Ministerio da Justiça o de 164:041\$450 para despesas com o corpo de bombeiros (decr. 1.690); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 1.500:000\$ para a construcção do Hospital Central do Exercito (decr. 1.694); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 200:000\$ para despesas com diligencias policiaes (decr. 1.695); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 3.000:000\$ para despesas com reparos e armamentos das fortificações (decr. 1.696); abre ao Ministerio da Industria o de 5.000:000\$ para a compra de material rodante e de tracção para a Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 1.699); abre ao Ministerio da Industria o de 580:000\$ para construcção de linhas telegraphicas (decr. 1.700); abre ao Ministerio da Industria o de 150:000\$ para pagamento á "Western Brazilian Telegraph Company" (decr. 1.701); abre o extraordinario de 200.000\$ á verba — Soccorros publicos (decr. 1.705); abre um até a quantia de 120:000\$ para obras na Alfandega de Maceió e acquisição de um guindaste e uma lancha a vapor (decr. 1.706); abre ao Ministerio da Fazenda o de 100:000\$ á verba — Despesas eventuaes (decr. 1.707); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 16.000:000\$ (decr. 1.710); abre ao Ministerio da Fazenda o de 369:061\$987 para despesas com o pessoal e material da Recebedoria da Capital Federal (decr. 1.718); abre ao Ministerio da Fazenda o de 800:000\$ para despesas com as alfandegas de São Paulo e Juiz de Fôra (decr. 1.747); abre ao Ministerio da Justiça

o extraordinario de 122:493\$750 para custeio do Presidio de Fernando de Noronha (decr. 1.784); abre o extraordinario de 500:000\$ á verba — Soccorros publicos, do Ministerio da Justiça (decr. 1.792); abre o especial de 89:000\$ para organização da Colonia Correccional de Dois Rios (decr. 1.795); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 6:020\$ para pagamento de vencimentos aos escrivães e officiaes de justiça do extinto Juizo dos Feitos da Fazenda (decr. 1.846); abre á verba — Caixa de Amortização, o supplementar de 1.420:580\$833 (decr. 1.852); abre o supplementar de 150:000\$ á verba — Exercicios finidos (decr. 1.858); abre ao Ministerio da Industria o supplementar de 9.369:729\$ para despesas com garantia de juros ás estradas de ferro (decr. 1.890); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 1.856:250\$ á verba — Subsídios aos senadores e deputados (decr. 1.897); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 207:000\$ á verba — Secretarias do Senado Federal e da Camara dos Deputados (decr. 1.898); abre o necessario para pagamento dos vencimentos dos empregados das secretarias das duas camaras (decr. 1.899); abre o supplementar de 37:047\$ á rubrica 3ª do art. 2º da lei n. 191 B, de 1893 (decr. 1.906); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 25.500:000\$ para despesas até liquidação do exercicio (decr. 1.909); abre o de 150:000\$ para despesas com o transporte de sentenciados de Fernando de Noronha (decr. 1.911); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 474:374\$905 á verba — Policia do Districto Federal (decr. 1.914); abre o extraordinario de 800:000\$ para as despesas com a recepção condigna da comissão de officiaes orientaes (decr. 1.916); abre o extraordinario de 285:435\$768 para a reconstrução de paiões de polvora na ilha do Boqueirão, e outro, de 731:580\$, para as despesas com obras de estabelecimentos militares. (decr. 1.917); abre supplementares destinados ao pagamento do augmento de vencimentos dos patrões das embarcações do Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. 1.918); abre ao Ministerio da Marinha o de 527:422\$ para diversas verbas (decr. 1.919); abre o extraordinario de 200:000\$ para as despesas com a demarcação da fronteira entre o Brasil e a Bolivia (decr. 1.920); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o supplementar de 230:000\$ para as rubricas 4ª e 5ª do art. 3º da lei n. 191 B, de 1893 (decr. 1.922); distribue o de 27.000:000\$ para reconstituição do material do exercito e da armada (decr. 1.923); abre a diferentes rubricas do Ministerio da Justiça supplementares na importancia de 466:500\$ (decr. 1.924); abre ao Ministerio da Fazenda o supplementar de 908:172\$480 ás verbas — Exercicios finidos e — Eventuaes (decr. 1.927); abre o extraordinario de 100:000\$ para pagamento das terras e das aguas do rio Covanca (decr. 1.928); abre o supplementar de 995:000\$ ao Ministerio da Industria para despesas do Correio Geral (decr. 1.930); abre ao Ministerio da Justiça o de 1:306\$450 á verba — Justiça federal (decr. 1.956); abre aos diversos ministerios o especial de 72:000\$ para pagamento de gratificação aos ministros, para representação (decr. 1.957); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 122:493\$750 para custeio do Presidio de Fernando de Noronha (decr. 1.971); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 250:000\$ á verba — Soccorros publicos (decr. 1.972); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 1.500:000\$ para pagamento de reclamações por via diplomatica (decr. 1.990);

abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 8:825\$840 para pagamento de vencimentos ao Dr. Antonio Martins Pinheiro (decr. 2.008); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 100:000\$ para indemnização pela morte de dois orientaes, por forças brasileiras, na fronteira (decr. 2.012); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 6:000\$ para custeio de officinas do Instituto Benjamin Constant (decr. 2.047); abre ao Ministerio da Guerra o suplementar de 5.074:417\$100 (decr. 2.057); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 7:000\$ para as despesas com o Consulado de Cayenna (decr. 2.059); abre o suplementar de 600:000\$ para as despesas da verba 38^a do art. 2.^o da lei de orçamento para 1895 (decr. 2.062); abre o suplementar de 4.516:323\$080 ao Ministerio da Marinha para despesas excedentes ás consignações votadas na lei n. 191 B, de 1893 (decr. 2.064); abre ao Ministerio da Fazenda o de 133:000\$ para as obras da Alfandega de Macahé (decr. 2.068); abre os extraordinarios de 54:000\$, á verba 5^a, e de 60:000\$, á verba 7^a, do art. 2.^o da lei n. 266, de 1894 (decr. 2.069); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 119:319\$656 para custeio do Presidio de Fernando de Noronha (decr. 2.084); abre ao Ministerio da Industria o suplementar de 3.341:816\$713 para despesas com garantia de juros a estradas de ferro (decr. 2.086); abre ao Ministerio da Guerra o suplementar da quantia de 7.905:410\$565 para diversas despesas (decr. 2.096); abre ao Ministerio da Fazenda o suplementar de 1.700:000\$ á verba — Reposições e restituições (decr. 2.113); abre ao Ministerio da Marinha os extraordinarios de 381:000\$ para execução do § 10 do art. 2.^o da lei n. 242, de 1894, e de 1.883:775\$080 para pagamento de fretes e reparos dos vapores "Santos", "S. Salvador" e "Itaipu", armados em cruzadores durante a revolta de 1893 (decr. 2.116); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 117:000\$, sendo 52:000\$ á verba — Secretaria do Senado Federal e 65:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 2.117); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 898:486\$840 para pagamento de despesas com a colonização do Rio Grande do Sul (decr. 2.125); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 53:364\$190 para pagamento de despesas com o funeral do marechal Floriano Peixoto (decr. 2.126); abre ao Ministerio da Marinha o 830:800\$, supplemental, á verba — Obras, para occorrer á construção de um quartel para o batalhão de infantaria de marinha, aos reparos de proprios nacionaes na ilha das Cobras e fabricação de uma porta-caixão para o dique Guanabara (decr. 2.127); abre o suplementar de 44:826\$423 ao Ministerio da Justiça para pagamento de despesas autorizadas pela lei n. 198, de 1894 (decr. 2.129); abre ao Ministerio da Fazenda o suplementar de 28:000\$ para despesas com a Caixa de Amortização (decr. 2.136); abre ao Ministerio da Industria o de 200:000\$ para occorrer ás despesas com o prolongamento da linha telegraphica pelo interior do Maranhão, até Palma, em Goyaz (decr. 2.137); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 300:000\$ para auxiliar o Estado de Goyaz (decr. 2.138); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 566:226\$610, destinado a diversas verbas do art. 2.^o da lei n. 266, de 1894 (decr. 2.147); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de 3.221:549\$525, de conformidade com o art. 3.^o, n. 4, da

lei n. 247, de 1894 (decr. 2.149); abre ao Ministerio da Guerra o de 3.000:000\$ para restauração e melhoramento das fortalezas (decr. 2.150); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 2.096:135\$872 para occorrer ás despesas da verba — Terras publicas e colonização (decr. 2.151); abre ao Ministerio da Fazenda o suplementar de 4.700:000\$ á verba — Exercícios findos (decr. 2.152); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 76:036\$ á verba — Policia do Districto Federal (decr. 2.159); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o suplementar de 19:500\$ á verba 1ª do art. 3º da lei n. 266, de 1894 (decr. 2.164); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 577:125\$, sendo 127:575\$ á verba — Subsídio aos senadores e 449:550\$ á verba — Subsídio aos deputados (decr. 2.165); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 58:500\$, sendo 26:000\$ á verba — Secretaria do Senado Federal e 32:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 2.166); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 257:152\$518 para diversas despesas relativas á reorganização do Hospital de Marinha (decr. 2.167); abre ao Ministerio da Fazenda o suplementar de 4:571\$428 para pagamento ao bacharel Augusto Carlos de Amorim Garcia (decr. 2.171); abre ao Ministerio da Industria o suplementar de 819:000\$ á verba 4ª do art. 6º do decreto 266, de 1894 (decr. n. 2.174); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 9:873\$760 para resgate de compromissos da comissão examinadora da escripturação da Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro, da Fazenda de Ariró e do Laboratorio de Biologia (decr. 2.176); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de 7.616:993\$250 ao art. 4º da lei n. 266, de 1894 (decr. 2.177); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 76:000\$ para pessoal e Material da Colonia Correccional de Dois Rios (decr. 2.178); abre ao Ministerio da Industria o suplementar de 108:713\$995, á verba 15ª do art. 6º da lei n. 126 B, de 1892 (decr. 2.184); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio aos senadores e 477:000\$ á verba — Subsídio aos deputados (decr. 2.199); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 58:500\$, sendo 26:000\$ á verba — Secretaria do Senado Federal e 32:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 2.200); abre ao Ministerio da Guerra os parciaes até 14.000:000\$ para despesas extraordinarias com o exercito e corpos patrióticos no Rio Grande do Sul (decr. 2.201); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 420:000\$ á verba — Soccorros publicos (decr. 2.210); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 800:000\$ para despesas com o Lazareto do Tamandaré (decr. 2.211); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:780\$438 á verba — Justiça do Districto Federal (decr. 2.222); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 97:787\$596 á verba — Justiça Fed. (decr. 2.223); abre ao Ministerio da Industria o especial de 500:000\$ para favorecer a civilização dos selvícolas (decr. 2.231); abre ao Ministerio da Industria o de 2.122:641\$ para custear o serviço de introdução de imigrantes (decr. 2.232); abre ao Ministerio da Industria o de 82:0000\$ para pagamento de differença de subvenção á Companhia de Navegação do Maranhão (decr. 2.242); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o suplementar de 8:965\$478 para as despesas da rubrica — Extraordinarias no exterior (decr.

2.249); abre ao Ministerio da Fazenda o suplementar de 279:747\$960 á verba — Juros dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro (decr. 2.250); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 102:599\$200 para custeio do Presidio de Fernando de Noronha (decr. 2.252); abre ao Ministerio da Justiça o de 500:000\$, suplementar, á verba — Soccorros publicos (decr. 2.259); abre ao Ministerio da Fazenda o de 43:983\$700 para concluir as obras do edificio destinado á Alfandega de Macahé (decr. 2.260); abre ao Ministerio da Industria o de 2.148:683\$ para despesas com immigrants (decr. 2.267); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 89:484\$430 para o pagamento de reclamações por via diplomatica (decr. 2.275); abre ao Ministerio da Guerra o suplementar de 7:200\$ para pagamento de augmento de vencimentos de juizes togados do Supremo Tribunal Militar (decr. 2.277); abre ao Ministerio da Industria o de 386:593\$333, para despesas com as hospedarias de inmigrantes de Pinheiro e da ilha das Flores (decr. 2.280); abre ao Ministerio da Industria o suplementar de 115:100\$ para despesas da Agencia Central de Imмиграção (decr. 2.285); abre o suplementar de 21:840\$366 á verba — Exercicios findos (decr. 2.293); abre ao Ministerio da Fazenda o suplementar de 5:182\$757 á verba — Exercicios findos (decr. 2.295); abre o suplementar de 9:301\$930 á verba — Exercicios findos (decr. 2.296); abre ao Ministerio da Marinha o de 25:000\$ para despesas com o estabelecimento de um pharol em Macapá (decr. 2.297); abre ao Ministerio da Fazenda o suplementar de 128:828\$500 para despesas com o fabrico de moedas de nickel e bronze (decr. 2.300); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 200:000\$ para completar o auxilio concedido ao Estado da Parahyba pela lei n. 120, de 1892 (decr. 2.302); abre ao Ministerio da Fazenda o suplementar de 600:000\$ á verba — Exercicios findos (decr. 2.303); abre o especial de 2.220:000\$ para indemnizar prejuizos consequentes da revolta da armada (decr. 2.311); abre ao Ministerio da Fazenda o de 350:000\$ para pagamento a Galeno y Soto, carregadores dos navios "Centaurio" e "Celino" (decr. 2.315); abre ao Ministerio da Industria o de 2.501:070\$ para despesas com immigrants (decr. 2.317); abre ao Ministerio da Justiça o de 186:467\$680, suplementar, a diversas rubricas da lei n. 360, de 1895 (decr. 2.321); abre ao Ministerio da Marinha o de 300:000\$ para despesas com estudos e acquisição de terrenos para mudança do Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. 2.326); abre ao Ministerio da Fazenda o de 300:000\$ para auxilio ao Estado do Piahy (decr. 2.337); abre ao Ministerio da Industria o de 8.500:000\$ (decr. 2.340); abre ao Ministerio da Marinha o de 34:000\$, suplementar, á verba 17ª do art. 4º da lei n. 360, de 1895 (decr. 2.342); abre ao Ministerio da Fazenda o de 123:950\$ para acquisição de moveis, etc. para a Alfandega de Macahé (decr. 2.343); abre ao Ministerio da Fazenda o de 336:018\$428, suplementar, á verba 17ª do art. 7º da lei n. 360, de 1895 (decr. 2.344); abre ao Ministerio da Fazenda o de 5.522:847\$682 á verba — Reposições e restituções (decr. 2.345); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 102:599\$200 para custeio do Presidio de Fernando de Noronha (decr. 2.346); abre ao Ministerio da Fazenda o suplementar de 7:707\$ á verba — Alfandegas (decr. 2.348); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 76:200\$, sendo

33:700\$ á verba — Secretaria do Senado Federal e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 2.351); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio aos senadores e 477:000\$ á verba — Subsidio aos deputados (decr. 2.352); abre ao Ministerio da Fazenda o de 649:644\$864 á verba — Exercicios findos (decr. 2.359); abre ao Ministerio da Marinha o de 668:260\$, suplementar, a diversas rubricas do orçamento (decr. 2.365); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 661:658\$842 para pagamento do fretamento dos vapores "Iris" e "Aymoré" (decr. 2.366); abre ao Ministerio da Industria o de 1.324:436\$670 para as despesas com immigrants (decr. 2.372); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio aos senadores e 477:000\$ á verba — Subsidio aos deputados (decr. 2.373); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado Federal e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 2.374); abre ao Ministerio da Industria o especial de 23:592\$827 para pagamento de despesas com a execução das leis ns. 266, de 1894, e 348 e 360, de 1895 (decr. 2.377); abre ao Ministerio da Fazenda o de 6.524:426\$606, suplementar, á verba — Exercicios findos (decr. 2.378); abre ao Ministerio da Guerra o de 2:693\$952 para pagamento de etapas ao capitão-tenente Tancredo de Castro Jauffret (decr. 2.379); abre ao Ministerio da Industria a extraordinario de 200:000\$ para despesas com a continuação dos estudos da nova capital, no planalto central (decr. 2.382); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 40:640\$, sendo 17:973\$333 á verba — Secretaria do Senado Federal e 22:666\$667 á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 2.383); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 330:000\$, sendo 75:000\$ á verba — Subsidio aos senadores e 254:400\$ á verba — Subsidio aos deputados (decr. 2.384); abre ao Ministerio da Industria o especial de 37:939\$975 para indemnização ao Dr. José Antonio Pinho Borges (decr. 2.387); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:440\$858 para pagamento de vencimentos dos membros do Tribunal de Contas (decr. 2.388); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.115:208\$500, suplementar, á verba — Exercicios findos (decr. 2.389); abre ao Ministerio da Guerra o de 2.500:280\$744, suplementar, a diversas rubricas do art. 5º da lei n. 360, de 1895 (decr. 2.390); abre ao Ministerio da Marinha o de 1.787:802\$270, suplementar a diversas rubricas do orçamento (decr. 2.391); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 206:250\$, sendo 47:250\$ á verba — Subsidio aos senadores e 159:000\$ á verba — Subsidio aos deputados (decr. 2.398); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 29:000\$, sendo 12:000\$ á verba Secretaria do Senado Federal e 17:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 2.399); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 4.000:000\$ para execução do accôrdo sobre reclamações italianas (decr. 2.401); abre ao Ministerio da Justiça o de 70:000\$, suplementar, á verba 13ª da lei n. 360, de 1895 (decr. 2.404); abre ao Ministerio da Fazenda o suplementar de 1:074\$060 á verba — Exercicios findos (decr. 2.407); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o suplementar de 20:000\$ para despesas da brica — Extraordinarias no exterior (decr. 2.410); abre ao Ministerio da Justiça o de 120:000\$, suplementar, á verba — Socorros publicos (decr. 2.442); abre ao Ministerio da Fazenda o de

14:630\$105 para indemnização aos bancos regionaes (decr. 2.462); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 66:084\$592 para satisfazer saques indevidamente effectuados pelo ex-1º secretario de legação João Marques de Carvalho (decr. 2.463); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 22:710\$ para despesas com o serviço do Hospital S. Sebastião (decr. 2.465); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 51:299\$600 para occorrer ás despesas com o custeio do Presidio de Fernando de Noronha (decr. 2.466); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 30:000\$ para uma parte das despesas com a organização dos serviços mencionados nos ns. 1 e 2 do art. 87 da lei n. 221, de 1894 (decr. 2.470); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 2.000:000\$ (decr. 2.474); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 3:998\$927 para despesas com o custeio do Pedagogium (decr. 2.476); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 216:306\$309 para restituição de imposto sobre dividendos (decr. 2.492); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 200:000\$ para as despesas com a criação da legação e do consulado no Japão (decr. 2.494); abre ao Ministerio da Industria o de 3.757:400\$ para liquidação de serviços relativos a obras suspensas (decr. 2.506); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 51:299\$600 para despesas com o custeio do Presidio de Fernando de Noronha (decr. 2.510); abre ao Ministerio da Guerra o de 88:215\$906 para saldar despesas com a construção de paioes de polvora (decr. 2.520); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 2.000:000\$ para despesas extraordinarias com as operações militares no interior do Estado da Bahia (decr. 2.578); abre ao Ministerio da Industria o de 21:500\$ para pagamento de vencimentos dos empregados da extincta Agencia Official de Colonização (decr. 2.584); abre ao Ministerio da Fazenda o de 14:125\$100, supplementar, á verba — Exercícios findos (decr. 2.595); abre o especial de 111:095\$500 para pagamento dos vencimentos dos officiaes que reverteram ao serviço do exercito e da armada (decr. 2.596); abre o de 2:090\$321 para pagamento de vencimentos ao Dr. Tiburcio Valeriano Pecemgueiro do Amaral (decr. 2.618); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio aos senadores e 477:000\$ á verba — Subsídio aos deputados (decr. 2.628); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar da 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado Federal e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 2.629); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 99:993\$962 para pagamento de despesas de que tratam os ns. 3 e 4, § 1º do art. 2º da lei n. 429, de 1896 (decr. 2.655); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado Federal e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 2.656); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio aos senadores e 477:000\$ á verba — Subsídio aos deputados (decr. 2.657); abre ao Ministerio da Fazenda o de 132:809\$998 á verba — Exercícios findos (decr. 2.636); abre ao Ministerio da Justiça o de 380:000\$ para pagamento de vencimentos aos magistrados aposentados e readmittidos á disponibilidade (decr. 2.677); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 13:570\$400 para pagamento de despesas com os funeraes do marechal Carlos Machado Bittencourt (decr. 2.678); abre o supplementar de 3:343\$772 á verba — Exercícios findos (decr. 2.683); abre ao Ministerio da Fazenda o supplementar de 3:009\$ á verba — Exercícios findos.

para pagamento de vencimentos ao 3º official dos Correios, José Francisco Rodrigues (decr. 2.684); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado Federal e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 2.685); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio aos senadores e 477:000\$ á verba — Subsídio aos deputados (decr. 2.686); abre ao Ministerio da Justiça o de 9:750\$, á verba 9ª. e 5:480\$, á verba 29ª (decr. 2.696); abre ao Ministerio da Marinha o de 200:000\$, suplementar, á verba — Hospitaes (decr. 2.718); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 30:000\$, suplementar, á rubrica 4ª do art. 3º da lei n. 429, de 1896 (decr. 2.719); abre ao Ministerio da Justiça o de 94:000\$, suplementar, á verba — Diligencias policiaes (decr. 2.721); abre ao Ministerio da Justiça o de 255:757\$119, suplementar, á diversas verbas (decr. 2.722); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 259982\$930 para obras na Fabrica de Polvora da Estrella (decr. 2.723); abre ao Ministerio da Fazenda o de 450:000\$, suplementar, á verba — Reposições e restituções (decr. 2.728); abre ao Ministerio da Marinha o de 1.447:715\$168, suplementar, á varias verbas (decr. 2.729); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 123:750\$, sendo 28:350\$ á verba — Subsídio aos senadores e 95:400\$ á verba — Subsídio aos deputados (decr. 2.730); abre ao Ministerio da Industria extraordinarios, especiaes e supplementares, na importancia de 27.346:149\$845, para despesas do mesmo ministerio (decr. 2.731); abre ao Ministerio da Justiça o de 4:709\$677 para pagamento de vencimentos a funcionarios do Pedagogium (decr. 2.733); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 26:239\$982, sendo 10:273\$322 á verba — Secretaria do Senado Federal e 15:966\$660 á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 2.734); abre ao Ministerio da Guerra o de 1:388\$498, suplementar, á diversas verbas (decr. 2.735); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 546:970\$821 para attender á restitução de armazenagens cobradas nas alfandegas do Rio Grande do Sul (decr. 2.739); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 300:000\$ para despesas da verba — Combustivel (decr. 2.760); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de 250:000\$ para despesas da verba — Eventuaes (decr. 2.761); abre ao Ministerio da Industria o suplementar de 6:000\$ para completar o pagamento de vencimentos de 10 bilheteiros da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 2.764); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 72:000\$ para acquisição de duas lanchas para o serviço da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. 2.776); abre ao Ministerio da Fazenda o suplementar de 308:252\$690 á verba — Caixa de Amortização (decr. 2.801); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 35:657\$534 para pagamento de vencimentos do pessoal addido á secretaria de Estado (decr. 2.808); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 13:895\$000 para pagamento de vencimentos do 2º official dos correios, Max Fleuiss (decr. 2.809); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 490:419\$330 para as despesas com a installação das escolas preparatorias e de tactica, no Districto Federal e Rio Grande do Sul (decr. 2.815); abre ao Ministerio da Guerra o de 221:914\$135, suplementar, á verba 27ª do art. 5º da lei n. 429, de 1896 (decr.

2.833); abre ao Ministerio da Justiça o de 126:366\$922, supplementar, á verba — Soccorros publicos (decr. 2.851); abre o de 163:795\$260, supplementar, á verba 27ª do art. 5º da lei n. 429, de 1896 (decr. 2.852); abre ao Ministerio da Fazenda o de 166:249\$999, supplementar, á verba — Juros de bilhetes do thesoiro (decr. 2.854); abre ao Ministerio da Fazenda o de 700:000\$ para despesas de arrecadação e fiscalização dos impostos de fumo e bebidas alcoolicas (decr. 2.858); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 6:186\$391 para pagamento de vencimentos ao major Alcides Bruce (decr. 2.860); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 33:341\$598 para pagamento de differenças de vencimentos a telegraphistas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 2.878); abre ao Ministerio da Industria o de 600:000\$ (decr. 2.888); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 8:294\$272 para pagamento de soldo ao tenente reformado do exercito José Severo Fialho (decr. 2.891); abre ao Ministerio da Justiça o de 8:028\$523 para pagamento ao dr. José Joaquim Seabra, lente da Faculdade de Direito do Recife (decr. 2.894); eleva a 16:281\$913 o de 8:028\$523, aberto pelo decreto n. 2.894, de 1898 (decr. 2.908); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 11:934\$440 para pagamento de vencimentos e custas ao dr. Cincinato Americo Lopes (decr. 2.924); abre ao Ministerio da Fazenda o de 9.383:333\$333 para pagamento de juros e amortização do emprestimo de £ 2.000.000, contrahido em 1897 (decr. 2.931); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 68:494\$900 para despesas com a instalação da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo (decr. 2.933); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:831\$111 para pagamento de vencimentos ao tenente da brigada policial Vicente Pinto de Sant'Anna (decr. 2.947); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 146:000\$ para pagamento de ordenados a magistrados aposentados que reverteram á disponibilidade (decr. 2.961); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 10:816\$550, complementar ao de 138:064\$180, para pagamento á companhia de navegação "Norddeutscher Lloyd de Bremen" (decr. 2.962); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 32:000\$ para pagamento de vencimentos do pessoal addido á Secretaria de Estado (decr. 2.971); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 815:067\$120 para pagamento de indemnizações a reclamanoes italianos (decr. 2.972); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 90:000\$ para despesas com a missão encarregada de defender o direito brasileiro na questão de limites com a Guyana Franceza (decr. 2.975); abre ao Ministerio da Fazenda o de 520:200\$ para pagamento de apolices cujos possuidores não acceltaram a conversão (decr. 2.985); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 24:150\$ para despesas no edificio da Escola Preparatoria e de Tactica de Realengo (decr. 2.986); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba—Secretaria do Senado Federal e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 2.995); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio aos senadores e 477:000\$ á verba — Subsídio aos deputados (decr. 2.996); abre o de 600:356\$190, supplementar, a diversas verbas do orcamento da Fazenda (decr. 3.016); abre ao Ministerio da Justiça o de 17:900\$, supplementar, á verba 9ª do

art. 2º da lei n. 490, de 1897 (decr. 3.018); abre ao Ministerio da Justiça o de 100:000\$, complementar, á verba 14ª da lei n. 490, de 1897 (decr. 3.019); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2.804:737\$500 para pagamento de despesas oriundas da reversão de juros de apolices (decr. 3.024); abre ao Ministerio da Justiça o de 127:083\$600, complementar, á verba 37ª do art. 2º da lei n. 490, de 1897 (decr. 3.025); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 113:402\$880 para pagamento de etapa do pessoal docente dos institutos militares de ensino (decr. 3.026); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 378:683\$120 para restituição ao Estado de Minas Geraes de direitos pagos pelo material importado para construção da nova capital (decr. 3.039); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 152:711\$223 á verba — Soccorros publicos (decr. 3.041); abre ao Ministerio da Guerra o de 20:773\$333 para pagamento de ordenados dos professores da extincta Escola Militar do Ceará, em disponibilidade, e das gratificações aos commandantes dos institutos militares de ensino (decr. 3.054); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio aos senadores e 477:000\$ á verba — Subsídio aos deputados (decr. 3.057); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado Federal e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 3.058); abre ao Ministerio da Industria o especial de 583:466\$045 (decr. 3.066); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.425:150\$ para pagamento de despesa com a restituição á Companhia Luz Stearica (decr. 3.085); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 119:784\$592 para as obras de parte da fachada da Escola Militar do Brasil (decr. 3.108); abre ao Ministerio da Fazenda o de 12:000\$, complementar, á verba — Thesouro Federal (decr. 3.109); abre ao Ministerio da Guerra o de 41:400\$ para pagamento de gratificações aos estados-maiores do ministro da Guerra, do ajudante-general e do quartel-mestre general (decr. 3.125); abre ao Ministerio da Guerra o complementar de 1.510:516\$ para despesas com o § 11 — Etapas (decr. 3.126); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 7:000\$ para despesas com a Escola Militar do Brasil (decr. 3.127); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 100:000\$ para despesas com a substituição de marcos na fronteira do Brasil com o Peru (decr. 3.128); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 100:000\$ para despesas com a demarcação das Missões com a Republica Argentina (decr. 3.129); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:700\$, complementar, á verba 10ª do art. 22 da lei n. 490, de 1897 (decr. 3.130); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 16:608\$440 para pagar vencimentos ao dr. Arthur Fernandes Campos da Paz (decr. 3.132); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio aos senadores e 477:000\$ á verba — Subsídio aos deputados (decr. 3.133); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado Federal e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 3.134); abre ao Ministerio da Industria o complementar de 330:000\$ á verba — Correios (decr. 3.142); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.098:390\$792 para liquidação de dividas

de exercicios findos (decr. 3.145); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 800:000\$ para soccorrer os Estados do Piahy, Parahyba, Sergipe e Rio Grande do Norte, flagellados pela secca (decr. 3.146); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 15:000\$, suplementar, ao n. 3 do art. 3º da lei n. 490, de 1897 (decr. 3.148); abre ao Ministerio da Justiça o de 417:204\$778, suplementar, á verba 14ª do art. 2º da lei n. 490, de 1897 (decr. 3.153); abre ao Ministerio da Industria o especial de 21:473\$300 para indemnização a Manoel José Gonçalves Braga (decr. 3.154); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 60:000\$ para obras no Laboratorio Pyrotechnico do Campinho (decr. 3.156); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado Federal e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 3.159); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 598:125\$, sendo 137:025\$ á verba — Subsídio aos senadores e 461:100\$000 á verba — Subsídio aos deputados (decr. 3.160); abre ao Ministerio da Guerra o de 44:400\$, suplementar, á verba 6ª do art. 8º da lei n. 490, de 1897 (decr. 3.161); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 2:499\$900 para pagamento de gratificação ao capitão Luiz Bello Lisboa (decr. 3.162); abre ao Ministerio da Fazenda o de 21:000\$, suplementar, á verba — Exercicios findos (decr. 3.163) abre ao Ministerio da Justiça o de 253:077\$840, suplementar, ás verbas 8ª do art. 23 e 11ª e 14ª do art. 2º da lei n. 490, de 1897 (decr. 3.166); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 500:000\$, para pagamento á "Société Générale de Transports Maritimes à Vapeur de Marseille" (decr. 3.167); abre ao Ministerio da Marinha o de 1.770:950\$936, suplementar, a diversas verbas do art. 7º da lei n. 490 de 1897 (decr. 3.171); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 69:230\$558 para despesas com os institutos militares de ensino (decr. 3.172); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 7:300\$ para pagamento de transporte de duas lanchas no porto de Santos (decr. 3.176); abre ao Ministerio da Guerra o suplementar de 964:835\$804 ás verbas 15ª e 16ª do orçamento para 1898. (decr. 3.178); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 956\$ para pagamento de etapa ao dr. João José Duarte Guimarães (decr. 3.179); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 27:471\$794 para pagamento a professores da escola e collegio militares e a dois commandantes de vapores mercantes em commissão (decr. 3.180); abre ao Ministerio da Guerra o de 74:075\$060, suplementar, ás verbas 7ª e 16ª do art. 8º da lei n. 490, de 1897 (decr. 3.181); abre o de 201:231\$100, suplementar, a diversas verbas do art. 2º da lei n. 490, de 1897 (decr. 3.182); abre ao Ministerio da Industria o suplementar de 7:200\$ para pagamento de vencimentos ao pessoal addido á Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 3.185); abre ao Ministerio da Justiça o de £ 1.098 - 19 - 2 para indemnização dos prejuizos causados pela occurencia havida com o vapor "Staumore" (decr. 3.186); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 30:000\$ para pagamento de uma indemnização ao subdito allemão Carlos Roth (decr. 3.196); abre ao Ministerio da Fazenda o de 764:736\$262, suplementar, á verba — Exercicios findos (decr. 3.201); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.402:609\$760, suplementar, á verba — Juros e amortização da

divida interna (decr. 3.207); abre ao Ministerio da Fazenda o suplementar de 280:000\$ para pagamento de percentagens devidas aos empregados de diversas repartições arrecadadoras (decr. 3.213); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 87:800\$ á verba — Soccorros publicos (decr. 3.219); abre ao Ministerio da Guerra o de 574:906\$492, suplementar, á verba 16ª — Material, consignação 36 (decr. 3.221); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:927\$620 para pagamento de ordenados e custas a juizes de direito em disponibilidade (decr. 3.225); abre ao Ministerio da Fazenda o de 48:125\$780; suplementar, á verba — Ajudas de custo (decr. 3.228); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 63:344\$171 para pagamento de vencimentos ao major medico Dr. Affonso Lopes Machado e a varios lentes e professores da Escola Militar da Capital Federal (decr. 3.235); abre ao Ministerio da Industria o suplementar de 20:592\$ para pagamento de juros do prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Araruama (decr. 3.237); abre ao Ministerio da Guerra o suplementar de 61:037\$111 ao \$ 11 — Etapas (decr. 3.239); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:600\$ para pagamento de juros do emprestimo interno de 1897 (decr. 3.241); abre ao Ministerio da Fazenda o de 7:200\$, suplementar, á verba — Caixa de Amortização (decr. 3.242); abre ao Ministerio da Fazenda o de 30:000\$, suplementar, á verba — Comissões e corretagens (decr. 3.243); abre ao Ministerio da Fazenda o de 59:964\$566, suplementar, á verba — Juros dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro (decr. 3.245); abre ao Ministerio da Fazenda o de 575:000\$, suplementar, á verba — Juros diversos (decr. 3.245 A); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 400:750\$030 para pagamento á D. Domingas Laudabouro Delabary (decr. 3.247); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 50:333\$342 para pagamento a diversos officiaes, de vencimentos como lentes e professores dos institutos militares de ensino (decr. 3.273); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 28:387\$215 para pagamento de despesas da secretaria do Senado Federal (decr. 3.306); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$ para premio ao alumno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, José Antonio de Figueiredo Rodrigues (decr. 3.324); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 300:000\$ para pagamento do pessoal da officina de alfaiates do Arsenal de Guerra da Capital Federal (decr. 3.325); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 260:000\$, suplementar, ás verbas 6ª e 7ª do art. 12 da lei n. 460, de 1898 (decr. 8.336); abre o especial de 505\$554 para pagamento de gratificação ao major Felisberto José de Menezes, professor do Collegio Militar da Capital Federal (decr. 3.334); abre ao Ministerio da Guerra o de 51:820\$150, suplementar, ás verbas 10ª e 11ª do art. 19 da lei n. 560, de 1898 (decr. 3.345); abre ao Ministerio da Fazenda o suplementar de 1:061\$812 á verba Exercícios findos (decr. 3.357); abre ao Ministerio da Fazenda o de 45:000\$ para pagamento de alugueis de armazens para a Alfandega de Macieó (decr. 3.361); abre ao Ministerio da Guerra o de 7:500\$ para pagamento a Matthews Lowrie por serviços prestados pela lancha "Promptus" (decr. 3.366); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 848:175\$055, suplementar, á verba 16ª do art. 19 da lei n. 560, de 1898 (decr. 3.367); abre ao Ministerio da Justiça o de 21:250\$,

supplementar, ás verbas 20^a e 22^a do art. 2^o da lei n. 560, de 1898 (decr. 3.368); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2:000\$, supplemental, á verba — Exercícios findos (decr. 3.378); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 25:810\$ para indemnização a Felipe Maxwell (decr. 3.379); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 15:917\$080 para pagamento de vencimentos de lentes e professores da Escola Superior de Guerra (decr. 3.380); abre ao Ministerio da Justiça o de 75:200\$, sendo 32:700\$ á verba—Secretaria do Senado Federal e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 3.402); abre ao Ministerio da Justiça o supplemental de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio aos senadores e 477:000\$ á verba — Subsídio aos deputados (decr. 3.401); abre ao Ministerio da Justiça o de 2:400\$, supplemental, á verba — Magistrados em disponibilidade (decr. 3.402); abre ao Ministerio da Justiça o supplemental de 400:000\$ á verba — Soccorros publicos (decr. 3.403); abre ao Ministerio da Guerra o de 1.266:588\$, supplemental, á verba 16^a, n. 28, do art. 19 da lei n. 260, de 1898 (decr. 3.407); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 950:000\$ para pagamento de ordenados de magistrados em disponibilidade (decr. 3.408); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 50:000\$, supplemental, á rubrica 4^a do art. 12 da lei n. 560, de 1898 (decr. 3.420); abre ao Ministerio da Guerra o de 39:352\$500, supplemental, ás verbas 1^a e 4^a do art. 19 da lei n. 560, de 1898 (decr. 3.421); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 96:946\$911 para liquidar reclamações estrangeiras pelo imposto sobre navios, cobrados pelos Estados de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte (decr. 3.429); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 400:750\$030 para pagamento á D. Domingas Lambouro Delabary, de indemnização de prejuizos e damnos causados pelas forças legaes no Rio Grande do Sul (decr. 3.430); abre ao Ministerio da Justiça o supplemental de 75:200\$, sendo 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado Federal e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 3.439); abre ao Ministerio da Justiça o supplemental de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio aos senadores e 477:000\$ á verba — Subsídio aos deputados (decr. 3.440); abre ao Ministerio da Industria nas importancias de 13.162:961\$027, \$ 6.442.660 e £ 5.507-12-0 (decr. 3.445); abre ao Ministerio da Justiça o de 100:000\$, supplemental, á verba — Diligencias policiaes (decr. 3.455); abre ao Ministerio da Justiça o de 300:000\$, supplemental, á verba — Soccorros publicos (decr. 3.460); abre ao Ministerio da Fazenda o de 78:453\$637, supplemental, á verba — Exercícios findos (decr. 3.468); abre ao Ministerio da Justiça o de 5:950\$, supplemental, á verba 9^a do art. 2^o da lei n. 560, de 1898 (decr. 3.488); abre ao Ministerio da Justiça o de 1:616\$935 supplemental, á verba 11^a — Justiça federal (decr. 3.489); rectifica o decreto n. 3.368, de 1899, quanto á somma dos abertos ao Ministerio da Justiça (decr. 3.490); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 7:750\$ para pagamento ao tenente-coronel Francisco Alberto Guillon (decr. 3.496); abre ao Ministerio da Justiça o supplemental de 411:000\$, sendo 93:000\$ á verba — Subsídio aos senadores e 318:000\$ á verba— Subsídio aos deputados (decr. 3.500); abre ao Ministerio da Justiça o supplemental de 54:299\$999, sendo 25:966\$666 á verba — Secretaria do Senado Federal e 28:333\$333 á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 3.501); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2.979:768\$045 para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. 3.502); abre ao Ministerio da Fazenda o de 502:874\$816 para

pagamento a Almeida Nazareth & Comp. (decr. 3.503); abre ao Ministério da Justiça o de 117:920\$509, suplementar, ás verbas 14^a, 19^a e 31^a da lei n. 560, de 1898 (decr. 3.504); abre ao Ministério da Justiça o extraordinario de 4:200\$ para premio ao alumno José Augusto Barreto de Mello Rocha (decr. 3.505); abre ao Ministério da Industria o de 1.206:750\$, suplementar, á Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 3.511); abre ao Ministério da Fazenda o de 231:881\$180 para indemnização a João Carlos Nepomuceno da Silva (decr. 3.520); abre ao Ministério da Fazenda o de 100:800\$788, suplementar, á verba—Alfandegas (decr. 3.521); abre ao Ministério das Relações Exteriores o especial de 200:000\$ para demarcação de limites com a Republica Argentina e substituição de marcos na fronteira do Peru' (decr. 3.528); abre ao Ministério da Fazenda o de 25:609\$321 para pagamento á D. Emilia Gonçalves da Silva (decr. 3.532); abre ao Ministério da Fazenda o de 26:515\$162 para pagamento á Companhia Geral de Serviços Maritimos (decr. 3.533); abre ao Ministério da Fazenda o de 1.341:897\$700 para pagamento de despesas com a recepção do presidente da Republica Argentina (decr. 3.534); abre ao Ministério da Marinha o de 3:216\$935 para indemnização ao capitão-tenente Rodolpho Lopes da Cruz (decr. 3.537); abre ao Ministério da Guerra o de 1.193:951\$200, suplementar, ao art: 19, § 11—Etapas (decr. 3.538); abre ao Ministério da Industria o especial de 23:000\$ (decr. 3.541); abre ao Ministério da Fazenda o de 3.000:000\$ para indemnização á Nova Companhia Estrada de Ferro e Estreito S. Francisco ao Chopim (decr. 3.542); abre ao Ministério da Fazenda o de 204:958\$190 para indemnização á D. Faustina Centena e outra (decr. 3.556); abre ao Ministério da Fazenda o de 114:231\$081, suplementar, á verba — Alfandegas (decr. 3.579); abre ao Ministério da Fazenda o de 115:057\$500 para indemnização á Caixa Municipal de Beneficencia do Rio de Janeiro (decr. 3.583); abre ao Ministério da Fazenda o de 5:205\$655 para pagamento ao capitão Francisco de Carvalho Salomé Pereira (decr. 3.584); abre ao Ministério da Justiça o de 26:460\$ para pagamento de premios e das despesas de impressão de diversas obras (decr. 3.589); abre ao Ministério da Fazenda o de 3:689\$582 para pagamento ao capitão de engenheiros Antonio Pereira Prestes (decr. 3.596); abre ao Ministério da Guerra o de 487:708\$352, suplementar, á verba 34^a (decr. 3.599); abre ao Ministério da Fazenda o de 25:000\$, suplementar, á verba — Ajudas de custo (decr. 3.600); abre ao Ministério da Fazenda o de 143:750\$ para pagamento a Manoel Ignacio de Araujo Pimpão (decr. 3.618); abre ao Ministério da Fazenda o de 1:285\$045 para pagamento ao major Dr. Alvaro Lopes Machado (decr. 3.621); abre ao Ministério da Fazenda o de 91:726\$351, suplementar, á verba — Mesas de rendas (decr. 3.623); abre ao Ministério da Guerra o de 2:888\$506 para pagamento ao coronel do exercito Dr. Henrique Valladares (decr. 3.624); abre ao Ministério da Fazenda o de 35:750\$, suplementar, á verba — Recebedoria da Capital Federal (decr. 3.625); abre ao Ministério da Fazenda o de 3:203\$229 para pagamento ao tenente-coronel Pedro de Castro Araujo (decr. 3.626); abre ao Ministério da Marinha o de 10:863\$ para differença de salarios aos operarios extraordinarios dispensados do Arsenal de Marinha da Capital Federal, em 1899 (decr. 3.627); abre ao Ministério da Justiça o de 30:000\$, suplementar, á verba — Soccorros pu.

blicos (decr. 3.628); abre ao Ministerio da Guerra o de 93:137\$235, suplementar, á verba 16^a, consignação 34, do art. 19 da lei n. 560, de 1898 (decr. 3.629); abre ao Ministerio da Fazenda o de 22:468\$125 para pagamento á D. Maria Candida de Alvim Maldonado (decr. 3.630); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:285\$045 para pagamento ao major Dr. Alvaro Lopes Machado (decr. 3.631); abre ao Ministerio da Fazenda o de 784\$545 para indemnização ao coronel Henrique Valladares (decr. 3.635); abre ao Ministerio da Fazenda os supplementares de 332:227\$300, á verba — Exercícios findos, e de 189:391\$488, á verba — Juros diversos (decr. 3.636); abre ao Ministerio da Industria o especial equivalente a £ 100.000 para pagamento á "Ceará Harbour Corporation, Limited" (decr. 3.637); abre ao Ministerio da Fazenda o de 9:150\$ para pagamento a Silva Moreira & Comp. (decr. 3.643); abre ao Ministerio da Industria o especial de 31:162\$007 para pagamento de differenças de vencimentos aos conductores de 1^a e 3^a classes da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 3.651); abre ao Ministerio da Industria o especial de 650:000\$, sendo 250:000\$ ao Banco União de S. Paulo e 400:000\$ ao engenheiro Francisco de Almeida Torres, pela rescisão de contractos de nucleos colonias (decr. 3.673); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 550:000\$ á verba — Soccorros publicos (decr. 3.683); abre ao Ministerio da Fazenda o de 184:262\$505 para despesas com o estabelecimento da Alfandega de Porto Alegre (decr. 3.685); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 3:350\$ para pagamento de diarias a que tem direito o capitão reformado do exercito Carlos Augusto Ferreira de Assumpção (decr. 3.705); abre ao Ministerio da Guerra o de 1:666\$666 para pagamento ao major honorario do exercito João Bernardo de Azevedo Coimbra (decr. 3.715); abre ao Ministerio da Justiça o de 27:000\$, suplementar, á verba 37^a — Corpo de bombeiros (decr. 3.727); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 8:000\$ para pagamento ao Dr. João Paulo de Carvalho (decr. 3.728); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$ para pagamento ao Dr. Tito dos Passos de Almeida Rosas (decr. 3.735); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 880\$645 para pagamento de vencimentos ao Dr. Ernani Carlos de Menezes Pinto, preparador da cadeira de histologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. 3.736); abre ao Ministerio da Justiça o de 3:252\$, suplementar, á verba 12^a do art. 2^o da lei n. 652, de 1899 (decr. 3.737); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 6:650\$591 para pagamento a Alfredo Alexander, lente de inglez do Gymnasio Nacional (decr. 3.738); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 36:400\$ para pagamento de serviços prestados por Antonio Lucio de Medeiros, contractante do supprimento de agua e illuminação aos navios da armada e estabelecimentos da marinha (decr. 3.742); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 200:000\$ para despesas com a verificação da nascente do rio Javary (decr. 3.750); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 714:910\$750 para pagamento de trabalhos na fortaleza da Lage (decr. 3.751); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 56:260\$832 para pagamento de juros á "Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil" (decr. 3.759); abre ao Ministerio da Industria o de 12:000\$, suplementar, á verba 13^a do art. 21 da lei n. 652, de 1899 (decr.

3.760); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 17:173\$333 para pagamento de ordenado ao juiz de direito Dinamerico Augusto do Rego Rangel (decr. 3.765); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio aos senadores e 477:000\$ á verba — Subsídio aos deputados (decr. 3.766); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 78:700\$, sendo 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado Federal e 46:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 3.767); abre ao Ministerio da Industria o de 18:973\$280 para pagamento a Alceste Petterle (decr. 3.773); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 17:703\$894 para pagamento de vencimentos de tres fieis de armazem da Alfandega do Pará (decr. 3.788); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 832\$252 para indemnização a Joaquim da Silva Garcez, ex-porteiro do Pedagogium (decr. 3.791); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 35:556\$418 para despesas da commissão de estudos da Estrada de Ferro de Catalão a Cuyabá (decr. 3.793); abre ao Ministerio da Justiça o de 80:000\$, suplementar, á verba 14^a do art. 2^o da lei n. 652 de 1899 (decr. 3.795); abre ao Ministerio da Guerra o de 194\$875 para pagamento a Augusto Candido Pereira de Oliveira da gratificação de engajado (decr. 3.796); abre ao Ministerio da Industria o especial de 1.020:000\$ para pagamento de transporte de immigrants (decr. 3.809); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio aos senadores e 477:000\$ á verba — Subsídio aos deputados (decr. 3.813); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 78:700\$, sendo 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado Federal e 46:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 3.814); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 80:000\$, suplementar, ao art. 7^o, n. 7, da lei n. 652, de 1899 (decr. 3.816); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 100:000\$ para despesas de transporte de emigrantes cearenses (decr. 3.817); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 400:000\$ para despesas com açudes no Ceará (decr. 3.818); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 17:164\$517 para pagamento de vencimentos a Alfredo Augusto de Lima Barros e outros, professores do Collegio Militar da Capital Federal (decr. 3.820); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 508\$600 para pagamento de fornecimentos ao Jardim Botânico (decr. 3.821); abre ao Ministerio da Justiça o de 550:000\$ á verba — Soccorros publicos (decr. 3.823); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 78:700\$ sendo 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado Federal e 46:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 3.827); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio aos senadores e 477:000\$ á verba — Subsídio aos deputados (decr. 3.828); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 500:000\$ para obras de utilidade publica, no Ceará (decr. 3.833); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 50:000\$ para despesas com retirantes cearenses (decr. 3.834); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 4:978\$064 para pagamento a José Joaquim Raymundo Sobrinho (decr. 3.842); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 2:400\$ para pagamento ao secretario do Arsenal da Bahia, Odorico Carneiro Ribeiro (decr. 3.844); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 300:000\$ para reforçar o aberto pelo decreto n. 3.628, de 1899 (decr. 3.846); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 24:379\$954 para

liquidar diversas reclamações de legações estrangeiras, por imposto sobre navios indevidamente cobrado pelos Estados de Pernambuco e Alagoas (decr. 3.847); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 1:400\$ para pagamento ao bacharel Maximino de Araujo Maciel de gratificação como professor do Collegio Militar (decr. 3.848); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 41:557\$600 para pagamento de vencimentos atrasados do pessoal da Fabrica de Ferro do Ipanema (decr. 3.849); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 834\$676 para pagamento de vencimentos ao escrevente juramentado do juizo federal Antonio Rodriguez Gonçalves de Macedo (decr. 3.850); abre ao Ministerio da Industria o especial de 308:825\$121, applicado á liquidação de contas da receita de 1899 (decr. 3.851); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 12:345\$840 para pagamento de despesas com a recepção do presidente da Republica Argentina (decr. 3.852); abre ao Ministerio da Marinha o de 67:063\$138 para pagamento ao almirante Jeronymo Francisco Gonçalves de differença de vencimentos (decr. 3.853); abre ao Ministerio da Guerra o de 1.778:353\$, supplementar, ao § 11 — Etapas (decr. 3.855); abre ao Ministerio da Industria o de 240:000\$ para pagamento a Joseph Hancox (decr. 3.857); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 78:700\$, sendo 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado Federal e com o material da secretaria da Camara dos Deputados (decr. 3.861); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 598:125\$, sendo 137:025\$ á verba — Subsídio aos senadores e 461:100\$ á verba — Subsídio aos deputados (decr. 3.862); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 5:410\$720 para pagamento de vencimentos ao 1º tenente da armada Nelson de Vasconcellos e Almeida (decr. 3.866); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 77:247\$080 para pagamento do material fornecido á Casa da Moeda (decr. 3.872); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 4:222\$220 para pagamento de vencimentos a Manoel Antonio Feio nandes Trigo de Loureiro, ex-inspector da Caixa de Amortização (decr. 3.873); abre ao Ministerio da Fazenda o de 600:00\$, supplementar, ao art. 43, § 20 da lei n. 652, de 1889 (decr. 3.874); abre ao Ministerio da Justiça o de 3:550\$, supplementar, á verba 9ª — Ajudas de custo a membros do Congresso Nacional (decr. 3.875); abre ao Ministerio da Justiça o de 3:117\$194, supplementar, á verba 26ª do art. 2º da lei n. 652, de 1899 (decr. 3.876); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 497:778\$, ouro, e 350:000\$, papel, para pagamento da ultima prestação do encouraçado "Floriano", etc. (decr. 3.880); abre ao Ministerio da Justiça o de 97:351\$ para as obras de conservação e segurança do predio onde funciona a Camara dos Deputados (decr. 3.886); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 14:000\$ para pagamento de despesas com o material da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 3.887); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 300:000\$ para serem pagos ao Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, como recompensa nacional (decr. 3.889).

Criado — Ver Officiaes.

Crimes — Declara sujeitos á jurisdicção do fóro militar os que se relacionarem com a rebelião que conflagra o Districto Federal (decr. 1.631); amplia as disposições do decreto n. 1.631 (decr. 1.685) — **Ver Camara.**

Curadores — Declara que ao de massas fallidas sómente cabem custas (decr. 884); declara que as percentagens do regula-

mento de 15 de junho de 1859, relativas aos, deverão ser cobradas e escripturadas como renda dos consulados, quando os consules exercerem função identica á de (decr. 2.286); limita o maximo da percentagem do das massas fallidas nos processos de fallencia (decr. 3.352).

Cursos — Dispensa a apresentação de attestados de frequencia nos praticos das faculdades de medicina (decr. 1.028); estabelece o distinctivo para os de notariado (decr. 1.648); estabelece o distinctivo para o odontologico (decr. 2.061) — Ver Escolas — Institutos.

Custas — Ver Curadores — Regimento.

Custeio — Ver Fazenda — Institutos — Pedagogium — Predios.

D

Datas — Proroga o praso concedido ao engenheiro Guilherme de Capanema para medir e demarcar mineraes nos Estados do Pará e Maranhão (decr. 2.104).

Dannos — Ver Creditos.

Debitos — Ver Liquidação.

Decisão — Publica a tomada pelos governos da Austria e da Hungria, de accederem á União para a protecção da propriedade industrial (decr. 2.409); publica a do governo japonex extendendo á ilha Formosa as disposições do regulamento n. 18, de 1885, sobre protecção dos cabos submarinos (decr. 2.795).

Declaração — Publica a do governo da China, de se associar á União Postal Universal (decr. 2.327).

Decretos — Amplia as disposições dos §§ 1º e 2º do art. 5º do de n. 528, de 1890 (decr. 68); altera as disposições do de n. 327, de 1890 (decr. 270); revoga o de n. 54, de 1891 (decr. 313); concede ao engenheiro Carlos Poma os favores do de n. 213, de 1891 (decr. 326); concede ao Banco de Credito Rural e Internacional os favores do de n. 213, de 1891 (decr. 327); approva o regulamento para execução do de n. 1.414, de 1891 (decr. 390); amplia o que regula o accesso aos postos de officiaes do exercito (decr. 404); amplia a disposição do art. 12 do de n. 1.351, de 1891 (decr. 437); altera os arts. 6º e 8º das instrucções que acompanharam o de n. 499, de 1891 (decr. 546); altera algumas disposições dos de ns. 196 e 805, de 1890 (decr. 590); altera algumas disposições do de n. 1.257, de 1891 (decr. 605); torna extensivo o disposto no art. 13 do de n. 1.351, de 1891, aos officiaes da armada (decr. 640 B); revoga os arts. 3º a 7º do de n. 823 A, de 1890, relativo a conversão de apolices (decr. 653); revoga os arts. 1º, 8º e 9º do de n. 822 A, de 1890 (decr. 671); modifica os §§ 8º, 9º e 11º do art. 1º das instrucções mandadas observar pelo de n. 471, de 1891 (decr. 683); annulla os de 3 de novembro de 1891 (decr. 686); revoga os de ns. 659 e 365, de 1891 (decr. 687); annulla o de n. 667, de 1891 (decr. 688); declara de nenhum effeito o de n. 665, de 1891 (decr. 696); revoga o de n. 603, de 1891 (decr. 698); revoga o de n. 29, de 1891 (decr. 304); considera de nenhum effeito o de n. 455, de 1891, que declarou de utilidade publica municipal a desapropriação dos predios ns. 35 A e 37 da rua S. Luiz Gonzaga (decr. 709); deroga em parte o de n. 722, de 1892 (decr. 756 A); declara caduca a concessão da Estrada de Ferro Benevente e Minas a que se

refere o de n. 10.120, de 1888 (decr. 765); revoga os de ns. 549, 607 e 642, de 1891 que autorizaram desapropriações no Estado de Pernambuco (decr. 810); declara as faltas verificadas no original do que foi convertido na lei n. 35, de 1892 (decr. 853); torna extensivo á marinha o de n. 49, de 1892, sobre vantagens pecuniaras dos officiaes e praças absolvidos em conselho de guerra (decr. 898); declara sem effeito o de n. 474, de 1891 (decr. 1.015); revoga o de n. 154, de 1891 (decr. 1.144); elimina as clausulas 3^a e 4^a das que baixaram com o de n. 919, de 1892 (decr. 1.146); deroga os arts. 54 e 74 do de n. 9.738, de 1887 (decr. 1.168); revoga o de n. 680, de 1891 (decr. 1.217); dá execução ao disposto no art. 2^o do de n. 1.340, de 1891 (decr. 1.256); regula a parte civil do de n. 1.030, de 1890 (decr. 1.334); manda reservar no Thesouro Federal, com applicação extra-orçamentaria a quantia de 65:000\$ para execução dos de ns. 1.338 e 1.339, de 1893 (decr. 1.340); faz extensivo á armada o de n. 1.029, de 1890, que elevou a 21 annos a idade dos filhos varões dos officiaes do exercito para a percepção de meio-soldo (decr. 1.382); prorroga o praso marcado no de n. 9.452, de 1885 (decr. 1.385); declara sem effeito o de n. 550, de 1891, que autorizou a concessão para a construção de uma estrada de ferro entre Ponta Grossa e Corumbá (decr. 1.410); considera de nenhum effeito o de n. 602, de 1891 (decr. 1.447); declara caducos o privilegio, a garantia de juro e mais favores do de n. 10.124, de 1888 (decr. 1.450); declara caducos o privilegio, a garantia de juro e mais favores concedidos pelo de n. 10.409, de 1889, para construção da Estrada de Ferro do Rio Bonito a Cabo Frio (decr. 1.451); dá nova redacção ao art. 155 do de n. 434, de 1891, sobre a dissolução de sociedades anonymas (decr. 1.522 A); altera o n. 1 do art. 1^o do de n. 2.923, de 1862 (decr. 1.531); suspende a execução do de n. 1.554, de 1893 (decr. 1.559 A); revoga o de n. 1.566, de 1893 (decr. 1.609); declara a caducidade dos favores concedidos pelo de n. 626, de 1890, para abertura de canaes de varios rios e melhoramentos da barra do Cotinguiba (decr. 1.676); rectifica o equivoco dado no art. 10 do de n. 173 B, de 1893 (decr. 1.692); interpreta o art. 17 do de n. 355 A, de 1890 (decr. 1.697); fixa a verdadeira intelligencia do art. 7^o do de n. 127, de 1892 (decr. 1.712); revoga o de n. 1.328, de 1893 (decr. 1.714); manda desapropriar os terrenos necessarios ao alargamento da área da Casa da Moeda, de accôrdo com o de n. 721, de 1890 (decr. 1.742); declara caduca a concessão constante do de n. 594, de 1891 (decr. 1.743); dá regulamento para a execução do legislativo n. 145, de 1893 (decr. 1.794); declara sem effeito o de n. 1.468, de 1893 (decr. 1.860); revoga o de n. 8.155, de 1881, para o effeito de vigorar o de n. 7.063, de 1878 (decr. 1.863 A); revoga o de n. 1.697 A, de 1894 (decr. 1.939); rectifica o de n. 1.772, de 1894 (decr. 1.943); altera o de n. 1.885, de 1894 (decr. 1.949 A); altera a segunda parte da clausula 7^a do de n. 9.964, de 1888 (decr. 1.952); regula a execução do art. 4^o do de n. 225, de 1894 (decr. 1.978); declara sem effeito o de n. 1.815 F, de 1894 (decr. 1.985 B); altera a clausula 2^a das que acompanharam o de n. 1.790, de 1894 (decr. 2.016); transfere para a secretaria da presidencia da Republica o serviço de classificação e numeração de dos poderes Legislativo e Executivo (decr. 2.049); rectifica a publicação do de n. 79, de 1892 (decr. 2.243); altera disposições do de n. 590, de 1891 (decr. 2.482); declara caduca a concessão feita pelo de n. 10.372, de 1889 (decr. 2.682); revoga o de n. 1.863 A, de 1894, sobre a Mesa de Rendas de Pelotas (decr. 2.811); declara de nenhum effeito o de n. 2.483,

de 1897 (decr. 2.932); revoga o de n. 2.291, de 1896 (decr. 2.960); declara sem effeito o de n. 3.240, de 1889 (decr. 3.268); revoga o de n. 2.056, de 1895, relativo a aposentadorias de magistrados (decr. 3.310); altera o de n. 1.729 F, de 1894, na parte relativa aos uniformes dos officiaes generaes reformados (decr. 3.346); torna extensivo á armada o de n. 3.320, de 1889 (decr. 3.362); substitue o art. II do de n. 3.332, de 1889 (decr. 3.372); corrige os de ns. 3.290 e 3.291, de 1899 (decr. 3.409); altera a clausula XIII das que baixaram com o de n. 3.307, de 1899 (decr. 3.415); explica como deve ser executado o de n. 108 A, de 1889, na parte referente á transferencia de officiaes da armada para o quadro de reserva (decr. 3.417); declara de nenhum effeito o de n. 1.661, de 1894 (decr. 3.443); altera o art. 24 do de n. 858, de 1851 e o de n. 1.325, de 1854 (decr. 3.478); rectifica o de n. 3.368, de 1899 (decr. 3.490); modifica o art. 58, n. 1, do regulamento que baixou com o de n. 2.213, de 1896 (decr. 3.522); declara sem effeito o de n. 2.009, de 1895 (decr. 3.550); altera algumas disposições dos referentes á concessão do arrazamento do morro de Santo Antonio (decr. 3.571); substitue clausulas das que acompanharam o de n. 3.540, de 1899 (decr. 3.603); declara sem effeito as clausulas que baixaram com o de n. 3.567, de 1900 (decr. 3.614); declara sem effeito as clausulas que baixaram com o de n. 3.655, de 1900 (decr. 3.674); altera o de n. 216, de 1890 (decr. 3.636); revoga o de n. 1.985, de 1895 (decr. 3.840) — Ver Clausulas — Concessões — Contractos — Disposições — Prazos — Regulamentos — Tabellas.

Defuntos — Ver Bens.

Delegacias — Dá regulamento ás fiscaes nas capitães dos Estados de S. Paulo, Minas Geraes, Goyaz, Matto Grosso, Paraná e Piauhy (decr. 1.195 B); fixa o numero, classe e vencimento dos empregados das fiscaes (decr. 1.582); extingue a Fiscal no Estado de S. Paulo (decr. 1.748); crea fiscaes nas capitães dos Estados do Pará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul (decr. 2.309); altera o numero e vencimento dos empregados das fiscaes de S. Paulo, Minas Geraes, Cuyabá, Curityba, Therezina e Goyaz (decr. 2.316); crea uma especial do Ministerio da Fazenda, no Rio Grande do Sul (decr. 2.431); faz diversas alterações no decreto n. 2.431, de 1897, que creou a especial do Ministerio da Fazenda no Rio Grande do Sul (decr. 2.459); annexa ás fiscaes as caixas economicas, em alguns Estados (decr. 2.882); annexa á fiscal a Caixa Economica do Pará (decr. 2.904) — Ver Inspectorias.

Delegados — Autoriza os fiscaes a reconhecerem as firmas dos agentes consulares brasileiros (decr. 2.320).

Delimitações — Marca as das circumscripções policiaes do Districto Federal (decr. 1.034 B).

Demarcação — Ver Creditos.

Denominação — Approva a de "Manchester Assurance Company", com que continúa a funcionar "The Manchester Fire Assurance Company" (decr. 3.639); approva a de "S. Paulo Tramway Light and Power Company, Limited" com que continúa a funcionar "The S. Paulo Railway Light and Power Company, Limited" (decr. 3.692) — Ver Commissões.

Depositos — Extingue o naval (decr. 215); extingue os de artigos bellicos (decr. 448); approva o projecto e orçamento de um adicional para materiaes em Itapitocahy, na Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy (decr. 2.582); dá novo regulamento ao Geral da Capital Federal (decr. 2.818); dá regulamento para o Coíre

de Publicos da Capital Federal (decr. 2.846); crea de artigos bellicos (decr. 3.195) — Ver Caixas.

Deputados — Ver Congresso Nacional — Creditos.

Derogação — Ver Creditos — Regulamentos.

Desapropriações — Declara de utilidade publica a das propriedades denominadas — Engenho Velho, Bulhões, Santo André e Santo Antonio, no Estado de Pernambuco (decr. 154); declara de utilidade publica municipal a dos predios e terrenos necessarios ao prolongamento da rua do Sacramento á rua Larga de S. Joaquim (decr. 171);; declara de utilidade publica municipal a dos predios e terrenos necessarios ao prolongamento da rua Larga de S. Joaquim á rua Visconde de Itaboraahy (decr. 172); declara de utilidade publica o do predio n. 31 da rua Humaytá (decr. 173); declara de utilidade publica municipal a dos predios e terrenos necessarios para a abertura de uma avenida entre o largo do Cattete e a rua Ypiranga (decr. 214); declara de utilidade publica a do terreno situado em Nova Cintra, no móiro de Santa Thereza (decr. 337); approva a planta para a, por utilidade publica, dos terrenos necessarios para augmento da estação de Jundiahy (decr. 344); declara de utilidade publica a de edificios e terrenos para alargamento e prolongamento da rua Nova do Ouvidor (decr. 369); declara de utilidade publica municipal a dos predios ns. 35 A e 37 da rua S. Luiz Gonzaga (decr. 455); declara de utilidade publica a do terreno denominado — Nazareth, onde se acha construido o pharol de Santo Agostinho, em Pernambuco (decr. 513); declara de utilidade publica a do terreno denominado Nazareth, adjacente ao pharol de Santo Agostinho, onde se acham as casas dos guardas (decr. 526); declara de utilidade publica a do engenho Camassary, em Pernambuco (decr. 549); da Ajuda, e 89 e 91, da rua de S. José (decr. 576); autoriza a da casa situada á rua Desembargador Felipe n. 2, em Jaboatão (decr. 602); declara de utilidade publica a dos engenhos Entre-Rios e Manassú (decr. 607); declara de utilidade publica municipal a dos predios e terrenos para abertura de um tunnel da rua da Prainha á rua da Saude (decr. 616); declara de utilidade publica a dos engenhos Palmeira, Penandula e Caxito (decr. 642); declara de utilidade publica municipal a dos predios e terrenos comprehendidos pelas ruas de S. Pedro, Nuncio, General Camara e praça da Acclamação (decr. 665); declara de utilidade publica a do predio n. 90 da praça da Acclamação e terreno contiguo (decr. 667); annulla o decreto n. 667, de 1891, que declarou de utilidade publica municipal a do predio n. 90 da praça da Acclamação e terreno contiguo (decr. 688); declara de utilidade publica municipal a dos terrenos da rua Dr. Dias Ferreira para o serviço de esgotos (decr. 705 A); considera de nenhum effeito o decreto n. 455, de 1891, que declarou de utilidade publica municipal a dos predios ns. 35 A e 37 da rua S. Luiz Gonzaga (decr. 709); declara de utilidade publica municipal a do predio n. 224 da rua do Hospicio (decr. 718); revoga os decretos ns. 549, 607 e 642, de 1891, que autorizaram diversas no Estado de Pernambuco (decr. 810); approva a planta para a de terrenos apresentada pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 814); declara de utilidade publica a da área occupada pelo pharol de Aracajú (decr. 921); declara de utilidade publica municipal a de terrenos em Copacabana (decr. 828); declara de utilidade publica municipal a do predio á rua Visconde do Rio Branco n. 28 (decr. 828); abre ao Ministerio da

Agricultura o credito de 87:365\$, destinado ás despesas com a de terrenos para o estabelecimento da casa de machinas para o serviço de esgotos do Jardim Botânico (decr. 1.099); declara de utilidade publica municipal a do terreno dos predios ns. 224 e 226 da rua do Sacramento (decr. 1.141 A); declara de utilidade publica municipal a dos terrenos da freguezia de Inhaúma, pertencentes a Alexandrina Rosa de Carvalho (decr. 1.141 B); revoga o decreto n. 154, de 1891, na parte em que autorizou a, por utilidade publica, do engenho Bulhões, em Pernambuco (decr. 1.144); declara de utilidade publica a de terrenos na enseada de Abrahão (decr. 1.182); autoriza a "Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company, Limited", a fazer a da praça Silveira Martins, na cidade do Rio Grande (decr. 1.438); autoriza a "Alagoas Railway Company, Limited", a fazer a do predio necessario ao serviço da Estrada de Ferro Central das Alagoas (decr. 1.458); declara de utilidade publica a do terreno e predio á rua Humaytá n. 44, occupado pela estação do corpo de bombeiros (decr. 3.779) — Ver Casas — Terrenos.

Desarmamento — Ver Navios.

Descarga — Ver Serviços.

Desempenho — Ver Comissões.

Desenhos — Approva os dos typos de trilhos e accessorios que devem ser empregados na Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.262).

Designação — Ver Dia — Logares — Leterias — Sédes.

Desistencia — Ver Engenhos — Garantias.

Desligamento — Ver Archivos — Inspectorias.

Desobstrucção — Ver Portos.

Despachos — Altera o art. 568 da consolidação das leis das alfandegas, na parte referente aos de exportação de mercadorias que tiverem de transitar por paizes estrangeiros (decr. 3.294).

Desposas — Fixa a da Intendencia Municipal para o exercicio de 1891 (decr. 388); determina como serão pagas as dos consules (decr. 557); manda indemnizar os empregados diplomaticos e consulares das que fizerem com viagens em serviço publico (decr. 600); autoriza o transporte de sobras, na importancia de 119:000\$ para as do Conselho da Intendencia Municipal (decr. 681); abre o credito de 1.360:895\$ para occorrer ás com as obras publicas da Capital Federal (decr. 717); abre ao Ministerio do Interior creditos para com varios serviços (decr. 720); abre o credito de 1.409:560\$ para occorrer ás com os serviços da instrucção primaria do primeiro e segundo grãos, da Capital Federal (decr. 722 A); abre ao Ministerio da Justiça creditos para com varios serviços (decr. 723); abre ao Ministerio da Agricultura creditos para ás com serviços a cargo da União (decr. 736); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 146:988\$, destinado a varias no Estado de Sergipe (decr. 749 A); abre ao Ministerio da Agricultura o credito de 1.263:156\$250 para as com o serviço de esgotos (decr. 752); eleva a 309:920\$ o credito de 141:600\$, aberto pelo decreto n. 720, de 1892, para as da verba — Estados confederados (decr. 753); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 107:250\$ para as da rubrica — Ajudas de custo (decr. 759); abre ao Ministerio do Interior o credito extraordinario de 3.000:000\$ para com soccorros publicos (decr. 770); abre ao Ministerio da Agricultura o credito extraordinario de 559:045\$ para as com o serviço de iluminação publica (decr.

772); abre ao Ministerio do Interior o credito extraordinario de 110:000\$ para as determinadas pelo art. 8º das disposições transitorias da constituição (decr. 788); abre ao Ministerio do Interior creditos supplementares para as que excederem das verbas do orçamento (decr. 794); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 73:500\$ para as com o Asylo de Mendicidade (decr. 795); abre o credito de 1.360:895\$ para os com obras publicas (decr. 899); abre o credito extraordinario de 1.268:156\$250 ao Ministerio da Agricultura para as com o serviço de esgotos (decr. 938); abre ao Ministerio da Agricultura o credito de 559:045\$ para as com o serviço de iluminação (decr. 939); abre ao Ministerio da Guerra o credito supplementar de 540:000\$ para as do n. 17, do art. 7º, da lei n. 26, de 1891 (decr. 1.058); abre ao Ministerio da Agricultura o credito extraordinario de 87:365\$ para as com a desapropriação de terrenos para a casa de machinas destinada ao serviço de esgotos do Jardim Botânico (decr. 1.099); abre ao Ministerio do Interior o credito extraordinario para continuação das com o recenseamento (decr. 1.145); abre ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 50:000\$ para as com o serviço de hygiene (decr. 1.273); providencia sobre o pagamento de com serviços sanitario (decr. 1.339); abre os creditos de 12:317\$174 para pagamento de, feitas em Santa Catharina, por conta da verba — Soccorros publicos, e de 2:000\$, para pagamento de vencimentos ao continuo da secretaria da Camara dos Deputados, Luiz Ferreira Barros (decr. 1.515); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 3.021:113\$738 para diversas (decr. 1.556); providencia sobre o pagamento de diversas a cargo do Ministerio da Justiça (decr. 1.557); providencia sobre o pagamento de a cargo do Ministerio da Industria (decr. 1.572); providencia sobre o pagamento de, da Assistencia de Alienados (decr. 1.593 A); providencia sobre o pagamento de, relativa á brigada policial (decr. 1.662); abre ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 1.000:000\$ para auxiliar a Municipalidade do Districto Federal no pagamento das feitas em 1891 e 1892 com o abastecimento de carnes verdes (decr. 1.686); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 269:061\$987 para legalizar as feitas com o pessoal e material da Recebedoria da Capital Federal (decr. 1.718); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 800:000\$ para as com as alfandegas de S. Paulo e Juiz de Fóra (decr. 1.747); approva as realizadas pela "S. Paulo Railway Company, Limited", com a Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.356); approva as realizadas pela "S. Paulo Railway Company, Limited" com a estrada de ferro de Santos a Jundiáhy, na importancia de £ 101.333-2-4 (decr. 2.453); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 35:556\$418 para pagamento de com a commissão de estudos da Estrada de Ferro de Catalão a Cuyabá (decr. 3.793) — Ver Arsenaes — Consulados — Imigrantes — Impostos — Instalações.

Desvios — Approva a planta e orçamento para construção de novos entre a "S. Paulo Railway Company, Limited", e os armazens de inflamáveis da Companhia Docas de Santos (decr. 2.348); autoriza a inclusão de disposições que regulem a estadia de vagões nos particulares da Estrada de Ferro Central de Alagoas (decr. 3.711) — Ver Estradas de ferro.

Detenção — Designa logares especiaes para a por effeito do estado de sítio (decr. 1.564).

Dia — Declara de festa nacional o 24 de fevereiro (decr. 3); designa para eleição geral o 29 de fevereiro de 1891 (decr. 677); convoca o Congresso Nacional para o 18 de dezembro de 1891 (decr. 685).

"Diario Official" — Ver Logares.

Differença — Ver Vencimentos.

Diligencias — Abre ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 200:000\$ para despesas com policiaes (decr. 1.695); abre ao Ministerio da Justiça o credito supplementar de 94:000\$ para despesas com policiaes (decr. 2.721); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 100:000\$, supplementar, á verba 14^a da lei n. 490, de 1897, para policiaes (decr. 3.019); abre ao Ministerio da Justiça o credito supplementar de 100:000\$ para (decr. 3.455); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 80:000\$, supplementar, para despesas com policiaes (decr. 3.795).

Dique — Approva a mudança do de que tratam os decretos ns. 10.227 e 1.150, de 1889 e 1890, e a planta do local (decr. 2.562).

Direcção — Approva o regulamento da Geral de Engenharia (decr. 3.198); approva o regulamento da Geral de Artilharia (decr. 3.205); approva o regulamento da Geral de Saude (decr. 3.220).

Director — Ver Logares — Numero.

Directoria — Supprime a da Estrada de Ferro S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 118); organiza a Sanitaria (decr. 1.172); crea uma de electricidade e torpedos no Arsenal de Marinha de Matto Grosso (decr. 1.715); determina que o serviço de navegação subvencionada fique pertencendo á 1^a secção da Geral de Industria (decr. 1.732); substitue o art. 3^o e parte do 9^o do regulamento da Geral de Estatistica (decr. 1.732 A); transfere para a Geral de Industria os serviços actualmente a cargo da Agencia Central de Imigração (decr. 2.427); approva o regulamento da Geral de Saude Publica (decr. 2.458); extingue logares na Geral de Estatistica (decr. 2.763); altera o pessoal e dá nova distribuição aos serviços a cargo da Geral de Estatistica (decr. 2.768); altera algumas disposições dos titulos VI e VII do regulamento da Geral de Saude Publica (decr. 3.014) — Ver Creditos.

Direitos — Concede ao Banco dos Funcionarios Publicos autorização para transferir ao Banco Auxiliar das Classes os outorgados pelo decreto n. 791, de 1890 (decr. 640 C); isenta dos de consumo e de expediente o gado vaccum e lanigero (decr. de 4 de novembro de 1891); approva o convenio celebrado, em 17 de outubro de 1895, entre Pernambuco e Alagoas, para a boa fiscalização e cobrança de nas suas estagões limitrophes (decr. 2.328); firma o dos officiaes da armada, no exercicio do magisterio no Collegio Militar, ao abono de quantitativo para criado (decr. 2.437); dá regulamento para concessão de isenção de (decr. 2.744); abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 378:683\$120 para a despesa com a restituição ao Estado de Minas Geraes dos pagos pelo material para construcção da nova capital (decr. 3.039); declara a "Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited", isenta dos de importação para o material das obras a seu cargo (decr. 3.598); rectifica o art. 26 da lei n. 496, de 1898, que define e garante os autoraes (decr. 3.836).

Dispensa — Ver Apresentação.

Disponibilidade — Ver Magistrados.

Disposições — Amplia as dos §§ 1º e 2º do art. 5º do decreto n. 528, de 1890 (decr. 68); altera as do decreto n. 327, de 1890 (decr. 270); consolida as legislativas e regulamentares sobre as sociedades anonymas (decr. 434); amplia a do art. 12 do decreto n. 1.351, de 1891 (decr. 437); providencia sobre a execução dos arts. 3º e 4º das transitorias da constituição (decr. 438); altera algumas do decreto n. 1.257, de 1891 (decr. 695); torna extensivas ao batalhão naval as do decreto n. 1.365, de 1891 (decr. 659); regula o modo pelo qual deve ser executada a contida no n. 20 do art. 80 da lei de orçamento para 1892 (decr. 733); altera algumas dos regulamentos do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado (decr. 757); consolida as relativas aos diferentes serviços da Assistencia Medico-Legal de Alienados (decr. 896); torna extensivas á armada as do decreto n. 901, de 1890, sobre montepio (decr. 1.034); altera a da observação 4ª da tabella 4ª, annexa ao decreto n. 406, de 1890 (decr. 1.035); torna extensiva aos portos do norte da Republica a do art. 7º do decreto n. 4.955, de 1872 (decr. 1.039); approva o codigo das communs ás instituições de ensino superior (decr. 1.159); faz extensivas aos mestres da Fabrica de Ferro de S. João do Ipanema as dos arts. 235 e 236 do regulamento dos arsenaes de guerra (decr. 1.496); torna extensiva aos secretarios das capitánias de portos a do art. 27 do regulamento annexo ao decreto n. 1.195 A de 1892 (decr. 1.646); consolida as vigentes, quanto ás eleições federaes (decr. 1.668); amplia as do decreto n. 1.681, de 1894 (decr. 1.685); declara a 3ª do art. 22 do regulamento do Observatorio do Rio de Janeiro (decr. 1.888); declara que as dos decretos ns. 1.681 e 1.685, de 1894, não são applicaveis a factos occorridos posteriormente ao dia 31 de agosto de 1894 (decr. 1.902) modifica a do art. 44 do regulamento do Serviço Sanitario dos Portos (decr. 1.946); applica ás successões de cidadãos suissos ás do art. 24 do decreto n. 855, de 1851 (decr. 2.169) applica as dos arts. 2º a 4º do decreto n. 2.194, de 1895, a dois vice-consulados estabelecidos no Perú (decr. 2.283); consolida as relativas ao montepio dos ex-ministerios da Justiça, Interior e Instrução Publica, Correios e Telegraphos (decr. 2.448); consolida e completa as regulamentares do decreto n. 1.030, na parte relativa ao pessoal da justiça local (decr. 2.464); altera a do decreto n. 590, de 1891 (decr. 2.432); faz extensivas á Estrada de Ferro do Sobral as do decreto n. 2.505, de 1897 (decr. 2.531); applica ás successões dos subditos belgas as do art. 24, do decreto n. 855, de 1851 (decr. 2.546); consolida e completa as regulamentares do decreto n. 1.030, na parte relativa á competencia da justiça local (decr. 2.579); altera algumas da nova consolidação das leis das alfandegas (decr. 2.765); altera algumas dos titulos VI e VII do regulamento da Directoria Geral de Saude Publica (decr. 3.014); altera algumas do regulamento de 15 de junho de 1859 (decr. 3.291); applica ás successões dos subditos allemães as do decreto n. 855, de 1851 (decr. 3.358); torna definitiva a applicação provisoria ás successões portuguezas das a que se refere o art. 24 do decreto n. 855, de 1851 (decr. 3.492); altera algumas dos decretos referentes á concessão do arrazamento do morro de Santo Antonio (decr. 3.571); autoriza a inclusão de, que regulem a estadia de vagões nos desvios particulares da Estrada de Ferro

Central de Alagoas (decr. 3.711); torna extensiva á marinha a do decreto n. 21, de 1853, para contagem de tempo de embarque dos officiaes graduados (decr. 3.748) — Ver Decisão — Estatutos.

Disposto — Ver Decretos — Leis — Regulamentos.

Dissolução — Ver Congresso Nacional — Sociedades.

Distinctivos — Estabelece o para o corpo de engenheiros navaes (decr. 1.567); estabelece o para o curso de notariado (decr. 1.648); estabelece o para o curso odontologico (decr. 2.061); altera o decreto n. 216 E, de 1890, relativamente aos de almirante e vice-almirante (decr. 3.686).

Distribuição — Ver Consulados — Fardamento — Serviços.

Districitos — Divide em sete militares o territorio da Republica (decr. 431); determina os em que devem ser organizados os corpos da guarda nacional do Rio Grande do Sul (decr. 1.866); approva o regulamento dos commandos dos militares (decr.

Districito Federal — Ver Sitio — Tribunal.

Dívidas — Determina que as certidões de activas passem a ser remetidas ao procurador seccional (decr. 340); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 5.522:847\$682 para pagamento de da União para com o Estado de S. Paulo (decr. 2.345); providencia sobre o serviço de juros e amortização da fluctuante (decr. 2.412). — Ver Creditos.

Dividendos — Ver Exercicios findos — Impostos.

Divisão — Ver Administração — Collegio — Districitos — Dividas — Estradas de ferro — Exercicios findos.

Divisas — Ver Uniformes.

Docas de Santos — Ver Companhias — Desvios.

Documentos — Determina que entre os mencionados no § 1º do art. 491 da consolidação das leis das alfandegas e mesas de rendas sejam comprehendidas as facturas consulares (decr. 169).

Dolman — Ver Fardamento.

“Dom Pedro Mining Company” — Ver Autorização.

Dormentes — Approva o orçamento e desenhos dos de ago a empregar na via permanente da Estrada de Ferro Minas e Rio (decr. 2.446).

Dote — Ver Bens.

Dragagem — Ver Portos.

Duplicação — Ver Estradas de ferro — Obras.

Duração — Ver Comissões.

LE

Edade — Ver Meio-soldo.

Eden — Ver Sociedades.

Edifícios — Ver Estações — Estradas de ferro — Favores — Mudança — Planos — Preços.

Effeito — Declara de nenhum o decreto n. 665, de 1891 (decr. 696); declara de nenhum o decreto n. 2.483, de 1897 (decr. 2.932).

Electricidade — Concede autorização á Companhia Brasileira de para transmissão de para iluminação (decr. 578). — Ver Arsenaes.

“Electro-Motion Corporation” — Ver Autorização.

Eleições — Approva as instrucções para execução dos arts. 59 e 60 da lei n. 35, de 1892, sobre federados (decr. 760); approva as

instrucções para as federaes (decr. 1.542); adia as de deputados e senadores ao Congresso Nacional (decr. 1.574); adia as de deputados e senadores (decr. 1.608); dá instrucções para as de presidente e vice-presidente da Republica e consolida as disposições quanto ás federaes (decr. 1.668); dá instrucções para a de presidente e vice-presidente da Republica (decr. 2.693); dá instrucções provisórias para a de intendentes municipaes do Districto Federal (decr. 3.183); dá instrucções para as federaes em 31 de dezembro de 1899 (decr. 3.459).

Elevação — Ver Cadeira — Capital — Consulados — Creditos — Etapas — Interpretes — Patrões.

Eliminação — Ver Clausulas.

Embarcadouro — Ver Estradas de ferro — Fardamento.

Embargos — Ver Processos.

Embarque — Ver Introdução — Tempo.

Emendas — Ver Estatutos.

Emigrantes — Abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 100:000\$ para despesas com o transporte de cearenses (decr. 3.817); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 50:000\$ para despesas com os cearenses (decr. 3.834).

Emissões — Declara que a União assume a responsabilidade das bancarias (decr. 2.406); autoriza o resgate da concedida ao Banco da Bahia pelo decreto n. 2.140, de 1858 (decr. 2.972) — Ver Bilhetes — "Bonus" — Papel-moeda.

Emolumentos — Determina como procederão os consules na cobrança de (decr. 557); limita a quota dos que pertencem aos consules e vice-consules que não percebem vencimentos (decr. 792); approva o regulamento sobre o serviço dos por meio de estampilhas (decr. 1.875); eleva os que percebem o presidente, deputados e o secretario da Junta Commercial do Districto Federal (decr. 2.212); commette ao archivista da Secretaria das Relações Exteriores a guarda das estampilhas de consulares (decr. 2.257); substitue a tabella dos consulares (decr. 2.832); dá regulamento para a cobrança e escripturação dos consulares (decr. 2.847); dá instrucções para o serviço das estampilhas de consulares (decr. 3.657).

Empregados — Dá providencias sobre o montepio dos pertencentes ao Ministerio das Relações Exteriores (decr. 139); determina o numero dos das legações (decr. 140); approva provisoriamente o regulamento do montepio dos municipaes (decr. 334); manda indemnizar os diplomaticos e consulares das desposas que fizerem com viagens em serviço (decr. 600); fixa o praso aos diplomaticos e consulares para assumirem o exercicio dos seus cargos (decr. 684 E); marca praso aos diplomaticos e consulares para partirem para seus destinos (decr. 802); declara que os das Inspectorias de portos maritimos são contribuintes do montepio (decr. 1.013); approva a tabella do numero, classes e vencimentos dos da Caixa Economica do Rio Grande do Sul (decr. 1.107); manda executar uma tabella do numero e vencimentos dos da secção de artes da Imprensa Nacional e "Diario Official" (decr. 1.195 C); fixa o numero, classe e vencimentos dos do Thesouro Nacional, Tribunal de Contas, Caixa de Amortização, Casa da Moeda, alfandegas e delegacias fiscaes (decr. 1.582); marca o numero, classe e vencimentos dos das alfandegas de S. Paulo e Juiz do Fóra (decr. 1.748); altera o regimen das ajudas de custo dos do Corpo Diplomatico e do Consular (decr. 1.951); equipara

aos extinctos os da Alfandega de Juiz de F6ra, cujas nomea66es s6o annulladas (decr. 1.997); equipara aos extinctos os da Alfandega de S. Paulo, cujas nomea66es ficam annulladas (decr. 2.079); determina que os do Corpo Diplomatico, licenciados ou em commiss66o, sejam pagos em moeda do paiz, e disp6e sobre os nomeados ou removidos (decr. 2.146); altera o numero e os vencimentos dos das delegacias fiscaes de S. Paulo, Minas Geraes, Cuyab6, Curityba, Therezina e Goyaz (decr. 2.316); fixa o numero dos da Alfandega de Macah6 (decr. 2.336); reduz o numero e classe dos da Alfandega de S. Paulo (decr. 2.576); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 21:500\$ para pagamento de vencimentos aos da extincta Agencia Official de Coloniza66o (decr. 2.584); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 14:125\$100 para pagamento dos das obras do porto do Recife (decr. 2.595); marca prazos aos em disponibilidade, diplomaticos e consulares, para chegarem 6 Capital da Republica (decr. 2.638); equipara os vencimentos dos das faculdades de direito de S. Paulo e do Recife aos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. 3.212); fixa os vencimentos, classes e numero dos da Alfandega de Sant'Anna do Livramento (decr. 3.548) — Ver Notas — Percentagens — Tabellas — Vencimentos.

Empregos — Regula de novo os concursos para os de fazenda (decr. 1.851).

Empresa Funeraria — Altera as taxas dos caix6es, vehiculos e sepulturas percebidas pela (decr. 3.519).

Empresas — Fixa o praso para a de Vapores Frigorificos comecar a funcionar (decr. 27); transfere 6 Uni6o Industrial dos Estados Unidos do Brasil a concess6o constante dos decretos ns. 597 A, de 1890, e 1.382, de 1891 (decr. 92); permite que a "Pelotas and Colonies Railway Company, Limited", transfira 6 Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul a concess6o constante do decreto n. 10.151, de 1889 (decr. 485); transfere 6 do Arrazamento do Morro do Castello a concess6o constante dos decretos ns. 758 e 795, de 1890 (decr. 527); autoriza a Industrial de Melhoramentos do Brasil a transferir 6 Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco a concess6o constante dos decretos ns. 1.060 e 235, de 1890 e 1891 (decr. 585); concede 6 do Arrazamento do Morro do Castello proroga66o de praso para a apresenta66o de planos e plantas (decr. 606); approva a fus6o da companhia Lloyd Brasileiro com a de Obras Publicas no Brasil (decr. 611); autoriza a transferencia da concess6o feita ao bacharel Jo6o Candido Murtinho 6 Industrial de Melhoramentos no Brasil (decr. 619); autoriza a Companhia Brasileira de Estradas de Ferro e Navega66o a transferir 6 de Obras Publicas no Brasil as concess6es para construc66o das estradas de ferro de Natal ao Cear6-Mirim, de Tamandar6 a Barra e de Aracaj6 a Sim6o Dias (decr. 640 A); declara caduca a concess6o de subven66o a uma de vapores frigorificos (decr. 684 B); approva a planta apresentada pela de Obras de Melhoramentos do Porto de Santos para prolongamento do c6es (decr. 790); approva os planos e orgamentos do armazem n. 1 da de Obras e Melhoramentos do Porto de Santos (decr. 813); autoriza a fus6o da de Navega66o a Vapor do Baixo S. Francisco com a Companhia de Navega66o Pernambucana (decr. 851); approva a variante proposta pela Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul, entre os kilometros 3 -|- 66 e 35 -|- 54 da Estrada de Ferro de Pelotas a S. Louren6o (decr. 941);

innova o contracto com a de Melhoramentos do Porto de Santos (decr. 942); approva os planos e orçamentos do armazem n. 2, apresentados pela de Melhoramentos do Porto de Santos (decr. 943); approva o plano geral das obras apresentado pela Industrial de Melhoramentos no Brasil, para execução do decreto n. 849, de 1890 (decr. 960); approva o orçamento de mais cinco armazens para o serviço do caes de Santos, apresentado pela de Obras e Melhoramentos do Porto de Santos (decr. 1.069); autoriza a União Industrial a transferir á Companhia S. Paulo-Rio Grande a concessão relativa á Estradas de Ferro, de Itararé a Cruz Alta (decr. 1.386); approva os estudos e plantas, apresentados pela de Arrazamento do Morro do Castello (decr. 1.495); approva a planta organizada pela Industrial de Melhoramentos no Brasil para abertura de ruas na área do morro do Senado (decr. 1.786); approva a nova planta apresentada pela Industrial de Melhoramentos no Brasil para a construção do prolongamento do canal do Mangue (decr. 1.831); concede autorização a Pedro Sá & Comp. para organizarem a Beneficiadora de Arroz (decr. 1.864); autoriza a Industrial do Grã-Pará a transferir ao Banco Norte do Brasil a concessão do decreto n. 8.344, de 1881 (decr. 1.885); transfere á Industrial e Construtora do Rio Grande do Sul a concessão constante do decreto n. 9.214, de 1884, para exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia (decr. 1.998); approva os estatutos da Industrial de Petroleo, autorizada a funcionar (decr. 2.471); modifica os contractos celebrados com a Viação do Brasil para a navegação dos rios S. Francisco e das Velhas (decr. 3.015); approva as modificações propostas pela Industrial de Melhoramentos no Brasil no plano das obras do caes, entre o arsenal de marinha e a Ponta do Cajú (decr. 3.323) — Ver Capital.

Empréstimo — Autoriza o ministro da Fazenda a contrahir um na importancia liquida de 100.000:000\$, emittindo apolices (decr. 1.976); autoriza o ministro da Fazenda a contractar com N. M. Rotschild and Sons um de £ 6.000.000 (decr. 2.044 A); autoriza o ministro da Fazenda a contrahir um na importancia de 60.000:000\$, em apolices (decr. 2.695); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 9.783:333\$333 para pagamento de juros e amortização do de £ 2.000.000, contrahido em 1897 (decr. 2.931); abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3.600:000\$ para pagamento de juros do interno de 1897 (decr. 3.241) — Ver Bancos.

Encargos — Ver Liquidação.

Encomendas — Publica a adhesão do governo peruano á convenção relativa á permutação de postaes (decr. 2.454); publica a adhesão do Governo do Perú á convenção sobre permutação de postaes (decr. 2.580); manda executar o accôrdo sobre a permutação de postaes entre Portugal e o Brasil (decr. 3.168); publica a adhesão da Grã-Bretanha e Irlanda ao accôrdo relativo a com valor declarado (decr. 3.222); publica a adhesão da India Britannica ao accôrdo relativo á permutação de com valor declarado (decr. 3.223); publica a adhesão da Republica Peruana ao accôrdo de Washington sobre permuta de postaes (decr. 3.645) — Ver Accôrds — Tarifas.

Enfermarias — Approva o regulamento para as militares (decr. 1.183) — Ver Uniformes.

Engenheiros — Ver Corpos — Logares.

Engenhos — Declara caduca a concessão de garantia de juros e mais favores feita ao bacharel Bento José da Costa para um central em Pernambuco (decr. 16); declara caduca a concessão de garantia de juros para o Central de Iguape (decr. 17); transfere á Companhia de Docas e Melhoramentos da Bahia a concessão de um central feita ao bacharel João dos Reis de Souza Dantas Filho e outros (decr. 42); concede favores ao visconde Roberto de Paravicini e outros para o estabelecimento de um central em Minas Geraes (decr. 117); transfere á Companhia de Melhoramentos em Sergipe a concessão de um central feita a Adolpho Ribeiro Guimarães (decr. 119); transfere á Companhia de Melhoramentos em Sergipe a concessão de dois centraes feita a José Ferreira da Silva (decr. 120); approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenhos dosapparelhos e descripção dos methodos de fabricação do Central de Tracunhaem (decr. 142); transfere á Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina a concessão feita a Carlos Napoleão Poeta de um central (dec. 158); concede favores a João Carlos da Silva Carneiro e outros para estabelecimento de um central em S. Paulo (decr. 160); permite ao engenheiro Antonio Fialho transferir a sua concessão de nove centraes no Estado de Pernambuco (decr. 161); transfere á Companhia Agricola e Industrial Fluminense a concessão de um central de que é cessionaria a Companhia Engenho Central de Paraty (decr. 163); concede favores a Antonio Ferreira da Silva Carneiro para o estabelecimento de um central em S. Paulo (decr. 175); approva o plano e orçamento das obras projectadas do Central de Guapy-Mirim (decr. 211 A); permite que dois centraes de que é cessionaria a Companhia de Melhoramentos, sejam estabelecidos no valle do rio Pericumán (decr. 286); prorroga o praso para a apresentação de plantas, orçamentos, etc. das obras do central concedido pelo decreto n. 722, de 1890 (decr. 358); approva o plano das obras do de Lavras (decr. 381); approva o plano e orçamento das obras do Central de Porto Calvo (decr. 391); transfere á Companhia Progresso Industrial do Espirito Santo a concessão feita a Henrique Deslandes de dois centraes no Espirito Santo (decr. 392); prorroga o praso para apresentação de plantas, orçamento das obras, etc. de dois centraes concedidos pelo decreto n. 930, de 1890 (decr. 436); approva o plano e orçamento das obras projectadas do Central de Cannavieiras (decr. 449); renova em parte, a favor do engenheiro Carlos Hargreaves, as concessões de quatro centraes, no Estado de Pernambuco, declaradas caducas pelo decreto n. 10.011, de 1883 (decr. 486); approva o plano e orçamento das obras projectadas para os centraes de que é cessionaria a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão (decr. 494); permite a transferência do central, de que é cessionaria a Companhia de Melhoramentos em Sergipe, do Capella para Laranjeiras (decr. 496); prorroga o praso para estabelecimento de dois centraes em S. Matheus e Itapemirim (decr. 497); approva o orçamento das obras projectadas para os centraes de Barreiros e Maragogy e adopta os methodos de fabricação do de Porto Calvo (decr. 519); approva o plano e orçamento das obras projectadas e dos methodos de fabricação dos centraes de que é cessionaria a Companhia Progresso Indus-

trial do Espirito Santo (decr. 523); prorroga o prazo para a Companhia de Melhoramentos em Sergipe apresentar as plantas, orçamento das obras, etc. dos centraes em Sergipe (decr. 543); prorroga o prazo para a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão inaugurar os dois centraes de que é cessionaria (decr. 561); approva o plano e orçamento das obras do Central de Itajubá (decr. 620); approva o plano e orçamento das obras do Central de Paraty (decr. 635); transfere á Companhia Promotora de Industrias e Melhoramentos as concessões de tres centraes em Porto Calvo, Maragogy e Barreiros (decr. 637); declara de utilidade publica a desapropriação dos denominados Palmeira, Penandula e Caxito (decr. 642); approva o plano e orçamento das obras do Central de Cucuá (decr. 644); approva o plano e orçamento das obras do Central da Palhoça (decr. 708); transfere o Central de Magé á Companhia Engenho Central de Guapy-Mirim (decr. 740); approva as plantas para os centraes de que é cessionaria a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão (decr. 756); accêita, da Companhia Agricola de Campos, a desistencia que faz da garantia de juros do Central de Ayriizes (decr. 798); approva o plano da ferro-via do Central de Cucuá (decr. 803); declara caduca a concessão de garantia de juros e mais favores feita ao Central S. João, de propriedade da Companhia Industria e Construccão (decr. 930); accêita de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão a desistencia da garantia de juros para um central no Rio Grande do Norte (decr. 937); declara caduca a concessão de garantia de juros e mais favores para um central em Mutupiranga (decr. 965); declara caduca a concessão de Companhia de Melhoramentos em Sergipe (decr. 1.140); declara caduca as concessões de tres centraes de que é cessionaria a Companhia de Melhoramentos em Sergipe (decr. 1.140); declara caduca a concessão de dois centraes da Companhia Industria e Commercio (decr. 1.141); revoga o decreto n. 154, de 1891, na parte em que autorizou a desapropriação do denominado Bulhões, em Pernambuco (decr. 1.144); declara caduca a concessão de um central, no Estado de S. Paulo, feita a Firmino Joaquim Ferreira da Veiga (decr. 1.161); declara caduca a concessão de garantia de juros feita a Newton Cesar Burlamaqui e outro para estabelecimento de dois centraes no Espirito Santo (decr. 1.272); declara de nenhum effeito a concessão de garantia de juros feita á Companhia Progresso Agricola para o estabelecimento de um central no Maranhão (decr. 1.436); declara caduca a concessão feita a José Thomaz Pires Machado Portella para estabelecer um central em Pernambuco (decr. 1.474); prorroga o prazo marcado á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para a promptificação de dois centraes no referido Estado (decr. 1.512); declara caducas as concessões de tres centraes de que é cessionaria a Companhia Promotora de Industrias e Melhoramentos (decr. 1.660); suspende a garantia de juros concedida ao Central de Riachuelo (decr. 1.697); declara caduca a concessão do 2º grupo de centraes, de que trata o decreto n. 888, de 1890 (decr. 1.780); autoriza a Companhia Norte-Mineira a substituir, no Central de Cannavieiras, o systema de diffusão pelo de moendas de triplice bateria (decr. 1.785); declara caducas as concessões de centraes feitas pelos decretos ns. 10.435, de 1889, e 637, 647, 654, 728, 761, 927 e 1.049, de 1890 (decr. 1.814); declara caducas as concessões de centraes feitas pelos decretos ns. 1.164, de 1890, e 117,

160 e 175, de 1891 (decr. 1.980); declara caduca a concessão feita a Francisco Rebello de Carvalho para o estabelecimento de um central em Magé (decr. 2.010); suspende a garantia de juros concedida á companhia "North Brazilian Sugar Factories, Limited", para estabelecimento de um central em Pernambuco (decr. 2.132); supprime a fiscalização dos centraes (decr. 2.425) — Ver Desapropriações — Fabrica.

"English Bank of Rio de Janeiro" — Ver Autorização.

Enseada — Declara de utilidade publica a desapropriação de terrenos na de Abrahão (decr. 1.182).

Ensino — Approva o regulamento para o secundario nos Estados (decr. 2.857) — Ver Codigo — Gymnasio — Institutos — Serviços.

Entrada — Ver Convenção — Estrangeiros.

Entrancia — Ver Comarca.

Equiparação — Ver Empregados — Machinistas — Officiaes — Soldos.

Equivoco — Ver Decretos.

Escalas — Altera as das linhas de Macapá e Purús, da "Amazon Steam Navigation Company" (decr. 2.360); regula a collocação na de antiguidade dos officiaes do exercito comprehendidos na lei n. 533, de 1898 (decr. 3.320).

Escoamento — Ver Obras.

Escolas — Faz extensiva a todos os commandantes e commissarios nomeados para as de aprendizes marinheiros a ajuda de custo marcada pelo decreto n. 890, de 1890 (decr. 374); approva e manda que seja observado o regulamento para as praticas do exercito (decr. 432); approva os estatutos para a Scientifica de Vinicultura de S. Paulo (decr. 650); modifica o art. 56 do regulamento para as praticas do exercito decr. 779); approva o regulamento para a de sargentos (decr. 1.299); dá execução ao disposto no art. 2º do decreto n. 1.340, de 1891, com referencia ao corpo docente da Nacional de Bellas Artes (decr. 1.256); approva o regulamento da de Machinistas e Pilotos do Pará (decr. 1.362); concede á de Pharmacia de Ouro Preto as vantagens de que gosam os estabelecimentos congeneres (decr. 1.417); approva o regulamento para a de Minas (decr. 1.546); eleva á categoria de cadeira as aulas de geometria descriptiva e topographia do curso geral das militares (decr. 1.554); crea uma de aprendizes marinheiros em Sergipe (decr. 1.874); manda reabrir a Naval (decr. 1.926); approva o programma do curso superior de agronomia, annexo á Pratica de Agricultura e Viti-cultura de Taquary (decr. 2.028); reorganiza as de machinistas navaes (decr. 2.208); approva os estatutos da Polytechnica do Rio de Janeiro (decr. 2.221); reforma o regulamento da Naval (decr. 2.799); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 490:419\$330 para despesas de instalação das preparatorias e de tactica no Districto Federal e no Rio Grande do Sul (decr. 2.815); concede á Polytechnica da Bahia o titulo de livre (decr. 2.893); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 68:494\$900 para as despesas de instalação da Preparatoria e de Tactica do Realengo (decr. 2.933); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 24:150\$ para despesas no edificio da Preparatoria e de Tactica do Realengo (decr. 2.986); concede á de Engenharia de Pernambuco os privilegios e garantias de que gosa a congenera federal (decr. 3.022); abre ao Ministerio da Guerra

o credito especial de 119:784\$592 para as obras de parte da fachada da Militar do Brasil (decr. 3.108); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 7:000\$ para despesas com a Militar do Brasil (decr. 3.127); reforma o regulamento da Naval, mandado observar pelo decreto n. 2.799, de 1898 (decr. 3.232); abre ao Ministerio da Guerra o especial 15:917\$080 para pagamento de vencimentos a officiaes, lentes e professores da Superior de Guerra (decr. 3.380); torna extensivo ás livres o determinado nos arts. 6º a 9º da lei n. 314, de 1895 (decr. 3.577); dá regulamento á Naval (decr. 3.652) — Ver Creditos

— **Patrimonio.**

Escreventes — Ver Uniformes.

Escriptorio — Ver Estradas de ferro.

Escrivães — Dá providencias sobre o exercicio dos do juizo dos feitos da fazenda nacional (decr. 135 — Ver Vencimentos.

Esgotos — Ver Creditos.

Especialidades pharmaceuticas — Ver Impostos.

Espectaculo — Ver Casas.

“Espírito Santo and Caravellas Railway Company, Limited” — Ver Autorização.

Esquadrão — Ver Guarda nacional.

Estabelecimento — Ver Autorização — Creditos — Engenhos — Gratificações — Linhas — Planos — Registro — Regras.

Estações — Regulamenta o serviço das agronomicas (decr. 612); approva as plantas apresentadas pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana referentes á construção de duas, nos kilometros 334 -| 4 e 365 (decr. 638); transfere a Agronomica de Campinas para o Estado de S. Paulo (decr. 707); approva os planos de uma denominada Triagem nos terrenos do antigo matadouro (decr. 925); concede a Ferdinand Rodde e outro autorização para fundarem na Capital Federal uma telephonica, em communicação com a rede telephonica do Estado do Rio de Janeiro (decr. 1.393); altera clausulas da concessão feita a Ferdinand Rodde e outro para estabelecerem na Capital Federal uma telephonica (decr. 1.418); approva a modificação do trecho destinado ao estabelecimento da de S. Vicente, no prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 1.439); approva o projecto da nova de Belém, da Estrada de Ferro de Carangola (decr. 1.786); approva a planta e orçamento para construção de um abrigo na de Uruguayana, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquí (decr. 1.904); approva as plantas e orçamento para modificações na de Curitiba (decr. 2.031); approva as plantas para modificação da de Mimoso, da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemerim (decr. 2.077); autoriza a Companhia Estrada de Ferro Central Alagoana a construir a de Atalaya em outro local (decr. 2.209); approva as plantas para construção de uma em Capão Bonito, na Estrada de Ferro Sorocabana e Ituana (decr. 2.240); approva os projectos e orçamentos para augmento da de passageiros e armazem de cargas de S. Bernardo e construção de um armazem provisório de cargas na de Agua Branca, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.264); approva os projectos e orçamentos dos novos desvios a construir na de Pary, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.265); approva os projectos e orçamentos de varios desvios em diversas da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.266); approva os projectos e orçamentos para installações telegraphicas e sema-

phoricas em diversas, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy (decr. 2.289); approva os projectos e orçamentos para construção de novos desvios nas de Campo Grande a Jundiahy, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy (decr. 2.290); approva o projecto e orçamento para construção de um armazem provisório de cargas na de Ribeirão Pires, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy (decr. 2.306); approva os projectos e orçamentos para construção de desvios nas de Ribeirão Pires, S. Caetano, Braz. Tapas, Perús e Juquery, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy (decr. 2.324); approva o novo projecto da de passageiros em S. Paulo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy (decr. 2.433); approva o projecto e orçamento para a construção de uma em Guayavira, no prolongamento da Estrada de Ferro do Paraná (decr. 2.434); approva os projectos e orçamentos para a construção de uma, da "Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens" decr. 2.455); autoriza a construção de duas em Mooca e Lapa, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy (decr. 2.496); autoriza a mudança da principal da Estrada de Ferro de Itararé ao Uruguay, para a de Ponta Grossa (decr. 2.572); approva o augmento das de Pombal, Sapê e Tambury, da Estrada de Ferro Central da Bahia (decr. 2.798); approva o orçamento para conclusão das obras de modificações da de Curityba, da Estrada de Ferro do Paraná (decr. 2.805); approva a planta e orçamento para a construção de uma pequena no kilometro 65, da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé (decr. 3.023); approva a planta para a construção de uma no Alto da Boa Vista, da Estrada de Ferro da Tijuca (decr. 3.164); transforma dois postos telegraphicos, na linha de Ribeirão Preto a Jaguará, da Estrada de Ferro Mogyana, nas denominadas Barracão e Entroncamento (decr. 3.525); approva a planta para a construção do augmento da do Arraial, da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro e Timbaúba (decr. 3.563); autoriza a instalação definitiva da sudoeste do corpo de bombeiros (decr. 3.780); prorroga o prazo para conclusão das obras da nova da Luz, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy (decr. 3.786) — Ver Armazens — Autorização — Desapropriações — Estradas de ferro — Ramaes.

Estado — Ver Sítio.

Estado-maior — Ver Gratificações — Guarda nacional — Regulamentos.

Estampilhas — Commette ao archivista da Secretaria das Relações Exteriores a guarda das de emolumentos consulares (decr. 2.257); dá instrucções para o serviço das de emolumentos consulares a cargo do archivista da Secretaria das Relações Exteriores (decr. 3.657).

Estatística — Crea um serviço especial de commercial na Alfandega do Rio de Janeiro (decr. 3.547).

Estatutos — Approva os novos da Companhia Commercio de Matte (decr. 5); approva os do Banco Hypothecario Nacional (decr. 28); concede autorização a Antonio Joaquim Dias da Silva para reformar os da Cooperativa de Consumo, de Construcções e de Produção do Congresso Operario (decr. 77); approva a reforma dos da Companhia Fabricação e Commercio de Assucar (decr. 96); concede autorização a Francisco Ferreira Varzea e outros para reformarem o art. 5º dos da Companhia Commercial Industrial de Generos Alimentícios (decr. 101); con-

cede á Companhia Fabrica de Biscoutos Internacional autorização para reformar os seus (decr. 102); approva com alterações os do Banco dos Funcionarios Publicos (decr. 105); concede autorização á Companhia Commercial e de Panificação Paulista para reformar o art. 4º dos seus (decr. 121); concede autorização a José Thomaz Pimentel Barbosa e outro para reformarem o art. 1º dos da Companhia Cooperativa Mineira (decr. 141); approva a reforma dos da Companhia Manufactora de Massas Alimenticias (decr. 167); concede autorização a Firmino Francisco Fontes para modificar o art. 4º dos da Companhia Luso-Brasileira Manufactora de Cerveja e Aguas Gazosas (decr. 177); concede autorização a Antonio Joaquim Marques Peixoto para reformar os da Companhia Suburbana de Comestiveis (decr. 312); approva as emendas feitas nos do Banco das Classes Laboriosas (decr. 339); approva a reforma dos da Companhia Alliança Mercantil (decr. 345); approva as emendas feitas nos do Banco de Credito Real de Minas Geraes (decr. 394); approva os do Banco União Agricola do Brasil (decr. 439); approva a reforma dos da Companhia Commercio de Conta Propria e Commissões (decr. 457); approva a reforma dos do Banco Sul-Americano (decr. 473); approva os da Companhia Economia Publica (decr. 501); approva a reforma dos da Companhia Distillação Central (decr. 503); approva os do Banco de Credito Rural e Internacional (decr. 505); approva os do Banco de Credito Predial Urbano (decr. 508); approva os da Companhia Hydraulica Rio-Grandense (decr. 509); approva a reforma dos da Companhia de Distillação e Aguas Mineraes Christoffel-Stupakoff (decr. 551); approva os novos da Companhia Organização Agricola Mineira (decr. 560); concede á Companhia Propagadora de Vinhos e Generos Italianos autorização para reformar os seus (decr. 571); concede autorização a Eduardo Augusto Pereira Nunes e outros para reformarem os do Banco União Commercial Progresso dos Taverneiros (decr. 572); approva a reforma dos da Companhia Melhoramentos em Sergipe (decr. 573); permite aos incorporadores do Banco União Agricola do Brasil, de credito real, alterarem os arts. 4º e 10º dos respectivos (decr. 575); approva a reforma dos da Companhia Progresso Industrial de Cabo Frio (decr. 593); approva a reforma dos do Banco de Credito e Commissões (decr. 601); approva os da Escola Scientifica de Vinicultura, no Estado de S. Paulo (decr. 650); approva o projecto dos do Banco de Credito Real de Pernambuco buco (decr. 651); approva a reforma dos do Banco da Bolsa decr. 653); approva a reforma dos do Banco da Bolsa (decr. 652); approva os do Banco de Credito Brasileiro (decr. 662); approva a reforma dos da Companhia Restaurantes Populares (decr. 684 D); concede autorização á Companhia Vinicola Internacional para substituir o paragrapho unico do art. 22 de seus (decr. 726); approva as alterações feitas nos do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil (decr. 733 A); approva os do Montepio Popular (decr. 741); approva as alterações feitas nos do Banco de Credito Real de Minas Geraes (decr. 747); approva as modificações feitas nos do Banco de Credito Rural e Internacional (decr. 748); approva as alterações feitas nos do Banco de Credito Brasileiro (decr. 774); approva a reforma dos da Companhia Fabril e Industrial de Vinagre (decr. 777); approva a reforma dos da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assu (decr. 784); approva a reforma dos da Companhia Salinas de Margarida (decr. 793);

approva a reforma dos da Companhia Geral do Commercio e Industria (decr. 799); approva a reforma dos da Companhia Commercio e Industria Nacional (decr. 801); approva as alterações feitas nos do Banco dos Funcionarios Publicos (decr. 811); approva os da Companhia Vinicola Internacional (decr. 822); approva os do Banco União de Minas (decr. 823); approva as alterações feitas nos do Banco Sul-Americano (decr. 824); approva a reforma dos da sociedade anonyma Padaria Luso-Brasileira (decr. 861); approva o projecto de reforma dos do Banco de Credito Real de S. Paulo (decr. 882); approva, com alterações, a reforma dos da sociedade anonyma Companhia Cooperativa de Consumo Domestico e Agricola de Nova Friburgo (decr. 895 A); autoriza a Companhia Banha Rio-Grandense Alves a reformar os seus (decr. 920); approva os da Companhia Zoosterina (decr. 924); approva a reforma dos da Companhia Commercio Nacional (decr. 931); approva a reforma dos do Banco de Credito Popular do Brasil (decr. 944); approva as alterações feitas nos da companhia de seguros contra fogo "The Royal Insurance" (decr. 957); approva a reforma dos da Companhia Frigorifica e Pastoreil Brasileira (decr. 980); approva a reforma dos da Companhia Agricola e Commercial do Brasil (decr. 981); approva as alterações feitas nos da Companhia Commercio e Industrial do Brasil (decr. 987); approva a reforma dos da Companhia do Beberibe (decr. 1.030); approva a reforma dos da Companhia Auxiliár do Commercio e Lavoura (decr. 1.040); approva a reforma dos da Companhia Matte Laranjeira (decr. 1.045); approva a reforma dos da Companhia Lactinios (decr. 1.070); approva a reforma dos da Companhia Alcoolica da Bahia (decr. 1.072); approva a reforma dos da Companhia Pastoreil Industrial Sul do Brasil (decr. 1.080); concede autorização á Companhia Ceres Brasileira para reformar os seus (decr. 1.084); approva as alterações feitas nos do Banco de Credito e Garantia Real (decr. 1.090); approva a reforma dos da Companhia Manufactora de Conservas Alimenticias (decr. 1.125); approva a reforma dos da Companhia Agricola e Commercial do Brasil (decr. 1.175); approva a reforma dos da Companhia Commercial e Industrial de Generos Alimenticios (decr. 1.181); approva a reforma dos da Companhia Cooperativa de Panificação (decr. 1.219); approva os do Banco da Republica do Brasil (decr. 1.253); approva os novos do Banco Industrial e Constructor do Paraná (decr. 1.255); approva os do Banco de Credito Real de S. Paulo e Minas (decr. 1.305); approva a reforma dos da Companhia Salinas Lindemberg, de Cabo Frio. (decr. 1.321); approva os novos da Companhia Alliança Mercantil (decr. 1.349); approva os do Banco Hypothecario do Brasil (decr. 1.361); approva a reforma dos da Companhia de Distillação e Auguas Mineraes Christoffel-Stupakoff (decr. 1.414); approva a reforma dos da Companhia Hydraulica Pelotense (decr. 1.419); approva a reforma dos da Companhia Commercial (decr. 1.420); approva a reforma dos da Companhia Petropolis Industrial e Agricola (decr. 1.452); approva a reforma dos da Companhia Agricola e Commercial do Brasil (decr. 1.471); approva os da sociedade anonyma Loteria Nacional (decr. 1.482 B); approva a reforma dos da Companhia Industrial do Brasil (decr. 1.522); approva a reforma dos da Companhia Antarctica Paulista (decr. 1.523); approva a reforma dos da Companhia Industrial de Productos Nacionaes

(decr. 1.524); approva a reforma dos da Associação de Seguros Mutuos-Brasil (decr. 1.539); approva as alterações feitas nos do Banco Sul-Americano (decr. 1.547); approva a reforma dos da Companhia de Cerveja Guanabara (decr. 1.576); approva os da sociedade anonyma Cooperativa Militar do Brasil (decr. 1.604); approva as alterações feitas nos do Banco de Credito Rural e Internacional (decr. 1.625); approva as alterações feitas nos do Banco de Credito Real de S. Paulo e Minas (decr. 1.629); approva os da Companhia de Seguros-Cruzeiro (decr. 1.661); approva a reforma dos da Companhia Industrial e Commercio de Estivas (decr. 1.680); approva as alterações feitas nos da sociedade anonyma Loteria Nacional (decr. 1.691); approva a reforma dos da Companhia Geral de Commercio e Industria (decr. 1.725); approva a reforma dos da Companhia Provisora de Conservas Alimenticias (decr. 1.796); approva a reforma dos da companhia Lloya Brasileiro (decr. 1.815 A); approva a reforma dos da sociedade anonyma Cooperativa Militar do Brasil (decr. 1.848); approva as alterações feitas nos do Banco de Credito Brasileiro (decr. 1.883); approva a reforma dos da Companhia Cervejaria Bavaria (decr. 1.886); approva a reforma dos da Companhia Banha Rio-Grandense Alves (decr. 1.932); approva a reforma dos da Companhia Industrial Catharinense (decr. 1.960); approva a reforma dos da Companhia Distillação Central (decr. 1.961); approva a reforma dos da Companhia Commercio Nacional (decr. 1.973); approva a reforma dos da Companhia Recifense de Panificação (decr. 1.983); approva os do Banco de Credito Commercial (decr. 2.021); approva a reforma dos da Companhia Banha Rio-Grandense Alves (decr. 2.075); approva a reforma dos da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assú (decr. 2.119); approva a reforma dos da Companhia Nacional de Seguro Mutuo Contra Fogo (decr. 2.131); concede autorização ao engenheiro Joaquim Guilherme de Souza Leitão Maldonado para reformar os da Sociedade Anonyma Quatorze de Julho (decr. 2.142); approva a reforma dos da Companhia de Lactecínios (decr. 2.157); approva as alterações feitas nos do Banco Hypothecario do Brasil (decr. 2.185); approva os da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro (decr. 2.221); approva os das faculdades de direito (decr. 2.226); approva os da Equitativa dos Estados Unidos do Brasil (decr. 2.245); approva as alterações feitas nos do Banco de Credito Predial Urbano (decr. 2.254); approva a reforma dos da Companhia Industrial da Ipuca (decr. 2.273); concede autorização á sociedade em commandita por acções Cervejaria Brahma-George Maschke & Comp. para reformar os seus (decr. 2.274); approva a reforma dos da Companhia Commercio Nacional (decr. 2.299); approva os novos do Banco Hypothecario e Commercial do Maranhão (decr. 2.323); approva as alterações feitas nos do Banco de Credito Real de S. Paulo e Minas (decr. 2.329); approva a reforma dos da Companhia Geral de Commercio e Industria (decr. 2.350); approva os novos do Banco dos Funcionarios Publicos (decr. 2.375); institue uma commissão para apresentar um plano de revisão dos do Banco da Republica (decr. 2.408); concede autorização a R. J. Kinsmann Benjamin para reformar os da Sociedade Cooperativa Nacional (decr. 2.441); approva os da Empresa Industrial de Petroleo (decr. 2.471); approva os da sociedade do

seguros mutuos denominada — Proletaria (decr. 2.472); approva os da Sociedade de Seguros Mutuos-Operaria (decr. 2.477); concede autorização a R. J. Kinsmann Benjamin para reformar os da Sociedade Cooperativa Nacional (decr. 2.479); approva os da Companhia de Seguros de Vida-Auxiliadora (decr. 2.483); approva a reforma dos da Companhia Protectora da Industria Pastoral do Pará (decr. 2.488); approva os novos do Banco da Republica (decr. 2.509); approva os da sociedade de seguros mutuos sobre a vida — Garantia da Amazonia (decr. 2.597); approva as alterações feitas nos do Banco Hypothecario e Commercial do Maranhão (decr. 2.793); approva as alterações feitas nos do Banco de Credito Rural e Internacional (decr. 2.814); approva as alterações feitas nos do Banco da Bolsa (decr. 2.899); approva a reforma dos da associação de auxilios mutuos entre os funcionarios do Estado do Rio — Mutualidade (decr. 3.229); approva os novos da Equitativa (decr. 3.272); approva os da Companhia Brasileira de Seguros para a Vida (decr. 3.293); approva as modificações feitas nos da “Pará Gaz Company, Limited” (decr. 3.343); approva a reforma dos da Companhia Antartica Paulista (decr. 3.348); approva as alterações feitas nos do Banco de Credito Rural e Internacional (decr. 3.377); approva os da Sociedade de Seguros — Garantia Mutua do Brasil (decr. 3.394); approva os novos da Caixa Geral das Familias (decr. 3.444); approva os da sociedade anonyma Empresa de Sal e Navegação (decr. 3.526); approva os do Banco dos Funcionarios Publicos (decr. 3.595); approva os do Banco de Credito Real de S. Paulo (decr. 3.605); approva as alterações feitas nos da sociedade anonyma Empresa de Sal e Navegação (decr. 3.658); modifica o art. 40 dos da sociedade anonyma “Sucrerie de Villa Raffard” (decr. 3.662); modifica o art. 40 dos da sociedade anonyma “Sucrerie de Piracicaba (decr. 3.664); approva as alterações feitas nos da Companhia Manufactora de Conservas Alimenticias (decr. 3.719); approva os da Companhia Matte Laranjeira (decr. 3.741); concede autorização á sociedade em commandita por acções George Maschke & Comp. para reformar os seus (decr. 3.761); approva os da “Banque Belge de Prêts Fonciers” (decr. 3.776); approva os do Banco da Republica (decr. 3.797); approva as alterações feitas nos da Companhia Brasileira de Seguros para a Vida (decr. 3.825).

Estrada de Ferro Central do Brasil — Annexa o serviço da Estrada de Ferro S. Paulo e Rio de Janeiro á (decr. 118); resolve incorporar á administração da parte em trafego da os serviços de prolongamento e ramaes (decr. 376); concede privilegio por 50 annos ao tenente-coronel Joaquim Ignacio Pessoa de Siqueira e outro para a construcção de ramaes ferreos convergentes á (decr. 474); approva os estudos definitivos dos primeiros kilometros do prolongamento da, além de Santa Luzia (decr. 495); approva os estudos definitivos e o orçamento de mais 12 kilometros do prolongamento da (decr. 609); approva os estudos definitivos e o orçamento de mais 12 kilometros do prolongamento da (decr. 734); crea dois logares de ajudantes da locomoção e do trafego da (decr. 754); approva os estudos definitivos de mais 12 kilometros do prolongamento da (decr. 762); altera o art. 15 do regulamento da, aprovado pelo decreto n. 713, de 1890 (decr. 821); approva os estudos definitivos de mais 12 kilo-

metros do prolongamento da (decr. 828); approva os estudos e planta de mais alguns kilometros no prolongamento da (decr. 829); approva os estudos definitivos e o orçamento de mais 30 kilometros do prolongamento da (decr. 1.055); approva as plantas de ligação das linhas ns. 1 e 2 da ao tunnel da Gambôa (decr. 1.128); approva as plantas, perfil longitudinal e orçamento para a construção do segundo trecho de 30 kilometros do prolongamento da, além de Sete Lagoas (decr. 1.271); approva os estudos definitivos para construção de um trecho do prolongamento da, além de Sete Lagoas (decr. 1.342); approva os estudos e orçamento para construção do quarto trecho de prolongamento da, além de Sete Lagoas (decr. 1.411); approva as plantas e orçamento das obras a construir na linha principal e ramal da (decr. 1.504); abre ao Ministerio da Industria o credito de 5.000:000\$ para a compra de material rodante e de tracção para a (decr. 1.699); approva a planta e orçamento para a construção de um barracão perto do almoxarifado da (decr. 1.934); rescinde o contracto celebrado com o engenheiro Miran Latif para obras de preparação do leito no prolongamento da (decr. 1.950); approva os estudos e orçamento para a construção do ramal ferreo ligando a estação maritima da Gambôa ás linhas geraes da (decr. 2.239); approva o regulamento da (decr. 2.247); manda adoptar na o regulamento modificado pela lei n. 427; de 1896 (decr. 2.417); approva as bases das tarifas e as taxas accessorias da (decr. 2.625); abre ao Ministerio da Industria o credito supplementar de 6:000\$ para pagamento de vencimentos de 10 bilheteiros da (decr. 2.764); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 33:341\$598 para pagamento de differença de vencimentos a telegraphistas da (decr. 2.878); approva o projecto de melhoramentos entre as estações Central e de S. Diogo, da (decr. 2.894); abre ao Ministerio da Industria o credito supplementar de 1.206:750\$ á verba (decr. 3.511); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 31:162\$007 para pagamento de differenças de vencimentos aos conductores de 1.^a e 3.^a classes da (decr. 3.651).

Estrada de Ferro Mogyana — Ver Estradas de ferro.

Estrada de Ferro Rio d'Ouro — Ver Estradas de ferro.

Estradas — Transfere para o Districto Federal as Nova e Velha da Tijuca, da Gavea, do Jardim Botânico, de Santa Cruz e da Pavuna (decr. 2.439); abre ao Ministerio da Industria o credito de 8:973\$280 para pagamento a Alceste Petterle pela empreitada das de rodagem do Porto do Cima a Figueira de Braço (decr. 3.773).

Estradas de ferro — Approva os estudos definitivos do ramal de Capella, da de Aracajú a Simão Dias (decr. 53); transfere á Empresa União Industrial dos Estados Unidos do Brasil a concessão do porto artificial de S. Domingos das Torres e da que o liga a Porto Alegre (decr. 72); approva os estudos definitivos da de Tamandaré a Barra (decr. 75); approva os estudos definitivos do ultimo trecho da do Ceará-Mirim (decr. 76); approva o contracto celebrado entre as companhias de Minas e Rio e Muzambinho (decr. 85); approva os estudos definitivos do primeiro trecho da de Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 103); supprime a directoria da S. Paulo e Rio de

Janeiro (decr. 118); annexa ao serviço da directoria da Central do Brasil o serviço da directoria da S. Paulo e Rio de Janeiro (decr. 118); concede privilegio para a construção de uma entre Taubaté e Amparo (decr. 155); approva os estudos definitivos para a construção da de Caxias a S. José das Cajazeiras (decr. 957); approva os estudos definitivos dos ultimos kilometros do prolongamento da Minas e Rio até o ponto navegavel do rio Verde (decr. 159); modifica o traçado da de Aracajú a Simão Dias (decr. 323); approva a planta para desapropriação por utilidade publica dos terrenos necessarios ao augmento da estação de Jundiaby, da de Santos a Jundiaby (decr. 344); concede privilegio para uma, entre a villa de Humaytá e a confluencia do rio Guaporé (decr. 365); concede privilegio para uma circular, com a denominação de Metropolitana, dentro do Districto Federal (decr. 372); concede privilegio para uma, entre Ouro Preto e Peçanha (decr. 373); approva os estudos definitivos complementares do ramal de Campanha, da Muzambinho (decr. 386); autoriza a companhia "Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens" a transferir á Companhia Industrial do Brasil a construção da de Santa Maria da Bocca do Monte a Itararé (decr. 397); approva o regulamento para fiscalização das (decr. 399); concede privilegio para a construção de uma, entre a estação do Commercio, da Rio das Flores, e S. Francisco Xavier, da Central do Brasil (decr. 436 A); concede privilegio para a construção de uma no littoral, entre Paraty e Iguape (decr. 436 B); concede privilegio á Companhia Sorocabana para o prolongamento da, entre S. João e o porto de Santos (decr. 436 F); prorroga o praso fixado para a apresentação dos estudos definitivos da de Victoria a Peçanha (decr. 459); concede ao Dr. Joaquim Antonio de Oliveira Botelho e outro privilegio para a construção de uma, de qualquer estação da Bragantina ao porto de Santos (decr. 462); prorroga os prazos marcados nas clausulas 2^a e 5^a do decreto n. 862, de 1890, relativos á de Catalão a Palmas (decr. 463); permite a transferencia, por um dos concessionarios, da de Catalão ás fronteiras da Bolivia, á Companhia Viação Ferrea Sapucahy (decr. 511); poroga o praso para a conclusão dos 14 kilometros restantes da Central de Macahé (decr. 515); concede á Companhia Leopoldina prorrogação para conclusão das obras do prolongamento da Barão de Araruama (decr. 516); permite a transferencia da parte que cabe a um dos cessionarios da de Catalão a Palmas (decr. 524); concede privilegio para a construção de uma, entre Ponta Grossa e Corumbá (decr. 550); concede privilegio para construção de uma que, partindo do Pontal do Rio Pardo, vá terminar em ponto conveniente de Matto Grosso, na fronteira da Bolivia (decr. 555); modifica o alinhamento da de Tamandaré (decr. 583); concede á Companhia Geral de no Brasil prorrogação para conclusão da Benevente e Minas (decr. 586); concede privilegio para construção de uma, da Capital Federal a Guaratiba (decr. 587); concede privilegio para a construção de uma, do Recife ás fronteiras do Rio Grande do Sul (decr. 594); approva os estudos do trecho da linha de S. Pedro de Uberabinha, da Companhia Mogiana (decr. 598); approva os estudos definitivos e orçamento do trecho entre Camaquã a Santo Angelo da de Quarahim a Itaqui (decr. 636); autoriza a Companhia Brasileira de Navegação a transferir á Empresa de Obras Publicas no

Brasil as concessões para construção das de Natal ao Ceará-Mirim, de Tamandaré a Barra e de Aracajú a Simão Dias (decr. 640 A); approva os estudos e o orçamento do prolongamento de Quixadá a Quixeramobim, da de Baturité (decr. 643); decreta o arrendamento das do Governo Federal (decr. 655); proroga o praso para a conclusão das obras do prolongamento da da "Tram-road de Nazareth" (decr. 661); declara de nenhum effeito o decreto n. 655, de 1891, que determinou o arrendamento das do Governo Federal (decr. 696); approva os estudos definitivos da de Victoria a Peçanha (decr. 714); autoriza a transferencia da do Rio Claro á Companhia Paulista de Vias Ferreás e Fluviaes (decr. 719); approva a modificação feita no tracado da do Norte (decr. 734); approva os estudos definitivos de mais um trecho do ramal de Timbaúba ao Pilar, da Sul de Pernambuco (decr. 763); declara caduca a concessão da Benevente e Minas (decr. 765); autoriza a transferencia da de Itú a Iguape á Companhia Viação Ferrea Sapucahy (decr. 769); approva os estudos definitivos da linha de Restinga Secca a Ponta Grossa, da do Paraná (decr. 773); autoriza a transferencia do contracto para construção da de Maceió á extincta colonia Leopoldina (decr. 800); approva o plano para a do Engenho Central de Cucaú (decr. 803); approva os estudos definitivos dos 40 primeiros kilometros do prolongamento da Companhia e Minas de S. Jeronymo (decr. 833); autoriza a transferencia do contracto para a construção de uma, de Maceió á extincta colonia Leopoldina (decr. 834); approva a planta apresentada pela Companhia Soroeabana para modificação da linha (decr. 917); approva os estudos e respectivo orçamento do prolongamento da de Baturité, de Quixeramobim a Humaytá (decr. 940); approva a variante proposta pela Empresa Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul, entre os kilometros 3 -|- 66 e 23 -|- 54 da Companhia Pelotas a S. Lourenço (decr. 941); declara sem effeito o decreto n. 474, de 1891, que concedeu privilegio para construção de ramaes ferreos convergentes á Central do Brasil (decr. 1.015); approva os estudos da de Taubaté ao Amparo (decr. 1.017 A); approva a variante ao tracado da de Pelotas ás colonias de S. Lourenço (decr. 1.021); altera clausulas do decreto n. 155, de 1891, relativo á concessão da de Taubaté ao Amparo (decr. 1.029); approva os estudos definitivos para construção do ramal de Alagoinhas ao Jacú, do prolongamento da da Bahia ao S. Francisco (decr. 1.044); faz extensivo ao pessoal da fiscalização das, o montepio obrigatorio (decr. 1.046); approva os estudos definitivos o o orçamento de mais 30 kilometros do prolongamento da Central do Brasil (decr. 1.055); approva os estudos definitivos para a construção do ramal do kilometro 42, do prolongamento da da Bahia á Feira de Sant'Anna (decr. 1.085); approva os estudos definitivos do trecho entre Cruz Alta e o rio Uruguay, da de Itararé a Cruz Alta (decr. 1.088); approva os estudos definitivos da de Porto Alegre a Torres (decr. 1.089); autoriza a transferencia da concessão para a construção de uma, de Catalão a Palmas (decr. 1.127); approva as plantas de ligação das linhas ns. 1 e 2 da Central do Brasil ao tunnel da Gambôa (decr. 1.128); declara caduca a concessão á Companhia Geral de no Brasil para construção do prolongamento da Leopoldina, de Itabira a Jatobá, e do trecho de Saúde e Itabira (decr. 1.163); dá novo regulamento para o serviço de

fiscalização das (decr. 1.164); approva os estudos definitivos do de S. Francisco Xavier ao Commercio, entre a parada da Mangueira e a estação de Belém (decr. 1.174); fixa a taxa de cambio para pagamento dos juros para a construcção da do Paraná (decr. 1.180); approva os estudos definitivos do prolongamento da Oeste de Minas, nos trechos entre os kilometros 10 -|- 40 e 30 -|- 130 (decr. 1.288); approva o perfil longitudinal, desenhos dos tipos de obras de arte e orçamento para a construcção de um trecho do prolongamento da Central de Pernambuco (decr. 1.324); declara caduca a concessão relativa ao prolongamento da Principe do Grão-Pará (decr. 1.341); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de \$ 15.000 para pagamento á Intercontinental (decr. 1.381); declara caduca a cessão feita á "Brasil Southern Railway Company, Limited", para prolongar a de Quarahim a Itaquí até Santo Angelo (decr. 1.384); autoriza a Empresa União Industrial a transferir á Companhia S. Paulo-Rio Grande a concessão relativa á de Itararé a Cruz Alta (decr. 1.386); approva os estudos definitivos do prolongamento da Minas de S. Jeronymo, entre os kilometros 40 e 189 (decr. 1.389); declara caduca a concessão feita para a construcção da de Catalão a Matto Grosso (decr. 1.390); restabelece por ponto inicial a cidade de Alagoas para construcção da de Alagoas a Paulo Affonso (decr. 1.391); substitue o art. 9º das instrucções regulamentares da Minas e Rio pelo art. 11 das instrucções que vigoram na Central do Brasil (decr. 1.400); declara sem effeito o decreto n. 550, de 1891, que autorizou a concessão para a construcção de uma, entre Ponta Grossa e Corumbá (decr. 1.410); approva os estudos e orçamento para construcção do trecho de 35k.,300 do prolongamento da Central de Pernambuco, entre Bello Jardim e Pesqueira (decr. 1.412); approva o perfil longitudinal, planta e orçamento para a construcção de um trecho da Sul de Pernambuco (decr. 1.413); prorroga o praso fixado para a conclusão das obras de construcção da de Uberaba a Catalão (decr. 1.428); prorroga o praso fixado para a conclusão das obras de construcção da de Caxias a Cajazeiras (decr. 1.429 A); approva a modificação do trecho destinado ao estabelecimento da estação de S. Vicente, no prolongamento para Santos, da Sorocabana (decr. 1.439); approva os estudos definitivos da variante entre os kilometros 421 -|- 798 e 490 da linha de Botucatu á foz do Tibagy, da Sorocabana (decr. 1.440); approva os estudos definitivos do prolongamento para Santos, da Sorocabana (decr. 1.441); approva a mudança do local para ponto inicial da de Santa Maria a Cruz Alta (decr. 1.442); approva os estudos e orçamento para construcção do trecho do prolongamento da de Baturité, entre Humaytá e Quinocoá (decr. 1.446); approva o perfil longitudinal, planta e orçamento para construcção do trecho da estaca 1.000 á 1.500 da linha de Guarabira a Nova Cruz, da Sul de Pernambuco (decr. 1.448); approva os estudos constantes da planta geral, perfil longitudinal e orçamento para a construcção do trecho do ramal de Guarabira a Nova Cruz, além da estaca 1.500, da Sul de Pernambuco (decr. 1.449); declara caducos o privilegio, a garantia de juros e mais favores do decreto n. 10.124, de 1888, para construcção da de Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 1.450); declara caducos o privilegio,

a garantia de juros e mais favores concedidos pelo decreto n. 10.409, de 1889, para a construção da de Rio Bonito a Cabo Frio (decr. 1.451); approva os estudos definitivos da de Barra Mansa a Catalão (decr. 1.457); autoriza a "Alagoas Railway Company, Limited", a desapropriar o predio necessario ao serviço da Central das Alagoas (decr. 1.458); declara caduca a concessão para construção da de Maceió a Leopoldina (decr. 1.468); fixa em 5.269.440\$ o capital empregado no prolongamento e ramaes da do Paraná (decr. 1.473); fixa o maximo do capital garantido para o prolongamento da da companhia "Tram-road de Nazareth" (decr. 1.477); approva os estudos definitivos do prolongamento da Mogyana, de Resaca a Santos, e de outros trechos (decr. 1.486); approva os estudos definitivos da de Peganha ao Araxá, do trecho de Araxá a Confusão (decr. 1.488); prorroga o praso para conclusão das obras do prolongamento da de S. Jeronymo (decr. 1.497); approva os estudos definitivos do prolongamento da Mogyana, do trecho de Atibaia á Garganta do Pinhal (decr. 1.505); prorroga o praso para conclusão das obras da de Taubaté a Ubatuba (decr. 1.510); amplia o praso concedido para conclusão das obras de construção da de Caxias a Cajazeiras (decr. 1.511); approva os estudos definitivos do prolongamento a Santos, da Mogyana (decr. 1.514); desliga a administração de varios ramaes da Sul de Pernambuco e os incorpora á Central de Pernambuco (decr. 1.551); altera o traçado da 1ª secção da Central Alagoana até S. Miguel (decr. 1.603); autoriza a transferencia para a Companhia do Norte do Brasil das concessões relativas ás de Tamandaré a Barra e de Aracajú a Simão Dias (decr. 1.613); abre ao Ministério da Industria o credito extraordinario de 12. 216:023\$701 para despesas com as (decr. 1.630); approva as novas instrucções regulamentares e tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias pela do Sobral (decr. 1.653); approva a planta e perfil longitudinal e orçamento para construção da linha da Barra do Canhoto a Correntes, da Sul de Pernambuco (decr. 1.654); declara caduca a concessão para a construção da da Tijuca (decr. 1.655); divide as administrações das Sul e Central de Pernambuco (decr. 1.705 A); approva as instrucções regulamentares e tarifas do prolongamento da da Bahia a S. Francisco (decr. 1.717); declara caduca a concessão para a construção de uma, entre a villa de Humaytá e a confluencia dos rios Guaporé e Mamoré (decr. 1.720); declara caducos o privilegio, garantia de juros e mais favores do decreto n. 10.150, de 1889, para a construção da de Taubaté a Ubatuba (decr. 1.721); approva os estudos definitivos da de Alcobaça a Praia da Rainha (decr. 1.722); torna, provisoriamente, applicada á Norte de Alagoas o regulamento approved pelo decreto n. 721, de 1890 (decr. 1.741); declara caduca a concessão constante do decreto n. 594, de 1891, para a construção da do Pacifico (decr. 1.743); torna applicavel á de Timbaúba a Nova Cruz o regulamento approved pelo decreto n. 713, de 1890 (decr. 1.762 B); prorroga os prazos para inicio e conclusão dos trabalhos da construção da de Uberaba a Coxim (decr. 1.779); approva o projecto da nova estação de Belém, da de Carangola (decr. 1.786); fixa provisoriamente em 810:000\$ o capital relativo á 1ª secção do prolongamento da Barão de Arariama (decr. 1.787); approva os estudos definitivos do prolongamento para Santos, da Sorocabana (decr. 1.799); altera as instrucções

regulamentares e tarifas da Central de Alagoas (decr. 1.800); altera as tarifas da do Rio Claro (decr. 1.815); declara caduca a concessão da do Estreito ao Chopim (decr. 1.853); declara caduca a concessão de que trata o decreto n. 10.370, de 1889, para a construção da do Natal ao Ceará-Mirim (decr. 1.855); declara sem efeito o decreto n. 1.468, de 1893, que considerou caduca a concessão relativa á de Maceió a Leopoldina (decr. 1.860); altera as tarifas, classificação de mercadorias e condições regulamentares da Central de Alagoas (decr. 1.880; approva as instruções regulamentares, classificação geral de mercadorias e tarifas da de Caxias a Cajazeiras (decr. 1.881); approva as condições regulamentares, classificação geral de mercadorias e tarifas da de Santa Maria a Cruz Alta (decr. 1.882); approva os estudos definitivos do trecho da Central Alagoana, entre S. Miguel e Atalaia (decr. 1.887); approva os estudos de Barra a Aguas Bellas, da Norte de Alagoas (decr. 1.889); fixa em 2.156:134\$200 o capital empregado na linha de Restinga Secca a Ponta Grossa, da do Paraná (decr. 1.891); altera as condições regulamentares e tarifas em vigor na de Muzambinho (decr. 1.892); approva a substituição das tarifas em vigor na Minas e Rio (decr. 1.893); approva a planta e orçamento para construção de um abrigo na estação de Uruguayana, da de Quarahim a Itaquí (decr. 1.904); approva a planta e orçamento para construção de abrigos nas paradas da de Quarahim a Itaquí (decr. 1.905); approva a substituição das condições regulamentares e tarifas em vigor na de Cabedello a Independencia (decr. 1.908); approva os estudos definitivos do ramal de Saycan e do de Sant'Anna do Livramento, da de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 1.913); reúne em uma só administração os prolongamentos da Conde d'Eu, de Mulungú a Campina Grande e de Guarabira a Nova Cruz (decr. 1.933); approva a tabella de preços para base de calculo na construção das obras da de Peçanha ao Araxá (decr. 1.944); approva a variante de Formiga, da de Barra Mansa a Catalão (decr. 1.947); approva os estudos da variante de Ribeirão Vermelho, da de Barra Mansa a Catalão (decr. 1.948); approva as plantas e projectos da variante de Livramento, da estação e armazem de Ribeirão Vermelho, da de Barra Mansa a Catalão (decr. 1.949); approva as plantas para construção do aterro entre os kilometros 138 -|- 900 e 139 -|- 960 da de Quarahim a Itaquí (decr. 1.953); approva os estudos definitivos do ramal da de S. Jeronymo (decr. 1.958); approva novas tarifas para o serviço de transporte de passageiros e mercadorias da do Bananal (decr. 1.959); approva os estudos definitivos dos trechos da de Itararé a Cruz Alta, do rio Uruguay a Porto União e deste a Itararé (decr. 1.963); approva os estudos definitivos do ramal de Ijuhy, da de Itararé a Cruz Alta (decr. 1.964); approva os estudos definitivos do trecho da de Peçanha ao Araxá, entre os arraiaes de S. Sebastião do Rio Preto e do Faria (decr. 1.965); approva os estudos definitivos e tabella de preços da 1ª secção da de Caxias ao Araguaia (decr. 1.966); approva a planta e orçamento para augmento de um armazem na estação de Campos, da de Carangola (decr. 1.983 B); approva os estudos definitivos do ramal de Guarapuava, da de Itararé a Cruz Alta (decr. 1.984); approva a revisão dos estudos da de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapémirim (decr. 1.985 A); approva as novas instruções regulamentares e tarifas para o transporte de passa-

geiros e mercadorias na do Paraná (decr. 1.991); approva a planta e orçamento das obras de augmento da estação do Entroncamento, da da Parahyba, e Cabedello, da Companhia Conde d'Eu (decr. 1.996); approva a revisão dos estudos da de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemerim (decr. 2.001); approva o projecto e orçamento de casas para os agentes da de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemerim (decr. 2.014); approva os estudos definitivos do ramal de Palmares, da de Tamandaré a Barra (decr. 2.019); fixa provisoriamente o capital correspondente á 4ª secção dos prolongamentos da do Paraná, Lapa ao Rio Negro (decr. 2.030); approva os estudos e orçamento das obras do ramal de Tapera a Gloria do Goytá, da Central de Pernambuco (decr. 2.035); revalida a concessão da da Tijuca (decr. 2.039); approva a planta e orçamento da ponte a construir no kilometro 69 -|- 800 da linha principal da Central da Bahia (decr. 2.041); approva o regulamento para a de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 2.043); approva provisoriamente as alterações ás tarifas approvadas pelo decreto n. 10.321, de 1889, e as bases para applicação de tarifas moveis na do Recife ao S. Francisco (decr. 2.044); approva os estudos e orçamento para as obras do prolongamento da de Porto Alegre a Uruguayana, de Taquary a Porto Alegre (decr. 2.050); approva os estudos da linha entre Mulungü e Campina, da Central da Parahyba (decr. 2.053); approva a planta e orçamento das obras para supprimento de agua potavel á estação e officinas da de Barra Mansa a Catalão (decr. 2.060); approva o projecto de transformação de uma casa de turma da de Quarahim a Itaquí em escriptorio de desenho (decr. 2.063); approva as plantas para modificação da estação de Mimoso e da ponte sobre o rio S. Pedro, da de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemerim (decr. 2.077); approva provisoriamente as instrucções regulamentares e tarifas nas linhas de Ribeirão Preto a Catalão e ramal de Poços de Caldas, da Mogyana (decr. 2.087); approva as modificações feitas nas condições regulamentares, classificação geral de mercadorias e tarifas da de Santa Maria a Cruz Alta (decr. 2.088); approva os estudos definitivos da 2ª secção da de Victoria a Peganha (decr. 2.089); prorroga o praso estatuido para a construcção de um aterro e augmento de um viaducto na de Quarahim a Itaquí (decr. 2.099); approva os estudos definitivos de uma variante da de Barra Mansa a Catalão (decr. 2.103); approva os estudos definitivos do prolongamento até ao ramal do Rio das Contas e do ramal em direcção ás terras de Orobó, de Sitio Novo ao Mundo Novo, da Central da Bahia (decr. 2.107); altera a classificação das tarifas da Conde d'Eu (decr. 2.124); approva algumas alterações nas tarifas da do Paraná, approvadas pelo decreto n. 1.991, de 1895 (decr. 2.133); approva os estudos definitivos dos primeiros kilometros da de Nazareth ao Crato (decr. 2.140); altera as tarifas e classificação de mercadorias da Central de Alagoas, approvadas pelo decreto n. 1.880, de 1894 (decr. 2.168); approva as bases para a applicação da tarifa movel na do Rio Grande a Bagé (decr. 2.175); approva a planta e orçamento para a construcção de uma casa de residencia do mestre da linha, na Central da Bahia (decr. 2.179); approva a planta e orçamento para construcção de um pontilhão, na do Rio Grande a Bagé (decr. 2.181); abre ao Ministerio da Industria o credito de 108:713\$995, supplementar, á verba 15ª do art. 6º

da lei n. 126 B, de 1892, para prolongamento da de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 2.184); approva as bases de tarifas moveis para o transporte de mercadorias, na Central de Macahé (decr. 2.191); approva os estudos e orçamento para a construcção do ramal ferreo ligando a estação maritima da Gambôa ás linhas geraes da Central do Brasil (decr. 2.239); approva as plantas para construcção de uma estação em Capão Bonito, da Sorocabana e Ituauna (decr. 2.240); approva, os estudos definitivos da de Petrolina ao Piahy, no trecho entre o porto da Armação e o Sacco de S. Francisco (decr. 2.258); approva os desenhos dos typos de trilhos e accessorios que devem ser empregados na de Santos a Jundiaby (decr. 2.262); approva os projectos e orçamento para augmento de varios desvios, linhas telegraphicas e construcção de dependencia, na de Santos a Jundiaby (decr. 2.263); approva os projectos e orçamentos para augmento da estação de passageiros e armazem de cargas, na estação de São Bernardo, e construcção de um armazem de cargas na estação de Agua Branca, da de Santos a Jundiaby (decr. 2.264); approva o projecto e orçamento dos novos desvios a construir na estação de Pary, da de Santos a Jundiaby (decr. 2.265); approva os projectos e orçamentos de varios desvios, em diversas estações da de Santos a Jundiaby (decr. 2.266); declara caduca a concessão constante do decreto n. 373, de 1891, para construcção da de Ouro Preto a Peganha (decr. 2.270); approva a tabella de preços complementar aos orçamentos approvados pelos decretos ns. 32 e 874, de 1889 e 1890, e os projectos e orçamentos de edificios e obras das linhas de Titahy a Itararé e Botucatu a Tibagy, da Sorocabana (decr. 2.287); approva os projectos e orçamento para installações telegraphicas e semaphoricas em diversas estações da de Santos a Jundiaby (decr. 2.289); approva os projectos e orçamento para construcção de novos desvios nas estações de Campo Grande a Jundiaby, da de Santos a Jundiaby (decr. 2.290); approva o projecto e orçamento para installação de guindastes e serviços de alimentação d'agua ás casas de machinas dos planos inclinados da de Santos a Jundiaby (decr. 2.305); approva o projecto e orçamento para construcção de um armazem provisorio de cargas na estação de Ribeirão Pires, da de Santos a Jundiaby (decr. 2.306); approva o projecto para modificação da linha no aterro denominado Rabicho, da Barão de Araruama (decr. 2.312); approva as bases para organização das tarifas da Barão de Araruama (decr. 2.313); prorroga o prazo para a conclusão das obras da da Tijuca (decr. 2.314); approva o projecto e orçamento para mudança das officinas de Reis para Cabedello, no prolongamento da da Parahyba á Alagoa Grande (decr. 2.319); approva os projectos e orçamentos para a construcção de desvios nas estações de Ribeirão Pires, S. Caetano, Braz, Taipas, Perú e Juquery, da de Santos a Jundiaby (decr. 2.324); approva os estudos definitivos do trecho entre Ribeirão de Faria e a cidade de Peganha, da de Peganha ao Araxá (decr. 2.325); approva o projecto e orçamento para construcção de um galpão e desvios no pateo das officinas, em S. Paulo, da de Santos a Jundiaby (decr. 2.330); autoriza a construcção de uma linha telegraphica entre os pontos extremos da de Santos a Jundiaby (decr. 2.331); approva as plantas e orçamentos para installação de um posto telegraphico e um desvio no kilometro 6, da Minas e Rio (decr. 2.332); approva o projecto e orçamento para instal-

lações deapparelhos telegraphicos em todas as estações da de Santos a Jundiahy (decr. 2.333); approva o regulamento da de S. Francisco (decr. 2.334); approva as despesas realizadas pela 'S. Paulo Railway Company, Limited', com a de Santos a Jundiahy (decr. 2.356); modifica as tarifas approvadas pelo decreto n. 1.881, de 1894, em vigor na de Caxias a Cajazeiras (decr. 2.376); autoriza a cobrança de fretes por distancias percorridas pelos trens, na de Caxias a Cajazeiras, para o transporte de cannas e lenha para a Usina Engenho d'Agua (decr. 2.386); altera o art. 11 das tarifas e instrucções regulamentares para o transporte de mercadorias e passageiros pela Leopoldina (decr. 2.393); prorroga o praso fixado na clausula 3^a do decreto n. 155, de 1891, para conclusão das obras da de Taubaté ao Amparo (decr. 2.403); estabelece as bases para o arrendamento das da União (decr. 2.413); prorroga o praso fixado na clausula 2^a do decreto n. 10.153, de 1889, para apresentação dos estudos definitivos da de Victoria a Peçanha (decr. 2.416); estende a modificação da lei n. 429, de 1896, ás da União (decr. 2.417); approva os estudos definitivos da 2^a e 3^a secções da de Victoria a Peçanha (decr. 2.422); approva os estudos definitivos do trecho entre Morada Nova e S. Sebastião, da de Araxá a Peçanha (decr. 2.428); approva os estudos definitivos do trecho entre Confusão e Morada Nova, da de Araxá a Peçanha (decr. 2.430); approva o novo projecto da estação de passageiros em S. Paulo, da de Santos a Jundiahy (decr. 2.433); approva o projecto e orçamento para construcção de uma estação em Guavyra, no prolongamento da do Paraná (decr. 2.434); autoriza a mudança de localidade das novas officinas e dependencias da de Santos a Jundiahy (decr. 2.438); approva o projecto e orçamento para augmento do edificio da serraria em Cruzeiro, da Minas e Rio (decr. 2.440); approva as instrucções regulamentares em vigor na de Limoeiro (decr. 2.445); approva o orçamento e desenhos dos trilhos, dormentes de aço e accessorios a empregar na via permanente da Minas e Rio (decr. 2.446); approva os projectos e orçamentos para reconstrucção da ponte no kilometro 62 -|- 200 da de Quarahim a Itaquí (decr. 2.451); approva as despesas realizadas pela "S. Paulo Railway Company, Limited", com a de Santos a Jundiahy, na importancia de £ 101.333-2-4 (decr. 2.453); prorroga os prazos fixados para conclusão das obras da da Tijuca (decr. 2.478); autoriza a construcção de duas estações em Mooca e Lapa, da de Santos a Jundiahy (decr. 2.476); modifica artigos do regulamento e tarifas de passageiros e mercadorias da do Recife ao Limoeiro (decr. 2.497); approva as plantas e orçamento para construcção de um armazem provisório e os desvios no Alto da Serra, da de Santos a Jundiahy (decr. 2.500); eleva a 40\$ diários a taxa do aluguel dos guindastes a vapor da do Recife ao S. Francisco (decr. 2.501); approva o regulamento para as Central e Sul de Pernambuco e de Baturité (decr. 2.505); approva as modificações propostas ao art. 66 das instrucções regulamentares em vigor na de Santa Maria ao Uruguay (decr. 2.512); substitue a segunda parte do § 2º do art. 5º das condições regulamentares da Minas e Rio (decr. 2.513); altera as bases das tarifas da D. Thereza Christina (decr. 2.515); approva o projecto de augmento dos armazens de Limoeiro e Nazareth, da do Recife ao Limoeiro (decr. 2.518); approva a revisão dos estudos da de Santo Eduardo a

Cachoeiro do Itapemerim (decr. 2.524); approva os estudos definitivos de tres trechos de linha do prolongamento da Mogyana (decr. 2.526); approva os projectos e orçamentos para a construção de diversas obras na Central da Bahia (decr. 2.527); substitue a condição 1.^a do art. 90 do decreto n. 2.497, de 1897, que modificou diversos artigos do regulamento e tarifas da do Recife ao Limoeiro (decr. 2.528); faz extensiva á do Sobral as disposições do decreto n. 2.505, de 1897 (decr. 2.531); approva a planta e orçamento do desvio no kilometro 94, da de Quarahim a Itaqui (decr. 2.534); autoriza a transferencia da de Victoria a Peçanha ao Banco Constructor do Brasil (decr. 2.539); rescinde o contracto para construção da de Paraty a Iguape (decr. 2.547); approva as bases de tarifas da da Bahia ao S. Francisco (decr. 2.553); prorroga os prazos fixados para construção da de Alcobça a Praia da Rainha (decr. 2.561); approva algumas modificações nas condições regulamentares, tarifas e instrucções para o serviço da ponte maritima da Central de Alagoas (decr. 2.570); approva os estudos para construção do prolongamento da D. Thereza Christina (decr. 2.571); autoriza a mudança da estação principal da de Itararé ao Uruguay para Ponta Grossa (decr. 2.572); approva os estudos da variante da linha de Itararé, da Sorocabana (decr. 2.581); approva o projecto e orçamento de um deposito adicional para materiaes em Itapitocahy, da Sorocabana (decr. 2.582); approva o projecto e orçamento de um fosso sobre o aterro em Ibiçuby, da de Quarahim a Itaqui (decr. 2.583); approva as bases de tarifas do ramal de Timbó, da do Recife ao S. Francisco (decr. 2.601); approva as bases das tarifas de passageiros da linha principal da da Bahia ao São Francisco (decr. 2.631); prorroga o prazo fixado para apresentação dos estudos definitivos e complementares do prolongamento da linha de Resaca a Santos, da Mogyana (decr. 2.633); altera os preços das tarifas de passageiros e de transporte de materiaes da construção, de canna e lenha, da de Caxias a Cajazeiras (decr. 2.645); approva os estudos definitivos dos trechos de Santos a Quilombo e do Alto da Serra a Quilombo, complementares do prolongamento a Santos, da Mogyana (decr. 2.648); autoriza o alargamento da bitola da da Tijuca (decr. 2.658); manda abrir concorrência para o arrendamento das de Baturité, Sul e Central de Pernambuco, Paulo Affonso e S. Francisco (decr. 2.660); fixa em 3.000:000\$ o capital empregado no trecho em tráfego de Cruz Alta ao kilometro 100, da linha ferrea de Cruz Alta ao Uruguay e ramal de Ijuhy (decr. 2.670); approva a applicação das bases de tarifas differenciaes, na de Santa Maria ao Uruguay (decr. 2.671); fixa definitivamente em 2.165:495\$912 o capital empregado na construção da de Caxias a Cajazeiras (decr. 2.740); estabelece penas para os passageiros que viajarem sem bilhete na Conde d'Eu (decr. 2.749); approva a planta e orçamento para a construção de uma casa destinada ao mestre de linha da 6.^a secção do ramal de Rio Negro da do Paraná (decr. 2.750); approva o orçamento das obras de instalação de condensadores nos planos inclinados da de Santos a Jundiáhy (decr. 2.767); approva os orçamentos para execução das obras de captação d'agua e desenvolvimento dos reservatorios da de Santos a Jundiáhy (decr. 2.796); approva os projectos e orçamentos para construção de dois barracões em S. Felix e Tropeiros, em Sítio Novo, e o augmento das estações de Pombal,

Sapê e Tambury, da Central da Bahia (decr. 2.798); approva o orçamento para conclusão das obras de modificações da estação de Curityba, da do Paraná (decr. 2.805); contracta o arrendamento da de Porto Alegre a Uruguayana com Affonso Spée (decr. 2.830); contracta com o engenheiro Alfredo Novis o arrendamento da de Baturité (decr. 2.836); declara caducos os privilegio, garantia de juros e demais favores concedidos pelo decreto n. 619, de 1890, para a construção da de Aracajú a Simão Dias (decr. 2.855); declara caducos o privilegio, garantia de juros e demais favores concedidos pelo decreto n. 193 D, de 1890, para a construção da de Tamandaré a Barra (decr. 2.856); contracta com o engenheiro Antonio de Sampaio Pires Ferreira o arrendamento da Central de Pernambuco (decr. 2.859); declara caducos o privilegio, garantia de juros e mais favores, concedidos para a construção da do Ribeirão ao Bonito (decr. 2.883); approva o regulamento para a fiscalização das concedidas pela União (decr. 2.885); approva o plano do typo dos trilhos que têm de ser empregados nos planos inclinados da de Santos a Jundiahy (decr. 2.889); declara caduca a fiança de garantia de juro para construção da Central Alagoana (decr. 2.915); approva a planta e orçamento dos terrenos precisos para duplicação da linha da de Santos a Jundiahy (decr. 2.935); approva as plantas e orçamentos dos terrenos necessarios para captação das aguas vertentes na estação do Pilar, da de Santos a Jundiahy (decr. 2.937); fixa provisoriamente em 5.769:746\$556 o capital empregado na de Santa Maria ao Uruguay e ramal de Ijuhy Grande (decr. 2.938); approva os estudos definitivos e orçamentos de variantes na S. Paulo-Rio Grande (decr. 2.945); approva a planta e orçamento para a construção de uma pequena estação no kilometro 65, da do Rio Grande a Bagé (decr. 3.023); approva a planta e o orçamento apresentados pela Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, para augmento de edificios, na importancia de 18:060\$500, da de Caxias a Cajazeiras (decr. 3.055); prorroga o praso concedido para a conclusão das obras da linha ferrea entre Santo Eduardo e Cachoeiro do Itapemerim (decr. 3.082); approva o regulamento e tarifas da do Rio Grande a Bagé (decr. 3.087); approva a planta e orçamento para a construção da superstructura da ponte no kilometro 49 -|- 200, da do Rio Grande a Bagé (decr. 3.155); approva a planta para a construção de uma estação no Alto da Boa Vista, da da Tijuca (decr. 3.164); autoriza o contracto com a "Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil", para a conclusão do prolongamento da de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 3.184); approva as alterações feitas nas tarifas em vigor na Central da Bahia (decr. 3.187); approva a planta do terreno necessario á construção de um hotel restaurante na estação do Sylvestre, da do Corcovado (decr. 3.204); approva as alterações feitas nas tarifas em vigor da de Santa Maria ao Uruguay (decr. 3.215); approva a planta e orçamento para a construção de um armazem da de Santa Maria ao Uruguay (decr. 3.216); supprime os bilhetes especiaes de passagens de ida e volta para a estação de Caldas, da Mogyana (decr. 3.232); abre ao Ministerio da Industria o credito supplementar de 20:592\$ para pagamento de juros do prolongamento da Barão de Araruama (decr. 3.237); approva os typos de secções transversaes e orçamento para reconstrução dos tunnels ns. 10 e 15 da de Santos a Jundiahy (decr. 3.240); approva o regulamento e tarifas da do Recife ao Limoeiro (decr. 3.249); autoriza o Banco Constructor do Brasil a organizar com-

panhia ou empresa para explorar a de Victoria a Peçanha (decr. 3.264); declara sem effeito o decreto n. 3.240, que approvou os typos de secções transversaes e orçamento para reconstrucção dos tunneis ns. 10 e 15 da de Santos a Jundiáhy (decr. 3.268); approva o regulamento e tarifas da Conde d'Eu (decr. 3.303); transfere a Fernando Moitinho e outros a concessão da do Bananal (decr. 3.332); approva o novo projecto e orçamento das officinas de reparação da S. Paulo-Rio Grande (decr. 3.342); approva a planta, perfis, etc. e orçamento para construcção do trecho de S. Sebastião a S. Gabriel, da de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 3.353); approva o abatimento da tarifa de transporte de lenha, pela Conde d'Eu (decr. 3.355); approva os estudos e orçamento para captação de vertentes e obras de abastecimento d'agua dos novos planos inclinados da "S. Paulo Railway Company, Limited" (decr. 3.356); approva as novas tarifas da do Bananal (decr. 3.359); substitue o art. II do decreto n. 3.332, de 1899, referente á do Bananal (decr. 3.372); substitue o art. 192 das instrucções regulamentares e tarifas da de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 3.373); approva a planta e orçamento para construcção de um ponto de parada em Catenys, da da Bahia (decr. 3.374); approva as alterações das tarifas em vigor na do Recife ao S. Francisco (decr. 3.375); approva a redução de taxa e o abatimento de fretes para os generos de producção nacional transportados pela Barão de Araruama (decr. 3.404); altera os arts. 110 e 112 das instrucções regulamentares e tarifas da de Santa Maria ao Uruguay (decr. 3.441); permite ás administrações das em trafego mutuo com a Repartição Geral dos Telephos equiparar suas taxas telegraphicas (decr. 3.458); autoriza o contracto com a "Great Western of Brazil Railway Company, Limited", para concluir o trecho da de Timbaúba ao Pilar (decr. 3.467); declara interrompidos os prazos do contracto para construcção da de Alcobaça a Praia da Rainha (decr. 3.493); reduz a tarifa para transporte de madeiras, por vagão completo, na de Santa Maria ao Uruguay (decr. 3.494); transforma dois postos telegraphicos da linha de Ribeirão Preto, da Mogyana (decr. 3.525); approva a planta de uma faixa de terreno, a desapropriar pela do Rio Grande a Bagé, para embarcadouro de gado, na estação de Piratiny (decr. 3.527); autoriza o contracto com a "Conde d'Eu Railway Company, Limited", para concluir o trecho da de Mulungú a Alagoa Grande (decr. 3.531); approva as plantas e orçamento para as obras de acrescimo do armazem Rego e da estação de Feira Velha e de construcção da de Aratú, da da Bahia ao S. Francisco (decr. 3.545); approva o praso para conclusão das obras do trecho dos novos planos inclinados da Serra e da estação da Luz, da de Santos a Jundiáhy (decr. 3.559); approva a planta para a construcção do augmento da estação do Arraial, da do Recife ao Limoeiro e Timbaúba (decr. 3.563); contracta com o engenheiro Miguel Teive e Argollo o arrendamento da de S. Francisco (decr. 3.565); eleva o capital fixado para duplicação da linha da de Santos a Jundiáhy (decr. 3.585); modifica a tarifa de algumas mercadorias transportadas pela do Recife ao Limoeiro (decr. 3.618); approva a planta para a construcção de um boeiro em Santa Maria, da de Santa Maria ao Uruguay (decr. 3.644); altera as instrucções regulamentares e tarifas da Central da Bahia (decr. 3.656); altera algumas tarifas da do Recife ao S. Francisco (decr. 3.665); reduz 25 % nos fretes de generos alimenticios de primeira necessidade, na de Baturité (decr. 3.684); fixa em 7.664:200\$ o capital empregado no trecho com-

prehendido entre as estações de Pirahy e Antonio Rebouças, da de Itararé ao Uruguay (decr. 3.691); autoriza a inclusão de disposições que regulem a estadia de vagões nos desvios particulares, nas instruções regulamentares da Central de Alagoas (decr. 3.711); approva algumas modificações nas tarifas em vigor na de Quarahim a Itaquí (decr. 3.720); fixa em 9.179:855\$100 o capital empregado nos prolongamentos da de Paranaguá a Curityba (decr. 3.721); uniformiza os regulamentos e tarifas em vigor e nas de Santos a Jundiahy, Paulista, Mogyana e Sorocabana (decr. 3.722); prorroga o prazo fixado para conclusão das obras do prolongamento da Sorocabana (decr. 3.747); approva os estudos e orçamento para construção do desvio pelo córte grande, da D. Thereza Christina (decr. 3.755); altera as bases das tarifas moveis em vigor na Central das Alagoas (decr. 3.772); substitue o § 1º da clausula II do decreto n. 462, de 1890, que modificou as clausulas da concessão da de Itararé a Santa Maria da Bocca do Monte (decr. 3.775); prorroga o prazo para conclusão das obras dos planos inclinados e da estação da Luz, da de Santos a Jundiahy (decr. 3.786); approva as tarifas para a de Itararé ao Rio Uruguay (decr. 3.792); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 35:556\$418 para pagamento de despesas da comissão de estudos da de Catalão a Cuyabá (decr. 3.793); approva a tabella de preços de unidades para vigorar na parte em construção da de Itararé ao Rio Uruguay (decr. 3.808); prorroga o prazo para conclusão das obras do prolongamento a Santos, da Mogyana (decr. 3.811); modifica a tarifa para o kerozene e courinhos transportados pela do Recife no Limoeiro (decr. 3.841); approva o orçamento para construção do trecho da de Mulungú a Alagoa Grande (decr. 3.856); adopta, no regulamento approved pelo decreto n. 1.928, de 1888, para o serviço da de Santos a Jundiahy, o capitulo 22 do titulo 3º do regulamento baixado com o decreto n. 1.663, de 1894 (decr. 3.865); autoriza a interrupção dos trabalhos de construção da de Itararé a Santa Maria da Bocca do Monte (decr. 3.868); fixa e classifica as importancias effectivamente despendidas com as obras de reconstrução do trecho de S. Pedro a Umbú, na de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 3.870); reduz em 150 réis por tonelada-kilometro o frete de manteiga nacional despachada como encomenda nos trens mixtos da Minas e Rio (decr. 3.871); approva as plantas e orçamento das obras de segurança e consolidação do leito da de Santa Maria ao Uruguay (decr. 3.881) — Ver Armazens — Estações — Estudos — Linhas — Obras — Ramaes.

Estrangeiros — Regula a entrada e a expulsão de no territorio nacional (decr. 1.556).

Estudos — Approva os definitivos do ramal da Capella, da Estrada de Ferro de Aracajú a Simão Dias (decr. 53); approva os definitivos para construção de obras da 2ª e 4ª secções do ramal de Paquevira a Imperatriz, entre Timbaúba ao Pilar, e de Mulungú a Campina Grande (decr. 69); approva os definitivos da Estrada de Ferro de Tamandaré a Barra (decr. 75); approva os definitivos do ultimo trecho da Estrada de Ferro do Ceará-Mirim (decr. 76); approva, com modificações, os definitivos do primeiro trecho da Estrada de Ferro de Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 103); approva os definitivos para a construção da Estrada de Ferro de Caxias a S. José das Cajazeiras (decr. 157);

aprova os definitivos dos últimos kilometros da Estrada de Ferro Minas e Rio até o ponto navegavel do rio Verde (decr. 159); approva os definitivos da 2ª secção do ramal de Campanha (decr. 357); approva os definitivos complementares do ramal de Campanha, da Estrada de Ferro Muzambinho (decr. 386); eleva de seis mezes o praso para apresentação dos definitivos pela Companhia Estrada de Ferro e Minas S. Jeronymo (decr. 454); proroga o praso fixado para a apresentação dos definitivos da Estrada de Ferro de Victoria a Peganha (decr. 459); approva os definitivos dos primeiros kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, além de Santa Luzia (decr. 495); approva os complementares do ramal ferreo de Paquevira a Imperatriz (decr. 504); approva os definitivos apresentados pela Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, referentes á linha ferrea de Barra Mansa a Catalão (decr. 569); approva os do trecho da linha de S. Pedro de Uberabinha da Companhia Estrada de Ferro Mogyana (decr. 598); proroga o praso marcado á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para a apresentação dos definitivos das obras de melhoramento do porto do mesmo Estado (decr. 604); approva os definitivos do prolongamento de mais 12 kilometros da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 609); approva os definitivos de mais 12 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 634); approva os definitivos e o orçamento do trecho entre Camaquã e Santo Angelo, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaqui (decr. 636); approva os do prolongamento de Quixadá a Quixeramobim, da Estrada de Ferro de Baturité (decr. 643); approva os definitivos, apresentados pela "Compagnie Générale de Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens", da linha de Santa Maria da Bocca do Monte a Cruz Alta (decr. 670); approva os definitivos da Estrada de Ferro de Victoria a Peganha (decr. 714); approva os definitivos de mais 12 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 762); approva os definitivos de mais um trecho do ramal de Timbaúba ao Pilar, da Estrada de Ferro de Pernambuco (decr. 763); approva os definitivos da linha de Restinga Secca a Ponta Grossa, da Estrada de Ferro do Paraná (decr. 773); approva os definitivos de mais 12 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 828); approva os concernentes a mais alguns kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 829); approva os definitivos dos 40 primeiros kilometros do prolongamento da Companhia Estrada de Ferro e Minas S. Jeronymo (decr. 833); approva os definitivos do trecho do prolongamento entre S. Vicente e Santos, da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 918); approva os do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, de Quixeramobim a Humaytá (decr. 940); approva os da cidade da Gavea (decr. 959); approva os definitivos da linha entre Jaguarã e a cidade de Palmeira dos Indios (decr. 988); approva os da linha de Barra Mansa a Catalão (decr. 1.014); approva os da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo (decr. 1.017 A); approva os definitivos para construção do ramal de Alagoinhas ao Jacú (decr. 1.044); approva os definitivos e o orçamento de mais 30 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 1.055); approva os definitivos para a construção do ramal do kilometro 42, da Estrada de Ferro da Bahia a Feira de Sant'Anna, passando por Purificação (decr. 1.085); approva

os definitivos do trecho da Estrada de Ferro de Itararé a Cruz Alta, comprehendido entre esta cidade e o rio Uruguay (decr. 1.088); approva os definitivos da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Torres, apresentados pela Companhia União Industrial dos Estados Unidos do Brasil (decr. 1.089); approva os definitivos dos cinco primeiros kilometros da linha de Santos para o interior e a directriz geral do traçado apresentado pela Companhia Mogyana da Estrada de Ferro e Navegação (decr. 1.098); approva os definitivos da 1ª secção da Estrada de Ferro de S. Francisco Xavier ao Commercio (decr. 1.174); approva os definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas, nos trechos entre os kilometros 10 -|- 40 e 30 -|- 130 (decr. 1.288); approva os definitivos de diferentes trechos da linha ferrea de Resaca a Santos (decr. 1.337); approva os para construcção de um trecho do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, além de Sete Lagoas (decr. 1.342); approva os definitivos do prolongamento da Companhia Estrada de Ferro e Minas S. Jeronymo, entre os kilometros 40 e 189 (decr. 1.389); approva os para construcção do quarto trecho do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, além de Sete Lagoas (decr. 1.411); approva os para construcção do trecho de 35k.300 da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, entre entre Bello Jardim e Pesqueira (decr. 1.412); approva os definitivos da variante entre os kilometros 421 -|- 798 e 490 da linha de Botucatu á foz do Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 1.440); approva os definitivos do prolongamento para Santos, da Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 1.441); approva os para construcção do trecho do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, entre Humaytá e Quinquóe (decr. 1.446); approva os constantes da planta geral, perfil longitudinal e orçamento para a construcção do trecho do ramal ferreo de Guarabira a Nova Cruz, entre as estacas 1.500 a 2.711 (decr. 1.449); approva os definitivos da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão (decr. 1.457); approva os definitivos da 4ª secção da linha de Jaguará a Catalão (decr. 1.466); approva os definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Mogyana, de Resaca a Santos, e de outros trechos (decr. 1.486); approva os definitivos da Estrada de Ferro de Paganha ao Araxá, do trecho de Araxá a Confusão (decr. 1.488); approva os apresentados pela Empresa de Arrazamento do Morro do Casetillo (decr. 1.495); approva os definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Mogyana, no trecho de Atibaia á garganta do Pinhal (decr. 1.505); approva os definitivos do prolongamento a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana (decr. 1.514); approva os definitivos da 1ª secção da linha ferrea de Uberaba a Coxim (decr. 1.658); approva os definitivos do primeiro trecho da linha de Catalão a Palmas (decr. 1.670); approva os definitivos da Estrada de Ferro de Alcobaca a Praia da Rainha (decr. 1.722); approva os definitivos do prolongamento para Santos, da Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 1.799); approva os definitivos do trecho da Estrada de Ferro Central Alagoana, entre S. Miguel e Atalaia (decr. 1.887); approva os de Barra a Aguas Bellas, na Estrada de Ferro Norte de Alagoas (decr. 1.889); approva os definitivos do ramal de Saycan e do de Sant'Anna do Livramento, da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 1.914); approva os da variante de Ribeirão Vermelho, da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão (decr. 1.948); approva os definitivos do ramal da Estrada de Ferro de S. Jeronymo (decr.

1.953); approva os definitivos dos trechos da Estrada de Ferro de Itararé a Cruz Alta, do rio Uruguay ao porto da União e deste ao Itararé (decr. 1.963); approva os definitivos do ramal de Ijuhy, da Estrada de Ferro de Itararé a Cruz Alta (decr. 1.964); approva os definitivos do trecho da Estrada de Ferro de Peganha ao Araxá, entre os arraiaes de S. Sebastião do Rio Preto e do Faria (decr. 1.965); approva os definitivos e tabella de preços da 1ª secção da Estrada de Ferro de Caxias ao Araguaya (decr. 1.966); approva os definitivos do ramal de Guarapuava, da Estrada de Ferro de Itararé a Cruz Alta (decr. 1.984); approva a revisão dos da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemerim (decr. 1.985 A); approva a revisão dos da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemerim (decr. 2.001); approva os definitivos do ramal de Palmares da Estrada de Ferro de Tamandaré a Barra (decr. 2.019); approva os do ramal de Tapera a Gloria de Goytá, da Estrada de Ferro Central de Pernambuco (decr. 2.035); approva os das obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, de Taquary a Porto Alegre (decr. 2.050); approva os da linha entre Mulungú e Campina Grande, da Estrada de Ferro Central da Parahyba (decr. 2.058); approva, com modificações, os definitivos da 2ª secção da Estrada de Ferro de Victoria a Peganha (decr. 2.089); approva os definitivos de uma variante da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão (decr. 2.103); approva os definitivos do prolongamento até o ramal do Rio de Contas e do ramal em direcção ás terras de Orobó, de Sitio Novo ao Mundo Novo, da Estrada de Ferro Central da Bahia (decr. 2.107); approva os definitivos dos primeiros kilometros da Estrada de Ferro de Nazareth ao Crato (decr. 2.140); approva os para construcção do ramal ferreo ligando a estação da Gamboa ás linhas geraes da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 2.238); approva os definitivos da Estrada de Ferro de Petrolina ao Piahy, do trecho entre o porto da Armação e o Sacco de São Francisco (decr. 2.258); approva os das obras de melhoramento do porto da Victoria (decr. 2.288); approva os definitivos do trecho entre Ribeirão de Faria e Peganha, da Estrada de Ferro de Peganha ao Araxá (decr. 2.325); approva os definitivos e a tabella de preços para execucao das obras da duplicação da linha ferrea de Santos a Jundiahy (decr. 2.338); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 200:000\$ para despesas com a continuação dos da nova capital no planalto central (decr. 2.382); proroga o praso fixado na clausula 2ª do decreto n. 10.153, de 1889, para apresentação dos definitivos da Estrada de Ferro de Victoria a Peganha (decr. 2.416); approva os definitivos da 2ª e 3ª secções da Estrada de Ferro de Victoria a Peganha (decr. 2.422); approva os definitivos do trecho comprehendido entre Morada Nova e S. Sebastião, da Estrada de Ferro de Araxá a Peganha (decr. 2.428); approva os definitivos entre Confusão e Morada Nova, da Estrada de Ferro de Araxá a Peganha (decr. 2.439); approva a revisão dos da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemerim, entre as estações de Mimoso e Muquy (decr. 2.524); approva os definitivos de tres trechos da linha do prolongamento de Santos, da Estrada de Ferro Mogyana (decr. 2.526); approva os para construcção do prolongamento da Estrada de Ferro D. Thereza Christina (decr. 2.571); approva os da variante da linha de Itararé, da Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 2.581); proroga o praso

fixado para apresentação dos definitivos e complementares do prolongamento da linha de Resaca a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana (decr. 2.633); approva os definitivos dos trechos de Santos a Quilombo e do Alto da Serra a Quilombo, complementares da linha do prolongamento a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana (decr. 2.648); approva os definitivos e orçamentos de variantes na Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande (decr. 2.945); approva os para captação d'agua das vertentes para abastecimento dos planos inclinados da "S. Paulo Railway Company, Limited" (decr. 3.356); approva os para construção do desvio pelo córte grande da Estrada de Ferro D. Thereza Christina (decr. 3.755) — Ver Arsenaes — Comissões — Planos.

Etapas — Eleva a das praças do corpo de bombeiros (decr. 744); abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 1:074\$060 á verba — Exercícios findos, para pagamento de ao capitão-tenente Tancredo de Castro Jauffret (decr. 2.407); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 113:402\$880 para pagamento de ao pessoal docente dos institutos militares de ensino (decr. 3.026); abre ao Ministerio da Guerra o credito supplementar de 1.510:516\$ para despesas com (decr. 3.126); abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 956\$ para pagamento de ao Dr. João José Duarte Guimarães (decr. 3.179); abre ao Ministerio da Guerra o credito supplementar de 61:037\$111 para pagamento de (decr. 3.239); abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1.193:951\$200, supplementar, para pagamento de (decr. 3.538); abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1.778:353\$, supplementar, á verba (decr. 3.854).

Eventuaes — Ver Obras.

Exames — Approva as instrucções provisórias para os geraes de preparatorios (decr. 668); manda proceder nos Estados a geraes de preparatorios (decr. 1.041); manda proceder no Estado do Rio Grande do Sul a geraes de preparatorios (decr. 1.849); approva as instrucções para o dos candidatos aos logares de consules e chancelleres (decr. 1.921); autoriza a organização de mesas de geraes de preparatorios nos Estados (decr. 2.032); approva as instrucções para os geraes de preparatorios na Capital Federal (decr. 2.172); dá instrucções para os geraes de preparatorios nos Estados (decr. 2.173); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 5:480\$ para despesas imprescindiveis com os de preparatorios (decr. 2.696); approva as instrucções para os geraes de preparatorios nos Estados (decr. 3.863); approva as instrucções para os geraes de preparatorios na Capital Federal (decr. 3.869); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 3:117\$194, supplementar, á verba 26ª do art. 2º da lei n. 652, de 1899, para despesas com de preparatorios (decr. 3.876).

Execução — Providencia sobre a dos arts. 3º e 4º das disposições transitorias da constituição (decr. 438); desliga do Archivo Publico a parte do serviço, que cabe ao mesmo, na do regulamento approved pelo decreto n. 8.820, de 1882 (decr. 547); manda observar o regulamento para a do decreto n. 169, de 1891, sobre facturas consulares (decr. 684 C); prorroga o praso para a do decreto n. 684 C, de 1892 (decr. 705); approva as instrucções para a dos arts. 59 e 60 da lei n. 35, de 1892 (decr. 760); regula a da lei n. 76, de 1892 (decr. 1.034 A); dá intrucções para a dos arts. 60 e seguintes da lei n. 85, de 1892 (decr. 1.061); dá regulamento para a da lei n. 23, de 1891 (decr. 1.166); dá instrucções para a do art. 14 da lei n. 1.126 B, de 1892. (decr. 1.195)

D); dá instrucções para a do art. 40, letras h, n e l, paragrapho unico, do decreto n. 1.166, de 1892 (decr. 1.220); dá ao disposto no art. 2º do decreto n. 1.340, de 1891 (decr. 1.256); suspende a do decreto n. 1.554, de 1893 (decr. 1.559 A); dá regulamento para a do decreto legislativo n. 145, de 1893 (decr. 1.794); dá instrucções provisórias para a da lei n. 248, de 1894 (decr. 1910); dá aos §§ 3º e 4º, n. 5, do art. 6º da lei n. 266, de 1894 (decr. 1.933); regula a do art. 4º do decreto n. 225, de 1894 (decr. 1.978); dá regulamento para a da lei n. 294, de 1895 (decr. 2.153); estabelece regras para a do art. 3º da lei n. 322, de 1895 (decr. 2.194); approva a tabella de vencimentos dos officiaes marinheiros e equiparados para a da lei n. 304, de 1895 (decr. 2.215); providencia para a do n. 7 do art. 6º da lei n. 429, de 1896 (decr. 2.424); dá regulamento para a do decreto legislativo n. 452, de 1897 (decr. 2.742); dá regulamento para a do art. 1º, n. 40, e art. 4º da lei n. 489, de 1897 (decr. 2.757); estabelece regras para a do art. 12 da lei n. 560, de 1898 (decr. 3.202); manda observar as instrucções expedidas para a do disposto nos ns. 3 a 6 do art. 5º da lei n. 640, e art. 1º da lei n. 651, de 1899 (decr. 3.529); dá regulamento para a da lei n. 641, de 1899 (decr. 3.535) — Ver Accórdos — Ajustes — Convenção — Decretos — Empresas — Obras — Protocollos — Regulamentos — Tarifas — Tratado.

Exercício — Approva as instrucções para o do Ministerio Publico no Districto Federal (decr. 134); dá providencias sobre o dos escriptaes e procuradores dos feitos da Fazenda Nacional (decr. 135); manda vigorar no de 1892 o orçamento municipal para 1891 (decr. 699).

Exercícios findos — Abre ao Ministerio da Agricultura o credito de 299:237\$537 para liquidação de dividas de (decr. 737); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 9.601:830\$972 para pagamento de dividas de (decr. 1.514 A); abre o credito supplementar de 600:000\$ á verba (decr. 1.583); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 16:000\$ para pagamento de dividas de (decr. 1.632); abre o credito supplementar de 150:000\$ á verba (decr. 1.858); abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 888:172\$480 á verba (decr. 1.927); abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 4.700:000\$ á verba (decr. 2.152); abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 600:000\$ á verba (decr. 2.303); abre o credito supplementar de 4:571\$428 á verba, para pagamento ao bacharel Augusto Carlos de Amorim Garcia (decr. 2.171); abre o credito supplementar de 21:840\$366 á verba (decr. 2.293); abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 5:182\$757 á verba (decr. 2.295); abre o credito supplementar de 9:301\$930 á verba (decr. 2.296); abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 600:000\$ á verba (decr. 2.303); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 350:000\$ á verba, para pagamento a Galeno y Soto (decr. 2.315); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 649:644\$864 á verba (decr. 2.359); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 6.524:426\$606, supplementar, á verba (decr. 2.378); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.115:208\$500, supplementar, á verba (decr. 2.389); abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 1:074\$060 á verba (decr. 2.407); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 14:125\$100, supplementar, á verba (decr. 2.525); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 132:809\$998 á verba, para pagamento de nickel e cobre (decr. 2.676); abre ao Ministerio da

Fazenda o credito supplemental de 3:343\$772 á verba, para pagamento de vencimentos ao carteiro de 1ª classe Philomeno Jocelin Ribeiro (decr. 2.683); abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplemental de 3:009\$ á verba, para pagamento de vencimentos ao 3º official dos correios, José Francisco Rodrigues (decr. 2.684); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.098:390\$792 para pagamento de dividas de (decr. 3.145); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 21:000\$, supplemental, á verba (decr. 3.163); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 764:736\$262, supplemental, á verba (decr. 3.201); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:061\$812, supplemental, á verba (decr. 3.357); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:000\$, supplemental, á verba (decr. 3.378); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 78:453\$637, supplemental, á verba (decr. 3.468); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.979:768\$045 para pagamento de dividas de (decr. 3.502); abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplemental de 332:227\$300 á verba (decr. 3.636). Ver Exercito — Continencias — Corpos — Creditos — Escolas — Laboratorio — Meio-soldo — Montepio — Officiaes — Picadores — Planos — Praças — Serviços — Vencimentos — Veterinarios.

Exigencia — Ver Facturas.

Expedição — Ver Regulamentos — Titulos.

Exploração — Ver Cal — Herva-matte — Linhas — Salinas.

Exposição — Ver Creditos.

Expulsão — Ver Estrangeiros.

Extensão — Ver Linhas — Vantagens.

Externato — Declára extinto o logar de vice-director do do Gymnasio Nacional (decr. 3.781) — Ver Gymnasio.

Extinção — Ver Colonias — Commissariado — Commissões — Companhias — Conselhos — Conservatorio — Delegacias — Depósitos — Faculdades — Hospedaria — Inspectorias — Internato — Laboratorio — Logares.

Extinctos — Ver Empregados.

Extracção — Ver Loterias.

Extradição — Manda executar a convenção firmada em 1895 entre o Brasil e os Paizes Baixos para a de criminosos (decr. 3.169); manda executar o tratado de entre o Brasil e o Chile (decr. 3.653).

F

Fabrica. — Faz extensivas aos mestres da de Ferro de São João de Ipanema as disposições dos arts. 235 e 236 do regulamento dos arsenaes de guerra (decr. 1.496); abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 259:982\$930 para obras da de Polvora da Estrella (decr. 2.723); approva o regulamento para a de Cartuchos do Realengo (decr. 2.956); concede autorização a L. Paulino & Comp. para organizarem a Nacional de Conservas Alimenticias (decr. 3.217); approva o regulamento para a de Cartuchos e Artefactos de Guerra (decr. 3.573); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 41:557\$600 para pagamento de vencimentos ao pessoal encarregado da conservação da de Ferro do Ipanema (decr. 3.849) — Ver Marcas.

Fabricação — Ver Methodos — Rotulos.

Fabrico — Concede a Antonio Alvares Leite Penteado privilegio para o de artefactos de fibra de juta ou canhamo (decr. 21); dá providencias sobre o de assucar que não gosa de garantia de

juros (decr. 2.227); abre o credito supplementar de 128:828\$500 á verba 32^a do art. 7^o da lei n. 266, de 1894, para o de moedas de nickel e cobre (decr. 2.300).

Facturas — Determina que, entre os documentos mencionados no art. 491, § 1^o, da consolidação das leis das alfandegas e mesas de rendas, sejam comprehendidas as consulares (decr. 169); manda observar o regulamento para execução do decreto n. 169, de 1891, sobre exigencia das consulares (decr. 684 C); prorroga o prazo para a execução do decreto n. 684 C, de 1891, sobre consulares (decr. 705); modifica o regulamento mandando observar pelo decreto n. 684 C, de 1891, sobre exigencia de consulares (decr. 805); altera disposições do decreto n. 590, de 1891, sobre (decr. 2.482); dá regulamento para o serviço de consulares (decr. 3.732).

Faculdades — Concede á de Direito da Bahia o titulo de — livre (decr. 599); concede á de Sciencias Jurídicas e Sociaes do Rio de Janeiro e á de Direito o titulo de — livres (decr. 639); dispensa a apresentação de attestados de frequencia nos cursos praticos das de medicina (decr. 1.028); concede á de Direito de Minas Geraes o titulo de — livre (decr. 1.289); approva o regulamento para as de medicina da Republica (decr. 1.482); approva os estatutos das de direito (decr. 2.226); extingue a emissora concentrada no Bancó da Republica (decr. 2.406); equipara os vencimentos dos empregados das de direito de S. Paulo e do Recife aos empregados da de Medicina do Rio de Janeiro (decr. 3.212); torna extensivo ás livres o determinado nos arts. 5^o a 9^o, da lei n. 314, de 1895 (decr. 3.577); concede á de Medicina e Pharmacia de Porto Alegre os privilegios e garantias de que gosam as federaes congeneres (decr. 3.758) — Ver **Apolices**.

Faltas — Declara as verificadas no original do decreto que foi convertido na lei n. 35, de 1892 (decr. 853); declara as com que foi impresso o codigo commercial (decr. 3.257).

Familias — Ver **Passagens** — **Praças** — **Soldos**.

Fardamento — Considera o dolman ou blusa de brim branco como uma peça obrigada do dos inferiores do corpo de marinheiros nacionaes (decr. 99); declara que as praças da armada enfermas por mais de seis mezes, não têm direito ao abono do semestre de (decr. 472); declara que o que se distribue ás praças dos corpos de marinha é destinado ao uso no serviço (decr. 595); manda adoptar para officiaes do corpo de bombeiros (decr. 753); altera a tabella de dos patrões, remadores, machinistas e foguistas das embarcações dos arsenaes de guerra e da Intendencia Geral da Guerra (decr. 3.764).

"Faria Gold Mining Company of Brazil, Limited" — Ver **Autorização**.

Favores — Decreta a transferencia á Companhia de Melhoramentos de S. Paulo e Paraná dos concedidos a Fernando Schneider para estabelecimento de uma coudelaria no Paraná (decr. 43); concede ao visconde Roberto Paravicini e outros para o estabelecimento de um engenho central em Minas Geraes (decr. 117); concede a João Carlos da Silva Carneiro e outros para o estabelecimento de um engenho central em S. Paulo (decr. 160); concede a Antonio Ferreira da Silva Carneiro para o estabelecimento de um engenho central em S. Paulo (decr. 175); concede ao visconde de Duprat e outros diversos relativamente aos edificios que construirẽ para habitação de operarios (decr.

213); concede ao engenheiro Carlos Poma os constantes do decreto n. 213, de 1891 (decr. 326); concede os constantes do decreto n. 213 de 1891, ao Banco de Credito Rural e Internacional (decr. 327); concede á Companhia Iniciadora de Melhoramentos os constantes do decreto n. 213, de 1891 (decr. 328); concede ao Dr. Joaquim Anselmo Nogueira e outro os constantes do decreto n. 213, de 1891 (decr. 329); concede a João Teixeira de Abreu e outros os constantes do decreto n. 213, de 1891 (decr. 330); concede a Daniel Gonçalves Teixeira de Oliveira e outro os constantes do decreto n. 213, de 1891 (decr. 331); concede a Ernani Lodi Batalha os constantes do decreto n. 213, de 1891 (decr. 332) — Ver Concessões — Decretos — Estradas de ferro — Planos.

Fazenda — Manda executar o regulamento para a de Santa Cruz (decr. 613); abre o credito de 6:780\$ para custeio da denominada Boa Vista (decr. 767); abre ao Ministerio da o credito especial de 4:978\$064 para pagamento ao encarregado da guarda e conservação da dos Dois Rios, José Joaquim Raymundo Sobrinho (decr. 3.342) — Ver Exercício — Funções — Procuradores — Repartições.

Fazenda de Santa Cruz — Ver Instruções.

Fernando de Noronha — Ver Creditos.

Ferro-Carril — Approva novas bases de tarifas para vigorem na de Santa Cruz a Itaguahy (decr. 2.042).

Ferro-via — Ver Estradas de ferro.

Festa — Declara do nacional o dia 24 de febreiro (decr. 3).

Fibra — Ver Fabrico.

Fieis — Ver Uniformes.

Filhos — Ver Meio-soldo — Montepio.

Filial — Ver Caixas.

Fins — Ver Commercio.

Firmas — Autoriza os inspectores das alfandegas e delegados fiscaes a reconhecerem as dos agentes consulares brasileiros (decr. 2.320).

Fiscaes — Ver Vencimentos.

Fiscalização — Approva o regulamento para a das estradas de ferro (decr. 399); manda executar o regulamento para a dos bancos, estabelecimentos bancarios estrangeiros e companhias que a requererem por parte do Governo (decr. 493); substitue o regimen de collectiva, instituido pelo decreto n. 493, de 1891, pelo de singular (decr. 727); torna extensivo ao pessoal da das Estradas de Ferro o montepio obrigatorio (decr. 1.046); dá novo regulamento para o serviço de das estradas de ferro (decr. 1.164); supprime a dos engenhos centraes (decr. 2.425); approva o regulamento para a das estradas de ferro concedidas pela União (decr. 2.885); dá regulamento para a dos impostos de consumo (decr. 2.998); dá regulamento para a dos impostos de consumo (decr. 3.659) — Ver Convenio — Impostos.

Fixação — Ver Capital — Decretos — Despesas — Prastos — Sédes — Taxas.

Foguistas — Ver Corpos — Fardamento — Uniformes — Vencimentos.

Formato — Ver Sello.

Formularios — Adopta na armada nacional os seguidos no exercito para os diversos processos (decr. 514).

Fornecimentos — Approva os contractos apresentados pela companhia "The North Brazilian Sugar Factories, Limited", para

o de cannas á sua fabrica de S. Lourenço da Matta (decr. 1.037); approva os contractos apresentados pela companhia "The North Brazilian Sugar Factories, Limited", para o de cannas para suas fabricas (decr. 1.038); approva o regulamento para o de viveres e forragens aos corpos do exercito (decr. 2.213); modifica o regulamento approvado pelo decreto n. 2.213 para o de viveres e forragens aos corpos do exercito (decr. 2.905); abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 508\$600 para pagamento de feitos ao Jardim Botânico (decr. 3.821).

Fôro — Ver Crimes.

Forragens — Ver Fornecimentos.

Fortalezas — Transfere para a jurisdicção do Ministerio da Guerra as da ilha das Cobras e de Villegaignon (decr. 1.697 A); revoga o decreto n. 1.697 A, de 1894, que transferiu para o Ministerio da Guerra as da ilha das Cobras e de Villegaignon (decr. 1.939); abre o credito de 3.000:000\$ para restauração e melhoramento das (decr. 2.150); abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 714:910\$750 para pagamento de trabalhos na da Lage (decr. 3.751).

Fortificações — Dispõe sobre as em poder da revolta de 6 de setembro de 1893 (decr. 1.560); abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 3.000:000\$ para despesas com reparos e armamentos de da Republica (decr. 1.696).

Fosso — Ver Estradas de ferro.

Frequencia — Ver Attestados.

Proatamento — Ver Vapores.

Frete — Reduz 25 % nos dos generos alimenticios de primeira necessidade, na Estrada de Ferro de Baturité (decr. 3.684); reduz em 150 réis por kilometro-tonelada o da manteiga nacional quando despachada como encomenda nos trens mixtos da Estrada de Ferro Minas e Rio (decr. 3.871) — **Ver Abatimento — Cobrança.**

Fronteira — Ver Creditos.

Fumo — Ver Impostos.

Funcionamento — Ver Companhias — Empresas.

Funcionarios — Providencia sobre a installação dos da Justica federal (decr. 1); fixa praso aos do Ministerio das Relações Exteriores, privados do emprego ou demittidos, para manterem os direitos ao montepio (decr. 1.985); consolida as disposições relativas ao montepio dos pertencentes aos ex-ministerios da Justica, Interior e da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos (decr. 2.448); manda confirmar as honras dos postos aos civis do Ministerio da Marinha (decr. 2.532).

Funções — Approva as instrucções que regulam as da Procuradoria da Republica e Fazenda Federal (decr. 1.562); marca o vestuario que devem usar, no exercicio de suas, os juizes federaes e os procuradores da Republica (decr. 2.522) — **Ver Corretores — Procuradores — Solemnidades.**

Fundos publicos — Ver Regulamentos.

Funeraes — Determina que os do marechal Floriano Peixoto sejam feitos á custa da Republica (decr. 2.034); abre ao Ministerio da Justica o credito extraordinario de 53:364\$190 para pagamento de despesas com o do marechal Floriano Peixoto (decr. 2.126); determina que os do marechal Carlos Machado Bittencourt sejam feitos á custa da Republica (decr. 2.672); abre ao Ministerio da Justica o credito extraordinario de

13:570\$400 para pagamento das despesas com os do marechal Carlos Machado Bittencourt (decr. 2.678).

Funileiros — Ver Officinas.

Fusão — Approva a da companhia Lloyd Brasileiro com a Empresa de Obras Publicas no Brasil (decr. 611); autoriza a da Empresa de Navegação a Vapor do Baixo S. Francisco com a Companhia de Navegação Pernambucana (decr. 851); approva a da Companhia Bahiana de Navegação a Vapor com o Lloyd Brasileiro (decr. 956); autoriza a do Banco da Republica com o Banco do Brasil, sob a denominação de — Banco da Republica Campos a desistencia que faz da de juros do seu engenho central (decr. 1.167).

G

Gado — Ver Direitos — Impostos.

Galpão — Ver Estradas de ferro.

Garantias — Declara caduca a concessão da de juros feita ao bacharel Bento José da Costa para um engenho central em Pernambuco (decr. 16); declara caduca a concessão da de juros para o Engenho Central de Iguape (decr. 17); suspende as constitucionaes (decr. 791); acceita da Companhia Agricola de (decr. 965); suspende a de juros concedida ao Engenho Central em Ayrises (decr. 798); declara caduca a concessão da de juros feita ao Engenho Central S. João, da Companhia Industria e Construção (decr. 930); acceita de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão a desistencia da de juros para um engenho central no Rio Grande do Norte (decr. 937); declara caduca a concessão da de juros para um engenho central em Mutupiranga (decr. 965); suspende a de juros concedida ao Engenho Central de Riachuelo (decr. 1.677); abre ao Ministerio da Industria o credito supplementar de 3.341:816\$713 para despesas com a de juros a estradas de ferro (decr. 2.086); suspende a de juros concedida á Companhia "The North Brazilian Sugar Factories, Limited", para o estabelecimento de um engenho central em Pernambuco (decr. 2.132); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 649:644\$864 para pagamento da de juros á Companhia União Sorocabana e Ituaña (decr. 2.359); declara caduca a de juros concedida para construcção da Estrada de Ferro Central Alagoana (decr. 2.915) — Ver Concessões — Creditos — Escolas — Estradas de ferro — Fabrica — Faculdades — Favores — Sitio.

Generos — Ver Abathmento — Commercio — Fretes.

Gradil — Ver Orçamentos.

Gradação — Declara a que compete aos veterinarios dos corpos do exercito (decr. 106).

Graduados — Ver Officiaes.

Gratificações — Estabelece as que competem aos officiaes do corpo da armada e das classes annexas pelo desempenho de commissões (decr. 389); abre aos diversos ministerios o credito de 72:000\$ para pagamento da mensal de 1:000\$ aos ministros, como representação (decr. 1.957); abre ao Ministerio da Guerra o credito de 41:400\$ para pagamento das que competem aos estados-maiores do ministro da Guerra, do ajudante-general e quartel-mestre general (decr. 3.125) — Ver Creditos.

"Great Western of Brazil Railway Company" — Ver Contractos — Orçamentos.

Guarda — Ver Estampilhas.

Guarda nacional — Crea o commando superior da na comarca de Rosario (decr. 7); crea um batalhão de infantaria e um esquadrão de cavallaria da nas comarcas de Palmares e Agua

Preta (decr. 8); crea uma secção de batalhão da reserva da na comarca de Timbaúba (decr. 9); crea um batalhão da na comarca de Jaboatão (decr. 30); crea um batalhão de artilharia da na comarca de Pão d'Alho (decr. 31); crea o commando superior da na comarca de S. Lourenço (decr. 32); crea uma secção de batalhão de infantaria da na comarca de Solimões (decr. 33); crea um batalhão da reserva da na comarca de Iguatê (decr. 34); crea um corpo de cavallaria da na comarca de Baturité (decr. 35); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Maria Pereira (decr. 36); crea um batalhão da reserva da na comarca de Quixeramobim (decr. 37); crea um corpo de cavallaria da na comarca de Aquiraz (decr. 38); crea um corpo de cavallaria da na comarca de Piracuruca (decr. 39); crea um batalhão de infantaria do serviço activo e uma secção da reserva da na capital do Ceará (decr. 40); crea dois batalhões no commando superior da nas comarcas de Codó e Alto Mearim (decr. 41); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Quixeramobim (decr. 45); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Humildes (decr. 46); crea o commando superior da na comarca de Marvão (decr. 47); crea o commando superior da na comarca de Japaratuba (decr. 48); crea um corpo de cavallaria da na comarca de Jaboatão (decr. 49); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Timbaúba (decr. 50); crea o commando superior da na comarca da Boa Vista (decr. 51); eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão de artilharia e a companhia avulsa da reserva da na capital do Amazonas e na comarca do Rio Negro (decr. 55); crea um batalhão de infantaria da na capital do Pará (decr. 56); crea um batalhão da na comarca do Rio Negro (decr. 57); crea o commando superior da na comarca de Agua Preta (decr. 58); crea o commando superior da na comarca de Soure (decr. 59); eleva á categoria de batalhão a 10ª secção de batalhão de infantaria do serviço activo da na comarca de Breves (decr. 60); crea o commando superior da na comarca de Curuçú (decr. 61); crea o commando superior da na comarca de Ponte de Pedras (decr. 62); crea o commando superior da na comarca de Muaná (decr. 63); crea o commando superior da na comarca de Chaves (decr. 64); crea um batalhão de infantaria da na capital do Pará (decr. 65); crea o commando superior da na comarca de Affuá (decr. 66); crea um batalhão de infantaria do serviço de Breves (decr. 67); crea um batalhão de infantaria do serviço activo da na comarca do Cabo (decr. 80 A); crea o commando superior da na comarca de Tacaratú (decr. 81); crea o commando superior da na comarca de Cajazeiras (decr. 82); crea um batalhão da reserva da na capital da Bahia (decr. 83); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Cachoeira (decr. 84); crea o commando superior da na comarca do Triunpho (decr. 87); crea o commando superior da na comarca de S. Miguel de Pão dos Ferros (decr. 88); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Assú (decr. 89); crea um batalhão da reserva e um corpo de cavallaria da na comarca de Apody (decr. 90); crea um batalhão de infantaria do serviço activo da na comarca de Oeiras (decr. 91); crea um batalhão da reserva da na comarca de Jaboatão (decr. 92); eleva á categoria de batalhão a 4ª secção de batalhão da reserva da na comarca de Apody (decr. 93); crea um batalhão de infantaria do serviço activo da na comarca de Pão dos Ferros (decr. 94); crea um batalhão da reserva e um

esquadrão de cavallaria da na comarca de Maloridade (decr. 95); crea um batalhão de infantaria da na capital do Pará (decr. 108); crea uma secção de batalhão do serviço activo da na capital do Pará (decr. 109); crea o commando superior da na comarca de Guamá (decr. 110); crea um corpo de cavallaria no commando superior da nas comarcas de Santarém e Monte Alegre (decr. 111); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Soure (decr. 112); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Obidos (decr. 113); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Bragança (decr. 114); crea no commando superior da nas comarcas de Santarém e Monte Alegre dois batalhões (decr. 115); crea um batalhão de infantaria da nas comarcas de Itacoatiara e Rio Madeira (decr. 129); eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão da na comarca de Solimões (decr. 130); crea dois batalhões de infantaria da na comarca do Rio Purús (decr. 131); crea na capital do Ceará uma secção de batalhão da (decr. 132); torna extensivo á dos Estados da União o decreto n. 1.121, de 1890, que deu nova organização á do Districto Federal (decr. 146); eleva á categoria de batalhão a 7ª secção de batalhão da reserva da na comarca de Valença (decr. 147); crea o commando superior da na comarca do Andarahy, na Bahia (decr. 148); crea o commando superior da na comarca de Taperoa (decr. 149); crea o commando superior da na comarca de S. Miguel (decr. 150); crea o commando superior da na comarca de Tubarão (decr. 151); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Granja (decr. 152); crea o commando superior da na comarca de Borborema (decr. 153); reorganiza a da capital de Pernambuco (decr. 156); crea o commando superior da na capital do Rio Grande do Norte (decr. 180); crea o commando superior da na comarca de Potengy (decr. 181); crea o commando superior da na comarca do Ceará-Mirim (decr. 182); crea o commando superior da na comarca de Goyaninha (decr. 183); crea o commando superior da na comarca de S. José (decr. 184); crea o commando superior da na comarca de Canquaretana (decr. 185); crea o commando superior da na comarca de Trahiry (decr. 186); crea o commando superior da na comarca de Acary (decr. 187); crea o commando superior da na comarca de Jardim (decr. 188); crea o commando superior da na comarca do Seridó (decr. 189); crea o commando superior da na comarca do Triumpho (decr. 190); crea o commando superior da na comarca de Assú (decr. 191); crea o commando superior da na comarca de Sant'Anna de Mattos (decr. 192); crea o commando superior da na comarca de Macáo (decr. 193); crea o commando superior da na comarca de Mossoró (decr. 194); crea o commando superior da na comarca de Apody (decr. 195); crea o commando superior da na comarca de Maloridade (decr. 196); crea o commando superior da na comarca de Páo dos Ferros (decr. 197); crea o commando superior da na comarca de S. Miguel (decr. 198); crea o commando superior da na comarca de Olinda (decr. 199); crea o commando superior da na comarca de S. Lourenço da Matta (decr. 200); crea o commando superior da na comarca de Jaboatão (decr. 201); crea o commando superior da na comarca de Iguarassú (decr. 202); crea o commando superior da na comarca do Cabo (decr. 203); crea o commando superior da na comarca de Ipojuca (decr. 204); crea o commando superior da na comarca de Páo d'Alho (decr. 205); crea o commando supe-

rior da na comarca de Gloria de Goytá (decr. 206); crea o commando superior da na comarca de Limoeiro (decr. 207); crea o commando superior da na comarca de Bom Jardim (decr. 208); crea um batalhão de infantaria e um corpo de cavallaria da na comarca de Pão de Assucar (decr. 209); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Maranguape (decr. 210); crea o commando superior da na comarca de Taquaretinga (decr. 220); crea o commando superior da no municipio de Nazareth (decr. 221); crea o commando superior da na comarca de Timbaúba (decr. 222); crea o commando superior da na comarca de Goyana (decr. 223); crea o commando superior da na comarca de Itambé (decr. 224); crea o commando superior da na comarca de Escada (decr. 225); crea o commando superior da na comarca de Victoria (decr. 226); crea o commando superior da na comarca de Gamelleira (decr. 227); crea o commando superior da na comarca do Rio Formoso (decr. 228); crea o commando superior da na comarca de Barreiros (decr. 229); crea o commando superior da na comarca de Agua Preta (decr. 230); crea o commando superior da na comarca de Palmares (decr. 231); crea o commando superior da na comarca de Bonito (decr. 233); crea o commando superior da na comarca de Gravatá (decr. 234); crea o commando superior da na comarca de Bezerras (decr. 235); crea o commando superior da na comarca de Caruarú (decr. 236); crea o commando superior da na comarca de Canhotinho (decr. 237); crea o commando superior da na comarca de Garanhuns (decr. 238); crea o commando superior da na comarca de S. Bento (decr. 239); crea o commando superior da na comarca de Bom Conselho (decr. 240); crea o commando superior da na comarca de Aguas Bellas (decr. 241); crea o commando superior da na comarca de Brejo da Madre de Deus (decr. 242); crea o commando superior da na comarca de Cimbres (decr. 243); crea o commando superior da na comarca de Alagoa de Baixo (decr. 244); crea o commando superior da na comarca de Buique (decr. 245); crea o commando superior da na comarca de S. João de Santa Cruz (decr. 246); crea um batalhão de infantaria e eleva á categoria de corpo o 1º esquadrão de cavallaria da na comarca de Pelotas (decr. 247); crea um corpo de cavallaria e eleva á categoria de batalhão da reserva e a quatro esquadrões o 68º corpo de cavallaria da na comarca de Encruzilhada (decr. 248); crea dois corpos de cavallaria e eleva á categoria de batalhão a 17ª secção do serviço da reserva da na comarca de Piratiny (decr. 249); eleva á categoria de corpo o 8º esquadrão de cavallaria da na comarca de Santo Antonio da Palmeira (decr. 250); crea uma secção de batalhão do serviço activo da na comarca do Triumpho (decr. 251); crea um batalhão de infantaria da na comarca do Triumpho (decr. 252); crea o commando superior da na comarca de Conceição do Arrolo (decr. 253); eleva a quatro esquadrões o 13º corpo de cavallaria da na comarca do Triumpho (decr. 254); crea o commando superior da na comarca de Santo Antonio da Palmeira (decr. 255); crea o commando superior da na comarca de S. Sebastião (decr. 256); crea o commando superior da na comarca de Cansuê (decr. 257); eleva á categoria de batalhão a 3ª secção de batalhão da reserva da na comarca de S. Francisco de Paula de Cima da Serra (decr. 258); crea o commando superior da na comarca do Rosario (decr. 259); crea um batalhão da reserva e eleva a tres

esquadrões o 5º corpo de cavallaria da na comarca de S. Leopoldo (decr. 260); crea um batalhão da reserva da na comarca de Rosario (decr. 261); crea um batalhão de infantaria da na comarca da Victoria (decr. 262); crea o commando superior da na comarca de Pombal (decr. 263); crea o commando superior da na comarca de Itaparica (decr. 264); crea um batalhão da na comarca de Riachuelo (decr. 265); crea o commando superior da na comarca de Ingazeira (decr. 272); crea o commando superior da na comarca de Flores (decr. 273); crea o commando superior da na comarca do Triumpho (decr. 274); crea o commando superior da na comarca de Villa Bella (decr. 275); crea o commando superior da na comarca de Floresta (decr. 276); crea o commando superior da na comarca de Tacaratú (decr. 277); crea o commando superior da na comarca de Cabrobó (decr. 278); crea o commando superior da na comarca de Salgueiro (decr. 279); crea o commando superior da na comarca de Granito (decr. 280); crea o commando superior da na comarca de Ouricury (decr. 281); crea o commando superior da na comarca de Boa Vista (decr. 282); crea o commando superior da na comarca de Leopoldina (decr. 283); crea o commando superior da na comarca de Petrolina (decr. 284); crea um esquadrão avulso de cavallaria da na comarca de S. Gabriel (decr. 287); crea um batalhão de infantaria da na comarca de S. Borja (decr. 288); crea um batalhão de infantaria da na comarca de São Gabriel (decr. 289); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Camaquan (decr. 290); crea o commando superior da na comarca de S. Martinho (decr. 291); crea o commando superior da na comarca de Arroyo Grande (decr. 292); crea dois corpos de cavallaria e eleva á categoria de batalhão a 3ª secção de batalhão da reserva da na comarca de Viamão (decr. 293); crea um batalhão da reserva, dois corpos e um esquadrão de cavallaria da na comarca de S. Borja (decr. 294); crea o commando superior da na comarca de Varginha (decr. 295); crea um corpo de cavallaria e eleva a quatro esquadrões o 3º corpo de cavallaria da na comarca de S. Gabriel (decr. 296); crea o commando superior da na comarca de S. Francisco de Assis (decr. 297); crea um corpo de cavallaria e eleva a seis companhias o 2º batalhão da reserva da na comarca de Cruz Alta (decr. 298); crea um corpo de cavallaria e eleva a quatro esquadrões o 3º corpo de cavallaria da na comarca de Viamão (decr. 299); crea um corpo de cavallaria da na comarca de Pelotas (decr. 300); crea um corpo de cavallaria da na comarca de S. Francisco de Cima da Serra (decr. 301); crea dois corpos de cavallaria da na comarca de Camaquan (decr. 302); crea um corpo de cavallaria e eleva a batalhão a 1ª secção de infantaria do serviço activo da na comarca de S. Leopoldo (decr. 303); crea um corpo de cavallaria da na comarca de Soledade (decr. 304); crea dois corpos de cavallaria e eleva a batalhão a 22ª secção da reserva da na comarca de Passo Fundo (decr. 305); crea dois corpos de cavallaria da na comarca de S. João de Santa Cruz (decr. 306); crea dois corpos de cavallaria e um batalhão do serviço da reserva da na comarca de Santa Maria da Bocca do Monte (decr. 307); eleva a tres esquadrões o 2º corpo de cavallaria da na comarca de Porto Alegre (decr. 308); crea uma secção da reserva da na comarca de Santa Christina do Pinhal (decr. 309); crea uma secção de batalhão da reserva da

na comarca do Rio dos Sinos (decr. 310); crea um batalhão do serviço activo da na comarca de S. Sebastião (decr. 311); eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão da na capital do Pará (decr. 315); crea o commando superior da na comarca de S. Francisco de Paula de Cima da Serra (decr. 316); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Picos (decr. 317); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Macapá (decr. 318); crea um batalhão da na comarca de Gurupá (decr. 319); crea um batalhão de infantaria do serviço activo e uma secção de batalhão da reserva da na comarca de Gurupá (decr. 320); crea diversos corpos da na comarca de Santo Antonio da Estrella (decr. 346); crea um esquadrão avulso de cavallaria e eleva a batalhão a 19ª secção de batalhão da na comarca de Piratiny (decr. 347); crea dois corpos de cavallaria da na comarca de Rosario (decr. 348); crea um corpo de cavallaria da na comarca de Caçapava (decr. 349); crea dois corpos de cavallaria da na comarca de Uruguayana (decr. 350); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Jaguaribe-Mirim (decr. 351); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Parangará (decr. 352); crea o commando superior da na comarca de Porto de Moz (decr. 353); crea o commando superior da na comarca da Princeza (decr. 354); crea uma secção de batalhão da reserva da na comarca de Porto de Moz (decr. 360); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Affuá (decr. 361); crea o commando superior da na comarca de Palmeira (decr. 362); crea o commando superior da na comarca de Boa Vista (decr. 363); crea um batalhão de infantaria da na comarca de S. Raymundo Nonato (decr. 364); crea um esquadrão de cavallaria da na comarca do Lagarto (decr. 377); crea um batalhão da reserva da na comarca de União (decr. 378); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Traipú (decr. 379); eleva a quatro esquadrões o 23º corpo de cavallaria da na comarca de Santa Victoria do Palmar (decr. 405); eleva a oito o numero de companhias dos batalhões da na comarca do Rio Grande (decr. 406); crea um batalhão de infantaria e eleva a quatro esquadrões o 20º corpo de cavallaria e á categoria de batalhão a 11ª secção da reserva da na comarca do Rio Grande (decr. 407); crea um batalhão de infantaria da na comarca do Rio Grande (decr. 408); eleva á categoria de batalhão a 5ª secção do serviço activo da na comarca de Santa Victoria do Palmar (decr. 409); crea um batalhão da na comarca de Santa Christina do Pinhal (decr. 410); crea um corpo de cavallaria e eleva a tres esquadrões o 74º corpo de cavallaria e á categoria de batalhão a 4ª secção do serviço activo da na comarca do Rio Pardo (decr. 411); eleva á categoria de batalhão a 10ª secção da reserva e á categoria de corpo o 6º esquadrão da na comarca de Conceição do Arroyo (decr. 412); eleva á categoria de batalhão a 20ª secção do serviço da reserva da na comarca de Bagé (decr. 413); crea um corpo de cavallaria e um batalhão da reserva da na comarca de S. Sebastião (decr. 414); crea tres corpos de cavallaria e um batalhão da reserva e eleva á categoria de batalhão a 2ª secção de batalhão do serviço activo da na comarca de Jaguarão (decr. 415); crea um corpo de cavallaria e uma secção do serviço da reserva da na comarca de Nossa Senhora de Oliveira (decr. 416); crea diversos corpos da na comarca de Bagé (decr. 417); crea o commando superior da na comarca da Lajca Vermelha (decr. 418); crea um

corpo de cavallaria e um batalhão da reserva da na comarca de Taquary (decr. 419); crea o commando superior da na comarca de Quarahy (decr. 420); crea dois corpos de cavallaria da na comarca de Livramento (decr. 421); crea um corpo de cavallaria da na comarca de Santa Victoria do Palmar (decr. 422); crea um corpo de cavallaria da na comarca de S. Luiz (decr. 423); crea um batalhão da reserva da na comarca de Cachoeira (decr. 424); eleva a quatro esquadrões o 19º corpo e crea um batalhão da reserva da na comarca do Rio Grande (decr. 425); crea um corpo de cavallaria e um batalhão da reserva da na comarca de Taquary (decr. 426); eleva á categoria de batalhão a 1ª secção da reserva da na capital do Rio Grande do Sul (decr. 427); crea um corpo de cavallaria da na comarca do Triumpho (decr. 428); eleva á categoria de cavallaria da na comarca de Cachoeira (decr. 429); eleva a quatro esquadrões o 48º corpo de cavallaria e a seis companhias o 4º batalhão de infantaria da na comarca de Alegrete (decr. 430); crea o commando superior da na capital do Ceará (decr. 442); crea o commando superior da na comarca de Maranguape (decr. 443); crea o commando superior da na comarca de Baturité (decr. 444); crea o commando superior da na comarca de Cascavel (decr. 445); crea o commando superior da na comarca de Aracaty (decr. 446); crea o commando superior da na comarca de Itaipoca (decr. 464); crea o commando superior da na comarca de Quixeramobim (decr. 465); crea o commando superior da na comarca de Granja (decr. 466); crea o commando superior da na comarca de Viçosa (decr. 467); crea o commando superior da na comarca de Jaguaribe-Mirim (decr. 468); crea o commando superior da na comarca de Crathéis (decr. 469); crea o commando superior da na comarca de Sobral (decr. 477); crea o commando superior da na comarca de Iguatú (decr. 478); crea o commando superior da na comarca de Icó (decr. 479); crea o commando superior da na comarca de Inhamuns (decr. 480); crea o commando superior da na comarca de Assaré (decr. 481); crea o commando superior da na comarca de Jardim (decr. 482); crea o commando superior da na comarca do Crato (decr. 483); crea o commando superior da na comarca de Santa Isabel (decr. 484); crea o commando superior da na comarca de S. João Baptista do Rio Verde (decr. 529); crea o commando superior da na comarca de Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 530); crea o commando superior da na comarca de Avaré (decr. 531); crea o commando superior da na comarca de S. Luiz (decr. 532); crea o commando superior da na comarca de São Borja (decr. 533); crea um corpo de cavallaria e um batalhão da reserva da na comarca de Santo Angelo (decr. 524); crea um batalhão da na capital do Pará (decr. 535); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Igarapé-Mirim (decr. 536); desliga do commando superior da comarca de Breves, o 37º batalhão de infantaria e o annexa ao commando superior da na comarca de Affuá (decr. 537); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Vigia (decr. 538); crea um batalhão de artilharia da na comarca de Obidos (decr. 539); desliga dos commandos superiores das comarcas de Cametá e Breves os 21º e 35º batalhões de infantaria e os annexa ao commando superior da na comarca de Mauná (decr. 540); crea um batalhão de infantaria

da na comarca de Breves (decr. 541); crea um batalhão do serviço da reserva da na comarca de Santarém (decr. 542); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Mauná (decr. 543); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Cachoeira (decr. 544); crea o commando superior da na comarca de Alenquer (decr. 545); crea dois batalhões de infantaria da na capital do Amazonas (decr. 563); crea um batalhão de artilharia da na comarca de Labrea (decr. 564); eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão de serviço activo da na comarca de Labrea (decr. 565); crea o commando superior da na comarca de Humaytá (decr. 566); crea o commando superior da na comarca de Itacoatiara (decr. 567); crea um batalhão de artilharia da na comarca de Manicoré (decr. 568); crea o commando superior da na comarca de Lengóes (decr. 579); eleva á categoria de corpo o 3º esquadrão de cavallaria da na comarca de Laranjeiras (decr. 580); crea o commando superior da nas comarcas de Belém do Descalvado e Pirassununga (decr. 581); reorganiza a do Estado do Maranhão (decr. 582); reorganiza a do Estado de Santa Catharina (decr. 625); reorganiza a do Estado da Parahyba (decr. 626); reorganiza a do Estado do Espirito Santo (decr. 627); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Camisão (decr. 628); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Cannavieiras (decr. 629); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Itapirassaba (decr. 630); crea o commando superior da na comarca de Cataguazes (decr. 631); crea o commando superior e eleva á categoria de batalhão a 1ª secção da na comarca de Manhuassú (decr. 632); crea o commando superior e eleva á categoria de batalhão a 8ª secção do serviço activo da na comarca de Philadelphia (decr. 633); crea um batalhão de infantaria do serviço activo e outro da reserva da na capital de Matto Grosso (decr. 646); crea um batalhão da reserva da na capital de Matto Grosso (decr. 647); crea um batalhão de infantaria da nas comarcas do Alto Uruguay, Diamantina e Livramento (decr. 648); eleva á categoria de corpo o 2º esquadrão de cavallaria da na capital de Matto Grosso (decr. 649); crea um corpo de cavallaria da na comarca de Cachoeira (decr. 672); transforma em brigadas os commandos superiores da no Estado do Rio Grande do Sul (decr. 676); crea um batalhão da na comarca de Nazareth (decr. 684 A); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de Cintra (decr. 749); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de Curuçá (decr. 750); crea um batalhão de infantaria do serviço activo e um da reserva e dois esquadrões de cavallaria da nas comarcas de Santa Cruz de Corumbá, Miranda e Sant'Anna do Parahyba (decr. 775); crea o commando superior da na comarca de Pouso Alto (decr. 827); crea o commando superior da na comarca de Camaragibe (decr. 830); crea o commando superior da na comarca de Tres Corações do Rio Verde (decr. 831); crea o commando superior da na comarca de Caçapava (decr. 832); crea o commando superior da na comarca do Espirito Santo do Pinhal (decr. 835); crea o commando superior da na comarca de Cunha (decr. 836); crea o commando superior da na comarca de S. Bento de Sapucahy (decr. 837); crea o commando superior da na comarca de S. Luiz (decr. 838); eleva á categoria de batalhão a 7ª secção de batalhão da reserva da na comarca de

Pão de Assucar (decr. 839); crea o commando superior da na comarca de Pirassununga (decr. 841); crea o commando superior da na comarca de Santa Rita de Passa Quatro (decr. 842); crea o commando superior da na comarca de Araras (decr. 843); crea um corpo de cavallaria da na commando superior da comarca de Tres Corações do Rio Verde (decr. 844); crea o commando superior da na comarca do Machado (decr. 845); crea o commando superior da na comarca de S. Carlos do Pinhal (decr. 846); crea o commando superior da na comarca de Cruzeiro (decr. 847); crea o commando superior da na comarca de Jaboticabal (decr. 848); crea o commando superior da na comarca de Araraquara (decr. 849); crea o commando superior da na comarca do Amparo (decr. 854); crea o commando superior da na comarca de Palma (decr. 855); crea o commando superior da na comarca de Soccorro (decr. 856); crea o commando superior da na comarca de Itatiba (decr. 857); crea o commando superior da na comarca de Serra Negra (decr. 858); crea o commando superior da na comarca de Barretos (decr. 859); crea o commando superior da na comarca de Mazagão (decr. 860); crea o commando superior da na comarca do Prata (decr. 862); crea o commando superior da na capital do Pará (decr. 863); crea o commando superior da na comarca de Bomfim (decr. 864); crea o commando superior da na comarca da Campanha (decr. 865); crea o commando superior da na comarca de Viçosa (decr. 866); crea o commando superior da na comarca de Areias (decr. 867); crea o commando superior da na comarca de S. José do Barreiro (decr. 868); crea o commando superior da na comarca de Silveiras (decr. 869); crea o commando superior da na comarca de Barretos (decr. 870); crea o commando superior da na comarca de Dois Corregos (decr. 871); crea o commando superior da na comarca de Limeira (decr. 872); crea o commando superior da na comarca de Capivary (decr. 873); crea o commando superior da na comarca de Jahú (decr. 874); crea o commando superior da na comarca de Brotas (decr. 875); reorganiza a da comarca de Campinas (decr. 876); crea dois batalhões de infantaria e dois corpos de cavallaria da na comarca de Casa Branca (decr. 877); crea o commando superior da na comarca de Santa Rita do Sapucahy (decr. 878); crea o commando superior da na comarca de Peganha (decr. 879); crea o commando superior da na comarca de Peganha (decr. 880); reorganiza a da comarca de Parahybuna (decr. 881); crea o commando superior da na comarca de Itaituba (decr. 886); crea o commando superior da na comarca de Piracicaba (decr. 887); crea o commando superior da na comarca de Rio Claro (decr. 888); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Viçosa (decr. 889); crea um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria da na comarca de Assaré (decr. 890); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de Granja (decr. 891); crea o commando superior da na comarca de Prados (decr. 891 A); crea o commando superior da na comarca do Piumby (decr. 891 B); crea o commando superior da na comarca de Campo Bello (decr. 891 C); crea o commando superior da nas comarcas de Muzambinho e Cabo Verde (decr. 891 D); crea um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria da na co-

marca do Machado (decr. 891 E); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Minas do Rio de Contas (decr. 891 F); dá nova organização á da comarca de Tiradentes (decr. 893); crea o commando superior da na comarca de Ribeirão Bonito (decr. 894); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Santa Rita do Sapucahy (decr. 894 A); crea o commando superior da na comarca de Tieté (decr. 895); crea o commando superior da na comarca de Jundiahy (decr. 900); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de Cametá (decr. 901); crea o commando superior da na comarca de Santa Branca (decr. 902); crea o commando superior da na comarca de Jambeiro (decr. 903); crea um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria da nas comarcas de Sorocaba e Tatuhy (decr. 904); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Cannavieiras (decr. 905); crea duas secções de batalhão da na comarca de Cannavieiras (decr. 906); crea o commando superior da na comarca do Carmo da Franca (decr. 907); crea o commando superior da na comarca de Cajurú (decr. 908); crea o commando superior da na comarca de Mococa (decr. 909); crea o commando superior da na comarca de São João da Boa Vista (decr. 910); crea o commando superior da na comarca de S. José do Rio Pardo (decr. 911); crea o commando superior da na comarca de Santa Isabel (decr. 912); crea dois batalhões da na comarca de Caçapava (decr. 913); crea dois batalhões da na comarca de S. Luiz de Parahytinga (decr. 914); crea um batalhão da reserva da na comarca de Cametá (decr. 915); crea um batalhão da na comarca de Igarapé-Mirim (decr. 916); crea um batalhão da na comarca de Manicoré (decr. 916 A); crea o commando superior da na comarca de Palma (decr. 916 B); reorganiza o commando superior da na comarca da Barra de Sergipe do Conde (decr. 932); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Pouso Alto (decr. 933); crea o commando superior da na comarca de Remanso (decr. 934); crea o commando superior da em cada uma das comarcas de Carmo da Bagagem, Caratinga e S. Sebastião do Paraíso e reorganiza a de Lavras e Patrocínio (decr. 936 A); crea um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria da na comarca de Turvo (decr. 936 B); annexa á comarca de Guamá o 8º batalhão de infantaria da (decr. 946); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Porto de Móz (decr. 947); desannexa da comarca de Gurupá, passando a pertencer á de Porto de Móz, o 26º e 64º batalhões de infantaria e a 6ª secção de batalhão da reserva da (decr. 948); crea um batalhão da na comarca de Cintra (decr. 949); crea um batalhão da na comarca de Breves (decr. 950); crea dois batalhões da na comarca de Curuçá (decr. 951); crea o commando superior da na comarca de Sabará (decr. 952); crea o commando superior da na comarca de Carangola (decr. 953); crea o commando superior da na comarca do Rio Verde (decr. 954); reorganiza a da capital de Goyaz (decr. 955); crea um batalhão da na comarca do Pilar (decr. 961); crea um batalhão da reserva da na comarca de Atalaya (decr. 962); eleva á categoria de batalhão a 3ª secção de batalhão do serviço activo da na comarca de Estancia (decr. 963); eleva á categoria de batalhão a 4ª secção de batalhão da reserva da na comarca da

Lapa (decr. 969); crea o commando superior da na comarca de Palmas (decr. 970); crea novos corpos da na comarca de Paranaquã (decr. 971); crea o commando superior da na comarca de Corrente (decr. 972); crea o commando superior da na comarca de Espirito Santo de Batataes (decr. 973); crea o commando superior da na comarca de Rio Novo (decr. 974); reorganiza a da comarca de Bananal (decr. 975); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Carinhanha (decr. 976); reorganiza a da comarca de Mar de Hespanha (decr. 979); crea um batalhão da na Capital Federal (decr. 984); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Jaboticabal (decr. 984 A); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Jahu (decr. 985); reorganiza a da capital de S. Paulo (decr. 990); crea um batalhão da na comarca de Gurupá (decr. 991); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Macapá (decr. 992); eleva á categoria de batalhão a 3ª secção de batalhão da na capital do Pará (decr. 993); crea o commando superior da na comarca de Bragança (decr. 994); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Solimões (decr. 995); crea o commando superior da na comarca de Itaporanga (decr. 996); crea o commando superior da na comarca de Buquim (decr. 997); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de Icó (decr. 998); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Baturité (decr. 999); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de Aracaty (decr. 1.000); crea mais um batalhão de infantaria da na comarca de Ipu (decr. 1.001); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Iguatú (decr. 1.002); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Jardim (decr. 1.003); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de Itapipoca (decr. 1.004); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de Quixeramobim (decr. 1.005); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Baturité (decr. 1.006); crea dois batalhões de infantaria e um regimento de cavallaria da na comarca do Crato (decr. 1.007); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Viçosa (decr. 1.008); eleva á categoria de regimento o 15º esquadrão de cavallaria da na comarca de Caçapava (decr. 1.009); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Rio Claro (decr. 1.010); crea o commando superior da na comarca de Tatuhy (decr. 1.011); crea um regimento da na comarca de Lorena (decr. 1.012); crea o commando superior da na comarca de Santa Rita do Paraíso (decr. 1.016); crea um batalhão de infantaria da na comarca de S. João da Barra (decr. 1.019); crea um batalhão da na comarca de Lavras Diamantinas (decr. 1.023); crea tres batalhões de infantaria da na comarca de Itabaiana (decr. 1.024); crea o commando superior da na comarca de Maragogipe (decr. 1.025); crea um batalhão de infantaria da nas comarcas de Manãos e Rio Negro (decr. 1.026); crea o commando superior da na comarca de S. José dos Pinhaes (decr. 1.027); crea o commando superior da na comarca de Bom Sucesso (decr. 1.029 A); crea um regimento de cavallaria da na comarca do Espirito Santo do Pinhal (decr. 1.031); crea um regimento da na comarca de Urubú (decr. 1.032); dá nova organização ao commando superior da na comarca do Rio Paranahyba (decr. 1.042); dá nova organização ao commando superior da na comarca do Rio Corumbá (decr. 1.043); crea um batalhão da na comarca de Araraquaya (decr. 1.047); crea um

batalhão da na comarca do Bananal (decr. 1.048); dá nova organização á da comarca de Mogy-Mirim (decr. 1.052); crea um corpo de cavallaria da na comarca de Propriá (decr. 1.053); eleva á categoria de batalhão a 33ª e 34ª secções de batalhão da na comarca de S. Luiz (decr. 1.062); crea o commando superior da na comarca do Sacramento (decr. 1.063 A); crea o commando superior da na comarca de S. João da Boa Vista (decr. 1.63 B); crea um corpo de cavallaria da na comarca de Cachoeira (decr. 1.064); crea o commando superior da na comarca de S. João do Piahy (decr. 1.066); reorganiza a da comarca de S. Raymundo Nonato (decr. 1.067); reorganiza o commando superior da na comarca de Bragança (decr. 1.068); dá nova organização ao commando superior da na comarca da Franca (decr. 1.071); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Urubú (decr. 1.075); crea o commando superior da na comarca de S. Miguel de Guanhães (decr. 1.076); crea o commando superior da na comarca de Grão-Mogol (decr. 1.077); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Campo Bello (decr. 1.078); crea tres batalhões de infantaria da na capital de Sergipe (decr. 1.081); reorganiza a da comarca de Campos (decr. 1.082); modifica o plano de uniformes dos officiaes do estado-maior do commando superior e das brigadas da na Capital Federal (decr. 1.087); crea um batalhão da na comarca de Casa Branca (decr. 1.092); dá nova organização á da comarca de Baependy (decr. 1.093); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Inhams (decr. 1.094); crea um batalhão da reserva da na comarca de Icó (decr. 1.095); crea cinco batalhões de infantaria da na comarca de Itapipoca (decr. 1.096); reorganiza a da comarca de Uberaba (decr. 1.097); reorganiza a da comarca de Rio Novo (decr. 1.100); crea o commando superior da na comarca de Pomba (decr. 1.101); crea o commando superior da na comarca do Alto Rio Doce (decr. 1.102); crea dois batalhões da na comarca de Jaboticabal (decr. 1.103); crea o commando superior da na comarca de Ribeirão Preto (decr. 1.104); crea um batalhão da na comarca de S. Luiz de Caceres (decr. 1.105); crea o commando superior da na comarca de S. João Nepomuceno (decr. 1.106); crea um batalhão da na capital de Sergipe (decr. 1.108); reorganiza a da comarca de Iguassú (decr. 1.109); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Caeteté (decr. 1.110); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Chique-Chique (decr. 1.111); crea o commando superior da na comarca de Monte Santo (decr. 1.112); dá nova organização á da comarca de Pindamonhangaba (decr. 1.113); crea um batalhão da na comarca de Lencóes (decr. 1.114); crea o commando superior da na comarca de Patrocínio do Sapucahy (decr. 1.115); eleva á categoria de batalhão a 2ª secção de batalhão da nas comarcas de Rio Negro e Manáos (decr. 1.116); eleva á categoria de batalhão a 3ª secção de batalhão da na comarca de Solimões (decr. 1.117); crea um batalhão de artilharia da na comarca de Solimões (decr. 1.118); crea um batalhão de artilharia da na comarca de Parintins (decr. 1.119); reorganiza a da comarca de Itaguahy (decr. 1.120); crea o commando superior da na comarca de Uberabinha (decr. 1.122) desliga da comarca de Iguassú a da comarca de Itaguahy (decr. 1.124); reorganiza a da comarca de Camaragibe (decr. 1.130); dá nova organização á da comarca de Quêfuz (decr. 1.131); crea tres batalhões da na capital de São

Paulo (decr. 1.132); crea um batalhão de infantaria da na comarca do Amparo (decr. 1.133); reorganiza a das comarcas do Paracanjuba e Santa Cruz (decr. 1.134); reorganiza a da comarca do Rio das Almas (decr. 1.135); crea o commando superior da na comarca de Ouro Fino (decr. 1.136); crea o commando superior da na comarca de Boa Vista (decr. 1.137); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de Itabaiana (decr. 1.147); desliga das brigadas de infantaria da na Capital Federal, o 1º, 2º, 3º e 4º batalhões do serviço da reserva e com elles constitue uma brigada (decr. 1.148); crea dois batalhões da na comarca de Granja (decr. 1.149); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Camocim (decr. 1.150); crea dois batalhões de infantaria da na comarca do Crato (decr. 1.151); crea cinco batalhões de infantaria da na comarca de Jardim (decr. 1.152); crea tres batalhões de infantaria da na comarca de Sobral (decr. 1.153); reorganiza a da comarca de Itaborahy (decr. 1.154); reorganiza a da comarca de Jundiaby (decr. 1.155); crea um batalhão de infantaria da na comarca da Capella (decr. 1.560); crea o commando superior da na comarca de Santa Rita de Cassia (decr. 1.162); crea o commando superior da na comarca de Correntina (decr. 1.184); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Victoria (decr. 1.185); crea um batalhão de artilharia de posição da na capital da Bahia (decr. 1.186); reorganiza a da comarca de Rio Maranhão (decr. 1.188); crea um batalhão de infantaria da na comarca da Lapa (decr. 1.189); reorganiza o commando superior da na comarca de Botucatu (decr. 1.190); crea o commando superior da na comarca de Araua (decr. 1.191); crea o commando superior da na comarca de Porto Seguro (decr. 1.192); dá nova organização á das comarcas de Jaguary e Cambuhy (decr. 1.202); dá nova organização á da capital do Estado do Rio de Janeiro (decr. 1.203); crea o commando superior da na comarca de Rio Verde (decr. 1.206); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Itaporanga (decr. 1.207); dá nova organização á da comarca de Caldas (decr. 1.208); dá nova organização á da comarca de Ubá (decr. 1.209); crea o commando superior da na comarca de Fortaleza (decr. 1.221); dá nova organização á da comarca de Palma (decr. 1.222); crea o commando superior da na comarca de Entre Rios (decr. 1.223); reorganiza a da comarca do Rio Paraná (decr. 1.224); dá nova organização á da comarca de Boa Vista (decr. 1.225); reorganiza a da comarca de S. José do Tocantins (decr. 1.226); dá nova organização á da comarca de Posse (decr. 1.227); reorganiza a da comarca de Cavalcanti (decr. 1.228); reorganiza a da comarca de Porto Nacional (decr. 1.229); crea um batalhão da reserva da na capital do Maranhão (decr. 1.230); crea o commando superior da na comarca de Inhauma (decr. 1.231); dá nova organização á da comarca do Rio S. Francisco (decr. 1.232); crea um regimento de cavallaria da na comarca de S. Bento do Sapucahy (decr. 1.233); crea um batalhão da reserva da na comarca de Campinas (decr. 1.235); dá nova organização ao commando superior da na comarca de Caconde (decr. 1.236); dá nova organização ao commando superior da na comarca de Curytiba (decr. 1.238); reorganiza a da comarca de Sorocaba (decr. 1.239); dá nova organização á da comarca de Barbacena (decr. 1.240); annexa ao commando superior da na comarca de Porto Calvo o 14º ba-

talhão da em Camaragibe (decr. 1.242); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Riachuelo (decr. 1.245); dá nova organização á da comarca de Rio Bonito (decr. 1.246); crea o commando superior da na comarca de Lima Duarte (decr. 1.247); crea o commando superior da na comarca de Rio Branco (decr. 1.248); crea um batalhão da na comarca de Itacoatiara (decr. 1.250); crea um batalhão da na comarca de Labrea (decr. 1.251); crea o commando superior da na comarca de Palmyra (decr. 1.254); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Laranjeiras (decr. 1.259); dá nova organização á da comarca de Villa Nova (decr. 1.260); crea o commando superior da na comarca de S. Pedro de Piracicaba (decr. 1.261); dá nova organização á da comarca do Rio Preto (decr. 1.268); dá nova organização aos corpos de cavallaria da no Estado de Sergipe (decr. 1.269); transfere o 28º batalhão de infantaria de Villa Nova para Propriá, e de Propriá para Villa Nova o 19º batalhão de infantaria da (decr. 1.270); crea um batalhão da na comarca de S. João da Boa Vista (decr. 1.274); dá nova organização á da comarca de S. José dos Campos (decr. 1.275); dá nova organização á da comarca de Nova Friburgo (decr. 1.276); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Granja (decr. 1.277); crea dois batalhões de infantaria da na comarca do Crato (decr. 1.278); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Icó (decr. 1.279); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Quixeramobim (decr. 1.280); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Jardim (decr. 1.281); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Assaré (decr. 1.282); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Propriá (decr. 1.283); dá nova organização á da comarca de Faxina (decr. 1.284); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Icó (decr. 1.285); reorganiza a da comarca de Macahé (decr. 1.291); crea um batalhão de infantaria da na comarca de S. Felix de Paraguassú (decr. 1.291 A); crea um regimento de artilharia de campanha da na comarca do Lagarto (decr. 1.294); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Villa Nova (decr. 1.295); crea um batalhão da na comarca de Capella (decr. 1.296); crea um regimento de artilharia de campanha da na comarca da Capella (decr. 1.297); crea um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria da na comarca de Areia (decr. 1.298); crea o commando superior da na comarca de Campos Novos do Paranaíba (decr. 1.299); reorganiza o commando superior da na comarca de Jacarehy (decr. 1.300); crea o commando superior da na comarca de Ubatuba (decr. 1.301); crea o commando superior da na comarca de Bariry (decr. 1.302); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Jahú (decr. 1.303); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Taquary (decr. 1.304); eleva á categoria de regimento o 2º esquadrão de cavallaria da na comarca de Laranjeiras (decr. 1.306); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Viçosa (decr. 1.311); dá nova organização á da comarca de Oliveira (decr. 1.313); reorganiza a da comarca de Lorena (decr. 1.314); dá nova organização á da comarca de Christina (decr. 1.316); crea o commando superior da na comarca de Salinas (decr. 1.319); crea o commando superior da na comarca de Marianna (decr. 1.320); crea o commando superior da na comarca de Araranguá (decr. 1.321);

1.332); crea o commando superior da na comarca de S. Joaquim da Costa da Serra (decr. 1.333); reorganiza o commando superior da na comarca de Entre Rios (decr. 1.343); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Palma (decr. 1.344); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Jardim (decr. 1.345); crea dois batalhões da na comarca de Atalaya (decr. 1.350); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Maroim (decr. 1.351); crea um batalhão de artilharia da na capital de Sergipe (decr. 1.351); crea na comarca de Juiz de Fôra tres batalhões da (decr. 1.354); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de S. João Nepomuceno (decr. 1.355); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de Porto Feliz (decr. 1.356); crea o commando superior da na comarca de Itapira (decr. 1.357); crea um batalhão da na comarca de Sobral (decr. 1.364); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Aracaty (decr. 1.365); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Maragogipe (decr. 1.366); crea um batalhão de infantaria e eleva a regimento o 9º esquadrão de cavallaria da na comarca de Caeteté (decr. 1.367); crea um batalhão de infantaria da na capital da Bahia (decr. 1.368); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Monte Alto (decr. 1.369); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Faxina (decr. 1.370); crea o commando superior da na comarca de Muricy (decr. 1.372); crea um batalhão de artilharia da na capital de Alagoas (decr. 1.373); crea um batalhão da na comarca de Mar de Hespanha (decr. 1.375); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Bomfim (decr. 1.376); crea um batalhão da na comarca de Rio Novo (decr. 1.377); dá nova organização ao commando superior da na comarca de S. Simão (decr. 1.378); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Ilhéos (decr. 1.379); crea um batalhão de infantaria da na capital do Ceará (decr. 1.383 A) reorganiza a da comarca de S. José do Além Parahyba (decr. 1.387); reorganiza a da capital de Alagoas (decr. 1.392); dá nova organização á da comarca de Petropolis (decr. 1.396); dá nova organização á da comarca de S. João Marcos (decr. 1.397); reorganiza a da comarca de Pomba (decr. 1.398); crea o commando superior da na comarca de Fructal (decr. 1.402); crea o commando superior da na comarca de Laguna (decr. 1.403); reorganiza a da comarca de Itu' (decr. 1.404); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Campos (decr. 1.405); crea um batalhão de infantaria da na comarca do Sacramento (decr. 1.406); crea um batalhão de infantaria da na comarca da Lapa (decr. 1.407); crea um regimento de cavallaria e um batalhão da reserva da na comarca de S. Domingos do Prata (decr. 1.408); reorganiza a da comarca do Araxá (decr. 1.409); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Mirador (decr. 1.415); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Sant'Anna do Currallinho (decr. 1.416); crea um batalhão da na comarca de Santa Catharina (decr. 1.421); reorganiza o commando superior da na comarca de Piranga (decr. 1.422); crea o commando superior da na comarca de Carmo do Parahyba (decr. 1.423); crea o commando superior da na comarca de Araguay (decr. 1.424); crea um corpo de cavallaria da na comarca de Cachoeira (decr. 1.425); reorganiza a da comarca de Sapucaia (decr. 1.426); crea um batalhão da na comarca de S. Sebastião do Cahy (decr.

1.430); crea um batalhão de infantaria da na capital do Ceará (decr. 1.432); crea o commando superior da na comarca de Parahybuça (decr. 1.433); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Ponta Grossa (decr. 1.434); crea um batalhão de cavallaria da na comarca de Peçanha (decr. 1.435); dá nova organização á da comarca de Leopoldina (decr. 1.437); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Iguaçu (decr. 1.441 A); crea o commando superior da na comarca de Bambuí (decr. 1.443); crea o commando superior da na comarca de Dôres de Indaiá (decr. 1.444); reorganiza a da comarca de Cantagallo (decr. 1.453); crea um batalhão da na comarca de Jardim (decr. 1.454); reorganiza a da comarca de União (decr. 1.459); reorganiza a da comarca de Atalaya (decr. 1.460); reorganiza a da comarca de Viçosa (decr. 1.461); reorganiza a da comarca de Anadia (decr. 1.462); reorganiza a da comarca de Traipu (decr. 1.463); reorganiza a da comarca do Pilar (decr. 1.464); crea o commando superior da na comarca de S. Felix (decr. 1.467); reorganiza a da comarca do Rio Pardo (decr. 1.472); reorganiza a da comarca de Coruripe (decr. 1.475); crea um batalhão da na capital do Piauí (decr. 1.476); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Iguatu (decr. 1.478); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Caeté (decr. 1.479); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Monte Alto (decr. 1.480); crea um regimento de cavallaria e um batalhão da reserva da na comarca de Boa Vista do Tremedal (decr. 1.481); reorganiza a da comarca de Pão de Assucar (decr. 1.484); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Estancia (decr. 1.489); crea o commando superior da na comarca de Vizeu (decr. 1.490); crea um batalhão da reserva da na comarca de Bragança (decr. 1.491); crea o commando superior da na comarca de Pirajú (decr. 1.492); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Bom Jesus dos Meiras (decr. 1.493); crea um batalhão de infantaria da na comarca do Rio Maranhão (decr. 1.494); crea um batalhão da na comarca de Ibitinga (decr. 1.500); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Jaboticabal (decr. 1.501); reorganiza o commando superior da na comarca de Santos (decr. 1.502); eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão da na comarca de Cachoeira (decr. 1.503); altera o plano de uniformes da (decr. 1.506); reorganiza a da comarca de Santa Maria Magdalena (decr. 1.508); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Inhauma (decr. 1.509); reorganiza a da comarca de S. Felix (decr. 1.516); reorganiza a da comarca de Paraguassu (decr. 1.517); reorganiza a da comarca de Brejo Grande (decr. 1.518); crea o commando superior da na comarca do Carmo (decr. 1.519); crea o commando superior da na comarca de São Manoel (decr. 1.520); crea um batalhão da na comarca de Uberaba (decr. 1.521); crea uma brigada de infantaria da no Estado do Espirito Santo (decr. 1.522 B); crea dois batalhões de infantaria da no Estado do Espirito Santo (decr. 1.522 C); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Ponte Grossa (decr. 1.526); crea um batalhão de infantaria da na comarca de S. Felix (decr. 1.527); crea um batalhão de infantaria da na capital da Bahia (decr. 1.529); crea um batalhão da na Capital Federal (decr. 1.532); reorganiza a da comarca de Con-

deúba (decr. 1.533); crea um batalhão da na comarca de Cavellias (decr. 1.534); crea um batalhão da na comarca de Chique-Chique (decr. 1.536); reorganiza a da capital da Bahia (decr. 1.537); crea um batalhão da na comarca de Santa-rém (decr. 1.538); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Soure (decr. 1.539); crea um batalhão da na comarca de Cratheús (decr. 1.540); crea um batalhão da na comarca do Crato (decr. 1.541); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Leopoldina (decr. 1.541 B); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Garuru' (decr. 1.544 A); eleva á categoria de batalhão a 2.ª secção de batalhão da na comarca de Japarutuba (decr. 1.544 B); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Tijucas (decr. 1.544 C); crea um batalhão da na comarca de Palmeira (decr. 1.553 A); reorganiza a da comarca de Curvello (decr. 1.553 B); crea o commando superior da na comarca de Bocayuva (decr. 1.553 C); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Palma (decr. 1.553 D); crea um batalhão de infantaria da na comarca do Crato (decr. 1.568); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Jardim (decr. 1.569); crea um batalhão da na comarca de Cratheús (decr. 1.570); crea o commando superior da na comarca de Miranda (decr. 1.571); crea o commando superior da na comarca de Muzambinho (decr. 1.573); crea um batalhão de artilharia da na comarca de Paranaguá (decr. 1.578); crea um batalhão de infantaria da na comarca do Rio Preto (decr. 1.579); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Bom Successo (decr. 1.584); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 1.585); crea um regimento de cavallaria da na comarca do Triumpho (decr. 1.586); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Quixeramobim (decr. 1.587); crea quatro batalhões da na comarca de Maranguape (decr. 1.588); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de Benjamin Constant (decr. 1.589); crea um batalhão da na comarca de Assaré (decr. 1.590); crea dois batalhões da na comarca de Icó (decr. 1.591); crea um batalhão da na comarca de Labrea (decr. 1.592) crea um batalhão da na comarca de Parintins (decr. 1.593); crea um batalhão da na comarca de Cameté (decr. 1.595); reorganiza a da comarca de Vassouras (decr. 1.601); dá nova organização á da comarca de Itapetininga (decr. 1.601 A); reorganiza o commando superior da na comarca de Mogy das Cruzes (decr. 1.606); reorganiza a da comarca de Paulo Affonso (decr. 1.607); reorganiza o commando superior da na comarca de Maragogy (decr. 1.610); crea um regimento de cavallaria da na comarca de S. João Baptista (decr. 1.614); crea dois batalhões de infantaria e um regimento de cavallaria da na comarca de Diamantina (decr. 1.615); crea o commando superior da no município de Serinhaem (decr. 1.616); crea um batalhão da na comarca de Cratheús (decr. 1.618); crea o commando superior da na comarca do Rio Claro (decr. 1.619); crea o commando superior da na comarca de Jacuhy (decr. 1.621); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Bomfim (decr. 1.622); reorganiza a da comarca do Pirahy (decr. 1.627); crea o commando superior da na comarca do Rio Negro (decr. 1.633); transfere para a comarca de Solimões o 3.º batalhão de infantaria da em Manáos (decr. 1.634); dá nova organização á

da capital de Manáos (decr. 1.635); dá nova organização á da comarca do Prata (decr. 1.636); crea o commando superior da na comarca de Itaperuna (decr. 1.637); dá nova organização á da comarca de Rezende (decr. 1.638); crea o commando superior da na comarca de S. José do Egypto (decr. 1.639); crea dois batalhões da na comarca de Iguassu (decr. 1.640); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Piracicaba (decr. 1.641); crea o commando superior da na comarca de Santo Antonio de Padua (decr. 1.650); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de Uberaba (decr. 1.665); crea um batalhão da na comarca de Avaré (decr. 1.666); reorganiza a da comarca do Rio Bagagem (decr. 1.672); eleva á categoria de batalhão a secção avulsa da reserva da do municipio de Maués (decr. 1.674); mobiliza a do Districto Federal e dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (decr. 1.687); crea o commando superior da na comarca de S. Miguel (decr. 1.698); crea um batalhão da na comarca de Riachuelo (decr. 1.702); crea um batalhão da na comarca de Maroim (decr. 1.703); crea um batalhão da na comarca de Capella (decr. 1.704); crea dois batalhões, um de infantaria e outro de artilharia da, na capital do Pará (decr. 1.709); crea o commando superior da na comarca de S. João d'El-Rey (decr. 1.713); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Cachoeira (decr. 1.716); crea o commando superior da na comarca de Sarapuhy (decr. 1.719); crea um batalhão de artilharia da na comarca de Itacoatiara (decr. 1.723); reorganiza a da comarca de Guaratinguetá (decr. 1.724); crea dois batalhões e um regimento de cavallaria da na comarca de S. João d'El-Rey (decr. 1.727); eleva á categoria de batalhão a 9ª secção de batalhão da reserva da na comarca de Camamú (decr. 1.728); reorganiza a da comarca de Caldas (decr. 1.733); crea o commando superior da na comarca de S. Luiz do Quitunde (decr. 1.734); eleva á categoria de batalhão a 2ª secção de batalhão de infantaria da na comarca de Aracaju (decr. 1.735); eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão da na comarca de Itabaiana (decr. 1.736); eleva á categoria de batalhão a 8ª secção de batalhão de infantaria da na comarca de Propriá (decr. 1.737); eleva á categoria de batalhão a 7ª secção de batalhão de infantaria da na comarca de Maroim (decr. 1.738); eleva á categoria de batalhão a 6ª secção de batalhão de infantaria da na comarca de Rosario (decr. 1.739); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Laranjeiras (decr. 1.740); crea um batalhão da na comarca de Cuyabá (decr. 1.744); eleva a batalhão a 2ª secção da reserva da nas comarcas de Corumbá e Sant'Anna do Parahyba e crea uma secção de batalhão na parochia do Coxim (decr. 1.745); crea um batalhão e uma secção de batalhão da reserva da na comarca do Alto Pragy Diamantino (decr. 1.746); crea um batalhão da na comarca de Carangola (decr. 1.749); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Friburgo (decr. 1.750); crea o commando superior da na comarca de Sant'Anna do Parahyba (decr. 1.751); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Condeúba (decr. 1.752); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Macahé (decr. 1.753); crea o commando superior da na comarca de Caethé (decr. 1.754); crea o commando superior da na comarca de Ferros (decr. 1.757); crea um batalhão de infantaria da na

comarca de Minas do Rio de Contas (decr. 1.758); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Maracás (decr. 1.759); crea um batalhão de artilharia da na comarca de Parinthins (decr. 1.760); crea o commando superior da na comarca de Antimary (decr. 1.761); crea o commando superior da na comarca da Piedade (decr. 1.762); reorganiza o commando superior da na comarca de Parahyba do Sul (decr. 1.763); reorganiza a da comarca de Arassuahy (decr. 1.764); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Barbalha (decr. 1.765); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de Amargosa (decr. 1.765 A); crea um regimento de cavallaria da no municipio de Nazareth (decr. 1.765 B); eleva á categoria de batalhão a 2ª secção de batalhão de infantaria da no municipio de Nazareth (decr. 1.765 C); eleva á categoria de regimento o 3º esquadrão de cavallaria da na comarca de Amargosa (decr. 1.765 D); crea um regimento de cavallaria da na comarca de S. João Baptista de Campos Novos (decr. 1.773); crea o commando superior da no municipio de Correntes (decr. 1.774); crea o commando superior da na comarca de Muribeca (decr. 1.775); crea um batalhão da reserva da na comarca de Araruama (decr. 1.776); crea um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria da na comarca de Uberaba (decr. 1.777); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Muzambinho (decr. 1.781); crea dois batalhões de infantaria e um regimento de cavallaria da na comarca de Viçosa (decr. 1.782); crea tres batalhões de infantaria e um regimento de cavallaria da na comarca de Barra Mansa (decr. 1.783); crea um batalhão da reserva da na comarca do Rio Grande (decr. 1.793); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de Dois Corregos (decr. 1.797); crea um regimento de cavallaria da na comarca do Sacramento (decr. 1.801); eleva á categoria de batalhão a 3ª secção de batalhão da reserva da na comarca de Areia (decr. 1.802); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Areia (decr. 1.803); dá nova organização ao commando superior da na comarca de Camamú (decr. 1.804); reorganiza o commando superior da na comarca de Jacobina (decr. 1.805); reorganiza o commando superior da na comarca de Inhambupe (decr. 1.806); crea um batalhão de infantaria da na comarca de S. Felix (decr. 1.807); reorganiza a da comarca de Monte Santo (decr. 1.808); reorganiza a da comarca de Lavras Diamantinas (decr. 1.809); crea um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria da na comarca de Porto Seguro (decr. 1.810); crea um batalhão de artilharia da na comarca de Santo Amaro (decr. 1.811); reorganiza a da comarca de Ilhéos (decr. 1.812); crea o commando superior da na comarca de Xiririca (decr. 1.813); crea um batalhão da reserva da na comarca de Afauá (decr. 1.817); crea um batalhão de infantaria da na capital do Pará (decr. 1.818); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Cintra (decr. 1.819); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Cametá (decr. 1.820); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Breves (decr. 1.821); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Alcantara (decr. 1.822); crea dois batalhões de infantaria da na capital do Maranhão (decr. 1.823); crea o commando superior da na comarca de Altino (decr. 1.824); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Monte Santo (decr.

1.825); reorganiza a da comarca de Geremoabo (decr. 1.826); crea o commando superior da na comarca de Santa Cruz das Palmeiras (decr. 1.827); crea o commando superior da na comarca de Boa Esperança (decr. 1.828); crea uma brigada da reserva da na Capital Federal (decr. 1.829); crea um batalhão de infantaria e eleva á categoria de batalhão a 3ª seção da na comarca de Serrinha (decr. 1.832); reorganiza a da comarca de Alagoinhas (decr. 1.833); crea um regimento de cavallaria e um batalhão da reserva da no municipio de Nazareth (decr. 1.836); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Uberabinha (decr. 1.837); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Benjamin Constant (decr. 1.838); crea um regimento de cavallaria da em cada uma das comarcas de Maracás, Lavras Diamantinas, Minas do Rio de Contas, Condeúba, Caeté e Monte Alto (decr. 1.839); reorganiza a da comarca de Joazeiro (decr. 1.840); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Itapicuru (decr. 1.841); crea um batalhão da na comarca de Simão Dias (decr. 1.842); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Nictheroy (decr. 1.844); crea novos corpos da na comarca de Joazeiro (decr. 1.845); transfere da comarca de Santa Victoria do Palmar para a comarca do Rio Grande o 23º corpo de cavallaria da (decr. 1.856); crea dois batalhões de artilharia da na comarca de Baturité (decr. 1.857); reorganiza a do Estado de Goyaz (decr. 1.859); crea um corpo de cavallaria da na comarca de Santa Victoria do Palmar (decr. 1.865); determina os districtos em que devem ser organizados os corpos da na capital do Rio Grande do Sul (decr. 1.866); annexa ao commando superior da na comarca do Rio Grande o 23º regimento de cavallaria da comarca de Santa Victoria do Palmar (decr. 1.867); reorganiza o commando superior da na comarca de Sete Lagoas (decr. 1.868); crea o commando superior da na comarca de Monte Alegre (decr. 1.869); crea um regimento de cavallaria da na comarca do Prata (decr. 1.870); altera a organização da nas comarcas de Camaragibe e S. Luiz (decr. 1.871); reorganiza a da comarca de Porto Calvo (decr. 1.872); crea o commando superior da na comarca de Belmonte (decr. 1.873); crea um batalhão da na comarca de Anadia (decr. 1.877); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Porto Calvo (decr. 1.878); reorganiza o commando superior da na comarca de Palmeira dos Indios (decr. 1.879); reorganiza o commando superior da na comarca de Alfenas (decr. 1.893 A); reorganiza a da comarca de Itapeverica (decr. 1.929); crea tres batalhões de infantaria do serviço activo da na comarca de Serrinha (decr. 1.942); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Joinville (decr. 1.954); crea o commando superior da na comarca de Curytibanos (decr. 1.955); reorganiza a da comarca de Valença (decr. 1.962); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Caratinga (decr. 1.974); crea novos corpos da na capital de Goyaz (decr. 1.980 A); crea uma brigada de infantaria da na capital do Maranhão (decr. 1.986); eleva á categoria de regimento de cavallaria o 2º esquadrão avulso da no municipio de Bezerras (decr. 1.992); dá nova organização á da comarca do Rio das Velhas (decr. 1.993); dá nova organização á da capital de Minas Geraes (decr. 1.994); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Pirajú (decr. 1.995); extingue o

commando superior da na comarca de Antimary (decr. 2.003); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Uberaba (decr. 2.004); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Caçapava (decr. 2.015 A); crea o commando superior da na comarca de Quipará (decr. 2.018); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Amargosa (decr. 2.108 A); reorganiza a da comarca de Feira de Sant'Anna (decr. 2.022); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Brejo Grande (decr. 2.023); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Caeteté (decr. 2.024); crea um batalhão de infantaria na 2ª brigada da no Estado do Espirito Santo (decr. 2.029 A); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Jahú (decr. 2.029 B); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de Caeteté (decr. 2.029 D); crea uma brigada de infantaria da no Estado do Espirito Santo (decr. 2.030); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Rio de Contas (decr. 2.031 A); reorganiza a da comarca de Januaria (decr. 2.031 B); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Franca (decr. 2.031 C); crea um batalhão de infantaria da na capital do Estado de S. Paulo (decr. 2.031 D); crea o commando superior da na comarca de Contendas (decr. 2.031 E); crea um regimento de cavallaria da na comarca do Rio Novo (decr. 2.031 F); crea dois batalhões de infantaria da na comarca do Pirahy (decr. 2.033); crea dois batalhões de infantaria da na comarca de Palma (decr. 2.038); crea um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria da na comarca de Jaguahy (decr. 2.038 A); crea o commando superior da na comarca de Alcobaga (decr. 2.038 B); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Urubú (decr. 2.032 C); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Araguay (decr. 2.038 D); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Campo Bello (decr. 2.038 E); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Condeuba (decr. 2.038 F); eleva á categoria de batalhão a 1ª secção da na comarca do Alto Paraguay Diamantino e Livramento (decr. 2.038 G); crea o commando superior da na comarca de Apiahy (decr. 2.044 B); crea o commando superior da na comarca de Cachoeira (decr. 2.044 C); reorganiza a da comarca de Queluz (decr. 2.046 A); reorganiza a da comarca do Serro (decr. 2.046 B); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Caeteté (decr. 2.046 C); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Santa Luzia do Carangola (decr. 2.058); reorganiza a da comarca de S. Francisco (decr. 2.065); crea o commando superior da na comarca do Rio Grande (decr. 2.066); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Coroa-tá (decr. 2.091); dá nova organização á da comarca de Amargosa (decr. 2.072); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Petrolina (decr. 2.073); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Grajahú (decr. 2.076); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Areia (decr. 2.080); reorganiza a da comarca do Remanso (decr. 2.081); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Cannavieiras (decr. 2.082); crea um batalhão de infantaria da na comarca do Serro (decr. 2.083); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Itú (decr. 2.085); extingue diversas brigadas mixtas da no Rio Grande do Norte (decr. 2.090); crea um batalhão de infantaria da na capital do Pará (decr. 2.090); crea um batalhão de infantaria da na

comarca de Condeuba (decr. 2.093); eleva á categoria de regimento o 3º esquadrão avulso da na comarca de União (decr. 2.094); transfere para o commando superior da na comarca do Rio Grande a 11ª secção da reserva da na comarca de Santa Victória do Palmar (decr. 2.095); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Inhambuque (decr. 2.097); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Chaves (decr. 2.098); crea um regimento de cavallaria da na comarca de S. José do Paraíso (decr. 2.101); crea o commando superior da na comarca de Bom Conselho (decr. 2.109); dá nova organização á da capital do Estado da Bahia (decr. 2.110); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Queluz (decr. 2.111); crea um batalhão de artilharia de posição da na comarca de Camaragibe (decr. 2.112); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Bomfim (decr. 2.121); crea um batalhão de infantaria da na comarca do Rio Grande (decr. 2.122); crea um batalhão de infantaria da na comarca de S. Simão (decr. 2.128); reorganiza a da comarca d. Alto Rio Doce (decr. 2.134); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Januária (decr. 2.135); reorganiza a da comarca de S. José do Paraíso (decr. 2.139); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Obidos (decr. 2.143); crea um batalhão da reserva da na comarca de Obidos (decr. 2.144); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Valença (decr. 2.145); crea um regimento de cavallaria da na comarca de Rosario (decr. 2.148); eleva á categoria de regimento o 1º esquadrão avulso da no municipio de Agua Preta (decr. 2.154); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Feira de Sant'Anna (decr. 2.155); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Carolina (decr. 2.156); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Monte Alto (decr. 2.158); crea o commando superior da na comarca de Abre Campo (decr. 2.160); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Lavras Diamantinas (decr. 2.161); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Maragogipe (decr. 2.186); crea o commando superior da na comarca de Villa Bella (decr. 2.187); reorganiza a da comarca de Santa Luzia do Curangola (decr. 2.189); eleva á categoria de batalhão e á de regimento a 31ª secção de batalhão e o 13º esquadrão avulso da na comarca de Macahubas (decr. 2.190); desliga o 26º batalhão de infantaria do commando superior da na comarca de Cachoeira e o annexa ao commando da de S. Felix (decr. 2.195); reorganiza a da comarca de Cachoeira (decr. 2.196); crea um batalhão da na comarca de Pirassununga (decr. 2.197); crea um batalhão de infantaria da no municipio de Nazareth (decr. 2.198); reorganiza a da comarca de Batataes (decr. 2.203); reorganiza a da comarca de Belém do Descalvado (decr. 2.235); reorganiza a da comarca do Bomfim (decr. 2.236); crea um batalhão de infantaria da na comarca do Rio Bagagem (decr. 2.237); dá nova organização á da comarca de Sarapuhy (decr. 2.244); eleva a seis companhias o 141º batalhão de infantaria da na comarca de Caetetê (decr. 2.248); dá nova organização á da comarca de Silveira (decr. 2.318); dá nova organização á da comarca de S. Paulo de Muriaé (decr. 2.369); reorganiza a do municipio de Nazareth (decr. 2.370); crea o commando superior da na comarca de Lumiar (decr. 2.371); reorganiza a do Estado do Espírito Santo (decr. 2.381); dá nova

organização á da comarca de Cataguazes (decr. 2.385); reorganiza a do Estado do Espirito Santo (decr. 2.444); altera o plano de uniformes da (decr. 2.468); reorganiza a da comarca de Nictheroy (decr. 2.481); reorganiza a da capital de S. Paulo (decr. 2.484); crea um batalhão de infantaria da na comarca de Lorena (decr. 2.485); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Vianna (decr. 2.502); reorganiza a da capital do Amazonas (decr. 2.504); reorganiza a da capital do Piahy (decr. 2.521); reorganiza a do Estado do Rio de Janeiro (decr. 2.533); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Soccorro (decr. 2.541); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Carmo da Franca (decr. 2.542); crea duas brigadas, uma de infantaria e outra de cavallaria da na comarca de Franca (decr. 2.543); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Santa Rita do Paraíso (decr. 2.544); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Patrocinio do Sapucahy (decr. 2.545); reorganiza a do Estado do Paraná (decr. 2.549); crea um batalhão de infantaria da na comarca do Castello (decr. 2.550); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Piracuruca (decr. 2.551); crea uma brigada de cavallaria da na comarca do Alto Longá (decr. 2.563); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Valença (decr. 2.565); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Piripiri (decr. 2.566); dá nova organização á da capital da Paralyba (decr. 2.567); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Bebedouro (decr. 2.568); reorganiza a do Estado do Pará (decr. 2.569); reorganiza a de Fortaleza (decr. 2.574); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. Simão (decr. 2.585); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Naporanga (decr. 2.586); organiza quatro brigadas de infantaria da no Estado do Pará (decr. 2.590); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Vizeu (decr. 2.591); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Colonia (decr. 2.593); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Santa Philomena (decr. 2.594); reorganiza a do Estado de Sergipe (decr. 2.599); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Baião (decr. 2.600); crea duas brigadas de infantaria da na comarca de Igarapé-Mirim (decr. 2.602); reorganiza a do Estado de Minas Geraes e crea o commando superior (decr. 2.603); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Pomba (decr. 2.604); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Minas Novas (decr. 2.605); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Carmo da Bagagem (decr. 2.606); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Uberaba (decr. 2.607); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Itapecerica (decr. 2.608); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Dôres de Indayá (decr. 2.609); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Bananal (decr. 2.610); organiza uma brigada de infantaria da na capital do Pará (decr. 2.611); organiza quatro brigadas de infantaria da no Estado do Pará (decr. 2.612); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Januaria (decr. 2.613); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Bom Successo (decr. 2.614); reorganiza a do Estado do Rio Grande do Norte (decr. 2.615); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Pouso Alto (decr. 2.616); organiza sete brigadas da no Estado do Paraná (decr. 2.617); reorganiza a do Estado de Pernambuco (decr.

2.620); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Timbaúba (decr. 2.621); crea uma brigada de infantaria da no municipio de Olinda (decr. 2.622); crea uma brigada de infantaria da no municipio de Iguarassú (decr. 2.623); crea uma brigada de infantaria da no municipio de Goyana (decr. 2.624); crea uma brigada de infantaria da no municipio de Agua Preta (decr. 2.625); crea uma brigada de infantaria da na capital do Piahy (decr. 2.626); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Geromenha (decr. 2.627); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Diamantina (decr. 2.634); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cachoeira (decr. 2.635); crea diversas brigadas de infantaria da no Estado do Pará (decr. 2.636); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Monte Alegre (decr. 2.637); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Bocayuva (decr. 2.639); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Baependy (decr. 2.640); icrea uma brigada de infantaria da na comarca do Rio Branco (decr. 2.641); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Theophilo Ottoni (decr. 2.642); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Montes Claros (decr. 2.643); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Boa Vista do Tremedal (decr. 2.644); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Maroim (decr. 2.647); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cataguazes (decr. 2.649); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Muzambinho (decr. 2.650); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cabo Verde (decr. 2.651); organiza no Estado do Rio de Janeiro 31 brigadas de infantaria e 10 de cavallaria (decr. 2.652); reorganiza a da capital do Estado de Santa Catharina (decr. 2.654); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Rio Pardo (decr. 2.662); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Calçado (decr. 2.663); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Alegre (decr. 2.664); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Santo Antonio do Rio Novo (decr. 2.665); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Prados (decr. 2.666); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Serro (decr. 2.667); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Laguna (decr. 2.668); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Itaituba (decr. 2.669); crea uma brigada de infantaria e outra de cavallaria da na comarca de S. Bento de Sapucahy (decr. 2.687); crea duas brigadas da na comarca da Capella (decr. 2.688); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Maroim (decr. 2.689); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de S. Pedro de Piracicaba (decr. 2.690); crea uma brigada de infantaria e outra de cavallaria da na comarca de S. José (decr. 2.691); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Guarábira (decr. 2.692); reorganiza a do Estado de Matto Grosso (decr. 2.697); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Baependy (decr. 2.698); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Montes Claros (decr. 2.699); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Leopoldina (decr. 2.700); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Lavras (decr. 2.701); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. Miguel de Guanhões (decr. 2.702); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Ferreos (decr. 2.703); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Itabira (decr. 2.704); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Serro (decr.

2.705); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Bagagem (decr. 2.706); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. Pedro de Uberabinha (decr. 2.707); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Sacramento (decr. 2.708); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Fructal (decr. 2.709); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Prata (decr. 2.710); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Monte Alegre (decr. 2.711); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. Sebastião do Paraíso (decr. 2.712); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Santa Rita de Cassia (decr. 2.713); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Jacuhy (decr. 2.714); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Passos (decr. 2.715); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Monte Santo (decr. 2.716); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Caldas (decr. 2.717); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Porto de Moz (decr. 2.726); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Joinville (decr. 2.727); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Uberabá (decr. 2.751); crea uma brigada de infantaria da na capital do Espirito Santo (decr. 2.752); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Linhares (decr. 2.753); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. Joaquim (decr. 2.754); crea uma brigada de infantaria e outra de cavallaria da na comarca de Lages (decr. 2.755); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Carmo do Rio Claro (decr. 2.756); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Piumhy (decr. 2.758); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Laranjeiras (decr. 2.759); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de S. Bento (decr. 2.771); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Brusque (decr. 2.772); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Affuá (decr. 2.782); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Alemquer (decr. 2.783); reorganiza a do Estado da Bahia (decr. 2.790); organiza uma brigada de infantaria da na comarca de Palmeiras (decr. 2.802); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Campanha (decr. 2.803); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. Manoel do Paraíso (decr. 2.806); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Ayuruoca (decr. 2.821); crea uma brigada de infantaria e outra de cavallaria da na comarca de Mar de Hespanha (decr. 2.822); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Palmyra (decr. 2.823); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. Francisco (decr. 2.824); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Curitybanos (decr. 2.825); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Itajahy (decr. 2.826); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Tijucas (decr. 2.827); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Pomba (decr. 2.828); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Propriá (decr. 2.834); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Paracatú (decr. 2.835); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Tatuhy (decr. 2.837); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Jaboticabal (decr. 2.838); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Gurupá (decr. 2.839); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Manhuassú (decr. 2.840); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Caratinga (decr. 2.841); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Inhaúma (decr. 2.842); organiza uma

brigada de infantaria da na comarca de Ponta de Pedras (decr. 2.843); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Valença (decr. 2.844); crea uma brigada de artilharia da na comarca de Blumenau (decr. 2.845); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Araranguá (decr. 2.861); crea uma brigada da na comarca de S. Miguel (decr. 2.862); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. Francisco (decr. 2.863); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Campos Novos (decr. 2.864); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Tubarão (decr. 2.865); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. José do Paraíso (decr. 2.866); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Patos (decr. 2.867); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. João Baptista (decr. 2.868); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Limeira (decr. 2.869); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Capão Bonito do Paranapanema (decr. 2.870); reorganiza a do Estado de Goyaz (decr. 2.871); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Ceará-Mirim (decr. 2.872); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Potengy (decr. 2.873); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cachoeira (decr. 2.874); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Cachoeira (decr. 2.875); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Rio Claro (decr. 2.877); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Iguape (decr. 2.892); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Porto de Móz (decr. 2.897); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Affuá (decr. 2.898); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cannavieiras (decr. 2.900); crea um brigada de infantaria da na comarca de Ponta Grossa (decr. 2.902); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Guarapuava (decr. 2.903); crea uma brigada da na comarca de Piuma (decr. 2.906); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Itatiba (decr. 2.910); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Serra Negra (decr. 2.911); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Caconde (decr. 2.912); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Jahu (decr. 2.913); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Juiz de Fora (decr. 2.914); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Caravellas (decr. 2.918); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Obidos (decr. 2.919); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cintra (decr. 2.920); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Grão-Mogol (decr. 2.921); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Viçosa (decr. 2.922); crea uma brigada de infantaria da na comarca de São João Nepomuceno (decr. 2.925); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Oliveira (decr. 2.926); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Bonfim (decr. 2.927); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cameté (decr. 2.928); crea uma brigada de infantaria da na comarca de São João do Piahy (decr. 2.929); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Ilhéos (decr. 2.930); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Picanha (decr. 2.934); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Parnahyba (decr. 2.940); crea uma brigada de infantaria da na comarca da Amarração (decr. 2.941); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Villa Nova (decr. 2.942); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Silveiras (decr. 2.943); crea uma brigada de infantaria

ua na comarca de Viçosa (decr. 2.944); reorganiza a do Estado de Alagoas (decr. 2.948); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Palmeira dos Índios (decr. 2.949); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Victoria (decr. 2.950); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Limoeiro (decr. 2.951); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Lagarto (decr. 2.952); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Ita-baiana (decr. 2.953); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Estancia (decr. 2.954); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Rio Real (decr. 2.955); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Jahú (decr. 2.957); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Villa Bella (decr. 2.958); crea uma brigada de infantaria da no municipio de Bonito (decr. 2.959); crea uma brigada de infantaria da na capital do Pará (decr. 2.964); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Baturité (decr. 2.965); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Pacatuba (decr. 2.966); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cunha (decr. 2.968); crea uma brigada de infantaria e extingue a 9ª brigada de cavallaria da na comarca de Macahé (decr. 2.969); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Granja (decr. 2.973); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Faxina (decr. 2.976); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Paracatú (decr. 2.977); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Arassuahy (decr. 2.978); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Maracás (decr. 2.979); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Brejo Grande (decr. 2.980); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Condeúba (decr. 2.981); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Monte Alto (decr. 2.982); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Caetitê (decr. 2.993); crea duas brigadas de infantaria da na comarca de Rio de Contas (decr. 2.984); crea duas brigadas de infantaria da na comarca de Camisão (decr. 2.988); crea uma brigada de infantaria e extingue a 9ª brigada de cavallaria da na comarca de Uberaba (decr. 2.989); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Alfenas (decr. 2.990); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Tiradentes (decr. 2.991); crea uma brigada de infantaria da na comarca de União (decr. 2.992); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Jardim (decr. 2.993); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Sobral (decr. 2.994); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Iguatú (decr. 3.000); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Icó (decr. 3.001); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Lavras (decr. 3.002); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Assaré (decr. 3.003); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Crato (decr. 3.004); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Barbalha (decr. 3.005); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Quixeramobim (decr. 3.006); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Inhamuns (decr. 3.007); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Canuarú (decr. 3.008); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Valença (decr. 3.009); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Riachuelo (decr. 3.010); crea uma brigada

de infantaria da na comarca do Espirito Santo do Pinhal (decr. 3.011); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Avaré (decr. 3.012); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Além Parahyba (decr. 3.013); crea duas brigadas de infantaria da na comarca de Juiz de Fôra (decr. 3.017); crea duas brigadas da na comarca de S. João d'El-Rey (decr. 3.020); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Matta de S. João (decr. 3.031); crea uma brigada de infantaria da na comarca Traipú (decr. 3.027); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Viçosa (decr. 3.028); crea uma brigada de infantaria da na comarca da Parahyba (decr. 3.029); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Botucatu (decr. 3.030); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Além Parahyba (decr. 3.031); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Parintins (decr. 3.032); crea uma brigada de infantaria da na capital de Sergipe (decr. 3.033); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Camaragibe (decr. 3.035); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Alagoas (decr. 3.036); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Crato (decr. 3.037); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Formiga (decr. 3.042); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Santa Isabel (decr. 3.043); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cagapava (decr. 3.044); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Aracahú (decr. 3.045); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Ipú (decr. 3.046); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Maranguape (decr. 3.047); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. Benedicto (decr. 3.048); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Itapipoca (decr. 3.049); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cascavel (decr. 3.050); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. Bernardo das Russas (decr. 3.051); crea uma brigada de infantaria da na capital do Ceará (decr. 3.052); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Granja (decr. 3.053); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Araxá (decr. 3.059); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Quixeramobim (decr. 3.060); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Muricy (decr. 3.061); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. José da Lage (decr. 3.062); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Porto das Pedras (decr. 3.063); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. Miguel dos Campos (decr. 3.064); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Penedo (decr. 3.065); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cachoieira (decr. 3.068); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Minas do Rio de Contas (decr. 3.069); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Rio Real (decr. 3.070); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Viçosa (decr. 3.071); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Dôres da Boa Esperança (decr. 3.072); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Patrocínio (decr. 3.073); crea uma brigada de infantaria da na capital de S. João Baptista (decr. 3.074); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Varginha (decr. 3.075); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Bomfim (decr. 3.076); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Ouro-Preto (decr. 3.077); crea uma

brigada de infantaria da na comarca de Dôres da Boa Esperança (decr. 3.078); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Patrocínio (decr. 3.079); crea duas brigadas de infantaria da na comarca de Ubá (decr. 3.083); crea duas brigadas de infantaria da na comarca de Palmas (decr. 3.089); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Inhambupe (decr. 3.090); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Inhambupe (decr. 3.091); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Tamboril (decr. 3.092); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Lavras (decr. 3.093); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Itapipoca (decr. 3.094); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Maranguape (decr. 3.095); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Aracaty (decr. 3.096); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Jaguaribe-Mirim (decr. 3.097); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Aracaty (decr. 3.098); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cascavel (decr. 3.099); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Jardim (decr. 3.100); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Assaré (decr. 3.101); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cratheus (decr. 3.102); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Viçosa (decr. 3.103); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Triumpho (decr. 3.104); crea brigadas de infantaria da nas comarcas de Coruripe, Poxim e Piassubú (decr. 3.105); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Pilar (decr. 3.106); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Quitunde (decr. 3.107); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Cachoeiro do Itapemerim (decr. 3.110); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Propriá (decr. 3.111); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Jaguaribe-Mirim (decr. 3.112); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Ignatú (decr. 3.113); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Atalaia (decr. 3.114); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Irará (decr. 3.115); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Tres Corações do Rio Verde (decr. 3.116); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Oliveira (decr. 3.117); crea uma brigada de infantaria e extingue a 7ª brigada de cavallaria da na comarca de S. João d'El-Rey (decr. 3.120); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Espirito Santo do Pinhal (decr. 3.121); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Anadia (decr. 3.122); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Baturité (decr. 3.124); crea uma brigada de infantaria e outra de artilharia da na comarca de Labrea (decr. 3.136); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Boa Vista do Rio Branco (decr. 3.137); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Maués (decr. 3.138); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Humaytá (decr. 3.139); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Palmares (decr. 3.140); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da no municipio de Nazareth (decr. 3.141); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Gurupá (decr. 3.143); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cametá (decr. 3.144); crea uma brigada de infantaria da na comarca da Matta de S. João (decr.

3.150); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Bomfim (decr. 3.151); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Bomfim (decr. 3.152); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Brejo (decr. 3.157); crea uma brigada de infantaria da na capital do Pará (decr. 3.158); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Condeúba (decr. 3.173); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Alagoinhas (decr. 3.190); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Itaparica (decr. 3.200); reorganiza a da Capital Federal (decr. 3.206); crea duas brigadas de infantaria da na comarca de Pouso Alegre (decr. 3.246); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Piedade (decr. 3.253); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de S. Felix (decr. 3.260); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Pouso Alegre (decr. 3.261); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Santa Luzia do Norte (decr. 3.262); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca do Rio Preto (decr. 3.269); crea duas brigadas de infantaria da na comarca de Santarém (decr. 3.275); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Itaituba (decr. 3.276); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. Miguel do Guamá (decr. 3.277); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Mazagão (decr. 3.278); crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria da na comarca de Cambuhy (decr. 3.276); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Fructal (decr. 3.287); (decr. 3.288) crea uma brigada de infantaria da na comarca de Oura Preto (decr. 3.289); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Conquista (decr. 3.290); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Caetité (decr. 3.291); crea duas brigadas de infantaria da na comarca do Rio S. Francisco (decr. 3.292); crea duas brigadas de infantaria da na comarca de Taubaté (decr. 3.298); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Castro (decr. 3.299); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Maragogipe (decr. 3.300); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Curralinho (decr. 3.301); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Bezerros (decr. 3.302); dá nova organização á do Estado da Parahyba (decr. 3.311); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cimbres (decr. 3.313); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Bom Succeso (decr. 3.314); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Bom Succeso (decr. 3.315); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Brejo (decr. 3.316); crea uma brigada de cavallaria da na comarca do Riachão (decr. 3.317); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Joazeiro (decr. 3.318); dá numeração aos corpos de artilharia da na Capital Federal (decr. 3.319); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Maragogy (decr. 3.326); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de S. Paulo de Muriahé (decr. 3.327); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Pitanguy (decr. 3.328); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Ituaçu (decr. 3.337); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Brotas (decr. 3.338); crea uma brigada de

infantaria e uma de artilharia da na comarca de Mar de Hespanha (decr. 3.339); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Caratinga (decr. 3.340); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Guarapary (decr. 3.341); crea uma brigada de infantaria da no municipio de Brejo da Madre de Deus (decr. 3.347); crea uma brigada de infantaria da no municipio de Correntes (decr. 3.350); deroga o decreto n. 3.311, sobre a no Estado da Parahyba (decr. 3.351); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Caxias (decr. 3.364); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. José do Egypto (decr. 3.369); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia da na comarca de Lavras Diamantinas (decr. 3.370); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Paraguassu (decr. 3.371); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Gararú (decr. 3.381); crea uma brigada de infantaria da na comarca da Ribeira (decr. 3.382); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Rio Grande (decr. 3.383); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Santos (decr. 3.384); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cintra (decr. 3.385); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Igarapé-Mirim (decr. 3.388); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Remanso (decr. 3.389); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. Miguel do Guamá (decr. 3.390); crea uma brigada de infantaria da no municipio de Tacaratú (decr. 3.396); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Remanso (decr. 3.397); crea uma brigada de infantaria da no municipio de Bom Jardim (decr. 3.398); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Conde (decr. 3.399); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Uberaba (decr. 3.410); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Passos (decr. 3.411); crea uma brigada de cavallaria da na comarca do Rio Branco (decr. 3.412); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Itapeperica (decr. 3.413); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Almeida (decr. 3.414); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Canhotinho (decr. 3.423); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Casa Branca (decr. 3.424); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Pitanguy (decr. 3.425); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Inhambupe (decr. 3.426); crea tres brigadas de infantaria da na comarca de Feira de Sant'Anna (decr. 3.427); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Lenções (decr. 3.428); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Quipapá (decr. 3.431); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Itapicuru (decr. 3.434); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Amargosa (decr. 3.435); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca do Prata (decr. 3.436); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca do Sacramento (decr. 3.437); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Tury-Assu (decr. 3.438); crea duas brigadas de infantaria da na comarca de S. José do Rio Pardo (decr. 3.446); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Jaboticabal (decr. 3.447); crea duas brigadas de infantaria da na comarca

de Amargosa (decr. 3.448); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Pombal (decr. 3.449); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Curralinho (decr. 3.450); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Geremoabo (decr. 3.451); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Juiz de Fora (decr. 3.452); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Santo Antonio do Machado (decr. 3.453); crea uma brigada de infantaria da na comarca do Rio Preto (decr. 3.454); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. Paulo de Muriaé (decr. 3.461); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Passos (decr. 3.462); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Bagagem (decr. 3.463); crea uma brigada de infantaria da no municipio de Garanhuns (decr. 3.464); crea uma brigada de infantaria da no municipio de Ingazeiro (decr. 3.465); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de S. Simão (decr. 3.466); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Caratinga (decr. 3.469); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca do Rio Novo (decr. 3.470); crea uma brigada de infantaria da na comarca de São Sebastião do Paraíso (decr. 3.471); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Christina (decr. 3.472); crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria da na comarca de Pouso Alto (decr. 3.473); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca do Conde (decr. 3.474); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Diamantina (decr. 3.479); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca do Serro (decr. 3.480); crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria da na comarca de Conceição do Serro (decr. 3.481); crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria da na comarca de Itabira (decr. 3.482); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Sant'Anna dos Ferros (decr. 3.483); crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria da na comarca de S. Miguel de Guanhões (decr. 3.484); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Jatahy (decr. 3.485); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cavalcante (decr. 3.486); crea uma brigada de cavallaria da na comarca da Matta de S. João (decr. 3.487); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Catolê do Rocha (decr. 3.497); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Pombal (decr. 3.498); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cuyabá (decr. 3.506); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Juniahy (decr. 3.507); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Barras (decr. 3.508); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Itamaraty (decr. 3.509); crea uma brigada de infantaria da em Therezina (decr. 3.510); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Campina (decr. 3.516); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de S. Luiz de Cáceres (decr. 3.517); crea uma brigada de infantaria da na comarca de São Paulo do Muriaé (decr. 3.523); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Areias (decr. 3.524); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. Luiz (decr. 3.551); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Batataes (decr. 3.552);

crea uma brigada de infantaria da na comarca de Bebedouro (decr. 3.553); reorganiza as brigadas de infantaria de Mirador, Sant'Anna do Curralinho e da capital do Maranhão (decr. 3.554); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Itú (decr. 3.581); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Ubá (decr. 3.582); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Ouro Preto (decr. 3.593); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. Sebastião do Paraíso (decr. 3.594); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Salinas (decr. 3.608); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Souza (decr. 3.616); crea uma brigada de infantaria e outra de cavallaria da na comarca de Lima Duarte (decr. 3.634); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Abre Campo (decr. 3.642); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Monte Alegre (decr. 3.648); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Batataes (decr. 3.661); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Maués (decr. 3.668); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Santarém (decr. 3.669); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Vigia (decr. 3.670); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Taquaretinga (decr. 3.671); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Pomba (decr. 3.672); crea uma brigada de cavallaria da na comarca do Alegre (decr. 3.676); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Itaituba (decr. 3.679); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Obidos (decr. 3.680); crea uma brigada de infantaria da na capital de S. Paulo (decr. 3.681); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Santa Cruz do Rio Pardo (decr. 3.682); crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria da na comarca de Ayuruoca (decr. 3.689); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Queluz (decr. 3.690); crea duas brigadas de infantaria e uma de artilharia da na comarca de Carinhanha (decr. 3.693); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Viseu (decr. 3.694); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cachoeira (decr. 3.695); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Velença (decr. 3.696); crea duas brigadas de infantaria da na comarca de União (decr. 3.697); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Santo Antonio do Rio Abaixo (decr. 3.698); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Bragança (decr. 3.702); crea uma brigada de infantaria da na capital de S. Paulo (decr. 3.703); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Sapucahy (decr. 3.704); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Correntes (decr. 3.706); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Bom Jesus (decr. 3.707); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Cachoeira (decr. 3.708); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Igarapé-Mirim (decr. 3.709); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Breves (decr. 3.710); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Santo Antonio de Gelbões (decr. 3.716); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Santa Philomena (decr. 3.717); crea duas brigadas de cavallaria e uma de infantaria da na comarca de Tatuhy (decr. 3.718); crea uma brigada de artilharia da na comarca de Amar-gosa (decr. 3.729); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Diamantina (decr. 3.739); crea uma brigada de cavallaria da

na comarca do Rio Grande (decr. 3.740); crea uma brigada de cavallaria da na capital de S. Paulo (decr. 3.743); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Tucano (decr. 3.744); crea uma brigada de infantaria da na comarca da Colonia (decr. 3.745); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Jaguary (decr. 3.752); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Alfenas (decr. 3.753); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Santo Antonio do Rio Abaixo (decr. 3.754); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Campanha (decr. 3.756); crea uma brigada de infantaria da na capital de S. Paulo (decr. 3.763); reorganiza a do Estado do Rio Grande do Sul (decr. 3.768); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Botucatu (decr. 3.769); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Barra do Pirahy (decr. 3.770); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Barra Mansa (decr. 3.771); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Mar de Hespanha (decr. 3.777); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Cruz Alta (decr. 3.778); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Pomba (decr. 3.789); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. José dos Campos (decr. 3.790); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Sabará (decr. 3.798); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Viçosa (decr. 3.799); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Ilhéos (decr. 3.800); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da no municipio de Nazareth (decr. 3.801); crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia da na comarca de Manicoré (decr. 3.802); crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia da na comarca de Itacoatlára (decr. 3.803); crea duas brigadas de cavallaria e uma de infantaria da na comarca de Cantagallo (decr. 3.804); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Itaquí (decr. 3.805); crea uma brigada de infantaria da na capital do Maranhão (decr. 3.806); crea uma brigada de infantaria da na capital do Amazonas (decr. 3.815); crea uma brigada de artilharia da na capital de S. Paulo (decr. 3.826); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Bariry (decr. 3.854); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Burity dos Lopes (decr. 3.850); crea uma brigada de infantaria da na comarca de Pirajú (decr. 3.859); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Dois Corrégos (decr. 3.860); crea uma brigada de cavallaria da na comarca de Grão-Mogol (decr. 3.877); crea uma brigada de infantaria da na comarca de S. José do Paraíso (decr. 3.878); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Manhuassu (decr. 3.879); crea uma brigada de cavallaria da na comarca do Rio Negro (decr. 3.882); crea duas brigadas de cavallaria da na capital do Rio Grande do Sul (decr. 3.883); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da na comarca de Taquary (decr. 3.884); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria da na comarca de Encruzilhada (decr. 3.885) — Ver Officiaes — Praças.

Guardas — Determina que os marinha alumnos sejam confirmados nesse posto por decreto (decr. 776).

"Guardian Fire and Life Assurance Company, Limited" — Ver Autorização.

Guerra — Ver Auditores — Contadorin — Secretaria.

Guindastes — Eleva a 40\$ diários a taxa de aluguel dos a vapor da Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco (decr. 2.501) — Ver **Orçamentos**.

Gymnasio — Extingue o Internato e crea em substituição o segundo Externato do Nacional (decr. 725); concede aos internato e externato do Mineiro as vantagens de que goza o Nacional (decr. 806); abre o credito supplementar de 43:000\$ para despesas com os externatos do Nacional e com o Museu Nacional (decr. 1.056); concede ao Lyceu Paraense as vantagens de que goza o Nacional (decr. 1.121); approva o regulamento para o Nacional (decr. 1.194); providencia sobreopagamento do pessoal de cadeiras extinctas do Nacional (decr. 1.338); approva o regulamento para o Internato do Nacional (decr. 1.652); concede ao Amazonense as vantagens de que goza o Nacional (decr. 1.778); torna extensivo aos lentes e professores do Nacional o direito conferido aos lentes e professores dos institutos de ensino superior pelo art. 27 do decreto n. 1.159, de 1892 (decr. 1.862); concede ao Lyceu Cearense as vantagens de que goza o Nacional (decr. 1.894); concede ao Instituto Benjamin Constant, de Pernambuco, as vantagens de que goza o Nacional (decr. 2.205); concede ao de S. Paulo as vantagens de que goza o Nacional (decr. 2.251); concede ao Lyceu Parahybano as vantagens de que goza o Nacional (decr. 2.301); concede ao da Bahia as vantagens de que goza o Nacional (decr. 2.346); concede ao Lyceu Maranhense as vantagens de que goza o Nacional (decr. 2.354); concede ao Lyceu Alagoano as vantagens de que goza o Nacional (decr. 2.587); concede ao Lyceu Piauihyense as vantagens de que goza o Nacional (decr. 2.619); approva o regulamento para o Nacional (decr. 2.857); approva o regulamento para o Nacional (decr. 3.251); concede ao Collegio Abilio as vantagens de que goza o Nacional (decr. 3.499); concede ao Nogueira da Gama as vantagens de que goza o Nacional (decr. 3.518); concede ao Collegio Pio-Americano as vantagens de que goza o Nacional (decr. 3.543); declara sem effeito o decreto n. 2.009, de 1895, que concedeu ao Instituto Henrique Kopke as vantagens de que goza o Nacional (decr. 3.550); concede ao Fluminense as regalias do Nacional (decr. 3.578); concede ao Collegio Nossa Senhora da Conceição, em S. Leopoldo, as vantagens de que goza o Nacional (decr. 3.580); concede ao Collegio Paula Freitas as vantagens de que goza o Nacional (decr. 3.592); reduz a 750\$ mensaes a pensão no Interanto Nacional (decr. 3.607); concede ao Collegio Alfredo Gomes as vantagens de que goza o Nacional (decr. 3.649); concede ao Collegio Diocesano de S. José as vantagens de que goza o Nacional (decr. 3.650); concede ao Instituto Nacional de Humanidades as regalias de que goza o Nacional (decr. 3.687); concede ao do Rio Grande do Sul as vantagens de que goza o Nacional (decr. 3.688); concede ao Collegio do Caraga as vantagens de que goza o Nacional (decr. 3.701); concede ao Collegio Diocesano de S. Paulo as vantagens de que goza o Nacional (decr. 3.730); concede ao Collegio São Vicente de Paulo, em Petropolis, as vantagens de que goza o Nacional (decr. 3.746); concede ao Collegio S. Salvador, na Bahia, as vantagens de que goza o Nacional (decr. 3.757); concede ao Nacional de Ouro Preto as vantagens de que goza o Nacional (decr. 3.782); concede ao Collegio Anchieta as vantagens de

que gosa o Nacional (decr. 3.822); concede ao Collegio S. Luiz, de Itú, as vantagens de que gosa o Nacional (decr. 3.829) — Ver Institutos.

H

Habilitações — Ver Casas — Concessões — Favores — Planos.

"Halifax and Bermudas Cable Company" — Ver Convenção.

Henry Rodger, Sons & Comp. — Ver Autorização.

Herança — Ver Percentagens.

Herva-matte — Declara sem effeito a concessão feita a Ernesto Canac para a exploração de (decr. 436 D).

Honras — Manda confirmar as dos postos que competem aos funcionarios civis do Ministerio da Marinha (decr. 2.532).

Hospedaria — Extingue a de immigrants, estabelecida em Pinheiros (decr. 2.598) — Ver Creditos.

Hospicio — Augmenta as contribuições dos pensionistas do Nacional de Alienados (decr. 2.779)

Hospitais — Approva o regulamento para os militares (decr. 476); abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1.500:000\$ para a construcção do Central do Exercito (decr. 1.694); abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 257:152\$518 para despesas com a reorganização do de Marinha (decr. 2.167); extingue o de isolamento da ilha de Santa Barbara (decr. 2.206); transfere o de S. Sebastião para a administração municipal (decr. 2.435); declara transferido o de Santa Isabel para a jurisdição da Inspectoria Geral de Saude dos Portos (decr. 2.436); abre ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 22:710\$ para despesas com os serviços do de S. Sebastião (decr. 2.465); abre ao Ministerio da Marinha o credito de 200:000\$, supplementar, á verba (decr. 2.718); modifica o conselho economico dos da guarnição da Capital Federal (decr. 3.522) — Ver Creditos.

Hotel-restaurant — Approva a planta do terreno necessario á construcção de um junto á estação do Sylvestre, da Estrada de Ferro do Corcovado (decr. 3.204).

Hygiene — Unifica os serviços de da União (decr. 2.449) — Ver Despesas — Inspectorias.

I

Iluminação — Abre ao Ministerio da Agricultura o credito extraordinario de 559:045\$ para occorrer ás despesas com o serviço de publica (decr. 772); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 232:000\$ para as despesas com a publica (decr. 1.211); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 285:000\$ para as despesas com a publica (decr. 1.212); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 379:185\$141 para as despesas com a publica (decr. 1.399); abre ao Ministerio da Industria o credito de 721:590\$ para despesas com o serviço de publica (decr. 1.552); abre o credito extraordinario de 36:750\$660 para a despesa com o serviço de fiscaliz-

zação da na Capital Federal (decr. 1.599) — Ver Créditos — Despesas — Electricidade — Theatros.

Immigração — Ver Agencia — Hospedaria.

Immigrantes — Abre ao Ministerio da Industria o credito de 1.828:832\$635 para pagamento de passagens de (decr. 1.470); adopta modelos para expedição de titulos de propriedade de lotes de terras vendidos a (decr. 1.861); abre ao Ministerio da Industria o credito de 2.122:641\$ para custear o serviço de introdução de (decr. 2.232); abre ao Ministerio da Industria o credito de 2.148:683\$ para despesas com (decr. 2.267); abre ao Ministerio da Industria o credito de 386:593\$333 para despesas com as hospedarias de da ilha das Flôres e de Pinheiros (decr. 2.280); abre ao Ministerio da Industria o credito de 2.501:070\$ para despesas com (decr. 2.317); abre ao Ministerio da Industria o credito de 1.324:436\$670 para despesas com (decr. 2.372); obriga a Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina a introduzir os necessarios ao povoamento de nucleos, no Estado de Santa Catharina (decr. 3.376); regula a introdução de em virtude do contracto celebrado com a Companhia Norte-Mineira (decr. 3.539); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 1.020:000\$ para pagamento de despesas com o transporte de (decr. 3.309).

"Imperial Fire Insurance Company" — Ver Autorização.

Importação — Ver Rotulos.

Impostos — Manda arrecadar pela Alfandega do Rio de Janeiro os de exportação dos productos do Estado de Minas Geraes (decr. 574); providencia sobre a redução e isenção de municipaes relativos ao corte de gado e á venda de carne (decr. 689); dá regulamento para a cobrança do de fumo (decr. 874); dá regulamento para a cobrança do de fumo (decr. 816); dá regulamento para a cobrança do de consumo do fumo (decr. 1.626); rescinde os contractos celebrados com o Estado de Minas para a cobrança pelas alfandegas da União dos de exportação (decr. 2.046); dá regulamento para a cobrança do de consumo do fumo e seus preparatos (decr. 2.216); dá regulamento para a cobrança do de consumo de bebidas (decr. 2.253); approva o regulamento para a cobrança do de consumo do fumo (decr. 2.420); approva o regulamento para a cobrança do de consumo de bebidas (decr. 2.421); abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 216:306\$309 para restituição do de dividendos (decr. 2.492); approva o regulamento para a cobrança do de 1:000\$ a que estão sujeitas as sociedades sportivas (decr. 2.538); approva o regulamento para a cobrança do sobre dividendos de bancos, companhias e sociedades anonymas (decr. 2.559); dá regulamento para a cobrança do de sello (decr. 2.573); dá regulamento para o de dividendos dos bancos, companhias e sociedades anonymas (decr. 2.757); dá regulamento para a cobrança do de consumo do sal (decr. 2.773); dá regulamento para a cobrança do sobre vencimentos e subsidios (decr. 2.775); dá regulamento para a arrecadação do de consumo do fumo (decr. 2.778); dá regulamento para a arrecadação do de consumo de bebidas (decr. 2.778); dá regulamento para a arrecadação do de transporte (decr. 2.791); dá regulamento para a arrecadação do de industrias e profissões (decr. 2.792); dá regulamento para a arrecadação do de transmissão de propriedade

(decr. 2.800); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 700:000\$ para despesas de arrecadação e fiscalização dos de fumo e bebidas alcoolicas (decr. 2.858); dá regulamento para a fiscalização dos de consumo (decr. 2.998); dá regulamento para a cobrança do de consumo de bebidas (decr. 3.226); dá regulamento para a cobrança do de perfumarias (decr. 3.254); dá regulamento para a cobrança do de consumo de velas (decr. 3.255); dá regulamento para a cobrança do de consumo de calçados (decr. 3.256); dá regulamento para a arrecadação do de consumo de especialidades pharmaceuticas (decr. 3.267); dá regulamento para a arrecadação do de consumo de vinagre (decr. 3.279); dá regulamento para a arrecadação do de consumo de conservas (decr. 3.280); dá regulamento para a arrecadação do de consumo de cartas de jogar (decr. 3.322); dá regulamento para execução da lei n. 641, de 1899, que estabelece o processo para a arrecadação dos de consumo (decr. 3.535); approva o regulamento para a cobrança do de sello (decr. 3.564); expede regulamento para a arrecadação dos de consumo (decr. 3.622); dá regulamento para a fiscalização dos de consumo (decr. 3.659). — Ver Creditos.

Imprensa — Extingue o logar de director do "Diario Official", passando as suas attribuições a ser exercidas pelo administrador da Nacional (decr. 1.938). — Ver Liberdade.

Imprensa Nacional — Dá regulamento á (decr. 1.541 C); manda executar a nova tabella do numero e vencimentos dos empregados e operarios da (decr. 1.195 C).

Impressão — Abre ao Ministerio da Justiça o credito de 26:460\$ para pagamento do premio e das despesas de das obras "Do endireitamento forçado dos cyphoticos" e outras (decr. 3.589). — Ver Creditos.

Inclusão — Ver União.

Incorporação — Ver Estrada de Ferro Central do Brasil.

Incorporadores — Permite aos do Banco União Agricola do Brasil, de credito real, alterarem os arts. 4º e 10º dos respectivos estatutos (decr. 575); concede aos do Banco União Agricola do Brasil, de credito real, para reduzir o numero de acções e o capital (decr. 614).

Indemnizações — Ver Bancos — Creditos — Despesas.

Industria — Ver Pesca — Regulamentos.

Infantaria — Ver Corpos — Guarda nacional.

Inferiores — Ver Corpos.

Início — Ver Estradas de ferro — Obras.

Innovação — Ver Contractos.

Inscrição — Ver Livros.

Inspecção — Regula a dos theatros e outras casas de diversão da Capital Federal (decr. 2.558). — Ver Creditos.

Inspectores — Autoriza os das alfandegas a reconhecerem as firmas dos agentes consulares brasileiros (decr. 2.320). — Ver Collegio.

Inspectorias — Declara extincta a de Hygiene do Estado do Rio de Janeiro (decr. 554); declara extincta a de Hygiene do Pará (decr. 588); declara extincta a de Hygiene do Amazonas (decr. 610); declara desligada da administração federal a de Hygiene de S. Paulo (decr. 666); declara desligada da administração federal a de Hygiene de Sergipe (decr. 682); declara desligada da administração federal a de Hygiene de Santa Catharina (decr. 700); de-

clara desligada da administração federal a de Hygiene da Bahia (decr. 711); declara desligada da administração federal a de Hygiene do Espírito Santo (decr. 712); declara desligada da administração federal a de Hygiene de Minas Geraes (decr. 713); abre o credito de 1.409:560\$ para occorrer ás despesas com a Geral da Instrucção Primaria e Secundaria (decr. 722 A); declara desligada da administração federal a de Hygiene de Pernambuco (decr. 732); declara desligada da administração federal a de Hygiene de Alagoas (decr. 897); approva o regulamento organizado para as delegacias da Geral de Terras e Colonização (decr. 927); declara desligada da administração federal a de Hygiene do Paraná (decr. 967); declara que os empregados das de portos maritimos são contribuintes do montepio (decr. 1.013); declara desligada da administração federal a de Hygiene do Rio Grande do Sul (decr. 1.036); desliga da Geral de Instrucção o serviço de ensino secundario (decr. 1.176); declara desligada da administração federal a de Hygiene de Matto Grosso (decr. 1.196); declara desligada da administração federal a de Hygiene do Maranhão (decr. 1.200); declara desligada da administração federal a de Hygiene do Piauh (decr. 1.201); declara desligada da administração federal a de Hygiene do Ceará (decr. 1.214); declara desligada da administração federal a de Hygiene da Parahyba (decr. 1.215); declara desligada da administração federal a de Hygiene do Rio Grande do Sul (decr. 1.216); declara desligada da administração federal a de Hygiene de Goyaz (decr. 1.217); abre ao Ministerio da Industria o credito de 1.418:345\$ para as despesas com os serviços a cargo da Geral das Obras Publicas (decr. 1.262); abre o credito de 12:779\$065 para despesas com os serviços da de Instrucção Primaria e Secundaria (decr. 1.326); abre ao Ministerio da Industria o credito de 1.418:345\$ para despesas com a Geral de Obras Publicas (decr. 1.469); incumbe dos serviços das obras da barra do Rio Grande do Sul a do 6° districto dos portos e canaes maritimos (decr. 1.769); declara extincta a Geral de Estradas de maritimos (decr. 1.767); declara transferido o Hospital de Santa Isabel para a jurisdicção da Geral de Saude dos Portos (decr. 2.436).

Installações — Providencia sobre a do Supremo Tribunal Federal e dos funcionarios da justiça federal (decr. 1); dá providencias para a dos tribunaes e juizos do Districto Federal (decr. 6); approva os projectos e orçamentos para telegraphicas e semaphoricas em diversas estações da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy (decr. 2.289); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 490:419\$330 para as despesas com as de escolas preparatorias e de tactica, no Districto Federal e no Rio Grande do Sul (decr. 2.815); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 68:494\$900 para as despesas de da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo (decr. 2.993); autoriza a definitiva da estação sudoeste do corpo de bombeiros (decr. 3.780).

Instituições — Ver Codigo.

Institutos — Providencia sobre a criação do de Educação Profissional (decr. 722); deroga em parte o decreto n. 722 (decr. 756 A); approva o regulamento para o Nacional de Musica (decr. 1.197); torna extensivas aos professores dos Benjamin Constant e de Surdos-Mudos as vantagens concedidas ao pessoal docente do Gymnasio Nacional (decr. 1.210); abre o credito supplementar

de 10:000\$ para auxiliar a realização da exposição de trabalhos juridicos do da Ordem dos Advogados Brasileiros (decr. 1.543); providencia sobre o Sanitario Federal (decr. 1.647); torna extensivo aos professores e adjuntos do Nacional de Musica e aos professores e repetidores do de Surdos-Mudos o direito conferido aos lentes e professores dos de ensino superior (decr. 1.863); concede ao Henrique Kopke as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional (decr. 2.009); abre ao Ministerio da Justica o credito extraordinario de 6:000\$ para custeio de officinas do Benjamin Constant (decr. 2.047); concede ao Benjamin Constant, de Pernambuco, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional (decr. 2.205); approva o regulamento para os militares de ensino (decr. 2.881); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 113:402\$880 para pagamento da etapa ao pessoal docente dos militares de ensino (decr. 3.026); autoriza o Technico Naval a crear um curso de ensino livre para pilotos (decr. 3.034); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 69:230\$588 para despesas com os militares de ensino (decr. 3.172); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 50:333\$342 para pagamento a officiaes, de vencimentos como lentes e professores dos militares de ensino (decr. 3.273); dá instruções para o reconhecimento dos de ensino secundario (decr. 3.285); altera as instruções para reconhecimento dos de ensino secundario (decr. 3.491); declara sem effeito o decreto n. 2.009, de 1895, que concedeu ao Henrique Kopke as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional (decr. 3.550); approva o regulamento para o Nacional de Musica (decr. 3.622); concede ao Nacional de Humanidades as regalias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. 3.687) — Ver Creditos — Escolas.

Instruções — Approva as que devem reger o serviço de embarque e outros dos officiaes da armada (decr. 29); approva as para o exercicio do Ministerio Publico no Districto Federal (decr. 134); approva as para o serviço a cargo dos tres procuradores dos feitos da Fazenda Nacional, perante as justicas locais (decr. 168); altera os arts. 6º e 8º das que acompanharam o decreto n. 499, de 1891 (decr. 546); approva as provisorias para os exames de preparatorios nos Estados (decr. 668); modifica os § 8º, 9º e 11, do art. 1º das mandadas observar pelo decreto n. 471, de 1891 (decr. 683); revoga o decreto n. 29, de 1891, que approvou as que devem reger o serviço de embarque e outros, commettidos a officiaes da armada (decr. 704); amplia o art. 6º das a que se refere o decreto n. 431, de 1891 (decr. 745); approva as para execução dos arts. 59 e 60 da lei n. 35, de 1892 (decr. 760); altera os §§ 8º, 9º e 10º das que baixaram com o decreto n. 471 de 1891 (decr. 785); para exames de preparatorios (decr. 1.041); dá para execução de artigos da lei n. 85, de 1892 (decr. 1.061); dá para execução do artigo 14 da lei n. 126 B, de 1892 (decr. 1.195 D); dá para execução do art. 40, letras k e l, e paragrapho unico do decreto n. 1.166, de 1892 (decr. 1.220); substitue o art. 9º das regulamentares da Estrada de Ferro Minas e Rio pelo art. 11 das que vigoram na Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 1.400); revoga o § 7º do art. 1º das para habilitação ao montepio e meio-soldo dos officiaes do exercito e da armada (decr. 1.507); approva as para eleições federaes (decr. 1.542); approva as que regulam as attribuições e funções da Procuradoria da Republica e Fazenda Federal (decr. 1.562); approva as novas regulamentares e tarifas para o trans-

porte de passageiros e mercadorias pela Estrada de Ferro do Sobral (decr. 1.653); dá para as eleições do presidente e vice-presidente da Republica (decr. 1.668); approva as regulamentares e tarifas do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia a São Francisco (decr. 1.717); dá para o serviço da officina de electricidade e torpedos do Arsenal de Marinha de Matto Grosso (decr. 1.726); altera as regulamentares da Estrada de Ferro Central de Alagoas (decr. 1.800); para exames geraes de preparatorios no Rio Grande do Sul (decr. 1.849); approva as regulamentares, classification geral de marcadorias e tarifas da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras (decr. 1.881); dá provisórias para execução da lei n. 248, de 1894 (decr. 1.910); approva as para exame dos candidatos aos logares de consules e chancelleres (decr. 1.921); approva as que devem reger os concursos para o provimento de amanuenses e 2.ºs officiaes da Secretaria das Relações Exteriores (decr. 1.940); approva as novas regulamentares e tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias na Estrada de Ferro do Paraná (decr. 1.991); approva provisoriamente as regulamentares e tarifas para vigorarem nas linhas ferreas de Tatuhy a Itararé e de Botucatú a Tibagy, da Companhia União Sorocabana e Ituana (decr. 2.020); approva provisoriamente as regulamentares para para as linhas de Ribeirão Preto a Catalão e ramal de Pocos de Caldas, da Estrada de Ferro Mogyana (decr. 2.087); approva as para os exames geraes de preparatorios na Capital Federal (decr. 2.172); dá para os exames geraes de preparatorios nos Estados (decr. 2.173); approva as de 10 de Dezembro de 1895, sobre o serviço de descarga no porto de Santos e o encaminhamento de mercadorias á Alfandega de S. Paulo (decr. 2.291); altera o art. 11 das regulamentares approvadas pelo decreto n. 9.028, de 1883 (decr. 2.393); altera o art. 9º das regulamentares em vigor na Estrada de Ferro de Limoeiro (decr. 2.445); approva as modificações propostas ao art. 66 das regulamentares em vigor na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay (decr. 2.512); dá para a eleição do presidente e vice-presidente da Republica (decr. 2.693); dá provisórias para eleição de intendentes municipaes do Districto Federal (decr. 3.183); dá para os concursos de assistentes de clinicas das faculdades de medicina (decr. 3.284); dá para o reconhecimento dos institutos de ensino secundario (decr. 3.285); substitue o art. 192 das regulamentares da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 3.373); altera os arts. 110 e 112 das regulamentares da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay (decr. 3.441); dá para as eleições federaes em 31 de dezembro de 1889 (decr. 3.459); altera as dadas pelo decreto n. 3.285, de 1889 (decr. 3.491); dá para execução da lei n. 640, de 1899 (decr. 3.529); dá para a constituição e reconhecimento official das faculdades e escolas livres (decr. 3.576); altera as regulamentares da Estrada de Ferro Central da Bahia (decr. 3.656); dá para o serviço de estampilhas de emolumentos consulares (decr. 3.657); autoriza a inclusão de disposições que regulem a estadia de vagões nos desvios particulares nas regulamentares em vigor na Estrada de Ferro Central de Alagoas (decr. 3.711); approva as regulamentares e tarifas da rede fluminense da "Leopoldina Railway Company, Limited" (decr. 3.785); approva as instruções regulamentares e tarifas para a Estrada de Ferro de Itararé ao Rio Uruguay (decr.

3.792); approva as para os exames geraes de preparatorios nos Estados (decr. 3.863); approva as para os exames geraes de preparatorios na Capital Federal (decr. 3.864) — Ver **Conselhos — Serviços**.

Intelligencia — Fixa a verdadeira do art. 7º do decreto n. 127, de 1892 (decr. 1.712).

Intendencias — Orga a receita e fixa a despesa da Municipal para 1891 (decr. 388); approva o regulamento da Geral da Guerra (decr. 3.193); altera a tabella de distribuição de fardamento ao pessoal das embarcações da Geral da Guerra (decr. 3.764).

Internato — Extingue o do Gymnasio Nacional (decr. 725); approva o regulamento para o do Gymnasio Nacional (decr. 1.652); reduz a 75\$ mensaes a pensão no do Gymnasio Nacional (decr. 3.607) — Ver **Gymnasio**.

Interpretação — Dá nova á clausula 15ª do decreto n. 977, de 1892 (decr. 1.049) — Ver **Decretos**.

Interpretes — Eleva o numero dos do commercio da praça do Rio de Janeiro (decr. 400).

Interrupção — Ver **Estradas de ferro**.

Intersticio — Regula o para a promoção dos officiaes da armada (decr. 640 B); regula o para a promoção dos officiaes da armada e classes annexas (decr. 807).

Intródção — Ver **Immigrantes**.

Invenção — Ver **Patentes**.

Iseção — Concede autorização a John Grandt & Comp. para transferirem á Companhia Internacional de Marahú a concessão da de direitos obtida pelo decreto n. 1.176 B, de 1890 (decr. 487); dá regulamento para a concessão da de direitos (decr. 2.744). — Ver **Direitos — Impostos**.

J

Jardim Botanico — Ver **Creditos**.

Jardins — Ver **Creditos**.

Jazidas — Ver **Cal**.

Juizes — Crea os logares de supplentes do substituto do seccional nas circumscripções do Estado do Rio de Janeiro (decr. 2.011); crea os logares de supplentes do substituto do seccional nas circumscripções de Pernambuco (decr. 2.029); crea os logares de supplentes do substituto do seccional em cada uma das circumscripções de Matto Grosso (decr. 2.070); crea os logares de supplentes do substituto do seccional em cada uma das circumscripções de Santa Catharina (decr. 2.100); crea os logares de supplentes do substituto do seccional nas circumscripções federaes do Rio Grande do Sul (decr. 2.220); crea os logares de supplentes do substituto do seccional nas circumscripções de Goyaz (decr. 2.322); crea os logares de supplentes do substituto do seccional nas circumscripções de Sergipe (decr. 2.415); crea os logares de supplentes do substituto do seccional nas circumscripções do Rio Grande do Norte (decr. 2.450); marca o vestuario que devem usar os federaes e os procuradores da Republica (decr. 2.522); crea os logares de supplentes do substituto do seccional nas circumscripções da Parahyba (decr. 2.831); crea os logares de supplentes do substituto do seccional nas circumscripções de Santa

Thereza e Paraty (decr. 2.923); crea os logares de supplentes do substituto do seccional nas circumscripções do Ceará (decr. 3.080); crea os logares de supplentes do seccional nas circumscripções da Parahyba (decr. 3.135); crea os logares de supplentes do substituto do federal nas circumscripções do Amazonas (decr. 3.252); crea os logares de supplentes do substituto do federal na circumscripção de Pedras de Fogo (decr. 3.321); crea os logares de supplentes do substituto do federal nas circumscripções de Bella Vista, Jatahy e Cavalcante (decr. 3.633).

Juízos — Dá providencias para a installação dos do Districto Federal (decr. 6). — **Ver Creditos — Logares — Vencimentos.**

Juntas — Eleva os emolumentos que percebem o presidente deputados e secretarios da Commercial do Districto Federal (decr. 2.212); reorganiza a dos Corretores da Capital Federal (decr. 2.813).

Jurisdicção — Sujeita á da Alfandega de Florianopolis a Mesa de Rendas de Itajahy (decr. 2.335) — **Ver Alfandegas — Crimes — Fortalezas — Inspectorias.**

Juros — Eleva a conversão dos de 4 ‰, ouro, das apolices da dívida publica interna, em 5 ‰, papel (decr. 2.907); abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2.304:737\$500 para pagamento de despesas com a reversão dos de apolices de 4 ‰, ouro, para 5 ‰, papel (decr. 3.024); abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3.600:000\$ para pagamento dos do emprestimo interno de 1897 (decr. 3.241); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 59:964\$566 para pagamento de dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro (decr. 3.245); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 575:000\$ para pagamento de diversos (decr. 3.245 A); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 189:391\$488, para pagamento de diversos (decr. 3.636); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 86:260\$332 para pagamento de á "Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil" (decr. 3.759) — **Ver Apolices — Creditos — Dividas — Emprestito — Estruktas de Ferro — Garantias — Taxas.**

Justiça — Providencia sobre a installação dos funcionarios da federal (decr. 1); providencia sobre a nos Estados (decr. 724); regula a parte civil do decreto n. 1.030, de 1890, que organiza a do Districto Federal (decr. 1.334); approva o regimento de custas da local do Districto Federal (decr. 2.162); consolida o completa as disposições regulamentares do decreto n. 1.030, na parte relativa ao pessoal da local (decr. 2.464); consolida e completa as disposições regulamentares do decreto n. 1.030, na parte relativa á competencia da local (decr. 2.579); approva a consolidação das leis referentes á federal (decr. 3.084); approva o regimento de custas judicarias da local do Districto Federal (decr. 3.363); approva o regimento de custas judicarias da federal (decr. 3.422) — **Ver Creditos.**

Juta — **Ver Fabrica.**

K

Kerozene — **Ver Tarifas.**

L

"L'Accumulation" — Ver Sociedades.

Laboratorio — Organiza o de bacteriologia (decr. 1.171); dá regulamento para o Nacional de Analyses (decr. 1.257); crea o de microscopia clinica e bacteriológica para o serviço sanitario do exercito (decr. 1.915); declara extinto o de biologia (decr. 1.931); substitue as tabellas que acompanharam o regulamento para o Nacional de Analyses (decr. 2.770); abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 60:000\$ para obras no Pyrotechnico do Campinho (decr. 3.156) — Ver Creditos.

Lagoa — Ver Obras.

Lampadas — Concede autorização á Companhia Brasileira de Electricidade para collocar electricas na rua do Ouvidor (decr. 577).

Lançamento — Ver Cabos.

"Lancashire Insurance Company" — Ver Autorização.

Lanchas — Ver Creditos — Machinistas — Patrões.

Lastros — Ver Bancos.

Lazareto — Abre ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 1.500:000\$ para a construção de um em Pernambuco (decr. 1.310 A); abre ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 800:000\$ para despesas com o de Tamandaré (decr. 2.211).

Legações — Determina o numero e a categoria das (decr. 140); crea uma na China. (decr. 1.429); fixa a séde da na Columbia e Equador (decr. 2.202); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 200:000\$ para as despesas com a criação da no Japão (decr. 2.494); crea uma no Imperio do Japão (decr. 2.495); dá providencias sobre a guarda e entrega dos archivos das (decr. 3.210); dá regimento definitivo para o serviço das (decr. 3.248) — Ver Consulados.

Legislação — Ver Processos.

Leilões — Ver Agentes.

Leis — Regula o modo pelo qual deve ser executada a disposição contida no n. 20. § 4º, do art. 8º da de orçamento para 1892 (decr. 733); declara as faltas verificadas no original da de n. 35, de 1892 (decr. 853); dá instrucções para execução do art. 14 da de n. 126 B, de 1892 (decr. 1.195 D); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 150:000\$ para cumprimento do disposto no art. 2º da de n. 97, de 1892 (decr. 1.331); torna extensivo á armada o disposto no n. 1 do § 1º do art. 7º da de n. 26, de 1891 (decr. 1.485); manda cumprir o disposto nos arts. 6º e seguintes da de n. 183 C, de 1893 (decr. 1.553 E); dá execução aos §§ 3º e 4º, n. 5, do art. 6º, da de n. 266, de 1894 (decr. 1.933); dá regulamento á de n. 127, de 1892 (decr. 2.091); approva a consolidação das referentes á justiça federal (decr. 3.084); rectifica o art. 26 da de n. 496, de 1898, que define e garante os direitos autoraes (decr. 3.836) — Ver Consolidação — Execução — Serviços.

Leite — Ver Estradas de ferro.

Lenha — Ver Transporte.

Lentes — Providência sobre os cathedaticos e substitutos que, nomeados sem concurso, forem julgados inhabeis pelas congregações (decr. 54); torna extensivo aos do Gymnasio Nacional

o direito conferido aos dos institutos de ensino superior pelo art. 27 do decreto n. 1.159, de 1892 (decr. 1.862) — Ver Creditos — Institutos.

“Leopoldina Railway Company, Limited” — Ver Autorização — Companhias — Tarifas.

Liberdade — Regula a de imprensa, durante o estado de sitio (decr. 1.565).

Licenças — Autoriza o Ministerio da Justiça a conceder ao bacharel Archias do Espírito Santo Menêzes, escrivão da 10ª pretoria (decr. 133).

Lições — Ver Creditos.

Limites — Determina os das circumscripções policiaes do Districto Federal (decr. 3.889).

Linhas — Concede autorização a João Alberto Caetano Bouças para estabelecer telephonicas, ligando Leopoldina, Cataguazes e S. Paulo de Muriaé (decr. 490); approva os estudos definitivos de diferentes trechos da de Resaca a Santos (decr. 1.327); approva os estudos definitivos da 4ª secção da de Jaguará a Catalão (decr. 1.466); transfere a João Pedro Caminha a concessão constante do decreto n. 9.244, de 1884, para a exploração de telephonicas, no Estado da Bahia (decr. 1.620); approva os estudos definitivos da 1ª secção da ferrea de Uberaba a Coxim (decr. 1.658); approva os estudos definitivos do primeiro trecho da de Catalão a Palmas (decr. 1.670); abre ao Ministerio da Industria o credito de 580:000\$ para a construcção de telegraphicas (decr. 1.700); autoriza a “Brasil Great Southern Railway Company, Limited”, a modificar sua ferrea, no trecho que vae ter ao cões de Quarahim (decr. 1.771); autoriza a Empresa Industrial do Grã-Pará a transferir ao Banco do Norte do Brasil a concessão feita pelo decreto n. 8.344, de 1881, para assentamento de telephonicas no Estado do Pará (decr. 1.885); fixa em 2.156:134\$200 o capital empregado na de Restinga a Ponta Grossa, da Estrada de Ferro do Paraná (decr. 1.891); crea uma comissão especial para se encarregar das obras das ferreas de Sant’Anna do Livramento ao Saycan (decr. 1.937); transfere á Empresa Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul a concessão constante do decreto n. 9.244, de 1884, para a exploração de telephonicas no Estado da Bahia (decr. 1.998); approva provisoriamente as instrucções regulamentares e tarifas para vigorarem nas ferreas de Tatuhy a Itararé e de Botucatú a Tibagy, da Companhia União Sorocabana e Ituana (decr. 2.020); transfere a Felisberto Ignacio da Cunha a concessão constante do decreto n. 9.244, de 1884, para a exploração de telephonicas no Estado da Bahia (decr. 2.052); fixa definitivamente em 4.817:805\$ o capital da de Santa Maria a Cruz Alta (decr. 2.055); concede a Orozimbo Muniz Barreto, autorização para ligar os Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes por meio de uma telephonica (decr. 2.108); rectifica a extensão da de Santa Maria a Cruz Alta (decr. 2.114); approva a mudança de Botucatú por ponto inicial da de Botucatú a Tibagy, para a estação do Capão Bonito (decr. 2.130); abre ao Ministerio da Industria o credito de 200:000\$ para occorrer ás despesas com o prolongamento da telegraphica pelo interior do Maranhão, até Palma, em Goyaz (decr. 2.137); concede autorização a Orozimbo Muniz Barreto para ligar a Capital Federal ás capitães do

Espírito Santo, Bahia e Pernambuco, por meio de telephonicas (decr. 2.298); autoriza a construcção de uma telegraphica entre os pontos extremos da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy (decr. 2.331); approva os estudos definitivos e a tabella de pregos para execução das obras de duplicação da ferrea de Santos a Jundiahy (decr. 2.338); altera as escalas das de Macapá e Purús da "Amazon Steam Navigation Company, Limited" (decr. 2.360); approva os estudos definitivos de tres trechos de do prolongamento a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana (decr. 2.526); approva os estudos da variante da de Itararé, da Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 2.581); prorroga o praso da concessão relativa á de carris entre Santa Cruz e Itaguahy (decr. 3.570); manda executar o tratado entre o Brasil e a Republica Argentina, que completa o estabelecimento da divisoria dos dois paizes (decr. 3.667) — **Ver Companhias — Creditos — Estradas de ferro — Estudos — Lloyd Brasileiro — Obras — Prolongamento.**

Liquidação — Providencia sobre a dos debitos e encargos do Banco da Republica com o thesouro (decr. 3.606)..

Livros — Manda adoptar o modelo do de inscripção das associações a que se refere o decreto legislativo n. 173, de 1893 (decr. 1.649); eleva os emolumentos que percebem o presidente, deputados e secretario da Junta Commercial do Districto Federal pela rubrica de commerciaes (decr. 2.212) — **Ver Faculdades.**

Lloyd Brasileiro — Autoriza a reconstrucção do (decr. 1.165); approva a reorganização do (decr. 1.244); autoriza um contracto provisorio com o para o serviço de navegação nas linhas do Norte e de Matto Grosso (decr. 1.624); — **Ver Companhias — Fusão.**

Local — Approva a mudança de para ponto inicial da Estrada de Ferro de Santa Maria a Cruz Alta (decr. 1.442).

Localização — **Ver Immigrantes.**

Locomoção — **Ver Estrada de Ferro Central do Brasil.**

Logares — Crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de Palmyra (decr. 218); crea o de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Carlos de Jacuhy (decr. 219); extingue os de commandantes de armas e de brigada (decr. 431); dá novo regulamento para o concurso de admissão aos de cirurgião e pharmaceutico do corpo de saude da armada (decr. 518); crea na Alfandega do Rio de Janeiro um de 1.º escriptuario e dois de conferentes (decr. 574); crea dois de ajudantes da locomoção e do trafego na Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 754); designa especiaes para detenção, por effeito do estado de sitio (decr. 1.564); approva as instrucções para exame dos candidatos aos de consules e chancelleres (decr. 1.921); extingue o de director do "Diário Official" (decr. 1.938); approva as instrucções para os concursos dos de amanuenses e officiaes da Secretaria das Relações Exteriores (decr. 1.940); crea tres de supplentes do substituto do juiz seccional de S. Paulo, na circumscripção de Santos (decr. 1.975); crea os de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções do Estado do Rio de Janeiro (decr. 2.011); crea os de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções do de Pernambuco (decr. 2.029); supprime o de astronomo-instructor do Observatorio do Rio de Janeiro (decr.

2.067); crea os de supplentes do substituto do juiz seccional de Matto Grosso em cada uma das circumscripções (decr. 2.070); crea os de supplentes do substituto do juiz seccional de Santa Catharina em cada uma das circumscripções (decr. 2.100); crea os de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Rio Grande do Sul (decr. 2.220); crea os de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções de Goyaz (decr. 2.322); crea os de supplentes do juiz seccional nas circumscripções de Sergipe (decr. 2.415); extingue o de official-maior da secretaria de Policia da Capital Federal (decr. 2.448); extingue quatro de amanuenses da Secretaria da Justiça (decr. 2.447); crea os de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções do Rio Grande do Norte (decr. 2.450); extingue dois de amanuenses da Secretaria da Justiça (decr. 2.523); extingue o de vice-director do Observatorio do Rio de Janeiro (decr. 2.588); extingue na Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 2.745); extingue na Directoria Geral de Estatistica (decr. 2.763); crea os de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções da Parahyba (decr. 2.831); crea os de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções de Santa Thereza e Paraty (decr. 2.923); crea os de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções do Ceará (decr. 3.080); crea os de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções da Parahyba (decr. 3.135); crea os de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções do Amazonas (decr. 3.252); supprime um de engenheiro-chefe de districto da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 3.281); crea os de supplentes do substituto do juiz federal na circumscripção de Pedras de Fogo (decr. 3.321); crea os de supplentes do substituto do juiz federal nas circumscripções de Bella Vista, Jatahy e Cavalcante (decr. 3.633); declara extincto o de vice-director do Externato do Gymnasio Nacional (decr. 3.781) — Ver Concursos.

London and Brazilian Bank — Ver Autorização.

Loterias — Designa as que deverão ser extrahidas em 1892 (decr. 715); designa as que deverão ser extrahidas em 1893 (decr. 1.258); approva e manda executar o regulamento sobre a venda dos bilhetes de estaduaes (decr. 1.287); modifica o regulamento sobre a venda de bilhetes das estaduaes no Districto Federal e providencia sobre as federaes (decr. 1.941); designa as que deverão ser extrahidas em 1895 (decr. 1.967); designa as que têm de ser extrahidas em 1896 (decr. 2.225); modifica o regulamento para a venda de bilhetes das estaduaes no Districto Federal e providencia sobre as federaes, de accordo com os arts. 1º, n. 29, e 24 da lei n. 428, de 1896 (decr. 2.418); manda executar o regulamento das (decr. 3.638) — Ver Sociedades.

Lotes — Adopta modelos para a expedição de titulos de propriedade dos de terra vendidos a immigrants (decr. 1.861). ;

"L'Union" — Ver Autorização.

Lycen — Concede ao Paraense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional (decr. 1.121); concede ao Cearense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional (decr. 1.894); concede ao Parahybano as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional (decr. 2.301); concede ao Maranhense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional (decr. 2.354); concede ao Alagoano as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional (decr. 2.587); conce-

de ao Piauihyense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional (decr. 2.619).

M

Machinistas — Equipara os soldos dos navaes aos que percebem os officiaes de iguaes patentes das demais classes da armada (decr. 779 B); explica como se deve proceder com referencia á contribuição dos navaes para o montepio (decr. 779 C); equipara os vencimentos dos das lanchas do Arsenal de Guerra aos do Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. 1.487); altera a tabella de fardamento dos das embarcações dos arsenaes de guerra e da Intendencia Geral da Guerra (decr. 3.764) — Ver Escolas.

Madeiras — Ver Tarifas.

Mães — Ver Meio-soldo.

Magisterio — Providencia sobre os lentes cathedrauticos e substitutos, professores e preparadores que, nomeados sem concurso, forem julgados inhabeis para o (decr. 54).

Magistrados — Abre ao Ministerio da Justiça o credito de 680:800\$ para o pagamento de ordenado dos postos em disponibilidade (decr. 1.267); aposenta os não aproveitados (decr. 2.056); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 380:000\$ para pagamento de ordenados aos aposentados e readmittidos á disponibilidade (decr. 2.677); abre ao Ministerio da Justiça o credito especial de 146:000\$ para pagamento de ordenado aos em disponibilidade (decr. 2.961); revoga o decreto n. 2.056, de 1895, relativo á aposentadoria de (decr. 3.310); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 2:400\$ para pagamento dos em disponibilidade (decr. 3.402) — Ver Creditos.

Majoridade — Ver Montepio.

Mala Real Portuguesa — Ver Autorização.

"Manchester Fire Assurance Company" — Ver Autorização — Denominação.

Manifestos — Altera a disposição do decreto n. 591, de 1891, sobre os de carga (decr. 2.482).

Manteiga — Reduz em 150 réis por tonelada-kilometro o frete de nacional, despachada, como encomenda nos trens mixtos da Estrada de Ferro Minas e Rio (decr. 3.871).

Marcas — Approva o regulamento concernente ao registro internacional das de fabrica e de commercio (decr. 2.747) — Ver Rotulos.

Marcos — Ver Creditos.

Marinha — Ver Auditores.

Marinheiros — Ver Vencimentos.

Massas — Ver Curadores.

Material — Approva o desenho do typo do fluctuante para a navegação do Rio Preto (decr. 702); abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 99:000\$ para despesas com o de diversas repartições (decr. 1.292); distribue o credito de 27.000:000\$, concedido para reconstituição do da armada e do exercito (decr. 1.923); abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 77:247\$080 para pagamento do fornecido á Casa da Moeda (decr. 3.872); abre ao Ministerio da Justiça o credito especial de 14:000\$ para pagamento de despesas com a da secretaria da Camara dos Deputados (decr. 3.887).

Medico — Providencia sobre a presença de a bordo dos navios que conduzem passageiros (decr. 3.837) — Ver **Condições**.

Meio-soldo — Estabelece regras para a habilitação ao instituido pelos officiaes do exercito e da armada (decr. 471); altera os §§ 8º, 9º e 10 das instrucções que baixaram com o decreto n. 471, de 1891, para a habilitação ao (decr. 785); estabelece regras sobre habilitação e contribuição para o dos officiaes do exercito (decr. 1.054); faz extensivo á armada o decreto n. 1.029, de 1890, que elvou a 21 annos a idade dos filhos varões dos officiaes do exercito para a percepção do (decr. 1.382); revoga o § 7º do art. 1º das instrucções para a habilitação ao dos officiaes do exercito e da armada (decr. 1.507); equipara aos do exercito, os officiaes da guarda nacional, dos corpos de policia e de outras corporações, quanto ao beneficio do (decr. 1.594 B); declara que gosarão das vantagens do as viúvas, filhas e mães dos officiaes fallecidos em consequência das operações militares na Bahia (decr. 2.473).

Melhoramentos — Declara a caducidade dos favores concedidos pelo decreto n. 626, de 1890, para os da barra de Cotiugiba (decr. 1.696) — Ver **Concessões** — **Obras** — **Planos** — **Projectos**.

Mellhoria — Ver **Salarios**.

Membros — Ver **Tribunaes**.

Mensageiros — Concede autorização a Benito Nichols para assentar, na Capital Federal osapparelhos denominados — electricos (decr. 597).

Mercadorias — Prohibe as expôr á venda com rotulos em lingua estrangeira (decr. 2.472) — Ver **Estradas de ferro** — **Servicos** — **Transporte**.

Mesas — Crea uma de rendas alfandegada em Cuyabá (decr. 1.874 A); autoriza a organização de para exames geraes de preparatorios, nos Estados (decr. 2.032); sujeita á jurisdicção da Alfandega de Florianopolis a de Rendas de Itajahy (decr. 2.335); manda executar em todas as de rendas a nova tarifa (decr. 2.469); sujeita á jurisdicção da Alfandega de Penedo a de Rendas de Villa Nova (decr. 2.630); revoga o decreto n. 1.863 A, de 1894, sobre a de Rendas de Pelotas (decr. 2.811); crea uma de rendas alfandegada em Porto Murinho (decr. 2.853) — Ver **Creditos** — **Tariffas**.

Mostrança — Ver **Vencimentos**.

Mestres — Ver **Fabricas**.

Methodos — Adopta nos engenhos centraes de Barreiros e Maragogy os de fabricação do do Porto Calvo (decr. 519) — Ver **Engenhos**.

Mina — Approva a planta dos trabalhos da, adoptada pelo concessionario, engenheiro Guilherme de Capanema, entre os rios Pará e Gurupy (decr. 2.276).

Mineraes — Proroga o praso concedido ao engenheiro Guilherme de Capanema para os lavrar no Pará e Maranhão (decr. 1.456); proroga o praso concedido ao engenheiro Guilherme de Capanema para os lavrar no Pará e Maranhão (decr. 1.854).

Ministerio — Approva as instrucções para o exercicio do Publico no Districto Federal (decr. 134); transfere para o da Marinha o serviço de balisamento dos portos (decr. 786); dá regulamentação para execução da lei n. 23, de 1891, na parte referente ao da Fazenda (decr. 1.166); transfere para a jurisdicção do da

Guerra as fortalezas da ilha das Cobras e de Villegaignon (decr. 1.697 A) — Ver Creditos — Delegacias — Montepio — Orçamentos — Secretaria.

Ministros — Ver Gratificação — Papel moeda.

Missão — Manda retirar a chineza (decr. 1.896); abre ao Ministério das Relações Exteriores o credito especial de 90:000\$ para despesas com a encarregada de defender o direito brasileiro na questão de limites com a Guyana Franceza (decr. 2.475) — Ver Creditos.

Mobilização — Ver Guarda nacional.

Modelo — Manda adoptar o de inscripção das associações a que se refere o decreto legislativo n. 173, de 1893 (decr. 1.649); adopta para a expedição de titulos de propriedade de lotes de terra vendidos a immigrants (decr. 1.861).

Modificação — Ver Abalroamentos — Clausulas — Comissões — Contractos — Estações — Estradas de ferro — Estudos — Linhas — Orçamentos — Planos — Plantas — Regulamentos — Serviços — Sitio — Tarifas — Traçado.

Modo — Ver Exposição.

Moedas — Ver Fabrico.

Montaria — Ver Planos.

Monte de Piedade Fluminense — Ver Autorização.

Montepio — Dá providencias sobre o dos empregados do Ministerio das Relações Exteriores (decr. 139); approva provisoriamente o regulamento do dos empregados municipaes (decr. 334); estabelece regras para a habilitação ao militar (decr. 471); modifica os §§ 8º, 9º e 11 do art. 1º do decreto n. 471, de 1891, sobre militar (decr. 683); approva os estatutos do Popular (decr. 741); altera algumas disposições dos regulamentos do Geral dos Servidores do Estado (decr. 757); concede permissão ao Popular para mudar o titulo para Nacional (decr. 779 A); explica como se deve proceder com referencia á contribuição dos machinistas navaes para o de marinha (decr. 779 C); altera os §§ 8º, 9º e 10 das instrucções que baixaram com o decreto n. 471, de 1891, para habilitação ao (decr. 785); declara que os empregados das inspectorias de portos maritimos são contribuintes do obrigatorio (decr. 1.013); torna extensivas á armada as disposições do decreto n. 901, de 1890, relativas á maioridade dos filhos varões dos officiaes do exercito para a percepção do (decr. 1.034); faz extensivo ao pessoal da Fiscalização das Estradas de Ferro o obrigatorio (decr. 1.046); estabelece regras sobre habilitação e contribuição para o dos officiaes do exercito (decr. 1.054); abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 400:000\$ para as despesas com o obrigatorio (decr. 1.292 A); revoga o § 7º do art. 1º das instrucções para a habilitação ao do exercito e da armada (decr. 1.507); fixa a verdadeira intelligencia do art. 7º do decreto n. 127, de 1892, sobre (decr. 1.712); fixa praso aos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores, privados do emprego ou demittidos, para manterem os direitos relativos ao (decr. 1.985); dá regulamento á lei n. 127, de 1892, que instituiu o para os operarios dos arsenaes de marinha (decr. 2.091); consolida as disposições relativas ao dos funcionarios dos ex-ministerios da Justiça, Interior e da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos (decr. 2.448); dá novo regulamento para o dos operarios e serventes dos arsenaes de marinha (decr. 2.819); revoga o decreto n. 1.985, de 1892 (decr. 3.840) — Ver Creditos.

Montes de soccorro — Ver Creditos.

Morros — Transfere a José Marcellino Pereira de Moraes a concessão dos decretos ns. 10.407 e 476, de 1889 e 1890, para arrazamento do de Santo Antonio (decr. 3.296); prorroga os prazos para arrazamento do do Senado (decr. 3.568); altera algumas disposições dos decretos referentes á concessão do arrazamento do de Santo Antonio (decr. 3.571) — Ver Plantas.

Mudança — Approva a de local para ponto inicial da Estrada de Ferro de Santa Maria a Cruz Alta (decr. 1.442); approva a de Botucatu, por ponto inicial da linha de Botucatu a Tibagy, para a estação do Capão Bonito (decr. 2.130); consente na do nome de — Banco de Credito Predial Urbano — para o de — Sociedade de Credito Urbano (decr. 2.254); approva o projecto e orçamento para a das officinas de Reis para Cabedello, no prolongamento da Estrada de Ferro da Parahyba a Alagoa Grande (decr. 2.319); autoriza a de localidade das novas officinas e dependencias da linha ferrea de Santos a Jundiahy (decr. 2.438); autoriza a do edificio das officinas a construir em Cruz Alta para o ponto terminal da linha ferrea de Santa Maria ao Uruguay (decr. 2.556); approva a do dique de que tratam os decretos ns. 10.277 e 1.150, de 1889 e 1890 (decr. 2.562); autoriza a da estação principal da Estrada de Ferro de Itararé ao Uruguay, para Ponta Grossa (decr. 2.572).

Multa — Amplia ao chefe de Policia e seus delegados a competencia para impor a do § 6º do art. 1º do decreto n. 1.026, de 1890 (decr. 402).

Munições navaes — Ver Creditos.

Museu Nacional — Transfere-o para a Quinta da Boa Vista (decr. 756 A); dá novo regulamento ao (decr. 1.179); approva o regulamento para o (decr. 3.211) — Ver Creditos.

N

"National Brazilian Harbour" — Ver Autorização.

Naumann Gepp & Comp. — Ver Autorização.

Navegação — Approva a planta dos trabalhos realizados para a do rio Preto (decr. 702); prorroga o prazo concedido a Joaquim Barbosa dos Santos Werneck para a do rio Preto (decr. 1.310); autoriza a celebração de contracto com a Companhia de a Vapor do Maranhão para o serviço de a vapor entre Belém e Fortaleza (decr. 1.835); autoriza a celebração de contracto para a no Estado de Alagoas com a Companhia de a Vapor das lagoas Norte e Manguaba (decr. 2.120); approva o regulamento da de cabotagem (decr. 2.304); prorroga os prazos fixados nas clausulas do decreto n. 862, de 1890, para a dos rios Tocantins e Araguaya (decr. 2.561); modifca os contractos celebrados com a Empresa Viação do Brasil para a dos rios S. Francisco e das Velhas (decr. 3.015); abre o canal do baixio do Taboleiro, em Santa Catharina, á dos navios mercantes de todas as nações (decr. 3.839) — Ver Contractos — Lloyd Brasileiro — Serviços — Tratado.

Navios — Providencia sobre o armamento e desarmamento dos da armada (decr. 215); providencia sobre o modo de satisfazer as urgencias do serviço dos de guerra (decr. 678); dispõe sobre os em poder da revolta de 6 de setembro (decr. 1.560);

providencia sobre a presença de medico a bordo dos que conduzem passageiros (decr. 3.837) — Ver Boias — Creditos — Peças.

"New York Commercial Company of Brazil" — Ver Autorização.

Nickel — Ver Exercícios findos.

Nomeações — Ver Commandos.

"Nord Deutsch Versicherung Gesellschaft" — Ver Autorização.

"North Brazilian Sugar Factories, Limited" — Ver Garantias

Notas — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 170:000\$ para o serviço de encomendas de (decr. 1.581); concede ao presidente do Banco da Republica autorização para designar empregados para as assignarem (decr. 1.756); regula a substituição de "bonus" do Banco da Republica pelas do Thesouro Nacional (decr. 2.405) — Ver Concessões.

Novação — Ver Contractos.

Nucleos — Revoga os decretos ns. 549, 607 e 642, de 1891, que autorizaram diversas desapropriações no Estado de Pernambuco para desenvolvimento do "Suassuna" (decr. 810); regula a introdução de immigrants em virtude do contracto celebrado com a Companhia Norte-Mineira para fundação de agricolas (decr. 3.539); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 650:000\$, sendo 250:000\$ para indemnização ao Banco União de S. Paulo e 400:000\$ ao engenheiro Francisco de Almeida Torres, pela rescisão de contractos de agricolas (decr. 3.673).

Numeração — Ver Corpos — Decretos.

Numero — Determina o das legações e o dos empregados (decr. 140); determina o dos consulados (decr. 375); eleva o de interpretes do commercio da praça do Rio de Janeiro (decr. 400); concede á "Société des Mines d'Or de Faria" autorização para augmentar o de seus directores (decr. 706); augmenta o dos trabalhadores do Jardim Botânico (decr. 716); manda executar uma tabella do dos empregados da secção de artes da Imprensa Nacional e do "Diário Official" (decr. 1.195 C); marca o dos empregados das alfandegas de S. Paulo e Juiz de Fóra (decr. 1.748); altera o dos empregados das delegacias fiscaes de São Paulo, Minas Geraes, Cuyabá, Curityba, Therezina e Goyaz (decr. 2.316); fixa o dos empregados da Alfandega de Macahé (decr. 2.336); reduz o dos empregados da Alfandega de S. Paulo (decr. 2.756); equipara o de preparadores da cadeira de histologia ao de preparadores da cadeira de anatomia descriptva da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. 3.266); fixa o dos empregados da Alfandega de Sant'Anna do Livramento (decr. 3.548) — Ver Empregados — Tabellas — Vencimentos.

O

Obito — Regula o modo por que devem ser passados os attestados de (decr. 680).

Obras — Approva os estudos definitivos para a construcção das da 2ª e 4ª secções do ramal de Paquevira a Imperatriz (decr. 69); transfere á Companhia de Obras Hydraulicas no Brasil a concessão para construir varias de melhoramentos no Rio de Janeiro (decr. 137); approva o plano e orçamento das projectadas do

Engenho Central de Tracunhaem (decr. 142); approva o plano e orçamento das projectadas do Engenho Central de Guapy-Mirim (decr. 211 A); prorroga o praso para a apresentação de plantas, orçamentos, etc. das do engenho central concedido pelo decreto n. 722, de 1890 (decr. 358); approva o plano das projectadas do Engenho Central de Lavras (decr. 381); approva o plano e orçamento das do Engenho Central de Porto Calvo (decr. 391); prorroga o praso para apresentação de plantas, orçamento, etc. das dos engenhos centraes concedidos pelo decreto n. 930, de 1890 (decr. 436); approva o plano das do Engenho Central de Cannaveiras (decr. 449); approva o plano e orçamento das projectadas para os engenhos centraes de que é cessionaria a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão (decr. 494); prorroga o praso fixado para a conclusão das dos 14 kilometros restantes da Estrada de Ferro de Macahé (decr. 515); concede á Companhia Estrada de Ferro Leopoldina prorrogação para a conclusão das do prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Araruama (decr. 516); prorroga o praso concedido á Companhia Estrada de Ferro Leopoldina para conclusão das do ramal de Itapemerim, da Estrada de Ferro de Carangola (decr. 517); approva o plano das projectadas para os engenhos centraes de Barreiros e Maragogy (decr. 519); approva o plano e orçamento das projectadas e dos methodos de fabricação do engenho central da Companhia Docas e Melhoramentos da Bahia (decr. 522); approva o plano e orçamento das projectadas e dos methodos de fabricação dos engenhos centraes de que é cessionaria a Companhia Progresso Industrial do Espirito Santo (decr. 523); prorroga o praso para a Companhia de Melhoramentos de Sergipe apresentar as plantas e o orçamento das dos seus engenhos centraes em Sergipe (decr. 548); concede á Companhia Geral de Estradas de Ferro no Brasil prorrogação para a conclusão das da via ferrea Benevente e Minas (decr. 586); prorroga o praso marcado á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para a apresentação dos estudos definitivos das de melhoramento do porto do mesmo Estado (decr. 604); approva o plano e orçamento das projectadas para o Engenho Central de Itajubá (decr. 620); approva o plano e orçamento das projectadas para o Engenho Central de Paraty (decr. 635); approva o plano e orçamento das do Engenho Central de Cucaú (decr. 644); prorroga o praso para a conclusão das do prolongamento da estrada de ferro da "Tramroad de Nazareth" (decr. 661); approva o plano e orçamento das do engenho central na Palhoça (decr. 708); abre o credito de 1.360:\$95\$ para ocorrer ás despesas com as publicas da Capital Federal (decr. 717); approva a modificação feita nas do traçado da Estrada de Ferro do Norte (decr. 734); approva os planos e orçamento para as necessárias ao escoamento das aguas pluvias, através do aterro e muralha do cães do porto de Santos (decr. 789); abre ao Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos o credito de 50:564\$420 á verba — Obras (decr. 820); abre o credito de 1:360:\$895 para as despesas com as publicas (decr. 899); altera a clausula 6ª, baixada com o decreto n. 1.233, de 1891, relativamente ás de melhoramentos do porto de S. Salvador (decr. 935); fixa o praso para a conclusão das do cães de Santos (decr. 942); approva o plano das apresentadas pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil para a execução do decreto n. 849, de 1890 (decr. 960); prorroga o praso para a conclusão das da

Companhia Estrada de Ferro da Tijuca (decr. 1.057); approva os planos e orçamento das de melhoramentos do porto de São Salvador (decr. 1.143); concede á Companhia Brasileira Torrens autorização para construir de melhoramentos no porto da Victoria (decr. 1.173); prorroga o praso para terminação das da Companhia Telephonica de S. Paulo e Rio (decr. 1.243); prorroga o praso concedido para a conclusão das da Estrada de Ferro da Tijuca decr. 1.307); approva o perfil longitudinal e desenhos dos typos das de arte de um trecho do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco (decr. 1.324); prorroga o praso fixado na clausula 3^a do decreto n. 862, de 1890, para conclusão das de construcção da Estrada de Ferro de Uberaba a Catalão (decr. 1.428); prorroga o praso fixado para a conclusão das de construcção da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras (decr. 1.249 A); prorroga o praso para a terminação das da Companhia Telephonica de S. Paulo e Rio (decr. 1.445); prorroga o praso fixado na clausula 6^a do decreto n. 906, de 1890, para a conclusão das do prolongamento da Estrada de Ferro de S. Jeronymo (decr. 1.497); approva as plantas e orçamento das de arte a construir na linha principal e ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 1.504); prorroga o praso para conclusão das da Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba (decr. 1.510); amplia a prorrogação do praso concedido para conclusão das de construcção da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras (decr. 1.511); abre o credito suplementar de 955:126\$106 para as do Ministerio da Justiça (decr. 1.528); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 150:000\$ para as despesas com as do porto do Recife (decr. 1.631); abre um credito até a quantia de 120:000\$ para as da Alfandega de Maceió (decr. 1.706); abre o credito extraordinario de 731:580\$ para as despesas com as urgentes de estabelecimentos militares (decr. 1.917); approva a tabella de preços para base de calculo na construcção das de toda a linha da Estrada de Ferro de Peçanha a Araxá (decr. 1.944); rescinde o contracto celebrado com o engenheiro Miran Latif para as de preparação do leito do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 1.950); prorroga o praso marcado á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para início das do porto de Laguna (decr. 1.981); declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 10.175, de 1889, para as de melhoramento do porto de Pernambuco (decr. 1.982); approva a planta e orçamento das de augmento da estação do Entroncamento da Estrada de Ferro da Parahyba a Cabedello, da Companhia Estrada de Ferro Conde d'Eu (decr. 1.996); approva os estudos e orçamento das do ramal de Tapeira a Gloria de Goytá, na Estrada de Ferro Central de Pernambuco (decr. 2.035); approva os estudos e orçamento para as do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, de Taquary a Porto Alegre (decr. 2.050); approva a planta e orçamento das para supprimento d'água, potavel á estação e officinas de Ribeirão Vermelho, da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão (decr. 2.060); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 138:000\$ para as da Alfandega de Macahé (decr. 2.068); prorroga o praso fixado no decreto n. 1.079, de 1890, para a Companhia Melhoramentos de Botafogo e Lagoa termina as de saneamento da lagoa Rodrigo de Freitas (decr. 2.105); prorroga o praso concedido á "Ceará Harbour Corpora-

tion" para conclusão das do porto da Fortaleza (decr. 2.218); prorroga o prazo concedido á Companhia Industrial e de Construções Hydraulicas para iniciar as do porto de Jaraguá (decr. 2.228); prorroga o prazo concedido á Companhia Industrial e de Construções Hydraulicas para iniciar as de melhoramento da barra e do porto de Laguna (decr. 2.229); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 43:983\$700 para concluir as da Alfandega de Macahé (decr. 2.260); approva os estudos, planos e orçamento das de melhoramento do porto da Victoria (decr. 2.288); prorroga o prazo fixado para a conclusão das da Estrada de Ferro da Tijuca (decr. 2.314); approva os estudos e a tabella de preços para execução das de duplicação da linha ferrea de Santos a Jundiáhy (decr. 2.338); transfere á "National Brazilian Harbour Company, Limited", a concessão constante do decreto n. 904, de 1890, relativa ás de melhoramento do porto de Jaraguá (decr. 2.364); prorroga o prazo fixado na clausula 3^a do decreto n. 155, de 1891, para conclusão das da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo (decr. 2.403); approva as plantas e orçamentos das do prolongamento do cães de Santos, de Paquetá a Outerinhos (decr. 2.456); approva o orçamento das accrescidas na casa de machinas do cães do porto de Santos (decr. 2.461); prorroga os prazos fixados para conclusão das da Estrada de Ferro da Tijuca (decr. 2.478); abre ao Ministerio da Industria o credito de 3.757:400\$ para pagamento de serviços relativos a suspensas (decr. 2.506); approva os projectos e orçamentos para a construção de diversas na Estrada de Ferro Central da Bahia (decr. 2.527); approva os orçamentos de diversas complementares apresentadas pela Companhia Docas de Santos (decr. 2.646); declara caduca a concessão para varias de melhoramentos da cidade e do porto do Rio de Janeiro, feita pelo decreto n. 10.372, de 1889 (decr. 2.682); abre ao Ministerio da Guerra o credito de 259:982\$930 para as da Fabrica de Polvora da Estrella (decr. 2.723); approva o orçamento das de installação de condensadores nos planos inclinados da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.767); approva os orçamentos para execução das de captação d'agua e desenvolvimento dos reservatorios da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.796); approva o orçamento para a conclusão das de modificações da estação de Curitiba, da Estrada de Ferro do Paraná (decr. 2.805); prorroga o prazo marcado á Companhia Brasileira Torrens para o inicio das do porto da Victoria (decr. 2.901); prorroga o prazo para a conclusão das da linha ferrea entre Santo Eduardo e Cachoeiro de Itapemerim (decr. 3.082); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 119:784\$592 para despesas com as de parte da fachada da Escola Militar do Brasil (decr. 3.108); abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 60:000\$ para as do Laboratorio Pyrotechnico do Campinho (decr. 3.156); prorroga o prazo fixado no decreto n. 1.079, de 1890 para a Companhia Melhoramentos da Lagoa e Botafogo terminar as da lagoa Rodrigo de Freitas (decr. 3.203); modifica o pessoal da comissão das da barra e do porto do Rio Grande do Sul (decr. 3.230); transfere á "Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited", a concessão do decreto n. 10.372, de 1889, para as de melhoramentos no porto do Rio de Janeiro (decr. 3.295); approva as modificações propostas pela Empresa Industrial de Melhora-

mentos no Brasil no plano do cáes entre o Arsenal de Marinha e a Ponta do Cajú (decr. 3.323); approva o projecto e orçamento das de melhoramento do porto de Jaraguá, contractadas com a Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas (decr. 3.360); approva as plantas e orçamentos para as de accrescimento do armazem Rego e da estação de Feira Velha e de construção da de Aratú, da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco (decr. 3.545); prorroga o praso para conclusão das do trecho dos novos planos inclinados da Serra e da estação da Luz, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 3.559); approva o orçamento das complementares para solidez e estabilidade do cáes, construídas pela Companhia Docas de Santos (decr. 3.562); prorroga os prazos para conclusão das do arrazamento do morro do Senado (decr. 3.568); renova o contracto celebrado para conclusão das de melhoramento do porto da Bahia (decr. 3.569); declara a "Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited", isenta de direitos de importação para o material das a seu cargo (decr. 3.598); adquire as do porto do Ceará, contractadas com a "Ceará Harbour Corporation, Limited" (decr. 3.602); prorroga o praso marcado á Companhia Brasileira Torrens para início das de melhoramento do porto da Victoria (decr. 3.666); approva os planos e orçamentos das executadas e do material adquirido pela Companhia Docas de Santos (decr. 3.699); approva o orçamento apresentado pela "Great Western of Brazil Railway Company, Limited", para conclusão das de Timbaúba ao Pilar (decr. 3.723); concede autorização a B. Rymkiewicz & Comp. para executarem as de melhoramento do porto de Manaus (decr. 3.725); prorroga o praso fixado para conclusão das do prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 3.747); approva os planos e orçamento das do cáes entre o Arsenal de Marinha e a Ponta do Cajú (decr. 3.749); prorroga o praso para a conclusão das dos planos inclinados e da estação da Luz, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 3.786); prorroga os prazos para conclusão das de que é concessionária a Companhia Docas de Santos (decr. 3.807); prorroga o praso para a conclusão das do prolongamento a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana (decr. 2.811); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 400:000\$ para as complementares do açude de Quixadá e construção de outros no Ceará (decr. 3.818); approva a planta e orçamento das complementares do açude de Quixadá, no Ceará (decr. 3.819); approva os orçamentos e planos do deposito de carvão, ponte de desembarque e abrigo de locomotivas das do porto de Santos (decr. 3.824); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 500:000\$ para construção das de utilidade publica, no Ceará (decr. 3.833); fixa e classifica as importancias effectivamente despendidas com as de reconstrução do trecho de S. Pedro a Umbú, na Estrada de Ferro de Porto Algré a Urugayana (decr. 3.870); approva as plantas e orçamento para as de segurança e consolidação do leito da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay (decr. 3.881); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 97:351\$ para as de conservação e segurança do predio onde funciona a Camara dos Deputados (decr. 3.886) — Ver Alfandegas — Comissões — Concessões — Creditos — Empregados — Estradas — Linhas — Impressão.

Observação — Ver Tabellas.

Observancia — Ver Regulamentos.

Observatorio — Modifica o art. 22 do regulamento para o do Rio de Janeiro (decr. 1.798); declara a disposição 3.^a do regulamento para o do Rio de Janeiro (decr. 1.888); suprime o lugar de astronomo-instructor no do Rio de Janeiro (decr. 2.067); transfere para o Ministerio da Industria o do Rio de Janeiro (decr. 2.419); extingue o lugar de vice-director no do Rio de Janeiro (decr. 2.588); dá novo regulamento ao do Rio de Janeiro (decr. 2.849).

Obito — Regula o modo por que devem ser passados os attestados de (decr. 680).

Official-maior — Ver Secretaria.

Officiaes — approva as instrucções para o serviço de embarque dos da armada (decr. 29); estabelece gratificações aos da armada e classes annexas pelo desempenho de commissões (decr. 389); amplia o decreto n. 1.351, de 1891, que regula o accesso aos postos de das differentes armas e corpos do exercito (decr. 404); regula o intersticio para a promoção dos da armada (decr. 640 B); revoga o decreto n. 29, de 1891, que approvou as instrucções para o serviço de embarque e outros, commettidos aos da armada (decr. 704); altera o plano de uniformes dos da armada e classes annexas (decr. 735); manda adoptar fardamento para os do corpo de bombeiros (decr. 753); equipara os soldos dos machinistas navaes aos dos de iguaes patentes da armada (decr. 779); regula o intersticio para a promoção dos da armada e classes annexas (decr. 807); estabelece algumas regras sobre a contribuição para o montepio dos da armada (decr. 885); torna extensivo á marinha o decreto n. 49, de 1891, sobre as vantagens pecuniarias dos absolvidos em conselho de guerra (decr. 898); estabelece regras sobre a habilitação e contribuição para o meio-soldo e montepio dos do exercito (decr. 1.054); revoga o §. 7.^o do art. 1.^o das instrucções para a habilitação ao montepio e meio-soldo dos do exercito e armada (decr. 1.507); equipara aos do exercito os da guarda nacional, dos corpos de policia e de outras corporações quanto aos beneficios do meio-soldo (decr. 1.594 B); regula a concessão de passagens para as pessoas de familia dos da armada e classes annexas (decr. 1.684); concede aos honorarios da armada o uso do 1.^o e 2.^o uniformes (decr. 1.708); approva novo plano para os uniformes dos do exercito e altera o plano adoptado para os honorarios (decr. 1.729 A); abre o credito extraordinario de 800:000\$, para as despesas com a recepção condigna da commissão de orientaes (decr. 1.916); abre o credito de 3.221:549\$525 para augmento de soldo e abono de etapas aos effectivos da armada e classes annexas (decr. 2.149); approva a tabella de vencimentos dos marinheiros e equiparados, para execução da lei n. 304, de 1895 (decr. 2.215); firma o direito, dos da armada, no exercicio do magisterio no Collegio Militar, ao abono de quantitativo para criado (decr. 2.437); declara que gosarão das vantagens do art. 3.^a da lei de 6 de novembro de 1827 as viúvas, filhas e mães dos fallecidos em consequencia das operações militares na Bahia (decr. 2.473); abre o credito especial de 111:095\$500 para pagamento dos vencimentos dos que reverteram ao serviço do exercito e da ar-

manda (decr. 2.596); manda reverter ao quadro activo da armada os amnistiados pelo decreto n. 310, de 1895 (decr. 2.673); manda reverter ao serviço activo do exercito os amnistiados pelo decreto n. 310, de 1895 (decr. 2.674); manda reverter ao quadro activo da armada os amnistiados pelo decreto n. 310, de 1895 (decr. 2.748); regula a collocação na escala de antiguidade dos do exercito comprehendidos na lei n. 533, de 1898, e as condições dos graduados (decr. 3.320); altera o decreto n. 1.729 A, de 1894, na parte relativa aos uniformes dos generaes reformados (decr. 3.346); explica como deve ser executado o decreto n. 108 A, de 1889, na parte que se refere a transferencia dos da armada para o quadro da reserva (decr. 3.417); torna extensiva a marinha a disposição do decreto n. 721, de 1853, para contagem de tempo de embarque dos graduados (decr. 3.748) — Ver **Corpos** — **Logares** — **Meio-soldo** — **Montepio** — **Uniformes**.

Officinas — Declara caduca a concessão para a de ar comprimido (decr. 663); restabelece as secções das de tanoeiros e funileiros do Arsenal de Guerra de Matto Grosso (decr. 1.711); dá instrucções para o serviço da de electricidade e torpedos do Arsenal de Marinha de Matto Grosso (decr. 1.726); abre ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 6:000\$ para o custeio de tres do Instituto Benjamin Constant (decr. 2.047); crea duas no Arsenal de Guerra de Matto Grosso (decr. 2.238); approva o projecto e orçamento para mudança das de Reis para Cabedello, no prolongamento da Estrada de Ferro da Parahyba a Alagoa Grande (decr. 2.319); autoriza a mudança das novas e dependencias da linha ferrea de Santos a Jundiaby (decr. 2.438); autoriza a mudança do edificio das a construir em Cruz Alta para o ponto terminal da linha ferrea de Santa Maria ao Uruguay (decr. 2.556); approva o novo projecto e orçamento das de reparações da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande (decr. 3.342) — Ver **Estações** — **Vencimentos**.

Operações — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2.000:000\$ para despesas extraordinarias com as militares no interior do Estado da Bahia (decr. 2.578) — Ver **Autorização** — **Bancos** — **Officiaes**.

Operariós — Fixa a verdadeira intelligencia do art. 7º do decreto n. 127, de 1892, sobre montepio de dos arsenaes de marinha (decr. 1.712); dá regulamento á lei n. 127, de 1892, que instituiu o montepio para os dos arsenaes de marinha (decr. 3.081); extingue as companhias de militares (decr. 3.195) — Ver **Creditos** — **Favores** — **Imprensa Nacional** — **Montepio** — **Planos**.

Orçamentos — Manda vigorar, no exercicio de 1892, o municipal para o exercicio de 1891 (decr. 699); approva os para construcção de 384.0 m. de cões, etc. pela Companhia Docas de Santos (decr. 1.129); faz nos dos extinctos ministerios da Justiça, Instrucção Publica e Interior as modificações autorizadas pelo art. 6º da lei n. 25, de 1891 (decr. 1.336); approva os estudos e orçamento para a construcção do ramal ferreo ligando a estação Maritima da Gamboa ás linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 2.339); approva os para installações telegraphicas e semaphoricas em diversas estações da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby (decr. 2.389); approva o para

construção de desvios nas estações de Campo Grande a Jundiáhy, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.290); approva o para instalação de guindastes e serviço de alimentação d'água ás machinas dos planos inclinados da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.305); approva o para mudança das officinas de Reis para Cabedello, no prolongamento da Estrada de Ferro da Parahyba a Alagôa Grande (decr. 2.319); approva o para construção de desvios nas estações de Ribeirão Pires, S. Caetano, Braz, Taipas, Perús e Juquery, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.324); approva o para construção de um galpão e desvios no pateo das officinas, em S. Paulo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.330); approva os para instalação de um poste telegraphico e um desvio no kilometro 6, da Estrada de Ferro Minas e Rio (decr. 2.332); approva os para instalações deapparelhos telegraphicos em todas as estações da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.333); approva o para construção de uma estação no prolongamento da Estrada de Ferro do Paraná (decr. 2.434); approva o para augmento do edificio da serraria em Cruzéiro, da Estrada de Ferro Minas e Rio (decr. 2.440); approva o dos trilhos, dormentes de aço e accessorios, a empregar na via permanente da Estrada de Ferro Minas e Rio (decr. 2.446); approva os das obras do prolongamento do caés de Santos, de Paquetá a Outeirinhos (decr. 2.456); approva o das pontes provisórias construidas ao longo do littoral do porto de Santos e o das obras accrescidas na casa de machinas do caés (decr. 2.461); approva o de guindastes, material rodante e outros para o trafego do porto de Santos (decr. 2.460); approva os para construção de um armazem provisório e os desvios no Alto da Serra, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.500); approva os para construção de diversas obras na Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 2.527); approva o do desvio no kilometro 94, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquí (decr. 2.534); approva o de um deposito para materiais em Itapitocay, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquí (decr. 2.582); approva o de um fosso sobre o aterro em Ibicuhy, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquí (decr. 2.583); approva os de diversas obras complementares, apresentados pela Companhia Docas de Santos (decr. 2.646); approva o para construção de uma casa destinada ao mestre de linha da 6.ª secção do ramal de Rio Negro, da Estrada de Ferro do Paraná (decr. 2.750); approva o das obras de instalação de condensadores nos planos inclinados da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.767); approva os para execução de captação d'água e desenvolvimento dos reservatórios da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.796); approva os para construção de dois barracões em S. Felix e Tropeiros, em Sitio Novo, e o augmento das estações de Pombal, Sapé e Tambury, da Estrada de Ferro Central da Bahia (decr. 2.798); approva o para conclusão das obras de modificações da estação de Curitiba, da Estrada de Ferro do Paraná (decr. 2.805); approva o para construção de desvios entre a "S. Paulo Railway Company, Limited", e os armazens de inflammaveis da Companhia Docas de Santos (decr. 2.848); approva o dos terrenos precisos para a duplicação da linha da Estrada de Ferro

de Santos a Jundiáhy (decr. 2.935); approva os dos terrenos necessarios para captação das aguas vertentes na estação do Pilar, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.937); approva o para a construção de uma pequena estação no kilometro 65, da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé (decr. 3.023); approva o apresentado pela Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para augmento de edificios, na importancia de 18:060\$500, na Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras (decr. 3.055); approva o do material em serviço de dragagem e desobstrução do porto de Santos (decr. 3.131); approva o para a construção da superstructura definitiva da ponte no kilometro 49-|-200, da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé (decr. 3.155); approva o para a construção de um armazem em Tupacretan, da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay (decr. 3.216); approva o das officinas de reparações da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande (decr. 3.342); approva o das obras de melhoramentos do porto de Jaraguá, contractadas com a Companhia Industrial e de Construções Hydraulicas (decr. 3.360); approva o para construção de um ponto de parada em Catunys, da Estrada de Ferro da Bahia (decr. 3.374); approva os para as obras de accrescimo do armazem Rego e da estação de Feira Velha e de construção da de Aratú, da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco (decr. 3.545); approva o dos boeios, gradil, calçamento e linhas de trilho no trecho entre o armazem n. 5 e o segundo oitão do armazem n. 11, da Companhia Docas de Santos (decr. 3.560); approva o do armazem n. 2, de alvenaria, da Companhia Docas de Santos (decr. 3.561); approva o das obras complementares executadas pela Companhia Docas de Santos para solidez e estabilidade do caes (decr. 3.562); approva os de obras executadas e material adquirido pela Companhia Docas de Santos (decr. 3.699); approva o apresentado pela "Great Western of Brazil Railway Company, Limited". para conclusão das obras de Timbaúba ao Pilar (decr. 3.723); approva o das obras do caes entre o Arsenal de Marinha e a Ponta do Cajú (decr. 3.749); approva o para construção do desvio pelo corte grande da Estrada de Ferro D. Thereza Christina (decr. 3.755); approva o das obras complementares do agude de Quixadá, no Ceará (decr. 3.819); approva os do deposito de carvão, ponte de desembarque e abrigo de locomotivas das obras do porto de Santos (decr. 3.824); approva o para construção do trecho da Estrada de Ferro de Mulungú a Alagoa Grande (decr. 3.856); approva o para as obras de segurança e consolidação do leito da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay (decr. 3.881) — Ver Armazens — Casas — Estações — Estrada de Ferro Central do Brasil — Estradas de ferro — Obras — Plantas — Prolongamento — Recelta.

Ordem — Designa a da substituição dos pretores (decr. 107).

Ordenados — Ver Creditos — Magistrados — Promotor — Vencimentos.

Organização — Dá á brigada pollicial (decr. 1.033); do Laboratorio de Bacteriologia (decr. 1.171); da Directoria Sanitaria (decr. 1.172); faz alterações na da Secretaria da Justiça (decr. 1.598); autoriza a de mesas de exames geraes de

preparatórios nos Estados (decr. 2.032); dá a brigada policial (decr. 2.788) — Ver Bancos — Brigada — Colônias — Companhias — Guarda Nacional — Serviços — Sociedades — Tarifas.

Original — Ver Faltas.

Ouro — Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 719, de 1890, para o lavrar no município de Cuyabá (decr. 3.105).

"Ouro Preto Gold Mines of Brazil, Limited". — Ver Autorização.

P

Pacificação — Ver Créditos.

Pagamento — Providencia sobre o do pessoal de cadeiras extintas do Gymnasio Nacional (decr. 1.338); providencia sobre o de despesas a cargo do Ministerio da Industria (decr. 1.572); releva Antonio Caetano Rodrigues Horta, collector de Juiz de Fóra, do da quantia de 6:531\$900 (decr. 2.738) — Ver Despesas — Taxas.

Países — Ver Créditos.

Papel-moeda — Provê o seu resgate (decr. 1.167); autoriza o ministro da Fazenda a emittir até 100.000:000\$ em (decr. 1.616 A); providencia sobre o resgate do (decr. 1.987); providencia sobre o resgate do em circulação (decr. 2.412) — Ver Sello.

Paquetes — Concede as vantagens e regalias de ao vapor "Max" (decr. 3.549).

"Pará Gas Company, Limited" — Ver Estatutos.

Parada — Ver Estradas de ferro.

Paragraphos — Ver Decretos — Estatutos.

Parte — Regula a cível do decreto n. 1.030, de 1890 (decr. 1.334) — Ver Serviços.

Passadores — Ver Uniformes.

Passageiros — Estabelece pena para os que viajarem sem bilhete na Estrada de Ferro Condô d'Eu (decr. 2.749) — Ver Transporte.

Passagens — Regula a concessão de para as pessoas de familia dos officiaes da armada e classes annexas (decr. 1.684); supprime os bilhetes especiaes de com direito a ida e volta para a estação de Caldas, da Estrada de Ferro Mogyana (decr. 3.232) — Ver Imigrantes.

Patentes — Declara caduca varias de invenção (decr. 3.147); declara caduca a de invenção n. 1.985, de 1896 (decr. 3.209); elimina da relação annexa ao decr. n. 3.174, de 1898, a de privilegio de invenção n. 2.060 (decr. 3.433); revalida a de invenção n. 1.701, de 1894 (decr. 3.456); revalida a de invenção n. 1.040, de 1901 (decr. 3.476); revalida a de privilegio de invenção n. 1.882, de 1895 (decr. 3.611); declara sem effeito a de invenção n. 2.621, de 1898 (decr. 3.774); declara caduca a de invenção n. 2.807, de 1899 (decr. 3.886); — Ver Soldos.

Patrimonio — Dá instrucções para a constituição de das faculdades e escolas livres (decr. 3.576).

Patrões — Equipara os 1º e 2º do Arsenal de Guerra da Capital Federal aos machinistas do mesmo Arsenal e eleva á categoria de 3.os os arvorados (decr. 1.487); eleva a 7\$123 diários os vencimentos dos das lanchas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (decr. 1.545); altera a tabella de distribuição de fardamento aos das embarcações dos arsenaes de guerra e da Intendencia Geral da Guerra (decr. 3.764) — Ver **Corpos** — **Vencimentos**.

Pecas — Isenta de direitos as importadas para construcção de navios e vapores (decr. 2.744) — Ver **Fardamento**.

Pedagogium — Approva o regulamento do (decr. 1.178); abre ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 3:998\$927 para despesas com o custeio do (dec. 2.476); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 4:709\$677 para pagamento de vencimentos de funcionarios do (decr. 2.733); abre ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 832\$252 para indemnisação a Joaquim da Silva Garcez, ex-porteiro do (decr. 3.791).

Pena — Estabelece para os passageiros que viajarem sem bilhete na Estrada de Ferro Conde d'Eu (decr. 2.749).

Pensão — Reduz a 75\$ mensaes a no Internto do Gymnasio Nacional (decr. 3.607) — Ver **Creditos**.

Pensionistas — Augmenta as contribuições dos do Hospicio Nacional de Alienados (decr. 2.779) — Ver **Creditos**.

Percentagens — Declara as contribuições dos do Hospicio Junho de 1859, relativas aos curadores, deverão ser cobradas e escripturadas como renda dos consulados (decr. 2.286); declara que os agentes consulares têm direito ás nos processos de herança (decr. 2.292); abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 280:000\$ para pagamento de aos empregados de diversas repartições arrecadadoras. (decr. 3.213); limita o maximo da do curador das massas fallidas (decr. 3.352).

Perfil — Approva o longitudinal, planta e orçamento para a construcção de um trecho da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco (decr. 1.413); approva o longitudinal e orçamento para construcção da linha de Canhotinho a Correntes, da Estrada de Ferro de Pernambuco (decr. 1.654) — Ver **Estrada de Ferro Central do Brasil**.

Perfumarias — Ver **Impostos**.

Permissão — Concede á Agencia Constructora do Banco Impulsor e outro para illuminar, por luz electrica, os theatros (decr. 559); concede ao Dr. Joaquim de Oliveira Bastos para transferir ao Banco de Credito e Commissões a autorização para organizar o Bancq de Credito Predial (decr. 615); concede ao capitão-tenente Orozimbo Muniz Barreto, para ligar a Capital Federal á ilha de Paquetá por meio de um cabo submarino (decr. 669); concede para transferencia á Companhia União Industrial dos Estados do Brasil, da concessão feita pelos decretos ns. 9.707, de 1887, e 10.351, de 1889 (decr. 710); concede á Associação Montepio Popular para mudar o titulo para Montepio Nacional (decr. 779 A); concede ao Banco Brasileiro para transferir a José Rebello e outro a faculdade de effectuar operações hypothecarias nos Estados de S. Paulo e Minas Geraes (decr. n. 1.023); concede a Ovidio & Comp. para explorarem salinas no

littoral do Estado de S. Paulo (decr. 1.816) — Ver Alargamento.
 — Cabos — Concessões — Engenhos — Estatutos — Estradas de Ferro.

Permuta — Ver Accórdos — Apolices — Cartas.

Pesca — Concede autorização ao capitão de fragata José Maria da Conceição Junior para explorar a industria da nos Abrolhos (decr. 3.572) — Ver Autorização.

Pessoal — Faz extensivo ao da Fiscalização das Estradas de Ferro o montepio obrigatorio (decr. 1.046); manda observar a tabella do das caixas economicas que estavam annexas ás thesourarias de fazenda (decr. 1.204); providencia sobre o pagamento do das cadeiras extinctas do Gymnasia Nacional (decr. 1.338); altera o da Directoria Geral de Estatistica (decr. 2.768); fixa o da Contadoria Geral da Guerra (decr. 2.789) — Ver Comissões — Creditos — Institutos — Professores — Vencimentos.

Pessoas — Ver Passagens.

Pharmaceuticos — Ver Condições — Logares.

Pharmacia — Ver Regulamentos.

Pharões — Abre ao Ministerio, da Marinha o credito especial de 400:000\$ para a construcção de (decr. 657); declara de utilidade publica a desapropriação da área occupada pelo de Aracaju (decr. 921); abre ao Ministerio da Marinha o credito supplemtar de 32:150\$ para despesas com os que se estão erigindo em diversos Estados (decr. 1.644); abre ao Ministerio da Marinha o credito de 25:000\$ para o estabelecimento de um em Macahé (decr. 2.297).

Phosphoros — Ver Impostos.

Picadores — Declara o uniforme que devem usar os do exercito (decr. 106).

Pilotos — Ver Escolas — Institutos.

Planalto — Ver Capital.

Planos — Approva os dos edificios que José Leite da Cunha Bastos tem de construir para operarios e classes pobres (decr. 367); approva os dos edificios que a Companhia Technico-Constructora tem de construir para operarios e classes pobres (decr. 368); approva os dos edificios que o Banco dos Operarios tem de construir para operarios e classes pobres (decr. 370); prorroga o praso para os que a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão apresentar para saladeiros centraes no Maranhão (decr. 584); altera o de uniformes do batalhão naval (decr. 596); concede á Empresa do Arrazamento do Morro do Castello prorrogação do praso para apresentação de definitivos (decr. 606); approva o das obras do Engenho Central de Itajubá (decr. 620); approva o das obras do Engenho Central de Paraty (decr. 635); approva o das obras do Engenho Central de Cucuá (decr. 644); approva o dos edificios que o Dr. Joaquim Anselmo Nogueira e outro têm que construir para habitação de operarios (decr. 693); approva o das obras do Engenho Central na Palhoça (decr. 708); altera o de uniformes dos officiaes da armada e classes annexas (decr. 735); approva os dos edificios que João Teixeira de Abreu e outros têm de construir para operarios e classes pobres (decr. 782); approva os para as obras necessarias ao escoamento das aguas pluvias através do aterro e muralha do cães do porto de Santos (decr. 789); approva o da ferro-via do Engenho Central de Cucuá

(decr. 803); approva os apresentados para melhoramentos do porto de Jaraguá (decr. 808); approva os do armazem n. 1 da Empresa de Obras de Melhoramentos do Porto de Santos (decr. 813); approva os de uma estação — Triagem, nos terrenos do antigo matadouro (decr. 925); approva os do armazem n. 2, apresentados pela Empresa de Obras de Melhoramentos do Porto de Santos (decr. 943); approva o das obras apresentado pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil para execução do decreto n. 949, de 1890 (decr. 960); modifica o de uniformes para o batalhão academico (decr. 982); modifica o de uniformes para os officiaes do estado-maior do commando superior e das brigadas da guarda nacional da Capital Federal (decr. 1.037); approva os das obras de melhoramento do porto de S. Salvador (decr. 1.143); approva o de uniformes para os alumnos e inspectores do Collegio Militar (decr. 1.465); altera o de uniformes da guarda nacional (decr. 1.506); altera o de uniformes para os corpos medico e pharmaceutico do exercito (decr. 1.605); altera o de uniformes das praças do corpo de marinheiros nacionaes e aprendizes marinheiros (decr. 1.714); approva o para uniformes dos officiaes do exercito, altera o adoptado para os officiaes honorarios e estabelece de arrelamento para as montarias (decr. 1.729 A); declara o de uniformes dos corpos sanitarios do exercito (decr. 1.830); modifica o de uniformes do exercito (decr. 1.834); manda adoptar de uniformes para a armada nacional (decr. 1.880 A); altera o de uniformes mandado adoptar pelo decreto numero 1.729 A, de 1894 (decr. 1.903); estabelece alterações no de uniformes do exercito (decr. 1.936); manda adoptar de uniformes para o corpo da armada e classes annexas (decr. 2.036); manda observar o de uniformes para os inferiores e praças do corpo de infantaria de marinha (decr. 2.051); approva o para os uniformes do corpo de bombeiros (decr. 2.234); approva os das obras de melhoramento do porto da Victoria (decr. 2.288); altera o de uniformes adoptado pelo decreto n. 1.729 A, modificado pelo decreto n. 1.834, de 1894 (decr. 2.367); altera o de uniformes da guarda nacional (decr. 2.468); approva o orçamento das obras de installação de condensadores nas machinas dos inclinados da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.767); manda observar algumas alterações no de uniformes para o corpo da armada e classes annexas (decr. 3.081); approva as modificações propostas pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil no geral das obras do caes entre o Arsenal de Marinha e a Ponta do Cajú (decr. 3.323); approva estudos e orçamento para captação das vertentes e obras de abastecimento d'agua dos novos inclinados da "S. Paulo Railway Company, Limited" (decr. 3.356); approva o de uma faixa de terreno a desapropriar, pela Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé, para embarcadouro de gado, em Piratiny (decr. 3.527); approva o para as obras de acrescimo do armazem Rego e da estação de Feira Velha e de construcção da de Aratú, da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco (decr. 3.545); approva o de uniformes a que se refere o decreto n. 2.036, de 1895, na parte referente ás divisas de officiaes da armada (decr. 3.660); approva o das obras executadas e do material adquirido pela Companhia Docas do Santos (decr. 3.699); modifica

o de uniformes, quanto ás passadeiras (decr. 3.733); approva os das obras do cães entre o Arsenal de Marinha e a Ponta do Cajú (decr. 3.749); prorroga o praso para a conclusão dos novos inclinados da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 3.786); approva os de deposito de carvão, ponte de desembarqué e abrigo de locomotivas das obras do porto de Santos (decr. 3.824); approva novo para os uniformes da brigada policial (decr. 3.835) — Ver Estatutos — Obras.

Plantas — Approva a dos trabalhos realizados para a navegação a vapor no rio Preto (decr. 702); approva as para os engenhos centraes de que é cessionaria a Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão (decr. 756); approva as para a construcção de saladeiros centraes no Estado do Maranhão (decr. 768); approva a apresentada pela Empresa das Obras de Melhoramentos do Porto de Santos (decr. 790); approva a para a desapropriação de terrenos pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 814); approva a apresentada pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana para modificação da linha (decr. 917); approva a da cidade da Gavea (decr. 959); approva as de ligação das linhas ns. 1 e 2 da Estrada de Ferro Central do Brasil ao tunnel da Gamboa (decr. 1.128); approva as para construcção do segundo trecho de 20 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, além de Sete Lagoas (decr. 1.271); approva a para construcção da linha da Barra do Canhoto a Correntes (decr. 1.654); approva a organizada pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil para a abertura de ruas na área do morro do Senado (decr. 1.768); approva a apresentada pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil para construcção do prolongamento do canal do Mangue (decr. 1.831); approva a para a construcção de um barracão perto do almoxarifado da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 1.934); approva as da variante do Livramento, da estação e armazem de Ribeirão Vermelho, da linha ferrea de Barra Mansa a Catalão (decr. 1.949); approva as para construcção do aterro entre os kilometros 138 -|- 900 e 139 -|- 960, da Estrada de Ferrô de Quarahim a Itaquí (decr. 1.953); approva a para augmento de um armazem na estação de Campos, da Estrada de Ferro de Carangola (decr. 1.983 B); approva a para as obras de augmento da estação de Entroncamento, da Estrada de Ferro da Parahyba a Cabedello, da Companhia Estrada de Ferro Conde d'Eu (decr. 1.996); approva as para modificações no edificio da estação de Curitiba (decr. 2.051); approva a da ponte do kilometro 69 -|- 800, da Estrada de Ferro Central da Bahia (decr. 2.041); approva a das obras para supprimento de agua potavel á estação e officinas de Ribeirão Vermelho, da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão (decr. 2.060); approva as para modificação da estação do Mimoso e da ponte sobre o rio S. Pedro, da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemerim (decr. 2.077); approva a para construcção de um pontilhão na Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé (decr. 2.181); approva as para construcção de uma estação em Capão Bonito, da Estrada de Ferro Sorocabana e Ituana (decr. 2.240); approva a dos trabalhos da mina, adoptada pelo concessionario, engenheiro Guilherme de Capanema, entre os rios Paria e Gurupy (decr. 2.276); approva as para installação de um posto telegraphico e um desvio no kilometro 6, da Estrada

de Ferro Minas e Rio (decr. 2.332); approva as das obras do prolongamento do cães de Santos, de Paquetá a Outeirinhos (decr. 2.456); approva as para construcção de um armazem provisorio e desvios, no Alto da Serra, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.500); approva a do desvió, no kilometro 94, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaqui (decr. 2.534); approva a para construcção de uma casa para o mestre de linha da 6ª secção do ramal do Rio Negro, da Estrada de Ferro do Paraná (decr. 2.750); approva a para construcção de desvios na "S. Paulo Railway Company, Limited", e de armazens de inflammaveis da Companhia Docas de Santos (decr. 2.848); approva a dos terrenos para duplicação da linha da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.935); approva as dos terrenos necessarios para captação das aguas vertentes na estação do Pilar, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.937); approva a para construcção de uma pequena estação, no kilometro 65, da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé (decr. 3.023); approva a apresentada pela Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para augmento de edificios e armazens, na importancia de 18:060\$500, da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras (decr. 3.055); approva a para construcção da superstructura da ponte no kilometro 49 -|- 200, da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé (decr. 3.155); approva a para construcção de uma estação no Alto da Boa Vista, da Estrada de Ferro da Tijuca (decr. 3.164); approva a do terreno para construcção de um hotel-restaurant na estação do Sylvestre, da Estrada de Ferro do Corcovado (decr. 3.204); approva a para a construcção de um armazem em Tupaceretan; da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay (decr. 3.216); approva a para construcção de um ponto de parada em Catunys, da Estrada de Ferro da Bahia (decr. 3.374); approva a para construcção do augmento da estação do Arraial, da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro e Timbaúba (decr. 3.563); approva a para a construcção de um boeiro em Santa Maria, da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay (decr. 3.644); approva a das obras complementares do açude de Quixadá, no Ceará (decr. 3.819); approva a planta dos terrenos accrescidos ao cães da Sagração, a cargo da Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão (decr. 3.867); approva a para as obras de segurança e consolidação do leito da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay (decr. 3.881) — Ver Casas — Empresas — Estações — Estradas de ferro — Obras — Prastos — Projectos.

Polícia — Amplia ao chefe de da Capital Federal e aos seus delegados a competencia para impôr a multa do § 6º do art. 1º do decreto n. 1.026, de 1890 (decr. 402); abre ao Ministerio da Justiça o credito supplementar de 76:036\$ á verba (decr. 2.159); reorganiza o serviço da policia do Districto Federal (decr. 3.640) — Ver Corpos — Creditos.

Pontes — Approva as plantas para modificação da sobre o rio S. Pedro, da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoelro do Itapemerim (decr. 2.077); approva os projectos e orgamentos para reconstrucção da no kilometro 62 -|- 200, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaqui (decr. 2.451); approva o orgamento das provisórias, construidas ao longo do littoral do porto de Santos (decr. 2.461); autoriza a "Brazil Southern Railway Company, Limited", a construir sobre o rio Quarahim a in-

ternacional destinada a ligar o Brasil ao Estado Oriental (decr. 2.486); approva algumas modificações nas condições regulametaes, tarifas e instrucções para o serviço da maritima em Jaraguá, da Estrada de Ferro Central de Alagoas (decr. 2.570); approva a planta e orçamento para a construcção da superstrutura da no kilometro 49 -|- 200, da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé (decr. 3.155) — Ver Plantas.

Pontilhões — Ver Estradas de ferro.

Pontos — Restabelece por inicial a cidade de Alagoas para construcção da Estrada de Ferro de Alagoas a Paulo Affonso (decr. 1.391); approva a mudança de local para inicial da Estrada de Ferro de Santa Maria a Cruz Alta (decr. 1.442); approva a mudança de Botucatú, por inicial da linha de Botucatú a Tibagy, para a estação de Capão Bonito (decr. 2.130); approva a planta e orçamento para construcção de um de parada em Catunys, na Estrada de Ferro da Bahia (decr. 3.374) — Ver Territorio.

Porta-caixão — Ver Creditos.

Portos — Transfere á Empresa União Industrial dos Estados Unidos do Brasil a concessão do artificial de S. Domingos das Torres (decr. 72); commette á Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão o serviço de conservação do da capital (decr. 380); approva os planos e orçamentos para as obras necessarias ao escoamento das aguas pluvias, através do aterro e muralha do caes de Santos (decr. 789); approva os planos de melhoramentos do de Jaraguá (decr. 808); approva os planos e orçamentos do armazem n. 1 da Empresa de Obras e Melhoramentos do de Santos (decr. 813); torna extensiva aos do norte da Republica a disposição do art. 7º do decreto n. 4.955, de 1872 (decr. 1.039); concede á Companhia Brasileira Torrens autorização para construir obras de melhoramentos no da Victoria (decr. 1.173); regula o serviço sanitario dos da Republica (decr. 1.558); proroga o praso marcado á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para o inicio das obras do de Laguna (decr. 1.981); declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 10.175, de 1889, para as obras de melhoramentos do de Pernambuco (decr. 1.982); proroga o praso concedido á "Ceará Harbour Corporation" para conclusão das obras do de Fortaleza (decr. 2.218); proroga o praso concedido á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para iniciar as obras do de Jaraguá (decr. 2.228); proroga o praso concedido á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para iniciar as obras de melhoramento da barra e do da Laguna (decr. 2.229); approva os estudos, plano e orçamento das obras de melhoramento do da Victoria (decr. 2.288); transfere á "National Brazilian Harbour Company, Limited", a concessão constante do decreto n. 904, de 1890, relativa ás obras de melhoramento do de Jaraguá (decr. 2.364); autoriza a Companhia Docas de Santos a fazer a dragagem e desobstrucção do de Santos (decr. 2.411); approva o orçamento de guindastes, material redante e outros para o trafego do de Santos (decr. 2.490); declara caduca a concessão para as obras do da Fortaleza (decr. 2.816); proroga o praso marcado á Companhia Brasileira Torrens para inicio das obras do da Victoria (decr. 2.901); approva o regulamento para os serviços de construcção e melhoramento de (decr. 2.917); approva o orçamento do material de dragagem e desobstrucção

do de Santos (decr. 3.131); transfere á "Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited", a concessão do decreto n. 10.372, de 1889, para as obras de melhoramentos no do Rio de Janeiro (decr. 3.295); approva o projecto e orçamento das de melhoramento do de Jaraguá, contractadas com a Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas (decr. 3.360); innova o contracto celebrado para conclusão das obras de melhoramentos do da Bahia (decr. 3.569); adquire as obras do de Fortaleza (decr. 3.602); prorroga o praso marcado á Companhia Brasileira Torrens para inicio das obras de melhoramentos do da Victoria (decr. 3.666); concede autorização a B. Rymkiewiér & Comp. para executarem as obras de melhoramentos do de Manáos (decr. 3.725); approva os orçamentos e planos do deposito de carvão, ponte de desembarque e abrigo de locomotivas das obras do de Santos (decr. 3.824) — Ver Balisamento — Carreiras — Codigos — Creditos — Inspectoria — Obras — Serviços.

Postos — Confirma no de major da brigada policial o auxiliar technico do Ministerio da Justiça (decr. 2.170); manda confirmar as honras dos que competem aos funcionarios civis do Ministerio da Marinha (decr. 2.532); considera promovido no de alferes, em 14 de agosto de 1894, o 1º cadete Antonio Rodrigues de Araujo (decr. 3.393); transforma dois telegraphicos, da linha de Ribeirão Preto, da Estrada de Ferro Mogyana, em estações (decr. 3.525) — Ver Acesso.

Potências — Adopta a pratica seguida por varias maritimas, com referencia a salvas (decr. 3.387).

Praças — Declara que as da armada enfermas por mais de seis mezes, não têm direito ao abono do semestre de fardamento (decr. 427); declara que o fardamento que se distribue ás dos corpos de marinha é destinado ao uso no serviço (decr. 595); revoga os decretos ns. 569 e 1.365, de 1891, que suspenderam as baixas das do corpo de marinheiros nacionaes e batalhão naval (decr. 687); eleva a etapa das do corpo de bombeiros (decr. 744); torna extensivo á marinha o decreto n. 49, de 1892, sobre as vantagens pecuniarias ás absolvidas em conselho de guerra (decr. 898); concede ás familias das de pret do exercito, da armada, da guarda nacional e de outras corporações, que fallecerem em combate, a percepção do soldo do posto (decr. 1.594 B); autoriza o recolhimento das de pret da guarda nacional, dos corpos de policia e de outras corporações, ao Asylo de Invalidos da Patria (decr. 1.594 C); altera o plano de uniformes das do corpo de marinheiros nacionaes e aprendizes marinheiros (decr. 1.714).

Prasos — Fixa o para a Empresa de Vapores Frigorificos começar a funcionar (decr. 27); prorroga o para apresentação de plantas, etc., do engenho central concedido pelo decreto n. 722, de 1890 (decr. 358); prorroga o para apresentação de plantas, orçamento das obras, etc. dos engenhos centraes concedidos pelo decreto n. 930, de 1910, no Estado de Sergipe (decr. 436); eleva de seis mezes o para apresentação dos estudos definitivos pela Companhia Estrada de Ferro e Minas S. Jeronymo (decr. 454); prorroga o marcado na clausula XVIII, n. 2, do decreto n. 9.964, de 1888 (decr. 458); prorroga o fixado para apresentação dos estudos definitivos da Estrada de Ferro de Victoria a Picanha (decr. 459); altera o de que trata o art. 10 do decreto n. 390, de 1891

(decr. 460); prorroga os marcados nas clausulas 2ª e 5ª do decreto n. 862, de 1890, relativos á Estrada de Ferro de Catalão a Palmas (decr. 463); prorroga os de que trata a clausula 3ª do decreto n. 645, de 1890 (decr. 497); prorroga o fixado para conclusão das obras de construcção dos 14 kilometros restantes da Estrada de Ferro Central de Macahé (decr. 515); concede á Companhia Estrada de Ferro Leopoldina prorrogação de para conclusão das obras do prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Araruama (decr. 516); prorroga o concedido á Companhia Estrada de Ferro Leopoldina para conclusão das obras do ramal de Itapemerim, da Estrada de Ferro de Carangola (decr. 517); prorroga o para a Companhia de Melhoramentos de Sergipe apresentar as plantas, orçamento das obras, etc., para os seus engenhos centraes em Sergipe (decr. 548); prorroga o para a Companhia de Melhoramentos no Maranhão inaugurar dois engenhos centraes (decr. 561); prorroga o para a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão apresentar os planos para saladeiros centraes, no Maranhão (decr. 584); concede á Companhia Geral de Estradas de Ferro para conclusão das obras da via ferrea Benevente e Minas (decr. 586); prorroga o marcado á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para apresentação dos estudos definitivos das obras de melhoramentos do porto do mesmo Estado (decr. 604); concede á Empresa do Arrazamento do Morro do Castello prorrogação do para apresentação dos planos e plantas (decr. 606); concede a Ernani Lodi Batalha prorrogação de, quanto á concessão do decreto n. 322, de 1891 (decr. 618); prorroga o marcado para conclusão das obras do prolongamento da estrada de ferro da "Tram-road de Nazareth" (decr. 661); fixa o para os empregados diplomaticos e consulares assumirem o exercicio dos seus cargos (decr. 684 E); prorroga o para inauguração do serviço de navegação do rio Preto (decr. 702); prorroga o para execução do decreto n. 684 C, de 1891 (decr. 705); fixa o para conclusão das obras da Estrada de Ferro do Norte (decr. 734); concede ao Dr. Joaquim Anselmo Nogueira e outro prorrogação de, quanto á concessão do decreto n. 329, de 1891 (decr. 780); concede ao engenheiro Carlos Poma prorrogação de, quanto á concessão do decreto n. 326, de 1891 (decr. 781); marca aos empregados diplomaticos e consulares para partirem para seus destinos (decr. 802); concede a João Teixeira de Abreu e outros prorrogação de, quanto á concessão do decreto n. 330, de 1891 (decr. 936); fixa o para a conclusão das obras do cães de Santos (decr. 942); prorroga o marcado na clausula 6ª das que baixaram com o decreto n. 520, de 1890 (decr. 966); prorroga o marcado na clausula 6ª do decreto n. 9.741, de 1887 (decr. 989); prorroga o para conclusão das obras da Companhia Estrada de Ferro da Tijuca (decr. 1.057); concede ao Dr. Joaquim Anselmo Nogueira e outro prorrogação de, quanto á concessão a que se refere o decreto n. 329, de 1891 (decr. 1.083); prorroga o para terminação das obras da Companhia Telephonica de S. Paulo e Rio (decr. 1.243); prorroga o concedido para a conclusão das obras da Estrada de Ferro da Tijuca (decr. 1.307); prorroga o concedido a Joaquim Barbosa dos Santos Werneck para a navegação a vapor no rio Preto (decr. 1.310); prorroga o marcado no decreto n. 1.177, de 1890 (decr. 1.353); prorroga o marcado no decreto n. 9.452, de 1885 (decr. 1.385); prorroga o marcado á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para o início da construcção de quatro saladeiros (decr. 1.427);

proroga o fixado na clausula 3ª do decreto n. 862, de 1890, para a conclusão das obras de construção da Estrada de Ferro de Uberaba a Catalão (decr. 1.428); proroga o fixado para conclusão das obras de construção da Estrada de Ferro de Caxias a Cajueiros (decr. 1.429 A); proroga o para terminação das obras da Companhia Telephonica de S. Paulo e Rio (decr. 1.445); proroga o concedido ao engenheiro Guilherme de Capanema para lavrar mineraes no Pará e Maranhão (decr. 1.456); proroga o fixado na clausula 6ª do decreto n. 906, de 1890 (decr. 1.497); proroga o fixado para conclusão das obras da Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba (decr. 1.510); amplia a prorrogação do concedido pelo decreto n. 135, de 1893, para conclusão das obras da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras (decr. 1.511); proroga o marcado á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para promptificação de dois engenhos centraes (decr. 1.512); proroga o concedido á Companhia Fidelidade para continuar a funcionar (decr. 1.523); proroga os estatuidos na clausula 3ª do decreto n. 862, de 1890 (decr. 1.779); proroga o concedido ao engenheiro Guilherme de Capanema para lavrar mineraes no Pará e Maranhão (decr. 1.854); proroga o marcado á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para o início das obras do porto da Laguna (decr. 1.981); fixa aos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores, privados do emprego ou demittidos, para manterem os direitos relativos ao montepio (decr. 1.985); concede para a celebração do contracto da "São Paulo Railway Company, Limited" (decr. 2.040); proroga o estatuido para a construção de um aterro e augmento de um viaducto na Estrada de Ferro de Quarahim a Itaqui (decr. 2.099); proroga o concedido ao engenheiro Guilherme de Capanema para medir e demarcar datas mineraes nos Estados do Pará e Maranhão (decr. 2.104); proroga o fixado no decreto n. 1.079, de 1890, para a Companhia Melhoramentos da Lagoa e Botafogo terminar as obras da lagoa Rodrigo de Freitas (decr. 2.105); proroga o concedido á "Ceará Harbour Corporation" para conclusão das obras do porto de Fortaleza (decr. 2.218); proroga o concedido á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para iniciar as obras do porto de Jaraguá (decr. 2.228); proroga o concedido á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para iniciar as obras de melhoramento da barra e do porto da Laguna (decr. 2.229); proroga os fixados para conclusão das obras da Estrada de Ferro da Tijuca (decr. 2.314); proroga o fixado na clausula 4ª das que acompanharam o decreto n. 436 F, de 1891 (decr. 2.361); proroga o fixado na clausula 3ª do decreto n. 155, de 1891, para conclusão das obras da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo (decr. 2.403); proroga o fixado na clausula 2ª do decreto n. 10.153, de 1889, para apresentação dos estudos definitivos da Estrada de Ferro de Victoria a Peçanha (decr. 2.416); proroga os fixados para conclusão das obras da Estrada de Ferro da Tijuca (decr. 2.478); proroga os fixados nas clausulas que acompanharam o decreto n. 862, de 1890, para construção da Estrada de Ferro de Alcobaça á Praia da Rainha e navegação dos rios Tocantins e Araguaya (decr. 2.61); proroga o fixado para apresentação dos estudos definitivos e complementares do prolongamento da linha de Resaca a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana (decr. 2.633); marca aos empregados diplomaticos e consulares em disponibilidade para chegarem á Capital da Republica (decr. 2.638); proroga o do estado de

sítio declarado pelo decreto n. 456, de 1897 (decr. 2.737); prorroga o estabelecido no decreto n. 2.661, de 1897, para ser adoptado o código de signaes commum a todos os portos e barras (decr. 2.820); prorroga o marcado no contracto da Companhia Brasileira Torrens, para início das obras do porto de Victoria (decr. 2.901); prorroga o concedido para a conclusão das obras da linha ferrea entre Santo Eduardo e Cachoeiro do Itapemerim (decr. 3.082); prorroga o fixado no decreto n. 1.079, de 1890, para a Companhia de Melhoramentos da Lagoa e Botafogo terminar as obras da lagoa Rodrigo de Freitas (decr. 3.203); declara caducas todas as concessões para mineração, cujos trabalhos de lavras não tenham tido começo nos a que se refere o decreto n. 3.350 A, de 1864. (decr. 3.32); declara interrompido os do contracto para construção da Estrada de Ferro de Alcobaça a Praia da Rainha (decr. 3.493); prorroga o para conclusão das obras do trecho dos planos inclinados da Serra e da estação da Luz, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 3.559); prorroga os para conclusão das obras do arrazamento do morro do Senado e da apresentação dos planos e detalhes para início da construção do cães do Arsenal de Marinha á Ponta do Cajú (decr. 3.568); prorroga o da concessão relativa á linha de carria entre Santa Cruz e Itaguahy (decr. 3.570); prorroga o estipulado na clausula IV do decreto n. 3.566, de 1900 (decr. 3.619); prorroga o marcado no contracto de 3 de março de 1893 á Companhia Brasileira Torrens para início das obras de melhoramentos do porto de Victoria (decr. 3.666); prorroga o da prorrogação concedida a Augusto Cesar Guimarães, pelo decreto n. 3.619, de 1900 (decr. 3.712); prorroga o fixado na clausula IV do decreto n. 436 F, de 1891, para conclusão das obras do prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 3.747); prorroga o para conclusão das obras do trecho dos planos inclinados e da estação da Luz, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 3.786); prorroga os para conclusão das obras de que é concessionaria a Companhia Docas de Santos (decr. 3.807); prorroga o fixado na clausula 3^a do decreto n. 977, de 1892, para conclusão das obras do prolongamento a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana (decr. 3.811).

Pratica — Adopta a seguida por varias potencias marítimas com referencia a salvas (decr. 3.387).

Preços — Iguala os dos alugueis dos edificios destinados a habitação de operarios e classes pobres (decr. 694); altera os das tarifas de passageiros e do transporte de materiaes de construção, canna o lenha, da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras (decr. 2.645) — Ver Tabellas.

Predios — Ver Arsenaes — Desapropriações.

Premio — Ver Creditos.

Preparação — Ver Estradas de ferro.

Preparadores — Equipara o numero de da cadeira de historia ao numero de da cadeira de anatomia descriptiva da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. 3.266) — Ver Magisterio.

Preparados — Prohibe a venda de pharmaceuticos sem o nome do fabricante, do producto e da procedencia (decr. 2.472).

Preparatorios — Ver Exames.

Presença — Ver Medicos.

Presidência — Ver Secretaria.

Presídio — Abre ao Ministério da Justiça o credito extraordinario de 122:493\$750 para custeio do de Fernando de Noronha (decr. 1.555); abre ao Ministério da Justiça o credito extraordinario de 122:493\$750 para custeio do de Fernando de Noronha (decr. 1.657); abre ao Ministério da Justiça o credito extraordinario de 122:493\$750 para custeio do de Fernando de Noronha (decr. 1.784); abre o credito de 150:000\$ para despesas com o transporte dos sentenciados do de Fernando de Noronha (decr. 1.911); abre ao Ministério da Justiça o credito extraordinario de 122:493\$750 para custeio do de Fernando de Noronha (decr. 1.971); abre ao Ministério da Justiça o credito extraordinario de 122:493\$750 para custeio do de Fernando de Noronha (decr. 2.252); abre ao Ministério da Justiça o credito extraordinario de 102:599\$200 para custeio do de Fernando de Noronha (decr. 2.252); abre ao Ministério da Justiça o credito extraordinario de 102:599\$200 para o custeio do de Fernando de Noronha (decr. 2.346); abre ao Ministério da Justiça o credito extraordinario de 51:299\$600 para despesas com o custeio do de Fernando de Noronha (decr. 2.466); abre ao Ministério da Justiça o credito extraordinario de 51:299\$600 para despesas com o custeio do de Fernando de Noronha (decr. 2.510).

Pretores — Designa a ordem da substituição dos do Districto Federal (decr. 107); marca o vestuario dos do Districto Federal (decr. 1.431).

Pretonias — Decreta a annexação de diversas (decr. 1.978).

Privilegio — Concede a Antonio Alvares Leite Penteado para o fabrico de artefactos da fibra da juta ou canhamo (decr. 21); concede para construcção de uma estrada de ferro entre Taubaté e Amparo (decr. 155); concede para uma estrada de ferro entre a villa de Humaytá e a confluencia do rio Guaporé (decr. 365); concede para uma estrada de ferro circular com a denominação de Metropolitana, dentro do Districto Federal (decr. 372); concede para uma estrada de ferro, entre as cidades de Ouro Preto e Paganha (decr. 373); concede para a construcção de uma via-ferrea entre a estação do Commercio, da Estrada de Ferro Rio das Flores, e S. Francisco Xavier, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 436 A); concede para construcção de uma estrada de ferro no littoral, entre Paraty e Iguaçu (decr. 436 B); concede á Companhia Estrada de Ferro Lavoura Rio e S. Paulo, para a construcção de um ramal de Cruzeiro a Santa Cruz (decr. 436 E); concede á Companhia Estrada de Ferro Sorocabana para a construcção do prolongamento de São João ao porto de Santos (decr. 436 F); concede ao Dr. Joaquim Antonio Oliveira Botelho e outro para a construcção de uma estrada de ferro de qualquer estação da Bragantina ao porto de Santos (decr. 462); concede ao tenente-coronel Joaquim Ignacio Pereira de Siqueira e outro por 50 annos para construcção de ramaes de ferro convergentes á Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 474); concede para a construcção de uma estrada de ferro entre Ponta Grossa e Corumbá (decr. 550); concede para construcção de uma estrada de ferro que, partindo do Pontal do Rio Pardo vá terminar em ponto conveniente de Matto Grosso, na fronteira da Bolivia (decr. 555); concede para construcção de uma estrada de ferro da Capital Federal a Guaratiba (decr. 587); concede para construcção de uma estrada de ferro

do Recife ás fronteiras do Rio Grande do Sul (decr. 594); concede á Companhia Estrada de Ferro da Tijuca para prolongamento da sua linha (decr. 660); declara sem effeito o decreto n. 474, de 1891, que concede para construcção de ramaes ferreos convergentes á Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 1.015); declara caduca a concessão do para construcção do ramal ferreo do Cruzeiro a Santa Cruz (decr. 2.341). — Ver Escolas — Estradas de ferro — Faculdades.

Processos — Estabelece regras simplificando os adoptados pelos decretos ns. 3.607, de 1866, e 475, de 1890 (decr. 471); adopta na armada os formularios seguidos no exercito para os estabelecidos pela legislação militar (decr. 514); regula o dos embargos aos accórdãos, na Córte de Appellação (decr. 1.157). — Ver Percentagens.

Procuradores — Dá providencias sobre o exercicio dos do juizo dos feitos da Fazenda Nacional (decr. 135); approva as instrucções para o serviço a cargo dos tres dos feitos da Fazenda Nacional (decr. 168); manda executar o regulamento para o exercicio das funcções de dos feitos da Fazenda Municipal (decr. 1.198); dá instrucções para execução do art. 40, lettras k e l, e paragrapho unico do decreto n. 1.666, de 1892, relativamente aos da Fazenda (decr. 1.220); marca o vestuario que devem usar os da Republica (decr. 2.522).

Procuradoria — Approva as instrucções que regulam as attribuições e funcções da da Republica e da Fazenda Federal (decr. 1.562); rectifica o equivoco dado no art. 10 do decreto n. 173 B, de 1893, que amplia a organização da da Republica (decr. 1.692).

Productos — Prohibe a exposição á venda de fabris nacionaes, com rotulo em lingua estrangeira (decr. 2.472) — Ver Impostos — Rotulos.

Professores — Providencia sobre os que, nomeados sem concurso, forem julgados inhabels para o magisterio (decr. 54); torna extensivas aos dos institutos Benjamin Constant e dos Surdos-Mudos as vantagens concedidas ao pessoal docente do Gymnasio Nacional (decr. 1.210); torna extensivo aos do Gymnasio Nacional o direito conferido aos dos institutos de ensino superior pelo art. 27 do decreto n. 1.159, de 1892 (decr. 1.862); torna extensivo aos do Instituto Nacional de Musica e aos do de Surdos-Mudos o direito conferido aos dos institutos de ensino superior (decr. 1.863); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 20:773\$333 para pagamento de ordenados dos da extincta Escola Militar do Ceará, em disponibilidade, e das gratificações aos commandantes dos institutos militares de ensino (decr. 3.054); abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 17:164\$517 para pagamento de vencimentos ao capitão de fragata Alfredo Augusto de Lima Barros e outros do Collegio Militar da Capital Federal (decr. 3.820) — Ver Creditos — Institutos.

Profissões — Ver Convenção — Institutos.

Programma — Approva o do curso superior de agronomia annexo á Escola Pratica de Agricultura e Viticultura de Taquary (decr. 2.028).

Prohibição — Ver Rotulos

Projectos — Approva o de reforma dos estatutos do Banco de Credito Real de Pernambuco (decr. 651); approva o de refor-

ma dos estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo (decr. 882); approva o da estação de Belém, da Estrada de Ferro de Caramanga (decr. 1. 786); approva o de casas para residencia dos agentes da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemerim (decr. 2.014); approva os para installações telegraphicas e semaphoricas em diversas estações da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy (decr. 2.289); approva os para construção de desvios nas estações de Campo Grande a Jundiahy, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy (decr. 2.290); approva o para installação de guindastes nas casas de machinas da Serra e serviços de alimentação d'agua ás machinas dos planos inclinados da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy (decr. 2.305); approva o para modificação da linha no aterro denominado — Rabicho, da Estrada de Ferro Barão de Araruama (decr. 2.312); approva o para mudança das officinas de Reis para Cabedello, no prolongamento da Estrada de Ferro da Parahyba e Alagca Grande (decr. 2.319); approva os para construção de desvios nas estações de Ribeirão Pires, S. Caetano, Fraz, Taijas, Peru's e Juquery, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy (decr. 2.324); approva o para construção de um galpão e desvios no pateo das officinas em S. Paulo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy. (decr. 2.330); approva o para installações de aparelhos telegraphicos em todas as estações da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy (decr. 2.333); approva o da estação de passageiros em S. Paulo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy decr. 2.433); approva o para construção de uma estação em Guayavira, no prolongamento da Estrada de Ferro do Paraná (decr. 2.434); approva o para augmento do edificio da serraria em Cruzeiro, da Estrada de Ferro Minás e Rio (decr. 2.440); approva os para reconstrução da ponte no kilometro 62x200, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaqui (decr. 2.451); approva os para a construção de uma estação e de uma quarta linha em Roça, da "Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens" (decr. 2.455); approva o de augmento dos armazens de Limoeiro e Nazareth, da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro (decr. 2.518); approva os para construção de diversas obras na Estrada de Ferro Central da Bahia (decr. 2.527); approva o de um deposito para materiaes em Itapitocahy, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaqui (decr. 2.538); approva o de um fosso sobre o atêrro em Ibicuhy, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaqui (decr. 2.583); approva os para construção de dois barracões em S. Felix e Tropeiros, em Sítio Novo, e o augmento das estações de Pombal, Sapé e Tambury, da Estrada de Ferro Central da Bahia (decr. 2.798); approva o de melhoramentos entre as estações Central e de S. Diogo, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 2.985); approva o das officinas de reparações da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande (decr. 3.342); approva o para as obras de melhoramentos do porto de Jaraguá, contractadas com a Companhia Industrial e de Construções Hydraulicas (decr. 3.360) — Ver Casas — Estradas de ferro — Plantas.

Prolongamento — Concede o da Estrada de Ferro Tamarandá até S. Bento (decr. 583); autoriza a desapropriação da casa n. 2. da rua Desembargador Fellype para o da estação de Jabotão (decr. 602); approva os estudos definitivos de mais

12 kilometros do da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 609); approva os estudos definitivos e o orçamento de mais 12 kilometros da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 634); approva os estudos e o orçamento do de Quixadá a Quixeramobim, da Estrada de Ferro de Baturité (decr. 643); approva os estudos definitivos de mais 12 kilometros da do Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 762); approva a planta apresentada pela Empresa das Obras de Melhoramentos do Porto de Santos para o do cães (decr. 790); approva os estudos definitivos de mais 12 kilometros do da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 828); approva os estudos e plantas de mais alguns kilometros, no da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 829); approva os estudos definitivos do trecho do comprehendido entre S. Vicente e Santos, da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 918); approva os estudos e o orçamento da da Estrada de Ferro de Baturité, de Quixeramobim a Humaytá (decr. 940); concede á Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação autorização para construir o de sua linha, de Resaca a Santos (decr. 977); approva os estudos definitivos e o orçamento de mais 30 kilometros do da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 1.055); approvas as plantas, perfil longitudinal e orçamento para a construção do segundo trecho de 30 kilometros do da Estrada de Ferro Central do Brasil, além de Sete Lagoas (decr. 1.271); approva o perfil longitudinal, desenhos dos tipos de obras de arte e orçamento para a construção de um trecho do da Estrada de Ferro Central de Pernambuco (decr. 1.324); declara caduca a concessão relativa ao da Estrada de Ferro Principe do Grão-Pará (decr. 1.341); approva os estudos definitivos para construção do da Estrada de Ferro Central do Brasil, além de Sete Lagoas (decr. 1.342); approva os estudos definitivos do da Estrada de Ferro e Minas S. Jeronymo, entre os kilometros 40 e 89 (decr. 1.389); approva os estudos e orçamento para construção do 4º trecho do da Estrada de Ferro Central do Brasil, além de Sete Lagoas (decr. 1.411); approva os estudos e orçamento para construção do trecho de 35k.300 do da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, entre Bello Jardim e Pesqueira (decr. 1.412); approva os estudos definitivos do para Santos, da Estrada de Ferro Sorocabana decr. 1.441); approva os estudos e orçamento para construção do trecho do da Estrada de Ferro de Baturité, entre Humaytá e Quinquoe (decr. 1.446); fixa definitivamente o maximo da capital garantido para o da "Tram-road de Nazareth" (decr. 1.477); approva os estudos definitivos do da Estrada de Ferro Mogyana, de Resaca a Santos e de outros trechos (decr. 1.486); prorroga o prazo para conclusão das obras do da Estrada de Ferro de S. Jeronymo (decr. 1.497); approva os estudos definitivos do da Estrada de Ferro Mogyana, do trecho de Atibaia á garçanta do Pinhal (decr. 1.505); approva os estudos definitivos do a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana (decr. 1.514); fixa em 810:000\$ o capital relativo á 1ª secção do da Estrada de Ferro Barão de Araruama (decr. 1.787); approva os estudos definitivos do para Santos, da Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 1.799); approva os estudos e orçamento para as obras do da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, de Taquary a Porto Alegre (decr. 2.050); abre ao Ministerio da Industria o crédito suplementar de 108:713\$995 para o da Estrada de

Ferro de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 2.184); approva as plantas e orçamentos das obras de do cães de Santos, de Paquetá a Outeirinhos (decr. 2.456); approva os estudos para construção do da Estrada de Ferro D. Thereza Christina (decr. 2.571); autoriza o contracto para conclusão do da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, entre Carvoracy e Alegrete (decr. 3.208); prorroga o prazo para conclusão das obras do a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana (decr. 3.811) — Ver Cães — Canaes — Companhias — Concessões — Desapropriações — Estrada de Ferro Central do Brasil — Estradas de Ferro — Linhas — Ramaes — Traçados.

Promoção — Ver Interstício — Portos.

Promotor — Marca o ordenado do publico de Palmyra (decr. 218).

Propriedade — Manda executar os protocolos firmados na Conferencia de Madrid, em 1891, para protecção da industrial (decr. 2.380); publica a decisão tomada pelos governos da Austria e da Hungria de accederem á união para a protecção da industrial (decr. 2.499); publica a acceitação pelo governo da Servia do protocollo III da Conferencia de Madrid, de 1891, sobre a união para a protecção da industrial (decr. 2.789); dá regulamento para a arrecadação do imposto de transmissão de (decr. 2.800); publica a adhesão do governo japonês á união para a protecção da industrial (decr. 3.308) — Ver Desapropriações — Titulos.

Proprios nacionaes — Transfere do Ministerio da Fazenda para o da Industria os serviços de construção e reparos de (decr. 2.725) — Ver Creditos.

Prorogação — Ver Contractos — Prazos — Sítio.

Protecção — Ver Convenção — Propriedade.

Protectorados — Ver Convenção.

Protocollos — Manda executar os firmados na Conferencia de Madrid, em 1891, para a protecção da propriedade industrial (decr. 2.380).

Providencias — Estabelece relativamente aos bens que constituíam a dote da ex-princeza D. Isabel (decr. 447); estabelece sobre a justiça nos Estados (decr. 724), dá sobre fabricas de assucar que não gosam de garantias de juros (decr. 2.227) — Ver Execução — Installações — Lentes — Montepio — Navios — Serviços.

Provimto — Ver Logares.

Publicação — Ver Decretos.

Q

Quadro — Manda reverter para o activo da armada os officiaes amnistiados pelo decreto n. 10, de 1895 (decr. 2.673); manda reverter para o activo da armada officiaes amnistiados pelo decreto n. 310, de 1895 (decr. 2.748); manda reverter para o activo da armada o 1º tenente Pio da Silva Torelly e o guarda-marinha Guilherme Hoffmann Filho (decr. 2.817); manda reverter para o activo da armada o commissario de 5ª classe José Mariano de Faria Dias (decr. 2.946) — Ver Re-partições — Transferencia.

Quantia — Manda reservar no Thesouro Federal, com applicação extraorçamentaria, a de 65:000\$, para execução dos decretos ns. 1.338 e 1.339, de 1893 (decr. 1.340).

Quantitativo — Ver Officiaes.

Quartel — Ver Creditos.

Questão — Manda executar o tratado de 10 de abril de 1897, que submette a arbitramento a de limites entre o Brasil e a Guyana Franceza (decr. 2.967).

Quotas — Revoga os artigos do decreto n. 822, de 1890, que fixaram a de 2 % sobre o valor das apolices, para amortização (decr. 671); regula o modo pelo qual deve ser executada a disposição contida no n. 20, § 4º, do art. 8º, da lei n. 26, de 1891 (decr. 733); limita a dos emolumentos aos consules e vice-consules que não percebem vencimentos (decr. 792).

R

Ramaes — Approva os estudos definitivos para construção de obras da 2ª e 4ª secções do de Paquevira a Imperatriz (decr. 69); approva os estudos definitivos da 2ª secção do de Campanha (decr. 357); approva os estudos definitivos complementares do de Campanha, da Estrada de Ferro de Muzambinho (decr. 386); concede privilegio á Companhia Estrada de Ferro Lavoura, Rio e S. Paulo para a construção de um ferreo entre Cruzeiro e Santa Cruz (decr. 436 E); concede privilegio ao tenente-coronel Joaquim Ignacio Pessoa de Siqueira e outro para a construção de ferreos convergentes á Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 474); approva os estudos complementares do ferreo de Paquevira a Imperatriz (decr. 504); prorroga o praso concedido á Companhia Estrada de Ferro Leopoldina para conclusão das obras do de Itapemirim, da Estrada de Ferro de Carangola (decr. 517); approva os estudos definitivos de um trecho do de Timbaúba ao Pilar, da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco (decr. 763); declara sem effeito o decreto n. 474, de 1891, que concedeu privilegio para a construção de ferreos convergentes á Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 1.015); approva a variante ao traçado da Estrada de Ferro de Pelotas ás colonias de S. Lourenço, na parte relativa ao de Tablada (decr. 1.021); approva os estudos definitivos para a construção do de Alagoinhas ao Jacú, da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco (decr. 1.044); approva os estudos definitivos para a construção do do kilometro 42, do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia á Feira de Sant'Anna, passando por Purificação (decr. 1.085); approva os estudos definitivos dos de Saycan e Sant'Anna do Livramento, da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 1.913); approva os estudos definitivos do de Ijuhy, da Estrada de Ferro de Itararé a Cruz Alta (decr. 1.964); approva os estudos e orçamento para a construção do ferreo, ligando a estação maritima da Gambôa ás linhas geraes da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 2.239); declara caduca a concessão do privilegio para a construção do ferreo de Cruzeiro a Santa Cruz (decr. 2.341); concede ao engenheiro Ayres Pompeu Carvalho de Souza e outro autorização para construirem um ferreo de Sapopemba á ilha do Governador (decr. 3.477) — Ver Estrada de Ferro Central do Brasil — Estradas de ferro — Obras.

Reabertura — Ver Escolas.

Recbederia — Ver Creditos.

Receita — Orça a da Intendência Municipal para o exercicio de 1891 (decr. 388).

Recenseamento — Ver Despesas.

Recepção — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.341:897\$700 para pagamento de despesas com a do presidente da Republica Argentina (decr. 3.534); abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 12:345\$840 para pagamento de despesas com a do presidente da Republica Argentina (decr. 3.852).

Reclamações — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 1.500:000\$ para pagamento de por via diplomatica (decr. 1.990); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 89:484\$430 para pagamento de por via diplomatica (decr. 2.275); manda executar o accôrdo firmado em 1896, com o ministro da Italia, sobre as italianas (decr. 2.397); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 24:379\$954 para liquidar diversas estrangeiras por imposto sobre navios, indevidamente cobrados pelos Estados de Pernambuco e Alagoas (decr. 3.847) — Ver Creditos.

Recompensa — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 300:000\$ para serem pagos a José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco como nacional (decr. 3.888).

Reconhecimento — Ver Firmas — Institutos — Instruções.

Rectificação — Ver Decretos — Estradas de ferro — Linhas — Lloyd Brasileiro — Pontes — Regulamentos — Tarifas.

Redacção — Dá nova á clausula X das que baixaram com o decreto n. 977, de 1892 (decr. 1.174 A); dá nova ao art. 155 do decreto n. 434, de 1891, sobre dissolução de sociedades anónimas (decr. 1.522 A).

Reducção — Ver Fretes — Impostos — Tarifas — Taxas.

Reforço — Ver Creditos.

Reforma — Concede ás praças de pret da guarda nacional, dos corpos de policia e de outras corporações, que se inutilizarem na defesa das instituições constitucionaes, com soldo por inteiro (decr. 1.594 C) — Ver Archivos — Estatutos.

Reformados — Ver Officiaes.

Regalias — Ver Institutos — Paquetes.

Regimen — Substitue o de fiscalização collectiva de bancos, etc., pelo de fiscalização singular (decr. 727); altera o das ajudas de custo dos empregados do Corpo Diplomatico (decr. 1.951).

Regimento — Approva o de custas judiciaes da justiça do Districto Federal (decr. 2.162); dá definitiivo para o serviço das legações (decr. 3.243); approva o de custas judicarias da justiça local do Districto Federal (decr. 3.263); approva o de custas judicarias da justiça federal (decr. 3.422).

Registro — Estabelece providencias relativamente ao serviço do civil na Capital Federal (decr. 10); approva o regulamento concernente ao internacional de marcas de fabrica e de commercio (decr. 2.747) — Ver Cavallos.

Regras — Estabelece para a habilitação ao montepio militar e meio-soldo (decr. 471); altera algumas disposições do decreto n. 1.257, de 1891, relativas a sobre abalroamentos (decr. 605); estabelece algumas sobre contribuição para o montepio de officiaes da armada (decr. 885); estabelece algumas sobre habilita-

ção e contribuição para o meio-soldo e montepio dos officiaes do exercito (decr. 1.054); adopta modificações nas propostas na Conferencia Maritima Internacional de Washington para evitar abalroamentos (decr. 1.988); estabelece para execução do art. 3º da lei n. 322, de 1895 (decr. 2.194); accêita as modificações adoptadas sobre as estabelecidas na Conferencia Maritima Internacional de Washington para evitar abalroamentos no mar (decr. 2.402); publica o teor das adoptadas para o serviço da correspondencia proveniente dos paizes da União Postal Universal (decr. 2.720); estabelece para execução do art. 12 da lei n. 560, de 1898, na parte relativa aos vice-consulados remunerados (decr. 3.202); estabelece para as nomeações de commandos, administração militar e tempo de duração das commissões (decr. 3.233).

Regulamentos — Dá á Repartição Fiscal do Governo junto á "Rio de Janeiro City Improvements Company" (decr. 73); altera o § 2º do art. 35 do annexo ao decreto n. 703, de 1890, (decr. 145); altera as disposições do annexo ao decreto n. 327, de 1890 (decr. 270); approva provisoriamente o do montepio dos empregados municipaes (decr. 334); approva os para o serviço dos corpos arregimentados do exercito (decr. 338); approva o para execução do decreto n. 1.414, de 1891 (decr. 390); approva o para fiscalização das estradas de ferro (decr. 399); approva e manda que seja observado o para as escolas praticas do exercito (decr. 432); dá novo á commissão de melhoramentos do material de guerra (decr. 433); approva o para os hospitaes militares (decr. 476); manda executar o para fiscalização dos bancos, estabelecimentos bancarios estrangeiros e companhias que requerem fiscalização por parte do Governo (decr. 493); deroga a ultima parte do art. 36 do que, baixou com o decreto n. 371, de 1890 (decr. 512); dá novo para o concurso de admissão de cirurgião e pharmaceutico de 4ª classe do corpo de saude da armada (decr. 518); desliga do Archivó Publico a parte do serviço que cabe ao mesmo archivo na execução do approvedo pelo decreto n. 8.820, de 1882 (decr. 547); approva e manda executar o das companhias ou sociedades anonymas (decr. 603); do serviço das estações agronomicas (decr. 612); manda executar o para a Fazenda de Santa Cruz (decr. 613); manda executar o sobre facturas consulares (decr. 684 C); modifica o do batalhão academico (decr. 697); manda substituir o art. 8º do provisorio para o serviço externo dos corpos arregimentados (decr. 703); dá para a cobrança do imposto de consumo do fumo (decr. 746); approva o para o Collegio Militar (decr. 750 A); altera algumas disposições do do Montepio Geral dos Servidores do Estado (decr. 757); modifica o art. 48 do da Secretaria da Guerra (decr. 771); modifica o art. 56 do para as escolas praticas do exercito (decr. 779); modifica o mandado observar pelo decreto n. 684 C, de 1891 (decr. 805); dá novo para a cobrança do imposto de consumo do fumo (decr. 816); altera o art. 15 do approvedo pelo decreto n. 713, de 1890 (decr. 821); altera o art. 36 do approvedo pelo decreto n. 603, de 1890 (decr. 825); amplia o art. 4º, paragrapho unico, do, para a commissão technica militar consultiva (decr. 892); approva o organizado para o serviço das delegacias da Inspectoria Geral de Terras e Colonização. (decr. 927); altera o approvedo pelo decreto n. 9.738, de 1887 (decr. 1.018); dá á Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas (decr. 1.142); dá á Secretaria da Justiça (decr. 1.160); dá para o serviço de fiscalização das

estradas de ferro (decr. 1.164); dá para execução da lei n. 23, de 1891, na parte referente ao Ministério da Fazenda (decr. n. 1.166); approva o do Pedagogium (decr. 1.178); dá ao Museu Nacional (decr. 1.179); approva o para as enfermarias militares (decr. 1.183); dá para a cobrança do imposto de consumo do fumo (decr. 1.193); approva o para o Gymnasio Nacional (decr. 1.194); approva o da Bibliotheca Nacional (decr. 1.195); dá á Secretaria da Marinha (decr. 1.195 A); dá ás delegacias fiscaes nas capitães dos Estados de S. Paulo, Minas Geraes, Goyaz, Matto Grosso, Paraná e Piauhý (decr. 1.195 B); approva o para o Instituto Nacional de Musica (decr. 1.197); manda observar o para o exercicio das funcções de procuradores dos feitos da Fazenda Municipal (decr. 1.198); approva o para a Escola de Sargentos (decr. 1.199); dá á Secretaria das Relações Exteriores (decr. 1.205); altera o disposto no paragrapho unico do art. 16 do annexo ao decreto n. 196, de 1892 (decr. 1.252); dá para o Laboratorio Nacional de Analyses (decr. 1.257); dá a brigada policial da Capital Federal (decr. 1.263 A); dá para a cobrança do sello do papel (decr. 1.264); approva o da Companhia Docas de Santos (decr. 1.286); approva e manda executar o sobre venda de bilhetes de loterias estaduaes (decr. 1.287); manda executar e reunindo em um só as repartições de pharóes, hydrographica e meteorologica, sob a denominação de — Repartição da Carta Maritima (decr. 1.347); dá ao corpo de saude da armada (decr. 1.348); manda observar o para as funcções dos corretores de fundos publicos (decr. 1.359); approva o da Escola de Machinistas e Pilotos do Estado do Pará (decr. 1.362); approva o para as faculdades de medicina da Republica (decr. 1.482); dá á Imprensa Nacional (decr. 1.541 C); approva o para a Escola de Minas (decr. 1.546); restabelece o do corpo de saude da armada, que baixou com o decreto n. 683, de 1890, e annulla o que baixou com o decreto n. 1.348, de 1893 (decr. 1.572 A); dá para a cobrança do imposto de consumo do fumo (decr. 1.626); torna extensiva aos secretarios das capitánias de portos a disposição do art. 27 do annexo ao decreto n. 1.135 A, de 1892 (decr. 1.646); dá ao Instituto Sanitario Federal (decr. 1.647); approva o para o Internato do Gymnasio Nacional (decr. 1.652); approva o da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 1.663); suspende a observancia do art. 31, deroga os arts. 1º e 75 do annexo ao decreto n. 1.195 A, de 1892, e determina que seja redigido para a Secretaria da Marinha um de accôrdo com a lei n. 23, de 1891 (decr. 1.673); approva provisoriamente o do corpo de bombeiros (decr. 1.685 A); approva o dos correios da Republica (decr. 1.692 A); modifica o do Batalhão academico (decr. 1.729); substitue os arts. 28 e 29, do relativo ao Collegio Militar (decr. 1.730); substitue o art. 3º e parte do 9º do da Directoria Geral de Estatística (decr. 1.732 A); torna provisoriamente applicado á Estrada de Ferro Norte de Alagoas o approvado pelo decreto n. 721, de 1890 (decr. 1.741); torna applicavel á Estrada de Ferro de Timbaúba a Nova Cruz o approvado pelo decreto n. 713, de 1890 (decr. 1.762 B); approva o da Bibliotheca Nacional (decr. 1.766); altera o do Collegio Militar (decr. 1.775 A); dá para execução do decreto legislativo n. 145, de 1893 (decr. 1.794); modifica o art. 22 do para o Observatorio do Rio de Janeiro (decr. 1.798); approva o sobre serviço dos emolumentos por meio de estampilhas (decr. 1.875); dá para o serviço da Alfandega de S. Paulo

(decr. 1.876); declara a disposição 3ª do para o Observatorio do Rio de Janeiro (decr. 1.888); modifica o sobre a venda de bilhetes de Loterias estaduais no Districto Federal (decr. 1.941); modifica a disposição do art. 44 do relativo ao serviço sanitario dos portos (decr. 1.946); approva o da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 2.043); altera o art. 57 do que baixou com o decreto n. 5.118, de 1872 (decr. 2.045); dá a lei n. 127, de 1892 (decr. 2.091); dá para execução da lei n. 294, de 1895, sobre companhias estrangeiras de seguros de vida que funcionam no Brasil (decr. 2.153); promulga o da taxa judiciaria do Districto Federal (decr. 2.163); altera o art. 340 do dos arsenaes de guerra (decr. 2.182); approva o para o serviço de fornecimento de viveres e forragens aos corpos do exercito. (decr. 2.213); dá para a cobrança do imposto de consumo do fumo e seus preparados (decr. 2.216); approva o do corpo de bombeiros (decr. 2.224); approva o dos correios (decr. 2.230); substitue alguns artigos do approved pelo decreto n. 1.875, de 1894 (decr. 2.241); approva o da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 2.247); dá para a cobrança do imposto de consumo de bebidas (decr. 2.253); approva o da navegação de cabotagem (decr. 2.304); approva o da Estrada de Ferro de S. Francisco. (decr. 2.334); approva o do Tribunal de Contas (decr. 2.409); manda observar na Estrada de Ferro Central do Brasil o modificado pela lei n. 429, de 1896, e estende tal modificação ás demais estradas de ferro da União (decr. 2.417); approva o para a cobrança do imposto de consumo do fumo. (decr. 2.420); approva o para a cobrança do imposto de consumo de bebidas alcoolicas (decr. 2.421); approva o da Directoria Geral de Saude Publica (decr. 2.458); dá para a Assistencia Medico-Legal de Alienados. (decr. 2.467); approva o dos corretores de fundos publicos (decr. 2.475); rectifica o erro de impressão do para o corpo de bombeiros (decr. 2.480); modifica os arts. 34, 42, 76 e 90 do a que se refere o decreto n. 8.069, de 1881, da Estrada de Ferro Central do Recife ao Limoeiro (decr. 2.497); dá ao § 6º do art. 1º do decreto n. 1.746, de 1869 (decr. 2.502); approva o para as estradas de ferro Central e Sul de Pernambuco e de Baturité (decr. 2.505); dá para execução do art. 5º da lei n. 177 A, de 1893 (decr. 2.519); manda vigorar o da Secretaria da Marinha promulgado pelo decreto n. 1.195 A, de 1892, ficando revogado o de n. 1.673, de 1894 (decr. 2.537); approva o para a cobrança do imposto de 1.000\$ a que estão sujeitas as sociedades sportivas (decr. 2.538); approva o para execução do art. 20 da lei n. 428, de 1896 (decr. 2.548); approva o para a cobrança do imposto sobre dividendos dos bancos, companhias e sociedades anonymas (decr. 2.559); dá para a cobrança do imposto do sello (decr. 2.573); dá para execução do decreto legislativo n. 452, de 1897 (decr. 2.742); dá para execução do art. 17 da lei n. 428, de 1896 (decr. 2.744); approva o concernente ao registro internacional de marcas de fabrica e de commercio (decr. 2.747); dá para execução do art. 1º, n. 40, e art. 4º da lei n. 489, de 1897 (decr. 2.757); approva o da Secretaria de Estado da Industria, Viacão e Obras Publicas. (decr. 2.766); dá para a cobrança do sello das apolices de companhias de seguros que não têm sede no paiz. (decr. 2.769); substitue ás tabellas a que se refere o decreto n. 1.257, de 1893, do para o Laboratorio Nacional de Análises (decr. 2.770); dá para a cobrança do imposto de consumo do sal (decr.

2.773); dá para a cobrança do imposto de consumo dos phosphoros (decr. 2.774); dá para a cobrança do imposto sobre vencimentos (decr. 2.775); dá para a arrecadação do imposto de consumo do fumo (decr. 2.777); dá para a arrecadação do imposto de consumo de bebidas (decr. 2.778); dá para a arrecadação do imposto de transporte (decr. 2.791); dá para a arrecadação do imposto de industrias e profissões (decr. 2.792); dá para a arrecadação das taxas de consumo d'agua, na Capital Federal (decr. 2.794); reforma o da Escola Naval (decr. 2.799); dá para a arrecadação do imposto de transmissão de propriedade (decr. 2.800); dá ao Deposito Geral da Capital Federal (decr. 2.818); dá para o montepio dos operarios e serventes dos arsenaes de marinha (decr. 2.819); dá para o Cofre de Depósitos Publicos (decr. 2.846); dá para a cobrança e escripturação dos emolumentos consulares (decr. 2.847); dá para o Observatorio do Rio de Janeiro (decr. 2.849); approva o para o Gymnasio Nacional e ensino secundario nos Estados (decr. 2.857); approva o para a Secretaria de Estado da Guerra (decr. 2.880); approva o para os institutos militares de ensino (decr. 2.881); approva o para a fiscalização das estradas de ferro concedidas pela União (decr. 2.885); modifica o approvedo pelo decreto n. 2.213, de 1896, para o serviço de fornecimento de viveres e forragens aos corpos do exercito (decr. 2.905); approva o para os serviços de construção e melhoramentos de portos, rios e canaes (decr. 2.917); approva o para a Fabrica de Cartuchos do Realengo (decr. 2.956); dá para a fiscalização dos impostos de consumo (decr. 2.998); altera algumas disposições dos titulos VI e VII do da Directoria Geral de Saude Publica (decr. 3.014); approva o para a concessão de agua dos encanamentos publicos da Capital Federal (decr. 3.056); approva o da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé (decr. 3.087); approva o para o Estado-Maior do Exercito (decr. 3.189); approva o da Intendencia Geral da Guerra (decr. 3.193); approva o da Direcção Geral de Engenharia (decr. 3.198); approva o dos commandos dos districtos militares (decr. 3.199); approva o da Direcção Geral de Artilharia (decr. 3.205); approva o para o Museu Nacional (decr. 3.211); dá para a cobrança do imposto de consumo do fumo (decr. 3.214); approva o da Directoria Geral de Saude (decr. 3.220); approva o do Tiro Nacional (decr. 3.224); dá para a cobrança do imposto de consumo de bebidas (decr. 3.226); reforma o da Escola Naval, a que se refere decreto n. 2.799, de 1898 (decr. 3.233); approva o geral para o corpo de officiaes inferiores da armada (decr. 3.234); modifica o art. 5º do da Secretaria de Estado da Guerra (decr. 3.236); approva o da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro (decr. 3.249); approva o para o Gymnasio Nacional (decr. 3.251); dá para a cobrança do imposto de consumo de perfumarias (decr. 3.254); dá para a cobrança do imposto de consumo de velas (decr. 3.255); dá para a cobrança do imposto de consumo de calçados (decr. 3.256); dá aos conselhos de compras da marinha (decr. 3.258); dá para a arrecadação do imposto de consumo de especialidades pharmaceuticas (decr. 3.267); completa o de 15 de junho de 1859 e altera algumas das suas disposições (decr. 3.271); dá para a arrecadação do imposto de consumo de vinagre (decr. 3.279); dá para a arrecadação do imposto de conservas (decr. 3.280); approva o para o Conselho Naval (decr. 3.297); altera o art. 118 do da Estrada de

Ferro Conde d'Eu (decr. 3.303); dá para a cobrança da taxa judiciaria (decr. 3.312); dá para a arrecadação do imposto de consumo de cartas de jogar (decr. 3.322); approva o para as capitanias de portos (decr. 3.334); dá ao art. 5º da lei n. 628, de 1889 (decr. 3.475); modifica o art. 58, n. 1, do que baixou com o decreto n. 2.213, de 1896 (decr. 3.522); dá para a execução da lei n. 641, de 1899, que estabeleceu o processo de arrecadação dos impostos de consumo (decr. 3.535); revoga os ns. III e IV do art. 35 do sanitario federal (decr. 3.546); approva o para a cobrança do imposto do sello (decr. 3.564); approva o para a Fabrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra (decr. 3.573); publica as rectificações feitas nos arts. IV, § 1º, e XXXIV, art. 5º, do para execução da Convenção Postal Universal (decr. 3.588); altera o art. 21 do annexo ao decreto n. 8.666, de 1882 (decr. 3.604); concede novo para a arrecadação dos impostos de consumo (decr. 3.622); approva o para o Instituto Nacional de Musica (decr. 3.632); manda executar o das loterias (decr. 3.638); dá para o serviço policial do Districto Federal (decr. 3.640); dá á Casa de Detenção (decr. 3.641); dá á Casa de Correção da Capital Federal (decr. 3.647); dá a Escola Naval (decr. 3.662); dá para a fiscalização dos impostos de consumo (decr. 3.659); altera varias disposições do approved pelo decreto n. 2.304, de 1896 (decr. 3.678); uniformiza os das estradas de ferro de Santos a Jundiáhy, Paulista, Mogyana e Sorocabana (decr. 3.722); dá para o serviço de facturas consulares (decr. 3.732); dá ao corpo de patrões-móres da marinha (decr. 3.843); adopta no approved pelo decreto n. 9.928, de 1888, para o serviço telegraphico da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy, todo o capitulo 22, titulo 3º do que baixou com o decreto n. 1.663, de 1894 (decr. 3.865).

Relevação — Ver Pagamento.

Remadores — Ver Fardamento — Vencimentos.

Renda — Ver Consulados.

Renovação — Ver Concessões.

Reorganização — Ver Assistencia — Corpos — Escolas —

Guarda nacional — Juntas — Lloyd Brasileiro — Repartições — Secretaria.

Reparos — Ver Proprios nacionaes.

Repartições — Dá regulamento á Fiscal do Governo junto á "Rio de Janeiro City Improvements Company" (decr. 73); sob a denominação de — da Carta Maritima do Brasil reúne as de pharões, hydrographica e meteorologica (decr. 658); abre ao Ministério da Marinha o credito extraordinario de 32:150\$ á verba — da Carta Maritima (decr. 1.309); manda executar o regulamento reunindo em uma só as de pharões, hydrographica e meteorologica sob a denominação de — da Carta Maritima (decr. 1.347); approva o regulamento da Geral dos Telegraphos (decr. 1.662); estabelece as condições de admissão dos medicos e pharmaceuticos da Sanitaria do Exercito (decr. 1.731); extingue logares na Geral dos Telegraphos (decr. 2.745); reorganiza as de fazenda (decr. 2.807); supprime um logar de engenheiro-chefe de districto da Geral dos Telegraphos (decr. 3.281); — Ver Creditos — Taxas.

Repetidores — Ver Institutos.

Reposições e restituições — Ver Creditos.

Rescisão — Ver Contractos — Nucleos.

Resgate — Provê o do papel-moeda (decr. 1.167); providencia sobre o do papel-moeda (decr. 1.987); providencia sobre o do papel-moeda em circulação (decr. 2.412); autoriza o da emissão concedida ao Banco da Bahia pelo decreto n. 2.140, de 1858 (decr. 2.972).

Residência — Ver Casas.

Responsabilidade — Declara que a União assume a das emissões bancárias (decr. 2.406).

Restabelecimento — Ver Pontos — Regulamentos — Secções.

Restauração — Ver Fortalezas.

Restituição — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 1.425:150\$ para occorrer a devida á Companhia Luz Stearica (decr. 3.085) — Ver Armazenagens — Direitos — Impostos.

Retirantes — Ver Immigrantes.

Revalidação — Ver Concessões — Patentes — Termos.

Reversão — Ver Juros — Quadro — Serviços.

Revisão — Ver Contractos — Estatutos — Estudos — Tarifas.

Revogação — Ver Decretos — Instruções.

Revolta — Dispõe sobre os navios e fortificações em poder da de 6 de setembro de 1893 (decr. 1.560); abre ao Ministério da Guerra o credito especial de 2.220:000\$ para indemnizar prejuizos consequentes da de uma parte da armada (decr. 2.311).

Reunião — Ver Repartições.

"Rio de Janeiro City Improvements Company" — Ver Contractos — Creditos.

"Rio de Janeiro Flows Mills and Granaries, Limited" — Ver Autorização.

Rio de Janeiro Harbour and Dock Company — Ver Autorização.

Rios — Ver Serviços.

Rotulos — Considera contrafacções a fabricação e importação dos de productos que se prestem á falsificação para serem vendidos como estrangeiros (decr. 2.548); prohibe a importação e fabricação dos que se prestem á fabricação de bebidas e quaesquer productos nacionaes para serem vendidos como estrangeiros (decr. 2.742).

Rua — Ver Alargamento — Plantas.

"Rubber of Pará — Ver Autorização.

Rubrica — Ver Juntas.

S

"S. Bento Gold States" — Ver Autorização.

"S. Paulo Coffee States Company" — Ver Autorização — Desvios.

"S. Paulo Railway Company — Ver Contractos — Despesas.

"S. Paulo Railway Light and Power Company, Limited" — Ver Autorização.

Sal — Ver Impostos.

Saladeiros — Proroga o praso para a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão apresentar os planos para os centraes no Maranhão (decr. 584); approva as platas para a construcção de centraes no Estado do Maranhão (decr. 768); proroga o praso marcado á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para o inicio da construcção de quatro no Estado do Maranhão (decr. 1.427).

Salários — Augmenta os dos trabalhadores do Jardim Botânico (decr. 716); abre o credito de 6:800\$ para melhoria dos do pessoal dos jardins (decr. 797) — Ver Serventes.

Salinas — Concede a Ovidi & Comp. permissão para as explorarem no littoral do Estado de S. Paulo (decr. 1.816).

Salvas — Ver Potencias.

Saneamento — Ver Obras.

"Sant'Anna Gold Mining Company" — Ver Autorização.

Santa casa — Ver Empresa funeraria.

Sargentos — Ver Escolas.

Saude — Ver Corpos — Directorias.

"Sears Pará Rubber Company" — Ver Autorização.

Secção — Ver Estradas de ferro — Estudos — Guarda nacional.

Secções — Restabelece as de officinas de tanoeiros e funileiros do Arsenal de Guerra de Matto Grosso (decr. 1.711).

Secretaria — Modifica o art. 48 do regulamento da de estado da Guerra (decr. 771); dá regulamento á da Industria, Viacção e Obras Publicas (decr. 1.142); dá regulamento á da Marinha (decr. 1.195 A); dá regulamento á das Relações Exteriores (decr. 1.205); faz alterações na organização da de Estado da Justiça (decr. 1.598); determina que seja redigido para a da Marinha um regulamento de accôrdo com a lei n. 23, de 1891 (decr. 1.673); transfere para a da Presidencia da Republica o serviço de classificação e numeração dos decretos dos poderes Legislativo e Executivo (decr. 2.049); commette ao archivista da de Estado das Relações Exteriores a guarda das estampilhas de emolumentos consulares (decr. 2.257); extingue dois logares de amanuenses de Estado da Justiça (decr. 2.523); manda vigorar o regulamento da de Estado da Marinha, promulgado pelo decreto n. 1.195 A, de 1892, ficando revogado o de n. 1.673, de 1894 (decr. 2.537); approva o regulamento da de Estado da Industria, Viacção e Obras Publicas (decr. 2.766); approva o regulamento para a de Estado da Guerra (decr. 2.880); abre o credito extraordinario de 32:000\$ ao Ministerio da Industria para o pagamento de vencimentos ao pessoal addido á de Estado (decr. 2.971); reorganiza a de Estado da Justiça (decr. 3.191); modifica o regulamento da de Estado da Guerra (decr. 3.236); extingue o logar de official-maior da de Policia da Capital Federal (decr. 3.443); abre ao Ministerio da Justiça o credito especial de 14:000\$ para pagamento de despesas com o material para a da Camara dos Deputados (decr. 3.887) — Ver Capitánias — Creditos — Logares.

Secretarios — Ver Capitánias.

Sédes — Fixa a da legação na Columbia e Equador (decr. 2.202); fixa as de dois consulados estabelecidos no Perú (decr. 2.283); dá regulamento para a cobrança do sello das apolices de companhias de seguros que não têm no paiz (decr. 2.769); designa a dos consulados no Japão (decr. 2.786); transfere para o Havre a do Consulado Geral em França (decr. 2.515).

Seguros — Ver Bancos — Companhias — Sociedades.

Sello — Dá regulamento para a cobrança do imposto de (decr. 1.264); estabelece o formato, valores e signaes caracteristicos do da taxa judiciaria (decr. 2.219); dá regulamento para a cobrança do imposto do (decr. 2.573); dá regulamento para a cobrança do das apolices de companhias de seguros que não têm séde no paiz (decr. 2.769); approva o regulamento para a cobrança do imposto do (decr. 3.564).

Sem effeito — Ver Decretos.

Senadores — Ver Creditos — Congresso Nacional.

Sentenciados — Abre ao Ministério da Justiça o credito extraordinario de 99:993\$962 para o pagamento de despesas com o transporte e entrega dos recolhidos ao ex-presidio de Fernando de Noronha (decr. 2.655) — Ver Transporte.

Serraria — Approva o projecto e orçamento para augmento do edificio da em Cruzeiro, da Estrada de Ferro Minas e Rio (decr. 2.440).

Serventes — Abre ao Ministerio da Industria o credito de 16:200\$ para pagamento de salarios de (decr. 1.325) — Ver Montepio.

Serviços — Estabelece providencias relativamente ao do registro civil, na Capital Federal (decr. 10); approva as instrucções para o de embarque dos officiaes da armada (decr. 29); annexa o da directoria da Estrada de Ferro S. Paulo e Rio de Janeiro á Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 118); approva as instrucções para o cargo dos tres procuradores dos feitos da Fazenda Nacional, perante as justicas locais (decr. 168); providencia sobre o do armamento e desarmamento dos navios da armada (decr. 215); approva os regulamentos para o dos corpos arregimentados do exercito (decr. 338); commette á Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão o de conservação do porto da capital (decr. 380); desliga do Archivo Publico a parte do que cabe ao mesmo archivo na execução do regulamento approved pelo decreto n. 8.820, de 1882 (decr. 547); regulamenta o das estações agronomicas (decr. 612); providencia sobre o modo de satisfazer as urgencias da dos navios de guerra (decr. 678); proroga o prazo para inauguração do de navegação do rio Preto (decr. 702); manda substituir o art. 8.º do regulamento provisorio para o externo dos corpos arregimentados do exercito (decr. 703); revoga o decreto n. 29, de 1891, que approvou as instrucções para o de embarque e outros commetidos a officiaes da armada (decr. 704); abre ao Ministerio da Agricultura creditos para despesas com alguns, a cargo da União (decr. 736); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 146:988\$ para despesas com varios no Estado de Sergipe (decr. 749 A); abre ao Ministerio da Agricultura o credito de 1.268:156\$250 para occorrer ás despesas com o de esgotos (decr. 752); abre ao Ministerio da Agricultura o credito extraordinario de 559:045\$ para as despesas com o de illuminação publica (decr. 772); transfere para o Ministerio da Marinha o de balisamento de portos (decr. 786); approva o regulamento para o das delegacias da Inspectoria Geral de Terras e Colonização (decr. 927); regula a execução da lei n. 76, de 1892, que reorganiza o policial (decr. 1.034 A); dá regulamento para o de fiscalização das estradas de ferro (decr. 1.164); desliga da Inspectoria Geral de Instrução o de ensino secundario (decr. 1.176); providencia sobre o pagamento de despesas com sanitarios (decr. 1.339); regula o sanitario dos portos da Republica (decr. 1.558); reorganiza o da Assistencia Medico-Legal de Alienados (decr. 1.559); torna extensiva aos secretarios das capitancias de portos a disposição do art. 27 do regulamento annexo ao decreto n. 1.198, sobre o tempo de publico (decr. 1.646); determina que o de navegação subvencionada fique pertencendo á 1.ª secção da Directoria Geral de Industria (decr. 1.732); approva o regulamento sobre o dos emolumentos por meio de estampilhas (decr. 1.875); dá regulamento para o da Alfandega de S. Paulo (decr. 1.876);

adia os autorizados pela lei n. 97, de 1892 (decr. 1.896); crea um laboratorio de microscopia chimica e bacteriologica para o sanitario do exercito (decr. 1.915); modifica o regulamento do sanitario dos portos (decr. 1.946); transfere para a secretaria da Presidencia da Republica o de classificacão e numeracão dos decretos dos poderes Legislativo e Executivo (decr. 2.049); publica a adhesão da Servia ao accôrdo de Vienna, relativo ao de vales postaes (decr. 2.106); abre ao Ministerio da Industria o credito de 2.122:641\$ para custear o de immigrants (decr. 2.232); approva as instrucções de 10 de dezembro de 1895 sobre o de descarga no porto de Santos e o encaminhamento de mercadorias para a Alfandega de S. Paulo (decr. 2.290); abre o credito supplementar de 21:840\$366 para despesas com o quarentenario em Santa Catharina (decr. 2.293); transfere para a Directoria Geral da Industria os actualmente a cargo da Agencia Central de Immigrants (decr. 2.427); unifica os de hygiene da União (decr. 2.449); abre ao Ministerio da Justica o credito extraordinario de 30:000\$ para occorrer a uma parte das despesas com a organisacão dos mencionados nos ns. 1 e 2 do art. 87 da lei n. 221, de 1894 (decr. 2.470); approva algumas modificacões nas condições regulamentares, tarifas e instrucções para o da ponte maritima em Jaraguá, na Estrada de Ferro Central de Alagoas (decr. 2.570); manda reverter ao activo do exercito os officiaes amputados pelo decreto n. 310, de 1895 (decr. 2.674); transfere do Ministerio da Fazenda para o da Industria os de construcção e reparos dos proprios nacionaes (decr. 2.725); manda reverter ao activo do exercito o capitão de artilharia Manoel Francisco Moreira Sobrinho (decr. 2.732); dá distribuicão aos a cargo da Directoria Geral de Estatistica (decr. 2.768); manda reverter ao activo do exercito o capitão de infantaria Francisco Theophilo Cardoso (decr. 2.787); manda reverter ao activo do exercito o alferes de cavallaria Leopoldo Itacoatiara de Senna (decr. 2.812); manda reverter ao activo do exercito o tenente de cavallaria Paulo José de Oliveira (decr. 2.859); modifica o regulamento approvado pelo decreto n. 2.213, de 1896, para o de fornecimento de viveres e forragens aos corpos do exercito (decr. 2.905); approva o regulamento para os de construcção e melhoramentos de portos, rios e canaes (decr. 2.917); dá regimento para o das legacões (decr. 3.248); crea um especial de estatistica commercial na Alfandega do Rio de Janeiro (decr. 3.547); renova o contracto para o de navegacão a vapor do rio S. Francisco (decr. 3.609); reorganiza o policial do Districto Federal (decr. 3.640); dá instrucções para o das estampilhas de emolumentos consulares (decr. 3.657); dá regulamento para o de facturas consulares (decr. 3.732); adopta, no regulamento approvado pelo decreto n. 9.928, de 1888, para o telegraphico da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, todo o capitulo 22 do titulo 3º do regulamento baixado com o decreto n. 1.663, de 1896 (decr. 3.865) — Ver Ceás — Comissões — Creditos — Despesas — Disposicão — Esgotos — Instrucções — Officiaes.

Servidores — Ver Creditos.

Sessão — Ver Creditos.

Signaes — Ver Codigo — Sello.

Sítio — Declara em estado de o Districto Federal (decr. 791); declara em estado de o Districto Federal e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Santa Catharina e Rio Grande do Sul (decr. 1.549); declara em estado de a Capital Federal e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande

do Sul (decr. 1.563); designa logares especiaes para a detenção por effeito do estado de (decr. 1.564); regula a liberdade de imprensa durante o estado de (decr. 1.565); regula a entrada e a expulsão de estrangeiros durante o estado de (decr. 1.566); prorroga o estado de declarado pelo decreto n. 1.563, de 1893 (decr. 1.597); declara em estado de o Estado de Pernambuco (decr. 1.597); prorroga o estado de declarado pelos decretos ns. 1.577 e 1.597 (decr. 1.602); prorroga o estado de declarado pelo decreto n. 1.602, de 1893 (decr. 1.617); prorroga o estado de declarado pelo decreto n. 1.617, de 1893, e torna extensivo á capital do Estado da Parahyba (decr. 1.667); prorroga o estado de estabelecido pelo decreto n. 1.663, de 1894 (decr. 1.679); declara em estado de alguns pontos do territorio nacional (decr. 1.683); modifica e prorroga o estado de declarado pelo decreto n. 1.683, de 1894 (decr. 1.693); declara que as disposições dos decretos ns. 1.681 e 1.685, de 1894, não são applicaveis a factos occorridos posteriormente ao dia 31 de agosto de 1894, em que cessou o estado de (decr. 1.902); prorroga o estado de até 31 de janeiro de 1898 (decr. 2.737); suspende por dois dias em relação a Nictheroy o estado de (decr. 2.762); prorroga o estado de no Districto Federal e Nictheroy (decr. 2.810).

Sobras — Transporta as da consignação "Pernoite aos correios ambulantes até 90:000\$" para a consignação "Gratificação ao pessoal dos correios ambulantes" (decr. 3.838) — Ver Transporte.

Soccorros publicos — Abre ao Ministerio do Interior o credito de 500:000\$, suplementar, á verba (decr. 4); abre ao Ministerio do Interior o credito extraordinario de 3.000:000\$ para as despesas com (decr. 770); abre ao Ministerio do Interior o credito suplementar de 3.000:000\$ á verba (decr. 1.153); abre o credito de 12:317\$174 para pagamento de despesas por conta da verba, em Santa Catharina (decr. 1.515); abre ao Ministerio da Justiça o credito suplementar de 769:600\$ á verba (decr. 1.575); abre o credito extraordinario de 200:000\$ á verba (decr. 1.705); abre ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 500:000\$, á verba (decr. 1.792); abre ao Ministerio da Justiça o credito suplementar de 250:000\$ á verba (decr. 1.972); abre ao Ministerio da Justiça o credito suplementar de 420:000\$ á verba (decr. 2.210); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 500:000\$, suplementar, á verba (decr. 2.259); abre ao Ministerio da Justiça o credito suplementar de 120:000\$ á verba (decr. 2.442) abre ao Ministerio da Justiça o credito de 126:366\$922 á verba (decr. 2.851); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 152:711\$223 á verba (decr. 3.041); abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 800:000\$ para nos Estados do Piauhy, Parahyba, Sergipe e Rio Grande do Norte (decr. 3.146); abre ao Ministerio da Justiça o credito suplementar de 87:800\$919 á verba (decr. 3.219); abre ao Ministerio da Justiça o credito suplementar de 400:000\$ á verba (decr. 3.403); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 300:000\$, suplementar, á verba (decr. 3.460); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 30:000\$, suplementar, á verba (decr. 3.628); abre ao Ministerio da Justiça o credito suplementar de 550:000\$ á verba (decr. 3.683); abre ao Ministerio da Justiça o credito suplementar de 550:000\$ á verba (decr. 3.823).

Sociedades — Concede autorização á caixa filial do Banco

Emissor de Pernambuco para organizar a anonyma Companhia Generos de Estiva (decr. 12); concede autorização a Balthazar Castigo para organizar a anonyma Companhia Mercantil de Generos Mineiros (decr. 14); concede autorização para organizar a anonyma Payão, Briccola e Borges (decr. 15); concede autorização a Agostinho José de Andrade Queiroz e outros para organizarem a anonyma Companhia Industrial de Vinhos (decr. 19); concede autorização a Antonio Joaquim Marques Peixoto para organizar a anonyma Companhia Suburbana de Comestiveis dos Varejistas (decr. 20); concede autorização a Firmino Francisco Fontes para organizar a anonyma Companhia Luso-Brasileira Manufactora de Cerveja e Aguas Gaseosas (decr. 22); concede autorização ao Dr. Domingos Felipe de Souza Leão e outro para organizarem a anonyma sob a denominação de Confeitaria Paulista (decr. 23); concede autorização a Cicero de Pontes e outros para organizarem a anonyma Companhia Industrial e Mercantil, no Estado do Piahy (decr. 24); concede autorização ao capitão Octaviano Marcondes para organizar a anonyma Companhia Commercio de Carne Secca e Mantimentos (decr. 25); concede autorização ao Banco Commercio e Industria do Brasil para organizar a anonyma Salinas Lindemberg, de Cabo Frio (decr. 26); concede autorização a Augusto Durand para organizar a anonyma Companhia Nacional de Biscuitos e Bolachas (decr. 44); concede autorização a João Guimarães para organizar a anonyma Cooperativa Rural (decr. 52); concede autorização ao Banco Mutuo e ao capitão-tenente Orozimbo Muniz Barreto para organizarem a anonyma Companhia Fomento Industrial e Agricola de Matto Grosso (decr. 70); concede autorização a Tancredo Pedro de Azevedo Leal e outros para organizarem a anonyma Companhia Criadora e Fornecedora de Aves Domesticas, Gado e Carvão de Matto Virgem (decr. 71); concede autorização a Custodio Justino das Chagas para organizar a anonyma Companhia Alimenticia S. Paulo e Santos (decr. 80); concede autorização a João de Carvalho Borges Leite para organizar a anonyma Companhia Cooperativa de Panificação (decr. 97); concede autorização a Affonso Veridiano e outro para organizarem a anonyma Companhia Fornecedora de Leite (decr. 98); concede autorização ao Dr. Antonio Pereira dos Santos Leal para organizar a anonyma "Petite Banque" dos Estados Unidos do Brasil (decr. 116); concede autorização a Domingos de Souza Carneiro para organizar a anonyma Companhia Manufactora de Cerveja, Gelo e Aguas Mineraes, em Petropolis (decr. 122); concede autorização a José Antonio de Oliveira Moraes e outros para organizarem a anonyma Companhia Consumo de Fariinha de Trigo (decr. 123); concede autorização a Antonio Coutinho de Moraes para organizar a anonyma Companhia de Seccos e Molhados de S. Christovão (decr. 124); concede autorização a Cornelio de Souza Lima e outro para organizarem a anonyma Companhia Norte do Rio (decr. 125); concede autorização a João José de Moura Magalhães e outro para organizarem a anonyma Companhia. Paulista de Industria Fabril (decr. 127); concede autorização a Antonio José Fontes Junior para organizar a anonyma Companhia Commercio de Cabotagem (decr. 136); concede autorização a Antonio Pereira Cardoso e outro para organizarem a anonyma Companhia Vinicola Internacional (decr. 138); concede a Antonio Vieira da Costa Machado e outros autorização para organizarem a anonyma Companhia S. Paulo Hotel (decr. 144); concede ao coronel João Carlos Leite Penteado e outros autorização para organizarem a anonyma Niagara Paulista (decr. 164);

concede autorização a Guilherme Klern e outro para organizarem a anonyma Companhia Agricola Commercial Rio e Campos (decr. 170); concede autorização a Leite Borges & Irmão para organizarem a anonyma Companhia Industrial de Productos Nacionaes (decr. 174); concede autorização a Manoel Joaquim Cafezeiro e outro para organizarem a anonyma Companhia de Carnes Verdes e Industrias Accessorias (decr. 267); concede autorização a Eduardo Augusto Pereira Nunes e outros para organizarem a anonyma Banco União Commercial Progresso dos Ta-
verneiros (decr. 269); concede autorização a João Alves Cardoso e outro para organizarem a anonyma Companhia Alcoolica da Bahia (decr. 314); concede autorização a Antonio Emilio Pinto Garcia e outro para organizarem a anonyma Companhia Taurina Brasileira (decr. 322); concede autorização ao Dr. Nemesio de Rego Quadros e outro para organizarem a anonyma Companhia Porvir Fluminense (decr. 324); concede autorização a João Baptista de Oliveira e outro para organizarem a anonyma Companhia Brasileira Commercio de Carne Secca (decr. 325); concede autorização a Antonio Candido da Rocha para organizar a anonyma Companhia Matarazzo (decr. 336); concede autorização a José Pinto da Silva Moreira e outros para organizarem a anonyma Companhia Salinas de Margarida (decr. 341); concede autorização ao Banco da Bolsa de Pernambuco para organizar a anonyma Companhia Recifense de Panificação (decr. 342); concede autorização a Antonio Francisco Loureiro e outro para organizarem a anonyma Companhia Industrial Commercio de Estiva (decr. 356); concede autorização a Francisco Carnevale Rijnoli para organizar a anonyma Companhia Cooperativa Italiana (decr. 359); concede autorização a Carlos de Almeida Gonzaga para organizar a anonyma Companhia Cooperativa Popular (decr. 366); concede autorização a Alvaro de Almeida Gama para organizar a anonyma Companhia Mercantil (decr. 371); concede autorização ao Dr. Manoel de Assis Souza e outros para organizarem a anonyma Companhia Auxiliar do Commercio e Lavoura (decr. 382); concede autorização ao conde da Estrella e outros para organizarem a anonyma Companhia Mineira Industrial e Commissaria (decr. 383); concede autorização a Carlos Grassi e outro para organizarem a anonyma Companhia Industrial de S. Roque (decr. 384); concede autorização a Antonio Pereira da Costa para organizar a anonyma Companhia Centro de Comestiveis da Cidade Nova (decr. 385); concede autorização ao Banco de Credito e Commissões para organizar a anonyma Companhia Internacional Rio-Santos (decr. 393); concede autorização a João Antonio da Costa Pereira para organizar a anonyma Companhia Restaurantes Maritimos a Vapor (decr. 395); concede autorização a Gustavo Americo Hasselman para organizar a anonyma Companhia Abastecedora e Predial (decr. 401); consolida as disposições legislativas e regulamentares sobre as anonymas (decr. 434); concede autorização ao Banco Popular da Bolsa da Bahia para organizar a anonyma Companhia Emporio do Sal de Sergipe (decr. 435); concede autorização a Thomaz Laranjeira para organizar a anonyma Companhia Matte Laranjeira (decr. 436.C); concede autorização a Rodolpho Augusto Franca e outros para organizarem a anonyma Companhia Banha Rio-Gradense Alves (decr. 450); concede autorização a João Boaventura Allen e outros para organizarem a anonyma Companhia Geral de Lubrificação (decr. 452); concede autorização a João de Pinho Machado para organizar a anonyma Companhia Hespanhola (decr.

470); concede autorização a Paulo Alpinus e outros para organizarem a anonyma Companhia Charcuteria Fluminense (decr. 475); concede autorização a Affonso Henriques Pereira de Carvalho e outros para organizarem a anonyma Grande Companhia de Vinhos (decr. 502); concede autorização ao engenheiro Francisco de Siqueira Queiroz para organizar a anonyma Companhia Providencia Popular (decr. 506); concede autorização a João Ferreira Lemos e outros para organizarem a anonyma Companhia Constructora e Commercio Paula Mayrink (decr. 507); concede autorização a Ignacio do Lago Parga e outros para organizarem a anonyma Companhia de Distillação, Bebidas e Gelo (decr. 528); concede autorização a José Candido Teixeira para organizar a anonyma Companhia Cooperativa Paulista-Italiana (decr. 562); concede autorização a Antonio do Nascimento Silva e outros para organizarem a anonyma Companhia Industria Pecuaria (decr. 570); approva e manda executar o regulamento das anonymas (decr. 603); concede autorização a José Francisco da Rocha Pombo para organizar a anonyma Companhia Consumo de Carnes (decr. 623); concede autorização a José Francisco da Rocha Pombo para organizar a anonyma Companhia Mercantil e Industrial Paranaense (decr. 624); concede á anonyma Banco de Credito Brasileiro autorização para fundar carteira hypothecaria (decr. 632); concede autorização a Guilherme A. C. de Oliveira para organizar a em commandita por acções C. de Oliveira & Comp. (decr. 701); concede autorização a Ramiro Fortes de Barcellos para organizar a anonyma — A Meridional (decr. 721); concede autorização a José Leão Ferreira Souto para organizar a anonyma Companhia Central de Restaurantes (decr. 738); declara que o disposto no art. 51 do decreto n. 169, de 1890, não comprehende as anonymas que exploram a industria de pharmacia (decr. 796); concede autorização a Manoel Lopes de Carvalho para organizar a em commandita Carvalho & Comp. (decr. 815); concede autorização ao Dr. João Landell para organizar a anonyma Companhia Alliança do Sul (decr. 818); approva a reforma dos estatutos da Padaria Luso-Brasileira (decr. 861); approva, com alterações, a reforma dos estatutos da anonyma Companhia Cooperativa de Consumo Domestico e Agricola de Nova Friburgo (decr. 895 A); concede autorização a Affonso Pedreira de Cerqueira e outro para organizarem a anonyma Companhia Abastecedora de Agua da Feira de Sant'Anna (decr. 964); concede autorização á anonyma "The Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited", para continuar a funcionar (decr. 1.051); concede autorização ao Banco da Bolsa do Recife para organizar a anonyma Companhia Pecuaria Fabril (decr. 1.237); concede autorização á commanditaria por acções Rodrigues Fontes, Oliveira & Comp. para funcionar (decr. 1.388); autoriza a funcionar a anonyma Loteria Nacional (decr. 1.482 B); dá nova redacção ao art. 155 do decreto n. 434, de 1891, sobre a dissolução das anonymas (decr. 1.522 A); approva os estatutos da anonyma Cooperativa Militar do Brasil (decr. 1.604); approva as alterações feitas nos estatutos da anonyma Loteria Nacional (decr. 1.691); concede autorização a Serafim José Botelho e outro para organizarem a Eden Lavradio (decr. 1.755); approva a reforma dos estatutos da anonyma Cooperativa Militar do Brasil (decr. 1.848); concede autorização a Pedro de Sá & Comp. para organizarem a em commandita por acções — Empresa Beneficadora de Arroz (decr. 1.864); concede autorização ao engenheiro

Joaquim Guilherme de Souza Leitão Maldonado para organizar anonyma Coooperativa Quatorze de Julho (decr. 1.895); concede autorização á „Royal Insurance Company” para estabelecer uma agencia em Santa Catharina (decr. 1.935 A); concede autorização á em commandita por acções Cervejaria Brahma — George Maschke & Comp. para funcionar (decr. 2.115); concede autorização ao engenheiro Joaquim Guilherme de Souza Maldonado para reformar os estatutos da anonyma Cooperativa Quatorze de Julho (decr. 2.142); concede autorização a Roberto J. Kinsmann Benjamin para organizar a anonyma Cooperativa Nacional (decr. 2.214); approva os estatutos da de seguros sobre a vida — Equitativa dos Estados Unidos do Brasil (decr. 2.245); consente na mudança do nome de — Banco de Credito Predial Urbano — para o de — Credito Urbano (decr. 2.254); concede autorização á em commandita, por acções Cervejaria Brahma — George Maschke & Comp. para reformar os seus estatutos (decr. 2.274); autoriza a transformação da anonyma Cooperativa Quatorze de Julho em por acções, sob a firma Maldonado & Comp. (decr. 2.392); concede á anonyma „Banque Française du Brésil” autorização para estabelecer uma caixa filial ou succursal na Capital Federal e agencias em Santos e S. Paulo (decr. 2.423); concede autorização a R. G. Kinsmann Benjamin para reformar os estatutos da anonyma Cooperativa Nacional (decr. 2.441); approva os estatutos da de seguros mutuos denominada — Proletaria (decr. 2.472); approva os estatutos da de seguros — Operaria (decr. 2.477); concede autorização a R. G. Kinsmann Benjamin para reformar os estatutos da Cooperativa Nacional (decr. 2.479); dá regulamento para o caso de insolvencia ou liquidação de anonyma (decr. 2.519); approva o regulamento para cobrança do imposto de 1:000\$ a que estão sujeitas as sportivas (decr. 2.538); concede autorização á Hygienica de Distillação para funcionar (decr. 2.540); concede autorização a Joaquim Bernardino Pinto Machado e outros para organizarem a anonyma Companhia de Seguros Providencia Mercantil (decr. 2.554); fixa a commissão que devem perceber os syndicos da liquidação forçada das anonymas, com sede na Capital Federal (decr. 2.577); approva os estatutos da de seguros mutuos sobre a vida — Garantia da Amazonia (decr. 2.597); concede autorização ao Banco do Estado do Rio de Janeiro para organizar a sob a denominação de Associação Agricola e Commercial Mutualidade Fluminense (decr. 2.379); concede autorização a Eduardo Augusto Pereira Nunes para organizar a anonyma Companhia Credito Agricola e Industrial do Paraná (decr. 2.939); concede autorização a L. Paulino & Comp. para organizarem a anonyma Fabrica de Conservas Alimenticias (decr. 3.217); approva os novos estatutos da de seguros — A Equitativa (decr. 3.272); autoriza a de seguros mutuos sobre a vida — A Equitativa, a operar em seguros terrestres e maritimos (decr. 3.304); innova o contracto celebrado com a Anonyma de Gaz do Rio de Janeiro (decr. 3.329); approva os estatutos da de seguros sobre a vida — Garantia Mutua do Brasil (decr. 3.394); concede ao bacharel Virgilio Brigido autorização para incorporar a anonyma Banco de Credito Real de Sergipe (decr. 3.416); approva os estatutos da mutua de seguros de vida — Caixa Geral das Familias (decr. 3.444); concede á anonyma Empresa de Sal e Navegação autorização para funcionar (decr. 3.526); concede á anonyma Mala Real

Portugueza autorização para funcionar (decr. 3.558); concede a Augusto Cesar Guimarães autorização para organizar a anonyma Monte de Piedade Fluminense (decr. 3.556); concede autorização á em commandita Monzini Schiffini & Comp. para funcionar (decr. 3.610); concede autorização á Anonyma Bananal para funcionar (decr. 3.655); approva as alterações nos estatutos da anonyma Empresa de Sal e Navegação (decr. 3.658); modifica o art. 40 dos estatutos da anonyma "Sucrerie Villa Raffard" (decr. 3.662); concede autorização á anonyma "Sucrerie de Cupim" para funcionar (decr. 3.663); modifica o art. 40 dos estatutos da anonyma "Sucrerie de Piracicaba" (decr. 3.664); approva os estatutos da anonyma Companhia Matte Laranjeira (decr. 3.741); concede autorização á em commandita por accções George Maschke & Comp. para reformar os seus estatutos (decr. 3.761); concede á anonyma "Banque Belge de Prêts Fonciers" autorização para estabelecer uma succursal na Capital Federal (decr. 3.776); concede autorização á Anonyma Minas de Cobre de Camaquã para funcionar (decr. 3.783); concede autorização á anonyma mutua de economia "La Accumulativa" para funcionar (decr. 3.830); concede autorização á anonyma "Contelburo, Limited" para funcionar (decr. 3.831) — Ver "Brazilian Contracts Corporation" — Impostos.

"Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro" — Ver Accórdos.

"Société Anonyme d'Exploitations des Breves L. Reuse" — Ver Autorização.

Società Italiana di Esportazioni Enrico Del'Acqua" — Ver Autorização.

"Société Anonyme de la Sucrerie Villa Raffard" — Ver Autorização.

"Société Générale de Transports Maritimes à Vapeur de Marseille" — Ver Creditos.

Société Anonyme des Distilleries Brésiliennes" — Ver Autorização.

"Société Anonyme des Mines d'Or de Ouro Falla" — Ver Autorização.

Société Anonyme des Mines de Manganese d'Ouro Preto" — Ver Autorização.

Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro" — Ver Accórdos.

Soldos — Equipara os dos machinistas navaes aos dos officiaes de iguaes patentes das demais classes da armada (decr. 779 B); concede ás familias das praças de pret do exercito, da armada, da guarda nacional, dos corpos de policia e de outras corporações, que fallecerem em combate, a percepção de do posto (decr. 1.594 A); concede ás praças de pret da guarda nacional, dos corpos de policia e de outras corporações, que se inutilizarem na defesa das instituições constitucionaes, reforma com o por inteiro (decr. 1.594) — Ver Creditos — Meio-soldo.

Solemnidades — Marca o vestuario que, no exercicio das publicas, devem usar os membros do Tribunal Civil e Criminal e pretores do Districto Federal (decr. 1.431); marca o vestuario que, no exercicio das publicas, devem usar os juizes federaes e procuradores da Republica (decr. 2.522).

Solicitude — Ver Vencimentos.

"Southern Brazilian Railway Company, Limited" — Ver Estradas de ferro.

Subditos — Ver Disposições.

Subsidios — Ver Creditos — Impostos.

Substituições — Designa a ordem da dos pretores (decr. 107); declara como devem ser feitas a dos auditores de guerra e de marinha (decr. 355); regula a de "bonus" do Banco da Republica por notas do Thesouro Nacional (decr. 2.405) — **Ver Clausulas** — **Engenhos** — **Instrucções** — **Regimen** — **Regulamentos** — **Tabellas** — **Tarifas**.

Substitutos — **Ver Lentos** — **Logares**.

Subvenção — **Ver Companhias** — **Creditos** — **Empresas**.

Successões — Applica ás de cidadãos suissos as disposições do decreto n. 85 de 1851, art. 24 (decr. 2.169; applica ás dos subditos belgas as disposições do decreto n. 855, de 1851, art. 24 (decr. 2.546); applica ás dos subditos allenhões as disposições do decreto n. 855, de 1851, art. 24 (decr. 3.358); torna definitiva a applicação provisoria ás portuguezas, a que se refere o art. 24 do decreto n. 855, de 1851 (decr. 3.492).

Succursal — **Ver Autorização**.

"Sucrerie de Piracicaba" — **Ver Autorização**.

"Sucrerie Villa Raffard" — **Ver Estatutos**.

Supplentes — **Ver Juizes**.

Supressão — **Ver Agencias** — **Alfandegas** — **Arsenaes** — **Bilhetes** — **Clausulas** — **Consulados** — **Directorias** — **Fiscalização** — **Logares**.

Supprimto — **Ver Creditos**.

Supremo Tribunal Militar — **Ver Juizes**.

Suspensão — **Ver Execução** — **Garantias** — **Sítio**.

Systema — **Ver Engenhos**.

Syndicos — Fixa a commissão que devem perceber os da liquidação forçada das sociedades anonymas com séde na Capital Federal (decr. 2.577).

T

Tabellas — Approva a das continencias que se devem observar no exercito (decr. 100); altera a de vencimentos dos foguistas da armada (decr. 678); altera a observação constante da de n. 3, annexa ao decreto n. 691, de 1890 (decr. 787); dá aos empregados da Caixa Economica e Monte de Soccorro do Rio do Janeiro (decr. 1.018); approva a do numero, classes e vencimentos dos empregados da Caixa Economica do Rio Grande do Sul (decr. 1.107); manda executar uma do numero e vencimentos dos empregados da secção de artes da Imprensa Nacional (decr. 1.195 C); manda observar a do pessoal das caixas economicas que estavam annexas ás thesourárias de fazenda (decr. 1.204); approva a de preços, elemental, para base de calculo na construção das obras da linha da Estrada de Ferro de Peganha a Araxá (decr. 1.944); approva a de vencimentos dos officiaes marinheiros e equiparados para execução da lei n. 304, de 1895 (decr. 2.215); approva a de preços, complementar aos orçamentos approvados pelos decretos ns. 32 e 874, de 1889 e 1890 (decr. 2.287); approva a de preços para execução dos trabalhos da duplicação da linha ferrea de Santos a Jundiahy (decr. 2.338); approva a de vencimentos do pessoal da Directoria Geral de Saude Publica (decr. 2.458); substitue as A e B, a que se refere o decreto n. 1.207, de 1893 (decr. 2.770); substitue a dos emolumentos consulares (decr. 2.832); manda completar a de n. 4 do codiço de signaes communs a todos os portos e barras (decr. 3.194); autoriza o Ministerio da Industria a corrigir nas de distribuição

de créditos os erros ocorridos nas verbas 71 e 151 (decr. 3.575); altera a de distribuição de fardamento a patrões, remadores, marinheiros, machinistas e foguistas das embarcações dos arsenaes e da Intendencia Geral da Guerra (decr. 3.764); approva a de preços de unidades para vigorar na parte em construção da Estrada de Ferro de Itararé ao Rio Uruguay (decr. 3.808) — Ver disposições — Vencimentos.

Tanoeiros — Ver Officinas.

Tarifas — Approva as do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco (decr. 1.717); altera as em vigor na Estrada de Ferro do Rio Claro (decr. 1.815); altera as da Estrada de Ferro Central de Alagoas (decr. 1.880); approva as da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras (decr. 1.881); approva as da Estrada de Ferro de Santa Maria a Cruz Alta (decr. 1.882); approva as da Estrada de Ferro de Muzambinho (decr. 1.892); approva a substituição das da Estrada de Ferro Minas e Rio (decr. 1.893); approva a substituição das condições regulamentares da em vigor na Estrada de Ferro de Cabedello a Independencia (decr. 1.908); approva para o serviço de transporte de passageiros e mercadorias na Estrada de Ferro do Bananal (decr. 1.959); approva as bases das para vigorarem no Ferro-Carril de Santa Cruz a Itaguahy (decr. 2.042); approva as alterações das approvadas pelo decreto n. 10.321, de 1889, da Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco (decr. 2.044); approva as das linhas de Ribeirão Preto a Catalão e ramal de Poços de Caldas, da Estrada de Ferro Mogiana (decr. 2.087); approva as modificações feitas nas da Estrada de Ferro de Santa Maria a Cruz Alta (decr. 2.088); altera a classificação das da Estrada de Ferro Conde d'Eu (decr. 2.124); approva algumas alterações nas da Estrada de Ferro do Paraná, approvadas pelo decreto n. 1.991, de 1895 (decr. 2.133); altera as de mercadorias da Estrada de Ferro de Alagoas, approvadas pelo decreto n. 2.169, de 1894 (decr. 2.168); approva as bases para a applicação de movel na Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé (decr. 2.175); approva as bases de moveis para o transporte de mercadorias na Estrada de Ferro Central de Macahé (decr. 2.191); manda executar a das alfandegas e mesas de rendas (decr. 2.261); manda fazer algumas rectificações na das alfandegas (decr. 2.279); approva as bases para a organização das da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana (decr. 2.313); publica a adhesão da Noruega á Convenção Internacional para publicação das aduaneiras (decr. 2.339); modifica as approvadas pelo decreto n. 1.881, de 1894, em vigor na Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras (decr. 2.376); manda executar em todas as alfandegas e mesas de rendas a nova (decr. 2.469); modifica artigos das de passageiros e mercadorias, da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro (decr. 2.497); altera as bases das da Estrada de Ferro D. Thereza Christina (decr. 2.515); substitue a condição 1^a do art. 9^o do decreto n. 2.497, de 1897, que modificou diversos artigos das da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro (decr. 2.528); approva as bases de da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco (decr. 2.553); approva as bases de do ramal de Timbó, da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco (decr. 2.601); altera as bases das de passageiros na linha principal da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco (decr. 2.631); altera os preços das de passageiros da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras (decr. 2.645); approva a applicação das bases de differenciaes na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay (decr. 2.671);

aprova as bases das da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 2.675); manda executar a das alfândegas (decr. 2.743); approva as da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé (decr. 3.087); approva as alterações feitas nas em vigor na Estrada de Ferro Central da Bahia (decr. 3.187); approva as alterações feitas nas em vigor na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay (decr. 3.215); approva as da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro (decr. 3.249); altera as da Estrada de Ferro Conde d'Eu (decr. 3.303); approva o abatimento da de transporte de lenha pela de passageiros, bagagens etc. da Estrada de Ferro do Bananal (decr. 3.359); approva as alterações das em vigor na Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco (decr. 3.375); altera as da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay (decr. 3.441); reduz a para transporte por vagão completo de madeiras, na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay (decr. 3.494); modifica a de algumas mercadorias transportadas pela Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro (decr. 3.613); approva a revisão das aduaneiras (decr. 3.617); altera as da Estrada de Ferro Central da Bahia (decr. 3.656); altera algumas da Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco (decr. 3.665); approva algumas modificações nas em vigor na Estrada de Ferro de Quarahim a Itaqui (decr. 3.720); uniformiza as em vigor nas estradas de ferro de Santos a Jundiáhy, Paulista, Mogyana e Sorocabana (decr. 3.722); altera as bases das moveis em vigor na Estrada de Ferro Central das Alagoas (decr. 3.772); approva as da rede fluminense da "Leopoldina Railway Company, Limited" (decr. 3.785); approva as para a Estrada de Ferro de Itararé ao Rio Uruguay (decr. 2.792); modifica a do kerosene e courinhos transportados pela Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro (decr. 3.841) — Ver Estradas de ferro — Serviços — Transporte.

Taxas. — Fixa a de cambio para pagamento de juros para a construcção da Estrada de Ferro do Paraná (decr. 1.180); promulga o regulamento da judiciaria no Districto Federal (decr. 2.163); eleva a 40\$ diários a de aluguel dos guindastes a vapor da Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco (decr. 2.501); substitue as tabellas das de analyses (decr. 2.770); dá regulamento para a arrecadação das de consumo d'agua, na Capital Federal (decr. 2.794); dá regulamento para a cobrança da judiciaria nos feitos julgados pela justiça federal (decr. 3.312); approva a redução da para os generos de producção nacional transportados pelo prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Araruama (decr. 3.404); permite ás administrações de estradas de ferro que têm accôrdo mutuo com a Repartição Geral dos Telegraphos equiparar as telegraphicas (decr. 3.458); altera as dos caixões; vehiculos e sepulturas percebidas pela Empresa Fúrraria, a cargo da Santa Casa de Misericórdia (decr. 3.519).

Telegraphistas — Ver Vencimentos.

Telegraphos — Ver Créditos — Repartições — Taxas.

Telephones — Ver Autorização.

Tempo — Torna extensiva á marinha a contagem de embarque dos officiaes graduados (decr. 3.748).

Tcór — Ver Regras.

Termos — Autoriza o ministro da Industria a revalidar o de transferencia de 31 de março de 1891 (decr. 2.193).

Terrão — Declara caduca a concessão de devolutas nas antigas provincias da Bahia e Minas Geraes (decr. 3.677) — Ver Concessões — Créditos — Lotes.

Terrenos — Manda alienar os dos arsenaes de marinha de

Pernambuco e da Bahia (decr. 3.188); declara de utilidade publica a desapropriação do á rua Humaytá ns. 44 e 46 e do predio n. 44, occupados pela estação do corpo de bombeiros (decr. 3.779); approva a planta dos accrescidos ao cães da Sagração, a cargo da Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão (decr. 3.867) — Ver Arsenaes — Desapropriações — Estradas de ferro — Plantas.

Territorio — Declara em estado de sitio alguns pontos do nacional (decr. 1.683) — Ver Districtos.

Theatros — Concede autorização a Victor José de Freitas Reis para construir um lyrico na Capital Federal (decr. 499); concede á Agencia Constructora do Banco Impulsor permissão para os illuminar por luz electrica (decr. 559); regula a inspecção dos da Capital Federal (decr. 2.558).

Thesouro — Fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados do Nacional (decr. 1.582); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:000\$, supplementar, á verba — Material, do Federal (decr. 3.109).

Tiro nacional — Approva o regulamento do (decr. 3.224).

Títulos — Determina que os que fundamentam acções intentadas pela Fazenda Nacional passem a ser remetidos ao procurador seccional (decr. 340); concede á Faculdade de Direito da Bahia o de — livre (decr. 599); concede á Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro e á Faculdade de Direito o de — livres (decr. 639); concede á Faculdade de Direito de Minas Geraes o de — livre (decr. 1.289); adopta modelos para a expedição dos de propriedade de lotes de terra vendidos a immigrants (decr. 1.861); dá regulamento para emissão dos de garantia de mercadorias depositadas nos armazens (decr. 2.502) — Ver Apolices — Escolas — Montepio.

Torpedos — Ver Arsenaes.

Trabalhadores — Augmenta o numero e os salarios dos do Jardim Botânico (decr. 716).

Trabalho — Ver Estradas de ferro.

Traçado — Modifica o da Estrada de Ferro de Aracajú a Simão Dias (decr. 323); approva a modificação feita no do prolongamento entre os kilometros 373 e 388, da linha de Botucatu á Tybagy, da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 638); approva a variante proposta pela "Tram-road de Nazareth" em substituição ao já approved (decr. 674); approva a modificação feita no da Estrada de Ferro do Norte, no prolongamento entre o rio Trapicheiro e a rua Machado Coelho (decr. 734); approva a variante proposta pela Tram-road de Nazareth" em substituição ao já approved (decr. 778); approva a variante ao da Estrada de Ferro de Pelotas ás colonias de São Lourenço, na parte relativa ao ramal de Tablada (decr. 1.021); altera o da 1ª secção da Estrada de Ferro Central Alagoana até S. Miguel (decr. 1.603).

Trafogó — Ver Estrada de Ferro Central do Brasil — Taxas. Trancamento — Ver Contas.

Transferencia — Decreta a dos favores concedidos a Fernando Schneider para estabelecimento de uma coudelaria no Paraná, á Companhia de Melhoramentos de S. Paulo e Paraná (decr. 43); autoriza a da concessão feita ao bacharel João Candido Murtinho á Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil (decr. 619); autoriza a da Estrada de Ferro do Rio Claro á Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluvias (decr. 719); autoriza a da Estrada de Ferro de Itú a Iguaçu á Companhia

Viação Ferrea Sapucahy (decr. 769); autoriza a do contracto para construcção da Estrada de Ferro de Maceió á colonia Leopoldina (decr. 800); autoriza a do contracto para construcção de uma estrada de ferro de Maceió á extincta colonia Leopoldina (decr. 834); para o quadro extraordinario do capitão-tenente Alfredo Augusto de Lima Barros e dos primeiros tenentes João Maximiano Argermon Sidney Schieffler e Themistocles Nogueira Savio (decr. 930 A); declara effectiva a da concessão do decreto n. 1.060, de 1890, á Companhia Geral de Melhoramentos de Pernambuco (decr. 1.017); autoriza a da concessão constante do decreto n. 862, de 1890 (decr. 1.127); autoriza a para a Companhia Estradas de Ferro do Norte do Brasil das concessões das estradas de ferro de Tamandaré a Barra e de Aracajú a Simão Dias (decr. 1.613) — Ver Agencia — Bancos — Companhias — Concessões — Consulados — Empresas — Engenhos — Estações — Estradas de ferro — Fortalezas — Hospitaes — Museu Nacional — Observatorio — Officiaes — Secretaria — Serviços — Verbas.

Transformação — Ver Bancos — Casas — Guarda nacional — Portos.

Transmissão — Ver Impostos.

Transporte — Autoriza o de sobras, na importancia de 119:000\$, para as despesas do Conselho da Intendencia Municipal (decr. 681); approva as instrucções regulamentares e tarifas para o de passageiros e mercadorias pela Estrada de Ferro do Sobral (decr. 1.653); abre o credito de 150:000\$ para as despesas com dos sentenciados de Fernando de Noronha (decr. 1.911); approva tarifas para o serviço do de passageiros e mercadorias na Estrada de Ferro do Bananal (decr. 1.959); approva as instrucções regulamentares e tarifas para o de passageiros na Estrada de Ferro do Paraná (decr. 1.991); autoriza a cobrança de fretes, por distancias percorridas pelos trens, na Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, para o de cannas e lenha para a Usina Engenho d'Agua (decr. 2.386); dá regulamentação para a arrecadação do imposto de (decr. 2.791) — Ver Estradas de ferro — Immigrantes.

Tratado — Manda executar o de commercio e navegação celebrado entre o Brasil e o Perú em 1891 (decr. 2.269); manda executar o de amizade, commercio e navegação entre o Brasil e o Japão (decr. 2.489); manda executar o de 10 de abril de 1897, que submette a arbitramento a questão de limites entre o Brasil e a Guyana Franceza (decr. 2.967); manda executar o de extradição entre o Brasil e o Chile (decr. 3.653); manda executar o entre o Brasil e a Republica Argentina, concluido em 6 de outubro de 1898 (decr. 3.667).

Trecho — Approva a modificação do destinado ao estabelecimento da estação de S. Vicente, no prolongamento para Santos, da estrada de ferro Sorocabana (decr. 1.430) — Ver Estradas de ferro — Prolongamento — Ramaes.

Triagem — Ver Estações.

Tribunaes — Providencia sobre a installação do Supremo Federal (decr. 1); dá providencias para a installação dos do Districto Federal (decr. 6); marca o vestuario que devem usar os membros do Civil e Criminal (decr. 1.431); fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados do de Contas (decr. 1.582); abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:440\$858 para pagamento de vencimentos dos membros do de Contas (decr. 2.389); approva o regulamento do de Contas (decr. 2.409).

Trilhos — Approva os desenhos dos tipos de, que devem ser empregados na Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.262); approva o orçamento e desenho dos a empregar na via-permanente da Estrada de Ferro Minas e Rio (decr. 2.446); approva o tipo de, que têm de ser empregados nos planos inclinados da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy (decr. 2.889).

Tunnels — Ver Desapropriações — Estradas de ferro.

Tipos — Ver Estradas de ferro — Material — Trilhos.

União — Publica a adesão da Colónia Britannica do Cabo da Boa Esperança á Postal Universal (decr. 1.945); publica a inclusão do territorio Bechuanaland britannico na Postal Universal (decr. 2.255); publica a adesão do governo chinês á Postal Universal (decr. 2.720); publica a adesão do governo japonês á para a Protecção da Propriedade Industrial (decr. 3.308); publica a adesão da Allemanha á Postal Universal, de 1897, pelas ilhas Samoa (decr. 3.714).

Unidades — Approva a tabella dos preços de para vigorar na parte em construcção da Estrada de Ferro de Itararé ao Rio Uruguay (decr. 3.808).

Unificação — Ver Serviços.

Uniformes — Declara o que devem usar os veterinarios e picadores do exercito (decr. 106); altera o plano de do batalhão naval (decr. 596); altera o plano de dos officiaes da armada e classes annexas (decr. 735); declara que os enfermeiros, fiéis e escreventes da armada devem ter o mesmo marcado no decreto n. 735, de 1892 (decr. 743); modifica o plano de para o batalhão academico (decr. 743); modifica o plano de para os alumnos e inspectores do Collegio Militar (decr. 1.465); altera o plano de da guarda nacional (decr. 1.506); altera o plano de para os corpos medico e pharmaceutico do exercito (decr. 1.605); concede aos officiaes da armada o uso de 1º e 2º uniformes (decr. 1.708); approva o novo plano de para os officiaes do exercito e altera o plano adoptado para os honorarios (decr. 1.729 A); declara o plano de dos corpos sanitarios do exercito (decr. 1.830); modifica o plano de para o exercito (decr. 1.834); manda adoptar o plano de para a armada (decr. 1.880 A); altera o plano de, mandado adoptar pelo decreto n. 1.729 A, de 1894 (decr. 1.903); estabelece alterações no plano de do exercito (decr. 1.936); manda adoptar o plano de para o corpo da armada e classes annexas (decr. 2.036); manda observar o plano de para os inferiores e praças do corpo de infantaria de marinha (decr. 2.051); approva o plano de para os officiaes do corpo de bombeiros (decr. 2.234); altera o plano de, adoptado pelo decreto n. 1.729, modificado pelo decreto n. 1.834, de 1894 (decr. 2.367); altera o plano de da guarda nacional (decr. 2.463); manda observar algumas alterações no plano de para o corpo da armada e classes annexas (decr. 3.081); altera o decreto n. 1.729 A, de 1894, na parte relativa aos dos officiaes generaes reformados (decr. 3.346); altera o dos foguistas extranumerarios (decr. 3.574); altera o plano de a que se refere o decreto n. 2.036, de 1895, na parte referente ás divisas dos officiaes da armada (decr. 3.660); modifica o plano de, quanto ás passadelras (decr. 3.733); approva novo plano para os da brigada policial (decr. 3.835).

Uniformização — Ver Regulamentos — Tarifas.

"Union (I)" — Ver Autorização.

Urgências — Ver Serviços.

Uso — Concede aos officiaes honorarios da armada o do 1º e 2º uniformes (decr. 1.708) — Ver Fardamento.

Utilidade — Declara de publica a desapropriação, no Estado de Pernambuco, das propriedades denominadas — Engenho Velho, Bulhões, Santo André e Santo Antonio (decr. 154); declara de publica a desapropriação dos predios e terrenos necessarios ao prolongameto da rua do Sacramento á rua Larga de S. Joaquim (decr. 171); declara de publica municipal a desapropriação dos predios e terrenos necessarios ao prolongamento da rua Larga de S. Joaquim á rua Visconde de Itaborahy (decr. 172); declara de publica a desapropriação do predio n. 31 da rua Humaytá (decr. 173); declara de publica municipal a desapropriação de predios e terrenos necessarios á abertura de uma avenida entre o largo do Cattete e a rua Ypiranga (decr. 214); declara de publica a desapropriação do terreno situado, em Nova Cintra, no morro de Santa Thereza (decr. 337); approva a planta para desapropriação, por publica, dos terrenos necessarios ao augmento da estação de Jundiahy (decr. 344); declara de publica municipal a desapropriação de predios e terrenos para alargamento e prolongamento da rua Nova do Ouvidor (decr. 369); declara de publica municipal a desapropriação dos predios ns. 35 A e 37 da rua São Luiz Gonzaga (decr. 455); declara de publica a desapropriação do terreno denominado — Nazareth, onde se acha o pharol de Santo Agostinho, em Pernambuco (decr. 513); declara de publica a desapropriação do terreno denominado — Nazareth, adjacente ao pharol de Santo Agostinho, onde se acham as casas dos guardas (decr. 526); declara de publica a desapropriação do engenho Camassary, em Pernambuco (decr. 549); declara de publica municipal a desapropriação dos predios n. 2 da rua da Ajuda e ns. 89 e 91 da rua de S. José (decr. 576); declara de publica a desapropriação dos engenhos Entre Rios e Manassú (decr. 607); declara de publica municipal a desapropriação de predios e terrenos necessarios á abertura de um tunnel da rua da Prainha á rua da Saude (decr. 616); declara de publica a desapropriação dos engenhos Palmeira, Penandula e Caxito (decr. 642); declara de publica municipal a desapropriação dos predios e terrenos comprehendidos pelas ruas de S. Pedro, Nuncio, General Camara e praça da Acclamação (decr. 665); declara de publica municipal a desapropriação do predio n. 90 da praça da Acclamação e terreno contiguo (decr. 667); annulla o decreto n. 667, de 1891, que declara de publica municipal a desapropriação do predio n. 90 da praça da Acclamação e terreno contiguo (decr. 688); declara de publica municipal a desapropriação dos terrenos da rua Dr. Dias Ferreira, para o serviço de esgotos (decr. 705 A); considera de nenhum effeito o decreto n. 455, de 1891, que declarou de publica a desapropriação dos predios ns. 35 A e 37 da rua S. Luiz Gonzaga (decr. 709); declara de publica municipal a desapropriação do predio n. 224 da rua do Hospício (decr. 718); declara de publica a desapropriação da área occupada pelo pharol de Aracajú (decr. 921); declara de publica municipal a desapropriação de terrenos em Copacabana (decr. 928); declara de publica municipal a desapropriação do predio da rua Visconde do Rio Branco n. 38 (decr. 929); declara de publica municipal a desapropriação do terreno da rua do Sacramento correspondentes aos predios ns. 224 e 226 (decr. 1.141 A); declara de

publica municipal a desapropriação dos terrenos da freguezia de Inhaúma, pertencentes a Alexandrina Rosa de Carvalho (decr. 1.141 B); declara de publica a desapropriação de terrenos na enseada de Abrahão (decr. 1.182); declara de publica a desapropriação do terreno e predio á rua Humaytá n. 44, occupados pela estação do corpo de bombeiros (decr. 3.779) — Ver Obras.

V

Vagões — Ver Desvios.

Vales — Publica a adhesão da Servia ao accôrdo de Vienna relativo ao serviço de postaes (decr. 2.106); publica a adhesão do governo peruano ao accôrdo relativo ao serviço de postaes, concluido em Vienna, em 1891 (decr. 2.452); publica a adhesão do territorio allemão da Africa do Sudoeste ao accôrdo relativo ao serviço de postaes (decr. 2.659); publica a adhesão da Republica de S. Salvador á Convenção Postal Universal sobre o serviço de postaes (decr. 3.513); publica a adhesão da Republica Peruana ao accôrdo de Washington relativo ao serviço de postaes (decr. 3.645); publica a adhesão do Principado de Montenegro ao accôrdo de Washington relativo ao serviço de postaes (decr. 3.734).

Valores — Ver Sello.

Vantagens — Concede ao Gymnasio Mineiro as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 806); torna extensivo á marinha o decreto n. 49, de 1892, sobre pecuniarias aos officiaes e praças absolvidos em conselho de guerra (decr. 898); concede ao Lyceu Paraense as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 1.121); torna extensivas aos professores dos institutos Benjamin Constant e dos Surdos-Mudos as concedidas ao pessoal docente do Gymnasio Nacional (decr. 1.210); concede á Escola de Pharmacia de Ouro Preto as de que gosam os estabelecimentos congêneres (decr. 1.417); concede ao Gymnasio Amazonense as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 1.778); concede ao Lyceu Cearense as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 1.894); concede ao Instituto Henrique Kopke as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 2.009); concede ao Instituto Benjamin Constant, de Pernambuco, as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 2.205); concede ao Gymnasio de S. Paulo as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 2.251); concede ao Lyceu Parahybano as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 2.301); concede ao Gymnasio da Bahia as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 2.347); concede ao Lyceu Maranhense as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 2.354); declara que gosarão das do art. 3º da lei de 6 de novembro de 1827, as viúvas, filhas menores e solteiras, e mães dos officiaes fallecidos e que fallecerem em consequência das operações militares na Bahia (decr. 2.473); concede ao Lyceu Alagoano as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 2.587); concede ao Lyceu Piahyense as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 2.620); concede ao Collegio Abilio as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.499); concede ao Gymnasio Nogueira da Gama as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.518); concede ao Collegio Pio-Americano as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.543); declara sem effeito o decreto n. 2.009, de 1895, que concedeu ao Instituto Henrique

Kopke as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.550); concede ao Collegio de Nossa Senhora da Conceição, em S. Leopoldo, as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.580); concede ao Collegio Paula Freitas as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.592); concede ao Collegio Alfredo Gomes as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.649); concede ao Collegio Diocesano as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.650); concede ao Instituto Nacional de Humanidades as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.687); concede ao Gymnasio do Rio Grande do Sul as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.688); concede ao Collegio do Caraca as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.701); concede ao Collegio Diocesano de S. Paulo as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.730); concede ao Collegio S. Vicente de Paulo, de Petropolis, as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.746); concede ao Collegio S. Salvador, na Bahia, as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.757); concede ao Gymnasio Nacional de Ouro Preto as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.782); concede ao Collegio Anchieta as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.822); concede ao Collegio S. Luiz, de Itú, as de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. 3.829) — **Ver Creditos — Paquetes.**

Vapores — Determina que os da linha costeira de Santa Catharina façam mensalmente tres viagens aos portos do norte e sul do Estado (decr. 2.005); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 661:658\$842 para pagamento do fretamento dos "Iris" e "Aymoré" (decr. 2.366); concede vantagens e regalias de paquete ao "Max" (decr. 3.549) — **Ver Creditos — Peças.**

Variantes — Determina que sejam estudadas diversas da Estrada de Ferro de Tamandaré a Barra (decr. 75); approva a proposta pela "Tram-road de Nazareth", em substituição ao traçado já approved (decr. 674); approva a proposta pela "Tram-road de Nazareth, em substituição ao traçado já approved (decr. 778); approva a proposta pela Empresa Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul, entre os kilometros 3-|-66 e 25-|-54, da Estrada de Ferro de Pelotas a S. Lourenço (decr. 941); approva a relativa ao traçado da Estrada de Ferro de Pelotas ás colonias de S. Lourenço (decr. 1.021); approva os estudos definitivos da entre os kilometros 421-|-798 e 490 da linha de Botucatu á foz de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 1.440); approva a de Formiga, da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão (decr. 1.947); approva os estudos da do Ribeirão Vermelho, da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão (decr. 1.948); approva as plantas e projectos da do Livramento, da linha ferrea de Barra Mansa a Catalão (decr. 1.949); approva os estudos definitivos da entre os kilometros 167-|-345 e 232-|-410, da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão (decr. 2.103); approva os estudos da entre os kilometros 333-|-380 e 366-|-420 da linha de Itararé, da Estrada de Ferro Sorocabana (decr. 2:581); approva os estudos definitivos e orçamentos das de Pitanguy ao Carambehy e de Entre Rios ao Virá, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande (decr. 2.945).

Velas — **Ver Impostos.**

Vencimentos — Fixa os dos auditores de guerra e do auditor geral de marinha (decr. 355); determina como serão pagos os

dos consules (decr. 557); altera a tabella de dos foguistas da armada (decr. 678); abre o credito de 500:000\$ para pagamento do augmento de dos telegraphistas (decr. 978); approva a tabella de dos empregados da Caixa Economica do Rio Grande do Sul (decr. 1.107); manda executar uma tabella de dos empregados da secção de artes da Imprensa Nacional e "Diario Official" (decr. 1.195 C); equipara os dos machinistas das lanchas do arsenal de guerra aos machinistas do Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. 1.487); eleva a 7\$123 diarios os dos patrões de lanchas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (decr. 1.545); fixa o dos empregados do Thesouro Nacional, Tribunal de Contas, Caixa de Amortização, Casa da Moeda, alfandegas e delegacias fiscaes (decr. 1.582); abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:800\$ para pagamento de aos adjuntos do procurador da Republica e solicitador do Districto Federal (decr. 1.609 B); abre ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 18:480\$ para pagamento de dos patrões e remadores de capitancias (decr. 1.643); abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 8:400\$ para pagamento de dos adjuntos do procurador da Republica e do solicitador da Fazenda (decr. 1.671); marca o dos empregados das alfandegas de S. Paulo e Juiz de Fora (decr. 1.748); abre ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 6:020\$ para pagamento de dos escrivães e officiaes de justiça do extincto Juizo dos Feitos da Fazenda (decr. 1.846); abre o credito necessario para pagamento de dos empregados das secretarias das duas camaras (decr. 1.899); abre creditos supplementares para pagamento do augmento de dos patrões das embarcações do Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. 1.918); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 1:306\$450 para pagamento de um escrevente, junto ao procurador da Republica (decr. 1.956); abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 8:825\$400 para pagamento de ao Dr. Antonio Martins Pinheiro (decr. 2.008); determina que os do Corpo Diplomatico e Consular sejam pagos por mezes vencidos, e que os dos empregados licenciados ou em commissão sejam pagos em moeda do paiz (decr. 2.146); approva a tabella de dos officiaes marinheiros e equiparados, para execução da lei n.º 304, de 1895 (decr. 2.215); abre ao Ministerio da Guerra o credito supplementar de 7:200\$ para pagamento do augmento de dos juizes togados do Supremo Tribunal Militar (decr. 2.277); abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 5:182\$757 para pagamento de ao lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, arcediago Dr. Luiz Francisco de Souza (decr. 2.295); abre o credito supplementar de 9:301\$930 para pagamento de ao lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos (decr. 2.296); altera os dos empregados das delegacias fiscaes de S. Paulo, Minas Geraes, Cuyabá, Curityba, Therezina e Goyaz (decr. 2.316); fixa os dos empregados da Alfandega de Macahé (decr. 2.336); abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:440\$858 para pagamento de dos membros do Tribunal de Contas (decr. 2.388); approva a tabella de do pessoal da Directoria Geral de Saude Publica (decr. 2.458); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 21:500\$ para pagamento de aos empregados da extincta Agencia Official de Colonização (decr. 2.584); abre o cre-

Credito especial de 111:095\$500 para pagamento de dos officiaes do exercito e da armada (decr. 2.596); abre o credito de 2:090\$321 para pagamento ao Dr. Valeriano Pecogueiro do Amaral de que deixou de perceber (decr. 2.618); abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 3:343\$772 á verba — Exercicios findos, para pagamento de ao cartieiro de 1ª classe Philomeno Jocelin Ribeiro (decr. 2.683); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:009\$, supplementar, á verba — Exercicios findos, para pagamento de ao 3º official dos Correios, José Francisco Rodrigues (decr. 2.684); abre ao Ministerio da Industria o credito supplementar de 6:000\$ para completar o pagamento dos de 10 bilheteiros da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 2.764); dá regulamento para a cobrança do imposto sobre (decr. 2.775); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 35:657\$534 para pagamento de do pessoal addido á respectiva Secretaria de Estado (decr. 2.808); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 13:985\$ para pagamento de ao 2º official dos Correios, Max Fleiuss (decr. 2.809); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 6:186\$391 para pagamento de ao major Alcides Bruce (decr. 2.860); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 33:341\$598 para pagamento de differença de a telegraphistas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 2.878); abre ao Ministerio da Justiça o credito especial de 11:934\$440 para pagamento de ao Dr. Cincinato Americo Lopes (decr. 2.924); abre ao Ministerio da Justiça o credito especial de 9:831\$111 para pagamento de ao tenente da brigada policial Vicente Pinto de Sant'Anna (decr. 2.947); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 32:000\$ para pagamento de do pessoal addido á Secretaria de Estado (decr. 2.971); declara quaes os que devem perceber os fiscaes do imposto de fumo e bebidas de Ouro Preto e os do imposto de phosphoros de Nitheroy (decr. 3.040); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 16:608\$440 para pagamento de ao Dr. Arthur Fernandes Campos da Paz (decr. 3.132); abre ao Ministerio da Guerra o credito de 44:400\$ para pagamento de á mestrança em disponibilidade das officinas dos arsenaes de guerra (decr. 3.161); abre ao Ministerio da Industria o credito supplementar de 7:200\$ para pagamento de dos empregados addidos á Repartição Geral dos Telegraphos (decr. 3.185); equipara os dos empregados das faculdades de direito de S. Paulo e do Recife aos dos empregados da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. 3.212); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 62:344\$171 para pagamento de a varios lentes e professores da Escola Militar da Capital Federal (decr. 3.235); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 50:333\$342 para pagamento de a officiaes, na qualidade de lentes e professores, dos institutos militares de ensino (decr. 3.273); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 15:917\$080 para pagamento de a officiaes, lentes e professores da Escola Superior de Guerra (decr. 3.380); abre ao Ministerio da Justiça o credito de 1:616\$935 para pagamento de do escrivão seccional do Estado de S. Paulo, Antero Gomes Barbosa (decr. 3.489); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 7:750\$ para pagamento de ao tenente-coronel Francisco Alberto Guillon de que deixou de receber como lente da Escola Militar do Rio Grande do Sul (decr. 3.496); fixa os

dos empregados da Alfandega de Sant'Anna do Livramento (decr. 3.548); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 31:162\$007 para pagamento de differenças de aos conductores de 1.^a e 3.^a classes da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. 3.651); abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:666\$666 para pagamento de ao major honorario do exercito, João Bernardo de Azevedo Coimbra (decr. 3.715); abre ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 880\$645 para pagamento de ao Dr. Ernani Carlos de Menezes Pinto, preparador da cadeira de histologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. 3.736); abre ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 6:650\$591 para pagamento de a Alfredo Alexander, lente de inglez do Gymnasio Nacional (decr. 3.738); abre ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 17:173\$333 para pagamento de ao juiz de direito Dinamerico Augusto do Rego Rangel (decr. 3.765); abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 17:703\$894 para pagamento de a tres fieis de armazem da Alfandega do Pará (decr. 3.788); abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 17:164\$517 para pagamento de ao capitão de fragata Alfredo Augusto de Lima Barros e outros, professores do Collegio Militar da Capital Federal (decr. 3.820); abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 2:400\$ para pagamento de ao secretario do Arsenal da Bahia, Odorico Carneiro Ribeiro (decr. 3.844); abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 41:557\$600 para pagamento de ao pessoal encarregado da conservação da Fabrica de Ferro do Ipanema (decr. 3.849); abre ao Ministerio da Justiça o credito especial de 834\$676 para pagamento de ao escrevente do juizo federal, Antonio Rodrigues Gonçalves de Macedo (decr. 3.850); abre ao Ministerio da Marinha o credito de 67:063\$138 para pagamento de differença de ao almirante Jeronymo Francisco Gonçalves (decr. 3.853); abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 5:410\$720 para pagamento de ao 1.^o tenente da armada, Nelson de Vasconcellos e Almeida, de na qualidade de professor do Collegio Militar da Capital Federal (decr. 3.866); abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 4:222\$220 para pagamento de ao ex-inspector da Caixa de Amortização, Manoel Fernandes Trigo de Loureiro (decr. 3.873). — Ver Consuls — Creditos — Ordenados — Percentagens — Tabellas.

Venda — Ver Bilhetes.

Verba — Transfere da 81. — Laboratorios, para a 7.^a — Fabricas, do orçamento da Guerra, a quantia de 107:155\$178 (decr. 3.787). — Ver Creditos — Soccorros publicos.

Vestuario — Marca o que devem usar os membros do Tribunal Civil e Criminal e os pretores do Districto Federal (decr. 1.431); marca o que devem usar os juizes federaes e os procuradores da Republica (decr. 2.522).

Veterinarios — Declara a graduação que compete aos dos corpos montados do exercito (decr. 106).

Via ferrea — Ver Estradas de ferro.

Via permanente — Approva o orçamento e desenho dos trilhos, dormentes de aço e accessorios a empregar na Estrada de Ferro Minas e Rio (decr. 2.446).

Viaducto — Ver Estradas de ferro.

Viagens — Determina que os vapores da linha costeira de

Santa Catharina façam mensalmente tres aos portos do norte e sul do Estado (decr. 2.005) — Ver **Serviços**.

Vice-consulados — Estabelece dois no Perú (decr. 2.283); estabelece regras para execução do art. 12 da lei n. 560, de 1898, na parte relativa aos remunerados (decr. 3.202).

Vice-consules — Ver **Emolumentos**.

Vice-director — Ver **Logares** — **Observatorio**.

Vice-presidente — Ver **Subsidios**.

Vinagre — Ver **Impostos**.

Viveres — Ver **Fornecimentos**.

Viúvas — Ver **Meio soldo**.

W

“Warrants” — Dá regulamento para emissão de (decr. 2.502).

“Western and Brazilian Telegraph Company” — Ver **Companhias** — **Creditos**.



TERCEIRA PARTE

II

Índice chronologico dos actos do Poder Executivo

1891-1900

1891

- N. 1 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de fevereiro de 1891 — Providencia sobre a installação do Supremo Tribunal Federal e mais funcionarios da justiça federal.
- N. 2 — Com este numero não foi publicado acto algum.
- N. 3 — INTERIOR — Decreto de 28 de fevereiro de 1891 — Declara de festa nacional o dia 24 de fevereiro.
- N. 4 — INTERIOR — Decreto de 28 de fevereiro de 1891 — Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior um credito suplementar á verba — Soccorros Publicos — do exercicio de 1890, na importancia de 500:000\$000.
- N. 5 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de março de 1891 — Approva os novos estatutos da Companhia Commercio de Matte.
- N. 6 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de março de 1891 — Dá providencias para a installação dos tribunaes e juizes do Districto Federal.
- N. 7 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de março de 1891 — Crêa o commando superior da guarda nacional da comarca do Rosario, no Estado do Sergipe.
- N. 8 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de março de 1891 — Crêa um batalhão de infantaria e um esquadrão de cavallaria da guardas nacionaes nas comarcas de Palmares e Agua-Preta, no Estado de Pernambuco.
- N. 9 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de março de 1891 — Crêa uma secção de batalhão da reserva de guardas nacionaes, na comarca de Timbaúba, no Estado de Pernambuco.
- N. 10 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de março de 1891 — Estabelece providencias relativamente ao serviço do registro civil na Capital Federal.
- N. 11 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de março de 1891 — Autoriza o engenheiro Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim a transferir á Companhia Viação Ferrea Fluvial do Tocantins e Araguaya a concessão feita ao mesmo engenheiro por decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890.
- N. 12 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de Março de 1891 — Concede autorização á Caixa Filial do Banco Emissor de Pernambuco para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Generos de Estiva.

- N. 13 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de março de 1891 —
Concede autorização ao Banco Fiscal para organizar a
Companhia Commercial.
- N. 14 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de março de 1891 —
Concede autorização a Joaquim Payão para organizar uma
sociedade anonyma sob a denominação de Companhia
Mercantil de Generos Mineiros.
- N. 15 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de março de 1891 —
Concede autorização a Joaquim Payão para organizar uma
sociedade anonyma sob a denominação de Payão, Bricola
& Borges.
- N. 16 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de março de 1891 —
Declara caduca a concessão de garantia de juros e mais
favores feita ao bacharel Bento José da Costa para um
engenho central, no Estado de Pernambuco.
- N. 17 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de março de 1891 —
Declara caduca a concessão de juros e mais favores para
o engenho central de Iguapé.
- N. 18 — MARINHA — Decreto de 7 de Março de 1891 — Esta-
belece novo Código Penal para a Armada, de accordo
com o decreto de 14 de fevereiro deste anno.
- N. 19 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de março de 1891 —
Concede autorização a Agostinho José de Andrade Queiroz
e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a
denominação de Companhia Industrial de Vinho.
- N. 20 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de março de 1891 —
Concede autorização a Antonio Joaquim Marques Peixoto
para organizar uma sociedade anonyma sob a deno-
minação de Companhia Suburbana de Comestiveis dos
Varejistas.
- N. 21 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de março de 1891 —
Concede a Antonio Alvares Leite Penteado privilegio para
o fabrico de artefactos de fibra de juta ou canhamo da
India, produzida no paiz.
- N. 22 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de março de 1891 —
Concede autorização a Firmino Francisco Fontes para or-
ganizar uma sociedade anonyma sob a denominação de
Companhia Luso Brasileira Manufactora de Cervejas e
Aguas Gazosas.
- N. 23 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de março de 1891 —
Concede autorização ao Dr. Domingos Felipe de Souza
Leão e outro para organizarem uma sociedade anonyma
sob a denominação de Confeitaria Paulista.
- N. 24 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de março de 1891 —
Concede autorização a Cicero de Pontes e outros para or-
ganizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de
Companhia Industrial e Mercantil, no Estado do Piahy.
- N. 25 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de março de 1891 —
Concede autorização ao capitão Octaviano Marcondes para
organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de
Commercio de Carne Secca e Mantimentos.
- N. 26 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de março de 1891 —
Concede autorização ao Banco Commercio e Industria do
Brasil para organizar uma sociedade anonyma sob a deno-
minação de Companhia Salinas Lindemberg de Cabo Frio.
- N. 27 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de março de 1891 —
Fixa o prazo para a Empresa de Vapores Frigorificos co-
meçar a funcionar.

- N. 28 — FAZENDA — Decreto de 14 de março de 1891 —
 Approva com alterações os estatutos do Banco Hypothecario Nacional.
- N. 29 — MARINHA — Decreto de 14 de março de 1891 —
 Approva as instrucções que devem reger o serviço de embarque e outros, commettidos a officiaes da armada.
- N. 30 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea um batalhão de guardas nacionaes na comarca de Jaboa-tão, no Estado de Pernambuco.
- N. 31 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea um batalhão de artilharia de guardas nacionaes, na comarca de Páu d'Alho, no Estado de Pernambuco.
- N. 32 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea o commando superior da guarda nacional da comarca de S. Lourenço da Matta, no Estado de Pernambuco.
- N. 33 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea uma secção de batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Solimões, no Estado do Amazonas.
- N. 34 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea um batalhão de reserva de guardas nacionaes na comarca de Ignaté, no Estado do Ceará.
- N. 35 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.
- N. 36 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maria Pereira, no Estado do Ceará.
- N. 37 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea um batalhão de reserva de guardas nacionaes na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará.
- N. 38 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Aquiraz, no Estado do Piahy.
- N. 39 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea um corpo de guardas nacionaes na comarca de Piracuruca, no Estado do Piahy.
- N. 40 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea um batalhão de infantaria do serviço activo e uma secção de reserva de guardas nacionaes na capital do Estado do Ceará.
- N. 41 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea mais dois batalhões no commando superior da guarda nacional das comarcas de Codó e Alto Mearim, no Estado do Maranhão.
- N. 42 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de março de 1891 —
 Transfere á Companhia de Docas e Melhoramentos da Bahia a concessão de um engenho central feita aos bachareis João dos Reis de Souza Dantas Filho e José Pacheco Pereira e o coronel Aristides Novis.
- N. 43 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de março de 1891 —
 Decreta a transferencia dos favores concedidos a Fernando Schereides para estabelecimento de uma coudeiria normal no Estado do Paraná, á Companhia de Melhoramentos de S. Paulo e Paraná.
- N. 44 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de março de 1891 —
 Concede autorização a Augusto Durand para orga

- nizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Nacional de Biscuitos e Bolachas.
- N. 45 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará.
- N. 46 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Humildes, no Estado do Piahy.
- N. 47 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea o commando superior da guarda nacional na comarca de Marvão, no Estado do Piahy.
- N. 48 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca de Japaratuba, no Estado de Sergipe.
- N. 49 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jaboatão, no Estado de Pernambuco.
- N. 50 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Timbaúba, no Estado de Pernambuco.
- N. 51 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de março de 1891 — Crea o commando superior da guarda nacional da comarca de Boa Vista, no Estado de Minas Geraes.
- N. 52 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de março de 1891 — Concede autorização a João Guimarães para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Cooperativa Rural.
- N. 53 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de março de 1891 — Approva os estudos definitivos da ramal da Capella, da Estrada de Ferro de Aracajú a Simão Dias, no Estado de Sergipe, e fixa provisoriamente em 1.941:000\$ o respectivo capital garantido.
- N. 54 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 21 de março de 1891 — Providencia sobre os lentes cathedromaticos e substitutos, professores e preparadores nomeados sem concurso que, dentro do prazo de um anno, a contar da posse, forem julgados inhabeis para o magisterio pelas congregações das respectivas escolas ou faculdades.
- N. 55 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão de artilharia e a companhia avulsa de reserva da guarda nacional das comarcas da capital e Rio Negro, no Estado do Amazonas.
- N. 56 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Pará.
- N. 57 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Crea um batalhão de guardas nacionaes na comarca do Rio Negro, no Estado do Amazonas.
- N. 58 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Agua Preta, no Estado de Pernambuco.
- N. 59 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Soure, no Estado do Pará.
- N. 60 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 10ª secção de batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes da comarca de Breves, no Estado do Pará.

- N. 61 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Curuçá, no Estado do Pará.
- N. 62 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Ponte de Pedras, no Estado do Pará.
- N. 63 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Mauná, no Estado do Pará.
- N. 64 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Chaves, no Estado do Pará.
- N. 65 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Crea um batalhão de infantaria da guarda nacional na capital do Estado do Pará.
- N. 66 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Affrã, no Estado do Pará.
- N. 67 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Crea um batalhão de infantaria da guarda nacional na comarca de Breves, no Estado do Pará.
- N. 68 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de março de 1891 — Amplia as disposições dos § 1º e 2º do art. 5º do decreto n. 528 de 23 de junho de 1890.
- N. 69 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de março de 1891 — Approva os estudos definitivos para construcção de obras da 2ª e 4ª secções do ramal de Paquevira a Imperatriz, comprehendidos entre Timbaúba ao Pilar e de Molungá a Campina Grande.
- N. 70 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de março de 1891 — Concede autorização ao Banco Mutuo e ao capitão-tenente Orozimbo Muniz Barreto para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Fomento Industrial e Agricola de Matto Grosso.
- N. 71 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de março de 1891 — Concede autorização a Tancredo Pedro Azevedo Leal e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Creadora e Fornecedora de Aves Domesticas, Gado e Carvão de Matto Virgem.
- N. 72 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de março de 1891 — Transfere á Empresa União Industrial dos Estados Unidos do Brasil a concessão do porto artificial de São Domingos das Torres e estrada de ferro ligando-o á cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, constantes dos decretos ns. 597 A, de 19 de julho de 1880 e 1.382, de 19 de fevereiro do corrente anno.
- N. 73 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de março de 1891 — Dá regulamentação á Repartição Fiscal do governo junto á Companhia Rio de Janeiro City Improvements.
- N. 74 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de março de 1891 — Modifica a clausula 1ª do decreto n. 9.979, de 12 de julho de 1888, para a construcção do caes de Santos, permittindo o alargamento da faixa util do caes e dispensando a construcção de telheiros ou galpões.
- N. 75 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de março de 1891 — Approva os estudos definitivos da estrada de ferro de Tamandaré á Barra até ao kilometro 97 + 500, e determina que sejam estudadas diversas variantes, daquelle ponto em diante.

- N. 76 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de março de 1891 — Approva os estudos definitivos do ultimo trecho da estrada de ferro do Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 77 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de março de 1891 — Concede autorização a Antonio Joaquim Dias da Silva para reformar os estatutos da Cooperativa de Consumo, de Construções e Produção do Congresso Operario.
- N. 78 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de março de 1891 — Concede á Companhia Nictheroyense Manufactora de Pão e Massas autorização para funcconar.
- N. 79 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de março de 1891 — Altera o art. 6º da clausula 1ª, annexa ao decreto n. 857, de 13 de outubro de 1890.
- N. 80 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de março de 1891 — Concede autorização a Custodio Justino das Chagas para organizar uma sociedade anonyma denominada Companhia Alimenticia S. Paulo e Santos.
- N. 80 A — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de serviço activo de guardas nacionaes na comarca do Cabo, no Estado de Pernambuco.
- N. 81 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Tacaratá, no Estado de Pernambuco.
- N. 82 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Cajazeiras, no Estado da Parahyba.
- N. 83 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Crea mais um batalhão de reserva de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.
- N. 84 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de março de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Cachoeira, no Estado do Pará.
- N. 85 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de março de 1891 — Approva o contracto celebrado entre as companhias das estradas de ferro "Minas and Rio" e Muzambinho, para melhor regularização do serviço das respectivas linhas e outros interesses reciprocos.
- N. 86 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de março de 1891 — Revoga o decreto n. 10.316, de 20 de agosto de 1889.
- N. 87 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de março de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Triumpho, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 88 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de março de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel de Pão de Ferros no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 89 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de março de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria da Guarda Nacional na comarca de Assú, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 90 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de março de 1891 — Crea na comarca de Apody, no Estado do Rio Grande do Norte, um batalhão de reserva e um corpo de cavallaria de guardas nacionaes.
- N. 91 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de março de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Oeiras, no Estado do Piahy.

- N. 92 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de março de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e uma secção de batalhão de reserva de guardas nacionaes na comarca de Jaboatão, no Estado de Pernambuco.
- N. 93 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de março de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 4ª secção de batalhão da reserva de guardas nacionaes da comarca de Apody, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 94 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de março de 1891 — Crea na comarca de Pão de Ferros, no Estado do Rio Grande do Norte, um batalhão de infantaria do serviço activo e outro do da reserva de guardas nacionaes.
- N. 95 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de março de 1891 — Crea na comarca de Maioridade, no Estado do Rio Grande do Norte, um batalhão de reserva e um esquadrão de cavalaria de guardas nacionaes.
- N. 96 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de março de 1891 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Fabricação e Commercio de Assucar.
- N. 97 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de março de 1891 — Concede autorização a João de Carvalho Borges Junior para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Cooperativa de Panificação.
- N. 98 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de março de 1891 — Concede autorização a Affonso Veridiano e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Fornecedora de Leite.
- N. 99 — MARINHA — Decreto de 28 de março de 1891 — Considera o dolman ou blusa de brim branco como peça obrigada do fardamento dos inferiores do Corpo de Marinheiros Nacionaes.
- N. 100 — GUERRA — Decreto de 2 de abril de 1891 — Approva a tabella das continencias que se devem observar no exercito.
- N. 101 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de abril de 1891 — Concede autorização a Francisco Varzea e outro para reformarem o art. 5º dos estatutos da Companhia Commercial Industrial de Generos Alimentícios.
- N. 102 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de abril de 1891 — Concede á Companhia Fabrica de Biscoutos Internacional autorização para reformar os seus estatutos.
- N. 103 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de abril de 1891 — Approva com modificações os estudos definitivos do primeiro trecho da Estrada de Ferro da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado do Espirito Santo.
- N. 104 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Declara sem effeito o decreto n. 21, de 7 de março do corrente anno.
- N. 105 — FAZENDA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Approva, com alterações, os estatutos do Banco do Funcionarios Publicos.
- N. 106 — GUERRA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Declara a graduação que compete aos veterinarios dos corpos montados do Exercito, e o uniforme que devem usar, tanto estes como os picadores.
- N. 107 — JUSTIÇA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Designa a ordem de substituição dos pretores do Districto Federal.

- N. 108 — JUSTIÇA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado do Pará.
- N. 109 — JUSTIÇA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Crea uma secção de batalão, do serviço activo, de guardas nacionaes na capital do Estado do Pará.
- N. 110 — JUSTIÇA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca de Guamá, no Estado do Pará.
- N. 111 — JUSTIÇA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes no commando superior das comarcas de Santarém e Monte Alegre, no Estado do Pará.
- N. 112 — JUSTIÇA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Soure, no Estado do Pará.
- N. 113 — JUSTIÇA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Obidos, no Estado do Pará.
- N. 114 — JUSTIÇA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bragança, no Estado do Pará.
- N. 115 — JUSTIÇA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Crea no commando superior da guarda nacional das comarcas de Santarém e Monte Alegre, no Estado do Pará, mais dois batalhões, sendo um do serviço activo e outro da reserva.
- N. 116 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Concede autorização ao Dr. Antonio Pereira dos Santos Leal para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de "Petite Banque" dos Estados Unidos do Brasil.
- N. 117 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Concede favores ao visconde Roberto de Paravicini e aos cidadãos Clermont Tavares de Assis Colmbra e José Mercenes para o estabelecimento de um engenho central em Minas Geraes.
- N. 118 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de Abril de 1891 — Supprime desde já a directoria da Estrada de Ferro S. Paulo e Rio e Janeiro e annexa o serviço della á da Central do Brasil, sob cuja dependencia e direcção ficará.
- N. 119 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Transfere á Companhia de Melhoramentos em Sergipe a concessão de um engenho central feita ao cidadão Adolpho Ribeiro Guimarães.
- N. 120 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Transfere á Companhia de Melhoramentos em Sergipe a concessão de dois engenhos centraes feita ao cidadão José Ferreira da Silva.
- N. 121 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de abril de 1891 — Concede autorização á Companhia Commercial e de Panificação Paulista para reformar o art. 4º de seus estatutos.
- N. 122 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de abril de 1891 — Concede autorização a Domingos de Souza Carneiro para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Manufactora de Cerveja, Gelo, e Aguas Mineraes, em Petropolis.
- N. 123 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de abril de 1891

- Concede autorização a José Antonio de Oliveira Moraes e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Consumo de Farinha de Trigo.
- N. 124 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de abril de 1891
— Concede autorização a Antonio Coutinho de Moraes e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia de Seccos e Molhados de S. Christovão.
- N. 125 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de abril de 1891
— Concede autorização a Cornelio de Souza Lima e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Norte do Rio.
- N. 126 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de abril de 1891
— Concede á Companhia Italo-Brasileira autorização para funcionar.
- N. 127 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de abril de 1891
— Concede autorização a João José de Moura Magalhães e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Paulista de Industria Fabril.
- N. 128 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 11 de abril de 1891 — Concede autorização a Edwards William Parsoné para lançar cabos submarinos partindo de quaesquer estações existentes na Costa Occidental da Africa, a terminar no ponto conveniente do littoral do Estado de Pernambuco, e tocando na ilha de Fernando de Noronha.
- N. 129 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de abril de 1891 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes nas comarcas de Itacoatiara e Rio Madeira, no Estado do Amazonas.
- N. 130 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de abril de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão de reserva da guarda nacional da comarca de Solimões, no Estado do Amazonas.
- N. 131 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de abril de 1891 — Crea mais dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Purús, no Estado do Amazonas.
- N. 132 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de abril de 1891 — Crea na capital do Estado do Ceará mais uma secção de batalhão de guardas nacionaes da reserva.
- N. 133 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de abril de 1891 — Autoriza o ministro da justiça para conceder licença ao bacharel Archias do Espirito Santo de Menezes, escrivão da 10ª pretoria do Districto Federal, para tratar de sua saúde.
- N. 134 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de abril de 1891 — Approva as instrucções para o exercicio do Ministerio Publico do Districto Federal.
- N. 135 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de abril de 1891 — Dá providencias sobre o exercicio dos escrivães e procuradores dos feitos da Fazenda Nacional.
- N. 136 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de abril de 1891
— Concede autorização a Antonio José Fontes Junior para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Commercio e Cabotagem.
- N. 137 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de abril de 1891
— Transfere á Companhia de Obras Hydraulicas no

Brasil a concessão feita para construir varias obras de melhoramentos na cidade e no porto do Rio de Janeiro, de que trata o decreto n. 10.372, de 28 de setembro de 1889.

- N. 138 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de abril de 1891 — Concede autorização a Antonio Pereira Cardoso e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Vinicola Internacional.
- N. 139 — EXTERIOR — Decreto de 16 de abril de 1891 — Dá providencias sobre o montepio dos empregados do Ministerio das Relações Exteriores.
- N. 140 — EXTERIOR — Decreto de 16 de abril de 1891 — Determina o numero e categoria das legações e o numero dos empregados de cada uma dellas.
- N. 141 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de abril de 1891 — Concede autorização a José Thomaz Pimentel Barboza e Francisco Carlos Brício para reformarem o art. 1.^o dos estatutos da Companhia Cooperativa Mineira.
- N. 142 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de abril de 1891 — Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenho dosapparelhos e descripção dos methodos de fabricação do Engenho Central de Tracunhae, no Estado de Pernambuco.
- N. 143 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de abril de 1891 — Concede a José Villa-Flôr autorização para collocar boias de segurança para amarração de vapores e navios de vela, no porto da Capital Federal.
- N. 144 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de abril de 1891 — Concede autorização a Antonio Vieira da Costa Machado e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia S. Paulo Hotel.
- N. 145 — MARINHA — Decreto de 18 de abril de 1891 — Altera o § 2.^o do art. 35 do regulamento annexo ao decreto n. 703, de 30 de agosto de 1890.
- N. 146 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de abril de 1891 — Torna extensivo á guarda nacional dos Estados da União o decreto n. 1.121, de 5 de dezembro de 1890, que deu nova organização á guarda nacional do Districto Federal.
- N. 147 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de abril de 1891 — Eleva á categoria de batalhão de reserva da guarda nacional da comarca de Valença, no Estado da Bahia.
- N. 148 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Andaraí, no Estado da Bahia.
- N. 149 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Taperoá, no Estado da Bahia.
- N. 150 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel, no Estado de Santa Catharina.
- N. 151 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Tubarão, no Estado de Santa Catharina.
- N. 152 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de abril de 1891 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, na comarca de Granja, no Estado do Ceará.
- N. 153 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes nas co-

marcas de Borburema e Soledade, no Estado da Parahyba.

- N. 154 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de abril de 1891 — Declara de utilidade publica a desapropriação, no Estado de Pernambuco, das propriedades denominadas Engenho Velho, Bulhões, Santo André e Santo Antonio.
- N. 155 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de abril de 1891 — Concede privilegio, sem garantia de juros, para construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre as cidades de Taubaté e Amparo, no Estado de S. Paulo, passando por territorio do de Minas Geraes.
- N. 156 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de abril de 1891 — Reorganiza a guarda nacional da capital do Estado de Pernambuco.
- N. 157 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de abril de 1891 — Approva os estudos definitivos para a construcção da estrada de ferro da cidade de Caxias á villa de S. José das Cajazeiras, no Estado do Maranhão.
- N. 158 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de abril de 1891 — Transfere á Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina a concessão de um engenho central feita a Carlos Napoleão Poeta.
- N. 159 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de abril de 1891 — Approva os estudos difinitivos dos ultimos 21 1/2 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Minas e Rio até ao ponto navegavel do Rio Verde.
- N. 160 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de abril de 1891 — Concede favores aos cidadãos João Carlos da Silva Carneiro, José Baussós Ferreira e Diogo Rodrigues de Moraes para estabelecimento de um engenho central em S. Paulo.
- N. 161 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de abril de 1891 — Permite ao engenheiro Antonio Fialho transferir a sua concessão de nove engenhos centraes no Estado de Pernambuco.
- N. 162 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de abril de 1891 — Concede a Julio Procopio Favilla Nunes autorição para collocar boias de segurança para amarração de vapores e navios a vela, nos portos dos Estados do Pará, Pernambuco, Bahia, S. Paulo e Rio Grande do Sul.
- N. 163 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de abril de 1891 — Transfere á Companhia Agricola e Industrial Fluminense a concessão de um engenho central de que é concessionaria a Companhia Engenho Central de Paraty.
- N. 164 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de abril de 1891 — Concede ao coronel João Carlos Leite Penteado e outros autorição para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Niagara Paulista.
- N. 165 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Concede á Companhia Geral de Commercio e Industria autorição para funcionar.
- N. 166 — INTERIOR — Decreto de 25 de abril de 1891 — Eleva a 928:000\$ o credito extraordinario aberto pelo decreto n. 829, de 9 de outubro de 1890.
- N. 167 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Manufactora de Massas Alimenticias, votada em assembléa geral de accionistas de 14 de fevereiro do corrente anno.

- N. 168 — FAZENDA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Aprova as instrucções para o serviço a cargo dos tres procuradores dos feitos da Fazenda Nacional, perante as justicas locais.
- N. 169 — FAZENDA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Determina que, entre os documentos mencionados no § 1º do art. 491 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, para o despacho de generos ou mercadorias sujeitas a direitos, sejam tambem comprehendidas as facturas consulares.
- N. 170 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Concede autorização a Guilherme Klerk e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Agricola Commercial Rio e Campos.
- N. 171 — INTERIOR — Decreto de 25 de abril de 1891 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos predios e terrenos necessarios para o prolongamento da rua do Sacramento até á rua Larga de S. Joaquim.
- N. 172 — INTERIOR — Decreto de 25 de abril de 1891 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos predios e terrenos necessarios para o prolongamento da rua Larga de S. Joaquim até á rua Visconde de Itaborahy.
- N. 173 — INTERIOR — Decreto de 25 de abril de 1891 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação do predio n. 31 da rua Humaytá.
- N. 174 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Concede autorização a Leite Borges & Irmão para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Industrial de Productos Nacionais.
- N. 175 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Concede favores a Antonio Ferreira da Silva Carneiro para o estabelecimento de um engenho central em São Paulo.
- N. 176 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Concede á Companhia Commercio Nacional autorização para funcionar.
- N. 177 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Concede autorização á firma Francisco Fontes para modificar o art. 4º dos estatutos da Companhia Luzo-Brasileira Manufactora de Cervejas e Aguas Gazosas.
- N. 178 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Concede á Companhia Commercio e Industria Nacional autorização para funcionar.
- N. 179 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Concede autorização a Manoel Augusto Pereira de Amorim para transferir ao Banco de Credito Brasileiro a concessão que lhe foi feita pelo decreto n. 1.309, de 17 de janeiro de 1891.
- N. 180 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na capital do Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 181 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Potengy, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 182 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Ceará-mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.

- N. 183 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Goyaninha, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 184 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. José, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 185 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Canguaretama, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 186 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Trahiry, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 187 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Aracy, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 188 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Jardim, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 189 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 190 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Triumpho, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 191 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Assú, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 192 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Sant'Anna de Mattos, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 193 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Macão, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 194 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 195 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Apody, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 196 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Maioridade, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 197 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Páo dos Ferros, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 198 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 199 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Olinda, no Estado de Pernambuco.
- N. 200 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Lourenço da Matta, no Estado de Pernambuco.
- N. 201 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Jaboatão, no Estado de Pernambuco.

- N. 202 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Iguarassú, no Estado de Pernambuco.
- N. 203 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Cabo, no Estado de Pernambuco.
- N. 204 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Ipojuca, no Estado de Pernambuco.
- N. 205 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Pão d'Alho, no Estado de Pernambuco.
- N. 206 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Gloria de Goytá, no Estado de Pernambuco.
- N. 207 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891. — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Limoeiro, no Estado de Pernambuco.
- N. 208 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Bom Jardim, no Estado de Pernambuco.
- N. 209 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria e um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pão de Assucar, no Estado de Alagoas.
- N. 210 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, na comarca de Maranguape, no Estado do Ceará.
- N. 211 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de abril de 1891 — Concede á Companhia Mercante S. Paulo e Norte do Brasil autorização para funcionar.
- N. 211 A — AGRICULTURA — Decreto de 25 de abril de 1891. — Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenho dosapparelhos e descripção dos methodos de fabricação do Engenho Central do Guapy-mirim.
- N. 212 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de maio de 1891 — Concede á Companhia de Melhoramentos em Sergipe autorização para funcionar.
- N. 213 — INTERIOR — Decreto de 2 de maio de 1891 — Concede ao visconde Duprat e aos cidadãos Alfredo de Barros e Henrique das Chagas Andrade, ou á companhia que for por elles organizada, diversos favores relativamente aos edificios que construirẽ para habitações de operarios e classes pobres.
- N. 214 — INTERIOR — Decreto de 2 de maio de 1891 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos predios e terrenos necessarios para abertura de uma avenida entre o largo do Cattete e a rua Ypiranga.
- N. 215 — MARINHA — Decreto de 2 de maio de 1891. — Extingue o deposito naval e providencia sobre o serviço de armamento e desarmamento dos navios da armada.
- N. 216 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Concede autorização á empresa Telephonica da Bahia para transferir á Companhia Docas e Melhoramentos da Bahia a concessão feita a Eduardo P. Wilson, por decreto n. 9.244, de 19 de julho de 1884, para a exploração de linhas telephonicas, nesse Estado.
- N. 217 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de maio de 1891 —

Concede á Companhia Antartica Paulista autorização para funcionar.

- N. 218 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Declara a entrancia da comarca de Palmyra, marca o ordenado do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de Minas Geraes.
- N. 219 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de S. Carlos de Jacuhy, no Estado de Minas Geraes.
- N. 220 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Taquaretinga, no Estado de Pernambuco.
- N. 221 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Nazareth, no Estado de Pernambuco.
- N. 222 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Timbaúba, no Estado de Pernambuco.
- N. 223 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Goyanna, no Estado de Pernambuco.
- N. 224 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Atambé, no Estado de Pernambuco.
- N. 225 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Escada, no Estado de Pernambuco.
- N. 226 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Victoria, no Estado de Pernambuco.
- N. 227 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Gamelleira, no Estado de Pernambuco.
- N. 228 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Rio Formoso, no Estado de Pernambuco.
- N. 229 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Barreiros, no Estado de Pernambuco.
- N. 230 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Agua Preta, no Estado de Pernambuco.
- N. 231 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Palmares, no Estado de Pernambuco.
- N. 232 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Panellas, no Estado de Pernambuco.
- N. 233 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Bonito, no Estado de Pernambuco.
- N. 234 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Gravatá, no Estado de Pernambuco.
- N. 235 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Bezzeros, no Estado de Pernambuco.
- N. 236 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um

- commando superior de guardas nacionaes na comarca de Caruarú, no Estado de Pernambuco.
- N. 237 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Canhotinho, no Estado de Pernambuco.
- N. 238 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.
- N. 239 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Bento, no Estado de Pernambuco.
- N. 240 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Bom Conselho, no Estado de Pernambuco.
- N. 241 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Aguas Bellas, no Estado de Pernambuco.
- N. 242 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Brejo da Madre de Deus, no Estado de Pernambuco.
- N. 243 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Cimbres, no Estado de Pernambuco.
- N. 244 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Alagôa de Baixo, no Estado de Pernambuco.
- N. 245 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Buique, no Estado de Pernambuco.
- N. 246 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. João de Santa Cruz, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 247 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, e eleva á categoria de corpo o 1º esquadrão de cavallaria da mesma guarda da referida comarca.
- N. 248 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea na comarca da Encruzilhada, no Estado do Rio Grande do Sul, um corpo de cavallaria, e eleva á categoria de batalhão a 7ª secção de batalhão da reserva e a quatro esquadrões o 68º corpo de cavallaria da guarda nacional.
- N. 249 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea na comarca de Piratiny, no Estado do Rio Grande do Sul, dois corpos de cavallaria de guardas nacionaes e eleva á categoria de batalhão a 17ª secção do serviço da reserva.
- N. 250 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Eleva á categoria de corpo, o 8º esquadrão de cavallaria da guarda nacional da comarca de Santo Antonio da Palmeira, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 251 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea uma secção de batalhão do serviço activo de guardas nacionaes na comarca do Triumpho, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 252 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea na comarca do Triumpho, no Estado do Rio Grande do Sul, um batalhão de infantaria de guardas nacionaes.
- N. 253 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Conceição do Arroio, no Estado do Rio Grande do Sul.

- N. 254 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Eleva a quatro esquadrões o 13º corpo de cavallaria da guarda nacional, da comarca do Triumpho, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 255 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio da Palmeira, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 256 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Sebastião, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 257 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Cangussú, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 258 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 3ª secção de batalhão da reserva da Guarda Nacional na comarca de S. Francisco de Paula de Cima da Serra, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 259 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Rosario, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 260 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de S. Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, e eleva a tres esquadrões o 5º corpo de cavallaria da mesma guarda.
- N. 261 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço de reserva na comarca do Rosario, no Estado do Sergipe.
- N. 262 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Victoria, no Estado da Bahia.
- N. 263 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Pombal, no Estado da Bahia.
- N. 264 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Itaparica, no Estado da Bahia.
- N. 265 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva, na comarca do Riachuelo, no Estado de Sergipe.
- N. 266 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Concede á Companhia Agricola e Commercial do Brasil autorização para funcionar.
- N. 267 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Concede autorização a Manoel Joaquim Cafezeiro e ao Banco da Bolsa, do Estado da Bahia, para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia de Carnes Verdes e Industrias Accessorias.
- N. 268 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Concede á Companhia Industria e Commercio Norte de Minas autorização para funcionar.
- N. 269 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de maio de 1891 — Concede autorização a Eduardo Augusto Pereira Nunes e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Banco União Commercial Progresso dos Taverneiros.
- N. 270 — MARINHA — Decreto de 9 de maio de 1891 — Altera as disposições do regulamento annexo ao decreto

- n. 327, de 12 de abril de 1890, que creou o Corpo de Engenheiros Navaes.
- N. 271 — FAZENDA — Decreto de 9 de maio de 1891 — Autoriza José da Silva Lago Junior e Antonio João de Amorim a transferencia á Companhia de Obras Hydraulicas no Brasil a concessão das obras de melhoramentos do porto de Pernambuco, constante do decreto n. 10.157, de 5 de janeiro de 1889.
- N. 272 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Ingazeira, no Estado de Pernambuco.
- N. 273 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Flores, no Estado de Pernambuco.
- N. 274 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Triumpho, no Estado de Pernambuco.
- N. 275 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Villa-Bella, no Estado de Pernambuco.
- N. 276 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Floresta, no Estado de Pernambuco.
- N. 277 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Tacaratú, no Estado de Pernambuco.
- N. 278 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Cabrobó, no Estado de Pernambuco.
- N. 279 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Salgueiro, no Estado de Pernambuco.
- N. 280 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Granito, no Estado de Pernambuco.
- N. 281 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Ouricury, no Estado de Pernambuco.
- N. 282 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Boa Vista, no Estado de Pernambuco.
- N. 283 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Leopoldina, no Estado de Pernambuco.
- N. 284 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Petrolina, no Estado de Pernambuco.
- N. 285 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de maio de 1891 — Concede á Companhia de Molhados, Cereaes e Commisões autorização para funcionar.
- N. 286 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Permite que os dois engenhos centraes do Estado do Maranhão, de que é concessionaria a Companhia de Melhoramentos, naquelle Estado, sejam estabelecidos no valle do rio Pericumán.
- N. 287 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea um esquadrão auxilio de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.

- N. 288 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de S. Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 289 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de S. Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 290 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea uma secção da reserva de guardas nacionaes, na comarca de Camaquan, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 291 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Martinho, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 292 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Arroio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 293 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea dois corpos de cavallaria de guardas nacionaes e eleva á categoria de batalhão a 3ª secção de batalhão da reserva da mesma guarda da comarca de Viamão, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 294 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea na comarca de S. Borja, no Estado do Rio Grande do Sul, um batalhão da reserva, dois corpos e um esquadrão de cavallaria de guardas nacionaes.
- N. 295 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Varginha, no Estado de Minas Geraes.
- N. 296 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes e eleva a quatro esquadrões o 37º corpo de cavallaria na comarca de S. Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 297 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Francisco de Assis, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 298 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes e eleva a seis companhias o 20º batalhão da reserva da comarca de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 299 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes e eleva a quatro esquadrões o 3º corpo de cavallaria da comarca de Viamão, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 300 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 301 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes, na comarca de S. Francisco de Paula de Cima da Serra, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 302 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea dois corpos de cavallaria de guardas nacionaes, na comarca de Camaquan, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 303 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes e eleva á batalhão a 1ª secção de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes da comarca de S. Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

- N. 304 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Soledade, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 305 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea dois corpos de cavallaria de guardas nacionaes e eleva a batalhão a 22ª secção da reserva da comarca de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 306 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea dois corpos de cavallaria de guardas nacionaes, na comarca de S. João de Santa Cruz, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 307 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea dois corpos de cavallaria e um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva, na comarca de Santa Maria da Bocca do Monte, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 308 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Eleva a tres esquadrões o 2º corpo de cavallaria de guardas nacionaes da comarca de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 309 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea uma secção da reserva de guardas nacionaes na comarca de Santa Christina do Pinhal, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 310 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea uma secção de batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca do Rio dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 311 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de maio de 1891 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de S. Sebastião, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 312 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de maio de 1891 — Concede autorização a Antonio Joaquim Marques Peixoto para reformar os estatutos da Companhia Suburbana de Comestiveis dos Varejistas.
- N. 313 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 16 de maio de 1891 — Revoga o decreto n. 54, de 21 de março de 1891.
- N. 314 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de maio de 1891 — Concede autorização a João Alves Cardoso e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Alcoolica da Bahia.
- N. 315 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de maio de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes da comarca da capital do Estado do Pará.
- N. 316 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Francisco, de Cima da Serra, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 317 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de maio de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, na comarca de Picos, no Estado do Piahy.
- N. 318 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de maio de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Macapá, no Estado do Pará.
- N. 319 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de maio de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Gurupá, no Estado do Pará.
- N. 320 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de maio de 1891 — Crea

- mais um batalhão de infantaria do serviço activo e uma secção de batalhão de guardas nacionaes na comarca de Gurupá, no Estado do Pará.
- N. 321 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de maio de 1891 — Concede á Companhia Auxiliadora de Industrias autorização para funcionar.
- N. 322 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de maio de 1891 — Concede autorização a Antonio Emilio Pinto Garcia e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Taurina Brasileira.
- N. 323 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de maio de 1891 — Modifica o traçado da Estrada de Ferro de Aracajú a Simão Dias, com ramal para Capella, na parte relativa ao trecho de Laranjeiras a Simão Dias.
- N. 324 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de maio de 1891 — Concede autorização ao Dr. Nemesio do Rego Quadros e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Porvir Fluminense.
- N. 325 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de maio de 1891 — Concede autorização a João Baptista de Oliveira e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Brasileira Commercio de Carne Secca.
- N. 326 — INTERIOR — Decreto de 16 de maio de 1891 — Concede ao engenheiro Carlos Poma, ou á companhia que for por elle organizada, os mesmos favores constantes das clausulas que acompanham o decreto n. 213, de 2 do corrente mez, relativamente aos edificios que construir para habitação de operarios e classes pobres.
- N. 327 — INTERIOR — Decreto de 16 de maio de 1891 — Concede ao Banco de Credito Rural e Internacional os mesmos favores constantes das clausulas que acompanharam o decreto n. 213, de 2 do corrente mez, relativamente aos edificios que construir para habitação de operarios e classes pobres.
- N. 328 — INTERIOR — Decreto de 16 de maio de 1891 — Concede á Companhia Iniciadora de Melhoramentos os mesmos favores constantes das clausulas que acompanharam o decreto n. 213, de 2 do corrente mez, relativamente aos edificios que construir para habitação de operarios e classes pobres.
- N. 329 — INTERIOR — Decreto de 16 de maio de 1891 — Concede ao Dr. Joaquim Anselmo Nogueira e ao cidadão Luiz Geraldo Albernaz, ou á companhia que for por elles organizada, os mesmos favores das clausulas que acompanharam o decreto n. 213, de 2 do corrente mez, relativamente aos edificios que construir para habitação de operarios e classes pobres.
- N. 330 — INTERIOR — Decreto de 16 de maio de 1891 — Concede a João Teixeira de Abreu, José Campello de Oliveira, Manoel Coelho de Souza Lima, José Francisco Lobo Junior, Antonio José Alexandrino de Castro e Antonio Moreira da Costa, ou á companhia que for por elles organizada os mesmos favores constantes das clausulas que acompanham o decreto n. 213, de 2 do corrente mez, relativamente aos edificios que construir para habitação de operarios e classes pobres.
- N. 331 — INTERIOR — Decreto de 16 de maio de 1891 — Concede a Daniel Gonçalves Teixeira e João Victorino da Sil-

veira e Souza Filho ou á companhia que for por elles organizada, os mesmos favores constantes das clausulas que acompanharam o decreto n. 213, de 2 do corrente mez, relativamente aos edificios que construirem para habitação de operarios e classes pobres.

- N. 332 — INTERIOR — Decreto de 16 de maio de 1891 — Concede a Ernani Lodi Batalha, ou á companhia que for por elle organizada, os mesmos favores constantes das clausulas que acompanharam o decreto n. 213, de 2 do corrente mez, relativamente aos edificios que construir para habitação de operarios e classes pobres.
- N. 333 — Com este numero não houve acto.
- N. 334 — INTERIOR — Decreto de 22 de maio de 1891 — Approva provisoriamente o regulamento do Montepio dos Empregados Municipaes do Districto Federal.
- N. 335 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de maio de 1891 — Transfere á Companhia Frigorifica Pastoral Brasileira o contracto e concessão feita aos cidadãos Domingos Theodoro de Azevedo Junior e barão de Souza Lima pelo decreto n. 963, de 7 de novembro de 1890.
- N. 336 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Concede autorização a Antonio Candido da Rocha para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Matarazzo.
- N. 337 — INTERIOR — Decreto de 23 de maio de 1891 — Declara de utilidade publica a desapropriação do terreno situado no alto do morro de Santa Thereza, no lugar denominado Nova Cintra.
- N. 338 — GUERRA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Approva os regulamentos para o serviço interno e externo dos corpos arregimentados do Exercito.
- N. 339 — FAZENDA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Approva, com alterações, as emendas feitas nos estatutos do Banco das Classes Laboriosas.
- N. 340 — FAZENDA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Determina que as certidões de divida activa e os titulos que fundamentam accões intentadas pela Fazenda Nacional passem a ser remettidos ao procurador seccional.
- N. 341 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Concede autorização a José Pinto da Silva Moreira e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Salinas de Margarida.
- N. 342 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Concede autorização ao Banco da Bolsa de Pernambuco para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Recifense de Panificação.
- N. 343 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Concede á Companhia Frigorifica e Pastoral Brasileira autorização para funcionar.
- N. 344 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Approva a planta para desapropriação, por utilidade publica, dos terrenos necessarios para augmento da estação de Jundiáhy, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.
- N. 345 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Alliança Mercantil, votada na assembléa geral de accionistas de 8 de abril proximo findo.
- N. 346 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Crea

- diversos corpos de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio da Estrella, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 347 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Crea um esquadrão avulso de cavallaria e eleva a batalhão a 19ª secção de batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva da comarca de Piratiny, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 348 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Crea dois corpos de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Rosario, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 349 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Crea um corpo de cavallaria e eleva a corpo o 4º esquadrão de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Caçapava, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 350 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Crea dois corpos de cavallaria de guardas nacionaes, na comarca de Uruguayana, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 351 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Crea mais um batalhão de cavallaria de guardas nacionaes, na comarca de Jaguaribe-mirim, no Estado do Ceará.
- N. 352 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, na comarca de Paranaguá, no Estado do Piahy.
- N. 353 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes, na comarca de Porto de Móz, no Estado do Pará.
- N. 354 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Princeza, no Estado da Parahiba.
- N. 355 — GUERRA e MARINHA — Decreto de 29 de maio de 1891 — Fixa o vencimento aos auditores de guerra e auditor geral de marinha, e declara como deve ser feita a sua substituição.
- N. 356 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de maio de 1891 — Concede autorização a Antonio Francisco Loureiro e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Industrial Commercio de Estiva.
- N. 357 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de maio de 1891 — Approva os estudos definitivos da segunda secção do ramal de Campanha.
- N. 358 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de maio de 1891 — Proroga por tres mezes o praso para apresentação de planta, orçamento das obras, etc., do engenho central concedido pelo decreto n. 722, de 20 de setembro de 1891, no Estado de Sergipe.
- N. 359 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de maio de 1891 — Concede autorização a Francisco Carnevale Rimoli para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Cooperativa Italiana.
- N. 360 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1891 — Crea na comarca de Porto de Moz, no Estado do Pará, uma secção de batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes.
- N. 361 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, na comarca de Affuá, no Estado do Pará.
- N. 362 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes, na comarca de Palmeira, no Estado do Paraná.

- N. 363 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes, na comarca de Boa Vista, no Estado do Paraná.
- N. 364 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes nas comarcas de S. Raymundo Nonato e S. João do Piahy, no Estado do Piahy.
- N. 265 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de maio de 1891 — Concede privilegio, sem garantia de juros, para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre a villa de Humaytá, á margem esquerda do rio Madeira, no Estado do Amazonas, e a confluencia dos rios Guaporé com o Mamoré, no Estado de Matto Grosso.
- N. 366 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de junho de 1891 — Concede autorização a Carlos de Almeida Gonzaga para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Cooperativa Popular.
- N. 367 — INTERIOR — Decreto de 6 de junho de 1891 — Approva o plano dos edificios que José Leite da Cunha Bastos tem de construir para habitação de operarios e classes pobres.
- N. 368 — INTERIOR — Decreto de 6 de junho de 1891 — Approva os planos dos edificios que a Companhia Technico-Constructora tem de construir para habitação de operarios e classes pobres.
- N. 369 — INTERIOR — Decreto de 6 de junho de 1891 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos predios e terrenos necessarios para alargamento e prolongamento da rua Nova do Ouvidor.
- N. 370 — INTERIOR — Decreto de 6 de junho de 1891 — Approva os planos dos edificios que o Banco dos Operarios tem de construir para habitação de operarios e classes pobres.
- N. 371 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de junho de 1891 — Concede autorização a Alvaro de Almeida Gama, para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Mercantil.
- N. 372 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de junho de 1891 — Concede privilegio, sem garantia de juros, para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro circular que, com a denominação de Metropolitana, faça seu trajecto pelas montanhas circumvizinhas á Capital e localidades suburbanas comprehendidas dentro do Districto Federal, inclusive a ilha do Governador, tendo por pontos de partida e chegada o largo da Carioca.
- N. 373 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de junho de 1891 — Concede privilegio, sem garantia de juros, para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro de bitola de um metro entre as cidades de Ouro Preto e Peçanha, no Estado de Minas Geraes.
- N. 374 — MARINHA — Decreto de 6 de junho de 1891 — Faz extensiva a todos os commandantes e commissarios nomeados para as escolas de aprendizes marinheiros a ajuda de custo marcada nas tabellas ns. 4 e 5, annexas ao decreto n. 890, de 18 de outubro de 1890.
- N. 375 — EXTERIOR — Decreto de 6 de junho de 1891 — Determina o numero de consulados geraes e consulados e a sua distribuição.
- N. 376 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de junho de 1891 —

- Resolve incorporar á administração da parte em trafego da Estrada de Ferro Central do Brasil os serviços de prolongamento e ramaes da mesma estrada.
- N. 377 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de junho de 1891 — Crea um esquadrão de cavallaria de guardas nacionaes, na comarca do Lagarto, no Estado de Sergipe.
- N. 378 — JUSTIÇA. — Decreto de 6 de junho de 1891 — Crea mais um batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes na comarca de União o Estado do Piauhý.
- N. 379 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de junho de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Traipu', no Estado de Alagôas.
- N. 380 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de junho de 1891 — Commette á Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão o serviço de conservação do porto da capital daquelle Estado e a conclusão do cães da Sagração.
- N. 381 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de junho de 1891 — Approva o plano das obras projectadas, desenho dosapparelhos e descripção dos methodos de fabricação do Engenho Central de Lavras.
- N. 382 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de junho de 1891 — Concede autorização ao Dr. Manoel de Assis Souza e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Auxiliar do Commercio e Lavoura.
- N. 383 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de junho de 1891 — Concede autorização ao conde da Estrella e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Mineira Industrial e Commissaria.
- N. 384 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de junho de 1891 — Concede autorização a Carlos Grasso e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Industrial de S. Roque.
- N. 385 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de junho de 1891 — Concede autorização a Antonio Pereira da Costa para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Centro de Comestiveis da Cidade Nova.
- N. 386 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de junho de 1891 — Approva os estudos definitivos complementares do ramal de Companhia da Estrada de Ferro de Muzambinho.
- N. 387 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de junho de 1891 — Concede á Companhia de Industrias Saccharinas e Alcoolicas autorização para funcionar.
- N. 388 — INTERIOR — Decreto de 13 de junho de 1891 — Orça a receita e fixa a despesa da Intendencia Municipal para o exercicio de 1891.
- N. 389 — MARINHA — Decreto de 13 de junho de 1891 — Estabelece as gratificações que competem aos officiaes do Corpo da Armada e das classes annexas pelas diversas commissões no desempenho do serviço que lhes cabe, de harmonia com o art. 85 da Constituição Federal.
- N. 390 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de junho de 1891 — Approva o regulamento para execução do decreto n. 1.414 de 21 de fevereiro de 1891, que mandou marcar os cavallos estrangeiros que forem importados e registrar os nacionaes.
- N. 391 — AGRICULTURA. — Decreto de 13 de junho de 1891 — Approva o plano e orçamento das obras projectadas, dese-

- nhos dosapparelhos dos methodos de fabricação do Engenho Central de Porto Calvo, no Estado de Alagoas.
- N. 392 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de junho de 1891 — Transfere á Companhia Progresso Industrial do Espirito Santo a concessão feita a Henrique Deslandes de dois engenhos centraes no Estado do Espirito Santo.
- N. 393 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de junho de 1891 — Concede autorização ao Banco de Credito e Comissões para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Internacional Rio-Santos.
- N. 394 — FAZENDA — Decreto de 13 de junho de 1891 — Approva as emendas feitas nos arts. 5º e 18 dos estatutos do Banco de Credito Real de Minas Geraes.
- N. 395 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de junho de 1891 — Concede autorização a João Antonio da Costa Pereira para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Restaurantes Maritimos a Vapor.
- N. 396 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de junho de 1891 — Concede á Companhia Paulista de Comissões e Agencia autorização para funcionar.
- N. 397 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de junho de 1891 — Autoriza a Companhia "Chemins de Fer Sud-Oust Brésiliens" a transferir á Companhia Industrial dos Estados do Brasil a construcção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Santa Maria da Bocca do Monte a Itararé e seus ramaes, com excepção do trecho de Santa Maria da Bocca do Monte a Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 398 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de junho de 1891 — Concede á Companhia Colonizadora Industrial Paulista autorização para funcionar.
- N. 399 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de junho de 1891 — Approva o regulamento para fiscalização das estradas de ferro da Republica.
- N. 400 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de junho de 1891 — Eleva o number de interpretes do commercio da praça do Rio de Janeiro.
- N. 400 A — AGRICULTURA — Decreto de 20 de junho de 1891 — Transfere á Companhia de Obras Hydraulicas do Brasil a concessão a que se refere o contracto celebrado entre o governo do Estado de Sergipe e o tenente-coronel de engenheiros Eduardo José de Moraes, em 30 de dezembro de 1889, e ratificado pelo decreto n. 626, de 2 de agosto de 1890, relativamente á abertura de canaes de junção entre varios rios, e melhoramentos da barra de Cotíngulba, no Estado de Sergipe, e no serviço de navegação entre a capital do mesmo Estado e a Europa.
- N. 401 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de junho de 1891 — Concede autorização a Gustavo Americo Hasselman para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Abastecedora e Predial.
- N. 402 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de junho de 1891 — Amplia ao chefe de Policia da Capital Federal e aos seus delegados a competencia para impôr a multa do §6º do art. 1º. do decreto n. 1.026, de 14 de novembro de 1890.
- N. 403 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Declara caducas as concessões a que se referem os decretos ns. 942 de 31 de outubro, 968, de 6 de novembro e 1.093, de 28 de novembro, todos de 1890.

- N. 404 — GUERRA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Amplia o decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro deste anno, que regula o accesso aos postos de officiaes das differentes armas e corpos do exercito.
- N. 405 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Eleva a quatro esquadções o 23º corpo de cavallaria da guarda nacional da comarca de Santa Victoria do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 406 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Eleva a oito o numero de companhias dos batalhões de artilharia ns. 1º de artilharia, 2º de infantaria do serviço activo e 4º da reserva da guarda nacional da comarca do Rio Grande, no Estado do Sul.
- N. 407 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea na comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, mais um batalhão de infantaria da guarda nacional e eleva a quatro esquadções o 20º corpo de cavallaria e á categoria de batalhão a 11ª secção do serviço da reserva da mesma guarda da referida comarca.
- N. 408 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea na comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes.
- N. 409 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 5ª secção do serviço activo da guarda nacional da comarca de Santa Victoria do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 410 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea na comarca de Santa Christina do Pinhal, no Estado do Rio Grande do Sul, um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva.
- N. 411 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea na comarca de Rio Pardo, no Estado do Rio Grande do Sul, um corpo de cavallaria, e eleva a tres esquadções o actual 74º corpo de cavallaria e á categoria de batalhão a 4ª secção do serviço activo da referida comarca e um esquadção de cavallaria.
- N. 412 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 10ª secção da reserva e á categoria de corpo o 6º esquadção da guarda nacional da comarca de Conceição do Arroio, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 413 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 20ª secção do serviço da reserva da guarda nacional da comarca de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 414 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea um corpo de cavallaria, e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de S. Sebastião, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 415 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea na comarca de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, tres corpos de cavallaria e um batalhão da reserva, e eleva á categoria de batalhão a 2ª secção de batalhão do serviço activo de guardas nacionaes.
- N. 416 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea na comarca de Nossa Senhora da Oliveira, no Estado do

- Rio Grande do Sul, um corpo de cavallaria e uma secção do serviço da reserva de guardas nacionaes.
- N. 417 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea diversos corpos de guardas nacionaes na comarca de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 418 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 419 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea na comarca de Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul, um corpo de cavallaria e um batalhão da reserva de guardas nacionaes.
- N. 420 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Quarahy, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 421 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea na comarca de Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, dois corpos de cavallaria de guardas nacionaes.
- N. 422 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Victoria do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 423 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Luiz, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 424 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca da Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 425 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Eleva a quatro esquadrões o 19º corpo de cavallaria da guarda nacional da comarca de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, e crea na referida comarca um batalhão da reserva da mesma guarda.
- N. 426 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea um corpo de cavallaria e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 427 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção da reserva da guarda nacional da capital do Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 428 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Triunpho, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 429 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 3ª secção de batalhão de guardas nacionaes da comarca da Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul, e crea na mesma comarca mais um corpo de cavallaria da referida guarda.
- N. 430 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de junho de 1891 — Eleva a quatro esquadrões o 48º corpo de cavallaria e a seis companhias o 4º batalhão de infantaria da comarca de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 431 — GUERRA — Decreto de 2 de julho de 1891 — Divide em sete districtos militares o territorio da Republica e extingue os logares de commandante de armas e de brigada.
- N. 432 — GUERRA — Decreto de 4 de julho de 1891 — Approva e manda que seja provisoriamente observado o regulamento para as escolas praticas do exercito.

- N. 433 — GUERRA — Decreto de 4 de julho de 1891 — Denomina comissão técnica militar consultiva a actual comissão de melhoramentos do material de guerra e dá-lhe novo regulamento.
- N. 434 — FAZENDA — Decreto de 4 de julho de 1891 — Consolida as disposições legislativas e regulamentos sobre as sociedades anonymas.
- N. 435 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de julho de 1891 — Concede autorização ao Banco Popular da Bolsa, da Bahia, para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Emporio de Sal de Sergipe.
- N. 436 AGRICULTURA — Decreto de 4 de julho de 1891 — Proroga por tres mezes o prazo para apresentação de planhas, orçamento das obras, etc. dos dois engenhos concedidos pelo decreto n. 930, de 24 de outubro de 1890, no Estado de Sergipe.
- N. 436 A — AGRICULTURA — Decreto de 4 de julho de 1891 — Concede privilegio, sem garantia de juros, para construção de uma via-ferrea entre a estação do Commercio, da Estrada de Ferro Rio das Flores, e S. Francisco Xavier, com um ramal para a estação de Sapopemba, da Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 436 B — AGRICULTURA — Decreto de 4 de julho de 1891 — Concede privilegio, sem garantia de juros, para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro no littoral, entre a cidade de Paraty, so Estado do Rio de Janeiro e a de Iguape, no de S. Paulo, passando por Ubatuba, Caraguatatuba, S. Sebastião e Santos.
- N. 436 C — AGRICULTURA — Decreto de 4 de julho de 1891 — Concede autorização a Thomaz Laranjeira para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Matte Laranjeira.
- N. 436 D — AGRICULTURA — Decreto de 4 de julho de 1891 — Declara sem effeito a concessão feita a Ernesto Canac e outros para exploração de herva-matte no Estado de Santa Catharina.
- N. 436 E — AGRICULTURA — Decreto de 4 de julho de 1891 — Concede á Companhia Estrada de Ferro Lavoura Rio e São Paulo privilegio, sem garantia de juros, para construção de um ramal ferreo que, partindo do Cruzeiro, ou de outro ponto mais conveniente da Estrada de Ferro Central do Brasil, se dirija á estação de Santa Cruz.
- N. 436 F — AGRICULTURA — Decreto de 4 de julho de 1891 — Concede privilegio, sem garantia de juros, á Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, para construção do prolongamento da mesma Estrada, da estação de S. João até o porto de Santos, no Estado de S. Paulo.
- N. 437 — GUERRA — Decreto de 9 de julho de 1891 — Amplia a disposição do art. 12 do decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro deste anno.
- N. 438 — INTERIOR — Decreto de 11 de julho de 1891 — Providencia sobre a execução dos arts. 3º e 4º das disposições transitorias da Constituição da Republica.
- N. 439 — FAZENDA — Decreto de 11 de julho de 1891 — Concede a Joaquim José Teixeira autorização para organizar o Banco União Agricola do Brasil, de credito real, e approva os respectivos estatutos.
- N. 440 — JUSTIÇA — Decreto de 15 de julho de 1891 — Altera

- a classificação da comarca de Santo Angelo, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 441 — JUSTIÇA — Decreto de 15 de julho de 1891 — Altera a classificação da comarca do Triumpho, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 442 — JUSTIÇA — Decreto de 15 de julho de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na capital do Estado do Ceará.
- N. 443 — JUSTIÇA — Decreto de 15 de julho de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Maranguape, no Estado do Ceará.
- N. 444 — JUSTIÇA — Decreto de 15 de julho de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.
- N. 445 — JUSTIÇA — Decreto de 15 de julho de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Cascavel, no Estado do Ceará.
- N. 446 — JUSTIÇA — Decreto de 15 de julho de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará.
- N. 447 — INTERIOR — Decreto de 18 de julho de 1891 — Estabelece providencias relativamente aos bens que constituam o dote da ex-princeza brasileira D. Izabel e ao immovel denominado — palacete Leopoldina.
- N. 448 — GUERRA — Decreto de 18 de julho de 1891 — Extingue os depósitos de artigos bellicos existentes nos diversos Estados.
- N. 449 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de julho de 1891 — Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenhos dosapparelhos e descripção dos methodos de fabricação do engenho central em Cannavieiras, concedido ao cidadão José Domingues Mendes.
- N. 450 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de julho de 1891 — Concede autorização a Rodolpho Augusto França e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Banha Rio-Grandense Alves.
- N. 451 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de julho de 1891 — Autoriza a companhia "The Brazil Great Southern Railway Company, Limited", a transferir á denominada "The Brazil Great Southern Santo Angelo Extension Railway Company, Limited" a concessão para construcção do prolongamento da linha principal, a partir de seu ponto terminal em Itaqui até Santo Angelo.
- N. 452 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de julho de 1891 — Concede autorização a João Boaventura Allen e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Geral de Lubrificação.
- N. 453 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de julho de 1891 — Concede á Companhia Boulevard Bandeira Junior autorização para funcconnar.
- N. 454 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de julho de 1891 — Eleva de seis mezes improrogaveis o praso para apresentação dos estudos definitivos pela Companhia Estrada de Ferro e Minas S. Jeronymo.
- N. 455 — INTERIOR — Decreto de 25 de julho de 1891 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos predios ns. 35 A e 37 da rua S. Luiz Gonzaga.
- N. 456 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de julho de 1891 —

- Concede á Companhia Cervejaria Petropolitana autorização para funcionar.
- N. 457 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de julho de 1891 —
 Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercio de Conta Propria e Commissões.
- N. 458 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de julho de 1891 —
 Proroga por mais um anno o prazo marcado na clausula XVIII, n. 2, que baixou com o decreto n. 9.964, de 6 de junho de 1888.
- N. 459 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de julho de 1891 —
 Proroga por um anno o prazo fixado para apresentação dos estudos definitivos da Estrada de Ferro da Victoria a Peganha.
- N. 460 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de julho de 1891 —
 Altera para 90 dias o prazo de que trata o art. 10 do regulamento approved pelo decreto n. 390, de 13 de junho do corrente anno.
- N. 461 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de julho de 1891 —
 Concede á Companhia Petropolis Industrial e Agricola autorização para funcionar.
- N. 462 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de julho de 1891 —
 Concede aos Drs. Joaquim Antonio de Oliveira Botelho e Pampilho M. Freire de Carvalho privilegio para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo de qualquer das estações da via-ferrea Bragantina, vá ter ao porto de Santos, em S. Paulo.
- N. 463 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de julho de 1891 —
 Proroga por um anno os prazos marcados nas clausulas 2ª e 5ª do decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890, relativos á Estrada de Ferro de Catalão a Palmas.
- N. 464 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de julho de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Itapipoca, no Estado do Ceará.
- N. 465 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de julho de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará.
- N. 466 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de julho de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Granja, no Estado do Ceará.
- N. 467 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de julho de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará.
- N. 468 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de julho de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Jaguaribe-mirim, no Estado do Ceará.
- N. 469 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de julho de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Crateús, no Estado do Ceará.
- N. 470 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de agosto de 1891 —
 Concede autorização a João de Lins Machado para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Cooperativa Hespanhola.
- N. 471 — GUERRA e MARINHA — Decreto de 1 de agosto de 1891 —
 Estabelece regras para a habilitação ao montepio, instituido pelos officiaes do exercito e da armada e classes annexas, e pelo soldo, simplificando processos adoptados pelos decretos ns. 3.607, de 10 de fevereiro de 1866, e 475, de 11 de junho de 1890.
- N. 472 — MARINHA — Decreto de 1 de agosto de 1891 — De-

clara que as praças da armada, quando enfermas por mais de seis mezes, não têm direito ao abono do respectivo semestre de fardamento.

- N. 473 — FAZENDA — Decreto de 1 de agosto de 1891 — Approva com alteração a reforma dos estatutos do Banco Sul-Americano.
- N. 474 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de agosto de 1891 — Concede ao tenente-coronel Joaquim Ignacio Pessoa de Siqueira e ao engenheiro Oscar Pinto privilegio por 50 annos, para a construcção, uso e gozo de ramaes ferreos, de um metro de largura, convergentes á Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 475 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de agosto de 1891 — Concede autorização a Paulo Alpinius e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Charcuteria Fluminense.
- N. 476 — GUERRA — Decreto de 6 de agosto de 1891 — Approva o regulamento para os hospitaes militares.
- N. 477 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de agosto de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Sobral, no Estado do Ceará.
- N. 478 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de agosto de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Iguatú, no Estado do Ceará.
- N. 479 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de agosto de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Icó, no Estado do Ceará.
- N. 480 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de agosto de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Inhamuns, no Estado do Ceará.
- N. 481 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de agosto de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Assaré, no Estado do Ceará.
- N. 482 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de agosto de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Jardim, no Estado do Ceará.
- N. 483 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de agosto de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.
- N. 484 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de agosto de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Isabel, no Estado de Minas Geraes.
- N. 485 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de agosto de 1891 — Permite que a "Pelotas and Colonies Railway Company, Limited", transfira á Empresa Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul a concessão constante do decreto n. 10.151, de 5 de janeiro de 1889.
- N. 486 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de agosto de 1891 — Renova em parte a favor do engenheiro Carlos Hargreaves as concessões de quatro engenhos centraes no Estado de Pernambuco feitas á companhia "Central Sugar Factories of Brazil, Limited", e declaradas caducas pelo decreto n. 10.011, de 18 de agosto de 1888.
- N. 487 — FAZENDA — Decreto de 8 de agosto de 1891 — Concede autorização a John Grandt & Comp. para transferirem á Companhia Internacional de Maranhão a concessão de isenção de direitos de importação que obtiveram pelo decreto n. 1.176 B, de 16 de dezembro de 1890.

- N. 488 — EXTERIOR — Decreto de 8 de agosto de 1891 — Crea um consulado na provincia de Santa Fé, na Republica Argentina.
- N. 489 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 8 de agosto de 1891 — Declara caduca a concessão a que se refere o decreto n. 1.309, de 17 de janeiro de 1891.
- N. 490 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 8 de agosto de 1891 — Concede autorização a João Alberto Caetano Bouças para estabelecer linhas telephonicas ligando entre si as cidades de Leopoldina, Cataguazes e S. Paulo de Muriaé.
- N. 491 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de agosto de 1891 — Autoriza a organização da Companhia Auxiliar de Estradas de Ferro no Brasil.
- N. 492 — INTERIOR — Decreto de 12 de agosto de 1891 — Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior, por conta do exercício de 1891, credits supplementares ás verbas. — Subsídio dos Senadores e dos Deputados, Secretarias do Senado e da Camara dos Deputados.
- N. 493 — FAZENDA — Decreto de 15 de agosto de 1891 — Mandá executar o regulamento para fiscalização dos bancos de emissão, dos estabelecimentos bancarios, estrangeiros, dos bancos e companhias que funcionam nesta Capital que requererem fiscalização por parte do Governo e a de que cogita o art. 283, § 7.º, 2ª parte do decreto n. 370, de 2 de maio de 1890.
- N. 494 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de agosto de 1891 — Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenho dosapparelhos e descripção dos methodos de fabricação dos engenhos centraes, de que é concessionaria a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão.
- N. 495 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de agosto de 1891 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento dos 12 primeiros kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, além de Santa Luiza.
- N. 496 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de agosto de 1891 — Permite a transferencia do engenho central, de que é cessionaria a Companhia de Melhoramentos em Sergipe, do municipio da Capella para o de Laranjeiras.
- N. 497 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de agosto de 1891 — Proroga por dois mezes os prazos de que trata a clausula III do decreto n. 645, de 9 de agosto de 1890, para estabelecimento de dois engenhos centraes em S. Matheus e Itapemirim.
- N. 498 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de agosto de 1891 — Concede á Companhia Industria e Lavoura Progredior autorização para funcionar.
- N. 499 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 22 de agosto de 1891 — Concede autorização a Victor José de Freitas Reis para construir um theatro lyrico na Capital Federal.
- N. 500 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 22 de agosto de 1891 — Concede a Orozimbo Muniz Barreto permissão para o assentamento de um cabo submarino que ligue a Capital Federal á cidade de Nitheroy.
- N. 501 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de agosto de 1891 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Economica Publica, de accordo com as alterações votadas pela assembléa geral de accionistas em 18 de junho do corrente anno.

- N. 502 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de agosto de 1891 — Concede autorização a Affonso Henriques Pereira de Carvalho e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Grande Companhia de Vinhos.
- N. 503 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de agosto de 1891 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Distillação Central, de accordo com as alterações votadas pela assembléa geral de accionistas, em 1 de julho do corrente anno.
- N. 504 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de agosto de 1891 — Approva os estudos complementares do ramal ferreo que partindo de Paquevira, na Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, termine na cidade de Imperatriz.
- N. 505 — FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1891 — Concede autorização ao Banco de Credito Rural e Internacional para constituir-se como sociedade de credito real, e approva, com alterações, os respectivos estatutos.
- N. 506 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de agosto de 1891 — Concede autorização ao engenheiro Francisco de Siqueira Queiroz para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Providencia Popular.
- N. 507 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de agosto de 1891 — Concede autorização a João Ferreira Lemos e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Constructora e Commercio Paula Mayrink.
- N. 508 — FAZENDA — Decreto de 29 de agosto de 1891 — Concede ao Dr. Joaquim de Oliveira Bastos autorização para organizar o Banco de Credito Predial Urbano, e approva, com alterações, os respectivos estatutos.
- N. 509 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de agosto de 1891 — Approva os novos estatutos da Companhia Hydraulica Rio Grandense.
- N. 510 — (Com este numero não houve acto algum.)
- N. 511 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de agosto de 1891 — Permite a transferencia, por um dos concessionarios da Via-ferrea de Catalão ás fronteiras da Bolivia, á Companhia Viação Ferrea Sapucahy.
- N. 512 — GUERRA — Decreto de 29 de agosto de 1891 — Dero-ga a ultima parte do art. 36 do regulamento que baixou com o decreto n. 371, de 2 de maio de 1890.
- N. 513 — MARINHA — Decreto de 29 de agosto de 1891 — Declara de utilidade publica a desapropriação do terreno denominado — Nazareth, onde se acha construido o pharol de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco.
- N. 514 — MARINHA — Decreto de 29 de agosto de 1891 — Adopla na armada nacional os formularios seguidos no exercito para os diversos processos estabelecidos pela legislação militar. 2
- N. 515 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de agosto de 1891 — Proroga por um anno o prazo fixado para conclusão das obras de construcção dos 14 kilometros restantes da Estrada de Ferro Central de Macahé.
- N. 516 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de agosto de 1891 — Concede á Companhia Estrada de Ferro Leopoldina prorrogação, por mais dois annos, para conclusão das obras do prolongamento da de Barão de Araruama.
- N. 517 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de agosto de 1891

- Proroga por dois annos o prazo concedido á Companhia Estrada de Ferro Leopoldina para conclusão das obras do ramal de Itapemirim, da Estrada de Ferro do Carangola.
- N. 518 — MARINHA — Decreto de 5 de setembro de 1891 —
Dá novo regulamento para o concurso de admissão aos logares de cirurgião e pharmaceutico de 4.^a classe do Corpo de Saude da Armada.
- N. 519 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de setembro de 1891
Approva o orçamento das obras projectadas para os engenhos centraes de Barreiros, no Estado de Pernambuco e Maragogy, no de Alagôas, e adopta para estes engenhos o plano e desenhos dosapparelhos e descripção dos methodos de fabricação do de Porto Calvo.
- N. 520 — EXTERIOR — Decreto de 11 de setembro de 1891 —
Crea um consulado em Glasgow, com jurisdicção ao respectivo Condado.
- N. 521 — EXTERIOR — Decreto de 11 de setembro de 1891 —
Crea um consulado na cidade de Roma.
- N. 522 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de setembro de 1891
— Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenhos dos apparelhos e descripção dos methodos de fabricação do engenho central, de que é concessionaria a Companhia Docas e Melhoramentos da Bahia.
- N. 523 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de setembro de 1891
— Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenhos dos apparelhos e descripção dos methodos de fabricação dos engenhos centraes, de que é concessionaria a Companhia Progresso Industrial do Espirito Santo.
- N. 524 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de setembro de 1891
— Permite a transferencia da parte que cabe a um dos concessionarios da Estrada de Ferro de Catalão a Palmas.
- N. 525 — INTERIOR — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior o credito de 30:\$321\$428 para pagamento do subsidio do vice-presidente da Republica no corrente exercicio de 1891.
- N. 526 — MARINHA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Declara de utilidade publica a desapropriação do terreno denominado — Nazareth, no Estado de Pernambuco, adjacente ao pharol de Santo Agostinho, onde se acham as casas dos respectivos guardas.
- N. 527 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de setembro de 1891
— Transfere á Empreza do Arrazamento do Morro do Castello a concessão constante dos decretos ns. 758 de 18 de setembro de 1890 e 795 de 27 de setembro de 1890, relativos ao arrazamento do morro do Castello.
- N. 528 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de setembro de 1891
— Concede autorização a Ignacio do Lago Parga e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia de Distillação, Bebidas e Gelo.
- N. 529 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. João Baptista do Rio Verde, no Estado de S. Paulo.
- N. 530 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado de São Paulo.

- N. 531 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Avaré, no Estado de S. Paulo.
- N. 532 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Luiz, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 533 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 534 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Crea um corpo de cavallaria e um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Santo Angelo, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 535 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Crea mais um batalhão de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Pará.
- N. 536 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Iguapé-mirim, no Estado do Pará.
- N. 537 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Desliga do commando superior da guarda nacional da comarca de Breves, no Estado do Pará, o 37.º batalhão de infantaria e annexa-o ao commando superior da comarca de Affuá, no mesmo Estado.
- N. 538 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Vigia, no Estado do Pará.
- N. 539 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Crea mais um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na comarca de Obidos, no Estado do Pará.
- N. 540 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Desliga dos commandos superiores da guarda nacional das comarcas de Cametá e Breves, no Estado do Pará, os batalhões de infantaria ns. 21 e 35 e annexa-os ao commando superior da comarca de Muaná, no mesmo Estado.
- N. 541 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Breves, no Estado do Pará.
- N. 542 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Crea um batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes na comarca de Santarém, no Estado do Pará.
- N. 543 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Muaná, no Estado do Pará.
- N. 544 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado do Pará.
- N. 545 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de setembro de 1891 —
Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Alemquer, no Estado do Pará.
- N. 546 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 12 de setembro de 1891 — Altera os arts. 6º e 8º, das instrucções que acompanharam o decreto n. 499 de 22 de agosto de 1891.
- N. 547 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de setembro de 1891 —
Desliga do Archivo Publico a parte do serviço que lhe cabe na execução do regulamento approved pelo decreto n. 8.820, de 30 de dezembro de 1882.
- N. 548 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de setembro de 1891

- Proroga por dois mezes o prazo para a Companhia de Melhoramentos em Sergipe apresentar as plantas, orgamento das obras, etc. para os seus engenhos centraes em Sergipe.
- N. 549 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de setembro de 1891 — Declara de utilidade publica a desapropriação, no Estado de Pernambuco, da propriedade denominada Engenho Camassary.
- N. 550 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de setembro de 1891 — Concede privilegio, sem garantia de juros, para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, de bitola de um metro, entre Ponta Grossa, no Estado do Paraná e Corumbá, no de Matto Grosso, com dois ramaes que de Nioac se dirijam para Bahu's e pontos navegavel no rio Apa e mais tres ramaes que unam Jatahy, Guarapuava e Tibagy.
- N. 551 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de setembro de 1891 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia de Distillação e Aguas Mineraes Christoffel-Stupiakoff.
- N. 552 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de setembro de 1891 — Concede á Companhia Promotora de Industrias e Melhoramentos autorização para funcionar.
- N. 553 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de setembro de 1891 — Concede á Companhia Pará e Amazonas autorização para funcionar.
- N. 554 — INTERIOR — Decreto de 19 de setembro de 1891 — Declara extincta a Inspectoria de Hygiene do Estado do Rio de Janeiro.
- N. 555 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de setembro de 1891 — Concede privilegio, sem garantia de juros, para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro de bitola de um metro, que, partindo do Pontal do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo, vá terminar em ponto conveniente do de Matto Grosso, na fronteira da Bolivia.
- N. 556 — EXTERIOR — Decreto de 19 de setembro de 1891 — Crea um consulado na cidade de Malaga.
- N. 557 — EXTERIOR — Decreto de 19 do setembro de 1891 — Determina como procederão os consules na cobrança dos emolumentos por meio de estampilhas e como se pagarão dos seus vencimentos e despesas.
- N. 558 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de setembro de 1891 — Concede á Companhia Piscatoria Sul-Americana autorização para funcionar.
- N. 559 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 19 de setembro de 1891 — Concede á Agencia Constructora do Banco Impulsor e ao Dr. Pedro Caminada permissão para illuminar por luz electrica os theatros desta cidade.
- N. 560 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de setembro de 1891 — Approva os novos estatutos da Companhia Organização Agricola Mineira.
- N. 561 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de setembro de 1891 — Proroga até 31 de dezembro de 1893 o prazo para a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão inaugurar os dois engenhos centraes de que é cessionaria.
- N. 562 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de setembro de 1891 — Concede autorização a José Candido Teixeira para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Cooperativa Paulista-Italiana.

- N. 563 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de setembro de 1891 — Crea mais dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Amazonas.
- N. 564 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de setembro de 1891 — Crea um batalhão de artilharia de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Amazonas.
- N. 565 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de setembro de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão do serviço activo da guarda nacional da comarca de Labrea, no Estado do Amazonas.
- N. 566 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de setembro de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Humaytá, no Estado do Amazonas.
- N. 567 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de setembro de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.
- N. 568 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de setembro de 1891 — Crea um batalhão de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Manicoré, no Estado do Amazonas.
- N. 569 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de setembro de 1891 — Approva os estudos definitivos apresentados pela Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, na extensão de 140 kilometros referentes á linha ferrea de Barra Mansa a Catalão.
- N. 570 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de setembro de 1891 — Concede autorização a Antonio do Nascimento Silva e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Industria Pecuaria.
- N. 571 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de setembro de 1891 — Concede á Companhia Propagadora de Vinhos e Generos Italianos autorização para reformar os seus estatutos.
- N. 572 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de setembro de 1891 — Concede autorização a Eduardo Augusto Pereira Nunes e outros para reformarem os estatutos da sociedade anonyma Banco União Commercial Progresso dos Taverneiros.
- N. 573 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de setembro de 1891 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia de Melhoramentos em Sergipe.
- N. 574 — FAZENDA — Decreto de 26 de setembro de 1891 — Manda arrecadar pela Alfandega da Capital Federal os impostos de exportação dos productos do Estado de Minas Geraes, e crea na mesma Alfandega mais um logar de 1º escriptuario e dois de conferente.
- N. 575 — FAZENDA — Decreto de 26 de setembro de 1891 — Permite aos incorporadores do Banco União Agricola do Brasil, de credito real, alterarem os arts. 4º e 10 dos respectivos estatutos.
- N. 576 — INTERIOR — Decreto de 26 de setembro de 1891 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos predios ns. 2 da rua da Ajuda e 89 e 91 da de São José.
- N. 577 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 26 de setembro de 1891 — Concede autorização á Companhia Brasileira de Electricidade para collocar lampadas electricas na rua do Ouvidor, desta Capital Federal.
- N. 578 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 26 de setembro de 1891 — Concede autorização provisoria á Companhia Brasileira de Electricidade para transmittir, por meio

- de conductores aereos, electricidade para illuminação de casas e estabelecimentos particulares.
- N. 579 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de setembro de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Lenções, no Estado de S. Paulo.
- N. 580 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de setembro de 1891 — Eleva á categoria de corpo o 3º esquadrão de cavallaria da guarda nacional da comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.
- N. 581 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de setembro de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes nas comarcas de Belém do Descalvado e Pirassinunga, no Estado de S. Paulo.
- N. 582 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de setembro de 1891 — Reorganiza a guarda nacional do Estado do Maranhão.
- N. 583 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de setembro de 1891 — Modifica o alinhamento do trecho comprehendido entre o kilometro 97 -|- 500 e a Barra, da Estrada de Ferro de Tamandaré, e concede o prolongamento da linha até a cidade de S. Bento.
- N. 584 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de outubro de 1891 — Proroga até 31 de dezembro de 1891 o prazo para a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, apresentar os planos de que trata a clausula VI do decreto n. 840, de 11 de outubro de 1890, para saladeiros centraes no Estado do Maranhão.
- N. 585 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de outubro de 1891 — Autoriza a Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil a transferir á Companhia de Melhoramentos no em Pernambuco a concessão constante dos decretos ns. 1.060, de 22 de novembro de 1890, e 1.235, de 3 de janeiro do corrente anno.
- N. 586 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de outubro de 1891 — Concede á Companhia Geral de Estradas de Ferro no Brasil prorrogação por oito mezes para conclusão das obras da Via ferrea Benevente e Minas.
- N. 587 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de outubro de 1891 — Concede privilegio sem garantia de juros, para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro desta Capital a Guaratiba.
- N. 588 — INTERIOR — Decreto de 16 de outubro de 1891 — Declara extinta a Inspectoria de Hygiene do Estado do Pará.
- N. 589 — (Com este numero não houve acto algum).
- N. 590 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Altera algumas disposições dos decretos ns. 196 e 805, de 1 de fevereiro e 4 de outubro de 1890.
- N. 591 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Concede á sociedade anonyma denominada "The London and River Plate Bank, Limited", com séde em Londres, autorização para estabelecer uma caixa filial, ou succursal, nesta capital, e agencias onde julgar conveniente, no território da Republica.
- N. 592 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Concede autorização ao "English Bank of Rio de Janeiro, Limited", para continuar a funcionar nesta Capital, sob a denominação de "The British Bank of South America, Limited".

- N. 593 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Progresso Industrial de Cabo Frio.
- N. 594 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Concede privilegio, sem garantia de juros, para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro denominada Pacifico, que, partindo do Recife, no Estado de Pernambuco, vá terminar em ponto que for julgado conveniente nas fronteiras do Rio Grande do Sul com a Republica Oriental.
- N. 595 — MARINHA — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Declara que o fardamento que se distribue ás praças dos corpos de marinha, gratuitamente ou por adeantamento, é destinado ao uso no serviço, só se tornando propriedade das mesmas praças quando expirado o prazo estabelecido nas respectivas tabellas para sua duração.
- N. 596 — MARINHA — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Altera o plano de uniformes do batalhão naval.
- N. 597 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Concede autorização a Benito Michals para assentar na Capital Federal osapparelhos denominados "mensageiros electricos".
- N. 598 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1891 — Approva os estudos do trecho da linha de S. Pedro de Uberabinha, da Companhia Estrada de Ferro Mogyana.
- N. 599 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Concede á Faculdade de Direito da Bahia, na fórma do art. 420 do decreto n. 1.232 H, de 2 de janeiro deste anno, o titulo de faculdade livre com todos os privilegios de que gosam as faculdades federaes.
- N. 600 — EXTERIOR — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Manda indemnizar os empregados diplomaticos e consulares das despesas que fizerem com as viagens em serviço publico.
- N. 601 — EXTERIOR — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Crea um consulado em Guatemala.
- N. 602 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de outubro de 1891 — Autoriza a desapropriação da casa situada na rua Desembargador Felipe n. 2, em Jaboatão, necessaria ao prolongamento do desvio existente na estação do mesmo nome.
- N. 603 — FAZENDA — Decreto de 20 de outubro de 1891 — Approva e manda executar o regulamento das companhias ou sociedades anonymas.
- N. 604 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de outubro de 1891 — Proroga até 24 de janeiro de 1892 o prazo marcado á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para a apresentação dos estudos definitivos das obras de melhoramento do porto do mesmo Estado.
- N. 605 — MARINHA — Decreto de 20 de outubro de 1891 — Altera algumas disposições do decreto n. 257, de 10 de janeiro ultimo, de accôrdo com o parecer da commissão encarregada pelo governo de Sua Magestade Britannica de propôr modificações ás regras para evitar abalroamento no mar, conforme a deliberação da conferencia maritima internacional de Washington em 1889.
- N. 606 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de outubro de 1891 — Concede á Empresa do Arrasamento do Morro

- do Castello prorrogação do prazo para apresentação dos planos e plantas definitivos.
- N. 607 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de outubro de 1891 — Declara de utilidade publica a desapropriação dos engenhos Entre-Rios e Manassú, no Estado de Pernambuco.
- N. 608 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de outubro de 1891 — Concede autorização a Antonio Fortunato do Nascimento para organizar a Companhia Commercio de Farinha de Trigo.
- N. 609 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de outubro de 1891 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento de mais 12 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 610 — INTERIOR — Decreto de 22 de outubro de 1891 — Declara extincta a Inspectoria de Hygiene do Estado do Amazonas.
- N. 611 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de outubro de 1891 — Approva a fusão da Companhia Lloyd Brasileiro na Agricola do Brasil, de credito real, para reduzirem a Empresa de Obras Publicas no Brasil, continuando a ser observado, com alterações, o decreto n. 857, de 13 de outubro de 1890.
- N. 612 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de outubro de 1891 — Regulamenta o serviço das estações agronomicas da Republica.
- N. 613 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1891 — Manda executar o regulamento para a Fazenda de Santa Cruz.
- N. 614 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1891 — Concede autorização aos incorporadores do Banco União Agricola do Brasil, de credito real, para reduzirem a 50.000 o numero de acções, e a 10.000:000\$ o capital do referido Banco.
- N. 615 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1891 — Concede ao Dr. Joaquim de Oliveira Bastos permissão para transferir ao Banco de Creditos e Comissões a autorização que obteve pelo decreto n. 508, de 29 de agosto ultimo, para a organização do Banco de Credito Predial Urbano.
- N. 616 — INTERIOR — Decreto de 23 de outubro de 1891 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos predios e terrenos necessarios para a abertura de um tunnel que, partindo da rua da Prainha, em frente á dos Benedictinos, terminará na parte mais larga da rua da Saude, proximo ao largo de S. Francisco da Prainha.
- N. 617 — INTERIOR — Decreto de 23 de outubro de 1891 — Declara caduca a concessão, de que trata o decreto n. 213, de 2 de maio ultimo, dos favores da lei n. 3.151, de 9 de dezembro de 1882, relativamente aos edificios que o visconde de Duprat e outros, ou a companhia que por elles fosse organizada, tinham de construir para habitação de operarios e classes pobres.
- N. 618 — INTERIOR — Decreto de 23 de outubro de 1891 — Concede a Ernani Lodi Batalha prorrogação de prazo quanto á concessão a que se refere o decreto n. 322, de 16 de maio de 1891.
- N. 619 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Autoriza a transferencia da concessão feita ao

- bacharel João Candido Murtinho á Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil.
- N. 620 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenho dosapparelhos e descripção dos methodos de fabricação do engenho central de Itajubá, de que é cessionario o Banco Central Mineiro.
- N. 621 — EXTERIOR — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Crea um consulado na cidade de Vienna.
- N. 622 — EXTERIOR — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Crea um consulado em Cardiff.
- N. 623 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Concede autorização a José Francisco da Rocha Pombo para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Consumo de Carnes.
- N. 624 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Concede autorização a José Francisco da Rocha Pombo para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Mercantil e Industrial Paranaense.
- N. 625 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Reorganiza a guarda nacional do Estado de Santa Catharina.
- N. 626 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Reorganiza a guarda nacional do Estado da Parahyba.
- N. 627 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Reorganiza a guarda nacional do Estado do Espirito Santo.
- N. 628 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Camisão, no Estado da Bahia.
- N. 629 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.
- N. 630 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapirassaba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 631 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Cataguazes, no Estado de Minas Geraes.
- N. 632 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Manhuassu', no Estado de Minas Geraes, e eleva á categoria de batalhão a 1ª secção.
- N. 633 — JUSTIÇA — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Philadelphia, no Estado de Minas Geraes, e eleva á categoria de batalhão a 8ª. secção do serviço activo da mesma comarca.
- N. 634 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento de mais 12 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil.
- N. 635 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de outubro de 1891 — Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenho dos apparelhos e descripção dos methodos de fabricação do Engenho Central de Paraty, de que é cessionaria a Companhia Agricola Industrial Fluminense.

- N. 636 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de outubro de 1891 — Approva os estudos definitivos e orçamento da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaqui, correspondente ao trecho entre Camaquã e Santo Angelo, e da variante entre o kilometro 315 H -|- 106.
- N. 637 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de outubro de 1891 — Transfere para a Companhia Promotora de Industria e Melhoramentos as concessões de tres engenhos centraes, sendo um em cada um dos municipios de Porto Calvo e Maragogy, no Estado de Alagoas, e Barreiros, no de Pernambuco, de que é cessionaria a Companhia Industrial do Norte.
- N. 638 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de outubro de 1891 — Approva as plantas apresentadas pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, referentes á construcção de duas estações nos kilometros 334,4 e 365, entre a cidade de Botucatu' e a villa do Rio Novo, assim como a modificação feita no traçado do prolongamento entre os kilometros 373 e 388, na linha de Botucatu' a Tibagy.
- N. 639 — INSTRUÇÃO PÚBLICA — Decreto de 31 de outubro de 1891 — Concede á Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro e á Faculdade Livre de Direito desta Capital, na fôrma do art. 420 do decreto n. 1.232 H, de 2 de janeiro deste anno, o titulo de faculdades livres, com todos os privilegios e garantias de que gosam as faculdades federaes.
- N. 640 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 640 A — AGRICULTURA — Decreto de 31 de outubro de 1891 — Autoriza a Companhia Brasileira de Estradas de Ferro e Navegação a transferir á Empresa de Obras Publicas no Brasil as concessões para a construcção, uso e gozo das estradas de ferro de Natal ao valle do Ceará-Mirim, do porto de Tamandaré á estação da Barra e de Aracaju' a Simão Dias.
- N. 640 B — MARINHA — Decreto de 31 de outubro de 1891 — Regula o intersticio para a promoção dos officiaes da armada e torna-lhes extensivo o disposto no art. 13 do decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro de 1891.
- N. 640 C — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1891 — Concede ao Banco dos Funcionarios Publicos autorização para transferir ao Banco Auxiliar das Classes, estabelecido na capital do Estado da Bahia, os direitos que lhe foram outorgados pelo decreto n. 771, de 20 de setembro de 1890.
- N. 641 — INTERIOR — Decreto de 3 de novembro de 1891 — Dissolve o Congresso Nacional, convoca a Nação para escolher novos representantes e toma outras providencias.
- N. 641 A — FAZENDA E AGRICULTURA — Decreto de 4 de novembro de 1891 — Isenta de direitos de consumo e de expediente o gado vaccum e lanigero e dá outras providencias.
- N. 642 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de novembro de 1891 — Declara de utilidade publica a desapropriação dos engenhos Palmeiras, Penanduba e Coxito, no Estado de Pernambuco.
- N. 643 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de novembro de 1891 — Approva os estudos e respectivo orçamento do prolonga-

- mento da Estrada de Ferro de Baturité, de Queixadá a Quixeramobim.
- N. 644 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de novembro de 1891 — Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenhos dosapparelhos e descripção dos methodos de fabricação do Engenho Central de Cucau', de que é cessionaria a Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco.
- N. 645 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de novembro de 1891 — Concede autorização á Companhia Nacional Manufactura de Doces para funcionar.
- N. 646 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de novembro de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e outro do da reserva de guardas nacionaes na capital do Estado capital do Estado de Matto Grosso.
- N. 647 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de novembro de 1891 — Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na capital do Estado, de Matto Grosso.
- N. 648 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de novembro de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes nas comarcas do Alto Paraguay, Diamantina e Livramento, no Estado de Matto Grosso.
- N. 649 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de novembro de 1891 — Eleva á categoria de corpo o 2º esquadrão de cavallaria da guarda nacional da capital do Estado de Matto Grosso.
- N. 650 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de novembro de 1891 — Approva os estatutos para a Escola Scientifica de Vinicultura do Estado de S. Paulo.
- N. 651 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1891 — Approva, com restricções, o projecto de reforma dos estatutos do Banco de Credito Real de Pernambuco.
- N. 652 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1891 — Approva, com exclusão do art. 19, a reforma dos estatutos do Banco da Bahia.
- N. 653 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1891 — Revoga os arts. 3º e 7º do decreto n. 823 A, de 6 de outubro de 1890, relativos á conversão das apólices de 5 % em titulos do juro de 4 % pagavel em ouro.
- N. 654 — MARINHA — Decreto de 7 de novembro de 1891 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 10.000:000\$ para ser utilizado nos exercicios de 1892 e 1893.
- N. 655 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de novembro de 1891 — Decreta o arrendamento das estradas de ferro do Governo Federal.
- N. 656 — MARINHA — Decreto de 7 de novembro de 1891 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1.492:083\$537 para as verbas — Arsenaes, Munições de bocca, e Munições navaes, do exercicio de 1891.
- N. 657 — MARINHA — Decreto de 7 de novembro de 1891 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 400:000\$ para construcção de pharões.
- N. 658 — MARINHA — Decreto de 7 de novembro de 1891 — Reune em uma só as repartições de Pharões, Hydrographica e Meteorologica, sob a denominação de Repartição da Carta Maritima do Brasil.
- N. 659 — MARINHA — Decreto de 7 de novembro de 1891 — Torna extensivas ao batalhão naval as disposições do decreto n. 1.365, de 14 de fevereiro de 1891.

- N. 660 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de novembro de 1891 — Concede á Companhia Estrada de Ferro da Tijuca privilegio para construcção do prolongamento de sua linha do Alto da Boa Vista até a antiga fazenda do Mocke e da travessa de S. Salvador até a praça Tiradentes.
- N. 661 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de novembro de 1891 — Proroga até 12 de junho de 1892 o prazo marcado na clausula 6^a do decreto n. 10.725, de 18 de dezembro de 1888, para conclusão das obras do prolongamento da estrada de ferro da companhia "Tram-road de Nazareth.
- N. 662 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de novembro de 1891 — Concede á sociedade anonyma denominada — Banco de Crédito Brasileiro — com séde nesta Capital, autorização para fundar carteira hypothecaria e approva, com alterações, a reforma dos respectivos estatutos.
- N. 663 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de novembro de 1891 — Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 10.334, de 31 de agosto de 1889, para o estabelecimento e funcionamento de officinas de ar comprimido, nesta Capital.
- N. 664 — GUERRA — Decreto de 14 de novembro de 1891 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 13.000:000\$ para compra de armamento, equipamento, arreiamento e remonta da cavallhada do exercito.
- N. 665 — INTERIOR — Decreto de 14 de novembro de 1891 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos predios e terrenos comprehendidos pelas ruas de São Pedro, Nuncio, General Camara e praça da Acclamação.
- N. 666 — INTERIOR — Decreto de 14 de novembro de 1891 — Declara desligada da administração federal a Inspectoria de Hygiene de S. Paulo.
- N. 667 — INTERIOR — Decreto de 14 de novembro de 1891 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação do predio n. 90 da praça da Acclamação e terreno contiguo.
- N. 668 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 14 de novembro de 1891 — Approva as instrucções provisórias para os exames geraes de preparatorios nos Estados.
- N. 669 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 14 de novembro de 1891 — Concede permissão ao capitão-tenente Orozimbo Muniz Barreto para ligar esta Capital á ilha de Paquetá por meio de um cabo submarino.
- N. 670 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de novembro de 1891 — Approva os estudos definitivos, apresentados pela "Compagnie Générale des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens" da linha de Santa Maria da Bocca do Monte á Cruz Alta.
- N. 671 — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1891 — Revoga os arts. 1.^o, 8.^o e 9.^o do decreto n. 322 A, de 6 de outubro de 1890, que fixaram a quota de 2 % sobre o valor das apolices do juro de 5 % para a respectiva amortização.
- N. 672 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de novembro de 1891 — Crea mais um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado da Bahia.
- N. 673 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de novembro de 1891 — Concede á Companhia de Seguro Mutuo Contra Fogo Americano autorização para funcionar.

- N. 674 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de novembro de 1891 — Approva a variante proposta pela companhia "Tram-road de Nazareth, em substituição ao traçado já aprovado, entre o kilometro 53 e o fim da linha.
- N. 675 — (Com este numero não foi publicado acto algum).
- N. 676 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de novembro de 1891 — Transforma em brigadas os commandos superiores da guarda nacional no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 677 — INTERIOR — Decreto de 21 de novembro de 1891 — Convoca o Congresso Nacional para o dia 3 de maio proximo, designa para a eleição geral o dia 29 de fevereiro antecedente e indica quaes os artigos da Constituição que têm de ser revistos.
- N. 678 — MARINHA — Decreto de 21 de novembro de 1891 — Altera a tabella de vencimentos dos foguistas da armada nacional e providencia sobre o modo de satisfazer as urgencias do serviço dos navios de guerra.
- N. 679 — (Com este numero não foi publicado acto algum).
- N. 680 — INTERIOR — Decreto de 21 de novembro de 1891 — Regula o modo por que devem ser passados os attestados de obito e dá outras providencias.
- N. 681 — INTERIOR — Decreto de 21 de novembro de 1891 — Autoriza o transporte de sobras, na importancia de 119:000\$, para despesas do Conselho da Intendencia Municipal da Capital Federal, no exercicio de 1891.
- N. 682 — INTERIOR — Decreto de 21 de novembro de 1891 — Declara desligada da administração federal a Inspectoria de Hygiene do Estado de Sergipe.
- N. 683 — GUERRA e MARINHA — Decreto de 21 de novembro de 1891 — Modifica os § 8º, 9º e 11 do art. 1º das instruções mandadas observar pelo decreto n. 471, de 1 de agosto deste anno.
- N. 684 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de novembro de 1891 — Transfere a Joaquim Caetano Pinto Junior a concessão feita a seu finado filho, engenheiro Oscar Pinto, em commum com o tenente-coronel Joaquim Ignacio Pessoa de Siqueira, pelo decreto n. 474, de 1 de agosto deste anno.
- N. 684 A — JUSTIÇA — Decreto de 21 de novembro de 1891 — Crea mais um batalhão de guardas nacionaes na comarca de Nazareth, no Estado da Bahia.
- N. 684 B — AGRICULTURA — Decreto de 21 de novembro de 1891 — Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 337, de 17 de abril de 1890, de subvenção a uma empresa de vapores frigorificos.
- N. 684 C — FAZENDA — Decreto de 21 de novembro de 1891 — Manda observar o regulamento para a execução do decreto n. 169, de 25 de abril do corrente anno, sobre a exigencia das facturas consulares.
- N. 684 D — AGRICULTURA — Decreto de 21 de novembro de 1891 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Restaurantes Populares.
- N. 684 E — EXTERIOR — Decreto de 21 de novembro de 1891 — Fixa o prazo aos empregados diplomaticos e consulares affin de assumirem os seus cargos.
- N. 685 — INTERIOR — Decreto de 23 de novembro de 1891 — Convoca o Congresso Nacional para o dia 18 de dezembro proximo vindouro.

- N. 686 — INTERIOR — Decreto de 23 de novembro de 1891 —
Annulla os decretos de 3 do corrente.
- N. 687 — MARINHA — Decreto de 2 de dezembro de 1891 —
Revoga os decretos ns. 1.365, de 14 de fevereiro, e 659,
de 7 de novembro de 1891, que suspenderam temporaria-
mente as baixas das praças do corpo de marinheiros nacio-
naes e batalhão naval.
- N. 688 — INTERIOR — Decreto de 4 de dezembro de 1891 —
Annulla o decreto n. 667, de 14 de novembro anterior, que
declarou de utilidade publica municipal a desapropriação
do predio n. 90 da praça da Acclamação e terreno contiguo.
- N. 689 — INTERIOR — Decreto de 5 de dezembro de 1891 —
Providencia sobre a redução e isenção de impostos mu-
nicipaes relativos ao corte de gado no matadouro e á ven-
da de carne nos açugues.
- N. 690 — (Com este numero não foi publicado acto algum).
- N. 691 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1891 —
Approva, com modificações, a reforma dos estatutos do
Banco de Credito e Commissões.
- N. 692 — FAZENDA — Decreto de 10 de dezembro de 1891 —
Torna extensiva aos Estados da União a autorização con-
cedida ao "English Bank of Rio de Janeiro, Limited",
pelo decreto n. 592, de 17 de outubro de 1891.
- N. 693 — INTERIOR — Decreto de 12 de dezembro de 1891 —
Approva os planos dos edificios que o Dr. Joaquim Ansel-
mo Nogueira e Luiz Geraldo Albernaz têm de construir
para habitação de operarios e classes pobres.
- N. 694 — INTERIOR — Decreto de 12 de dezembro de 1891 —
Iguala os preços dos alugueis dos edificios destinados á
habitação de operarios e classes pobres, de que trata o
decreto n. 9.560, de 27 de fevereiro de 1886, aos que se
acham estabelecidos nos de ns. 9.859, de 8 de fevereiro de
1888 e 10.386, de 5 de outubro de 1889.
- N. 695 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de dezembro de
1891 — Concede autorização a Silva Guimarães & Comp.
para organizarem a Companhia Mercantil de Genêros de
Estiva.
- N. 696 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de dezembro de 1891
— Declara de nenhum effeito o decreto n. 665, de 7 de
novembro do corrente anno, que determinou o arrenda-
mento das estradas de ferro do Governo Federal.
- N. 697 — GUERRA — Decreto de 17 de dezembro de 1891 —
Modifica o regulamento do batalhão academico.
- N. 698 — FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1891 —
Revoga o decreto n. 603, de 20 de outubro de 1891.
- N. 699 — INTERIOR — Decreto de 24 de dezembro de 1891 —
Manda vigorar no exercicio de 1892 o orçamento munici-
pal approvedo para o de 1891.
- N. 700 — INTERIOR — Decreto de 24 de dezembro de 1891 —
Declara desligada da administração federal a Inspectoria
de Hygiene do Estado de Santa Catharina.
- N. 701 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de dezembro de
1891 — Concede autorização a Guilherme A. C. de Oli-
veira para organizar uma sociedade anonyma em com-
mandita, por acções, sob a razão social de — C. Oliveira &
Comp.
- N. 702 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de dezembro de

- 1891 — Approva, não só a planta dos trabalhos realizados para a navegação por vapor no Rio Preto, como o desenho do typo do respectivo material fluctuante, e prorroga o prazo para a inauguração de semelhante serviço.
- N. 703 — GUERRA — Decreto de 28 de dezembro de 1891 — Manda substituir o art. 8º do regulamento provisório para o serviço externo dos corpos arregimentados do exercito.
- N. 704 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1891 — Revoga o decreto n. 29, de 14 de março do corrente anno, que approvou as instrucções que devem reger o serviço de embarque e outros, commettidas a officiaes da armada.
- N. 705 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1891 — Prorroga até o di 1 de maio de 1892 a execução do decreto n. 684 C, de 24 de novembro deste anno, sobre facturas consulares.
- N. 705 A — AGRICULTURA — Decreto de 31 de dezembro de 1891 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos terrenos da rua Dr. Dias Ferreira, necessarios ao estabelecimento da casa de machinas para o serviço de esgotos do bairro do Jardim Botânico.

1892

- N. 706 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de janeiro de 1892 — Concede á companhia "Société des Mines d'Or de Faria" autorização para augmentar o seu capital e elevar o numero de seus directores.
- N. 707 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de janeiro de 1892 — Transfere a Estação Agronomica de Campinas para o Estado de S. Paulo.
- N. 708 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de janeiro de 1892 — Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenhos dosapparelhos e descripção dos methodos de fabricação do Engenho Central da Palhoça, de que é cessionaria a Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina.
- N. 709 — INTERIOR — Decreto de 16 de janeiro de 1892 — Considera de nenhum effeito o decreto n. 455, de 25 de julho de 1891, que declarou de utilidade publica municipal a desapropriação dos predios ns. 35 A e 37 da rua S. Luiz Gonzaga.
- N. 710 — INTERIOR — Decreto de 23 de janeiro de 1892 — Concede permissão para que seja transferida á Companhia União Industrial dos Estados do Brasil a concessão feita pelos decretos n. 9.707, de 29 de janeiro de 1887, e n. 10.351, de 14 de setembro de 1889, da qual é cessionario o Dr. Antonio Brissay, nos termos do decreto n. 842, de 11 de outubro de 1890, para alargamento, rectificação e prolongamento da rua Senhor dos Passos.
- N. 711 — INTERIOR — Decreto de 23 de janeiro de 1892 — Declara desligada da administração federal a Inspectoria de Hygiene do Estado da Bahia.
- N. 712 — INTERIOR — Decreto de 23 de janeiro de 1892 — Declara desligada da administração federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Espirito Santo.
- N. 713 — INTERIOR — Decreto de 23 de janeiro de 1892 —

- Declara desligada da administração federal a Inspectoria de Hygiene do Estado de Minas Geraes.
- N. 714 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de janeiro de 1892 — Approva os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Victoria a Pechanha, na extensão de 84k,100.
- N. 715 — FAZENDA — Decreto de 26 de janeiro de 1892 — Designa as loterias que deverão ser extrahidas em 1892.
- N. 716 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de janeiro de 1892 — Augmenta o numero e os salarios dos trabalhadores do Jardim Botânico, e dá outras providencias.
- N. 717 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de janeiro de 1892 — Abre um credito de 1.360:895\$ para occorrer ás despesas com as obras publicas da Capital Federal e a Estrada de Ferro do Rio do Ouro, durante o primeiro semestre do corrente exercicio.
- N. 718 — INTERIOR — Decreto de 27 de janeiro de 1892 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação do predio n. 224 da rua do Hospicio.
- N. 719 — INTERIOR — Decreto de 29 de janeiro de 1892 Autoriza a transferencia da Estrada de Ferro do Rio Claro á Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes.
- N. 720 — INTERIOR — Decreto de 29 de janeiro de 1892 — Abre ao Ministerio do Interior creditos, para despesas, no exercicio de 1892, com varios serviços, emquanto a cargo da União.
- N. 721 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de janeiro de 1892 — Concede autorização a Ramiro Fortes de Barcellos para organizar uma sociedade anonyma em commandita, por accções, sob a denominação de — A Meridional.
- N. 722 — INTERIOR — Decreto de 30 de janeiro de 1892 — Providencia sobre a criação do Instituto de Educação Profissional e dá outras providencias.
- N. 722 A — INTERIOR — Decreto de 30 de janeiro de 1892 — Abre um credito de 1.409:560\$ para occorrer ás despesas com os serviços da Inspectoria Geral da Instrução Primaria e Secundaria e com os da instrução primaria de primeiro e segundo grãos da Capital Federal.
- N. 723 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de fevereiro de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Justiça creditos para despesas no exercicio de 1892 com varios serviços, emquanto a cargo da União.
- N. 724 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de fevereiro de 1892 — Providencia provisoriamente sobre a justiça nos Estados.
- N. 725 — INTERIOR — Decreto de 2 de fevereiro de 1892 — Extingue o Internato do Gymnasio Nacional e crea em substituição segundo externato.
- N. 726 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1892 — Concede á Companhia Vinicola Internacional autorização para substituir o paragrapho unico do art. 22 de seus estatutos.
- N. 727 — FAZENDA — Decreto de 5 de fevereiro de 1892 — Substitue o regimen de fiscalização collectiva, instituido no decreto n. 493, de 15 de agosto de 1891, pelo de fiscalização singular, estabelecido na lei n. 3.403, de 24 de novembro de 188.
- Com os numeros 728, 729, 730 e 731 não houve actos.
- N. 732 — INTERIOR — Decreto de 5 de fevereiro de 1892 — Declara desligada da administração federal a Inspectoria de Hygiene do Estado de Pernambuco.

- N. 733 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de fevereiro de 1892 — Regula o modo pelo qual deve ser executada a disposição contida no n. 20, § 4º, do art. 8º da lei de orçamento de 30 de dezembro de 1891.
- N. 733 A — FAZENDA — Decreto de 13 de fevereiro de 1892 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil.
- N. 734 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de fevereiro de 1892 — Approva a modificação feita no traçado da Estrada de Ferro do Norte, no prolongamento entre o rio Trapicheiro e a rua Machado Coelho, e fixa o prazo improrogavel de tres mezes para a conclusão das obras.
- N. 735 — MARINHA — Decreto de 13 de fevereiro de 1892 — Altera o plano de uniformes dos officiaes da armada e classes annexas, que baixou com o decreto n. 425, de 24 de maio de 1890.
- N. 736 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de fevereiro de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas creditos para despêsas, no exercicio de 1892, com alguns serviços a que se refere o § 2º do art. 8º da lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891, enquanto a cargo da União.
- N. 737 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de fevereiro de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito de 299:237\$537 para occorrer á liquidação de dividas de exercicios findos.
- N. 738 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de fevereiro de 1892 — Concede autorização a José Leão Ferreira Souto para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Central de Restaurantes.
- N. 739 — (Com este numero não foi publicado acto algum).
- N. 740 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de fevereiro de 1892 — Transfere o engenho central de Magé á Companhia Engenho Central de Guapy-mirim.
- N. 741 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1892 — Approva, com restricções, os estatutos do Montepio Popular.
- N. 742 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1892 — Concede autorização ao Banco das Classes Laboriosas para operar sobre seguro de vida, a premio.
- N. 743 — MARINHA — Decreto de 20 de fevereiro de 1892 — importancia descontada das praças licenciadas.
- N. 745 — GUERRA — Decreto de 26 de fevereiro de 1892 — Amplia o art. 6º das instrucções a que se refere o decreto n. 431, de 2 de julho de 1891.
- N. 746 — FAZENDA — Decreto de 26 de fevereiro de 1892 — Dá regulamento para a cobrança do imposto do fumo.
- N. 747 — FAZENDA — Decreto de 26 de fevereiro de 1892 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Real de Minas Geraes.
- N. 748 — FAZENDA — Decreto de 26 de fevereiro de 1892 — Declara que os enfermeiros, fiéis e escreventes da armada, devem ter o mesmo uniforme marcado no decreto n. 735, de 13 de fevereiro de 1892, para os officiaes de apito e artifices.
- N. 744 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de fevereiro de 1892 — Eleva a 1ª a etapa das praças do corpo de bombeiros e faz reverter á caixa de beneficencia do mesmo corpo a

- Approva, com restricções, as modificações feitas nos estatutos do Banco de Credito Rural e Internacional.
- N. 749 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1892 — Crea na comarca de Cintra, no Estado do Pará, dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes, sendo um do serviço activo e outro da reserva.
- N. 749 A — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Justiça o credito de 146:988\$ para despesas, no exercicio de 1892, com varios serviços no Estado de Sergipe, emquanto a cargo da União.
- N. 750 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1892 — Crea na comarca de Curuçá, no Estado do Pará, dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes, sendo um do serviço activo e outro da reserva.
- N. 750 A — GUERRA — Decreto de 2 de março de 1892 — Approva o regulamento para o Collegio Militar.
- N. 751 — EXTERIOR — Decreto de 2 de março de 1892 — Muda a categoria do Consulado Geral na Suecia e Noruega.
- N. 752 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de março de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito de 1.268:156\$250 para occorrer ás despesas com o serviço de esgotos da cidade, no primeiro semestre do corrente exercicio.
- N. 753 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de março de 1892 — Manda adoptar o fardamento para apresentações, rondas de theatro e passeio dos officiaes do corpo de bombeiros.
- N. 754 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de março de 1892 — Crea dois logares de ajudantes da locomoção e do trafego na Estrada de Ferro Central do Brasil, especialmente encarregados do serviço no respectivo trecho da Cachoeira a S. Paulo.
- N. 755 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de março de 1892 — Crea a 4ª companhia do corpo de bombeiros.
- N. 756 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de março de 1892 — Approva as plantas pelo processo de moendas para os engenhos centraes de que é cessionaria a Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão.
- N. 756 A — INTERIOR — Decreto de 8 de março de 1892 — Deroga em parte o decreto n. 722, de 30 de janeiro de 1892, e transfere o Museu Nacional para a Quinta da Boa-Vista.
- N. 757 — INTERIOR — Decreto de 11 de março de 1892 — Altera algumas disposições dos regulamentos do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado.
- N. 758 — INTERIOR — Decreto de 11 de março de 1892 — Eleva a 309:920\$ o credito de 141:600\$, aberto pelo decreto n. 720, de 29 de janeiro ultimo, para despesas da verba — Estados confederados.
- N. 759 — EXTERIOR — Decreto de 11 de março de 1892 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplemtar de 107:250\$ para as despesas da rubrica — Ajudas de custo, no exercicio de 1891.
- N. 760 — INTERIOR — Decreto de 16 de março de 1892 — Approva as instruções para execução dos arts. 59 e 60, da lei, n. 35, de 26 de janeiro de 1892.
- N. 761 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de março de 1892 — Rescinde o contracto da Companhia Brasileira de Phospha-

- to de Cal para para a exploração de jazidas de cal, no archipelago de Fernando de Noronha.
- N. 762 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de março de 1892 — Approva os estudos definitivos de mais 12 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 763 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de março de 1892 — Approva os estudos definitivos de mais um trecho do ramal de Timbaúba ao Pilar, da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.
- N. 764 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de março de 1892 — Concede á Companhia Upton Importadora autorização para funcionar.
- N. 765 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de março de 1892 — Declara caduca a concessão da Estrada de Ferro Benevente e Minas, a que se refere o decreto n. 10.120, de 15 de dezembro de 1888.
- N. 766 — MARINHA — Decreto de 18 de março de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha um credito supplementar de 219:546\$842 para a verba — Munições navaes, do exercicio de 1891.
- N. 767 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de março de 1892 — Abre o credito de 6:780\$ para custeio da Fazenda da Boa-Vista, durante o exercicio de 1892.
- N. 768 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de março de 1892 — Approva as plantas para a construcção de saladeiros centraes no Estado do Maranhão, de que é cessionaria a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão.
- N. 769 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de março de 1892 — Autoriza a transferencia da Estrada de Ferro de Iru a Iguape á Companhia Vição Ferrea Sapucahy.
- N. 770 — INTERIOR — Decreto de 22 de março de 1892 — Abre ao Ministerio do Interior um credito extraordinario de 3.000:000\$ para despesas com soccorros publicos.
- N. 771 — GUERRA — Decreto de 22 de março de 1892 — Modifica o art. 48 do regulamento de 17 de abril de 1868 para a Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra e repartições annexas.
- N. 772 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de março de 1892 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o credito extraordinario de 569:045\$, para occorrer ás despesas com o serviço de illuminação publica desta Capital, no primeiro semestre do actual exercicio.
- N. 773 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de março de 1892 — Approva os estudos definitivos da linha de Restinga Secca a Ponta Grossa, da Estrada de Ferro do Paraná.
- N. 774 — FAZENDA — Decreto de 22 de março de 1892 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Brasileiro.
- N. 775 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de março de 1892 — Crea um batalhão de infantaria do serviço activo e um da reserva e dois esquadrões de cavallaria de guardas nacionaes nas comarcas de Santa Cruz de Corumbá, Miranda e Sant'Anna do Parahybuna, no Estado de Matto Grosso.
- N. 776 — MARINHA — Decreto de 22 de março de 1892 — Determina que os guarda-marinha alumnos sejam confirmados nesse posto por decreto.
- N. 777 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de março de 1892

- Approva a reforma dos estatutos da Companhia Fabril e Industrial de Vinagre.
- N. 778 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de março de 1892 — Approva, com restricções, a variante proposta pela Companhia "Tram-Road" de Nazareth, em substituição ao traçado já approved entre o kilometro 53 e o fim da linha.
- N. 779 — GUERRA — Decreto de 26 de março de 1892 — Modifica o art. 56 do regulamento para as escolas do exercito.
- N. 779 A — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1892 — Concede permissão á associação anonyma Monte Pio Popular para mudar este titulo para o de — Monte Pio Nacional.
- N. 779 B — MARINHA — Decreto de 29 de março de 1892 — Equipara os soldos dos machinistas navaes aos dos officiaes de iguaes patentes das demais classes da armada.
- N. 779 C — MARINHA — Decreto de 29 de março de 1892 — Explica como se deve proceder com referencia á contribuição dos machinistas navaes para o montepio de marinha, em vista da reorganização do respectivo quadro.
- N. 780 — INTERIOR — Decreto de 1 de abril de 1892 — Concede ao Dr. Joaquim Anselmo Nogueira e a Luiz Geraldo Albarnaz prorrogação de prazo, quanto á concessão a que se refere o decreto n. 329, de 16 de maio de 1891.
- N. 781 — INTERIOR — Decreto de 1 de abril de 1892 — Concede ao engenheiro Carlos Poma prorrogação de prazo, quanto á concessão a que se refere o decreto n. 326, de 16 de maio de 1891.
- N. 782 — INTERIOR — Decreto de 1 de abril de 1892 — Approva os planos dos edificios que João Teixeira de Abreu, José Campello de Oliveira, Manoel Coelho de Souza Lima, José Francisco Lobo Junior, Antonio José Alexandrino de Castro e Antonio Moreira da Costa têm de construir para habitação de operarios e classes pobres.
- N. 783 — INTERIOR — Decreto de 1 de abril de 1892 — Declara caduca a concessão, de que tratam os decretos n. 322, de 16 de maio, e n. 613, de 23 de outubro de 1891, dos favores da lei n. 3.151, de 9 de setembro de 1882, relativamente aos edificios que Ernani Lodi Batalha, ou a companhia que por elle fosse organizada, tinha de construir para habitação de operarios e classes pobres.
- N. 784 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de abril de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assu'.
- N. 785 — MARINHA e GUERRA — Decreto de 1 de abril de 1892 — Altera os paragraphos ns. 8.º, 9.º, e 10 das instrucções que baixaram com o decreto n. 471, de 1 de agosto de 1891, para habilitação ao montepio e meio-soldo dos officiaes do exercito e armada.
- N. 786 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de abril de 1892 — Transfere para o Ministerio da Marinha o serviço de balisamento dos portos.
- N. 787 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de abril de 1892 — Altera a observação constante da tabella n. 3, annexa ao creto n. 691, de 28 de agosto de 1890.
- N. 788 — INTERIOR — Decreto de 8 de abril de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior um credito extraordinario de 110:000\$ para occorrer ás despesas deter-

- minadas pelo art. 8º das disposições transitórias da Constituição Federal e decreto n. 6, de 29 de agosto de 1891.
- N. 789 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de abril de 1892 —
 Approva os planos e orçamentos para as obras necessarias ao escoamento das aguas fluviaes atravez do aterro e muralha do caes do porto de Santos.
- N. 790 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de abril de 1892 —
 Approva a planta apresentada pela Empresa das Obras de Melhoramento do Porto de Santos, no Estado de S. Paulo, para o prolongamento do caes, desde a Capitania até ao Paquetá.
- N. 791 — INTERIOR — Decreto de 10 de abril de 1892 —
 Declara em estado de sitio o Districto Federal e suspende as garantias por 72 horas.
- N. 792 — EXTERIOR — Decreto de 11 de abril de 1892 —
 Limita a quota dos emolumentos que pertencem aos consules geraes, consules e vice-consules que não percebem vencimentos.
- N. 793 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de abril de 1892 —
 Approva a reforma dos estatutos da Companhia Salinas de Margarida.
- N. 794 — INTERIOR — Decreto de 16 de abril de 1892 —
 Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior creditos supplementares para cobrir, não só as despesas que excederam ás diversas verbas do orçamento de 1891, mas tambem as que se fizeram com a sessão extraordinaria do Congresso Nacional.
- N. 795 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de abril de 1892 —
 Abre ao Ministerio dos Negocios da Justiça o credito de 73:500\$ para despesas com o Asylo de Mendicidade no actual exercicio.
- N. 796 — INTERIOR — Decreto de 23 de abril de 1892 —
 Declara que o disposto no art. 51 do regulamento de 18 de janeiro de 1890 não comprehende as sociedades anonymas que tenham por fim a industria da pharmacia.
- N. 797 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de abril de 1892 —
 Abre o credito de 6:800\$ para melhoria dos salarios dos guardas, porteiros e trabalhadores dos jardins da praça da Republica, Passeio Publico e viveiro da Quinta da Boa-Visita, em S. Christovão.
- N. 798 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de abril de 1892 —
 Aceita da Companhia Agricola de Campos a desistencia que faz da garantia de juros do seu engenho central nos Ayrcizes e transformação da Usina Barcellos.
- N. 799 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de abril de 1892 —
 Approva a reforma dos estatutos da Companhia Geral de Commercio e Industria.
- N. 800 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de abril de 1892 —
 Autoriza a transferencia do contracto para construcção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Maceió á extincta colonia Leopoldina.
- N. 801 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de abril de 1892 —
 Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercio e Industria Nacional.
- N. 802 — EXTERIOR — Decreto de 28 de abril de 1892 —
 Marca prazo aos empregados diplomaticos e consulares para partirem para seus destinos.

- N. 803 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de abril de 1892 —
 Approva o plano, perfil e orçamento da ferro-via para o
 Engenho Central de Cucau', de propriedade da Companhia
 Geral de Melhoramentos de Pernambuco.
- N. 804 — FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1892 —
 Concede ao Banco de S. Paulo a renuncia, que pediu, do di-
 reito de emitir bilhetes ao portador, pagaveis em ouro.
- N. 805 — FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1892 —
 Modifica o regulamento mandado observar pelo decreto
 n. 648 C, de 21 de novembro de 1891, sobre a exigencia das
 facturas consulares.
- N. 806 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 29 de abril de
 1892 — Concede ao Gymnasio Mineiro (internato e exter-
 nato) as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 807 — MARINHA — Decreto de 2 de maio de 1892 —
 Regula o intersticio para a promoção dos officiaes da ar-
 mada e classes annexas.
- ✓ N. 808 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de maio de 1892 —
 Approva com modificações os planos e orçamentos apresen-
 tados para os melhoramentos do porto de Jaraguá, Estado das
 Alagoas, fixando o respectivo capital maximo. ✓
- N. 809 — GUERRA — Decreto de 4 de maio de 1892 —
 Abre ao Ministerio da Guerra um credito supplementar de
 150:000\$ á verba — Ajudas de custo.
- N. 810 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de maio de 1892 —
 Revoga os decretos ns. 549, de 17 de setembro, 607, de
 20 de outubro, e 642, de 5 de novembro, todos do anno
 passado, que autorizavam diversas desapropriações no
 Estado de Pernambuco, para desenvolvimento do nucleo
 Suassuna.
- N. 811 — FAZENDA — Decreto de 7 de maio de 1892 — Ap-
 prova, com modificações, as alterações feitas nos estatutos
 do Banco dos Funcionarios Publicos.
- N. 812 — EXTERIOR — Decreto de 7 de maio de 1892 —
 Crea um consulado na provincia portugueza de Moçambi-
 que, na Africa Oriental.
- N. 813 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de maio de 1892 —
 Approva os planos e orçamentos do armazem n. 1, na
 importancia de 178:127\$759, apresentados pela Empreza
 de Obras e Melhoramentos do Porto de Santos, de accôr-
 do com os decretos ns. 9.979 e 966, de 12 de julho de
 1888 e 7 de novembro de 1890.
- N. 814 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de maio de 1892 —
 Approva a planta, para desapropriação de terrenos, apre-
 sentada pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana,
 com exclusão dos terrenos para a construcção do caes
 de Santos.
- N. 815 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de maio de 1892 —
 Concede autorização a Manoel Lopes de Carvalho para
 organizar uma sociedade em commandita, por acções, sob
 a firma de Carvalho & Comp.
- N. 816 — FAZENDA — Decreto de 17 de maio de 1892 — Dá
 novo regulamento para a cobrança do imposto de con-
 sumo do fumo, creado pela lei n. 25, de 30 de dezem-
 bro de 1891, e revoga o que baixou com o decreto n. 746,
 de 26 de fevereiro do corrente anno.
- N. 817 — EXTERIOR — Decreto de 17 de maio de 1892 —
 Crea um consulado em Macau.

- N. 818 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de maio de 1892 — Concede ao Dr. João Landell autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Alhança do Sul.
- N. 819 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de maio de 1892 — Concede á Companhia Commercio de Lenha e Materiaes autorização para incluir entre os seus fins o commercio de generos alimenticios.
- N. 820 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 19 de maio de 1892 — Abre um credito supplementar, na importancia de 50:564\$420, para a verba — Obras, do exercicio de 1891, do Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos.
- N. 821 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de maio de 1892 — Altera o art. 36 do regulamento approved pelo decreto n. 713, de 2 de setembro de 1890.
- N. 822 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de maio de 1892 — Approva os estatutos da Companhia Vinicola Internacional.
- N. 823 — FAZENDA — Decreto de 24 de maio de 1892 — Concede ao Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes e outros, autorização para organizarem o Banco União de Minas, e approva, com alteração, os respectivos estatutos.
- N. 824 — FAZENDA — Decreto de 24 de maio de 1892 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco Sul-Americano.
- N. 825 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de maio de 1892 — Altera o art. 36 do regulamento approved pelo decreto n. 603, de 26 de julho de 1890.
- N. 826 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de maio de 1892 — Approva o accôrdo celebrado com a "Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro".
- N. 827 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de maio de 1892 — Crea na comarca de Pouso Alto, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes.
- N. 828 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de maio de 1892 — Approva os estudos definitivos de mais 12 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, além de Santa Luzia.
- N. 829 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de maio de 1892 — Approva os estudos e plantas concernentes a mais 10 kilometros e 746 metros do trecho de Santa Luzia a Sete Lagoas, no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 830 — JUSTIÇA — Decreto de 28 de maio de 1892 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca de Camaragibe, no Estado das Alagoas, mais um batalhão de infantaria do serviço activo e outro da reserva.
- N. 831 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Tres Corações do Rio Verde, no Estado de Minas Geraes.
- N. 832 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo.
- N. 833 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Approva os estudos definitivos dos 40 primeiros kilometros do prolongamento da Companhia Estrada de Ferro e Minas S. Jeronymo.

- N. 834 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Autoriza a transferencia do contracto para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro de Maceió á extincta colonia Leopoldina, no Estado das Alagoas, com um ramal para Porto Calvo.
- N. 835 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Crea na comarca do Espirito Santo do Pinhal, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes.
- N. 836 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Cunha, no Estado de S. Paulo.
- N. 837 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Bento de Sapucahy, no Estado de S. Paulo.
- N. 838 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Luiz, no Estado de S. Paulo.
- N. 839 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Eleva á categoria de batalhão a 7.ª secção de batalhão da reserva da guarda nacional da comarca de Pão de Assucar, no Estado das Alagoas, e crea na mesma comarca mais um batalhão de infantaria.
- N. 840 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Justiça o credito de 19:505\$444 para pagamento de diversos serviços no Estado da Bahia, de 1 a 13 de janeiro.
- N. 841 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Pirassinunga, no Estado de S. Paulo.
- N. 842 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita de Passa Quatro, no Estado de S. Paulo.
- N. 843 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Araras, no Estado de S. Paulo.
- N. 844 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Tres Corações do Rio Verde, no Estado de Minas Geraes.
- N. 845 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Machado, no Estado de Minas Geraes.
- N. 846 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Carlos do Pinhal, no Estado de S. Paulo.
- N. 847 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Cruzeiro, no Estado de S. Paulo.
- N. 848 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.
- N. 849 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Araraquara, no Estado de S. Paulo.
- N. 850 — (Com este numero não foi publicado acto algum).
- N. 851 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de junho de 1892, — Autoriza a fusão da Empresa de Navegação a Vapor do

Baixo S. Francisco na Companhia de Navegação Pernambucana.

- N. 852 — FAZENDA — Decreto de 7 de de junho de 1892 — Concede ao Banco da Bahia a renuncia, que pediu, do direito de emitir bilhetes ao portador, pagaveis em ouro.
- N. 853 — INTERIOR — Decreto de 7 de junho de 1892 — Declara as faltas verificadas no original do decreto do Congresso Nacional, que foi convertido na lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892.
- N. 854 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Amparo, no Estado de S. Paulo.
- N. 855 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes.
- N. 856 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Socorro, no Estado de S. Paulo.
- N. 857 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Itatiba, no Estado de S. Paulo.
- N. 858 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Serra Negra, no Estado de S. Paulo.
- N. 859 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado do Pará.
- N. 860 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Mazagão, no Estado do Pará.
- N. 861 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Sociedade Padaria Luso-Brasileira.
- N. 862 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Domingos do Prata, no Estado de Minas Geraes.
- N. 863 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes, na capital do Estado do Pará.
- N. 864 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Bomfim, no Estado de Minas Geraes.
- N. 865 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Campanha, no Estado de Minas Geraes.
- N. 866 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Viçosa, no Estado de Minas Geraes.
- N. 867 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Aréas, no Estado de S. Paulo.
- N. 868 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. José de Barreiros, no Estado de S. Paulo.
- N. 869 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Silveiras, no Estado de S. Paulo.
- N. 870 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea

- um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Barretos, no Estado de S. Paulo.
- N. 871 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Dois Corregos, no Estado de S. Paulo.
- N. 872 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Limeira, no Estado de S. Paulo.
- N. 873 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Capivary, no Estado de S. Paulo.
- N. 874 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Jahú, no Estado de S. Paulo.
- N. 875 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Brotas, no Estado de S. Paulo.
- N. 876 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1892 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Campinas, no Estado de S. Paulo.
- N. 877 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1892 — Crea na comarca de Casa Branca, no Estado de S. Paulo, dois batalhões de infantaria e dois corpos de cavallaria de guardas nacionaes.
- N. 878 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita do Sapucahy, no Estado de Minas Geraes.
- N. 879 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Peçanha, no Estado de Minas Geraes.
- N. 880 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pouso Alto, no Estado de Minas Geraes.
- N. 881 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1892 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Parahybuna, no Estado de Minas Geraes.
- N. 882 — FAZENDA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Aprova, com modificações, o projecto de reforma dos estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo.
- N. 883 — FAZENDA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Concede autorização ao Banco União Agricola do Brasil, de credito real, para augmentar o seu capital até ao maximo de 50.000:000, mediante o de diversas empresas industriaes e commerciaes que com elle se fundirem.
- N. 884 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Declara que ao curador de massas fallidas sómente cabem custas, calculadas de accôrdo com o art. 174 do decreto n. 917, de 24 de outubro de 1890.
- N. 885 — MARINHA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Estabelece algumas regras sobre a contribuição para o montepio dos officiaes da armada e classes annexas.
- N. 886 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Crea o commando superior da guarda nacional da comarca de Itaituba, no Estado do Pará.
- N. 887 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Piracicaba, no Estado do Pará.

- N. 888 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Rio Claro, no Estado de S. Paulo.
- N. 889 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Crea um regimento de cavallaria da guarda nacional na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará.
- N. 890 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Crea um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria da guarda nacional na comarca de Assaré, no Estado do Ceará.
- N. 891 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Crea dois batalhões de infantaria, um do serviço activo e outro da reserva, na comarca da Granja, no Estado do Ceará.
- N. 891 A — JUSTIÇA — Decreto de 24 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Prados, no Estado de Minas Geraes.
- N. 891 B — JUSTIÇA — Decreto de 24 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Plumby, no Estado de Minas Geraes.
- N. 891 C — JUSTIÇA — Decreto de 24 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Campo Bello, no Estado de Minas Geraes.
- N. 891 D — JUSTIÇA — Decreto de 24 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes nas comarcas de Muzambinho e Cabo Verde, no Estado de Minas Geraes.
- N. 891 E — JUSTIÇA — Decreto de 24 de junho de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Machado, no Estado de Minas Geraes.
- N. 891 F — JUSTIÇA — Decreto de 24 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na serviço activo na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.
- N. 892 — GUERRA — Decreto de 25 de junho de 1892 — Amplia o art. 4º, paragrapho unico, do regulamento para a Comissão Technica Militar Consultiva.
- N. 893 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de junho de 1892 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Tiradentes, no Estado de Minas Geraes.
- N. 894 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Ribeirão Bonito, no Estado de S. Paulo.
- N. 894 A — JUSTIÇA — Decreto de 25 de junho de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita do Sapucahy, no Estado de Minas Geraes.
- N. 895 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Tieté, no Estado de S. Paulo.
- N. 895 A — FAZENDA — Decreto de 28 de junho de 1892 — Approva, com alterações, a reforma dos estatutos da sociedade anonyma denominada Companhia Cooperativa de Consumo Domestico e Agricola de Nova Friburgo.
- N. 896 — INTERIOR — Decreto de 29 de junho de 1892 — Consolida as disposições em vigor, relativas aos differentes serviços da Assistencia Medico-Legal de Alienados.
- N. 897 — INTERIOR — Decreto de 29 de junho de 1892 —

Declara desligada da administração federal a Inspectoria de Hygiene do Estado das Alagoas.

- N. 898 — MARINHA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Torna extensivo á marinha o decreto n. 49, de 11 do corrente, sobre as vantagens pecuniarias dos officiaes e praças absolvidos em conselho de guerra.
- N. 899 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Abre um novo credito de 1.360:895\$. para occorrer ás despesas com as obras publicas da Capital Federal e a Estrada de Ferro do Rio do Ouro, no segundo semestre do corrente anno.
- N. 900 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Jundiahy, no Estado de S. Paulo.
- N. 901 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea na comarca de Cametá, no Estado do Pará, mais dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes.
- N. 902 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Branca, no Estado de S. Paulo.
- N. 903 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Jambeiro, no Estado de S. Paulo.
- N. 904 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea nas comarcas de Sorocaba e Tatuhy, no Estado de S. Paulo, um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes.
- N. 905 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1898 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.
- N. 906 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea duas secções de batalhão de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.
- N. 907 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Mococa, no Estado de S. Paulo.
- N. 908 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Cajuru, no Estado de S. Paulo.
- N. 909 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Mococa, no Estado de S. Paulo.
- N. 910 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. João da Boa Vista, no Estado de S. Paulo.
- N. 911 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. José do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo.
- N. 912 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Isabel, no Estado de S. Paulo.
- N. 913 JUSTIÇA — Decreto de 12 de junho de 1892 — Crea mais dois batalhões de guardas nacionaes na comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo.
- N. 914 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea na comarca de S. Luiz de Parahytinga, no Estado de S. Paulo, mais dois batalhões da guardas nacionaes.

- N. 915 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea mais um batalhão da reserva no commando superior de guardas nacionaes da comarca de Cametá, no Estado do Pará.
- N. 916 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Igarapé-Mirim, no Estado do Pará.
- N. 916 A — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Manicoré, no Estado do Amazonas.
- N. 916 B — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes.
- N. 917 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Approva a planta apresentada pela Companhia Estrada De Ferro Sorocabana para modificação da linha entre os kilometros 224.588, 227.658 e 227.836.
- N. 918 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Approva os estudos definitivos, do trecho do prolongamento comprehendido entre S. Vicente e Santos, apresentados pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana.
- N. 919 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Concede autorização a "The D. Pedro Gold Mining Company, Limited", para funcionar.
- N. 920 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Autoriza a Companhia Banha Rio-Grandense Alves a reformar os seus estatutos.
- N. 921 — MARINHA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Declara de utilidade publica a desapropriação de uma área de 50 metros quadrados do terreno denominado Barra do Poxim, no termo de S. Christovão, Estado de Sergipe, occupado pelo pharol de Aracaju e suas dependencias.
- N. 922 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Concede a José Antonio Rodrigues Nunes e outro, autorização para organizarem a Companhia de Seguros Mutuos Contra Fogo Colombo.
- N. 923 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Concede autorização á companhia denominada "The New York Commercial Company of Brazil", para funcionar no Brasil.
- N. 924 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Approva os estatutos da Companhia Zoosterina.
- N. 925 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Approva os planos de uma estação de triage nos terrenos do antigo matadouro desta Capital.
- N. 926 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de julho de 1892 — Autoriza a companhia "Alliance British Foreign Life and Fire Assurance" a substituir esse nome pelo de "Alliance Assurance Company".
- N. 927 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de julho de 1892 — Approva o regulamento organizado para o serviço das delegacias da Inspectoria Geral das Terras e Colonização.
- N. 928 — INTERIOR — Decreto de 5 de julho de 1892 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos terrenos sitos na Copacabana, pertencentes á viuva Barroso e filhos.
- N. 929 — INTERIOR — Decreto de 5 de julho de 1892 — De-

clara de utilidade publica municipal a desapropriação do predio da rua Visconde do Rio Branco n. 38.

- N. 930 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de julho de 1892 — Declara caduca a concessão da garantia de juros e mais favores feitos ao engenho central S. João, de propriedade da Companhia Industria e Construção.
- N. 930 A — MARINHA — Decreto de 8 de julho de 1892 — Transfere para o quadro extraordinario o capitão-tenente Alfredo Augusto de Lima Barros e os primeiros tenentes João Maximiano Argemon Sidney Schieffler e Themistocles Nogueira Savio.
- N. 931 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de julho de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercio Nacional.
- N. 932 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de julho de 1892 — Reorganiza o commando superior da guarda nacional da comarca da Barra de Sergipe do Conde, no Estado da Bahia.
- N. 933 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de julho de 1892 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pouso Alto, no Estado de Minas Geraes.
- N. 934 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de julho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Remanso, no Estado da Bahia.
- N. 935 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de julho de 1892 — Altera a clausula 6ª das que baixaram com o decreto n. 1233, de 3 de janeiro de 1891, relativamente ás obras de melhoramento do porto de S. Salvador, no Estado da Bahia.
- N. 936 — INTERIOR — Decreto de 9 de julho de 1892 — Concede a João Teixeira de Abreu, José Campello de Oliveira, Manoel Coelho de Souza Lima, José Francisco Lobo Junior, Antonio José Alexandrino de Castro e Antonio Moreira da Costa prorogação do prazo quanto á concessão a que se refere o decreto n. 330, de 16 de maio de 1891.
- N. 936 A — JUSTIÇA — Decreto de 12 de julho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes em cada uma das comarcas de Carmo da Bagagem, Caratinga e S. Sebastião do Paraíso, e reorganiza a guarda nacional das de Lavras e Patrocínio, todas no Estado de Minas Geraes.
- N. 936 B — JUSTIÇA — Decreto de 12 de julho de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Turvo (antiga Bom Jardim), no Estado de Minas Geraes.
- N. 937 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de julho de 1892 — Aceita do cidadão Augusto Severo de Albuquerque Maranhão a desistencia que faz da garantia de juros e mais favores que obteve para um engenho central no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 938 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de Julho de 1892 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o credito extraordinario de 1.268:156\$250, para occorrer ás despesas com o serviço de esgotos da cidade, no segundo semestre do corrente exercicio.
- N. 939 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de julho de 1892 —

- Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o credito extraordinario de..... 559:045\$ para occorrer ás despesas com o serviço de iluminação publica desta Capital, no segundo semestre do actual exercicio.
- N. 940 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de julho de 1892 — Approva os estudos e respectivo orçamento do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, de Quixeramobim a Humaytá.
- N. 941 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de julho de 1892 — Approva a variante, proposta pela Empresa Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul, entre os kilometros 3.66 e 25.54, da Estrada de Ferro de Pelotas a S. Lourenço.
- N. 942 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de julho de 1892 — Innova o contracto com a Empresa de Melhoramentos do Porto de Santos, augmenta o capital a 14.627:194\$707, autorisa o prolongamento do caes de Paquetá a Buteirinhos e fixa o prazo para a conclusão das obras.
- N. 943 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de julho de 1892 — Approva os planos e orçamento do armazem n. 2, na importancia de 178:127\$759, apresentados pela Empresa de Obras e Melhoramentos do Porto de Santos, de accordo com os decretos ns. 9979, 966 e 813, e autoriza a construção de mais dois armazens e as pontes provisórias necessarias ao mesmo porto.
- N. 944 — FAZENDA — Decreto de 20 de julho de 1892 — Approva a reforma de algumas disposições dos estatutos do Banco de Credito Popular do Brasil.
- N. 945 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 946 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de julho de 1892 — Annexa á comarca de Guamá, no Estado do Pará, o 8.º batalhão de infantaria da guarda nacional.
- N. 947 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de julho de 1892 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Porto de Moz, no Estado do Pará.
- N. 948 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de julho de 1892 — Desannexa da comarca de Gurupá, passando a pertencer á de Porto de Moz, no Estado do Pará, os 26º e 64º batalhões de infantaria e a 6ª secção de batalhão da reserva da guarda nacional.
- N. 949 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de julho de 1892 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Cintra, no Estado do Pará.
- N. 950 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de julho de 1892 — Crea um batalhão de guardas nacionaes na comarca de Breves, no Estado do Pará.
- N. 951 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de julho de 1892 — Crea dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Curuçá, no Estado do Pará.
- N. 952 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de julho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Sabará, no Estado de Minas Geraes.
- N. 953 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de julho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Carangola, no Estado de Minas Geraes.
- N. 954 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de julho de 1892 — Crea

um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Rio Verde, no Estado de Goyaz.

- N. 955 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de julho de 1892 — Reorganiza a guarda nacional da capital do Estado de Goyaz.
- N. 956 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de julho de 1892 — Approva a fusão da Companhia Bahiana de Navegação a Vapor ao Lloyd Brasileiro, secção de navegação da Empresa de Obras Publicas no Brasil.
- N. 957 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de julho de 1892 — Approva as alterações feitas nos estatutos da companhia de seguros contra fogo "The Royal Insurance Company".
- N. 958 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de julho de 1892 — Autoriza a companhia ingleza "Alliance Assurance Company" a estabelecer uma agencia no Estado de S. Paulo.
- N. 959 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de julho de 1892 — Approva os estudos e plantas da cidade da Gavea.
- N. 960 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de julho de 1892 — Approva, com modificações, o plano geral das obras, apresentado pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil, para execução do decreto n. 849, de 11 de outubro de 1890.
- N. 961 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de julho de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Pilar, no Estado das Alagoas.
- N. 962 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de julho de 1892 — Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Atalaia, no Estado das Alagoas.
- N. 963 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de julho de 1892 — Eleva á categoria de batalhão a 3ª secção de batalhão de infantaria do serviço activo da guarda nacional da comarca da Estancia, no Estado de Sergipe.
- N. 964 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de julho de 1892 — Concede autorização a Affonso Pedreira de Cerqueira e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Abastecedora de Agua da Feira de Sant'Anna.
- N. 965 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de julho de 1892 — Declara caduca a concessão da garantia de juros e mais favores para um engenho central em Mutupiranga, de que é cessionaria a Companhia Industrial e de Melhoramentos da Bahia.
- N. 965 A — INTERIOR — Decreto de 30 de julho de 1892 — Concede autorização ao subdito inglez Eduard William Parsoné para transferir, na qualidade de duplo procurador da "India Rubber Gutta Percha and Telegraph Works Company, Limited" e da "South American Clabe Company, Limited", a concessão da primeira para a segunda destas companhias, mediante as clausulas que com este baixam.
- N. 966 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de agosto de 1892 — Proroga por dois annos o prazo marcado na clausula 6ª das que baixaram com o decreto n. 520, de 23 de junho de 1890.
- N. 967 — INTERIOR — Decreto de 1 de agosto de 1892 — Declara desligada da administração federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Paraná.
- N. 968 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de agosto de 1892 — Modifica a primeira parte da clausula 8ª do decreto n. 397, de 20 de junho de 1891, que transfere para a

- Companhia União Industrial dos Estados do Brasil o trecho da via ferrea de Cruz Alta a Itararé e seus ramaes.
- N. 969 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1892 — Eleva á categoria de batalhão a 4ª seção de batalhão da reserva da guarda nacional da comarca da Lapa, no Estado do Paraná.
- N. 970 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1892 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca de Palmas, no Estado do Paraná.
- N. 971 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1892 — Crea novos corpos de guardas nacionaes na comarca de Paranaguá, no Estado do Piahy.
- N. 972 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1892 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca de Corrente, no Estado do Piahy.
- N. 973 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Esprito Santo de Batataes, no Estado de S. Paulo.
- N. 974 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Rio Novo do Parapanema, no Estado de S. Paulo.
- N. 975 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1892 — Reorganiza a guarda nacional da comarca do Bananal, no Estado de S. Paulo.
- N. 976 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Carinhanha, no Estado da Bahia.
- N. 977 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de agosto de 1892 — Concede á Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação autorização para construir, usar e gosar o prolongamento de sua linha de Resaca ao porto de Santos.
- N. 978 — INTERIOR — Decreto de 5 de agosto de 1892 — Abre um credito de 500.000\$ para pagamento do augmento de vencimentos de telegraphistas.
- N. 979 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de agosto de 1892 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.
- N. 980 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de agosto de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Frigorifica e Pastoreil Brasileira.
- N. 981 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de agosto de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Agricola e Commercial do Brasil.
- N. 982 — GUERRA — Decreto de 8 de agosto de 1892 — Modifica o plano de uniforme para o batalhão academico.
- N. 983 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de agosto de 1892 — Autoriza a Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes a prolongar sua linha ao porto de S. Sebastião.
- N. 984 — JUSTIÇA — Decreto de 8 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo da guarda nacional da Capital Federal.
- N. 984 A — JUSTIÇA — Decreto de 10 de agosto de 1892 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.

- N. 985 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de agosto de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jahú, no Estado de S. Paulo.
- N. 986 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Concede autorização á companhia de seguros contra fogo "Hamburgo Magdeburgo" para estender as suas operações ao Estado de S. Paulo.
- N. 987 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Approva, com modificações, as alterações feitas nos estatutos da Companhia Commercio e Industria do Brasil.
- N. 988 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Approva os estudos definitivos, da linha entre Jaraguá e a cidade de Palmeira dos Indios, apresentados pela Companhia Estrada de Ferro Central Alagoana.
- N. 989 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Proroga por tres mezes o prazo marcado na clausula 6ª do decreto n. 9.741, de 9 de abril de 1887.
- N. 990 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Reorganiza a guarda nacional da capital de S. Paulo.
- N. 991 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Gurupá, no Estado do Pará.
- N. 992 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Macapá, no Estado do Pará.
- N. 993 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Eleva á categoria de batalhão a 3ª secção de batalhão do serviço activo da guarda nacional da capital do Estado do Pará.
- N. 994 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Bragança, no Estado de S. Paulo.
- N. 995 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Solimões, no Estado do Amazonas.
- N. 996 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Itaporanga, no Estado de Sergipe.
- N. 997 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Buquim, no Estado de Sergipe.
- N. 998 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Icó, no Estado do Ceará.
- N. 999 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.
- N. 1.000 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria, do serviço activo, de um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará.
- N. 1.001 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes, na comarca de Ipú, no Estado do Ceará.
- N. 1.002 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Iguatú, no Estado do Ceará.

- N. 1.003 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 —
Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Jardim, no Estado do Ceará.
- N. 1.004 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 —
Crea mais dois batalhões de infantaria do serviço activo e um da reserva de guardas nacionaes na comarca de Itapipoca, no Estado do Ceará.
- N. 1.005 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 —
Crea mais dois batalhões de infantaria do serviço activo e dois batalhões da reserva de guardas nacionaes na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará.
- N. 1.006 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 —
Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.
- N. 1.007 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 —
Crea mais dois batalhões de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Crato, no Estado do Ceará.
- N. 1.008 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 —
Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará.
- N. 1.009 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 —
Eleva á categoria de regimento o 15º esquadraão de cavallaria de guardas nacionaes da comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.010 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de agosto de 1892 —
Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Claro, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.011 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de agosto de 1892 —
Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Tatuhy, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.012 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de agosto de 1892 —
Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Lorena, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.013 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de agosto de 1892 —
Declara que os empregados das inspectorias de portos maritimos são contribuintes do montepio obrigatorio.
- N. 1.014 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de agosto de 1892 —
Approva os estudos, de 96.674m,30 de linha, de Barra Mansa a Catalão, apresentados pela Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas.
- N. 1.015 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de agosto de 1892 —
Declara sem effeito o decreto n. 474, de 1 de agosto de 1891, que concedeu privilegio para construcção, uso e gozo de ramaes ferreos convergentes á Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 1.016 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de agosto de 1892 —
Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita do Paraiso, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.017 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de agosto de 1892 —
Declara effectiva a transferencia da concessão constante do decreto n. 1.060, de 22 de novembro de 1890, á Companhia Geral de Melhoramentos de Pernambuco.
- N. 1.017 A — AGRICULTURA — Decreto de 20 de agosto de 1892 —
Approva, com modificações, os estudos da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo, na extensão de 72 kilometros.
- N. 1.018 — FAZENDA — Decreto de 23 de agosto de 1892

- Altera o regulamento approved por decreto n. 9.738, de 2 de abril de 1887, e dá nova tabella de empregados da Caixa Economica e Monte de Soccorro do Rio de Janeiro.
- N. 1.019 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de S. João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.020 — (Com este numero não foi publicado acto algum).
- N. 1.021 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — — Approva a variante ao traçado da Estrada de Ferro de Pelotas ás colonias de S. Lourenço, na parte relativa ao ramal da Tablada.
- N. 1.022 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — — Innova o contracto com a "Ceará Harbour Company, Limited", de accordo com a lei n. 48, de 7 de junho de 1892.
- N. 1.023 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Lavras Diamantinas, no Estado da Bahia.
- N. 1.024 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — Crea mais tres batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itabaiana, no Estado de Sergipe.
- N. 1.025 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia.
- N. 1.026 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo nas comarcas da Capital e Rio Negro, no Estado do Amazonas.
- N. 1.027 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. José dos Pinhaes, no Estado do Paraná.
- N. 1.028 — INTERIOR — Decreto de 26 de agosto de 1892 — Dispensa a apresentação de attestados de frequencia nos cursos praticos das faculdades de medicina.
- N. 1.029 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de agosto de 1892 — Altera as clausulas 1ª, 5ª e 9ª do decreto n. 155, de 18 de abril de 1891, relativo á concessão da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo.
- N. 1.029 A — JUSTIÇA — Decreto de 30 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Bom Successo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.030 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de setembro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia do Beberibe.
- N. 1.031 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de setembro de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Espirito Santo do Pinhal, no Estado de São Paulo.
- N. 1.032 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de setembro de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Urubú, no Estado da Bahia.
- N. 1.033 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de setembro de 1892 — Dá nova organização á Brigada Policial da Capital Federal.
- N. 1034 — MARINHA — Decreto de 1 de setembro de 1892 — Torna extensivas á armada as disposições do decreto n. 901, de 18 de outubro de 1890, relativas á maioridade dos filhos varões dos officiaes do exercito para a percepção do montepio.

- N. 1.034 A — JUSTIÇA — Decreto de 1 de setembro de 1892 — Regula a execução da lei n. 76, de 16 de agosto anterior que reorganiza o serviço policial do Districto Federal.
- N. 1.034 B — JUSTIÇA — Decreto de 1 de setembro de 1892 — Marca as delimitações das circumscripções policiaes do Districto Federal.
- N. 1.035 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1892 — Altera provisoriamente a disposição da observação 4^a da tabella n. 4, annexa ao decreto n. 406, de 17 de maio de 1890.
- N. 1.036 — INTERIOR — Decreto de 6 de setembro de 1892 — Declara desligada da administração federal a Inspectoria de Hygiene do Rio Grande do Norte.
- N. 1.037 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1892 — Approva os contractos apresentados pela companhia "The North Brazilian Sugar Factories, Limited", para o fornecimento de cannas a sua fabrica de S. Lourenço da Matta.
- N. 1.038 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1892 — Approva os contractos apresentados pela Companhia "The North Brazilian Sugar Factories, Limited", para fornecimento de cannas para suas fabricas.
- N. 1.039 — FAZENDA — Decreto de 6 de setembro de 1892 — Torna extensiva aos portos da Republica a disposição do art. 7^o do decreto n. 4.955, de 4 de maio de 1872.
- N. 1.040 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de setembro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Auxiliar do Commercio e Lavoura.
- N. 1.041 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 11 de setembro de 1892 — Manda proceder nos Estados, durante os mezes de dezembro e janeiro proximos vindouros, a exames geraes de preparatorios, de accôrdo com as instruções que com este baixam.
- N. 1.042 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de setembro de 1892 — Dá nova organização ao commando superior de guarda nacional da comarca do Rio Paranahyba, no Estado de Goyaz.
- N. 1.043 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de setembro de 1892 — Dá nova organização ao commando superior da guarda nacional da comarca do Rio Corumbá, no Estado de Goyaz.
- N. 1.044 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de setembro de 1892 — Approva os estudos definitivos para construcção do ramal de Alagoinhas ao Jacú, do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.
- N. 1.045 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de setembro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Matte Laranjeira.
- N. 1.046 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de setembro de 1892 — Faz extensivo ao pessoal da fiscalização das estradas de ferro concedidas pela União o montepio obrigatorio.
- N. 1.047 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de setembro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Araraquara, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.048 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de setembro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Bananal, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.049 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de setembro de

- 1892 — Dá nova interpretação á clausula 15^a do decreto n. 977, de 5 de agosto do corrente anno.
- N. 1.050 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de setembro de 1892 — Declara caduca a concessão de favores para o Engenho Central da Terra Nova, no Estado da Bahia.
- N. 1.051 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de setembro de 1892 — Concede autorização á sociedade anonyma "The Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited", para continuar a funcionar no Brasil.
- N. 1.052 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de setembro de 1892 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Mogy-mirim, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.053 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de setembro de 1892. — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Propriá, no Estado de Sergipe.
- N. 1.054 — GUERRA — Decreto de 20 de setembro de 1892. — Estabelece algumas regras sobre a habilitação e contribuição para o meio-soldo e montepio dos officiaes do exercito.
- N. 1.055 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de setembro de 1892 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento de mais 30 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 1.056 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 24 de setembro de 1892 — Abre um credito supplementar de 43:000\$ ás verbas 1^a e 2^a — Externato do Gymnasio Nacional e Museu Nacional, — do orçamento da despesa do Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos.
- N. 1.057 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de setembro de 1892 — Proroga até 31 de dezembro do corrente anno o prazo para conclusão das obras da Companhia Estrada de Ferro da Tijuca.
- N. 1.058 — GUERRA — Decreto de 30 de setembro de 1892 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito supplementar de 540:000\$, para despesas do n. 17 do art. 7^o da lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891.
- N. 1.059 — (Com este numero não foi publicado acto algum).
- N. 1.060 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de setembro de 1892 — Fixa provisoriamente o capital garantido da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas.
- N. 1.061 — INTERIOR — Decreto de 30 de setembro de 1892 — Dá instruções para execução dos arts. 60 e seguintes da lei n. 85, de 20 do corrente mez.
- N. 1.062 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de setembro de 1892 — Eleva á categoria de batalhões as 33^a e 34^a secções de batalhão da reserva da guarda nacional da comarca de S. Luiz, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 1.063 — EXTERIOR — Decreto de 30 de setembro de 1892 — Manda executar os ajustes postaes, concluidos em Vienna em 4 de julho de 1891, entre o Brasil e varios Estados.
- N. 1.063 A — EXTERIOR — Decreto de 30 de setembro de 1892 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.063 B — JUSTIÇA — Decreto de 30 de setembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. João Baptista de Atibaia, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.064 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de outubro de 1892 —

- Crea mais um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 1.065 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de outubro de 1892 — Declara caduca a concessão constante do decreto n. 1.980, de 28 de setembro de 1857.
- N. 1.066 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de outubro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na do Nonato, no Estado do Piahy.
- N. 1.067 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de outubro de 1892 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de S. Raymundo do Nonato, no Estado do Piahy.
- N. 1.068 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de outubro de 1892 — Reorganiza o commando superior da guarda nacional da comarca de Bragança, no Estado do Pará.
- N. 1.069 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de outubro de 1892 — Approva o orçamento de mais cinco armazens para o serviço do caes de Santos, apresentado pela Empresa de Obras e Melhoramentos desse porto.
- N. 1.070 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de outubro de 1892 — Altera a clausula 5ª, ns. 1, 2 e 5, do decreto de Lacticínios.
- N. 1.071 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de outubro de 1892 — Dá nova organização ao commando superior da guarda nacional da comarca da Franca, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.072 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de outubro de 1892 — Altera a clausula 5ª, ns. 1, 2 e 5 do decreto n. 9.979 de 12 de julho de 1888.
- N. 1.073 — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1892 — Concede permissão ao Banco de Credito Brasileiro, com séde nesta Capital, para transferir a José Rabello e Francisco Marcellino Pinto a faculdade que lhe assiste de effectuar operações de empréstimos hypothecarios nos Estados de S. Paulo e Minas Geraes.
- N. 1.074 — (Com este numero não foi publicado acto algum).
- N. 1.075 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Urubu', no Estado da Bahia.
- N. 1.076 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel de Guanhões, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.077 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Grão Mogol, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.078 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Campo Bello, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.079 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Alcoolica da Bahia.
- N. 1.080 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Pastoral Industrial Sul do Brasil.
- N. 1.081 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Crea mais tres batalhões de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado de Sergipe.
- N. 1.082 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1892 —

- Reorganiza a guarda nacional da comarca de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.083 — INTERIOR — Decreto de 18 de outubro de 1892 — Concede ao Dr. Joaquim Anselmo Nogueira e Luiz Geraldo Albernaz nova prorrogação de prazo quanto á concessão a que se refere o decreto n. 329, de 16 de maio de 1891.
- N. 1.084 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1892 — Concede autorização á Companhia Ceres Brasileira para reformar os seus estatutos.
- N. 1.085 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1892 — Approva os estudos definitivos para a construção do ramal do kilometro 42, do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia á cidade da Feira de Sant'Anna, passando pela villa da Purificação.
- N. 1.086 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de outubro de 1892 — Abre ao Ministerio da Justiça um credito de 1.255:888\$597.
- N. 1.087 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de outubro de 1892 — Modifica o plano de uniformes para os officiaes do estado-maior do commando superior e das brigadas da guarda nacional da Capital Federal.
- N. 1.088 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de outubro de 1892 — Approva os estudos definitivos do trecho da Estrada de Ferro de Itararé á Cruz Alta, e comprehendido entre esta cidade e o rio Uruguay, apresentados pela Companhia União Industrial dos Estados do Brasil.
- N. 1.089 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de outubro de 1892 — Approva, com restricções, os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Torres, apresentados pela Companhia União Industrial dos Estados do Brasil.
- N. 1.090 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1892 — Approva as alterações feitas nos estudos do Banco de Credito e Garantia Real.
- N. 1.091 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de outubro de 1892 — Concede autorização á "Imperial Fire Insurance Company" para continuar a funcionar sob a denominação de "Imperial Insurance Company, Limited".
- N. 1.092 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de outubro de 1892 — Crea um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Casa Branca, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.093 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de outubro de 1892 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Baependy, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.094 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de outubro de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Inhamuns, no Estado do Ceará.
- N. 1.095 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de outubro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Icó, no Estado do Ceará.
- N. 1.096 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de outubro de 1892 — Crea na comarca de Itapipoca, no Estado do Ceará, mais cinco batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo.
- N. 1.097 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de outubro de 1892 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.

- N. 1.098 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de outubro de 1892 — Approva, com restricções, os estudos definitivos dos cinco primeiros kilometros da linha de Santos para o interior e a directriz geral do traçado apresentado pela Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação.
- N. 1.099 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de outubro de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, o credito extraordinario de 87:365\$, destinado a occorrer ás despesas com a desapropriação dos terrenos da rua Dr. Dias Ferreira, necessarios ao estabelecimento da casa de machinas para o serviço de esgotos do bairro do Jardim Botânico.
- N. 1.100 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de outubro de 1892 — Reorganiza a guarda nacional da comarca do Rio Novo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.101 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de outubro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Pomba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.102 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de outubro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Alto Rio Doce, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.103 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de outubro de 1892 — Crea mais dois batalhões, um do serviço activo e outro do da reserva, de guardas nacionaes, na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.104 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de outubro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Ribeirão Preto, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.105 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de outubro de 1892 — Crea um batalhão de infantaria do serviço activo e um da reserva na comarca de S. Luiz de Cáceres, no Estado de Matto Grosso.
- N. 1.106 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de outubro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. João Nepomuceno, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.107 — FAZENDA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Approva a nova tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Caixa Economica do Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 1108 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado de Sergipe.
- N. 1109 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Iguassu, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1110 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.
- N. 1111 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Chique-Chique, no Estado da Bahia.
- N. 1112 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Monte-Santo, no Estado da Bahia.
- N. 1113 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 —

Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Pindamonhangaba, no Estado de S. Paulo.

- N. 1114 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Crea um batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes na comarca de Lençóes, no Estado de S. Paulo.
- N. 1115 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca do Patrocínio do Sapucahy, no Estado de S. Paulo.
- N. 1116 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Eleva á categoria de batalhão a 2.^a secção de batalhão de infantaria da guarda nacional das comarcas da Capital e Rio Negro, no Estado do Amazonas.
- N. 1117 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Eleva á categoria de batalhão a 3.^a secção de batalhão de infantaria da guarda nacional da comarca de Solimões, no Estado do Amazonas.
- N. 1118 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Crea um batalhão de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas.
- N. 1119 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Crea um batalhão de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas.
- N. 1120 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Itaguahy, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1121 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Concede ao Lyceu Paraense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 1122 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de novembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Uberabinha, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1123 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de novembro de 1892 — Concede autorização á "Alliance Marine and General Assurance Company, Limited," ora "Alliance Marine Assurance Company, Limited," para continuar a fuccionar no Brasil.
- N. 1124 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de novembro de 1892 — Desliga da comarca de Iguassu, no Estado do Rio de Janeiro, a guarda nacional da de Itaguahy, no mesmo Estado.
- N. 1125 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de novembro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Manufactora de Conservas Alimenticias.
- N. 1126 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1892 — Autoriza a alterar o contracto celebrado com a "United States and Brazil Mail Steam Ship Company Limited".
- N. 1127 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1892 — Autoriza a transferencia da concessão constante do decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890, para a construção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Catalão a Palmas.
- N. 1.128 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1892 — Approva as plantas de ligação das linhas ns. 1 e 2 ao tunnel do ramal da Gambôa, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

- N. 1.129 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Approva os orçamentos para a construção de 384,0m de caes e o da casa de machinas, guindastes hydraulicos, trilhos e accessorios, apresentados pela Companhia Docas de Santos.
- N. 1.130 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Camaragibe, no Estado das Alagoas.
- N. 1.131 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Dá nova organização ao commando superior da guarda nacional da comarca de Queluz, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.132 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Crea mais tres batalhões de infantaria do serviço activo e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado de S. Paulo.
- N. 1.133 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Amparo, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.134 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Reorganiza a guarda nacional das comarcas de Paracanjuba e Santa Cruz, no Estado de Goyaz.
- N. 1.135 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Reorganiza a guarda nacional da comarca do Rio das Almas, no Estado de Goyaz.
- N. 1.136 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Ouro Fino, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.137 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Boa-Vista das Pedras, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.138 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Autoriza a "Alagoas Railway Company, Limited", a construir, por conta do custeio da sua estrada de ferro, um novo armazem para recebimento de mercadorias na estação de Jaraguá.
- N. 1.139 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Concede autorização á "Austrian Lloyd's Steam Navigation Company", successora do "Lloyd Austro-Hungaro", para funcionar no Brasil.
- N. 1.140 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Declara caducas as concessões de tres engenhos centraes, de que é cessionaria a Companhia de Melhoramentos de Sergipe.
- N. 1.141 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Declara caduca a concessão dos dois engenhos centraes da Companhia Industria e Construção, constantes do primeiro grupo de que trata a clausula 2ª do decreto n. 888, de 18 de outubro de 1890.
- N. 1.141 A — INTERIOR — Decreto de 18 de novembro de 1892 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação do terreno da rua do Sacramento, correspondente aos antigos predios ns. 224 e 226.
- N. 1.141 B — INTERIOR — Decreto de 18 de novembro de 1892 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos terrenos da freguezia de Inhaúma, pertencentes a Alexandrina Rosa de Carvalho.
- N. 1.142 — INDUSTRIA — Decreto de 22 de novembro de 1892 — Dá regulamento á Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

- N. 1.143 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1892 — Approva os planos e orçamentos das obras de melhoramento do porto de S. Salvador, no Estado da Bahia.
- N. 1.144 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1892 — Revoga o decreto n. 154, de 18 de abril de 1891, na parte em que autorizou a desapropriação por utilidade publica do Engenho Bulhões, no Estado de Pernambuco.
- N. 1.145 — INTERIOR — Decreto de 22 de novembro de 1892 — Abre ao Ministerio do Interior um credito extraordinario para continuação das despesas com recenseamento.
- N. 1.146 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1892 — Elimina as clausulas 3ª e 4ª das que baixaram com o decreto n. 919, de 2 de julho do corrente anno.
- N. 1.147 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Crea mais dois batalhões de infantaria, sendo um do serviço activo e outro da reserva, de guardas nacionaes, na comarca de Itabaiana, no Estado de Sergipe.
- N. 1.148 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Desliga das brigadas de infantaria da guarda nacional desta Capital o 1º, 2º, 3º e 4º batalhões do serviço da reserva, e com elles constitue uma brigada do mesmo serviço.
- N. 1.149 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Crea mais dois batalhões de guardas nacionaes na comarca de Granja, no Estado do Ceará.
- N. 1.150 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Crea mais um batalhão de guardas nacionaes na comarca de Camocim, no Estado do Ceará.
- N. 1.151 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Crea mais dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.
- N. 1.152 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Crea mais cinco batalhões de infantaria de guardas nacionaes, na comarca de Jardim, no Estado do Ceará.
- N. 1.153 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Crea mais tres batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sobral, no Estado do Ceará.
- N. 1.154 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Itaboraahy, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.155 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Jundiacy, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.156 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca da Capella, no Estado de Sergipe.
- N. 1.157 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de dezembro de 1892 — Regula o processo dos embargos ao accordo na Corte de Appellação.
- N. 1.158 — INTERIOR — Decreto de 2 de dezembro de 1892 — Abre, por conta do Ministerio do Interior, o credito supplemental de 3.000.000\$ á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1892.
- N. 1.159 — INTERIOR — Decreto de 3 de dezembro de 1892 — Approva o código, das disposições communs ás instituições de ensino superior dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios do Interior.

- N. 1159 A — AGRICULTURA — Decreto de 3 de dezembro de 1892 — Declara caduca a concessão feita a José de Villa Flôr pelo decreto n. 143, de 18 de abril de 1891, para a collocação de boias de segurança no porto desta Capital.
- N. 1160 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1892 — Dá regulamento á Secretaria da Justiça e Negocios do Interior.
- N. 1161 — INDUSTRIA — Decreto de 6 de dezembro de 1892 — Declara caduca a concessão de um engenho central no Estado de S. Paulo, feita ao cidadão Firmino Joaquim Ferreira da Veiga.
- N. 1162 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de dezembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita de Cassia, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1163 — INDUSTRIA — Decreto de 9 de dezembro de 1892 — Declara caduca a concessão feita á Companhia Geral de Estradas de Ferro no Brasil para construcção, uso e gozo do prolongamento da Estrada de Ferro Leopoldina, de Itabira a Jatobá, e o trecho entre a estação da Saude e a cidade de Itabira.
- N. 1164 — INDUSTRIA — Decreto de 9 de dezembro de 1892 — Dá novo regulamento para o serviço a cargo da fiscalização das estradas de ferro da União.
- N. 1165 — INDUSTRIA — Decreto de 9 de dezembro de 1892 — Autoriza a reconstrucção do Lloyd Brasileiro.
- N. 1166 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Dá regulamento para execução da lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, na parte referente ao Ministerio da Fazenda.
- N. 1167 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Autoriza a fusão do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil com o Banco do Brasil, sob a denominação de Banco da Republica do Brasil, provê ao resgate do papel moeda do Estado e dá outras providencias.
- N. 1168 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Deroga os arts. 54 e 74 do decreto n. 9.738, de 2 de abril de 1887, e dá outras providencias.
- N. 1169 — INDUSTRIA — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Proroga o contracto a que se refere o decreto n. 9.540, de 26 de dezembro de 1885.
- N. 1170 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Autoriza a "Alagôas Railway Company Limited", a desapropriar as casas e terrenos figurados a tinta azul na planta apresentada.
- N. 1171 — INTERIOR — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Organiza o Laboratorio de Bacteriologia.
- N. 1172 — INTERIOR — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Organiza a Directoria Sanitaria na Capital Federal.
- N. 1173 — INDUSTRIA — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Concede á Companhia Brasileira Torrens autorização para construir obras de melhoramentos no porto da Victoria, Estado no Espirito Santo.
- N. 1174 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Approva, com modificações, os estudos definiti-

- ves da primeira secção da Estrada de Ferro de S. Francisco Xavier ao Commercio, comprehendida entre a parada da Mangueira e a estação de Belém.
- N. 1174 A — AGRICULTURA — Decreto de 17 de dezembro de 1892. — Dá nova redacção á clausula X das que baixaram com o decreto n. 977, de 5 de agosto de 1892.
- N. 1175 — INDUSTRIA — Decreto de 20 de dezembro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Agricola e Commercial do Brazil.
- N. 1176 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 23 de dezembro de 1892 — Desliga da Inspectoria Geral da Instrucção Primaria e Secundaria da Capital Federal o serviço de ensino secundario a cargo da União.
- N. 1177 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 23 de dezembro de 1892 — Extingue o Conselho Director da Instrucção Primaria e Secundaria do Districto Federal.
- N. 1178 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 23 de dezembro de 1892 — Approva o regulamento do Pedagogium.
- N. 1.179 — INTERIOR — Decreto de 26 de dezembro de 1892. — Dá novo regulamento ao Museu Nacional.
- N. 1.180 — INDUSTRIA. — Decreto de 26 de dezembro de 1892 — Fixa a taxa de cambio de 27 dinheiros por 1\$ para o pagamento dos juros garantidos para a construcção do prolongamento e ramaes da Estrada de Ferro do Paraná.
- N. 1.181 — INDUSTRIA — Decreto de 26 de dezembro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercial e Industrial de Generos Alimenticios.
- N. 1.182 — INTERIOR — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Declara de utilidade publica a desapropriação de terrenos na enseada de Abrahão, na Ilha Grande.
- N. 1.183 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Approva o regulamento para as enfermarias militares.
- N. 1.184 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Correntina, no Estado da Bahia.
- N. 1.185 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Victoria, no Estado da Bahia.
- N. 1.186 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Crea mais um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na capital do Estado da Bahia.
- N. 1.187 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Pouso Alegre, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.188 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Reorganiza a guarda nacional da comarca do Rio Maranhão, no Estado de Goyaz.
- N. 1.189 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Lapa, no Estado do Paraná.
- N. 1.190 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Reorganiza o commando superior da guarda nacional da comarca de Botucatu, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.191 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892

- Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Arauá, no Estado de Sergipe.
- N. 1.192 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Porto Seguro, no Estado da Bahia.
- N. 1.193 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1892 — Dá novo regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo.
- N. 1.194 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 28 de dezembro de 1892 — Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional.
- N. 1.195 — INTERIOR — Decreto de 28 de dezembro de 1892 — Approva o regulamento da Bibliotheca Nacional.
- N. 1.195 A — MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1892 — Dá novo regulamento á Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha.
- N. 1.195 B — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1892 — Dá regulamento ás delegacias fiscaes, creadas pelo decreto n. 1.166, de 17 do corrente mez, nas capitães dos Estados de S. Paulo, Minas Geraes, Goyaz, Matto Grosso, Paraná e Piahy.
- N. 1.195 C — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1892 — Manda executar a nova tabella de numero e vencimentos dos empregados e operarios da secção de artes da Imprensa Nacional e do "Diário Official".
- N. 1.195 D — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1892 — Dá instrucções para execução do art. 14 da lei n. 126 B, de 21 de novembro do corrente anno.
- N. 1.196 — INTERIOR — Decreto de 31 de dezembro de 1892 — Declara desligada da administração federal a Inspectoria de Hygiene do Estado de Matto Grosso.
- N. 1.197 — INTERIOR — Decreto de 31 de dezembro de 1892 — Approva o regulamento para o Instituto Nacional de Musica.
- N. 1.198 — JUSTIÇA — Decreto de 31 de dezembro de 1892 — Manda observar o regulamento para o exercicio das funções dos procuradores dos feitos da Fazenda Municipal.
- N. 1.199 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1892 — Approva o regulamento para a Escola de Sargentos.
- N. 1.199 A — INTERIOR — Decreto de 31 de dezembro de 1892 — Declara extincto o Commissariado Executivo.

1893

- N. 1.200 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1893 — Declara desligada da administração federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Maranhão.
- N. 1.201 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1893 — Declara desligada da administração federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Piahy.
- N. 1.202 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional das comarcas de Jaguary e Cambuhy, no Estado de Minas Geraes.

- N. 1.203 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da capital do Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.204 — FAZENDA — Decreto de 6 de janeiro de 1893 — Manda observar a nova tabella do pessoal das caixas economicas que estavam annexas ás thesourarias de Fazenda.
- N. 1.205 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1893 — Dá regulamento á Secretaria de Estado das Relações Exteriores.
- N. 1.206 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Rio Verde, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.207 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1893 — Crea mais dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Itaporanga, no Estado de Sergipe.
- N. 1.208 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Caldas, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.209 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Ubá, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.210 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1893 — Torna extensivas aos professores dos institutos Benjamin Constant e dos Surdos-Mudos as vantagens concedidas ao pessoal docente do Gymnasio Nacional.
- N. 1.211 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 232:000\$ para occorrer ás despesas ao serviço de illuminação publica, no exercicio de 1892.
- N. 1.212 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 85:000\$, no primeiro trimestre do corrente exercicio, para occorrer ás despesas com o serviço de illuminação publica.
- N. 1.213 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, um credito extraordinario de 1.274:156\$250, no corrente exercicio, para occorrer ás despesas com o serviço de esgoto da cidade.
- N. 1.214 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Declara desligada da administração federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Ceará.
- N. 1.215 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Declara desligada da administração federal a Inspectoria de Hygiene do Estado da Parahyba.
- N. 1.216 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto

- de 17 de janeiro de 1893 — Declara desligada da administração federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 1.217 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Declara desligada da administração federal a Inspectoria de Hygiene do Estado de Goyaz.
- N. 1.218 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Revoga o decreto n. 680, de 21 de novembro de 1891.
- N. 1.219 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Coooperativa de Panificação.
- N. 1.220 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Dá instruções para execução do art. 40, letras k e l e parographo unico, do decreto n. 1.116, de 17 de dezembro de 1892, relativamente aos procuradores da Fazenda Publica Federal.
- N. 1.221 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Fortaleza, no Estado de Goyaz.
- N. 1.222 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Palma, no Estado de Goyaz.
- N. 1.223 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Entre-Rios, no Estado de Goyaz.
- N. 1.224 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Rio Paraná, no Estado de Goyaz.
- N. 1.225 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Boa Vista, no Estado de Goyaz.
- N. 1.226 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de S. José de Tocantins, no Estado de Goyaz.
- N. 1.227 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Posse, no Estado de Goyaz.
- N. 1.228 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Cavalcanti, no Estado de Goyaz.
- N. 1.229 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Porto Nacional, no Estado de Goyaz.
- N. 1.230 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes, na comarca da Capital do Estado do Maranhão.
- N. 1.231 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Inhaúma, no Estado de Minas Geraes.

- N. 1.232 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Dá nova organização à guarda nacional da comarca de Rio S. Francisco, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.233 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Bento do Sapucahy, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.234 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito extraordinario de 122.493\$750 para o custeio do Presidio de Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, durante o primeiro semestre do exercicio do corrente anno.
- N. 1.235 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1893 — Crea na comarca de Campinas, no Estado de S. Paulo, um batalhão de reserva de guardas nacionaes.
- N. 1.236 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1893 — Dá nova organização ao commando superior da guarda nacional da comarca de Caconde, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.237 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Concede autorização ao Banco da Bolsa do Recife para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Pecuaria Fabril.
- N. 1.238 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Dá nova organização ao commando superior da guarda nacional da comarca de Curytiba, no Estado do Paraná.
- N. 1.239 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Sorocaba, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.240 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Dá nova organização à guarda nacional da comarca de Barbacena, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.241 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Concede á Companhia Cooperativa Industrial autorização para funcionar.
- N. 1.242 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Anexa ao commando superior da guarda nacional da comarca de Porto Calvo o 14º batalhão de infantaria da mesma guarda da de Camaragibe, ambas no Estado de Alagoas.
- N. 1.243 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Proroga por quatro mezes o prazo para terminação das obras da Companhia Telephonica de S. Paulo e Rio.
- N. 1.244 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Approva a reorganização do Lloyd Brasileiro.
- N. 1.245 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, do serviço activo, na comarca de Riachuelo, no Estado da Sergipe.

- N. 1.246 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Rio Bonito, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.247 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Lima Duarte, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.248 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Rio Branco, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.249 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Concede á Companhia Nacional de Mossoró-Assú autorização para reduzir seu capital.
- N. 1.250 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1893 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva, na comarca de Ita-coatiara, no Estado do Amazonas.
- N. 1.251 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1893 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva, na comarca de Labréa, no Estado do Amazonas.
- N. 1.252 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1893 — Altera o disposto no paragrapho unico do art. 16 do regulamento annexo ao decreto n. 896, de 29 de junho de 1892.
- N. 1.253 — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1893 — Approva, com alterações, os estatutos do Banco da Republica do Brasil.
- N. 1.254 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Palmyra, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.255 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1893 — Approva os novos estatutos do Banco Industrial e Constructor do Paraná.
- N. 1.256 — JUSTIÇA e NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de fevereiro de 1893 — Dá execução ao disposto no art. 2º do decreto n. 1.340, de 6 de fevereiro de 1891, com referencia ao corpo docente da Escola Nacional de Bellas Artes.
- N. 1.257 — FAZENDA — Decreto de 3 de fevereiro de 1893 — Dá regulamento para o Laboratorio Nacional de Analyses, que funcçiona na Alfandega da Capital Federal, e outras providencias.
- N. 1.258 — FAZENDA — Decreto de 3 de fevereiro de 1893 — Designa as loterias que deverão ser extrahidas em 1893.
- N. 1.259 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.
- N. 1.260 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Villa Nova, no Estado de Sergipe.
- N. 1.261 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1893 — Crea um commando supe-

- rior de guardas nacionaes na comarca de S. Pedro de Piracicaba, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.262 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 7 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de 1.418:345\$ para occorrer ás despesas com os serviços a cargo da Inspectoria Geral das Obras Publicas desta Capital, durante o primeiro semestre do exercicio de 1893.
- N. 1.263 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 7 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viagão e Obras Publicas o credito de £ 16.875-0-0 para pagamento dos juros garantidos á "Ceará Harbour Corporation", relativos ao exercicio de 1892, em liquidação.
- N. 1.263-A — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de fevereiro de 1893 — Dá novo regulamento para a Brigada Policial da Capital Federal.
- N. 1.264 — **FAZENDA** — Decreto da 11 de fevereiro de 1892 — Dá novo regulamento para a cobrança do sello do papel.
- N. 1.265 — **MARINHA** — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha o credito suplementar de 267:598\$212, para despesas das verbas abaixo declaradas, do exercicio de 1892: — Hospitais, 62:152\$424; — Munições navaes, 105:445\$788; e — Eventuaes, 100:000\$000.
- N. 1.266 — **MARINHA** — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha o credito extraordinario de 680:802\$961 para despesas das verbas abaixo declaradas, do exercicio de 1892: — Combustivel, 268:431\$056; e — Material de construcção naval, 412:371\$905.
- N. 1.267 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 680:800\$ para occorrer, no exercicio de 1893, ao pagamento do ordenado dos magistrados postos em disponibilidade.
- N. 1.268 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.269 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Dá nova organização aos corpos de cavallaria de guardas nacionaes do Estado de Sergipe e crea mais quatro regimentos da mesma arma.
- N. 1.270 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Transfere do commando superior de guardas nacionaes da comarca de Villa Nova para o da de Propriá, no Estado de Sergipe, o 2º batalhão de infantaria do serviço activo e deste para aquelle o 1º batalhão da mesma arma.
- N. 1.271 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Approva as plantas, perfil longitudinal e orçamento para a construcção do segundo trecho de 20 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, além da cidade de Sete Lagoas, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.272 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Declara caduca a con-

cessão de garantia de juros feita a Newton Cesar Burlimaqui e Henrique Deslandes, para estabelecimento de dois engenhos centraes no Estado do Espirito Santo.

- N. 1.273. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 50:000\$, para despesas com o serviço de hygiene terrestre em diversos Estados.
- N. 1.274. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. João da Boa Vista, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.275. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de S. José dos Campos, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.276. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.277. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e outro da reserva de guardas nacionaes na comarca de Granja, no Estado do Ceará.
- N. 1.278. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um da reserva de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.
- N. 1.279. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um da reserva de guardas nacionaes na comarca do Icó, no Estado do Ceará.
- N. 1.280. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará.
- N. 1.281. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Jardim, no Estado do Ceará.
- N. 1.282. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Assaré, no Estado do Ceará.
- N. 1.283. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Propriá, no Estado de Sergipe.
- N. 1.284. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Faxina, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.285. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Icó, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.286. — FAZENDA — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Approva o regulamento da Companhia Docas de Santos.
- N. 1.287. — FAZENDA — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 —

- Approva e manda executar o regulamento sobre a venda dos bilhetes de loterias estadoaes no Districto Federal.
- N. 1.288 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Approva, com modificações, os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas nos trechos comprehendidos entre os kilometros 10 e 40, de Barra Mansa para Lavras, e 30 e 130, de Lavras para Barra Mansa.
- N. 1.289 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de fevereiro de 1893 — Concede á Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Geraes, na fórma do art. 311 do código das disposições communs ás instituições do ensino superior, o título de faculdade livre, com todos os privilegios e garantias de que gosam as faculdades federaes.
- N. 1.290 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 22 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 2.495:556\$, no corrente exercicio, para attender á execução de diversos serviços.
- N. 1.291 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de creto de 22 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio da comarca de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.291 A — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 22 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Felix de Paraguassú, no Estado da Bahia.
- N. 1.292 — **FAZENDA** — Decreto de 22 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 99:000\$ para a despesa com o material do Thesouro Federal, do Tribunal de Contas e das delegacias fiscaes, no exercicio de 1893.
- N. 1.292 A — **FAZENDA** — Decreto de 1 de março de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Fazenda o credito extraordinario de 400:000\$ para as despesas a fazer com o montepio obrigatorio dos empregados civis, no exercicio de 1893.
- N. 1.293 — Com este numero não foi publicado acto algum.
- N.1.294 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea um regimento de artilharia de campanha de guardas nacionaes na comarca do Lagarto, no Estado de Sergipe.
- N. 2.195 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Villa Nova, no Estado de Sergipe.
- N. 1.296 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria da guarda nacional na comarca de Capella, no Estado de Sergipe.
- N. 1.297 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea um regimento de artilharia de campanha de guardas nacionaes na comarca de Capella no Estado de Sergipe.
- N. 1.298 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo, um da reserva e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Areia, no Estado da Bahia.

- N. 1.299 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Campos Novos, de Parapanema, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.300 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Reorganiza o commando superior de guardas nacionaes da comarca de Jacarehy, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.301 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Ubatuba, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.302 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Bariry, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.303 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jahú, no Estado de São Paulo.
- N. 1.304 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 1.305 — FAZENDA — Decreto de 7 de março de 1893 — Approva, com alterações, os estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo e Minas.
- N. 1.306 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de março de 1893 — Eleva á categoria de regimento o 2º esquadrão de cavallaria da guarda nacional da comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.
- N. 1.307 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1893 — Proroga por um anno o prazo concedido para a conclusão das obras da Estrada de Ferro da Tijuca.
- N. 1.308 — FAZENDA — Decreto de 8 de março de 1893 — Autoriza o Banco da Republica do Brasil, de accôrdo com o art. 9º do decreto n. 1.167, de 17 de dezembro de 1892, e na fórma do capitulo II, titulo VII, dos seus estatutos, a emittr "bonus" ao portador, até á somma de 100.000:000\$, do valor de 200\$ a 1:000\$, cada um, com o juro de 4 % ao anno pago pelo mesmo banco.
- N. 1.309 — MARINHA — Decreto de 8 de março de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha o credito extraordinario de 32:150\$ á yerba — Repartição da Carta Maaritima, do exercicio de 1893.
- N. 1.310 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de março de 1893 — Proroga por mais um anno o prazo concedido ao cidadão Joaquim Barbosa dos Santos, Werneck para navegação por vapor no Rio Preto, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.310 A — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de março de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1.500:000\$ para a construcção de um lazareto no Estado de Pernambuco.
- N. 1.311 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de

10 de março de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará.

N. 1.312 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1893 — Autoriza o Banco de Crédito Popular do Brasil, com séde nesta Capital, a transformar-se em Banco Hypothecario.

N. 1.313 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de março de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Oliveira, no Estado de Minas Geraes.

N. 1.314 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de março de 1893 — Reorganiza o commando superior da guarda nacional da comarca de Lorena, no Estado de S. Paulo.

N. 1.315 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de março de 1893 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 200:000\$ para as despesas com a pacificação de Estados em que a ordem e a tranquillidade publicas forem perturbadas.

N. 1.316 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de março de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Christina, no Estado de Minas Geraes.

N. 1.317 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1893 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 99:200\$, no corrente exercicio, para attender á execução de diversos serviços.

N. 1.318 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de março de 1893 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 374:581\$670 para as despesas das rubricas — Ajuda de custo, e — Extraordinarias no exterior, do exercicio de 1892.

N. 1.319 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de março de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Salinas, no Estado de Minas Geraes.

N. 1.320 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de março de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Marianna, no Estado de Minas Geraes.

N. 1.321 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Salinas Lindenbergh de Cabo Frio.

N. 1.322 — Com este numero não foi publicado acto algum.

N. 1.323 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de março de 1893 — Divide o Collegio Commercial da Capital Federal em cinco secções e dá outras providencias.

N. 1.324 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1893 — Approva o perfil longitudinal, desenhos dos typos de obras de arte e orçamento para a construcção de um trecho do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco.

N. 1.325 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1893 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 16:200\$ para occorrer ao pagamento de salarios dos serventes da respectiva Secretaria de Estado, durante o corrente exercicio.

- N. 1.326 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de março de 1893 — Abre um credito de 12:779\$065 para occorrer ao excesso de despesa com os serviços da Inspectoria da Instrução Primaria e Secundaria e com os da Instrução Primaria de 1º e 2º grãos desta Capital.
- N. 1.327 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.328 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.329 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.330 — FAZENDA — Decreto de 24 de março de 1893 — Concede ao "Brasilianische Bank für Deutschland" autorização para estabelecer uma caixa filial na cidade de São Paulo, no Estado do mesmo nome.
- N. 1.331 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de março de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 150:000\$ ao cambio de 27 dinheiros por 1\$ para dar cumprimento ao disposto no art. 2º da lei n. 27, de 5 de outubro de 1892.
- N. 1.332 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de março de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Araranguá, no Estado de Santa Catharina.
- N. 1.333 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de março de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Joaquim da Costa da Serra, no Estado de Santa Catharina.
- N. 1.334 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de março de 1893 — Regula a parte civil do decreto n. 1.030, de 14 de novembro de 1890.
- N. 1.335 — FAZENDA — Decreto de 28 de março de 1893 — Manda executar o additamento do contracto approved pelo decreto n. 574, de 26 de setembro de 1891.
- N. 1.336 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de março de 1893 — Faz nos orçamentos dos extinctos ministerios da Justiça, Instrução Publica e Interior as modificações autorizadas pelo art. 6º da lei n. 25, de 30 de setembro de 1891.
- N. 1.337 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1893 — Approva os estudos definitivos de diferentes trechos da linha ferrea de Ressaca a Santos, na extensão de 25 kilometros.
- N. 1.338 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de março de 1893 — Providencia sobre o pagamento do pessoal de cadeiras extinctas do Gymnasio Nacional.
- N. 1.339 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de março de 1893 — Providencia sobre o pagamento de despesas com serviços sanitarios para os quaes não foi conignada verba.
- N. 1.340 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de março de 1893 — Manda reservar no Thesouro Federal, com applicação extra-orçamentaria, a quantia de 65:000\$, para execução dos decretos ns. 1.338 e 1.339, desta data.
- N. 1.341 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de abril de 1893 — Declara caduca a concessão relativa ao prolongamento da Estrada de Ferro Príncipe do Gram-Pará, da estação do Areal a Entre-Rios.
- N. 1.342 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS —

- Decreto de 7 de abril de 1893 — Approva os estudos para construcção de um trecho do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, na extensão de 30 kilometros, além de Sete Lagôas, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.343 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de abril de 1893 — Reorganiza o commando superior da guarda nacional da comarca de Entre-Rios, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.344 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de abril de 1893 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Palma, no Estado de Goyaz.
- N. 1.345 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de abril de 1893 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jardim, no Estado do Ceará.
- N. 1.346 — GUERRA — Decreto de 7 de abril de 1893 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario da quantia de 36:280\$000.
- N. 1.347 — MARINHA — Decreto de 7 de abril de 1893 — Manda executar o regulamento reunindo em uma só as repartições dos Pharões, Hydrographica e Meteorologica, sob a denominação de Repartição da Carta Maritima do Brasil.
- N. 1.348 — MARINHA — Decreto de 7 de abril de 1893 — Dá novo regulamento ao corpo de saude da armada.
- N. 1.349 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de abril de 1893 — Approva os novos estatutos da Companhia Alliança Mercantil.
- N. 1.350 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1893 — Crea mais dois batalhões do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Atalaya, no Estado de Alagoas.
- N. 1.351 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1893 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maroim, no Estado de Sergipe.
- N. 1.352 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1893 — Crea um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na comarca da Capital de Sergipe.
- N. 1.353 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de abril de 1893 — Proroga por mais um anno o prazo de dois annos, marcado no decreto n. 1.177, de 17 de setembro de 1890, autorizando o lançamento de cabos submarinos e terrestres entre a Capital Federal e a cidade de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.354 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea na comarca de Juiz de Fora, no Estado de Minas Geraes, mais tres batalhões de guardas nacionaes, sendo um de infantaria, um de artilharia e um da reserva.
- N. 1.355 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea mais dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de S. João Nepomuceno, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.356 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea um commando superior

- de guardas nacionaes na comarca de Porto Feliz, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.357 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Napira no Estado de S. Paulo.
- N. 1.358 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de..... 34:808\$252 para occorrer ás despesas com o pessoal da Repartição da Polícia e com os vencimentos dos magistrados do Estado da Parahyba, durante o período anterior á reorganização definitiva desses serviços.
- N. 1.359 — FAZENDA — Decreto de 20 de abril de 1893 — Manda observar o regulamento para as funcções dos corretores de fundos publicos e operações da Bolsa.
- N. 1.360 — FAZENDA — Decreto de 20 de abril de 1893 — Abre um credito extraordinario de 400:000\$ á verba — Pensionistas, do § 5º do art. 7º da lei n. 126, de 21 de setembro de 1892.
- N. 1.361 — FAZENDA — Decreto de 20 de abril de 1893 — Approva, com alterações, os estatutos do Banco Hypothecario do Brasil.
- N. 1.362 — MARINHA — Decreto de 20 de abril de 1893 — Approva o regulamento da Escola de Machinistas e Pilotos do Estado do Pará, creada pelas leis ns. 101 e 102, de 13 de outubro de 1892.
- N. 1.363 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jardim, no Estado do Ceará.
- N. 1.364 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Sobral, no Estado do Ceará.
- N. 1.365 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará.
- N. 1.366 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes.
- N. 1.367 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia, mais um batalhão do serviço activo, e eleva a regimento o 9º esquadrão de cavallaria de guardas nacionaes.
- N. 1.368 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea na comarca da Capital, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes.
- N. 1.369 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes.
- N. 1.370 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea um regimento de caval-

- laria de guardas nacionaes na comarca de Faxina, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.371 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de abril de 1893 — Autoriza a "Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens" a construir um novo armazem na estação de Curitiba, por conta do custeio de sua estrada de ferro.
- N. 1.372 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de abril de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Muricy, no Estado das Alagoas.
- N. 1.373 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de abril de 1893 — Crea na capital do Estado das Alagoas mais um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes.
- N. 1.374 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de abril de 1893 — Abre um credito extraordinario de 5:280\$700, para pagamento do premio ao Dr. José Luiz de Almeida Couto, lente cathedratico da Faculdade de Medicina da Bahia, e da impressão de sua obra intitulada "Lições de clinica medica e therapeutica".
- N. 1.375 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de abril de 1893 — Crea mais um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva, na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.376 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de abril de 1893 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bomfim, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.377 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de abril de 1893 — Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Rio Novo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.378 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de abril de 1893 — Dá nova organização ao commando superior de guardas nacionaes da comarca de S. Simão, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.379 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de abril de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes, na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.
- N. 1.380 — **FAZENDA** — Decreto de 27 de abril de 1893 — Autoriza o vice-presidente do Banco da Republica do Brasil a assignar tambem "bonus" emittidos pelo mesmo banco.
- N. 1.381 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 27 de abril de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, o credito extraordinario de \$ 15.000, ao cambio de 27 dinheiros sterlingos por 1\$000, para pagamento devido á Via-ferrea Intercontinental.
- N. 1.382 — **MARINHA** — Decreto de 27 de abril de 1893 — Faz extensivo á armada o decreto n. 1.029, de 14 de novembro de 1890, que elevou a 21 annos a idade dos filhos varões dos officiaes do exercito, para a percepção de meio-soldo.
- N. 1.383 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 27 de abril de 1893 — Autoriza a Companhia

Banha Rio-Grandense Alves a integralizar as suas acções por meio da redução do seu capital.

- N. 1.383 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de abril de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado do Ceará.
- N. 1.384 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1893 — Declara caduca a concessão feita á "Brazil Great Southern Railway Company, Limited", para prolongar a Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy, até Santo Angelo, com um ramal para Passo de S. Borja.
- N. 1.385 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1893 — Proroga o prazo marcado no decreto n. 9.452, de 21 de junho de 1885.
- N. 1.386 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1893 — Autoriza a Empresa União Industrial dos Estados Unidos do Brasil para transferir á Companhia S. Paulo-Rio Grande a concessão relativa á Estrada de Ferro de Itararé a Cruz Alta.
- N. 1.387 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de S. José do Além-Parahyba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.388 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1893 — Concede autorização á sociedade commanditaria por acções — Rodrigues Fontes, Oliveira & Comp., para funcionar.
- N. 1.389 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1893 — Approva, com modificações, os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro e Minas de S. Jeronymo, comprehendidos entre os kilometros 40 e 189.
- N. 1.390 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1893 — Declara caduca a concessão feita para construcção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Catalão a Matto Grosso.
- N. 1.391 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1893 — Restabelece por ponto inicial a cidade de Alagôas para construcção da Estrada de Ferro de Alagôas a Paulo Affonso.
- N. 1.392 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da capital do Estado das Alagôas.
- N. 1.393 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1893 — Concede aos cidadãos Ferdinand Rodde e Antonio José Ferreira Martins Filho autorização para fundarem na Capital Federal uma estação telephonica, em communicacão com a rede telephonica do Estado do Rio de Janeiro, privilegiada pelo governo daquelle Estado.
- N. 1.394 — (Com este numero não foi publicado acto algum).
- N. 1.395 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de maio de 1893 — Manda executar o accôrdo ampliativo sobre a execução das cartas rogatorias, concluido entre o Brasil e a Republica do Peru', em 8 de junho de 1881.
- N. 1.396 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de maio de 1893 — Dá nova organizacão á guarda

nacional da comarca de Petropolis, no Estado do Rio de Janeiro.

- N. 1.397 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de maio de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de S. João Marcos (antiga S. João do Príncipe), no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.398 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de maio de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Pomba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.399 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de maio de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, um credito extraordinario de 379:185\$141 para occorrer ás despesas com o serviço de iluminação publica, até o fim do segundo semestre do corrente exercicio.
- N. 1.400 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de maio de 1893 — Substitue o art. 9º das instrucções regulamentares da Estrada de Ferro Minas e Rio pelo art. 11 das que vigoram na Estrada de Ferre Central do Brasil.
- N. 1.401 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.402 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de maio de 1893 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca de Fructal, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.403 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca de Laguna, no Estado de Santa Catharina.
- N. 1.404 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Itu', no Estado de S. Paulo.
- N. 1.405 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Campos Novos do Paranaapanema, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.406 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.407 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Lapa, no Estado do Paraná.
- N. 1.408 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Crea um regimento de cavallaria e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de S. Domingos do Prata, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.409 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca do Araxá, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.410 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1893 — Declara sem effeito o decreto n. 550, de 17 de setembro de 1891, que autoriza a concessão para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre Ponta Grossa e Corumbá, e ramaes.
- N. 1.411 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1893 — Approva os estudos e o projecto para construcção do quarto trecho do prolonga-

- mento da Estrada de Ferro Central do Brasil, além de Sete Lagoas, na extensão de 30 kilometros, entre as estações 4.500 e 5.890-1-9.
- N. 1.412 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1893 — Approva os estudos e orçamento para construção do trecho de 35.300 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, comprehendido entre Bello Jardim e Pesqueira.
- N. 1.413 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1893 — Approva o perfil longitudinal, planta e orçamento para a construção de um trecho da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.
- N. 1.414 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia de Distillação e Aguas Mineraes Cristoffel-Stupakoff.
- N. 1.415 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Mirador, no Estado do Maranhão.
- N. 1.416 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sant'Anna do Currallinho, no Estado do Maranhão.
- N. 1.417 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1893 — Concede á Escola de Pharmacia de Ouro Preto as vantagens de que gosam os estabelecimentos congeneres da União.
- N. 1.418 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1893 — Altera clausulas da concessão feita aos cidadãos Ferdinand Rodde e Antonio José Ferreira Martins Filho, por decreto n. 1.393, de 6 de maio de 1893, para estabelecerem na Capital Federal uma estação telephonica.
- N. 1.419 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Hydraulica Pelotense.
- N. 1.420 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercial.
- N. 1.421 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Joaquim da Costa da Serra, no Estado de Santa Catharina.
- N. 1.422 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1893 — Reorganiza o commando superior da guarda nacional da comarca do Piranga, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.423 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1893 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca do Carmo do Parnahyba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.424 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1893 — Crea um commando superior de guarda nacional na comarca de Araguay, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.425 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1893 — Crea mais um corpo de cavallaria

de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul.

- N. 1.426 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Sapucaia, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.427 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1893 — Proroga por dois annos o prazo marcado á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para o início da construcção de quatro saladeiros no referido Estado.
- N. 1.428 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1893 — Proroga por um anno o prazo fixado na clausula 3ª do decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890, com a pena imposta na clausula 33ª, para conclusão das obras de construcção da Estrada de Ferro de Uberaba a Catalão.
- N. 1.429 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de junho de 1893 — Crea na China uma legação e tres consulados.
- N. 1.429 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de junho de 1893 — Proroga até 31 de julho do corrente anno o prazo fixado na clausula 6ª do decreto n. 10.250, de 31 de maio de 1889, para conclusão das obras em construcção da Estrada de Ferro de Caxias a Cajueiros.
- N. 1.430 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Crea mais um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de S. Sebastião do Cahy, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 1.431 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Marca o vestuario que, no exercicio das suas funções e solemnidades publicas, devem usar os membros do Tribunal Civil e Criminal e pretores do Districto Federal.
- N. 1.432 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado do Ceará.
- N. 1.433 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Parahybuna, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.434 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.
- N. 1.435 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Peganha, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.436 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Declara de nenhum effeito a concessão de garantia de juros feita pelo decreto, n. 10.127, de 22 de dezembro de 1888, á Companhia Progreso Agricola para o estabelecimento de um engenho central no Maranhão.
- N. 1.437 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Leopoldina, no Estado de Minas Geraes.

- N. 1.438 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de junho de 1893 — Autoriza a "Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company, Limited", para desapropriar a praça Silveira Martins, na cidade do Rio Grande do Sul.
- N. 1.439 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de junho de 1893 — Approva a modificação do trecho destinado ao estabelecimento da estação de S. Vicente, no prolongamento para Santos, da Estrada de Ferro Sorocabana.
- N. 1.440 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de junho de 1893 — Approva os estudos definitivos da variante, entre os kilometros 421, 798 e 490, da linha de Botucatu á foz do Tibagy, no rio Paranapanema, da Estrada de Ferro Sorocabana.
- N. 1.441 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de junho de 1893 — Approva os estudos definitivos do prolongamento para Santos, da Estrada de Ferro Sorocabana, nos trechos entre os kilometros 13, 1 e 24 (S. Vicente e Serra) e 22 e 36 (Pinheirinhos e Santos).
- N. 1.441 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Iguaru, no Estado do Maranhão.
- N. 1.442 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Approva a mudança de local para ponto inicial da Estrada de Ferro de Santa Maria da Cruz Alta.
- N. 1.443 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Bambuhy, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.444 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Dôres de Indaia, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.445 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Prorôga por mais seis mezes o prazo para terminação das obras da Companhia Telephonica de S. Paulo e Rio.
- N. 1.446 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Approva os estudos e orçamento para a construcção do trecho do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, comprehendido entre os kilometros 288.800, em Humaytá, e 339.690, em Quingnoé.
- N. 1.447 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Considera de nenhum effeito o decreto n. 602, de 17 de outubro de 1891.
- N. 1.448 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Approva o perfil longitudinal, planta e orçamento para a construcção do trecho da estaca 1.000 a 1.500, da linha de Guaratiba a Nova Cruz, na Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.
- N. 1.449 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Approva os estudos constantes da planta geral, perfil longitudinal e orçamento para a construcção do trecho do ramal ferreo de Guarabira

- a Nova Cruz, compreendido entre as estacas 1.500 e 271, 117,5.
- N. 1.450 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Declara caducos o privilegio, a garantia de juros adicional e mais favores do decreto n. 10.124, de 15 de dezembro de 1888, para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo.
- N. 1.451 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Declara caducos o privilegio, a garantia de juros e mais favores concedidos pelo decreto n. 10.409, de 19 de outubro de 1889, para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro do Rio Bonito a Cabo Frio.
- N. 1.452 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Aprova a reforma dos estatutos da Companhia Petropolis Industrial e Agricola.
- N. 1.453 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Cantagallo, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.454 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jardim, no Estado do Ceará.
- N. 1.455 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Concede autorização á sociedade "Norton Megaw & C., Limited", para funcionar no Brasil.
- N. 1.456 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Prorroga o prazo concedido ao engenheiro Guilherme de Capanema, para lavar mineraes nos Estados do Pará e Maranhão.
- N. 1.457 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Approva, com modificações, os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão, na extensão de 297.500 kilometros.
- N. 1.458 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Autoriza a "Alagoas Railway Company, Limited", a desapropriar o predio necessario ao serviço do trafego da Estrada de Ferro Central das Alagoas.
- N. 1.459 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de União, no Estado das Alagoas.
- N. 1.460 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Atalaya, no Estado das Alagoas.
- N. 1.461 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Viçosa, no Estado das Alagoas.
- N. 1.462 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Anadia, no Estado das Alagoas.
- N. 1.463 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Traipu, no Estado das Alagoas.

- N. 1.464 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca do Pilar, no Estado das Alagoas.
- N. 1.465 — GUERRA — Decreto de 13 de julho de 1893 — Approva o plano de uniformes para os alumnos e inspectores de alumnos do Collegio Militar.
- N. 1.466 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1893 — Approva os estudos definitivos da 4ª secção da linha de Jaguara a Catalão.
- N. 1.467 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1893 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca de S. Felix, no Estado da Bahia.
- N. 1.468 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1893 — Declara caduca a concessão constante do decreto n. 955, de 5 de novembro de 1890, para construcção, uso e gozo da estrada de ferro da cidade de Maceió a Leopoldina, com um ramal para Porto Calvo.
- N. 1.469 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, um credito de 1.418:345\$, para occorrer ás despesas com o serviço a cargo da Inspeção Geral das Obras da Capital Federal durante o segundo semestre do corrente anno.
- N. 1.470 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, um credito de 1.828:832\$635, para occorrer ao pagamento de passagens de immigrants durante o corrente exercicio.
- N. 1.471 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Agricola e Commercial do Brasil.
- N. 1.472 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Rio Pardo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.473 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1893 — Fixa, provisoriamente, em 5.269:440\$ o capital empregado nas 1ª, 2ª, 3ª e 5ª secções dos prolongamentos e ramaes da Estrada de Ferro do Paraná.
- N. 1.474 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1893 — Declara caduca a concessão de favores feita ao cidadão José Thomaz Pires Machado Portella, para estabelecer um engenho central na antiga provincia de Pernambuco.
- N. 1.475 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Coruripe, no Estado das Alagoas.
- N. 1.476 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1893 — Crea um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes, na comarca da capital do Estado do Piahy.
- N. 1.477 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1893 — Fixa definitivamente o maximo do capital garantido para o prolongamento da estrada de ferro da companhia "Tram-road" de Nazareth.
- N. 1.478 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1893 — Crea mais um batalhão de in-

- fantaria do serviço activo e outro da reserva de guardas nacionaes na comarca de Iguatu, no Estado do Ceará.
- N. 1.479 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1893 — Crea na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes.
- N. 1.480 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria da guarda nacional na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia.
- N. 1.481 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1893 — Crea um regimento de cavallaria e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca da Boa Vista do Tremendal, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.482 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1893 — Approva o regulamento para as faculdades de medicina da Republica.
- N. 1.482 B — FAZENDA — Decreto de 24 de julho de 1893 — Autoriza a funcionar a sociedade anonyma Loteria Nacional e approva os respectivos estatutos.
- N. 1.483 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.484 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Pão de Assucar, no Estado de Alagoas.
- N. 1.485 — MARINHA — Decreto de 25 de julho de 1893 — Torna extensivo á armada o disposto no n. 1 do § 1º do art. 7º da lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891, relativa ao exercito.
- N. 1.486 — INDUSTRIA, VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de julho de 1893 — Approva os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Mogyana, de Ressaça a Santos, do trecho que comprehende o Alto da Serra do Mar á estação de Guayó, na Estrada de Ferro Central, e ramal deste ponto á cidade de Mogy das Cruzes.
- N. 1.487 — GUERRA — Decreto de 28 de julho de 1893 — Equipara os primeiros e segundos patrões do Arsenal de Guerra da Capital Federal aos machinistas do mesmo arsenal, eleva á categoria de terceiros patrões os patrões arvorados, equipara os vencimentos dos machinistas das lanchas daquelle arsenal aos machinistas de igual categoria do arsenal de marinha e approva a tabella dos respectivos vencimentos.
- N. 1.488 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de julho de 1893 — Approva, com modificações, os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Peçanha ao Araxá, do trecho de Araxá á Confusão.
- N. 1.489 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1893 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Estancia, no Estado de Sergipe.
- N. 1.490 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1893 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca de Vizeu, no Estado do Pará.
- N. 1.491 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1893 — Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Bragança, no Estado do Pará.

- N. 1.492 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Piraju, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.493 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bom Jesus dos Meiras, no Estado da Bahia.
- N. 1.494 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Rio Maranhão, no Estado de Goyaz.
- N. 1.495 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de julho de 1893 — Approva os estudos e plantas apresentados pela Empresa do Arrazamento do Morro do Castello para a construcção das obras a seu cargo.
- N. 1.496 — GUERRA — Decreto de 31 de julho de 1893 — Faz extensivas aos mestres da Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema as disposições dos arts. 235 e 236 do regulamento dos arsenaes de guerra.
- N. 1.497 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Proroga por dois annos o prazo fixado na clausula 6ª do decreto n. 906, de 18 de outubro de 1890, para conclusão das obras do prolongamento da Estrada de Ferro de S. Jeronymo.
- N. 1.498 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Dá por finda a convenção sanitaria celebrada entre o Brasil, a Republica Argentina e a Republica Oriental do Uruguay.
- N. 1.499 — FAZENDA — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Dá categoria á alfandega da cidade de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro, creada pelo decreto legislativo n. 31, de 12 de janeiro de 1892.
- N. 1.500 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ibitinga (antiga Boa Vista das Pedras), no Estado de S. Paulo.
- N. 1.501 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.502 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Reorganiza o commando superior da guarda nacional da comarca de Santos, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.503 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão da reserva da guarda nacional da comarca de Cachoeira, no Estado da Bahia.
- N. 1.504 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Approva as plantas e orçamento das obras d'arte a construir na linha principal e ramal da Estrada de Ferro Central da Bahia.
- N. 1.505 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de agosto de 1893 — Approva os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Mogiana, do trecho de Atibaia á garganta do Pinhal.

- N. 1.506 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1893 — Altera o plano de uniforme da guarda nacional da Republica.
- N. 1.507 — MARINHA e GUERRA — Decreto de 10 de agosto de 1893 — Revoga o § 7º do art. 1º das instrucções para a habilitação ao monte-pio e meio-soldo dos officiaes do exercito, da armada e classes annexas.
- N. 1.508 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Santa Maria Magdalena, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.509 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Inhamba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.510 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de agosto de 1893 — Prorroga por 24 mezes o prazo fixado na clausula 8ª do decreto n. 10.150, de 5 de janeiro de 1889, para conclusão das obras da Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba.
- N. 1.511 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de agosto de 1893 — Amplia até 31 de dezembro do corrente anno a prorrogação do prazo concedido pelo decreto n. 135, de 10 de junho ultimo, para conclusão das obras de construção da Estrada de Ferro de Caxias á Cajazeiras, e dá outras providencias.
- N. 1.512 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de agosto de 1893 — Prorroga por um anno o prazo marcado á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para a promptificação de dois engenhos centraes no referido Estado.
- N. 1.513 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de agosto de 1893 — Abre ao Ministério dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, um credito de 114:997\$848, para ser applicado á indemnização a que tem direito D. Maria Carolina Rheingantz, do valor de sua propriedade, Colonia S. Lourenço, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 1.514 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Approva os estudos definitivos do prolongamento a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana, na extensão de 18km,436.
- N. 1.515 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Abre os creditos de 12:317\$174, para pagamento das despesas feitas, no Estado de Santa Catharina, por conta da verba — Soccorros Publicos, do exercicio de 1891, e de 2:000\$, para o dos vencimentos a que tem direito, durante o exercicio de 1893, o continuo da secretaria da Camara dos Deputados, Luiz Ferreira Barros.
- N. 1.516 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de S. Felix, no Estado da Bahia.
- N. 1.517 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Paraguassu, (antiga do Andarahy), no Estado da Bahia.
- N. 1.518 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto

- de 17 de agosto de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Brejo Grande, (antiga Bom Jesus dos Meirras), no Estado da Bahia.
- N. 1.519 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Carmo, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.520 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Manoel, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.521 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.522 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercio Industrial do Brasil.
- N. 1.522 A — FAZENDA — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Dá nova redacção ao art. 155 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, sobre a dissolução das sociedades anónimas.
- N. 1.522 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no Estado do Espirito Santo.
- N. 1.522 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Crea dois batalhões de infantaria na 4ª brigada da guarda nacional do Estado do Espirito Santo.
- N. 1.523 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de agosto de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Antartica Paulista.
- N. 1.524 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de agosto de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Industrial de Productos Nacionaes.
- N. 1.525 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de agosto de 1893 — Proroga o prazo concedido á Companhia de Seguros Fidelidade, de Lisboa, para continuar a funcionar no Brasil.
- N. 1.526 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1893 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes do serviço activo, na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.
- N. 1.527 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço da reserva, na comarca de S. Felix, no Estado da Bahia.
- N. 1.528 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1893 — Abre, no corrente exercício, o credito supplementar de 955:126\$106, para as obras do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.
- N. 1.529 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado da Bahia.
- N. 1.530 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De-

- creto de 30 de agosto de 1893 — Concede autorização á Associação de Seguros Mutuos Brasil para funcionar e approva os respectivos estatutos.
- N. 1.531 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Altera o n. 1 do art. 1º do decreto n. 2.923, de 14 de maio de 1862.
- N. 1.532 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo da guarda nacional, na Capital Federal.
- N. 1.533 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Condeuba, (antiga Santo Antonio da Barra e Victoria), no Estado da Bahia.
- N. 1.534 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, na comarca de Caravellas, no Estado da Bahia.
- N. 1.535 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.536 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Chique-Chique, no Estado da Bahia.
- N. 1.537 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea um regimento de artilharia da capital do Estado da Bahia.
- N. 1.538 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea um regimento de artilharia de posição de guardas nacionaes na comarca de Santarém, no Estado do Pará.
- N. 1.539 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Soure, no Estado do Pará.
- N. 1.540 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Cratheus, no Estado do Ceará.
- N. 1.541 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes, na comarca do Crato, no Estado do Ceará.
- N. 1.541 A — FAZENDA — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Fazenda um credito de 9.601:830\$972, para regularizar os pagamentos de dividas de exercicios findos, feitos de accôrdo com o disposto no n. 3, art. 1º, da lei n. 36, de 26 de janeiro de 1892.
- N. 1.541 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Leopoldina, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.541 C — FAZENDA — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Dá novo regulamento á Imprensa Nacional.
- N. 1.542 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1893 — Approva as instrucções para as eleições federaes a que se ha de proceder em 30 de outubro proximo.
- N. 1.543 — FAZENDA — Decreto de 1 de setembro de 1893 —

- Abre á verba — Eventuaes, do orçamento da despesa do Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, um credito supplementar de 10:000\$, para auxiliar a realisação da exposição de trabalhos juridicos que a associação denominada Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros pretende realizar no corrente anno.
- N. 1.544 — (Com este numero não foi publicado actq algum.)
- N. 1.544 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Guararu', no Estado de Sergipe.
- N. 1.544 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1893 — Eleva á categoria de batalhão a 2ª secção de batalhão da reserva de guardas nacionaes da comarca de Japarutuba, no Estado de Sergipe.
- N. 1.544 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1893 — Crea um regimento de artilharia de campanha de guardas nacionaes na comarca de Tijucas, no Estado de Santa Catharina.
- N. 1.545 — MARINHA — Decreto de 16 de setembro de 1893 — Eleva a 7\$123 diarios os vencimentos dos patrões de lanchas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.
- N. 1.546 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de setembro de 1893 — Approva o regulamento para a Escola de Minas.
- N. 1.547 — FAZENDA — Decreto de 20 de setembro de 1893 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco Sul-Americano.
- N. 1.547 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1893 — Abre, no corrente exercicio, o credito supplementar de 453:750\$, para pagamento do subsidio dos deputados e senadores na prorogação da actual sessão legislativa.
- N. 1.548 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1893 — Abre, no corrente exercicio, o credito extraordinario de 265:980\$, para despesas da Directoria Sanitaria da Capital Federal, do Laboratorio Bacteriologico e dos hospitaes de isolamento.
- N. 1.549 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de setembro de 1893 — Declara em estado de sitio, com suspensão das garantias constitucionaes, o Districto Federal e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.
- N. 1.550 — GUERRA — Decreto de 27 de setembro de 1893 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 8.000:000\$000.
- N. 1.551 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1893 — Desliga a administração de varios ramaes da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, e incorpora-os á Estrada de Ferro Central do mesmo Estado, e transfere para a cidade de Maceió a administração central e escriptorio tecnico da do sul de Pernambuco, e para Palmares os escriptorios da linha, movimento e locomoção dessa estrada de ferro.
- N. 1.552 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de setembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de 721:590\$, para occorrer ás despesas com o ser-

vigo de iluminação publica da Capital Federal no segundo semestre do corrente anno.

- N. 1.553 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de setembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de £ 28.875-0-0 para pagamento de juros devidos á "Ceará Harbour Corporation", durante o corrente exercicio.
- N. 1.553 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1893 — Crea mais um batalhão de guardas nacionaes na comarca de Palmeira, no Estado do Paraná.
- N. 1.553 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Curvello (antiga Paraopeba) no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.553 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1893 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca de Bocayuva, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.553 D — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.553 E — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1893 — Manda cumprir o disposto no art. 6º e seguintes da lei n. 183 C, de 23 de setembro de 1893, sobre a conversão em apolices de capital e juros, do valor nominal de 1.000\$ dos lastros dos bancos emissores, existentes em ouro e em apolices.
- N. 1.554 — GUERRA — Decreto de 3 de outubro de 1893 — Eleva á cadeiras as aulas de geometria descriptiva do 1º anno e topographia do 3º anno, ambas do curso geral das escolas militares desta Capital e do Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 1.555 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 122:493\$750 para o custeio do presidio de Fernando de Noronha durante o segundo semestre deste anno.
- N. 1.556 — MARINHA — Decreto de 6 de outubro de 1893 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 3.021:113\$738, para diversas despesas do actual exercicio.
- N. 1.557 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1893 — Providencia sobre os pagamentos de diversas despesas a cargo do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, no exercicio de 1893.
- N. 1.558 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1893 — Regula o serviço sanitario dos portos da Republica.
- N. 1.559 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1893 — Redorganisa o serviço da Assistencia Medico-Legal de Alienados.
- N. 1.559 A — GUERRA — Decreto de 7 de outubro de 1893 — Suspende a execução do decreto n. 1.554, de 3 do corrente.
- N. 1.560 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, FAZENDA, MARINHA, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES e RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de ou-

- tubro de 1893 — Dispõe sobre os navios e fortificações em poder da revolta de 6 de setembro ultimo ou em que a ella se associem.
- N. 1.561 — FAZENDA — Decreto de 10 de outubro de 1893 — Abre no corrente exercicio, credits supplementares ás verbas — Aposentados, Ajudas de custo, — e — Despezas eventuaes, do Ministerio da Fazenda.
- N. 1.562 — FAZENDA — Decreto de 10 de outubro de 1893 — Approva as instrucções regulando as attribuições e funções da Procuradoria da Republica e Fazenda Federal.
- N. 1.563 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Declara em estado de sitio a Capital Federal e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.
- N. 1.564 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Designa logares especiaes para a detenção por effeito do estado de sitio e dá outras providencias.
- N. 1.565 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Regula a liberdade de imprensa durante o estado de sitio.
- N. 1.566 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Regula a entrada de estrangeiros no territorio nacional e sua expulsão durante o estado de sitio.
- N. 1.567 — MARINHA — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Estabelece o distinctivo para o Corpo de Engenheiros Navaes.
- N. 1.568 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Crea na comarca do Crato, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo.
- N. 1.569 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Crea na comarca do Jardim, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo.
- N. 1.570 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca do Cratheús, no Estado do Ceará.
- N. 1.571 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca de Miranda, no Estado de Matto Grosso.
- N. 1.572 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de outubro de 1893 — Providencia sobre o pagamento de despezas a cargo do Ministerio da Inindustria, Vição e Obras Publicas, no exercicio de 1893.
- N. 1.572 A — MARINHA — Decreto de 15 de outubro de 1893 — Restabelece o regulamento do Corpo de Saude da Armada, que baixou com o decreto n. 683, de 23 de agosto de 1890, com as declarações neste mencionadas, e annulla o que baixou com o decreto n. 1.348, de 7 de abril de 1893.
- N. 1.573 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de outubro de 1893 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca de Muzambinho, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.574 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de

- 20 de outubro de 1893 — Adia as eleições de deputados e senadores ao Congresso Nacional.
- N. 1.575 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito supplementar á verba — Soccorro publico, do exercicio de 1893, na importancia de 769:600\$000.
- N. 1.576 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de outubro de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia de Cerveja Guanabara.
- N. 1.577 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1893 — Proroga até 30 de novembro subsequente o estado de sitio declarado pelo decreto n.º 1.563, de 13 do corrente mez.
- N. 1.578 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1893 — Crea mais um batalhão de guardas nacionaes na comarca de Paranaguá, no Estado do Paraná.
- N. 1.579 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.580 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Reforma o Archivo Publico Nacional.
- N. 1.581 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 170:000\$000 para o serviço de encomendas de notas da rubrica Caixa de Amortização, do actual exercicio.
- N. 1.582 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados do Thesouro Nacional, Tribunal de Contas, Caixa de Amortização, Casa da Moeda, alfandegas do Rio de Janeiro e dos Estados e delegacias fiscaes.
- N. 1.583 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Abre o credito supplementar de 600:000\$ á verba — Exercícios findos do Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio.
- N. 1.584 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bom Successo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.585 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea um regimento de cavallaria na comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.586 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Triunpho, no Estado de Pernambuco.
- N. 1.587 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Quixerambim, no Estado do Ceará.
- N. 1.588 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea mais quatro batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maranguape, no Estado do Ceará.

- N. 1.589 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea mais dois batalhões de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Benjamin Constant, no Estado do Ceará.
- N. 1.590 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea mais um batalhão de guardas nacionaes na comarca de Assaré, no Estado do Ceará.
- N. 1.591 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea mais dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Icó, no Estado do Ceará.
- N. 1.592 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Labrea, no Estado do Amazonas.
- N. 1.593 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas.
- N. 1.593 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Providencia sobre o pagamento de despesas da Assistencia de Alienados, effectuadas em 1891 e 1892.
- N. 1.594 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1893 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o credito supplementar de 110.000\$ para as despesas das rubricas — Ajudas de custo, e — Extraordinarias no exterior, no exercicio de 1893.
- N. 1.594 A — MARINHA, JUSTIÇA, NEGOCIOS INTERIORES E GUERRA — Decreto de 4 de novembro de 1893 — Concede ás familias das praças de pret do exercito, da armada, da guarda nacional, dos corpos de policia e de outras corporações militarmente organizadas, que fallecerem em combate ou em consequencia de ferimentos nelle recebidos, a percepção do soldo correspondente ao posto respectivo.
- N. 1.594 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES e GUERRA — Decreto de 6 de novembro de 1893 — Equipara aos do exercito, os officiaes da guarda nacional, dos corpos de policia e de outras corporações militarmente organizadas, quanto ao beneficio do meio-soldo, segundo a lei de 6 de novembro de 1827.
- N. 1.594 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1893 — Concede ás praças de pret da guarda nacional, dos corpos de policia e de outras corporações militarmente organizadas, que se inutilizarem na defesa das instituições constitucionaes, reforma com o soldo por inteiro, e autoriza o recolhimento das mesmas praças ao Asylo de Invalidos da Patria.
- N. 1.595 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cametá, no Estado do Pará.
- N. 1.596 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1893 — Abre um credito extraordinario de 100.000\$000 ao Ministério das Relações Exteriores para a continuação e regresso da Missão á China.
- N. 1.597 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto

- de 14 de novembro de 1893 — Declara em estado de sítio até 30 do mez corrente o Estado de Pernambuco.
- N. 1.598 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1893 — Faz alterações na organização da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores.
- N. 1.599 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de novembro de 1893 — Abre, sob a responsabilidade do presidente da Republica, um credito extraordinario de 36:756\$660, para occorrer á despesa com o serviço de fiscalização da iluminação desta Capital, e dá outras providencias.
- N. 1.600 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de novembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito supplementar na importancia de 930:631\$362, para occorrer ao pagamento do excesso de despesas com o serviço do Correio Geral.
- N. 1.601 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.601 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Itapetininga, no Estado do S. Paulo.
- N. 1.602 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1893 — Proroga até 25 de dezembro proximo vindouro o estado de sítio declarado pelos decretos ns. 1.577, de 28 de outubro findo e n. 1.597, de 14 de novembro corrente.
- N. 1.603 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1893 — Altera o traçado, já antes aprovado, da 1.ª secção, da Estrada de Ferro Central Alagoana, até á cidade de S. Miguel, a partir da cidade de Atalaya.
- N. 1.604 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1893 — Approva os estatutos da sociedade anonyma Cooperativa Militar do Brasil.
- N. 1.605 — GUERRA — Decreto de 8 de dezembro de 1893 — Altera o plano de uniformes para os corpos medico e pharmaceutico do exercito.
- N. 1.606 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1893 — Reorganiza o commando superior da guarda nacional da comarca de Mogy das Cruzes, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.607 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Paulo Affonso, no Estado das Alagoas.
- N. 1.608 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de dezembro de 1893 — Adia as eleições de deputados e senadores ao Congresso Nacional.
- N. 1.609 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de dezembro de 1893 — Revoga o decreto n. 1.566, de 13 de outubro de 1893.
- N. 1.609 A — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.609 B — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio,

- um credito extraordinario de 2:800\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos aos primeiros e segundos adjuntos do procurador da Republica e solicitador do Districto Federal.
- N. 1.610 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1893 — Reorganiza o commando superior de guardas nacionaes da comarca de Maragogy, no Estado das Alagoas.
- N. 1.611 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do vice-presidente da Republica, um credito extraordinario de 1.274:156\$250, para occorrer ao pagamento de serviços a cargo da "Companhia Rio de Janeiro City Improvements", durante o segundo semestre do corrente anno.
- N. 1.612 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do vice-presidente da Republica, um credito de 150:000\$ á verba — Telegraphos, do corrente exercicio.
- N. 1.613 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1893 — Autoriza a transferencia, para a Companhia de Estradas de Ferro do Norte do Brasil, das concessões relativas ás estradas de ferro de Tamandaré á Barra e Aracajú a Simão Dias.
- N. 1.614 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. João Baptista do Rio Verde, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.615 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1893 — Crea mais dois batalhões de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Diamantina, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.616 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes no municipio de Serinhaem, no Estado de Pernambuco.
- N. 1.616 A — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1893 — Autoriza o ministro da Fazenda a emitir papel-moeda, no corrente e no seguinte exercicio, até a importancia de 100:000:000\$000.
- N. 1.617 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de dezembro de 1893 — Proroga até 31 de janeiro proximo vindouro o estado de sitio declarado pelo decreto n. 1.602, de 29 de novembro ultimo.
- N. 1.618 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de dezembro de 1893 — Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Cratheus, no Estado do Ceará.
- N. 1.619 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de dezembro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Rio Claro, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.620 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1893 — Transfere ao coronel

- João Pedro Caminha a concessão constante do decreto n. 9.244, de 19 de julho de 1884, para exploração de linhas telephonicas, no Estado da Bahia.
- N. 1.621 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de dezembro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Jacuhy, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.622 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de dezembro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Bomfim, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.623 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 6.000:000\$000.
- N. 1.624 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1893 — Autoriza um contracto provisório com o Lloyd Brasileiro para o serviço de navegação nas linhas do Norte e de Matto Grosso.
- N. 1.625 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1893 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Rural e Internacional.
- N. 1.626 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1893 — Dá novo regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo e seus preparados.
- N. 1.627 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Reorganiza a guarda nacional da comarca do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.628 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 240:000\$ á verba — Policia do Districto Federal, do exercicio de 1893.
- N. 1.629 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo e Minas.
- N. 1.630 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do vice-presidente da Republica, um credito extraordinario de 12.216:023\$701 para occorrer ás despesas até ao fim do corrente exercicio, com as estradas de ferro Central de Pernambuco, Central do Brasil e prolongamento da de Porto Alegre a Uruguayana.
- N. 1.631 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do vice-presidente da Republica, um credito extraordinario de 150:000\$ para occorrer ás despesas com obras do porto do Recife, no corrente exercicio.
- N. 1.632 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do vice-presidente da Republica, um credito extraordinario de 16:000\$ para pagamento de dividas de exercicios findos.
- N. 1.633 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Crea um commando supe-

- superior de guardas nacionaes na comarca de Rio Negro, no Estado do Amazonas.
- N. 1.634 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Transfere para a comarca de Solimões o 3º batalhão de infantaria de guardas nacionaes da comarca da capital do Estado do Amazonas.
- N. 1.635 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca da capital do Estado do Amazonas.
- N. 1.636 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Dá nova organização ao commando superior da guarda nacional da comarca do Prata, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.637 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.638 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Rezende, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.639 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes no municipio de S. José do Egypito, no Estado de Pernambuco.
- N. 1.640 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Crea mais dois batalhões, um do serviço activo e outro da reserva, de guardas nacionaes, na comarca de Iguassu, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.641 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Piracicaba, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.642 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministério dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do vice-presidente da Republica, um credito extraordinario de 27:017\$979 para occorrer a diversos serviços a cargo do mesmo Ministério, durante o corrente exercicio.
- N. 1.643 — MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministério da Marinha um credito supplementar de 18:480\$ á verba — Capitancias de portos, do corrente exercicio, para occorrer ao pagamento de vencimentos dos patrões e remadores de capitancias.
- N. 1.644 — MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministério da Marinha um credito supplementar de 32:150\$ á verba — Repartição da Carta Maritima, do corrente exercicio, para occorrer ás despesas do pessoal e material dos pharóes que se estão originando em diversos Estados da Republica.
- N. 1.645 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Declara caduca a concessão constante dos decretos ns. 597 A e 1.382, de 19 de julho de 1890 e 19 de fevereiro de 1891.
- N. 1.645 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS —

Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministério dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do vice-presidente da Republica, um credito extraordinario de 263:974\$725 para occorrer ás despesas, até o fim do corrente exercicio, com os serviços a cargo da Inspectoria Geral das Obras Publicas.

N. 1.645 B — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS —

Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministério dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do vice-presidente da Republica, um credito extraordinario de 30:000\$ para pagamento da subvenção devida á Companhia de Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya, no corrente exercicio.

N. 1.645 C — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS —

Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministério dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do vice-presidente da Republica, um credito extraordinario de 898:486\$840 para pagamento de despesas exceedidas no corrente exercicio com o serviço de colonização no Estado do Rio Grande do Sul.

1894

N. 1.646 — MARINHA — Decreto de 12 de janeiro de 1894 —

Torna extensiva aos secretarios das capitancias dos portos a disposição do art. 27 do regulamento annexo ao decreto n. 1.195 A, de 30 de dezembro de 1892.

N. 1.647 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto

de 12 de janeiro de 1894 — Providencia sobre o Instituto Sanitario Federal e dá-lhe regulamento.

N. 1.648 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto

de 12 de janeiro de 1894 — Estabelece o distinctivo para o Curso de Notariado.

N. 1.649 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto

de 12 de janeiro de 1894 — Manda adoptar o modelo do livro de inscripção das associações a que se refere o decreto legislativo n. 173, de 10 de setembro ultimo.

N. 1.650 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto

de 13 de janeiro de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio de Padua, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 1.651 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1894 —

Regula de novo os concursos para empregos na Fazenda.

N. 1.652 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto

de 15 de janeiro de 1894 — Approva o regulamento para o Internato do Gymnasio Nacional.

N. 1.653 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De-

creto de 20 de janeiro de 1894 — Approva as novas instrucções regulamentares e tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias pela Estrada de Ferro do Sobral, no Estado do Ceará.

N. 1.654 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De-

creto de 20 de janeiro de 1894 — Approva a planta, perfil longitudinal e orçamento para construção da linha da Barra do Canhoto a Correntes, na Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.

- N. 1.655 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de janeiro de 1894 — Declara caduca a concessão para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro da Tijuca.
- N. 1.656 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 20 de janeiro de 1894 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o credito extraordinario de 200:000\$ para despesas com a pacificação de Estados em que a ordem e a tranquillidade publica estão ou forem perturbadas.
- N. 1.657 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 20 de janeiro de 1894 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 122:493\$750 para o custeio do Presídio de Fernando de Noronha durante o primeiro semestre deste anno.
- N. 1.658 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de janeiro de 1894 — Approva com modificações os estudos definitivos da 1ª secção da linha ferrea de Uberaba a Coxim, na extensão de 103 kilometros.
- N. 1.659 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.660 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 27 de janeiro de 1894 — Declara caducas as concessões de tres engenhos centraes de que é cessionaria a Companhia Promotora de Industrias e Melhoramentos.
- N. 1.661 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 27 de janeiro de 1894 — Approva os estatutos da Companhia de Seguro Mutuo contra Fogo e sobre a Vida Cruzeiro.
- N. 1.662 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de janeiro de 1894 — Providencia sobre o pagamento de despesa relativa á Brigada Policial da Capital Federal.
- N. 1.663 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 30 de janeiro de 1894 — Approva o regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos.
- N. 1.664 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.665 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 31 de janeiro de 1894 — Crea mais dois batalhões de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.666 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 31 de janeiro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Avaré, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.667 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 31 de janeiro de 1894 — Proroga, com modificações, até 25 de fevereiro proximo vindouro, o estado de sitio declarado pelo decreto n. 1.617, de 25 de dezembro ultimo, e torna-o extensivo á capital do Estado da Parahyba.
- N. 1.668 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 7 de fevereiro de 1894 — Dá instrucções para as eleições de presidente e vice-presidente da Republica e consolida as disposições vigentes quanto ás eleições federaes.
- N. 1.669 — **MARINHA** — Decreto de 8 de fevereiro de 1894 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 2.000:000\$ para attender á insufficiencia do credito extraordinario de 3.021:113\$738, concedido pelo decreto n. 1.556, de 6 de outubro de 1893.
- N. 1.670 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — De-

- creto de 8 de fevereiro de 1894 — Approva, com modificações, os estudos definitivos do primeiro trecho da linha de Catalão a Palmas, na extensão de 100km,200.
- N. 1.671 — FAZENDA — Decreto de 8 de fevereiro de 1894 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito extraordinario de 8.400\$ para pagamento dos vencimentos dos 1º e 2º adjuntos do procurador da Republica e do solicitador da Fazenda, durante o exercicio de 1894.
- N. 1.672 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1894 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Rio Bagagem, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.673 — MARINHA — Decreto de 11 de fevereiro de 1894 — Suspende a estricta observancia do art. 31, deroga os arts. 1º e 15 do regulamento annexo ao decreto n. 1.195 A, de 30 de dezembro de 1892, e determina que seja redigido para a Secretaria da Marinha um novo regulamento, de accôrdo com a lei n. 23, de 30 de outubro de 1891.
- N. 1.674 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a secção avulsa da reserva do municipio de Maués, na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas.
- N. 1.675 — GUERRA — Decreto de 15 de fevereiro de 1894 — Abre ao Ministério da Guerra um credito extraordinário de 16.000.000\$000.
- N. 1.676 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de fevereiro de 1894 — Declara a caducidade dos favores concedidos pelo decreto n. 626, de 2 de agosto de 1890, para abertura de canaes de junção de varios rios e melhoramentos da barra de Cotinguiba, no Estado de Sergipe.
- N. 1.677 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de fevereiro de 1894 — Suspende a garantia de juros concedida ao Engenho Central de Riachuelo e providencia sobre a restituição das quantias recebidas.
- N. 1.678 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de fevereiro de 1894 — Altera a clausula 4ª das que baixaram com o decreto n. 906, de 18 de outubro de 1890.
- N. 1.679 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de fevereiro de 1894 — Proroga até o dia 28 do corrente mez o estado de sitio estabelecido pelo decreto n. 1.663, de 31 de janeiro proximo findo.
- N. 1.680 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de fevereiro de 1894 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Industrial e Commercio de Estivas.
- N. 1.681 — GUERRA — Decreto de 28 de fevereiro de 1894 — Declara sujeitos á jurisdicção do fóro militar os crimes que se relacionarem á rebellião que ora conflagra o Districto Federal e outros pontos da União.
- N. 1.682 — GUERRA — Decreto de 28 de fevereiro de 1894 — Crea no exercito corpos provisorios nas armas de artilharia, cavallaria e infantaria.
- N. 1.682 A — RELACÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1894 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores um credito extraordinario de 4:191\$692 para o pagamento do augmento do aluguel do predio onde

- funciona a respectiva secretaria de Estado, de 16 de maio a 31 de dezembro de 1893.
- N. 1.683 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1894 — Declara novamente em estado de sítio, com suspensão das garantias constitucionaes, alguns pontos do territorio nacional.
- N. 1.684 — MARINHA — Decreto de 5 de março de 1894 — Regula a concessão de passagens para as pessoas de familias dos officiaes da armada e classes annexas, designados para servirem nas flotilhas.
- N. 1.685 — GUERRA — Decreto de 5 de março de 1894 — Amplia as disposições do decreto n. 1.681, de 28 de fevereiro do corrente anno, quanto aos crimes sujeitos á jurisdicção do fôro militar.
- N. 1.685 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de março de 1894 — Approva, provisoriamente, o novo regulamento do corpo de bombeiros.
- N. 1.686 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de março de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito extraordinario de 1.000:000\$, destinado a auxillar a Municipalidade do Districto Federal no pagamento das despesas feitas em 1891 e 1892 com o abastecimento de carnes verdes.
- N. 1.687 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de março de 1894 — Mobiliza a guarda nacional do Districto Federal e dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.
- N. 1.688 — GUERRA — Decreto de 17 de março de 1894 — Crea mais um batalhão provisorio de artilharia de posição.
- N. 1.689 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de março de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 19:642\$933.
- N. 1.690 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de março de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 164:041\$450, para occorrer ás despesas com o corpo de bombeiros.
- N. 1.691 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1894 — Approva as alterações feitas nos estatutos da sociedade anonyma Loteria Nacional.
- N. 1.692 — FAZENDA — Decreto de 7 de abril de 1894 — Rectifica o equivoco dado no art. 10 do decreto n. 173 B, de 10 de setembro de 1893, que amplia a organização da Procuradoria da Republica e Fazenda Federal.
- N. 1.692 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de abril de 1894 — Approva o regulamento dos Correios da Republica.
- N. 1.693 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de abril de 1894 — Modifica e prorroga o estado de sítio, declarado pelo decreto n. 1.683, de 2 de março ultimo.
- N. 1.694 — GUERRA — Decreto de 14 de abril de 1894 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 1.500:000\$ para ser applicado á continuação da construção do Hospital Central do Exercito, em S. Francisco Xavier.
- N. 1.695 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de abril de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de

- 200:000\$ para as despesas com diligencias policiaes na Capital Federal.
- N. 1.696 — GUERRA — Decreto de 20 de abril de 1894 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 3.000:000\$ para occorrer ás despesas urgentes com os reparos e armamentos das fortificações da Republica e principalmente do porto do Rio de Janeiro e das fronteiras do Amazonas e de Matto Grosso.
- N. 1.697 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de abril de 1894 — Interpreta o art. 17 do decreto n. 355 A, de 29 de abril de 1890.
- N. 1.697 A — MARINHA e GUERRA — Decreto de 25 de abril de 1894 — Transfere para a jurisdicção do Ministerio de Guerra as fortalezas da ilha das Cobras e de Willegagnon, do porto do Rio de Janeiro.
- N. 1.698 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de abril de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel, no Estado das Alagoas.
- N. 1.699 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de abril de 1894 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de..... 5.000:000\$ para a compra de material rodante e de tracção, destinado á Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 1.700 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de abril de 1894 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de 580:000\$ para construcção das linhas telegraphicas de Cuyabá a Cametá, no Estado de Matto Grosso, e de Itararé a Castro, no do Paraná.
- N. 1.701 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de abril de 1894 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 150:000\$, para pagamento das taxas que forem devidas á "Western & Brazilian Telegraph Company", pela transmissão de telegrammas, durante a interrupção das linhas telegraphicas terrestres.
- N. 1.702 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de abril de 1894 — Crea mais um batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes na comarca do Riachuelo, no Estado de Sergipe.
- N. 1.703 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de abril de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maroim, no Estado de Sergipe.
- N. 1.704 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de abril de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Capella, no Estado de Sergipe.
- N. 1.705 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de abril de 1894 — Abre o credito extraordinario de 200:000\$ á verba — Soccorro publico, do orçamento vigente do Ministerio de Justiça e Negocios Interiores.
- N. 1.705 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1894 — Divide as administrações das estradas de ferro do Sul e Central de Pernambuco.
- N. 1.706 — FAZENDA — Decreto de 1 de maio de 1894 — Abre

- um crédito, sob sua responsabilidade, até a quantia de 120:000\$, para a construcção das obras necessarias á Alfandega de Maceió e aquisição de um guindaste e uma lancha a vapor para a mesma alfandega.
- N. 1.707 — FAZENDA — Decreto de 1 de maio de 1894 — Abre ao Ministerio da Fazenda, sob sua responsabilidade, um crédito de 100:000\$ á verba — Despesas eventuaes, do exercicio de 1894.
- N. 1.708 — MARINHA — Decreto de 2 de maio de 1894 — Concede aos officiaes honorarios da armada o uso dos 1º e 2º uniformes nos casos em que são elles exigidos para os officiaes da actividade.
- N. 1.709 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de maio de 1894 — Crea mais dois batalhões, um de infantaria, outro de artilharia, de guarda nacionaes, na comarca da capital do Estado do Pará.
- N. 1.710 — GUERRA — Decreto de 5 de maio de 1894 — Abre ao Ministerio da Guerra um crédito extraordinario de 16.000:000\$000.
- N. 1.711 — GUERRA — Decreto de 5 de maio de 1894 — Restabelece as secções de officinas de tanceiros e funileiros do Arsenal de Guerra do Estado de Matto Grosso.
- N. 1.712 — MARINHA — Decreto de 16 de maio de 1894 — Fixa a verdadeira intelligencia do art. 7º do decreto n. 127, de 29 de novembro de 1892.
- N. 1.713 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de maio de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.714 — MARINHA — Decreto de 16 de maio de 1894 — Altera o plano de uniforme das praças do Corpo de Marinheiros Nacionaes e aprendizes marinheiros e revoga o decreto n. 1.328, de 24 de março de 1893.
- N. 1.715 — MARINHA — Decreto de 16 de maio de 1894 — Crea uma directoria de electricidade e torpedos no Arsenal de Marinha do Estado de Matto Grosso.
- N. 1.716 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de maio de 1894 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado do Pará.
- N. 1.717 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de maio de 1894 — Approva as instrucções regulamentares e tarifas do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia a S. Francisco.
- N. 1.718 — FAZENDA — Decreto de 21 de maio de 1894 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito necessario de 369:061\$987 para legalizar as despesas feitas com o pessoal e material da Recebedoria da Capital Federal, no exercicio de 1892.
- N. 1.719 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de maio de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Sarapuhy, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.720 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de maio de 1894 — Declara caduca a concessão para construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre a villa de Humaytá, á margem esquerda do rio Madeira,

- no Estado do Amazonas, e a confluencia dos de Guaporé com o de Mamoré, no Estado de Matto Grosso.
- N. 1.721 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1894 — Declara caducos o privilegio, a garantia de juros e mais favores do decreto n. 10.150, de 5 de janeiro de 1889, para construcção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba.
- N. 1.722 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1894 — Approva, com modificações, os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Alcobaça a Praia da Rainha, na extensão de 181km,200.
- N. 1.723 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de junho de 1894 — Crea mais um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na comarca de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.
- N. 1.724 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de junho de 1894 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Guaratinguetá, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.725 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de junho de 1894 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Geral de Commercio e Industria.
- N. 1.726 — MARINHA — Decreto de 8 de junho de 1894 — Da instrucções para o serviço da officina de electricidade e torpedos, creada no Arsenal de Marinha de Matto Grosso pelo decreto n. 1.715, de 16 de maio de 1894.
- N. 1.727 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de junho de 1894 — Crea mais dois batalhões de infantaria, sendo um do serviço activo e outro do da reserva, e mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.728 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de junho de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a 9ª secção de batalhão da reserva da guarda nacional da comarca de Camamu, no Estado da Bahia.
- N. 1.729 — GUERRA — Decreto de 11 de junho de 1894 — Modifica o regulamento do Batalhão Academico.
- N. 1.729 A — GUERRA — Decreto de 11 de junho de 1894 — Approva novo plano para os uniformes dos officiaes effectivos, reformados e praças do exercito, alumnos das escolas militares, Collegio Militar, invalidos da patria e escolas de sargentos; altera o adoptado para os officiaes honorarios e estabelece novo plano de arrelamento para as montarias dos officiaes e praças.
- N. 1.730 — GUERRA — Decreto de 18 de junho de 1894 — Substitue os arts. 28 e 29 do regulamento do Collegio Militar.
- N. 1.731 — GUERRA — Decreto de 22 de junho de 1894 — Estabelece as condições de admissão dos medicos e pharmaceuticos do quadro da Repartição Sanitária do Exercito.
- N. 1.732 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1894 — Determina que o serviço de navegação subvencionada, fique pertencendo á 1ª Secção da Directoria Geral de Industria.
- N. 1.732 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de junho de 1894 — Substitue o art. 3º e parte do art. 9º do regulamento da Directoria Geral de Estatistica.

- N. 1.733 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1894 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Caldas, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.734 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes no municipio de S. Luiz de Quilande, no Estado de Alagoas.
- N. 1.735 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a 2ª secção de batalhão de infantaria da guarda nacional da capital de Sergipe.
- N. 1.736 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão da reserva da guarda nacional da comarca de Itabaiana, no Estado de Sergipe.
- N. 1.737 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a 8ª secção de batalhão de infantaria da guarda nacional da comarca de Propriá, no Estado de Sergipe.
- N. 1.738 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a 7ª secção de batalhão de infantaria da guarda nacional da comarca de Maroim, no Estado de Sergipe.
- N. 1.739 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a 6ª secção de batalhão de infantaria da guarda nacional da comarca de Rosario, no Estado de Sergipe.
- N. 1.740 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.
- N. 1.741 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de junho de 1894 — Torna provisoriamente applicado á Estrada de Ferro Norte de Alagoas o regulamento approved pelo decreto n. 721, de 6 de setembro de 1890.
- N. 1.742 — FAZENDA — Decreto de 26 de junho de 1894 — Manda desapropriar os terrenos necessarios para o alargamento da área do edificio da Casa da Moeda, de accordo com o decreto n. 721, de 6 de setembro de 1890.
- N. 1.743 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de junho de 1894 — Declara caduca a concessão constante do decreto n. 594, de 17 de outubro de 1891, para a construção da Estrada de Ferro do Pacifico.
- N. 1.744 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1894 — Crea mais um batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de Matto Grosso.
- N. 1.745 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1894 — Eleva a batalhão a 2ª secção da reserva da guarda nacional das comarcas de Corumbá e Sant'Anna do Paranahyba, no Estado de Matto Grosso, e crea uma secção de batalhão do serviço activo, na parochia do Coxim, na mesma comarca.
- N. 1.746 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1894 — Crea mais um batalhão do serviço activo de guardas nacionaes e uma secção de bata-

- Jhão de reserva, na comarca do Alto Paraguay, Diamantino, no Estado de Matto Grosso.
- N. 1.747 — FAZENDA — Decreto de 3 de julho de 1894 — Abre um credito ao Ministerio de Negocios da Fazenda, da quantia de 800:000\$, para occorrer ás despesas do pessoal e material das alfandegas das cidades de S. Paulo e Juiz de Fóra, nos Estados de S. Paulo e Minas Geraes.
- N. 1.748 — FAZENDA — Decreto de 3 de julho de 1894 — Marca provisoriamente o numero, classe e vencimentos dos empregados das alfandegas das cidades de S. Paulo e Juiz de Fóra, nos Estados de S. Paulo e Minas Geraes, e extingue a delegacia fiscal no Estado de S. Paulo.
- N. 1.749 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de julho de 1894 — Crea mais um batalhão da reserva da guarda nacional na comarca de Carangola, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.750 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de julho de 1894 — Crea um regimento de cavallaria da guarda nacional na comarca de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.751 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Sant'Anna do Paranahyba, no Estado de Matto Grosso.
- N. 1.752 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia.
- N. 1.753 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de julho de 1894 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.754 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de julho de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Abaeté, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.755 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de julho de 1894 — Concede autorização a Serafim José Botelho e Luiz Alves da Silva Carvalho, para organizarem uma sociedade em commandita, por acções, sob a denominação — Eden Lavradio.
- N. 1.756 — FAZENDA — Decreto de 18 de julho de 1894 — Concede ao presidente do Banco da Republica do Brasil autorização para designar empregados do mesmo estabelecimento para assignarem as notas que devem ser entregues em substituição das que forem sendo recolhidas.
- N. 1.757 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Ferros, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.758 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.
- N. 1.759 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1894 — Crea mais um batalhão de in-

- fantaria de guardas nacionaes na comarca de Maracás, no Estado da Bahia.
- N. 1.760 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1894 — Crea mais um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas.
- N. 1.761 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Antimary, no Estado do Amazonas.
- N. 1.762 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Piedade, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.762 A — FAZENDA — Decreto de 31 de julho de 1894 — Autoriza a "The Brazilian Contract's Corporation" a funcionar na Republica.
- N. 1.762 B — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de julho de 1894 — Torna applicavel á Estrada de Ferro de Timbaúba a Nova Cruz o regulamento approved pelo decreto n. 713, de 2 de setembro de 1890.
- N. 1.763 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1894 — Reorganiza o commando superior da guarda nacional da comarca de Parahyba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.764 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1894 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Arassuahy, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.765 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barbalha, no Estado do Ceará.
- N. 1.765 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1894 — Crea mais dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes, sendo um do serviço activo e outro da reserva, na comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.
- N. 1.765 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1894 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Nazareth, no Estado da Bahia.
- N. 1.765 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a 2ª secção de batalhão de infantaria do serviço activo da guarda nacional da comarca de Nazareth, no Estado da Bahia.
- N. 1.765 D — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1894 — Eleva á categoria de regimento o 3º esquadrão de cavallaria da guarda nacional da comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.
- N. 1.766 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de agosto de 1894 — Approva o regulamento da Bibliotheca Nacional.
- N. 1.767 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De-

creto de 10 de agosto de 1894 — Extingue a comissão das obras na barra do Rio Grande do Sul e incumbe dos respectivos serviços a inspeccoria do 6º districto dos portos e canaes maritimos.

- N. 1.768 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de agosto de 1894 — Approva a planta, organizada pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil para a abertura de ruas na área adquirida pelo arrazamento do morro do Senado.
- N. 1.769 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de agosto de 1894 — Declara caduca a concessão de terras devolutas de que tratam as clausulas 10ª e 15ª dos contractos approvados pelos decretos ns. 4.735, de 7 de junho de 1871, e 6. 826 A, de 29 de dezembro de 1877.
- N. 1.770 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.771 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de agosto de 1894 — Autoriza a "Brazil Great Southern Railway Company, Limited", para modificar sua linha ferrea no trecho que vae ter ao cões de Quarahim.
- N. 1.772 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de agosto de 1894 — Concede autorização á companhia "The Ouro Preto Gold Mines of Brazil, Limited", para continuar a funcionar.
- N. 1.773 JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de agosto de 1894 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. João Baptista dos Campos Novos, no Estado de Santa Catharina.
- N. 1.774 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de agosto de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes no município de Correntes, no Estado de Pernambuco.
- N. 1.775 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de agosto de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes no município de Muribeca, no Estado de Pernambuco.
- N. 1.775 A — GUERRA — Decreto de 20 de agosto de 1894 — Altera o regulamento do Collegio Militar.
- N. 1.776 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1894 — Crea um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.777 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.778 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1894 — Concede ao Gymnasio Amazonense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 1.779 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1894 — Prorroga por dois annos os prazos estatuidos na clausula 3ª do decreto n. 862, de 6 de outubro de 1890, para inicio e conclusão dos trabalhos de construcção da Estrada de Ferro de Uberaba a Coxim.
- N. 1.780 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1894 — Declara caduca a concessão

do segundo grupo de engenhos centraes, de que trata o decreto n. 888, de 18 de outubro de 1893, e de que é concessionaria a Companhia Industria e Construcção.

N. 1.781 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Muzambinho, no Estado de Minas Geraes.

N. 1.782 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1894 — Crea mais dois batalhões de infantaria, sendo dois do serviço activo e um do da reserva, e um regimento de cavallaria da guarda nacional na comarca de Viçosa, no Estado de Minas Geraes.

N. 1.783 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1894 — Crea mais tres batalhões de infantaria, sendo dois do serviço activo e um da reserva, e um regimento de cavallaria da guarda nacional na comarca de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro, e eleva á categoria de regimento e á de batalhão o corpo de cavallaria existente na mesma comarca e a 8ª secção da reserva.

N. 1.784 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 122:493\$750, para o custeio do presidio de Fernando de Noronha, durante o segundo semestre do anno corrente.

N. 1.785 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1894 — Autoriza á Companhia Norte Mineira a substituir no Engenho Central de Cannavieiras o systema de diffusão pelo de moagem de triplice bateria.

N. 1.786 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1894 — Approva o projecto da nova estação de Belém, da Estrada de Ferro de Carangola, e o respectivo orçamento.

N. 1.787 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1894 — Fixa provisoriamente em 810:000\$ o capital relativo á 1ª secção do prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Araruama.

N. 1.788 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de agosto de 1894 — Altera a clausula 2ª do decreto n. 1.044, de 20 de novembro de 1890.

N. 1.789 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de setembro de 1894 — Substitue a clausula 32ª (em referencia sómente á Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação) do decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890.

N. 1.790 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de setembro de 1894 — Innova, sem augmento de subvenção, o contracto celebrado com a Companhia Pernambucana de Navegação para o serviço de navegação entre os portos do Recife e Fortaleza e Recife e Aracaju.

N. 1.791 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de setembro de 1894 — Innova o contracto para o serviço de navegação a vapor no rio S. Francisco, a cargo da Companhia Pernambucana de Navegação.

N. 1.792 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1894 — Abre o credito extraordinario

- de 600:000\$ á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1894, do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.
- N. 1.793 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de reserva de guardas nacionaes na comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 1.794 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de setembro de 1894 — Dá regulamento para execução do decreto legislativo n. 145, de 11 de junho de 1893.
- N. 1.795 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de setembro de 1894 — Abre o crédito especial de 89:000\$ para as despesas com a organização da Colonia Correccional de Dois Rios e com o pagamento dos vencimentos do respectivo pessoal.
- N. 1.796 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1894 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Provisora de Conservas Alimenticias.
- N. 1.797 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de setembro de 1894 — Crea mais dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes, sendo um do serviço activo e outro da reserva, na comarca de Dois Corregos, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.798 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de setembro de 1894 — Modifica o art. 22 do regulamento do Observatorio do Rio de Janeiro.
- N. 1.799 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de setembro de 1894 — Approva os estudos definitivos do prolongamento para Santos, da Estrada de Ferro Sorocobana, na extensão total de 118,962 kilometros, a saber: do kilometro 0 ao kilometro 97,326, a partir de Manduzinho, e do kilometro 20 ao kilometro 41,640, a partir de Santos.
- N. 1.800 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de setembro de 1894 — Altera as instrucções regulamentares e tarifas da Estrada de Ferro Central de Alagoas, approvadas pelo decreto n. 9.576, de 10 de abril de 1887.
- N. 1.801 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Sacramento, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.802 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a 3ª secção de batalhão da reserva da guarda nacional da comarca de Areia, no Estado da Bahia.
- N. 1.803 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e outro da reserva de guardas nacionaes na comarca de Areia, no Estado da Bahia.
- N. 1.804 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Dá nova organização ao commando superior da guarda nacional da comarca de Camamu, no Estado da Bahia.
- N. 1.805 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Reorganiza o commando superior da guarda nacional da comarca de Jacobina, no Estado da Bahia.

- N. 1.806 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Reorganiza o commando superior da guarda nacional da comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia.
- N. 1.807 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, na comarca de S. Felix, no Estado da Bahia.
- N. 1.808 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Monte Santo, no Estado da Bahia.
- N. 1.809 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Lavras Diamantinas, no Estado da Bahia.
- N. 1.810 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Porto Seguro no Estado da Bahia.
- N. 1.811 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Santo Amaro, no Estado da Bahia.
- N. 1.812 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.
- N. 1.813 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Crea um commando superior da guarda nacional na comarca de Xiririca, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.814 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de setembro de 1894. — Declara caducas as concessões de engenhos centraes feitas pelos decretos n. 10.435, de 9 de novembro de 1889, n. 654, de 9 de agosto de 1890, n. 927, de 24 de outubro de 1890, n. 637, de 9 de agosto de 1890, n. 647, de 9 de agosto de 1890, n. 728, de 6 de setembro de 1890, e n. 1.049, de 21 de novembro de 1890.
- N. 1.815 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1894 — Altera as tarifas em vigor na Estrada de Ferro do Rio Claro.
- N. 1.815 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1894 — Approva a reforma dos estatutos da companhia Lloyd Brasileiro.
- N. 1.816 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Concede a Ovidi & Comp. permissão para explorarem salinas no littoral do Estado de S. Paulo.
- N. 1.817 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Affuá, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.818 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Pará.

- N. 1.819 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cintra, no Estado do Pará.
- N. 1.820 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cametá, no Estado do Pará.
- N. 1.821 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Breves, no Estado do Pará.
- N. 1.822 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alcantara, no Estado do Maranhão.
- N. 1.823 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea mais dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Maranhão.
- N. 1.824 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes no município de Altino, no Estado de Pernambuco.
- N. 1.825 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Monte Santo, no Estado da Bahia.
- N. 1.826 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Geremoabo, no Estado da Bahia.
- N. 1.827 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Cruz das Palmeiras, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.828 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Dôres da Boa Esperança, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.829 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1894 — Crea mais um brigada da reserva na guarda nacional desta Capital e mais dois batalhões respectivos.
- N. 1.830 — GUERRA — Decreto de 3 de outubro de 1894 — Declara o plano de uniformes dos corpos sanitarios do exercito, de que trata o decreto n. 1.729 A, de 11 de junho do corrente anno.
- N. 1.831 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de outubro de 1894. — Approva a nova planta, apresentada pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil para construcção do prolongamento do canal do Mangue.
- N. 1.832 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1894 — Crea um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Serinha, no Estado da Bahia, e eleva á categoria de batalhão a secção n. 3 da mesma comarca.
- N. 1.833 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de

- 4 de outubro de 1894 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Alagoinhas, no Estado da Bahia.
- N. 1.834 — GUERRA — Decreto de 4 de outubro de 1894 — Modifica o plano de uniformes para o exercito, approvado pelo decreto n. 1.729 A, de 11 de junho do corrente anno.
- N. 1.835 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de outubro de 1894 — Autoriza a celebração de contracto com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão para o serviço de navegação a vapor entre os portos de Belém, no Pará, e da Fortaleza, no Ceará, com a iniciação das viagens em S. Luiz do Maranhão.
- N. 1.836 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1894 — Crea um regimento de cavallaria e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Nazareth, no Estado da Bahia.
- N. 1.837 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Uberabinha, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.838 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Benjamin Constant, no Estado do Ceará.
- N. 1.839 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1894 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes em cada uma das comarcas de Maracás, Lavras Diamantinas, Minas do Rio de Contas, Condeuba, Caeteté e Monte Alto, no Estado da Bahia.
- N. 1.840 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1894 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Joazeiro, no Estado da Bahia.
- N. 1.841 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapicuru, no Estado da Bahia.
- N. 1.842 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Alvinopolis, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.843 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1894 — Crea um batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes na comarca de Simão Dias, no Estado de Sergipe.
- N. 1.844 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Nictheroy, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.845 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1894 — Crea novos corpos de guardas nacionaes na comarca de Joazeiro, no Estado da Bahia.
- N. 1.846 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o crédito extraordinario de 6:020\$ para pagamento dos vencimentos dos escrivães e officiaes de justiça do extincto Juízo dos Feitos da Fazenda, que passaram a servir perante o Juízo Seccional.

- N. 1.847 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1894 — Concede ao "Brasilianische Bank für Deutschland" autorização para estabelecer uma caixa filial na cidade de Santos, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.848 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 15 de outubro de 1894 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Cooperativa Militar do Brasil.
- N. 1.849 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1894 — Manda proceder, no Estado do Rio Grande do Sul, durante os mezes de novembro e dezembro proximos vindouros, a exames geraes de preparatorios, de accôrdo com as instrucções annexas.
- N. 1.850 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1894 — Autoriza os cidadãos Francisco José Corrêa Quintella e coronel Pedro Ferreira de Oliveira Amorim a organizarem nesta Capital uma companhia de seguros mutuos contra fogo, sob a denominação de — Phenix Brasileira.
- N. 1.851 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.852 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1894 — Abre á verba — Caixa de Amortização, rubrica 11ª do art. 7º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893, um credito supplementar de 1.420:580\$833.
- N. 1.853 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1894 — Declara caduca a concessão da Estrada de Ferro do Estreito ao Chopim.
- N. 1.854 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1894 — Proroga o prazo concedido ao engenheiro Guilherme de Capanema para lavar mineraes nos Estados do Pará e Maranhão, e já prorogado pelo decreto n. 1.456, de 5 de junho de 1893.
- N. 1.855 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1894 — Declara caduca a concessão a que se refere o decreto n. 10.370, de 28 de setembro de 1889, para a construcção da Estrada de Ferro do Natal ao Ceará-Mirim.
- N. 1.856 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1894 — Transfere para a comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, o 23º corpo de cavallaria da guarda nacional da comarca de Santa Victoria do Palmar, no mesmo Estado.
- N. 1.857 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1894 — Crea dois batalhões de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.
- N. 1.858 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1894 — Abre um credito supplementar de 150:000\$ á verba — Exercícios findos, do art. 7º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893.
- N. 1.859 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1894 — Reorganiza a guarda nacional do Estado de Goyaz.
- N. 1.860 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 27 de outubro de 1894 — Declara sem effeito o decreto n. 1.468, de 13 de julho de 1893, que declarou

caduca a concessão relativa á Estrada de Ferro de Macaio a Leopoldina.

- N. 1.861 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 30 de outubro de 1894 — Adopta modelos para a expedição de títulos de propriedade de lotes de terra vendidos aos imigrantes.
- N. 1.862 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de outubro de 1894 — Torna extensivo aos lentes e professores do Gymnasio Nacional o direito conferido aos lentes e professores dos institutos de ensino superior pelo art. 27 do decreto n. 1.159, de 3 de dezembro de 1892.
- N. 1.863 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de outubro de 1894 — Torna extensivo aos professores e adjuntos do Instituto Nacional de Musica e aos professores e repetidores do Instituto de Surdos-Mudos o direito conferido aos lentes e professores dos institutos de ensino superior pelo art. 27 do decreto n. 1.159, de 3 de dezembro de 1892.
- N. 1.863 A — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 31 de outubro de 1894 — Revoga o decreto n. 8.155, de 1 de julho de 1881, para o effeito de vigorar o de n. 7.063, de 31 de outubro de 1878.
- N. 1.864 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Concede autorização á firma Pedro de Sá & Comp. para organizar uma sociedade em commandita, por acções, sob a denominação de Empresa Beneficiadora de Arroz.
- N. 1.865 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Victoria do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 1.866 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Determina os districtos em que devem ser organizados os corpos da guarda nacional da capital do Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 1.867 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Annexa ao commando superior da guarda nacional da comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, o 23º regimento de cavallaria da mesma guarda da comarca de Santa Victoria do Palmar, no referido Estado.
- N. 1.868 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Reorganiza o commando superior da guarda nacional da comarca de Sete Lagoas, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.869 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.870 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Prata, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.871 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Altera a organização da guarda nacional das comarcas de Camaragibe e S. Luiz, ambas no Estado de Alagoas.

- N. 1.872 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Porto Calvo, no Estado de Alagoas.
- N. 1.873 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Belmonte, no Estado de Pernambuco.
- N. 1.874 — MARINHA — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Crea uma escola de aprendizes marinheiros no Estado de Sergipe.
- N. 1.874 A — FAZENDA — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Crea uma mesa de rendas alfandegada na cidade de Cuyabá, no Estado de Matto Grosso.
- N. 1.875 — FAZENDA — Decreto de 5 de novembro de 1894 — Approva o regulamento sobre o serviço dos emolumentos por meio de estampilhas.
- N. 1.876 — FAZENDA — Decreto de 5 de novembro de 1894 — Dá regulamento para o serviço da Alfandega de S. Paulo, no Estado do mesmo nome.
- N. 1.877 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1894 — Crea mais um batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes na comarca de Anadia, no Estado de Alagoas.
- N. 1.878 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Porto Calvo, no Estado de Alagoas.
- N. 1.879 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1894 — Reorganiza o commando superior da guarda nacional da comarca de Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas.
- N. 1.880 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1894 — Altera as tarifas, classificação de mercadorias e condições regulamentares em vigor na Estrada de Ferro Central de Alagoas.
- N. 1.880 A — MARINHA — Decreto de 5 de novembro de 1894 — Manda adoptar novo plano de uniformes para a armada nacional.
- N. 1.881 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1894 — Approva as instrucções regulamentares, classificação geral de mercadorias e tarifas da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras.
- N. 1.882 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1894 — Approva as condições regulamentares, classificação geral de mercadorias e tarifas da Estrada de Ferro de Santa Maria a Cruz Alta.
- N. 1.883 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1894 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Crédito Brasileiro.
- N. 1.884 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.885 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Autoriza á Empresa Industrial do Gram-Pará a transferir ao Banco Norte do Brasil a concessão, feita pelo decreto n. 8.344, de 17 de dezembro de 1881, para assentamento de linhas telephonicas no Estado do Pará.
- N. 1.886 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Da-

- creto de 14 de novembro de 1894 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Cervejaria Bavaria.
- N. 1.887 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Approva os estudos definitivos do trecho da Estrada de Ferro Central Alagoana compreendido entre S. Miguel e Atalaia.
- N. 1.888 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Declara a disposição III do art. 22 do regulamento do Observatorio do Rio de Janeiro.
- N. 1.889 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Approva os estudos da Barra de Aguas Bellas, na 2ª secção da Estrada de Ferro Norte de Alagôas.
- N. 1.890 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 9.367:729\$, para occorrer a despesas da verba — Garantia de juros ás estradas de ferro, do exercicio de 1894.
- N. 1.891 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Fixa provisoriamente em 2.156:134\$200 o capital empregado na linha de Restinga Secca a Ponta Grossa, na Estrada de Ferro do Paraná.
- N. 1.892 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Altera as condições regulamentares e tarifas em vigor na Estrada de Ferro de Muzambinho.
- N. 1.893 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Approva a substituição das tarifas em vigor na Estrada de Ferro Minas e Rio.
- N. 1.893 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Reorganiza o commando superior da guarda nacional da comarca de Alfenas, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.894 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de novembro de 1894 — Concede ao Lyceu Cearense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 1.895 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de novembro de 1894 — Concede autorização ao engenheiro Joaquim Guilherme de Souza Leitão Maldonado para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de — Cooperativa Quatorze de Julho.
- N. 1.896 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1894 — Adia os serviços autorizados pela lei n. 97, de 5 de outubro de 1892, e manda retirar a Missão da China.
- N. 1.897 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1894, o credito supplementar de 1.356:250\$, sendo 425:250 á verba — Subsídio dos senadores, e 1.431:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.
- N. 1.898 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1894, o credito supplementar de 207:000\$, sendo 78:000\$ á verba

- Secretaria do Senado, e 129:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 1.899 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1894 — Abre o credito necessario para pagamento dos vencimentos dos empregados das secretarias das duas camaras.
- N. 1.900 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.901 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.902 — GUERRA — Decreto de 30 de novembro de 1894 — Declara que as disposições dos decretos ns. 1.681, de 23 de fevereiro e 1.685, de 5 de março do corrente anno, não são applicaveis a factos occorridos posteriormente ao dia 31 de agosto ultimo, em que cessou o estado de sitio.
- N. 1.903 — GUERRA — Decreto de 3 de dezembro de 1894 — Altera o plano de uniforme mandado adoptar pelo decreto n. 1.729 A, de 11 de junho do corrente anno.
- N. 1.904 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1894 — Approva a planta e orçamento para construção de um abrigo na estação de Uruguayana, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquí.
- N. 1.905 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1894 — Approva a planta e orçamento para construção de abrigos nas paradas da linha ferrea de Quarahim a Itaquí.
- N. 1.906 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1894 — Abre o credito supplementar de 37:047\$ á rubrica 3ª do art. 2º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893.
- N. 1.907 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.908 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1894 — Approva a substituição ds condições regulamentares e tarifas em vigor na Estrada de Ferro de Cabedello a Independencia, com ramal para o Pilar.
- N. 1.909 — GUERRA — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 25.500:000\$ para occorrer ás despesas do mesmo ministerio até á liquidiação do exercicio vigente.
- N. 1.910 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1894 — Abre o credito de rias para execução da lei n. 248, de 15 do corrente mez.
- N. 1.911 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1894 — Abre o credito de 150:000\$ para occorrer ás despesas com o transporte dos sentenciados do presidio de Fernando de Noronha a seus destinos.
- N. 1.912 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.913 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de dezembro de 1894 — Approva os estudos definitivos do ramal de Saycan e do de Sant'Anna do Livramento, da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.
- N. 1.914 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 474:734\$905 á verba — Policia do Districto Federal, (pessoal da Brigada Policial), do corrente exercicio.

- N. 1.915 — GUERRA — Decreto de 19 de dezembro de 1894 — Crea um laboratório de microscopia clinica e bacteriologica para o serviço sanitario do exercito.
- N. 1.916 — GUERRA — Decreto de 19 de dezembro de 1894 — Abre o credito extraordinario de 800:000\$ para occorrer ás despesas com os festejos e recepção condigna da comissão de officiaes orientaes, encarregada da entrega das medalhas commemorativas da guerra do Paraguay.
- N. 1.917 — GUERRA — Decreto de 20 de dezembro de 1894 — Abre um crédito extraordinario de 285:435\$768, para a reconstrucção de paíões de polvora na ilha do Boqueirão, e outro de 731:580\$, para as despesas com as obras urgentes em diversos estabelecimentos militares.
- N. 1.918 — MARINHA — Decreto de 20 de dezembro de 1894 — Abre creditos supplementares destinados ao pagamento do augmento de vencimentos dos patrões das embarcações do Arsenal de Marinha desta Capital.
- N. 1.919 — MARINHA — Decreto de 20 de dezembro de 1894 — Abre ao Ministerio da Marinha, no corrente exercicio, o credito de 527:422\$ para as verbas — Conselho Supremo Militar e — Eventuaes, deste anno.
- N. 1.920 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1894 — Abre o credito extraordinario de 200:000\$ para occorrer ás despesas com a demarcação da fronteira entre o Brasil e a Bolivia.
- N. 1.921 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1894 — Approva as instrucções para exam dos candidatos aos logares de consules e chancelleres.
- N. 1.922 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1894 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito supplementar, na importancia de 230:000\$, para as rubricas 4ª e 5ª do art. 3º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893.
- N. 1.923 — MARINHA E GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1894 — Distribue o credito de 27.000:000\$. concedido para reconstrucção do material do exercito e da armada.
- N. 1.924 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1894 — Abre a differentes rubricas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos supplementares, na importancia de 466:500\$000.
- N. 1.925 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1894 — Concede autorização a Tiburcio Alves de Carvalho e outros para organizarem a Companhia Centro Commercial.
- N. 1.926 — MARINHA — Decreto de 27 de dezembro de 1894 — Manda reabrir a Escola Naval.
- N. 1.927 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1894 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 908:172\$480, sendo 888:172\$480 á verba — Exercicios findos, e 20:000\$ á verba — Eventuaes, do exercicio de 1894.
- N. 1.928 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de dezembro de 1894 — Abre o credito extraordinario de 100:000\$ para occorrer ao pagamento das terras e aguas do rio Covanca, adquiridas ao Dr. Joaquim José de Siqueira e sua mulher.
- N. 1.929 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto

de 31 de dezembro de 1894 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Itapecerica, no Estado de Minas Geraes.

- N. 1.930 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1894 — Abre o credito suplementar de 995:000\$ ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas para occorrer ás despesas da verba — Correio Geral, no exercicio de 1894.
- N. 1.931 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1894 — Declara extinto o Laboratorio de Biologia.
- N. 1.931 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1894 — Supprime o Consulado em Cardiff.

1895

- N. 1.932 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de janeiro de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Banha Rio-Grandense Alves.
- N. 1.933 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1895 — Dá execução ao § 3º e n. 5 do § 4º, art. 6º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 1.934 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1895 — Approva a planta e organamento para a construção de um barracão perto do almoxarifado da Estrada de Ferro Central da Bahia.
- N. 1.935 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1895 — Concede autorização á companhia ingleza "The Royal Insurance Company" para estabelecer uma agencia no Estado do Paraná.
- N. 1.935 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1895 — Concede autorização á sociedade anonyma "The Royal Insurance Company", para estabelecer uma agencia no Estado de Santa Catharina.
- N. 1.936 — GUERRA — Decreto de 14 de janeiro de 1895 — Estabelece alterações no plano de uniformes do exercito.
- N. 1.937 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1895 — Crea uma comissão especial para encarregar-se das obras das linhas ferreas de Sant'Anna do Livramento ao Saycan e daquelle ponto de partida a entroncar na linha de Bagé a Cacequy.
- N. 1.938 — FAZENDA — Decreto de 14 de janeiro de 1895 — Extingue o logar de director do "Diario Official", passando as suas attribuições a ser exercidas pelo administrador da Imprensa Nacional.
- N. 1.939 — GUERRA — Decreto de 15 de janeiro de 1895 — Revoga o decreto n. 1.697 A, de 26 de abril de 1894, que transferiu para a jurisdicção do Ministerio da Guerra as fortalezas das ilhas das Cobras e de Willegaignon, do porto do Rio de Janeiro.
- N. 1.940 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1895 — Approva as instrucções que devem reger os concursos para o provimento dos logares de amannenses e segundos officiaes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

- N. 1.941 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1895 — Modifica o regulamento sobre a venda de bilhetes das loterias (decreto n. 1.287, de 17 de fevereiro de 1893) e providencia sobre as loterias federaes, de accôrdo com o art. 9º da lei n. 265, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 1.942 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1895 — Crea mais tres batalhões de infantaria do serviço activo, um da reserva e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Serrinha, no Estado da Bahia.
- N. 1.943 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS. — Decreto de 21 de janeiro de 1895. — Rectifica o decreto n. 1.772, de 18 de agosto de 1894.
- N. 1.944 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de janeiro de 1895 — Approva a tabella de pregos elementar para base de calculo na construcção das obras de toda a linha da Estrada de Ferro de Paganha a Araxá.
- N. 1.945 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1895 — Publica a adhesão da Colonia Britannica do Cabo da Boa Esperança á União Postal Universal.
- N. 1.946 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1895 — Modifica a disposição do art. 44 do regulamento do serviço sanitario dos portos.
- N. 1.947 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de janeiro de 1895 — Approva a variante de Formiga, da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão.
- N. 1.948 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de janeiro de 1895 — Approva os estudos da variante do Ribeirão Vermelho, da Estrada de Ferro de Barra Mansa, a Catalão, e dá outras providencias.
- N. 1.949 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de janeiro de 1895 — Approva as plantas e projectos da variante do Livramento, da estação e armazem do Ribeirão Vermelho, na linha ferrea de Barra Mansa a Catalão.
- N. 1.949 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1895 — Altera o decreto n. 1.885, de 14 de novembro de 1894.
- N. 1.950 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1895 — Rescinde o contracto celebrado com o engenheiro Miran Latif para obras de preparação do leito no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 1.951 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1895 — Altera, para o exercicio de 1895, o regimen das ajudas de custo dos empregados do Corpo Diplomatico e do Consular.
- N. 1.952 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1895 — Altera a segunda parte da clausula 7ª das que baixaram com o decreto n. 9.964, de 6 de junho de 1888.
- N. 1.953 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de janeiro de 1895 — Approva as plantas para construcção do aterro entre os kilometros 138-1900, e 139-1860, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquí, com um viaducto adicional de sete vãos de 15 metros cada um.

- N. 1.954 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1895 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Joinville, no Estado de Santa Catharina.
- N. 1.955 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1895 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Curytibanos, no Estado de Santa Catharina.
- N. 1.956 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:306\$450, á verba — Justiça Federal, dos exercícios de 1894 e 1895, para pagamento dos vencimentos de um escrevente, junto ao procurador da Republica, no Districto Federal.
- N. 1.957 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, INDUSTRIA; VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, RELAÇÕES EXTERIORES, MARINHA, GUERRA e FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1895 — Abre, aos ministerios da Justiça e Negocios Interiores, da Industria, Viação e Obras Publicas, das Relações Exteriores, da Marinha, da Guerra e da Fazenda, o credito especial de 72:000\$, sendo 12:000\$ a cada um delles, para pagamento da gratificação mensal de 1:000\$ aos respectivos ministros de Estado, para representação.
- N. 1.958 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de fevereiro de 1895 — Approva, com modificações, os estudos definitivos do ramal da Estrada de Ferro de S. Jeronymo.
- N. 1.959 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de fevereiro de 1895 — Approva novas tarifas para o serviço de transporte de passageiros e mercadorias na Estrada de Ferro, do Bananal.
- N. 1.960 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de fevereiro de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Industrial Catharinense.
- N. 1.961 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de fevereiro de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Distillação Central.
- N. 1.962 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto, de 7 de fevereiro de 1895 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Valença, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 1.963 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de fevereiro de 1895 — Approva os estudos definitivos dos trechos, da Estrada de Ferro de Itararé a Cruz Alta, do rio Uruguay ao porto da União e deste ultimo ponto ao Itararé.
- N. 1.964 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de fevereiro de 1895 — Approva os estudos definitivos do ramal de Ijuhy, da Estrada de Ferro de Itararé a Cruz Alta.
- N. 1.965 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1895 — Approva os estudos definitivos do trecho da Estrada de Ferro de Pechanha ao Araxá, comprehendido entre os arraiaes de S. Sebastião do Rio Preto e do Faria, e dá outras providencias.
- N. 1.966 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1895 — Approva com modificações os estudos definitivos e tabella de preços da

- 1ª secção da Estrada de Ferro de Caxias ao Araguaya e dá outras providencias.
- N. 1.967 — FAZENDA — Decreto de 14 de fevereiro de 1895 — Designa as loterias que deverão ser extrahidas em 1895.
- N. 1.968 — MARINHA — Decreto de 15 de fevereiro de 1895 — Crea o Corpo de Infantaria de Marinha em substituição do Batalhão Naval.
- N. 1.969 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de fevereiro de 1895 — Supprime o consulado em Argel.
- N. 1.970 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de fevereiro de 1895 — Publica a adesão da Halifax and Bermudes Cable Company" á Convenção Internacional Telegraphica.
- N. 1.971 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de fevereiro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 122:493\$750 para o custeio do presidio de Fernando de Noronha durante o primeiro semestre do corrente anno.
- N. 1.972 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de fevereiro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito suplementar á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1894, na importancia de 250:000\$000.
- N. 1.973 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de fevereiro de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercio Nacional.
- N. 1.974 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de fevereiro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do servico activo na comarca de Caratinga, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.975 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de fevereiro de 1895 — Crea os tres logares de supplentes do substituto do juiz seccional de S. Paulo, na circumscripção de Santos.
- N. 1.976 — FAZENDA — Decreto de 25 de fevereiro de 1895 — Autoriza o ministro da Fazenda a contrahir um emprestimo, na importancia liquida de 100.000:000\$, emitindo para esse fim apolices do valor nominal de 1:000\$ e juros de 5 % ao anno.
- N. 1.977 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de fevereiro de 1895 — Supprime o consulado em Nova Orleans.
- N. 1.978 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de fevereiro de 1895 — Regula a execução do art. 4º do decreto n. 226, de 30 de novembro de 1894.
- N. 1.979 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de fevereiro de 1895 — Concede autorização á Companhia Magdeburgo, successora da "Hamburg Magdeburgo", para funcionar.
- N. 1.980 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de fevereiro de 1895 — Declara caducas as concessões de engenhos centraes feitas pelos decretos 116, de 13 de dezembro de 1890, n. 117, de 4 de abril de 1891, n. 160, de 24 de abril de 1891, e n. 175, de 25 de abril de 1891.
- N.1.980 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1895 — Crea novos corpos de guardas nacionaes na capital do Estado de Goyaz.

- N. 1.981 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de março de 1895 — Proroga até 31 de maio de 1895 o prazo marcado á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para o início das obras do porto da Laguna.
- N. 1.982 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de março de 1895 — Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 10.157, de 5 de janeiro de 1889, para as obras de melhoramento do porto de Pernambuco.
- N. 1.983 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de março de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia, Recifense de Panificação.
- N. 1.983 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1895 — Autoriza a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, cessionaria da Estrada de Ferro de Itararé a Cruz Alta e ramaes, para transferir á "Compagnie Chémins de Fer Sud-Ouést Bre-siliens" a parte de sua concessão, relativa ao trecho de Cruz Alta ao rio Uruguay e o ramal de Ijuhy Grande de Cruz Alta ao Povo Novo.
- N. 1.983 B — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1895 — Approva a planta da augmento de um armazem na estação de Campos, da Estrada de Ferro de Carangola.
- N. 1.984 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de março de 1895 — Approva os estatutos definitivos do ramal de Guarapuava, da Estrada de Ferro de Itararé a Cruz Alta, com 150km,300 de extensão.
- N. 1.985 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de março de 1895 — Fixa prazo aos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores, privados do emprego por sentença ou demittidos a arbitrio do Governo, para manter os direitos relativos ao respectivo montepio.
- N. 1.985 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de março de 1895 — Approva a revisão dos estudos da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim.
- N. 1.985 B — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de março de 1895 — Approva a modificação da clausula 28ª do contracto approved pelo decreto n. 857, de 13 de outubro de 1890 e declara sem effeito o decreto n. 1.815 A, de 27 de setembro de 1894.
- N. 1.986 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1895 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado do Maranhão.
- N. 1.987 — FAZENDA — Decreto de 14 de março de 1895 — Providencia sobre o resgate do papel-moeda.
- N. 1.988 — MARINHA — Decreto de 14 de março de 1895 — Adopta as modificações propostas pelo governo de S. M. Britannica ás regras estabelecidas na Conferencia Maritima Internacional de Washington para evitar abalroamentos no mar.
- N. 1.989 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 1.990 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de março de 1895 — Abre ao Ministerio das Relações Exte-

- riores um credito extraordinario de 1.500\$000\$, destinado ao pagamento de reclamações tratadas por via diplomaticas.
- N. 1.991 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de março de 1895 — Approva as novas instrucções regulamentares e tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias, na Estrada de Ferro do Paraná.
- N. 1.992 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1895 — Eleva á categoria de regimento de cavallaria, com quatro esquadrões, o 2º esquadrão avulso da guarda nacional do município de Bezerras, no Estado de Pernambuco.
- N. 1.993 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de março de 1895 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Rio das Velhas, no Estado de Minas Geraes.
- N. 1.994 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de março de 1895 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca da capital do Estado de Minas Geraes.
- N. 1.995 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de março de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pirajú, no Estado de S. Paulo.
- N. 1.996 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de março de 1895 — Approva a planta e orçamento para as obras de augmento da estação de Entroncamento, da Estrada de Ferro da Parahyba a Cabedello, da Companhia Estrada de Ferro Conde d'Eu.
- N. 1.997 — FAZENDA — Decreto de 28 de março de 1895 — Equipara aos extinctos os empregados da Alfandega de Juiz de Fóra, cujas nomeações são nesta data annulladas, e que anteriormente pertenciam ao quadro da Fazenda.
- N. 1.998 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1895 — Transfere á Empresa Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul a concessão constante do decreto n. 9.244, de 19 de julho de 1884, para exploração de linhas telegraphicas no Estado da Bahia.
- N. 1.999 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de abril de 1895 — Autoriza a novação dos contractos da "S. Paulo Railway Company, Limited".
- N. 2.000 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de abril de 1895 — Concede a Richard J. Reidey autorização para estabelecer communicação telegraphica, por meio de um cabo sub-fluvial, entre as capitães dos Estados do Pará e Amazonas.
- N. 2.2001 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de abril de 1895 — Approva a revisão dos estudos da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim, desde a estação de D. America até a do Mimoso.
- N. 2.002 — FAZENDA — Decreto de 8 de abril de 1895 — Concede ao "British Bank of South America, Limited", autorização para estabelecer uma caixa-filial na cidade de S. Salvador, no Estado da Bahia.
- N. 2.003 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de

- 15 de abril de 1895 — Extingue o commando superior da guarda nacional da comarca de Antimary, no Estado do Amazonas.
- N. 2.004 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.005 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de abril de 1895 — Determina que os vapores da linha costeira subvencionada de Santa Catharina fagam mensalmente tres viagens aos portos do Norte e Sul daquelle Estado.
- N. 2.006 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de abril de 1895 — Publica a adhesão da Republica de Nicaragua á Convenção Postal Universal concluida em Vienna.
- N. 2.007 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1895 — Concede autorização á sociedade anonyma "Compagnie des Produits Cíbils" para funcionar no Brasil.
- N. 2.008 — FAZENDA — Decreto de 18 de abril de 1895 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de \$:825\$840 para effectuar o pagamento dos vencimentos do inspector geral de saude dos portos aposentado Dr. Antonio Marques Pinheiro.
- N. 2.009 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de abril de 1895 — Concede ao Instituto Henrique Kopke as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 2.010 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de abril de 1895 — Declara caduca a concessimento de um engenho central, com garantia de juros, no municipio de Magé.
- N. 2.011 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de abril de 1895 — Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado do Rio de Janeiro.
- N. 2.012 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de abril de 1895 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 100:000\$, ao cambio do dia, para pagamento ao governo da Republica Oriental do Uruguay, como indemnização ás familias de dois cidadãos orientaes mortos por forças brasileiras na fronteira oriental.
- N. 2.013 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de abril de 1895 — Transfere o consulado em Odessa para S. Petersburgo.
- N. 2.014 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de abril de 1895 — Approva o projecto e orçamento de casas para residencia dos agentes da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim.
- N. 2.015. — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de abril de 1895 — Autoriza a celebração de contracto com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, em additamento ao de que trata o decreto n. 1.835, de 10 de outubro de 1894, e nos termos do art. 6º

- paragrapho 4º, n. 2, da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 2.015 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de abril de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.016 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de abril de 1895 — Altera a clausula 2ª das que acompanharam o decreto n. 1.790, de 3 de setembro de 1894.
- N. 2.017 — FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1895 — Concede ao Banco dos Funcionarios Publicos autorização para transferir á Sociedade de Credito Popular, estabelecida na capital do Estado do Pará, os direitos que lhe foram autorizados pelo decreto n. 771, de 20 de setembro de 1890.
- N. 2.018 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de abril de 1895 — Crea um commando superior de guardas nacionaes no municipio de Quipapá, no Estado de Pernambuco.
- N. 2.018 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de abril de 1895 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.
- N. 2.019 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1895 — Approva os estudos definitivos do ramal de Palmares, e da Estrada de Ferro de Tamandaré a Barra.
- N. 2.020 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1895 — Approva provisoriamente as instrucções regulamentares e tarifas para vigorarem nas linhas ferreas de Tatuhy a Itararé e de Botucatu a Tibagy, da Companhia União Sorocabana e Ituana, bem assim as bases para applicação de tarifas moveis.
- N. 2.021 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1895 — Approva os estatutos do Banco de Credito Commercial.
- N. 2.022 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1895 — Reorganiza a guarda nacional da comarca da Feira de Sant'Anna, no Estado da Bahia.
- N. 2.023 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Brejo Grande, no Estado da Bahia.
- N. 2.024 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.
- N. 2.025 — (Com este numero não foi publicado acta algum.)
- N. 2.026 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1895 — Supprime o consulado em Malaga.
- N. 2.027 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1895 — Supprime o consulado em Macão.
- N. 2.028 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de maio de 1895 — Approva o programma do Curso Superior de Agronomia, annexo á actual Escola Pratica de Agricultura e Viticultura, de Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul.

- N. 2.029 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de maio de 1895 — Crea os logares de supplentes de substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado de Pernambuco.
- N. 2.029 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de maio de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria na 2ª brigada da guarda nacional, no Estado do Espirito Santo.
- N. 2.029 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de maio de 1895 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Jahú, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.029 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de maio de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes no Estado do Espirito Santo.
- N. 2.029 D — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de junho de 1895 — Crea mais dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes, sendo um do serviço activo e outro da reserva, na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.
- N.2.030 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de junho de 1895 — Fixa, provisoriamente, o capital correspondente á 4ª secção dos prolongamentos da Estrada de Ferro do Paraná — Lapa ao Rio Negro.
- N. 2.031 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1895 — Approva as plantas e orgamento para modificações no edificio da estação de Curitiba e dependencias da Estrada de Ferro do Paraná.
- N. 2.031 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Minas do Rio das Contas, no Estado da Bahia.
- N. 2.031B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1895 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Januaria (antiga de Itapiassaba), no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.031 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1895 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Franca, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.031 D — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca da capital do Estado de S. Paulo.
- N. 2.031 E — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1895 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Contendas, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.031 F — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1895 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Rio Novo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.032 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1895 — Autoriza a organização de mesas de exames geraes de preparatorios nos Estados, de accordo com as instruções annexas ao decreto n. 1.041, de 11 de setembro de 1892.

- N. 2.033 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1895 — Crea dois batalhões de guardas nacionaes, sendo um do serviço activo e outro da reserva, na comarca do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 2.034 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1895 — Determina que os funeraes do marechal Floriano Peixoto sejam feitos á custa da Republica.
- N. 2.035 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1895 — Approva os estudos e organimento das obras do ramal de Tapéra a Gloria do Goitá, na Estrada de Ferro Central de Pernambuco.
- N. 2.036 — MARINHA — Decreto de 4 de julho de 1895 — Manda adoptar novo plano de uniformes para o Corpo da Armada a classes annexas.
- N. 2.037 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1895 — Concede autorização a Manoel Vicente Ribeiro Junior e outros para organizarem uma companhia sob a denominação de — Agave Americano.
- N. 2.038 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo, um da reserva e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.038 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Itaguahy, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 2.038 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1895 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Alcoblaça, no Estado da Bahia.
- N. 2.038 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Urubú, no Estado da Bahia.
- N. 2.038 D — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1895 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Araguay, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.038 E — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Campo Bello, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.038 F — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1895 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia.
- N. 2.038 G — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1895 — Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão do serviço activo da guarda nacional das comarcas do Alto Paraguary Diamantino e Livramento, no Estado de Matto Grosso.
- N. 2.039 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1895 — Revalida a concessão da Estrada de Ferro da Tijuca.
- N. 2.040 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1895 — Concede novo prazo para

a celebração do contracto da "S. Paulo Railway Company, Limited".

- N. 2.041 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1895 — Approva a planta e orçamento da ponte a construir no kilometro 69.800 da linha principal da Estrada de Ferro Central da Bahia.
- N. 2.042 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1895 — Approva as novas bases de tarifas para vigorarem na Ferro-Carril de Santa Cruz a Itaguahy.
- N. 2.043 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1895 — Approva o regulamento para as partes em trafego e em construção da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguanayana.
- N. 2.044 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1895 — Approva provisoriamente as alterações ás tarifas approvadas pelo decreto n. 10.321, de 22 de dezembro de 1899, e com ellas as bases para a applicação de tarifas moveis na Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco.
- N. 2.044 A — FAZENDA — Decreto de 15 de julho de 1895 — Autoriza o ministro dos Negocios da Fazenda a contractar com os banqueiros N. M. de Rothschild and Sons, de Londres, um emprestimo de seis milhões esterlinos (£ 6.000.000).
- N. 2.044 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1895 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Apiahy, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.044 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1895 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio da Cachoeira, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.045 — GUERRA — Decreto de 18 de julho de 1895 — Altera o art. 57 do regulamento que baixou com o decreto n. 5.118, de 19 de outubro de 1872.
- N. 2.046 — FAZENDA — Decreto de 18 de julho de 1895 — Rescinde os contractos celebrados entre o ministro da Fazenda e o presidente do Estado de Minas Geraes para a cobrança pelas alfandegas da União dos impostos de exportação de generos de producção, manufactura e criação do mesmo Estado.
- N. 2.046 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1895 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Queluz, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.046 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1895 — Reorganiza a guarda nacional na comarca do Sorro, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.046 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.
- N. 2.047 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de julho de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, no corrente exercicio, um credito ex-

- traordinario de 6:000\$ para custeio de tres officinas do Instituto Benjamin Constant.
- N. 2.048 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 2.049 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1895 — Transfere para a Secretaria da Presidencia da Republica o serviço de classificação e numeração dos decretos dos poderes Legislativos e Executivo.
- N. 2.050 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de julho de 1895 — Approva os estudos e orgamento para obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, de Taquary a Porto Alegre.
- N. 2.051 — MARINHA — Decreto de 22 de julho de 1895 — Manda observar o plano de uniformes para os inferiores e praças do Corpo de Infantaria de Marinha.
- N. 2.052 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de julho de 1895 — Transfere ao cidadão Felisberto Ignacio da Cunha a concessão constante do decreto n. 9.244, de 19 de julho de 1884, para exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia.
- N. 2.053 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de julho de 1895 — Approva os estudos da linha entre Mulungú e Campina Grande, da Estrada de Ferro Central da Parahyba.
- N. 2.054 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de julho de 1895 — Autoriza a celebração de contracto com a "Amazon Steam Navigation Company, Lmted", para a navegação do rio Amazonas e outros, dos Estados do Amazonas e Pará.
- N. 2.055 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de julho de 1895 — Fixa definitivamente em 4.817:805\$ o capital correspondente a 160km,593,50 da linha de Santa Maria a Cruz Alta.
- N. 2.056 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1895 — Aposenta, nos termos do art. 8^o das disposições transitorias da Constituição Federal, os magistrados não aproveitados.
- N. 2.057 — GUERRA — Decreto de 27 de julho de 1895 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito supplementar de 5.074:417\$100, no corrente exercicio.
- N. 2.058 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Santa Luzia do Carangola, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.059 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1895 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 7:000\$, ao cambio de 27, para occorrer ás despesas necessarias com o consulado em Cayenna, creado pelo decreto legislativo n. 278, de 29 de julho de 1895.
- N. 2.060 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de julho de 1895 — Approva a planta e orgamento das obras para supprimento de agua potavel á estação e officinas de Ribeirão Vermelho, da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão.
- N. 2.061 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de

- 22 de julho de 1895 — Estabelece o distinctivo para Curso Odontológico.
- N. 2.062 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1895 — Abre o credito supplementar de 600:000\$ para occorrer ás despesas a fazer até o mez de setembro do presente exercício pela verba de n. 38 do art. 2.º da lei do orçamento vigente.
- N. 2.063 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1895 — Approva o projecto de transformação de uma casa de turma da Estrada de Ferro de Quarahim à Itaquí em escriptorio de desenho.
- N. 2.064 — MARINHA — Decreto de 2 de agosto de 1895 — Abre um credito supplementar ao Ministerio da Marinha, na importancia de 4.516:323\$080, para pagar as despesas já reconhecidas e excedentes ás consignações votadas na lei de orçamento n. 191 B, de 30 de setembro de 1895.
- N. 2.065 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1895 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de S. Francisco, no Estado da Bahia.
- N. 2.066 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1895 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de do Rio Grande, no Estado da Bahia.
- N. 2.067 — GUERRA — Decreto de 8 de agosto de 1895 — Supprime o lugar de astrônomo instructor do Observatorio do Rio de Janeiro.
- N. 2.068 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1895 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 138:000\$ para concluir, as obras do edificio destinado à Alfandega de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 2.069 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de agosto de 1895 — Abre, no corrente exercício, os creditos extraordinarios de 54:000\$, á verba n. 5, e de 60:000\$, á verba n. 7, do art. 2.º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 2.070 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de agosto de 1895 — Crea três logarés de supplentes do substituto do juiz seccional de Matto Grosso, em cada uma das circumscripções federaes em que fica dividido aquelle Estado.
- N. 2.071 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Coroatá, no Estado do Maranhão.
- N. 2.072 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1895 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.
- N. 2.073 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1895 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Petrolina, no Estado do Pernambuco.
- N. 2.074 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1895 — Publica a adhesão da Republica de Honduras á Convenção Postal Universal.
- N. 2.075 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de agosto de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Banha Rio-Grandense Alves.

- N. 2.076 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de agosto de 1895 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Grajahú, no Estado do Maranhão.
- N. 2.077 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1895 — Approva as plantas para modificação da estação do Mimoso e da ponte sobre o rio S. Pedro, da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim.
- N. 2.078 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1895 — Concede autorização á "The Rio de Janeiro Flour Mills and Granaries, Limited", para continuar a funcionar.
- N. 2.079 — FAZENDA — Decreto de 23 de agosto de 1895 — Equipara aos extintos os empregados da Alfandega de S. Paulo, cujas nomeações são nesta data annulladas, e que anteriormente pertenciam ao quadro de Fazenda, excepto os que fazem parte do pessoal da Delegacia Fiscal do referido Estado.
- N. 2.080 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Areia, no Estado da Bahia.
- N. 2.081 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1895 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Remanso, no Estado da Bahia.
- N. 2.082 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1895 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.
- N. 2.083 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca do Serro, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.084 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 119:319\$656 para o custeio do presidio de Fernando de Noronha, durante o segundo semestre do corrente anno.
- N. 2.085 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itú, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.086 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1895 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 3.341:816\$713 para pagar despesas da verba — Garantia de juros ás estradas de ferro, art. 6º da lei de orçamento de 1894.
- N. 2.087 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1895 — Approva provisoriamente as intrucções regulamentares e tarifas para vigerem nas linhas de Ribeirão Preto a Catalão e ramal de Poços de Caldas, da Estrada de Ferro Mogyana.
- N. 2.088 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1895 — Approva as modificações nas condições regulamentares, classificação geral de

mercadorias e tarifas em vigor na Estrada de Ferro de Santa Maria a Cruz Alta.

- N. 2.089 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1895 — Approva, com modificações, os estudos definitivos da 2ª secção da Estrada de Ferro de Victoria a Peçanha.
- N. 2.090 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1895 — Extingue diversas brigadas mixtas de guardas nacionaes no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 2.091 — MARINHA — Decreto de 13 de setembro de 1895 — Dá regulamento á lei n. 127, de 29 de novembro de 1892, que instituiu o montepio para os operarios dos arsenaes de marinha da Republica.
- N. 2.092 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado do Pará.
- N. 2.093 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia.
- N. 2.094 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1895 — Eleva á categoria de regimento o 3º esquadrão avulso da guarda nacional da comarca de União, no Estado do Piahy.
- N. 2.095 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1895 — Tranfere para o commando superior da guarda nacional na comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, a 11ª secção de batalhão da reserva, da mesma guarda, da comarca de Santa Victoria do Palmar, no referido Estado.
- N. 2.096 — GUERRA — Decreto de 17 de setembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito suplementar da quantia de 7.905:410\$565 para occorrer ás despesas com diversas rubricas, no exercicio de 1895.
- N. 2.097 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de setembro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia.
- N. 2.098 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de setembro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Chaves, no Estado do Pará.
- N. 2.099 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de setembro de 1895 — Proroga o prazo estatuido para a construcção de um aterro e augmento de um viaducto na Estrada de Ferro de Quarahim a Itaqui.
- N. 2.100 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1895 — Crea tres logares de suplentes de substituto do juiz seccional de Santa Catharina em cada uma das circumscripções federaes em que fica dividido aquelle Estado.
- N. 2.101 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1895 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. José do Paraíso, no Estado de Minas Geraes.

- N. 2.102 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 23 de setembro de 1895 — Publica a adesão da Republica do Salvador ao accôrdo relativo á intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e publicações periódicas.
- N. 2.103 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 23 de setembro de 1895 — Approva os estudos definitivos da variante entre os kilometros 167 -|- 345 e 232 -|- 410, da Estrada de Ferro de Barra Mansa á Catalão.
- N. 2.104 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 23 de setembro de 1895 — Proroga, por mais cinco mezes, o prazo concedido ao engenheiro Guilherme de Capanema para medir e demarcar datas mineraes nos Estados do Pará e Maranhão.
- N. 2.105 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 23 de setembro de 1895 — Proroga por tres annos o prazo fixado no decreto n. 1.079, de 28 de novembro de 1890, para a Companhia Melhoramentos da Lagôa e Botafogo terminar as obras de saneamento da lagôa Rodrigo de Freitas.
- N. 2.106 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 26 de setembro de 1895 — Publica a adesão do governo do Reino da Servia ao accôrdo de Vienna relativo ao serviço de vales postaes.
- N. 2.107 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de setembro de 1895 — Approva com modificações os estudos definitivos do prolongamento até ao ramal do Rio de Contas, e do ramal em direcção ás terras de Oróbó, do Sitio Novo ao Mundo Novo, da Estrada de Ferro Central da Bahia, bem assim as tabellas de preços, e dá outras providencias.
- N. 2.108 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de setembro de 1895 — Concede ao cidadão Orozimbo Muniz Barreto autorização para ligar os Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes por meio de uma linha telephonica.
- N. 2.109 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de setembro de 1895 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Bom Conselho, no Estado da Bahia.
- N. 2.110 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de setembro de 1895 — Dá nova organização á guarda nacional da capital do Estado da Bahia.
- N. 2.111 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de setembro de 1895 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Queluz, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.112 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de setembro de 1895 — Crea um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na comarca de Camaragibe, no Estado das Alagoas.
- N. 2.113 — **FAZENDA** — Decreto de 30 de setembro de 1895 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito supplementar de 1.700:000\$ á verba — Reposições e restituções — do exercicio vigente, art. 7º n. 79 da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 2.114 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — De-

- creto de 30 de setembro de 1895 — Rectifica a extensão da linha de Santa Maria a Cruz Alta, indicada no decreto n. 2.055, de 25 de julho do corrente anno, e bem assim altera o respectivo capital definitivo.
- N. 2.115 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de setembro de 1895 — Concede autorização á sociedade em commandita por acções — Cervejaria Brahma-George Maschke & C., para funcionar.
- N. 2.116 — MARINHA. — Decreto de 30 de setembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Marinha, no exercicio vigente, os creditos extraordinario de 381:000\$, para dar execução ao § 10 do art. 2º da lei n. 242, de 13 de dezembro de 1894, e de 1.883:575\$080, para pagamento de fretes e reparo dos vapores "Santos", "S. Salvador" e "Italpá", armados em cruzadores para attender ás necessidades do serviço publico durante a revolta de 6 de setembro de 1893.
- N. 2.117 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito suplementar de 117:000\$, sendo 52:000\$ á verba — Secretaria do Senado, e 65:000\$, á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 2.118 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito suplementar de 1.301:595\$, sendo 297:745\$, á verba — Subsídio dos senadores, e 1.004:550\$, á verba — Subsídio dos deputados.
- N. 2.119 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de outubro de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assú.
- N. 2.120 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de outubro de 1895 — Autoriza a celebração de contracto com a Companhia de Navegação a Vapor das Lagoas Norte e Manguaba para o serviço dessa navegação no Estado das Alagoas.
- N. 2.121 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de outubro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bomfim, no Estado da Bahia.
- N. 2.122 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de outubro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca do Rio Grande, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.123 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1895 — Publica a adhesão do governo do Paraguay á Convencão Postal Universal.
- N. 2.124 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1895 — Altera a classificação das tarifas da Estrada de Ferro Conde d'Eu.
- N. 2.125 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1895 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 898:486\$840 para pagamento do excesso das despesas com o serviço de colonização no Estado do Rio Grande do Sul, no exercicio de 1893.

- N. 2.126 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1895 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 53:364\$190, para pagamento das despesas realizadas com o funeral do marechal Floriano Peixoto.
- N. 2.127 — MARINHA — Decreto de 10 de outubro de 1895 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 830:800\$, supplemmentar á verba — Obras, do orçamento em vigor, para occorrer á construcção de um quartel para o Batalhão de Infantaria de Marinha, aos reparos indispensaveis a diversos proprios nacionaes na Ilha das Cobras e á fabricação de uma porta-caixão para o dique Guanabara.
- N. 2.128 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de S. Simão, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.129 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de outubro de 1895 — Abre o credito supplemmentar de 44:826\$423 ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, no exercicio de 1894, para occorrer ao pagamento das despesas autorizadas pela lei n. 198, de 18 de julho de 1894.
- N. 2.130 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de outubro de 1895 — Approva a mudança de Botucatú, por ponto inicial a linha e Botucatú a Tibagy, para a estação do Capão Bonito.
- N. 2.131 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de outubro de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Nacional de Seguro Mutuo Contra o Fogo.
- N. 2.132 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de outubro de 1895 — Suspende a garantia de juros concedida á companhia " The North Brazilian Sugar Factories, Limited", para o estabelecimento de um engenho central no Estado de Pernambuco.
- N. 2.133 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de outubro de 1895 — Approva definitivamente alguma alterações nas tarifas da Estrada de Ferro do Paraná, approvadas por deceto n. 1.991, de 14 de março do corrente anno.
- N. 2.134 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1895 — Reorganiza a guarda nacional da comarca do Alto Rio Doce, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.135 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1895 — Crea mais um batalhão de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Januaria, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.136 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1895 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplemmentar de 28:000\$ para occorrer á despesa da rubrica n. 11 do art. 7º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894 — Caixa de Amortização.
- N. 2.137 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1895 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para occorrer ás despesas com o prolongamento da linha telegraphica pelo interior do Estado do Maranhão até á cidade de Palma, no de Goyaz.

- N. 2.138 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1895 — Abre ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito extraordinario de 300:000\$ para auxiliar o Estado de Goyaz.
- N. 2.139 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1895 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de S. José do Paraíso, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.140 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1895 — Approva, com restrições, os estudos definitivos dos primeiros 120 km, 200 da Estrada de Ferro de Nazareth ao Crato.
- N. 2.141 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 2.142 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1895 — Concede autorização ao engenheiro Joaquim Guilherme de Souza Leitão Maldonado, incorporador da sociedade anonyma denominada "Cooperativa Quatorze de Julho," para reformar os respectivos estatutos.
- N. 2.143 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Obidos, no Estado do Pará.
- N. 2.144 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1895 — Crea um batalhão de reserva de guardas nacionaes na comarca de Obidos, no Estado do Pará.
- N. 2.145 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Valença, no Estado da Bahia.
- N. 2.146 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1895 — Determina que os vencimentos do Corpo Diplomatico e Consular sejam pagos por mezes vencidos; que o dos empregados licenciados que vierem ao Brasil ou os que ahi ficam em commissão sejam pagos em moeda corrente do paiz e dispõe sobre os empregados nomeados ou removidos.
- N. 2.147 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1895 — Abre, no corrente exercicio, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito supplementar de 566:226\$610, destinado a diversas verbas do art. 2º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 2.148 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1895 — Crea um regimento de cavalaria de guardas nacionaes na comarca do Rosario, no Estado de Sergipe.
- N. 2.149 — MARINHA — Decreto de 31 de outubro de 1895 — Abre ao Ministerio da Marinha, no exercicio corrente, o credito supplementar de 3.221:549\$525, de conformidade com o art. 3º, n. 4, da lei n. 247, de 15 de dezembro de 1894.
- N. 2.150 — GUERRA — Decreto de 31 de outubro de 1895 — Abre ao Ministerio da Guerra, com applicação no exercicio corrente e no proximo futuro, o credito de 3.000:000\$,

- para restauração e melhoramento das fortalezas da República.
- N. 2.151 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 31 de outubro de 1895 — Abre ao Ministério Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 2.096:135\$872, para occorrer aos pagamentos das despesas realizadas e a realizar por conta da verba — Terras publicas e colonização.
- N. 2.152 — **FAZENDA** — Decreto de 31 de outubro de 1895 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 4.700:000\$, á verba — Exercícios findos, da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 2.153 — **FAZENDA** — Decreto de 1 de novembro de 1895 — Dá regulamento para boa execução da lei n. 294, de 5 de setembro, que dispõe sobre as companhias estrangeiros de seguro de vida que funcionam no territorio do Brail.
- N. 2.154 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 4 de novembro de 1895 — Eleva á categoria de regimento o 1º esquadrão avulso de cavallaria de guardas nacionaes do municipio de Agua Preta, no Estado de Pernambuco.
- N. 2.155 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 4 de novembro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Feira de Sant'Anna, no Estado da Bahia.
- N. 2.156 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 4 de novembro de 1895 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Carolina, no Estado do Maranhão.
- N. 2.157 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 4 de novembro de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia de Lactinios.
- N. 2.158 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 5 de novembro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia.
- N. 2.159 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 7 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 76:036\$ á verba n. 13 do art. 2º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894 — Policia do Districto Federal (Brigada Policial).
- N. 2.160 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de novembro de 1895 — Crea mais um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Abre Campo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.161 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de novembro de 1895 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Lavras Diamantinas, no Estado da Bahia.
- N. 2.162 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de novembro de 1895 — Approva o Regimento das custas judiciais da justiça local do Districto Federal.
- N. 2.163 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de

- 9 de novembro de 1895 — Promulga o regulamento da taxa judiciaria do Districto Federal.
- N. 2.164 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 12 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 1:500\$ á verba n. 1 do art. 3º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 2.165 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 14 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito supplementar de 577:125\$, sendo 127:575, á verba — Subsidio dos senadores, e 449:550\$, á verba — Subsidio dos deputados.
- N. 2.166 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 14 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito supplementar de 58:500\$, sendo 26:000, á verba — Secretaria do Senado, e 32:500\$, á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 2.167 — **MARINHA** — Decreto de 18 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 257:152\$513 para diversas despesas relativas á reorganização do Hospital de Marinha.
- N. 2.168 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 18 de novembro de 1895 — Altera as tarifas e classificação de mercadorias da Estrada de Ferro Central de Alagoas, approvadas pelo decreto n. 1.880, de 5 de novembro de 1894.
- N. 2.169 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 21 de novembro de 1895 — Applica ás successões de cidadãos suíço as disposições do decreto n. 855, de 8 de novembro de 1895, a que se refere o seu art. 24.
- N. 2.170 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de novembro de 1895 — Confirma no posto de major da Brigada Policial desta Capital o auxiliar technico do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.
- N. 2.171 — **FAZENDA** — Decreto de 21 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito supplementar de 4:571\$428, á verba — Exercícios findos, para effectuar o pagamento do ordenado do juiz de direito, bacharel Augusto Carlos de Amorim Garcia.
- N. 2.172 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de novembro de 1895 — Approva as instrucções para os exames geraes de preparatorios na Capital Federal.
- N. 2.173 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de novembro de 1895 — Dá instrucções para os exames geraes de preparatorios nos Estados.
- N. 2.174 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 25 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 819:000\$ á verba n. 4 do art. 6º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 2.175 — **INDUSTRIA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 25 de novembro de 1895 — Approva as bases para

- a applicação da tarifa movel na Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé.
- N. 2.176 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, no actual exercicio o credito extraordinario de 9:873\$700, destinado ao resgate dos compromissos da commissão examinadora da escripturação da Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro, ao proprio nacional Fazenda de Ariró e ao Laboratorio de Biologia.
- N. 2.177 — MARINHA — Decreto de 25 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 7.616:993\$250 ao art. 4º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 2.178 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 76:000\$ para pagamento, até o fim do actual exercicio, do pessoal e material da Colonia Correccional dos Dois Rios.
- N. 2.179 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de dezembro de 1895 — Approva a planta e orçamento para construcção de uma casa de residencia do mestre da linha em Pombal, na Estrada de Ferro Central da Bahia.
- N. 2.180 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de dezembro de 1895 — Concede autorização a "Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens" para continuar a funcionar.
- N. 2.181 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de dezembro de 1895 — Approva a planta e orçamento para construcção de um pontilhão nas proximidades do kilometro 46 - 400 da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé.
- N. 2.182 — GUERRA — Decreto de 2 de dezembro de 1895 — Altera o art. 340 do regulamento dos arsenaes de guerra.
- N. 2.183 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 2.184 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de dezembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, o credito supplementar de 108:713\$995, á verba n. 15, art. 6º, da lei de orçamento n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, para ser applicado ás obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.
- N. 2.185 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1895 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco Hypothecario do Brasil.
- N. 2.186 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo da reserva de guardas nacionaes na comarca de Miragogipe, no Estado da Bahia.
- N. 2.187 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1895 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Villa Bella, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.188 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1895 — Supprime o consulado de Helsingfors.

- N. 2.189 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1895 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Santa Luzia do Carangola, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 2.190 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1895 — Eleva á categoria de batalhão e a regimento a 31ª secção de batalhão do serviço da reserva e o 13º esquadrão avulso da guarda nacional da comarca de Macahubas, no Estado da Bahia.
- N. 2.191 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1895 — Approva as bases de tarifas moveis para o transporte de mercadorias na Estrada Ferro Central de Macahé.
- N. 2.192 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1895 — Concede autorização a companhia "The Amazon Telegraph Company, Limited", para funcionar.
- N. 2.193 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1895 — Autoriza o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas a revalidar o termo de transferencia de 31 de margo de 1891.
- N. 2.194 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1895 — Estabelece regras para a execução do art. 3º da lei n. 302, de 8 de novembro de 1895.
- N. 2.195 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1895 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Cachoeira, e annexa-o ao da de S. Felix, ambos no Estado da Bahia.
- N. 2.196 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1895 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Cachoeira, no Estado da Bahia.
- N. 2.197 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1895 — Crea mais um batalhão de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Pirassinunga, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.198 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1895 — Crea mais um batalhão de guardas nacionaes no municipio de Nazareth, no Estado de Pernambuco.
- N. 2.199 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$, á verba — Subsídio dos senadores, e 447:000\$, á verba — Subsídio dos deputados.
- N. 2.200 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito suplementar de 58:500\$, sendo 26:000\$, á verba Secretaria do Senado, e 32:500\$, á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 2.201 — GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Guerra creditos parciaes até 14.000:000\$, para occorrer ás despesas extraordinarias

- com o exercito e corpos patrioticos no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 2.202 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 26 de dezembro de 1895 — Fixa a séde da legação na Colombia e Equador.
- N. 2.203 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de dezembro de 1895 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Batataes, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.204 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 30 de dezembro de 1895 — Publica a adhesão dos protectorados britannicos de Zanzibar e da Africa Oriental á Convenção Postal Universal.
- N. 2.205 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de dezembro de 1895 — Concede ao Instituto Benjamin Constant, do Estado de Pernambuco, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 2.206 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de dezembro de 1895 — Extingue o hospital de isolamento da ilha de Santa Barbara e dá outras providencias.
- N. 2.207 — **MARINHA** — Decreto de 30 de dezembro de 1895 — Dá nova organização á Brigada de Artifices Militares.
- N. 2.208 — **MARINHA** — Decreto de 30 de dezembro de 1895 — Reorganiza as escolas de machinistas navaes da Republica dos Estados Unidos do Brasil.
- N. 2.209 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 30 de dezembro de 1895 — Autoriza a Companhia Estrada de Ferro Central Alagoana a construir a estação de Atalaya, em local differente do que se achá designado nos estudos approvados.
- N. 2.210 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 31 de dezembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores um credito supplementar á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1895, na importancia de 420:000\$000.

1896

- N. 2.211 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de janeiro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito extraordinario de 800:000\$ para as despesas com o Lazareto de Tamandaré.
- N. 2.212 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de janeiro de 1896 — Eleva de 50 a 100 réis os emolumentos que percebem o presidente e os deputados da Junta Commercial do Districto Federal, pela rubrica em livros commerciaes, e de 1\$ a 2\$ os dos officios do secretario da mesma junta.
- N. 2.213 — **GUERRA** — Decreto de 9 de janeiro de 1896 — Approva o regulamento para o serviço de fornecimento de viveres e forragens aos corpos do Exército.
- N. 2.214 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 9 de janeiro de 1896 — Concede autorização a Roberto J. Kinsman Benjamin, para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Sociedade Cooperativa Nacional.

- N. 2.215 — MARINHA — Decreto de 13 de janeiro de 1896 — Approva a tabella de vencimentos dos officiaes marinheiros e equipados, para execução da lei n. 304, de 10 de outubro de 1895.
- N. 2.216 — FAZENDA — Decreto de 16 de janeiro de 1896 — Da novo regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo e seus preparados.
- N. 2.217 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de janeiro de 1896 — Publica a adhesão do Reino da Servia ao acôrdo relativo á intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e publicações periodicas, concluido em Vienna a 4 de julho de 1891.
- N. 2.218 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1896 — Proroga por dois annos o prazo concedido á "Ceará Harbour Corporation" para a conclusão das obras do porto da Fortaleza.
- N. 2.219 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de janeiro de 1896 — Estabelece o formato, valores e signaes característicos do sello da taxa judiciaria do Districto Federal, creado pelo decreto legislativo n. 225, de 30 de novembro de 1894.
- N. 2.220 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de janeiro de 1896 — Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 2.221 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de janeiro de 1896 — Approva os estatutos da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.
- N. 2.222 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de janeiro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 30:780\$438 á verba — Justiça do Districto Federal (Côrte de Appellação), do actual exercicio.
- N. 2.223 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de janeiro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 97:787\$596 á verba — Justiça Federal (Supremo Tribunal), do actual exercicio.
- N. 2.224 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de janeiro de 1896 — Approva o regulamento do Corpo de Bombeiros da Capital Federal.
- N. 2.225 — FAZENDA — Decreto de 30 de janeiro de 1896 — Designa as loterias que devem ser extrahidas em 1896.
- N. 2.226 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de fevereiro de 1896 — Approva os estatutos das faculdades de direito da Republica.
- N. 2.227 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de fevereiro de 1896 — Da providências sobre fabricas de assucar que não gosam de garantia de juros.
- N. 2.228 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de fevereiro de 1896 — Proroga até 31 de dezembro de 1896 o prazo concedido á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para iniciar as obras do porto de Jaraguá, no Estado de Alagoas.

- N. 2.229 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de fevereiro de 1896 — Proroga até 31 de dezembro o prazo concedido á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para iniciar as obras de melhoramento da barra e porto da Laguna, no Estado de Santa Catharina.
- N. 2.239 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de fevereiro de 1896 — Approva o regulamento dos Correios federaes.
- N. 2.231 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de fevereiro de 1896 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 500:000\$, para favorecer a civilização dos selvicolas nos Estados do Pará e Amazonas e fundar colonias nas fronteiras, mandando pelo mesmo credito construir linhas telegraphicas em estradas que facilitem as communicações para essas colontas.
- N. 2.232 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de fevereiro de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.122:641\$, para custear o serviço de introdução de immigrants e despesas inherentes durante o primeiro trimestre do actual exercicio.
- N. 2.233 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de fevereiro de 1896 — Altera a condição 4^a da clausula 21^a do decreto n. 1.791, de 4 de setembro de 1894.
- N. 2.234 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de fevereiro de 1896 — Approva o plano para os uniformes do Corpo de Bombeiros do Districto Federal.
- N. 2.235 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de fevereiro de 1896 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Belém do Descalvado, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.236 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de fevereiro de 1896 — Reorganiza a guarda nacional da comarca do Bomfim, no Estado da Bahia.
- N. 2.237 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1896 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, na comarca de Rio Bagagem, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.238 — GUERRA — Decreto de 5 de março de 1896 — Crea duas officinas no Arsenal de Guerra de Matto Grosso.
- N. 2.239 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de março de 1896 — Approva os estudos e orgamento para a construcção do ramal ferreo ligando a estação maritima da Gambôa ás linhas geraes da Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 2.240 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de março de 1896 — Approva as plantas para construição de uma estação no lugar denominado Capão Bonito, da Estrada de Ferro Sorocabana e Ituana.
- N. 2.241 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de março de 1896 — Substitue os arts. 16, 17, 18, 24, 26,

- 27 e 28 do regulamento aprovado pelo decreto n. 1.876, de 5 de novembro de 1894.
- N. 2.242 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 16 de março de 1896 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 32:000\$ para pagamento da diferença de subvenção á Companhia de Navegação do Maranhão, elevada a 200:000\$, no exercicio de 1895.
- N. 2.243 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 19 de março de 1896 — Rectifica a publicação do decreto legislativo n. 79, de 23 de agosto de 1892, feita na respectiva collecção de leis e decretos.
- N. 2.244 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 19 de março de 1896 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Sarapuhy, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.245 — **FAZENDA** — Decreto de 23 de março de 1896 — Approva, com alterações, os estatutos da sociedade de seguros mutuos obre a vida, "Equitativa dos Estados Unidos do Brasil" e autoriza a mesma a funcionar.
- N. 2.246 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 23 de março de 1896 — Publica a adhesão do governo portuguez á Convenção Telegraphica Internacional de S. Petersburgo, de 22 de junho de 1895, quanto ás suas colonias.
- N. 2.247 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de março de 1896 — Approva o regulamento da Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 2.248 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 28 de março de 1896 — Eleva a seis companhias o 141º batalhão de infantaria da guarda nacional da comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.
- N. 2.249 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 30 de março de 1896 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o credito supplementar de 8:935\$478, ao cambio de 27, para as despesas da rubrica — Extraordinarias do exterior, no exercicio de 1895.
- N. 2.250 — **FAZENDA** — Decreto de 30 de março de 1896 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito supplementar de 279:747\$960 á verba — Juros dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro, para attender ao pagamento de despesas da referida verba relativas ao segundo semestre do exercicio de 1895.
- N. 2.251 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de abril de 1896 — Concede ao Gymnasio de S. Paulo as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 2.252 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de abril de 1896 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 102:599\$200, para o custeio do presidio de Fernando de Noronha durante o primeiro semestre do corrente anno.
- N. 2.253 — **FAZENDA** — Decreto de 6 de abril de 1896 — Da regulamento para a cobrança do imposto de consumo de bebidas fabricadas no paiz.
- N. 2.254 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de abril de 1896 — Con-
sente na mudança do nome do Banco de Credito Predial

- Urbano para o de Sociedade de Credito Urbano e approva as alterações feitas nos estatutos do mesmo banco.
- N. 2.255 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 9 de abril de 1896 — Publica a inclusão do territorio de Bechuana-land britannico. na União Postal Universal.
- N. 2.256 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 13 de abril de 1896 — Eleva a consulado o vice-consulado em Fiume.
- N. 2.257 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 13 de abril de 1896 — Commette ao archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores a guarda das estampilhas de emolumentos consulaes e dá instrucções para esse serviço.
- N. 2.258 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 13 de abril de 1896 — Approva, com modificações, os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Petrolina ao Piahy, do trecho comprehendido entre o Porto da Armação e o Sacco de S. Francisco, no Estado do Piahy.
- N. 2.259 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 16 de abril de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito supplementar á verba — Socorro publicos, do exercicio de 1896, na importancia de 500:000\$000.
- N. 2.260 — **FAZENDA** — Decreto de 16 de abril de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 43:983\$700 para concluir as obras do edificio destinado á Alfandega de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 2.261 — **FAZENDA** — Decreto de 20 de abril de 1896 — Mandá executar em todas as alfandegas e mesas de rendas habilitadas da Republica a nova tarifa e suas disposições preliminares.
- N. 2.262 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de abril de 1896 — Approva os desenhos dos typos de trilhos e accessorios que devem ser empregados na Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, nas renovações da actual linha e na via permanente da nova linha.
- N. 2.263 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de abril de 1896 — Approva os projectos e orçamento para augmento de varios desvios, linhas telegraphicas e construção e dependencia, na Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.
- N. 2.264 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de abril de 1896 Approva os projectos e organamentos para augmento da estação de passageiros e o armazem de cargas de S. Bernardo, e construção de um armazem provisorio de cargas na estação de Agua Branca, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.
- N. 2.265 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de abril de 1896 — Approva o projecto e orçamento dos novos desvios a construir na estação de Pary, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.
- N. 2.266 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de abril de 1896 — Approva os projectos e organamentos para augmento de varios desvios nas estações de Cubatão, Pilar, Belém e Campo Limpo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.
- N. 2.267 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 23 de abril de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.148:683\$

para occorrer ás despesas da introdução, transporte e localização de imigrantes durante o segundo trimestre do actual exercicio.

- N. 2.268 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 27 de abril de 1896 — Publica a adhesão do governo francez á Convenção Telegraphica Internacional de S. Petersburgo, de 22 de julho de 1875, quanto á colonia da Nova Caledonia.
- N. 2.269 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 30 de abril de 1896 — Manda executar o tratado de commercio e navegação, celebrado entre o Brasil e a Republica do Perú, em 10 de outubro de 1891.
- N. 2.270 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 30 de abril de 1896 — Declara caduca a concessão constante do decreto n. 373, de 6 de junho de 1891, para a construção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Ouro Preto a Paganha.
- N. 2.271 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de maio de 1896 — Concede autorização á companhia "Chemins de Fer Orientaux du Brésil" para funcionar na Republica.
- N. 2.272 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de maio de 1896 — Concede autorização á Companhia Estrada de Ferro do Espirito Santo e Minas para funcionar na Republica.
- N. 2.273 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de maio de 1896 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Industrial da Ipuca.
- N. 2.274 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de maio de 1896 — Concede autorização á sociedade em commandita por accções Cervejaria Brahma-George Maschket & Comp., para reformar os seus estatutos.
- N. 2.275 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 4 de maio de 1896 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 89:484\$430 destinado ao pagamento de reclamações tratadas por via diplomatica.
- N. 2.276 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 7 de maio de 1896 — Approva a planta dos trabalhos da mina, adoptada pelo concessionario engenheiro Guilherme de Capanema, entre os rios Pariá e Gurupy, nos termos da clausula 4^a do decreto n. 10.284, de 30 de julho de 1889.
- N. 2.277 — **GUERRA** — Decreto de 7 de maio de 1896 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito suplementar da quantia de 7:200\$, ao § 2º — Supremo Tribunal Militar, do exercicio de 1896, para attender ao augmento de vencimentos aos juizes togados do referido tribunal.
- N. 2.278 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 11 de maio de 1896 — Crea um consulado na Republica de Nicaragua.
- N. 2.279 — **FAZENDA** — Decreto de 14 de maio de 1896 — Manda fazer algumas rectificações na tarifa das alfandegas.
- N. 2.280 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 14 de maio de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 386:593\$333, para occorrer ás despesas extraordinarias com as hospedarias de imigrantes de Pinheiro e da Ilha das Flores, durante o corrente exercicio.
- N. 2.281 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — De-

- creto de 14 de maio de 1896 — Concede autorização á companhia "Minas and Goyaz, Limited", para funcção na Republica.
- N. 2.282 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 18 de maio de 1896 — Crea um consulado na Republica de S. Salvador.
- N. 2.283 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 25 de maio de 1896 — Estabelece dois vice-consulados no Perú, fixando as sedes, e applica-lhes as disposições dos arts. 2º, 3º e 4º do decreto n. 2.194, de 16 de dezembro de 1895.
- N. 2.284 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 25 de maio de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 6:333\$310, para pagamento do pessoal do expediente da Delegacia de Terras e Colonização, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.285 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 25 de maio de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 115:100\$ para occorrer ás despesas da verba — Agencia Central de Imмиграção, do n. 3 do art. 6º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.
- N. 2.286 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 28 de maio de 1896 — Declara que as percentagens do regulamento de 15 de junho de 1859, relativas aos curadores, deverão ser cobradas e escripturadas como renda dos consulados brasileiros, quando os respectivos consules exercerem funcção identica á dos mesmos curadores.
- N. 2.287 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de maio de 1896 — Approva a tabella de preços complementares aos orçamentos approvados pelos decretos ns. 32 e 874, de 3 de dezembro de 1889, e 18 de outubro de 1890, e bem assim os projectos e orçamentos de edificios e obras diversas das linhas de Tatuhy a Itararé e Botucatu a Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana.
- N. 2.288 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de maio de 1896 — Approva os estudos, planos e orçamento das obras de melhoramento do porto da Victoria, no Estado do Espirito Santo.
- N. 2.289 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de maio de 1896 — Approva os projectos e orçamento para as installações telegraphicas e semaphoricas em diversas estações da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.
- N. 2.290 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de maio de 1896 — Approva os projectos e orçamentos para construcção de varios desvios nas estações de Campo Grande e Jundiáhy e outras despesas da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.
- N. 2.291 — **FAZENDA** — Decreto de 28 de maio de 1896 — Approva, com alterações as instrucções de 10 de dezembro de 1895, expedidas pelo director de Rendas Publicas do Thesouro Federal sobre o serviço de descarga no porto de Santos e o encaminhamento das mercadorias para a Alfandega de S. Paulo, e dá outras providencias.
- N. 2.292 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 1 de junho de 1896 — Declara que os agentes consulares do Brasil em Portugal e nas colonias e os de Portugal no Brasil têm direito ás percentagens e taxas das tabellas dos respectivos

governos no processo de herança, segundo o decreto n. 855, de 8 de novembro de 1851.

- N. 2.293 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de junho de 1896 — Abre á verba — Exercícios findos, do corrente exercício, um credito supplementar de 21:084\$366, para occorrer ás despesas que foram liquidadas com o serviço quarentenario de Santa Catharina, durante o anno de 1893.
- N. 2.294 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de junho de 1896 — Publica a adhesão do governo britannico á Convenção Telegraphica Internacional de S. Petersburgo pela colonia de Queensland (Australia).
- N. 2.295 — FAZENDA — Decreto de 11 de junho de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercício, o credito supplementar de 5:182\$737, á verba — Exercícios findos, para effectuar o pagamento do vencimento do lente da Faculdade de Direito do Recife, arcediago Dr. Luiz Francisco de Souza.
- N. 2.296 — FAZENDA — Decreto de 11 de junho de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercício, o credito supplementar de 9:301\$930, á verba — Exercícios findos, para effectuar o pagamento do vencimento do lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos.
- N. 2.297 — MARINHA — Decreto de 18 de junho de 1896 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 25:000\$ para despendar com o estabelecimento de um pharol de 5ª classe no porto de Macapá, no Estado do Pará.
- N. 2.298 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de junho de 1896 — Concede ao cidadão Orozimbo Muniz Barreto autorização para ligar a Capital Federal ás capitaes dos Estados do Espirito Santo, Bahia e Pernambuco, por meio de linhas ou cabos telephonicos.
- N. 2.299 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de junho de 1896 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercio Nacional.
- N. 2.300 — FAZENDA — Decreto de 22 de junho de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 128:828\$500, á verba 32ª do art. 1º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894, para occorrer ás despesas com o fabrico de moedas de nickel e bronze.
- N. 2.301 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1896 — Concede ao Lyceu Parahybano as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 2.302 — FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 200:000\$ para completar o auxilio concedido ao Estado da Parahyba pela lei n. 120, de 8 de novembro de 1892.
- N. 2.303 — FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 600:000\$ á verba — Exercícios findos, do corrente exercício, para attender ao pagamento das despesas relativas ás aposentadorias, pensões, ordenados, soldos e outros vencimentos marcados em lei.

- N. 2.304 — FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1896 —
 Approva o regulamento da navegação de cabotagem.
- N. 2.305 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de julho de 1896 — Approva o projecto e organamento para installação de guindastes moveis nas casas de machinas fixas dos planos inclinados, ns. 1 e 4, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.
- N. 2.306 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de julho de 1896 — Approva o projecto e organamento para construcção de um armazem provisório de cargas na estação de Ribeirão Pires, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.
- N. 2.307 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 2.308 — FAZENDA — Decreto de 13 de julho de 1896 — Providencia sobre o modo de pagar os juros das apolices do portador, emittidas em virtude do decreto n. 1.976, de 25 de fevereiro de 1895.
- N. 2.309 — FAZENDA — Decreto de 16 de julho de 1896 — Crea delegacias fiscaes nas capitães dos Estados do Pará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.
- N. 2.310 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de julho de 1896 — Crea um consulado na Palestina.
- N. 2.311 — GUERRA — Decreto de 20 de julho de 1896 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 2.220:000\$ para indemnizar prejuizos consequentes da revolta de uma parte da Armada Nacional.
- N. 2.312 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de julho de 1896 — Approva o projecto para modificação da linha entre as estacas 18 e 20, situadas no aterro denominado Rabicho, da Estrada de Ferro Barão de Araruama.
- N. 2.313 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de julho de 1896 — Approva as bases para organização das novas tarifas da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.
- N. 2.314 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de julho de 1896 — Proroga os prazos fixados para conclusão das obras da Estrada de Ferro da Tijuca.
- N. 2.315 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1896 — Abre á verba — Exercícios findos, do Ministerio da Fazenda, o credito de 350:000\$, para pagar a Galeano y Soto e outros, carregadores dos navios "Centaurus" e "Celina".
- N. 2.316 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1896 — Altera o numero e os vencimentos dos empregados das delegacias fiscaes de S. Paulo, Minas Geraes, Cuyabá, Curitiba, Theresina e Goyaz.
- N. 2.317 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de julho de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.501:070\$, para occorrer ás despesas da introdução, transporte e localização de immigrants durante o terceiro trimestre do actual exercicio.
- N. 2.318 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de

- 25 de julho de 1896 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Silveira, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.319 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 27 de julho de 1896 — Approva o projecto e orçamentos para mudança das officinas de Reis para Cabedello, no prolongamento da Estrada de Ferro da Parahyba a Alagoa Grande.
- N. 2.320 — **RELAÇÕES EXTERIORES e FAZENDA** — Decreto de 30 de julho de 1896 — Autoriza os inspectores das alfandegas e delegacias fiscaes a reconhecerem as firmas dos agentes consulares brasileiros, cobrando sello devido.
- N. 2.321 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 4 de agosto de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o creditog de 186:467\$680, supplementar, as diversas rubricas do art. 2º da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895.
- N. 2.322 — **FAZENDA** — Decreto de 6 de agosto de 1896 — Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado de Goyaz.
- N. 2.323 — **FAZENDA** — Decreto de 6 de agosto de 1896 — Approva os novos estatutos do Banco Hypothecario e Commercial do Maranhão.
- N. 2.324 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 6 de agosto de 1896 — Approva os projectos e orçamentos para construcção das estações de Ribeiro Pires, S. Caetano, Braz, Taipas, Perú e Juquery da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.
- N. 2.325 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 6 de agosto de 1896 — Approva os estudos definitivos do trecho comprehendido entre Ribeirão de Faria e a cidade de Peçanha, na extensão de de 93km.213, da Estrada de Ferro de Peçanha ao Araxá.
- N. 2.326 — **MARINHA** — Decreto de 10 de agosto de 1896 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 300:000\$ para acudir ás despesas com os estudos e acquisição de terrenos para mudança do Arsenal de Marinha da Capital Federal.
- N. 2.327 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 19 de agosto de 1896 — Publica a declaração do governo da China de que, tendo intenção de associar-se á União Postal Universal, admittirá, sem taxa supplementar, desde o dia 1 de janeiro de 1897, as correspondencias franqueadas com as taxas da União para determinadas localidades chinezas.
- N. 2.328 — **FAZENDA** — Decreto de 20 de agosto de 1896 — Approva o convenio celebrado em 17 de outubro de 1895 entre os Estados de Pernambuco e Alagoas para a boa fiscalização nas estações limitrophes dos referidos Estados.
- N. 2.329 — **FAZENDA** — Decreto de 20 de agosto de 1896 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo e Minas.
- N. 2.330 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de agosto de 1896 — Approva o projecto e orçamentos para construcção de um galpão e desvios no pateo das officinas, em S. Paulo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.

- N. 2.331 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1896 — Autoriza a construção de uma linha telegraphica entre os pontos extremos da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.
- N. 2.332 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1896 — Approva as plantas e orçamentos para instalação de um poste telegraphico e um desvio no kilometro 6 da Estrada de Ferro Minas e Rio.
- N. 2.333 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1896 — Approva o projecto e orçamentos para instalações telegraphicas em todas as estações da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy, para regularidade do movimento de trens.
- N. 2.334 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de agosto de 1896 — Approva o regulamento da Estrada de Ferro de S. Francisco.
- N. 2.335 — FAZENDA — Decreto de 3 de setembro de 1896 — Sujeita á jurisdicção da Alfandega de Florianópolis, no Estado de Santa Catharina, a Mesa de Rendas de Itaguahy, no mesmo Estado, e marca-lhe as respectivas attribuições.
- N. 2.336 — FAZENDA — Decreto de 3 de setembro de 1896 — Fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados da Alfandega de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 2.337 — FAZENDA — Decreto de 3 de setembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 300:000\$ para completar o auxilio concedido ao Estado do Piahy pela lei n. 120, de 8 de novembro de 1892.
- N. 2.338 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de setembro de 1896 — Approva os estudos definitivos e a tabella de preços para execução das obras de duplicação da linha ferrea de Santos a Jundiáhy, inclusive a dos planos inclinados, e dá outras providencias.
- N. 2.339 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1896 — Publica a adhesão da Noruega á Convenção Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras.
- N. 2.340 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de setembro de 1896 — Abre o credito de 8.500:000\$ ao Ministerio dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas.
- N. 2.341 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de setembro de 1896 — Declara caduca a concessão do privilegio para construção, uso e gozo do ramal ferreo de Cruzeiro a Santa Cruz, feita pelo decreto n. 436 E, de 4 de julho de 1891.
- N. 2.342 — MARINHA — Decreto de 17 de setembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 34:000\$, suplementar, á verba 17ª do art. 4º da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895.
- N. 2.343 — FAZENDA — Decreto de 21 de setembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 123:950\$ necessario para aquisição de moveis, trilhos,apparelhos, embarcações destinadas á Alfandega de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 2.344 — FAZENDA — Decreto de 21 de setembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 336:018\$428,

- supplementar, á verba 17ª do art. 7º da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895.
- N. 2.345 — FAZENDA — Decreto de 21 de setembro de 1896 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito supplementar de 5.522.847\$682 á verba — Reposições e restituições, para pagamento da divida da União para com o Estado de S. Paulo.
- N. 2.346 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1896 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 102:599\$200, para o custeio do presidio de Fernando de Noronha, durante o segundo semestre do corrente anno.
- N. 2.347 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1896 — Concede ao Gymnasio da Bahia ás vantagens de que gosa o Gymnasio Nacional.
- N. 2.348 — FAZENDA — Decreto de 24 de setembro de 1896 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito supplementar de 7:707\$ á verba — Alfandegas, do art. do 7º, n. 12, do orçamento de 1895, para occorrer ás despesas da Alfandega do Espirito Santo.
- N. 2.349 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 2.350 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de setembro de 1896 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Geral de Commercio e Industria.
- N. 2.351 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de setembro de 1896 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$, á verba — Secretaria do Senado, e 42:500\$, á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 2.352 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de setembro de 1896 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$, á verba — Subsídio dos senadores, e 477:000\$, á verba — Subsídio dos Deputados.
- N. 2.353 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 2.354 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1896 — Concede ao Lyceu Maranhense as vantagens de que gosa o Gymnasio Nacional.
- N. 2.355 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de outubro de 1896 — Autoriza a elevação até o maximo de £ 200.000, do capital fluctuante a que se refere a clausula 13ª do accôrdo celebrado a 6 de novembro de 1873, com a "S. Paulo Railway Company, Limited".
- N. 2.356 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de outubro de 1896 — Approva as despesas realizadas pela "S. Paulo Railway Company, Limited", com a Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy, de 1 de janeiro de 1892 a 16 de julho de 1896, na importância de £ 233.088-3-1.
- N. 2.357 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de outubro de 1896 — Concede autorização á "The National Brazilian Harbour Company, Limited", para funcionar na Republica.

- N. 2.358 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 5 de outubro de 1896 — Publica a adesão das colônias britânicas da Ascensão e de Santa Helena à Convenção Postal Universal.
- N. 2.359 — **FAZENDA** — Decreto de 8 de outubro de 1896 — Abre á verba — Exercícios findos, do orçamento vigente, e pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 649:644\$864, para pagamento da garantia de juros á Companhia União Sorocabana e Ituana, concessionaria das linhas ferreas de Botucatúa Tibagy e de Tatuhy a Itararé.
- N. 2.360 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 8 de outubro de 1896 — Altera as escalas das linhas de Macapá e Purús, da "Amazon Steam Navigatino Company".
- N. 2.361 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 8 de outubro de 1896 — Proroga por quatro annos o prazo fixado na clausula 4ª das que acompanham o decreto n. 436 F, de 4 de julho de 1891.
- N. 2.362 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 2.363 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 13 de outubro de 1896 — Crea um consulado na ilha de Jamaica.
- N. 2.364 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 19 de outubro de 1896 — Transfere á "The National Brazilian Harbour Company, Limited", a concessão constante do decreto n. 904, de 18 de outubro de 1890, relativa ás obras do porto de Jaraguá.
- N. 2.365 — **MARINHA** — Decreto de 22 de outubro de 1896 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 668:260\$, supplementar, a diversas rubricas do orçamento em vigor, para execução da lei n. 804, de 10 de outubro de 1895. O decreto n. 2.362 não foi publicado.
- N. 2.366 — **GUERRA** — Decreto de 22 de outubro de 1896 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 661:658\$842 para pagamento á companhia Lloyd Brasileiro por fretamento dos vapores "Tris" e "Aymoré".
- N. 2.367 — **GUERRA** — Decreto de 22 de outubro de 1896 — Altera o plano de uniformes mandado adoptar pelo decreto n. 1.729 A, de 11 de junho, modificado pelo de n. 1.834, de 4 de outubro de 1899.
- N. 2.368 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 22 de outubro de 1896 — Concede autorização á Societé Anonyme d'Exploitation aux Etats Unis do Brésil, des Brevets J. Reuse, para funcconar na Republica.
- N. 2.369 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 23 de outubro de 1896 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de S. Paulo do Muriaé, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.370 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 23 de outubro de 1896 — Reorganiza a guarda nacional do municipio de Nazareth, no Estado de Pernambuco.
- N. 2.371 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 23 de outubro de 1896 — Crea um commando superior de guardas nacionaes, no municipio da villa de Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão.
- N. 2.372 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de outubro de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, o credito de

1.324:436\$670, para occorrer ás despesas de introdução, transporte e localização de immigrants, durante o quarto trimestre do actual exercicio.

- N. 2.373 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$, á verba — Subsidio dos senadores, e 477:000\$, á verba — Subsidio dos deputados.
- N. 2.374 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça o Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$, á verba — Secretaria do Senado, e 42500\$, á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 2.375 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1896 — Approva, com modificação, os novos estatutos do Banco dos Funcionarios Publicos.
- N. 2.376 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1896 — Modifica as tarifas approvadas pelo decreto n. 1.831, de 7 de novembro de 1894, em vigor na Estrada de Ferro de Caxias a Caiazeiras.
- N. 2.377 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 23:592\$827, para pagamento das despesas feitas em execução das leis ns. 266, de 24 de dezembro de 1894, 348 de 9 e 360 de de 30 de dezembro de 1895.
- N. 2.378 — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 6.524:426\$606, supplementar á verba — Exercicios findos, do n. 32 do art. 7º da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, para pagamento de dividas de exercicios findos nos diversos ministerios.
- N. 2.379 — GUERRA — Decreto de 17 de novembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 2:693\$952 para occorrer ao pagamento das etapas a quem tem direito o capitão-tenente Tancredo de Castro Jauffret, como instructor do Collegio Militar, no exercicio corrente.
- N. 2.380 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de novembro de 1896 — Manda executar os protocollos ns. I e III, firmados na Conferencia de Madrid, em abril de 1891, para a protecção da propriedade industrial.
- N. 2.381 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1896 — Reorganiza a guarda nacional do Estado do Espirito Santo.
- N. 2.382 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1896 — Abre ao actual exercicio, no Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, o credito extraordinario de 200:000\$, para occorrer ás despesas com a continuação dos estudos da nova capital no Planalto Central.
- N. 2.383 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o

- credito suplementar de 40:640\$, sendo 17:973\$333, á verba — Secretaria do Senado, e 22:666\$667, á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 2.384 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito suplementar de 330:000\$, sendo 75:000\$, á verba — Subsidio dos senadores, e 254:400\$, á verba Subsidio dos deputados.
- N. 2.385 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1896 — Dá nova organização á guarda nacional da comarca de Cataguazés, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.386 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de novembro de 1896 — Autoriza, por excepção, a cobrança de fretes por distancias percorridas pelos trens, na Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, para o transporte das canns e lenhas destinadas á Usina Engenho d'Agua.
- N. 2.387 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de novembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 37:939\$975, para pagamento da indemnização ao Dr. José Antonio de Pinho Borges, de conformidade com a sentença do Supremo Tribunal Federal, de 25 de fevereiro de 1895.
- N. 2.388 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito especial de 3:440\$858, para pagamento dos vencimentos dos membros do Tribunal de Contas, desde 14 de outubro a 31 de dezembro deste anno.
- N. 2.389 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.115:208\$500, suplementar, á verba Exercícios findos, do orçamento em vigor, para pagamento de igual somma devida pela Estrada de Ferro de Baturité a Boris Frères, Guilherme Rocha & Comp. e Reinaldo Porto.
- N. 2.390 — GUERRA — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 2.500:280\$774, suplementar a diversas rubricas do art. 5º da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895.
- N. 2.391 — MARINHA — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 1.787:802\$270, suplementar a diversas rubricas do orçamento em vigor.
- N. 2.392 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Autoriza a transformação da sociedade anonyma Cooperativa Quatorze de Julho, em sociedade em commandita, por acções sob a firma Maldonado & Com.
- N. 2.393 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Altera o art. 11 das instruções regulamentares approvadas pelo decreto n. 9.028, de 29 de novembro de 1883.
- N. 2.394 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Concede autorização á

- "Société Anonyme Belge d'Industrie au Brésil" para funcionar na Republica.
- N. 2.395 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Concede autorização á "Manchester Fire Insurance Company" para funcionar.
- N. 2.396 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Concede autorização á companhia contra os riscos de transportes e accidentes de toda natureza "La Foncière" para funcionar.
- N. 2.397 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1896 — Manda executar o accôrdo firmado em 19 de novembro de 1896 com o ministro de Sua Magestade o Rei da Italia, sobre as reclamações italianas.
- N. 2.398 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de dezembro de 1896. — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 206:250\$, sendo 47:250\$ á verba — Subsidio dos senadores, e 17:000\$, á verba — Subsidio dos deputados.
- N. 2.399 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de dezembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 29:000\$, sendo 12:000\$, á verba — Secretaria do Senado, e 17:000\$, á verba Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 2.400. — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 2.401 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1896 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 4.000:000\$, em moeda nacional, para execução do accôrdo firmado em 19 de novembro proximo passado com o ministro de Sua Magestade o Rei da Italia, sobre reclamações italianas.
- N. 2.402 — MARINHA — Decreto de 10 de dezembro de 1896 — Aceita as modificações adoptadas pelo governo de Sua Magestade Britannica e o dos Estados Unidos da America, sobre as regras estabelecidas na Conferencia Maritima Internacional de Washington, para evitar abalroamentos no mar.
- N. 2.403 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1896 — Proroga, por quatro annos, o prazo fixado na clausula 3ª do decreto n. 155, de 18 de abril de 1891, para conclusão das obras da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo.
- N. 2.404 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 70:000\$, supplementar á verba n. 13 do art. 2º da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895.
- N. 2.405 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1896 — Regula a substituição dos bonus do Banco da Republica do Brasil por notas do Thesouro Nacional.
- N. 2.406 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1896 — Declara que a União assume a responsabilidade das emissões no Banco da Republica do Brasil.
- N. 2.407 — FAZENDA — Decreto de 19 de dezembro de 1896 —

- findos, para pagamento das etapas a que tem direito o credito supplementar de 1:074\$060, á verba — Exercícios findos, para pagamento das etapas a que têm direito o capitão-tenente Tancredo de Castro Jauffret.
- N. 2.408 — FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1896 — Institue uma comissão de cinco membros, sob a presidencia do presidente do Banco da Republica do Brasil, para apresentar um plano de revisão dos estatutos do mesmo banco e colligir esclarecimentos ácerca dos bens e propriedades do banco que possam ser uteis ao serviço publico.
- N. 2.409 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1896 — Approva o regulamento do Tribunal de Contas.
- N. 2.410 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1896 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores, o credito supplementar de 20:000\$, ao cambio de 27, para as despesas da rubrica — Extraordinarias no exterior, no exercício de 1896.
- N. 2.411 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1896 — Autoriza á Companhia Docas de Santos a fazer a dragagem e desobstrucção do porto de Santos, de conformidade com o disposto no art. 6º, § 11, da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.
- N. 2.412 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1896 — Providencia sobre o resgate do papel-moeda em circulação e sobre o serviço dos juros e amortização da divida externa.
- N. 2.413 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1896 — Estabelece as bases para o arrendamento das estradas de ferro pertencentes á União.
- N. 2.414 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 2.415 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1896 — Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado do Sergipe.
- N. 2.416 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1896 — Proroga até 31 de dezembro do corrente anno, o prazo fixado na clausula 2ª do decreto n. 10.153, de 5 de janeiro de 1889, para apresentação dos estudos definitivos da Estrada de Ferro de Victoria a Peganha.
- N. 2.417 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1896 — Manda observar na Estrada de Ferro Central do Brasil o regulamento modificado pela lei n. 424, de 10 de dezembro de 1896, e faz extensiva tal modificação ás demais estradas de ferro da União que lhes for applicavel.
- N. 2.418 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1896 — Modifica o regulamento sobre a venda de bilhetes de loterias estaduais no Districto Federal, mandado observar pelo decreto n. 1.941, de 17 de janeiro de 1895, e providencia sobre as loterias federaes, de accôrdo com os arts. 1º, n. 29, e 24 da lei n. 423, de 10 de dezembro de 1896.
- N. 2.419 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1896 — Transfere para o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o Observatorio do Rio de Janeiro.

- N. 2.420 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1896 — Approva o regulamento para a cobrança do imposto do consumo do fumo.
- N. 2.421 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1896 — Apprva o regulamento para a cobrança do imposto de consumo de bebidas alcoólicas.
- N. 2.422 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1896 — Approva os estudos definitivos da 2ª e 3ª secções da Estrada de Ferro de Vitoria a Peganha.

1897

- N. 2.423 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1897 — Concede á sociedade anonyma "Banque Française du Brésil", com séde em Paris, autorização para estabelecer uma caixa filial ou succursal nesta Capital e agencias nas cidades de Santos e S. Paulo.
- N. 2.424 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1897 — Providencia para a execução do n. 7, art. 6º, da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.
- N. 2.425 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1897 — Supprime a fiscalização dos engenhos centraes.
- N. 2.426 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1897 — Supprime a Agencia Central de Immigração.
- N. 2.427 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1897 — Transfere para a Directoria Geral da Industria os serviços actualmente a cargo da Agencia Central de Immigrantes.
- N. 2.428 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1897 — Approva os estudos definitivos do trecho comprehendido entre Morada Nova e S. Sebastião, na extensão total de 341.963 kilometros, da Estrada de Ferro de Araxá a Peganha.
- N. 2.429 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1897 — Concede autorização á "The Sant'Anna Gold Mining Company, Limited", sucessora da "The D. Pedro Gold Mining Company, Limited", para funcionar na Republica.
- N. 2.430 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1897 — Approva os estudos definitivos do trecho comprehendido entre Confusão e Morada Nova, na extensão total de 188km,522, da Estrada de Ferro de Araxá a Peganha.
- N. 2.431 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1897 — Crea uma delegacia especial do Ministerio da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 2.432 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1897 — Declara extincta a Colonia Correccional de Dois Rios e dá outras providencias.
- N. 2.433 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de janeiro de 1897 — Approva o novo

- projecto da estação de passageiros em S. Paulo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.
- N. 2.434 — **INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 12 de janeiro de 1897 — Approva o projecto e orçamento para construção de uma estação em Guayavira, do prolongamento da Estrada de Ferro do Paraná.
- N. 2.435 — **FAZENDA** — Decreto de 14 de janeiro de 1897 — Transfere o Hospital de S. Sebastião para a administração municipal.
- N. 2.436 — **FAZENDA** — Decreto de 14 de janeiro de 1897 — Declara transferido o Hospital de Santa Isabel para a jurisdição da Inspectoria Geral de Saude dos Portos.
- N. 2.437 — **MARINHA** — Decreto de 14 de janeiro de 1897 — Firma o direito dos officiaes da Armada, no exercicio do magisterio no Collegio Militar, ao abono de quantitativo para creado.
- N. 2.438 — **INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 15 de janeiro de 1897 — Autoriza a mudança de localidade das novas officinas e dependencias da linha ferrea de Santos a Jundiáhy.
- N. 2.439 — **INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 15 de janeiro de 1897 — Transfere para o Districto Federal as estradas Nova e Velha da Tijuca, da Gavea, do Jardim Botânico, de Santa Cruz e Pavuna.
- N. 2.440 — **INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 15 de janeiro de 1897 — Approva o projecto e orçamento para augmento do edificio da actual serra-ria em Cruzeiro, na Estrada de Ferro Minas e Rio.
- N. 2.441 — **INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 15 de janeiro de 1897 — Concede autorização a R. J. Kinsman Benjamin, incorporador, da sociedade anonyma denominada Sociedade Cooperativa Nacional, para reformar os respectivos estatutos.
- N. 2.442 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 24 de janeiro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores novo credito suplementar á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1896, na importância de 120.000\$000.
- N. 2.443 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 25 de janeiro de 1897 — Extingue o logar de official-maior da secretaria de policia da Capital Federal.
- N. 2.444 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de janeiro de 1897 — Reorganiza a guarda nacional do Estado do Espirito Santo.
- N. 2.445 — **INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 29 de janeiro de 1897 — Altera o art. 9º das instrucções regulamentares approvadas pelo decreto n. 8.069, de 3 de maio de 1881, em vigor na Estrada de Ferro Limoeiro.
- N. 2.446 — **INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 29 de janeiro de 1897 — Approva o orçamento e desenho dos trilhos-dormentes de aço e accessorios a empregar na via permanente da Estrada de Ferro Minas e Rio.

- N. 2.447 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de janeiro de 1897 — Extingue quatro logares de amanuense da Secretaria da Justiça e Negócios Interiores.
- N. 2.448 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de fevereiro de 1897 — Consolida as disposições relativas ao montepio dos funcionarios dos ex-ministerios da Justiça, Interior e da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos.
- N. 2.449 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de fevereiro de 1897 — Unifica os serviços de hygiene da União.
- N. 2.450 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de fevereiro de 1897 — Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 2.451 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de fevereiro de 1897 — Approva os projectos e orçamentos para construcção da ponte no kilometro 62 -|- 200 da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaqui.
- N. 2.452 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 1 de fevereiro de 1897 — Publica a adhesão do governo peruano ao accôrdo relativo ao serviço de vales postaes, concluido em Vienna, a 4 de julho de 1891.
- N. 2.453 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de fevereiro de 1897 — Approva as despesas realizadas pela "S. Paulo Railway Company, Limited" com a Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, de 17 de julho a 31 de dezembro de 1895, e no primeiro semestre de 1896, na importância de £ 101.333-2-4.
- N. 2.454 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de fevereiro de 1897 — Publica a adhesão do governo peruano á convenção relativa á permutação de encomendas postaes, concluida em Vienna, a 4 de julho de 1891.
- N. 2.455 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de fevereiro de 1897 — Approva os projectos e orçamentos para a construcção de uma estação e de uma quarta linha em Roca Nova, da "Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens".
- N. 2.456 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de fevereiro de 1897 — Approva as plantas e orçamentos das obras do prolongamento do caes de Santos, de Paquetá a Outeirinhos.
- N. 2.457 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de fevereiro de 1897 — Organiza a Assistencia Judiciaria, no Districto Federal.
- N. 2.458 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de fevereiro de 1897 — Approva o regulamento da Directoria de Saude Publica e a tabella de vencimentos do respectivo pessoal.
- N. 2.459 — FAZENDA — Decreto de 10 de fevereiro de 1897 — Faz diversas alterações no decreto n. 2.431, de 8 de janeiro de 1897, que creou a Delegacia Especial do Ministerio da Fazenda, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 2.460 — (Este decreto será publicado em collecção si o interessado pagar o imposto a que está sujeito.)

- N. 2.461 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 12 de fevereiro de 1897 — Approva o orgamento das pontes provisórias construídas ao longo do littoral do porto de Santos e o das obras accrescidas na casa de machinas do cães do mesmo porto.
- N. 2.462 — **FAZENDA** — Decreto de 15 de fevereiro de 1897 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 14.630:105\$ para indemnização aos bancos regionaes.
- N. 2.463 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 15 de fevereiro de 1897 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 66:084\$592, ao cambio de 27, para satisfazer saques indevidamente effectuados pelo ex-1º secretario da Legação em Buenos Aires, Joao Marques de Carvalho, sobre o Banco Italiano do Uruguay.
- N. 2.464 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 17 de fevereiro de 1897 — Consolida e completa as disposições regulamentares do decreto n. 1.030, na parte relativa ao pessoal da justiça local.
- N. 2.465 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 17 de fevereiro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 22:710\$, para despesas com os serviços do Hospital de S. Sebastião nos mezes de janeiro ultimo e fevereiro corrente.
- N. 2.466 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 17 de fevereiro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 51:299\$600 para occorrer ás despesas com o custeio do Presidio de Fernando de Noronha, no primeiro trimestre do corrente anno.
- N. 2.467 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 19 de fevereiro de 1897 — Dá novo regulamento para a Assistencia Medico-Legal a Alienados.
- N. 2.468 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de fevereiro de 1897 — Altera o plano de uniformes da guarda nacional da União.
- N. 2.469 — **FAZENDA** — Decreto de 4 de março de 1897 — Manda executar em todas as alfandegas e mesas de rendas habilitadas da Republica a nova tarifa e suas disposições preliminares.
- N. 2.470 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de março de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 30:000\$, para occorrer a uma parte das despesas com a organização dos serviços mencionados nos ns. 1 e 2 do art. 87 da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894.
- N. 2.471 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 8 de março de 1897 — Approva, com alteração, os estatutos da Empresa Industrial de Petroleo e autoriza a mesma a funcionar.
- N. 2.472 — **FAZENDA** — Decreto de 8 de março de 1897 — Approva com alterações os estatutos da sociedade de seguros mutuos denominada Proletaria.
- N. 2.473 — **MARINHA** — Decreto de 12 de março de 1897 — Declara que gosarão das vantagens do art. 3º da lei de 6 de novembro de 1827 as viúvas, filhos menores, filhas solteiras e mães dos officiaes fallecidos e que fallecerem

- 245, em consequencia das operações militares no Estado da Bahia.
- N. 2.474 — GUERRA — Decreto de 13 de março de 1897 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario da quantia de 2.000.000\$000.
- N. 2.475 — FAZENDA — Decreto de 13 de março de 1897 — Approva o regulamento dos corretores de fundos publicos da praça da Capital Federal.
- N. 2.476 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de março de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:998\$927 para despesas com o custeio do Pedagogium nos mezes de janeiro e fevereiro ultimos.
- N. 2.477 — FAZENDA — Decreto de 15 de março de 1897 — Approva com alterações, os estatutos da Sociedade de Seguros Mutuos Operaria.
- N. 2.478 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de março de 1897 — Proroga os prazos fixados para conclusão das obras da Estrada de Ferro da Tijuca.
- N. 2.479 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de março de 1897 — Concede autorização a R. J. Kinsman Benjamin, incorporador da sociedade anonyma denominada Sociedade Cooperativa Nacional, para reformar os respectivos estatutos.
- N. 2.480 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de março de 1897 — Rectifica erro de impressão do regulamento do Corpo de Bombeiros, no folheto que contém o respectivo decreto.
- N. 2.481 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de março de 1897 — Reorganiza a guarda nacional da comarca de Nictheroy, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 2.482 — FAZENDA — Decreto de 22 de março de 1897 — Altera em alguns pontos disposições do decreto n. 590, de 17 de outubro de 1891.
- N. 2.483 — FAZENDA — Decreto de 22 de março de 1897 — Approva com alterações os estatutos da Companhia de Seguros de Vida Auxiliadora.
- N. 2.484 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de março de 1897 — Reorganiza a guarda nacional da capital do Estado de S. Paulo.
- N. 2.485 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de março de 1897 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Lorena, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.486 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de março de 1897 — Autoriza a "Brasil Great Southern Railway Company, Limited", a construir sobre o rio Quarahim a ponte internacional, destinada a ligar os dois paizes Brasil e Estado Oriental.
- N. 2.487 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de março de 1897 — Concede autorização a "Société Anonyme des Mines d'Or de Ouro Falsa" para funcionar na Republica da Guayana Francesa.

- N. 2.488 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de março de 1897 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Protectora da Industria Pastoral do Pará.
- N. 2.489 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de março de 1897 — Manda executar o tratado de amizade, commercio e navegação, celebrado entre o Brasil e o Japão, em 5 de novembro de 1895.
- N. 2.490 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de abril de 1897 — Approva o orçamento de guindastes, material rodante e outros para o tráfego do porto de Santos e a planta geral do caés, apresentados pela Companhia Docas de Santos.
- N. 2.491 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de abril de 1897 — Concede autorização á "The Ouro Preto Gold Mines of Brasil, Limited", para continuar a funcionar na Republica.
- N. 2.492 — FAZENDA — Decreto de 12 de abril de 1897 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de 216:306\$309 para occorrer á restituição do imposto de mais, cobrado sobre dividendos.
- N. 2.493 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de abril de 1897 — Publica a adhesão do protectorado britannico de Sarawak á Convenção Postal Universal.
- N. 2.494 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de abril de 1897 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 200:000\$, ao cambio de 27, para ser applicado ás despesas com a criação da legação e dos consulados no Imperio do Japão.
- N. 2.495 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de abril de 1897 — Crea com o pessoal que fôr necessario, uma legação no Imperio do Japão e um consulado geral de 1ª classe, com sede em Yokama.
- N. 2.496 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de abril de 1897 — Autoriza a construcção de duas estações nos logares denominados Moêca e Lapa, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.
- N. 2.497 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de abril de 1897 — Modifica os arts. 34, 42, 76 e 90, do regulamento e tarifas de passageiros e mercadorias que acompanham o decreto n. 8.069, de 3 de maio de 1881, em vigor na Estrada de Ferro do Recife, ao Limoeiro.
- N. 2.498 — (Este decreto será publicado em collecção se o interessado, pagar o imposto a que está sujeito.)
- N. 2.499 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1897 — Publica a decisão tomada pelos governos da Austria e da Hungria, de accederem á União para a Protecção da Propriedade Industrial.
- N. 2.500 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de abril de 1897 — Approva as plantas e orçamentos para construcção de um armazem provisorio e os necessários desvios no Alto da Serra, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.
- N. 2.501 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De-

- creto de 19 de abril de 1897 — Eleva a 40\$ por dia a taxa do aluguel dos guindastes a vapor da Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco.
- N. 2.502 — FAZENDA — Decreto de 24 de abril de 1897 — Dá regulamento ao paragrapho 6º do art. 1º do decreto n. 1.746, de 13 de outubro de 1869.
- N. 2.503 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de abril de 1897 — Crea um brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Vianna, no Estado do Espirito Santo.
- N. 2.504 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de abril de 1897 — Reorganiza a guarda nacional da capital do Estado do Amazonas.
- N. 2.505 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de maio de 1897 — Approva o regulamento para as estradas de ferro Central de Pernambuco, Sul de Pernambuco e Baturité.
- N. 2.506 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de maio de 1897 — Abre do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 3.757:400\$ para occorrer ao pagamento de indemnização por lucros cessantes nos contractos rescindidos do debito do governo para com os empreiteiros e da liquidação de todos os serviços relativos a obras suspensas.
- N. 2.507 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de maio de 1897 — Publica a entrada da colonia ingleza do Ceylão na Convenção Telegraphica Internacional.
- N. 2.508 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de maio de 1897 — Concede autorização á "The Faria Gold Mining Company of Brasil Limited" para funcionar na Republica.
- N. 2.509 — FAZENDA — Decreto de 8 de maio de 1897 — Approva com alterações os novos estatutos do Banco da Republica do Brasil.
- N. 2.510 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de maio de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 51:299\$600, para occorrer ás despesas com o custeio do Presidio de Fernando de Noronha no segundo trimestre do corrente anno.
- N. 2.511 — FAZENDA — Decreto de 15 de maio de 1897 — Concede autorização ao "London Brazilian Bank Limited" para funcionar na Republica por mais 20 annos.
- N. 2.512 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de maio de 1897 — Approva as modificações propostas ao art. 66 das instruções regulamentares em vigor na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay.
- N. 2.513 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de maio de 1897 — Substitue a segunda parte do paragrapho 2º do art. 5º das condições regulamentares da Estrada de Ferro Minas e Rio, approvadas pelo decreto n. 9.189, de abril de 1884.
- N. 2.414 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de maio de 1897 — Autoriza a celebração de contracto com a Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnahyba para o serviço desta navegação.
- N. 2.515 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de maio de 1897 — Altera as bases das tarifas

- da Estrada de Ferro D. Thereza Christina, approvadas pelo decreto n. 9.224 A, de 31 de maio de 1884.
- N. 2.516 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 17 de maio de 1897 — Concede autorização á "The Brazilian Gold Exploring Syndicate Limited", para funcção na Republica.
- N. 2.517 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 2.518 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 17 de maio de 1897 — Approva o projecto de augmento dos armazens de Limoeiro e Nazareth, da Estrada de Ferro da Recife ao Limoeiro e da outras providencias.
- N. 2.519 — **FAZENDA** — Decreto de 22 de maio de 1897 — dá regulamento para execução do art. 3º da lei n. 177 A, de 15 de setembro de 1893.
- N. 2.520 — **GUERRA** — Decreto de 24 de maio de 1897 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito de 88:215\$806 para saldar as despesas feitas com a construcção de quatro paioes de pólvora na ilha do Boqueirão e mais obras accessorias.
- N. 2.521 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 24 de maio de 1897 — Reorganiza a guarda nacional da capital do Estado do Piahy.
- N. 2.522 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 24 de maio de 1897 — Marca o vestuario que, no exercicio de suas funcções e solemnidades publicas, devem usar os juizes federaes e os procuradores da Republica.
- N. 2.523 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 24 de maio de 1897 — Extingue mais dois logares de amanuense na Secretaria da Justiça e Negocios Interiores.
- N. 2.524 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de maio de 1897 — Approva com modificações a revisão dos estudos da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim, no trecho entre as estações de Mimoso e Muquy.
- N. 2.525 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 31 de maio de 1897 — Crea um consulado na Republica da Bolivia.
- N. 2.526 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 7 de junho de 1897 — Approva os estudos definitivos de trechos de linha do prolongamento a Santos, da Estrada de ferro Mogyana.
- N. 2.527 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 7 de junho de 1897 — Approva os projectos e organogramas para a construcção de diversas obras na Estrada de Ferro Central da Bahia.
- N. 2.528 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 7 de junho de 1897 — Substitue a condição 1ª do art. 90 do decreto de n. 2497, de 14 de abril ultimo, que modificou diversos artigos do regulamento e tarifas da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro.
- N. 2.529 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 3 de junho de 1897 — Approva as modificações que, segundo a revisão feita na Conferencia de Budapest, devem soffrer as tarifas e o regulamento da Convenção Telegraphica Internacional.
- N. 2.530 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 14 de junho de 1897 — Publica a adhesão da Companhia Allema de Telegraphos Maritimos á Convenção Telegraphica Internacional de S. Petersburgo de 10/22 de julho de 1875, quando ao cabo submarino entre Borkum e Vigo.

- N. 2.531 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de junho de 1897 — Faz extensivas á Estrada de Ferro do Sobral as disposições do decreto n. 2.505, de 1 de maio de 1897.
- N. 2.532 — MARINHA — Decreto de 23 de junho de 1897 — Manda confirmar por carta patente as honras dos postos que competem aos funcionarios civis do Ministerio da Marinha, quando forem vitalícios em virtude dos respectivos regulamentos.
- N. 2.533 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1897 — Reorganiza a guarda nacional do Estado do Rio de Janeiro.
- N. 2.534 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1897 — Approva a planta e orçamento do desvio no kilometro 94. da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaguy, e estabelece o respectivo frete.
- N. 2.535 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1897 — Concede autorização a "The S. Paulo Coffee Stats Company Limited" para funcionar na Republica.
- N. 2.536 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRA SPUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1897. — Concede autorização a "The S. Bento Gold Stats Limited" para funcionar na Republica.
- N. 2.537 — MARINHA — Decreto de 1 de julho de 1897 — Manda vigorar em sua plenitude o regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, promulgado pelo decreto n. 1.195 A, de 30 de dezembro de 1892 ficando revogado o de ns. 1633 de 11 de fevereiro de 1894.
- 2.538 — FAZENDA — Decreto de 5 de julho de 1897 — Approva o regulamento para cobrança do imposto de um conto de réis (1:000\$), a que estão sujeitas as sociedades sportivas.
- N. 2.539 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1897 — Autoriza a transferencia da Estrada de Ferro de Victoria a Peçanha ao Banco Construtor do Brasil.
- N. 2.540 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E EOBRAS PUBLICAS. Decreto de 5 de julho de 1897 — Concede autorização á Sociedade Hygienica de Distillação para funcionar.
- N. 2.541 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria da guarda nacional na comarca de Soccorro, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.542 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria da guardas nacional na comarca do Carmo da Franca, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.543 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1897 — Crea duas brigadas, sendo uma de infantaria e outra de cavallaria, da guarda nacional, na comarca da Franca, no Estado de S. Paulo.
- 2.544 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria da guarda nacional na comarca de Santa Rita do Paraíso, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.545 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES—Decreto de 8 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria da guar.

- da nacional na comarca de Patrocinio de Sapucahy, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.546 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 9 de julho de 1897 — Applica ás successões dos subditos belgas as disposições do decreto n. 855, de 8 de novembro de 1851, a que se refere o seu art. 24.
- N. 2.547 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 12 de julho de 1897 — Rescinde o contracto firmado em 17 de julho de 1891 para construcção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Paraty a Iguape, mediante restituição da quantia depositada como caução.
- N. 2.548 — **FAZENDA** — Decreto de 17 de julho de 1897 — Approva o regulamento para a execução do art. 20 da lei n. 488, de 10 de dezembro de 1896.
- N. 2.549 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 19 de julho de 1897 — Reorganiza a guarda nacional do Estado do Paraná.
- N. 2.550 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 19 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Castello, no Estado do Piahy.
- N. 2.551 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 19 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Piracuruca, no Estado do Piahy.
- N. 2.552 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 19 de julho de 1897 — Concede autorização á "The Guardian Fire and Life Assurance Company, Limited", para continuar a funcionar na Republica.
- N. 2.553 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 19 de julho de 1897 — Approva definitivamente as bases das tarifas da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.
- N. 2.554 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 19 de julho de 1897 — Concede autorização a Joaquim Bernardino Pinto Machado e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia de Seguros Providencia Mercantil.
- N. 2.555 — (Com este numero não foi publicado acto algum).
- N. 2.556 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 19 de julho de 1897 — Autoriza a mudança do edificio das officinas a construir em Cruz Alta para o ponto terminal da linha ferrea de Santa Maria ao Uruguay.
- N. 2.557 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de julho de 1897 — Declara extinto o Conservatorio Dramatico.
- N. 2.558 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de julho de 1897 — Regula a inspecção dos theatros e outras casas de espectaculos da Capital Federal.
- N. 2.559 — **FAZENDA** — Decreto de 22 de julho de 1897 — Approva o regulamento para a cobrança do imposto sobre dividendos dos bancos, companhias e sociedades anonymas.
- N. 2.560 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 26 de ju-

- lho de 1897 — Publica a adesão da Coréa á Convenção Postal Universal (Convenção Principal, com exclusão dos demais actos concluidos no Congresso de Vienna).
- N. 2.561 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de julho de 1897 — Proroga por tres annos os prazos fixados nas clausulas que acompanham o decreto n. 826, de 16 de outubro de 1890, para construcção da Estrada de Ferro de Alcobaça á Praia da Rainha e navegação dos rios Tocantins e Araguaia.
- N. 2.562 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de julho de 1897 — Approva a mudança do dique de que tratam os decretos ns. 10.277 e 1.150, de 30 de julho de 1889 e 7 de dezembro de 1890, e a planta do respectivo local, e autoriza a construcção de uma carreira no porto de Santos.
- N. 2.563 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 31 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alto Longá, no Estado do Piahy.
- N. 2.564 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 31 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Amarante, no Estado do Piahy.
- N. 2.565 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 31 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Valença, no Estado do Piahy.
- N. 2.566 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 31 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Piri-piry, no Estado do Piahy.
- N. 2.567 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 31 de julho de 1897 — Dá nova organização á guarda nacional da capital do Estado da Parahyba.
- N. 2.568 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 31 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bebedouro, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.569 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 31 de julho de 1897 — Reorganiza a guarda nacional do Estado do Pará.
- N. 2.570 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de agosto de 1897 — Approva algumas modificações nas condições regulamentares, tarifas e instruções para o serviço da ponte maritima em Jaraguá, em vigor na Estrada de Ferro Central de Alagoas.
- N. 2.571 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de agosto de 1897 — Approva os estudos para construcção, por conta do custeio do prolongamento da Estrada de Ferro D. Thereza Christina, da estação de Laguna até a cidade do mesmo nome.
- N. 2.572 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de agosto de 1897 — Autoriza a mudança da estação principal da Estrada de Ferro de Itararé ao Uru-

- guay, do local primitivamente indicado, para a cidade de Ponta Grossa.
- N. 2.573 — FAZENDA — Decreto de 2 de agosto de 1897 — Dá novo regulamento para a cobrança do imposto do sello do papel.
- N. 2.574 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1897 — Reorganiza a guarda nacional da capital do Estado do Ceará.
- N. 2.575 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1897 — Providencia sobre a revisão do contracto celebrado com a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, para construção de habitações destinadas a operarios e classes pobres.
- N. 2.576 — FAZENDA — Decreto de 7 de agosto de 1897 — Reduz o numero e classe dos empregados da Alfandega de S. Paulo, no Estado do mesmo nome.
- N. 2.577 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1897 — Fixa a commissão que devem perceber os syndicos da liquidação forçada das sociedades anonymas, com séde na Capital Federal.
- N. 2.578 — GUERRA — Decreto de 13 de agosto de 1897 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 2.000.000\$ para occorrer ás despesas extraordinarias com as operações militares no interior do Estado da Bahia.
- N. 2.579 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1897 — Consolida e completa as disposições regulamentares do decreto n. 1.030, na parte relativa á competencia da justiça local.
- N. 2.580 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1897 — Publica a adhesão definitiva do governo do Perú á convenção sobre permutação de encomendas postaes e a autorização para cobrança de uma sobretaxa de 75 centimos.
- N. 2.581 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1897 — Approva os estudos da variante entre o kilometro 333 e 380 e 366 e 420 da linha de Itararé, da Estrada de Ferro Sorocabana.
- N. 2.582 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1897 — Approva o projecto e organimento de um deposito adicional para materiaes em Itapitocay, na Estrada de Ferro de Quarahim á Itaquy.
- N. 2.583 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1897 — Approva o projecto e organimento de um fosso sobre o aterro em Ibicuihy, na Estrada de Ferro de Quarahim á Itaquy.
- N. 2.584 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1897 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, o credito especial de 21.500\$ para pagamento, no vigente exercicio, dos vencimentos dos empregados da extincta Agencia Official de Colonização addidos á Secretaria de Estado do mesmo ministerio.
- N. 2.585 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de

- 17 de agosto de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes, na comarca de S. Simão, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.586 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Nuporanga, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.587 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de agosto de 1897 — Concede ao Lyceu Alagoano as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 2.588 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de agosto de 1897 — Extingue o logar de vice-director do Observatorio do Rio de Janeiro.
- N. 2.589 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de agosto de 1897 — Concede autorização á Companhia da Boa Vista para funcção na Republica.
- N. 2.590 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1897 — Organiza mais quatro brigadas de infantaria de guardas nacionaes no Estado do Pará.
- N. 2.591 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes, na comarca de Vizeu no Estado do Pará.
- N. 2.592 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Aparecida, no Estado do Piahy.
- N. 2.593 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Colônia, no Estado do Piahy.
- N. 2.594 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Philomena, no Estado do Piahy.
- N. 2.595 — FAZENDA — Decreto de 30 de agosto de 1897 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 14:125\$100, supplementar, a verba — Exercícios findos, do orçamento em vigor, para pagamento aos empregados das obras do porto do Recife.
- N. 2.596 — GUERRA e MARINHA — Decreto de 30 de agosto de 1897 — Abre o credito especial de 111:095\$500, para pagamento dos vencimentos dos officiaes que reverteram ao serviço do exercito e armada.
- N. 2.597 — FAZENDA — Decreto de 31 de agosto de 1897 — Approva os estatutos da Sociedade de Seguros Mutuos sobre a Vida Garantia da Amazonia e autoriza a mesma a funcionar na Republica.
- N. 2.598 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de agosto de 1897 — Extingue a hospedaria de imigrantes estabelecida na estação de Pinheiros.
- N. 2.599 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto

- de 31 de agosto de 1897 — Reorganiza a guarda nacional do Estado de Sergipe.
- N. 2.600 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Baião, no Estado do Pará.
- N. 2.601 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1897 — Approva definitivamente as bases de tarifas do ramal do Timbó, da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.
- N. 2.602 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1897 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Igarapé-Mirim, no Estado do Pará.
- N. 2.603 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1897 — Reorganiza a guarda nacional do Estado de Minas Geraes e crea um commando superior na nova capital.
- N. 2.604 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Pomba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.605 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Minas Novas, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.606 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Carmo da Bagagem, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.607 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.608 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapeçerica, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.609 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Dôres do Indayá, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.610 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Bananal, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.611 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1897 — Organiza mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado do Pará.
- N. 2.612 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1897 — Organiza mais quatro brigadas de infantaria de guardas nacionaes no Estado do Pará.
- N. 2.613 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto

- de 16 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Januaria, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.614 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bom Successo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.615 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1897 — Reorganiza a guarda nacional do Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 2.616 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pouso Alto, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.617 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1897 — Organiza mais sete brigadas de guardas nacionaes no Estado do Paraná.
- N. 2.618 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1897 — Abre o credito de 2:090\$321 para pagar ao Dr. Tiburcio Valeriano Pecegueiro do Amaral os vencimentos que deixou de perceber desde 28 de outubro de 1892 até 26 de maio de 1893.
- N. 2.619 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1897 — Concede ao Lyceu Piauhyense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 2.620 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1897 — Reorganiza a guarda nacional do Estado de Pernambuco.
- N. 2.621 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Timbaúba, no Estado de Pernambuco.
- N. 2.622 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Olinda no Estado de Pernambuco.
- N. 2.623 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Iguarasu', no Estado de Pernambuco.
- N. 2.624 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Goyana, no Estado de Pernambuco.
- N. 2.625 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Agua Preta, no Estado de Pernambuco.
- N. 2.626 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1897 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado do Piahy.
- N. 2.627 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de in-

fantaria de guardas nacionaes na comarca de Geromenha, no Estado do Piahy.

N. 2.628 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$, á verba — Subsidio dos senadores, e 477:000\$, á verba — Subsidio dos deputados.

N. 2.629 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$, á verba — Secretaria do Senado, e 42:500\$, á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 2.630 — FAZENDA — Decreto de 5 de outubro de 1897 — Sujeita á jurisdicção da Alfandega de Penedo, no Estado das Alagôas, a Mesa de Rendas de Villa Nova, no Estado de Sergipe.

N. 2.631 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1897 — Altera as bases das tarifas de passageiros na linha principal da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.

N. 2.632 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1897 — Conced autorização á "The Espirito Santo & Caravellas Railway Company, Limited", para funcionar na Republica.

N. 2.633 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1897 — Prorroga por mais quatro mezes, a contar de 5 de agosto do corrente anno, o prazo fixado no termo de 13 de outubro do anno passado para apresentação dos estudos definitivos e complementares do prolongamento da linha de Resaca a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana.

N. 2.634 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Diamantina, no Estado de Minas Geraes.

N. 2.635 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Cachoeira, no Estado do Pará.

N. 2.636 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1897 — Crea diversas brigadas de infantaria de guardas nacionaes no Estado do Pará.

N. 2.637 JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado do Pará.

N. 2.638 — RELACOES EXTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1897 — Marca prazo aos empregados diplomaticos e consulares em disponibilidade para chegarem á Capital da Republica.

N. 2.639 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1897. — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bocayuva, no Estado de Minas Geraes.

- N. 2.640 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Baependy, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.641 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Rio Branco, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.642 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Theophilo Ottoni, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.643 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Montes Claros, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.644 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Boa Vista do Tremedal, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.645 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1897 — Altera provisoriamente os preços das tarifas de passageiros e do transporte de materiaes de construcção, canna e lenha da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras.
- 2.646 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1897 — Approva os orçamentos de diversas obras complementares, no valor de 1.461:761\$785, apresentados pela Companhia Docas de Santos;
- N. 2.647 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maroim, no Estado de Sergipe.
- N. 2.648 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de outubro de 1897 — Approva os estudos definitivos dos trechos de Santos a Quilombo e do Alto da Serra a Quilombo, complementares da linha do prolongamento a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana.
- N. 2.649 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cataguazes, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.650 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Muzambinho, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.651 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cabo Verde, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.652 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1897 — Organiza no Estado do Rio de Janeiro mais 41 brigadas, sendo 31 de infantaria e 10 de cavallaria.
- 2.653 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1897 — Crea um consulado em Port-au Prince, Haiti.

- N. 2.654 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1897 — Reorganiza a guarda nacional da capital do Estado de Santa Catharina.
- N. 2.655 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 99:993\$962, para occorrer ao pagamento de despesas de que tratam os ns. 3 e 4 paragrapho 1º do art. 2º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.
- N. 2.656 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 76:200\$, sendo, 33.700\$, á verba, Secretaria do Senado, e 42:500\$, á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 2.657 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750, á verba — Subsídio dos senadores, e 477:000\$, á verba — Subsídio dos deputados.
- N. 2.658 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de novembro de 1897 — Autoriza o alargamento para 1m.44 da actual bitola de 0m.60 da Estrada de Ferro da Tijuca.
- N. 2.659 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1897 — Publica a adhesão do territorio allemão da Africa do Sudoeste ao occôrdo relativo ao serviço de vales postaes, concluido em Vienna a 4 de julho de 1891.
- N. 2.660 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de novembro de 1897 — Manda abrir uma concorrência para o arrendamento das estradas de ferro de Baturité, Sul de Pernambuco, Central de Pernambuco, Paulo Affonso e S. Francisco.
- N. 2.661 — MARINHA — Decreto de 1 de novembro de 1897 — Manda adoptar o código de signaes communs a todos os portos e barras da Republica.
- N. 2.662 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Rio Pardo, no Estado do Espirito Santo.
- N. 2.663 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Calçado, no Estado do Espirito Santo.
- N. 2.664 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Alegre, no Estado do Espirito Santo.
- N. 2.665 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio do Rio Novo, no Estado do Espirito Santo.
- N. 2.666 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Prados, no Estado de Minas Geraes.

- N. 2.667 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Serro, no Estado de Minas Geraes.
- 2.668 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Laguna, no Estado de Santa Catharina.
- 2.669 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itaituba, no Estado do Pará.
- N. 2.670 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Fixa provisoriamente em 3.000:000\$ o capital empregado no trecho em trafego de Cruz Alta ao Kilometro 100 da linha ferrea de Cruz Alta ao Uruguay, e ramal de Ijuhy.
- N. 2.671 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Approva a applicação das bases de tarifas differenciaes na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay.
- N. 2.672 — GOVERNO — Decreto de 5 de novembro de 1897 — Determina que os funeraes do marechal Carlos Machado Bittencourt sejam feitos á custa da Republica.
- N. 2.673 — MARINHA — Decreto de 16 de novembro de 1897 — Mandada reverter para o quadro activo da armada os officiaes das differentes classes annistiados pelo decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895.
- N. 2.674 — GUERRA — Decreto de 16 de fevereiro de 1897 — Mandada reverter ao serviço activo do exercito os officiaes annistiados pelo decreto n. 210, de 21 de outubro de 1895.
- N. 2.675 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de novembro de 1897 — Approva as bases das tarifas e as taxas accessorias da Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 2.676 — FAZENDA — Decreto de 18 de novembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 132:809\$998, sob a rubrica — Exercicios findos, destinado ao pagamento do nickel e cobre importados no exercicio de 1896.
- N. 2.677 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 380:000\$, para pagamento dos ordenados vencidos e por vencer até 31 de dezembro de 1897, dos magistrados aposentados e readmittidos á disponibilidade por decisão judicialia.
- N. 2.678 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 13:370\$400, para pagamento das despesas realizadas com as funeraes do marechal Carlos Machado Bittencourt.
- N. 2.679 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1897 — Publica a adhesão do Estado livre de Orange á Convenção Postal Universal (convenção principal).
- N. 2.680 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1897 — Concede autorização á

- Associação de Auxílios Mutuos entre os Funcionarios do Estado do Rio de Janeiro, denominada — Mutualidade, para funcionar.
- 2.681 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 22 de novembro de 1897 — Concede autorização a "The Sears Pará Rubers Company" para funcionar na Republica.
- N. 2.682 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 22 de novembro de 1897 — Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 10.372, de 28 de setembro de 1889, para varias obras de melhoramento na cidade e no porto do Rio de Janeiro.
- N. 2.683 — **FAZENDA** — Decreto de 23 de novembro de 1897 — Abre o credito supplementar de 3:343\$772 á verba — Exercícios findos, do orçamento de 1897, para pagamento de vencimentos ao carteiro de 1ª classe da Repartição Geral dos Correios, Philomeno Jocelin Ribeiro.
- 2.684 — **FAZENDA** — Decreto de 24 de novembro de 1897 — Abre o credito supplementar de 3:009\$ á verba — Exercícios findos, do orçamento de 1897, para pagamento de vencimentos ao 3º official da Administração dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro, José Francisco Rodrigues.
- N. 2.685 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 24 de novembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1897, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700, á verba — Secretaria do Senado, e 42:500, á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 2.686 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 24 de novembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1897, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750, a verba — Subsídio dos senadores, e 477:000\$, á verba — Subsídio dos deputados.
- N. 2.687 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 26 de novembro de 1897 — Crea duas brigadas, sendo uma de infantaria e outra de cavallaria, de guardas nacionaes, na comarca de S. Bento de Sapucahy, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.688 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 26 de novembro de 1897 — Crea duas brigadas de guardas nacionaes na comarca da Capella, no Estado de Sergipe.
- N. 2.689 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 26 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Maroim, no Estado de Sergipe.
- N. 2.690 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 26 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Pedro de Piracicaba, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.691 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. José, no Estado de Santa Catharina.
- N. 2.692 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infan-

- Ministério da guerra e guardas nacionaes na comarca de Guarabira, no Estado da Parahyba.
- N.º 2.693 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1897 — Dá instrucções para a eleição de presidente e vice-presidente da Republica.
- N.º 2.694 — FAZENDA — Decreto de 27 de novembro de 1897 — Concede ao "Brasilianische Bank für Deutschland" autorização para estabelecer uma caixa filial na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N.º 2.695 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1897 — Autoriza o Ministerio da Fazenda a contrahir um emprestimo, na importancia de 60.000:000\$, emittindo apolices de valor nominal de 1:000\$ e juros de 6 % ao anno.
- N.º 2.696 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1897. — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores os creditos de 9:750\$, supplementar, á verba 9 — Ajudas de custo, e de 5:480\$, á verba 29 — Despesas imprescindiveis com os exames geraes de preparatorios.
- N.º 2.697 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Reorganiza a guarda nacional do Estado de Matto Grosso.
- N.º 2.698 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Baependy, no Estado de Minas Geraes.
- N.º 2.699 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Montes Claros, no Estado de Minas Geraes.
- N.º 2.700 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Leopoldina, no Estado de Minas Geraes.
- N.º 2.701 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Lavras, no Estado de Minas Geraes.
- N.º 2.702 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel de Guanhões, no Estado de Minas Geraes.
- N.º 2.703 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ferros, no Estado de Minas Geraes.
- N.º 2.704 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itabira, no Estado de Minas Geraes.
- N.º 2.705 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Conceição do Serro, no Estado de Minas Geraes.

- N. 2.706 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bagagem, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.707 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Pedro de Uberabinha, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.708 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sacramento, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.709 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Fructal, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.710 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Prata, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.711 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.712 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Sebastião do Paraizo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.713 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita de Cassia, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.714 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jacuhy, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.715 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Passos, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.716 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria da guarda nacional na comarca de Monte Santo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.717 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Caldas, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.718 — MARINHA — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 200:000\$, supplementar, á verba — Hospitales, n. 16.º do art. 4º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.
- N. 2.719 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio das Relações Ex-

anteriores o credito supplementar de 30:000\$, ao cambio de 27, á rubrica 4.^a do art. 3.^o da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

N. 2.720 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Publica a adhesão definitiva do governo chinês á União Postal Universal e o teor das regras adoptadas para o serviço da correspondencia proveniente dos paizes da União.

N. 2.721 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 94:000\$, supplementar, á verba — Diligencias policiaes, n. 14 do art. 2.^o da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

N. 2.722 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 256:757\$119, supplementar, a diversas verbas do art. 2.^o da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

N. 2.723 — **GUERRA** — Decreto de 6 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 259:982\$930, para occorrer ás obras necessarias na Fabrica de Polvora da Estrella.

N. 2.724 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 6 de dezembro de 1897 — Concede autorização á "Manchester Fire Assurance Company" para estabelecer novas agencias nos diversos Estados da Republica.

N. 2.725 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 6 de dezembro de 1897 — Transfere ao Ministerio da Fazenda o da Industria, Viação e Obras Publicas os serviços de construção e reparos dos proprios nacionaes de que trata o n. 26 do art. 7.^o da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

N. 2.726 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Porto de Móz, no Estado do Pará.

N. 2.727 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Joinville, no Estado de Santa Catharina.

N. 2.728 — **FAZENDA** — Decreto de 8 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 450:000\$, supplementar á verba — reposições e restituções.

N. 2.729 — **MARINHA** — Decreto de 9 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 447:715\$168, supplementar a varias verbas do art. 40 da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

N. 2.730 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 122:750\$, sendo 28:250\$, á verba — Subsídio dos senadores, e 95:400\$, á verba — Subsídio dos deputados.

N. 2.731 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — De-

- creto de 9 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas credits extraordinarios, especiaes e supplementares, na importancia total de 27.346:149\$845, para occorrer ao pagamento de despesas pertencentes ao mesmo ministerio.
- N. 2.732 — GUERRA — Decreto de 10 de dezembro de 1897 — Manda réverter ao serviço activo do exercito o capitão de artilharia Manoel Francisco Moura Sobrinho.
- N. 2.733 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito de 4:709\$677 para pagar ao ex-escripturario, do Pedagogium os vencimentos que lhe competiram e á viuva do ex-director do mesmo estabelecimento os que este deixou de receber.
- N. 2.734 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 26:239\$982, sendo 10:273\$322, á verba — Secretaria do Senado, e 15:966\$660 á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 2.735 — GUERRA — Decreto de 11 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministério da Guerra o credito de 1:388\$498, supplementar a diversas verbas do art. 5º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.
- N. 2.736 — FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1897 — Manda trancar as contas do ex-almoxarife do Arsenal de Guerra do Estado de Matto Grosso, Theophilo Antunes de Miranda.
- N. 2.737 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1897 — Proroga até 31 de janeiro proximo futuro o estado de sitio declarado pelo decreto legislativo n. 456, de 12 do mez passado.
- N. 2.738 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1897 — Releva ao major Antonio Caetano Rodrigues Horta, collector de rendas do municipio de Juiz de Fóra, o pagamento da quantia de 6:331\$900.
- N. 2.739 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de 546:970\$821, para attender á restituição de armazenagens cobradas nas alfandegas do Rio Grande do Sul.
- N. 2.740 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1897 — Fixa definitivamente em 165:495\$912 o capital empregado na construcção da estrada de ferro em tráfego de Caxias a Cajazeiras.
- N. 2.741 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1897 — Supprime a ultima parte da clausula 2ª das que baixaram com o decreto n. 2.192, de 16 de agosto de 1895.
- N. 2.742 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para execução do decreto legislativo n. 452, de 3 de novembro de 1897.
- N. 2.743 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1897 — Manda executar em todas as alfandegas e mesas de

tendas habilitadas da Republica a nova tarifa e suas disposições preliminares.

N. 2.744 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para execução do art. 17 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896.

N. 2.745 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de dezembro de 1897 — Extingue logares na Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 2.746 — (Com este numero não foi publicado acto algum).

N. 2.747 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de dezembro de 1897 — Approva o regulamento concernente ao registro internacional das marcas de fabricas e de commercio.

N. 2.748 — MARINHA — Decreto de 20 de dezembro de 1897 — Manda reverter para o quadro activo da armada os officiaes amnistiados pelo decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895.

N. 2.749 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1897 — Estabelece pena para os passageiros que viajarem sem bilhete na Estrada de Ferro Conde d'Eu.

N. 2.750 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1897 — Approva a planta e orçamento para a construção de uma casa destinada ao mestre de linha da 6.ª secção no kilometro 30 do ramal de Rio Negro, da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 2.751 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1897 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.

N. 2.752 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado do Espirito Santo.

N. 2.753 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Linhares, no Estado do Espirito Santo.

N. 2.754 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Joaquim, no Estado de Santa Catharina.

N. 2.755 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria e outra de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Lages, no Estado de Santa Catharina.

N. 2.756 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Carmo do Rio Claro, no Estado de Minas Geraes.

N. 2.757 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para execução do art. 1.º, n. 40, e art. 4.º da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897.

N. 2.758 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de in-

- fantaria de guardas nacionaes na comarca de Piumhy, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.759 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.
- N. 2.760 — MARINHA — Decreto de 24 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 300:000\$ para despesas da verba — Combustivel, do exercicio de 1897.
- N. 2.761 — MARINHA — Decreto de 24 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 250:000\$ para despesas da verba — Eventuaes, do exercicio de 1897.
- N. 2.762 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1897 — Suspende por dois dias, em relação á comarca de Nictheroy, no Estado do Rio de Janeiro, o estado de sitio declarado pelo decreto n. 2.737.
- N. 2.763 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1897 — Extingue logares na Directoria Geral de Estatistica.
- N. 2.764 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 6:000\$ para completar o pagamento dos vencimentos de 10 bilheteiros da Estrada Ferro Central do Brasil.
- N. 2.765 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1897 — Altera algumas disposições da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas.
- N. 2.766 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de dezembro de 1897 — Approva o regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.
- N. 2.767 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de dezembro de 1897 — Approva o organamento das obras de installação de condensadors nas machinas fixas dos 2º e 3º planos inclinados da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.
- N. 2.768 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de dezembro de 1897 — Altera o pessoal e dá nova distribuição aos serviços a cargo da Directoria Geral de Estatistica.
- N. 2.769 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para a cobrança do sello das apolices de companhias de seguros que têm sede no paiz.
- N. 2.770 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1897 — Substitue as tabellas A e B, a que se refere o regulamento que baixou com o decreto n. 127, de 3 de fevereiro de 1893.
- N. 2.771 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Bento, no Estado de Santa Catharina.
- N. 2.772 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto

de 29 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Brusque, no Estado de Santa Catharina.

N. 2.773 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo do sal.

N. 2.774 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo dos phosphoros.

N. 2.775 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para a cobrança do imposto sobre vencimentos e subsídios.

N. 2.776 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 72:000\$ para aquisição de duas lanchas para o serviço da Alfandega desta capital.

N. 2.777 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para a arrecadação do imposto de consumo do fumo.

N. 2.778 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de bebidas.

N. 2.779 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1897 — Augmenta as contribuições dos pensionistas do Hospicio Nacional de Alienados.

N. 2.780 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1897 — Fixa o pessoal da Contadoria Geral da Guerra, de accordo com a lei n.º 490, de 16 do corrente mez.

N. 2.781 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1897 — Supprime a Alfandega de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 2.782 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Affuá, no Estado do Pará.

N. 2.783 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alemquer, no Estado do Pará.

1898

N. 2.784 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de janeiro de 1898 — Concede autorização á companhia de seguros contra fogo "L'Union" para funcionar na Republica.

N. 2.785 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de janeiro de 1898 — Concede autorização á "Normann Gepp Company, Limited", para funcionar na Republica.

N. 2.786 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1898 — Designa as sedes dos consulados no Imperio do Japão.

N. 2.787 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1898 —

- Manda reverter ao serviço activo do exército o capitão de infantaria Francisco Theophilo Cardoso.
- N. 2.788 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1898 — Dá nova organização á Brigada Policial da Capital Federal.
- N. 2.789 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1898 — Publica a acceitação pelo governo da Servia do protocollo III da Conferencia de Madrid, de 15 de maio de 1891, sobre a União para a protecção da propriedade industrial, quanto á dotação da Secretaria Internacional.
- N. 2.790 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1898 — Reorganiza a guarda nacional do Estado da Bahia.
- N. 2.791 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1898 — Dá regulamento para a arrecadação do imposto de transporte.
- N. 2.792 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1898 — Dá regulamento para a arrecadação do imposto de industrias e profissões.
- N. 2.793 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1898 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco Hypothecario e Commercial do Estado do Maranhão.
- N. 2.794 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1898 — Dá regulamento para a arrecadação das taxas de consumo de agua na Capital Federal.
- N. 2.795 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de janeiro de 1898 — Publica a decisão do governo japonês extendendo á Ilha Formosa as disposições do regulamento n. 18, de 17 de julho de 1895, concernente ás repressões das infracções á Convenção de 14 de março de 1884, para a protecção dos cabos submarinos.
- N. 2.796 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1898 — Approva os orçamentos para execução das obras de captação de maior volume de agua em diversas estações, machinas fixas, dos 2º e 3º planos inclinados e desenvolvimento dos respectivos reservatorios, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.
- N. 2.797 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1898 — Concede authorização á "The Leopoldina Railway Company, Limited", para funcionar na Republica.
- N. 2.798 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de janeiro de 1898 — Approva os projectos e orçamentos para construcção de dois barracões em S. Felix e Tropeiros, em Sítio Novo e o augmento das estações de Pombal, Sapé e Tambury, da Estrada de Ferro Central da Bahia.
- N. 2.799 — MARINHA — Decreto de 19 de janeiro de 1898 — Reforma o regulamento da Escola Naval, mandado executar pelo decreto n. 1.256, de 10 de janeiro de 1891.
- N. 2.800 — FAZENDA — Decreto de 19 de janeiro de 1898 — Dá regulamento para a arrecadação do imposto de transmissão de propriedade.

- N. 2.801 — FAZENDA — Decreto de 19 de janeiro de 1898 — Abre o credito supplementar de 303:252\$690, á verba — Caixa de Amortização, do Ministerio da Fazenda, no exercício de 1897.
- N. 2.802 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1898 — Organiza mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Palmeira, no Estado do Paraná.
- N. 2.803 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Campanha, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.804 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de janeiro de 1898 — Supprime a ultima parte da clausula 2ª das que baixaram com o decreto n. 2.535, de 28 de junho de 1897.
- N. 2.805 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de janeiro de 1898 — Approva o orçamento para conclusão das obras de modificações na estação de Curityba, da Estrada de Ferro do Paraná.
- N. 2.806 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de janeiro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Manoel do Paraíso, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.807 — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1898 — Reorganiza as repartições de fazenda.
- N. 2.808 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 35:657\$534, para occorrer ao pagamento dos vencimentos do pessoal addido á respectiva Secretaria de Estado durante o primeiro semestre do corrente anno.
- N. 2.809 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 13:985\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos do 2º official da Administração dos Correios do Districto Federal, Max Fleiuss, em virtude de sentença do Poder Judiciario.
- N. 2.810 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1898 — Proroga até 23 de fevereiro proximo futuro o estado de sitio no Districto Federal e comarca de Nitcheroy.
- N. 2.811 — FAZENDA — Decreto de 1 de fevereiro de 1898 — Revoga o decreto n. 1.863 A, de 31 de outubro de 1894, e todas quaesquer outras disposições sobre a Mesa de Rendas de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 2.812 — GUERRA — Decreto de 3 de fevereiro de 1898 — Manda reverter ao serviço activo do exercito o alferes de cavallaria Leopoldo Itacoatiara de Senna.
- N. 2.813 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1898 — Reorganiza a Junta dos Corretores da Capital Federal.
- N. 2.814 — FAZENDA — Decreto de 7 de fevereiro de 1898 —

Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Crédito Rural e Internacional.

N. 2.815 — GUERRA — Decreto de 8 de fevereiro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito especial de 490:419\$330, para as despesas com a instalação das escolas preparatorias e de tactica, no Districto Federal e no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 2.816 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de fevereiro de 1898 — Declara caduca a concessão feita á "The Ceará Harbour Corporation", para as obras do porto de Fortaleza.

N. 2.817 — MARINHA — Decreto de 17 de fevereiro de 1898 — Manda reverter para o quadro activo da armada o tenente Pio da Silva Torelly, e o pharmaceutico de 4ª classe, guarda-marinha, Guilherme Hoffmann Filho, amnistiados pelo decreto n. 310, de 21 de outubro de 1885.

N. 2.818 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de fevereiro de 1898 — Dá novo regulamento ao Depositó Geral da Capital Federal.

N. 2.819 — MARINHA — Decreto de 23 de fevereiro de 1898 — Dá novo regulamento para o montepio dos operarios e serventes dos arsenaes de marinha da Republica.

N. 2.820 — MARINHA — Decreto de 28 de fevereiro de 1898 — Proroga o prazo estabelecido no decreto n. 2.661, de 1 de novembro de 1897, para ser adoptado o código de signaes commum a todos os portos e barras da Republica.

N. 2.821 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ayuruoca, no Estado de Minas Geraes.

N. 2.822 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria e outra de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.

N. 2.823 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Palmyra, no Estado de Minas Geraes.

N. 2.824 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Francisco, no Estado de Minas Geraes.

N. 2.825 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Coritybanos, no Estado de Santa Catharina.

N. 2.826 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itajahy, no Estado de Santa Catharina.

N. 2.827 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tijucas, no Estado de Santa Catharina.

- N. 2.828 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pomba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.829 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de março de 1898 — Crea um consulado em Glasgow, na Grã-Bretanha.
- N. 2.830 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de março de 1898 — Contracta com Affonso Spée o arrendamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguanana.
- N. 2.831 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1898 — Crea os logarés de supplêntes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado da Parahyba.
- N. 2.832 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de março de 1898 — Substitue a tabella dos emolumentos consulares.
- N. 2.833 — GUERRA — Decreto de 15 de março de 1898 — Abre ao Ministério da Guerra o credito de 221:914\$135, supplementar, a verba 27.ª do art. 5.º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.
- N. 2.834 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Propriá, no Estado de Sergipe.
- N. 2.835 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Paracatú, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.836 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1898 — Contracta com o engenheiro Alfredo Novis o arrendamento da Estrada de Ferro de Baturité.
- N. 2.837 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tatuhy, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.838 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.839 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Gurupá, no Estado do Pará.
- N. 2.840 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Inhaúma, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.841 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Caratinga, no Estado de Minas Geraes.

- N. 2.842 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Inhauma, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.843 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ponta de Pedras, no Estado do Pará.
- N. 2.844 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Valença, no Estado da Bahia.
- N. 2.845 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Blumenau, no Estado de Santa Catharina.
- N. 2.846 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Dá regulamento para o Cofre dos Depositos Publicos da Capital Federal.
- N. 2.847 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de março de 1898 — Approva o regulamento para a cobrança e escripturação dos emolumentos consulares.
- N. 2.848 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1898 — Approva a planta e orçamento para construção de desvios novos entre a "S. Paulo Railway Company, Limited", e os armazens de inflammaveis da Companhia Docas de Santos.
- N. 2.849 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1898 — Dá novo regulamento ao Observatorio do Rio de Janeiro.
- N. 2.850 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1898 — Contracta com o engenheiro Antonio de Sampaio Pires Ferreira o arrendamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco.
- N. 2.851 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de março de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 126:366\$922, á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1897.
- N. 2.852 — GUERRA — Decreto de 24 de março de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 163:795\$260, supplementar, á verba 27ª do art. 5º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.
- N. 2.853 — FAZENDA — Decreto de 24 de março de 1898 — Crea uma mesa de rendas alfandegada no lugar denominado Porto Murтинho, no Estado de Matto Grosso.
- N. 2.854 — FAZENDA — Decreto de 24 de março de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 166:249\$999, supplementar, á verba — Juros dos bilhetes do thesouro, do exercicio de 1897.
- N. 2.855 — INDUSTRIA, VIAÇÃO, E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1898 — Declara caducos o privilegio, garantia de juros e demais favores concedidos pelo decreto n. 619, de 2 de agosto de 1890, para a construção da Estrada de Ferro de Aracaju á Simão

- Dias, com um ramal para Capella, no Estado de Sergipe.
- N. 2.856 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1898 — Declara caducos o privilegio, garantia de juro e demais favores concedidos pelo decreto n. 193 D, de 3 de janeiro de 1890, para a construção da Estrada de Ferro de Tamandaré a Barra, no Estado de Pernambuco.
- N. 2.857 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1898 — Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional e ensino secundario nos Estados.
- N. 2.858 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda, no exercicio de 1898, o credito de 700:000\$ para occorrer ás despesas de arrecadação e fiscalização dos impostos do fumo e bebidas alcoolicas.
- N. 2.859 — GUERRA — Decreto de 31 de março de 1898 — Manda reverter ao serviço activo do exercito o tenente de cavallaria Paulo José de Oliveira.
- N. 2.860 — GUERRA — Decreto de 31 de março de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 6:186\$391 para pagamento de vencimentos de lente substituto da Escola Militar desta Capital, ao major Alcides Bruce, e das custas do processo a que foi condemnada a Fazenda Nacional.
- N. 2.861 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de março de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Araranguá, no Estado de Santa Catharina.
- N. 2.862 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Créa uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel, no Estado de Santa Catharina.
- N. 2.863 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Francisco, no Estado de Santa Catharina.
- N. 2.864 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Campos Novos, no Estado de Santa Catharina.
- N. 2.865 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tubarão, no Estado de Santa Catharina.
- N. 2.866 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José do Paraíso, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.867 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Patos, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.868 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria

- de guardas nacionaes na comarca de S. João Baptista do Rio Verde, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.869 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Limeira, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.870 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Capão Bonito de Paranapanema, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.871 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Reorganiza a guarda nacional do Estado de Goyaz.
- N. 2.872 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 2.873 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Potengi, no Estado do Rio Grande do Norte.
- N. 2.874 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado da Bahia.
- N. 2.875 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de abril de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado da Bahia.
- N. 2.876 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de abril de 1898 — Autoriza varias alterações no contracto firmado com a "Amazon Steam Navigation Company, Limited", para a navegação dos rios Amazonas e outros, nos Estados do Amazonas e Pará.
- N. 2.877 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Claro, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.878 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 33:341\$598 para occorrer aos pagamentos das differenças de vencimentos a telegraphistas da Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 2.879 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1898 — Concede autorização ao Banco do Estado do Rio de Janeiro para organizar uma sociedade mutua sob a denominação de Associação Agricola e Commercial Mutualidade Fluminense.
- N. 2.880 — GUERRA — Decreto de 18 de abril de 1898 — Approva o regulamento para a Secretaria de Estado da Guerra.
- N. 2.881 — GUERRA — Decreto de 18 de abril de 1898 — Approva o regulamento para os institutos militares de ensino.

- N. 2.882 — FAZENDA — Decreto de 19 de abril de 1898 — Anexa ás delegacias fiscaes as caixas economicas, em alguns Estados.
- N. 2.883 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de abril de 1898 — Declara caducos o privilegio, garantia de juros e mais favores concedidos para a construcção da Estrada de Ferro de Ribeirão ao Bonito.
- N. 2.884 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de abril de 1898 — Concede autorização á "Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil" para funcionar.
- N. 2.885 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de abril de 1898 — Approva o regulamento para a fiscalização das estradas de ferro concedidas pela União.
- N. 2.886 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 29 de abril de 1898 — Crea um consulado no Rosario de Santa Fé, na Republica Argentina.
- N. 2.887 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 29 de abril de 1898 — Crea um consulado em Bruxellas.
- N. 2.888 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1898 — Abre o credito de 600:000\$ ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.
- N. 2.889 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de maio de 1898 — Approva o typo de trilhos e respectivos accessorios que têm de ser empregados nos novos planos inclinados na Serra do Mar, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.
- N. 2.890 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de maio de 1898 — Concede autorização a "The Faria Gold Mining Company of Brazil, Limited", para continuar a funcionar na Republica.
- N. 2.891 — GUERRA — Decreto de 2 de maio de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 8:294\$272 para pagamento ao tenente reformado do exercito José Severo Fialho, do soldo de sua patente.
- N. 2.892 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de maio de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Iguape, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.893 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1898 — Concede á Escola Polytechnica da Bahia o tituló de escola livre, com todos os privilegios e garantias de que goza a escola federal, congenere.
- N. 2.894 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 8:028\$523 para pagamento do lente da Faculdade de Direito do Recife Dr. José Joaquim Seabra e das custas do processo.
- N. 2.895 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de maio de 1898 — Approva o projecto de me-

- thoramento entre as estações Central e de S. Diogo, da Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 2.896 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 9 de maio de 1898 — Transfere a "The Leopoldina Railway Company, Limited", as concessões, privilégios, garantia de juros e demais favores de que gozava a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina em referencia ás vias-ferreas abaixo mencionadas.
- N. 2.897 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de maio de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Porto de Moz, no Estado do Pará.
- N. 2.898 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de maio de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Affuá, no Estado do Pará.
- N. 2.899 — **FAZENDA** — Decreto de 16 de maio de 1898 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco da Bolsa.
- N. 2.900 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 18 de maio de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.
- N. 2.901 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 30 de maio de 1898 — Proroga por dois annos o prazo marcado no contracto de 3 de março de 1893 á Companhia Brasileira Torrens para o inicio das obras do porto de Victoria, no Estado do Espirito Santo.
- N. 2.902 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 1 de junho de 1898 — Crea mais uma brigada de cavalaria de guardas nacionaes na comarca de Guarapuava, no Estado do Paraná.
- N. 2.903 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 1 de junho de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Guarapuava, no Estado do Paraná.
- N. 2.904 — **FAZENDA** — Decreto de 2 de junho de 1898 — Anexa á Delegacia Fiscal a Caixa Economica do Estado do Pará.
- N. 2.905 — **GUERRA** — Decreto de 6 de junho de 1898 — Modifica o regulamento approved pelo decreto n. 2.213, de 9 de janeiro de 1896, para o serviço do fornecimento de víveres e forragens aos corpos do exercito.
- N. 2.906 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pluma, no Estado do Espirito Santo.
- N. 2.907 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de junho de 1898 — Regula a conversão dos juros de 4 % ouro, das apolices da divida publica interna em juros de 5 % papel.
- N. 2.908 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 13 de junho de 1898 — Eleva á 16:281\$913 o credito de 8:028\$523, aberto pelo decreto n. 2.894, de 9 de maio findo.
- N. 2.909 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 14 de junho de 1898 — Publica a adhesão do Estado Livre de Orange

- à Convenção Postal Universal de Washington de 15 de junho de 1897.
- N. 2.910 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itatiba, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.911 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Serra Negra, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.912 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Caconde, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.913 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jahú, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.914 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jundiáhy, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.915 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de junho de 1898 — Declara caduca a fiança da garantia de juros, concedida para a construção da Estrada de Ferro Central Alagoana.
- N. 2.916 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de junho de 1898 — Concede autorização à "Atlas Assurance Company", para funcionar na Republica.
- N. 2.917 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de junho de 1898 — Approva o regulamento para o serviço de construção e melhoramento de portos, rios e canaes.
- N. 2.918 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Caravellas, no Estado da Bahia.
- N. 2.919 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Obidos, no Estado do Pará.
- N. 2.920 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cintra, no Estado do Pará.
- N. 2.921 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Grão-Mogol, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.922 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Viçosa, no Estado de Minas Geraes.

- N. 2.923 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1898 — Crea logares de supplentes de substitutos de juiz seccional nas circumscripções federaes de Santa Thereza e Paraty, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 2.924 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 11:934\$440, para pagamento de vencimentos e custas devidos ao Dr. Cincinnati Americo Lopes.
- N. 2.925 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. João Nepomuceno, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.926 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Oliveira, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.927 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bomfim, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.928 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cametá, no Estado do Pará.
- N. 2.929 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. João do Piauihy, no Estado do Piauihy.
- N. 2.930 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.
- N. 2.931 — FAZENDA — Decreto de 30 de junho de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 9.783:333\$333, ao cambio de 27, para occorrer ao pagamento de juros e amortização do emprestim de £ 2.000.000 contrahido em 1897, em Londres.
- N. 2.932 — FAZENDA — Decreto de 1 de julho de 1898 — Declara de nenhum effeito o decreto n. 2.483, de 22 de março de 1897.
- N. 2.933 — GUERRA — Decreto de 4 de julho de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de. . . 68:494\$900 para as despesas com a installação da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo.
- N. 2.934 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pecanha, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.935 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de julho de 1898 — Approva a planta e orgamento dos terrenos perto da estação de S. Bernardo,

- precisos para a duplicação da linha da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.
- N. 2.936 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 18 de julho de 1898 — Publica a adesão da Republica Peruana aos accórdos concluidos em Vienna a 4 de julho de 1891, relativos á introdução dos certificados de identidade no serviço postal internacional e á intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e publicações periodicas.
- N. 2.937 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 18 de julho de 1898 — Approva as plantas e orçamentos dos terrenos necessarios para captação das vertentes de aguas na estação do Pilar, e das obras para supprimento daquelle liquido ás locomotivas da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.
- N. 2.938 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 18 de julho de 1898 — Fixa provisoriamente em 5.768:746\$556 o capital empregado nos trechos comprehendidos entre Cruz Alta ao Kilometro 100 e do Kilometro 100 a Passo Fundo, da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguáy e ramal do Ijuhy Grande.
- N. 2.939 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 18 de julho de 1898 — Concede autorização a Eduardo Augusto Pereira Nunes para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Credito Agricola e Industrial do Paraná.
- N. 2.940 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 23 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes, na comarca de Parnahyba, no Estado do Piahy.
- N. 2.941 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 23 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Amarração, no Estado do Piahy.
- N. 2.942 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 23 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes, na comarca de Villa Nova, no Estado de Sergipe.
- N. 2.943 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 23 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Silveiras, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.944 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 23 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará.
- N. 2.945 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 25 de julho de 1898 — Approva os estudos definitivos e orçamentos das variantes de Pitanguy ao Carambehy e de Entre Rios ao Virá, da Estrada de Ferro S. Paulo — Rio Grande.
- N. 2.946 — **MARINHA** — Decreto de 25 de julho de 1898 — Manda reverter para o quadro activo da armada o commissario de 5ª classe José Marianno de Faria Dias, amnistiado pelo decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895.

- N. 2.947 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:831\$111, para occorrer ao pagamento dos vencimentos do tenente da brigada policial Vicente Pinto de Sant'Anna, no periodo de 24 de maio de 1894 a 8 de fevereiro de 1897.
- N. 2.948 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1898 — Reorganiza a guarda nacional do Estado de Alagoas.
- N. 2.949 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Palmeira dos Indios, no Estado de Alagoas.
- N. 2.950 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Victoria, no Estado de Alagoas.
- N. 2.951 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Limoeiro, no Estado de Alagoas.
- N. 2.952 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Lagarto, no Estado de Sergipe.
- N. 2.953 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itabaiana, no Estado de Sergipe.
- N. 2.954 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Estancia, no Estado de Sergipe.
- N. 2.955 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Rio Real, no Estado de Sergipe.
- N. 2.956 — GUERRA — Decreto de 27 de julho de 1898 — Approva o regulamento para a Fabrica de Cartuchos do Realengo.
- N. 2.957 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1898 — Crea uma brigada de cavalaria de guardas nacionaes na comarca de Jahu, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.958 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Villa Bella, no Estado de Pernambuco.
- N. 2.959 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Bonito, no Estado de Pernambuco.
- N. 2.960 — FAZENDA — Decreto de 28 de julho de 1898 — Revoga o decreto n. 2.291, de 28 de maio de 1896.

- N. 2.961 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 146:000\$ para pagamento dos ordenados de magistrados aposentados que reverteram á disponibilidade.
- N. 2.962 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 10:816\$550, complementando ao de 138:064\$180, para pagamento á companhia de navegação "Norddeutscher Lloyd", de Bremen.
- N. 2.963 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1898 — Concede autorização á Companhia de Seguros Garantia, da cidade do Porto, para continuar a funcionar, por cinco annos, na Republica.
- N. 2.964 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado do Pará.
- N. 2.965 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.
- N. 2.966 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pacatuba, no Estado do Ceará.
- N. 2.967 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de agosto de 1898 — Manda executar o tratado de 10 de abril de 1897, que submette a arbitramento a questão de limites entre o Brasil e a Guyana Franceza.
- N. 2.968 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cunha, no Estado de S. Paulo.
- N. 2.969 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro, e extingue a 9ª brigada de cavallaria da mesma milicia da referida comarca.
- N. 2.970 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de agosto de 1898 — Crea um consulado em Vigo.
- N. 2.971 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de agosto de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 32:000\$ para pagamento de vencimentos do pessoal addido á Secretaria do Estado do mesmo ministerio.
- N. 2.972 — FAZENDA — Decreto de 18 de agosto de 1898 — Autoriza o resgate da emissão concedida ao Banco da Bahia pelo decreto n. 2.140, de 3 de abril de 1858.
- N. 2.973 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Granja, no Estado do Ceará.

- N. 2.974 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 23 de agosto de 1898 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de 815:067\$120, para pagamento das indemnizações concedidas a reclamantes italianos.
- N. 2.975 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 23 de agosto de 1898 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de 90:000\$, ao cambio de 27 d., para o fim de solver as despesas com a missão que for encarregada de defender o direito da Nação Brasileira na questão de limites com a Guyana Franceza.
- N. 2.976 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**—Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Faxina, no Estado de São Paulo.
- N. 2.977 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**—Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Paracatú, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.978 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**—Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Arassuahy, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.979 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**—Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maracás, no Estado da Bahia.
- N. 2.980 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**—Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Brejo Grande, no Estado da Bahia.
- N. 2.981 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**—Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia.
- N. 2.982 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia.
- N. 2.983 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**—Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Caetetê, no Estado da Bahia.
- N. 2.984 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**—Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.
- N. 2.985 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de agosto de 1898 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 520:200\$ para occorrer ao pagamento das apolices cujos possuidores não acceitaram a conversão de que trata o decreto n. 2.907, de 11 de junho do corrente anno.
- N. 2.986 — **GUERRA** — Decreto de 30 de agosto de 1898 — Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de 24:150\$ para despesas com a substituição de um fogão e construção de uma chaminé no edificio da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo.

- N. 2.987 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de setembro de 1898 — Concede autorização á Companhia de Seguros Mutuos contra Fogo Providencia para funcionar.
- N. 2.988 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1898 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Camisão, no Estado da Bahia.
- N. 2.989 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes, e extingue a 9.^a brigada de cavallaria da mesma milicia da referida comarca.
- N. 2.990 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alfenas, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.991 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tiradentes, no Estado de Minas Geraes.
- N. 2.992 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de União, no Estado de Alagoas.
- N. 2.993 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Jardim no Estado do Ceará.
- N. 2.994 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sobral, no Estado do Ceará.
- N. 2.995 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1899, o credito suplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$, á verba — Secretaria do Senado, e 42:500\$, á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 2.996 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$, á verba — Subsídio dos senadores, e 477:000\$, á verba — Subsídio dos deputados.
- N. 2.997 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1898 — Manda executar a convenção de 4 de maio de 1897, que regula o exercicio das profissões liberaes, entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a do Chile.
- N. 2.998 — FAZENDA — Decreto de 14 de setembro de 1898 — Dá regulamento para a fiscalização dos impostos de consumo.
- N. 2.999 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1898 — Crea um consulado em Munich.
- N. 3.000 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto

- de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Iguatú, no Estado do Ceará.
- N. 3.001 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Icó, no Estado do Ceará.
- N. 3.002 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Lavras, no Estado do Ceará.
- N. 3.003 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Assaré, no Estado do Ceará.
- N. 3.004 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.
- N. 3.005 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barbalha, no Estado do Ceará.
- N. 3.006 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará.
- N. 3.007 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Inhamuns, no Estado do Ceará.
- N. 3.008 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Caruarú, no Estado de Pernambuco.
- N. 3.009 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Valença, no Estado da Bahia.
- N. 3.010 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Riachuelo, no Estado de Sergipe.
- N. 3.011 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Espírito Santo de Pinhal, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.012 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Avaré, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.013 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Alem Parahyba, no Estado de Minas Geraes.

- N. 3.014 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1898 — Altera algumas disposições dos títulos VI e VII do regulamento da Directoria Geral de Saúde Publica, anexo ao decreto n. 2.458, de 10 de fevereiro de 1897.
- N. 3.015 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de setembro de 1898 — Modifica os contractos celebrados com a Empresa Viação do Brasil para a navegação dos rios S. Francisco e das Velhas.
- N. 3.016 — FAZENDA — Decreto de 26 de setembro de 1898 — Abre o credito de 600:356\$190, suplementar ás verbas 6ª, 8ª, 11ª e 12ª, do orçamento da despesa do Ministerio da Fazenda, do corrente exercicio.
- N. 3.017 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1898 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Juiz de Fóra, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.018 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 17:900\$, suplementar, á verba 9ª do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.
- N. 3.019 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 100:000\$, suplementar, á verba 14ª da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, para diligencias policiaes.
- N. 3.020 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1898 — Crea duas brigadas de guardas nacionaes na comarca de S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.021 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Matta de S. João, no Estado da Bahia.
- N. 3.022 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1898 — Concede á Escola de Engenharia do Estado de Pernambuco os privilegios e garantias de que goza a escola federal congênere.
- N. 3.023 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de outubro de 1898 — Approva a planta e orçamento para a construção de uma pequena estação no Kilometro 65, da Estrada de Ferro do Rio Grande ao Bagé.
- N. 3.024 — FAZENDA — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2.804:737\$500, para pagamento de despesas oriundas da reversão dos juros de 4 % ouro, das apolices da divida publica interna, em juros de 5 % papel.
- N. 3.025 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 127:083\$600, suplementar, á verba 37, do art. 20 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

- N. 3.026 — GUERRA — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de 113:402\$880 para occorrer ao pagamento da etapa, correspondente aos respectivos postos, do pessoal docente dos institutos militares de ensino.
- N. 3.027 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Traipu', no Estado de Alagoas.
- N. 3.028 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Viçosa, no Estado de Alagoas.
- N. 3.029 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Parahyba, no Estado de Alagoas.
- N. 3.030 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Botucatu', no Estado de S. Paulo.
- N. 3.031 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de cavalaria de guardas nacionaes na comarca de Além Parahyba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.032 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas.
- N. 3.033 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado de Sergipe.
- N. 3.034 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1898 — Autoriza o Instituto Technico Naval a crear, na respectiva séde, um curso livre profissional para primeiros e segundos pilotos destinados á marinha mercante.
- N. 3.035 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Camaragibe, no Estado de Alagoas.
- N. 3.036 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alagoas, no Estado do mesmo nome.
- N. 3.037 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.
- N. 3.038 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1898 — Faculta a permuta das apolices ao portador, do emprestimo interno de 1895, por outras, nominativas, do mesmo emprestimo.
- N. 3.039 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1898 —

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 378:683\$120 para occorrer á despesa com a restitução ao Estado de Minas Geraes dos direitos pagos pela importação dos materiaes destinados á construcção da nova capital do mesmo Estado.

- N. 3.040 — FAZENDA — Decreto de 19 de outubro de 1898 — Declara quaes os vencimentos que devem perceber os fiscaes do imposto do fumo e bebidas, de Ouro Preto, Estado de Minas Geraes, e os do imposto de phosphoros, do municipio de Nictheroy, Estado do Rio de Janeiro.
- N. 3.041 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de outubro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 152:711\$223, á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1898.
- N. 3.042 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Formosa, no Estado do Ceará.
- N. 3.043 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Isabel, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.044 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.045 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Acaeralú, no Estado do Ceará.
- N. 3.046 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ipu, no Estado do Ceará.
- N. 3.047 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maranguape, no Estado do Ceará.
- N. 3.048 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Benedicto, no Estado do Ceará.
- N. 3.049 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapioca, no Estado do Ceará.
- N. 3.050 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cascavel, no Estado do Ceará.
- N. 3.051 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Bernardo das Russas, no Estado do Ceará.

- N. 3.052 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado do Ceará.
- N. 3.053 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Granja, no Estado do Ceará.
- N. 3.054 — GUERRA — Decreto de 24 de outubro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra, o credito especial de 20:773\$333, para pagamento dos ordenados dos professores da extincta Escola Militar do Ceará, que ficaram em disponibilidade, e das gratificações especiaes dos commandantes dos institutos militares de ensino.
- N. 3.055 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1898 — Approva a planta do orçamento apresentados pela Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, para augmento de edificios e armazens, na importancia de 18:060\$500, da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras.
- N. 3.056 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1898 — Approva o regulamento para a concessão de agua dos encanamentos publicos na Capital Federal.
- N. 3.057 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$, a verba — Subsídio dos senadores e 477:000\$, a verba — Subsídio dos deputados.
- N. 3.058 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ a verba — Secretaria do Senado, e 42:500\$, a verba Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 3.059 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Araxá, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.060 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Quixerémobim, no Estado do Ceará.
- N. 3.061 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Muricy, no Estado de Alagoas.
- N. 3.062 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Porto de Lagô, no Estado de Alagoas.
- N. 3.063 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto

- de 25 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Porto de Pedras, no Estado de Alagoas.
- N. 3.064 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel dos Campos, no Estado de Alagoas.
- N. 3.065 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Penedo, no Estado de Alagoas.
- N. 3.066 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 583:466\$045.
- N. 3.067 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de outubro de 1898 — Concede autorização á "Commercial Union Assurance Company, Limited", para estender suas operações a diversos Estados da Republica.
- N. 3.068 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado da Bahia.
- N. 3.069 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.
- N. 3.070 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Real, no Estado de Sergipe.
- N. 3.071 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Viçosa, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.072 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Doreas, Bôa Esperança, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.073 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Patrocínio, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.074 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. João Baptista, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.075 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Varginha, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.076 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de in-

- fantaria de guardas nacionaes na comarca de Bomfim, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.077 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ouro Preto, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.078 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Dôres da Boa Esperança, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.079 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Patrocínio, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.080 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1898 — Crea logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado do Ceará.
- N. 3.081 — MARINHA — Decreto de 31 de outubro de 1898 — Manda observar algumas alterações no plano de uniformes para o Corpo da Armada e classes annexas.
- N. 3.082 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1898 — Proroga por mais dois annos o prazo concedido para a conclusão das obras da linha ferrea entre Santo Eduardo e Cachoeiro do Itapemerim.
- N. 3.083 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1898 — Crea duas brigadas de guardas nacionaes na comarca de Ubá, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.084 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1898 — Approva a consolidação das leis referentes á justiça federal.
- N. 3.085 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1898 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 1.425:150\$, para occorrer á despesa com a restituição devida á Companhia Luz Stearica.
- N. 3.086 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1898 — Publica a adhesão da Republica Dominicana á Convenção Postal Universal de Washington, de 15 de junho de 1897.
- N. 3.087 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1898 — Approva o regulamento e tarifas da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé.
- N. 3.088 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1898 — Modifica as clausulas III e XIX do contracto da Companhia de Navegação a Vapor das Lagoas Norte e Manguaba, que se refere o decreto n. 2:120, de 3 de outubro de 1895.
- N. 3.089 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Palmas, no Estado de Minas Geraes.

- N. 3.090 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia.
- N. 3.091 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia.
- N. 3.092 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tamboril, no Estado do Ceará.
- N. 3.093 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Lavras, no Estado do Ceará.
- N. 3.094 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapipoca, no Estado do Ceará.
- N. 3.095 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maranguape no Estado do Ceará.
- N. 3.096 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de de Aracaty, no Estado do Ceará.
- N. 3.097 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaguaribe-Mirim, no Estado do Ceará.
- N. 3.098 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará.
- N. 3.099 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cascavel, no Estado do Ceará.
- N. 3.100 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Jardim, no Estado do Ceará.
- N. 3.101 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Assaré, no Estado do Ceará.
- N. 3.102 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cratueis, no Estado do Ceará.

- N. 3.103 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Vigosa, no Estado do Ceará.
- N. 3.104 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Triumpho, no Estado das Alagoas.
- N. 3.105 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes nas comarcas de Coruripe, Poxim e Piassabussú, no Estado das Alagoas.
- N. 3.106 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Pilar, no Estado das Alagoas.
- N. 3.107 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Luiz do Quitunde, no Estado das Alagoas.
- N. 3.108 — GUERRA — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de.... 119:784\$592, para occorrer á despesa com as obras de que necessita uma parte da fachada principal do edificio em que funciona a Escola Militar do Brasil.
- N. 3.109 — FAZENDA — Decreto de 10 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:000\$, supplementar, á verba — Thesouro Federal, parte material, do corrente exercicio.
- N. 3.110 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes, na comarca de Cachoeiro, do Itapemerim, no Estado do Espirito Santo.
- N. 3.111 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Propriá, no Estado de Sergipe.
- N. 3.112 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaguaribe-Mirim, no Estado do Ceará.
- N. 3.113 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Iguatú, no Estado do Ceará.
- N. 3.114 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea duas brigadas, sendo uma de infantaria e outra de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Atalaia, no Estado das Alagoas.
- N. 3.115 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Irará, (antiga Purificação dos Campos), no Estado da Bahia.
- N. 3.116 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto

- de 12 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tres Corações do Rio Verde, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.117 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Oliveira, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.118 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea um consulado em Dresde.
- N. 3.119 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1899 — Annulla a criação do consulado em Munich.
- N. 3.120 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes, e extingue a 7ª de cavallaria da mesma guarda da referida comarca.
- N. 3.121 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Espírito Santo do Pinhal, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.122 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Anadia, no Estado das Alagoas.
- N. 3.123 — (Com este numero não foi publicado acto algum).
- N. 3.124 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.
- N. 3.125 — GUERRA — Decreto de 14 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 41:400\$, para pagamento das gratificações do pessoal que compõe os estados-maiores do ministro da Guerra, do ajudante-general e do quartel-mestre-general.
- N. 3.126 — GUERRA — Decreto de 14 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito supplementar da quantia de 1.510:516\$, para attender ás despesas com o \$ 11 — Etapa do actual exercicio.
- N. 3.127 — GUERRA — Decreto de 14 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 7:000\$, para attender ás despesas com o expediente da Escola Militar do Brasil e com o asseio e conservação do respectivo edificio.
- N. 3.128 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 100:000\$, destinados ás des-substituição dos marcos na fronteira do Brasil com a Republica do Perú.
- N. 3.129 — EXTERIOR — Decreto de 19 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 100:000\$, destinados ás despesas com a demarcação da fronteira das Missões com a Republica Argentina.

- N. 3.130 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:700\$, supplementar, á verba 10^a do art. 22 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.
- N. 3.131 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1898 — Approva o orçamento do material em serviço de dragagem e desobstrução do porto de Santos, apresentado pela Companhia Docas de Santos.
- N. 3.132 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 16:608\$440, para pagar vencimentos devidos ao Dr. Arthur Fernandes Campos da Paz.
- N. 3.133 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24, de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 618:750\$, sendo..... 141:750\$, á verba — Subsidio dos senadores, e 477:000\$, á verba — Subsidio dos deputados.
- N. 3.134 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:400\$, á verba Secretaria do Senado, e 42:500\$, á verba Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 3.135 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1898 — Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado de Parahyba.
- N. 3.136 JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1898 — Crea um brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Labrea, no Estado do Amazonas.
- N. 3.137 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Boa Vista do Rio Branco, no Estado do Amazonas.
- N. 3.138 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maués, no Estado do Amazonas.
- N. 3.139 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Humaytá, no Estado do Amazonas.
- N. 3.140 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1898 — Crea duas brigadas, sendo uma de cavallaria e outra de infantaria, de guardas nacionaes, na comarca de Palmares, no Estado de Pernambuco.
- N. 3.141 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1898 — Crea duas brigadas, sendo uma de cavallaria e outra de infantaria, de guardas na-

cioneas na comarca de Nazareth, no Estado de Pernambuco.

- N. 3.142 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de novembro, de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito suplementar de 300:00\$, á verba— Correios, afim de ser applicado ás diversâs subsignações da mesma verba, no corrente exercicio.
- N. 3.143 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Gurupá, no Estado do Pará.
- N. 3.144 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1898 — Crea sma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cametá, na Estado do Pará.
- N. 3.145 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.098:390\$792, para liquidação de dividas de exercicios findos.
- N. 3.146 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de ... 800:000\$, para soccorrer os Estados do Piahy, Parahyba, Sergipe e Rio Grande do Norte, flagellados pela secca.
- N. 3.147 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de dezembro de 1898 — Declara caducas varias patentes de invenção.
- N. 3.148 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 15:000\$, suplementar ao n. 3 do art. 3º da lei, 490, 16 de dezembro de 1897.
- N. 3.149. — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1898 — Crea um consulado em Milão.
- N. 3.150 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Matta de S. João, no Estado da Bahia.
- N. 3.151 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bomfim, no Estado da Bahia.
- N. 3.152 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bomfim, no Estado da Bahia.
- N. 3.153 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 417:204\$778, suplementar, á verba n. 14. do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.
- N. 3.154 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras publicas o credito especial de 21:473\$300, para indemnizar o empreiteiro do trecho de S. Caetano da Raposa a Bello Jardim, da Estrada de Fer-

- ro Central de Pernambuco, Manoel José Gonçalves Braga, em virtude da rescisão do seu contracto.
- N. 3.155 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de dezembro de 1898 — Approva a planta e o orçamento para construção da superestrutura definitiva da ponte provisoria existente no kilometro 49.200 da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé.
- N. 3.156 — **GUERRA** — Decreto de 23 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 60:000\$, para obras no Laboratorio Pyrotechnico do Campinho.
- N. 3.157 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 24 de dezembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Brejão, no Estado d Maranhão.
- N. 3.158 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 24 de dezembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado do Pará.
- N. 3.159 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 26 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$, á verba — Secretaria do Senado, 42:500\$, á verba Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 3.160 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 26 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 598:125\$, sendo 137:025\$, á verba — Subsídio dos senadores, e 461:100\$, á verba — Subsídio dos deputados.
- N. 3.161 — **GUERRA** — Decreto de 27 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 44.400\$, supplementar, á verba 6ª do art. 8º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, para pagamento de vencimentos á mestrança em disponibilidade das officinas dos arsenaes de guerra extinctas pela mesma lei.
- N. 3.162 — **GUERRA** — Decreto de 27 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:499\$990, para pagamento de gratificação ao capitão do corpo do estado-maior de 1ª classe Luiz Bello Lisboa.
- N. 3.163 — **FAZENDA** — Decreto de 27 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 21:000\$, supplementar, á verba—Exercícios findos, para pagamento de ajudas de custo a empregados de fazenda encarregados da apuração de contas de estradas de ferro.
- N. 3.164 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 27 de dezembro de 1898 — Approva a planta para construção de uma estação no Alto da Boa Vista, da Estrada de Ferro da Tijuca.
- N. 3.165 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 3.166 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 28 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 253:077\$840, supplementar, ás verbas n. 8, do art. 23 da lei n. 490, de 16 de

- dezembro de 1897, e ns. 11 e 14, do art. 2.º da mesma lei.
- N. 3.167 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS** — Decreto de 28 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinário de 500:000\$, para pagamento á "Société Générale de Transports Maritimes à Vapeur de Marseille."
- N. 3.168 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 28 de dezembro de 1898 — Manda executar o accôrdo sobre permutação de encomendas postaes, sem valor declarado, entre esta Republica e o Reino de Portugal, firmado nesta Capital, em 9 de maio de 1898.
- N. 3.169 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 28 de dezembro de 1898 — Manda executar a convenção, firmada em 21 de dezembro de 1895, entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e os Paizes Baixos, para a extirpação da tradição de criminosos.
- N. 3.170 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 28 de dezembro de 1898 — Manda executar os ajustes da Convenção Postal Universal, do accôrdo sobre a permuta de cartas e encomendas com valor declarado e do accôrdo relativo aos vales postaes, etc., firmados em Washington em 15 de junho de 1897.
- N. 3.171 — **MARINHA** — Decreto de 29 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministério da Marinha o credito da quantia de 1.770:950\$936, suplementar, a diversas verbas do art. 7.º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.
- N. 3.172 — **GUERRA** — Decreto de 30 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministério da Guerra o credito especial de 69:230\$558, para attender a despesas relativas aos institutos militares de ensino.
- N. 3.173 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia.
- N. 3.174 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 3.175 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 3.176 — **FAZENDA** — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de 7:300\$, para pagamento do transporte de duas lanchas, no porto de Santos.
- N. 3.177 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 3.178 — **GUERRA** — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministério da Guerra o credito suplementar de 964:835\$804 ás verbas ns. 15 e 16 do orçamento vigente.
- N. 3.179 — **GUERRA** — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministério da Guerra o credito extraordinario de 956\$ para pagamento de etapa ao Dr. João José Duarte Guimarães.
- N. 3.180 — **GUERRA** — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministério da Guerra o credito extraordinario de 27:471\$794, para pagamento a professores da Escola Militar e a dois commandantes de vapores mercantes, em commissão do mesmo ministerio.
- N. 3.181 — **GUERRA** — Decreto de 31 de dezembro de 1898

- Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 74:075\$060, supplementar, ás verbas ns. 7 e 16 do art. 8º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.
- N. 3.182 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Abre o credito de 201:231\$100, supplementar, a diversas verbas do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.
- N. 3.183 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Dá instrucções provisórias para a eleição de intendentes municipaes do Distrito Federal.
- N. 3.184 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Autoriza o contracto com a "Compagnie Auxillaire des Chemins de Fer au Brésil", para a conclusão do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, no trecho de S. Sebastião a S. Gabriel.
- N. 3.185 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 7:200\$ para pagamento dos vencimentos, no corrente exercicio, dos empregados addidos á Repartição dos Telegraphos, em virtude da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.
- N. 3.186 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de £ 1.098-19-2, para occorrer á despesa com a indemnização dos prejuizos causados pela occorrença havida em Santos, com o vapor inglez "Staumore".

1899

- N. 3.187 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1899 — Approva as alterações feitas nas tarifas em vigor na Estrada de Ferro Central da Bahia.
- N. 3.188 — MARINHA — Decreto de 5 de janeiro de 1899 — Supprime os arsenaes de marinha estabelecidos nos Estados de Pernambuco e da Bahia e manda allenar os respectivos terrenos e predios.
- N. 3.189 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1899 — Approva o regulamento para o Estado-Maior do Exercito.
- N. 3.190 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Alagoinhas, no Estado da Bahia.
- N. 3.191 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1899 — Reorganiza a Secretaria do Estado da Justiça e Negocios Interiores.
- N. 3.192 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de janeiro de 1899 — Supprime o Consulado no Rosario.
- N. 3.193 — GUERRA — Decreto de 12 de janeiro de 1899 —

- Approva o regulamento da Intendencia Geral da Guerra,
- N. 3.194 — MARINHA — Decreto de 12 de janeiro de 1899 — Manda completar a tabella n. 4 do código de signaes common a todos os portos e barras da Republica.
- N. 3.195 — GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1899 — Supprime os arsenaes de guerra do Pará, Pernambuco e Bahia, extingue as companhias de operarios militares e de aprendizes artifices, crea depositos de artigos bellicos e dispõe sobre os respectivos predios e terrenos.
- N. 3.196 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de janeiro de 1899 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores um credito extraordinario de 30:000\$, em moeda do paiz, para o pagamento de uma indemnização ao subdito allemão Carlos Roth.
- N. 3.197 — MARINHA — Decreto de 19 de janeiro de 1899 — Reorganiza o corpo de engenheiros navaes.
- N. 3.198 — GUERRA — Decreto de 19 de janeiro de 1899 — Approva o regulamento da Direcção Geral de Engenharia.
- N. 3.199 — GUERRA — Decreto de 19 de janeiro de 1899 — Approva o regulamento dos commandos dos districtos militares.
- N. 3.200 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itaparica, no Estado da Bahia.
- N. 3.201 — FAZENDA — Decreto de 23 de janeiro de 1899 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 764:736\$26z, supplementar, á verba — Exercicios findos.
- N. 3.202 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1899 — Estabelece regras para execução do art. 12 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, na parte relativa aos vice-consulados remunerados pelo Thesouro Federal.
- N. 3.203 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1899 — Proroga por mais cinco annos o prazo fixado no decreto n. 1.079, de 28 de novembro de 1890, para a Companhia Melhoramentos da Lagôa e Botafogo terminar as obras de saneamento da lagôa Rodrigo de Freitas.
- N. 3.204 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1899 — Approva a planta do terreno necessario á construcção de um hotel-restaurant junto á estação do Sylvestre, do Estrada de Ferro do Corcovado.
- N. 3.205 — GUERRA — Decreto de 26 de janeiro de 1899 — Approva o regulamento da Direcção Geral de Artilharia.
- N. 3.206 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1899 — Reorganiza a guarda nacional da Capital Federal.
- N. 3.207 — FAZENDA — Decreto de 30 de janeiro de 1899 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 1.402:609\$760, supplementar, á verba — Juros e amortização da divida interna.
- N. 3.208 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De-

- creto de 31 de janeiro de 1899 — Autoriza o contracto com Carlos Alegre para concluir o trecho do extincto prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, entre Carvoracy e Alegrete, e trafegal-o conjunctamente com o de Carvoracy a Uruguayana.
- N. 3.209 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1899 — Declara caduca a patente de invenção n. 1.895, de 8 de janeiro de 1896.
- N. 3.210 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1899 — Da providencias sobre a guarda e entrega dos archivós das legações e dos consulados e outras.
- N. 3.211 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1899 — Approva o regulamento para o Museu Nacional.
- N. 3.212 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1899 — Equipara os vencimentos dos empregados das faculdades de Direito de S. Paulo e do Recife aos dos empregados da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
- N. 3.213 — FAZENDA — Decreto de 20 de fevereiro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 280.000\$ para pagamento de percentagens devidas aos empregados de diversas repartições arrecadadoras no exercicio de 1898.
- N. 3.214 — FAZENDA — Decreto de 21 de fevereiro de 1899 — Da regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo.
- N. 3.215 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1899 — Approva as alterações feitas nas tarifas em vigor na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay.
- N. 3.216 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de fevereiro de 1899 — Concede autorização a orçamento para a construcção de um armazem em Tupaceretan, da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay.
- N. 3.217 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de fevereiro de 1899 — Concede autorisação a L. Paulino & Comp. para organizarem uma sociedade Anonyma sob a denominação de — Fabrica Nacional de Conservas Alimentares.
- N. 3.218 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1899 — Annulla a creação do consulado em Dresde.
- N. 3.219 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 87:800\$919, á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1898.
- N. 3.220 — GUERRA — Decreto de 7 de março de 1899 — Approva o regulamento da Direcção Geral de Saude.
- N. 3.221 — GUERRA — Decreto de 7 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito, de 574:906\$492, supplementar, á verba 16ª — Material, consignação n. 36, "Transporte de tropas, etc.", do exercicio de 1898.

- N. 3.222 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 10 de março de 1899 — Publica a adesão, a partir de 1 de janeiro do corrente anno, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda ao accôrdo de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo á permutação de cartas e encomendas com valor declarado.
- N. 3.223 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 10 de março de 1899 — Publica a adesão, a partir de 1 de abril proximo, da Índia Britannica ao accôrdo de Washington de 15 de junho de 1897, relativo á permutação de cartas e encomendas com valor declarado.
- N. 3.224 — **GUERRA** — Decreto de 10 de março de 1899 — Approva o regulamento do Tiro Nacional.
- N. 3.225 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 11 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:927\$620, para pagamento dos ordenados e custas á juizes de direito que reverterem á disponibilidade.
- N. 3.226 — **FAZENDA** — Decreto de 13 de março de 1899 — Dá regulamento para a cobrança do imposto de bebidas.
- N. 3.227 — (Com este numero não foi publicado acto algum).
- N. 3.228 — **FAZENDA** — Decreto de 14 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 48:125\$780, supplementar, á verba — Ajudas de custo, do exercicio de 1898.
- N. 3.229 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 14 de março de 1899 — Approva a reforma dos estatutos da associação de auxilios mutuos entre funcionarios do Estado do Rio de Janeiro — Mutualidade.
- N. 3.230 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 14 de março de 1899 — Modifica o pessoal da comissão das obras da barra e do porto do Rio Grande do Sul.
- N. 3.231 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 16 de março de 1899 — Concede autorização á Companhia de seguros "Maunheimer Versicherungs Gesellschaft" para estabelecer uma agencia no Estado de S. Paulo.
- N. 3.232 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 16 de março de 1899 — Supprime os bilhetes especiaes de passagens de ida e volta para a estação de Caldas, da Estrada de Ferro Mogyana.
- N. 3.233 — **MARINHA** — Decreto de 17 de março de 1899 — Reforma o regulamento da Escola Naval, mandando executar pelo decreto n. 2.799, de 19 de janeiro de 1898.
- N. 3.234 — **MARINHA** — Decreto de 17 de março de 1899 — Approva o regulamento geral para o Corpo de Officiaes Inferiores da Armada.
- N. 3.235 — **GUERRA** — Decreto de 17 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 62:344\$171 para occorrer ao pagamento ao major medico de 3ª classe do exercito, dr. Affonso Lopes Machado, de vencimentos de professor da extincta Escola Militar desta Capital, que deixou, de receber desde janeiro

- de 1895, e bem assim a varios lentes e professores vitalícios em identicas condições.
- N. 3.236 — GUERRA — Decreto de 17 de março de 1899 — Modifica o art. 5º do regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra.
- N. 3.237 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 20:592\$ para pagamento dos juros garantidos ao prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Araruama em relação ao segundo semestre do exercicio de 1898.
- N. 3.238 — MARINHA — Decreto de 28 de março de 1899 — Estabelece regras para as nomeações de commandos, administração militar e tempo de duração dessas comissões.
- N. 3.239 — GUERRA — Decreto de 28 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito supplementar da quantia de 61:037\$111 ao § 11 — Etapas, do exercicio de 1898.
- N. 3.240 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1899 — Approva os typos de secções transversaes e respectivo orçamento, na importancia de 1.297:302\$487, para reconstrucção dos tunnels ns. 10 e 15, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.
- N. 3.241 — FAZENDA — Decreto de 28 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito o credito especial de 3.600:000, para pagamento dos juros do emprestimo interno de 1897.
- N. 3.242 — FAZENDA — Decreto de 28 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:200\$, supplementar, á verba — Caixa de Amortização, do exercicio de 1898.
- N. 3.243 — FAZENDA — Decreto de 28 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 30:000\$, supplementar, á verba — Comissões e corretagens, do exercicio de 1898.
- N. 3.244 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de março de 1899 — Reorganiza a Assistencia a Alienados.
- N. 3.245 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 59:964\$566, supplementar, á verba — Juros dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro, do exercicio de 1898.
- N. 3.245 A — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 575:000\$, supplementar, á verba — Juros diversos, do exercicio de 1898.
- N. 3.246 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de abril de 1899 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pouso Alegre, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.247 — GUERRA — Decreto de 4 de abril de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 400:750\$030 para occorrer ao pagamento reclamado por D.

- Domingas Laudabouro Delabary como indemnização por prejuizos e damnos a ella causados.
- N. 3.248 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 7 de abril de 1899 — Dá regimento definitivo para o serviço das legações.
- N. 3.249 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 7 de abril de 1899 — Approva o regulamento e tarifas da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro e Timbaúba.
- N. 3.250 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 7 de abril de 1899 — Concede autorização á "Brasilianische Electricitäts Gesellschaft" para funcionar na Republica.
- N. 3.251 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de abril de 1899 — Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional.
- N. 3.252 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de abril de 1899 — Crea logares de supplentes do substituto do juiz federal nas circumscripções da secção do Estado do Amazonas.
- N. 3.253 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de abril de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Piedade, no Estado de São Paulo.
- N. 3.254 — **FAZENDA** Decreto de 10 de abril de 1899 — Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo de perfumarias.
- N. 3.255 — **FAZENDA** — Decreto de 10 de abril de 1899 — Dá regulamento para a cobrança de imposto de consumo de velas.
- N. 3.256 — **FAZENDA** — Decreto de 10 de abril de 1899 — Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo de calçado.
- N. 3.257 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de abril de 1899 — Declara as faltas com que foi impresso o Codigo Commercial.
- N. 3.258 — **MARINHA** — Decreto de 11 de abril de 1899 — Dá nova regulamentação aos conselhos de compras da marinha.
- N. 3.259 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 11 de abril de 1899 — Approva a consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Consular Brasileiro.
- N. 3.260 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 15 de abril de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Felix, no Estado da Bahia.
- N. 3.261 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 15 de abril de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pouso Alegre, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.262 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 15 de abril de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Luzia do Norte, no Estado de Alagoas.
- N. 3.263 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 20 de abril de 1899 — Approva a consolidação das leis decretos e decisões referentes ao Corpo Diplomatico Brasileiro.
- N. 3.264 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de abril de 1899 — Autoriza o Banco Constructor do Brasil a organizar companhia ou empresa para ex-

plorar a concessão da Estrada de Ferro de Victoria a Pes-
sanha.

N. 3.265 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)

N. 3.266 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de abril de 1899 — Equipara o numero de preparadores da cadeira de histologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ao de preparadores da cadeira de anatomia descriptiva da mesma faculdade.

N. 3.267 — FAZENDA — Decreto de 24 de abril de 1899 — Dá regulamento para arrecadação do imposto de consumo de especialidades pharmaceuticas.

N. 3.268 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de abril de 1899 — Declara sem effeito o decreto n. 3.240, de 28 de março ultimo, que approvou os typos de secções transversaes para reconstrução dos tunneis ns. 10 e 15, da Estrada de Ferro Santos a Jundahy, e augmentou o respectivo capital de 1.297:302\$487.

N. 3.269 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de abril de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.

N. 3.270 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de maio de 1899 — Substitue a clausula 32ª (com referencia, sómente á Companhia Estrada de Ferro Petrolina e Parnahyba) do decreto n. 862, de outubro de 1890.

N. 3.271 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de maio de 1899 — Completa o regulamento de 15 de junho de 1859 e altera algumas de suas disposições.

N. 3.272 — FAZENDA — Decreto de 8 de maio de 1899 — Approva, com alterações, os novos estatutos da sociedade de seguro mutuo, sobre a vida — A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil.

N. 3.273 — GUERRA — Decreto de 12 de maio de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 50:333\$542, para occorrer ao pagamento devido a diversos officiaes por vencimentos que deixaram de receber na qualidade de lentes e professores dos institutos militares de ensino.

N. 3.274 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de maio de 1899 — Dá nova organização á Brigada Policial da Capital Federal.

N. 3.275 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de maio de 1899 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santarém, no Estado do Pará.

N. 3.276 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de maio de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itaituba, no Estado do Pará.

N. 3.277 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de maio de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel de Guamá, no Estado do Pará.

N. 3.278 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de maio de 1899 — Crea uma brigada de infantaria

- de guardas nacionaes na comarca de Mazagão, no Estado do Pará.
- N. 3.279 — FAZENDA — Decreto de 15 de maio de 1899 — Dá regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de vinagre.
- N. 3.280 — FAZENDA — Decreto de 15 de maio de 1899 — Dá regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de conservas.
- N. 3.281 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de maio de 1899 — Supprime um logar de engenheiro chefe de districto da Repartição Geral dos Telegraphos.
- N. 3.282 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de maio de 1899 — Concede autorização a "The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited", para funcionar na Republica.
- N. 3.283 — MARINHA — Decreto de 17 de maio de 1899 — Manda substituir a cor branca das bandeiras ns. 2 e 3, da quinta estampa doCodigo de signaes commum a todos os portos e barras da Republica, pela encarnada, accrescentar novos signaes aos da tabella n. 1 do mesmoCodigo.
- N. 3.284 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Dá instrucções para os concursos aos logares de assistentes de clinicas das faculdades de medicina da União.
- N. 3.285 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Dá instrucções para o reconhecimento dos Institutos de ensino secundario fundados pelos Estados, associações ou particulares.
- N. 3.286 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cambuhy, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.287 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Fructal, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.288 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Muzambinho, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.289 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ouro Preto, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.290 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e outra de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Conquista, no Estado da Bahia.
- N. 3.291 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.
- N. 3.292 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Rio S. Francisco, no Estado da Bahia.

- N. 3.293 — FAZENDA — Decreto de 22 de maio de 1899 — Aprova, com modificação, os estatutos da Companhia Brasileira de Seguros para a Vida e autoriza a mesma a funcionar.
- N. 3.294 — FAZENDA — Decreto de 22 de maio de 1899 — Altera o art. 568 da nova consolidação das leis das alfandegas, na parte que se refere ao despacho de exportação das mercadorias que tiverem de transitar por paizes estrangeiros.
- N. 3.295 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de maio de 1899 — Transfere á "The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited", a concessão de que trata o decreto n. 10.372, de 28 de setembro de 1889, para as obras de melhoramentos no porto do Rio de Janeiro, nos termos do art. 46 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.
- N. 3.296 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de maio de 1899 — Transfere ao cidadão José Marcellino Pereira de Moraes a concessão a que se referem os decretos ns. 10.407, de 19 de outubro de 1889, e 476, de 11 de julho de 1890, para arrasamento do morro de Santo Antonio.
- N. 3.297 — MARINHA — Decreto de 24 de maio de 1899 — Aprova o regulamento para o Conselho Naval.
- N. 3.298 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1899 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Taubaté, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.299 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Castro, no Estado do Paraná.
- N. 3.300 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia.
- N. 3.301 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Curalainho, no Estado da Bahia.
- N. 3.302 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no município de Bezerros, no Estado de Pernambuco.
- N. 3.303 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de maio de 1899 — Altera o art. 118 do regulamento e tarifas da Estrada de Ferro Conde d'Eu, approvados pelo decreto n. 1908, de 12 de dezembro de 1894.
- N. 3.304 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de maio de 1899 — Autoriza a sociedade de seguro mutuo sobre a vida — A Equitativa — a operar em seguros terrestres e maritimos.
- N. 3.305 — FAZENDA — Decreto de 2 de junho de 1899 — Aprova o convenio celebrado entre o ministro da fazenda e o presidente do Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 3.306 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de junho de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 28:387\$215, para pagamento de varias despesas da Secretaria do Senado,

- Inclusive os vencimentos do bibliothecario da mesma camara, relativos ao exercicio de 1898.
- N. 3.307 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1899 — Autoriza as companhias "Brazilian Sumarine Telegraph" e "Western and Brazilian Telegraph" a funcționarem no Brasil como uma só companhia, sob a denominação de "The Western Telegraph Company, Limited".
- N. 3.308 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1899 — Publica a adhesão do governo japonês á União para protecção da propriedade industrial.
- N. 3.309 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1899 — Publica a adhesão da colonia britannica do Ceylão ao accôrdo de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo á troca de cartas e de caixas com valor declarado.
- N. 3.310 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de junho de 1899 — Revoga o decreto n. 2.056, de 25 de julho de 1895, relativo a aposentadorias de magistrados.
- N. 3.311 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de junho de 1899 — Dá nova organização á guarda nacional do Estado da Parahyba.
- N. 3.312 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1899 — Dá regulamento para a cobrança da taxa judiciaria nos feitos julgados pela justiça federal.
- N. 3.313 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Cimbres, no Estado de Pernambuco.
- N. 3.314 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bom Successo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.315 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bom Successo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.316 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Brejo, no Estado do Maranhão.
- N. 3.317 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Riachão, no Estado do Maranhão.
- N. 3.318 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Joazeiro, no Estado da Bahia.
- N. 3.319 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1899 — Dá numeração aos corpos de artilharia da guarda nacional da Capital Federal.
- N. 3.320 — GUERRA — Decreto de 19 de junho de 1899 — Re-

- regula a collocação, na escala de antiguidade, dos officiaes do exercito comprehendidos na lei n. 533, de 7 de dezembro de 1898, e as condições dos graduados em postos superiores como chefes de classe, que, pela dita lei, ficaram mais modernos que aquelles.
- N. 3.321 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1899 — Crea logares de supplentes de substituto do juiz federal na circumscripção de Pedra de Fogo, no Estado da Parahyba.
- N. 3.322 — FAZENDA — Decreto de 26 de junho de 1899 — Dá regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de cartas de jogar.
- N. 3.323 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1899 — Approva, com alterações, as modificações propostas pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil no plano geral das obras do cães entre o Arsenal de Marinha e a Ponta do Cajú.
- N. 3.324 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, para premio ao alumno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, José Antonio Figueiredo Rodrigues.
- N. 3.325 — GUERRA — Decreto de 30 de junho de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 300:000\$, para occorrer ao pagamento do pessoal da officina de alfaiates do Arsenal de Guerra desta Capital e do pessoal empregado na manufactura de fardamento fóra do mesmo arsenal.
- N. 3.326 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maragogy, no Estado de Alagoas.
- N. 3.327 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de São Paulo de Muriahé, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.328 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pitangui, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.329 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de julho de 1899 — Innova o contracto celebrado com a Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro.
- N. 3.330 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1899 — Concede autorização á companhia "Sucrerle de Piracicaba" para funcionar.
- N. 3.331 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1899 — Concede autorização a "F. S. Hamphire & C.", Limited, para funcionar na Republica.
- N. 3.332 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1899 — Transfere a Fernando Molitinho, Domingos Molitinho e Bernardo de Magalhães a concessão da Estrada de Ferro do Bananal, e dá outras providencias.

- N. 3.333 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1899 — Concede autorização á Sociedade Anonyme de la Sucrerie Villa Raffard para funcionar na Republica.
- N. 3.334 — MARINHA — Decreto de 5 de julho de 1899 — Approva o regulamento para as capitancias de portos.
- N. 3.335 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1899. — Crea um consulado em Berlim.
- N. 3.336 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1899 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 260:000\$, suplementar, ás verbas 6ª e 7ª do art. 12 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.
- N. 3.337 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1899 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ituassú (ex-Brejo Grande), no Estado da Bahia.
- N. 3.338 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Brotas, no Estado da Bahia.
- N. 3.339 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1899. — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.340 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes da comarca de Caratinga, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.341 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1899. — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Guarapary, no Estado do Espirito Santo.
- N. 3.342 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de julho de 1899 — Approva o novo projecto e organamento das officinas de reparação da Estrada de Ferro S. Paulo — Rio Grande.
- N. 3.343 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de julho de 1899 — Approva as modificações feitas nos seus estatutos por "The Pará Gas Company, Limited", e com as modificações approvadas autoriza a mesma companhia a funcionar na Republica.
- N. 3.344 — GUERRA — Decreto de 11 de julho de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 505\$554, para occorrer ao pagamento do major Felisberto José de Menezes, professor do Collegio Militar da Capital, de gratificações que venceu e não recebeu em tempo oportuno.
- N. 3.345 — GUERRA — Decreto de 11 de julho de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 151:820\$150, suplementar ás verbas 10ª e 11ª do art. 19 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.
- N. 3.346 — GUERRA — Decreto de 13 de julho de 1899 — Altera o decreto n. 1.729-A, de 11 de junho de 1894, na parte relativa aos uniformes dos officiaes generaes reformados.

- N. 3.347 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria da guarda nacional, no município do Brejo da Madre Deus, no Estado de Pernambuco.
- N. 3.348 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 17 de julho de 1899 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Antarctica Paulista.
- N. 3.349 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 17 de julho de 1899 — Concede autorização a "S. Paulo Railway Light and Power, Company, Limited, para funcionar na Republica".
- N. 3.350 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria da guarda nacional no município de Correntes, no Estado de Pernambuco.
- N. 3.351 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1899 — Deroga o decreto n. 3.311 de 10 de julho ultimo, sobre a guarda nacional do Estado da Parahyba.
- N. 3.352 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1899 — Limita o maximo da percentagem do curador das massas fallidas nos processos de fallencia e determina o modo por que deve ser ella calculada.
- N. 3.353 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 24 de julho de 1899 — Approva a planta, perfil longitudinal, perfis transversaes, projectos de obras de arte, tabellas de preços e orgamentos para a construção do trecho de S. Sebastião a S. Gabriel, da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.
- N. 3.354 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 24 de julho de 1899 — Concede autorização a Geraldo Barbosa Lima e outros para organizarem uma companhia de seguros mutuos sobre a vida dos animaes de trabalho com a denominação — Santa Cruz.
- N. 3.355 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 24 de julho de 1899 — Approva o abatimento da tarifa de transporte de lenha pela Estrada de Ferro Conde d'Eu.
- N. 3.356 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 24 de julho de 1899 — Approva estudos e orgamentos para captação das vertentes e obras de abastecimento de agua dos novos planos situados da "S. Paulo Railway Company, Limited".
- N. 3.357 — FAZENDA — Decreto de 25 de julho de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:061\$812, supplementar, á verba — Exercicios findos.
- N. 3.358 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1899 — Applica ás successões dos subditos allemães as disposições do decreto n. 855, de 8 de novembro de 1851, a que se refere o art. 24.
- N. 3.359 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 31 de julho de 1899 — Approva provisoriamente as novas tarifas para passageiros, bagagens, encomendas e mercadorias da Estrada de Ferro do Bananal.

- N. 3.360 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de julho de 1899 — Approva o novo projecto do respectivo orçamento para as obras de melhoramento do porto de Jaraguá, contractadas com a Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas.
- N. 3.361 — FAZENDA — Decreto de 1 de agosto de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 45:000\$ para pagamento do aluguel de armazens ao serviço da Alfandega de Maceió, no Estado de Alagoas.
- N. 3.362 — MARINHA — Decreto de 2 de agosto de 1899 — Torna extensivo á armada o decreto 3.320, de 19 de junho de 1899.
- N. 3.363 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1899 — Approvou o regimento de custas judicíarias da justiça local do Districto Federal.
- N. 3.364 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Caxias, no Estado do Maranhão.
- N. 3.365 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1899 — Concede autorização a "Amazonas Rubber Stats, Limited," para funcconar na Republica.
- N. 3.366 — GUERRA — Decreto de 14 de agosto de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 7.500\$, para occorrer ao pagamento á viuva de Mathews Lowrie de serviços prestados pela lancha de sua propriedade "Promptus" ás forças legaes que operaram em Nicheroy.
- N. 3.367 — GUERRA — Decreto de 14 de agosto de 1899 — Autoriza o governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 848:175\$055, supplementar á verba 16ª Pessoal, despesas especiaes, do art. 19 da lei, n. 560 de 31 de dezembro de 1898.
- N. 3.368 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 21:250\$, supplementar, ás verbas 2ª, 21ª, e 22ª do art. 2º da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.
- N. 3.369 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1899 — Crea uma brigada de infantaria da guarda nacional no municipio de S. José do Egypto, no Estado de Pernambuco.
- N. 3.370 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1899 — Crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia da guarda nacional na comarca de Layras Diamantinas, no Estado da Bahia.
- N. 3.371 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria da guarda nacional na comarca de Paraguassú, no Estado da Bahia.
- N. 3.372 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1899 — Substitue provisoria-

mente, o art. 11 do decreto n. 3.332, de 4 de junho do corrente anno, referente á Estrada de Ferro do Bananal.

N. 3.373 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1899 — Substitue o art. 192 das instruccões regulamentares e tarifas da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, que baixaram com o decreto n. 8.814, de 23 de dezembro de 1882.

N. 3.374 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1899 — Approva a planta e organimento para a construcção de um ponto de parada em Catunys, em substituição do augmento da estação de Tam-bury, da Estrada de Ferro da Bahia, autorizada pelo decreto n. 2.798, de 18 de janeiro de 1898.

N. 3.375 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1899 — Approva provisoriamente as alterações das tarifas em vigor na Estrada de Ferro do Recife ao São Francisco.

N. 3.376 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1899 — Obriga a Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina a introduzir, mediante clausulas, os immigrants necessarios ao povoamento dos nucleos que tem contractado fundar no Estado de Santa Catharina.

N. 3.377 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1899 — Approva uma das alterações feitas nos estatutos do Banco de Crédito Rural e Internacional e não consignada no credito n. 2.814, de 7 de fevereiro de 1897.

N. 3.378 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.000.000\$, supplementar, á verba — Exercícios findos, do orçamento vigente.

N. 3.379 — GUERRA — Decreto de 25 de agosto de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 25.810\$ para indemnizar a Felippe Maxwell, do gado levantado e arrebanhado, de sua propriedade, pelas forças legaes que operaram no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 3.380 — GUERRA — Decreto de 25 de agosto de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 15.917\$080 para occorrer ao pagamento devido a diversos officiaes por vencimentos que deixaram de receber na qualidade de lentes e substitutos da extincta Escola Superior de Guerra.

N. 3.381 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Gararu', no Estado de Sergipe.

N. 3.382 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Ribeira, no Estado da Bahia.

N. 3.383 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Rio Grande, no Estado da Bahia.

- N. 3.384 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santos, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.385 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cintra, no Estado do Pará.
- N. 3.386 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1899 — Declara caduca a patente de invenção de n. 2.807, de 26 de maio do corrente anno.
- N. 3.387 — MARINHA — Decreto de 30 de agosto de 1899 — Adopta a pratica seguida por varias potencias maritimas, com referencia ás salvas nos portos por occasião da entrada de navios de guerra e de visitas de autoridades.
- N. 3.388 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Igaraapé-Mirim, no Estado do Pará.
- N. 3.389 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Estado do Pará.
- N. 3.390 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel de Guamá, no Estado do Pará.
- N. 3.391 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de setembro de 1899 — Concede á sociedade anonyma "Comptoir Colonial Français" autorização para funcconar na Republica.
- N. 3.392 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de setembro de 1899 — Crea um consulado em New-Castle, Gran-Bretanha.
- N. 3.393 — GUERRA — Decreto de 9 de setembro de 1899 — Considera como effectivamente promovido ao posto de alferes de infantaria, em 14 de agosto de 1894, o então 1.º cadete do 8.º batalhão da mesma arma, Antonio Rodrigues de Araújo.
- N. 3.394 — FAZENDA — Decreto de 12 de setembro de 1899 — Approva os estatutos da sociedade de seguros sobre a vida — Garantia Mutua do Brasil, com séde na capital do Estado da Bahia, e autoriza a mesma a funcconar na Republica.
- N. 3.395 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1899 — Crea um consulado em La Pallice, França.
- N. 3.396 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Tacaratu, no Estado de Pernambuco.
- N. 3.397 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto

de 16 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Remanso, no Estado da Bahia.

N. 3.398 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio do Bom Jardim, no Estado de Pernambuco.

N. 3.399 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Conde, no Estado da Bahia.

N. 3.400 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1899, o credito supplementar de 75:200\$, sendo 32:700\$, á verba — Secretaria do Senado, e 42:500\$, á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 3.401 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1899, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos Senadores, e..... 477:000\$, á verba — Subsidio dos deputados.

N. 3.402 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1899 — Abre o credito de 2:400\$, supplementar, á verba — Magistrados em disponibilidade, do corrente exercicio.

N. 3.403 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito supplementar de 400:000\$, á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1899.

N. 3.404 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de setembro de 1899 — Approva a redução de taxa e o abatimento de fretes para os generos de producção nacional transportados pelo prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Araruama.

N. 3.405 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de setembro de 1899 — Declara caduca a concessão feita por decreto do governo provisório nº 719 de 5 de setembro de 1920, a Charles H. Ward, para lavar ouro e outros mineraes no municipio de Cuyabá no Estado de Mato Grosso.

N. 3.406 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de setembro de 1899 — Concede autorização por 30 annos ao almirante graduado e reformado Pedro Benjamim de Cerqueira Lima para explorar a industria da pesca na pequena ilha do atoll denominada Roccas.

N. 3.407 — GUERRA — Decreto de 22 de setembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1.266:588\$, supplementar, á verba 16ª, n. 28 do art. 19 da lei n. 260, de 31 de dezembro de 1898.

N. 3.408 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito especial de 950:000\$, para pa-

em o pagamento dos ordenados dos magistrados revertidos á disposição da disponibilidade.

N. 3.409 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1899 — Corrige os decretos ns. 3.290 e 3.291, de 20 de maio do corrente anno.

N. 3.410 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1899 — Crea mais duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.

N. 3.411 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Passos, no Estado de Minas Geraes.

N. 3.412 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Rio Branco, no Estado de Minas Geraes.

N. 3.413 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Itapeçerica, no Estado de Minas Geraes.

N. 3.414 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Nova Almeida, no Estado do Espirito Santo.

N. 3.415 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1899 — Altera a clausula XIII das que baixaram com o decreto 3.307 de 6 de junho de 1899.

N. 3.416 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1899 — Concede ao bacharel Virgilio Brígido autorização para incorporar uma sociedade anonyma sob a denominação de Banco de Crédito Real de Sergipe.

N. 3.417 — MARINHA — Decreto de 27 de setembro de 1899 — Explica como deve ser executado o decreto n. 108 B, de 30 de dezembro de 1899, na parte que se refere á transferencia dos officiaes da armada para o quadro da reserva.

N. 3.418 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1899 — Publica a adhesão da Republica de Honduras á Convenção Postal Universal de Washington (convenção principal) de 15 de junho de 1897, e aos accórdos da mesma data.

N. 3.419 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1899 — Publica a adhesão, a partir de 1 de outubro proximo, das seguintes colonias britannicas: Ilhas Takland, Gambia, Hong-Kong, Layos, Santa Helena, Trindade e Guyana Inglesa á Convenção de Washington de 15 de junho de 1897, concernente a troca de cartas e caixas com valor declarado.

N. 3.420 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1899 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 50.000\$, ao cambio de 27, suplementar á rubrica 4.ª do art. 12 da lei 560 de 31 de dezembro de 1898.

N. 3.421 — GUERRA — Decreto de 29 de setembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 39.352\$50, suplementar, ás verbas ns. 1. e 4 do art. 19 da lei 560 de 31 de dezembro de 1898.

- N. 3.422 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1899 — Approva o regimento das custas judiciais da justiça federal.
- N. 3.423 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Canhotinho, no Estado de Pernambuco.
- N. 3.424 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Casa Branca, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.425 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1899 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pitangui, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.426 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e outra de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia.
- N. 3.427 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1899 — Crea tres brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Feira de Santa Anna, no Estado da Bahia.
- N. 3.428 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Lenções, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.429 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1899 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 96.946\$911 para liquidar as reclamações de di-
versas legações estrangeiras pelo imposto sobre navios das respectivas nacionalidades indevidamente cobrado pelos Es-
tados de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.
- N. 3.430 — GUERRA — Decreto de 6 de outubro de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 400.750\$030, para occorrer ao pagamento reclamado por D. Domingas Laudabouro Delabary, como indemnização por prejuizos e danos causados pelas forças legaes que operaram no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 3.431 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Quipapá, no Estado de Pernambuco.
- N. 3.432 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1899 — Declara caducas todas as concessões para mineração cujos trabalhos de lavra não tenham tido começo nos prazos a que se refere o decreto 3.350 A, de 29 de novembro de 1864, e bem assim aquellas que, depois de começados estes trabalhos, tenham incorrido nas comminações do mesmo decreto, e dá outras providencias.
- N. 3.433 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1899 — Elimina da relação annexa ao decreto n. 3.174, de 7 de dezembro de 1898, a patente de privilegio de invenção n. 2.060.

- N. 3.434 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapicurú, no Estado da Bahia.
- N. 3.435 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.
- N. 3.436 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Prata, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.437 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.438 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Tury-assú, no Estado Maranhão.
- N. 3.439 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1899, o credito supplementar de 75:200\$, sendo 32:700\$, á verba Secretaria do Senado, e 42:500\$ á verba Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 3.440 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1899, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$, á verba Subsídio dos senadores, e 477:000\$, á verba Subsídio dos deputados.
- N. 3.441 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1899 — Altera os arts. 110 e 112 das instruções regulamentares e tarifas da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay, approvadas por decreto n. 2.038, de 12 de setembro de 1885.
- N. 3.442 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1899 — Revalida, amplia e transfere para John Jones a concessão feita pelo decreto n. 1.292, de 17 de janeiro de 1891, para transmissão de noticias commerciaes nesta Capital.
- N. 3.443 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1899 — Declara de nenhum effeito o decreto n. 166, de 27 de janeiro de 1894.
- N. 3.444 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1899 — Approva, com alterações, os novos estatutos da sociedade mutua de seguros de vida — Caixa Geral das Familias.
- N. 3.445 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de outubro de 1899 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas creditos especiaes nas importancias totaes de 13.162:921\$027, de \$6.442,66 e de £ 5.507-12-0; e dá outras providencias.
- N. 3.446 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1899 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo.

- N. 3.447 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.448 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1899 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.
- N. 3.449 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pombal, no Estado da Bahia.
- N. 3.450 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Currallinho, no Estado da Bahia.
- N. 3.451 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Geremoabo, no Estado da Bahia.
- N. 3.452 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Juiz de Fóra, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.453 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio do Machado, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.454 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decerto de 21 de outubro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.455 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 100.000\$, suplementar, a verba 14 — Diligencias policiaes.
- N. 3.456 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1899 — Revalida a patente de invenção n. 1.701, de 23 de maio de 1894.
- N. 3.457 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1899 — Concede a "Société Anonyme des Mines de Manganése d'Ouro Preto" autorização para funcionar na Republica.
- N. 3.458 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1899 — Permite ás administrações de companhias ou empresas de estradas de ferro, que celebrem accordo de trafego mútuo com a Repartição Geral dos Telegraphos, equiparar, para os effeitos do mesmo accordo, suas taxas telegraphicas ás estabelecidas para o serviço a cargo d'aquella repartição e uniformizar o processo do trafego telegraphico.
- N. 3.459 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1899 — Dá instrucções para as eleições federaes a que se terá de proceder em 31 de dezembro proximo vindouro.
- N. 3.460 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto

- de 28 de outubro de 1899. — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores novo credito de 300.000\$, supplemmentar, á verba Soccorros publicos, do exercicio de 1899.
- N. 3.461 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Paulo de Muriaé, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.462 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e outra de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Passos, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.463 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bagagem, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.464 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.
- N. 3.465 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Ingazeira, no Estado de Pernambuco.
- N. 3.466 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes, na comarca de S. Simão, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.467 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1899. — Autoriza o contracto com "Great Western of Brasil Railway Company, Limited", para concluir o trecho da Estrada de Ferro de Timbauba ao Pilar e a trafegar esse trecho.
- N. 3.468 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 78:453\$637, supplemmentar á verba exerciciós findos.
- N. 3.469 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Caratinga, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.470 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Rio Novo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.471 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Sebastião do Paraizo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.472 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Christina, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.473 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes, na comarca de Pouso Alto, no Estado de Minas Geraes.

- N. 3.474 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Conde, no Estado da Bahia.
- N. 3.475 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1899 — Regulamenta o art. 5º da lei 628 de 28 de outubro do corrente anno.
- N. 3.476 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1899 — Revalida a patente de invenção n. 1.040, de 6 de janeiro de 1891.
- N. 3.477 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1899 — Concede ao engenheiro Ayres Pompeu Carvalho de Souza e José Augusto Vieira autorização para construírem um ramal ferreo de Sapopemba á ilha do Governador e estabelecerem neste ponto um cães para o serviço de carga e descarga de mercadorias.
- N. 3.478 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1899 — Altera o art. 24 do decreto 858 de 10 de novembro de 1851 e o decreto 1325 de 10 de fevereiro de 1854, quanto á commissão dos agentes de leilões nas vendas judiciaes.
- N. 3.479 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Diamantina, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.480 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Serro, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.481 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Concelção do Serro, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.482 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itabirá, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.483 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sant'Anna dos Ferros, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.484 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel de Guanhões, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.485 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jatahy, no Estado de Goyaz.
- N. 3.486 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cavalcanti, no Estado de Goyaz.
- N. 3.487 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de

11. de novembro de 1899. — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Matta de S. João, no Estado da Bahia.
- N. 3.488 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 5:950\$, suplementar, á verba 9^a do art. 2^o da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.
- N. 3.489 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:616\$935, suplementar, á verba 11^a — Justiça federal, do actual exercicio, para pagamento dos vencimentos do escrivão seccional do Estado de S. Paulo, Antero Gomes Barbosa.
- N. 3.490 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Rectifica o decreto n. 3.368, de 16 de agosto ultimo na parte concernente á somma dos creditos supplementares, que nelle figuram, abertos ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.
- N. 3.491 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Altera as instrucções dadas pelo decreto n. 3.285, de 20 de maio ultimo, para reconhecimento dos institutos de ensino secundario fundados pelos Estados, associações ou particulares.
- N. 3.492 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1899 — Torna definitiva a applicação provisoria ás successões portuguezas, das disposições, a que se refere o art. 24 do regulamento mandado executar pelo decreto n. 855, de 8 de novembro de 1851.
- N. 3.493 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1899 — Declara interrompidos por tres annos os prazos do contracto para a construcção da Estrada de Ferro de Alcobaca á Praia da Rainha.
- N. 3.494 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1899 — Reduz provisoriamente a tarifa para transporte por vagão completo, na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay, de madeiras brutas ou serradas, taboas, ripas, etc.
- N. 3.495 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1899 — Crea um consulado em Porto Alonso.
- N. 3.496 — GUERRA — Decreto de 17 de novembro de 1899 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Guerra o credito especial de 7:750\$, para occorrer ao pagamento devido ao tenente-coronel do corpo de engenheiros Francisco Alberio Guillon por vencimentos que deixou de receber na qualidade de lente da extincta Escola Militar do Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 3.497 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Catolé do Rocha, no Estado da Parahyba.
- N. 3.498 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes, na comarca do Pombo, no Estado de Minas Geraes.

- N. 3.499 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1899 — Concede ao Colégio Abílio as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 3.500 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1899 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por conta do exercício de 1899, o crédito suplementar de 411:000\$, sendo 93:000\$ à verba — Subsídio dos senadores, e 318:000\$, à verba — Subsídio dos deputados.
- N. 3.501 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1899 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por conta do exercício de 1899, o crédito suplementar de 54:299\$999, sendo 25:966\$666, à verba — Secretaria do Senado, e 28:332\$833, à verba — Secretaria da Câmara dos Deputados.
- N. 3.502 — FAZENDA — Decreto de 21 de novembro de 1899 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 2:979:768\$045, para pagamento das dividas de exercícios findos.
- N. 3.503 — FAZENDA — Decreto de 21 de novembro de 1899 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 502:874\$816, para pagamento da indemnização devida a Almeida Nazeareth & C. em virtude de accordam do Supremo Tribunal Federal, de 25 de junho de 1898.
- N. 3.504 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1899 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito de 117:920\$500, suplementar às verbas ns. 14, 19 e 31 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, art. 2º.
- N. 3.505 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1899 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinário de 4:200\$, ao cambio de 27, para pagamento do premio ao alumno da Faculdade de Direito do Recife José Augusto Barreto de Mello Rocha.
- N. 3.506 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de Matto Grosso.
- N. 3.507 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallar a de guardas nacionaes, na comarca de Jundiaby, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.508 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barras, no Estado do Piahy.
- N. 3.509 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes, na comarca de Itamaraty, no Estado do Piahy.
- N. 3.510 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1899 — Crea mais uma brigada de in-

- fantaria de guardas nacionaes, na comarca da capital do Estado do Piahy.
- N. 3.511 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de novembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 1.206:750\$, destinado a complementar a verba — Estrada de Ferro Central do Brasil, no corrente exercicio.
- N. 3.512 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1899 — Publica a adhesão da colonia britannica da Terra Nova ao accôrdo de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo á permuta de cartas e encommendas com valor declarado.
- N. 3.513 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1899 — Publica a adhesão da Republica de São Salvador á convenção universal de Washington (convenção principal), ao accôrdo relativo ao serviço de vales postaes e á convenção sobre a permuta de encommendas postaes, de 15 de junho de 1897.
- N. 2.514 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1899 — Publica a adhesão da colonia britannica da Jamaica ao accôrdo de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo á permuta de cartas e encommendas com valor declarado.
- N. 3.515 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1899 — Transfere para o Havre a sede do consulado geral na França.
- N. 3.516 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Campinas, no Estado da Parahyba.
- N. 3.517 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria no Estado de Matto Grosso.
- N. 3.518 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1899 — Concede ao Gymnasio Nogueira da Gama as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 3.519 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1899 — Altera as taxas de caixões, vehiculos e sepulturas percebidas pela Empresa Funeraria, a cargo da Santa Casa de Misericordia do Rio de Janeiro.
- N. 3.520 — FAZENDA — Decreto de 2 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 234:881\$180 para liquidação da indemnização devida a João Carlos Nepomuceno da Silva, em virtude do accordam do Supremo Tribunal Federal, de 27 de julho de 1898.
- N. 3.521 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 100:800\$788, complementar á verba Alfandegas.
- N. 3.522 — GUERRA — Decreto de 8 de dezembro de 1899 — Modifica o art. 58, n. 1 do regulamento que baixou com o decreto n. 2:213, de 9 de janeiro de 1896.

- N. 3.523 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Paulo do Muriaé, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.524 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Areias, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.525 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1899 — Transforma os postos telegraphicos dos kilometros 2 e 14 da linha de Ribeirão Preto a Jaguará, da Estrada de Ferro de Mogyana, em estações, sob as denominações — Barracão e Entroncamento.
- N. 3.526 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1899 — Concede á sociedade anonyma empresa de Sal e Navegação autorização para funcionar e approva os respectivos estatutos.
- N. 3.527 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1899 — Approva a planta de uma faixa de terreno proximo á estação de Piratiny a desapropriar pela Estrada de Ferro do Rio Grandé a Bagé, para embarcadouro de gado.
- N. 3.528 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 200:000\$, destinado a despesas com a demarcação de limites com a Republica Argentina e ás de substituição dos marcos arruinados na fronteira do Brasil com a Republica do Perú.
- N. 3.529 — FAZENDA — Decreto de 15 de dezembro de 1899 — Manda observar as instrucções expedidas para execução do disposto nos ns. 3, 5 e 6 do art. 5º da lei n. 640, de 14, e art. 1º da lei n. 651, de 22 de novembro de 1899.
- N. 3.530 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de dezembro de 1899 — Concede autorização á "Société Anonyme des Distilleries Brésiliénnes" para funcionar na Republica.
- N. 3.531 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de dezembro de 1899 — Autoriza o contracto com a "Conde d'Eu Railway Company. Limited", para concluir o trecho de estrada de ferro de Mulungú a Alagôa Grande, no Estado da Parahyba, e a trafegar esse trecho.
- N. 3.532 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 25: 609\$321, para liquidação do direito creditorio reconhecido a D. Emilia Gonçalves da Silva, em virtude do accordão do Supremo Tribunal Federal de 17 de novembro de 1897.
- N. 3.533 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 26:515\$162, para liquidação da indemnização devida á Companhia Geral de Serviços Marítimos, em virtude do accordão do Supremo Tribunal Federal de 7 de janeiro do corrente anno.
- N. 3.534 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1899 —

- Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.341:897\$700, para pagamento das despesas feitas com a recepção do sr. presidente da Republica Argentina.
- N. 3.535 — FAZENDA — Decreto de 21 de dezembro de 1899 — Dá regulamento para a execução da lei n. 641, de 14 de novembro ultimo, que estabelece o processo de arrecadação dos impostos de consumo.
- N. 3.536 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1899 — Crea um consulado em La Plata.
- N. 3.537 — MARINHA — Decreto de 27 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 3:216\$935, para indemnizar o capitão-tenente Rodolpho Lopes da Cruz das vantagens pecuniarias de que foi privado por força do processo a que respondeu.
- N. 3.538 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1.193:951\$200, supplementar, ao art. 19 paragrapho 11 — Etapas, da lei n. de 31 de dezembro de 1898.
- N. 3.539 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1899 — Regula a introdução de immigrantes a que se refere o contracto em vigor celebrado entre o governo federal e a Companhia Norte-Mineira, para fundação de nucleos agricolas.
- N. 3.540 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1899 — Autoriza a revisão do contracto celebrado com "The Rio de Janeiro, City Improvements Company, Limited".
- N. 3.541 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 23:000\$000.
- N. 3.542 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3.000:000\$, para liquidação da indemnização devida á Nova Companhia Estrada de Ferro Estreito e S. Francisco ao Chopim, em virtude do accórdão do Supremo Tribunal Federal de 21 de julho de 1897.
- N. 3.543 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1899 — Concede ao Collegio Pio Americano as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 3.544 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1899 — Concede á "Société Italiana di Exportazione Eurico Dell'acqua" autorização para funcconar na Republica.

1900

- N. 3.545 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de janeiro de 1900 — Approva as plantas e orgamentos para as obras de accrescimento do armazem Rego e da estação de Feira Velha e de construcção da de Aratú, da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.
- N. 3.546 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1900 — Revoga os ns. III e IV do art. 35 do Regulamento Sanitario Federal.

- N. 3.547 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1900 — Crea um serviço especial de estatística commercial na Alfandega do Rio de Janeiro.
- N. 3.548 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1900 — Fixa os vencimentos, classe e número dos empregados da Alfandega de Sant'Anna do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providencias.
- N. 3.549 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1900 — Concede as vantagens e regalias de paquete ao vapor "Max" de propriedade de Carlos Hoepke Junior.
- N. 3.550 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1900 — Declara sem effeito o decreto n. 2.009, de 22 de abril de 1895, que concedeu ao Instituto Henrique Kopke as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 3.551 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Maranhão.
- N. 3.552 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1900 — Crea uma brigada de cavalaria de guardas nacionaes na comarca de Batataes, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.553 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1900 — Crea uma brigada de cavalaria de guardas nacionaes na comarca de Bebedouro, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.554 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1900 — Reorganiza as brigadas de infantaria de guardas nacionaes das comarcas de Mirador, de Sant'Anna do Curralinho e da capital do Estado do Maranhão, e dá outras providencias.
- N. 3.555 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1900 — Concede á Companhia Diamantina autorização para funcionar na Republica.
- N. 3.556 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 204:958\$190 para liquidação da indemnização devida a D. Faustina Centena da Silva e Francisco Luiz Pereira da Silva, em virtude de sentença do juiz federal, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 3.557 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1900 — Concede á "The Western Telegraph Company, Limited," autorização para funcionar na Republica.
- N. 3.558 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1900 — Concede á sociedade anonyma Mala Real Portuguesa autorização para funcionar na Republica.
- N. 3.559 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1900 — Prorroga por oito mezes o prazo para conclusão das obras do trecho dos novos planos inclinados da Serra e da nova estação da Luz, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

- N. 3.560 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1900 — Approva o orçamento dos boeiros, gradil, calçamento e linhas de trilho, no trecho entre o armazem n. 5 e o segundo oitão do n. 11, da Companhia Docas de Santos.
- N. 3.561 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1900 — Approva o orçamento do armazem n. 2, construido de alvenaria pela Companhia Docas de Santos.
- N. 3.562 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1900 — Approva o orçamento das obras complementares executadas pela Companhia Docas de Santos, para solidez e estabilidade das obras do respectivo caes.
- N. 3.563 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1900 — Approva a planta para a construção do augmento da estação do Arraial, da Estrada de Ferro de Recife ao Limoeiro e Timbaúba.
- N. 3.564 — FAZENDA — Decreto de 22 de janeiro de 1900 — Approva o regulamento para a cobrança do imposto do sello.
- N. 3.565 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de janeiro de 1900 — Contracta com o engenheiro Miguel Teive e Argollo o arrendamento da Estrada de Ferro de S. Francisco, no Estado da Bahia.
- N. 3.566 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de janeiro de 1900 — Concede a Augusto Cesar Guimarães autorização para organizar uma sociedade anonyma denominada Monte de Piedade Fluminense.
- N. 3.567 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de janeiro de 1900 — Concede a Henry Rogers, Sons & Comp. of Brasil, Limited, autorização para funcionar na Republica.
- N. 3.568 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de janeiro de 1900 — Proroga os prazos para conclusão das obras do arrazamento do morro do Senado e da apresentação dos planos e detalhes para início da effectiva construção do caes do Arsenal de Marinha á Ponta do Cajú.
- N. 3.569 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de janeiro de 1900 — Innova o contracto celebrado para a conclusão das obras de melhoramentos do porto da capital do Estado da Bahia, a que se refere o decreto n. 1.233, de 3 de janeiro de 1891.
- N. 3.570 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de janeiro de 1900 — Proroga por 10 annos o prazo da concessão relativa á linha de carris entre Santa Cruz e Itaguahy.
- N. 3.571 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de janeiro de 1900 — Altera algumas disposições dos decretos referentes á concessão do arrazamento do morro de Santo Antonio.
- N. 3.572 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de janeiro de 1900 — Concede autorização por 30 annos ao engenheiro, capitão de fragata honorario,

José Maria da Conceição Junior, para explorar a industria da pesca no archipelago de Abrolhos e suas adjacencias.

- N. 3.573 — GUERRA — Decreto de 23 de janeiro de 1900 — Approva o regulamento para a Fabrica de Cartuchos e Artificios de Guerra.
- N. 3.574 — MARINHA — Decreto de 24 de janeiro de 1900 — Altera os uniformes dos foguistas extranumerarios.
- N. 3.575 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de janeiro de 1900 — Autoriza o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas a corrigir, nas tabelas de distribuição dos creditos, os erros occorridos nas verbas 7ª e 15ª do orçamento para o exercicio de 1900.
- N. 3.576 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de janeiro de 1900 — Dá instrucções para a constituição do patrimonio e reconhecimento official das faculdades e escolas livres.
- N. 3.577 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de janeiro de 1900 — Torna extensivo ás faculdades ou escolas livres equiparadas ou que se equipararem aos congeneres institutos federaes o determinado com relação ás faculdades livres de direito nos arts. 5º, 6º, 7º, 8º e 9º da lei n. 314, de 30 de outubro de 1895.
- N. 3.578 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de janeiro de 1900 — Concede ao Gymnasio Fluminense as regalias do Gymnasio Nacional, para o fim de poder passar certificados de conclusão de estudos.
- N. 3.579 — FAZENDA — Decreto de 29 de janeiro de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 114:231\$081, supplementar, á verba — Alfandegas.
- N. 3.580 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de fevereiro de 1900 — Concede ao Collegio de Nossa Senhora da Conceição, em S. Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 3.581 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de fevereiro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itú, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.582 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de fevereiro de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ubá, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.583 — FAZENDA — Decreto de 5 de fevereiro de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 115:057\$500, para liquidação da indemnização devida á Caixa Municipal de Beneficencia do Rio de Janeiro.
- N. 3.584 — FAZENDA — Decreto de 5 de fevereiro de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 5:205\$655, para liquidação da indemnização que a Fazenda Nacional foi condemnada a pagar ao capitão Francisco de Carvalho Salomé Pereira.
- N. 3.585 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de fevereiro de 1900 — Eleva o capital fixado

- para a duplicação da linha da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, com aquisição do material rodante.
- N. 3.586 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 7 de fevereiro de 1900 — Publica a adesão da colônia britânica das ilhas Leeward (Antilhas) ao accôrdo de Washington de 15 de junho de 1897, relativo á permuta de cartas e encomendas com valor declarado.
- N. 3.587 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 7 de fevereiro de 1900 — Publica a adesão da colônia britannica dos Strait Settlement ao accôrdo de Washington de 15 de junho de 1897, relativo á permuta de cartas e encomendas com valor declarado.
- N. 3.588 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 7 de fevereiro de 1900 — Publica as modificações feitas nos arts. IV, I, e XXXIV, § V, do regulamento de execução para a Convenção Postal Universal, de junho de 1897.
- N. 3.589 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de fevereiro de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 26:460\$, para pagamento dos premios e das despesas de impressão das obras "Do endireitamento forçado dos cyphotics", "Direito Penal do Exercito e Armada", "Codigo Penal commentado", e "Compendio de Historia Geral do Direito".
- N. 3.590 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 9 de fevereiro de 1900 — Faz publico que a Republica do Salvador não adheriu ao accôrdo de Washington de 15 de junho de 1897, relativo á permuta das cartas e encomendas com o valor declarado e pede a sua collocação na 6.ª classe das despesas da secretaria internacional.
- N. 3.591 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 9 de fevereiro de 1900 — Publica a adesão definitiva do Imperio Da Coréa á Convenção Postal Universal de Washington de 15 de junho de 1897.
- N. 3.592 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de fevereiro de 1900 — Concede ao Collegio Paula Freitas as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 3.593 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de fevereiro de 1900 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ouro Preto, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.594 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de fevereiro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Sebastião do Paraiso, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.595 — **FAZENDA** — Decreto de 12 de fevereiro de 1900 — Approva, com alterações, os novos estatutos do Banco dos Funcionarios Publicos.
- N. 3.596 — **FAZENDA** — Decreto de 12 de fevereiro de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:689\$582, para liquidação da divida de que é credor o capitão de engenheiros Antonio Pereira Prestes.
- N. 3.597 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 15 de fevereiro de 1900 — Declara sem effeito a clausula IV do decreto n. 3.557, de 16 de janeiro ultimo.
- N. 3.598 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — De-

- creto de 15 de fevereiro de 1900 — Declara a "Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited" isenta dos direitos de importação sobre o material para execução e custeio das obras a seu cargo, durante o prazo da respectiva concessão.
- N. 3.599 — GUERRA — Decreto de 16 de fevereiro de 1900 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de ... 487:708\$352, supplementar, á verba 16 "Material, designação n. 34", Transporte de tropas, etc. do art. 19 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.
- N. 3.600 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 25:000\$, supplementar á verba — Ajudas de custo, do exercicio de 1899.
- N. 3.601 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 3.602 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de fevereiro de 1900 — Adquire as obras de porto do Ceará, contractadas com a "Ceará Harbour Corporation, Limited".
- N. 3.603 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de fevereiro de 1900 — Substitue as clausulas XI, XIV, XV e XVI das que acompanharam o decreto 3.540, de 29 de dezembro de 1899.
- N. 3.604 — MARINHA — Decreto de 21 de fevereiro de 1900 — Altera o art. 21 do regulamento annexo ao decreto 8.666, de 16 de setembro de 1882.
- N. 3.605 — FAZENDA — Decreto de 26 de fevereiro de 1900 — Approva, com acrescimo de duas clausulas, os novos estatutos do Banco de Credito Rural de S. Paulo.
- N. 3.606 — FAZENDA — Decreto de 26 de fevereiro de 1900 — Providencia sobre a liquidação dos debitos e encargos do Banco da Republica do Brasil para com o Thesouro Federal.
- N. 3.607 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de março de 1900 — Reduz a setenta e cinco mil réis mensaes a pensão no Internato do Gymnasio Nacional.
- N. 3.608 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de março de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Salinas, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.609 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1900 — Renova o contracto para o serviço de navegação a vapor no rio S. Francisco, a cargo da Companhia Pernambucana de Navegação.
- N. 3.610 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1900 — Concede autorização á sociedade em commandita simples Monzini, Schiffini & Comp. para funcionar na Republica.
- N. 3.611 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1900 — Revalida a patente de privilegio de invenção n. 1.882, de 18 de junho de 1895.
- N. 3.612 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1900 — Concede autorização ao cidadão João Kastrup para organizar uma companhia de seguros mutuos contra accidentes — A Guanabara, e approva os respectivos estatutos.
- N. 3.613 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De-

- Decreto de 13 de março de 1900. — Modifica a tarifa de algumas mercadorias que são transportadas pela Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro.
- N. 3.614 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1900 — Declara sem efeito as cláusulas que baixaram com o decreto n. 3.567, de 23 de janeiro do corrente anno.
- N. 3.615 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1900 — Concede autorização á "Lancashire Insurance Company" para funcionar na Republica.
- N. 3.616 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de março de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Souza, no Estado da Parahyba.
- N. 3.617 — FAZENDA — Decreto de 19 de março de 1900 — Approva a revisão das tarifas das alfandegas e mesas de rendas.
- N. 3.618 — FAZENDA — Decreto de 19 de março de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 143:750\$, para liquidação da indemnização que a Fazenda Federal foi condemnada a pagar a Manoel Ignacio de Araujo Pimpão.
- N. 3.619 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de março de 1900 — Proroga por tres mezes o prazo estipulado na clausula IV a que se refere o decreto n. 3.566, de 23 de janeiro do corrente anno.
- N. 3.620 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de março de 1900 — Modifica a clausula VI a que se refere o decreto n. 3.544, de 30 de dezembro de 1899.
- N. 3.621 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:285\$045, para pagamento da indemnização devida ao maior do Estado Maior de 1.ª classe Dr. Alvaro Lopes Machado.
- N. 3.622 — FAZENDA — Decreto de 26 de março de 1900 — Expede novo regulamento para a arrecadação dos impostos de consumo.
- N. 3.623 — FAZENDA — Decreto de 26 de março de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 91:726\$351, supplemẽntar, á verba — Mesas de rendas, do exercicio de 1899.
- N. 3.624 — GUERRA — Decreto de 27 de março de 1900 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 2:888\$526 para occorrer ao pagamento ao coronel do Corpo de Estado-Maior do Exercito Dr. Henrique Valladares, de gratificações relativas aos annos de 1899 e 1900.
- N. 3.625 — FAZENDA — Decreto de 28 de março de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 35:750\$, supplemẽntar, á verba — Recebedoria da Capital Federal, do exercicio de 1899.
- N. 3.626 — FAZENDA — Decreto de 28 de março de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:203\$229, para liquidação da divida de que é credor o tenente-coronel Pedro de Castro Araujo.
- N. 3.627 — MARINHA — Decreto de 28 de março de 1900 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 10:863\$000

- para pagamento de diferença de salários devida a operários extraordinários dispensados do Arsenal de Marinha desta Capital, no anno de 1899.
- N. 3.628 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de março de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores novo credito de 30:000\$, complementar, á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1899.
- N. 3.629 — GUERRA — Decreto de 30 de março de 1900 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 93:137\$235, complementar, á verba 16ª, consignação n. 34, do art. 19 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.
- N. 3.630 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 22:468\$125, para liquidação da indemnização devida a D. Maria Cândida de Alvim Maldonado.
- N. 3.631 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:285\$045, para pagamento da indemnização devida ao major de Estado-Maior de 1ª classe, Dr. Alvaro Lopes Machado.
- N. 3.632 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de março de 1900 — Approva o regulamento para o Instituto Nacional de Musica.
- N. 3.633 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de março de 1900 — Crea mais logares de supplentes do substituto do juiz federal nas circumscrições de Bella Vista, Jaataty e Cavalcanti, no Estado de Goyaz.
- N. 3.634 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de março de 1900 — Crea uma brigada de infantaria e outra de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Lima Duarte, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.635 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 784\$545, para pagamento da indemnização devida ao coronel Henrique Valladares.
- N. 3.636 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos supplementares de 332:227\$300, á verba — Exercicios findos, do exercicio de 1899, e de 189:391\$ 488, á verba — Juros diversos, do mesmo exercicio.
- N. 3.637 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de abril de 1900 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial equivalente a cem mil libras sterlingas para occorrer ao pagamento devido á "Ceará Harbour Corporation, Limited", nos termos do decreto n. 3.602, de 20 de fevereiro do corrente anno.
- N. 3.638 — FAZENDA — Decreto de 9 de abril de 1900 — Mandam executar o novo regulamento das loterias.
- N. 3.639 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de abril de 1900 — Approva a nova denominação de "The Manchester Assurance Company" com que continúa a funcionar "The Manchester Fire Assurance Company".
- N. 3.640 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de abril de 1900 — Reorganiza o serviço policial do Districto Federal.

- N. 3.641 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de abril de 1900 — Dá novo regulamento á Casa de Detenção da Capital Federal.
- N. 3.642 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de abril de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Abre Campo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.643 — FAZENDA — Decreto de 16 de abril de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 9:150\$, para pagamento do premio devido a Silva Moreira & Comp.
- N. 3.644 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1900 — Approva a planta para a construcção de um boeiro aberto na explanada das officinas, em Santa Maria, da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay.
- N. 3.645 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1900 — Publica a adhesão da Republica Peruana, a partir de 31 de outubro de 1898, ao accôrdo de Washington relativo ao serviço de vales postaes e á convenção sobre permutas de encomendas postaes.
- N. 3.646 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1900 — Publica a adhesão dos Estados Unidos da America á convenção principal de Washington, de 15 de junho de 1897, pelas ilhas Hawai, Porto Rico, Philippinas, de Guam e de Cuba.
- N. 3.647 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de abril de 1900 — Dá novo regulamento á Casa de Correção da Capital Federal.
- N. 3.648 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de abril de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.649 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de abril de 1900 — Concede ao Collegio Alfredo Gomes as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 3.650 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de abril de 1900 — Concede ao Collegio Diocesano de S. José as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 3.651 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1900 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 31:162\$007 para occorrer ao pagamento das differenças que soffreram nos seus vencimentos, durante o exercicio de 1897, os conductores de 1ª e 3ª classes da Estrada de Ferro Central do Brasil.
- N. 3.652 — MARINHA — Decreto de 2 de maio de 1900 — Dá novo regulamento á Escola Naval.
- N. 3.653 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de maio de 1900 — Manda executar o tratado de extradicação concluido entre o Brasil e o Chile em 4 de maio de 1897.
- N. 3.654 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 3.655 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de maio de 1900 — Concede á Sociedade Anonyma Bananal autorização para funcionar na Republica.
- N. 3.656 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De-

- Decreto de 14 de maio de 1900 — Altera as instruções regulamentares e tarifas da Estrada de Ferro Central da Bahia.
- N. 3.657 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 17 de maio de 1900 — Dá novas instruções para o serviço das estampilhas de emolumentos consulares a cargo do archivista da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.
- N. 3.658 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 21 de maio de 1900 — Approva as alterações feitas nos seus estatutos pela sociedade anonyma Empreza de Sal e Navegação.
- N. 3.659 — **FAZENDA** — Decreto de 22 de maio de 1900 — Dá o regulamento para a fiscalização dos impostos de consumo.
- N. 3.660 — **MARINHA** — Decreto de 23 de maio de 1900 — Altera o plano de uniformes a que se refere o decreto n. 2.036, de 4 de julho de 1895, na parte referente ás divisões dos officiaes da armada.
- N. 3.661 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 26 de maio de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Batataes, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.662 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de maio de 1900 — Modifica o art. 40 dos estatutos da sociedade anonyma "Sucrerie de Villa Raffard", autorizada a funcionar no Brasil pelo decreto n. 3.333, de 4 de junho de 1899.
- N. 3.663 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de maio de 1900 — Concede autorização á sociedade anonyma "Sucrerie de Cupim" para funcionar na Republica.
- N. 3.664 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de maio de 1900 — Modifica o art. 40 dos estatutos da sociedade anonyma "Sucrerie de Piracicaba", autorizada a funcionar no Brasil pelo decreto n. 3.330, de 4 de junho de 1899.
- N. 3.665 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de maio de 1900 — Altera algumas tarifas da Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco.
- N. 3.666 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de maio de 1900 — Proroga por mais um anno o prazo marcado no contracto de 3 de março de 1893 á Companhia Brasileira Torrens para o inicio das obras de melhoramento do porto da Victoria, no Estado do Espirito Santo.
- N. 3.667 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 31 de maio de 1900 — Manda executar o tratado concluido em 6 de outubro de 1898, entre o Brasil e a Republica Argentina, e que completa o estabelecimento da linha divisoria dos dois paizes.
- N. 3.668 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de junho de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maués, no Estado do Amazonas.
- N. 3.669 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de junho de 1900 — Crea mais uma brigada de in-

- fantaria de guardas nacionaes na comarca de Santarém, no Estado do Pará.
- N. 3.670 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Vigia, no Estado do Pará.
- N. 3.671 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Taquaretinga, no Estado de Pernambuco.
- N. 3.672 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Pomba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.673 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de junho de 1900 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 650:000\$, destinado ao pagamento da indemnização de 250:000\$ ao Banco União de S. Paulo e 400:000\$ ao engenheiro Francisco de Almeida Torres, pela rescisão dos respectivos contractos de fundação de nucleos coloniaes.
- N. 3.674 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de junho de 1900 — Declara sem effeito as clausulas que baixaram com o decreto n. 3.655, de 14 de maio do corrente anno.
- N. 3.675 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 3.676 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1900 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Alegre, no Estado do Espirito Santo.
- N. 3.677 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1900 — Declara caduca a concessão de terras devolutas, a que se refere o contracto de 18 de julho de 1881, entre o Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e o concessionário da estrada de ferro projectada entre Philadelphia e Caravellas, nas antigas provincias, hoje Estados, da Bahia e Minas Geraes.
- N. 3.678 — FAZENDA — Decreto de 16 de junho de 1900 — Altera varias disposições da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas e do regulamento approved pelo decreto n. 2.304, de 2 de julho de 1896, relativas ao processo do despacho de mercadorias navegadas por cabotagem.
- N. 3.679 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de junho de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itaituba, no Estado do Pará.
- N. 3.680 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de junho de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Obidos, no Estado do Pará.
- N. 3.681 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de junho de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado de São Paulo.
- N. 3.682 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decre-

to de 16 de junho de 1900. — Crea mais uma brigada de infantaria e outra de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado de São Paulo.

N. 3.683 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de junho de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 550:000\$ á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1900.

N. 3.684 — INDÚSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de junho de 1900 — Reduz 25 % nos fretes dos generos alimenticios de primeira necessidade, na Estrada de Ferro de Baturité, provisoriamente e até que cesse a actual crise do Estado do Ceará.

N. 3.685 — FAZENDA — Decreto de 19 de junho de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 184:262\$505. para occorrer ás despesas com o estabelecimento da Alfandega de Porto Alegre.

N. 3.686 — MARINHA — Decreto de 20 de junho de 1900 — Altera o decreto n. 216, de 22 de fevereiro de 1890.

N. 3.687 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de junho de 1900 — Concede ao Instituto Nacional de Humanidades as regalias do Gymnasio Nacional, para o fim de poder passar certificados de conclusão de estudos.

N. 3.688 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de junho de 1900 — Concede ao Gymnasio do Rio Grande do Sul as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 3.689 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de junho de 1900 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ayuruoca, no Estado de Minas Geraes.

N. 3.690 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de junho de 1900 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Queluz, no Estado de Minas Geraes.

N. 3.691 — INDÚSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1900 — Fixa provisoriamente em 7.564:200\$ o capital empregado no trecho comprehendido entre as estações de Pirahy e Antonio Rebouças, da Estrada de Ferro de Itararé ao Uruguay.

N. 3.692 — INDÚSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1900 — Approva a nova denominação de "The S. Paulo Tramway Light and Power Company Limited", com que continúa a funcionar "The S. Paulo Railway Light and Power Company Limited".

N. 3.693 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de junho de 1900 — Crea duas brigadas de infantaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Carinhanha, no Estado da Bahia.

N. 3.694 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de junho de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado do Pará.

N. 3.695 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de junho de 1900 — Crea mais uma brigada de infan-

- taria de guardas nacionaes na comarca de Vizeu, no Estado do Pará.
- N. 3.696 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de junho de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Valença, no Estado do Piahy.
- N. 3.697 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de junho de 1900 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de União, no Estado do Piahy.
- N. 3.698 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio do Rio Abaixo, no Estado de Matto Grosso.
- N. 3.699 — INDUSTRIA. VIAÇÃO. E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1900 — Approva os planos e orçamentos de obras executadas e material adquirido pela Companhia Docas de Santos, nos termos de decreto n. 966, de 7 de novembro de 1890, e n. 790, de 8 de abril de 1892, e autoriza a inclusão da respectiva despesa na conta do capital.
- N. 3.700 — (Com este numero não foi publicado acto algum.)
- N. 3.701 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de julho de 1900 — Concede ao Collegio do Caraça as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 3.702 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de julho de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bragança, no Estado do Pará.
- N. 3.703 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de julho de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.
- N. 3.704 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sarapuyhy, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.705 — GUERRA — Decreto de 20 de julho de 1900 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 3:350\$. para pagamento de diarias a que tem direito o capitão reformado do Exército Carlos Augusto Ferreira de Assumpção.
- N. 3.706 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de julho de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Corrente, no Estado do Piahy.
- N. 3.707 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de julho de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bom Jesus, no Estado do Piahy.
- N. 3.708 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de julho de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado da Bahia.

- N. 3.709 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de julho de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Igarapé-Miry, no Estado do Pará.
- N. 3.710 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de julho de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Breves, no Estado do Pará.
- N. 3.711 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de julho de 1900 — Autoriza a inclusão de disposições regulando a estadia de vagões nos desvios particulares, nas instruções regulamentares em vigor na Estrada de Ferro Central de Alagoas, approvadas pelo decreto n. 9.576, de 10 de abril de 1886.
- N. 3.712 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de julho de 1900 — Prorroga por mais seis meses o prazo da prorrogação concedida a Augusto Cesar Guimarães, pelo decreto n. 3.619, de 20 de março ultimo.
- N. 3.713 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de julho de 1900 — Concede a "H. B. Perry & Comp. Limited" autorização para funcionar na Republica.
- N. 3.714 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1900 — Publica a adesão da Allemanha á União Postal Universal de Washington, de 15 de julho de 1897, pelas ilhas Samoa.
- N. 3.715 — GUERRA — Decreto de 27 de julho de 1900 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 1.666\$666 para occorrer ao pagamento ao maior honorario do exercito João Bernardô de Azevedo Coimbra, professor da Escola Militar do Brasil, de vencimentos correspondentes ao tempo em que esteve dirigindo uma turma de alumnos da aula de arithmetica da mesma escola.
- N. 3.716 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio de Gelbões, no Estado do Piahy.
- N. 3.717 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Philomena, no Estado do Piahy.
- N. 3.718 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1900 — Crea duas brigadas de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tatuhy, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.719 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1900 — Approva as alterações feitas nos seus estatutos pela Companhia Manufactura de Conservas Alimenticias.
- N. 3.720 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1900 — Approva algumas modificações nas tarifas em vigor na Estrada de Ferro de Quarahim, a Itaquy.
- N. 3.721 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1900 — Fixa definitivamente em

9.179:855\$100 o capital empregado nas seis secções dos prolongamentos da Estrada de Ferro, de Paranaguá a Curitiba.

N. 3.722 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1900. — Uniformiza os regulamentos e tarifas em vigor nas estradas de ferro de Santos a Jundiahy, Paulista, Mogyana e Sorocabana.

N. 3.723 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1900 — Approva o orçamento apresentado pela "Great Western of Brazil Railway Company", para conclusão das obras do trecho de Timbaúba ao Pilar.

N. 3.724 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1900 — Supprime a alinea do § 1º da clausula XV dos decretos ns. 3.540, de 29 de dezembro de 1899, e 3.603, de 20 de fevereiro de 1900, e respectivos contractos.

N. 3.725 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1900 — Concede autorização a B. Rymkiewicz & Comp. para executarem as obras de melhoramento no porto de Manaus no Estado do Amazonas.

N. 3.726 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1900 — Publica a adesão de Nicaragua á Convenção Postal Universal de Washington de 15 de junho de 1897.

N. 3.727 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 27.000\$, supplementar á rubrica 37 — Corpo de Bombeiros, do exercicio de 1899.

N. 3.728 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 8.000\$, para indemnizar ao dr. João Paulo de Carvalho de despesas que fez na Europa no desempenho de commissão.

N. 3.729 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1900 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.

N. 3.730 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1900 — Concede ao Collegio Diocesano de S. Paulo as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 3.731 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de agosto de 1900 — Concede autorização á "Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso" para funcionar na Republica.

N. 3.732 — FAZENDA — Decreto de 7 de agosto de 1900 — Dá regulamento para o serviço de facturas consulares.

N. 3.733 — MARINHA — Decreto de 8 de agosto de 1900 — Modifica o plano de uniformes approvado pelo decreto n. 2.036 de 4 de julho de 1895, quanto ás passadeiras.

N. 3.734 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1900 — Publica a adesão do Principado de Montenegro ao accordo de Washington relativo ao serviço de va-

N. 3.735 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de agosto de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça

e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ao cambio de 27 d., para premio ao dr. Tito dos Passos de Almeida Rosas, quando alumno da Faculdade de Direito do Recife.

- N. 3.736 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de agosto de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores e o credito extraordinario de 880\$645 para pagamento dos vencimentos que competem ao preparador da cadeira de histologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, dr. Ernani Carlos de Menezes Pinto.
- N. 3.737 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de agosto de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 3:252\$, suplementar, a verba n. 12 do art. 2º da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899.
- N. 3.738 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de agosto de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:650\$591 para pagamento ao lente de inglez do Gymnasio Nacional, Alfredo Alexander.
- N. 3.739 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de agosto de 1900 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Diamantina, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.740 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de agosto de 1900 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Grande, no Estado da Bahia.
- N. 3.741 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de agosto de 1900 — Approva os novos estatutos da sociedade anonyma que funciona sob a denominação de Companhia Matte-Laranjeira, com estatutos approvados pelo decreto n. 436 C, de 4 de Julho de 1891.
- N. 3.742 — MARINHA — Decreto de 15 de agosto de 1900 — Abre ao Ministerio da Marinha, o credito extraordinario de 36:400\$ para pagamento de serviços prestados por Antonio Lucio de Medeiros, contractante do supprimento de agua e de illuminação a gaz aos navios da armada e estabelecimentos da marinha.
- N. 3.743 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de agosto de 1900 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.
- N. 3.744 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de agosto de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tucano, no Estado da Bahia.
- N. 3.745 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de agosto de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Colonia, no Estado do Piahy.
- N. 3.746 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de agosto de 1900 — Concede ao Collegio S. Vicente de Paulo, da Petropolis, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 3.747 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De-

- creto de 20 de agosto de 1900 — Proroga por mais tres annos o prazo fixado na clausula IV do decreto n. 436 F, de 4 de julho de 1891, para conclusão das obras de prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana.
- N. 3.748 — MARINHA — Decreto de 22 de agosto de 1900 — Torna extensiva á marinha a disposição do decreto n. 721, de 28 de setembro de 1853, para a contagem de tempo de embarque dos officiaes graduados.
- N. 3.749 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de agosto de 1900 — Approva os planos e orçamento das obras do caes entre o Arsenal de Marinha e a Ponta do Cajú.
- N. 3.750 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de agosto de 1900 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito especial de 200:000\$, moeda do paiz, destinado a occorrer ás despesas com a verificação da nascente do rio Javary.
- N. 3.751 — GUERRA — Decreto de 24 de agosto de 1900 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 714:910\$750 para pagamento de trabalhos realizados em 1899 na fortaleza da Lage.
- N. 3.752 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1900 — Crea uma brigada de infantaria e uma cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jaguaray, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.753 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1900 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Alfenas no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.754 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1900 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Santo Antonio do Rio Abaixo, no Estado de Matto Grosso.
- N. 3.755 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1900 — Approva com modificações os estudos e orçamentos para construcção do desvio pelo córte grande da Estrada de Ferro D. Thereza Christina.
- N. 3.756 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1900 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Campanha no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.757 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1900 — Concede ao Collegio S. Salvador, no Estado da Bahia, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 3.758 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1900 — Concede á Faculdade de Medicina e de Pharmacia de Porto Alegre os privilegios e garantias de que gozam as faculdades federaes congeneres.
- N. 3.759 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de setembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 86:260\$832, para pagamento dos juros garantidos á Companhia Auxiliadora de Chemins de Fer au Brésil", correspondente ao exercicio findo de 1899.

- N. 3.760. — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de setembro de 1900 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 12:000\$ supplementar, á verba 13^a, art. 24, da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899 — Pessoal — Escriptorio — 4^a Divisão.
- N. 3.761 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de setembro de 1900 — Concede autorização á sociedade em commandita por acções Cervejaria Brahma — Georg Maschke & Comp. para reformar os seus estatutos.
- N. 3.762 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de setembro de 1900 — Concede autorização á Companhia de Lacticínios para reformar o art. 1^o de seus estatutos.
- N. 3.763 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de setembro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.
- N. 3.764 — GUERRA — Decreto de 14 de setembro de 1900 — Altera a tabella de distribuição de fardamento aos patrões, patrões arvorados, remadores, machinistas e foguistas das embarcações dos arsenaes de guerra e da Intendencia Geral da Guerra.
- N. 3.765 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1900 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1900, o credito extraordinario de 17:173\$333, para occorrer ao pagamento do ordenado que compete ao juiz de direito Dinamerico Augusto do Rego Rangel.
- N. 3.766 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1900 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1900, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores, e 477:000\$, á verba — Subsídio dos deputados.
- N. 3.767 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1900 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1900, o credito supplementar de 78:700\$, sendo 32:700\$, á verba — Secretaria do Senado, e 46.000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 3.768 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1900 — Reorganiza a guarda nacional do Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 3.769 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1900 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Botucatu, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.770 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1900 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Barra do Piraí, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 3.771 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1900 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro.

- N. 3.772 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de setembro de 1900 — Altera as bases das tarifas móveis em vigor na Estrada de Ferro Central das Alagoas, approvadas pelo decreto n. 2.168, de 18 de novembro de 1895.
- N. 3.773 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de setembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 18:973\$280 para occorrer ao pagamento devido a Alceste Petterle pela empreitada da estrada de rodagem do Porto de Cima a Figueira de Braço, no Estado do Paraná.
- N. 3.774 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de setembro de 1900 — Declara sem effeito a patente de invenção n. 2.621, de 20 de agosto de 1898.
- N. 3.775 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de setembro de 1900 — Substitue o § 1º da clausula II do decreto n. 462, de 7 de junho de 1890, que modificou as clausulas da concessão da Estrada de Ferro de Itararé a Santa Maria da Bocca do Monte.
- N. 3.776 — FAZENDA — Decreto de 25 de setembro de 1900 — Concede á sociedade anonyma "Banque Belge de Prêts Fonciers", com sede em Antuerpia, autorização para estabelecer uma succursal nesta capital e approva os respectivos estatutos.
- N. 3.777 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1900 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Már de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.778 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 3.779 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1900 — Declara de utilidade publica a desapropriação do terreno e predio á rua Humaytá n. 44 e do terreno annexo, n. 46, ora occupados pela estação Sudoeste, do Corpo de Bombeiros.
- N. 3.780 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1900 — Autoriza a installação definitiva da estação Sudoeste, do Corpo de Bombeiros no predio á rua Humaytá n. 44.
- N. 3.781 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1900 — Declara extincto o lugar de vice-director do Externato do Gymnasio Nacional.
- N. 3.782 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1900 — Concede ao Gymnasio Nacional de Ouro Preto as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 3.783 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de outubro de 1900 — Concede autorização á Sociedade Anonyma Minas do Cobre de Camaquã para funcionar na Republica.

- N. 3.784 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de outubro de 1900 — Concede autorização á "The Rubber of Pará, Limited", para funcionar na Republica.
- N. 3.785 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de outubro de 1900 — Approva as instruções regulamentares e tarifas da rede fluminense da "The Leopoldina Railway Company, Limited".
- N. 3.786 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de outubro de 1900 — Proroga até 31 de dezembro do corrente anno o prazo para a conclusão de todas as obras do trecho dos novos planos inclinados da Serra e da nova estação da Luz, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.
- N. 3.787 — GUERRA — Decreto de 5 de outubro de 1900 — Transfere da verba 8ª — Laboratorios, para a verba 7ª — Fabricas, do art. 17 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, a quantia de 107:155\$178 e da consignação n. 23 para a de n. 21, da verba 16ª — Material, do mesmo artigo, a de 31:181\$700.
- N. 3.788 — FAZENDA — Decreto de 5 de outubro de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 17:703\$894, para pagamento de vencimentos de tres fíeis de armazem da Alfandega do Pará.
- N. 3.789 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de outubro de 1900 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Pomba, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.790 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de outubro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José dos Campos, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.791 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de outubro de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 832\$252, para indemnização a Joaquim da Silva Garcez, ex-porteiro do Pedagogium desta Capital.
- N. 3.792 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1900 — Approva as instruções regulamentares e tarifas para a Estrada de Ferro de Itararé ao Rio Uruguay.
- N. 3.793 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1900 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 35:556\$418, afim de ser applicado ao pagamento das despesas da commissão de estudos da Estrada de Ferro de Catalão a Cuyabá.
- N. 3.794 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1900 — Concede autorização á "The Electro-Motion Corporation, Limited", para funcionar na Republica.
- N. 3.795 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 80:000\$, supplementar, á verba n. 14, do art. 2º, da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, para diligencias policiaes.

- N. 3.796 — GUERRA — Decreto de 11 de outubro de 1900 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 194\$875, para occorrer ao pagamento da gratificação de engajado ao ex-1º sargento do corpo de operarios militares do Arsenal de Guerra desta Capital, Augusto Candido Pereira Baptista de Oliveira.
- N. 3.797 — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1900 — Approva os estatutos do Banco da Republica do Brasil, com as emendas feitas pela assembléa geral dos accionistas de 22 de setembro ultimo.
- N. 3.798 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sabará, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.799 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca do Estado de Minas Geraes.
- N. 3.800 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1900 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.
- N. 3.801 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Nazareth, no Estado da Bahia.
- N. 3.802 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria e outra de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Manicoré, no Estado do Amazonas.
- N. 3.803 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.
- N. 3.804 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cantagallo, no Estado do Rio de Janeiro.
- N. 3.805 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 3.806 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Maranhão.
- N. 3.807 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de outubro de 1900 — Proroga por mais dois annos os prazos para conclusão das obras de que é concessionaria a Companhia Docas de Santos.
- N. 3.808 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de outubro de 1900 — Approva a nova tabella de preços de unidade para vigorar na parte em construção da Estrada de Ferro de Itararé ao Rio Uruguay e ramaes.
- N. 3.809 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de outubro de 1900 — Abre ao Ministerio

- da Industria, Viacão e Obras Publicas o credito especial de 1.020:000\$, para liquidação definitiva dos compromissos contrahidos para com as companhias de navegação que transportaram emigrantes da Europa para o paiz.
- N. 3.810 — FAZENDA — Decreto de 16 de outubro de 1900 — Providencia sobre a organização do Banco da Republica do Brasil, nos termos da lei n. 689, de 20 de setembro de 1900.
- N. 3.811 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de outubro de 1900 — Proroga por mais tres annos o prazo fixado na clausula III do decreto n. 977, de 5 de agosto de 1892, para conclusão das obras do prolongamento a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana.
- N. 3.812 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de outubro de 1900 — Altera algumas e consolida todas as clausulas annexas aos decretos ns. 862 e 3.413, de 16 de outubro de 1890 e 13 de novembro de 1899, concernentes ás linhas ferrea e fluvial de que é concessionaria a Companhia Viacão Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya.
- N. 3.813 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1900, o credito suplementar de 618:750\$, sendo ... 141:750\$, á verba — Subsidio dos senadores, e ... 477:000\$, á verba — Subsidio dos deputados.
- N. 3.814 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1900, o credito suplementar de 78:700\$, sendo ... 32:700\$, á verba — Secretaria do Senado, e 46:000\$, á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 3.815 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1900 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Amazonas.
- N. 3.816 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de outubro de 1900 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 80:000\$, suplementar, ao art. 7º, n. 7, da lei n. 652, de 26 de novembro de 1889.
- N. 3.817 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1900 — Abre ao Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas o credito extraordinario de 100:000\$, para occorrer ás despesas de transporte de emigrantes cearenses.
- N. 3.818 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1900 — Abre ao Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas o credito extraordinario de 400:000\$, afim de ser applicado ás obras complementares do açude do Quixadá e á construcção de outros, no Estado do Ceará.
- N. 3.819 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1900 — Approva a planta e orçamento das obras complementares do açude do Quixadá, no Estado do Ceará.

- N. 3.320 — GUERRA — Decreto de 5 de novembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 17.164\$517, para occorrer ao pagamento ao capitão de fragata Alfredo Augusto de Lima Barros e outros, professores do Collegio Militar desta Capital, de ordenados que deixaram de receber.
- N. 3.321 — FAZENDA — Decreto de 9 de novembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 508\$600 para pagamento de contas de fornecimentos feitos á Directoria do Jardim Botânico.
- N. 3.322 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1900 — Concede ao Collegio Anchieta as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 3.323 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores novo credito supplementar de 550.000\$ á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1900.
- N. 3.324 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de novembro de 1900 — Approva os ordenamentos e planos de deposito de carvão, ponte de desembarque e abrigo para locomotivas, das obras de melhoramentos do porto de Santos, e autoriza a inclusão da respectiva despesa na conta do capital.
- N. 3.325 — FAZENDA — Decreto de 13 de novembro de 1900 — Approva emendas, as alterações feitas nos estatutos da Companhia Brasileira de Seguros para a Vida.
- N. 3.326 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1900 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.
- N. 3.327 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1900, o credito supplementar de 78.700\$, sendo 32.700\$ á verba — Secretaria do Senado, e 46.000\$, á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 3.328 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1900, o credito supplementar de 618.750\$, sendo 141.750\$, á verba — Subsídio dos senadores, e 477.000\$, á verba — Subsídio dos deputados.
- N. 3.329 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1900 — Concede ao Collegio São Luiz de Iturba as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.
- N. 3.330 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de novembro de 1900 — Concede á sociedade anonyma mutua de economia "La Accumulativa" a autorização para funcionar na Republica.
- N. 3.331 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de novembro de 1900 — Concede á "Companhia Telburo, Limited", sociedade anonyma organizada com

- sede em Londres, autorização para funcionar na República.
- N. 3.832 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de novembro de 1900 — Modifica as clausulas VI e VII que acompanham o decreto n. 3.544, de 30 de dezembro de 1899, que autorizou a "Società Italiana de Exportazione Enrico Dell'Acqua" a funcionar na República.
- N. 3.833 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de novembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 500:000\$, para ser applicado na construção de obras de utilidade publica, no Estado do Ceará.
- N. 3.834 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de novembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 50:000\$ para occorrer ás despesas de agasalho e outras relativas aos retirantes cearenses.
- N. 3.835 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1900 — Approva o novo plano para os uniformes da Brigada Policial da Capital Federal.
- N. 3.836 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1900 — Rectifica o art. 26 da lei n. 496, de 19 de agosto de 1898, que define e garante os direitos, authoraes.
- N. 3.837 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1899 — Providencia sobre a presença de médico a bordo dos navios que conduzem passageiros sagellos.
- N. 3.838 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1900 — Transporta as sobras da consignação "Pernoite aos correios ambulantes", até a quantia de 90:000\$ para a consignação, "Gratificação ao pessoal dos correios ambulantes de mar e outros", do regulamento respectivo em vigor.
- N. 3.839 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1900 — Abre o canal do baixio do Taboleiro, no Estado de Santa Catharina, á navegação dos navios mercantes de todas as nações.
- N. 3.840 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1900 — Revoga o decreto n. 1.985, de 11 de março de 1895.
- N. 3.841 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de dezembro de 1900 — Modifica a tarifa para kerozene e courinhos transportados pela Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro e determina os artigos a que se refere o decreto n. 3.613, de 13 de março do corrente anno.
- N. 3.842 — FAZENDA — Decreto de 4 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 4:978\$064, para pagamento do encarregado da guarda e conservação da fazenda dos "Dois Rios", José Joaquim Raymundo Sobrinho.
- N. 3.843 — MARINHA — Decreto de 5 de dezembro de 1900

- Crea o Corpo de Patrões-Móres da Marinha e dá-lhe o respectivo regulamento.
- N. 3.844 — MARINHA — Decreto de 5 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministério da Marinha o credito especial de 2:400\$ para pagamento do ordenado devido, no actual exercicio, ao ex-secretario do Arsenal da Bahia, Odorico Carneiro Ribeiro.
- N. 3.845 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1900 — Crea um consulado em Manchester, Grã-Bretanha.
- N. 3.846 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o credito especial de 300:000\$, moeda corrente, para reforçar o que foi aberto pelo decreto n. 3.528, de 1899, em execução do legislativo n. 653, de 23 de novembro do mesmo anno.
- N. 3.847 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o credito de 24:379\$954, em papel, para liquidar definitivamente as reclamações de diversas legações estrangeiras, pelo imposto sobre navios das respectivas nacionalidades, indevidamente cobrados pelos Estados de Pernambuco e Alagoas.
- N. 3.848 — GUERRA — Decreto de 7 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministério da Guerra o credito extraordinário de 1:400\$ para occorrer ao pagamento ao bacharel Maximino de Araujo Maciel de gratificação que deixou de receber como professor do Collegio Militar desta Capital.
- N. 3.849 — GUERRA — Decreto de 7 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministério da Guerra o credito especial de 41:557\$600 para occorrer ao pagamento de vencimentos atrasados do pessoal encarregado da conservação da Fabrica de Ferro do Ipanema.
- N. 3.850 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 834\$676, para pagamento dos vencimentos que competem ao escrevente juramentado do juizo federal, Antonio Rodrigues Gonçalves de Macedo.
- N. 3.851 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 308:825\$121, applicado á liquidação de contas da receita de 1899.
- N. 3.852 — FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de 12:345\$840, para pagamento de despesas feitas com a recepção do Sr. presidente da Republica Argentina.
- N. 3.853 — MARINHA — Decreto de 12 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministério da Marinha o credito de 67:063\$138 para o pagamento ao almirante Jeronymo Francisco Gonçalves da differença de vencimentos desde a data de sua reforma até a de sua reversão ao serviço activo da armada.
- N. 3.854 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1900 — Crea uma brigada de

- infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bartry, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.855 — GUERRA — Decreto de 13 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1.778:358\$, supplementar, á verba 11^a — Etapas, do art. 17 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899.
- N. 3.856 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de dezembro de 1900 — Approva o orçamento para construcção do trecho da Estrada de Ferro de Mulungu' a Alagôa Grande, no Estado da Parahyba.
- N. 3.857 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de . . . 240:000\$, afim de saldar a indemnização arbitrada aos herdeiros de Joseph Hancox.
- N. 3.858 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de dezembro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Burity dos Lopes, no Estado do Piahy.
- N. 3.859 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de dezembro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pirajú, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.860 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de dezembro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Dois Corregos, no Estado de S. Paulo.
- N. 3.861 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores, por conta do exercicio de 1900, o credito supplementar de 78:700\$, sendo 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado, e 46:000\$, á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 3.862 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores, por conta do exercicio de 1900, o credito supplementar de 598:125\$, sendo 137:025\$, á verba — Subsídio dos senadores, e 461:100\$, á verba Subsídio dos deputados.
- N. 3.863 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de dezembro de 1900 — Approva as instrucções para os exames geraes de preparatorios nos Estados.
- N. 3.864 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de dezembro de 1900 — Approva as instrucções para os exames geraes de preparatorios na Capital Federal.
- N. 3.865 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1900 — Adopção, no regulamento approved pelo decreto n. 9.928, de 11 de abril de 1888, para o serviço telegraphico da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy, todo o capitulo 22 do titulo 3º do regulamento que baixou com o decreto n. 1.663, de 30 de janeiro de 1894.
- N. 3.866 — GUERRA — Decreto de 21 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 5:410\$720, para occorrer ao pagamento do 1º tenente da Armada Nelson de Vasconcellos e Almeida

de vencimentos que deixou de receber como professor do Collegio Militar da Capital Federal.

N. 3.867 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Approva, mediante condições, a planta dos terrenos accrescidos ao caes da Sagração, a cargo da Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão.

N. 3.868 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Autoriza a interrupção, pelo prazo de seis mezes, dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro de Itararé a Santa Maria da Bocca do Monte.

N. 3.869 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Concede á "Nord Deutsche Versicherungs Gesellschaft" companhia de seguros com sede em Hamburgo, autorização para funcionar na Republica.

N. 3.870 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Fixa e classifica as importancias effectivamente despendidas com as obras de reconstrução do trecho de S. Pedro a Umbu, na Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

N. 3.871 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Reduz 150 reis por tonelada-kilometro o frete de manteiga nacional quando despachada como encomenda nos trens mixtos da Estrada de Ferro Minas e Rio.

N. 3.872 — FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 77:247\$080, para pagamento do material fornecido á Casa da Moeda.

N. 3.873 — FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 4:222\$220, para pagamento de vencimentos do ex-inspector da Caixa de Amortização Manoel Antonio Fernandes Trigo de Loureiro.

N. 3.874 — FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 600:000\$, complementar, ao art. 43, § 20, da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899.

N. 3.875 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 3:550\$, complementar, á verba 9ª — Ajudas de custo aos membros do Congresso Nacional, do art. 2º da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899.

N. 3.876 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 3:117\$194, complementar, á verba n. 26 do art. 2º da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, para despesas com exames de preparatórios.

N. 3.877 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Grão-Mogol, no Estado de Minas Geraes.

- N. 3.878 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José do Paraíso, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.879 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1900 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Manhuassú, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.880 — MARINHA — Decreto de 27 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 497:778\$, ouro, e 350:000\$, papel, para occorrer ao pagamento da ultima prestação do encouraçado "Floriano," ao de outras encomendas, e ao das obras feitas no cruzador "Trajano".
- N. 3.881 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1900 — Approva as plantas e orçamento para as obras de segurança e consolidação do leito da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay.
- N. 3.882 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1900 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Rio Novo, no Estado de Minas Geraes.
- N. 3.883 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1900 — Crea mais duas brigadas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 3.884 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 3.885 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1900 — Crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Encruzilhada, no Estado do Rio Grande do Sul.
- N. 3.886 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 97:351\$, para as obras de conservação e segurança do predio onde funciona a Camara dos Deputados.
- N. 3.887 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1900 — Abre no corrente exercicio, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 14:00\$, para pagamento de despesas com o material da Secretaria da Camara dos Deputados.
- N. 3.888 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1900 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 300:000\$ para serem pagos ao benemerito brasileiro Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, como recompensa nacional, pelos relevantes serviços prestados nas missões especiaes de arbitramento de Washington e Berna.
- N. 3.889 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1900 — Determina os limites das circumscripções policiais do Districto Federal.